

ANAIS

XI Seminário

INTERNO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM

História

2023 | Social

16 a 20 de outubro de 2023

EXPERIÊNCIAS E SABERES:
*história, política, tecnologias
e resistências*



Realização:

PPgHS

Apoio:



ANAIIS

XI Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social

Experiências e Saberes: história, política,
tecnologias e resistências

16 a 20 de outubro de 2023

São Gonçalo - RJ

2023

Comissão Organizadora

Docentes:

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (PPGHS)

Brenda Carranza (PPGHS)

Jefferson de Almeida Pinto (PPGHS)

Leda Agnes Simões de Melo (PPGHS)

Rafael Vaz da Motta Brandão (PPGHS)

Discentes:

Lara Cristina Veiga Bernardo (Doutorado)

Cristiane da Rosa Elias (Doutorado)

Henrique Nogueira Soares Marins (Mestrado)

Joyce Simões de Souza (Mestrado)

Diagramação dos Anais:

João Luiz Miranda Dias

Rozely Menezes Vigas Oliveira

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

S471 Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social.
(11. : 2023 : Rio de Janeiro)

Anais do XI Seminário Interno do Programa de Pós-graduação em História Social: Experiências e saberes: História, política, tecnologias e resistências. [Recurso eletrônico] / coordenação: Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva ... [et. al.]. – Rio de Janeiro : UERJ/ FFP, 2023.

1 recurso online (911p.)

ISSN 2447-5947

1. História – Congressos. I. Silva, Ana Paula Barcelos Ribeiro da.
II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação
de Professores. III. Título.

CDU 94

Bibliotecária: Rejane Rosa do Amaral Monteiro CRB7/4924

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
<i>A mobilização da AMGA (Associação de Moradores do Guarani e Adjacências) no contexto político do brizolismo em São Gonçalo - Ailson Carlos da Silva.....</i>	<i>13</i>
<i>Expansão capitalista e construção da divisão territorial do trabalho no Brasil - Ailton de Oliveira Junior.....</i>	<i>24</i>
<i>Samba enredo no ensino de História: potencializando identidades negras - Alberto Fraga Pereira.....</i>	<i>36</i>
<i>O ensino superior na perspectiva do campo conservador/reacionário: analisando os conceitos de “marxismo cultural”, “pânico moral” e “guerra cultural” - Alexandre Freitas Campos.....</i>	<i>48</i>
<i>A escola como patrimônio: usos da memória no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira - Alyne Mendes Fabro Selano.....</i>	<i>61</i>
<i>A dimensão política e historiográfica dos livros didáticos: uma história comparada entre Brasil e Cuba - Ana Clara de Sousa Lobo.....</i>	<i>69</i>
<i>Forte São Mateus, Convento Nossa Senhora dos Anjos e a Fazenda Santo Inácio de Campos Novos: territórios culturais e espaços de difusão de uma cultura histórica em Cabo Frio - André Luiz Garrido Barbosa.....</i>	<i>80</i>
<i>Cinema Político Independente no Rio de Janeiro (2000-2020): conflitos de classe na produção cinematográfica - Arthur Moura.....</i>	<i>89</i>
<i>Trajatória individual e escrita de si: as autobiografias de Gustavo Barroso - Camila de Sousa Freire.....</i>	<i>103</i>
<i>MuseUmbanda e as Disputas Políticas e Religiosas no Espaço Público de São Gonçalo - Camilla Fogaça Aguiar.....</i>	<i>114</i>
<i>“Isso é papel da família”: Ameaças e perseguições a temáticas de gênero e sexualidade em ambientes escolares no Brasil contemporâneo - Carla de Medeiros Silva.....</i>	<i>123</i>
<i>Governo Lula e a cultura para todos - Cleisemery Campos da Costa.....</i>	<i>134</i>
<i>Processos-crime: Escravidão e Política de Memória em Itapira- SP (1865-1877) - Cristiane R. Elias.....</i>	<i>146</i>
<i>Por uma historiografia do hip-hop: para além dos quatro elementos - Cristiano Ferreira Campos.....</i>	<i>157</i>

<i>A fé dos pretos do rosário: um estudo acerca das manifestações religiosas na Irmandade de N. S. do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí do século XIX</i> - Dandara Abreu	168
<i>Estado, bloco no poder e ideologia: os interesses de classe na aprovação da EC nº 95</i> - Daniel Santos do Amaral	181
<i>A escrita da história sobre o DEGASE a partir da memória de seus socioeducadores (1994 a 2023)</i> - Elis Regina de Castro Lopes	194
<i>Os 10 anos do Estatuto da Juventude: dos “menores” aos jovens como sujeitos de direitos. Ao menos, na lei</i> - Elisa Defelippe	205
<i>A transnacionalização e o uso da técnica chilena da arpilleria através do curta-metragem “Cadê Heleny?” de Esther Vital</i> - Erica Barros de A. Araújo	230
<i>Aberes e ofícios na pesca artesanal em Itaipu/Niterói-RJ: relexões sobre as mulheres no território pesqueiro</i> - Eunice Batista Laroque.....	230
<i>As “revoluções” salgueirense e “caprichosa” como paradigmas para as narrativas carnavalescas das escolas de samba do Rio de Janeiro</i> - Fábio Rodrigues de Almeida	247
<i>A Campanha Nacional Contra a Heresia Espírita: a ofensiva de Boaventura Kloppenburg contra a umbanda</i> - Farlen de Jesus Nogueira	258
<i>Reativação da direita e conservadorismo no rock brasileiro (2018-2022)</i> - Fausye Mendes de Carvalho Gama Failace	269
<i>Cobrindo o inimigo: representações do PT no jornal O Globo (2005 - 2016)</i> - Felipe Farias	280
<i>O alvorecer da Vanguarda Russa e os movimentos precursores do Realismo Socialista</i> - Felipe Santana Gonçalves	295
<i>Do mito à história: a escritura da Redenção dos cativos na crônica de Tirso de Molina Um debate historiográfico na construção da memória institucional</i> - Fernanda da Cunha Nascimento	309
<i>A festa no refúgio dos infelizes: O pular Carnaval no subúrbio carioca durante a Ditadura Militar(1978-1985)</i> - Gabrielle Reginatto do Carmo	322
<i>A imprensa do Rio de Janeiro e a primeira Constituição republicana</i> - George Luiz de Abreu Vidipó	322
<i>A atuação da imprensa no caso de Canudos: notícias falsas sobre Conselheiro e seu Arraial no Gazeta de Notícias (RJ)</i> - Gustavo Assumpção Leite Coelho Nunes	347
<i>Lemos Britto: entre a raposa e a águia</i> - Helber Renato Feydit de Medeiros	358

<i>As reformas previdenciárias como resultado da construção de consenso e coerção</i> - Helena Wagner Lourenço Ferreira.....	369
<i>O Petróleo e a Ditadura Militar: O papel do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás no governo Geisel</i> - Henrique Nogueira Soares Marins.....	385
<i>O demônio na Lisboa do século XVIII: a confissão do pacto de Maria de Jesus</i> - Isabella Gioia de Barros	385
<i>Do Jesuíta do Rei ao Oráculo Político: críticas ao Santo Ofício Português entre o século XVII e o século XVIII</i> - Isabelle Luz da Silva	410
<i>Sapé: a cabeça pensa onde os pés pisam</i> - Ítalo Ramon Coelho de Aquino	421
<i>Subúrbio e Favela: O caso da Praia de Ramos</i> - Jean Victor Barreto Costa	432
<i>Roteiro dos Desfiles: Interlocução e acesso ao livro Abre Alas no carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro</i> - João Gonzales	445
<i>A produção de saberes no Ensino de História e Relações Étnico-Raciais: a questão das Tecnologias Ancestrais</i> - João Paulo Carneiro	457
<i>O conspiracionismo na direita estadunidense da década de 1990</i> - João Victor da M. Uzer Lima.....	468
<i>Imprensa feminista como espaço de resistência: uma análise dos jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio</i> - Joyce Simões	479
<i>Nas páginas dos jornais: debates sobre imigração e saúde pública nos periódicos cariocas da segunda metade do oitocentos</i> - Julianna Carolina Oliveira Costa	490
<i>Resistencia armada na fazenda São Lourenço. A construção da narrativa a partir das matérias que noticiaram os conflitos</i> - Karolina Moreira de Lucena	502
<i>As contribuições da CEPAL para o desenvolvimentismo e o governo de Juscelino Kubitschek</i> - Laís Assunção Moreira.....	515
<i>J'accuse! A verdade em marcha rumo ao ideal: O projeto de futuro progressista em Émile</i> - Lara Bernardo	526
<i>Uma integração para o capital: a IIRSA e o projeto de expansão de grandes grupos empresariais</i> - Larissa Martins Monteiro de Barros	536
<i>Engenhoca: De “reduto” de bambas ao esquecimento? Memórias, Histórias e experiências socioculturais através dos ecos das escolas de samba do bairro</i> - Leandro Manhães Silveira.....	551
<i>Forjando um consenso neoliberal: o jornal O Estado de S. Paulo nos governos Dilma Rousseff</i> - Letícia Crespo Bomfim	563

<i>Os primeiros anos do diário Imprensa Popular: As campanhas pela paz e a oposição ao envio de tropas brasileiras à Coreia (1948-1953) - Luan Garios Aleixo</i>	573
<i>Movimento Universidades Renovadas: A RCC e a disputa pelo lugar de fala no espaço acadêmico - Marcelo Macêdo de Almeida</i>	584
<i>A Mulher é uma Degenerada: a posição da mulher brasileira no século XX a partir da perspectiva de Maria Lacerda de Moura - Maria Carolina Figueiredo do Nascimento Silva</i>	596
<i>Amanhã vai ser outro dia?: A influência do negacionismo histórico na aprendizagem escolar sobre a Ditadura Militar brasileira - Marina de Freitas Giovanette</i>	608
<i>Um Breve Panorama da Arqueologia e da História Indígena de Saquarema - Marlon Barcelos Ferreira</i>	622
<i>O trono de D. Pedro II: um semióforo no contexto da História Cultural - Millena Lemos Precioso</i>	630
<i>A Avenida Presidente Vargas e a Igreja de S. Pedro dos Clérigos - Montgomery O. Miranda</i>	638
<i>Sentidos de aprendizagem em História: disputas, encontros e possibilidades - Naicon de Souza Brinco</i>	646
<i>O pensamento de Hayek e o regime de acumulação integral subordinado: Estado Neoliberal e lumpemproletarização no Brasil - Otávio Gomes</i>	659
<i>Responsabilidade empresarial e processos repressivos contra trabalhadores: o caso de Itaipu Binacional (1975-1987) - Paloma Juliana Silva</i>	669
<i>Revolução dos Cravos e a Reforma Agrária: Portugal, território de produção de saberes - Pedro Freitas de Almeida</i>	679
<i>O meio técnico científico informacional e o observatório socioambiental: um novo instrumento de enfrentamento social? - Pedro Benicio Almeida Pinto</i>	690
<i>Construção Pesada, Política e a exploração diamantífera: a presença da organização Odebrecht em Angola (1970–2002) - Pedro Paulo Cordeiro Chaves</i>	715
<i>"No Império da Tijuca negritude é lei": uma escola de samba educativa no Morro da Formiga - Phellipe Patrizi Moreira</i>	715
<i>A História nos quadrinhos: possibilidades de aprendizagens afetivas - Priscilla Damasceno Rodrigues</i>	724
<i>As revistas ilustradas e o carnaval carioca da Belle Èpoque: revistas como fontes históricas - Reinaldo Ramos Diniz</i>	736

<i>O casamento, a família e a condição da mulher no pensamento de Amélia de Freitas</i>	
<i>Bevilacqua</i> - Roberta Alcântara Gomes da Silva	746
<i>“Barra Lúçifer”</i> : história e memória do rock brasileiro dos anos 1970 - Roberto Alexandre de Jesus Martins	756
<i>A expansão das instituições particulares no controle do ensino no Brasil e a construção do conhecimento: reflexões sobre produção de saberes, ascensão da extrema-direita e o caso da Cogna Educação (2007-2020)</i> - Rosane de Oliveira e Silva	768
<i>Ditadura militar na Baixada Fluminense - locais de memória como referenciais para a territorialidade, identidade e consciência histórica</i> - Samuel Henriques.....	779
<i>Revolta de Aragarças: Insurgência, exílio e as campanhas financeiras nacionais</i> - Sandro Gomes dos Santos.....	791
<i>Estado, ocupação e fronteiras: breves apontamentos sobre a questão territorial argentina</i> - Sérgio Barreto Azevedo S. Júnior	802
<i>Tensões, Convergências e Confluências: Movimento Negro, Cultura e Política na década de 1970</i> - Stephanie Santana	810
<i>Ilha de Paquetá: Um “oásis” na Baía de Guanabara</i> - Tamyres Pereira Campos Araujo..	821
<i>O uso dos jornais como documentos históricos</i> - Tânia dos Santos Tavares.....	828
<i>A Escola Industrial de Macapá no contexto da implantação do capitalismo industrial no ex-Território Federal do Amapá</i> - Tatiana Pantoja Oliveira Araújo.....	838
<i>Movimento Indígena no Rio de Janeiro e a visibilidade dos indígenas em contexto urbano</i> - Thais Elisa Silva da Silveira.....	852
<i>Dos cantões da Suíça à serra de Macaé: imigração, trabalho e pertencimento na imigração suíça e alemã à Serra Fluminense no século XIX</i> - Vinner Stutz de Oliveira.....	863
<i>Subúrbios em Revista: análise da produção do espaço suburbano carioca através de práticas socioespaciais descritos e ilustrados em revistas (1902-1922)</i> - Vitor de Almeida.....	874
<i>O Crepúsculo do Idílico: O papel das navegações no esmaecimento das imagens idealizadas durante a Primeira Modernidade</i> - Wallace de Oliveira Machado.....	888
<i>Imigração Portuguesa na Hospedaria de Imigrantes da Ilhas das Flores: o decreto nº 16.761 e a presença portuguesa na década de 1920</i> - Wanderson Silva Bonifácio Junior.....	899

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHS) teve início em 2006 com as atividades do curso de Mestrado na Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em São Gonçalo (RJ). Em 2012 foi autorizada a criação do doutorado e desde aquele ano vem sendo realizado o Seminário Interno do Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHS), que em 2023 chega a sua 11ª Edição.

O evento é organizado a partir de mesas temáticas onde os discentes do PPGHS expõem seus trabalhos. As sessões são coordenadas por um professor do PPGHS e abertas a um convidado externo que, a partir da leitura completa do texto do trabalho apresentado oralmente, comenta-o e abre o debate. O objetivo do Seminário Interno do PPGHS é oferecer ao discente a oportunidade de pensar seus estudos históricos, sobretudo em relação aos aspectos teórico-metodológicos, independente do estágio em que esteja a pesquisa. Assim, o estudante ingressante no PPGHS pode contar com observações substanciais que contribuirão para o desenvolvimento dos seus trabalhos.

Em 2023, o Seminário Interno do PPGHS conta apenas com a participação de discentes ativos, mesmo que já tenham defendido suas teses ou dissertações antes da realização do evento. Importante destacar que o mesmo volta a sua forma presencial. O tema escolhido pela Comissão Organizadora traz, de certo modo, elementos que tocam os historiadores e a historiografia no tempo presente: as resistências e as tecnologias. Estes temas direcionam sobretudo as conferências e palestras que se realizaram entre 16 e 20 de outubro. Já os trabalhos apresentados inserem-se nas três linhas de pesquisa nas quais se divide o Programa: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais; Território, Identidades e Representações; e Historiografia e Ensino de História.

Os Anais do 11º Seminário Interno do PPGHS reúnem trabalhos que abordam a cultura e o ensino de história, seus desafios e políticas públicas para a educação; memórias e trajetórias individuais; patrimônio e história; o cinema, a literatura e a música como documentos para a pesquisa histórica; história, religião, bem como mitos e religiosidade na época moderna; as

dimensões do território, territorialidades e fronteiras para os estudos históricos; o Estado, o neoliberalismo e o desenvolvimento do capitalismo; as direitas, o pensamento conservador, bem como as resistências e os conflitos com a emergência das ditaduras; as festas populares como objeto da História; a imprensa como fonte; a cidade como objeto; além de pesquisas que abordam gênero, cidadania, lutas e conflitos sociais na campo.

A Comissão Organizadora

ARTIGOS

A mobilização da AMGA (Associação de Moradores do Guarani e Adjacências) no contexto político do brizolismo em São Gonçalo

Ailson Carlos da Silva¹
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é “História local, memória e identidade: Bairro Guarani/Mundel” ainda em andamento. Começamos nossa abordagem a partir da contextualização de reabertura política e distensão da ditadura militar na década de 1980, em alinhamento com a proliferação associativa dos moradores em diversas cidades do Rio de Janeiro em que cada uma com suas peculiaridades formaram as AMs (Associações de Moradores).

O foco dessa pesquisa está na formação da AMGA (Associação de Moradores do Guarani e Adjacências) e suas conquistas no período de governo de Leonel de Moura Brizola no estado do Rio de Janeiro. A trajetória da AMGA inicia com sua fundação em dezembro de 1981 e sua atuação, que se estende até início da década de 1990, período concomitante a eleição de Brizola em 1983 ao Governo do Estado do RJ e sua reeleição em 1991, e a eleição para o executivo de São Gonçalo de Edson Ezequiel entre 1989 a 1992. Face à importância de registrar a atuação da AMGA como a voz da comunidade junto ao poder público, se faz necessário o uso da metodologia da história oral por ser primordial, em se tratando de acontecimentos do tempo presente, período carente de fontes escritas.

1. As AMs (Associações de Moradores) e o contexto político da década de 1980

Frequentemente a sociedade, de modo geral, cria em suas experiências de vida frases de efeitos que servem para encorajamento, autoajuda, ou até mesmo para a função de *coaching*. Palavras ou frases como “juntos somos mais fortes” encontram-se no espírito associativo uma ferramenta de poder, pois unem forças de vários indivíduos em defesa de uma causa em comum. Quando cidadãos se unem em prol de uma mesma causa, essa ação e organização podem ser denominadas associações, como definidas a seguir:

As associações constituem esferas públicas, que podem ser definidas como espaços de busca pela opinião coletiva através da participação dos indivíduos em processos

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2021, projeto: “História Local na construção da identidade e preservação da memória do bairro Guarani”, sob orientação do Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes.

comunicativos — respaldados por direitos de livre associação e livre expressão — em assuntos de interesse público (BAIOCCHI, 2003, apud DUARTE, 2017, p.13)

Como Duarte (2017, p.38) aponta, a organização de associações de moradores remete a décadas anteriores a 1980 e era de cunho assistencialista. Já em relação às Associações pós-criação da FAMERJ (Federação de Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro), percebe-se, ainda que não explicitamente, um direcionamento político ao movimento para além de meras reivindicações comunitárias, ainda que a busca da qualidade de vida para os cidadãos que vivem em um mesmo espaço comunitário esteja sempre nas pautas das reuniões. O diálogo entre movimentos das associações e da Federação (FAMERJ) constata-se facilmente como descrito a seguir:

Para Jó Rezende, presidente da Famerj entre os anos 1980–84, o debate entre candidatos ao governo estadual, promovido pela federação em 1982, teria sido um verdadeiro divisor de águas para o movimento comunitário. Até então fundamentalmente apartidário, o movimento viu sua militância filiar-se pesadamente ao PDT, partido do então candidato Leonel Brizola, e em seguida aos demais partidos principalmente de esquerda (DUARTE, 2017, p. 39).

Mesmo com o constante diálogo entre AMs e FAMERJ, o alinhamento das ideias, no que tange a politização dos movimentos, não foi bem aceito por alguns presidentes de Associações. De acordo com DUARTE (2017, p.39), todos os presidentes entrevistados não se filiaram a FAMERJ, devido aproximação e dominação da federação por partidos políticos, o que diminuiu a credibilidade em relação aos efetivos interesses dos movimentos comunitários. A autora faz esses apontamentos em relação às associações do município do Rio de Janeiro, que foi foco de sua pesquisa.

Contudo, para a análise do crescimento e atuação das associações de moradores em São Gonçalo na década de 1980, é fundamental perceber essa linha tênue entre o brizolismo e a AMGA, por exemplo. No caso específico da AMGA, pelas entrevistas realizadas, não se observa nos membros da associação pretensões a engajamento político com o uso da instituição como trampolim a conquistas de cargos políticos. Percebe-se a associação de moradores como a união de membros da comunidade que atuam para transformar o lugar, um meio para dialogar com o poder público e conquistar melhorias para os cidadãos e futuras gerações.

2. A trajetória do Brizolismo no Rio de Janeiro e no município de São Gonçalo

Apesar de o foco da pesquisa estar no pós anos 80, uma retomada a décadas anteriores, com o intuito de entender a atuação política de Leonel de Moura Brizola, se faz relevante. A aproximação de Brizola às questões populares, como reforma de base antes do golpe militar,

ajuda a compreender a trajetória em que surgiu o brizolismo no contexto de reabertura política. Em particular, um período marcado pela busca de participação política por parte da sociedade civil, que passou a ter nas associações de moradores o veículo para dialogar com o poder público, em luta pelas melhorias necessárias aos bairros que ainda sofriam as consequências dos loteamentos desordenados da década de 1940 e 1950, em São Gonçalo.

A trajetória do que se denominou brizolismo pode ter como o momento de sua gênese a década de 1960. Em 1963, o deputado Federal do Estado da Guanabara, Leonel de Moura Brizola, organiza um movimento de esquerda denominado Grupo dos Onze ou Comandos Nacionalistas, que teve breve duração entre outubro de 1963 a 30 de março de 1964 (TAVARES, 2013, p. 14). Brizola representava a ala mais radical do PTB e acreditava que jamais conseguiria aprovar as reformas de bases, pois atingia os interesses das classes dominantes. Vislumbrava, para alcançar as reformas, a possibilidade de fechamento do congresso e intervenção com as forças armadas. Essas ideias despertavam temores de setores conservadores civis e militares da sociedade, como uma ameaça de invasão de uma onda comunista no Brasil. Fato é que o trabalhismo originado na década de 1930, com Vargas, conhece um segundo momento agora, caracterizado pela dualidade política entre Brizola e seu cunhado João Goulart, que encontrava barreiras para a conquista das reformas.

Aliava-se às dificuldades para implementação das medidas populares e às disputas internas no PTB, que inibiram Jango de conseguir apoio para levar avante as reformas que pretendia, apoio tanto da esquerda quanto da direita (TAVARES, 2013, p.15). Dessa forma, e na improbabilidade de se conseguir as reformas por meios das articulações políticas de seu cunhado Jango, Brizola utiliza dos microfones da rádio Mayrink Veiga para conclamar o povo a organizar as células dos onze integrantes, dando origem ao que se denominou de Grupo dos Onze. Era uma forma de criar uma pressão popular para forçar a aprovação das reformas de Base (TAVARES, 2013, p.15).

Após um longo período de repressão, iniciado em 1964 com o golpe militar, o cenário começa a dar traços para a reabertura política. Esse processo se verifica no governo Geisel, iniciado em 1974, com a mobilização dos atores políticos com intuito de redefinir as bases de uma nova institucionalidade democrática (SENTO-SÉ, 2002, p.87). Essa liberalização iniciada no governo Geisel fica nítida principalmente com a reforma partidária de 1979, permitindo o pluripartidarismo. Nesse sentido, surgem seis partidos inicialmente participando do pleito eleitoral estadual, entre eles o PDT, que reivindicava uma filiação ao trabalhismo da década de 1930, disputando com o PTB e perdendo a batalha judicial para Ivete Vargas. Brizola perde

judicialmente, “derrota simbólica”, mas tem diversas lideranças partidárias que o reconheciam como detentor legítimo da herança do trabalhismo (SENTO-SÉ, 2002, p.88-89).

A década de 1980 assiste a aproximação cada vez mais íntima de Brizola com os anseios populares dos trabalhadores. Essa conexão Brizola-trabalhadores alavanca a eleição de candidatos ligados às diretrizes do PDT, que tinha na liderança o próprio Brizola. A marca de um governo estadual voltado, também, às necessidades da população mais carente fica visível com o projeto de ensino integral com a criação dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), pelo então secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro Darcy Ribeiro, no governo Brizola. Esse modelo de estrutura já havia sido realizado quando Brizola esteve à frente do governo do Rio Grande do Sul (TAVARES, 2013, p.50).

O contexto histórico, que vivia o município de São Gonçalo na década de 1980 e início dos anos 90, era de luta e organização de associações de moradores, como forma de conquista por melhorias em seu espaço geográfico. Os efeitos dos loteamentos desordenados da década de 50 eram sentidos em muitos bairros que não tinham infraestrutura básica como saneamento, energia, água potável, educação (escolas), saúde, entre outras necessidades. Dessa forma, o diálogo e o estreitamento entre as comunidades e o poder público se faziam através das associações de moradores formadas, principalmente, na década de 1980. As atuações das AMs eram notáveis no noticiário do jornal O São Gonçalo (25/03/1984, Nº 8651), a exemplo da AMA-GB, que faz uma nota de agradecimento ao diretor do Colégio Estadual Moura e Silva, no bairro do Rocha, pela sua atuação junto a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro, para a implantação do segundo grau nessa unidade. Em outra matéria, O São Gonçalo (1984, Nº 8652) veicula nota de agradecimento da AMANOC (Associação de Moradores e Amigos de Nova Cidade) às autoridades municipais e estaduais, pelo atendimento das solicitações de melhorias do bairro, que incluíam construção de pontilhão da Rua Mário Deflon e substituição dos encanamentos de ferro pela CEDAE. Observa-se que as edições do jornal O São Gonçalo citadas anteriormente são do ano de 1984 e edições consecutivas, contemplando o governo de Leonel Brizola no executivo estadual e Hairson Monteiro dos Santos² no executivo municipal.

² Em entrevista cedida a Rafael Navarro Costa, Luiz Reznik e Rui Aniceto Nascimento Fernandes em 21 de novembro de 2005 na obra *Lavoura e o Lavourismo - Um estudo das práticas e representações políticas* no município de São Gonçalo, Hairson relata como conheceu e se aliou a Joaquim Lavoura, (perpetuando na década de 1980 o continuísmo do lavourismo) grifo nosso. Assim como Lavoura governava e buscava atender as necessidades dos gonçalenses costurando um movimento que veio a ser conhecido por Lavourismo, Brizola também era visto com essa aproximação às causas sociais principalmente nos anos que antecederam o golpe de 1964. Coincide nesse momento entre 1984 a 1988 o governo municipal com Hairson representante do lavourismo e Leonel Brizola no governo do estado lançando as bases do brizolismo.

Nas águas do brizolismo surge, na cena política, Edson Ezequiel de Matos, que passa a atuar junto ao governador do estado, Leonel Brizola, após se filiar ao partido e assumir a presidência do PDT em São Gonçalo. Como se observa em nota de capa do jornal O São Gonçalo (1989, nº 9.519) do dia 9 de março de 1989, a presença do PDT no município se fortalece com uma campanha para filiações ao partido alavancado pelo Brizo-Rocha, que teve como fundador e presidente Marcos Medeiros. Despertava o interesse para filiação o fornecimento da carteirinha e expectativa de novidades aos filiados ao partido, como apresentado no jornal O São Gonçalo (1989, Nº 9.519). O Brizo-Rocha foi fundado no dia 22 de fevereiro e entre os filiados havia desde populares até médicos, advogados e professores. Esse comitê passou a ter um papel importante no processo de filiação ao PDT, respondendo pelo domínio do brizolismo em fins da década de 80 à década de 90 com Ezequiel e João Barbosa Bravo. A figura de Brizola já se fazia bem conhecida para além do Comitê do PDT. Seu carisma e a identificação com as causas populares, desde a luta pelas reformas de base em início da década de 1960, antes do golpe militar, e o período a frente do executivo do estado do Rio de Janeiro, o levaram a angariar simpatia do povo gonçalense. A sua presença em momentos importantes no município contribuía para sua popularidade na cidade, como por exemplo, em sua vinda à inauguração da primeira Estação de Tratamento de Resíduos Orgânicos de Leite da Região, na Fábrica Eduardo Duvier (Faed) no Bairro do Colubandê, publicado em nota de capa do jornal O São Gonçalo (1992, nº 10.212).

Aliado ao seu carisma e aproximação ao povo mais carente, Brizola fez com o modelo de Educação dos CIEPs sua carta de apresentação em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Em 1988, Ezequiel se candidata a prefeito de São Gonçalo. Sendo eleito, renuncia ao mandato de deputado estadual para assumir, em janeiro de 1989, o seu novo cargo de prefeito³. As características que marcam sua trajetória no governo é o diálogo e atenção às causas populares, fruto de um modelo político herdado do trabalhismo e incorporado ao PDT e ao Brizolismo. Essa política de aproximação com as comunidades mais carentes se expressa em nota ao jornal fluminense, na qual a assessoria de comunicação de São Gonçalo relata a preocupação com os alagamentos no bairro das Palmeiras em diálogo direto com a associação

³ FGV, EZEQUIEL, Edson. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edson-ezequiel-de-matos>. Acesso em 5 de setembro de 2022.

de moradores, a ação da prefeitura com a “operação verão”, e as obras de asfaltamento na região.⁴

A presença do poder público municipal era notada de várias formas, como publicada em nota de capa pelo jornal O São Gonçalo (1989, Nº 9.519), na comemoração de um mês do serviço de atendimento denominado Disque-cidadão. Esse canal atendia pelo telefone 712-9496, o qual, através de duas telefonistas, o cidadão registrava sua reclamação e era encaminhado ao setor responsável para possível solução. Recebiam queixas sobre coleta de lixo, valas entupidas e buracos nas ruas. A articulação entre o poder público e as necessidades dos cidadãos era feita principalmente por meio das associações de moradores de bairros.

Em nota ao jornal O São Gonçalo de 20 e 21 de junho de 1992, moradores e comerciantes do bairro Trindade e Luiz Caçador agradecem ao presidente da associação de moradores do bairro das Palmeiras, Carlos Castilho, e ao subsecretário de obras e serviços públicos da prefeitura municipal de São Gonçalo, Jorge Pimenta, a realização da obra de terraplanagem (O SÃO GONÇALO, 1992, Nº 10.222). Notícias como essas se tornaram frequentes nas páginas do jornal O São Gonçalo.

Entre 1989 e 1992, período do primeiro mandato do prefeito Ezequiel, frequentemente o jornal O São Gonçalo noticiava ações positivas do seu governo. Em nota de capa do dia 28 de agosto de 1992 lê-se como título “devedores do IPTU ganham anistia”. Nessa mesma matéria, relatou a mensagem com a aprovação da câmara do prefeito para isenção de multas e juros das dívidas do IPTU em atraso, assim como a doação pela prefeitura de dois terrenos no bairro Água Mineral e Santa Izabel para construção de CIEPs (O SÃO GONÇALO, 1992, nº 10.248). Essa medida em relação ao imposto, e até ao ISS devido, já havia sido realizada pela prefeitura em 1989 anistiando 50% da correção monetária e isenção de juros e multas (O SÃO GONÇALO, 1989, nº 9.532). Essas isenções de impostos já haviam sido colocadas em prática por Lavoura no seu primeiro mandato, iniciado em 1955. De certa forma, a anistia das multas e juros levava ao aumento da arrecadação municipal, além de resolver o problema de inadimplência do cidadão. Tanto no governo de Joaquim Lavoura (1955-1959) quanto no governo do Ezequiel (1989-1992), nota-se essa preocupação em possibilitar ao contribuinte a quitação da dívida, sendo uma ação em benefício do gonçalense e não devendo ser vista apenas como estratégia de aumentar a arrecadação aos cofres públicos.

⁴ O Fluminense, Niterói, RJ, 25 de janeiro de 1990, nº 26536- Na mesma página em que a assessoria da prefeitura expressa a preocupação com as chuvas, lê-se a petição da associação de moradores em favor do Bairro das Palmeiras.

Como apresentado em nota do jornal O São Gonçalo de 23 de Julho de 1992, a preocupação do poder executivo municipal, na figura de Ezequiel, sobre os problemas do cidadão e dos efeitos da urbanização, foram sentidas em decretos como 034/92, o qual simplificava a legalização de imóveis já construídos. O objetivo era regularizar a situação do grande número de edificações, principalmente em áreas carentes, onde a prefeitura dispensava a apresentação de um profissional responsável pela construção da obra, no caso um arquiteto ou engenheiro e uma planta da construção. Essa regra valia para construções com menos de 100 m² construídos ou duas construções que não ultrapassassem 140 m² construídos. As construções com a medida maior que o limite de 100 m² ou duas que somassem no máximo 140 m², usaria a legalização simplificada com a exigência de um profissional responsável pela construção (O SÃO GONÇALO, 1992, nº 10.236). Deste modo, observa-se que a expansão demográfica do município era feita de forma desordenada, porém, a ação do poder público demonstrava preocupação e ação para solucionar os problemas.

O diálogo com o poder executivo municipal estava acontecendo, e o reconhecimento da população aparecia em forma de agradecimento em notas do jornal O São Gonçalo, com frases assim: “-Acho excelente essa operação bairros da Prefeitura. Há 20 anos que não via um trator da municipalidade passando nas nossas ruas”. Tal frase foi dita por Ilson Porto, presidente da Associação de Moradores no loteamento Nova York, que procurou o prefeito Ezequiel que acompanhava as obras, fazendo elogios e agradecendo pela atenção ao loteamento (O SÃO GONÇALO, 1989, nº 9.637).

Uma ajuda prometida a São Gonçalo pelo governador Brizola foi noticiada no jornal O São Gonçalo do dia 07 de janeiro de 1992 (1992, nº 10.149). Um sinal enfático do diálogo entre o prefeito Ezequiel e o governador. O problema relatado à época por moradores do Rocha, dizia respeito às fortes chuvas de janeiro e o estado de calamidade das ruas que enchiam com o transbordar do rio, deixando inúmeros moradores em risco. É notável esse olhar do governo estadual e municipal às dificuldades da sociedade, transmitindo um pouco mais de esperança a população.

Ao observar a política municipal de São Gonçalo, na tratativa do crescimento urbano e social, e os problemas provenientes do loteamento desordenado após a segunda metade do século XX, é impossível não contemplar o esforço de alguns personagens em construir uma cidade melhor. Olhar para trás e ver a atuação de homens como Joaquim Lavoura, Brizola e Ezequiel acende a esperança que a política pode ser vista, verdadeiramente, como um braço a mais em força de trabalho a serviço do povo. Como escreve FREIRE (2009, p. 22) “[...] O

Prefeito Gilberto Pires procurou modernizar a administração na intenção de construir uma cidade sob os alicerces dos valores de “progresso” e “civilização” [...]”. Mas a cidade ideal se esbarrou nas dificuldades financeiras, oposição partidária, interesses capitalistas e ambição dos loteadores entre outros elementos que a tornaram impossível de ser concretizada, apesar de ter sido imaginada por pessoas que sonharam e vislumbraram sem conhecer de perto o tamanho das dificuldades. A cidade ideal vai dando lugar a real, que aos poucos vai tomando forma, se ajustando, e através de administradores mais comprometidos, conquistando algum êxito.

De fato, os nomes que resistem ao tempo nos registros e na memória com seus bons feitos, deram forma a São Gonçalo e minimizaram os problemas. Certamente, cabe a Joaquim Almeida Lavoura um lugar de destaque como um divisor de águas da história de São Gonçalo no século XX. Também vale registrar a atuação de Ezequiel, representante do brizolismo, que demonstrou, assim como Lavoura, a aproximação do poder público às problemáticas dos gonçalenses, tendo apoio de Brizola como um continuísmo do populismo varguista.

3. AMGA (Associação de Moradores do Guarani e Adjacências): Trajetória e conquista

A trajetória da AMGA possui algumas peculiaridades que a torna um tanto destoante das maiorias das AMs que surgiram em mesmo período. Como DUARTE (2017, p.39) nos apresenta, a FAMEJ entre 1980 a 1984 tomou um posicionamento político o que levou diversos presidentes de associações ficarem reticentes em se federar devido ao partidarismo político. Assim também aconteceu com a AMGA, na qual a aproximação com a política se dava apenas para levar os problemas da comunidade ao poder público e não se tem notícias de interferência partidária em sua formação, inclusive não se filiou a federação em São Gonçalo.

Em entrevista concedida a Ailson Carlos da Silva, no dia 12 de fevereiro de 2023, a professora Suzana Berta Ciarla⁵ de 72 anos, membro e secretária da Associação de Moradores do Guarani e Adjacências, que chegou no bairro em 1970 ao ser arguida sobre a razão para a criação da associação respondeu o seguinte:

Porque havia um grupo interessado na melhoria do bairro, entendeu, e via as crianças muito abandonadas. Como a própria escolinha onde eles estudavam era uma escolinha alugada e estava sempre com algum defeito, desabando, faltando água faltando, luz, caindo telhas, caindo na parede coisa e tal, era alugada da família dos Nancis, entendeu, que não faziam a manutenção, então aos poucos nós fomos criando a associação com o objetivo de ter uma opção de lazer para mantê-los no bairro, entendeu, para que essas crianças fossem incentivadas a estudar, fossem incentivadas a praticar um esporte, ter amizade[...].

⁵ SUZANA BERTA CIARLA de 72 a professora anos membro e secretária da Associação de Moradores do Guarani e Adjacências que chegou no bairro em 1970 através de sua tia que ali foi morar após seu esposo ser acometido de enfarte sendo aconselhado pelo médico morar em um lugar de sítio.

Dos entrevistados, além de Suzana Ciarla, Sylvio Braga, Osea Nascimento Celso Fontoura e Sara Linhares⁶, foram unânimes em dizer que a principal razão para a criação da AMGA foi a necessidade de uma escola para o bairro, e com a escola, a luta para outras melhorias como água, energia, ônibus entre outros. Como Ciarla (2023) expõe em seu depoimento, o bairro não oferecia nenhum atrativo para as crianças e jovens, e a associação foi um meio de mobilizar a comunidade da necessidade de se criar meios de lazer para as crianças, reivindicando junto ao poder público uma nova escola para atender a demanda do local. Havia no Barracão uma pequena escola que funcionava em uma casa em propriedade da família Nanci. Todos os entrevistados também relatam as péssimas condições das poucas instalações. Em entrevista concedida a Ailson Carlos da Silva, no dia 25 de agosto de 2023, por Avenete Carvalho Moraes Silva⁷ de 77 anos, traz detalhes da situação:

A escola só tinha duas salas, só tinha até a segunda série. Depois botaram até a terceira porque, tinha um ano primeira série, um ano segunda, e aí não dava para botar terceira e quarta. Então, terceira e quarta não tinha. Aí depois formou, a terceira então iam para terceira no Pacheco. O nome da escola era escola reunida 47 barracão. No início da entrada da rua do Diaz André, em uma casa. Era a escola reunida 35 do Pacheco. A do barracão é a escola reunida 47 barracão. Nome da escola era reunida 47 barracão, depois que passou a Getúlio Vargas. Quando veio a diretora Cilene, aí foi que passou a se chamar Escola Estadual Doutor Getúlio Vargas.

SILVA (2023) relata os problemas como falta de vagas para os alunos, as quais eram dadas como prioridades aos mais velhos, o pequeno espaço das salas de aulas, o banheiro único para todos da comunidade escolar fora do ambiente da escola e também a falta de água a qual a diretora trazia de casa em seu carro para o consumo das crianças e professores.

A AMGA teve um papel importantíssimo na solução do problema da escola. De acordo com os entrevistados a AMGA inicialmente se reunia na casa de alguns membros e depois em um terreno da família Fontoura construíram uma sede em que passaram a se reunir e

⁶ Sylvio Braga de 80 anos, morador do bairro Guarani/Mundel e membro do conselho fiscal da extinta AMGA (Associação de Moradores do Guarani e Adjacências), entrevistado por Ailson Carlos da Silva no dia 13 de janeiro de 2023. Osea Barbosa Gomes do Nascimento 63 anos, moradora do bairro Guarani/Mundel, foi aluna da antiga escola Dr. Getúlio Vargas e depois professora e diretora até 2013 da nova escola que passou a se chamar C. E. Vila Guarani. Entrevista concedida por Celso Fontoura, nascido no bairro Guarani/Mundel em 1963, filho de Manoel Fontoura que foi um dos pioneiros do bairro na segunda metade da década de 1940, tendo participação ativa nas melhorias do bairro como membro participante da Associação de Moradores do Guarani e Adjacências (AMGA). Sara da Conceição Souza Linhares de 74 nascida em São Gonçalo moradora do Gradim antes de residir no Guarani/Mundel até a data da entrevista em 17 de janeiro de 2023. Recebeu de seu pai o terreno onde reside com seus filhos e relata que seu pai doou o terreno para a primeira Igreja evangélica do bairro que localiza-se ao lado da sua propriedade na rua Manoel Fontoura em frente a ao C.E Vila Guarani.

⁷ A entrevistada nasceu em São Gonçalo no bairro barracão. Foi aluna até a segunda série da escola reunida 47 Barracão a qual voltou depois de formada como professora ainda na antiga escola. Acompanhou a transição da antiga escola reunida 47 que funcionava em uma casa para a escola nova que tinha o no me á época da inauguração de E. E Dr. Getúlio Vargas.

promoviam eventos. Muitos eventos eram realizados segundo CIARLA (2023) para angariar fundos para obtenção de brinquedo e material esportivo para entretenimento das crianças, sobre isso continua:

Nós estávamos ainda em busca de um lugar, em busca de construir uma ideia. Por isso a gente fazia eventos de rua como festinha juninas quermesse, colocava bazar na rua, para poder arrumar algum dinheiro para comprar terrenos, para construir a sede. E aí 2 anos depois é que a gente começou construir a sede com os membros realmente ali tudo certinho, um conselho deliberativo já com secretário, com o presidente, com o contador com tudo direitinho e tudo isso registrado em ata

Com a urgência de uma escola para atender ao bairro Guarani/Mundel e bairros vizinhos, a AMGA resolveu em contato com o Governo do Estado doar o local da sede para a construção da escola. Doar o terreno que era a sede, porém os representantes do governo do estado disseram ser pequeno o espaço. Dessa forma, a associação iniciou uma campanha para a compra de outro terreno como afirmam CIARLA (2023) e BRAGA (2023). De acordo com SILVA (2023), associação procurou os professores e funcionários da escola antiga para ajudarem na compra do terreno e prontamente contribuíram.

Com a construção da nova escola, outros benefícios vieram a reboque. Houve melhoras na energia elétrica e iluminação pública na rua do ônibus. A empresa foi levada a colocar mais ônibus na linha e a água chegou ao bairro via tubulação que atendia a escola. De todas as conquistas mencionadas, a maior foi a possibilidade das crianças terem um lugar de aprendizagem e convívio, semeando para seus futuros.

As associações de modo geral promoveram uma aproximação da comunidade ao poder público e expôs as dificuldades sofridas nas comunidades de forma a não cair no esquecimento das campanhas políticas. Era estabelecido um elo de diálogo entre governantes e governados.

Referências bibliográficas e fontes

AMA-GB agradece implantação do 2º Grau. *O São Gonçalo*. São Gonçalo-RJ, Domingo 25 de março de 1984, Nº 8651.

BRIZOLA INAUGURA USINAS. *O São Gonçalo*. São Gonçalo-RJ, dias 29 e 30 de maio de 1992, nº 10.212).

BRIZO-ROCHA reúne-se e elabora estatutos. *O São Gonçalo*, São Gonçalo-RJ, 9 de março de 1989, Nº 9.519.

BRIZO-ROCHA. *O São Gonçalo*, São Gonçalo-RJ, 9 de março de 1989, Nº 9.519.

BRIZO-ROCHA. *O São Gonçalo*. São Gonçalo-RJ, 9 de março de 1989 nº 9.519

CRIADO o comitê Brizo-Rocha em São Gonçalo. *O São Gonçalo*, São Gonçalo-RJ, 9 de março de 1989, Nº 9.519.

DISQUE-CIDADÃO completou um mês, *O São Gonçalo*, São Gonçalo-RJ, 9 de março de 1989, Nº 9.519

DUARTE, Rute de Jesus. **Associações de moradores como espaços de aprofundamento democrático**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, 2017, 104 p.

FREIRE, Renato Coelho Barbosa de Luna. **Cidades da cidade: práticas e representações da política municipal sobre a nova São Gonçalo/RJ – 1950-1954**

LUIZ CAÇADOR AGRADECE TERRAPLANAGEM. **O SÃO GONÇALO**. São Gonçalo-RJ, 20 e 21 de Junho de 1992, Nº 10.222

MUNICÍPIO simplifica legalização de imóveis. **O São Gonçalo**, São Gonçalo RJ, 23 de Julho de 1992, Nº 10.236.

N. Cidade agradece melhorias. **O São Gonçalo**. São Gonçalo-RJ, terça feira 27 de março de 1984, Nº 8652

PREFEITURA DE SÃO GONÇALO ANISTIA CONTRIBUINTE EM ATÉ 50%. **O São Gonçalo**. São Gonçalo-RJ 4 e 5 de fevereiro de 1989, nº 9.532.

REZNIK, Luís; COSTA, Rafael Navarro; FREIRE, Renato Coelho Barbosa de Luna e MOURA, Rogério Soares de. **Lavoura e o lavourismo: Um estudo das práticas e representações políticas no município de São Gonçalo**. Rio de Janeiro: FFP/UERJ, 2013.

SENTO-SÉ, João Trajano. **O discurso brizolista e a cultura política carioca**, Varia Historia, nº 28, 2002

TAVARES, Tânia dos Santos. **Grupo de Onze: a esquerda brizolista (1963-1964)**, 2013.

Expansão capitalista e construção da divisão territorial do trabalho no Brasil

Ailton de Oliveira Junior¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Christiane Vieira Laidler
Bolsista CAPES

Introdução

O presente trabalho consiste em reflexão desenvolvida a partir da dissertação “Industrialização, povoamento e extrativismo: da constituição do Extremo Sul Baiano à formação do “Comercinho dos Pretos” na década de 1950” e do projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro intitulado “Integração nacional, extrativismo e urbanização no Extremo Sul baiano (1945-1956)” e tem por objetivo analisar o desenvolvimento industrial e urbano brasileiro entre os anos 1940 e 1950 e a construção da divisão territorial do trabalho no país, visto que a integração nacional que se dá a partir desse processo não inclui de maneira horizontal todos os seus territórios e regiões, mas os integra de forma vertical e hierarquizada, tendo a região Sudeste, mais precisamente o estado de São Paulo como centro dinâmico, e os demais com funções a ele subordinadas. Para além do uso de bibliografia acerca do desenvolvimento econômico e urbano brasileiro – como Milton Santos, Prado Júnior e Celso Furtado – o trabalho também se valerá de dados produzidos pelo IBGE, mais precisamente em seus Anuários Estatísticos referentes aos anos de 1940 e 1950.

A constituição da região Sudeste como polo econômico do Brasil

O Brasil foi, durante séculos, um país essencialmente agrário¹. Seus núcleos urbanos se encontravam dispersos e pouco interligados até o final do século XIX, concentrando-se em sua maioria em regiões litorâneas, tendo ainda pouca penetração no interior do território. Tratava-se de núcleos relativamente isolados e independentes, não possuindo uma dinâmica ou lógica produtiva que os integrassem².

¹ Discente do doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “Integração nacional, extrativismo e urbanização no Extremo Sul baiano (1945-1956)”, sob orientação da Dra. Christiane Vieira Laidler. Bolsista: CAPES.

¹ SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

² PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*; entrevista Fernando Novais; posfácio Bernardo Ricupero. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Essa caracterização territorial do país se deve ao caráter econômico que vigorou até então. Sob uma economia de ordem mercantil e colonial, predominante durante os três primeiros séculos de Brasil, a produção nacional se restringiu ao setor agropecuário e extrativista, não desenvolvendo expressiva urbanização, visto que a economia nacional não se assentava nessas bases. Os poucos núcleos existentes, por não serem o centro dessa ordem, se mantinham dispersos pelo território, possuindo modesta população e com precária rede de transporte e comunicação que os conectassem, permanecendo por muito tempo pouco articulados entre si. Em geral, as principais cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, Salvador e Recife, encontravam-se no litoral, cumprindo importante papel econômico para o país devido ao seu potencial portuário. Por muito tempo, a navegação foi o principal meio de contato entre os vários pontos territoriais do Brasil³.

Esse fator é gradualmente alterado no século XIX. O fim do período colonial em 1822 confere ao Brasil uma nova lógica produtiva. A região Sudeste assume a liderança desse processo, gozando do fortalecimento econômico e político conquistado ainda no período colonial, quando substitui o Nordeste brasileiro enquanto principal eixo dinâmico do país. Em 1763 a capital colonial transfere-se de Salvador para o Rio de Janeiro, elevado em 1808 a sede do Império português e, com a Independência em 1822, a capital nacional⁴. A nova capital do Império assume maior importância devido ao declínio da produção do açúcar e do algodão, principais produtos de exportação até então e concentrados em grande parte no Nordeste. Em seu lugar, as grandes lavouras cafeeiras do Sudeste assumem a posição de liderança enquanto maior produto exportado, dotando os assim chamados “barões do café” de grande influência econômica e política no país, principalmente na defesa e manutenção da estrutura fundiária e escravocrata, sobre a qual sustentava sua produção⁵.

Tornado o principal produto na economia brasileira na segunda metade do século XIX, o café passou a demandar uma infraestrutura industrial que beneficiasse seu cultivo, de modo a possibilitar sua inclusão no mercado capitalista internacional. A atividade cafeeira foi incrementada com investimentos em maquinários agrícolas e em transportes e comunicação, introduzindo o sistema ferroviário e melhorando a estrutura dos portos. Em torno da cafeicultura, uma grande área, abrangendo parte da região Sul e Sudeste, passa a se integrar

³ Ibidem.

⁴ CARDOSO, C. F. S. O Trabalho na Colônia. In: LINHARES, M. Y. L. (org.). *História geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 1990. p. 106.

⁵ MONTEIRO, H. M. Da Independência à vitória da ordem. In: LINHARES, M. Y. L. (org.). *História geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 1990.

economicamente tendo o estado de São Paulo enquanto centro⁶. Para além da modernização industrial em torno da atividade cafeeira, se verificará ainda no país um processo de substituição da exploração do trabalho escravo pela exploração do trabalho livre assalariado, processo este que culmina na abolição, ao menos no âmbito jurídico, da escravidão no Brasil em 1888.

A lógica do trabalho escravista correspondia ainda a uma característica do modelo colonial e mercantil, e se mostrava incompatível com a disciplina exigida pelo capitalismo industrial⁷, que consiste na exploração do trabalho assalariado, muito embora as expropriações colonialistas, e por extensão o regime escravista, tenha contribuído para a formação do modo de produção capitalista na Europa, dentro do que Karl Marx denominou de *acumulação primitiva*, ou seja, o processo precedente ao sistema capitalista, que separa o trabalhador dos seus meios de produção, propiciando a transformação de riqueza concentrada em capital. Esse processo se deu na Europa ocidental a partir do século XIV, mas se apresentou e ainda se apresenta de maneiras distintas em diferentes períodos e lugares⁸. No Brasil, e no continente americano de maneira geral, essa forma de acumulação assumiu também aspectos colonialistas, consistindo basicamente na retirada violenta dos meios de produção das populações indígenas e na exploração do trabalho escravo. A riqueza advinda desse processo, por meio do regime colonial e da economia mercantil, foi transformada em capital pelas potências europeias, que assumiram a vanguarda da industrialização mundial, transformando-se em grandes nações capitalistas⁹.

As antigas relações de trabalho escravistas, ainda que não se possa dizer que correspondam a uma disciplina de trabalho industrial, não se encontravam, mesmo no período colonial, apartadas do capitalismo, ainda em seu estágio de formação¹⁰. A colonização moderna esteve fundamentalmente relacionada ao acúmulo de capitais por parte das potências europeias, em especial a Inglaterra, que mesmo possuindo domínios coloniais menores que os reinos ibéricos conseguiu fomentar seu desenvolvimento industrial e econômico a partir de suas companhias de comércio e acordos internacionais.

É preciso considerar o modo de produção escravista no contexto colonial como um processo fundamental para a formação do capitalismo, não apenas no continente europeu, mas

⁶ SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

⁷ MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

⁸ FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira/A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

também para a sua posterior expansão para os países periféricos do sistema, também chamados de países dependentes ou subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil. O violento processo de transformação das populações afrodescendentes e indígenas em mão de obra cativa é fundamental para a concentração de riqueza nas mãos do que se desenvolveu a partir do final do século XIX como uma burguesia agrária brasileira. O baixo custo da mão de obra escravizada somada à grande propriedade fundiária concentrada a partir da expropriação das terras dos povos nativos construiu a classe dominante do Brasil¹¹. Se de um lado a escravidão é responsável pela formação da classe dominante do país, é por ela também que passa a formação da classe trabalhadora livre assalariada, visto que todo o processo histórico de expropriação legará a maior parte da população brasileira, herdeira histórica desse processo, a ausência de recursos e meios para a produção de sua subsistência, lhe restando apenas a liberdade de vender a sua capacidade de trabalho aos proprietários da terra em troca do mínimo necessário à satisfação de suas necessidades¹².

A proletarianização da classe trabalhadora brasileira, entretanto, não ocorre de maneira uniforme em todo o território nacional. Ocorre de maneira gradual e diversa, de modo que as relações de trabalho escravistas ainda permanecerão por muito tempo, mesmo sobre a vigência da liberdade jurídica garantida pela abolição¹³. A modernização dessas relações de trabalho dentro de uma disciplina capitalista industrial ocorre primeiro na região Sudeste em torno da produção cafeeira, visto que, enquanto principal produto nacional, será responsável por iniciar as transformações de ordem industrial no país, o que resultará em uma diferenciação dessa região frente às demais, configurando enquanto centro dinâmico da economia brasileira¹⁴.

Ao mesmo tempo, à medida que o Sudeste brasileiro passava a integrar uma economia industrial, o desenvolvimento econômico desta região passou a reunir uma série de serviços. Serviços estes que têm a cidade enquanto principal espaço de atuação, como bancos, centros de comunicação, companhias de energia, meios de transporte, hospitais, instituições de ensino, etc.¹⁵. Se a economia urbana já se caracteriza por concentrar diversas atividades técnicas especializadas, com a inserção no mundo capitalista industrializado essa característica se torna

¹¹ FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 18ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

¹² FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

¹³ PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira/A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

¹⁴ GRANDI, G. *Transportes e desenvolvimento econômico no Brasil de 1945 a 1960. História econômica & história de empresas*. Rio de Janeiro, vol. 19, nº 2, p. 377-401. jul./dez. 2016.

¹⁵ SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

ainda mais intensa¹⁶.

Apesar de se verificar um pequeno crescimento na taxa de urbanização no final do século XIX, basicamente no Sudeste brasileiro, é somente no início do século XX que se tem uma intensificação desse processo, ao ponto de haver mudanças significativas no país, já que este passou a não mais se caracterizar enquanto rural, mas sim urbano. Essa mudança se deu em grande medida pela política de desenvolvimento econômico levada a cabo a partir da década de 1930 nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945). O governo, utilizando medidas de incentivo fiscal e fornecimento de créditos, promovia investimentos no setor industrial no país. Por meio de uma política de intervenção na economia, utilizando o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para tal, o Estado brasileiro conduziu, regulamentou e financiou diversos setores da indústria, além de estatizar alguns considerados estratégicos e voltados ao serviço público, como empresas fornecedoras de água, energia e de transportes, mais especificamente as ferrovias¹⁷.

O projeto de integração e industrialização seguia o propósito de dissociar a economia brasileira de seu modelo agroexportador, suscetível às intempéries naturais e sucessivas crises devido ao seu ainda baixo nível tecnológico. Almejava-se, portanto, uma modernização capitalista do país. Com isso, seu meio natural, onde a relação dos indivíduos com a natureza é imperiosa, foi cada vez mais cedendo espaço ao meio técnico-científico, ou seja, a um espaço cada vez mais reconfigurado a partir do desenvolvimento tecnológico das forças produtivas. Ao mesmo tempo, as antigas relações pautadas pelo valor de uso do território foram sendo substituídas pelo valor de troca, onde as regras da economia capitalista operam¹⁸.

Tal política de desenvolvimento industrial, como é próprio de qualquer processo de industrialização, se mostrou para além do mero investimento em instalação de atividades industriais em determinados lugares, compreendendo o processo de industrialização em toda a sua complexidade. Tendo São Paulo e toda a região Sudeste como pontos articuladores dessa economia em desenvolvimento, a política de industrialização esteve a serviço da construção de uma integração econômica e territorial em todo o país, de maneira a se constituir uma divisão territorial do trabalho complexa em moldes capitalistas.

Para o governo, havia a necessidade de se superar os “arquipélagos econômicos” do

¹⁶ SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

¹⁷ GRANDI, G. *Transportes e desenvolvimento econômico no Brasil de 1945 a 1960. História econômica & história de empresas*. Rio de Janeiro, vol. 19, nº 2, p. 377-401. jul./dez. 2016.

¹⁸ SANTOS, M. *op. cit.*

Brasil¹⁹, uma referência à desintegração entre os territórios brasileiros que, para Vargas, era um conjunto de “ilhas” espalhadas pelo país sem quaisquer redes de contato e comunicação direta entre elas, salvo pelas rotas de navegação. Aquela integração territorial que já havia se iniciado no Sudeste, devido às exigências de mercado da produção do café, passou a ser expandida a todo o território nacional. As estradas de ferro são ampliadas e interligadas e estradas de rodagem começam a ser planejadas e abertas visando o acesso a regiões e territórios ainda isolados. Essa ligação por vias de transporte se dava de modo que o centro maior de produção nacional, São Paulo, tivesse acesso ao todo, de maneira a exercer seu papel de liderança industrial sobre as demais regiões.

Apesar de toda a intensificação da industrialização, tornando-a parte importante da renda interna brasileira, a proposta de interiorizar a produção integrando todo o território, dentro de uma divisão territorial do trabalho, voltava-se para o desenvolvimento agrícola. No entanto, nesse novo modelo econômico, a agricultura assumia o papel de fornecedora de matéria-prima às indústrias e às demandas da crescente urbanização. Seguiu-se a política de fornecimento de crédito e isenção fiscal à iniciativa privada para tal objetivo, pois o projeto previa que a exploração do meio rural proporcionaria a criação de povoações, e, com isso, traria ao governo domínio e alcance de toda extensão territorial brasileira. Quando o desenvolvimento “autônomo” da economia não se mostrava capaz de promover o povoamento, o Estado entrava para desempenhar a tarefa²⁰.

Verifica-se então um pequeno aumento na taxa de urbanização. Houve um crescimento nos núcleos urbanos existentes e o aparecimento de novas aglomerações. A concentração de serviços e a oferta de trabalho se mostraram elementos atrativos aos imigrantes, resultando em crescimento também na taxa de população urbana, conforme se verifica nos números apresentados por Milton Santos:

Se o índice de urbanização pouco se alterou entre o fim do período colonial até o final do século 19 e cresceu menos de quatro pontos nos trinta anos entre 1890 e 1920 (passando de 6,8% a 10,7%), foram necessários apenas vinte anos, entre 1920 e 1940, para que essa taxa triplicasse passando a 31,24%. A população concentrada em cidades passa de 4.552.000 pessoas em 1920 para 6.208.699 em 1940.²¹

Nota-se então uma ampliação na urbanização brasileira juntamente com o aumento da importância dos centros urbanos. E, para além da relação direta entre urbanização e

¹⁹ COSTA, J. C. Z. *Colonização privada e oficial no primeiro governo Vargas: integração do mercado e desenvolvimento econômico. História econômica & história de empresas*. Rio de Janeiro, vol. 17, nº 1, p. 115-146. jan./jun. 2014. p. 116.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993. p. 22.

industrialização, o crescimento do tamanho e número de cidades se dá também pelo grande aumento populacional ocorrido no Brasil. Em um intervalo de 30 anos, entre as décadas de 1920 e 1950, o aumento demográfico brasileiro chegou a mais de 20 milhões de habitantes, conforme se vê abaixo:

Anuário Estatístico do Brasil - População do Brasil na data dos recenseamentos gerais

Ano	1920	1940	1950
População	30.635.605	41.236.315	52.832.577

Fonte: IBGE - Censos Demográficos.²²

Esse crescimento demográfico, juntamente com o acelerado processo de industrialização - mormente nos grandes centros industriais no Sudeste e Sul do país - acabou por impelir à um certo rearranjo espacial, impulsionando o surgimento de novos povoamentos e cidades, além do crescimento dos centros urbanos já existentes.

Ao analisar o contexto de industrialização brasileira, verificada no início do século XX, e a gradual modificação no caráter econômico do país, percebe-se que as condições para que o Brasil se desenvolvesse a um estágio mais avançado do capitalismo se apresentavam distantes. Em termos básicos essas condições consistiam em: infraestrutura de transporte e comunicação que abrangesse a grandiosa dimensão territorial da nação; ocupação de áreas menos povoadas, mais especificamente em áreas pouco povoadas nos termos do projeto de nação do governo, do qual se excluía povos tradicionais; e disciplina do trabalho capitalistas, ou, em outras palavras, proletarização do trabalhador.

A transformação das relações de trabalho

A expansão das relações capitalistas de produção no território brasileiro, assim como a expansão dessas relações em qualquer lugar, passa pela destruição e desintegração das antigas relações de produção que ainda vigoravam pelo país. Para essa expansão acontecer era preciso transformar a massa de trabalhadores do Brasil, em sua extensa maioria trabalhadores rurais, em proletários, ou, em outras palavras, trabalhadores assalariados. A dinâmica da expropriação, longe de ser um fenômeno restrito a um contexto anterior ao capitalismo, se mostra enquanto uma necessidade constante do capital, visto sua tendência à permanente expansão. É preciso

²² IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil: Ano XI-1950*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.

criar e reproduzir a base social do capitalismo de maneira contínua. Povos tradicionais, pequenos proprietários são agora impelidos, seja pela ação direta da iniciativa privada ou do poder público, seja pelos efeitos indiretos das transformações econômicas em curso no país, a se inserir em novas atividades econômicas enquanto empregados, independente da condição jurídica de empregabilidade. A esse processo a Virgínia Fontes chama de *expropriação primária*²³.

O processo de expropriação analisado por Marx em O Capital que permite o desenvolvimento do modo de produção capitalista da Inglaterra não se restringiu a esse momento histórico. Para Fontes, “as expropriação constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista”²⁴. Ou seja, o processo de industrialização e a conseqüente modernização das relações de trabalho no Brasil em meados do século XX também perpassam por contínuas expropriações, visto que são elas as responsáveis por destituir os trabalhadores dos meios e condições de efetivar o seu trabalho a não ser por meio de sua inserção no mercado de trabalho. Longe de se esgotar, esse processo se mostra permanente e contínuo, pois é necessário por criar constantemente as condições para a reprodução do modo de produção. A continuidade dessas expropriações é chamada pela autora de *expropriações secundárias*. A incorporação de um número cada vez maior de indivíduos a esse mercado resulta em uma maior dependência dele para a manutenção da vida. À medida em que essas novas relações de trabalho se estabelecem e são perpetuadas passam também a ser internalizadas cada vez mais como forma regular e normal de funcionamento da sociedade. Dessa forma, a realidade passa a se impor sobre a vida social reproduzindo a base social do sistema produtivo²⁵.

A expansão do mercado capitalista no Brasil, ou melhor, a expansão das relações de trabalho capitalistas no Brasil, pode passar uma falsa ideia de que consideramos que o país se encontrava fora do mercado, o que não é o caso. Como bem salienta Prado Junior, o Brasil desde a sua formação já estava integrado ao mercado mundial cumprindo o seu papel de colônia do Império português, e permaneceu integrado mesmo com sua independência no século XIX.

²³ FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

²⁴ Ibidem. p. 45.

²⁵ Ibidem. p. 45.

Contudo, é necessário considerar o caráter dessa integração, já que seu lugar no interior dessa economia de mercado certamente não é a de centro dinâmico, mas de periferia²⁶.

O desenvolvimento capitalista na periferia do sistema, no qual se situa o Brasil e a América Latina como um todo, se dá a partir da expansão da economia das grandes potências dentro do que é caracterizado por Lenin enquanto fase imperialista do capitalismo. Nesse estágio de desenvolvimento, a economia capitalista assume um caráter monopolista, não mais se caracterizando, ao menos no âmbito global, enquanto um sistema de livre competição entre as empresas, mas de um controle sistematizado de toda a cadeia produtiva por um número cada vez mais reduzido e concentrado de agentes. Dessa forma, a modernização das relações de produção dos países periféricos ocorre de modo integrado e a partir dos interesses do grande capital, seja visando o controle de determinadas matérias-primas, do acesso a mão de obra barata ou mesmo obtendo o domínio do setor de transporte desses países, além de ter para si um mercado consumidor para seus produtos²⁷.

O Brasil se apresentava no início do século XX como um país atrasado do ponto de vista industrial, o que, como vimos, foi uma herança da sua antiga condição de colônia e não superada no período imperial. Nesse sentido se mostrava um espaço favorável à exportação de capitais excedentes dos países desenvolvidos. A grande extensão de terras disponíveis, o baixo custo da mão de obra - que mesmo livre ainda mantinha os aspectos da superexploração do regime escravista - e a grande quantidade de recursos naturais, matérias-prima, atraiu a entrada desses capitais, de modo a subordinar o desenvolvimento industrial brasileiro aos interesses da burguesia internacional²⁸.

A industrialização verificada após a Segunda Guerra Mundial, teve como consequência uma intensa urbanização. A racionalidade capitalista/industrial que se tornava necessária a esse novo contexto econômico encontrou no urbano seu principal espaço de exercício. É verdade que as cidades que tomam a frente nessa nova estrutura econômica são aquelas que já eram economicamente desenvolvidas ao ponto de gozarem de infraestrutura, como rede de transporte e energia, necessária à instalação de atividades industriais. Verifica-se, então, uma tendência das empresas em se concentrarem em centros já urbanizados, já que estes ofereciam vantagens locais. Além das características urbanas favoráveis às empresas, tais cidades se lançaram na dianteira do processo pela possibilidade que estas possuíam de se organizarem

²⁶ PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira/A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

²⁷ LENIN, V. I. *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

²⁸ PRADO JÚNIOR, C. *op. cit.*

institucionalmente de modo a favorecer benefícios fiscais possibilitando uma maior acumulação de capital²⁹.

No entanto, o efeito da industrialização sobre o urbano não se verifica somente em cidades cuja atividade industrial se dá com intensidade notável. Cidades e regiões com pouca ou nenhuma atividade industrial também são atingidas pelos efeitos dessa economia, já que a lógica de uma economia cada vez mais integrada passa a incluí-las.

Onde os efeitos da economia se instalam, em conformidade com os interesses de classe que as orientam, as relações de produção vigentes tendem a se dissipar, dando lugar a uma nova configuração social, que ultrapassa os limites do desenho urbano. Os interesses hegemônicos da burguesia, em que “o social urbano é negado pelo econômico industrial”³⁰, contradiz-se diretamente às necessidades da população geral. Todo esse processo, porém, encontra resistência dos diversos sujeitos sociais, em especial os subalternizados, fazendo com que esse modelo em maior ou menor grau se reconfigure. Entretanto, apesar de todos os enfrentamentos e resistências inerentes ao processo de consumação desses interesses, compreende-se que todas as problemáticas e contradições que venham a se dar no urbano dentro desse sistema econômico fazem parte de uma intencionalidade, orientada para atender primeiro aos interesses da atividade econômica que a forma e a conforma. Essa intencionalidade é racionalizada e faz parte de uma estratégia, nos permitindo dizer que até mesmo a desordem resultante deste contexto é ordenada segundo uma racionalidade³¹. Logo, tal “desordem urbana” não existe, pois compõe a lógica capitalista de organização do espaço e se dá mediante as leis de mercado, não se configurando, então, enquanto elemento não pertencente à ordem econômica. Seus efeitos excludentes fazem parte desta racionalidade que prioriza a apropriação da riqueza produzida por meio da indústria.

A inclusão de demais territórios à economia nacional, contudo, estabelece relações diferenciadas dentro da divisão territorial do trabalho. Essa diferenciação se hierarquiza conforme o papel que cada espaço cumpre dentro dessa economia. Enquanto os grandes centros urbanos se especializam na produção industrial, outros ficam encarregados de produzir algumas matérias-primas, seja para exportação ou para consumo da atividade industrial dos grandes centros nacionais, ocupando uma posição de subordinada³². Assim, reproduz-se, no interior da divisão do trabalho dada em cada país, a dicotomia “desenvolvidos x subdesenvolvidos” que

²⁹ SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2017

³⁰ *Ibidem*. p. 28.

³¹ *Ibidem*.

³² HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

se verifica também na divisão internacional do trabalho³³.

À medida que a industrialização se consolida enquanto traço fundamental da economia nacional e o país passa a assentar-se em bases urbanas, demonstrando sinais de um aprofundamento e amadurecimento capitalista, o meio técnico-científico passa a se expandir. As economias tradicionais, camponesas ou de subsistência, existentes pelo interior do país vão cada vez mais sendo substituídas por uma economia industrial. O número de indivíduos envolvidos nesse intercâmbio aumenta cada vez mais, tanto no consumo quanto na produção. Apesar de se desenvolver geograficamente de maneira desigual, as novas relações econômicas vão se inserindo em outras áreas segundo as demandas do próprio mercado. Mesmo tendo São Paulo e o Sudeste enquanto polos industriais, ou seja, tendo esta região se “geografizado” - expressão de Milton Santos³⁴ - enquanto espaço racionalizado pela lógica produtiva, o restante do país também é impactado por este fenômeno. Há cada vez mais a alteração de seu estágio natural, onde o meio natural é mais imperativo sobre as relações, para um estágio técnico e científico, conforme as demandas de cada uma dentro de uma economia cada vez mais articulada. Observa-se então que as desigualdades regionais neste sentido também são orientadas por uma racionalização e intencionalidade.

Essa desigualdade regional é regida por uma necessidade de complementaridade, criando uma interdependência. A divisão territorial do trabalho que se faz valer direciona a cada lugar um papel, uma função, que se complementam entre si quando articuladas. Ou seja, a indústria distribui territorialmente diferentes tarefas segundo as virtudes e possibilidades de cada uma³⁵. Por isso, torna-se necessária a circulação e acesso entre os diversos núcleos produtores. Essa necessidade vai se ampliando cada vez mais à medida que o capitalismo avança, criando novas demandas de consumo e consequentemente diversificando a produção³⁶.

Para Milton Santos, o nível de inserção em que cada região ou lugar ocupa dentro de uma divisão do trabalho determina o nível de urbanização de cada uma. Logo, é possível compreender as diferenças regionais dentro no Brasil, no que diz respeito à urbanização, a partir do histórico de cada uma dentro de uma divisão territorial do trabalho.

O simples exame dos números da urbanização nas diversas regiões pode dar a impressão de uma evolução contraditória. Não se trata disso. A partir do momento em que o território brasileiro se torna efetivamente integrado e se constitui como mercado único o que à primeira vista aparece como evolução divergente é, na verdade, um movimento convergente. Há uma lógica comum aos diversos subespaços. Essa lógica

³³ SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 36-7.

³⁴ SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

é dada pela divisão territorial do trabalho em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração do território a um dado momento de sua evolução. É dessa maneira que, em cada período, se entendem as particularidades e o movimento próprio de cada subespaço e as formas de sua articulação no todo. Esse enfoque se impõe, pois a cada momento histórico as heranças dos períodos passados também têm papel ativo na divisão territorial do trabalho atual. O movimento, no território, do geral e do particular, tem de ser entendido não apenas hoje, como ontem. É assim que se podem explicar não apenas esse dado estatístico que são as diferenças regionais dos índices de urbanização, mas também dados estruturais, como as diferenças regionais de forma e de conteúdo da urbanização.³⁷

Torna-se então possível compreender a região Sudeste enquanto a mais urbanizada do país, já que então ocupava a liderança no processo de industrialização, impondo às demais regiões funções que fossem subordinadas a ela. Do mesmo modo, no Nordeste brasileiro houve por muito tempo resistência às mudanças técnicas, de maneira a permanecer sob antigas estruturas fundiárias, remontadas ainda a uma economia colonial, o que retardou uma inserção maior dentro de uma integração capitalista, permanecendo por muito tempo uma região pouco urbanizada. A mudança nesse contexto só ocorreu a partir de uma política sistemática de industrialização e integração econômica.

Referências

- CARDOSO, C. F. S. O Trabalho na Colônia. In: LINHARES, M. Y. L. (org.). *História geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 1990.
- COSTA, J. C. Z. Colonização privada e oficial no primeiro governo Vargas: integração do mercado e desenvolvimento econômico. *História econômica & história de empresas*. Rio de Janeiro, vol. 17, nº 1, p. 115-146. jan./jun. 2014. p. 116.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. 18ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- GRANDI, G. Transportes e desenvolvimento econômico no Brasil de 1945 a 1960. *História econômica & história de empresas*. Rio de Janeiro, vol. 19, nº 2, p. 377-401. jul./dez. 2016.
- HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil: Ano XI-1950*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.
- LENIN, V. I. *Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- MONTEIRO, H. M. Da Independência à vitória da ordem. In: LINHARES, M. Y. L. (org.). *História geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 1990.
- PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira/A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.
- SINGER, P. *Economia política da urbanização*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

³⁷ SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993. p. 60-1.

Samba enredo no ensino de História: potencializando identidades negras

Alberto Fraga Pereira¹
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Sônia Wanderley
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa para minha dissertação de mestrado, cujo título provisório é: “Samba enredo: Identidade negra e valorização da cultura afro-brasileira em sala de aula”, ainda em andamento. Nele pretendo fazer um recorte da minha pesquisa, em especial do primeiro capítulo da dissertação, apresentando suas principais ideias e pontos-chave. Ao longo do texto pretendo debater as mudanças propostas e desenvolvidas do ensino de História escolar após a promulgação da Constituição de 1988, assim como as lutas dos movimentos civis que resultaram na Lei 10.639 de 2003. Posteriormente, apresentar alguns dos principais pensadores sobre identidade negra, com suas análises a partir do pós-abolição, passando pelas teorias raciais e pelo mito da democracia racial, até chegar à importância de potencializar identidades negras.

A partir disso, é necessário compreender o samba enredo enquanto parte de uma cultura, que por muito tempo foi marginalizada ou assimilada a uma suposta cultura nacional única. Paralelamente a isto, aprofundo mais um recorte do samba-enredo se tornando resposta crítica ao racismo e ao apagamento histórico. Por último, o texto buscará elencar os diferentes elementos trazidos anteriormente, em um projeto multiculturalista crítico. Desta forma, utilizar o samba-enredo como ferramenta didática capaz de potencializar identidades étnico-raciais.

Ensino de História afro-brasileira - o antes e o hoje

O Brasil sofreu com séculos de um “racismo educacional” apoiado no mito da democracia racial, formando uma identidade branca acrítica, que idealizou sua superioridade para com as outras raças (PAIM; SOUZA, 2018). As práticas culturais e formas de pensamento durante a diáspora negra para o Brasil foram e ainda são inferiorizadas por grande parcela da sociedade, em especial os grupos dominantes. Historicamente, estes usaram de seu poder e influência

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “Samba-enredo: representações de resistência, identidade e valorização da cultura afro-brasileira em sala de aula”, sob orientação da Dr.^a Sônia Wanderley, bolsista: CAPES.

social para negar bens simbólicos ligados à população negra brasileira, fenômeno chamado de “epistemicídio” (LOPES; SIMAS, 2020).

É somente no contexto de redemocratização, marcado pelo fim da Ditadura Militar e que engloba a promulgação da Constituição de 1988, que novas propostas para a área do ensino de História são explicitadas. Isso ocorre por meio de leis que reorganizam o conteúdo curricular e pela definição de novos objetivos. Essas propostas preveem a formação cidadã, a educação para os direitos sociais e humanos, reforçando o direito à diferença, especialmente ao considerar o aluno como sujeito histórico (MAGALHÃES, 2003). O conceito de cidadania no ensino ganha um novo sentido, visto que a cidadania aqui representada, perpassa a habilidade dos indivíduos de serem capazes de refletir criticamente sobre sua realidade, construir significados para suas experiências e criarem suas próprias identidades (WANDERLEY, 2009).

Antes de abordar o ensino de História do tempo presente, cabe aqui ressaltar como foi construído na História escolar o significado do papel do negro na vida nacional. A população negra teve sua completa negação enquanto sujeito na interpretação da historiografia tradicional. A historiografia brasileira, ao longo do século XX, confundiu frequentemente a palavra "negro" com a de "escravo", limitando erroneamente o papel do negro na história do Brasil ao de ter sido escravo e trabalhado para seu senhor. (FONSECA; BARROS, 2016).

Mas onde há a memória oficial construída, há uma memória subterrânea (POLLACK, 1989), ou seja, apagada. Diversos grupos minoritários clamam no campo ideológico por seu espaço de voz, o samba começa a se enxergar na voz silenciada e tem o poder de não deixar que esta memória caia no perigo de não ser dita, portanto esquecida.

Durante décadas os movimentos sociais se opuseram ao sistema educacional vigente, apresentando outras formas de organização e diferentes proposições. Dentre elas, a do ensino de história africana e afro-brasileira nas escolas. Entretanto, estas demandas históricas somente começaram a ser reconhecidas pelo Estado brasileiro a partir do retorno ao Estado de Direito, em 1985. Então, novas normas e diretrizes no campo da educação e do ensino de história são organizadas.

Na própria Constituição de 1988, diversos artigos apontam a pluralidade cultural nacional. Mas é na década 1990 que são promulgadas a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Este último já apresentava como tema transversal a valorização da cultura afro-brasileira (DA SILVA, 2021). A partir desta luta, o Estado brasileiro finalmente assumiu o racismo no Brasil, na conferência de Durban de 2001. Ao

assumir o racismo é necessário ter políticas públicas para sanar este problema social, assim surge a lei 10.639.

A atualidade demanda a necessidade de pensar o Brasil como um país de cultura plural, a superação do mito da igualdade racial e o entendimento das diferentes identidades presentes no território brasileiro. Estes são fatores-chaves da lei 10.639. A lei é fruto da luta por entender o espaço do negro na História. A tentativa de abandonar valores eurocêntricos e pensar caminhos para o futuro, visto que a partir dela pode-se reinterpretar positivamente representações, cultura e História da população afrodescendente no Brasil (FONTENELE; CAVALCANTE, 2020).

A partir dessas premissas, o ensino de História se centra na elaboração de narrativas que contemplem a importância da participação dos povos africanos e seus descendentes na construção nacional (DOS SANTOS, 2022). Porém, de início a aplicação da lei se torna um grande desafio para os profissionais, pois está na base da formação nacional, e viva até hoje, a ideia da colonialidade, conceito este que denuncia a manutenção de modos de pensar a partir de uma perspectiva eurocêntrica (FURTADO; VERISSIMO, 2019).

Identidade em questão

Segundo Woodward (2014), identidades são relacionais, marcadas pela diferença com o outro. A autora destaca que as identidades não essencialistas entendem que há sim um elemento que conecta a identidade à sua raiz, mas, mesmo assim, ela está em constante mudança ao longo do tempo e contexto (WOODWARD, 2014). Identidades são construídas a partir da margem de alguma outra identidade, visto que há sempre uma disputa de poder, portanto, estão em um processo de construção constante (HALL, 2014). No Brasil, após o fim da escravidão, a identidade negra aparece como o diferente ou o não normal na construção de um imaginário racista que vai do final do século XIX e perdura por todo o século XX.

Após 1888, o discurso político é de apagamento da existência da escravidão, mas, ao mesmo tempo, as classes dominantes se adequavam à nova conjectura social que incluía a população negra liberta. As ideologias racistas eram mecanismos de manutenção de antigos privilégios. Portanto aqui ao longo deste subtópico sobre identidade negra, não é necessário voltar a escravidão no Brasil, senão, refletir sobre a maneira em que a sociedade brasileira se organizou política e socialmente após a abolição da escravatura (HASENBALG, 1982).

Para Fanon (1952), o negro só é negro no sentido social porque os outros o classificaram como tal ao categorizá-los como inferiores. Raça se torna uma questão social, pois o negro não

atende aos padrões ditos normais por aqueles que o categorizam. O pensamento social brasileiro no cenário pós-abolição, inicialmente se utilizou de respaldo pseudocientífico², como a ideia de eugenia, para justificar a superioridade de uma raça em detrimento de outras (PANTA; PALISSER, 2017). Paralelamente a esse processo, durante a segunda metade do século XIX e no início do século XX, o Brasil começava a intensificar o processo de atrair mão de obra imigrante, especificamente de países europeus (GONÇALVES, 2012). Esta vinda de imigrantes era uma estratégia de branqueamento populacional, iniciada logo após a independência e que fazia com que alguns autores apontassem que a longo prazo o Brasil se tornaria uma nação completamente branca e o negro iria desaparecer progressivamente (NASCIMENTO, 2021). Portanto, a introdução de imigrantes brancos no Brasil como trabalhadores fazia parte de um projeto de eliminação da população negra. Cabe ressaltar que, apesar do desuso das teorias raciais a partir da década de 1930, ainda há o incentivo à entrada de imigrantes brancos, especialmente sob o objetivo de compor etnicamente a população e adequá-la à sua “ascendência europeia” (NASCIMENTO, 1978).

Percebe-se que o uso de diferentes termos estigmatizantes cumpriam a função de manutenção da hierarquia social. Em vez de “cidadão”, a população negra era nominada como “Libertos” ou “Negros Libertos”. As palavras cumpriam a função de demarcar o espaço do negro enquanto alguém que já serviu como escravo na constante prática de negar sua humanidade e, inclusive, manter uma imagem, já há muito tempo difundida, de sua periculosidade (MATTOS, 1998). Segundo Nascimento (1978) conceitua, este momento histórico pode ser caracterizado como de “cultura de escravidão em liberdade”, pois, apesar da abolição, as práticas sociais de exclusão social da população negra se mantiveram. A diferença estava apenas no fato de que agora, com a abolição, ter-se-ia que buscar outros meios legais de reproduzir ideologias racistas.

Em um segundo momento, a partir da década de 1930, com as teorias raciais perdendo força como ciência, novas reflexões teóricas, como o trabalho de Gilberto Freyre, construíram no imaginário do pensamento nacional o mito da democracia racial. Aqui “imaginário” expressa a aceitação das teorias por grande parte da população, em especial os grupos dominantes. O autor romantiza o início da miscigenação no Brasil, ocultando a violência e opressão presente por trás de todo este processo. Freyre (1933), também colocava o Brasil como um país que unia

²Aqui me refiro como pseudociências as teorias científicas, também conhecidas como “racismo científico” que surgiram ao longo do século XIX e início do XX, como a eugenia, estas queriam provar a superioridade racial do branco sob outras raças por meio da aplicação da teoria evolucionista do biólogo Charles Darwin à análise do social.

as três raças, estas formariam um país democrático racialmente, negando qualquer tipo de opressão que as raças não brancas sofriam (MUNANGA, 2019).

Analisando o pensamento freyriano, Munanga (2019) ressalta que esta teoria foi tudo que as elites nacionais queriam, pois a partir dela se consegue dissimular as desigualdades sociais. Impedia-se que os não brancos se tornarem conscientes da sua própria realidade oprimida, visto que supostamente não existiria conflito racial. Entretanto, Munanga (2019), aponta que este processo de suposta mistura de raças e culturas, gerou um abandono das raízes e tradições negras por uma grande massa da população. Restou a grupos específicos, mais politizados, o trabalho de manter as tradições vivas e travar a luta contra a discriminação racial. Ainda segundo ele, este processo chamado de “assimilação cultural”, colocava diferentes culturas como nacionais, porém retirando delas aquelas características que destoassem do projeto eurocêntrico desenvolvido pelas elites políticas brasileiras. Ou seja, a dominação europeia no Brasil não se limitou a agredir fisicamente a população negra, mas também silenciou e matou simbolicamente a cultura africana no Brasil, invalidando conhecimentos e práticas culturais (SANTOS, et al, 2018).

De acordo com Hall (2003), as identidades nacionais não são naturais, senão que pertencem a uma comunidade simbólica a partir da subordinação de outras inúmeras identidades, dentre elas a negra (HALL, 2003). Nesse sentido, a identidade nacional foi utilizada para suprimir identidades étnicas particulares, de modo que estas ficassem impossibilitadas de contestar o seu espaço na sociedade, tendo em vista que o próprio sentimento de pertencimento identitário a um determinado grupo seria impensável (D’ADESKY, 1997).

A assim chamada mestiçagem proposta por Freyre criou uma distopia com a identidade nacional no Brasil buscada pelas elites. Esta identidade nacional, gerida pelo racismo ainda está viva em um grupo social e político elitista, mas um espaço de memória subalterna e resistência foi criado, e a sua identificação é com o Brasil do negro e do indígena (MUNANGA, 2019).

Destaca-se nos países em que a memória da diáspora africana está presente que as identidades culturais e sociais produzidas inerentemente têm a marca da "presença africana". Apesar de não haver uma continuidade histórica direta da África para o Brasil, os escravizados implementaram seus costumes praticados em suas regiões de origem em solo brasileiro. Assim, algumas práticas se mantiveram vivas e foram ressignificadas no contexto brasileiro. (HALL, 2006). Conseqüentemente, mesmo tendo sido negado historicamente, existe uma marca africana na cultura brasileira. Para diferentes movimentos sociais, ela é fator determinante na

construção identitária de grande parte da população nacional. A busca pelo resgate desta raiz possui valor simbólico na procura de um elo em comum entre as diferentes populações de origem africana ou afro-descendentes.

Até hoje falar de identidade negra no Brasil é complicado devido ao projeto de país idealizado ao longo do século XX. Apesar das novas discussões, essa questão continua sendo complexa. Há na discussão vários subtemas que a compõem. Da mesma forma, a mestiçagem foi alçada pelo pensamento dominante como uma nova etnia, ocultando a violenta opressão de identidades e unificação de uma luta política. Ou seja, o negro e o mestiço, segundo Munanga (2019), não se unem numa luta política contra a classe hegemônica branca, pois o mestiço passa a acreditar que seria mais fácil para ele ser considerado branco do que assumir uma identidade negra marginalizada. O mito da democracia racial, ao afirmar a inexistência de conflitos raciais, injeta um significado ainda maior para qualquer posicionamento político que pudesse ferir a tal paz entre raças no Brasil.

Interligado a isso, Souza (1983), em seu estudo no campo da Psicologia, destaca que no Brasil a ausência de barreira legais de segregação racial, como ocorrido em países como os EUA, desestimulou a solidariedade das pessoas negras entre si, além de ter facilitado a aceitação da teoria do embranquecimento. Segundo ela, no Brasil, a superioridade do branco é construída de maneira inconsciente na população negra. Tal característica é fator de conflito para a ascensão social de algumas pessoas negras, pois está intrínseco a uma autodepreciação dos próprios corpos.

O racismo enquanto prática discriminatória é, segundo Sodré (2023), a manifestação “normal” de uma “forma cultural” existente no Brasil, seja através do ato racista individualizado ou da ação estrutural contra o indivíduo negro. O autor complementa dizendo que o racismo persiste enquanto “forma social escravista”. Forma social escravista, para Sodré, significa a manutenção cultural da substância hegemônica, que neste caso é a colonialidade, ou seja, padrões europeus como métrica civilizatória, e não propriamente a materialidade da sociedade escravista. Na prática, são expressões e atitudes que se enraízam no espaço e no tempo, assim, o negro ainda é captado e lido a partir de seu passado escravista e dificilmente é aceito em posições diferentes das que lhe foram oferecidas.

Cabe destacar que a proposição dos movimentos negros, que buscam a construção de uma identidade negra enquanto respostas às inúmeras maneiras inventadas para reprimir e silenciar a população negra, perpassa o resgate cultural de um passado negado e falsificado, da

consciência de participação positiva do negro na construção nacional e do sentimento de orgulho da sua cor de pele (MUNANGA, 2019).

Os movimentos negros se organizam para buscar uma unificação política, ao entender que aqueles que foram chamados de mestiços, também pertencem à luta negra. Ou seja, uma massa populacional almejando a branquitude, muitas vezes legitimada por fatores econômicos e não raciais, isolada e sem luta unificada, facilitando a dominação a partir de uma suposta diferença falsificada historicamente. Porém, para assumir esta posição é necessário apontar que identidade é um processo sociopolítico negociado e renegociado que varia conforme a realidade social e as relações de poder vigentes, portanto, assumir identidades negras é em si uma posição política (MUNANGA, 2019).

Samba enredo como resposta

Para além da sua formação, os processos de diáspora africana vão além das fontes escritas ou orais. Os toques rítmicos são importantes fontes de pesquisa, visto que eram utilizados como mecanismo de expressão e persistência cultural das pessoas escravizadas (AZEVEDO, 2018). Recriando o estilo negro a partir de fatores preexistentes e não sobre o olhar de imposição do colonizador ou opressor, dando significado a própria existência através da utilização do toque rítmico e do corpo que dança, sendo mecanismo de resistência sociocultural (HALL, 2003). O toque do tambor e a dança contribuem, ao expressar significado além do que lhe foi concedido pelo seu senhor, para a manutenção da cultura de origem africana e para a auto-identificação daquelas pessoas como seres humanos e não coisas, objetos, constituindo-se assim como simbologia no entendimento sobre a resistência à escravidão (DE QUEIROZ; DE FREITAS, 2021).

É a partir dessas premissas que queremos analisar a prática, a partir do início da década de 1960, de os sambas enredo passarem a apresentar algumas narrativas sobre história afro-brasileira, tendo pessoas negras como sujeitos de enredos (DOS SANTOS ANTAN, 2020). Tendo dito isto, é importante entender que o samba enredo é uma importante fonte para repensar a questão da negritude no Brasil. Suas letras, assim como os desfiles das escolas de samba, são palco de manifestações culturais e políticas que constantemente propõem repensar a História do Brasil. É de se destacar que muitas agremiações hoje em dia baseiam seus enredos em pesquisas acadêmicas, usando-as em um palco muito maior que o universitário, dando assim visibilidade popular aos trabalhos realizados por acadêmicos, como historiadores. As letras em especial tem uma capacidade de comunicação direta com a comunidade, pois não só a poesia

das canções são um atrativo, mas, ao estarem na boca do povo, fazem com que aquela narrativa circule e se popularize dando maior visibilidade àquela temática.

Estamos analisando o samba enredo como parte da cultura popular. Segundo Hall (2003), a cultura popular foi contraposta com a assim intitulada “alta cultura”, porém naquela é expressado assuntos do cotidiano social, que expressam experiências, prazeres, memórias e tradições vistas por pessoas comuns. Paralelamente a isto, a cultura de raiz negra especificamente, assume um lugar de contestação estratégico, pois conta relatos importantes do povo da diáspora negra. Excluída da “alta cultura”, ou cultura dominante, já que muitas vezes a própria música, dança ou cultura no geral, são seu único capital cultural, em outras palavras, a representação máxima de sua identidade.

Samba na escola como projeto multiculturalista

Segundo Ferreira (2016), as realidades vividas pelos sujeitos no cotidiano são reproduzidas por eles na sala de aula. Ao refletir sobre isto, percebe-se que quando a representação histórica de um determinado grupo é feita de maneira a atribuir participação direta na construção nacional, neste caso a população negra, pode sim influenciar positivamente o sujeito e gerar identidades positivas sobre ele mesmo.

Para refletir sobre identidade negra em sala de aula e a importância do samba-enredo como fonte, é imprescindível resgatar novamente Souza (1983). Para a autora, tornar-se negro é um processo ideológico, é criar uma nova consciência de si mesmo e extrapolar aquilo que foi pensado por outros sobre si, em outras palavras, rechaçar ideologias constituídas por grupos dominantes sobre a superioridade do branco.

Nas palavras de Boaventura Souza Santos (apud Vera Candau, 2001, p.1), “temos direito a reivindicar a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza e temos direito de reivindicar a diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza.” Ele é importante para pensar o samba-enredo em sala de aula enquanto uma produção cultural que, por muito tempo foi marginalizada, mas que hoje dialoga com a necessidade de um país plural. Por isso trabalho com a noção de multiculturalismo crítico compreendida por Canen (2000). Conforme a autora, o projeto multiculturalista crítico, entende que igualdade e diferença não são opostos, senão complementares.

No contexto brasileiro, alguns grupos reafirmam suas identidades, porém em uma situação de relações de poder desfavoráveis (CANDAU, 2001). Nos últimos anos, o Estado brasileiro reconheceu o multiculturalismo do país, mas isso muitas vezes se limita ao âmbito

teórico ou formal, com medidas que buscam reconhecer a diversidade cultural. No entanto, na prática, as relações de força entre as diferentes culturas se mostra ainda desfavorável àquelas que foram subalternizadas historicamente.

O projeto multiculturalista crítico compreende que no Brasil, criou-se a chamada “Cultura única”, não se sustenta mais, pois hoje igualdade e diferença não são opostos e sim termos que se complementam. No Brasil existem diversas culturas constituídas, cuja identidade e lógica agora são reconhecidas após a luta de movimentos sociais por reconhecimento (CANDAUI, 2008). É importante destacar, que as culturas não devem estar umas estranhas a outras, afinal culturas conversam entre si, mesmo que sejam diferentes. A cultura é capaz de produzir significados que causem identificação consigo e com o outro e que estas sejam respeitadas (WOODWARD, 2014).

Por isso o projeto multiculturalista crítico é uma alternativa viável que não fere uma unidade nacional, mas que também não apaga identidades particulares (MUNANGA, 2010), apenas retira o padrão ou norma de um único tipo de maneira de ver a cultura. Em contraponto, Silva (2014), salienta que o discurso multiculturalista, sem criticismo, pode fazer parecer que identidade não é um espaço político de afirmação e de disputa política. Ele complementa apontando que se o discurso multiculturalista for romantizado, de maneira que este só representa o respeito a uma outra cultura, na prática significaria uma cultura dominante respeitar a dominada, não as colocando em pé de igualdade. Para evitar isso, o autor faz ressalvas a este projeto, ao evidenciar a problematização necessária das relações de poder produzidas socialmente pelas lutas por afirmação identitárias, sem hierarquias entre elas.

O aprendizado escolar de História é no tempo presente também o diálogo com diversas narrativas existentes no ambiente escolar. Por isso mesmo, a fim de promover o desenvolvimento de sujeitos críticos de suas realidades, deve-se desenvolver nesses sujeitos a capacidade de dialogar com as diferenças.(WANDERLEY, 2020).

Paralelamente a isto, é preciso incentivar que os alunos questionem um suposto caráter estático da História, ou seja, a crença que aquilo que aconteceu já passou e ficou lá atrás. Caimi (2009) destaca isso como enxergar a “História Problema”, na medida em que coloca sujeitos na História, analisando as continuidades e rupturas dos acontecimentos . Utilizar letras de sambas-enredo que questionam uma narrativa imposta historicamente, reconhecendo a existência do mito da democracia racial, é problematizar as questões do hoje, derivadas desse processo (GOMES, 2002).

Portanto, sendo a escola um espaço de formação identitária, a discussão crítica e problematizadora dos sambas enredo pode auxiliar o processo de ensino aprendizagem significativo de história, interligando-o à busca por reaver a autoestima e autoconfiança das crianças e adolescentes negros, inserindo elementos de identificação positivas para negritude, seja com figuras e lutas históricas ou com a desmitificação de mitos, resgatando histórias silenciadas e trazendo para a dinâmica escolar as nuances das questões raciais, sendo os alunos, sujeitos críticos capazes de propor respostas para este complexo debate (FONTENELE; CAVALVANTE, 2020).

Além disso, é importante que se constitua como objetivo desse ensino escolar de história que se quer significativo, enfraquecer o discurso colonialista, repensando o continente africano a partir da sua diversidade cultural, reverenciando suas conexões com a cultura brasileira e colocando os africanos como sujeitos da História e não como vítimas passivas (PAIM; DE SOUZA, 2018).

Assim, tendo em vista os objetivos da da lei 10.639, acredita-se que a utilização de sambas enredo no ensino escolar de história poderá contribuir para o diálogo e problematização das relações étnico-raciais, para repensar as relações históricas África-Brasil como base de um projeto multiculturalista que prioriza a construção de múltiplas identidades (SILVA, 2021).

Referências Bibliográficas

- ASSIS, Marta Diniz Paulo de; CANEN, Ana. Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, p. 709-724, 2004.
- AZEVEDO, Amailton Magno. Samba: um ritmo negro de resistência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 44-58, 2018.
- BULCÃO, Renata. O tambor como texto: o uso dos desfiles de escolas de samba no ensino de História. *Perspectivas Web*, 2020.
- CAIMI, F. E. História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende? In. _____. In. _____. *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- D'ADESKY, Jacques. Pluralismo étnico e multiculturalismo. *Afro-Ásia*, n. 19-20, 1997.
- DA SILVA, Ana Lúcia. *Ensino de História da África e cultura afro-brasileira: Estudos Culturais e sambas-enredo*. Editora Appris, 2021.
- DE QUEIROZ, Alexei Alves; DE FREITAS, Sérgio Paulo Ribeiro. Repressão ao samba: relatos e discursos em jornais cariocas do início do século XX. *discurso*, v. 22, n. 23, 2021.
- DOS SANTOS, Marcos Raddi. O ensino da história e cultura afro-brasileira através do samba. *Revista de História da UEG*, v. 11, n. 2, 2022.
- DOS SANTOS ANTAN, Leonardo. “Exaltando o negro pro mundo inteiro cantar”: inovações e influências da “Revolução Salgueirense” nos desfiles das escolas de samba entre 1959 e 1963. *Policromias-Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, v. 5, n. 4, p. 197-233, 2020.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Ubu editora, 2020.

- FERREIRA, Arthur Vianna. *Representações sociais e evasão em espaços educacionais não-escolares*. Curitiba, PR: CRV, 2016.
- FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *A história da educação dos negros no Brasil*. In: FONSECA, Marcus Vinícius _____, (org). *A população negra no ensino de História da Educação no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.
- FONTENELE, Zilfran Varela; CAVALCANTE, Maria da Paz. Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. *Educação e Pesquisa*, v. 46, 2020.
- FURTADO, Francisca Andréa Brito; VERÍSSIMO, Ávilla Yasmim de Lima. A pedagogia engajada de bell hooks e o reconhecimento da teoria como prática libertadora. *Caderno de anais*, p. 112, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. *Aletria: revista de estudos de literatura*, v. 9, p. 38-47, 2002.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022[1982].
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Comunicação & Cultura*, n. 1, p. 21-35, 2006.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. História e cidadania: por que ensinar história hoje. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, v. 1, p. 168-184, 2003.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista–Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade cultural. *Cadernos Penesb*, v. 10, p. 37-54, 2010.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. [S.l.: s.n.], 2019.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Editora Perspectiva SA, 2016 [1978].
- NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.
- LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. *Filosofias africanas: uma introdução*. Editora José Olympio, 2020.
- PAIM, Elison Antonio; DE SOUZA, Odair. Decolonialidade e interculturalidade: pressupostos teórico-metodológicos para a educação das relações étnicorraciais no ensino de História. *Revista Pedagógica*, v. 20, n. 45, p. 90-112, 2018.
- PANTA, Mariana; PALLISSER, Nikolas. “Identidade nacional brasileira” versus “identidade negra”: reflexões sobre branqueamento, racismo e construções identitárias. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 17, n. 195, p. 116-127, 2017.
- POLLAK, Michael. “*Memória, esquecimento, silêncio*.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.
- SANTOS, Elisabete Figueroa dos; PINTO, Eliane Aparecida Toledo; CHIRINÉA, Andréia Melanda. A Lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. *Educação & Realidade*, v. 43, p. 949-967, 2018.
- SILVA, Ricardo Oliveira da. *Uso de letras de samba-enredo como instrumento auxiliar ao ensino de história em turmas do 9º ano do ensino fundamental—uma possibilidade*. UFS, 2021.
- SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e Diferença: A perspectivas dos estudos culturais*. Vozes, 2014.
- SODRÉ, Muniz. *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*. Editora Vozes, 2023.
- SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021 [1983].
- WANDERLEY, Sonia. *Memória, História e Educação*. *Vozes em Diálogo* v. 2, n. 4, 2009.

WANDERLEY, Sonia. O entrelugar do aprendizado escolar de História: uma perspectiva de História Pública. Revista História Hoje, v. 9, n. 18, p. 125-144, 2020.

O ensino superior na perspectiva do campo conservador/reacionário: analisando os conceitos de “marxismo cultural”, “pânico moral” e “guerra cultural”

Alexandre Freitas Campos¹

Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ

Orientadora: Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley

Introdução

Este artigo, que representa um subcapítulo de capítulo introdutório, visa mapear as tensões políticas que circundam o ensino superior, tendo em vista a ascensão do conservadorismo e reacionarismo na política nacional e a ótica que esses campos ideológicos em grande medida trazem e difundem a respeito das universidades. O avanço do conservadorismo/reacionarismo² no Brasil nos últimos anos trouxe consigo uma plataforma política com reflexos no campo da educação, incluindo o ensino superior. Essa plataforma em grande medida é influenciada por estratégias discursivas de pânico moral e guerra cultural. Quanto à primeira, podemos citar como exemplo tanto a “mamadeira de piroca”, uma desinformação atribuída às creches e educação básica³, quanto à plantação de maconha nas universidades, desinformação atribuída pelo então ministro da Educação, Abraham Weintraub⁴. Já a chamada “guerra cultural” envolve a ideia de que as universidades públicas seriam “madrças de doutrinação”, contribuindo para um tipo de corrupção ideológica de jovens e para a disseminação do que o campo conservador chama de “marxismo cultural”. A guerra cultural

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2021, projeto: “Práticas de divulgação científica e de história pública das universidades fluminenses nas mídias digitais: uma pesquisa didático-histórica em tempos de negacionismo”, sob orientação da Dra. Sonia Wanderley.

² Os termos “conservador”, “reacionário”, “conservadorismo” e “reacionarismo” são utilizados algumas vezes na pesquisa completa. Sendo assim, cabe-nos destacar tanto a diferença entre os termos quanto o porquê de, com frequência, nos utilizarmos de ambos juntos, ao mesmo tempo. Na pesquisa, fornecemos essas explicações. Aqui neste artigo, de forma resumida, devido a limitações de espaço, vamos nos ater somente a uma explanação que consideramos bem objetiva, a dos professores e cientistas políticos Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro (FORA DA POLÍTICA NÃO HÁ SALVAÇÃO, 2022), do Iesp/Uerj, partindo de suas pesquisas sobre a compreensão do pensamento político e da cultura política brasileiros. Para eles, os conservadores/conservadorismo admitem mudanças oportunas e tentam controlar a velocidade das mudanças, conciliando tradição e mudanças (estas últimas, com muita parcimônia). Já o reacionário/reacionarismo vive em uma utopia regressiva e acredita que o mundo ideal e/ou desejável faz parte do passado. Assim como o revolucionário de esquerda acredita em uma utopia futurista, o reacionário vê a utopia no passado, em uma espécie de “era de ouro” para a qual é possível retornar. Para muitos reacionários, como apontam os pesquisadores, o apogeu da humanidade foi a Idade Média, e o mundo está decaindo desde a Renascença. Por isso, os reacionários são chamados pelos professores também de “decadentistas”. Na pesquisa e neste artigo, tendo em vista as amálgamas políticas na direita brasileira, optamos por usar os dois termos: conservador/reacionário.

³ <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/mamadeiras-eroticas-nao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/>

⁴ <https://www.camara.leg.br/noticias/625418-ministro-da-educacao-reafirma-que-ha-plantacoes-de-maconhas-nas-universidades/>

inclui muitos ataques tanto às instituições de ensino quanto a seus profissionais. Ataques que, inclusive, renderam condenação judicial ao citado ministro.⁵ Analisar esses termos – “marxismo cultural”, “pânico moral” e “guerra cultura” (ou “guerras culturais”) – é uma preparação para falarmos, mais adiante, sobre universidades e mídias digitais. Por essa razão, nossa abordagem dos conceitos citados tem como foco suas imbricações com a área educacional, mais especificamente com o ensino superior.

Essa nova onda política conservadora/reacionária parece ter ganhado força após as jornadas de 2013 e predominou no Brasil nas eleições seguintes, dentre as quais a de 2018, na qual foi eleito presidente o então deputado federal Jair Bolsonaro. O Bolsonarismo – termo que vem sendo usado para se referir a diversos políticos e grupos da direita e extrema-direita que se relacionam com o ideário conservador/reacionário e veem na figura do ex-presidente seu principal porta-voz ou, ao menos, sua principal opção política a mandatário do Executivo federal – alimenta e é alimentado pela estratégia discursiva da guerra cultural. Desse modo, como parte do debate político, cresceram os ataques aos polos institucionalizados de produção de conhecimento, principalmente às universidades. Pablo Ortellado alertava, no ano do pleito eleitoral presidencial no qual Bolsonaro teve êxito, que “imprensa e ensino viverão sob ataque permanente na era Bolsonaro” (2018, on-line). O pesquisador destaca que os ataques a professores e ao conteúdo programático de escolas e universidades fizeram parte da estratégia eleitoral de Bolsonaro no pleito de 2018. “No caso da universidade, veremos a perseguição de valores científicos, de valores educacionais. Existe um esforço de subordinar isso a uma concepção tradicional de valores” (Ibid).

A mais proeminente e organizada expressão deste avanço conservador sobre as instituições de ensino foi o Movimento Escola sem Partido, juntamente com os projetos de lei por ele inspirados (PENNA, 2017, 2019, 2019b). “Como exemplo da rápida difusão das ideias do movimento, até outubro de 2016 foram contabilizados mais de 40 projetos de lei em câmaras municipais, assembleias estaduais e no Congresso Nacional inspirados direta ou indiretamente pelos anteprojetos do MESP” (PENNA, 2017, p. 15). Ataques ao meio acadêmico foram instrumentalizados politicamente, tornaram-se plataformas políticas. Jair Bolsonaro e seus correligionários defenderam o Escola sem Partido nas disputas eleitorais, incorporando sua pauta⁶.

⁵ <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/ensino-superior/2021/03/4910266-weintraub-e-condenado-por-ofensa-a-professores-de-federais.html>

⁶ <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/10/29/deputada-do-psl-pede-que-alunos-gravem-videos-para-denunciar-professores.htm?>

Dentro desse processo, o setor conservador/reacionário ganhou força na política brasileira – seja no governo Bolsonaro (2019-2022), no Congresso e no Executivo e Legislativo estaduais – contribuindo para moldar e disseminar uma imagem do ensino superior como sendo um segmento da educação que precisa se aproximar mais das demandas do mercado e da realidade prática e objetiva. Desse modo, a dimensão científica ou de produção de conhecimento do ensino superior (e aqui podemos incluir a pós-graduação) é reduzida pelos conservadores/reacionários, que preferem destacar quase que tão somente a dimensão da formação para o mercado de trabalho. Soma-se a isso uma perspectiva elitista a respeito do papel da universidade para a sociedade, enquanto espaço que não deveria ter como propósito ser preenchido de forma democrática.

Marxismo cultural

Sobre o marxismo cultural, Marco Aurélio Nogueira, professor de teoria política da Unesp, chama a atenção para a imprecisão e indeterminação do termo por parte daqueles que dele se utilizam para criticar escolas e universidades, a mídia, as artes e a cultura em geral. “Promessas vagas de ‘combater o marxismo nas escolas’ e perseguir os comunistas são feitas a todo momento, sem que se deem muitas explicações a respeito” (NOGUEIRA, 2019, on-line). O uso do termo abarcaria uma defesa contra o marxismo, genericamente; por vezes trazendo menções a Antonio Gramsci; ora atacando de forma genérica a esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT), o socialismo, o globalismo (este último termo, por sua vez, também bastante genérico e vago, abre margem para novos questionamentos, que não nos cabe neste subcapítulo da pesquisa), sempre com indeterminação. “É um conjunto que se sustenta na superficialidade e na estigmatização, sem preocupação de fomentar algum debate.” (Ibid).

Não é só o governo Bolsonaro, com seus ministros que disparam petardos ideológicos em cada fala. Há no país uma onda mal-ajambrada que quer criar um bode expiatório no campo da política, da ação governamental e da cultura. Em nome do ataque ao “marxismo cultural”, ela se alimenta de uma enorme ignorância e de um deliberado esforço de provocação (NOGUEIRA, 2019, on-line).

Interessante na abordagem de Nogueira e fundamental para esta pesquisa é a crítica feita à vulgarização simplista e distorcida das ideias de Marx e Gramsci feita pelos antimarxistas visando o público amplo. “Nessa operação, o nível precisa cair ao rés do chão, já que se trata de atingir o grosso da opinião pública, não a intelectualidade. O tom precisa ser de palanque, para ter chance de mobilizar” (Ibid). A caricatura, o exagero, a ofensa, a grosseria, a dispensa do refinamento, tornam-se armas, ferramentas retóricas que dão o tom de palanque com o

objetivo de mobilizar a população. E esse tipo de retórica aumenta o desafio imposto aos profissionais das ciências humanas e sociais, incluindo os historiadores, na busca por estratégias de popularização do conhecimento produzido em suas áreas e no aprimoramento de estratégias de divulgação científica e história pública.

Paradoxalmente, a cruzada antimarxista de hoje emprega os mesmos expedientes das vertentes mais pesadas do stalinismo. Mente, deforma, difama, acusa sem critério, procura punir e estigmatizar, valendo-se da simplificação grosseira (...). O stalinismo fazia isso em nome de uma revolução igualitarista (...). O antimarxismo atual, ao contrário, apregoa uma guinada conservadora que dê um passo atrás. Mas também ele só se viabiliza se fizer dos canais oferecidos pelo Estado uma plataforma para difundir uma cópia invertida daquilo que acusa em seus adversários. É inócuo nos territórios livres da sociedade civil, onde o debate pode fluir de forma democrática.

É o que faz o antimarxismo atacar sem trégua as diferentes instâncias da sociedade civil, da imprensa às ONGs, das escolas à indústria cultural, dos partidos políticos aos sindicatos. Ele precisa deslegitimar aquilo que foge de seu controle, reforçando ao contrário os “centros dirigentes”, a palavra dos chefes, os manuais repletos de novas verdades. Cria seus mitos e seus arautos, seus filósofos, suas narrativas, suas ideias-força, que espalha pelas redes que manipula. Constrói assim um repertório simbólico e expressivo, com o qual combate a luta cultural. Denuncia toda e qualquer operação ideológica, mas é ele próprio uma ideologia (NOGUEIRA, 2019, on-line).

Para Rodolfo Capler (2021), ao analisar o peso da ideia do marxismo cultural entre evangélicos do Brasil, o termo “nada mais é que uma errônea e descontextualizada interpretação das ideias do teórico italiano Antonio Gramsci” (2021, on-line). Capler situa o surgimento da noção de marxismo cultural nos Estados Unidos. É importante pontuar a raiz estadunidense dessa ideia, visto que, conforme abordaremos em seguida, o pânico moral e as guerras culturais também possuem suas bases nos Estados Unidos. Dessa forma, aos poucos, vamos cumprindo uma das propostas do primeiro capítulo desta pesquisa, que é apresentar algumas das raízes epistêmicas das ideias reacionárias atualmente em voga no Brasil, que estimulam ataques às universidades e à educação, mostrando que em grande parte essas ideias são importadas (principalmente dos Estados Unidos) e se correlacionam a concepções de educação propostas por pensadores em diferentes períodos históricos (como também veremos, não necessariamente neste artigo, mas no capítulo completo).

Os pensamentos de Gramsci foram tecidos na Itália dos anos 30, segundo suas condições históricas, porém, a partir de 1992, foram pontualmente resgatados e instrumentalizados pela direita radical estadunidense, por meio do artigo “New Dark Age: Frankfurt School and ‘Political Correctness’ [Nova era das trevas: Escola de Frankfurt e “correção política], publicado na revista *Fidelio* do Schiller Institute, por Michael Minnicino. Utilizando conceitos de pensadores da Escola de Frankfurt, como Theodor Adorno e Walter Benjamin

e também referenciando-se na ameaça do chamado “bolchevismo cultural” dos anos 30 na Alemanha nazista, Minnicino, trouxe à luz e disseminou pela América o conceito paranóico de “marxismo cultural” (CAPLER, 2021, on-line).

No mesmo sentido, Francisco Porfírio (2023, on-line) afirma que setores conservadores criaram a teoria tendo em vista instigar um clima de terror psicológico e que o modo que esses setores se valem do termo seria influenciado – erroneamente, ressaltamos – pelo pensamento de alguns autores marxistas, “como o filósofo italiano Antonio Gramsci e o filósofo alemão da Escola de Frankfurt Herbert Marcuse.” (Ibid).

No entanto, nem Gramsci, nem Marcuse pensaram sequer em uma maneira de aplicar o marxismo cultural (...). O marxismo cultural estabeleceu-se por Marcuse e Gramsci apenas no campo das ideias, sendo uma subversão contrária ao próprio marxismo que requer uma aplicação prática e material. Portanto, não há qualquer conspiração marxista que vise implantar o socialismo por meio de uma revolução cultural. (Ibid).

No Brasil, Capler situa Olavo de Carvalho como um dos primeiros e principais importadores da ideia de marxismo cultural nos moldes propostos por Michael Minnicino. Além de assimilar influências do filósofo brasileiro Mario Ferreira dos Santos, desenvolvedor do conceito de “barbarismo cultural”, o ideólogo e astrólogo Olavo de Carvalho publica em 2002, no jornal O Globo, o artigo “Do marxismo cultural”, com afirmações infundadas como, por exemplo, a de que autores da Escola de Frankfurt, como Horkheimer, Adorno e Marcuse, visavam a destruição da cultura ocidental (CAPLER, 2021). A publicação feita em O Globo é ilustrativa do que Sonia Meneses (2019) aponta como uma certa complacência da mídia hegemônica, durante anos, com as ideias negacionistas que ganharam força da década passada para cá⁷, ainda que esta mesma mídia hegemônica tenha se tornado, juntamente com as universidades, a ciência e as artes, um dos principais alvos dos ataques reacionários e conservadores (ORTELLADO, 2018; ROQUE e BRUNO, 2018).

Para Olavo de Carvalho, mesmo tendo sido derrotados em 1964, os “comunistas” teriam encontrado um campo aberto para militância no campo da cultura e da educação no país e essa suposta hegemonia cultural de esquerda precisaria ser combatida, é o que ele chama de “marxismo cultural”. Ainda de acordo com Olavo, são as transformações culturais que darão suporte às

⁷ Sonia Meneses fala sobre o papel da mídia no crescimento do negacionismo na live “Temas sensíveis e negacionismos na História Pública”, na qual afirma que “existe um negacionismo à brasileira que por muito tempo predominou e foi difundido na nossa sociedade através dos meios de comunicação e não foi tratado como negacionismo”. Meneses cita, por exemplo, a afirmação de Olavo de Carvalho, em sua coluna no jornal O Globo, no início dos anos 2000, de que o nazismo foi de esquerda, uma vertente do socialismo: < <https://www.youtube.com/watch?v=fmBLLTyEwyl&t=9s> >. A historiadora aborda a mesma questão, envolvendo a mídia hegemônica, na live “Negacionismos e usos da história | Conversa com Sonia Meneses e Arthur Ávila”, ao questionar por que demorou-se tanto para chamar de negacionismo ideias e teorias hoje vistas como tal e por que demorou-se tanto para se enfrentar essas ideias negacionistas: < <https://www.youtube.com/watch?v=cqAoAix421A&t=2770s> >.

transformações políticas e econômicas. Nesse sentido, é preciso formar uma intelectualidade de direita capaz de promover essas transformações. E Olavo tem atuado fortemente nesse sentido (MELO e VAZ, 2021, p. 33).

Pânico moral

Quanto ao pânico moral, Em uma análise sociológica no contexto do que chama de “cultura do medo”, “na qual nossos verdadeiros medos são deslocados ou desviados para direções diversas (e geralmente distorcidas)” (BITENCOURT, 2013, p. 39), Antônio de Oliveira Bitencourt (2013) destaca que o conceito de pânico moral abarca circunstâncias em que, influenciados por notícias alarmantes diárias, somos postos em uma situação em que não estamos devidamente inclinados com o que realmente deveríamos nos preocupar, como, por exemplo, a pobreza e a fome, que ele cita como problemas sociais graves. “Os pânicos morais estão associados a alguma espécie de perigo iminente e emanam do social” (BITENCOURT, 2013, p. 40).

O conceito não é um termo de alçada popular e comumente é utilizado por políticos, sociólogos, jornalistas, entre outros profissionais, para explicar situações sociais, nas quais existe uma percepção, por alguém, que uma determinada situação representa um risco potencial (real ou imaginário) para uma população (Ibid)

O autor destaca que se “antes era um movimento retórico na política cultural, pânico moral foi definido rigorosamente como conceito sociológico” (GARLAND apud BITENCOURT, 2013, p. 40), e aponta um consenso no que diz respeito ao estudo de pânicos morais sobre o papel da mídia na difusão e propagação de notícias alarmantes nem sempre correspondentes à realidade, sendo ela uma difusora da “cultura do medo”. Apontamento este que encontra respaldo em Glassner (2003), para quem

Toda análise da cultura do medo que ignora a ação da imprensa ficaria evidentemente incompleta. Entre as diversas instituições com mais culpa por criar e sustentar o pânico, a imprensa ocupa indiscutivelmente um dos primeiros lugares. (GLASSNER, 2003, p. 33).

Com a erosão do protagonismo da imprensa profissional no agendamento da opinião pública, esse papel da imprensa na difusão da cultura do medo e do pânico moral foi sendo, também, paulatinamente substituído pelas mídias digitais e redes sociais, o que começa a ser apontado em trabalhos mais recentes sobre o tema do pânico moral. Géssica Brandino (2022), em uma análise durante as eleições de 2022 sobre como o marketing político lida com o peso das emoções no voto e comportamento eleitoral, resume um novo contexto midiático do pânico moral. “Com o bolsonarismo e a proliferação das fake news nas redes sociais, conceitos como

pânico moral e viés de confirmação são usados para entender diversos impactos desse discurso.” (BRANDINO, 2022, on-line). Ela e demais pesquisadoras trazem definições sobre pânico moral e sua relação com a extrema direita no Brasil. “Criado na década de 1970 na sociologia, o conceito é definido por Stanley Cohen como a aparição de uma condição, episódio, pessoa ou grupo como uma ameaça aos valores sociais. Essa mobilização é comum em períodos de crise” (Ibid). A antropóloga Isabela Kalil, coordenadora do Observatório da Extrema Direita e citada por Brandino (Ibid), reforça que o bolsonarismo se vale do pânico moral, principalmente a partir de questões relacionadas a gênero e sexualidade. Esther Solano, outra pesquisadora que também estuda grupos bolsonaristas, acrescenta

A extrema direita pega os elementos fundantes da lógica conservadora — a família, sexualidade, a infância- e transforma isso em um ecossistema que está ameaçado. A ideia de que se você votar no outro, tudo isso que é a âncora da sua vida está sob ameaça (SOLANO apud BRANDINO, 2022, on-line).

As novas mídias como novas protagonistas da difusão do pânico moral é o que podemos observar em artigos como o de Erick Fraga (2022), que, ao tratar do conceito, aborda como “tal sentimento de pânico, exacerbado pelas mídias sociais, e a paranoia embutida no meio social, contribuem para a marginalização de minorias sociais em esferas políticas, dificultando a discussão de tais questões sem que o medo envolvido no pânico moral ressurja” (2022, on-line). Uma das preocupações do autor é como esse pânico dificulta o debate racional sobre problemas reais de parcelas marginalizadas da sociedade, já que seu uso político provoca um esvaziamento do debate (Ibid).

Guerra cultural

Quanto à guerra cultural, Cristina Teixeira de Melo e Paulo Vaz (2021) destacam que o conceito surgiu com o livro “Culture Wars: The Struggle To Define America”, de James Hunter, publicado em 1991, e que seu sentido imediato seria a existência de conflitos morais. Hunter, segundo Melo e Vaz, cita exemplos que estariam dentro da gama desses conflitos morais, sendo possível percebermos que, assim que o conceito de guerras culturais é proposto ou, pelo menos, adensado, logo de cara estão alguns embates da área educacional e, mais especificamente, do ensino superior.

Hunter destaca as disputas em torno ao aborto, à posição da mulher na família e na sociedade, à sexualidade, aos direitos do que hoje chamamos população LGBTQI+, ao financiamento público de projetos culturais e exposições artísticas, à separação entre Igreja e Estado, ao multiculturalismo, às cotas para minorias nas universidades, ao cânone dos autores ocidentais no ensino universitário, ao politicamente correto e ao currículo das escolas primárias

(MELO e VAZ, 2021, p. 6).

Apesar da multiplicidade de temas, há aspectos em comum que viabilizam uma conceituação sobre o que seriam as guerras culturais. Melo e Vaz citam dois. O primeiro é referente ao modo como o processo de disputa social ocorre: inicialmente, um determinado grupo obtém avanços, por exemplo, no campo dos direitos civis, e, com esses avanços ocorrem mudanças de valores morais. Entretanto, de forma quase que simultânea, há uma reação conservadora organizada. A segunda característica seria, em linhas gerais, um processo amplo de secularização, visto que a noção de guerras culturais fora cunhada dentro do contexto da história política e cultural estadunidense.

Dados o poder de mobilização política e a força da religião na constituição da moralidade nos Estados Unidos, Hunter caracteriza a mudança como um processo de secularização. Por essa razão, ele supõe que o conflito em torno do direito ao aborto seria o protótipo das guerras culturais (MELO e VAZ, 2021, p. 7).

Entretanto, de acordo com o historiador Andrew Hartman (2016), antes do empreendimento de Hunter para a elaboração do conceito, o vocábulo “guerra cultural” tem sua primeira menção em um sentido próximo do atual (e próximo ao sentido trabalhado por Hunter) em 14 de novembro de 1987, no New York Times, num artigo de opinião escrito por Todd Gitlin e Ruth Rosen sobre a revelação de que um juiz da Suprema Corte teria fumado maconha quando jovem. O artigo mencionava uma longa luta entre modernizadores e tradicionalistas pelo sentido dos movimentos de direitos civis, feminista e gay, a liberdade sexual e o uso de drogas (MELO E VAZ, 2021).

Os elementos do conceito na sua forma inicial remetem, portanto, aos acontecimentos políticos e sociais nos Estados Unidos que tornaram possível a consciência intelectual de haver um novo tipo de conflito político no final dos anos 80 do século passado. O movimento de direitos civis, a luta contra a invasão do Vietnã, as lutas que coalescem em maio de 68 e que afirmam o direito ao prazer, à experimentação da consciência e à igualdade étnica, sexual e de gênero – todos esses acontecimentos das décadas de 1960 e 1970 são a fonte que alimenta as lutas por mudanças morais nas décadas seguintes e que provocam a reação conservadora. (...) Desse modo, a história das guerras culturais é a história da reação às mudanças morais que se enraizaram na legislação e nas instituições encarregadas de formar e informar: escolas, universidades e os meios de comunicação (MELO E VAZ, 2021, p. 10).

Sobre o contexto brasileiro, Para Melo e Vaz, a campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018 consolidou a inserção do Brasil nas guerras culturais. Citando o peso de *fake news* como a “mamadeira de piroca” e o “kit gay” no voto do eleitor, além de alegorias retóricas como a “ideologia de gênero”, os pesquisadores relembram que grande parte do eleitorado

votou “mais preocupado com tais questões do que com as tradicionais reivindicações por educação, saúde, transporte, emprego” (MELO E VAZ, 2021, p. 18). Embora sejamos mais cautelosos com relação ao peso dessas *fake news* no resultado eleitoral – haja vista que é preciso levar em conta a predisposição de parte do eleitorado em acreditar nesses falseamentos, em um mecanismo cognitivo chamado de “viés de confirmação” – fato é que o disparo desse tipo de desinformação que fomentou o pânico moral e atizou a guerra cultural “mobilizou o medo de pais e mães de que seus filhos fossem corrompidos por ideias e pessoas ‘degeneradas’. (...) As antigas demandas sociais e políticas foram, senão substituídas, ao menos vinculadas à moralidade” (Ibid).

Em 2013 uma série de artigos de Olavo de Carvalho reunidos e organizados pelo jornalista Felipe Moura Brasil, compuseram a obra “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”. O livro tornou-se best-seller, vendendo mais de 150 mil exemplares e ajudou a replicar a concepção de guerra cultural utilizada por Olavo. Influenciados por sua obra e por seus vídeos no YouTube, organizações como o Instituto Mises Brasil, assim como personalidades do mundo da religião, tal qual o Padre Paulo Ricardo, contribuíram para o fortalecimento e propagação da teoria conspiratória do “marxismo cultural” (CAPLER, 2021, on-line).

Dissecando o termo “guerra cultural”, dentro do modelo explicativo adotado pelos autores, primeiro temos a palavra “guerra”, que, neste caso, não remeteria a um inimigo externo, mas sim interno. Algo novamente semelhante ao contexto estadunidense e sua guerra civil. Ou, comparando com a realidade brasileira, semelhante à doutrina nacional da época da ditadura militar, que supunha um inimigo interno (MELO e VAZ, 2021). “Cultura”, por sua vez, significa um conjunto relativamente estável e unificado de valores e crenças (Ibid). Não sendo uma guerra entre nações e envolvendo valores e crenças relativamente estáveis, os conflitos das guerras culturais se dão principalmente em torno das questões privadas (como a sexualidade, por exemplo).

Utilizada para compreender um realinhamento histórico dos paradigmas culturais e morais da sociedade estadunidense na segunda metade do século passado, a hipótese da guerra cultural nos ajuda a situar os conflitos e antagonismos políticos no terreno das disputas públicas em torno de sentidos, discursos, crenças, ideologias, mitos e sistemas de valores que estruturam a vida social (LAGE e SARAIVA, p. 126-127, 2021).

Breve exemplo da empresa Brasil Paralelo

Um exemplo do uso da lógica das guerras culturais no campo da história, mais especificamente na midiaticização da história pelos meios digitais, é a Brasil Paralelo. Ao analisarem como a produtora tem inflamado uma guerra cultural em curso no Brasil, Júlia

Salgado e Marianna Ferreira Jorge (2021) destacam que a produtora, criada em 2016, ecoa as mais polêmicas vozes da extrema direita brasileira, sobretudo se valendo do revisionismo histórico (conceito do qual falaremos mais à frente, na tese completa) e da defesa de valores neoliberais conservadores. Faz parte do discurso da Brasil Paralelo o ataque às universidades, mais especificamente à produção institucionalizada e à historiografia canônica, como forma de fazer valer suas narrativas históricas... “paralelas”. Os ataques às instituições de ensino superior reproduzem a ideia do marxismo cultural como inimigo e o *modus operandi* das guerras culturais das quais, no Brasil, a produtora se tornou proeminente.

De maneira geral, é possível afirmar que todas as produções (séries, filmes, documentários e aulas) trazem embutidas crenças particulares ao credo neoliberal-conservador. Estas, por sua vez, costumam descredibilizar os mecanismos de cidadania, como as instituições educacionais, médicas e científicas, ao mesmo tempo em que se valem de um decalque cientificista, com sotaque publicitário, para legitimar a narrativa oportunamente construída (SALGADO e JORGE, 2021, p. 729)

Nos últimos anos o conteúdo da Brasil Paralelo, a despeito de críticas de historiadores e do meio acadêmico e, também, a despeito de falácias e equívocos metodológicos⁸ que esse conteúdo eventualmente comete (ou justamente por conta deles), contribuiu para compor, “em grande medida, a identidade da extrema-direita brasileira, conservadora e neoliberal, fomentando a atual polarização ideológica-política” (SALGADO e JORGE, 2021, p. 731). A empresa deu pseudo-historicidade à narrativa reacionária, deu o lastro histórico que os adeptos do campo conservador/reacionário não vinham obtendo a contento por meio da historiografia oficial e do meio acadêmico. A Brasil Paralelo, como uma das protagonistas da guerra cultural no cenário político brasileiro e mesmo como protagonista naquilo que podemos chamar de “guerra cultural aplicada ao conhecimento histórico”, emula certa cientificidade da área acadêmica que frequentemente critica, valendo-se de falas de “especialistas” e de um pretense trabalho de pesquisa para, dentre outros objetivos, disseminar “uma retórica que visa a assegurar o papel do mercado como aglutinador da realidade” (Ibid).

⁸ No artigo “As ‘verdades’ paralelas do Brasil Paralelo”, Pedro Marin destaca equívocos do conteúdo da produtora na abordagem que ela faz sobre a ditadura militar e também o quanto esse conteúdo busca adotar um tom de imparcialidade, criticando o “panfletismo político” na história, enquanto, ao mesmo tempo, possui, ele próprio, um tom parcial: <https://revistaopera.com.br/2019/04/05/as-verdades-paralelas-do-brasil-paralelo/>. O historiador Fernando Nicolazzi também ressalta os equívocos e distorções da empresa em sua abordagem da história da ditadura, como a defesa de que a maioria da população teria apoiado o golpe militar, o que desconsidera fontes primárias como, por exemplo, pesquisa do Ibope em que entrevistados apoiavam as reformas anunciadas por Jango, dentre outras pesquisas que apontavam índices significativos de aprovação ao seu governo: <https://sul21.com.br/opiniao/2019/03/a-historia-da-ditadura-contada-pelo-brasil-paralelo-por-fernando-nicolazzi/>

Muitas das questões que incentivam e perpassam este trabalho de pesquisa estão direta e indiretamente presentes no trabalho e protagonismo da Brasil Paralelo: o cenário político-educacional de tensões ampliadas pelo avanço do conservadorismo/reacionarismo, o anti-intelectualismo (que preferimos chamar de antiacademicismo, por razões expostas adiante), os revisionismos e negacionismos, as guerras culturais e o “marxismo cultural” como inimigos a serem combatidos pela direita e extrema-direita nas universidades.

A ideia de "marxismo cultural" é, de fato, o grande inimigo contra o qual a Brasil Paralelo parece lutar. Seria derivado desse esforço ubíquo e subterrâneo do comunismo – e não do próprio neoliberalismo – a insurgência de pautas identitárias e multiculturalistas: "Por que hoje toda a esquerda fala em machismo, racismo, homofobia?" A resposta lhes parece óbvia: “Isso é gramscismo”, afirma categoricamente Flávio Morgenstern, creditado como escritor e um dos mais assíduos entrevistados da produtora. Sub-repticiamente, uma elite cultural de esquerda teria dominado as universidades, as editoras, a mídia, o show business e a cultura em geral. Contra essa guerra cultural silenciosa, armada a partir da Rússia, refinada na Itália e financiada pela China, caberia aos templários da verdade e da liberdade reescrever nossa história e ofertá-la ao povo brasileiro, no intuito de redimir o país (e o capitalismo) de escusas forças totalitárias. (SALGADO e JORGE, 2021, p. 734).

Antiacademicismo

Fara finalizar, cabe explicar nossa preferência pelo termo “antiacademicismo” em vez de “anti-intelectualismo”. Entendemos não ser tão assertiva a avaliação de que o núcleo duro do bolsonarismo e demais agentes políticos conservadores/reacionários sejam anti-intelectuais, haja vista que o que está em disputa é algo mais profundo e passa pela própria definição do que é ser intelectual, assim como do que é verdade, do que é razão, do que é ciência, do que é formação etc. Ou seja, os termos do embate não passam exatamente pela negação da figura do intelectual, mas por uma disputa e redefinição de quem seriam os intelectuais, de fato. Um bom exemplo é que Olavo de Carvalho se via como um intelectual ou, no mínimo, como alguém intelectualmente superior àqueles que são convencionalmente vistos como intelectuais. O que pode ser conferido na matéria da Folha de S. Paulo “Guru de Bolsonaro diz que não existem intelectuais da esquerda a seu nível”⁹.

Por outro lado, por mais que Olavo de Carvalho e demais agentes do bolsonarismo e do campo conservador/reacionário em geral reivindiquem o status de intelectuais e disputem as

⁹ <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/guru-de-bolsonaro-diz-que-nao-existem-intelectuais-da-esquerda-a-seu-nivel.shtml>>

definições de razão, ciência, verdade e etc, fato é que, com significativa frequência, em diversas áreas, especialmente na área de história, não encontram respaldo no meio acadêmico formal e institucionalizado e isso se reflete nos ataques do campo às universidades. Por isso entendemos “antiacademicismo” um termo mais apropriado e concreto do que “anti-intelectualismo”. Acrescentamos ainda que “antiacademicismo” se coaduna melhor com a proposta desta pesquisa, cujo foco são as universidades e a comunidade acadêmica. Ressaltamos também que a área acadêmica e a intelectualidade não são sinônimos, pois nem todos os intelectuais pertencem ao meio acadêmico. Como nos lembra Boaventura de Sousa Santos, “há uma pluralidade enorme de conhecimentos fora da universidade: conhecimentos rurais, urbanos, populares, das mulheres. Por que a universidade nunca os levou em conta?” (SANTOS, 2018, on-line). Ainda que tenhamos ressalvas às equivalências de saberes defendidas pelo sociólogo português, aqui não cabe o detalhamento das ressalvas, mas, ao contrário, valeremo-nos da parcial convergência com seu pensamento, bem demonstrado em suas “Epistemologias do Sul”, para, resumidamente, reiterar que o termo “antiacademicismo” circunscreve muito melhor nossa proposta e também se ancora na historiadora da ciência Tatiana Roque (2019), para quem:

Os sábios de internet não são anti-intelectuais. Ao contrário, eles têm seus próprios intelectuais, veículos e critérios, mas se sentem excluídos dos espaços em que o poder intelectual se reproduz. Em razão desse ressentimento e investindo em antagonismos que atualizam uma verdadeira luta de classes pelo poder intelectual, eles foram conquistando uma hegemonia paralela (ROQUE, 2019, on-line).

Referências bibliográficas:

BITENCOURT, Antonio Belamar Oliveira de. *Risco e pânico moral: um estudo sociológico do "Medo do Crime" na revista Superinteressante 2008-2012*. Santa Maria: UFSM, 2013.

BRANDINO, Géssica. Pânico moral e viés de confirmação: entenda uso das emoções nas eleições. Diário do Comércio. 27 jul 2022. Disponível em <<https://diariodocomercio.com.br/politica/panico-moral-e-vies-de-confirmacao-entenda-uso-das-emocoes-nas-eleicoes/>> Acesso em 10 mar 2023.

CAPLER, Rodolfo. Os evangélicos e o fetiche do “marxismo cultural”. Veja. 26 out 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/matheus-leitao/os-evangelicos-e-o-fetiche-do-marxismo-cultural/>> Acesso em 30 mar 2023.

FRAGA, Eric B. Não entre em pânico: usos políticos do pânico moral e seus impactos. Revista Casa D'Italia, Juiz de Fora, Ano 3, n. 27, 2022.

FORA DA POLÍTICA NÃO HÁ SALVAÇÃO. Populismo Reacionário | com Christian Lynch & Paulo Henrique Cassimiro | 144. Youtube. 10 set 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9gWdnVQ-ZzU>> Acesso em 15 fev 2023.

GLASSNER, Barry. *Cultura do medo*. São Paulo: Francis, 2003.

HARTMAN, A. *A War for the Soul of America: A History of the Culture Wars*. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

LAGE, Leandro R.; SARAIVA, Luiziane Silva. *Ressentimento e guerra cultural no populismo de extrema direita: tensões morais e fronteiras de antagonismo*. In: Revista Eco-Pós, v. 24, n. 2, 2021.

MELO, Cristina Teixeira de; VAZ, Paulo. *Guerras Culturais: conceito e trajetória*. In: Revista Eco-Pós, v. 24, n. 2, 2021.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. O que motiva os ataques dos bolsonaristas ao chamado "Marxismo Cultural". Revista Época. 25 jan 2019. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/epoca/o-que-motiva-os-ataques-dos-bolsonaristas-ao-chamado-marxismo-cultural-23376168> > Acesso em 13 mar 2023.

ORTELLADO, Pablo. "Imprensa e ensino viverão sob ataque permanente na era Bolsonaro". DW. 14 nov 2018. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/imprensa-e-ensino-viver%C3%A3osob-ataque-permanente-na-era-bolsonaro/a-46274766> > Acesso em 20 nov 2018.

PENNA, Fernando de Araújo. *A defesa da educação domiciliar através do ataque à educação democrática: a especificidade da escola como espaço de dissenso*. In: Linguagens, educação e sociedade. Teresina, Ano 24, n. 42, mai./ago. 2019.

PENNA, Fernando de Araújo; SALLES, Diogo da Costa. *A dupla certidão de nascimento do Escola sem Partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária*. In: Oliveira, Cláudia Freitas de [et al.]. (Org.). Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos. 1ª ed. Fortaleza: EdUECE, 2019b, v. , p. 11-35.

PENNA, Fernando de Araújo. *O discurso reacionário de defesa do projeto "Escola sem Partido": analisando o caráter antipolítico e antidemocrático*. In: Quaestio - Revista de Estudos em Educação, v. 20, n. 3, 17 dez. 2018.

PORFÍRIO, Francisco. "Marxismo"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/conceitos-marxismo.htm>. Acesso em 30 de março de 2023.

ROQUE, Tatiana; BRUNO, Fernanda. Fenômeno da pós-verdade transforma os consensos já estabelecidos. MediaLab UFRJ. 18 nov 2018. Disponível em: < https://medialabufrj.net/publicacoes/2018/fenomeno-da-pos-verdade-transforma-os-consensos-ja-estabelecidos/?fbclid=IwAR2FABzbnpxpsSlvg5DwBXf6ne5L9wl2jBjiTOLKDXp9wK_-JiDkQtjmc > Acesso em: 20 nov 2018.

ROQUE, Tatiana; DWECK, Esther. As universidades federais estão em risco, por culpa dos cortes. Nexo Jornal. 27 ago 2019. Disponível em: < https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/As-universidades-federais-est%C3%A3o-em-risco-por-culpa-dos-cortes?fbclid=IwAR2K97Si_pTdejPY-tjhHopiPdL89D6bCTXzOPtTtY_iSqyOzxHAVU_6e60 >. Acesso em 2 abr 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Boaventura de Sousa Santos destrincha o assédio neoliberal às universidades. Instituto Humanitas Unisinos. 16 jun 2018. Disponível em: < https://www.ihu.unisinos.br/579979-boaventura-de-sousa-santos-destrincha-o-assedio-neoliberal-as-universidades?fbclid=IwAR0XrvYF3PJ_QLKAAsqNkgNhxGTgLRQ6Sqh37b8ZLeNYLMZG0yaNZxieps >. Acesso em 7 abr 2023.

SALGADO, Júlia; JORGE, Marianna Ferreira. *Paralelismos em disputa: o papel da Brasil Paralelo na atual guerra cultural*. In: Revista Eco-Pós, v. 24, n. 2, 2021.

A escola como patrimônio: usos da memória no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira

Alyne Mendes Fabro Selano¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Rui Aniceto Fernandes

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: a escola como patrimônio: usos da memória no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, em que pretendemos analisar as diferentes narrativas sobre essa que é uma escola da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, mas que está localizada na região da Baixada Fluminense², portanto, uma região periférica do estado.

O Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS) foi fundado em 12 de junho de 1962 através do Decreto Estadual e teve como seu primeiro diretor o professor Álvaro Lopes, que permaneceu na gestão até o ano de 1968. A escola abrigou, no ano de 1965, o primeiro curso voltado para a formação de professores da Baixada Fluminense – Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal (CFPEN), que posteriormente se transformou na atual Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBEF), cujas salas ficaram cedidas até 1998, quando foi transferida para um espaço próprio.

O instituto ganhou o nome de “Governador Roberto Silveira”, em homenagem ao governador do Rio de Janeiro entre os anos de 1959 até 1961, ano de sua morte em uma queda do helicóptero em que sobrevoava uma outra região do estado que havia sofrido com alagamentos. Entre os anos de 1964 e 1968, período no qual a própria região da Baixada Fluminense foi permeada por violência, intimidação e coerção relacionadas à implementação da Ditadura Militar, nesse contexto, com relação ao campo educacional observa-se um crescimento significativo da instituição que passa a oferecer também as seguintes modalidades de ensino: Curso de Jardim de Infância e Cursos Primário, Ginásial e Normal. A escola teve a

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “A cultura material escolar como patrimônio no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira e as tessituras dos saberes ante à ditadura civil-militar no Brasil”, sob orientação do Dr. Rui Aniceto Fernandes.

² Baixada Fluminense não é uma denominação oficial precisa, pois não há um consenso mesmo entre os órgãos públicos como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) ou a FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro) sobre sua composição em termos de municípios.

sua sede afixada no bairro de 25 de agosto, um dos lugares mais privilegiados da região, que concentrava boa parte da elite caxiense.

A escola mantinha seu diferencial ao oferecer o curso de formação de professores, o chamado Segundo Grau Normal e era muito procurado à época. Mas, e na década de 1960, o que significava ser “normalista”? Para responder essa questão, faz-se necessário remontar os aspectos históricos da formação dos Institutos de Educação no país.

A implementação das Escolas Normais no Brasil nasce da preocupação governamental em atender uma demanda externa, com vistas a se colocar ao lado das ditas “grandes nações civilizadas”. Remontando à história, sabemos que a província do Rio de Janeiro foi a primeira a fundar uma escola de formação de professores, na região de Niterói, no ano de 1835.

A criação da escola Normal se dá num momento marcado por forte idealização da educação que se caracterizou por uma crença ilimitada no poder civilizatório da instrução. A difusão das luzes se tornava para aqueles dirigentes o complemento indispensável da ação coercitiva exercida pelo Estado e a instrução pública, pelo seu potencial organizativo e civilizatório mereceria atenção especial, pois permitia – ou deveria permitir – que o Império se colocasse ao lado das Nações civilizadas (VILLELA apud BASTOS, 1999, p. 241.)

Após a primeira década da República houve uma mudança no modelo das Escolas Normais, trazendo a fundação dos Institutos de Educação, que não seriam somente lugares de aquisição de conhecimento, mas de pesquisa, de experimentações no campo educacional. A ideia era que esses Institutos de Educação oferecessem todas as etapas da educação e que as normalistas pudessem ter nesse ambiente os seus objetos de estudo. Existiam salas preparadas para a observação da dinâmica das aulas por parte daqueles que faziam o curso de formação de professores, viabilizando a prática. Sobre o IEGRS havia na comunidade local a perspectiva de formação dos seus filhos e filhas que passariam toda a vida escolar no IEGRS aproveitando essa estrutura educacional e de lá conquistariam uma boa colocação no mercado de trabalho.

O objetivo desse estudo é, portanto, analisar a importância histórica dessa escola e ir além, observando a manutenção dos ritos e narrativas que persistem ao longo de sua história com esforços para justificar a sua importância na rede de ensino a qual pertence, estabelecendo conexões entre o presente e o passado da instituição através dos documentos, fotografias, entrevistas de professores antigos e professores novos, ex-estudantes e estudantes atuais.

Em recente pesquisa percebemos que o corpo docente, por exemplo, se sente satisfeito com a possibilidade de trabalhar em uma escola cuja imagem está atrelada a ideia de “celeiro de cultura”, frase que estampa o selo da escola. Conforme observamos através da pergunta: O

que te motivou / motiva a trabalhar no IEGRS? “A eficiência na formação dos futuros profissionais de educação” afirma a professora Iracema³, ou também: “A tradição de ser uma boa escola” defende a professora Cristiane⁴, além disso, a professora Júnia destaca que o que a motivou para trabalhar na escola foi a sua “tradição”⁵. É notório que tais narrativas são afirmadas no cotidiano e acabam formando uma cultura escolar.

Tais representações perpassam os muros da escola e alcançam as redes. A escola hoje conta com uma página oficial no Facebook⁶. Podemos observar então que o discurso institucional busca se afirmar através das publicações abaixo destacadas. Na ocasião do aniversário da escola em 12 de junho de 2023 a página da escola no Facebook⁷ destacou várias etapas da história da escola, dentre elas selecionamos abaixo.



Foto 1 – poster virtual – 61 anos do IEGRS



Foto 2 – fotografia da primeira turma do Curso Normal

³ Atual professora de Biologia da Instituição.

⁴ Atual professora de Geografia da Instituição.

⁵ Atual coordenadora da Instituição.

⁶ Facebook é uma rede social criada por Mark Zuckerberg que começou em 2003 e que deu origem à empresa Meta.

⁷ Página do Facebook I E Governador Roberto Silveira. Acesso em 14/09/23.



Foto 3 – fotografia do Jardim de infância



Foto 4 - Foto 2 – fotografia da formatura

Todas essas manifestações fazem parte de uma produção de memória programada e sistematizada pela própria direção atual da escola. Outro dado relevante foi que a comemoração do aniversário da escola ocorria em pleno movimento de greve, articulados pelos professores em busca da valorização salarial da maioria. Pensar a cultura escolar do IEGRS pressupõe relacioná-la à visão que desloca a escola para um olhar que a enxerga como patrimônio, discutir a relevância da escola como patrimônio também é importante. Para tal, faz-se necessário mobilizar os conceitos de patrimônio e as provocações que os envolvem. Além disso, é importante mencionar que desde 2012 a escola mantém um *Instituto Histórico*, ambiente musealizado que tem como função contar a sua história. Esse Instituto Histórico do IEGRS faz parte de uma rede de Institutos organizados pelo Centro de Memória e História da Educação da Baixada Fluminense⁸, órgão responsável por promover a pesquisa e salvaguardar a memória, a história e formação dos professores da Baixada Fluminense. Nas palavras da professora Marcia Rufino, o Instituto Histórico do IEGRS e sua relevância:

“Cabe ressaltar que o Instituto Histórico do IEGRS foi criado pelos professores e direção do colégio em 2006, **como um espaço para guardar os objetos de memória e documentos históricos escolares**. Em 2012, a pedido da diretora Verônica Bazílio Terra Ferreira, a equipe do CEPEMHed fez sua reorganização, transformando-o num espaço expositivo, e transferindo os documentos ali guardados, para a Sala de Arquivo

⁸ A institucionalização do CEPEMHED é formalizada através do Decreto nº 4.805, de 23 de dezembro de 2005. No final de 2006 é dado início às suas atividades, gerido por um Conselho Deliberativo constituído por entes governamentais e da sociedade civil, e administrado por uma Diretoria Executiva, formada por professoras da rede pública municipal e/ou estadual, cedidas, sem cargo comissionado, indicadas pelo SEPE e aprovadas pelas demais entidades do Conselho Deliberativo. Em 07 de novembro de 2008, através da Lei nº 2.223 o referido Decreto é transformado em Lei Municipal. Disponível em: <https://centrodehistoriaeducacao.wordpress.com/> acesso em 10/09/23 às 15:05h.

do CEPEMHed, enquanto tratava o acervo e organizava a Sala de Arquivo do IEGRS, inaugurada em 2015”.

Nesse processo de montagem do Instituto Histórico, segundo entrevista realizada com a membro do Centro de Memória, a professora Marcia Tuão, não houve intervenção direta do Centro na escolha dos objetos. O material que compôs o Instituto Histórico do IEGRS fazia parte de uma seleção prévia do que a direção havia encontrado disperso na unidade escolar e que gostaria que fosse preservado. Segundo ela, todo o processo de construção da exposição foi realizado em conjunto com a equipe diretiva da escola, na época, a Diretora-Geral era a professora Verônica Bazílio e foi dela a iniciativa de montar uma exposição pelo cinquentenário da escola, no ano de 2012. Abaixo uma descrição da montagem feita pela professora Marcia Rufino que participou do projeto como membro do CEPEMHed.

“Quando o CEPEMHed assumiu, em 2012, foram selecionados alguns objetos e documentos para a exposição, distribuídos em categorias definidas a partir do que foi encontrado. Os demais, foram recolhidos para a Sala de Arquivo do CEPEMHed, para tratamento e guarda. Novos objetos e documentos foram garimpados em outros espaços escolares - como almoxarifado, e transferidos para a exposição. A sala foi reformada, adaptada para um espaço de exposição, com confecção de vitrines e de placas e painéis com textos explicativos, contextualizando os aspectos da memória escolar expostos. O espaço do Instituto Histórico seria, agora, um espaço museal, com a exposição de longa duração **“50 anos do IEGRS: Uma jornada sentimental entre imagens do passado e cenas do presente”**, inaugurada em 12 de junho de 2012, no aniversário de 50 anos da instituição. Foram expostos documentos textuais e fotográficos e objetos da cultura material escolar. No Corredor da Memória, criado na ocasião, foram expostas algumas placas de metal em um móvel antigo encontrado; um painel apresentando a exposição; **a linha do tempo do legado deixado pelas direções; e painéis contando a história da escola** – estes últimos, confeccionados pelo CEPEMHed a partir de pesquisa realizada conjuntamente com alunos do Curso Normal, em 2009, para a exposição Sociedade, Trabalho e História: Lembranças da Escola, transferidos, agora, de lugar. Alguns troféus foram expostos num móvel confeccionado para tal fim, no hall de entrada, e os demais, recolhidos para a reserva técnica. **Dentre os temas gerais abordados, a partir do acervo encontrado na época, estavam: Concurso de Admissão, Trabalho Docente, Contratação de Professores, Financiamento da Educação, Corpo Discente, Educação Especial, Formação de Professores, Prática Escolar**, e outros que não lembro agora. Como já citei, o que foi retirado do espaço organizado em 2006, foi para a Sala de Arquivo do CEPEMHed, onde foram tratados e permaneceram enquanto a equipe organizava a **“Sala de Arquivo do Instituto Histórico do IEGRS”**. Após inaugurada em 2015, foram transferidos. Outros documentos fotográficos, textuais e tridimensionais foram sendo encaminhados à equipe do Centro pelos professores e

funcionários, para a sala de arquivo - que aguarda transferência para outra localização, conforme indicação do diretor⁹. **(Grifo nosso).**

É notória a demanda dos grupos por uma afirmação no campo patrimonial. O fenômeno da ampliação da diversidade museal trouxe a erosão das tipologias museológicas baseadas em disciplinas e acervos, o alargamento do espectro de vozes institucionais, a flexibilização das narrativas museográficas de grandes sínteses nacionais ou regionais, a experimentação de novos modelos museológicos e museográficos, a disseminação de museus e casas de memória por todo o país. Pensando sob essa perspectiva, pretendemos levar em consideração as provocações advindas da Sociomuseologia. Conforme destacou Santos:

(...) o reconhecimento das identidades e das culturas de todos os grupos humanos; a utilização da memória coletiva como referencial básico para o entendimento e a transformação da realidade; o incentivo à apropriação e reapropriação do patrimônio, para que a identidade seja vivida na pluralidade e na ruptura; o desenvolvimento de ações museológicas, considerando como ponto de partida a prática social e não as coleções; a socialização da função de preservação; a interpretação da relação entre o homem e o seu meio-ambiente e da influência da herança cultural e natural na identidade dos indivíduos e dos grupos sociais; a ação comunicativa dos técnicos e dos grupos comunitários, objetivando o entendimento, a transformação e o desenvolvimento social. (SANTOS, 1999, p. 12)

Aprofundando, portanto, a partir do alargamento dos estudos e compreensões sobre museus, o entendimento também sobre patrimônio cultural, é importante ter em mente a diversidade dos grupos sociais e suas particularidades. Portanto, é preciso levar em consideração quais os interesses desses grupos em se afirmarem dentro da sociedade, afinal, como ressalta Nestor Canclíni.

“se é verdade que o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem que se o estude, também, como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos” (CANCLINI, 1994, p. 97).

No caso da escola, o Instituto Histórico nasceu como a afirmação do discurso institucional para marcar um lugar na memória e na história da educação na Baixada Fluminense, abrigando documentos, fotografias e objetos a partir de uma seleção realizada pela direção à época e que vem sendo mantida pelas direções posteriores, sempre sobre os cuidados do Centro de Memória. Nesse processo, não houve, portanto, a atuação da comunidade escolar na seleção daquilo que seria ou não exposto com a finalidade de contar a história da escola. As

⁹ Entrevista concedida pela Professora Marcia Rufino em 25 de junho de 2023.

inquietações desse trabalho se movem no sentido de refletir se essas escolhas deveriam ser compartilhadas com a comunidade e até que ponto essa “ausência” prejudica a democratização e ampliação da noção de pertencimento dos estudantes, até então “apresentados” a esse discurso produzido de forma uníssona por quem pode mobilizar o poder dessa memória, afinal, como afirma Max Weber:

“A compreensão de que a escola é uma instância social que tem como tarefa a organização do pensamento de novas gerações, fundamento do exercício da cidadania e da ação consciente na consecução de um projeto de sociedade”. (WEBER, 2003)

Na percepção desse trabalho, a escola, portanto, deveria ser vista como um território onde múltiplas vozes convergem e divergem, num exercício reflexivo que tensiona os objetivos e interesses dos professores, dos estudantes, da comunidade e não em um discurso que remonta os tempos de sua formação. De acordo com Halbwachs, a memória envolve uma relação entre a repetição e a rememoração (HALBWACHS, 1984-1993). Sendo assim a pesquisa se utiliza das narrativas na busca em construir um sentido entre as proposições sobre história, patrimônio e memória.

“Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa”. (FERREIRA, 2002. p.319)

Todos os esforços relacionados a esse tema buscam refletir sobre os processos de constituição da cultura escolar, sobre a mobilização da memória dentro da escola visando a desnaturalização dos discursos ali construídos e oportunizando uma reflexão a respeito do que a escola significa hoje no cenário educacional. São as inquietações que se colocam no cotidiano que movimentam esse trabalho. Os muitos questionamentos sobre o que é a escola dentro desse contexto político, social e cultural da Baixada Fluminense? O que é a escola no universo da rede estadual? Que posição essa escola pretende marcar ante às novas demandas que não valorizam mais os cursos de Formação de Professores como era outrora? Que sentido tem a manutenção de um espaço musealizado para contar a “história da escola”? Qual história? Sob qual perspectiva? Que momentos formadores da cultura escolar prevalecem nessa relação presente-passado? Essas e outras questões a serem levantadas no percurso visam também

compreender a relação que essas narrativas trazem sobre a história para tentar justificar o papel que a escola desempenhou na comunidade ao longo do tempo.

Referências

BASTOS, Maria Helena Câmara; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). A Escola Elementar no século XIX. O método monitorial/mútuo. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores. Campos: UFU, 2004.

BÉNDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, M. M., AMADO, J. (orgs.) Usos e abusos da história oral. 5. ed. Rio de Janeiro: FVG, 2002.

BENJAMIN, Walter – Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. CANCLINI, Nestor. G. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginária do Nacional. Revista do IPHAN, n. 23, 1994.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa. O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985/ Manoel Henrique de Sousa Cantalejo. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 95 DE VARINE, Hugues. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence (org.). A invenção das Tradições. São Paulo: Paz e Terra, 15ª ed. 2022.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Revista brasileira de história da educação, n.1, jan./jun. 2001. 96

LARROSA, J. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. LE GOFF, Jacques. Memória. In: História e Memória. Campinas: Unicamp, 1994.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado? Revista PUC São Paulo, Projeto História, n. 17, 1998.

MENESES, Ulpiano. T. B. de. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 34, 1992.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n.10, dez 1993.

NÓVOA, Antonio. Para uma análise das instituições escolares. In: _____. (org). As organizações escolares em análise. 2. ed. Lisboa, Publicações D. Quixote/Instituto de Inovação Educacional, 1995.

RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Unicamp, 2010.

SANTOS, Maria Cristina T. M. Reflexões sobre a nova museologia. São Paulo: [s.n.], 1999.

_____. Estratégias museais e patrimoniais contribuindo para a qualidade de vida dos cidadãos: diversas formas de musealização. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Porto Alegre, p. 103-120, 2000._

_____. Museu e educação: conceitos e métodos. Artigo extraído do texto produzido para a aula inaugural do Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. São Paulo, 2001.

_____. Cultura, globalização e crítica social. In: SILVA, J. P. Crítica contemporânea. São Paulo: Annablume, 2002

Fontes

RUFINO, Marcia e TUÃO, Marcia. Membros atuais do Centro de Memória entrevista concedida para essa pesquisa em 25/08/12,

A dimensão política e historiográfica dos livros didáticos: uma história comparada entre Brasil e Cuba

Ana Clara de Sousa Lobo¹
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Daniel Pinha
Bolsista CAPES

Introdução

O presente trabalho decorre da minha pesquisa para a dissertação do mestrado cujo título é “A Revolução Cubana nos livros didáticos: uma história comparada entre Brasil e Cuba (2006-2010)”. A pesquisa tem o objetivo de analisar como os livros didáticos de História cubanos e brasileiros, utilizados no ensino Pré-Universitário em Cuba e no Ensino Médio no Brasil, apresentam a narrativa sobre a Revolução Cubana (1959). Para isso, pretendo traçar um panorama sobre o papel dos livros didáticos de história no Brasil e em Cuba, considerando seus projetos políticos de educação nas primeiras décadas do século XXI; examinar as narrativas didáticas sobre o processo revolucionário cubano em cada um dos materiais, explorando os diferentes objetivos pedagógicos e políticos de cada abordagem, considerando que no caso dos livros cubanos, se trata de um processo histórico interno e no caso dos livros brasileiros, sobre um processo externo. Um dos objetivos principais desta análise é refletir sobre o impacto da política na construção de narrativas didáticas nos livros de história para a educação básica.

Os livros didáticos, que serão meu objeto de estudo e fonte, são o Livro de História Contemporânea (2006) dos autores Manuel Antonio Ramos Cuza; Lourdes Visozo Álvarez; Enrique Lama Gómez e Nereida Morejón Valdés; o Livro de História de Cuba (2010) escrito por Susana Callejas Opisso, Oscar Loyola Vega, Horacio Díaz Pendás, Francisca López Civeira e José A. Rodríguez Ben e o Livro de História da América (2010) de Esteban R. Muro Saínez; Caridad Álvarez Lago; María Victoria Rodríguez Delgado e Daniel Fernández Díaz. no caso cubano. E o livro “História das cavernas ao terceiro milênio” (2010) das autoras Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, publicado pela editora Moderna e o livro “História Global: Brasil e geral” (2010) do autor Gilberto Cotrim e publicado pela Editora Saraiva, no caso brasileiro.

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “As experiências revolucionárias latino-americanas nos livros didáticos: uma história comparada entre Brasil e Cuba (2006- 2014)”, sob orientação do Dr. Daniel Pinha, bolsista: CAPES.

Contudo, ainda se trata de uma pesquisa em andamento e a análise dos materiais e do contexto educacional de ambos países ainda está em construção. O presente texto se trata de uma reflexão teórica sobre o uso de livros didáticos de história como objeto de pesquisa para historiadores; sobre a narrativa didática enquanto historiografia e a relação entre materiais didáticos e a construção de culturas históricas.

Livro didático de História como objeto de pesquisa

Essa pesquisa procura realizar um diálogo entre o Ensino de História e as discussões próprias sobre livros didáticos. Entendemos aqui a política e a educação como parte característica da dinâmica da História, logo, são peças de análise fundamentais ao ofício do historiador. Por isso, buscaremos realizar uma breve contextualização acerca do uso do livro didático de história como um objeto de pesquisa fundamental para o avanço das discussões sobre a história como disciplina escolar.

O historiador Alain Choppin (CHOPPIN; BITTENCOURT, 2008) aponta algumas das funções essenciais dos livros didáticos. A primeira é a função curricular, que coloca o livro como um depositário dos conteúdos escolares. Nessa questão, a relação entre políticas públicas educacionais e editoras é o que mais carece de atenção. A segunda é a função instrumental que apresenta o material como um suporte de métodos pedagógicos e técnicas de aprendizagem. A última é a função ideológica e cultural, pois o livro didático também é veículo portador de ideologias, conceitos e preconceitos de uma determinada época. Dessa maneira, o livro ultrapassa a barreira pedagógica e se torna também um objeto de estudo que apresenta implicações políticas, sociais, econômicas e culturais.

Choppin no artigo “O historiador e o livro escolar” analisa os livros didáticos como tema de pesquisa dos historiadores. Para ele, estes livros são depositários de um conteúdo educativo que é transmitido às juventudes, como também portador de valores morais, religiosos, políticos e ideológicos que fazem parte dos processos de socialização e aculturação dos estudantes (CHOPPIN, 2002, p. 7). Ele também acrescenta que esses materiais pedagógicos estão sempre sujeitos às limitações técnicas de cada época e de cada sistema econômico ao qual estão vinculados.

Além disso, Choppin também pontua que esses materiais são uma fonte privilegiada para os historiadores em diferentes campos de pesquisa, sendo importantes nos debates sobre educação, cultura, mentalidades e linguagens (CHOPPIN, 2002, p. 13). De acordo com o autor, através das análises de livros didáticos, os historiadores podem observar aparições e

transformações científicas, as mudanças de métodos pedagógicos, as representações de comportamentos sociais e até mesmo a evolução dos materiais encaminhados às escolas de educação básica (CHOPPIN, 2002, p. 14). Uma questão fundamental sobre os livros didáticos que Choppin analisa é a construção de uma ideia nacional ou até mesmo um nacionalismo exagerado nos textos. Esse debate é fundamental para esta pesquisa pois de acordo com Choppin, os manuais escolares são referências que permitem ao historiador reconstituir os canais de propagação de ideias (CHOPPIN, 2002, p. 16).

Já em “História dos livros didáticos e das edições didáticas: sobre o estado da arte” Choppin afirma que os estudos mais numerosos sobre livros didáticos e manuais escolares se ocupam em analisar seu conteúdo (CHOPPIN, 2004, p. 555). Esta análise científica dos conteúdos é marcada por duas principais vertentes: a primeira, refere-se à crítica ideológica e cultural dos livros didáticos; enquanto a segunda analisa o conteúdo sobre uma perspectiva epistemológica ou didática. Para ele, a análise ideológica quase sempre traz respostas ou esclarecimentos às questões que a sociedade contemporânea vivencia. Logo, os temas abordados revelam preocupações que estão relacionadas a determinados acontecimentos localizados em determinado tempo e espaço (CHOPPIN, 2004, p. 556).

Porém, para Choppin, o livro didático modifica realidades para educar novas gerações,

Fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados. E os historiadores se interessam justamente pela análise dessa ruptura entre a ficção e o real, ou seja, pelas intenções dos autores. (CHOPPIN, 2004, p. 557)

Ademais, para ele, não é suficiente atentar-se apenas a questões referentes aos autores e ao que eles escrevem, mas também observar aquilo que eles silenciam. Por isso, para Choppin, muitas dessas análises voltadas apenas para o aspecto ideológico são limitadas ou fadadas ao fracasso (CHOPPIN, 2004, p. 556).

Em contrapartida, Helenice Rocha argumenta que as pesquisas de análise de conteúdos em livros didáticos de História são relevantes, pois as temáticas presentes nos materiais visam a formação de estudantes em lugar e tempo específicos e porque os pesquisadores, ao recortarem esses temas, trazem aspectos ideológicos que visam a formação em determinados aspectos. Por isso, o estudo sobre conteúdo, para Rocha, deve promover uma reflexão sobre as motivações desta pesquisa e sobre seu objeto, além de compreender as características atreladas ao conhecimento escolar das quais o livro didático é depositário (ROCHA, 2020, p.92).

Assim, autora propõe condições fundamentais para a pesquisa sobre conteúdos em materiais didáticos das quais levamos em consideração:

1) Considerar que suas escolhas de pesquisa - do livro didático e de sua temática – ocorrem a partir de sua experiência humana, cujas referências, afinidades e rejeições – memoriais e identitárias – são mobilizadas na sua leitura. A partir dessa condição, justificar explicitamente essas escolhas e motivações. Por que a escolha desse tema, no livro didático? [...] 2) Explicitar a relação pressuposta entre conhecimento acadêmico e conhecimento escolar, o que define o que é o conteúdo presente no livro e sua forma de apresentação ao público escolar. O que, em sua compreensão, deveria ou poderia estar no livro como conteúdo e o porquê estar, da forma como está; 3) Estabelecer um lugar teórico acerca do papel que a linguagem verbal e não verbal realiza na formação dos alunos que têm acesso ao livro didático.[...]; 4) Explicitar a teoria da leitura que ampara a sua compreensão sobre o que os alunos e professores fazem, ao usar os livros didáticos. [...] Que raciocínios, valores e formas de ver o mundo, e de instituí-lo, o texto dos livros mobiliza à medida que é acessado pelo aluno, em situações escolares ou não? (ROCHA, 2020, p. 92 e 93)

Para o historiador Kazumi Munakata, os livros didáticos são portadores dos saberes escolares; transcrevem o que é ou deveria ser ensinado em cada momento da escolarização; constituem-se como um veículo de consolidação das disciplinas escolares e são depositários dos diferentes métodos de ensino (MUNAKATA, 2016, p. 121). Por essas razões, Munakata afirma que estes materiais são componentes fundamentais para pesquisas sobre cultura escolar, pois neles estão presentes os conteúdos escolares de cada disciplina, atividades, ideologias, valores morais e organizações de práticas de ensino (MUNAKATA, 2016, p. 127).

Circe Bittencourt, em seu livro “Ensino de História: Fundamentos e métodos” afirma que as críticas em relação aos livros didáticos apontam para muitas de suas deficiências de conteúdo, suas lacunas e erros conceituais ou informativos (BITTENCOURT, 2008, p. 300). Para ela, o problema de tais análises reside na concepção de que é possível existir um livro didático ideal, uma obra capaz de solucionar todos os problemas do ensino e um substituto do trabalho do professor.

Feita essa breve contextualização da importância dos livros didáticos para a pesquisa histórica, uma última reflexão importante sobre o uso dos livros didáticos de história como objeto de estudo é o uso que os professores e alunos irão dar a ele. A historiadora Tânia Regina de Luca afirma que ainda que estes materiais constituam um passo essencial para se chegar aos objetivos educacionais desejados, só as obras corretas e bem escritas não garantem um ensino de qualidade. Ademais, para ela, a qualidade do material não determina o seu uso concreto e não garante que um bom livro seja sinônimo de aulas melhores. A formação e as condições de trabalho do professor, os recursos pedagógicos que são oferecidos a ele, junto do sentido que a escola tem para os alunos também são aspectos fundamentais que atuam conjuntamente com os materiais didáticos (LUCA, 2012, p. 146). Por isso, apesar desta pesquisa não se debruçar sobre o uso dos respectivos materiais nas escolas, entendemos que, apesar de fundamental, o objeto estudado não finda em si o debate sobre a qualidade da educação.

Por fim, entendemos que o livro didático, sobretudo o de história, é um material que possibilita a reflexão sobre diversos campos da ciência histórica. Seu conteúdo, formato, textos, imagens e narrativas revelam escolhas políticas e ideológicas de quem o produz, o aprova e o distribui.

Cultura Histórica e livros didáticos de História

Outro debate fundamental para a análise de narrativas didáticas é o conceito de “Cultura Histórica”. Utilizaremos neste trabalho as contribuições de Jacques Le Goff, Roger Chartier, Angela de Castro Gomes e Fernando Sánchez Costa sobre o tema. A cultura histórica é um conceito fundamental para compreendermos a relação entre a história e a sociedade. Segundo Jacques Le Goff, a cultura histórica se refere ao conjunto de representações e interpretações que uma determinada sociedade tem do passado, permeando sua identidade, memória coletiva e visão de mundo.

Le Goff argumenta que a cultura histórica é construída e transformada ao longo do tempo, sendo influenciada por diversos fatores, como a educação, os meios de comunicação, as tradições orais, as instituições e os intelectuais. Nesse sentido, a forma como uma sociedade se apropria e interpreta sua história revela seus valores, crenças e perspectivas sobre o presente e o futuro.

Fernando Sánchez Costa, por sua vez, acrescenta que a cultura histórica não se restringe apenas às narrativas acadêmicas ou oficiais, mas abrange também as histórias vividas e transmitidas pelos indivíduos e grupos sociais. Essas histórias cotidianas e experiências pessoais contribuem para a formação de uma cultura histórica plural, na qual múltiplas perspectivas e memórias coexistem.

Le Goff e Sánchez Costa concordam que a cultura histórica não é estática nem unívoca, mas sim dinâmica e diversificada. Ela está sujeita a transformações, revisões e conflitos, refletindo as mudanças sociais, políticas e culturais de cada contexto histórico. Além disso, a cultura histórica está intrinsecamente ligada ao poder, uma vez que as narrativas e interpretações do passado podem ser utilizadas para legitimar certas visões de mundo e projetos políticos.

Ambos os autores ressaltam a importância de se estudar e analisar a cultura histórica, pois ela desempenha um papel central na construção da identidade e na formação da consciência histórica de uma sociedade. Compreender as diferentes formas de apropriação e interpretação

do passado é fundamental para uma abordagem crítica da história, que busque desconstruir discursos dominantes e dar voz a múltiplas narrativas.

Em suma, a cultura histórica é um conceito complexo e abrangente, que engloba as representações, interpretações e vivências do passado em uma sociedade. Tanto Jacques Le Goff quanto Fernando Sánchez Costa nos convidam a refletir sobre a importância desse fenômeno para a compreensão da história e para a construção de uma consciência histórica plural e crítica.

Na mesma linha, Angela de Castro Gomes utiliza o conceito para caracterizar a relação que uma sociedade mantém com o seu passado (GOMES, 1998, p. 121). E Le Goff, autor que norteia as análises dos dois trabalhos citados anteriormente, caracteriza cultura histórica como “a relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado” (LE GOFF, 1990, p. 48). Ambos autores concordam que os historiadores de ofício não possuem o monopólio da construção, divulgação e propagação de uma cultura histórica. Porque a relação que uma comunidade tem com o seu passado é formada por diversas ferramentas como o ensino de história, os manuais escolares, os filmes, novelas, revistas, livros de história, dentre outros trabalhos que não se limitam às produções dos historiadores de profissão. Por isso, é possível afirmar que um elemento em comum entre todas as noções de cultura histórica diz respeito sobre as contribuições de outros profissionais de outros campos disciplinares (FARIAS, 2010, p. 167).

Outra contribuição importante sobre cultura histórica é a obra "A História Cultural: Entre Práticas e Representações" de Roger Chartier. O autor explora a relação complexa entre práticas e representações culturais no campo da história. Chartier argumenta que a cultura histórica é moldada tanto pelas práticas concretas dos indivíduos e grupos sociais quanto pelas representações simbólicas que são criadas e disseminadas (CHARTIER, 2002, p. 67).

Uma das principais contribuições de Chartier é sua análise da materialidade da cultura histórica. Ele examina como os objetos e artefatos culturais, como livros, documentos, monumentos e obras de arte, desempenham um papel crucial na produção e transmissão da história. Chartier mostra como esses objetos são mediadores da cultura histórica, influenciando a maneira como a história é construída, preservada e interpretada (CHARTIER, 2002, p. 121).

Além disso, Chartier destaca a importância da leitura e da recepção na cultura histórica. Ele demonstra como os leitores e receptores de textos históricos são ativos na interpretação e apropriação dessas narrativas, reinterpretando-as e adaptando-as de acordo com seus próprios

contextos e interesses (CHARTIER, 2002, p. 139). Essa abordagem ressalta a natureza dinâmica e plural da cultura histórica, que está em constante evolução e ressignificação.

Em suma, o trabalho de Roger Chartier em "A História Cultural: Entre Práticas e Representações" é fundamental para o estudo da cultura histórica. Sua análise da materialidade, das práticas e representações culturais lança luz sobre a complexidade do processo histórico e oferece uma perspectiva enriquecedora para compreender como a história é criada, transmitida e reinterpretada ao longo do tempo.

O uso do conceito de "Cultura Histórica" na análise de narrativas didáticas foi escolhido pois, de acordo com Joana Neves, o ensino de história tem um papel fundamental nessa construção (NEVES, 2001, p. 37). Para Neves, o período de redemocratização no Brasil projeta a realização de mudanças nos discursos políticos e nas propostas educacionais com o objetivo de valorização da democracia em construção e com o compromisso de eliminar a "história oficial" anteriormente contada pelo estado ditatorial. Então, para ela, há uma tentativa de construção de uma nova cultura histórica a partir da aprovação da "Constituição Cidadã" de 1988 e isso reflete diretamente nas políticas públicas para a educação, principalmente nos currículos e materiais didáticos.

A análise de Neves é muito importante para essa pesquisa porque no caso dos livros didáticos brasileiros, mesmo que tenham sido escritos e publicados durante os governos do Partido dos Trabalhadores, ainda carregam em sua escrita essa Cultura Histórica e uma historiografia que responde a questões latentes sobre o período de redemocratização. E isso aparece de forma direta nas narrativas sobre a Revolução Cubana. Outrossim, o trabalho de Angela de Castro Gomes sobre a "Cultura histórica do Estado Novo" delimita a construção de uma "cultura histórica" vinculada a políticas públicas de regimes que investem em sua legitimidade na qual a "cultura histórica" é dimensão estratégica da cultura política (GOMES, 1998, p. 123). Essa mobilização de conceitos realizada por Gomes nos servirá de norteador para a análise dos livros brasileiros e cubanos pois é uma estratégia visível na escrita didática sobre a revolução. Logo, entendemos aqui o livro didático como elemento importante na construção de cultura histórica sobre uma determinada época.

Mas além de atores e veiculadores de culturas históricas, os livros didáticos são também historiografias. As narrativas didáticas possuem filiações historiográficas que são escolhas daqueles que o escrevem. Almir Félix Batista de Oliveira afirma que a historiografia acadêmica e a historiografia escolar se assemelham porque se estruturam sobre narrativas, são condicionadas pelos paradigmas vigentes e "ganham concretude através de um gênero textual

praticado tanto pelos saberes escolares quanto pela ciência de referência: a síntese” (OLIVEIRA, 2013, p. 1). Mas divergem pois o texto didático é condicionado pela legislação de ensino, tem finalidades, conteúdos, diretrizes pedagógicas e metodologias de ensino que são características da cultura escolar. Enquanto a historiografia acadêmica

É construída em ambiente de relativa liberdade temática, conceitual e metodológica, sofrendo, apenas, as injunções dos corpos de profissionais e de suas instâncias de reprodução, ou seja, suas instâncias corporativas e os cursos de formação inicial e continuada (no século XX, cursos universitários). (OLIVEIRA, 2013, p. 1)

Entretanto, os saberes produzidos na academia são transmitidos para os alunos da educação básica através das obras didáticas. E isso a caracteriza também como uma historiografia.

Livros didáticos de história: uma comparação entre Brasil e Cuba

Essas contribuições teóricas sobre os livros didáticos de história enquanto objetos de pesquisa e enquanto veiculadores de culturas históricas são fundamentais para o andamento do atual trabalho pois faremos o esforço de comparar livros que estão em contextos muito distintos. No caso de Cuba, os livros são produzidos por uma editora estatal e distribuídos para todas as províncias do país, enquanto no caso brasileiro, essa produção é realizada pela iniciativa privada e por isso, há uma diversidade de livros distribuídos pelas escolas do país. O critério para escolha dos livros brasileiros foi selecionar as duas coleções de livros didáticos de História para o ensino médio mais solicitadas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2012². E no caso dos livros cubanos, se tratam de uma coleção única.

A escolha por comparar livros brasileiros e cubanos surge de uma vontade de compreender como a escrita da história no Brasil e em Cuba trabalham a construção das narrativas sobre o tema em questão e de que maneira isso se relaciona com o papel dos estados brasileiros e cubanos na construção de políticas públicas para a educação. Além disso, o tema da Revolução Cubana ainda é espaço para debates e polêmicas.

A partir das jornadas de junho de 2013 criou-se um contexto de questionamento de diversas políticas do governo da então presidente Dilma Rousseff. Instalou-se uma onda conservadora e uma conjuntura de golpe, estimulada pelos grandes veículos de imprensa, que questionava inclusive a aproximação política entre o Brasil e outros países latino-americanos, como foi o caso de Cuba, através do Programa Mais Médicos e do financiamento para a

² Disponível em: <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/guia-pnld-2012-ensino-medio>> Acesso: 18 de maio de 2023.

construção do Porto de Mariel em Cuba pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) entre 2009 e 2013³. Nesse período, partidos de direita e a imprensa hegemônica endossavam um discurso de que os governos petistas se inspiravam em experiências socialistas ou de esquerda devido a essa aproximação política entre países como Cuba e Venezuela. Frases como “vai para Cuba” eram utilizadas como ataques a pessoas que defendessem as políticas desenvolvidas pelos governos petistas (PORTO, 2019, p. 22).

Esse período entre 2013 e 2016 foi marcado por uma onda de ataques às políticas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, as ações afirmativas, as políticas internacionais e educacionais implementadas pelos governos petistas. Essa conjuntura culminou na concretização de um golpe que resultou na destituição de Dilma Rousseff da presidência da república em 2016. Neste período, o tema da Revolução Cubana e do regime político vigente em Cuba até os dias atuais voltou a ser objeto de debate público. Acreditamos que esse tema seja sensível para discussão nas salas de aula brasileiras, em virtude tanto da aversão a Cuba e aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) quanto das políticas internacionais estabelecidas pelos governos petistas em relação ao governo cubano. E esse é um dos motivos pelo qual escolhemos os livros didáticos cubanos e o tema da Revolução Cubana como recorte a ser analisado nos materiais cubanos e brasileiros.

No caso do Ensino de História em Cuba, a análise sobre a Revolução Cubana irá nos revelar elementos políticos sobre o socialismo cubano e seu objetivo de formação de cidadãos que defendam a história da Revolução. E no caso brasileiro, estaremos refletindo sobre como o livro didático brasileiro, produzido em um regime democrático representativo, que assume a Democracia Liberal enquanto modelo político ideal entende a construção de um modelo político tão distinto mas tão próximo geograficamente como no caso de Cuba. Dito isso, o presente trabalho tem o objetivo de contribuir com as reflexões sobre a relação das narrativas didáticas e da historiografia escolar com a construção de diferentes projetos políticos. Não se trata apenas de uma análise de conteúdo que visa identificar valores políticos e ideológicos e apontar o que está correto ou não nos materiais. Mas sim entender como as diferentes realidades políticas dos livros didáticos impactam na forma de contar a história sobre a Revolução Cubana.

A Revolução Cubana foi uma experiência política fundamental para pensar a construção do socialismo na América Latina no século XX. A escolha por analisar este tema nos materiais

³ Para entender mais sobre o Programa Mais Médicos e a relação entre Brasil e Cuba: FILHO, J. E. R., LIMA, A. E. I., O Programa Mais Médicos e a cooperação trilateral Brasil OPAS-Cuba para o fortalecimento da atenção básica no SUS. In: Saúde e Política Externa: os 20 anos da Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde (1998-2018), 2018.

didáticos cubanos e brasileiros surge de uma reflexão sobre a diferença do ensino de história e das narrativas didáticas em um país de regime socialista, no caso cubano, e em um país que vive um regime democrático representativo no caso do Brasil. Por isso, pretendemos refletir as diferenças e semelhanças da historiografia escolar a partir dos capítulos que tratam da Revolução Cubana nos respectivos materiais, tendo como norteador principal o caráter político e pedagógico dos livros didáticos.

Referências

- ABREU, Marília da Graça Roxo. *Princípios da Pedagogia Socialista: Primeiras aproximações*. Maranhão, 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: Fundamentos e métodos*, 2ª edição, São Paulo, 2008.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *Revista História da Educação da ASPHE/FAE/UFPEL*, Pelotas, v. 11, p. 5-24, abr. 2002.
- CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.
- CHOPPIN, Alain. *Prefácio*. In: BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar 1810-1910*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- COSTA, Fernando Sánchez. *La Cultura Histórica. Una Aproximación diferente a la memoria colectiva*. Revista de Historia Contemporánea, vol. 8, San Vicente, 2009.
- FARIAS, Ana Elizabete Moreira. *Cultura Histórica, Ensino de História e múltiplos saberes*. Saeculum Revista de História. João Pessoa, 2010.
- GOMES, Angela de Castro. *A cultura histórica do Estado Novo*. XIX Simpósio da ANPUH, Belo Horizonte, 1998.
- GUEVARA, E. El socialismo y el hombre en Cuba. In: *Obras*. t. 2, p. 367-384, Casa de Las Américas, 1965.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MUNAKATA, Kazumi. *Livro didático como indício da cultura escolar. História e Educação*. Porto Alegre. V. 20, n. 50, p. 119-138, 2016.
- NEVES, Joana. *Participação da comunidade, ensino de história e cultura histórica*. Saeculum Revista de História. João Pessoa, 2001.
- OLIVEIRA, Almir Félix Batista. *Livros didáticos e a escrita da história*. XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Natal, 2013.
- PORTO, Ana Luiza Araujo. *Livros Didáticos de História: uma História comparada de Brasil e Cuba (2013-2015)*. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2019.
- ROCHA, Helenice Aparecida Barros. *Esfinge ou Caleidoscópio? O desafio da pesquisa em livros didáticos de História*. CLIO (RECIFE), v. 38, p. 85, 2020.
- SILVA, Marcelo Soares Pereira da. *O livro didático como política pública: perspectivas históricas*. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo. *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2017.

Fontes:

Livros didáticos cubanos:

ÁLVARES, L. V.; CUZA, M. A. R.; VALDÉS, N. M. *Historia Contemporánea*. 10º Grau. Nivel Médio Superior. 5ª edição. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 2006.

BEN, J. A. R.; CIVEIRA, F. L.; OPISSO, S. C.; PENDÁS, H. D.; VEGA, O. L. Historia de Cuba. 11° e 12° Graus. Nível Médio Superior. 1ª Edição. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 2010.

DELGADO, M. V. R.; DÍAZ, D. F.; LAGO, C. A.; SAÍNZ, E. R. M. Historia de América. 10° Grau. Nível Médio Superior. 1ª Edição. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 2010.

Livros didáticos brasileiros:

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. História: das cavernas ao terceiro milênio. 2ª edição, vol. 3. São Paulo. Editora Moderna, 2010.

COTRIM, Gilberto. História Global- Brasil e Geral. 1ª edição, vol. 3. São Paulo. Editora Saraiva, 2010.

Forte São Mateus, Convento Nossa Senhora dos Anjos e a Fazenda Santo Inácio de Campos Novos: territórios culturais e espaços de difusão de uma cultura histórica em Cabo Frio.

André Luiz Garrido Barbosa¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Daniel Pinha Silva

Introdução

A presente reflexão tem por base o estudo dos bens tombados² pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN³) na cidade de Cabo Frio. A escolha por tal estudo se justifica por serem esses monumentos referenciais simbólicos relacionados à história local⁴, tendo o reconhecimento da autarquia do poder público que tem como responsabilidade a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, cabendo à mesma proteger e promover os bens culturais do País.

A cidade de Cabo Frio, fundada em 1616 com o nome de Vila de Santa Helena de Cabo Frio, teve como atividades econômicas significativas a exploração de pau-brasil, a produção de gêneros agrícolas e pecuária voltada para o abastecimento da região e a cidade do Rio de Janeiro. Local estratégico para os portugueses no início do processo de colonização do litoral

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2020, projeto: “Patrimônio histórico e ensino da história local em Cabo Frio: políticas de patrimonialização e ensino para o patrimônio”, sob orientação do Dr. Daniel Pinha Silva.

² Entendemos o tombamento a partir da perspectiva de José Reginaldo Gonçalves, como um ato de incorporação de um bem ao patrimônio histórico e artístico nacional. Sendo o tombamento um importante instrumento legal usado para que o Estado se aproprie dos bens culturais que integram o chamado patrimônio nacional. Uma vez tombado, o referido bem é inscrito e um ou mais livros do Tombo, classificados em: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Arqueológico; Livro do Tombo de Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes aplicadas (GONÇALVES, 1996, p. 66).

³ Como o IPHAN ao longo de sua trajetória teve diversas denominações, a fim de evitar a utilização repetida dessas variadas siglas no decorrer do trabalho, utilizaremos a perspectiva adotada por Leila Bianchi Aguiar, que elucida de maneira breve essas transformações: “Optamos por chamar de IPHAN a agência federal de preservação criada como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. Em 2 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei 8.534 transformou o Serviço em Diretoria (DPHAN). Em 27 de julho de 1970, o Decreto nº 66.967 transformou a DPHAN em Instituto (IPHAN). Em 26 de novembro de 1979, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 6.757, criando a Fundação Nacional Pró-Memória, órgão operacional do IPHAN. Um resumo cronológico com as principais transformações sofridas pela agência pode ser encontrado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 22, 1987, p. 343.” AGUIAR, Leila Bianchi. Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializados: Ouro Preto, 1938-1975. Revista: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.29, no 57, p.87-106. 2016.

⁴ Utilizaremos o conceito de história local a partir das reflexões de Pierre Goubert: “Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um conty inglês, um contado italiano, uma Land alemã, uma bailiwick ou pays francês)” (GOUBERT, 1972, p.70).

brasileiro, a região foi, alvo de cobiça por parte dos franceses, que estarão presentes na região entre os séculos XVI e XVII, sendo expulsos pelo português Constantino Menelau, com ajuda de do governador-geral Mem de Sá e uma coalisão de índios aliados. (ABREU, 1988)

No século XVII, Cabo Frio foi alçada ao status de cidade, recebendo regimento militar, aparato judicial, tendo como destaque a construção do prédio da Câmara Municipal e da Igreja Matriz em homenagem de Nossa Senhora da Assunção. Com o passar do tempo⁵, o município foi se destacando no cenário econômico regional como grande produtor de sal, produto esse que se tornará o vetor da economia local. (RIBEIRO, 2017).

Sendo Cabo Frio uma cidade estruturada no período colonial e ter um conjunto de monumentos históricos, assim como uma natureza exuberante, que marca as paisagens antrópicas e naturais da cidade, contribuíram para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão federal responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, viesse a promover em 1967 o tombamento do seu conjunto paisagístico, composto por monumentos e espaços.⁶

Desde a sua criação, o SPHAN teve como uma das suas principais funções a seleção e preservação de bens móveis, imóveis e conjuntos urbanos que possam ser relacionados ou atribuídos sentidos históricos, a partir de uma perspectiva nacionalista da História. Criado em 1937, durante governo do presidente Getúlio Vargas, na fase conhecida como Estado Novo, em um momento, no qual o Estado Brasileiro procurou valorizar aspectos da identidade nacional, por meio de ações que pudessem ligar o passado com o presente da Nação.

Essa responsabilidade de selecionar e atribuir sentidos a monumentos históricos, tornou o SPHAN um importante instrumento de produção de narrativas do passado, a partir da seleção e catalogação desses semióforos, por meio de uma construção narrativa de viés nacionalista em torno do signo do patrimônio.

⁵ “A “expressão “tempo” remete a esse relacionamento de posições ou segmentos pertencentes a duas ou mais sequências de acontecimentos em evolução contínua. Se as sequências em si são perceptíveis, relacioná-las representa a elaboração dessas percepções pelo saber humano. Isso encontra expressão num símbolo social comunicável – a ideia de “tempo”, a qual, no interior de uma sociedade, permite transmitir de um ser humano para outros imagens mnêmicas que são lugar a uma experiência, mas que não podem ser percebidas pelos sentidos não perceptivos.” (ELIAS, 1998, p. 13)

⁶ A perspectiva de tombamento aplicada em Cabo Frio, por meio dos processos de nº 0447-T-51 e o 0757-T-65, está dentro do conceito utilizado pelos técnicos do SPHAN que, à época, entendia-se o patrimônio histórico e artístico nacional como o “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Sendo também classificados. como patrimônio, “monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.” (GONÇALVES, 1996, p. 68)

Historicamente atribuída com exclusividade ao Estado, a ação de preservação dos bens culturais confere a determinados bens um caráter simbólico de emblema representativo da nacionalidade, cuja legitimidade é conquistada pela ritualização das práticas de preservação então instauradas, estabelecendo, por meio desses bens culturais, uma continuidade em relação a um passado remoto (CHUVA, 2009, p.33).

Considerando a importância simbólica atribuída pelo poder público aos bens tombados pelo IPHAN nessa cidade, como meio de preservação da história local, entendemos ser necessário promover uma conexão entre esses bens, a partir do estudo desses lugares de memória (NORA,1993), levando em conta seus processos de patrimonialização e entendendo esses monumentos como elementos constituintes de uma cultura histórica (RÜSEN, 2010; COSTA,2009).

Em termos de recorte temporal e espacial, o trabalho aborda em linhas gerais o contexto histórico relacionado aos processos de tombamentos do IPHAN, feitos em Cabo Frio de 1956 à 2014, quando o instituto do patrimônio histórico realizou nas décadas de 1950 e 1960 o tombamento paisagístico compreendendo diversos monumentos ligados ao passado colonial português e elementos da paisagem natural e em 2015 efetuou o tombamento da fazenda Campos Novos.

Dentre os bens tombados pelo IPHAN, entre 1956 e 1957, encontram-se a Capela de Nossa Senhora da Guia (o tombamento abrange o Morro da Guia, onde está situada a capela), o Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos⁷, a Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco (cruzeiro e adro fronteiro, e o Largo de Santo Antônio até a orla do canal), o Forte de São Matheus (inclusive o penedo em que ele se assenta e toda a ponta da praia), seguida da faixa do litoral situada entre a Av. Parque Litorâneo e o mar, além do Morro do Telégrafo, entre outras áreas. Essas construções são predominantemente do período colonial, quando a cidade de Cabo Frio foi estabelecida, a partir dos conflitos envolvendo portugueses, franceses e indígenas, e a fundação da Vila de Santa Helena de Cabo Frio, em 1615.⁸

Em 2014, foi tombada pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN a fazenda de Santo Inácio de Campos Novos situado no Distrito de Tamoios. O conjunto rural faz parte de um remanescente de uma antiga fazenda fundada em 1648 e construída sobre um

⁷ No Convento Nossa Senhora dos Anjos funciona o Museu de Arte Sacra Tradicional, que promove exposições de arte sacra tradicional e recebe visitantes da população de Cabo Frio e região, bem como turistas que visitam a cidade.

⁸ Informações obtidas por meio do processo de tombamento nº 447-T-51 de 1951. As informações obtidas dos processos de tombamento foram cedidas pelo Arquivo Central do IPHAN, a partir do aplicativo wettransfer, que transferiu os processos digitalizados.

sambaqui, constituída por uma casa, senzala, oficinas, capela e cemitério anexo. Estes, construídos por volta de 1690, formam importantes e raros exemplares de arquitetura rural jesuítica, caracterizando a sociedade da época. Uma característica importante do projeto é a edificação da igreja integrada com a casa-grande, o que permitia acesso exclusivo às missas, com auxílio de uma espécie de púlpito lateral, com ligação direta aos aposentos internos da casa.⁹

Importante instrumento de colonização e ocupação do território no contexto do século XVII, na região de Cabo Frio, por parte da Companhia de Jesus a Fazenda Campos Novos foi um espaço para as atividades missionárias dos jesuítas, além de prover a ordem com recursos da agricultura e pecuária.

Tendo em vista a extensão cronológica do trabalho e a variedades de bens tombados pelo IPHAN na cidade, escolhemos como objetos de análise do trabalho o forte São Mateus, o Convento Nossa Senhora dos Anjos e a fazenda Campos Novos.

A escolha desses monumentos, dentre outros possíveis se dá, pelo caráter representativo dos mesmos no contexto histórico relacionado a presença portuguesa em Cabo Frio no período colonial, tendo importante papel na conquista e manutenção da presença lusitana na região, seja para defesa como o forte São Mateus ou em aspectos relacionados a presença e difusão do catolicismo por meio do Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos e a fazenda Campos Novos de propriedade da ordem dos jesuítas.

Além dos aspectos históricos relacionados a historicidade dos monumentos destacados para objetos de análise do trabalho, destacamos também nos mesmos a sua importância no tempo presente na cidade, sejam como objetos de visitação turística como o forte que fica situado na praia do forte e o convento que abriga o Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio¹⁰ ou a fazenda Campos Novos que sedia atualmente a Secretaria Municipal de Agricultura.

⁹ Informações obtidas no processo nº 1492-T-2002. As informações obtidas dos processos de tombamento foram cedidas pelo Arquivo Central do IPHAN, a partir do aplicativo wetransfer, que transferiu os processos digitalizados.

¹⁰ O Mart está sediado no antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos, edificação franciscana, construída ainda durante o período colonial (século XVII), que compõe a paisagem cultural da cidade de Cabo Frio (RJ). Sua preservação é garantida em lei, não apenas em nível municipal pela Prefeitura de Cabo Frio, mas também em nível nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A sede do Mart é referência para a história de Cabo Frio e região, acompanhando as memórias dos que viveram ou escutaram as narrativas de seus pais e avós sobre o antigo Convento. Esse simbolismo é reforçado pelo funcionamento de um museu no local, que ali realiza atividades de preservação e pesquisa do acervo, exposições temporárias, ações educativas e culturais. Informações obtidas no site do Museu de Arte Religiosa e Tradicional: <https://museudeartereligiosaetradicional.museus.gov.br/o-museu/>.

Ao elegermos esses três monumentos como objetos da pesquisa procuramos compreender aspectos relacionados aos processos de tombamento, tais como, suas motivações, justificativas, dificuldades para implementação do mesmo, o longo período para realização dos mesmos, a ideia do tombamento paisagístico e possíveis impactos na cidade, presente nos processos: 0447-T-51 e o 0757-T-65, além de comparar os processos criados na década de 1950 e 1960 com o processo: 1492-T-02, procurando estabelecer permanências e dissonâncias a respeito desses diferentes processos de patrimonialização¹¹.

Ao nos debruçarmos nos processos de tombamentos feitos pelo IPHAN em Cabo Frio, iremos perceber elementos que permitam compreender o Convento Nossa Senhora dos Anjos e o Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, que ocupam o mesmo espaço físico, como um desses lugares de memória analisados nos processos de tombamento, que carregam diferentes atribuições de sentidos dada e esse patrimônio histórico¹² e museal, como constituinte de uma cultura histórica local, permitindo o uso desse espaço como meio de difusão de aspectos da história local, contribuindo para o ensino de história, seja mediada por professores dentro da sua prática pedagógica ou a partir de uma experiência sensorial com esse passado monumentalizado por meio de visitas e ações de cunho museal promovidas pela instituição.

Pensar os monumentos tombados pelo IPHAN em Cabo Frio, como elementos de uma cultura histórica, remete as discussões efetuadas por Fernando Sanchez Costa (2009), que compreende esse conceito como o modo que a sociedade se relaciona com o passado.

Con la categoria de cultura histórica definimos, por tanto, el conjunto de recursos y prácticas sociales a través de las cuales los miembros de una comunidad interpretan, transmiten, objetivan y transforman su pasado. (COSTA, 2009, p. 277)

Ao direcionarmos parte da pesquisa a um monumento específico, como o Convento que abriga em suas dependências o MART, monumento consagrado por meio do processo de tombamento e de musealização, devemos considerar a sua inserção como elemento constituinte de uma cultura histórica local, permitindo pensar diferentes usos dessa memória histórica, sua divulgação, curadoria e usos desse passado a partir da perspectiva da história pública.

¹¹ Processos de tombamento: 0447-T-51 Conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte. / 0757-T-65 Conjunto paisagístico de Cabo Frio. / 1492-T-02 Sítio da Antiga Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro. As informações obtidas dos processos de tombamento foram cedidas pelo Arquivo Central do IPHAN-RJ, em 2017, localizado na Avenida Presidente Vargas, 3131 - Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ.

¹² Considerando o patrimônio histórico como todo legado material e imaterial que apresenta importante significado e relevância histórica para uma sociedade ou grupos sociais.

A história pública seria um espaço para a consolidação de um debate, um esforço em pensar esses temas a partir de uma noção de fazer a história com e para os sujeitos e grupos pesquisados e a maneira como esses grupos estão contando as histórias que consideram importantes, entendendo que a prática histórica não se limita aos ambientes acadêmicos. A história pública procura expor o uso de habilidades históricas fora do âmbito acadêmico tradicional da história, alcançando grupos não especializados através de diversos meios, como exposições, locais históricos, apresentações de áudio visual, jogos, sites, entre outros (BORGES, 2016, p. 8).

Pensar a cidade de Cabo Frio e aspectos de sua história local nos remete a questão em torno do uso do conceito de território e sua aplicação no instrumental de análise histórica, definindo elementos que ajudem a compreender esse termo a partir de uma perspectiva do entendimento que os processos de patrimonialização efetuados pelo IPHAN na cidade, contribuíram na produção de um território cultural (VELÁZQUEZ, 2015) em torno dos bens edificados patrimonializados.

O conceito de território é um conceito polissêmico que atravessa diversas abordagens e autores, em que para facilitar o entendimento dele, utilizaremos para fins de análise desse trabalho uma abordagem que privilegie aspectos nos campos jurídico-político, econômico, cultural. (BONFIM,2009; VELÁZQUEZ,2015; SILVA,2015)

Quando falamos em território, independente do instrumental utilizado, devemos ter em mente que esse conceito passa pela questão das relações de poder em suas múltiplas esferas aplicadas no espaço e tempo delimitados.

... o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (COSTA, 2018, pág. 166)

Podemos utilizar diferentes perspectivas e autores no uso do conceito de território nos estudos de história local a respeito de Cabo Frio, porém a optamos por utilizar uma divisão efetuada por Marcos Silva, que a partir da perspectiva Rogério Haesbart, divide o uso do conceito de território em três aspectos de análises que podem ser abordados separadamente ou em conjunto de uma maneira integradora.

Em uma perspectiva jurídico-política poderíamos pensar o conceito de território em Cabo Frio a partir de “um espaço delimitado e controlado por um determinado poder, especialmente estatal” (SILVA,2015, pág. 65) e aplicar ao estudo da ocupação portuguesa ao longo de sua história e a formação, expansão e fragmentação territorial desse espaço de ocupação humana ao longo do tempo que vão do período colonial até tempo presente.

Podemos utilizar esse instrumental teórico ao pensar o território nesse local a partir de uma perspectiva econômica, enfatizando “a dimensão espacial das relações econômicas, sendo o território compreendido como fonte de recursos” (SILVA,2015, pág. 65) e pensar a nível da história local as diferentes dimensões econômicas desenvolvidas na cidade ao longo da sua história, tendo como exemplos a exploração de pau-brasil, pescado, sal que tiveram início a partir da ocupação portuguesa e que ao longo do tempo sofreram transformações, abrindo espaço ao longo do século XX para outras atividades como o setor de turismo e serviços.

Uma terceira perspectiva a ser aplicada, seria a partir de uma abordagem cultural do patrimônio em que se “prioriza a dimensão simbólica e subjetiva”; o território nessa perspectiva, é concebido como um produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. (SILVA,2015, pág. 65)

O uso do conceito de território a partir de uma perspectiva cultural, abre um prisma de possibilidades a serem aplicados no estudo da história local de Cabo Frio no tempo e espaço, indo muito além da possibilidade de referenciar todo esse nexos no âmbito desse trabalho. A título de exemplificação poderíamos enumerar estudos no campo de práticas culturais tradicionais de matriz portuguesa, africana e indígena, as apropriações e ressignificações dessas manifestações culturais na cidade, com suas permanências e ausências, assim como o estudo de elementos da cultura local para compreender aspectos do patrimônio histórico-cultural.

Pensar a diversidade cultural na cidade ao longo do espaço e do tempo em um território em constante transformação, permite refletirmos a respeito de políticas e práticas que “visem ao respeito e ao reconhecimento da diferença, centradas na formação de uma pedagogia multicultural” (MUNANGA, 2015, pág. 21) que contribua no processo de formação da cidadania respeitando e promovendo, quando possível, diálogo e integração entre diferentes conjuntos culturais.

A aplicação do conceito de território em uma perspectiva cultural em Cabo Frio permite refletir a respeito do sentimento de pertencimento e de construção de identidades a partir da compreensão da diversidade de culturas que aqui vivem e que procuram reconhecimento de suas especificidades. (BONFIM, 2009) Assim, se realizarmos uma aproximação da noção de identidade e de território, por meio dos bens tombados pelo IPHAN na cidade como práticas de uma memória coletiva construída e em processo de transformação e ressignificação ao longo do tempo, perceberemos diferentes funcionalidades e simbologias aplicadas a esses monumentos no devir temporal.

Para fins desse trabalho iremos privilegiar a abordagem do uso do território a partir da perspectiva cultural, aplicada aos estudos de bens edificados relacionados ao passado colonial português, que foram alçados a categoria de patrimônios históricos por meio das ações do IPHAN.

Entendemos que os processos de tombamento efetuados pelo instituto do patrimônio histórico, estão relacionados com a perspectiva da formação de um território cultural (SILVA, 2015) em torno desses bens edificados na cidade, pois ao transformarem esses vestígios de temporalidades passadas em referenciais simbólicos em torno de uma narrativa histórica de caráter nacional os técnicos do IPHAN, acabam produzindo uma configuração simbólica de apropriação e valorização desses espaços.

Fontes e bibliografia

1-Fontes:

1.1 Arquivo Noronha Santos

1.1.1 Processos de tombamento:

0447-T-51 Conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte.

0757-T-65 Conjunto paisagístico de Cabo Frio.

1492-T-02 Sítio da Antiga Fazenda de Santo Inácio de Campos Novos, Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

2- Artigos e Obras gerais:

ABREU, Capistrano de. Capítulos da história colonial. 1500-1800. Belo Horizonte: Itatiaia. 1988.

AGUIAR, Leila Bianchi. Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializados: Ouro Preto, 1938-1975. Revista: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.29, nº 57. p.87-106. 2016.

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BONFIM, Natanael Reis. Noção Social do Território: em busca de um conceito didático em geografia: a territorialidade. Ilhéus: Editus, 2009.

BORGES, Viviane Trindade. Carandiru: os usos da memória de um massacre. Revista: Tempo e Argumento, Florianópolis, v.8, n.19, p.04 - 33. set./dez.2016

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ. 2009.

_____. História e Patrimônio: entre o risco e tração, a trama. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 34, 2012, p. 11-24.

COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva. Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea, núm. 8, 2009, pp. 267-286, Universidad de Alicante, Alicante, España.

COSTA, Rogério Haesbaert da. Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. 1988. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: O problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 264-275. 1988.

_____. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ; IPHAN, 1996.

_____. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55, p. 211-228. 2015.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História, memória, patrimônio”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012, p. 91-112.

HARTOG, François. Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

IPHAN: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acessado em 26/02/2017.

IPHAN: Informações sobre bens tombados em Cabo Frio – Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/379/>. Acessado em 26/02/2017.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto - Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. Estratos do tempo: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

_____. “História como conceito mestre moderno”. In *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de Hoje? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NORA, Pierre. “ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo. V. 10, 1993, p.7 – 28. In: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acessado em 20/01/2017.

POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In *Revista Estudos Históricos*. V,2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. “Memória e identidade social”. In *Revista Estudos Históricos*. V, 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POULOT, Dominique. “A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012, p. 27-44.

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. MOREIRA, Luiz Guilherme Scaldaferrri. Cabo Frio: 400 anos de história, 1615-2015. Brasília: ibram, 2017.

RÜSEN, Jörn. História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2010. SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério. Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

SILVA, Marcos Nicolau Santos da. Território: Uma revisão teórico-conceitual. *InsterEspaço*. Grajaú/MA. v. 1, n. 1. p. 49-76. 2015.

VELÁZQUEZ, Blanca Rebeca Ramírez. Espacio, paisaje, región, territorio y lugar: la diversidad en el pensamiento contemporáneo. México: UNAM, Instituto de Geografía: UAM, Xochimilco, 2015.

Cinema Político Independente no Rio de Janeiro (2000-2020): conflitos de classe na produção cinematográfica

Arthur Azevedo da Silva Moura¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Gelsom Rozentino de Almeida
Coorientadora: Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley
Bolsista FAPERJ

Introdução

O tema deste trabalho é o cinema político independente produzido no Estado do Rio de Janeiro a partir dos anos 2000. A proposta é analisar as duas primeiras décadas do século XXI a partir dos diversos territórios do Estado, Zona Sul, Zona Norte, Baixada, Zona Oeste e região Central, Niterói e São Gonçalo. Até o presente momento, realizei trinta e nove entrevistas. Pretendo chegar ao número de cinquenta para fazer um balanço mais otimizado da produção no Rio de Janeiro. Essas entrevistas são fruto de amplo levantamento produzido por mim e João Arthur, cineasta niteroiense, mestre em cinema pela UFF. As entrevistas foram registradas em audiovisual, em boa qualidade técnica, disponibilizadas por temas e na íntegra no canal da 202 filmes no youtube e no CTE (Centro de Tecnologia Educacional) da UERJ, para que futuros pesquisadores possam ter acesso ao material. Com este material estou produzindo o que chamei de tese em audiovisual, seguindo os desafios já colocados por Silvio Tendler quando fora orientado por Marc Ferro. Meu interesse em produzir uma tese em formato de audiovisual é uma forma de complementar a análise por escrito que aqui apresento e melhor divulgar os resultados da minha pesquisa para a sociedade de uma forma geral.

A partir desse levantamento, de pesquisa bibliográfica e do meu próprio acúmulo e atuação no cinema independente, é que cheguei às conclusões parciais que aqui busco desenvolver. Este trabalho tem uma importância pessoal, como autoesclarecimento de diversas questões que me acompanham durante mais de vinte anos de produção no cinema. Mas para muito além da minha mera experiência pessoal, penso haver uma importância do ponto de vista social e histórico. Por isso é muito mais um trabalho de um historiador analisando o cinema político.

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “Cinema Político Independente no Rio de Janeiro (2000-2020): conflitos de classe na produção cinematográfica”, sob orientação do Dr. Gelsom Rozentino e co-orientação da Dra. Sonia Maria de Almeida Ignatiuk Wanderley, bolsista: FAPERJ.

Compreender criticamente as expressões culturais é de suma importância para avançar em processos de transformação social de massa. As duas primeiras décadas dos anos 2000 foram especialmente conflituosas e com conflitos cada vez mais ameaçadores e complexos, com guerras intermitentes e golpes em boa parte dos países da América Latina; temos na cultura e na arte, formas de pensar alternativas de superar contradições históricas que ameaçam os seres humanos de uma forma geral. O cinema reflete muito desse contexto social e nos ajuda a pensar a complexa relação da arte com o contexto geral do capitalismo. Segundo Nildo Viana,

O modo de produção capitalista submete a mercadoria, a cultura, o estado, etc., ao conjunto das relações que ele implanta. Portanto, o estado não é exterior ao capitalismo, como propõe alguns, mas sim anterior. As relações de produção capitalistas envolvem e subordinam o estado. Através do processo de mercantilização, o aparato estatal se torna parte do processo de acumulação de capital.

Sendo assim, buscarei elucidar as questões de forma a relacionar o cinema com o contexto social da cidade do Rio de Janeiro (e o contexto geral das principais potências capitalistas), que econômica e culturalmente falando tem relevância em nosso país.

Foram os seguintes entrevistados:

NITERÓI

Vito Ribeiro

Músico e cineasta; idealizador da plataforma Bombozila.

Rafael Porto

Cineasta. Produziu o curta-metragem Sangue, Pele e Ossos (2015) e recentemente o documentário SpeedfreakS Psicopata Camarada, sobre a vida do rapper Speed.

Rosa Miranda

Mestra pelo Programa de Pós-Graduação de Cinema e Vídeo da Universidade Federal Fluminense em 2021. É a primeira mulher negra licenciada em Cinema e Audiovisual da UFF. Como cineasta roteirizou, dirigiu e produziu mais de 20 produções cinematográficas.

Reinaldo Cardenuto

Professor Adjunto do Departamento de Cinema e Vídeo da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Miguel Vasconcelos

Cineclubista Niteroense. Idealizador do Cine Jambeiro, Cine Rango.

Rafael de Luna Freire

Professor adjunto de História do Cinema Brasileiro desde 2012.

SÃO GONÇALO

Alberto Sena

Ator, produtor, diretor e roteirista;

Marcos Moura

Jornalista, gestor e produtor cultural, educador social e diretor-fundador do Instituto Coletivo Ponte Cultural e da Produtora e Coletivo Ponte Cultural Produções.

Flávia Vieira

Roteirista, jornalista e professora, nascida na cidade de Niterói, RJ. Graduada em Letras (UFF) e em Jornalismo (FACHA), pós-graduada em Literatura Infantojuvenil(UFF).

Luana Arah

Roteirista, atriz, pesquisadora e produtora. Como realizadora audiovisual, assina os roteiros dos curtas: Nave Mãe (2018), Encruza (2019), EmIlhas (1º suplente Labcurtas 2021) e diretora de CoroAção (melhor curta experimental do Festival MT/2020).

Ana Angel

Morada do Jardim Catarina, São Gonçalo, estudante de Comunicação com ênfase em Cinema na PUC-Rio. Trabalha com Audiovisual na cidade de São Gonçalo desde 2014, na extinta Caverna Produtora Independente.

ZONA SUL

Ana Maria Magalhães

Atriz, diretora de cinema, produtora de cinema e roteirista. Estudou teatro no Conservatório Nacional de Teatro. Trabalhou em vários filmes, entre eles Todas as mulheres do mundo (1966), de Domingos de Oliveira, e Garota de Ipanema (1967), de Leon Hirszman, e participou de laboratórios e cursos livres de teatro.

Ana Rieper

Cineasta, entre suas principais realizações está o longa metragem “Vou Rifar meu Coração”, lançado em 2012.

Cavi Borges

Carlos Vinicius Borges (Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1975), conhecido como Cavi Borges, é cineasta, produtor e ex-judoca brasileiro. Com uma vasta filmografia, tendo dirigido quatorze longa-metragens e mais de quarenta curtas, além de ter produzido mais de cento e cinquenta filmes, é considerado um dos principais produtores do cinema brasileiro independente contemporâneo.

Clementino Jr.

Mestre em Educação pela FFP - UERJ, Bacharel em Desenho Industrial, e como cineasta, ganhou prêmios em diversos festivais.

Vladimir Seixas

Cineasta. Indicado ao Emmy Internacional de melhor documentário, Vladimir trabalha desde 2008 em direção e roteiro de documentários.

Eunice Gutman

Eunice Gutman é cineasta, roteirista e editora.

Julia Couto

Cineasta, produtora e curadora.

Lucia Murat

Cineasta brasileira e ex-integrante da luta armada contra a ditadura militar no Brasil (1964-1985).

Malu de Martino

Diretora de cinema. É formada em Comunicação Social pela Faculdades Integradas Hélio Alonso. Seu primeiro longa-metragem foi Mulheres do Brasil.

Patrick Granja

Jornalista, cineasta e youtuber; diretor de quatro documentários, sendo um docudrama longa-metragem (Livres), trabalhou durante 10 anos como repórter do Jornal A Nova Democracia onde produziu mais de 400 vídeos reportando conflitos sociais, que acumulam mais de 10 milhões de visualizações e 50 mil assinantes no canal.

Rodrigo Mac Niven

Jornalista e Filmmaker, mestrando em Relações Internacionais.

Silvio Tandler

Cineasta. É conhecido como "o cineasta dos vencidos" ou "o cineasta dos sonhos interrompidos" por abordar em seus filmes personalidades como Jango, JK e Carlos Marighella, dentre outros. Produziu e dirigiu mais de 70 filmes entre curtas, médias e longas-metragens em formato documental, além de 12 séries. Em 1981 fundou a Caliban Produções, produtora direcionada para biografias históricas de cunho social.

Theresa Jessouron

Cineasta e roteirista brasileira.

Luciano Vidigal

Ator, professor de teatro e diretor do episódio Concerto para violino, que compõe o filme Cinco vezes favela – Agora por nós mesmos (2010), produzido por Carlos Diegues e Renata Almeida Magalhães, e escolhido para a Seleção Oficial do Festival de Cannes de 2010.

ZONA NORTE

Luis Carlos de Alencar
Baiano, mora no Rio de Janeiro. Pós-graduado em Cinema e Audiovisual no M_EIA, Instituto de Arte de Cabo Verde;

Godot Quincas
Ex-operário, historiador, cronista social, ator, cantor, diretor e roteirista.

Gustavo Melo
Nascido no Rio de Janeiro, Gustavo Melo é um dos fundadores do núcleo de cinema do Grupo Nós do Morro.

Emílio Domingos
Cineasta, cientista social, pesquisador, roteirista e produtor. Atua principalmente na área de documentários.

BAIXADA

Anne Santos
Anne Santos, 1983, Duque de Caxias/RJ. Formada em Ciências Sociais (UFF), atua como técnica e editora de som e realizadora.

Higor Cabral
Cliqueasta filmante, fotógrafo e oficinairo da Baixada Fluminense.

Igor Barradas
Cineasta, cineclubista e educador com vinte e cinco anos de profissão. Dirigiu seu primeiro curta em 2001 e pouco depois fundou com amigos o Mate Com Angu, cineclube que tem sessões regulares de curta-metragem no espaço cultural da Lira de Ouro, em Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

ZONA OESTE

Cesar de la Plata

Produtor audiovisual, roteirista e diretor. teve passagem de formação pelo curso de audiovisual da Cufa em 2008 e pela Universidade de Buenos Aires em 2014.

Rafael Silva

Cineasta, 25 anos, morador de senador Camará. Começou aos 13 anos dirigir seus próprios filmes que chegam numa soma de 11 filmes independentes.

André Sandino

Cineasta com formação cineclubista. Iniciou seus estudos na área audiovisual em 2004 através de cursos livres e escolas populares de audiovisual como o Cine Maneiro no Rio de Janeiro.

SEM TETO / INDEFINIDO

Breno Moroni

Consta em sua carteira de trabalho registros de ator, diretor, autor, acrobata, equilibrista, contorcionista, comedor de fogo, malabarista, faquir, palhaço, assistente de direção cinematográfico, técnico de efeitos especiais cênicos (dublê), radialista/locutor, apresentador/animador.

Carlos Pronzato

Cineasta/documentarista, diretor teatral, dramaturgo, poeta e escritor. Natural de Buenos Aires, Argentina (1959) reside no Brasil desde 1989.

Compreender e elaborar uma História do cinema político do Rio de Janeiro é possível se nos debruçamos sobre os produtores que, em meio aos múltiplos desafios colocados socialmente, estão digamos nas cenas produzindo obras cinematográficas a respeito de questões sociais de suma importância. Em outros termos, a necessidade de se pensar e conhecer o cinema político independente, está relacionado diretamente com qual leitura podemos construir sobre as contradições do campo social apontando para uma prática social transformadora e emancipatória, ou seja, que pense a superação do capitalismo em prol da construção de uma nova sociedade. Desde a prática da produção, organização dessas produções onde estão colocadas as relações de trabalho, a distribuição, o acesso aos meios materiais, etc., tudo de alguma forma está dialogando com problemas gerais da sociedade moderna. Nesse sentido, o

cinema nunca deixa de ser moderno. Ele está em contradição com o campo social; com o capitalismo mais propriamente falando, ao passo que também busca alternativas possíveis, havendo também reproduções inequívocas de valores do capital. Foi uma questão para os entrevistados sempre buscar definir o cinema independente.

Rafael de Luna Freire - Eu acho que o termo independente, ele é um termo relacional. Isso é importante? Não há um sentido em si independente. Você é sempre independente em relação a alguma coisa. O sentido que se dá ao termo independente vai variar de época para época e circunstância para circunstância. Você é independente em relação ao quê? Em relação ao certo estrato do mercado? Em relação ao que se chama de mainstream? Aí você precisa definir: que mainstream é esse ao qual eu sou independente? Independente por um lado, tem um sentido também, que é positivado, associado a uma certa autonomia, a uma liberdade. No campo do cinema, muitas vezes associado a uma liberdade autoral. O cinema independente, é aquele que é feito de forma livre, teoricamente longe das amarras, por exemplo, de um mercado. Então, de uma forma autoral. Mas isso é muito relativo no caso do cinema, essa suposta independência autoral, uma completa liberdade, dada a dependência da tecnologia sempre cara, né? Então, não é igual a um poeta que basta papel e caneta para fazer a sua obra. Você vai precisar quase sempre de dinheiro; uma base material. Então, a independência no caso do cinema, é sempre relacional e relativa.

Silvio Tandler - Essa palavra independente é muito relativa. Ela é muito relativa porque ela implica na questão independente a quê? Aos grandes estúdios? Na verdade, a força do cinema brasileiro em raros momentos foram os grandes estúdios. Você contabiliza nos dedos das mãos, os grandes estúdios com essa concepção que houve no Brasil. Aqui no Rio tem Cinédia, Severiano Ribeiro, aquele que era lá na Tijuca, como é que é o nome dele que era ali na Usina... Que também era um grande estúdio ligado a chanchada. Em São Paulo tem a Vera Cruz. E tem movimentos episódicos O resto do cinema brasileiro que se conhece, a maior parte dos diretores têm que ser seus próprios produtores. Eles têm que eles mesmos gerarem os seus recursos, conseguirem de alguma maneira apoio, patrocínio para poder fazer os filmes. E eles são os seus próprios produtores.

Luis Carlos de Alencar - O conceito de independente eu não vou nem aprofundar, porque eu acho que todo mundo deve ter falado, não é? Sobre a relativização. Independente, ela é uma palavra relativa. Independente a o quê? Em relação a o que? Normalmente, eu prefiro as

palavras mais afirmativas. Um cinema autônomo, um cinema que busque a sua própria viabilidade, e aí incluindo o sustento das pessoas envolvidas nesse trabalho, no caso, eu e Vlad e mais gente, né? Que também são parceiras nossa na Couro. Que cinema é esse? Como é que ele se afirma? A verdade é que ele é impraticável. A sobrevivência por si só, um conceito que deve ser minado. Porque não estamos falando de sobrevivência; a sobrevivência é o que nos resta, dos escombros nos quais nos encontramos. Então, pensar um cinema que nos dê sobrevivência, já é assumir o lugar da precariedade e da escassez como o único lugar possível.

O cinema independente é também conhecido como cinema de guerrilha. A guerrilha é um tipo de enfrentamento que visa não só a sobrevivência da luta por meios táticos e estratégicos diferentes de uma guerra convencional; a guerrilha acontece no interior das cidades. Ela é um modo de superação de um estado de coisas (ainda que sob evidente desvantagem na correlação de forças não só driblando, mas encurralando o inimigo sem dar-lhe chance de reação). A deficiência material e quantitativa das guerrilhas deve ser inversamente proporcional mediante o amplo apoio popular que é o que deve legitimar a luta guerrilheira. A guerrilha é feita com poucos recursos e também pouca força humana envolvida. A letalidade da guerrilha é o seu caráter mais indesejado, pois do lado dos dominados toda perda é uma grande perda e por outro lado os dominadores sabem dos perigos que correm.

O cinema de guerrilha substitui os focos de combatentes armados por grupos de comunicadores e cineastas organizados. A diferença são as armas usadas e em ambos os processos é preciso ter disciplina, perspicácia, agilidade e inteligência. O cinema de guerrilha é a forma primária da sobrevivência do cinema autêntico. A força do mercado é mordaz contra este cinema, tentando cooptá-lo como forma de eliminar tais manifestações domesticando suas expressões. Este cinema, que podemos chamar de pobre, precisa desenvolver seus próprios meios de produção e distribuição que inevitavelmente irá conflitar com a ordem estabelecida pelo mercado seja no campo da arte, da política ou da economia. A transgressão do cinema autêntico se dá, portanto, desde a sua elaboração, produção e distribuição. A ausência de recursos mínimos além de imputar sobre o produtor um sobretrabalho dado as condições materiais existentes, obriga os produtores a desenvolver meios de produzir ainda assim sem qualquer garantia de manutenção da existência dessas manifestações o que nem por isso fragiliza as suas expressões. Por isso, este cinema necessita do apoio daqueles diretamente envolvidos com as tramas deste cinema, que é político e que genericamente faz parte do campo comumente denominado “esquerda”.

A produção cinematográfica deve estar em constante diálogo com a teoria. O cinema independente na minha avaliação para além de não estar totalmente domesticado pelas forças de mercado possui um sem número de qualidades capazes de elevar o nível do cinema produzido de forma a ampliar o acesso e as condições de produção dos trabalhadores do audiovisual e da comunicação. O cinema possui vantagem nesse âmbito por ser uma arte coletiva e que quase sempre envolve um número razoável de pessoas envolvidas nas produções. O cinema não é uma arte solitária; ele requer forças, mentes e criatividade; ele nasce da coletividade. É uma arte que se caracteriza pela dificuldade de produção, custos altos, etc e que tem enorme poder de comunicação. Como Andrade (2019):

Em suma, podemos dizer que o cinema é uma produção coletiva e que repassa uma mensagem através de meios tecnológicos de produção, produzindo imagens, diálogos que possibilitam a montagem (Viana, 2012). O que devemos nos atentar na representação de um filme é o que lhe é fundamental, a sua mensagem, que perpassa valores, sentimentos, concepções e interesses de classes. (...) Portanto, os filmes possuem uma mensagem e através desta expressam valores diversos que podem estar presentes no universo do filme de maneira que o conjunto do filme (a cena final é um elemento fundamental) deva ser analisado para pensar a intenção através da mensagem que os/as autores/as do filme propõem transmitir.

O mundo capitalista de uma forma geral sempre foi obscuro e conflituoso. Desde as Revoluções Burguesas na Inglaterra, Alemanha e França quando se pretendia universalizar direitos básicos e uma forma de sociabilidade igualitária, o que tem sido registrado é justamente o contrário: guerras intermináveis, catástrofes e todo tipo de ônus gerado pela ganância que parece ter se generalizado como um verdadeiro *modus operandi* dos indivíduos e classes sociais. É claro que algum tipo de amortecimento dessas contradições são possíveis, haja vista a própria necessidade do capital em se reproduzir; afinal de contas é necessário força de trabalho para mover as relações mercantis.

Dentro desse caldo interminável de opressões cabe à arte e ao cinema político independente se opor e elucidar novas formas de pensar, sentir e produzir expressões que almejem a liberdade de produção, ainda que muitas vezes encontre dificuldades para isso. Podemos sim elencar aqui inúmeros exemplos de produções e artistas comprometidos com a emancipação humana hoje e ontem, como os filmes da produtora Couro de Rato ou as atuações do grande ator carioca Godot Quincas.

Ainda que a morte da arte já tenha sido decretada por autores como Guy Debord e reiterado por outros como Anselm Jappe, há diversas formas de resistências sendo empenhadas. Mas inevitavelmente todos eles acabam por ser imprensados pela força do capital. O resultado são mutações ou o simples perecimento de tais expressões. Por isso, estes foram e serão sempre

combatidos dentro da lógica capitalista de produção. Não podemos perder de vista que é a sociedade capitalista que oblitera as expressões artísticas mais ricas. Essa pressão obtusa e incisiva incide provocando também um entendimento particular do que vem a ser arte na contemporaneidade. Um entendimento descolado da historicidade dos movimentos artísticos de uma forma geral.

O reconhecimento social conseqüentemente também se transmutou colocando novos critérios para que tais expressões pudessem ser consumidas. Isso acontece sobretudo com o advento da indústria cultural, que se forja como um setor específico para lidar com a produção artística massificando suas expressões ao ponto de também contribuir para este perecimento e emparedamento asfixiante.

O fato é que o questionamento sobre a função social da arte fora suprimido em detrimento de uma anomalia que ainda se categoriza como arte. Arte é um conceito tão amplo que quase se perde o sentido social histórico apagando não só as lutas, mas as contribuições decisivas e aprimoramentos desse campo. De uma forma ou de outra as produções artísticas continuam ganhando espaço e influência decisiva nas sociedades, principalmente as que estão em contínuo processo de eclosão resultado das contradições geradas pelo sistema capitalista. A arte, e nesse caso mais especificamente o cinema, é apropriado pelos Estados-nação, empresas e grandes conglomerados, partidos políticos de ambos espectros, setores independentes, indivíduos, grupos, etc. Nesse caso a arte, ou as artes, inevitavelmente se colocam como algum tipo de visão sobre as questões do presente apontando para determinadas saídas, que são as mais variadas possíveis. Por isso há muitas resistências, mas poucas expressões e produções revolucionárias, por mais que, paradoxalmente, as artes estejam impregnadas pelo contraditório contexto sócio-político da sociedade burguesa.

A questão basilar nos parece ser pensar a relação entre arte e capitalismo, que de certo modo, continua sendo a contradição entre capital e trabalho. Esse trabalho artístico carrega em si suas especificidades. Raras vezes se trata de um trabalho assalariado, mas isso não chega a ser determinante para sua diferenciação, haja vista a enorme exclusão de trabalhadores no sistema de assalariamento. Obviamente, não são todos os trabalhadores que gozam de um salário, direitos, etc. Ainda que exista uma parcela que usufrua desse sistema, este não garante a permanência do trabalhador nessa lógica; basta ver que existe, por exemplo, o lumpem proletariado, ou seja, os despossuídos de tudo e uma parcela gigantesca de desempregados que no Brasil beira os 20% da população. O setor privado, por sua vez, não garante nenhum tipo de estabilidade ao trabalhador. Ainda que o setor público se diferencie nesse sentido, ele não inclui

a maioria dos trabalhadores e, acompanhando a lógica capitalista, está cada vez mais atrelado à perspectiva privada. Assim, quando é público serve a fins privados. Temos então estratificações no campo do trabalho que se diferenciam profundamente.

No campo do cinema, geralmente se trata de trabalho autônomo sem qualquer vínculo empregatício. Pelo contrário. O artista, sobretudo o iniciante, com frequência vende a sua força de trabalho em outras atividades mal remuneradas para que possa, então, se dedicar a algum processo de criação artística. Sendo assim, ele está duplamente envolvido na produção/exploração, buscando fazer um contraponto entre uma atividade alienante e outra edificante, ainda que esta guarde dificuldades particulares. Essa relação contraditória se torna pesada ao longo do tempo, levando o artista ou o produtor a tomar decisões sobre o empenho de suas forças e os caminhos a seguir. Se este sujeito vem de uma classe mais pauperizada, se passa a ter filhos, esposa ou tem que contribuir para a manutenção do núcleo familiar de algum jeito, geralmente o que acontece é a diminuição do empenho nas atividades artísticas e o seu consequente empobrecimento. Algumas vezes isso pode representar, inclusive, o seu completo desaparecimento contribuindo para uma espécie de desconexão profunda com parte importante de quem se é.

Para além do campo individual, isso representa também o empobrecimento da própria arte, do cinema, teatro, literatura, artes plásticas, artes performativas, música e produção das artes em geral. Esse é um movimento amplo que gera profundo impacto social, já que se deixa de construir contrapontos com relação às produções enviesadas pela indústria cultural. Há, no entanto, um mecanismo de aproveitamento de uma parcela residual dessas produções artísticas (e consequentemente seus produtores) para que se mantenha ativa a relação fetichista com a arte. Esse corpo residual é o que vai formar, num segundo momento, o catálogo da indústria cultural. Ou seja, dentro desse quadro geral de exclusão permanente de uma expressiva parcela de produtores, há aqueles que são incluídos na lógica de produção em massa da indústria cultural, construindo determinações específicas sobre valores, estéticas, conteúdos e orientações dessas obras.

A lógica excludente do trabalho, portanto, tem uma função específica na sociedade de classes, que basicamente se resume à lucratividade de determinadas obras, nunca sendo o artista ou o produtor o verdadeiro sujeito desse processo, não sendo diferente no cinema político independente. O artista entra como sujeito assujeitado, propulsor da lógica fetichista da mercadoria. Ele legitima o processo excluindo de responsabilidade o capital e a si próprio, ainda que a sua arte seja produto do seu próprio estranhamento. Esse quiproquó maligno é construído

como forma de obnubilar a verdadeira natureza da contradição, já que há, ao mesmo tempo a participação de várias forças, agentes e sujeitos sociais nesse complicado processo. O fato é que no caso do produtor ele já se encontra refém e apto a esse processo desde o início, já que geralmente suas condições materiais são precárias e está excluído das relações de trabalho com qualquer tipo de garantia. Segundo Bruna Della Torre, “a indústria cultural é uma espécie de instância mediadora que passa a determinar, ela própria, a forma e a recepção das obras de arte aniquilando o momento de contemplação que se constrói justamente a partir da tensão entre sujeito e objeto.”

A dialética da dominação é também a que aponta para a superação dessa relação social. O que se constata é que a mina de ouro da indústria cultural está justamente na miséria da base onde as mais variadas expressões artísticas são gestadas. Dado que tal lógica impregnou, sobretudo este setor (as bases), o nó da ideologia dominante se torna ainda mais difícil de desatar; de tal sorte que o processo de emancipação da arte se torna o processo de emancipação da própria sociedade, mais especificamente dos trabalhadores.

É nesse espelhamento com a sociedade do espetáculo que se gera o ciclo indefinido no qual os rebeldes protagonizam a inovação sonora e estética e, num segundo momento, a sua própria desgraça. O reconhecimento social nas sociedades capitalistas não está ligado nesse caso à música, cinema ou às contribuições importantes de uma banda ou um compositor específico, mas à mística fetichista construída em torno desses sujeitos. Ao reconhecimento também é imposta a conversão de valores; inclusive os que chegam ao topo é por merecimento, corroborando a perspectiva meritocrática. Mas a ponte entre cultura e capital é construída paradoxalmente pelos próprios artistas, músicos, cineastas, etc. As bases dessa ponte são alicerçadas pela ausência de perspectivas capazes, em primeiro lugar, de produzir um diagnóstico condizente com as questões sociais e históricas, ao passo que são cimentadas pela própria ideologia dominante.

Referências:

- ANDRADE, Felipe. O Inconsciente coletivo. Goiânia, Revista Enfrentamento, 2019.
- VIANA, Nildo. Karl Korsh e a Concepção Materialista da História. São Paulo, Scortecc, 2014.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- BERMAN, Marshal. Aventuras no Marxismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- CARCANHOLO, Reinaldo (org.). Capital: essência e aparência. São Paulo, Expressão Popular, 2011.
- FREDERICO, Celso. Marx, Lukács: a arte na perspectiva ontológica. Rio Grande do Norte, Edufrn, 2005.
- FREDERICO, Celso. Sociologia da Cultura: Lucien Goldman e os debates do século XX. São Paulo, Cortez, 2006.

Filmografia:

PROTEÇÃO. Direção: Alberto Sena e Marcos Moura. Produção Alberto Sena e Marcos Moura. São Gonçalo, 2023.

COMO CRIAR NO MEU LUGAR. Direção: Ana Angel. Produção: Ana Angel. São Gonçalo, 2021.

GUARDA MEU LUGAR. Direção: Ana Angel. Produção: Ana Angel. São Gonçalo, 2021.

MULHERES DE CINEMA. Direção: Ana Maria Magalhães. Produção: Ana Maria Magalhães. Rio de Janeiro, 1976.

JÁ QUE NINGUÉM ME TIRA PRA DANÇAR. Direção: Ana Maria Magalhães. Produção: Ana Maria Magalhães, 1982.

ASSALTARAM A GRAMÁTICA. Direção: Ana Maria Magalhães. Produção: Ana Maria Magalhães, 1984.

SPRAY JET. Direção: Ana Maria Magalhães. Produção: Ana Maria Magalhães, 1985.

NATUREZA FEMININA. Direção: Ana Rieper. Produção: Paladina, 2023.

VOU RIFAR MEU CORAÇÃO. Direção: Ana Rieper. Produção: Paladina, 2012.

EU SOU O RIO. Direção: Anne Santos e Gabraz Sanna. Produção: Embauba filmes, 2017.

GREVE GERAL. Direção: Carlos Pronzato. Produção: Carlos Pronzato, 2017.

A PARTIR DE AGORA. Direção: Carlos Pronzato. Produção: Carlos Pronzato, 2013.

A REVOLTA DO BUZU. Direção: Carlos Pronzato. Produção: Carlos Pronzato, 2003.

EU SOU NAIR JANE – A LUTA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS. Direção e produção: Carlos Pronzato, 2023.

L.A.P.A. Direção: Emílio Domingos e Cavi Borges. Produção: Cavideo, 2009.

ARMADOS. Direção: Rodrigo Mac Niven. Produção: Rodrigo Mac Niven, 2010.

Trajetória individual e escrita de si: as autobiografias de Gustavo Barroso

Camila de Sousa Freire¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Ana Paula Barcelos

Introdução

Este trabalho está inserido na pesquisa de Doutorado intitulada “O pensamento e a trajetória intelectual de Gustavo Barroso: identidade regional, redes de sociabilidade, integralismo e escrita de si (1910-1940)”, em fase de conclusão. Nesta pesquisa analisamos alguns aspectos da trajetória intelectual de Gustavo Barroso, escritor cearense que se torna conhecido após migrar para o Rio de Janeiro e publicar seu primeiro livro, *Terra de Sol* (1912). Além disso, Gustavo Barroso também foi jornalista, diretor do Museu Histórico Nacional e membro de instituições como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com seus livros regionalistas contribuiu para a criação da ideia e imagem do Nordeste enquanto uma região, e posteriormente, na década de 1930, se envolveu com o integralismo, se tornando antissemita. Mas, para este trabalho em específico, iremos analisar as autobiografias de Gustavo Barroso, escritas em três volumes. São elas: *Coração de Menino* (1939), *Liceu do Ceará* (1941) e *O Consulado da China* (1941).

Nestas três obras o autor narra sua trajetória, iniciando por sua infância no Ceará até o momento em que migra para o Rio de Janeiro. Em sua primeira autobiografia, *Coração de Menino*, Barroso inicia sua narrativa em 1898, ano em que começou os estudos no colégio Parténon Cearense, aos dez anos de idade. No segundo livro de memórias, *Liceu do Ceará* Barroso narra mais uma parte de sua infância no colégio que dá nome ao livro. Por fim, conclui suas memórias no livro *O Consulado da China*, no qual relata sua adolescência até sua partida para o Rio de Janeiro.

Em *Coração de Menino*, Gustavo Barroso narra acontecimentos de sua infância, falando de familiares, amigos e vizinhos, assim como personalidades conhecidas de Fortaleza. Além disso, ele conta como era seu dia a dia na escola, em casa, suas brincadeiras e as dificuldades em família. Um aspecto interessante dos elementos pré-textuais é um pequeno texto de sua

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2019, projeto: “A Identidade Regional Cearense nos Escritos de Gustavo Barroso (1912-1960)”, sob orientação da Dr.^a Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva.

autoria, após a dedicatória, onde Barroso diz que no livro ele só conta “a verdade” (BARROSO 1939, p. 8). Diz ele que os “arranjos e atavios literários” (BARROSO 1939, p. 8) seriam apenas para suavizá-la ou para torná-la mais acessível ao leitor da época. Termina essa espécie de epígrafe dizendo que “a saudade é a maior testemunha da verdade” (BARROSO 1939, p. 8). Esta saudade também seria um aspecto muito destacado por ele, como veremos. Segundo Afonsina Moreira, houve um desejo por parte de Barroso “de ser identificado como um intelectual que não esqueceu o Ceará, o norte de sua escrita” (MOREIRA 2006, p. 17).

Sendo assim, no momento em que escreve, já com cinquenta anos, Barroso destaca em suas memórias o que gostaria que ficasse marcado em sua personalidade e a característica de escritor saudoso de sua terra natal faz parte de toda sua obra, inclusive aquelas consideradas folclóricas. Ao escrever sobre o sertão ele também demarca essa saudade, e não seria diferente nas obras autobiográficas, justamente onde ele construiria a imagem final de sua personalidade, que ficaria para a posteridade. Então, era importante para essa construção destacar novamente essa característica. Assim, é importante ressaltar que o intelectual possui objetivos próprios ao escrever uma autobiografia, ou permitir que outros escrevam sua biografia. Há o objetivo declarado, que é afirmado pelo próprio autor, e aquele que fica subentendido na sua prática. Em 1940, Barroso declarou em entrevista os motivos de ter resolvido escrever uma autobiografia, ao falar do primeiro livro *Coração de Menino*:

Percorri já muito mais de metade de minha carreira, abafei muitas ambições, arranquei pela raiz inúmeras esperanças e carreguei comigo as saudades dos amigos que se fôram e os cadáveres dos sonhos da mocidade. Era tempo de voltar-me para trás e de olhar com os olhos de hoje o panorama de minha meninice. Sómente pintando-o com toda a alma poderia *dar aos meus contemporâneos e aos pósteros uma idéia da longa caminhada que fiz para chegar onde estou*. E, como *isso foi obra quase unicamente do meu esforço pessoal, da minha pertinência, pensei que a narração serviria de bom exemplo a outros* como eu, que, sem fortuna e sem protecção, lutam para vencer (BARROSO 1940. Grifos nossos).

Vemos então que seus objetivos eram bem claros: cultivar essa saudade e servir de exemplo. Percebe-se a ideia que ele tinha de si mesmo, como alguém que venceu pelo próprio esforço. Além disso, Barroso pensava que sua infância era singular e aventureira, logo digna de ser narrada. Até porque, segundo ele, seus amigos o instigavam a fazer isso, quando ouviam suas histórias. Então, ele teria esperado completar 50 anos para narrá-las, pois precisava de uma “grande dose de tolerância e de serenidade que somente os annos e os sofrimentos conseguem nos dar” (BARROSO 1940). Em outro trecho podemos perceber que há também um certo interesse editorial por trás do desejo de continuar escrevendo suas memórias: a boa

recepção do público e da crítica, além de não haver muitas iniciativas do gênero no mercado literário brasileiro:

O êxito de “Coração de Menino”, que posso avaliar pelas cartas e telegramas recebidos, pelas notas e artigos na imprensa de todo o país, anima-me a prosseguir no gênero e a continuar contando minha história em outros volumes. A literatura brasileira é pobre de memorialistas e alguns dos poucos que existem serviram-se infelizmente do gênero para ataques ou desabaços desnecessários. Pretendo fugir a esse perigo, contemplando com a maior serenidade tudo o que já vai longe, esse velho rio da vida, em cuja margem o filósofo grego Demétrio nunca virá passar a mesma gota de água (BARROSO 1940).

Além disso, vemos o reconhecimento que ele recebeu como intelectual, expresso por meio das muitas cartas e telegramas, artigos e notas na imprensa. O autor Tzvetan Todorov aborda essa questão do reconhecimento. Para ele o homem vive em sua pele, mas “só começa a existir pelo olhar do outro” (TODOROV 2014, p. 87). Ou seja, para o autor, o reconhecimento é condição essencial para a existência humana. É através do reconhecimento do outro que existimos. Percebemos muito dessa questão da busca por glórias e honrarias em Gustavo Barroso, inclusive em sua necessidade de fazer parte de grupos, nas instituições em que se inseriu, como a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dessa forma, percebemos também essa busca por reconhecimento em suas autobiografias.

Angela de Castro Gomes denomina esse tipo de escrita como “escrita de si”, ou “escrita auto-referencial”, que “integra um conjunto de modalidades que se convencionou chamar produção de si no mundo ocidental” (GOMES 2004, posição 99). A autora explica que esse tipo de produção data do século XVIII, “quando indivíduos ‘comuns’ passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si” (GOMES 2004, posição 104). Logo, também foi nesse período que surgiram as palavras biografia e autobiografia, entre os séculos XVII e XIX, em língua inglesa, tendo seu apogeu neste último. Gomes explica ainda o que pode ser considerado como “práticas de produção de si” (GOMES 2004, posição 113). Tais práticas seriam “um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita - como é o caso das autobiografias e dos diários -, até a da constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções” (GOMES 2004, posição 113).

Sendo assim, podemos incluir na produção de si de Gustavo Barroso, além de suas autobiografias, também o arquivo que constitui a Hemeroteca Gustavo Barroso, presente na Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional, cujos recortes de jornal foram utilizados como fontes desta pesquisa. Sendo assim, podemos incluir na produção de si de Gustavo Barroso

além de suas autobiografias, também o arquivo que constitui a Hemeroteca Gustavo Barroso, presente na Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional, cujos recortes de jornal foram utilizados como fontes desta pesquisa. Sobre este arquivo, Aline Magalhães (2009) diz ter sido o próprio Barroso que deu início ao trabalho de arquivar estes recortes, o que foi posteriormente continuado por empresas especializadas em Clipping². Vemos então que antes mesmo de escrever seus livros de memórias, Barroso já tentava guardar algo sobre si para a posteridade.

No livro *Liceu do Ceará*, o segundo da trilogia autobiográfica de Gustavo Barroso, o autor aborda a passagem da infância para a adolescência, e os acontecimentos de sua vida neste período, que vai de 1899 a 1906. Apresenta sua mudança de colégio, do Parténon Cearense para o Liceu do Ceará, narra diversos acontecimentos nessa escola, com colegas e professores; e já no final desse período a escolha da profissão, oferecendo indícios dos motivos de sua mudança para o Rio de Janeiro. Ainda falando da infância, Barroso considera que foi um menino travesso e rebelde. Ele conta diversos casos de atos que praticava na infância e que considerava como rebeldias. Um deles era o fato de faltar muita aula. Nessa época, chegou a ser expulso pelo alto número de faltas.

No mesmo período, chegou a ameaçar um professor com uma navalha que sempre carregava consigo, o que diz ter aprendido observando os marinheiros. Sua família não sabia de nada. Barroso relata quando a notícia da expulsão chegou até eles: “(...) houve o diabo. Nem é bom lembrar isso. Corramos sobre os sermões, os ralhos, as ameaças e os castigos o véu do esquecimento. Nada, absolutamente nada adiantou. Continuei mais revoltado e mais terrível do que nunca. Comigo era na navalha!” (BARROSO 1941, p. 116). Assim, vemos que além de demonstrar como era rebelde, antes de sua mudança interior, Barroso também diz preferir não lembrar da briga e dos sermões que levou pelo seu comportamento, preferindo esquecer o assunto. Deliberadamente, prefere não aprofundar no tema que lhe incomoda.

Sobre o que trazia ou não à tona em sua escrita, Aline Magalhães considera que “Barroso tinha o propósito de trazer à baila aspectos de sua individualidade na infância que marcariam a sua personalidade de adulto. (...) E essas reminiscências, por sua vez, são frutos dos questionamentos do presente, seleções que o autor/narrador/protagonista realiza em função do

² Segundo definição atual, o trabalho de Clipping é “o processo contínuo de monitoramento, análise e arquivamento de menções feitas na mídia a uma determinada marca, como empresa ou celebridade”. Ou seja, a empresa monitora tudo sobre determinada pessoa ou marca. Podemos inferir então que, no período tratado na tese, a empresa era responsável por selecionar e organizar essas menções feitas a determinada pessoa na imprensa, em jornais e revistas. No caso, foram selecionadas as menções a Gustavo Barroso e organizadas em cadernos que hoje constituem seu arquivo no MHN. Para saber mais sobre o trabalho de Clipping ver: <https://www.comunique-se.com.br/blog/clipping-o-que-e/> Consultado: 27/07/2023.

momento vivido enquanto produz suas memórias” (MAGALHÃES 2009, p. 206). Segundo Michael Pollak “existem lugares de memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (POLLAK 1992, p. 202). Vemos como essa definição de Pollak se adequa a Barroso, lançando mão de todos os aspectos da memória em sua narrativa memorialística. Barroso cita memórias individuais, memórias que viveu em grupo (com amigos e familiares, e em festas populares), cita diversos personagens de Fortaleza à época de sua infância, e muitos lugares também (os locais onde ia brincava, na praia, nos sítios da família, etc). Assim, segundo a autora Afonsina Moreira, Barroso vai tecendo essa memória de sua vida como uma “trajetória, com início, meio e fim, como um *enredo*” (MOREIRA 2006, p. 33. Grifo nosso).

Pollak também destaca que a memória é seletiva. Ou seja, nem tudo fica registrado na memória individual ou coletiva. Por mais que Barroso tentasse passar uma imagem de escritor com uma memória excepcional e que seus contemporâneos realmente o vissem assim; e por mais que ele destacasse detalhes dos acontecimentos que narrava buscando justamente reforçar essa imagem, podemos perceber que ele fez escolhas do que iria narrar e do que iria silenciar. E, além disso, não lembrou de tudo, pois essa seleção é um trabalho da própria memória, segundo Pollak. Segundo o autor, a memória “também sofre flutuações que são em função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa” (POLLAK 1992, p. 204). A partir dessa reflexão, Pollak considera que “a memória é um fenômeno construído” (POLLAK 1992, p. 204). Porém, os meios de construção podem ser tanto conscientes como inconscientes. Consideramos que no caso de Barroso tenham ocorrido ambos os casos. Seguramente, houve esquecimentos involuntários, mas precisamos problematizar o autor e sua escrita. Sobretudo tratando-se do estudo de intelectuais, sabemos que muito do que desejam mostrar como “vocação” ou acontecimentos casuais, são na verdade escolhas, visando ganhos simbólicos dentro do seu campo de atuação, o que podemos inferir a partir as reflexões de Pierre Bourdieu. Ao tratar do relato autobiográfico Bourdieu considera que este

(...) se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário (BOURDIEU 2006, posição 3654).

Ou seja, o relato autobiográfico busca um sentido, geralmente linear, de apresentação dos acontecimentos, na tentativa de conferir significado a eles e à vida, à trajetória daquele indivíduo em questão. Esse movimento não é aleatório ou inconsciente. Por isso, Bourdieu

chama a atenção para a necessidade de se problematizar esse tipo de narrativa e não aceitá-la como algo dado ou totalmente natural. O autor define os acontecimentos biográficos como:

(...) *colocações e deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. O sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra (de um posto profissional a outro, de uma editora a outra, de uma diocese a outra, etc.) evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor, no momento considerado, dessas posições num espaço orientado (BOURDIEU 2006, posição 3748. Grifos no original).

Ou seja, para Bourdieu:

(...) não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - do conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (BOURDIEU 2006, posição 3752. Grifo no original).

Portanto, segundo Bourdieu, não se pode avaliar uma narrativa biográfica sem inserir o indivíduo e suas ações no seu campo, a partir do qual ele faz escolhas, traçando essa trajetória de forma consciente, visando ganhos específicos. Assim, vemos Gustavo Barroso narrando em suas autobiografias esses caminhos como algo natural, já presente em sua personalidade desde a infância, para dar forma a este enredo de sua vida, seguindo uma linha cronológica sem rupturas. Tal atitude é justamente o que se deve questionar, segundo Bourdieu. O autor define essa noção de trajetória como uma “série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU 2006, posição 3744. Grifo no original). Ou seja, o campo no qual o indivíduo atua é marcado por transformações contínuas, não sendo possível uma trajetória dada, mas uma série de escolhas feitas a partir dessas transformações e mudanças às quais ele está sujeito no decorrer de sua vida. Assim, é necessário ter em mente estes aspectos ao se analisar uma narrativa biográfica.

Já em sua terceira autobiografia, *O Consulado da China*, Gustavo Barroso volta à temática do sertão. Dessa forma, o livro começa com as narrativas dessas viagens e casos ocorridos no tempo que passou no sertão, nas fazendas da família e de seu padrinho, em um formato bem parecido com seus primeiros livros regionalistas. Barroso vai narrando sua estadia nestas propriedades e contando casos e histórias que ouvia de pessoas com quem tinha contato, seja ao longo do caminho ou visitantes que chegavam à sua casa, e episódios que ele mesmo

viveu, como o encontro com o famoso cangaceiro Zé Dantas. Afonsina Moreira destaca a importância dada por Barroso a esse momento de descobrimento do sertão e aos sentimentos que o envolviam, como algo que teria acontecido em um período de sonhos e ilusões. A autora pensa essa experiência como “associada a seu processo de reconhecimento. Foi um momento sugerido como espaço de criação e compreensão de suas emoções, produtor de identificação” (MOREIRA 2006, pp. 81-82).

Porém, Moreira ressalta que “esse processo de autoconhecimento diz respeito também ao período de elaboração da narrativa memorial, pois foi o olhar do adulto Gustavo Barroso que desenhou essa imagem do garoto” (MOREIRA 2006, p. 82.). Ou seja, os sentimentos e sensações do adulto estão presentes na narrativa da juventude. Para a autora, as memórias do passado não eram tidas por Barroso como algo ruim, mas ao contrário, eram melhores que o presente: “(...) as suas lembranças remeteram a um tempo e um lugar de sonhos e descobertas fantásticas, um tempo recordado nos escritos de memória. Assim, o passado foi incansavelmente defendido como melhor que o presente” (MOREIRA 2006, p. 82). Nota-se que, pela recusa de encarar um presente insatisfatório, Gustavo Barroso volta-se para um passado que idealiza como praticamente perfeito. Deste modo, criou lugares de memória, onde esse passado poderia ser preservado.

Michael Pollak também fala sobre lugares de memória. Segundo ele: “Existem lugares de memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança pessoal (...)” (POLLAK 1992, p. 202). O sertão seria um desses lugares para Barroso. Sacralizado, deveria ser imutável, tal qual era em sua memória. Assim também ele via os objetos históricos, que deveriam ficar no museu, atestando os fatos ocorridos no passado. Desse modo, sua visão sobre a preservação dos monumentos históricos, seu trabalho de museologia no Museu Histórico Nacional, também estava ligada a essa sua ideia de passado como algo a ser mantido intocado na memória. Por isso, a saudade tem um papel preponderante, por estar diretamente ligada à memória e ao passado. Para Afonsina Moreira a saudade era importante para legitimar a verdade de seus escritos:

Gustavo Barroso expressou a saudade como um indício fiel para o conhecimento do passado. (...) Para a delimitação do passado, eram indispensáveis os relatos inspirados na saudade, que, mais do que indícios, vestígios eram tidos como a própria verdade testemunhada. Ao relacionar saudade e verdade Barroso tentou legitimar suas obras de memória, e por sua vez, o passado recortado (MOREIRA 2006, p. 89).

Em seus livros regionalistas vemos que Barroso se utiliza de suas vivências no sertão para legitimar suas histórias, mas ele também traz essas vivências para seus livros de memória,

atestando a veracidade de seus testemunhos através da saudade. Ora, em sua leitura, só se sente saudade de algo vivido, de algo que realmente aconteceu. Logo, tudo o que é narrado foi real. E é justamente essa ideia que ele deseja passar ao falar do sertão, seja em seus livros de memórias ou em seus livros regionalistas. Além disso, o passado também foi utilizado para legitimar sua trajetória intelectual. Ou seja, a veracidade dos fatos consistia em se tratar de experiências reais. Assim, Barroso busca referendar sua trajetória narrando como ela começou, como ele foi encaminhado pelo destino até se tornar escritor, já que a carreira que almejava nas Forças Armadas não deu certo, pois segundo conta, não obteve o apoio da família nesse sentido. Assim, se empenha em mostrar ao leitor um encadeamento dos fatos que teriam culminado naquele intelectual reconhecido que se tornou, apesar de todas as dificuldades do caminho e da injeção de muitos, que tentavam detê-lo, porém sem sucesso.

Como já foi dito, ele volta a falar bastante do sertão neste livro, descrevendo suas viagens, as paisagens e pessoas com quem convivia. No capítulo intitulado “Oração ao Ceará”, reafirma ideias já trazidas em seus primeiros livros, sobre as dificuldades da vida sertaneja, o meio, a seca e sua influência sobre o cearense, assim como traços que se tornaram constituintes da identidade daquela região:

Longo martírio tem feito tua grandeza e tua gloria. Dêle todos os cearenses devem orgulhar-se, porque nenhum povo seria talvez capaz de enfrentar a desgraça com a valentia e a tenacidade com que durante mais de três séculos de dôr eles a têm enfrentado. Essa desgraça é o maior factor da acuidade de sua inteligência, da corajosa decisão de seu temperamento, da sua audacia e da sua paciencia tenaz. A sêca molda e forma uma raça de fortes. Bendito seja essa raça que libertou escravos, dominou o mar sobre os seis páus tôscos das jangadas e conquistou a Amazonia, estaqueando de ossos os pântanos impenetraveis, que deu á Patria soldados como Tiburcio e Sampaio, poetas como Alencar! Bendita a Terra da Liberdade, Terra da Luz, Terra de Sol, Terra do Martirio, Sahara do Brasil que o esforço de varias gerações de seus filhos fecundou em heroismo, abnegação e amor! (BARROSO 1941, p. 63)

Assim, após contribuir para a formação da identidade regional e para o discurso e imagem da região Nordeste com sua produção regionalista, a partir de seus primeiros livros, Gustavo Barroso volta a reafirmar essa identidade em seus escritos autobiográficos, décadas depois. Apesar das questões políticas com as quais se envolveu quando se engajou na militância integralista na década de 1930, o que resultou em um certo hiato em sua produção regionalista, nesse período da década de 1940 Barroso volta a tratar do tema. E ao contar suas experiências no sertão cearense Barroso demonstra seu conhecimento travado com aquelas pessoas, mas sem se colocar no mesmo patamar que elas. Percebe-se o senso de superioridade em suas palavras

sobre o sertanejo. Porém, quando era acusado de depreciar sua terra e sua gente, ele não gostava. Dizia que apenas quis exaltar sua terra, mas foi esquecido:

Alguns despeitados de quem me apiedo, porque os coitadinhos nada conseguiram na vida, insistem sempre na calúnia de atribuir-me falar mal de minha terra. Meus escritos os desmentem e isso basta como resposta. (...) Em verdade, excetuando alguns amigos, entre os quais os moços do *Gremio Gustavo Barroso* e o grupo do *Salão Juvenal Galeno*, com minha querida amiga Henriqueta Galeno á frente, o Ceará não se lembra de mim. O oficialismo honra-me com seu desdem ou sua antipatia. Somente Matos Peixoto, quando presidente do Estado, me penhorou com suas homenagens (BARROSO 1941, p. 169. Grifos no original).

Percebe-se, então, como ele se sentia frustrado por não ter as homenagens que desejava em sua terra. Talvez seu esforço tenha sido para isso, para ter reconhecimento o bastante para voltar para sua terra coberto de homenagens. Vimos ao longo da pesquisa que estas ocorreram, mas também houve quem o criticasse, principalmente quando militou no integralismo. Sendo avesso às críticas, ele se frustrou. Daí a saudade do tempo de criança, quando não tinha essas preocupações. Mas, quando começa a falar da juventude, dos primeiros trabalhos, das primeiras críticas, as supostas invejas, seu texto é carregado de ressentimento. Ele considerava tudo como ingratidão e inveja. E ainda acreditava que com o tempo isso mudaria e ele teria o reconhecimento que julgava merecer: “Tenho absoluta certeza que, um dia, quando se apagarem com o tempo as paixões de caráter pessoal e político, ser-me-á feita a devida justiça. Eu só procurei honrar e enaltecer a minha terra” (BARROSO 1941, pp. 170-171).

Barroso ainda lança mão da memória para legitimar esse amor pelo Ceará: “Se eu não amasse o Ceará, não conservaria de memória a maioria dos fatos que ocorreram durante os anos em que lá vivi, sobretudo os três últimos antes de minha partida definitiva” (BARROSO 1941, p. 171). Ou seja, para Barroso o esquecimento era desamor. Se ele não esqueceu de sua terra, se recordava tudo sobre ela com detalhes, é porque a amava. Mas, se ele foi esquecido, é porque não o amavam e honravam como merecia, mesmo depois de tudo que pensava ter feito por sua terra. Portanto, vemos novamente a conotação negativa que o esquecimento tinha para ele. Daí sua tentativa de não ser esquecido, através da escrita de si.

Ainda na terceira autobiografia, Barroso segue narrando o período em que esteve na faculdade, suas relações de amizade e sua estadia na república estudantil que dá nome ao livro, fundada por ele; e seu envolvimento na política como opositor da oligarquia do coronel Acioli, que governava o Ceará naquele período. Além disso, relata também seus primeiros trabalhos na imprensa cearense. Por causa dessa oposição política ele diz ter sido perseguido, precisando

andar disfarçado em Fortaleza para fugir de seus opositores. Segundo ele, foi por isso que migrou para o Rio de Janeiro, em 1910:

Mau grado minhas preocupações, não me era possível continuar mais em Fortaleza. Violenta discussão com Carlos Câmara na imprensa e o que constantemente escrevia contra o governo teriam fatalmente como fim a surra policial ou cousa peor. Era forçoso emigrar, destino do cearense pela sêca, pela pobreza ou pela política (BARROSO 1941, p. 270).

Cabe aqui a reflexão sobre os reais motivos dessa migração, pois, como já dissemos, Barroso queria reforçar sua identidade de cearense que havia passado pelas experiências que todos os cearenses passam, segundo sua identidade regional, e a migração é um forte elemento de construção dessa identidade. Então, ele pode ter migrado por medo da surra policial, embora também nos questionemos se ela realmente aconteceria, já que seu pai era amigo do coronel Acioli, que então governava o Ceará, como o próprio Barroso declara (BARROSO 1941, p. 205). Ainda assim, seu medo poderia ser legítimo e ter se aliado à sua vontade de crescer na carreira. Afinal, segundo vários conselhos recebidos por ele, isso só seria possível no Rio de Janeiro, então capital federal. Portanto, acreditamos que embora o medo da repressão policial fosse um fator considerável, ele também desejava dar impulso a sua carreira de jornalista, que já havia iniciado àquela altura. Logo, sua migração foi uma escolha deliberada, de um intelectual em busca de ganhos simbólicos e reconhecimento e não apenas uma fatalidade do destino cearense, como ele desejava demonstrar.

Assim, ao analisar suas três autobiografias, vemos como ele aborda novamente esses temas tratados também nos primeiros livros regionalistas, demonstrando um retorno a esse regionalismo, com um sentido saudosista. Vimos as escolhas feitas por ele sobre o que narrar, dando ênfase à sua infância e à vida no Ceará, encerrando com sua partida para o Rio de Janeiro e deliberadamente silenciando sobre o que aconteceu a partir daí. Assim, podemos perceber as decisões sobre o que narrar e o que silenciar feitas por um intelectual que desejava forjar uma imagem de si para deixar para a posteridade. Com suas autobiografias ele retoma os temas tratados no começo do século XX, consolidando a identidade regional cearense ao abordar temas regionalistas, ao mesmo tempo em que moldava sua própria identidade ao tratar de sua trajetória, interligando a identidade regional à sua imagem como escritor.

Referências

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). *Usos e abusos da História Oral*. 8a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, Edição digital, 2012, posições 3630-3789 no ebook.

GOMES, Angela de Castro (Org.). “Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo”. In: *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, livro digital, posições 25-398 no ebook.

AGALHÃES, Aline Montenegro. *Troféus da Guerra perdida: Um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2009.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. *No Norte da saudade: Esquecimento e memória em Gustavo Barroso*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2006.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social.” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

TODOROV, Tzvetan. *A vida em comum: Ensaio de Antropologia Geral*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

Fontes

Livros de Gustavo Barroso:

BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol: natureza e costumes do Norte*. 6ª ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

_____. *Coração de menino*. Rio de Janeiro: Getulio M. Costa Editora, 1939.

_____. *Liceu do Ceará. Memórias de Gustavo Barroso*. 3ª Ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 2000.

_____. *O Consulado da China*. Rio de Janeiro: Getulio M. Costa Editora, 1941.

Outras:

O Malho. “Como foram escritos os livros do momento”. 03 de abril de 1940. Hemeroteca Gustavo Barroso, pasta 26, Biblioteca Virtual do Museu Histórico Nacional.

MuseUmbanda e as Disputas Políticas e Religiosas no Espaço Público de São Gonçalo

Camilla Fogaça Aguiar¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Joana Bahia
Bolsista FAPERJ

Introdução

As perseguições destinadas as religiões afro-brasileiras não é novidade na história do Brasil (BROWN, 1985; GIUMBELLI, 2008). Desde os tempos do Império, com o controle da Igreja Católica por parte do imperador, passando pela recente Proclamação da República, em 1889, e a progressiva visibilidade dos evangélicos pentecostais na esfera pública brasileira, a partir da década de 1980, estudos apontam para o crescimento das acusações de intolerância religiosa no país, em especial voltadas as religiões afro-brasileiras² (CAMPOS e NERI, 2020; MARIANO, 2004; SILVA, V.G., 2007).

O município de São Gonçalo é destacado nesta pesquisa não só por enfrentar um claro aumento da intolerância religiosa associado ao crescimento pentecostal local a partir dos anos 2000 (AGUIAR, 2022), mas também por ser o segundo maior colégio eleitoral do Estado. A atuação de Aparecida Panisset (2005 e 2012) afrente do cargo máximo do executivo da cidade ganha destaque quando se vincula a coligações partidárias que terão os evangélicos pentecostais como seus principais articuladores. No entanto, a cidade também é considerada por alguns praticantes afro-religiosos, a cidade berço da umbanda no país³ (BAHIA, AGUIAR, NOGUEIRA, 2022).

Em contrapartida, diversas reações das lideranças afro-brasileiras são criadas com intuito de resistirem frente a crescente intolerância religiosa vivida na cidade. O idealizador do Museu, Fernando Torres, também umbandista e morador da cidade, ganha visibilidade a partir das tentativas de financiamentos e demarcações do espaço público com o projeto de um museu

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2020, projeto: “União e Retórica Racial: Estratégias de Sobrevivência das Lideranças Afro-brasileiras em São Gonçalo”, sob orientação da Dr.^a Joana Bahia, bolsista: FAPERJ.

² Ressaltamos que a intolerância religiosa estava presente em livros e na imprensa católica, principalmente a partir dos textos sobre as religiões mediúnicas produzidos por Boaventura Kloppenburg e Dom Jaime Câmara, a partir de 1953 até 1963 (BANDEIRA, 2000; MAINWARING, 1989). Já no campo pentecostal, a partir dos anos 1940 e em 1960, destacamos a publicação da obra “Mãe de Santo”, do pastor Robert McAlister, da Igreja pentecostal Nova Vida (SILVA, V.G., 2007) e nos anos 1970 temos a revista “Plenitude” publicada pelo Bispo Edir Macedo sob a gestão da Igreja Universal do Reino de Deus.

³ O mito de origem refere-se à primeira incorporação, por Zélio de Moraes, em 1908, do espírito Caboclo das Setes Encruzilhadas.

para a umbanda. Fernando alega que, apesar de ter origem religiosa em uma umbanda omolocô⁴, ligada a Tata Tancredo, é necessário pensar na umbanda a partir de Zélio de Moraes, pois “Zélio foi capaz de defender ela em 1940, criando a primeira Federação Umbandista do Brasil”. Foi a partir dessa valorização de uma umbanda que tem em Zélio seu mito fundador, que Fernando idealizou o MuseUmbanda e propôs diversas articulações em prol deste projeto.

Além das concepções religiosas e políticas muitas vezes conflitantes com outros umbandistas e demais segmentos religiosos, o MuseUmbanda nos suscita novas acusações de intolerância religiosa, com problemáticas e contornos que envolvem diretamente a atual gestão da prefeitura de São Gonçalo, Nelson Ruas (AVANTE). As lideranças de terreiro de São Gonçalo, em 2021, apontavam discrepância de valores que seriam destinados pela prefeitura aos espaços religiosos evangélicos e católicos, e com quantia inferior, para umbanda⁵.

A noção de “racismo institucional” é entendida nesta pesquisa como qualquer sistema de desigualdade que se baseia na raça, e pode ocorrer tanto em instituições governamentais como privadas⁶. Tal noção foi apresentada pelas lideranças de terreiro que compõem esta pesquisa e evidencia as diversas discriminações historicamente praticadas principalmente pelas instituições públicas e privadas do país e destinadas aos candomblecistas e umbandistas (FONSECA, 2015). Essas religiosidades são compreendidas como “religiosidades negras” por ter como pilar a valorização de memórias afro-brasileiras e se afirmarem alvos de diversas ações violentas atreladas a figura do negro.

Assim, temos o objetivo de refletir sobre as propostas do Museu como ferramenta educativa contra os racismos e intolerâncias religiosas, bem como a atuação dos indivíduos que integram a organização do projeto. A nossa hipótese a ser testada é a de que a imagem construída de Zélio Fernandino de Moraes como o “Papa da Umbanda” (GIUMBELLI, 2002) se mostra mais um caminho para controvérsias (MONTERO, 2012) e disputas entre os

⁴ Segundo Lopes (2011) “omolocô” fora um antigo culto provavelmente banto, de origem e práticas obscuras, cuja expansão se verificou no Rio de Janeiro, em especial, na primeira metade do século XX. Desenvolvido principalmente por intermédio da liderança de Tancredo da Silva Pinto, sua difusão foi fruto de uma reação reafricanizante à chamada ‘umbanda branca’, expandida a partir do Primeiro Congresso de Espiritismo de Umbanda, realizado no Rio de Janeiro em 1941. Reivindicando uma remota origem angolana, no âmbito da cultura dita ‘lunda-quioco’, o omolocô, já pouco conhecido à época deste texto, parece ter sido apenas uma linha ritual da umbanda, que procurou reviver em parte a antiga cabula” (LOPES, 2011, p. 497).

⁵ Eliane Maria, Erick Rianelli e Jefferson Monteiro. São Gonçalo destina R\$ 1 milhão para museus católico e gospel e R\$ 10 mil para o da umbanda. G1, Rio de Janeiro. 26/11/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/tj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/26/sao-goncalo-verba-museus-religioes.ghtml>>. Acesso setembro 2022.

⁶ Para mais informações acessar: <<http://racismoinstitucional.geledes.org.br/o-que-e-racismo-institucional/>>. Acesso em: 10 jun. 2018

umbandistas do que um símbolo eficaz para unir essas lideranças e fazer frente aos racismos direcionados as religiões afro-brasileiras do município de São Gonçalo.

Concomitante as leituras especializadas nas temáticas intolerância religiosa (MIRANDA, 2010), Racismo Religioso (CAMURÇA e RODRIGUES; 2022) e disputas de poder (BOURDIEU, 1999), daremos continuidade ao uso de relatos orais nas comunidades de terreiro com intuito de compreender como discurso racial e religioso é forjado pelas diferentes lideranças religiosas e organizações políticas estabelecidas no município

O MuseUmbanda

Fernando informa que a ideia inicial do projeto MuseUmbanda surgiu a partir da leitura de uma matéria que abordava a derrubada⁷ da antiga casa de Zélio de Moraes, no município. A liderança da umbanda afirma que ao saber sobre a venda do terreno e destruição das estruturas onde um dia foi a casa de Zélio de Moraes, se questionou sobre a necessidade de um “ponto referencial” para a Umbanda, em São Gonçalo.

Assim, após elaborar o projeto, Fernando reitera que procurou o historiador Jorge Santana⁸ devido a repercussão do movimento no qual fazia parte, “Respeita Nosso Sagrado”⁹ (2021). Segundo Fernando, Jorge prontamente aceitou o convite para fazer parte de um projeto que, inicialmente, visava apenas atrelar a importância do nascimento da umbanda a São Gonçalo. Para ele, Jorge foi peça fundamental no desenvolvimento da proposta, além de conferir legitimidade histórica ao projeto.

Para Fernando o museu da umbanda seria um caminho para elaborar movimentações e possibilidades em prol da defesa da intolerância religiosa na cidade. O projeto prevê a criação da identidade visual do projeto, criação de mídias sociais, *Instagram* e *Facebook*, realização da Semana da Umbanda em dois seminários que ocorrerão em novembro de 2020 e 2021, inclusão do Projeto MuseUmbanda na Lei Diretrizes Orçamentárias 2022 da Câmara Municipal de São

⁷ BARRETO FILHO, Herculano. Construção que registrou o surgimento da umbanda está sendo demolida por novo dono. O GLOBO. Publicado em 04/10/2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/construcao-que-registrou-surgimento-da-umbanda-esta-sendo-demolida-por-novo-dono-2744073#ixzz1Zu1nZ5B4>>. Acesso em : 10 jul. 2018.

⁸ Jorge Amílcar de Castro Santana é doutorando pelo PPCIS-UERJ, mestre em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ); e licenciatura em História (UERJ/FFP). Foi um dos diretores do documentário “Nosso Sagrado” e autor do romance “Desculpas, meu ídolo Barbosa” pela editora Multifoco. Compõe o Grupo de Pesquisa do Coletivo Negro De Historiadores Teresa de Benguela e atua como Historiador da Galeria de Racistas.

⁹ Produzido pela Quiprocó Filmes, em parceria com o Museu da República, o curta documentário “Respeita Nosso Sagrado” trata do acervo com objetos sagrados que foram apreendidos entre 1891 e 1946, período em que o Candomblé e a Umbanda eram oficialmente criminalizados pelo Estado brasileiro. O Documentário é resultado do movimento “Liberte Nosso Sagrado”, que tinha como propósito realocar os objetos sagrados das religiões afro-brasileiras que se encontram no Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.facebook.com/libertenossosagrado/> Acesso em:

Gonçalo, disponibilizar o Site oficial do MuseUmbanda, Aprovação da Medalha Zélio Fernandino de Moraes, em dezembro de 2021, na câmara de São Gonçalo.

Entre os planos futuros, estão a abertura e registro dos documentos da Associação Cultural e do Patrimônio Histórico MuseUmbanda de São Gonçalo, junto a Cartórios e Ministério da Fazenda, assim como a criação do seu CNPJ; buscar parcerias com a UERJ e a UFF, lançamento da pedra fundamental do MuseUmbanda e a realização para a construção física do Museu, e sua possível inauguração em 20 de novembro de 2024¹⁰.

Jorge conta que após ser procurado por Fernando, buscou estruturar o Museu em cinco exposições: A primeira iria apresentar a religiosidade e política de Zélio de Moraes, entrelaçando com a história da “gênese do primeiro terreiro de umbanda do Brasil”; O segundo bloco de exposição iria abordar o racismo religioso e a história das perseguições as religiões afro-brasileiras no país; A terceira estaria destinada as questões ritualísticas de um espaço afro-religioso, “para as pessoas que não conhecem a umbanda”, explicando o que é um congá¹¹ e outros. No quarto espaço trabalhariam com a pluralidade da umbanda, “outras umbandas” como a “omolocô”, o que ele caracterizou como “outros tipos de umbanda, que são religiões sincréticas, mas recebem nome de umbanda”; E por último, a quinta exposição seria um jardim na parte externa, com plantas sagradas utilizadas na umbanda, “lugar onde as pessoas pudessem ter uma experiencia sensorial com essas plantas”.

A partir dessa estruturação, Fernando reitera que, a seu ver, o Museu seria um instrumento pedagógico de combate ao racismo religioso e a intolerância contra as religiões de matrizes africanas. Este desenho do espaço contribuiu com a perspectiva de que o espaço seja uma porta aberta para tratar das intolerâncias religiosas vividas pelo povo de axé no município, como as tentativas de ações junto a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI)¹². Para o idealizador do Museu, a especializada vem fazendo um grande avanço ao abrir novas delegacias nos interiores do Estado, contribuindo no combate aos crimes de

¹⁰ Nas eleições de 2022, Fernando fez campanha nas suas redes sociais para o candidato a deputado Federal, Waldeck Carneiro (PSB-RJ), afirmando que receberia apoio para a construção do MuseuUmbanda: “está chegando a hora de agradecermos com nosso voto ao nosso apoiador Deputado Federal Waldeck Carneiro, para tirarmos esse museu do sonho para a realidade”. Via WhatsApp, 02 de outubro de 2022.

¹¹ Congá- palavra de origem africana utilizada na Umbanda Sagrada para denominar o altar onde ficam as imagens dos caboclos, pretos-velhos, santos católicos e outros elementos presentes nas crenças umbandistas (CACCIATORE, 1977, p.135).

¹² No Rio de Janeiro, a Lei 5931/11 criou a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI) é de autoria do deputado estadual Átila Nunes. A especializada tem como finalidade combater todos os crimes praticados contra pessoas, entidades e patrimônios públicos ou privados, cuja motivação seja o preconceito ou a intolerância. No Rio, a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância é subordinada ao Departamento Geral de Polícia Especializada da Polícia Civil e está inserida no programa Delegacia Legal. Ver: < <https://www.facebook.com/decradi/>>. Acesso setembro 2022.

racismo e homofobia, preconceito e intolerância, sobretudo religiosa contra as religiões de matriz africana¹³. Em seu ponto de vista, Fernando defende a umbanda enquanto religião brasileira formada a partir das três matrizes que são pilares da formação brasileira: europeia, indígena e africana. Assim, além de construir enredos para uma história religiosa umbandista, o projeto entrelaça a origem da umbanda com o desenvolvimento da cidade de São Gonçalo, e a formação da sociedade brasileira.

Assim, em novembro de 2019, durante a Semana da Umbanda¹⁴ e ano em que a religião estava completando 110 anos, esse projeto nasce com o objetivo de territorializar a Umbanda em São Gonçalo, construir história do seu nascimento, servindo no combate aos inúmeros casos de intolerância religiosa, desenvolvendo exposições e conhecimento cultural nos campos da arte, música, literatura, dança, etc.

Para Fernando, o MuseUmbanda é uma necessidade não só do mundo espiritual, mas também por demandas históricas e antropológicas de se construir em São Gonçalo diferentes olhares que ressaltem a importância do município como “berço da umbanda”. Este não se trata apenas de trazer o resgate público dessa memória, e nem atrelar a sua identidade a uma instituição confessional religiosa, mas sim uma instituição acadêmica. Pois acredita que ao deslocar o da religião e pensar dentro de uma proposta museológica no campo da história, isso traga mais visibilidade ao abarcar outras culturas em diferentes campos artísticos, como música, dança, exposição, teatro, literatura, entre outros (BAHIA, AGUIAR, NOGUEIRA, 2022, p.14).

O MuseUmbanda e Suas Controvérsias

Partindo das análises sobre o MuseUmbanda podemos observar como a história dessa religiosidade gera muitas divergências tanto entre os afro-religiosos envolvidos, como entre os autores que a estudam a temática. Enquanto alguns consideram sua origem relacionada com Zélio Fernandino de Moraes, atribuindo-lhe o *status* de fundador da religião (1891-1975) (BROWN, 1985), outros discordam dessa teoria (GIUMBELLI, 2002; ORTIZ, 1991; RODHE, 2009), evidenciando que sua fundação é múltipla e diversificada.

¹³ Segundo o delegado Gilbert Stivanello, titular da Decradi, de 2018 até setembro de 2020, cerca de 25% dos casos registrados na Delegacia foram relacionados a crimes de intolerância religiosa, sendo a maioria das denúncias oriundas de praticantes de religiões de matrizes africanas

¹⁴ Evento criado em 2021 pela Secretaria de Turismo e Cultura da Prefeitura de São Gonçalo, em que um grupo de adeptos da religião elaboram diversas atividades abertas para a participação da população. Na programação, mesas de debates, apresentações culturais, solenidades, estudos científicos, entre outras ações. Disponível em: <<https://www.saogoncalo.rj.gov.br/sao-goncalo-divulga-programacao-da-1a-semana-da-umbanda/>>. Acesso em março de 2022.

A umbanda defendida por Zélio e seus companheiros colocava-se mais próximo do lado mais kardecista, católico ou “branco” do *continuum* mediúnico presente nas religiões ditas mediúnicas e afro-brasileiras (BIRMAN, 1985; BROWN, 1985). A umbanda então seria também uma religião brasileira para esse segmento, tendo sua origem em antigas filosofias orientais e afastando-se de suas origens e ligações com o continente africano.

Com seu crescimento, a religião passou por algumas mudanças no campo federativo, ao longo dos anos 1950, pois surgiram seis novas federações de umbanda no Rio de Janeiro, além da União Espiritista de Umbanda do Brasil (UEUB). Entre elas, está a Confederação Espírita Umbandista (CEU), fundada por Tancredo da Silva Pinto. Essa Federação defendia um projeto de reafricanização para a umbanda. Portanto, nem todos os intelectuais do campo religioso umbandista concordavam com a “umbanda branca” e seu projeto de doutrinação da religião.

Para o MuseUmbanda, Fernando Torres considera ser importante entender tanto a cultura umbandista desenvolvida a partir da religiosidade de Zélio de Moraes quanto às demais vertentes que existem. Por isso, defende que o Museu não deva ser uma instituição religiosa e nem promover qualquer forma de proselitismo religioso, menos ainda um modelo de “umbanda branca”, mas trata-se de reconhecer a figura política de Zélio durante o Estado Novo e na Ditadura.

Porém, Jorge Santana parece constatar que o Museu poderia ser menos centrado no Zélio e na possibilidade de destinar, em igual proporção, um espaço para outras figuras, como Tata Tancredo. Porém, Jorge afirma que nem Fernando, nem a KOBÁ, uma empresa de comunicações voltadas para as religiões afro-brasileiras e tem um coletivo de militância negra da umbanda, aceitaram a proposta. Para Jorge, o destaque que é destinado a figura do Zélio também o incomoda, uma vez que ele, “historiador e negro, não poderia reproduzir uma história embranquecida e vazia de críticas”.

O idealizador do MuseUmbanda sustenta que, o fato de o projeto destacar a atuação política de Zélio não anula o entendimento da umbanda enquanto religião diversa, uma vez que, essa religiosidade não pode ser desconectada de todas as suas matrizes pretas. Neste sentido, a umbanda seria uma porta de entrada, primeiramente uma, e depois diversa, em que poderia a partir de sua legitimidade política e pública relacionada a história do município e da umbanda fundada por Zélio, entrar também outros modos tantos de pensar e praticar a umbanda, quanto outras religiosidades e culturas negras e afrorreligiosas.

A conquista do espaço físico para a construção do MuseUmbanda não foi realizada. Atualmente, o projeto finalizou a confecção do seu website, em que conta com um museu

virtual¹⁵. O museu virtual foi lançado em novembro de 2021, na semana da umbanda em São Gonçalo. Entretanto, com todos os empecilhos, Fernando tem buscado ajuda junto ao novo coordenador de assuntos religiosos do município, Pastor Ferrugem¹⁶.

Considerações Finais

A fim de encerrar a polemica sobre a discrepância de valores entre os museus, e sair do estigma de uma prefeitura que reproduz a intolerância religiosa, foi criada, no segundo semestre de 2021, a Coordenadoria de Assuntos religiosos de São Gonçalo. A Coordenadoria está diretamente subordinada à Secretaria de Assistência Social, vinculada a Subsecretaria de Proteção Especial e se apresenta como um espaço institucional, criado com o objetivo de dialogar com os assuntos relacionados às religiões presentes no município de São Gonçalo. O responsável pela coordenadoria é Carlos André Ferrugem, conhecido na câmara municipal como Pastor Ferrugem.

Pastor ferrugem é de confissão evangélica. Até outubro do ano passado ele era da Igreja Batista Brasileira, CBB. Atualmente ele faz parte da denominação chamada Brasas do Reino que é uma vertente da Assembleia de Deus. Ele esclarece que sua igreja tem atuação com trabalhos sociais direcionados a moradores de rua, “que é fazer churrasco com morador de rua”, por isso o nome “Brasas do Reino”. Segundo Pastor Ferrugem, a Coordenadoria é um espaço que tende a construir políticas públicas voltadas às crenças religiosas, focando nas possibilidades de diálogos e ações do poder público, na sua forma ampla e igualitária.

Em contrapartida, Fernando afirma que não vê medidas efetivas de participação como acontece nos cultos das igrejas evangélicas no município, e cita como exemplo a Festa de Iemanjá. Ele aponta que em alguns eventos a prefeitura apenas deu “o toldo, o som e as cadeiras, mas não deram a cara lá” e que “isso não é política inclusiva, é obrigação da prefeitura”. Assim, participação da Coordenadoria nos eventos de terreiros é protocolar, mínima, feita para manter uma convivência, em que o limite do tolerar está posto, porém compatível com as regras da política, em que é necessário acionar a ideia de liberdade religiosa para dizer que a respeita as diferenças, em atitudes calculadas e viáveis para a manutenção dos votos, e de uma certa

¹⁵ <https://museumbanda.mus.br/>

¹⁶ Pastor Ferrugem nasceu no bairro Mutuapira, em São Gonçalo, em 1971. A sua formação é nível técnico, atualmente está tentando uma formação acadêmica na área de gestão pública. É especialista na área de trânsito. Sua atual formação religiosa confessional é pentecostal, mas afirma que transita bem em outras matrizes, como a africana, uma vez que seus pais eram umbandistas. Até 1987, acompanhou seus pais em alguns cultos de matriz africana no terreiro que frequentavam no mesmo bairro que nasceu e ainda reside até hoje, e que quando não ia a sessão no terreiro, alguns cultos eram feitos na sua casa.

aparência a ser reproduzida num campo social com forte presente pentecostal, porém com múltiplos segmentos religiosos em conflito¹⁷.

O Museu seria num primeiro momento uma solução estratégica para várias expressões identitárias étnico religiosas, entretanto o epíteto umbanda parece complicar a maior expansão do projeto num território marcadamente pentecostal. O espaço marcaria um território e uma memória que tem um pertencimento religioso, e que não obstante estar em conflito com um campo pentecostal em crescimento no próprio município, essa história deve ser exposta em um lugar de produção histórica e cultural. O que não deixa de representar disputas por territórios e por estabelecimento de uma memória da umbanda.

Referências

- AGUIAR, Camilla Fogaça. “*Minha cabeça me salva ou me perde*”: povos de terreiro na guerra religiosa. Curitiba: Appris, 2022.
- BAHIA, Joana; AGUIAR, Camilla; NOGUEIRA, Farlen. Museu da Umbanda e Marco Zero: territorialidades étnico-religiosas em São Gonçalo, *Perspectivas Afro* 2/1 (2022): 38-58. Doi: <https://doi.org/10.32997/pa-2022-4114>
- BANDEIRA, Marina. *A igreja católica na virada da questão social (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- BIRMAN, Patrícia. Registrado em cartório, com firma reconhecida: a mediação política das federações de umbanda. *Cadernos do Iser*, Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 8-121, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand, 1999.
- BROWN, Diana. Uma história da umbanda no Rio. *Cadernos do Iser*, Rio de Janeiro: Marco Zero, n. 18, p. 9-42, 1985.
- CACCIATORE, Olga G. *Dicionário de cultos afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Forense Universitária 1977.
- CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro; NERI, Raoni. Religiões Afro-Indo-Brasileiras e Esfera Pública: um ensaio de classificação de suas formas de presença. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, 40(1): 133-155, 2020.
- CAMURÇA, Marcelo; BAHIA, Joana; AGUIAR, Camilla. Relações interétnicas, luta contra intolerância religiosa e produção de candidaturas no campo político: eleições municipais de São Gonçalo (RJ) de 2020. Dossiê Religiões e Raça. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 41, n.03, p. 75-97, 2021
- CAMURÇA, Marcelo e RODRIGUES, Ozaias da Silva. O debate acerca das noções de “intolerância religiosa” e “racismo religioso” para a compreensão da violência contra as religiões afro-brasileiras. *Revista OQ*, n.6, jan. 2022
- FONSECA, Igor Ferraz da. Inclusão Política e Racismo Institucional: Reflexões Sobre o Programa de Combate Ao Racismo Institucional e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.. *planejamento e políticas públicas*. n. 45, jul./dez. 2015.
- GIUMBELLI, Emerson. *Zélio de Moraes e as origens da umbanda no Rio de Janeiro*. In: SILVA, Wagner G. (org.). *Caminhos da alma: memória afro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2002. p. 178-202.
- _____. “A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil”. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 28, n 2: p. 80-101, 2008.
- LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. 3ª edição. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011.

¹⁷ Crivella, em 2016, durante a sua campanha para prefeitura do Rio de Janeiro, se desculpou sobre as afirmativas que fez ao catolicismo, e para o tema da “homossexualidade”. O candidato se reuniu com representantes de religiões e de movimentos LGBT, chegando a assinar a *Carta-compromisso com os direitos humanos contra a violência, o racismo e a intolerância religiosa*, redigida pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa. (CAMURÇA, BAHIA, AGUIAR, 2021, p.77).

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. *Estudos Avançados*, 18, (52), 2004.

MIRANDA, Ana Paula Mendes. Entre o privado e o público: considerações sobre a (in)criminação da intolerância religiosa no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, n. 2, p. 125-152, 2010.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade* [online]. v. 32, n. 1, 2012. [Acessado 28 Setembro 2022], pp. 167-183. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-85872012000100008>>. Epub 02 Ago 2012. ISSN 1984-0438.

PARÉS, Luis Nicolau. *Religiosidades*. In: Schwarcz, Lilia Moritz e Gomes, Flávio dos Santos. Dicionário da Escravidão e Liberdade. 50 textos críticos. São Paulo, Companhia das Letras, p. 395-,2018.

SILVA, V. G. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. *Mana* vol.13 no.1 Rio de Janeiro, 2007

Fontes

FERRUGEM, Carlos André. **Entrevista I**. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 24 de fevereiro 2022. 1 arquivo mp3 (1h:29min:30s).

SANTANA, Jorge. **Entrevista I**. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 09 de maio 2022. 1 arquivo mp3 (41min:44s).

TORRES, Fernando. **Entrevista I**. Entrevistador: Camilla Fogaça Aguiar. São Gonçalo, 15 de fevereiro 2022. 1 arquivo mp3 (40min).

“Isso é papel da família”: Ameaças e perseguições a temáticas de gênero e sexualidade em ambientes escolares no Brasil contemporâneo

Carla de Medeiros Silva¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Helenice Aparecida Bastos Rocha

Introdução

No presente trabalho me proponho a apresentar os inícios da escrita de um dos capítulos de minha pesquisa de doutorado, na qual busco analisar como movimentos de mulheres e feministas que tiveram lugar no decorrer do século XX vêm sendo registrados em livros didáticos de História voltados para o público do ensino médio. Na pesquisa selecionamos obras de três momentos: primeiramente, de fins da década de 1980 e década de 1990; em segundo lugar, selecionaremos obras aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD, de 2007 (primeiro ano em que o programa avaliou livros de História para o nível médio da educação básica) e, por fim, selecionaremos obras do PNLD de 2018. Pretendo analisar em que medida e de que formas temas relativos a movimentos de mulheres e feminismos têm se tornado conteúdos históricos escolares em materiais didáticos; como os mesmos vêm sendo introduzidos, consolidados e legitimados nas narrativas didáticas dos livros.

Considerando que tomaremos como fontes obras didáticas de fins da década de 1980 e ao longo da década de 1990, buscarei apresentar as questões colocadas para a educação brasileira, e para o ensino de história em particular, ao longo desse período. Esse tempo foi marcado por intensos e calorosos debates que instauraram a necessidade de repensar os parâmetros do ensino da história escolar. O momento de redemocratização do país impulsionava professores e professoras de história a repensar os objetivos da disciplina no espaço da escola básica no sentido de contemplar uma valorização de sujeitos populares como protagonistas da história. Essa valorização dos “de baixo” vai se expressar em diversas obras didáticas.

Em seguida, pretendemos levantar o debate acerca do contexto mais recente de perseguição a professores e materiais didáticos que versem sobre temáticas de gênero e sexualidade em ambientes escolares. Buscaremos contextualizar o surgimento de movimentos conservadores como o ‘Escola sem Partido’, bem como a emergência da chamada ‘ideologia

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano de 2022, projeto: “A luta pelo voto feminino no Brasil em livros didáticos de História: reflexões sobre a representação da participação feminina nas lutas por direitos políticos no Brasil”, sob orientação da Dr.^a Helenice Rocha.

de gênero’, expressão criada para produzir pânico moral e alimentar uma verdadeira ofensiva reacionária de enfrentamento às práticas pedagógicas que abordem questões de gênero e sexualidade.

Neste cenário de conflito, interessa-nos pensar, afinal, o que pode fazer o ensino da história escolar para tomar parte em uma educação que pretenda estimular o pensamento crítico, incidindo ativamente na formação de subjetividades e identidades que condenem e lutem contra a violência de gênero?

Décadas de 1980 e 1990

A década de 1980 assistiu a um crescimento dos debates no campo da história, em específico no ensino da história escolar. O contexto interno do Brasil, de luta pelo fim da ditadura militar, se dava em um momento no qual a historiografia acadêmica também passava por transformações. A emergência da chamada Nova História, por volta das décadas de 1970/1980, ampliou os objetos possíveis de investigação historiográfica, passando a considerar como sujeitos da história atores sociais que até então não figuravam ou não recebiam tanta atenção.

No campo da produção historiográfica acadêmica, vários balanços divulgados apontam, a partir dos anos 70, um repensar dos temas, dos pressupostos e das interpretações. Há uma expansão do campo da história mediante a busca de novos temas e novos documentos. A história social passa a ser redimensionada e os estudos sobre as classes trabalhadoras são ampliados e enriquecidos. Esta nova produção traz à tona estudos de temas como a família, o lazer, a sexualidade, as mulheres, a feitiçaria, a loucura e muitos outros. (FONSECA, 1993, p.87, 88)

Selva Fonseca (1993) aponta que os debates no campo do ensino de história giravam em torno de questões tais como; a superação de um ensino-aprendizagem da história calcado na memorização de informações, nomes e datas; a inclusão de sujeitos antes marginalizados como personagens relevantes e fazedores de história; a busca por utilização de materiais diversos como fontes em sala de aula (músicas, literatura, programas de televisão, filmes, dentre outros). Questionava-se a pouca relevância dada aos sujeitos oprimidos nas narrativas do ensino de história e buscava-se elevá-los à categoria de agentes históricos. “Resgatar o papel da história no currículo passa a ser tarefa primordial depois de vários anos em que o livro didático assumiu a forma curricular, tomando-se quase que fonte ‘exclusiva’ e ‘indispensável’ para o processo de ensino-aprendizagem.” (FONSECA, 1993, p.88)

A autora apresenta a maneira como se desenrolaram os processos de reformulação curricular do ensino de história no nível fundamental, à época denominado de 1º grau. Esse

movimento se insere “no contexto de redemocratização das instituições públicas, especialmente as escolas, durante a gestão dos governadores eleitos pelo voto direto em 1982, momento de intensas lutas pela valorização dos profissionais da educação em nível de 1º, 2º e 3º graus.” (FONSECA, 1993, p.89)

Ambas as propostas curriculares analisadas por Selva (dos estados de São Paulo e Minas Gerais) manifestavam de forma explícita a concepção de que professores e alunos da educação básica eram produtores de conhecimento. Nesse refazer dos currículos prevalecia a concepção de que o trabalho dos professores de 1º e 2º graus não consistia em reproduzir e transmitir saberes elaborados em outra instância, no caso, a acadêmica. “Trata-se de romper com a divisão do trabalho intelectual, com a hierarquização de funções e tarefas e com uma concepção de saber e de produção de saber que tem profundas raízes na tradição acadêmica.” (FONSECA, 1993, p. 92)

Entendemos ser possível propor um paralelo: assim como vivenciava-se um movimento na produção historiográfica de valorização de sujeitos marginais e subalternizados como possíveis objetos da história, sujeitos que tinham agência na história, ainda que com várias limitações objetivas e materiais; no campo do ensino, experimentava-se a elaboração de propostas curriculares que traziam professores e alunos para esse lugar de protagonismo na produção de um conhecimento histórico-escolar. “Professores e alunos superam a condição de meros expectadores, receptáculos de um saber produzido em outras esferas e assumem o trabalho pedagógico como reflexão, como pesquisa. E este é, sem dúvida, o grande desafio colocado pelas novas propostas.” (FONSECA, 1993, p.93)

Mais adiante neste texto, quando abordarmos a emergência de movimentos conservadores que visam desqualificar o trabalho docente, veremos que, em alguma medida, as recentes teses conservadoras condenam a dimensão criativa e criadora desse trabalho, tendendo a pensar o professor (bem como o aluno) como reprodutores de saberes e conhecimentos produzidos em outras esferas. Nessa visão herdeira do tecnicismo e do positivismo, o bom professor seria aquele capaz de melhor transmitir, de forma neutra, o conhecimento.

Ainda de acordo com Fonseca, no caso da reformulação curricular ocorrida no estado de São Paulo, as discussões iam no sentido de criticar o esquema predominante na história escolar que divide o tempo na sequência pré-história, idade antiga, idade média, moderna e contemporânea. Calcado em uma perspectiva cujo eixo organizador das temporalidades é eurocêntrico, as críticas também se direcionaram aos modelos marxistas mais ortodoxos de explicação da mudança histórica com base na evolução dos modos de produção.

Recusando tais paradigmas determinados e unitários como instrumentos de análise, os autores visam ultrapassar a visão eurocêntrica e a lógica do progresso que permeiam de ponta a ponta a nossa historiografia. Eles propõem resgatar a heterogeneidade das experiências convivendo com o indefinido, o indeterminado, dando inteligibilidade à diversidade não a partir de paradigmas instituídos e sim da ação concreta dos sujeitos históricos ‘apreendida como o fazer de uma cultura.’ (FONSECA, 1993, p.97)

Ainda que possamos observar um movimento potente no sentido de repensar e reelaborar os currículos da história escolar, buscando a valorização dos sujeitos subalternizados como agentes históricos, arriscamos dizer que esses sujeitos ainda apareciam, no que concerne aos materiais didáticos, vinculados muito mais à noção de classe do que a outros possíveis marcadores de identidade que constituem os oprimidos. Aqui chamamos a atenção para o fato de que, embora tenham sido alçados à condição de protagonistas da história, a classe trabalhadora ainda permanecia representada de forma um tanto quanto homogênea, desconsiderando outros eixos estruturantes de relações de poder e opressão tais como raça e gênero. Vale destacar que a emergência dos chamados movimentos identitários ganha muita força e expressão a partir dos anos 2000, em especial a partir da década de 2010. De acordo com a filósofa Nancy Fraser,

O ‘reconhecimento’ se impôs como um conceito-chave de nosso tempo. Herdado da filosofia hegeliana, encontra novo sentido no momento em que o capitalismo acelera os contatos transculturais, destrói sistemas de interpretação e politiza identidades. Os grupos mobilizados sob a bandeira da nação, da etnia, da ‘raça’, do gênero e da sexualidade lutam para que ‘suas diferenças sejam reconhecidas’. (FRASER, 2012)

Fraser está preocupada em pensar como as demandas por reconhecimento, vindas de grupos culturalmente tidos como inferiores, podem se articular às demandas por redistribuição e justiça social posto que, na prática, a exploração econômica e a dominação simbólica e cultural estão imbricadas, fortalecendo-se mutuamente.

Ao mirarmos o contexto das décadas de 1980 e 1990, essas lutas por reconhecimento e visibilidade não estavam em voga tanto quanto na entrada do século XXI. Portanto, pensando nas disputas acerca dos significados e da consolidação do que deve ser consagrado como conteúdo de ensino escolar, embora possamos falar na formação de um campo da História das Mulheres no mundo acadêmico, nos parece que os livros didáticos voltados para o ensino escolar ainda não reservavam um espaço para o registro acerca das mulheres e de seus movimentos, como o feminismo. É na medida em que as pautas ditas identitárias e as lutas por reconhecimento vão ganhando amplitude e dando à tônica dos movimentos sociais no século XXI, que passamos a verificar uma entrada e consolidação desses temas em livros didáticos.

Muito embora nosso objeto de análise sejam os movimentos de mulheres e feministas nos livros didáticos voltados para o ensino médio, vale destacar que as demandas por visibilidade e reconhecimento nos currículos da história escolar também são colocadas pelos movimentos negro e indígena, em sua diversidade. As leis 10.639/2003 e 11.645/2008 são exemplos dessa luta política e pedagógica. Não pretendemos adentrar esse debate no escopo deste texto, mas considero fundamental mencionar a produção e o impacto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs, de 1996. Embora voltados para o ensino fundamental, e a pesquisa se dedique a analisar obras didáticas voltadas para o ensino médio, ao elencar temas transversais que deveriam, em tese, ser abordados por todas as disciplinas, os PCNs indicavam que gênero e sexualidade eram questões das quais as escolas deveriam sim se ocupar.

Tendo em vista a importância conferida pelos PCNs aos temas transversais, como pontos fundamentais para a formação dos cidadãos, a inclusão do gênero em sua proposta deixa clara sua importância na sociedade contemporânea e torna ainda mais relevante uma discussão sobre o tema. (GANDELMAN, 2009, p.210)

Perseguição e ameaças – Movimento Escola Sem Partido (MESP)

Em tempos recentes, pesquisadores de diversos campos vem identificando o recrudescimento de um contexto de perseguição a docentes e a suas práticas em ambientes escolares. Como assinala o título do ensaio escrito pelas professoras Pâmella Passos e Amanda Mendonça (2021), “o professor é o inimigo” e vem sendo alçado à categoria de alvo preferencial de movimentos conservadores que veem a escola, e em especial professores, como desestabilizadores do que consideram ser a visão de mundo e moral da “família”.

Buscamos a partir de agora apresentar, de maneira geral, trabalhos e reflexões que tem investido esforços no intuito de compreender esses movimentos conservadores. Como eles operam e instauram ambientes escolares adoecidos, precarizando ainda mais as condições do trabalho docente? Por que a escola se tornou um alvo preferencial de ataque? Consideramos que esse contexto de perseguição e ameaça, em certa medida, se apresenta como uma reação à ação propositiva de movimentos sociais (negro, feminista, LGBTQIA+²; dentre outros) que, nas últimas décadas, vêm apontando como a escola também pode ser um espaço de reprodução do machismo, racismo e homofobia e têm interpelado essas instituições em busca de reconhecimento e representação. Como assinalado por Fraser,

a solução para a injustiça cultural, por sua vez, está em mudanças culturais ou simbólicas: reavaliação de identidades desprezadas, reconhecimento e valorização da diversidade cultural ou, mais globalmente, alteração geral dos modelos sociais de

² A sigla se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, *Queer*, Interssexuais, Assexuais, dentre outras identidades de gênero e orientações sexuais que transgridem a norma binária cis-hetero-patriarcal.

representação, o que modificaria a percepção que cada um tem de si mesmo e do grupo ao qual pertence. Esse conjunto de fatores depende, pois, do ‘reconhecimento’.
(FRASER, 2012)

Nessas lutas por reconhecimento, ambientes escolares aparecem como lugares privilegiados para se fazer ver e ouvir, uma vez que a escola é um espaço de disputa acerca de como deve se dar a formação dos sujeitos.

Passos e Mendonça trabalham com a ideia de que a posição assumida por movimentos conservadores não é fixa, mas sim relacional, vinculada à posição daqueles que a eles se opõem no debate público e, para o que nos interessa mais de perto nessa pesquisa, nas relações sociais ocorridas em ambientes escolares. Para elas,

(...) conservadorismo é uma categoria posicional, que se desenvolve em resposta ou resistência a situações históricas de **mudanças na estrutura social e política**. Nesse sentido, a configuração atual do conservadorismo latino-americano está fortemente marcada pela reação aos avanços dos movimentos feministas, antirracistas e LGBTIA+ no continente. (PASSOS e MENDONÇA, 2021, p.20)

Segundo Penna (2017), os discursos do movimento “Escola sem Partido” (MESP) começaram a ser compartilhados ainda em 2004, quando o movimento foi criado. Em princípios dos anos de 2010, o movimento ganhou amplitude e adesão; suas ideias se expressaram em projetos de lei que visavam coibir determinadas temáticas de serem abordadas por profissionais da educação em ambientes de escolarização formal. O movimento parte da suposição de que há uma doutrinação de esquerda que os professores (sobretudo aqueles das áreas de humanidades e, em particular, o professor de história) exerceriam sobre seus alunos. O professor se assemelharia a uma espécie de “vampiro” que, em vez de dar aula e “passar a matéria”, estaria introduzindo ideologias de esquerda na mente de seus estudantes, tidos como uma audiência cativa, passiva e manipulável. Para Algebaile,

Criado em 2004, com o objetivo manifesto de ‘dar visibilidade à instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários’, a organização Escola sem Partido se apresenta como um ‘movimento’ e como ‘uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis do ensino básico ao superior. (ALGEBAILLE, 2017, p.64)

Para Frigotto, o Movimento Escola sem Partido carrega um “sentido de ameaça à vivência social e à liquidação da escola pública como espaço de formação humana, firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e respeito à diversidade.” (FRIGOTTO, 2017, p.17)

De acordo com a lógica do movimento, a família teria prevalência sobre o papel da escola no que diz respeito à educação de seus filhos. A escola seria muito mais um local de

‘instrução’, reforçando a visão de que é possível oferecer instrução de forma ‘neutra’. Ora, a própria escolha dos conteúdos, métodos e abordagens que um professor deve mobilizar em seu ofício está embebida em valores. A ideia de um conteúdo neutro, que configure uma simples ‘instrução’ já é por si uma escolha ideológica que visa esvaziar o papel da escola como espaço do encontro com a diferença e a diversidade.

(...) cria-se a figura do *professor doutrinador*, aquele que impõe temas e conteúdo que contradizem a vontade e a crença das famílias. Esta visão, de que cabe à família decidir sobre o que os filhos podem aprender ou não - como ressalta um dos slogans do movimento: ‘meus filhos, minhas regras’ - , passa a ser um dos eixos estruturantes dessa agenda e dos projetos do MESP. (PASSOS e MENDONÇA, 2021, p.8)

A perseguição aos educadores que abordam questões relacionadas a gênero e sexualidade nos ambientes escolares insere-se nesse contexto mais amplo de perseguição a professores em geral. Assim, movimentos como o Escola Sem Partido, que em suas origens buscava perseguir e criminalizar aquilo que chamam de doutrinação de esquerda nas escolas, acolheram e se integraram às críticas que recaem sobre as temáticas de gênero e sexualidade.

Para os movimentos conservadores, a abordagem dessas temáticas passa a configurar, também, uma espécie de doutrinação, como se ao propor o debate sobre esses assuntos em sala de aula, os professores estivessem incentivando seus alunos e alunas a questionarem a norma cis-hetero-patriarcal e a se tornarem LGBTs. Dessa forma, o combate à chamada ‘ideologia de gênero’ – termo sobre o qual nos debruçaremos adiante – passa a ser uma das principais bandeiras do MESP.

Vale destacar que as demandas para que a escola acolha essas temáticas partem, sobretudo, do próprio corpo discente, que desafia escolas e seus agentes a dialogarem sobre essas temáticas conflituosas.

A escola é lugar importante no processo de subjetivação de crianças e jovens de diversos segmentos socioeconômicos do país. Na instituição escolar, esses sujeitos têm a possibilidade não apenas de aprender conteúdos novos, mas também de expandir suas visões de mundo, por meio do convívio com colegas e docentes que possuem diferentes pontos de vista e com quem compartilham um espaço comum, e de constituir-se afetiva e politicamente a partir dessa experiência. (MATTOS, *et al*, 2017, p.99)

O corpo estudantil vem interpelando a escola e, em específico, o ensino de história, a darem tratamento às questões relacionadas a gênero e sexualidade. Meninas e mulheres, jovens estudantes, têm se deparado na vida cotidiana com questões colocadas pelos movimentos sociais feministas. Seja por questões elaboradas pelos movimentos, seja por acontecimentos da vida cotidiana que põem em evidência relações de opressão que afligem mulheres em sua diversidade.

Sobre a Ideologia de Gênero

Pesquisas, aulas e materiais que problematizam relações de gênero e sexualidade, trazendo para o centro da reflexão o caráter opressor das mesmas, vem sendo taxados por grupos de direita como ‘ideologia de gênero’. Mas, afinal, como poderíamos definir a chamada ‘ideologia de gênero’? As origens do termo datam de meados da década de 1990, em documentos produzidos pela Igreja Católica.

Na década de 2000, o termo passou a figurar na agenda política conservadora do Brasil. Hoje muito em voga entre políticos ligados a denominações religiosas, o termo ‘ideologia de gênero’ é utilizado de forma pejorativa. Deslegitimando um campo de estudos sobre gênero e sexualidade, buscam rotular todo discurso que invoca gênero como algo que tem como função promover e disseminar sexualidades alternativas à norma hetero-cis-patriarcal, indo, portanto, contra a moral conservadora e religiosa.

O primeiro enquadramento da discussão, portanto, é uma oposição entre um discurso político de direitos, brandido pelos movimentos feminista e LGBT, e um discurso moral de ‘valores’, da Igreja e de seus aliados. (...) Isso se traduz facilmente, no senso comum, pela ideia de que a ‘confusão’ de papéis masculinos e feminino é sintoma de uma ‘desordem’ social grave, que precisa ser combatida sem trégua. (MIGUEL, 2016, p.597-599)

Géssica Guimarães (2020) traz para a reflexão um trecho de Joan Scott (2010) no qual a autora assinala que em 1995, nas semanas que antecederam a realização da IV Conferência Mundial sobre Mulheres das Nações Unidas, em Pequim, houve uma reunião de um subcomitê da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos em que políticos republicanos enfatizaram as implicações subversivas do uso do termo ‘gênero’.

eles insistiram que o programa das Nações Unidas para a Conferência de Pequim havia sido ‘sequestrado’ por ‘feministas do gênero, que acreditam que tudo que nós pensamos que é natural, incluindo a masculinidade e a feminilidade, maternidade e paternidade, heterossexualidade, casamento e família, são apenas manipulações criadas culturalmente, elaboradas por homens para oprimir as mulheres. Essas feministas afirmam que tais papéis foram socialmente construídos e são portanto sujeitos a mudança. (SCOTT, 2010, *apud* GUIMARÃES, 2020, p.11)

O Vaticano dedicou esforços no sentido de combater pesquisas e estudos no campo das relações de gênero contribuindo para difundir a ideia de que quaisquer reivindicações de direitos das mulheres e da população LGBTQIA+ eram, em realidade, uma afronta aos valores morais cristãos.

(...) em junho de 1995, o Vaticano tornou pública a *Carta do Papa João Paulo II às mulheres*, endereçada às mulheres como categoria universal, bem como aos episcopados. No primeiro item do documento, João Paulo II revela que sua motivação consiste na aproximação da Conferência de Pequim, que seria realizada em setembro do mesmo ano e, no final da carta, propõe que as comunidades episcopais se dediquem

‘a fazer do ano em curso ocasião para uma profunda acção de graças ao Criador e ao Redentor do mundo precisamente pelo dom de um bem tão grande como é o da feminilidade’. (GUIMARÃES, 2020, p.13 e 14)

A Igreja Católica, portanto, se coloca em um lugar de legitimidade para definir o que seria a feminilidade e os propósitos das mulheres na vida em sociedade, considerando a feminilidade como “um dom de Deus para as mulheres”. A Conferência de Pequim (1995) adota em seus documentos o conceito de gênero, marcando a necessidade de pensar as relações históricas e sociais que constituem e definem o que é ser mulher e o que é ser homem, para além de características biológicas dos corpos.

Segundo Guimarães, a partir das deliberações da Plataforma de Ação de Pequim, grupos conservadores capitaneados pela ação do Vaticano deram início a uma perseguição contra ‘gênero’ desqualificando e atribuindo ao conceito a adjetivação de ideologia, entendendo ideologia aqui como algo que falsifica e manipula a realidade.

Na medida em que “o cenário político mundial e brasileiro tem apontado à proeminência dos movimentos das mulheres e antirracistas como umas das mais importantes vertentes de mobilização social” (GUIMARÃES, 2020, p.3) grupos conservadores de vários matizes se organizam para deslegitimar as principais pautas desses movimentos.

No capítulo que pretendo desenvolver na tese, a ideia será aprofundar esse contexto de perseguições e ameaças aos educadores e, em específico, professores e professoras de história que mobilizam debates sobre gênero e sexualidade em suas salas de aula.

Considerações finais: onde esse debate encontra a questão dos materiais didáticos?

Nesse quadro conflituoso de avanço de movimentos sociais que lutam por reconhecimento e representatividade nos currículos escolares e, por outro lado, de reação de movimentos sociais conservadores que promovem um discurso de pânico moral e ameaça à ‘ordem’, os livros didáticos são elementos que jogam importante papel na medida em que operam no sentido de consolidar determinados temas e assuntos como conteúdos de ensino escolar.

As transformações nos livros didáticos nos ajudam a compreender como temas relacionados a gênero e sexualidade vem sendo legitimados nos currículos. Passos e Mendonça recordam que, em 2007, uma polêmica envolvendo o livro didático ‘Nova História Crítica’ de Mário Schmidt, serviu de alimento para o Movimento Escola sem Partido. Na ocasião, foi publicado no jornal ‘O Globo’ um artigo de opinião do jornalista Ali Kamel condenando a obra didática por considerá-la um artefato veiculador de ideologias de esquerda, que funcionaria,

portanto, como agente de manipulação a favor deste ideário. Os materiais didáticos estão implicados nessa arena de disputa, sendo por vezes apontados como instrumentos a serviço da ideologização da educação brasileira.

Dentre os variados casos em que materiais didáticos estiveram no centro dessa disputa, vale destacar a polêmica surgida, a partir de meados de 2011, quando da elaboração e lançamento do *Kit* de Combate a Homofobia, do Ministério da Educação e Cultura. Movimentos de cunho conservador acusaram o governo de estar estimulando sexualidades fora da norma heterossexual, chamando o material de *Kit Gay*. À época, o material foi solicitado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados ao MEC, cujo titular da pasta era Fernando Haddad (PT). O kit fazia parte da implementação do programa lançado em 2004 pelo governo federal, “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual”.

Como podemos observar, trata-se de uma reação ao avanço de uma importante pauta dos movimentos LGBTQIA+, qual seja, o reconhecimento de que ambientes escolares são espaços de produção e reprodução do preconceito e da discriminação contra pessoas LGBTQIA+, e a necessidade de uma intervenção pedagógica no intuito de transformar esse cenário. Novamente, apresenta-se a máxima de que à escola não caberia debater temas relacionados a gênero e sexualidade, mas que esses assuntos são de responsabilidade exclusiva das famílias.

Concluimos reafirmando que, em contraposição ao que afirmam movimentos conservadores, às escolas cabe um protagonismo em propiciar o debate sobre questões de gênero e sexualidade, sobretudo em um país que apresenta níveis alarmantes de violência de gênero e por razões de orientação sexual, sendo o ambiente familiar um dos espaços em que esse tipo de violência mais ocorre³.

³ Dados do 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) revelam que foram registrados no Brasil 1.341 casos de feminicídio em 2021, sendo que 68,7% das vítimas tinham entre 18 a 44 anos, 65,6% morreram dentro de casa e 62% eram negras. Os autores dos feminicídios em 81,7% dos casos foram o companheiro ou ex-companheiro. Sobre violência contra população LGBTQIA+, o anuário revela aumento de 35,2% em agressões, aumento de 7,2% nos homicídios e crescimento de 88,4% nos estupros. Consultado em Instituto Patrícia Galvão - <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/16o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-fbsp-2022/>>. Acessado em set.2023.

Referências Bibliográficas

- ALGEBAILLE, Eveline. Escola sem Partido: o que é, como age, para que serve. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. Campinas, SP: Papyrus, 1993.
- FRASER, Nancy. *Da redistribuição ao reconhecimento: dilemas da justiça numa era “pós-socialista”*. Cadernos de Campo, São Paulo, n.14/15, 2006.
- _____. Igualdade, identidades e justiça social. Le Monde Diplomatique – Brasil. Ed.59, jun.2012. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/igualdade-identidades-e-justica-social/>>. Acessado em set.2023.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- GANDELMAN, Luciana. Gênero e Ensino: parâmetros curriculares, fundacionalismo biológico e teorias feministas. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.
- GUIMARÃES, Gêssica. Teoria de gênero e ideologia de gênero: cenário de uma disputa nos 25 anos da IV Conferência Mundial das Mulheres. Tempo e Argumento. Florianópolis, v.12, n.29, e0107, jan./abr., 2020.
- MATTOS, Amana [et.al.] Educação e Liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
- MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. Revista Direito e Práxis, vol.7, núm.15. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.
- PASSOS, Pâmella; MENDONÇA, Amanda. *O professor é o inimigo!* [recurso eletrônico]: uma análise sobre a perseguição docente no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.
- PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

Governo Lula e a cultura para todos

Cleisemery Campos da Costa¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Rui Aniceto
Co-orientadora: Lia Calabre

Introdução

Boa parte das duas décadas iniciais do século XXI indica um novo cenário histórico para as políticas culturais brasileiras, com pontual reorganização da institucionalidade das políticas do setor na instância federal, repercutindo para os demais entes federados. O conjunto de mudanças estabelece um marco na gestão pública e no setor cultural, junto a sociedade civil, onde inovadoras ações são implementadas em um curto espaço de tempo, nos dois Governos de Luiz Inácio Lula da Silva.

“É outra – e é nova – a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura. Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido de construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como base da construção da preservação de nossa identidade, como espaço para a conquista plena da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social.” (CULTURA, 2006)

Assim que Lula toma posse em janeiro de 2003, no Ministério da Cultura é iniciado o trabalho de implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Para que esse novo modelo de gestão fosse adotado, de imediato, a referência pontual foi o programa de governo para cultura apresentado no documento “*A imaginação a serviço do Brasil*”, do então candidato à Presidência da República pela Coligação Lula Presidente (PT/PCdoB/PL/PMN/PCB).

“Em 2002, a candidatura de Lula, alimentada por essa história, apresentou ao país seu quarto programa de governo para a Cultura: *A Imagem a Serviço do Brasil*. Talvez se possa dizer que os eixos conceituais principais valorizavam a ideia da cidadania cultural, da diversidade e da inclusão das políticas de cultura num novo projeto nacional. Assim, como se depreende do documento, as dimensões social, democrática e nacional da cultura deveriam servir como pano de fundo para a afirmação do seu caráter transversal e para a implantação de um sistema nacional de cultura no país. Neste sentido, havia propostas concretas, sendo as mais divulgadas a criação de um Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), realização de Conferências Nacionais de Cultura, revisão da política de fomento público à cultura, fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura e, principalmente, a criação do Sistema Nacional de Cultura.” (PIVA, 2013, p.286)

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2019, projeto “A construção de políticas culturais no Brasil, conselhos de cultura e participação social - o caso de São Gonçalo-RJ, entre 2004 e 2014”, sob orientação do Dr. Rui Aniceto e co-orientação da Dr.^a Lia Calabre.

Desde o começo de 2003 o Ministro Gilberto Gil, que usa seus discursos como instrumentos de anúncio, é o primeiro-ministro da Cultura do governo do PT de uma gama de novos atores na esfera federal da Cultura:

O programa de governo do PT, em 2002, com boa parte apreendido como linha adotada no Ministério da Cultura, apresentou uma compreensão da cultura como um direito de todas e todos, como um campo de luta contínua pelas liberdades individuais (contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia, a intolerância religiosa) e contra qualquer retorno de conservadorismo no Brasil, ainda sob as sombras dos resquícios do período da ditadura civil militar que atingiu o país.

“Ficou evidente que a tarefa seria gigantesca. Seria preciso instalar um ministério, que naquele momento, não passava de um pequeno balcão de negociação da renúncia fiscal, buscar um orçamento público gerido pelo próprio governo, e não pelos gerentes de marketing das grandes empresas, criar uma política nacional para as artes, incorporar, no escopo de atuação do MinC, centenas de iniciativas da própria sociedade brasileira, localizar e potencializar os pontos de contato das políticas de cultura com educação e comunicação e fazer transbordar essa importância da cultura para outros níveis de governo. Seria necessário dar efetividade e abrangência ao ministério e superar a tradição do Estado brasileiro de tratar a cultura a partir de sua própria ausência, com irregularidade e sob o domínio do autoritarismo.” (RUBIM, 2007, p.28)

Entre 2003 e 2010 a defesa do livre pensamento e da diversidade brasileira orientava as políticas públicas no âmbito da cultura, e ainda, o fortalecimento de mecanismos para inserção da cultura brasileira, em sintonia com a presença ativa e soberana do Brasil no contexto das relações internacionais. Uma ação pensada considerando o tamanho do Partido dos Trabalhadores e suas pretensões internacionais como o partido da esquerda de maior referência na América do Sul.

No início do primeiro Governo Lula o cenário do MinC era de um Ministério enfraquecido, com baixo orçamento e frágeis características de políticas públicas para o setor. Ao longo do Governo, as ações do Ministério da Cultura abraçam de modo potencial os compromissos de campanha do candidato do Partido dos Trabalhadores. A ampliação do orçamento do MinC, compatível com as novas tarefas constitucionais, acompanha a redefinição dos instrumentos e das políticas, onde substancial aumento (número expressivo de crescimento de R\$ 276,4 milhões, em 2002, para R\$ 3,27 bilhões, em 2014) retrata o novo direcionamento político da pasta, focado em uma ampla política de fomento, apoio à produção cultural e valorização da diversidade cultural brasileira.

O MinC altera a prática predominante, desde sua criação em 1985, para além das renúncias fiscais dirigidas para a produção de projetos, na conhecida “política de balcão”, centradas no eixo Rio-São Paulo, assumindo papel ativo no cenário cultural.

Apesar da grandeza e da diversidade cultural do país, o MinC, até o ano de 2003, era um ministério de pouca relevância como fomentador de políticas públicas, sendo necessário criar planos, programas e metas para democratizar, federalizar e redistribuir as ações nas cinco regiões do país. Sob a tutela do Ministro Gilberto Gil, o Ministério adota uma inovadora ação de reconhecimento da cultura como parte relevante da economia brasileira, um dos eixos norteadores do poder público, na esfera federal.

Cultura, política e desenvolvimento incorporados em um conceito amplo, com iniciativas inovadoras para articulação do progresso econômico, humano, social e cultural, de modo dinâmico e integral, na construção de uma visão pela igualdade, pela melhoria de vida e o respeito às identidades e subjetividades, como propunha o documento de campanha de 2002 do Partido dos Trabalhadores.

Em 2003, Gil e sua equipe apregoaram o conceito de que a Cultura, além de ser um dos principais componentes geradores de uma modificação na sociedade, dos seus valores e sensibilidade, também tinha papel de estimular a criatividade dos comportamentos que impulsionam na direção do futuro, produzindo um novo movimento das economias que mais crescem no mundo, gerando emprego, renda e soberania.

“Para a esquerda, a cultura é a capacidade de decifrar as formas da produção social da memória e do esquecimento, das experiências, das ideias e dos valores, da produção das obras de pensamento e das obras de arte e, sobretudo, é a esperança racional de que dessas experiências e ideias, desses valores e obras surja um sentido libertário, com força para orientar novas práticas sociais e políticas das quais possa nascer outra sociedade.” (CHAUÍ, 2006, p.289).

É identificável o conjunto de propostas norteadoras para a Cultura, que foram, uma a uma, adotadas pelo Ministério da Cultura, com foco na promoção conjunta de políticas públicas, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, que representavam um novo paradigma de gestão pública da cultura para o Brasil, com capacidade de impactar a autoestima do povo afirmativamente, em sintonia com as propostas de campanha do então candidato Lula.

A equipe do Ministério da Cultura se serviu de uma linha condutora, a ponto de realizar, em 2005, apenas dois anos após a posse de Lula, a 1ª Conferência Nacional de Cultura (1ª CNC) que envolveu os três entes federativos e os variados movimentos sociais. Entre 2003 e 2010 as políticas culturais foram idealizadas e planejadas com base em três dimensões: simbólica, social

e econômica, já anteriormente discutidas no programa de governo de Lula Presidente, em 2002. Na dimensão simbólica, a identificação equânime que todos são parte de uma mesma nação. Social, pelo direito à cultura, assim como saúde, educação, alimentação e moradia. Econômica, pela ênfase que a movimentação de uma economia criativa alimenta o desenvolvimento, cotidianamente, movimentando recursos, garantindo trabalho e gerando renda para milhões de brasileiros.

A ampla escuta que marca os Seminários “Cultura Para Todos” sintetiza o modo conceitual da nova linha do MinC, a partir das propostas de campanha da Coligação Lula Presidente (partidos PT/PCdoB/PL/PMN/PCB), com a promoção e o desenvolvimento de ações básicas e estruturantes, sociais e individuais, que objetivam atender os grupos de excluídos ou socialmente desfavorecidos. No MinC novas práticas para a garantia do acesso à cultura, envolvendo de modo amplo, inclusivo e democrático com singulares estímulos para a participação social, mirando a promoção da inclusão social no combate à pobreza e qualquer discriminação, na vivência do conceito “Cultura é direito”.

O Seminário “Cultura para Todos” fez parte de um percurso de construção coletiva do projeto democrático inaugurado pelo Ministro da Cultura. Esse foi o primeiro passo de uma série de ações voltadas ao envolvimento dos cidadãos na avaliação e no direcionamento dos rumos das políticas culturais, a partir de 2003. Foi possível reunir uma base para planejamentos futuros, mais pontualmente discutidos e avaliados na 1ª Conferência Nacional de Cultura, em 2005, onde seria estabelecida a necessidade de um Plano Nacional de Cultura, em uma clara ação mobilizadora em torno da democratização do acesso aos bens de cultura, a valorização da diversidade étnica e regional e a qualificação técnica para gestão cultural, como destacado na Constituição Brasileira:

“I - Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional.” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2005)

Toda essa ação resultante das propostas do programa de governo de Lula para a Cultura, com a implementação de uma série de políticas públicas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de serviços culturais e com amplo acesso aos meios de criação, produção, circulação, difusão, fruição, formação, memória, pesquisa, informação e comunicação. Os direitos sociais básicos, tão importantes e complementares às três primeiras gerações de direitos (individuais, políticos e sociais) passam a figurar em um grau de relevante importância.

A partir do governo Lula, uma contínua promoção da cidadania cultural, da liberdade de expressão, autonomia, diversidade e memória, contribuindo com uma agenda de potencialização dos processos culturais e artísticos como vetor de desenvolvimento.

A realização das Conferências Nacionais, organizadas pelo MinC, com a participação de diversos atores da sociedade civil até então excluídos do processo de participação direta na construção de propostas para as políticas públicas, traçam tarefas para a formulação do Plano Nacional de Cultura.

O potencial de mobilização das conferências é evidenciado pelos resultados do debate público, pela visibilidade do setor e participação direta dos atores interessados que proporcionam novas perspectivas de articulações e arranjos de aprofundamento da democracia envolvendo as três instâncias do poder executivo – prefeituras, governos estaduais e governo federal.

Em um espaço de tempo inferior a 10 anos, o Ministério da Cultura promove uma real participação dos sujeitos sociais através da realização das três Conferências Nacionais, com garantia de voz ativa da sociedade civil em um inédito espaço de expressão das comunidades periféricas, urbanas, rurais e tradicionais das cinco regiões do Brasil.

“A efetividade de tais políticas só alcançará ser empreendida e avalizada por um sistema de gestão articulado para a otimização dos investimentos -, e com participação qualificada pelo grau de informação agregado aos processos decisórios e pela qualificação do funcionamento do Estado e dos próprios agentes sociais, que passam, enquanto representantes, a integrar o conceito de Poder Público que a Conferência consagra e que nós abraçamos. Tal sistema está batizado como o Sistema Nacional de Cultura.” (CULTURA, 2006)

Com a Emenda Constitucional nº 71, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) passa a fazer parte da Constituição Federal (artigo 216-A), estabelecendo a implantação de uma política de Estado estruturante, com uma engrenagem que projetava a viabilização da distribuição de recursos federais para projetos culturais nos mais de 05 mil municípios brasileiros. O SNC prevê que todas as esferas da Federação devem criar órgãos gestores da cultura (secretarias de cultura exclusivas); conselhos de política cultural; conferências de cultura; comissões Intergestoras; planos de cultura; sistemas de financiamento à cultura; sistemas de informações e indicadores culturais; programas de formação na área da cultura e sistemas setoriais de cultura.

Resultado direto dos oito anos do governo Lula, entre 2003 e 2010, todos os Estados da Federação e quase 50% dos municípios passam a integrar o SNC, onde São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro, integra esse percentual. Pela primeira vez na história do Brasil uma autêntica política de Estado para a cultura.

É identificável a linha adotada pelo Ministério da Cultura, com as novas orientações de governo para a área cultural, de acordo com as propostas do documento *A imaginação a serviço do Brasil* (Fundação Perseu Abramo), elaborado por especialistas do Partido dos Trabalhadores e apoiadores, contendo um conjunto de temas com o projeto de Políticas Públicas de Cultura para o Brasil, na então terceira campanha de Lula (PT), para Presidente do Brasil.

“O PT e Lula, para chegarem à Presidência da República, acumularam forças ao lado de diversos setores da sociedade brasileira que lutaram pela democracia. Foi assim também com os militantes da cultura, que, em grande parte, engrossaram o sonho de ver um metalúrgico na Presidência e, com isso, romper com a lógica elitista e privatista que, desde sempre, dominava as políticas culturais no país. Com isso, a própria vitória de Lula, pelo o que representava e pelo o que foi sua história pessoal até ali, teve uma dimensão cultural que já servia como plataforma de lançamento para o Ministério que se instalava. Como se isso já não bastasse, Gilberto Gil, com sua trajetória, força e carisma, assume o Ministério da Cultura.” (PIVA, 2013, p.288)

Na égide do documento, *A Cultura como Política de Estado*, com uma série de planejamentos das Políticas Públicas de Cultura como direito básico e permanente do cidadão; a instituição de políticas públicas de Cultura de longo prazo, para além das contingências dos governos; políticas de cultura voltadas para as novas gerações frente a um novo projeto nacional encabeçado por Lula, em uma atenta afirmação das identidades regionais e étnico-culturais do País.

Na cartilha *A imaginação a serviço do Brasil*, adoções crescentes de medidas para favorecer a inclusão social, a descentralização político-administrativa do Ministério da Cultura com a regionalização das Políticas Públicas de Cultura através de novos mecanismos de participação popular, mirando na implantação de um Sistema Nacional de Política Cultural, a exemplo do SUS (Sistema Único de Saúde).

"A valorização da cultura nacional é um elemento fundamental no resgate da identidade do país. É preciso abrir espaço para a expressão de nossas peculiaridades culturais (inclusive de corte regional), sem que isso se confunda com um nacionalismo estreito, mas sim articulado e aberto às culturas de todo o mundo. Trata-se, na linha de nossa melhor tradição cultural, de resgatar os traços peculiares de nossa identidade em formas de expressão de cunho universal, isto é, em diálogo aberto com todo mundo. É essencial, nessas condições, realizar um amplo processo de inclusão cultural, garantindo, de forma progressiva, o acesso de toda a cidadania a produção e fruição cultural, bem como a livre circulação de ideias e de formas de expressão artística, com uma ampla participação social na discussão das políticas culturais do país." (Cartilha *A imaginação a serviço do Brasil*, 2002)

A marca do MinC, traçando um planejamento das políticas públicas de cultura entendidas como direito básico do cidadão e sua relação com as políticas sociais, evidencia as dimensões do programa proposto no documento *A imaginação a serviço do Brasil*. Através da adoção de uma inovadora linha de políticas culturais, a meta do programa de governo do PT

para a Cultura² mirava atenuar a realidade da sociedade brasileira dilacerada por uma brutal concentração de renda, pela exclusão social e por uma *cultura da violência* generalizada como método de resolução das gravíssimas contradições que a história do país apresentava.

A cartilha *A imaginação a serviço do Brasil* se contrapõe ao que estava posto no Ministério da Cultura, desde sua criação em 1985, com uma marcante ausência de um projeto estratégico para o setor, de modo mais abrangente. Eleito Presidente do Brasil, em 2002, Lula assume no seu Governo uma via onde a Cultura é reconhecida como possibilidade de desenvolvimento e impõe uma ampla reforma do aparato nacional para o setor.

São destaques na base das diretrizes do Plano Nacional de Cultura, que seria formulada ainda no primeiro mandato do Presidente Lula, os mais diversos assuntos das políticas culturais e de sua relação com outras áreas (educação, meio ambiente, esportes, segurança pública, ciência e tecnologia), consolidando no âmbito do poder executivo, o que foi pensado e discutido anteriormente no período de campanha eleitoral.

Ao contrário dos recentes três governos anteriores, que descentralizaram e repassaram a responsabilidade da política cultural para o mercado, com o governo Lula é priorizado um processo de coordenação nacional para o setor cultural. Um conjunto de instrumentos é criado para normatizar, financiar, monitorar e avaliar a política pública, onde parte destes instrumentos passa a contar com a participação social. Não foram poucos os esforços do Ministério da Cultura, entre 2003 e 2010, para envolver os demais entes federados no novo Sistema Nacional de Cultura, movimentando os mecanismos de gestão, inovadores, para a consolidação de um sistema com capacidade de romper com o modelo anterior, de feições pouco públicas. São identificáveis os esforços governamentais de Estados, Municípios e da sociedade civil na institucionalização das políticas culturais para além do ciclo político-partidário.

“Ao oferecer visibilidade e estimular a participação social de um sem-número de experiências que passam a ser protagonistas da sua memória e da sua visão própria do presente e do futuro, reconhece que a cultura é, sobretudo, o encontro de muitas éticas e estéticas. Assim, afirma que a centralidade que a cultura requer só se torna possível quando o centro é promovido por muitos e não sempre pelos mesmos.” (PORTO, 2004, p.14).

² “A construção de um Brasil democrático, que aponte para a inclusão social, para o resgate dos valores da integridade e da solidariedade - tão caros ao nosso povo -, e para a abolição da desconfiança e do medo como motores das relações sociais e inseparável do necessário investimento em Políticas Públicas de Cultura que garantam a inclusão cultural. Em suma, o combate efetivo à exclusão social no Brasil passa inevitavelmente pela abertura democrática dos espaços públicos aos nossos criadores populares e pela inclusão da Cultura na cesta básica dos brasileiros.” (Cartilha *A imaginação a serviço do Brasil*, 2002)

Outro destaque é a retomada do Conselho Nacional de Política Cultural onde a materialização da diversidade brasileira é expressa em sua composição. Além do campo da formulação passar por instâncias participativas que atravessam um processo de consolidação, como os Conselhos de Cultura (Nacional, Estaduais e Municipais) e as Conferências (Nacionais, Estaduais e Municipais), que se aprofundam com os dois mandados do Governo Lula, a União retoma papel de coordenador, assumindo em grande medida a formulação nacional da política cultural, onde Estados e Municípios utilizam sua autonomia na execução dos serviços.

“Pela obra realizada entre 2003 e 2006 o Governo Lula mostrou seu compromisso com um projeto nacional de desenvolvimento, que ponha fim à exclusão e à pobreza, amplie a democracia com reformas institucionais e a universalização da cidadania e garanta ao Brasil um sólido e contínuo desenvolvimento, um lugar soberano e solidário no mundo.” (Lula Presidente – Plano de Governo 2007/2010)

O conjunto de medidas que buscavam integrar os históricos grupos marginalizados na sociedade brasileira, na garantia de uma participação igualitária de todos, independente da classe social, da educação, da condição física, do gênero, da etnia, da orientação sexual, dentre outros aspectos, foi meta de combate ao longo dos dois governos Lula, entre 2003 e 2010, que manteve pontual ação em prol da promoção da inclusão social, com programas ou projetos no âmbito da Cultura, em atenção à efetivação desta promoção. Na prática, o Ministério da Cultura aplicava campanhas comprometidas com este fim, desde a escolha de representantes políticos na gestão da pasta com histórico de luta e militância contra a desigualdade, com firme cobrança de fiscalização das políticas públicas e contribuindo fundamentalmente para o acesso à Cultura.

A criação de políticas públicas, como o Programa Cultura Viva, com a valorização de pontos de cultura espalhados pelo país, que já era uma negativa da prática concentradora anterior a 2003, com manifestações de cultura popular tão diversas que ganharam visibilidade e políticas específicas, representou o afloramento, no âmbito do Estado brasileiro, da dimensão simbólica da cultura.

As Conferências Nacionais de Cultura, a elaboração do Plano Nacional de Cultura e a proposta de criação, institucionalização e consolidação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) são marcas desse projeto, onde os repasses de recursos de fundo a fundo para estados e municípios, estimulava prefeituras e governos estaduais a organizarem seus respectivos sistemas de cultura, com o compromisso do MinC de tratar da desburocratização dos mecanismos de fomento para o setor.

O fortalecimento da FUNARTE, construindo uma política nacional para as artes, incluyente e abrangente, articulada com estados e municípios, também foi alvo de investimento

do MinC, sob a ótica do programa de governo da campanha de 2002, renovada também na campanha de 2006, destacando a necessidade de consolidação de uma política nacional em diálogo com os mais variados setores da cultura brasileira.

Todos os setores do MinC receberam atenção de forma ativa (IPHAN, IBRAM, Biblioteca Nacional, Fundação Cultural Palmares, Fundação Casa de Rui Barbosa), que receberam investimentos proporcionais à sua imensa importância para memória, pesquisa e acervo da cultura brasileira. Nos dois programas de governo do então Lula Presidente, o compromisso com a Convenção da UNESCO sobre a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural, foi um estímulo extra para a adoção do ciclo de políticas centradas nos direitos culturais dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outras minorias.

“A dinâmica do primeiro governo (2003-2006) evidenciou que Gil e equipe organizaram o Ministério sob a bandeira do papel ativo do Estado como indutor de um protagonismo efetivo dos fazedores de cultura esparramados por todo o país, com as mais diversas formas de expressão. A sociedade brasileira respondeu ao chamamento do governo federal revelando o vigor de sua produção cultural para além do que a indústria instalada já mostrava. O MinC, em todo o período Lula, era um caldeirão de propostas e ideias em ebulição. Sendo assim, de maneira dialética e dinâmica, não exatamente planejada, nem totalmente pacífica, o ministério foi conformando quatro polos de atuação que disputavam o sentido do projeto. Houve um grupo de gestores mais dedicados à institucionalização da cultura. Esses se empenharam pela constituição do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e diferentes instrumentos de participação social (conselho, conferência, câmaras e colegiados setoriais), pela recuperação da FUNARTE e do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – e pela criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que ocorreria apenas no segundo mandato, e do Instituto Nacional do Livro e Leitura, ainda em projeto. Esse grupo estabeleceu muito rapidamente o diálogo com setores já organizados da sociedade: partidos políticos, associação de produtores e criadores, entidades de classe, gente ligada à universidade e gestores estaduais e municipais de cultura.” (PIVA, 2013 p.291)

O estabelecimento de um sistema permanente de estatísticas culturais, em conjunto com o IBGE, para geração de dados, e com o IPEA, para a análise deles, de modo a superar a insuficiência e a dispersão de informações que impediam a análise socioeconômica aprofundada dos diversos setores que compõem os elos da produção cultural em seus diversos níveis e registros, além de impedir a comparação do perfil econômico das atividades culturais desenvolvidas no Brasil e em outros países.

A partir dos grandes avanços no primeiro mandato do Governo, o segundo mandato de Lula aponta continuidade, mantendo a trajetória de mudanças para o fortalecimento da cidadania cultural e renovação das políticas públicas culturais. No Plano de Governo da campanha de 2006 os pontos apresentados para Cultura sinalizam a manutenção das ações iniciadas em 2003.

Como registrado no programa de governo do candidato à reeleição (coligação A Força do Povo PT, PRB e Pcdob) avançando na consolidação do Sistema Nacional de Cultura, integrando políticas de financiamento e estimulando práticas participativas na gestão cultural: criar e implementar mecanismos de financiamento para estabelecer o Ticket Cultural, como forma democrática de acesso da população aos bens e serviços culturais; acelerar o processo de revisão do Fundo Nacional de Cultura e das demais leis de incentivo, preservando o caráter republicano, a transparência e o controle público sobre esses instrumentos de financiamento à produção cultural; articular as ações governamentais em educação, cultura e comunicação, reconhecendo e apoiando a diversidade cultural do país.

Na proposta do candidato Lula, na campanha de 2006, a participação democrática tem lugar especial no programa de governo. Para as eleições de 2006 a coordenação da campanha de Lula publica seu programa para a cultura com o título *Brasil: cultivar a memória e inventar o futuro*, no qual havia a defesa das realizações na primeira gestão e um elenco de propostas que estavam em sintonia com o programa geral.

Uma semana após a vitória, o próprio MinC publica um *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil*. Mais extenso, mostrava sintonia com o programa eleitoral, com função de disputar o futuro e legitimar a continuidade da gestão e das políticas em operação. Somados, os dois documentos são o registro de um vértice importante do período Gil/Juca.

“A ampliação do orçamento, democratizadas as esferas de decisão e criados espaços participativos em diálogo permanente com a gestão e por meio de três conferências nacionais de cultura, que envolveram mais de 3.000 municípios, em todos os estados da federação. O Conselho Nacional de Política Cultural foi implementado e fortalecido e estabelecemos as bases de um Sistema Nacional de Cultura. Foi um período fértil para a imaginação e para a cultura brasileira. Mesmo com avanços tão importantes nas políticas culturais, nossos governos não conseguiram incidir no nível necessário na dimensão simbólica do país e a na vida dos seus mais de 200 milhões de habitantes.” (MATTA-MACHADO, Bernardo. Revista Teoria e Debate, 2009)

Problemas foram identificados, como por exemplo, a inabilidade e imprevisibilidade de boa parte dos chamamentos públicos (editais), em função do despreparo da própria sociedade civil para o trato das exigências burocráticas do Estado, frente ao compromisso da pasta de fazer valer uma política cultural sob o prisma da dimensão simbólica da Cultura. Frente o volume da inovadora pauta, parte das ações evidenciaram uma inadequação da burocracia da Administração Pública às práticas culturais, uma vez que os procedimentos não foram determinados tendo por base a sua natureza específica, mas sim reproduziram normas e preceitos aplicáveis aos tipos de bens e serviços que o Estado costuma contratar, sem considerar a especificidade da cultura.

Estimulador potencial dos debates políticos, o MinC identificou que era necessário sedimentar no território das prioridades orçamentárias, uma ação pontual para assegurar de modo mais efetivo a participação dos agentes culturais, dos artistas e trabalhadores de cultura nos mecanismos para acessar os recursos públicos, onde se identificou quanto a necessidade da busca de soluções sistêmicas e não pontuais.

“Nestes dez anos vivemos uma situação nova no país. Pela primeira vez combinamos democracia, crescimento econômico e redução das desigualdades. Nunca havíamos vivido tal experiência, e isso não pode ser minimizado ou esquecido. Esta combinação carrega uma carga de valores que têm acompanhado todas as ações do governo federal. Como se sabe, a questão permanente para a esquerda é a dura tarefa da travessia para uma sociedade que não restrinja a ideia de liberdade de expressão aos limites impostos pelo capital. Liberdade de expressão, nesse sentido, tem relação direta com a própria ideia de direito à comunicação e à cultura, por um lado, e, por outro, à ideia de participação na cena política” (PIVA, 2013, p.292)

Nos dois mandatos do Presidente Lula, os Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, aos olhos do público e da crítica, foram os principais responsáveis pelos principais avanços conquistados pelo MinC.

“Para a esquerda, a cultura é a capacidade de decifrar as formas da produção social da memória e do esquecimento, das experiências, das ideias e dos valores, da produção das obras de pensamento e das obras de arte e, sobretudo, é a esperança racional de que dessas experiências e ideias, desses valores e obras surja um sentido libertário, com força para orientar novas práticas sociais e políticas das quais possa nascer outra sociedade.” (CHAUÍ, 2006, p.289)

A pluralidade da Cultura brasileira, mesmo em face do próprio Estado, no vício do formalismo burocrático, apresentou um saldo afirmativo nos dois governos do Presidente Lula, diante da dimensão dos direitos culturais que foi fortalecida. Já a dimensão econômica da cultura, em primeiros momentos da associação dos conceitos com o simbólico e o cidadão, foi alargada na prática. O processo que foi estabelecido, em uma nova dinâmica das relações institucionais, marcou sem dúvida a contribuição do Governo Lula para o avanço e aprimoramento das políticas culturais no Brasil.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 2005.

Ministério da Cultura. *Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil*. Brasília, DF, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas*. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Editora Cortez, 2006

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. *Cartilha A imaginação a serviço do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Federalismo Cultural e Sistema Nacional de Cultura – Contribuição ao Debate. Edições UFC. Fortaleza, 2010.

MATTA-MACHADO, Bernardo. *Revista Teoria e Debate*. São Paulo, 2009.

PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT. *Lula Presidente - Plano de Governo 2007/2010*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

PIVA, Glauber. Cultura: políticas públicas e novas visibilidades. In: Emir Sader. (Org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. 1ed.São Paulo: Boitempo, 2013, v. 1, p. 285-301.

PORTO, Marta. Cultura e desenvolvimento: um desafio de todos. Aeroplano, 2004.

RUBIM, Antônio Albino Canela. Políticas Culturais no Brasil – Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2007.

Processos-crime: Escravidão e Política de Memória em Itapira- SP (1865-1877)

Cristiane R. Elias¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Cláudia Atallah
Bolsista CAPES

Introdução

Neste trabalho pretendemos aprofundar questões específicas sobre a relação de escravizados, pretos e imigrantes que estiveram presentes na formação e estruturação da Vila da Penha do Rio do Peixe, atual cidade de Itapira, localizada no Oeste paulista. Nosso recorte delimita o período de 1865 a 1877, considerando que a documentação pesquisada percorre esse período — documentação esta que está sob a guarda do Museu Municipal Histórico e Pedagógico Comendador Virgolino de Oliveira, na cidade de Itapira.

Esses documentos faziam parte do acervo particular presente no Circolo Italo-Brasileiro XV de Novembro de Itapira e pertenciam ao memorialista da cidade, Jácomo Mandato (1933- 2009). Mandato acessou e reuniu diversos documentos relevantes sobre a formação da cidade, publicando trabalhos que contribuíram para chegarmos ao tema deste projeto. Entre eles, podemos citar: *História Ilustrada de Itapira*, Joaquim Firmino: o Mártir da Abolição (2001) e *A escravidão em Itapira* (2015).

A região que ficou conhecida como Penha do Rio do Peixe era um dos locais do Oeste paulista que se desenvolveu com a economia do café e, em virtude dela, estabeleceu relações raciais com base na escravidão. O início desses processos na região ocorreu em 1840 com a chegada de João Baptista de Araújo Cintra, que foi membro de uma família tradicional e abastada de escravocratas do café presentes nas cidades de Atibaia, Bragança Paulista e Amparo². O estabelecimento deste e de seus familiares trouxe mudanças sociais, econômicas e políticas para a Vila, o que acarretou na substituição da cultura de subsistência para a de plantio de café, com mão de obra escravizada para a formação e manutenção da riqueza e da hierarquização do local. Com o passar de alguns anos, Cintra, entre outros escravocratas, dominariam a produção do café e as decisões políticas locais, no entanto, ele foi o mais

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano de 2023, projeto: “Processos-crime: Escravidão e Política de Memória em Itapira- SP (1865-1877)”, sob orientação da Dra. Cláudia Atallah, bolsista: CAPES.

² ITAPIRA - Histórico e Cultural: DOIS COMENDADORES...UM DA PENHA E OUTRO DE ITAPIRA (marciocarlosblog.blogspot.com) Consultado: 01/10/2020.

reconhecido em razão de seu investimento em construções urbanas na região, como Igreja, Câmara e cadeia para a Vila da Penha.

Com base no censo de 1872 da Penha de Mogi Mirim — um dos nomes dados à cidade de Itapira — consta que existiu uma população livre de 4.597 habitantes, sendo 4.525 brasileiros e 77 estrangeiros, dos quais 2.513 eram brancos, 1.156 pardos, 749 pretos e 179 caboclos. Já a população cativa foi estimada em 1.298 escravizados, sendo 1.268 considerados brasileiros e 30 estrangeiros, totalizando, assim, uma proporção de 1 escravizado na Vila da Penha para cada 3 habitantes livres, como também um total de 3.382 não brancos para 2.513 brancos³. Esses números, assim como a existência de dezenove fazendas escravocratas entre 1875 a 1880, segundo obra já mencionada de Jácomo Mandato (2015), justificam a necessidade de uma reescritura da história de Itapira contada até então.

Embora tenhamos uma presença significativa da população descendente de povos escravizados na região do Oeste paulista, percebemos que ainda há pouca produção sobre o movimento escravocrata nesse contexto, quando comparado ao contexto da cidade do Rio de Janeiro e Bahia. No entanto, existe considerável material e possibilidades de compreender a formação do Oeste paulista, como também de São Paulo, com base nessa interação com a população escravizada e preta que nela viveu, resistiu e se construiu dentro do processo escravista.

Desse modo, este estudo pretende contribuir para o aprofundamento do que já venho desenvolvendo desde o mestrado no que se refere à escravidão na região — escravidão que tem seu papel apagado na história da cidade e, quando vista, é cristalizada como sendo sem importância, passiva, e não como uma história ativa, dinâmica e em contínua construção.

Nossa intenção é aprofundar as relações de disputa que ocorreram na cidade de Itapira, a partir dos processos-crime envolvendo mulheres e homens escravizados — e, posteriormente, libertos — para, com isso, ter a possibilidade de compreender os processos de silenciamento, violência e apagamento das trocas e conflitos na região.

As questões pensadas para este trabalho foram trazidas diante da pouca expressão social da população preta da cidade de Itapira que, mesmo tendo como uma das propagandas da cidade uma manifestação cultural de origem afro-brasileira — as Congadas —, em especial, a Mineira do Senhor Arnaldo Franco, propaga uma história de constituição hegemonicamente branca e imigrante, muito embora tenha sido uma das regiões do ciclo do café no Oeste

³ IBGE | Biblioteca | Detalhes | Recenseamento do Brasil em 1872. - Consultado: 23/10/2019.

paulista.

O ofício do historiador e da historiadora consiste em revelar e rastrear os apagamentos históricos e, como afirma Michel De Certeau (1982), dar luto. Portanto, fazer com que sejam conhecidos, reconhecidos, admitidos e reparados. Dessa forma, nos voltaremos para arquivos ainda não analisados ou pouco visitados, bem como para produções que ainda entendem a história desses escravizados como um estigma da escravidão e do pouco diálogo com o contemporâneo.

Diante das omissões de aspectos importantes e relevantes para a compreensão da história de Itapira, buscaremos, com foco nos processos históricos, uma análise vertical dos acontecimentos da antiga região escravocrata. Acreditamos que o uso deste passado, isto é, sua função social, originaram consequências políticas e sociais contemporâneas. Nosso objetivo é trazer indagações para poder repensar o passado e seus usos apropriados pela classe dominante de Itapira.

Temos como objetivo geral compreender as similaridades e diferenças do processo escravocrata na história do Brasil, em particular nas regiões do chamado Oeste paulista, e colaborar para um aprofundamento sobre a história da escravidão em Itapira, pensando as relações de escravizados entre si e com os demais sujeitos presentes em tal território. Apresentar de forma consistente o clima em que a cidade se formou, tendo em vista que a história hegemônica considera pouco relevante a presença de escravizados e de escravocratas, muito embora, a documentação pesquisada evidencie o contrário.

Procuramos, dessa maneira, compreender com base nas fontes, como se estabelecem as relações sociopolíticas nesta região, sobretudo, entre sujeitos escravizados e sujeitos livres: como os imigrantes. Buscamos identificar a articulação desse processo de apagamento histórico para a compreensão dos discursos de harmonia racial e perceber como essas relações e conflitos, entre sujeitos escravizados e sujeitos livres, foram relevantes para a formação da cidade, que ainda hoje continua legitimando lugares cristalizados para a população preta contemporânea, impedindo, assim, a constituição de uma memória preta da região que reconheça seu valor e respeite sua dignidade.

Referenciais Teóricos

Para o aprofundamento sobre os temas de processos-crime envolvendo os escravizados e a escravidão em São Paulo temos, como já dito, uma considerável produção que começou a ser estudada em meados de 1970, já sob influência dos estudos que compreendiam os

escravizados como sujeitos de transformações sociais e agenciadores das próprias libertações, e não mais como objetos de senhores, dentro da ideia de coisificação, tampouco com relações sociais harmoniosas.

Na década de 1980 tivemos transformações na interpretação da história da escravidão. Os principais autores que defenderam essa perspectiva foram: Robert Slenes, João José Reis, Flávio dos Santos Gomes, Sidney Chalhoub, Silvia Hunold Lara e Leila Mezan Algranti. Estes, entre outros, escreveram suas teses, considerados estudos clássicos sobre o tema, que entendiam o escravo como atores e sujeitos ativos nas possibilidades de agenciamento relativas à subjugação escravista. A produção intelectual com base nesta perspectiva historiográfica de agenciamento teve como recorte espacial a cidade do Rio de Janeiro, em virtude de seu grande número de sujeitos escravizados e a sua importância histórica.

Dentro desse movimento surgiu um novo campo que analisa os processos-crime da escravidão, assim como os de criminalidade, possibilitando o aprofundamento sobre esses escravizados e sobre os demais sujeitos presentes na sociedade em contexto da escravidão. No que se refere ao nosso levantamento, encontramos duas autoras, Sueli Robles Reis Queiroz (1977) e Maria Helena Toledo Machado (1987), que se debruçaram no estudo sobre criminalidade dentro do Estado de São Paulo, especificamente em Campinas e Taubaté, um dos primeiros estudos sobre criminalidade e escravidão.

Fazendo um recorte sobre o tema nos últimos dez anos, encontramos algumas produções que complementam essa perspectiva e trazem profundidade e reflexão ao assunto, entre elas, o trabalho de Amilson Barbosa Henriques (2018). O objetivo central do trabalho de Henriques foi quantificar e qualificar os tipos de crimes em que sujeitos pretos estavam envolvidos no município de Rio Claro – SP. O autor apresenta no artigo, O caso Antônio Confusão: um fazendeiro e um ex-escravo nas barras da Justiça, um processo em que um liberto matou um senhor de escravos e acabou sendo assassinado antes mesmo do fim de seu julgamento por um grupo de pessoas da cidade. O episódio que Amilson Henriques cita é interessante para pensar o nível de violência presente nessa região e como o racismo construiu as relações entre os sujeitos, sejam brancos ou sejam negros. No entanto, Henriques, no desenvolver do artigo, trouxe o pensamento de Florestan Fernandes (1978) como base de seu trabalho, flertando, assim, com uma visão apaziguadora e até mesmo minimizadora das relações de conflitos, devido à hierarquia racial existente nesse contexto. Hierarquia, esta, pontuada por Hebe Mattos (2013), que separava na prática religiosa, pretos, brancos e pardos (MATTOS, 2013, p. 41).

O trabalho, Escravidão e violência: Crimes cometidos por escravizados no interior de Alagoas no final do XIX em uma perspectiva da prática de jaguncismo de Fábio Francisco de Almeida Castilho (2018), por sua vez, apresentou os crimes cometidos por escravizados no interior de Alagoas — crimes com a possibilidade de terem sido a mando de seus senhores, prática definida como jaguncismo. Essa realidade tornou-se uma estratégia dos cativos no contexto de crise do escravismo no interior de Alagoas. É interessante refletir sobre esse ponto, uma vez que a sociedade que tinha medo dos escravizados era a mesma que armava os cativos para praticar crimes contra seus inimigos trazendo, assim, complexidades na análise da escravidão, assim como da violência e da naturalização do crime. Dito isso, na tese de doutorado, Retratos de um cenário oitocentista na Província do Espírito Santo (1845 – 1888): Crimes e escravidão de Raphael Americano Câmara (2019), o autor aborda o cotidiano, a criminalidade e a violência e expõe, a partir da província de Espírito Santo de oitocentos, uma sociedade que tinha na violência a resolução de problemas (CÂMARA, 2019, p. 39).

No entanto, a naturalização dessa violência dentro de uma sociedade escravista também conduzia à perda do controle social e, com isso, à necessidade de reformulação da maneira de conter a violência e a criminalidade através do Código Criminal (1830) e do Código Processual Criminal (1832), em uma tentativa de coibir os escravizados em suas práticas de crime contra seus senhores.

Partindo para a região Sudeste do país, existiu um movimento maior de escravizados nas últimas três décadas do século XIX para essa localidade, levando ao distanciamento e à separação de escravizados de suas famílias, o que a autora Maria de Fátima Novaes Pires (2017) pontua ter sido importante para a crise da escravidão brasileira. Esse processo levou o Oeste paulista, especialmente a cidade de Campinas a ter um crescimento econômico e populacional rápido no período. Podemos juntar tais questões ao grande trabalho compulsório na região — não à toa Campinas foi definida como uma das mais cruéis do país no que diz respeito ao tratamento dos escravos e aos violentos castigos a eles impingidos (CARMO, 2011, p.124 *apud* PIRES, 2017, p. 71). Diante dessa e de outras situações de violência física e simbólica, a sofisticação dos Códigos Criminais tiveram um papel pontual na sociedade oitocentista.

Considerando essas possibilidades de interpretação da escravidão, temos estudos com base em processos-crime que trouxeram para a superfície especificidades de determinadas regiões. Focando no Estado de São Paulo, que é a localidade de nossa pesquisa, temos a produção de Ricardo Alexandre Ferreira (2005), com o trabalho Senhores de poucos escravos:

cativeiro e criminalidade num ambiente rural (1830-1888), em que são utilizados processos-crime da cidade de Franca – SP, procurando conhecer as estratégias de sobrevivência dentro do cotidiano de cativeiro. Já Cesar Mucio Silva (2004), com a obra *Processos-crime: escravidão e violência em Botucatu*, analisa os processos em que réus e vítimas eram escravizados, assim como um estudo sobre a região de Botucatu, sua formação e desenvolvimento. Dentro disso, o autor traça um perfil de trabalho que os escravizados e demais sujeitos desenvolviam na cidade. Com base nessa breve análise bibliográfica, podemos enxergar o surgimento de estudos recentes sobre crimes cometidos no período escravista em diferentes localidades do país, bem como a possibilidade de aprofundar as ditas relações harmônicas ou passivas presentes no interior do Estado de São Paulo, que caminham dentro do discurso elitista de locomotiva do Brasil, abafando os conflitos e políticas de branqueamento de seus cidadãos.

Por fim, nossa hipótese tem como fundamental premissa examinar o processo de escravidão africana que foi e, ainda é, um campo de batalha na história de Itapira. Nesse sentido, é preciso dizer que Itapira, atualmente, além de não enxergar as contribuições dos escravizados para sua formação, não tem interesse em ressaltar essa parte de sua história, pensando nos conflitos gerados a partir dela.

Ademais, a esse respeito, cabe salientar que a cidade recebeu, durante o período da imigração, considerável número de imigrantes europeus, entre eles, italianos. Estes, vieram para o Brasil, incentivados pela elite, com o propósito de branquear o país, visto o distanciamento de uma história da escravidão no Estado de São Paulo. Assim, nos discursos elitistas da sociedade paulista é possível dizer que o Estado quase concretizou a política de embranquecimento. Os imigrantes italianos e seus descendentes se organizaram e são importantes colaboradores e construtores da história de Itapira, compondo, inclusive, o já mencionado *Circolo Italo-Brasiliano XV de Novembro di Itapira*.

Metodologia

Em termos práticos, o trabalho consiste na transcrição completa das fontes primárias dos processos-crime da Vila da Penha do Rio do Peixe, uma vez que algumas delas estão transcritas parcialmente. Dessa forma, nos amparamos teórica e metodologicamente na chamada micro-história, em específico, na formulação ginzburguiana do paradigma indiciário. A micro-história, nessa formulação, nos permitiu perceber aspectos culturais e sociais do cotidiano do período em questão, a partir dos seus sinais, indícios e sintomas. Em outras

palavras, a micro-história que possibilita apreender aspectos dos contextos estudados a partir dos detalhes não notados e, em nosso caso, apagados — ou seja, o procedimento é de leitura atenta e de caçada. Diante desse aporte teórico, acreditamos nos aproximar da história dos sujeitos marginalizados de forma a perceber o desenrolar dos fatos e o cotidiano da época, estamos interessados naqueles aspectos que não foram levados em consideração.

Esses processos-crime envolvendo homens e mulheres pretos, sejam eles libertos ou escravizados, e demais indivíduos da região, estão localizados no período da escravidão entre 1865 e 1877 — período ainda não estudado sobre a região. No entanto, hoje sabemos que foi um ambiente de considerável movimentação de escravizados e de grande violência.

A escravidão foi uma instituição garantida pela lei, primeiro com as Ordenações Portuguesas e, posteriormente, com os Códigos Criminais mais suas alterações. A partir dessas leis foi possível existir o registro dos processos-crime cometidos por escravizados e demais sujeitos periféricos da história do Brasil (VOGT; RADUNZ, 2012, p. 210). Apesar dos questionamentos sobre a constituição dessas fontes, sua dualidade e demais interferências, elas ainda são as que mais nos deixam próximos do cotidiano dos escravizados e do ambiente escravista. É com os processos-crime que somos colocados diante de diferentes relatos de uma mesma situação, com diferentes sujeitos. Assim, temos que exercitar a percepção e os detalhes antes não vistos para compreender não o crime em si, mas a estrutura em que ele ocorreu.

Se tais fontes antes eram problemáticas para os historiadores trabalharem, visto a incerteza sobre a veracidade dos depoimentos, a construção delas (BRETAS, 1991, p. 50) hoje é uma das formas de compreender melhor as relações de diferentes sujeitos históricos e seus mundos (GRINBERG, 2009, p. 121). Existe também, como apontado por Keila Grinberg, a necessidade de entender o que são as fontes, “saber ao certo do que ela trata, qual é a sua lógica de constituição, bem como as regras que lhe são próprias” (GRINBERG, 2009, p. 121-122).

Os processos-crime têm contradições e refletem sobre isso, bem como sobre seu processo de produção é necessário para o trabalho com essa fonte e para o recorte que construímos, tornando a nossa análise mais rica e conectada com os demais movimentos da sociedade em constante construção.

Apesar dos estudos já produzidos sobre crimes e escravidão no estado de São Paulo e Rio de Janeiro, temos a oportunidade de aprofundar o que foram esses crimes, especificamente no interior paulista, na então Vila da Penha do Rio do Peixe. Além de indícios de violência envolvendo escravizados, o assassinato de Joaquim Firmino de Araújo Cunha (1855-1888), na época delegado da cidade, tido como abolicionista entre os fazendeiros da região, aprofunda

a nossa curiosidade e o interesse por analisar essa região, descrita como harmoniosa, linda e “unida sempre no amor⁴”. “Os crimes cometidos por escravos existiam, é claro, mas ainda eram tratados na esfera do privado” (BRETAS, 1991, p. 52). No período imperial, com o Código Criminal de 1830, os tipos de crimes passaram a ser três: crimes públicos; crimes particulares; e crimes policiais. Assim, as penas eram registros escritos de sua existência (GRINBERG, 2009, p. 123-124), com o qual trabalharemos procurando investigar a construção do crime em diálogo com a região de forma qualitativa.

Os documentos encontrados poderão nos ajudar a compreender melhor a formação dessa cidade em específico, já que as pesquisas sobre esse mesmo tema tiveram desenvolvimento em cidades maiores, com maior disponibilidade de fontes. Se na dissertação de mestrado, *Por uma história do negro em Itapira: Antiga Vila da Penha do Rio do Peixe (1869-1888)*, de minha autoria, ficou evidente o ambiente violento, com esses processos-crime poderemos compreender que a violência não era só dos escravocratas com os escravizados e, demais indivíduos, mas também desses escravizados com os demais sujeitos e entre eles mesmos.

O crime se apresenta como uma das formas para enxergar as interações, as relações e os conflitos, ou seja, o cotidiano dessa região. Como apontado por Marcos Luiz Bretas, ao escrever o artigo *O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente*, dentro das análises do crime foi surpreendente perceber a existência de padrões de vida cotidiana (BRETAS, 1991, p. 49) que esses sujeitos compartilhavam, isto é, uma vivência em comum dentro de uma estrutura escravista e hierárquica.

Pretendemos, com esses processos, conseguir observar mais detalhadamente as relações interpessoais dos sujeitos escravizados com os demais sujeitos da Vila da Penha, além de perceber as divergências e convergências da violência que estava em todas as camadas da sociedade da época. Será estabelecido um diálogo com outras localidades escravistas do território brasileiro onde, no decorrer do século XIX, pode-se observar o controle da massa escravizada saindo das mãos dos fazendeiros e indo para as mãos do sistema policial, em que os policiais eram os executores da lei (BRETAS, 1991, p. 51).

A leitura prévia da documentação a ser analisada para o desenvolvimento do presente projeto indicou que os crimes cometidos por escravizados não se configuram somente como resistência, mas também, como a reprodução da violência existente no cotidiano dessa região.

⁴ Município | Hino de Itapira | PCI (cidadedeitapira.com.br) Consultado: 27/10/2020.

Procuraremos verificar se essa violência tem a ver com o apagamento desses sujeitos da história de Itapira e se ela, também, nos oferece indícios para compreender a cidade hoje. Ademais, intentamos entender o que aconteceu com os escravizados após a abolição — quais caminhos tomaram, se permaneceram na cidade, se migraram ou se foram reprimidos pelas diversas formas criadas para o controle da população, principalmente preta, diante do medo que as elites regionais sentiam em relação a eles.

Para além dos escravizados e senhores do café estão presentes nesses documentos crimes dos pobres livres, isto é, dos imigrantes que fazem parte da região. No que concerne a isso, Karl Monsma (2016) apresenta alguns relatos em seu livro sobre as relações de conflitos de brancos e pretos no Oeste paulista, que culminaram em linchamentos, mortes e migrações de pretos, descrevendo, assim, um ambiente violento em massa nos interiores do Estado de São Paulo.

A documentação consultada se refere a documentos judiciais — processos judiciais de homens e mulheres pretos na condição de escravizados e livres, como também de homens e mulheres brancos. Os processos apareceram publicamente com o lançamento do livro póstumo de Jácomo Mandato, *A escravidão em Itapira*, em 2015. Os documentos referidos no livro faziam parte do acervo particular presente no Circolo Italo-Brasiliano XV de Novembro de Itapira e pertenciam a Jácomo Mandato. Hoje, os documentos selecionados por Jácomo estão reunidos no Museu da cidade de Itapira, sob a coordenação de Eric Apolinário, que vem desenvolvendo um trabalho de manutenção e resgate de documentos de Itapira espalhados pela cidade e pelo Estado de São Paulo. Pesquisando sobre a vida de Jácomo Mandato, descobrimos que o acesso que ele teve a esses documentos ocorreu pela sua influência na cidade e por se interessar em escrever memórias dela. Com isso, Mandato selecionou diversos documentos e os organizou para produzir textos e livros sobre determinados assuntos.

Os documentos e a forma como eles foram encontrados colaboram para a nossa hipótese de que a história de Itapira e a sua manutenção está nas mãos de uma pequena parcela de sujeitos pertencentes à elite local da cidade, uma vez que foi apenas em virtude da curiosidade de um deles que esses documentos puderam ser descobertos para a investigação por outras pessoas.

Trabalhar com esse tipo de fonte possibilita termos acesso à vida cotidiana de grupos considerados, vistos e compreendidos como inferiores, violentos, criminosos, ou seja, que desviavam do comportamento normal. Portanto, ter acesso a esses documentos torna-se uma forma de analisar a fundo esses sujeitos, bem como os lugares sociais a que pertenciam,

levando em conta a realidade escravocrata do interior paulista.

Apesar dessas fontes serem mais um retrato da perspectiva dos olhos de escrivães, delegados e juízes, sendo, portanto, difíceis de trabalhar, é desafiador pensar em fontes históricas que não tenham tido problemas de veracidade (REIS, 1986, p. 8 *apud* BRETAS, 1991, p. 49). Ainda mais quando propomos a fazer um trabalho que foca nas classes consideradas perigosas, transgressoras e pobres da sociedade.

Bibliografia básica

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro do Imaginário das Elites - Século XIX*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BRETAS, Marcos Luiz. *O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente*. BIB, Rio de Janeiro, n. 3 2, 2º semestre de 1991, pp. 49-61.

CÂMARA, Raphael Americano. Cotidiano, Criminalidade e Violência. *In: Retratos de um cenário oitocentista na Província do Espírito Santo (1845 – 1888): Crimes e escravidão*. 2019. 190 f. Tese (Doutorado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Escravidão e violência: Crimes cometidos por escravizados no interior de Alagoas no final do XIX em uma perspectiva da prática de jaguncismo*. ISSN: 2177-5648 OPSIS (Online), Catalão-GO, v. 18, n. 2, p. 241-253, jul./dez. 2018.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. *Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio*. Trabalho apresentado no Seminário Crime e Castigo 2. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa. 1986.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras. 1990.

CRUZ, Heloísa de Faria. *Mercado e Polícia — São Paulo 1890/1915*. Revista Brasileira de História, vol. 7, n° 14, 1987. pp. 115-30.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural (1830-1888)*. São Paulo: Unesp, 2005.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e Segurança: Força Pública do Estado de São Paulo: Fundamentos Histórico-Sociais*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homem Livres na Ordem Escravocrata*. (3a ed.). São Paulo, Kairós: 1983.

FRY, Peter; CARRARA, Sérgio. *As Vicissitudes do Liberalismo no Direito Penal Brasileiro*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 1, n° 2, 1986. pp.48-54.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRINBERG, Keila. Processos criminais: a história nos porões dos arquivos dos Judiciários. *In: PINSKY, Carla Bassanesi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 119-139.

HENRIQUES, Amílson Barbosa. *O caso Antônio Confusão: um fazendeiro e um ex-escravo nas barras da Justiça*. Por uma análise do pós-abolição através dos Processos-crime do Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. *História (São Paulo)* v. 37, 2018, e2018028, ISSN 1980-4369.

JACOBY, Joseph E. (ed.). *Classics of Criminology*. Oak Park: Moore, 1979.

LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência*. Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808). São Paulo: Paz e Terra. 1988.

LIMA, Lana Lage da Gama. *Rebeldia Negra e Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1981.

- MACHADO, Maria Helena Pereira T. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas – 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MATTOS, Hebe. *Das Cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: Fazendeiros, negros e imigrantes no Oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- NEDER, Gizlene et al. *A Polícia na Corte e no Distrito Federal 1831-1930*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1981.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Brasiliense. 1983.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Violência do Estado e Classes Populares*. Dados, nº 22, 1979. p. 5- 24.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Travessias a Caminho – Tráfico Interprovincial de Escravos, Bahia e São Paulo (1850-1880)*. Revista África(s), v. 04, n. 08, p. 63-78, jul./dez. 2017
- PROENÇA, Wander de Lara. *Escravidão no Brasil: Debates Historiográficos Contemporâneos*. Anais eletrônicos da XXIV Semana de História: “Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior”, 2007. p. 1-10.
- QUEIROZ, Sueli Robes Reis. *A escravidão negra em São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês 1835*. São Paulo: Brasiliense. 1986.
- REIS, Marcos Freitas. *A Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado*. Anais da Iia Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa História, São Paulo. 1983.
- SILVA, Cesar Mucio. *Processos-crime: escravidão e violência em Botucatu*. São Paulo: Alameda, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro*. Jornais. Escravos e Cidadãos em São Paulo no Final do Século XIX. São Paulo, Companhia das Letras. 1987.
- THOMPSON, Augusto F. G. *Escorço histórico do Direito Criminal luso-brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1976.
- VOGT, Olgário Paulo; RADÜNZ, Poberto. *Condenados à força: a escravidão e os processos judiciais no Brasil*. MÉTIS: história & cultura – v. 11, n. 21, p. 209-228, jan./jun. 2012
- ZENHA, Celeste. *As Práticas da Justiça no Cotidiano da Pobreza: um Estudo sobre o Amor, o Trabalho e a Riqueza através dos Processos Penais*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFF, Niterói. 1984.

Por uma historiografia do hip-hop: para além dos quatro elementos.

Cristiano Ferreira Campos¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Daniel Pinha

Introdução

O HIP HOP é uma cultura baseada em quatro elementos.

OSGÊMEOS: Segredos – Ep.1

União e solidariedade, é o que estamos fazendo do Hip-Hop (...) B-Girls, B-Boys, DJ's, Mc's, Graffiti e o quinto elemento: sabedoria e entendimento (...) Esses são os elementos básicos do Hip-Hop como uma cultura (...) Para a sabedoria de si mesmo e a sabedoria dos outros.

DJ Afrika Bambaataa

La gente habla de los cuatro elementos del hip-hop: el DJ, el b-boy, el MC y el graffiti. Sin embargo, creo que hay muchos más: la manera de caminar, de hablar, de vestirse, de comunicarse.

DJ Kool Herc

Este artigo faz parte da pesquisa de doutorado *O rap e o tempo histórico: passado, presente e futuro na construção da historicidade periférica*, ainda em andamento, e tem como objetivo principal problematizar o termo hip-hop, analisando como ele é abordado pela memória coletiva de seus integrantes e pela historiografia especializada.

Acima inserimos três epígrafes. Todas elas relacionam-se com o que denominamos aqui como a “narrativa dos elementos”. A primeira epígrafe aparece no documentário OSGÊMEOS, grafiteiros símbolos do hip-hop² paulista e nacional, quando, no episódio 1, “Todos os caminhos levam à São Bento”³, a narrativa documental define para o público o que é o hip-hop. A segunda, refere-se à fala do DJ *Afrika Bambaataa*⁴, considerado um dos precursores estadunidenses do HH, no dia 22 de dezembro de 2019, no evento de celebração dos 45 anos do HH (Rap Bazar Brasil), ocorrido na zona portuária do Rio de Janeiro. O depoimento do DJ estadunidense, nascido no Bronx, teve como finalidade sintetizar, para o público ali presente, o

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, com ingresso no ano 2022, projeto: “O rap e o tempo histórico: passado, presente e futuro na constituição da historicidade periférica”, sob orientação do Dr. Daniel Pinha.

² Neste trabalho vamos abreviar o termo Hip-Hop como HH, para facilitar a comunicação.

³ <https://www.youtube.com/watch?v=BgQTG215oSw&t=2s>. Consultado: 03/08/2023. Minutagem: 7:36.

⁴ Fala foi registrada pelo autor desta pesquisa através de gravação de áudio.

que significa HH. Por fim, o depoimento do DJ Kool Herc (CHANG, 2014, p.08), também apontado como um dos pioneiros do HH. Em seu texto, o DJ de Kingston, Jamaica, insere esse ponto de vista sobre o que é o hip-hop.

Apesar de Bambaataa acrescentar o quinto elemento e Kool Herc ampliar o sentido de HH, as três perspectivas expostas nas epígrafes evidenciam o que passo a denominar aqui como a “narrativa dos elementos”. Esta interpretação da história do HH é recorrentemente reproduzida por aqueles envolvidos diretamente com a produção dessas expressões artísticas, por seu público apreciador e por pesquisadores acadêmicos que analisam este fenômeno social e histórico.

Segundo a narrativa dos elementos, o Hip-Hop é uma cultura de rua, que surgiu entre a década de 60 e 70, no Bronx, região periférica de Nova Iorque (EUA) e é formado pela união de quatro elementos: DJ, MC, Grafite e o Break. A história, de acordo com essa memória, se inicia com as atividades dos DJ, elemento que é a espinha dorsal e responsável pela origem do HH. Esta figura histórica do *disc jockey*, que ganha corpo com Kool Herc, GrandMaster Flash, Wizzard Theodore e Afrika Bambaataa, simboliza a difusão da cultura jamaicana do *sound system* (sistema de som com dois toca-discos, um microfone e amplificadores) e o desenvolvimento de técnicas que resultam na estética sonora do HH; Após o DJ, há o MC, que significa mestre de cerimônias, responsável pela criação de uma oralidade com base na cultura afrodiáspórica dos griots; o Break, que é a dança, é representada pelos B-Boys e B-Girls, com suas movimentações corporais complexas composta por flexibilidades e rupturas; e o grafite, que corresponde à dimensão das artes visuais. Estes quatro elementos foram reunidos a partir da criação do coletivo (conhecidos como *posse*) Zulu Nation, fundado por Bambaataa, cujo objetivo era promover o entretenimento e a transformação social, a partir de uma cultura engajada politicamente. Daí o quinto elemento referido pelo DJ estadunidense na epígrafe.

O objetivo em expor os principais pontos dessa narrativa não está em recusá-la ou apontar inverdades ou equívocos. Em termos históricos, diversos personagens, eventos e acontecimentos são pertinentes e importantes para a compreensão da origem do HH em Nova York (ROSE, 2021). O intuito aqui, nesse momento, é ressaltar a dimensão de memória coletiva da narrativa dos elementos, analisando-a de forma crítica. Mais adiante, no tópico seguinte, o objetivo será examinar como o hip-hop é problematizado pela historiografia especializada.

Segundo Michael Pollak, há uma relação intrínseca entre a memória e a identidade social. A memória coletiva é produzida por determinados grupos para construir e transmitir um passado em comum. Esses acontecimentos experienciados pela coletividade são transmitidos e

assimilados por indivíduos, que se sentem pertencentes, mesmo se não necessariamente viveram o passado assimilado. Tal processo gera identidades, coesão entre os membros de um mesmo grupo e a diferenciação em relação a outros:

“Podemos, portanto, dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (POLLAK, 1992, p.204)

Pensar a narrativa dos elementos como uma memória coletiva permite compreendê-la dentro de um processo de constituição de identidade, de esforço de coesão e de preservação de uma forma de produzir uma cultura popular. A experiência histórica existente na memória é resultado de um processo seletivo do passado. A memória é o desdobramento de uma seleção e retenção de algumas partes do que já foi vivido. O passado da memória chega ao presente fracionado e exerce um poder sobre o contexto vigente, da mesma maneira que o momento corrente age sobre as representações que a memória traz sobre circunstâncias pretéritas. A memória se manifesta no presente com a força e a legitimidade do passado, como algo que realmente ocorreu e reforçada por membros de um grupo que são respeitados pelos demais. Nesse sentido, a memória não é vista como uma representação e sim, como uma descrição fiel sobre o que aconteceu noutros tempos. Nesse sentido, a recordação promove a representificação do passado, tornando-o novamente um presente vivo simbolicamente. (CATROGA, 2001, p.22-23)

A partir das considerações teóricas expostas acima, é importante tecer algumas análises sobre a narrativa dos elementos. O primeiro ponto a ser considerado, é a dimensão cristalizada da narrativa dos elementos. O HH, nessa perspectiva, vincula-se de forma estrita ao rap, grafitti e ao break. Apesar de serem considerados elementos básicos, a narrativa não revela outros componentes. Essa visão tende a essencializar o hip-hop como algo que surgiu com uma forma definida e que permanece com o mesmo formato independente do tempo e do espaço, bem como, inclina-se para torná-lo um fenômeno a-histórico, que já iniciado e finalizado, não possibilita mudanças ou formas distintas de ser reconhecido. Desse modo, O HH foi o resultado de um ciclo de gestação, que nasce com uma estrutura definida e dessa forma permanece.

Essa forma cristalizada de representar a história do HH e de definí-lo a partir dos elementos criou um modelo que ao mesmo tempo tornou-se um padrão a ser seguido e um parâmetro de comparação em relação a outras formas de produzir essa cultura. Assim, a narrativa dos elementos configura-se como uma medida e um critério para definir o que pode pertencer ou não ao HH e às suas manifestações culturais, revelando não só uma forma de narrar

uma história, como também, uma visão do que deva ser o HH. Em termos de temporalidade, a narrativa dos elementos aglutina a visão de um determinado passado e aponta para um futuro, que significa a reafirmação desse passado. Com base nessas referências, avalia-se e decide-se se outras manifestações culturais produzidas com base na linguagem do HH devem ou não ser consideradas como verdadeiras.

Por fim, essa dimensão da memória da narrativa dos elementos também revela que o HH se configura como um espaço de disputa de poder que parece estar relacionado a manutenção da hegemonia de um tipo de rap considerado legítimo, original ou puro que possui as características essenciais ou inerentes do verdadeiro HH. Nos dicionários de língua portuguesa referentes ao Brasil, a palavra “original” tem como sentido ser algo que não é copiado e nem reproduzido, aquilo que é puro e autêntico e, portanto, verdadeiro. Originalidade revela algo que é constituído pelas matérias-primas usadas no momento de sua origem e que não sofreu distorções. Quando a narrativa dos elementos afirma um determinado rap como original, esses elementos tornam-se centrais para a construção de pertencimento, de identidade, de coesão e de poder em relação a outras maneiras e formas de produzir a cultura HH. Nesse bojo, encontram-se os termos “velha escola” e “nova escola”, que também servem para demarcar essa originalidade.

Tendo em vista a hegemonia da narrativa dos elementos na propagação de uma visão sobre a história do hip-hop, quais são as possibilidades de compreensão deste fenômeno para além desta memória? De que forma as reflexões produzidas no âmbito da historiografia especializada podem contribuir para essa reflexão? Antes, analisaremos como artistas e estudiosos nos Estados Unidos examinam o problema em tela, qual seja, a narrativa dos elementos.

Pensando para além dos quatro elementos

Em 2006, no livro *Total chaos: the art and aesthetics of hip-hop*, Jeff Chang (organizador), pesquisadores e artistas do universo hip-hop, propuseram pensá-lo para além dos quatro elementos, como também, criticar a hegemonia que o rap possui dentro do HH, situação que encobre a amplitude e os impactos transformadores do hip-hop na sociedade e reduz todo um conjunto de possibilidades a uma única expressão cultural.

Em sua análise, Chang (2006, p.X) afirma que a origem da narrativa dos elementos estaria no trabalho do DJ Afrika Bambaataa, que definiu essas quatro expressões artísticas como gêneros fundadores do HH. No entanto, segundo esse jornalista, de origem havaiana e

ascendência chinesa, o impacto do HH se estendeu para outros espaços sociais, situação que pensar o HH manifestando-se no teatro, na poesia, na literatura, no jornalismo, na crítica, na arte performática, na fotografia, no cinema, no vídeo e no design gráfico. Nesse sentido, o ponto de vista da obra organizada por Chang sobre a trajetória do HH permanece fundamentado na narrativa dos elementos, apesar de propor a sua ampliação, e pode ser resumido com o dilema sintetizado por Harry Allen (2006, p.09): seria o HH um processo fechado, semelhante ao seu nascimento ou um universo aberto, destinado à expansão contínua e eterna ao ponto de frio, escuro e morto?

O objetivo aqui não é responder essa questão, mas propor uma forma de compreender o HH para além da narrativa dos elementos, incluindo outras dimensões deste fenômeno como a preocupação de parte de seus integrantes com o futuro que esta cultura segue. À vista disso, seguimos para a próxima parte tem como propósito, desenvolver um estudo alicerçado na produção historiográfica brasileira sobre o hip-hop, buscando observar de que maneira historiadores pensam esse problema e de que forma a História pode contribuir com esse debate.

Hip-Hop e História

José D'Assunção Barros (2022, p.13), compreende o conceito de historiografia “como o vasto universo de realizações produzidas até hoje por todos os historiadores e autores de História”. Esta totalidade de produções não se restringe ao texto escrito ou a quem produziu. Ela também envolve os sistemas conceituais, metodologias, paradigmas teóricos e hipóteses. O referido historiador divide os produtores de história em dois grandes grupos: um, do ponto de vista *latu senso*, e o outro, sob o ângulo *stricto senso*. O sentido amplo refere-se à historiografia não-especializada, abrangendo análises temporais desde os relatos produzidos pelas primeiras sociedades até as produções contemporâneas. A outra concepção está vinculada a todo material elaborado por historiadores profissionais, tendo em vista, as transformações no campo de escrita da história desde o século XIX, em torno da construção de uma disciplina científica.

Levando em consideração o espaço para análise deste artigo, o sentido de historiografia aqui aplicado será o da escrita profissional da história. Conforme essa aceção, foram examinadas somente as obras concebidas em cursos de Pós-graduação em História, situados no Brasil. Atentando para a diversidade de problemas que cada uma delas discorre, o recorte analítico, aqui delimitado, está focado interpretações desses historiadores sobre o hip-hop.

Segundo John Gaddis (2003, p.24-25), a História é o melhor método para “expandir a experiência” sobre a experiência humana ao longo do tempo, sobretudo, pelo fato da existência

de uma metodologia consolidada no ofício historiográfico que permite ao historiador comparar, identificar diferenças e similaridades, assim como a capacidade “de entender que generalizações nem sempre se aplicam a circunstâncias especiais”. No entanto, Sanjay Seth (2013) ressalta que a História não detém o monopólio da análise temporal e que outras tradições de raciocínio não-ocidentais também constroem temporalidades e possibilitam novas formas de compreensão temporal da realidade, articulando passado, presente e futuro. Isso significa ressaltar as contribuições da História para a compreensão deste fenômeno que é o HH.

Os estudos sobre o Hip-Hop, desenvolvidos no âmbito das universidades brasileiras, tiveram início em meados da década de 1990, sobretudo, a partir das ciências sociais, educação, comunicação, antropologia, letras e literatura. Nos domínios da História, de acordo com as buscas realizadas nos meios digitais, as primeiras dissertações e teses defendidas surgem a partir do ano 2000.⁵ A par desse quantitativo, tendo em vista que o tema em foco é recente, tanto do ponto de vista da sua historicidade, processo ainda em curso no tempo presente, quanto das pesquisas sobre a sua trajetória histórica, é possível afirmar que há um vasto campo a ser explorado com base nos procedimentos teóricos, conceituais e metodológicos da História.

Posto que o tema principal da maioria das teses e dissertações aqui indicadas tenha sido o rap, esses trabalhos problematizaram o hip-hop com análises que abordaram a sua história e que ofereceram interpretações analíticas sobre ele. É a partir desse ponto que seguimos com a nossa reflexão. De forma geral, a narrativa dos elementos foi reproduzida em boa parte dos trabalhos, mesmo que alguns de seus pontos tenham sido questionados, situação que pode ser identificada nos trabalhos de Grecco (2007) e Sousa (2009).

Em seu estudo, Grecco (2007, p.14-18) define o Hip-Hop como um “fenômeno sócio-cultural” constituído por um conjunto de manifestações culturais, composta por três elementos, pois considera o DJ e MC como partes indissociáveis na produção da vertente musical do HH. Além disso, acrescenta que esse fenômeno foi originado em periferias de todo o mundo, com um objetivo contestador e rebelde.

Por sua vez, o estudo de Sousa (2009, p.16-21) também se mantém no âmbito da narrativa dos elementos apesar de oferecer uma análise distinta sobre a origem do HH. Esse historiador afirma que o HH foi concebido na Jamaica, no interior do *sound system*, que, desde aos anos 40, compunha eventos festivos nas periferias urbanas do país. Esta cultura jamaicana composta por dois toca-discos, um sistema de som e microfone. Comandando os toca-discos

⁵ Em função do espaço, selecionamos apenas os trabalhos com discussões mais pertinentes ao problema aqui debatido: AZEVEDO (2000), GRECCO (2007), SOUZA (2009), CAMARGOS (2015 e 2016).

havia o seletor e na relação com o público, um mestre de cerimônias que colocava em prática o toast, uma forma de se comunicar com o público, ora animando ora abordando assuntos polêmicos e conscientizadores. Os dois estariam, respectivamente, na origem do DJ e do MC. Com essa cultura sendo implementada nos EUA, há uma transição do rap para "uma complexa e rica teia de elementos" que consolida o HH.

Dentre as análises que oferecem uma visão distinta e para além da narrativa dos elementos, podemos destacar as de Azevedo (2001) e Camargos (2016). A partir do artigo de Amailton Magno Azevedo (2001, p.359-361), resultante de seu mestrado em História pela PUCSP, é possível pensar o hip-hop como um conjunto de sociabilidades construídas em diversos espaços públicos e privados urbanos relacionados à periferia e, sobretudo, por jovens negros e pobres. A partir dessas relações foram forjados, nestes espaços, grupos musicais e de dança, relações de amizade e cumplicidade e formações técnicas que possibilitaram o surgimento de profissões. O historiador também destaca o desenvolvimento de uma percepção, por parte desses jovens, como agentes transformadores da realidade onde vive, assim como, o amadurecimento de uma consciência de pertencimento a territórios periféricos e de identidade sociais, étnicos, políticas e de gênero.

Camargos (2016, p.49), em tese de doutorado, pensa o hip-hop como um “campo político, cultural e ideológico que organiza a produção e os comportamentos sobre certas bases conceituais e práticas” e que é composto por um complexo cultural, tendo no rap o principal representante. Esta perspectiva revela que o fenômeno HH ultrapassa os seus elementos e lança um olhar sobre a sua relação entre cultura, política e sociedade, mostrando que a sua compreensão não passa somente pelas linguagens culturais a partir da quais ele se manifesta, como também pelas formas de pensar, se relacionar e de agir de seus agentes perante a sociedade.

Apesar de não termos realizado a análise pormenorizada dos trabalhos historiográficos a partir do problema aqui proposto (interpretação sobre o HH), consideramos que as análises aqui apresentadas simbolizam, de forma geral, o conjunto de estudos que abordam direta ou indiretamente o hip-hop. Nesse sentido, foi possível identificar a necessidade de elaboração teórica sobre o HH, como fizeram Azevedo (2001) e Camargos (2016). Assim, é fundamental pensar e propor uma hermenêutica que possibilite aprofundar as reflexões em torno de um fenômeno recente e cuja complexidade é evidente.

O Hip-Hop a partir da hermenêutica decolonial

Como forma de contribuir para a reflexão, propomos aqui entender o HH como uma categoria analítica e apontar alguns parâmetros conceituais que contribuam com futuras investigações e possibilitem a construção de uma compreensão desse fenômeno que leve em consideração uma multiplicidade de experiências em escalas temporais e espaciais variadas. Nesse processo, as proposições teóricas devem ser confrontadas e, dependendo dos contextos, também devem ser repensadas.

A partir das considerações acima propomos pensar o hip-hop como um fenômeno histórico e social, fundamentado, sobretudo, na cultura afrodiáspórica e, originalmente, produzido a partir de regiões periféricas urbanas. Além disso, constitui-se por meio de um conjunto de sociabilidades que se manifesta especialmente por intermédio de diversos tipos de expressões culturais e ações sociopolíticas (*posses*). Além disso, caracteriza-se por ser um espaço geopolítico e corpo-político de conhecimento e por apresentar uma pluralidade de sentidos políticos, estéticos, éticos e decoloniais.

Por se tratar do estudo desse fenômeno no continente americano, mas especificamente, Brasil, utilizaremos o arcabouço teórico elaborado pelo pensamento decolonial, que estrutura sua análise do social a partir de uma concepção teórica que analisa a experiência histórica da região como um processo de longa duração que está relacionado à constituição do sistema-mundo moderno colonial⁶ e capitalista. Essa hermenêutica é formada por dois tripés: o primeiro, diz respeito à colonialidade do ser, saber e poder, que são três modalizações da lógica colonial, que se interrelacionam de forma interseccional; e o segundo, está relacionado aos marcadores hermenêuticos de opressão de raça, gênero e classe.

Conforme Anibal Quijano (2009, p.82), os fenômenos históricos são forjados a partir de uma *heterogeneidade histórico-estrutural do poder*, constituindo uma totalidade constituída por fatores que são descontínuos, desordenados, autônomos e interdependentes. Nesse conjunto de relações heterárquicas ou interseccionais, a história se constitui e ganha novos sentidos por meio de ações sociais e políticas de sujeitos, instituições e organizações em contextos econômicos, tecnológicos, sociais, políticos, culturais e naturais/físicos que, podemos acrescentar, atravessados por diversos marcadores de opressão, como os já mencionado acima.

A hermenêutica decolonial aponta para a centralidade dos arranjos históricos de poder, que se relaciona à ordem econômica e política, e suas relações com a produção de saber e a

⁶ O sentido colonial defendido pelos autores decoloniais se divide entre o conceito de colonialismo (processo de formação de colônias) e colonialidade, que se refere à lógica global de poder que não se encerra no processo de independência das colônias.

geração de modos e compreensões de ser. Isso significa que as relações de poder condicionam os territórios a partir dos quais se constituem as experiências históricas. Dessa forma, o social se constrói a partir das interações entre as três modalidades do poder colonial: ser, saber e poder. De forma concomitante, os marcadores de opressão, com destaque para o de raça, funcionam como marcadores interpretativos de como a colonialidade, nos seus três vetores, produz e naturaliza certas opressões históricas.

No interior desses três tipos de colonialidade, a noção de temporalidade se inscreve na modalidade da colonialidade do ser, pois ela diz respeito à experiência de vida, uma vez que a experiência vivida condiciona a experiência de ser. Segundo Maldonado-Torres (2018, p.49) a três colonialidades tem como eixo comum a formação do sujeito, no sentido da sua compreensão de si, do tempo e do mundo, pois ele intersecciona todas estas dimensões. A colonialidade se constrói, se reproduz, se transforma, se reinventa e também pode ser encerrar a partir do sujeito que atua em coletividade, que mantém uma relação intensa com o conjunto do meio social em que está inserido. Não é considerado um indivíduo nos termos de estar no mundo apartado dele, mas segue com ele condicionado por suas dinâmicas, sem determinações.

É no ponto colocado no parágrafo anterior que se abre a possibilidade de se pensar o problema da temporalidade e da espacialidade, cujo eixo permite incluir as categorias de *espaço de experiência* e *horizontes de expectativa* (KOSELLECK, 2006) como elementos fundamentais para a análise da experiência do tempo no interior da lógica colonial e nos sujeitos que são formados por ela. Segundo o historiador alemão, a primeira refere-se ao passado atual, isto é, processos históricos vividos no presente que são resultados de diversos passados; às formas de comportamentos racionais e inconscientes e por experiências alheias. A segunda está ligada ao pessoal e interpessoal, configurando-se no futuro-presente, no sentido de que o futuro está na linha metafórica do horizonte que revela a possibilidade de um novo espaço ainda não realizado. Este é mobilizado a partir da esperança, medo, desejo, vontade, inquietude, análise racional, visão receptiva ou curiosidade.

Identificar a cultura afrodiáspórica (GILROY, 2001) como base do HH significa afirmar o movimento translocal de circulação da cultura negra por diversas regiões do mundo e valorizar a multidentalidade e diversidade regional que proporciona a construção de culturas que não estão restritas a um lugar específico, desconstruindo, dessa forma, pontos de vista que visam fortalecer, por exemplo, identidades que excluem outros que não são do mesmo território. A noção de diáspora africana abre possibilidade para pensar o HH a partir das noções de geopolítica e corpo-política do conhecimento (BERNARDINO-COSTA, 2018). Essas

concepções ressalta o pensamento advindo das experiências corporais, deslocando a tradição científica e eurocêntrica da centralidade da produção de conhecimento, a partir do conhecimento advindo das experiências vividas, historicamente rechaçados e deslegitimados.

Por fim, destaca-se a dimensão decolonial (MALDONADO-TORRES, 2018) a ser analisada no HH. Ela se refere à luta coletiva contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos. É a partir de suas atitudes em relação às injustiças da colonialidade que o sujeito busca se afastar, desconstruir e promover a produção de formas horizontais de relacionamento. Essa atitude é composta de atuação nas dimensões do poder (ativismo social em busca de nova estrutura e cultura), do saber (questionar, teorizar e pensar) e do ser (buscando outro tempo e espaço a partir de uma ação estética de novos modos de ser).

Nesse sentido, compreender o hip-hop a partir desse referencial teórico significa pensar a sua multiplicidade histórica conforme os espaços de experiências e suas distintas temporalidades, assim como as relações de poder, saber e ser e as categorias de raça, classe e gênero que o atravessa as suas histórias. Todos esses aspectos são centrais para compreender a pluralidade política, epistemológica, ética e estética e decolonial que este fenômeno adquire, sobretudo, em contextos marcados pela hegemonia do capitalismo e da colonialidade. Por fim, esta complexidade do social contribui para compreender que o HH como um espaço de tensões e de disputas de desejo, percepções e interesses políticos que também expressam uma diversidade de horizontes de expectativa.

Bibliografia

- ALLEN, Harry. Dreams of a Final Theory. In: Total chaos: the art na aesthetics of hip-hop / Jeff Chang. BasicCivitas, 2006.
- AZEVEDO, Amailton Magno. *No ritmo do rap: Música, oralidade e sociabilidade dos rappers*. Projeto história. SP. (22), jun. 2001.
- BARROS, José D'Assunção. *História e historiografia: todas as interações possíveis*. In. BARROS, José D'Assunção (Org.). *A historiografia como fonte histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. *Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. In: *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico* -- 1. ed. -- BH : Autêntica Editora, 2018.
- CAMARGOS, Roberto. *Periferia com o poder da palavra: a poética dos rappers brasileiros*. 2016. 325 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, 2016.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Edição Quarteto Editora, 1ª edição, Coimbra, outubro de 2001 (Coleção Opúsculos).
- CHANG, Jeff. *Generación hip-hop*. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Caja Negra, 2014 [2005].
- CHANG, Jeff. *Hip-Hop Arts: Our Expanding Universe*. In: Total chaos: the art na aesthetics of hip-hop / Jeff Chang. BasicCivitas, 2006.

- GADDIS, John Lewis. Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado; tradução de Marisa Rocha Motta - RJ: Campus, 2003.
- GILROY, Paul. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. SP: Ed. 34; RJ: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GRECCO, Anderson da Costa e Silva. Racionais MC's: música, mídia e crítica social em São Paulo. Dissertação – História Social, PUC – SP, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. RJ: Contraponto, Editora PUCRJ, 2006.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. *Analítica da colonialidade: algumas dimensões básicas*. In: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico / organizadores Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel. -- 1. ed. -- BH: Autêntica Editora, 2018.
- POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.
- QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do Poder e Classificação Social*. In: Epistemologias do Sul / org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. – (CES) Janeiro, 2009.
- ROSE, Tricia. Barulho de preto: rap e cultura negra na América contemporânea. 1. ed. - SP: Perspectiva, 2021. recurso digital (Hip-hop em perspectiva ; 1).
- SETH, Sanjay. *Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?* História da historiografia • ouro preto • número 11 • abril • 2013, p.173-189.
- SOUZA, Rafael Lopes de. O movimento Hip Hop: a anti-cordialidade da "República dos Manos" e a estética da violência. Campinas, SP: [s.n.], 2009.

A fé dos pretos do rosário: um estudo acerca das manifestações religiosas na Irmandade de N. S. do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí do século XIX.

Dandara Abreu⁷
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Joana Bahia
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: “Pretos do Rosário: A fé dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí do século XIX”, ainda em andamento. Começamos nossa abordagem a partir do objeto proposto nesse projeto de pesquisa, a fé dos irmãos do rosário, membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí do século XIX.

O interesse por essa temática surgiu durante minha graduação quando me tornei bolsista do grupo de pesquisa PET-História⁸ da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, lá tive contato com uma gama de documentos a respeito da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí, na área rural do Rio de Janeiro. A partir dessas fontes, desenvolvi meu trabalho de conclusão de curso no qual se discutiu a presença de uma associação religiosa de leigos católicos, que se reuniam para promover culto à Nossa Senhora do Rosário na antiga Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí, esta irmandade era organizada por pessoas cativas e libertas (homens livres de cor) na região fluminense da província do Rio de Janeiro nos oitocentos. Tal trabalho visava compreender quem eram esses agentes sociais: suas origens, grupos étnicos e as relações de sociabilidades que existiram entre os irmãos do rosário e todo o restante da população.

Dando continuidade a esta pesquisa, este projeto visa compreender a fé dos membros da Irmandade de N.S. do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí do século XIX, partindo de dois conceitos fundamentais para a discussão sobre a relação criada pelos negros

⁷ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “Pretos do Rosário: A fé dos irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí do século XIX”, sob orientação da Dr.^a Joana Bahia, bolsista: CAPES.

⁸ PET História: “Práticas de História: dos arquivos para a sala de aula”. O Programa de Educação Tutorial de História da UFRRJ tem como objetivo a formação de um ambiente acadêmico e pedagógico que valorize o debate teórico, a discussão historiográfica e o trabalho de produção do documento. Como bolsista do PET História, trabalhei por dois anos com História local, temática esta que abarca a região em que se encontra hoje Itaguaí e Seropédica, através disso pude ter acesso a estas fontes sobre a Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Itaguaí.

africanos e afro-brasileiros entre catolicismo e as religiões de matriz africana: a circularidade cultural e o sincretismo religioso. Interessa-nos compreender o sagrado, os dogmas, os processos ritualísticos e, sobretudo, como se deu a fusão entre catolicismo e as religiões de matriz africana nesta associação.

O recorte temporal aplicado à pesquisa é de 1846-1858 como consta nos registros do Livro das atas da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Itaguahy⁹. Quanto ao recorte espacial, este projeto trata da antiga Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy que abarcava três freguesias: Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (atual Itaguaí); Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal (atual Seropédica) e São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lajes (atual Paracambi), situadas na província do Rio de Janeiro.¹⁰

A devoção a Nossa Senhora do Rosário estruturou-se institucionalmente no período colonial brasileiro, por meio de irmandades católicas de homens e mulheres negras.¹¹ Estas possuíram grande prestígio social até a abolição da escravidão, funcionavam como um instrumento da Igreja Católica para doutrinar e integrar os negros cativos ou libertos na sociedade escravista.¹² Tanto no período colonial como no imperial as irmandades recebiam financiamento da Igreja católica, dos senhores e de boa parte da população, movimento este muito raro quando tratamos de expressões religiosas afro-brasileiras. A partir da virada do século XIX para o XX tais instituições passaram a enfrentar um declínio, pois já não eram mais alvo de interesse das autoridades locais.

Segundo a historiadora Maristela dos Santos Simão a devoção ao rosário consta nos registros da Igreja Católica Apostólica Romana desde o início do século XII, em uma aparição ao dominicano São Domingos de Gusmão, a virgem Maria apresenta ao religioso um rosário, um cordão feito de muitas contas para ser usado como instrumento de intercessão. O Papa São Pio V também dominicano assim como Domingos de Gusmão, acreditava no poder do rosário e ordenou a toda frota cristã que rezassem o rosário durante a preparação para a como ficou conhecida, batalha de Lepanto. A vitória da frota cristã que notoriamente estavam em desvantagem não só em número, mas também em prática de guerra retoma fortemente a devoção ao rosário que por séculos ficou esquecida:

⁹ Documento disponível no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

¹⁰ RUIZ, Ricardo Muniz. A família escrava no Império do café – Itaguahy – século XIX. In ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 16, 2014, Rio de Janeiro. Anais do Encontro Estadual de História. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014.p.3.

¹¹ SOUZA, Marina de Mello. “Catolicismo negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural”. Afro-Ásia, 28, 2005.p.55.

¹² SIMÃO, Maristela. As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII, Itajaí, SC, Casa Aberta, 2010. p. 18

[...] Segundo o Papa a vitória teria se dado graças à interseção da Virgem, em resposta aos Rosários a ela oferecidos. A Virgem e o Rosário – método de oração e meditação ensinado por ela e para seu louvor – foram, portanto, armas posteriormente usadas pela contrarreforma, buscando restabelecer um elemento de contemplação anterior nas orações dos fiéis (VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana Beatriz de. *Brasil de Todos os Santos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.p.26).

A batalha de Lepanto não só afasta as invasões do Império Otomano da Europa como também consolida de vez a devoção ao rosário, como um instrumento poderosíssimo para os fiéis. Nossa Senhora do Rosário passa a ser a padroeira das causas humanamente impossíveis de serem resolvidas e assim ganhou devotos por todo mundo, a partir da milagrosa vitória dos católicos sob o Império Otomano. A partir disso, é instituído pelo Papa São Pio V o dia 7 de outubro no calendário católico como o dia de Nossa Senhora do Rosário, a celebração marca de vez a devoção à santa e remete ao rosário um caráter místico que posteriormente influenciará na devoção dos negros cativos e forros¹³.

No final do século XVI a devoção ao Rosário já era uma prática comum em Portugal e se consolidou com grande expressão por todo território português, chegando a edificar uma suntuosa capela na cidade de Lisboa. Registra-se neste período a chegada em números cada vez mais expressivos de africanos nas terras portuguesas principalmente em Lisboa e em outras cidades portuárias. Paulatinamente, o culto ao Rosário foi se popularizando entre a população de origem africana, cativos e libertos. Já no início do século XVIII esta associação se torna indiscutível.¹⁴

Para o antropólogo Didier Lahon, um dos principais motivos que fizeram com que os negros se agrupassem em números expressivos nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, foi a facilidade no ingresso. Tais associações aceitavam indivíduos de todos os tipos: pobres e abastados; cativos, libertos e livres; pretos e brancos; homens e mulheres. Scarano, afirma que as populações de origem africana e seus descendentes se estabeleceram primeiramente nas irmandades edificadas pelos dominicanos e depois passaram a se organizar de forma autônoma:

Igreja, no seu esforço para integrar o africano recém-chegado numa sociedade católica e branca, atraiu-o para as Irmandades mais capazes de interessá-los. Talvez o proselitismo dominicano tenha sido mais eficaz, levando os negros a preferirem as associações que estes frades mantinham em seus conventos. Esse contato religioso serviu para estabelecer certa coesão entre brancos e pretos ligando-os através das mesmas crenças, ainda quando fossem, em muitos casos, forçadas e superficiais (SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*, São Paulo, Ed. Nacional, 1978.p. 40-41).

¹³ SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*, São Paulo, Ed. Nacional, 1978. p.40.

¹⁴ SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*, São Paulo, Ed. Nacional, 1978. p.42.

As populações de origem africana realizaram o culto a Nossa Senhora do Rosário, num primeiro momento juntamente com os brancos e a partir do século XVII, organizaram suas próprias irmandades. Os motivos que levaram homens e mulheres negras a optarem pelo culto a Nossa Senhora do Rosário podem ser variados.¹⁵

O historiador José Ramos Tinhorão, em sua obra *Os negros em Portugal: Uma presença silenciosa* aponta o surgimento da primeira irmandade negra de Nossa Senhora do Rosário em Portugal, em meados do século XVII no Convento de São Domingos:

As disputas vinham a mais de vinte anos, e sempre provocadas pela insistência dos negros de se firmar, inclusive perante as autoridades e lei que até contra este convento e padres trazem desinquietados com demanda e desobedecendo-lhes e dando jurisdição desta confraria as justiças seculares, o seu direito de participar da Confraria de Nossa Senhora do Rosário ao lado dos irmãos brancos, ou ao menos paralelamente a eles, ao preço da separação numa segunda congregação, como acabou acontecendo. (TINHORÃO, José Ramos. *Os negros em Portugal: Uma presença silenciosa*, Lisboa, Ed. Caminho, 1988. p.131).

No século XVIII, a devoção a Nossa Senhora do Rosário já havia se consolidado em Portugal, e as irmandades negras dedicadas à santa conquistaram o seu espaço. A Igreja Católica e o Estado se beneficiaram disso, com a edificação das irmandades negras dois problemas eram solucionados: o descontentamento dos brancos em terem de conviver com os negros dentro das irmandades e a catequização dos povos africanos e seus descendentes.¹⁶

Interpretações que se preocupam em compreender como se deu essa associação entre o negro e as irmandades de Nossa Senhora do Rosário foram feitas por muitos intelectuais. Saunders, por exemplo, acredita que o que chamou a atenção das populações africanas para esta devoção foi a natureza semi-mágica do rosário algo que lembraria muito aos feitiços praticados pelos negros no continente africano. Contudo, a associação desse objeto e de outros símbolos cristãos como algo mágico não pode ser classificado como uma pratica somente das populações oriundas do continente africano, visto que, estudos apontam que o mesmo ocorreu na Península Ibérica.¹⁷

Outro autor que aponta caminhos para a compreensão desta identificação do negro com o Rosário é Tinhorão, que buscou apreender o que ocasionou a fixação das populações de escravizados e libertos nas irmandades que prestavam culto a Nossa Senhora do Rosário:

¹⁵ SOUZA, Marina de Mello. “Catolicismo negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural”. *Afro-Ásia*, 28, 2005.p.56.

¹⁶ SIMÃO, Maristela. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII*, Itajaí, SC, Casa Aberta, 2010. p. 19.

¹⁷ SIMÃO, Maristela. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII*, Itajaí, SC, Casa Aberta, 2010. p. 20.

Os negros se fixaram em Nossa Senhora do Rosário pela ligação estabelecida com o seu orixá Ifá, através do qual era possível consultar o destino atirando soltas ou unidas em rosário as nozes de uma palmeira chamada “okpê-lifá”. E ainda decorre, na sua compreensão, da possibilidade de africanos usarem o que ele define como o “Rosário de Ifá”, feitos das cascas e nozes dessa árvore. Às vezes usado por disfarce pelos sacerdotes da religião negro-africana à volta do pescoço, como se fosse um colar no Brasil, aliás, conhecida até o século XIX como quelê e opelê, todos muito próximos do original okpê-lifá (TINHORÃO, José Ramos. Os negros em Portugal: Uma presença silenciosa, Lisboa: Ed. Caminho, 1988. p.133).

Essa ideia apresentada por Tinhorão não se difundiu entre os especialistas em irmandades de Nossa Senhora do Rosário no Brasil e, sobretudo é mal vista, devido a um possível anacronismo.

As irmandades que prestavam culto a Nossa Senhora do Rosário eram inicialmente iguais a todas as outras confrarias majoritariamente compostas por pessoas brancas, viviam a serviço da Igreja Católica e serviam de ferramenta para doutrinar e controlar o homem negro dentro da sociedade escravista. Contudo, percebeu-se que aos poucos tais associações passaram a representar a identidade negra dentro do catolicismo durante o processo de escravidão e para, além disso, tornaram-se um lugar de memória e resistência da população negra tanto em Portugal como na América portuguesa.

Justificativa do tema

Tal projeto se justifica pela proposta de investigação acerca deste espaço religioso que imprime com clareza o que é o Brasil, ou melhor, os povos que constituem esse país plural, que compartilha de diversas crenças, culturas e costumes. Estudar as irmandades negras hoje representa um resgate do encontro entre o homem negro e o branco através da religião. A convivência forçada imposta pelo processo de escravidão fez surgir uma fusão de crenças e culturas. Mais do que pessoas compartilhando uma identificação, notou-se que essas identificações podiam se sobrepor para formar uma sociedade.

Para Gilberto Freyre, intelectual, que pensou questões relacionadas à religião e se pautou em hipóteses levantadas pela sociologia para compreender a relação do negro com a religião nas Américas, estas instituições representavam um lugar de resistência cultural, onde os negros usavam da autorização dada pela Igreja e pelo Estado para manter suas práticas culturais e seus rituais religiosos que na visão do europeu haviam sido deixados para trás nos portos africanos. A herança cultural deixada por estas instituições nos apontam uma memória altamente complexa, repleta de interações, interpenetrações culturais e de representações.

Neste cenário se apresenta a importância desta pesquisa, que mais do que compreender como os irmãos do rosário aparecem dentro destas categorias, nos interessa neste trabalho

contribuir para que se perceba de que maneira essa identificação se materializou no cotidiano dos membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy.

Referenciais teóricos

O conceito de circularidade cultural desenvolvido por Carlo Ginzburg demonstra que a cultura de um povo é algo móvel e passível de transformações a todo tempo, transformações estas que constroem campos mediadores. Na visão de Ginzburg é essencial nos distanciarmos da ideia recorrente de que o encontro entre duas culturas propiciará sempre a dominação de uma delas, para o autor desprendermo-nos de termos como aculturação é fundamental para assim compreendermos os caminhos percorridos por essa cultura em sua totalidade. A historiadora Alba Cleide Calado Wanderley, em seu artigo *A etnografia da festa: vida e morte na cultura afro brasileira no Sertão paraibano* define:

A vivência do sagrado representa, para a história dos negros em diáspora, um forte indicativo de resistência e sobrevivência cultural, tecido pelas contas e pelos fios das miçangas africanas. O relacionamento identitário entre negros de etnias diversas foi vivenciado no Brasil, mesmo quando o sistema colonial ensinava que as mesmas contas se prestavam à devoção católica. Os negros desafiaram os cristãos, apontando a possibilidade de vivências. Teceram as suas histórias de lutas, preservando sua cultura de matriz africana e seus vínculos identitários. Podemos dizer, então, que a Igreja Católica forneceu os elementos da devoção à Senhora do Rosário, enquanto os afro-brasileiros, de posse desses ingredientes, deram forma ao culto e à festa. Essa vivência reconstituiu a história do negro, atrelando-se à herança que lhes é deixada, novos signos e atribui nova significação a essa que ainda é marco de resistência e de luta. (WANDERLEY, 2011. p. 4-5).

No que tange as irmandades católicas de homens e mulheres negras essa circularidade cultural se estabeleceu a partir do momento em que o africano entrou em contato com o colonizador e seu deus cristão e atribuiu a esse encontro significados diversos.

O antropólogo, Sérgio Ferretti, em seu livro *Repensando o Sincretismo* (1995) discute a trajetória do termo sincretismo entre os teóricos da Antropologia e insere neste debate duas hipóteses acerca das irmandades negras. A primeira hipótese infere que o sincretismo ocorre quando há a prática de equiparar as divindades africanas aos santos da Igreja Católica, trazendo assim à tona a ideia de conversão. Esta maneira de pensar o sincretismo, no Brasil, um país que passou por um longo processo de escravidão e, herdou deste sistema brutal a miscigenação, foi apresentada pela primeira vez por Nina Rodrigues, intelectual pioneiro nas discussões sobre aculturação que por meio de uma perspectiva culturalista elucidou diversos graus de sincretismo.

Já a segunda hipótese apresentada por Ferretti, afirma que os negros cultuavam e acreditavam somente nos deuses africanos e utilizavam os santos católicos de fachada para assim poderem expressar sua fé diante dos olhos dos cristãos.

A história das religiões parece ser o tema lógico de nossa pesquisa, contudo, buscamos aqui não nos limitarmos no campo da História das religiões e, sim, traçar uma discussão sobre como o negro reagiu a essa religião que lhe foi imposta. Ou seja, uma pesquisa sobre as estruturas da Igreja Católica, submetida às influências culturais de grupos étnicos diversos.

Ao longo do tempo a palavra religião ganhou diversos significados e foi definida por ciências distintas como a psicanálise, a política e a sociologia que buscaram a partir de seus pilares teórico-metodológicos desvendarem o que há entre o sagrado e o profano, a historiadora Jacqueline Hermann, elucida no texto *História das Religiões e Religiosidades* (1997):

Para Durkheim toda religião é uma cosmologia e, como fator essencial de organização e funcionamento das sociedades primitivas, seria a base de toda a vida social; para Weber uma forma entre outras dos homens se organizarem socialmente; para Gramsci um tipo determinado de visão de mundo que se situa entre a filosofia (religiosidade dos intelectuais) e o folclore (religiosidade popular), não desligando-se, portanto, das estratégias de poder que organizaram diferentemente as sociedades; para Lévi-Strauss, baseando-se no “pensamento selvagem”, a religião pode ser definida como uma “humanização das leis naturais, um antropomorfismo da natureza”; para Freud uma ilusão coletiva, cujo objetivo é dominar o sentimento de impotência que todo homem experimenta frente às forças hostis; para Eliade a referência primordial, o sistema de mundo das sociedades tradicionais, berço privilegiado do “homo religiosus”. (HERMANN, 1997, p. 337-338).

A relevância dos estudos sobre as irmandades negras se dá no momento em que percebemos o caráter protetor destas instituições contra uma sociedade competitiva e dominada pelos brancos, não só para o negro trazido da África como escravizado, como também para os negros e mulatos nascidos no Brasil, fossem cativos ou libertos. As irmandades constituíam uma resposta associativa a uma necessidade coletiva e individual sentida pelos negros e mulatos da colônia.

Nesse sentido, almeja-se compreender esta devoção, captando todos os elementos que compõe este universo ritualístico da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Objetiva-se identificar os dogmas desta instituição, o processo burocrático para se associar a esta irmandade, os cargos administrativos e como estes são distribuídos, as festas e os ritos funerários.

A herança das irmandades negras simbolizam um espaço dentro da cultura brasileira carregado de sentidos africanos, visto que, a relação da história africana com a brasileira não é mera reconstrução de uma história da escravidão, mas uma história viva dos afro-brasileiros que levam em consideração a negritude, a cultura e a memória, ressignificadas no espaço

brasileiro. Em síntese, buscamos apreender tudo que permeia este universo religioso e social das irmandades católicas de homens pretos.

Propomo-nos a utilizar a obra do sociólogo, Roger Bastide, acerca das irmandades. O autor que recebeu duras críticas ao longo de seus estudos por constantemente alterar suas bases teóricas, definiu por fim o princípio de cisão, ao discutir a existência de um sincretismo ou de uma circularidade cultural, dentro das irmandades de negros no Brasil. Um exemplo prático desta teoria elaborada por Bastide é observado por Ferretti (1995) quando em uma entrevista um membro do candomblé afirma a Ferretti ser tão católico assim como também é candomblecista, diante disso, compreendemos que as duas coisas são distintas, contudo, não precisam andar separadas.

Partindo deste princípio de cisão Bastide, formulou uma síntese do homem brasileiro que guardava dentro de si tantas influências e crenças. Acredito que este princípio de cisão formulado pelo autor é de grande importância para este trabalho que visa compreender a fé dos membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em sua totalidade.

Metodologia

A metodologia a ser utilizada para analisar tais fontes é a etnografia documental, tendo em vista o tipo de documentos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy que optamos por analisar: o “Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy” e o “Livro das atas da Irmandade de N.S. do Rosário da Freguesia da Villa de Itaguahy” de 1846-1858, por serem fontes muito extensas e ricas em detalhes, julgo que a etnografia de arquivos cumprirá bem esse papel enquanto método de análise.

Documentação

As fontes manuscritas a serem utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa são: o Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy e o Livro das atas da Irmandade de N.S. do Rosário da Freguesia da Villa de Itaguahy de 1846-1858, estes documentos encontram-se respectivamente em poder da Cúria de Itaguaí e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

O compromisso que analisaremos nesta pesquisa foi escrito no século XVIII no ano de 1768 para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Villa Galega na cidade de Lisboa e,

posteriormente, já no século XIX foi utilizado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy, na Capitania do Rio de Janeiro.

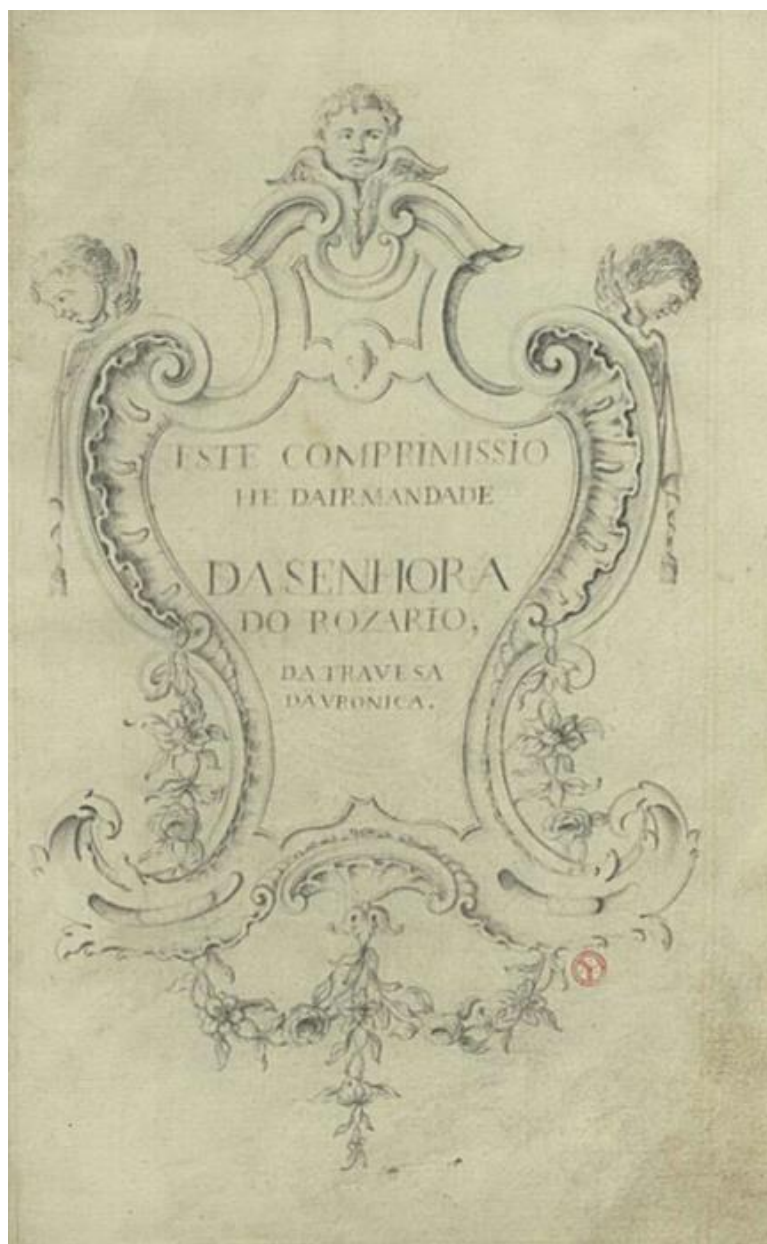


Imagem 1: Contra capa do Compromisso utilizado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco de Xavier de Itaguahy.

Fonte: Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy. p. 13.



Imagem 2: Index dos capítulos do Compromisso utilizado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy.

Fonte: Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy. p. 19.

Estes compromissos seguiam um padrão, eram documentos oficiais que no período da colônia eram apresentados ao rei e no período do império, ao Presidente de Província, por meio de Assembleia Legislativa Provincial. As Ordens de Compromisso das irmandades brasileiras, em especial, as de negros, possuíam a mesma apresentação oficial. Pautavam-se nos estatutos da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa.

Neste compromisso adotado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy encontramos os cargos administrativos que nela existiram e quem podia ocupá-los. Havia os cargos de tesoureiro, escrivão, juizes e juizas, assistente de juiz, procurador, secretário, assistente do secretário, pároco da irmandade, enfermeiro, os mordomos da mesa, os mordomos da capela, o apontador, o capelão e o andador. Ficava a cargo do procurador da irmandade receber e constatar a veracidade dos documentos apresentados pelos pretendentes à membros; o pároco era responsável pelo trabalho pastoreio da irmandade,

todas as questões espirituais eram levadas a ele, também era responsável por de ensinar, santificar e governar a vida espiritual dos irmãos. O andador era uma espécie de “obreiro”, fazia de tudo desde comunicar aos membros sobre as reuniões e horários até a manutenção da irmandade.

De maneira geral, os compromissos parecem ter tido uma base única, seguindo os moldes das primeiras associações leigas que surgiram na Europa. O que poderia ocorrer eram algumas pequenas alterações para melhor se adequar as condições locais impostas a irmandade.

O Livro das atas da Irmandade de N.S. do Rosário da Freguesia da Villa de Itaguahy é um documento de 612 páginas que descreve detalhadamente o dia-a-dia dos irmãos do rosário entre os anos de 1846 a 1858, nele encontramos os rituais fúnebres, as missas, as festas, as cartas de aceitação de membros, documentos de compra e venda de escravizados – que se faziam necessários caso o pretendente a membro fosse cativo –, a lista de membros e suas origens.

Bibliografia Básica

A produção historiográfica brasileira referente às irmandades de africanos e seus descendentes é extensa e abrange uma gama de abordagens com diferentes focos. Podemos perceber facilmente que estes estudos possuem um caráter regional.

João José Reis¹⁸, por exemplo, historiador especialista em escravidão no Brasil, tratou em seus trabalhos de irmandades negras no nordeste brasileiro mais especificamente na cidade de Salvador, Bahia. Reis estudou quais nações africanas possuíram maior expressão no interior das irmandades de leigos no Brasil dos séculos XVIII e XIX.

No Rio de Janeiro, Mariza de Carvalho Soares¹⁹, observou os negros devotos à Santo Elesbão e Santa Efigênia e, se dirigiu para os mesmos caminhos que Reis, defendendo uma divisão entre os grupos de procedência que agregariam-se em associações específicas. Julita Scarano²⁰ que trabalhou com o Distrito Diamantino, em Minas Gerais, escreveu sobre a diversidade de grupos étnicos no interior das irmandades negras.

¹⁸ REIS, João José, *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

¹⁹ SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: Identidades étnicas e religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

²⁰ SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*, São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

Já Cláudia Mortari²¹ e Maristela Simão²² o que trabalharam com irmandades negras em Santa Catarina e Antônia Quintão²³, em São Paulo, não percebem esse fenômeno e abordam em seus trabalhos questões distintas da temática de identidade étnica.

Os trabalhos de Mariza de Carvalho Soares: *Devotos da Cor: Identidades étnicas e religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro e Escravidão africana e religiosidade católica, Rio de Janeiro - século XVIII* nos mostra o emaranhado que é a sociedade do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. Para a autora, as redes de sociabilidade estão extremamente interligadas e torna-se impossível produzir qualquer tipo de material historiográfico sobre o tema sem se dar conta desta fusão e para, além disso, Soares acredita ser essencial utilizar essas conexões para reconstruir os caminhos trilhados no passado e assim podermos lançar sobre ele reflexões.

Para Maristela Simão, analisando o escravizado membro de uma irmandade percebemos seu papel como agente social, sua devoção para além de um ato religioso é carregado de luta e resistência:

Não podemos escapar do binômio escravidão-liberdade nas variadas relações, observando um conceito ampliado de resistência, fazendo-nos pensar sobre os fundamentos das múltiplas variáveis presentes no relacionamento entre senhores, cativos, libertos, libertandos, “homens livres de cor” e de certa forma toda a população, acompanhando os discursos que dão pouco relevo a escravidão como fenômeno estrutural e a ressignificam alicerçados em conceitos mediadores como, por exemplo, experiência, memória, grupos sociais, cultura e cotidiano. (SIMÃO, 2010. p.17.)

Simão contribui para este projeto como uma especialista nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário no Brasil, em seus trabalhos *Lá vem o dia a dia, lá vem a Virgem Maria, agora e na hora de nossa morte: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro (1860-1880)* e *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII* a autora aborda a pluralidade presente dentro das irmandades do rosário e, lança um olhar sob o indivíduo, como agente social que dribla cotidianamente o sistema através das ferramentas a ele dadas. As irmandades do rosário, muito difusas no Brasil, nos mostram formas de resistência e de inserção social que o escravizado encontrava para se manter e se aproximar da liberdade.

²¹ MORTARI, Cláudia. *Os homens pretos do Rosário: Um estudo sobre a Irmandade do Rosário*. Dissertação de Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC/RS, Porto Alegre, 2000.

²² SIMÃO, Maristela. *Lá vem o dia a dia, lá vem a Virgem Maria, agora e na hora de nossa morte: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro (1860-1880)*, Itajaí, SC, Casa Aberta, 2008.

²³ QUINTÃO, Antônia. *Irmandades Negras: outro espaço de luta de resistência (São Paulo 1870-1890)*, São Paulo, Annablume: Fapesp, 2002.

Dito isso, fica evidente a importância de todos estes trabalhos, para compreender o estudo sobre Irmandades no Brasil, no sentido de perceber suas singularidades, diferenças e semelhanças

Referência Bibliográfica

BARROSO, Maria Alice. *Para uma história do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1988.

BASTIDE, Roger. “Os dois catolicismos”. In: *As religiões africanas no Brasil*-vol. I. São Paulo: Ed. USP, 1971.
FERRETTI, Sérgio Figueiredo. *Repensando o Sincretismo: Estudo sobre a Casa de Minas*. São Paulo: EDUSP; São Luiz: FAPEMA, 1995.

HERMANN, Jacqueline. “História das Religiões e Religiosidades”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MELLO E SOUZA, Marina de. *Catolicismo negro no Brasil: santos e minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural*, Afro-Ásia, núm. 28, 2002.p. 125.

MORTARI, Cláudia. Os homens pretos do Rosário: Um estudo sobre a Irmandade do Rosário. Dissertação de Mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUC/RS, Porto Alegre, 2000.

REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*, São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

SILVA, Rubens Alves da. *Negros Católicos ou Catolicismo Negro? Um estudo sobre a construção da identidade negra no congado mineiro*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SIMÃO, Maristela. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII*, Itajaí, SC, Casa Aberta, 2010.

SIMÃO, Maristela. *Lá vem o dia a dia, lá vem a Virgem Maria, agora e na hora de nossa morte: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro (1860-1880)*, Itajaí, SC, Casa Aberta, 2008.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor: Identidades étnicas e religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

Estado, bloco no poder e ideologia: os interesses de classe na aprovação da EC nº 95

Daniel Santos do Amaral¹
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Christiane Laidler
Bolsista CAPES

Introdução

O presente texto tem como objetivo discutir as relações entre Estado e classes sociais no Brasil, no período que corresponde ao processo de impeachment da ex-presidente Dilma e a aprovação do Teto de Gastos pelo governo de Michel Temer. Buscaremos trabalhar as relações políticas das principais classes sociais na aprovação do projeto, procurando demonstrar as convergências de interesses das principais frações de classes que constituem o “bloco no poder” durante a mudança do governo e aprovação do projeto.

O processo político que corroborou para o afastamento da presidente eleita em 2014 possui uma ligação intrínseca com o esgotamento do neodesenvolvimentismo, que, segundo Boito (2018, p.102), contava com uma base ampla (porém heterogênea) de sustentação política no que se refere a implementação de políticas de crescimento econômico e as políticas de transferência de renda. Essa ampla frente política era dirigida pela grande burguesia interna brasileira, mas envolvia classes trabalhadoras excluídas do bloco no poder. A grande burguesia interna ascendeu nos governos petistas, mas contou com certa oposição do “campo neoliberal ortodoxo”, que juntava a alta classe média, os grandes proprietários de terras, o grande capital financeiro internacional e a burguesia brasileira a ele associada (BOITO, 2018, p.103)². Com isso, a crise do neodesenvolvimentismo envolveu uma crise da governabilidade baseada na “conciliação de classes”, que buscava mediar os interesses das mais variadas classes, inclusive do proletariado.

A crise mundial do capitalismo de 2008 é que inicia a trepidação do programa neodesenvolvimentista, colaborando para a desaceleração econômica que ocorreu ainda no primeiro mandato de Dilma (2011-2014), mas acabou sendo reforçada pelas políticas de

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano de 2022, projeto: “Crise, Interesses de Classe e Contrarreformas no Brasil: Posicionamento das Frações de Classe a Partir de Seus Aparelhos Privados de Hegemonia (2013-2019)”, sob orientação da Dr.^a Christiane Laidler, bolsista: CAPES.

² Embora o autor trabalhe com os conceitos de burguesia interna e associada, que são posicionamentos das burguesias frente ao capital estrangeiro, buscaremos dar atenção apenas ao fracionamento da burguesia com relação à função do capital (burguesia industrial, agrária, bancária e financeira).

desonerações e o ajuste fiscal iniciados no seu segundo mandato, com a implicação de que as políticas adotadas naquele momento acabaram por ir de encontro com o programa que havia sido apresentado na campanha de reeleição, pois o governo buscava atender os interesses do grande capital financeiro e da burguesia associada, evidenciando o programa de conciliação de classes. Dentro desse processo, mesmo abrindo mão de promover uma política anticíclica, Dilma acabou sendo afastada por um processo político que fora capitaneado por segmentos expressivos da classe política que compunha seu governo, somado à articulação da própria frente classista do “campo neoliberal ortodoxo”.

Como demonstra Melo (2020, p.181), o processo de afastamento da presidente Dilma em 2016 possui inúmeras características de uma ruptura institucional, por mais que tenha tido participação do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Portanto, o impeachment pode ser considerado um golpe de Estado, “com elementos do campo jurídico, parlamentar, midiático e empresarial” (MELO, 2020, p.181).

O impeachment foi um processo que já estava sendo trabalhado desde o lançamento do programa “Uma Ponte para o Futuro” do PMDB, partido do então vice-presidente Michel Temer. É sintomático que o novo regime fiscal que fora aprovado em 2016, a EC nº 95 (Teto de Gastos), tenha sido desenhado antes do impeachment, tendo sido aprovado apenas após o afastamento da ex-presidente. Contudo, para entender melhor os interesses presentes nesse processo, não basta apenas ler o programa, devemos buscar as bases concretas com que se manifestam os interesses presentes na sociedade civil.

Portanto, a primeira parte do presente trabalho será destinada à discussão teórica sobre a regulação do capital e o papel de intervenção do Estado. Em seguida, relacionaremos brevemente com o recorte histórico e trataremos das bases e características da EC nº 95. Por fim, apresentaremos os interesses de classe que sustentam a política do Teto de Gastos, defendendo a hipótese de que essa política representa uma convergência de interesses das principais frações das classes dominantes, analisando-as a partir das declarações de seus principais órgãos de representação ideológica.

As fontes, como citado anteriormente, são formados por declarações dos próprios Aparelhos Privados de Hegemonias³ das frações da burguesia brasileira na grande imprensa e

³ O termo "aparelhos privados de hegemonia" refere-se à materialização dos processos de conformação da hegemonia na sociedade civil. Esses aparelhos, como destacado por Liguori (2017), constituem um conjunto de organismos privados que mediam as relações de produção e a organização do Estado. São essenciais na organização e transmissão de ideologias, desempenhando um papel crucial na formação do consenso e na promoção da visão-projeto da fração de classe hegemônica, tanto no âmbito do Estado Ampliado quanto no restrito (cf. Gramsci, 1999, p. 320; Liguori, 2017).

em seus sites oficiais. Quanto ao procedimento metodológico, segue-se uma pesquisa bibliográfica, visando analisar a história em movimento, para compreender as ações dos agentes no social. Entende-se aqui, assim como Dosse (2012, p.7), o Tempo Presente como uma nova concepção de operação historiográfica, indo além de um simples período adicional da história. Ademais, pretendemos identificar as frações de classe e seus interesses na primeira reforma ultraliberal, que estabeleceu um novo regime fiscal no Brasil.

Intervenção estatal e a Emenda Constitucional 95/2016

O poder de intervenção governamental como meio de estimular a economia e combater as crises não é uma novidade e tem sido utilizado desde os estágios iniciais do capitalismo. A apropriação privada, legal ou ilegal, da riqueza produzida socialmente só se torna viável quando o Estado tem a capacidade de estabelecer impostos, regular o comércio internacional, as terras públicas, o comércio e o transporte, sustentar as forças armadas e assumir a responsabilidade pela administração pública. A intervenção estatal pressupõe a separação entre o Estado e a sociedade, assim como entre o Estado e a economia. No entanto, essa divisão desconsidera o fato de que o Estado faz parte das relações capitalistas (HIRSCH, 2010, p. 31).

Hirsch (2010, p. 161-163) destaca que o capitalismo contemporâneo e as formas de regulação estatal são caracterizados por relações salariais e de trabalho marcadas pela tendência à informalidade e precarização, além de um sistema de seguridade social reduzido ou parcialmente privatizado. A desregulamentação dos mercados de capital e financeiro reforça esse processo de financeirização e modifica as relações salariais e de trabalho. Além disso, ocorreram deslocamentos na estrutura do bloco no poder⁴ capitalista, com o capital financeiro, representado por bancos, fundos de investimento e agências de aplicação, ganhando cada vez mais destaque e importância nas economias.

Esse processo também é caracterizado pelo que a historiadora Virgínia Fontes chamou de "expropriações secundárias", que não envolvem a perda de propriedade dos meios de produção ou recursos sociais fundamentais para sua existência, mas sim formas de intensificação da disponibilidade dos trabalhadores à lógica do mercado (Fontes, 2010, p. 54).

⁴ O conceito de “bloco no poder” que visa explicar a unidade contraditória existente entre as frações dominantes dentro de uma determinada formação social, com a hegemonia de uma dessas frações de classe. A fração hegemônica consegue polarizar os diferentes interesses conflitantes no interior das classes dominantes em interesses políticos e, ao constituir seus interesses econômicos em interesses políticos, representam o interesse geral comum das classes ou frações do “bloco no poder”, que corresponde à exploração econômica e na dominação política (POULANTZAS, 2019, p. 240-246).

Essas expropriações podem ser regulações estatais visando à lucratividade do capital ou setores específicos do capital.

No que se refere às relações de classe no Brasil, Boito (2018, p.34), um cientista político que trabalha com o arcabouço teórico de Poulantzas, conclui que o capital financeiro, tanto nacional quanto internacional, representa a fração burguesa hegemônica no modelo neoliberal, uma caracterização que também pode ser aplicada ao caso brasileiro. Em relação aos governos do PT, Boito (2018) argumenta que, de maneira semelhante aos governos FHC, eles mantiveram uma correspondência objetiva com os interesses do grande capital financeiro e o modelo neoliberal. Além disso, esses governos contaram com a identificação política e ideológica de entidades e organizações internacionais ligadas ao capital financeiro, com suas políticas econômicas recebendo aprovação do FMI, Banco Mundial e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Boito (2018) destaca que, durante os governos de Lula e Dilma, foi operada uma política econômica complexa que possibilitou a ascensão do grande capital das burguesias dos setores de construção civil, da indústria naval do agronegócio, etc., sem que o lugar hegemônico do capital financeiro fosse ameaçado durante seus respectivos mandatos. No processo que leva a crise do neodesenvolvimentismo — crise de 2008; queda do preço das commodities; crise política interna via/potencializada pela operação Lava Jato (com complacência do imperialismo norte-americano) — acabaram afetando as disputas por hegemonia no interior do “bloco do poder”. Um exemplo dessas turbulências presentes no bloco no poder é a implementação do Plano Brasil Maior no primeiro governo Dilma. Conhecido também como agenda FIESP, o plano visava ampliar alguns mecanismos utilizados pelo governo Lula para responder a crise de 2008 e o baixo crescimento de 2009. Na prática, o plano buscou reduzir as taxas de juros (SELIC e juros reais para investidores e consumidores), desvalorização do real, desoneração de impostos e tributos, e represamento das tarifas de energia elétrica (NETO, 2020, p.119-120).

O processo que vai da reeleição de Dilma até o seu impeachment possui especificidades importantes. Eleita com um programa mais a esquerda, Dilma acabou por colocar Joaquim Levy (diretor do Bradesco, que estava alinhado com um pensamento econômico ortodoxo), garantindo assim seu novo compromisso com os bancos e sistema financeiro, e adotou uma política de austeridade fiscal, o que contrastava com grande parte do seu programa de governo que foi vencedor nas urnas. Essa ação do governo Dilma assim que ganhou as eleições colaborou para que a presidenta perdesse parte de sua base política entre os trabalhadores organizados ou não organizados. Sem base política sólida entre as classes trabalhadoras e entre

as frações burguesas, além das crises políticas e econômicas que assolavam o país, o caminho para o impedimento de Dilma estava aberto.

Dilma cedeu às pressões do grande capital e mudou o regime da política econômica, buscando resolver o conflito distributivo, mas neste momento, em favor do capital. Como relembra Deccache (2022, p.191-192), o programa de austeridade implementado pelo ministro Joaquim Levy ocasionou um choque de desemprego, acarretando forte desorganização da classe trabalhadora, que não reagiu para evitar as reformas neoliberais subsequentes e o golpe de Estado de 2016. Nesse processo, houve uma constitucionalização da austeridade fiscal como política de Estado, por intermédio da Emenda Constitucional n. 95, o teto de gastos.

Aprovada em 2016, a da Emenda Constitucional n. 95 acaba com pisos constitucionais e estabelece um teto para todo gasto primário, que, no máximo, passa a ser igual ao do gasto anterior, corrigido pela inflação (BRETTAS, 2020, p.238). A partir da aprovação, foi legitimado o ajuste fiscal por meio da constitucionalização da austeridade, e acabou com a relação entre receitas e os gastos primários. Brettas (2020) explica que, por mais que se aumentem as bases de arrecadação do governo, não será possível aumentar os gastos primários, como os gastos com políticas sociais. O aumento da receita tributária tem um destino certo, que é o pagamento dos juros (BRETTAS, 2020, p.239).

Os economistas do mercado diziam que o choque fiscal contracionista era necessário para controlar os déficits primários e a trajetória da dívida pública para restabelecer a confiança e o crescimento econômico. Contudo, como demonstra Behring (2021, p. 192-193), o enrijecimento do Estado tem menos a ver com a ameaça da inflação, déficits ou aumento da dívida, mas sim com a liberação da apropriação do fundo público pelo capital portador de juros e pelos especuladores. Brettas (2020, p.241) considera esse processo como uma expropriação gradativa do valor gerado pela força de trabalho, com o processo de financeirização implicando em uma mudança na organização da produção e nas formas da absorção da mais-valia, com um aprofundamento das relações de superexploração da classe trabalhadora.

A EC 95 descaracterizou o desenho constitucional estabelecido em 1988, significando um grande golpe contra a classe trabalhadora no que se refere à luta por direitos sociais. O resultado do ajuste fiscal permanente não corroborou com os argumentos usados para a aprovação do Teto de Gastos. Deccache (2022, p.188-189) coloca que a dívida pública líquida em proporção ao PIB subiu, sendo de 55% em 2003, caindo para 33% em 2014, e após a aprovação do teto somado às políticas de austeridade, foi para 54,8% em 2019. Além disso, foi acumulado “os maiores déficits primários da história recente” (DECCACHE, 2022, p. 188-

189). Também não foi capaz de conter a inflação, tendo em vista que esta era impulsionada pela liberação dos preços administrados pelo Estado, e não com o gasto público (BEHRING, 2021, p. 192).

Se a política de austeridade fiscal prejudica as contas públicas, reduz o crescimento econômico e agrava os problemas que “pretendiam” resolver, por qual motivo essas políticas são adotadas? Deccache (2022, p. 189-190) buscou responder a essa questão, e defende que políticas como o teto de gastos possui a função de esmagar a capacidade do Estado de manter financiamentos básicos através de restrições orçamentárias, que reduzem a qualidade dos serviços públicos, abrindo caminho para o setor privado ampliar sua participação em diferentes esferas da acumulação de capital, que antes era ocupado pelo setor público. Ademais, essa política é funcional para a acumulação liderada pelas finanças, que é o motor da especificidade histórica do neoliberalismo. Os conjuntos das políticas de austeridade aumentam o desemprego e reduzem os salários, fazendo com que as famílias da classe trabalhadora recorram a um processo de endividamento crescente junto ao sistema financeiro, buscando suprir necessidades básicas como saúde, educação e moradia. Com isso, o setor financeiro se apropria de uma parcela cada vez maior da renda das famílias e do excedente produzido pela classe trabalhadora, demonstrando a intersecção existente entre a financeirização da economia e as políticas de austeridade.

Ao contrário de outras experiências estrangeiras com teto de gastos públicos, as regras do novo regime no Brasil não consideram o crescimento econômico nem as mudanças demográficas ao longo dos próximos vinte anos. Isso pode resultar no enfraquecimento das políticas sociais, especialmente nas áreas da saúde e educação, colocando em risco a qualidade de vida da população brasileira. Com a implementação do teto de gastos no Brasil, os gastos públicos com áreas fundamentais como saúde, educação, assistência social e a própria manutenção da máquina pública, permanecem congelados. Essa abordagem desconsidera fatores essenciais, como o crescimento e envelhecimento populacional esperado até 2036, bem como a possibilidade de crises de qualquer natureza que possam demandar investimentos adicionais. É importante ressaltar que o Ministro da Fazenda do governo de Michel Temer, Henrique Meirelles, confirmou em entrevista que a "desvinculação das despesas obrigatórias com saúde e educação"⁵ é considerada uma parte fundamental e estrutural do novo regime fiscal.

⁵ MEIRELES apud Mariano, (2017, p. 262-263).

Uma vez estabelecido o limite, ele vincula todos os acontecimentos gerenciais que ocorrerem em diferentes entidades, órgãos e indivíduos relacionados acima, pelos próximos 20 anos. Isso, evidentemente, dificulta os aportes necessários para a manutenção e expansão dos serviços públicos, adoção de avanços tecnológicos, aumentos salariais, contratações e reestruturação de carreiras, algo imprescindível devido ao crescimento populacional e, sobretudo, em consonância com os princípios e objetivos constitucionais, que direcionam a construção de algo próximo de um “Estado de bem-estar social”. Conforme apontado por Mariano (2017), o novo sistema fiscal, por consequência, anula o projeto constituinte de 1988 e retira dos futuros governantes a autonomia sobre o orçamento, a menos que, em gestões posteriores, surja uma proposta de emenda constitucional que reverta tal situação. Além disso, retira do povo brasileiro o direito de escolher, em cada eleição, o programa governamental refletido no orçamento e, com isso, tomar decisões acerca das políticas públicas prioritárias para o crescimento econômico.

Falando especificamente sobre os gastos primários, o limite de despesas impõe restrições apenas aos gastos não financeiros, deixando de fora os custos com juros e encargos da dívida pública. Isso confirma o que foi mencionado anteriormente sobre as políticas de austeridade que visam cortar despesas para liberar recursos públicos para pagamentos financeiros. É importante destacar que, levando em consideração o exercício financeiro de 2016 como ponto de partida, os efeitos dessa regra fiscal são amplificados, uma vez que partem de um nível já bastante reduzido devido aos contingenciamentos realizados pela então presidente Dilma Rousseff em 2015, os quais foram os maiores desde o início da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Laidler (2018, p. 315) destaca que, se a exploração do petróleo crescer, garantindo grandes recursos, estes não trariam desenvolvimento, ou seja, sua vinculação às áreas de saúde e educação, estabelecida anteriormente por Dilma, deixa de ter efeito.

Mariano (2017, p. 262) destaca que os principais problemas do novo regime fiscal residem no parágrafo 6 do artigo 102. Nesse contexto, os pagamentos de juros e amortizações da dívida pública não foram excluídos do limite, o que permite que esses custos se acumulem livremente. Conforme Laidler (2018, p. 315), as despesas financeiras permaneceram livres, com os técnicos que comandam o Banco Central controlando o investimento no país, prática que tem sido adotada desde o Plano Real, com a ditadura das metas de inflação. Essa situação colabora para o prejuízo do crescimento econômico e torna o país refém da dívida sistêmica de curto prazo.

A Emenda Constitucional 95/2016 aprofunda ainda mais a exploração dos recursos públicos, especialmente do orçamento social, ao mesmo tempo em que proporciona ganhos exorbitantes ao setor financeiro. Para ilustrar esse cenário, de acordo com informações do site do TCU, em 2020, o país destinou R\$ 1.030,3 bilhões para amortização da dívida e R\$ 346,0 bilhões para juros e encargos, evidenciando um aumento em relação aos anos anteriores, o que se relaciona com os níveis de endividamento e os vencimentos dos títulos em 2020⁶.

Segundo Castelo (2022, p. 304), a EC 95, promulgada em 2016 após episódios de repressão aos manifestantes em frente ao Congresso Nacional, garantiu constitucionalmente a mudança no padrão dos gastos públicos em favor do rentismo. As classes dominantes se uniram para alterar a Constituição, com o intuito de destruir direitos sociais e consolidar a plutocracia burguesa. O fundo público e os aparelhos estatais de política econômica foram blindados, beneficiando a hegemonia rentista dentro do bloco social dominante.

Para Castelo (p. 304-305), nos Três Poderes, o Executivo transformou-se em um bunker tecnocrático, agora respaldado pela Constituição por meio da EC 95, intensificando os métodos de exploração da classe trabalhadora e expropriando seus direitos sociais, conforme também identificado pelo autor como expropriações secundárias, seguindo as definições de Fontes (2010). Nessa hegemonia rentista, o esforço deles foi direcionado para garantir seus rendimentos financeiros provenientes dos pagamentos da dívida pública.

Portanto, a política do Teto de Gastos estava de acordo com os interesses do grande capital, principalmente do capital financeiro nacional e internacional. Olhando preliminarmente alguns APHs das frações do capital, é possível destacar que há certa convergência dos interesses econômicos no que se refere à aprovação do Teto de Gastos.

As convergências entre as frações do capital

Em manifesto assinado por algumas entidades de representação da burguesia agrária, dos meios de comunicação empresarial e da burguesia industrial — contou com participação da A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Confederação Nacional do Transporte (CNT), Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP), Confederação Nacional da Comunicação Social (CNCS), Confederação Nacional

⁶ BRASIL. Tribunal de Contas da União. Contas do Presidente da República: Dívida Pública. [Brasília]: Tribunal de Contas da União 2020. Disponível em: <<https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2020/03-conjuntura-economica-divida.html>>. Acesso em: 25/07/2023.

das Instituições Financeiras (CNF), Confederação Nacional de Saúde (CNS), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) —, mostra a defesa de diferentes frações do capital à promulgação do teto de gastos. Como foi destacado anteriormente quanto aos prognósticos feitos pelos economistas liberais da crise econômica brasileira, os APHs enxergavam que:

O desajuste nas contas públicas desorganiza a economia, é combustível para a inflação, inibe os investimentos, causa a quebra generalizada de empresas e impede o crescimento. Esse descontrole é um dos grandes motivos do desemprego recorde no país, que atinge 12 milhões de pessoas. Não é por outra razão que o Brasil enfrenta a mais grave recessão de sua história. (CNA, 2016)⁷.

Para resolver essa crise, as entidades empresariais recomendaram que:

As confederações empresariais vêm manifestar firme apoio à aprovação do teto para os gastos. A PEC 241 pode ser considerada uma revolução fiscal em um país acostumado à ganância do dinheiro público. Se a proposta tivesse sido adotada em 2006, os gastos da União hoje seriam de 10% do Produto Interno Bruto, exatamente a metade do que está previsto para 2016. Nossa expectativa é de que a aprovação da PEC 241 represente o ponto de partida para o Brasil retomar os investimentos e a geração de empregos. Não podemos perder mais essa oportunidade. Com grandeza e espírito público, deputados e senadores saberão honrar a esperança que o povo brasileiro deposita no Congresso, dando esse passo imprescindível para a reestruturação do país. (CNA, 2016)⁸.

As frações mais ligadas ao setor produtivo (o que não os impede de estar inserida na dinâmica da financeirização), também prestaram apoio à EC 95. A burguesia industrial do estado de economia mais dinâmica do país (São Paulo), por intermédio do ex-presidente da instituição, Paulo Skaf, colocou o Novo Regime Fiscal como um dos pontos positivos da gestão de Michel Temer, junto com a nova política de preços do petróleo e da Reforma Trabalhista⁹. O Conselho Nacional da Indústria (CNI), sugeriu que uma nova política fiscal fosse adotada

⁷ CNA defende limite de gastos públicos e equilíbrio das contas do País. CNA Brasil, 07/10/2006. Disponível em: <<https://cnabrasil.org.br/noticias/cna-defende-limite-de-gastos-publicos-e-equilibrio-das-contas-do-pais>>.

Acesso em: 13/02/2023.

⁸ Ibidem.

⁹ BELO, Eduardo. Fiesp reforça críticas ao governo e lista pontos negativos de Temer. Valor Econômico, 21/07/2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/07/21/fiesp-reforca-criticas-ao-governo-e-lista-pontos-negativos-de-temer.ghtml>>. Acesso em: 13/02/2023.

CONCEICÃO, Ana; Agostine, Cristiane; VIEIRA, Catarine. "Gestão da Fiesp é privada, não cabe discutir publicamente". Valor Econômico, 223/08/17. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/08/23/gestao-da-fiesp-e-privada-nao-cabe-discutir-publicamente.ghtml>>. Acesso em: 13/02/2023.

pelo governo Temer, e considera a que a aprovação do limite constitucional ao crescimento dos gastos foi uma importante demanda atendida pelo governo¹⁰.

Contudo, o capital financeiro, no processo de debate, tramitação e aprovação da reforma, apresentou-se como a fração mais influente, principalmente na figura da Febraban. Murilo Portugal Filho, presidente da Febraban em 2016, defendeu em Comissão Especial que analisava a proposta para o Novo Regime Fiscal, que a mudança seria importante para o Brasil. Murilo Portugal colocou o EC 95 foi “uma mudança que alguns tentaram, como eu, e não conseguiram. A aprovação dessa medida pode representar para a política fiscal o que o Plano Real representou para a política monetária”¹¹. A apresentação realizada por Murilo Portugal em 12 de setembro de 2016¹², na Comissão Especial da PEC 241/16, acabou sendo uma das principais justificativas no relatório da Proposta de Emenda à Constituição, elaborado pelo deputado federal pelo Rio Grande do Sul e vice-líder do governo Temer, Darcísio Perondi¹³. No parecer do relator, ele sustenta que todos os países que implementaram um teto para os gastos conseguiram recuperar suas economias, mencionando o exemplo da Holanda, que adotou esse limite em 1994. Essa argumentação do relator segue os pontos destacados por Murilo Portugal, incluindo os mesmos recortes e dados apresentados pelo representante da Febraban.

Essa informação foi confirmada em uma reportagem da Agência Pública¹⁴, na qual o deputado federal Darcísio Perondi justifica um equívoco em seu relatório, alegando que a origem da informação estava presente na apresentação de Murilo Portugal. No entanto, para manter-se fiel aos fatos, a reportagem evidencia que o equívoco foi uma interpretação errônea do próprio deputado, e não da apresentação em si. O ponto crucial a ser destacado é que, durante a elaboração do relatório da Comissão Especial designada para emitir parecer sobre a Proposta

¹⁰ GOVERNO Temer encerra gestão com avanços importantes. Portal da Indústria. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/governo-temer-encerra-gestao-com-avancos-importantes/>>. Acesso em: 13/11/2023.

¹¹ NOVO regime fiscal é mudança estrutural importante, diz presidente da Febraban. Agência Câmara de Notícias, 12/09/2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/497914-novo-regime-fiscal-e-mudanca-estrutural-importante-diz-presidente-da-febraban>>. Acesso em: 13/02/2023.

¹² PORTUGAL, Murilo. Apresentação sobre a PEC 241/2016 - Novo Regime Fiscal. Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pec-241-2016-novo-regime-fiscal/documentos/audiencias-publicas/MuriloPortugalFEBRABANApresentao.pdf>>. Acesso em: 13/11/2023.

¹³ BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Proposta de Emenda à Constituição nº 241-A, de 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1495741>. Acesso em: 13/11/2023.

¹⁴ AGÊNCIA PÚBLICA. "Nenhum país adotou teto de gastos como o da PEC 241". 25/10/2016. Congresso em Foco. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/nenhum-pais-adotou-teto-de-gastos-como-o-da-pec-241/>>. Acesso em: Data de Acesso.

de Emenda à Constituição, a Febraban, assim como outras vozes favoráveis à medida, tiveram maior destaque na formação do relatório, que praticamente não conferiu qualquer relevância à vozes dissonantes.

Com isso, buscamos demonstrar que as mais variadas frações do capital apoiaram a reforma do Teto de Gastos, o que representa uma convergência de interesses do grande capital em favor das políticas de austeridade e do processo de financeirização da economia. Deste modo, a atuação do Estado restrito consolidou a visão-projeto da fração de classe hegemônica na nova configuração do "bloco no poder" após o golpe de 2016, sendo o capital financeiro o ator preponderante nesse cenário.

Considerações finais

Desde o impedimento da ex-presidente Dilma em 2016, várias das bases do programa “Uma Ponte para o Futuro” foram aprovadas, como a Emenda Constitucional nº 95/2016 (Teto de Gastos). Pegando a metade da pior década em termos de média de crescimento do PIB¹⁵, o cumprimento da agenda neoliberal por parte dos governos Temer e Bolsonaro não apresentou qualquer eficácia para superá-la. Tal agenda apenas acentuou o privatismo e o rentismo, inviabilizou a adoção de políticas sociais e acelerou o desmonte do Estado. Sob a direção do grande capital, a agenda de ajustes continua ambiciosa, mesmo com a patinação da economia, pois os ganhos do capital se ampliaram, com o setor financeiro batendo recordes de lucratividade¹⁶.

Conclui-se, dessa forma, que as maiores partes das frações da burguesia se opuseram ao governo Dilma e se colocaram em favor de uma agenda ultraliberal. O golpe de Estado de 2016 foi apoiado pela burguesia em seu conjunto, contando com a ação do imperialismo (também via Lava-jato) e da burguesia associada somada a burguesia financeira, o que possibilitou a eliminação do programa neodesenvolvimentista, e a intensificação de políticas neoliberais no país.

Referências e fontes

¹⁵ ROUBICEK, Marcelo. Década perdida: a queda do PIB em 2020 sob perspectiva histórica. Nexo, 03 de mar. de 2021. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/03/D%C3%A9cada-perdida-a-queda-do-PIB-em-2020-sob-perspectiva-hist%C3%B3rica>>. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

¹⁶ ALVARENGA, Darlan. "Lucro dos grandes bancos do Brasil salta 32,5% em 2021 e atinge recorde de R\$ 81,6 bilhões". G1, 15/02/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/02/15/lucro-dos-grandes-bancos-do-brasil-salta-325percent-em-2021-e-atinge-recorde-de-r-816-bilhoes.ghtml>>. Acesso em: 13/11/2023.

AGÊNCIA PÚBLICA. "Nenhum país adotou teto de gastos como o da PEC 241". 25/10/2016. Congresso em Foco. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/nenhum-pais-adotou-teto-de-gastos-como-o-da-pec-241/>>. Acesso em: Data de Acesso.

ALVARENGA, Darlan. "Lucro dos grandes bancos do Brasil salta 32,5% em 2021 e atinge recorde de R\$ 81,6 bilhões". G1, 15/02/2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/02/15/lucro-dos-grandes-bancos-do-brasil-salta-325percent-em-2021-e-atinge-recorde-de-r-816-bilhoes.ghtml>>. Acesso em: 13/11/2023.

BEHRING, Elaine. Fundo público, valor e política social. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BELO, Eduardo. Fiesp reforça críticas ao governo e lista pontos negativos de Temer. Valor Econômico, 21/07/2017. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/07/21/fiesp-reforca-criticas-ao-governo-e-lista-pontos-negativos-de-temer.ghtml>>. Acesso em: 13/02/2023.

BOITO Jr., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos PT. Campinas: Unicamp; São Paulo: Unesp, 2018.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Proposta de Emenda à Constituição nº 241-A, de 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1495741>. Acesso em: 13/11/2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Contas do Presidente da República: Dívida Pública. [Brasília]: Tribunal de Contas da União 2020. Disponível em: <<https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2020/03-conjuntura-economica-divida.html>>. Acesso em: 25/07/2023.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CASTELO, Rodrigo. Tragédia, farsa e crise: Ensaio sobre ideologia, desenvolvimento e capitalismo dependente no Brasil. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022.

CNA defende limite de gastos públicos e equilíbrio das contas do País. CNA Brasil, 07/10/2016. Disponível em: <<https://cnabrasil.org.br/noticias/cna-defende-limite-de-gastos-publicos-e-equilibrio-das-contas-do-pais>>. Acesso em: 13/02/2023.

CONCEIÇÃO, Ana; Agostine, Cristiane; VIEIRA, Catarine. "Gestão da Fiesp é privada, não cabe discutir publicamente". Valor Econômico, 23/08/17. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/08/23/gestao-da-fiesp-e-privada-nao-cabe-discutir-publicamente.ghtml>>. Acesso em: 13/02/2023.

DECCACHE, David. Se o dinheiro não acabou, por que a austeridade fiscal? In: MARINGONI, Gilberto (org.). A volta do Estado planejador: neoliberalismo em xeque. São Paulo: Consequência, 2022.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. Tempo e Argumento: Revista do Programa de Pós-graduação em História. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. / Virgínia Fontes. -2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GÓMEZ, Natália. Febraban diz que sempre defendeu teto de gastos, após crítica de Guedes. Suno Notícias, 30/10/2020. Disponível em: <<https://www.suno.com.br/noticias/febraban-sempre-se-posicionou-por-manutencao-do-teto-de-gastos/>>. Acesso em: 13/02/2023.

GOVERNO Temer encerra gestão com avanços importantes. Portal da Indústria. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/economia/governo-temer-encerra-gestao-com-avancos-importantes/>>. Acesso em: 13/11/2023.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere v.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HIRSCH, Joachim. Teoria Materialista do Estado. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

LAILER, Christiane Vieira. Retórica e farsa: 30 anos de neoliberalismo no Brasil. Jundiaí: Paco, 2018.

LIGUORI, Guido. Aparelho Hegemônico. In: LIGUORI, Guido & VOZA, Pasquale (orgs.). Dicionário Gramsciano 1926-1937. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARIANO, C. M. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, 4(1), 259-281.

MELO, Wanderson Fabio de. A falência do novo desenvolvimentismo, o golpe de 2016 e a queda do governo Dilma Rousseff. In: ALMEIDA, Gelson Rozentino; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). Miragem do Brasil: dos governos do PT ao golpe de 2016 e à ascensão conservadora. Rio de Janeiro: Garamond, 2020.

NETO, Sydenham Lourenço. Limites do neodesenvolvimentismo petista e as raízes econômicas do impeachment de Dilma. In: ALMEIDA, Gelson Rozentino; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). Miragem do Brasil: dos governos do PT ao golpe de 2016 e à ascensão conservadora. Rio de Janeiro: Garamond, 2020.

NOVO regime fiscal é uma mudança estrutural importante, diz presidente da Febraban. Agência Câmara de Notícias, 12/09/2016. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/497914-novo-regime-fiscal-e-mudanca-estrutural-importante-diz-presidente-da-febraban>>. Acesso em: 13/02/2023.

PORTUGAL, Murilo. Apresentação sobre a PEC 241/2016 - Novo Regime Fiscal. Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pec-241-2016-novo-regime-fiscal/documentos/audiencias-publicas/MuriloPortugalFEBRABANApresentao.pdf>>. Acesso em: 13/11/2023.

POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. Campinas, SP: Unicamp, 2019.

ROUBICEK, Marcelo. Década perdida: a queda do PIB em 2020 sob perspectiva histórica. Nexo, 03 de mar. de 2021. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/03/D%C3%A9cada-perdida-a-queda-do-PIB-em-2020-sob-perspectiva-hist%C3%B3rica>>. Acesso em: 30 de jul. de 2022.

A escrita da história sobre o DEGASE a partir da memória de seus socioeducadores (1994 a 2023)

Elis Regina de Castro Lopes¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Gelsom Rozentino de Almeida

Introdução

Este texto decorre da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: “Múltiplas vozes para construção de uma História: as práticas no DEGASE (1994 a 2023)”, o objetivo desta pesquisa é evidenciar a história de diversas memórias em disputa, entre elas as memórias apresentadas pelo Degase que são manifestadas nos discursos das gestões, em redes sociais e eventos, onde o objetivo é a promoção de um discurso de uma instituição que produz socioeducação nos parâmetros das normativas vigentes; as memórias dos socioeducadores em suas práticas do dia a dia, que comumente não aparecem em espaços de maior visibilidade; as memórias internas entre os grupos de socioeducadores que provocam conflitos e tensões e as diversas memórias da comunidade socioeducativa. Contudo não se trata de contar histórias entre vencidos ou vencedores, ou ainda, histórias oficiais e não oficiais, Verena Alberti (1996, p.7) nos alerta para o cuidado das polaridades entre memórias, uma vez que poderia simplificar o estudo e reduzi-lo a militância de uma causa. E ainda, correr o risco de perder as características próprias das multiplicidades de grupos existentes nestes espaços (Portelli, 1996, p.127).

Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo realizar um estudo sobre as práticas do Degase, no período de 1994 a 2023, o período escolhido se deu por ser 1994 o ano em que se inicia os trabalhos no Degase, e 2023 por ser o ano que apresenta algumas questões que puderam influenciar a dinâmica desta instituição: mudança política no país; efeitos mais visíveis da lei de regulação de vaga, com a diminuição do número de adolescentes internados e por ser um período onde as consequências pós pandemia estariam mais explícitas. Uma vez que toda instituição traduz as mudanças de uma sociedade.

Também se utilizou da articulação das narrativas dos socioeducadores que trabalham neste campo e a análise de alguns documentos produzidos, e já publicizados, pelo Degase. Através das falas, buscou-se dar visibilidade às vivências dos socioeducadores nestes espaços

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2019, projeto: “Múltiplas vozes para construção de uma história: as práticas no DEGASE (1994 a 2023)”, sob orientação do Dr. Gelsom Rozentino de Almeida.

de cumprimento de medida socioeducativa por adolescentes acusados de ato infracional. E enfatizou a constituição histórica deste órgão que apresenta contraditoriamente dupla missão: vigiar/punir e socioeducar. A metodologia utilizada foi a História Oral, em razão de utilizar-se de fontes orais como principal instrumento da pesquisa.

Freitas afirma que História Oral nos possibilita reconstruir o passado recente, através das narrativas fornecidas, e, nos alerta que o contemporâneo é também história, uma vez que a história oral permite legitimar a história do presente, pois a história se constituiu durante muito tempo através do passado. “A História Oral possibilita novas versões da História ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores” (Freitas, 2006, p. 46 - 79). Mas, é preciso dizer que nenhum método em si é suficiente para legitimar a história.

A pesquisa

Foram participantes da pesquisa os profissionais concursados, ativos e inativos do Degase. Participaram um total de 96 socioeducadores de diversas especialidades: agente administrativo; agente de segurança socioeducativa masculino e feminina; psicólogo/a; musicoterapeuta; odontólogo; pedagogo; assistente social; médico e professores/Degase. Deste modo, ainda que nem todas as categorias de socioeducadores tenham participado da pesquisa, os que participaram estão em locais estratégicos da instituição e conseguem através de suas experiências atingir o objetivo da pesquisa, uma vez que nunca conseguiremos contar uma história por inteiro, pois nenhuma construção histórica traduz a história integral de uma instituição. (Alberti, 2004)

As entrevistas foram feitas de forma individual e em rodas de conversas com pequenos grupos. Freitas (2004) diz que a entrevista puramente espontânea não existe, ela necessita minimamente de um roteiro, contudo este roteiro irá variar dependendo de quem é, e com qual objetivo se entrevista. A autora enfatiza que “nossa intuição e sensibilidade, aliadas à experiência de escuta, ainda constituem os melhores instrumentos de que dispomos para a nossa finalidade de registrar narrativas orais, que se tornam evidências e dão sustentação à memória histórica.” (Id., p.92).

Foram realizadas cinco rodas de conversas, sendo três em unidade de semiliberdade e duas em unidades de internação. Duas foram compostas somente pela equipe técnica da instituição, uma foi composta por agentes de segurança socioeducativos e duas contaram com a presença da direção, equipe técnica e agentes de segurança socioeducativos. Meihy (2015)

ressalta a importância dos argumentos coletivos, da contraposição de ideias das entrevistas no método de história oral.

Foram entrevistados socioeducadores que trabalham diretamente com o atendimento ao adolescente em unidades; em cargos de gestão; em direção de unidades; em cargos administrativos e em atendimento ao socioeducador. Thompson (1998, p.42) orienta que ao entrevistar membros de uma comunidade é importante ter atenção para que se possa dar a fala a um grupo diversificado, que todos possam ser ouvidos, dos diretores aos profissionais menos qualificados. Deste modo cria-se uma história oral mais verdadeira e socialmente mais valiosa, quando todos participam, o trabalho fica mais rico e valioso com a aproximação dos grupos diversificados. Isso fará aparecer a variedade de experiência desta comunidade, o que irá permitir uma reflexão sobre o que pode ser feito a este respeito.

O Degase e sua História

O Degase foi implantado através do decreto 18.493 de 26/01/93, para executar as medidas socioeducativas privativas de liberdade endereçada a adolescentes autores de ato infracional. Dentro do Degase recém-criado, apesar de toda estrutura prisional e das variadas violências perpetradas naquele espaço, a equipe recém-chegada pelo concurso realizado em 1994, de alguma maneira fizeram aquele lugar se movimentar.

Não tinha nada, não tinha nem papel, mas a nossa equipe era boa, não tem papel não! Ok a gente compra, fazia vaquinha para comprar o papel. O relatório era feito a mão, manuscrito. Era uma luta, os contratados torcendo para tudo dar errado, mas a gente não desistia não.

A gente não dormia não, tinha medo dos caras fazer covardia com a gente, aí combinávamos entre a gente, dorme aí que eu fico de olho, eles queriam rebelião, a casa tinha que estourar para dizer que a gente não sabia trabalhar, nessa um monte de amigos nosso foram embora. Mas a gente fazia tudo para os moleques gostarem de a gente pra casa ficar tranquila. Eles ficavam puto!

Não tinha como atender as famílias, mas a gente dava nosso jeito, ficava em uma sala bem pequena, só tinha uma sala, a colega esperava uma sair para a outra atender. Mas nunca desistimos, as vezes a gente atendia na mesma sala famílias diferentes, falava baixinho para uma família não ouvir a história da outra, porque ainda tinha isso, você não sabia se ia dar problema lá fora, tinha que ter cuidado! Você sabe que nossos colegas que foram para o ESE atenderam embaixo de uma árvore né? Não é lenda não! você é dessa época, sabe disso.

Os variados relatos acima mostram a luta travada pelas equipes para iniciarem seus trabalhos, e darem continuidade ao atendimento aos adolescentes e seus familiares, apesar do

espaço degradado que receberam devido a várias rebeliões ocorridas durante o processo de transição entre FUNABEM e Degase, e ainda, mediar a convivência com os profissionais contratados que por entenderem que seus empregos estavam ameaçados buscavam formas de confrontar os novos concursados.

É certo que nesses trinta anos de Degase muita coisa mudou, a sociedade mudou, e o Degase como toda instituição é fruto de uma sociedade e representa seus valores, crenças e ideologias. Adriana Barbosa (2023) sinaliza que a partir de 2018, “o movimento pela militarização do trabalho no sistema socioeducativo ganhou maior força”, e que parece ter como fundamento a ascensão de ideologias de uma guerra contra a juventude pobre e negra. O que promove “um processo de militarização da segurança pública no Brasil” (Barbosa, 2023 p. 16). Podemos nos utilizar do conceito de “campo de manipulação simbólica” de Pierre Bourdieu (2000) para pensar o lugar do Degase, como uma instituição reprodutora das narrativas vigentes, quando assume o discurso socialmente predominante. Uma vez que toda sociedade incluindo as instituições que dela fazem parte, são manipuladas a reproduzir o discurso do Estado que é definido como o detentor do monopólio da violência simbólica legítima, que pode ser combinada com o uso da força física, e juntos constituem um campo de manipulação simbólica. (Bourdieu, 2000, p. 243-252).

Na atualidade, presenciamos um discurso que embora esteja voltado para a socioeducação, com poucas ações que favorecem a aproximação desta política, cada vez mais o olhar da segurança pública se sobressai, e a impressão que se tem é que a socioeducação vem aos poucos se transformando em coadjuvante em detrimento de uma segurança pública que cada vez mais vem ganhando espaços e legitimidade. O Degase é atravessado por todo esse contexto, e aos poucos foi priorizando a segurança pública, criando mecanismos para sua eficácia. A Coordenação de Segurança e Inteligência (COOSINT) ganha força, e passa a ser uma das maiores coordenações do departamento. Não é mais o sancionatório que convive com a socioeducação, é a socioeducação que convive timidamente com o Estado penal, fortalecido, bem-organizado e com objetivos claros e definido.

Degase e a Socioeducação: entre práticas e discursos

Embora o termo socioeducação já seja utilizado em larga escala em diversos trabalhos acadêmicos há quase duas décadas, ainda não foi possível encontrar uma fundamentação teórica consistente, o que se observa é uma certa fluidez deste conceito. Assim como Geertz (1989, p.15) fala do conceito de "cultura como sendo teias de significado que o próprio homem teceu

e busca sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado", poderíamos pensar a socioeducação do mesmo modo? Um conceito que precisa ser tecido fio a fio, repleto de significados, que vai além das leis que o regem, à procura de explicações e afirmações?

É certo que uma quantidade significativa de estudos que apresentam em sua titulação a palavra Socioeducação, em sua grande maioria abrangem o registro da história das políticas públicas para o atendimento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, das mudanças normativas, da identidade dos profissionais, da violência perpetrada aos adolescentes, entre outras temáticas, além da sistematização de práticas que envolvem a política socioeducativa pelo Brasil. Portanto, o termo Socioeducação nesses estudos se apresenta como uma política voltada para os adolescentes que praticam ato infracional, mas não como um estudo voltado para uma construção teórica do conceito de socioeducação. Poucos estudos buscam uma análise conceitual sobre a temática.

Muitos profissionais dedicaram parte da sua vida a transformar o Degase em um verdadeiro espaço socioeducativo, outros desistiram, outros sequer tentaram, mas muitos ainda resistem. Foi possível perceber nas falas durante as entrevistas realizadas um saber construído na relação direta com o adolescente, no cotidiano institucional, assim como em muitas falas se percebeu um saber adquirido também na universidade. De uma forma ou de outra, os profissionais formaram algum conhecimento sobre o que entendem ser socioeducação. Apesar de relatarem impossibilidade na execução desta política em sua totalidade nos espaços institucionais do Degase, e até mesmo descrença, mostraram, em suas narrativas, impasses e apontaram caminhos prováveis. Também apresentaram algumas definições para a socioeducação.

“Penso que a socioeducação é fazer as coisas acontecerem da forma que elas deveriam ter acontecido, ou que elas podem acontecer, sempre numa perspectiva interdisciplinar e que envolva diferentes setores da sociedade, no movimento tanto interno, como externo, de quem garante, de quem é o usuário, é isso né? e como a própria palavra já diz sempre vinculada à questão da educação. A educação não salva o mundo, muitos tem essa noção romaneada de que basta frequentar, estar na escola que está tudo muito resolvido, só que de fato se não houver uma integração entre as diferentes áreas e os diferentes aspectos que envolve o humano a coisa não acontece”.

Como impasses, apresentaram alguns motivos: a falta de relação com as demais políticas públicas; muitos adolescentes em cumprimento de MSE de internação no mesmo estabelecimento, políticas sociais frágeis, fragilidade na escolarização dentro do Degase, poucas alternativas apresentadas ao adolescente no contexto socioeducativo.

“A gente fala que é uma política, de uma prática, e toda política envolve vários atores, a gente olha a socioeducação no olhar que o adolescente, ou no máximo a família possa fazer, no sentido de que ele não infrinja novamente, no sentido da prática infracional, ela nos remete a algo que se possa construir seja na área educativa ou social, de cidadania, de direitos, precisamos também repensar esta sociedade que produz esses infratores. Então, a socioeducação não é só o olhar sobre o adolescente, mas sobre essa sociedade que está produzindo infratores, famílias vulneráveis, então na verdade, a socioeducação é uma convocação. Não é à toa que a gente tenha não só equipes diversas com olhares diversos, mas a gente tem defensoria, promotoria, judiciário. Infelizmente não estamos no universo que deveria estar para pensar a socioeducação desse garoto né, pensar quais as intervenções em sociedade e garantias de direitos, que a gente possa fazer no sentido de que ali possa ter uma ressignificação daquele lugar, mas que não é só do adolescente, mas daquela sociedade, daquela cultura, naquela temporalidade”.

Apontaram alguns caminhos para que a política socioeducativa possa ocorrer no Degase: buscar várias alternativas possíveis para o atendimento do adolescente; para além de colocar o jovem na escola, o acompanhar, compreender suas dificuldades e buscar soluções para evitar a evasão; para além de fazer o que tem que ser feito, buscar entender o processo que levou o adolescente a chegar neste equipamento; ter uma visão crítica da situação; de uma forma mais ampla, repensar a sociedade que produz adolescentes autores de ato infracional; em uma perspectiva interdisciplinar envolver diferentes setores da sociedade, no movimento tanto interno, como externo; pensar quais as intervenções em sociedade e garantias de direitos, que possam ser realizadas no sentido de ressignificar o lugar não só do adolescente, mas da sociedade, da cultura nesta temporalidade, e do próprio Degase.

Conceituaram socioeducação como: um olhar integral ao adolescente; ensinar e inserir valores éticos e morais; dá oportunidade para o adolescente pensar de outra maneira, possibilitando uma ressignificação de valores; um conceito complexo que está integrado a um conjunto de outras ações, que envolvem a família, o próprio conhecimento do adolescente, envolve outros atores da rede de garantia de direitos; socioeducar através da disciplina dialógica; educar para a sociedade.

A teoria permanece sem uma ponte que faça ligação com a prática, por vezes vimos discursos moralistas, carregados de teor religioso, onde buscam fazer o jovem curva-se a sua condição de subalternidade e aceitar sua própria culpa por não querer a condição que lhes é imposta pela sociedade.

A socioeducação tem como um dos seus principais desafios promover através de suas diversas práticas laborais e múltiplos saberes uma política pública efetivamente em ação. Os discursos acadêmicos precisam fazer conexão com as práticas, mas também é verdadeiro o sentido inverso. Os pesquisadores nativos do campo socioeducativo, precisam servir como multiplicadores de suas ideias, de seus estudos e sedimentar seu saber no campo de atuação, ao invés de fazer uma cisão entre sua prática no cotidiano institucional e seus estudos teóricos. Por fim, essa conexão, tão necessária e urgente entre a produção de conhecimento e o fazer diário precisa ocorrer, ou a política voltada para a socioeducação continuará a buscar formas de punir o adolescente autor de ato infracional, em múltiplas (perversas) maneiras.

Afinal o objetivo da socioeducação é a garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, e é pensando neles que foi redigido o próximo capítulo, que traz uma discussão sobre o que é ser adolescente no decorrer da história, discute quem são os adolescentes atendidos pelo Degase e seus familiares.

As histórias dos adolescentes contadas pelos Socioeducadores

Sabemos que os adolescentes que cometem ato infracional e chegam ao sistema socioeducativo possuem trajetórias de vidas parecidas, tiveram historicamente seus direitos violados, fazem parte de um grupo excluído socialmente. Diversos estudos apontam as causas da exclusão, seja por classe social, etnia ou raça, territorialidade e abandono social, o que vai determinar uma vivência pautada na violência, discriminação, exploração sexual, pobreza, baixa escolaridade, uso abusivo de drogas e genocídio. Deste modo, esses adolescentes trazem consigo uma identidade marginalizada a luz de um olhar historicamente punitivista da sociedade, reforçada pelo poder da mídia que ainda os veem como “menores infratores”. (Sales, 2007; Trassi & Malvasi, 2010)

As entrevistadas ao serem convocadas a buscar em suas lembranças alguns casos de adolescentes que marcaram suas trajetórias profissionais, trouxeram casos que apesar de complexos, tiveram desdobramentos positivos. Diante do desafio de atender adolescentes e familiares atravessados por histórias de sofrimento e muita violência, quer sejam como autores ou vítimas, nossa memória nos faz querer recordar apenas os casos que nos trouxeram algum alívio e alegria, não que os casos infortúnios também não tenham potência, pois nos ensinam a lidar com as diversidades, nos fazem amadurecer profissionalmente, mas nos trazem dor, sofrimento e por vezes culpa, já que em alguns casos acreditamos que poderíamos ter de alguma forma evitado a tragédia. É claro que é apenas uma fantasia do nosso inconsciente acharmos

que poderia ser evitado tantos danos, mas enfim, somos humanos. Jeanne Marie Gagnebin (2006) vai a partir do pensamento de Walter Benjamin e Freud explicar como as lembranças negativas tendem a ficar no esquecimento uma vez que são censuradas e apresentam dificuldades de expressão, assim como há um prazer nas lembranças agradáveis ao recordá-las.

Lembro de um caso de um menino que tomou um tiro, tinha tentado registrar a filha no cartório, mas acho que quando sabem que o adolescente cumpre medida já há um preconceito, esse menino ligou pra mim e disse que tinha ido com a mãe registrar a filha, mas o cartório lhe falou que só próximo a residência do pai da criança, mas eles tinham ido no cartório próximo a casa da mãe da criança, aí ele não fez o registro, voltou. E nesse meio tempo ele é baleado, e a criança fica sem registro, aqui a gente tenta fazer o registro pelo projeto pai presente, foi muita burocracia, uma novela, a mãe da criança tinha sumido, mesmo aqui dentro foi muito difícil acessar esse direito do menino de registrar sua filha.

O relato acima aponta a dificuldade que as equipes técnicas encontram em garantir direitos dos adolescentes em seu espaço de trabalho, que a priori deveria ser acessado sem burocracia, a própria socioeducadora pontua a existência do projeto dentro do próprio departamento, e ainda assim, narra a dificuldade deste acesso. Essa dificuldade de acessar a direitos para os adolescentes existentes no Degase foi descrito por muitos técnicos durante as entrevistas. Fica posto que essas pequenas burocracias mostram as relações de poder evidenciadas entre a gestão e a equipe técnica.

Na época eu atendia essa menina no CRIAM, estou falando CRIAM na época, não era CRIAAD era CRIAM, [...] na época ela entrou no sistema com 12 anos, era uma menina de uma prática de furto, [...] ficava em loja americana e ela ficou no sistema um bom tempo, depois ela se tornou adulta, eu sempre estava acompanhando, ela saiu do sistema, mas ela me procurava no sistema e você fica acompanhando, ela chegou a trabalhar na Vigo era uma firma de limpeza que tinha aqui. [...] ela já era maior de idade, se meteu em uma confusão, levou um tiro e ficou paraplégica. Através até de uns contatos que eu tinha feito, eu consegui fazer com que ela fosse para o mercado de trabalho, ela foi trabalhar no metrô já em cadeira de rodas e hoje essa menina é totalmente recuperada de tudo que ela fez de errado no passado dela, ela hoje é funcionária da light, fazendo direito e eu até hoje frequento a casa dela. [...] foi um caso que ela conseguiu vencer, entendeu? mesmo que passando por dificuldades dentro do sistema, depois fora, ela conseguiu enxergar que o caminho não era aquele e deu uma nova direção na vida dela.

Um caso que me marcou muito! Era um jovem que tinha matado a irmã, veio de outra unidade que já estava há um ano e meio, veio com um quadro psiquiátrico muito severo, o menino chegou e foi destinado a uma equipe [...] por ser paciente psiquiátrico fica em desvantagem aos demais, pois no Degase não há um espaço apropriado, ficou em alojamento separado, foi um caso que mobilizou toda a unidade, equipe de medida, de saúde mental, da escola e direção. Foi acompanhado por todos. Marcou muito a todos nós! Estava sem ver a mãe há muito tempo, desde que tinha sido preso, quem visitava ele era o pai, essa filha que morreu não era filha desse pai, então

talvez fosse mais fácil para esse pai visitar, o grande desejo dele era ver a mãe, [...]aí um belo dia a mãe veio, vinha contando a situação, que no dia que ele matou a filha ela perdeu os dois filhos ali, porque ela não conseguia lidar com ele mais. E aí ele veio pelo corredor, minha mãe, minha mãe, e aí segura ele no corredor, até que a mãe permitiu que ele entrasse no atendimento, aí ele se jogou no colo da mãe e pedia perdão para a mãe, foi um atendimento muito complexo, muito difícil, e ali a gente foi restabelecendo aos poucos a visitação dessa mãe, que ela esteve lá nessa vez, mas ela não retornou logo não, ela deu uma esticada, aos pouquinhos ela foi visitando, o pai se manteve frequente a visitação.

Os dois casos acima demonstram que, ainda que a equipe técnica apresente dificuldade nos atendimentos pela alta demanda de trabalho, os vínculos são estabelecidos. Thais Menezes (2021) salienta a necessidade do convívio com o adolescente que extrapola as salas de atendimento e que se aproxima das relações sociais, o que propicia uma maior compreensão de como esses jovens interagem socialmente

Um caso que me marcou muito, foi de um adolescente, que tinha diversas passagens, a gente ligava para a família e não conseguia, até que um dia a mãe atendeu e no primeiro contato, a mãe foi extremante grossa disse que não queria saber desse menino, que ela iria levar sua vida. O adolescente era muito demandante. No segundo contato falei que precisávamos dos documentos do adolescente, para que tentássemos que ele conseguisse se “virar sozinho”, isso mexeu com ela, e conseguimos aí um primeiro sucesso. Até que a mãe conseguiu ir à unidade conversar com a equipe. Ela uma mãe jovem, tentávamos construir uma ponte entre os dois, a ausência da mãe começou a provocar angústia no jovem. Depois de muitos atendimentos conseguimos um encontro, o adolescente se desculpou, e houve um reencontro entre esse menino e essa mãe. Ele foi liberado e a mãe o acolheu, depois a mãe entrou em contato, falando que tudo deu certo. Foi um caso emblemático.

A entrevistada acima, relata buscar formas de levar a mãe a uma reflexão maior sobre o cuidado com o filho, em sua fala foi possível, compreender que ela tentou que a mãe percebesse que estava abandonando o filho, e que iria encontrar um jeito para que ele pudesse sobreviver sem seus cuidados, fato que fez a mãe despertar e não desistir do adolescente, a socioeducadora narrou esta história com brilho nos olhos. Por vezes as intervenções junto ao adolescente e sua família trazem consigo muito da prática do técnico em agir proativamente em situações difíceis.

Não é possível mostrar aqui todas as entrevistas que trazem as lembranças de atendimentos aos adolescentes pela equipe técnica, mas posso dizer que todas foram carregadas de emoção, de afeto e entusiasmo. Foram entrevistas muito potente, com lembranças muito ricas, que nos fazem compreender que apesar da rigidez da instituição é possível produzir vínculos de afeto positivos.

As vozes dos Socioeducadores e Socioeducadoras

Diante da própria ambiguidade da política socioeducativa, onde se tem um viés sancionatório e pedagógico (Brasil, 2006) que as subjetividades dos socioeducadores vai se formando, e originam dois grupos: aqueles que são voltados para uma educação libertária, que percebem a socioeducação como princípio básico da política socioeducativa, e aqueles que buscam a segurança e repressão como o norteador desta política. Meihy & Holanda (2015) vão falar de Colônia e sua subdivisão em “redes” onde é provável as identificações mais restritas com afetos mais singulares, deste modo o grupo assemelhado as “redes” “deve ser sempre plural, porque nas diferenças internas aos diversos grupos residem as disputas ou olhares diferentes que justificam comportamentos variados dentro de um mesmo plano” (p.54). Assim, apesar das disputas travadas entre a pluralidade dos grupos formados, há algo em comum que os unem e tornam uma única “Colônia”. Todos buscam melhores condições de trabalho, valorização profissional, atendimento humanizado e sobretudo reconhecimento profissional. E, apesar dos jogos de força estabelecido, todos se reconhecem como socioeducadores.

Nas entrevistas surgiram muitas falas ligadas a violação de direitos, adoecimento em decorrência das condições de trabalho e conflitos entre equipes diferenciadas.

As questões de violação de direitos, é como se só quem tem que garantir direito é a equipe técnica, existe um equívoco muito grande disso, e recai sempre muito essa cobrança em cima da equipe técnica, que é o nosso dever, mas é dever de todo o mundo, e a instituição ela trabalha de uma forma que ela sobrecarrega isso, é como se só aquele setor e que é promotor de direitos, é o que tem que guardar os direitos.

Politicamente falando, o Degase quer que a casa esteja bem, e a casa está bem significa os adolescentes não se insurgirem, não cometerem rebelião, não está na mídia em uma situação que exponha aquela unidade, essa é a condição, né? É de o adolescente estar dentro das unidades sem criar situações adversas para o Degase ser ótimo. Essa foi a política, sempre foi assim

Agentes e equipe técnica, possuem pontos de vista muito diferentes, não se interage. Cada uma enxerga o trabalho com o adolescente do seu jeito. Elas têm a função delas e a gente a nossa. A gente nunca teve muita interação, entendeu? Vamos dizer assim, se fala, mas não se tem um entrosamento, entendeu?

Durante toda a pesquisa, buscou-se mostrar as relações que se formam no interior desta instituição. Apontamos as relações de poder, violências e conflitos. Mas também, muita potência, muita luta por garantias de direitos. Mas uma coisa é certa, o Degase é uma instituição viva, dinâmica e mutável, em constante movimento. Nesses trinta anos as relações que o compõem se transformaram assim como sua estrutura. Como relata Flavio Heinz e Ana

Korndorfer (2014, p.10) é uma instituição que “carrega uma história densa, práticas sociais e uma memória institucional capaz de revelar ao historiador disposto a procurar muito mais do que aparenta representar”. E posso afirmar, que encontrei muito mais do que pretendia, aprendi com cada entrevista e ousou a dizer que meu olhar sob alguns aspectos do Degase também se modificou, uma vez que compreendi que em todos os espaços há semelhanças e diferenças, avanços e retrocessos, o que permite compreender que uma instituição é formada por diversas histórias em movimento.

Bibliografia e fontes

ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado*. II Seminário de História Oral promovido pelo Grupo de História Oral e pelo Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte. 1996

_____. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BARBOSA, Adriana Soares. *Neoliberalismo e os Reflexos do Estado Autoritário para as Medidas Socioeducativas no Estado do Rio de Janeiro*. Monografia (Especialização em Psicologia Jurídica), PUC-Rio de Janeiro. 2023.

BOURDIEU, Pierre. Poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: Conanda. 2006.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. 2. ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p. 13-41.

HEINZ, Flavio M. e KORNDÖRFER Ana P. Para que serve uma História Social das Instituições? In: Cíntia Vieira Souto et al (Org.) *Espaços de saber e poder: instituições e seus agentes na perspectiva da história social*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar* - 2. ed., 4a reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015.

MENEZES, Thais Vargas. O trabalho da Psicologia enquanto parte da equipe técnica socioeducativa. In Juraci Silva & Elis Regina Lopes (Orgs.), *Introdução à Psicologia na Socioeducação no Brasil – Teoria e Prática* (pp. 243-259). EdUERJ. 2021.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”, In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 103-130.

SALES, Mione Apolinario. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez, 2007.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TRASSI, M. L.; MALVASI, P. A. *Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência*. São Paulo: Cortez, 2010.

Os 10 anos do Estatuto da Juventude: dos “menores” aos jovens como sujeitos de direitos. Ao menos, na lei.

Elisa Defelippe¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Luís Reznik

Introdução

O Estatuto da Juventude completará, em 2023, 10 anos de existência. Este trabalho tem como objetivo traçar um panorama histórico dos principais marcos legais que culminaram na criação dele, assim como fazer uma breve análise da sua implementação.

A criação deste Estatuto é um desdobramento da mudança de paradigma da assistência à infância e à juventude, no Brasil, iniciado com o desmonte da ditadura civil-militar (1964/85). A partir de então, com a criação da Carta Cidadã e do Estatuto da Criança e do Adolescente, iniciou-se um período de ampliação de direitos às pessoas menores de 18 anos. No entanto, os jovens entre 18 e 29 anos, ainda não estavam plenamente incluídos nesse novo paradigma jurídico, o da concepção garantista de direitos.

Este artigo é um recorte de uma pesquisa mais ampla sobre as juventudes brasileiras e pretendo, aqui, focar as discussões na chave da institucionalização da infância e da juventude a partir da história da legislação que os tutelam. Sabemos que esse viés é apenas um dos possíveis para desenvolver esse tema tão amplo, o das juventudes.

As primeiras leis que tutelaram a infância no Brasil se preocupavam tão somente em corrigir as crianças pobres, seja ao tentar definir os regimes de trabalho, seja ao encarregar ao Judiciário os destinos das crianças abandonadas. Por muito tempo, a legislação possuía não mais que caráter punitivo, sem abarcar direitos sociais, como aqueles ligados ao bem-estar e garantia a vida dos mais novos. Assim, é possível afirmar que existiu uma judicialização histórica da infância (e da juventude) pobre brasileira já que as poucas políticas públicas que existiam eram baseadas em critérios discriminatórios, onde efetivamente a origem social da criança determinava se incidiria alguma lei sobre ela.

Na história do Brasil o padrão é a exclusão. Ainda é ruim, mas já foi muito pior. Traçar este breve histórico tem como objetivo colocar em perspectiva as mudanças e permanências da

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2021, projeto: “Pros moleque da quebrada, um futuro mais ameno”: reflexões sobre o ensino de História, a juventude e o tempo”, sob orientação do Dr. Luís Reznik.

relação entre o Estado brasileiro e uma significativa parcela da sua população, os jovens. Através dessa perspectiva temporal é possível perceber que, apesar da triste realidade do presente ainda ser de muitas violações da dignidade humana, a nossa legislação representou um significativo avanço e que a implementação de políticas públicas precisa ser eficiente para garantir o que a lei prevê.

Por fim, reafirmamos que nosso maior interesse é analisar os processos históricos de construção das juventudes brasileiras. E, para tal, precisaremos voltar no tempo. Por se tratar de um apanhado de 500 anos de história, sabemos que existem limitações e que nem todas as lacunas que serão preenchidas. Ainda assim, é importante fazê-lo.

Breve panorama histórico dos principais marcos legais da assistência a infância e juventude no Brasil

Para muitos especialistas, a escola e o Estado foram agentes fundamentais para a construção da ideia de juventude burguesa, tal qual conhecemos hoje. No Brasil, não foi diferente; no entanto, eles não foram os únicos agentes sociais responsáveis pela formação desta categoria social. Foi na virada do século XIX para o século XX que a relação do Estado com a infância e a juventude ganhou contornos mais bem definidos, já que, foi nessa época que surgiram as primeiras leis sobre a infância. A ampliação desses direitos aos adolescentes e jovens é bastante recente, cerca de 50 anos apenas. E este é o assunto deste texto.

A instituição responsável pela educação das crianças, desde a colônia, era a Igreja Católica, inclusive em aldeamentos indígenas². A despeito disso, por muitos anos, poucas foram as crianças e adolescentes que receberam alguma forma de instrução. Ainda assim, isto acontecia no âmbito privado, responsabilidade das famílias que assim queriam, amparadas pelos religiosos.

Por três séculos e meio, a partir do Descobrimento, as iniciativas em relação à criança foram quase todas de caráter religioso. Nos dois primeiros séculos, foram os padres, principalmente os jesuítas, os educadores do Brasil, construindo casas e colégios, atraindo para si os filhos de índios e mestiços, amparando órfãos portugueses e brasileiros, e ocupando-se dos filhos dos portugueses. A criança escrava não era objeto de proteção da sociedade. (PILOTTI, RIZINNI, p. 20, 1995)

Existiam, pois, crianças que eram deixadas a própria sorte, que perambulavam pelas ruas das cidades e, por isso, eram consideradas um “problema social” que o poder público (e a

² Para uma discussão mais aprofundada sobre o papel dos jesuítas na educação e catequização de crianças indígenas ver: PRIORE, Mary Del. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: PRIORE, Mary del. (org.). História da Criança no Brasil, São Paulo: Contexto, 1991, p. 10-27.

Igreja Católica) deveriam lidar. Muitas famílias, por diferentes motivos – desde não ter condições de cuidar dos (as) filhos (as), por questões financeiras ou por terem sido gerados (as) fora do casamento, entre outros - os (as) abandonavam no conhecido “Sistema da Roda dos Expostos”. Com objetivo de evitar o infanticídio ou o aborto, as Rodas foram criadas na Europa e implementadas aqui no Brasil pela Santa Casa da Misericórdia, na Bahia, no ano de 1726. A Roda do Rio de Janeiro foi fundada em 1738 e funcionou até 1935, apesar de terem sido abolidas formalmente em 1927.

Durante os séculos XVIII e XIX, a Roda recebeu 42.200 enjeitados (LIMA e VENANCIO, 1991, p. 67). Somente a Roda do Rio de Janeiro recebeu 8.713 crianças desde sua fundação até 1821, às vésperas da independência do país. (MARCILIO, 2006, p. 53) A Roda dos Expostos representa um dos tristes episódios da história da infância brasileira e, por longos anos, foi a única instituição destinada à assistência à criança abandonada.

Os quase 400 anos de escravidão deixaram muitas marcas em nossa sociedade. Muitas dessas crianças nasceram da exploração sexual das mulheres escravizadas. Abandonadas, eram cuidadas por amas-de-leite que poderiam ser mulheres pobres ou escravizadas, recém-paridas que deixavam de alimentar seus próprios filhos para amamentar os expostos em troca de algum dinheiro. (LEITE, 1991, p. 99). Nesta mesma época, o Brasil vivia um longo caminho que culminaria na abolição da escravidão, em 1888. Até a Lei Áurea ser assinada, muito foi discutido sobre a questão do abandono de crianças negras no Brasil. Afinal, a liberdade dos que nasciam do ventre de uma mulher escravizada deveria ser garantida? Quem criaria essas crianças? Como deveria ser a atuação do Estado? A Lei do Ventre Livre (1871) tal qual foi concebida merece inúmeras críticas, mas aqui salientamos justamente o aumento do número de crianças negras abandonadas nas Rodas (LIMA e VENANCIO, 1991, p. 77).

É possível perceber que existe uma tensão entre o *público* e o *privado* na questão da infância no Brasil de outrora, mas que ainda pode ser percebida hoje em dia, não mais na lei, mas nos costumes. Afinal, de quem era a responsabilidade de cuidar das crianças? Da família? Da Igreja? Do Estado? Essa questão só foi legalmente esclarecida com a nossa atual Constituição quando de maneira bastante objetiva pondera que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, grifos nossos)

As primeiras leis que tutelaram a infância no Brasil se preocupavam tão somente com as crianças pobres, seja ao tentar definir os regimes de trabalho, seja ao encarregar ao Judiciário os destinos das crianças abandonadas. Por muito tempo, a legislação possuía não mais que caráter punitivo, sem se responsabilizar por direitos sociais, como a educação, ou quaisquer outros ligados ao bem-estar e garantia a vida dos mais novos.

A partir da lógica positivista do século passado, médicos higienistas e juristas, preocupados com o aumento do número de crianças que andavam livremente pelas ruas, e que, de certo modo, poderiam causar algum distúrbio a ordem social, pressionaram o governo para a criação do Código Mello Mattos, mais conhecido como **Código de Menores de 1927**. Nele, foi registrada a categoria jurídica e social *menor*. Cabe destacar que esse código não surgiu abruptamente, existiram precedentes, como afirma Londoño: alguns “planos e projetos de leis de menores apresentados ao congresso que foram reprovados ou simplesmente não foram discutidos” (1991, p. 129)

Foi na Primeira República, portanto, o momento em que foi formalizada uma diferenciação jurídica entre as “crianças” criadas pelos próprios familiares e os “menores” aqueles que, aos olhos do Estado, causavam problemas. Aos “menores” que também poderiam ser chamados de *abandonados*, *delinquentes*, *desviados*, *viciosos*, entre outras formas pejorativas, o Estado destinou um conjunto de leis.

[...] O menor não era pois o filho “de família” sujeito à autoridade paterna, ou mesmo o órfão devidamente tutelado e sim a criança ou adolescente abandonado tanto material quanto moralmente. Partindo dessa definição, através dos jornais, das revistas jurídicas, dos discursos, das conferências acadêmicas foi se definindo uma imagem do menor, que se caracterizava principalmente como criança pobre, totalmente desprotegia moral e materialmente pelos seus pais, seus tutores, ou Estado e a sociedade. (LONDOÑO, 1991, p. 135)

Foi sendo criado um estereótipo por trás do uso jurídico da palavra “menor”, ainda antes da publicação do Código de 1927, mas que, em certa medida, se mantém até hoje. Amparados pela legislação, os “menores” poderiam ser condenados por Juízes a viver em abrigos, asilos, escolas de preservação, educandários, entre outros possíveis nomes dados às instituições que os separavam dos adultos, todas com o intuito de “corrigi-los”. Ali formavam seus valores, faziam acordos e criavam maneiras de ser jovens. Ali elaboravam seu presente através de um passado comum de abandono, violência e estigmatização. Que futuro teriam esses meninos e meninas?

Para Scheinvar (2002), o “menor” é um símbolo de exclusão; é a afirmação da diferença estrutural entre os vários grupos, tornando-a ineludível, naturalizada, pois as crianças que não vivem sob modelos hegemônicos eram jurídica e socialmente diferenciadas por meio da categoria “menor” (BULCÃO, NASCIMENTO, 2002, p. 89). Ou seja, as crianças (leia-se: abastadas) não possuíam legislação que as amparasse, como se não existissem problemas para o Estado regulamentar ou direitos a garantir. A elite resolveria suas questões de forma privada. Aos mais pobres, a intervenção do Estado.

O ideal positivista concorre para eleger a funcionalidade como o maior valor das relações sociais e, para tanto, a generalização dos fenômenos, lidos sob a ótica da ordem dominante, torna-se o critério de normalidade. Desse modo, as relações sociais que estorvem os segmentos sociais dominantes serão definidas como "irregulares". E é dessa maneira que passam a ser percebidas as formas de vida daqueles que discordam ou não tem de condições de se adequar aos modelos hegemônicos, como ocorre com a população pobre. A prática política desqualifica as formas de vida produzidas em contextos sociais datados e reconhecidos como cenários de exclusão social, individualizando casos que se repetem massivamente, eximindo-se o poder público da responsabilidade maior de ter determinado não só as condições de pobreza, mas também as alternativas a ela (SCHEINVAR, 2002, p. 85)

Concordamos com as ponderações da autora, afinal, o poder público brasileiro historicamente não se preocupou com formas estruturais de oferecer alternativas à miséria, condenando as famílias pobres a um único braço do Estado: o jurídico, o da punição. Além disso, creditar à pobreza a fonte geradora de “menores” é negligenciar as muitas famílias pobres que, a despeito da ausência do poder público, foram capazes de criar seus filhos e filhas de forma digna.

Durante toda a República - e de certa forma até hoje, mas com outros nomes- o Juiz de Menores decidia como o “menor” seria tratado, qual instituição o acolheria, se iria para os cuidados de outra família, entre outras possibilidades. A essa maneira de arbitrar dá-se o nome de *discernimento*. Assim, a polícia e o Juízo de Menores foram as instituições que tutelaram parte da infância pobre no Brasil por muitos anos. Ainda durante a Ditadura, em 1979 foi promulgado o **Novo Código de Menores**³, momento em que foi cunhada a expressão “menor em situação irregular”. Mas ainda cabia ao Juiz de Menores definir (ou discernir) o destino daqueles considerados “infratores”.

³ Para maiores informações sobre a Legislação sobre assistência aos “menores” durante a Ditadura Militar, recomendamos a leitura do artigo: PASSETI, Edson. O menor no Brasil republicano. In: PRIORE, Mary del. (org.). História da Criança no Brasil, São Paulo: Contexto, 1991, p. 146-174.

Ao longo da nossa república, foram criadas inúmeras instituições⁴ de assistência a infância por parte do poder público. Sobre todas elas existem diversos estudos registrando relatos de maus tratos e violência nos cuidados com essas crianças e adolescentes, dados que persistem até os dias de hoje. Em todas essas instituições sempre existiu forte presença da Igreja Católica. Hoje em dia, também existe a presença das igrejas evangélicas, mas também de movimentos sociais. A tensão entre os limites de atuação do poder público (e o privado) seguem presentes. Um questionamento (legal) mais efetivo a esta cultura violenta só começou a ser feito há pouco tempo, nos anos 80, frente a redemocratização brasileira.

Vamos nos ater a três documentos históricos para entender a relação do Estado com a infância/juventude, ao menos na lei, no Brasil:

Tabela 1: Os primeiros artigos das três primeiras legislações sobre assistência à infância, no Brasil.

Código do Menor de 1927 Decreto nº17.943-A (1927)	Art. 1o. - O menor, de um ao outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente as medidas de assistência e proteção contidas neste código.
Código do Menor de 1979 Lei nº6.697 (1979)	Art. 1o. - Este Código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores: I - até 18 anos de idade, que se encontrem em situação irregular. II - entre 18 e 21 anos, nos casos expressos em lei. Parágrafo único - As medidas de caráter preventivo aplicam-se a todo menor de dezoito anos, independente de sua situação.
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1997) Lei nº 8.069/1990	Art. 1o. - Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

⁴ Em um breve recorte sobre as instituições criadas para organizar a assistência à infância, no Brasil, temos: em 1941, no governo Vargas, a criação do o Serviço de Assistência a Menores (SAM), o primeiro órgão federal sobre o tema; anos mais tarde, com o golpe civil militar de 1964, a questão da assistência à infância passou a ser vista como uma questão de segurança nacional, o que justificava mudanças e maior intervenção do Estado, foi então criada a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) e FEBEM (Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor) - com a redemocratização, as instituições passaram a ser responsabilidades dos estados e não da União. No Rio de Janeiro, em 1993, foi criado o Departamento Geral de Ações Socioeducativas (Degase). Como em História analisamos não apenas as muitas mudanças, mas também as permanências, a sede do Degase, por muitos anos, foi a antiga FEBEM, que por sua vez, herdou (não só as estruturas físicas quanto parte do corpo de funcionários) do SAM. O que, em parte, justifica o fato de, em todos esses órgãos e durante todo esse tempo, existirem inúmeras denúncias de abusos e violências por parte das forças do Estado que deveriam estar cuidando dos “menores”.

Há pouco menos de 100 anos, a única legislação que existia sobre a infância e juventude polarizava os “menores” e as crianças, cabendo ao Estado os esforços em conter o crescimento dos primeiros, encarados como malefícios à sociedade. A solução, na maior parte das vezes, era a separação desses do mundo dos adultos a fim de corrigi-los. Isso vai mudar a partir da redemocratização, como veremos a seguir.

Durante a Ditadura Civil-Militar (1964-85) inaugura-se o termo “menor em situação irregular” ainda uma marca do positivismo de outrora em que o que é considerado desviante deve ser separado e corrigido. Essa maneira de enxergar a infância pobre é de chamada de *menorista*. Na lei, o fim desta concepção acontecerá com a promulgação do ECA que dispõe sobre uma série de direitos e deveres de todas as crianças e adolescentes do país. A expressão “menores infratores” é então substituída por “adolescentes em conflito com a lei”. Apesar de melhor, ela ainda merece críticas⁵.

Segundo Lyra,

[...] O ECA trouxe consigo uma ideia de descriminalização das condutas juvenis e tinha por objetivo substituir as práticas repressivas do Estado por uma política que levasse em conta a recuperação e não a mera segregação do jovem. Nesse sentido, entende a situação da criança e do adolescente como “**pessoas em desenvolvimento**”, razão pela qual eles seriam submetidos a uma “**Doutrina de Proteção Integral**”, em que os esforços do poder público estarão voltados para defesa de seus direitos, afigurados em um conjunto de medidas protetivas, referentes à saúde, educação, profissionalização, entre outros, e medidas socioeducativas, referentes à relação dos jovens na sociedade. (LYRA, 2013, p. 24, grifos nossos)

No Brasil (e também na América Latina) coexistem, portanto, duas concepções de direitos da infância e adolescência: a doutrina da “situação irregular” (DSI) e a doutrina da “proteção integral” (DPI). De maneira bastante objetiva, elas diferem, pois, a primeira delas é excludente, e por isso irregular, já que não acredita que todas as crianças e todos os adolescentes são possuidores de direitos. Já a segunda, também conhecida como “garantista”, prega o princípio da isonomia, isto é, igualdade jurídica. Entender os efeitos da existência dessas duas doutrinas passa por perceber que não é uma diferenciação puramente cronológica, como se o início de uma estivesse atrelado ao fim da outra. Apesar de terem sido construídas historicamente, elas coexistem até hoje. Também passa por entender que não é uma questão restrita ao mundo jurídico, pois sabemos das implicações da mesma na construção da infância e juventude no Brasil.

⁵ Para maiores detalhes sobre essa questão, ver: DEFELIPPE, Elisa. “Bebel”, “sujeito-homem”, “menor” e tempo: juventude, liberdade e experiências de ensino de História na socioeducação. 2020. 202 f. Dissertação – Programa de Mestrado Profissional, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A criação do Estatuto da Juventude e sua implementação

A doutrina da “situação irregular” começou a ser juridicamente enfrentada no final dos anos 80 e o início dos anos 90, período da história brasileira marcado pelo avanço das ideias democráticas. O fim da Ditadura Civil militar (1964-85), a redemocratização da sociedade e a participação de movimentos sociais nos rumos do país, juntamente a uma série de conferências internacionais lideradas pela Organização das Nações Unidas (ONU) colocaram a infância e a juventude como prioridade na luta por um mundo mais igualitário (COSTA, 2006, p. 16). Assim, fatores internos e externos formaram o contexto histórico para a mudança, ao menos na lei, das políticas de infância no Brasil. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente criados a partir da lógica garantista de direitos, formaram dois aparatos jurídicos que apontam para um novo marco legal, conceitual e ético para a assistência dos adolescentes no país.

Os avanços trazidos por essa nova legislação são, portanto, inegáveis, já que houve sim uma mudança de paradigma. É preciso ponderar, no entanto, que tais mudanças não foram garantidoras da extinção de práticas “irregulares” e representam muitos paradoxos (Gomes, 2016) já que coexistem, em muitos aspectos, na nossa sociedade, inclusive por parte de gestores públicos, condutas na contramão da doutrina de proteção integral.

Até hoje a concepção menorista está presente em nossa sociedade. Muitos adolescentes pobres não são reconhecidos como sujeitos de direitos e seguem sendo tratados, vistos como “menores”. Inclusive, sendo chamados de “menores” por aqueles que deveriam zelar pela ampliação e garantia de direitos e não fortalecendo a desigualdade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe inúmeros avanços legais para a nossa história, tão marcada pela exclusão. No entanto, esse conjunto de leis suprimiu os sujeitos que faziam 18 anos da concepção garantista de direitos, jogando uma parcela considerável de jovens em um lugar de pouca atenção por parte do poder público. (BADARÓ, 2013) Afinal, aqueles entre 18 e 29 anos, que não são incluídos no ECA.

Se, para a criação do ECA, houve a força dos movimentos sociais e da busca por um Brasil democrático frente a recém derrubada Ditadura, a luta pela criação do Estatuto da Juventude contou com a participação daqueles mais beneficiados por essa legislação: os próprios jovens que já começavam a ser vistos como sujeitos de direitos e participavam, ainda que de forma tímida, da política.

Com o início do processo de abertura política, surgem espaços para novas concepções conduzidas por novos atores sociais, especialmente os que encaravam a infância e juventude como sujeitos sociais, e não meros delinquentes, força de trabalho em potencial, menores, meninos carentes ou em situação irregular. (BADARÓ, p. 461, 2013)

Para nós, historiadoras e historiadores, sempre é importante apresentar o contexto histórico de quando marcos são estabelecidos. Dos anos 80 aos dias de hoje podemos afirmar que a pressão social para que a nossa legislação seja, cada vez, mais democrática e moderna é uma realidade.

O ano de 1985 foi decretado o ano da Juventude pelas Nações Unidas, “(...) podendo esta data ser tomada como um demarcador temporal para o estabelecimento de um novo lugar para a juventude na agenda pública da cooperação internacional, das agências bilaterais e dos governos” (BRASIL, 2014, p. 41) mas, aqui no Brasil, a concretização de uma Política Nacional da Juventude (PNJ) ainda demorou a acontecer.

O ECA foi implementado no final dos anos 90. Desde então vivíamos, o Brasil dos anos 2000, uma “explosão demográfica” em que cerca de 47 milhões de pessoas (aproximadamente 25% da população total) tinham entre 15 e 29 anos. (BRASIL, 2014, p. 115). Apesar de parte dos direitos dessas pessoas ser atendida pelo ECA e, até mesmo pela nossa Constituição, Ruas (1998) salienta que, até então, não havia políticas públicas específicas para os jovens. As poucas que existiam eram fragmentadas, extremamente burocráticas e diluídas em diversos setores que dificultavam sua implementação.

Ao final do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 2002, havia 33 programas direcionados para a juventude, no entanto a política para esse segmento social se caracterizou pela desarticulação entre os entes governamentais e uma estratégia de terceirização de ações utilizando Organizações Não Governamentais (ONGs). (SILVA, 2021, p. 154)

Havia, portanto, uma distância significativa entre a formulação e a implementação das poucas políticas públicas existentes, ao mesmo tempo que crescia uma forte pressão por parte de “organizações da sociedade civil, entidades estudantis e juventudes partidárias”, ou seja, também por parte de pessoas jovens para que a situação legal daqueles entre 18 e 29 anos fosse melhor atendida. Tais mudanças também foram trazidas pelas próprias juventudes que, ao pautar suas lutas por reconhecimentos identitários, contribuiu para que políticas públicas democratizantes fossem desenhadas. Assim, jovens negros, quilombolas, LGBTQIA+, favelados, entre tantas outras minorias identitárias pressionaram o Estado e forçaram o avanço

em direção a meios mais dignos de viver fossem construídos, ainda que incipientemente. (BRASIL, 2014, p. 100)

Além disso, internacionalmente o Brasil está inserido em uma lógica de políticas neoliberais o que permitiu que uma “profusão de organizações não-governamentais diferenciadas, de fundações e institutos ligados a empresas privadas que, nesse momento, estariam comprometidas com a ‘responsabilidade social’” (BADARÓ, p. 470, 2013).

Assim, a partir do primeiro governo Lula (2002-2010), começou a ser efetivamente desenhada uma política nacional de assistência à juventude enquanto categoria social diferenciada da infância e adolescência seja pelo fato de termo um governo mais alinhado a agenda das esquerdas, mas também pelo protagonismo de jovens e incentivo financeiro do chamado “terceiro setor”. Com efetiva participação social através de conselhos e conferências (SILVA, 2021, P. 154)

Em 2010, a palavra “jovem” foi inserida no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição de 88 a partir da PEC nº 65 (PEC da Juventude) e, finalmente, já no governo de Dilma Roussef (2010/16), em 2013, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852) foi criado. Com ele, consolida-se o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), cujo objetivo é propor ações e políticas públicas com a participação dos jovens e para os jovens.

O Estatuto da Juventude garante o direito: à participação social e política e à representação juvenil; à saúde; à educação; à profissionalização, à diversidade e igualdade; à sustentabilidade; ao desporto e ao lazer; à comunicação e à liberdade de expressão; à cultura; ao território e à mobilidade; à segurança pública e ao acesso à Justiça; enfim, à cidadania e à participação social e política como um todo. A fim de materializar um avanço jurídico trazido por essa legislação, podemos exemplificar a meia- entrada em eventos culturais e esportivos, tanto para estudantes quanto para jovens de baixa renda que já tenham deixado de estudar. Aos últimos também são garantidas gratuidade e desconto em transportes interestaduais. Tal benefício abrange os direitos ao território, ao lazer, à cultura e à mobilidade.

Desde o início dos anos 2000, portanto, um longo caminho foi sendo trilhado para a formulação de uma Política Nacional para a Juventude (PNJ)⁶. No entanto, é sempre necessário ponderar que

⁶ E, com ela, uma série de instituições/projetos: a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), o Comitê Interministerial da Política de Juventude (IPJ), a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Plano Nacional de Juventude (PNJ), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), os

[...] a universalização de direitos e acessos não anularia automaticamente os mecanismos que ancoram preconceitos e discriminações sociais. Desvantagens relativas acentuadas são expressas nas relações etno-raciais e nos atributos de gênero, idade, local de origem ou de moradia e também de orientação sexual. Nesse sentido, a juventude é como um espelho retrovisor que reflete e revela a sociedade de desigualdades e diferenças sociais (NOVAES, 2006, p. 120).

Durante os governos Temer e Bolsonaro houve um significativo retrocesso nas políticas públicas para a juventude a partir de cortes nos orçamentos ou descontinuidades de projetos. O que deixa bastante evidente a relação entre cenário político nacional e garantia do jovem enquanto sujeito de direitos. Assim, os avanços legais não são garantidores da produção de juventudes menos desiguais. Somos um país marcadamente racista e misógino e esses atravessamentos também são percebidos no dia-a-dia dos jovens brasileiros.

Referências bibliográficas

- BADARÓ, Lúbia. Políticas públicas para a juventude. In: Revista da Faculdade de Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 63, pp. 455 - 489, jul./dez. 2013.
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 1990.
- BRASIL. Lei n. 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de juventude – SINAJUVE. Brasília: Congresso Nacional, 2013
- Brasil. Secretaria Nacional de Juventude Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014. 128p
- BULCÃO, Irene, NASCIMENTO, Maria Livia do. O Estado protetor e a “proteção por proximidade”. In: NASCIMENTO, Maria Livia do (org.). PIVETES: a produção de infâncias desiguais. Niterói: Intertexto, 2002, p. 52-60.
- LEITE, Miriam. O óbvio e o contraditório da roda. In: PRIORE, Mary del. (org.). História da Criança no Brasil, São Paulo: Contexto, 1991, p. 98-111
- LIMA, VENÂNCIO. O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro. In: PRIORE, Mary del. (org.). História da Criança no Brasil, São Paulo: Contexto, 1991, p. 61-75.
- LONDOÑO, Fernando. A origem do conceito menor. In: PRIORE, Mary del. (org.). História da Criança no Brasil, São Paulo: Contexto, 1991, p. 129-146.
- LYRA, D. *A República dos meninos: juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro: Mauad/ FAPERJ, 2013
- MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). História Social da Infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006, p. 53-80
- NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de, EUGENIO, Fernanda (orgs.). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 105-120.
- SILVA, Tarcísio. As Políticas Públicas de Juventude no Brasil pós-golpe de 2016: o cenário de ataque aos direitos sociais. In: Política & Trabalho. Nº 54, jan/jun 2021, p. 150-167

Órgãos Gestores Estaduais/Distrital e Municipais de Juventude e os Conselhos Estaduais/Distrital e Municipais de Juventude.

PASSETI, Edson. O menor no Brasil republicano. In: PRIORE, Mary del. (org.). História da Criança no Brasil, São Paulo: Contexto, 1991, p. 146-174.

PILOTTI, Francisco. RIZINNI, Irene (orgs.). A arte de governar crianças – a História das políticas sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil. AMAIS: Rio de Janeiro, 1995.

RUA, Maria das Graças. “As políticas Públicas e a Juventude dos anos 90”. In Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas/ Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. Brasília, maio de 1998.

SCHEINVAR, Estela. Idade e proteção: fundamentos legais para a criminalização da criança, do adolescente e da família (pores). In: NASCIMENTO, Maria Livia do (org.). PIVETES: a produção de infâncias desiguais. Niterói: Intertexto, 2002, p. 83-109.

A transnacionalização e o uso da técnica chilena da *arpilleria* através do curta-metragem “Cadê Heleny?” de Esther Vital¹

Erica Barros de A. Araújo²
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Luis Reznik
Bolsa: FAPERJ

Introdução

Este artigo procura abordar a transnacionalização da técnica da *arpilleria* chilena para o Brasil, tema central da pesquisa de doutorado da autora, a partir do seu uso no documentário de curta-metragem “Cadê Heleny?”³ da espanhola radicada no Brasil, Esther Vital. O filme conta a história do desaparecimento da professora de teatro, filósofa e militante da Vanguarda Popular Revolucionária, Heleny Telles Ferreira Guariba, durante a ditadura civil militar brasileira no ano de 1971.

Filmado em *stop motion*, técnica que consiste no uso da fotografia quadro a quadro de objetos dispostos em um cenário, cujas imagens são colocadas lado a lado em movimento ganhando característica cinética, o curta metragem mescla técnicas que vão do digital ao artesanal na medida em que conta com cenários, objetos e personagens confeccionados em tecido em 3 dimensões se assemelhando esteticamente às *arpilleras* confeccionadas pelas mulheres chilenas nas década de 1970 e 1980 nos Vicariatos da Solidariedade, órgão da Igreja Católica que abrigava vítimas da ditadura civil-militar instalada no país em 1973 (ARAÚJO, 2021).

Vital tomou conhecimento da técnica da *arpilleria*, quando fazia seu mestrado na Irlanda em 2008, por meio do trabalho de Roberta Bacic, pesquisadora chilena radicada na Irlanda e responsável por reunir as *arpilleras* que foram vendidas para o exterior no período da ditadura chilena.⁴ A técnica da *arpilleria* consiste na confecção de tapeçaria sobre uma base retangular de pano, podendo ser *arpillera* (material chamado de juta no Brasil) ou outro material

¹ Artigo originalmente enviado para XI Seminário Interno do PPGHS/UERJ em 15/09/2023 e apresentado no dia 18/10/2023.

² Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano de 2022, projeto “Os usos políticos do patrimônio chileno da *arpilleria* e sua transnacionalização pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)”, sob orientação do Dr. Luís Reznik, bolsista: FAPERJ.

³ VITAL, Esther (Direção). “**Cadê Heleny?**” Gênero: Animação. Brasil/Espanha. Ano de 2022.

⁴ Entrevista de Esther Vital concedida para o canal TUTAMÉIA: ENTREVERSOS E DESENREDOS. TUTAMÉIA TV. **Documentário de animação revisita crime da ditadura militar**. Youtube. 31 de Março de 2023. Disponível em: <https://youtube.com/live/EF90Wyv0lO0?si=oa54D9EhCfKSmr-Z> Acesso em: 08/09/2023.

têxtil, e se assemelha ao *patchwork* ou a uma colcha de retalhos, cujos pedaços recortados de tecido são costurados à base formando uma narrativa bordada. As mulheres que participaram das oficinas dos Vicariatos da Solidariedade eram, em alguma medida, oriundas das classes populares e buscaram denunciar - através do têxtil, com a utilização de linhas, agulhas e pedaços de roupas de seus entes queridos, maridos e filhos - as arbitrariedades do regime civil-militar contra os direitos humanos no país. As tapeçarias que eram vendidas não apenas para manter o sustento das famílias na ausência de seus provedores, como também para difundir denúncias, burlando a censura imposta pela ditadura (ARAÚJO, 2021).

A técnica da *arpilleria* é utilizada por Esther Vital para contar uma história, entre tantas, violação de direitos humanos sofrida por uma mulher, entre tantas mulheres que sofreram torturas e foram mortas sob a ditadura civil militar brasileira no mesmo período como Iara Iavelberg (figura 05), colega de faculdade de Heleny Guariba, psicóloga e companheira de Calos Lamarca que foi morta e torturada. Neste sentido, a alusão à técnica chilena estabelece alguns pontos de confluência entre países distintos como Chile e Brasil, mas, que são atravessados por contextos semelhantes no que diz respeito à violação de direitos humanos nos respectivos períodos de ditaduras civil-militares.

Acerca dos diversos saberes que atravessam objeto da *arpillera* chilena, a técnica subjacente e sua trajetória, como fontes históricas, apontam estruturas como o patriarcado, cuja origem é anterior ao sistema capitalista e que foi apropriado pelo último visando à divisão sexual do trabalho, além do próprio corpo feminino que borda as peças como categoria central de análise nas diversas correntes teóricas feministas desde a década de 1960 (ARAÚJO, 2021, p. 132). Há uma relação próxima entre o bordado e o gênero feminino já que o lar é o lugar historicamente reservado às mulheres e atividades como lavar, cozinhar, costurar, bordar são consideradas prendas domésticas. E para além do corpo, tema fundamental de diversos feminismos, o uso da *arpilleria* no documentário de Vital, estabelece uma menção tanto ao feminismo como ao cinema latino americanos do período ao focar o tema do terrorismo de Estado no cone sul e o trabalho da imagem, que sob técnicas diversas, é utilizada como meio de denúncia e objeto de memória que resguarda uma “memória subterrânea” sobre as torturas e desaparecimentos nos respectivos países (POLLAK, 1992, p. 205.) e que concorre com a história oficial difundida no período.



Figura 01: Título do filme. O título do filme foi confeccionado com a costura da borda em ponto caseado com linha vermelha e letras bordadas em ponto atrás na cor branca sobre tecido preto. Ambos são pontos de bordados característicos das *arpilleras* realizadas no Chile durante a ditadura no país. O título do filme remete à pergunta “Donde están?” que as mulheres chilenas bordavam na tapeçaria indagando acerca de seus entes queridos desaparecidos durante o regime. Fonte: <https://cadeheleny.com/> Acesso: 15/09/2023

Heleny Guariba, Presente!

Em sua dissertação de mestrado Edmilson Evangelista de Souza, buscou reconstituir a biografia de Heleny Guariba a partir de fragmentos, rastros recolhidos nos documentos oficiais, depoimentos e entrevistas com pessoas que conheceram a dramaturga em vida e a transcrição do depoimento da própria Heleny quando esteve presa em 1969 no presídio de Tiradentes em São Paulo e 1971 no DOI-CODI no Rio de Janeiro, utilizando a memória como principal fonte histórica para traçar a trajetória até a entrada de Heleny Guariba no grupo de guerrilha Vanguarda Popular Revolucionária e seu desaparecimento em 1971 (SOUZA, 2008);

O pesquisador nos diz que Heleny Guariba nasceu sob o nome Heleny Alves Ferreira na cidade do interior paulista de Bebedouro em 13 de Março de 1941. Filha única de Pascoalina Alves Ferreira e Isaac Ferreira Caetano, gerente do Banco do Brasil e falecido em 1951. Por ocasião do falecimento de seu pai Heleny muda-se de Bebedouro aos 10 anos de idade com sua mãe e sua tia Irma Alves Santos para o bairro de Moema, situado na capital São Paulo. Na cidade de São Paulo frequentou duas escolas públicas consideradas na época como instituições de renome e frequentadas pela elite da cidade como os Colégios Caetano de Campos e Presidente Roosevelt respectivamente. De família metodista, Guariba foi professora na Escola Dominical durante a adolescência e na fase adulta se converteu ao catolicismo.

Casou em 1962 com Ulisses Telles Guariba Netto, colega de escola, com quem teve dois filhos Francisco, João Vicente, com 46. Estudou Filosofia na Universidade de São Paulo. Em 1965, recebeu bolsa de estudos na França, onde estudou formas de dramaturgia ligadas ao teatro popular. Permaneceu com o marido na Europa até 1967. Ao voltar para o Brasil, foi contratada pela prefeitura de Santo André, tornando-se a diretora de teatro da cidade. A montagem que realizou com o grupo de Georges Dandin, de Molière, foi premiada, em 1968,

pela Associação Paulista de Críticos de Artes. Era professora de teatro no teatro de Arena em São Paulo, onde trabalhou com Augusto Boal.

Ao se separar em 1969, começou a militar na no grupo de esquerda Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), grupo ao qual pertencia Carlos Lamarca. Guariba, inclusive já havia escondido Lamarca em sua casa em 1965.

Em 1970 foi presa pela primeira vez, torturada na Oban, e transferida para o presídio Tiradentes, onde permaneceu por aproximadamente um ano. Em 1971 retornou às suas atividades profissionais, dando aulas de teatro. Depois de três meses foi novamente presa no Rio de Janeiro e dela não se teve mais notícia.



Figura 02: A casa da morte de Petrópolis. Cenário confeccionado em tecidos diversos utilizando paleta de cores frias, à exceção dos tons quentes no interior da casa e na “lua que sangra” bordada em linha vermelha simulando veias sanguíneas em contraste com fundo de tecido claro. Ao fundo vemos as serras tecidas e costuradas com bordas em ponto caseadas indicando à região serrana do Estado do Rio de Janeiro, paisagem que remete à imagem da Cordilheira dos Andes comum nas arpilleras chilenas. Segundo informações fornecidas por Esther Vital no cine-debate te realizado pelo LABHOI/UFF em 27/10/2023, as cores que compõem o cenário da Casa da Morte foi inspirado na *arpillera* Sala de torturas de Violeta Morales (figura 06). Fonte: <https://cadeheleny.com/> Acesso: 15/09/2023

A photo-costura da memória em movimento

Entre as premissas defendidas pelos sobreviventes de regimes autoritários como as ditaduras civis-militares no Chile e no Brasil está a função reparadora da memória. É através dos relatos dos sobreviventes e vítimas de violações de direitos humanos que a memória coletiva concorre com a história oficial no intuito de estabelecer a verdade e a justiça sobre as torturas, desaparecimentos e mortes no período (PEROTIN-DUMON, 2007, p.18).

A memória é a base das escolhas feitas por Esther Vital para costurar a narrativa de “Cadê Heleny?” A narrativa, maneira comumente utilizada pelos sobreviventes das ditaduras civis-militares na América Latina para denunciar as violações de direitos humanos é trabalhada

de forma híbrida, através da oralidade com o depoimento como a imagem é trabalhada configurando-se como ponto central do filme ao ser abordada de três maneiras distintas: tecida, remetendo a uma técnica artesanal de resistência política, fotografada, imagem confeccionada por meio da reprodutibilidade técnica e em movimento, referenciando os primórdios do cinema, estabelece, além de uma meta narrativa que esmiúça a potência da imagem como meio pelo qual a memória pode ser materializada e transmitida, também constitui uma relação simbiótica entre forma (imagem, tecido e som) e conteúdo (acontecimento) a partir do tom documental da narrativa que buscou construir a história e as circunstâncias da morte da filósofa Heleny Guariba por meio das vozes das pessoas que a conheceram em vida como Dulce Muniz (diretora e atriz de teatro, amiga e aluna de Heleny), José Olavo Leite Ribeiro (economista, namorado e camarada de Heleny na V.P.R.) e José Carlos Dias (Ex-Ministro de Justiça de Brasil, e advogado de Heleny).

Foi através dos relatos de sobreviventes que as circunstâncias da morte de Heleny Guariba puderam ser reconstituídas. Desaparecida em 1971, foi através do relato da única sobrevivente da “Casa da morte” em Petrópolis⁵, Inês Etienne, que testemunhou a presença de Heleny Guariba no local, que seus familiares puderam pressupor o paradeiro da dramaturga e a maneira como foi morta (imagem 02). Semelhante ao caso de Heleny Guariba, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade, o Brasil contou com 434 pessoas mortas ou desaparecidas e o Chile com 1.492 desaparecimentos forçados⁶ durante o período no qual perduraram as ditaduras civis-militares nos respectivos países.

No que se refere às *arpilleras*, estas se configuram como narrativas visuais, que espacializam o tempo cronológico característico da narrativa conferindo materialidade à memória através do tecido. A oralidade, modo pelo qual os povos sem escrita conservam e transmitem sua história, embora intangíveis, têm peso e dimensão material devido a

⁵ Sobre a “Casa da Morte” o Relatório da Comissão Nacional da Verdade informa que: “Funcionou em Petrópolis, RJ entre os anos de 1971 e 1974. Estava ligado ao Centro de Operações de Defesa Interna/ Destacamento de Operações de Informações – CODI-DOI – do I Exército (Rio de Janeiro) e ao Centro de Informações do Exército (CIE). Este CCDT atuava como um braço secreto dos DOI’s com o objetivo de realizar sequestros, infiltrar agentes nas organizações de esquerda, realizar traslados de presos, interrogatórios sob tortura, assassinatos, ocultação de cadáveres, entre outras atribuições. Houve uma única sobrevivente Inês Etienne Romeu, que permaneceu presa e torturada.” (RCNVCC, 2014, p.17-21).

⁶ Segundo reportagem de Thales Shimdt para o Jornal Brasil de Fato: “Em 1990, com o retorno da democracia, foi criada a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, que apontou haver mais de 3.200 vítimas, incluindo mortos e desaparecidos, deixadas pela ditadura. Em 2003, foi aberta outra comissão oficial sobre prisão política e tortura, que reconheceu cerca de 38 mil torturados”. SHIMDT, Thales. Governo chileno vai assumir busca por 1.162 vítimas desaparecidas da ditadura: Objetivo é compensar indolência do Estado e lentidão da Justiça nesse tema, segundo a gestão Gabriel Boric. Brasil de Fato. Seção: Internacional. Botucatu (SP), 31 de Agosto de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/31/governo-chileno-vai-assumir-busca-por-1-162-vitimas-desaparecidas-da-ditadura> Acesso em 15/09/2023.

sobrevivência da palavra no tempo como guardiã da memória coletiva, ao passo que também contém uma plasticidade ao ser reatualizada no presente sem perder sua função de um saber tradicional. Como disse o antropólogo Ricardo Gomes Lima:

A condição básica para algo ser tradicional é que mude, porque se não muda, vai se cristalizar no tempo e vai morrer, vai virar um fato histórico e não tradicional. O que é o tradicional? É o que está vivo, presente hoje na sociedade (LIMA, 2011, p. 195).

Segundo o antropólogo equatoriano Sánchez-Parga, em algumas sociedades cuja organização social se diferencia de sociedades com Estado e leis escritas, como os Guayaki, grupo indígena que habita o território do Paraguai, há uma escrita anatomizada, na qual as regras sociais são literalmente incorporadas através de sinais gráficos adquiridos em ritos de passagem. Sánchez-Parga ainda salienta que para os bosquímanos, povo do sudoeste da África, as expressões corporais tinham uma função divinatória, nas quais *las letras de su alfabeto están en sus cuerpos* (E. CANETI, 1964, p. 359 *Apud* SÁNCHEZ-PÀRGA, 1995, p. 09). O têxtil para o antropólogo corresponderia a uma espécie de linguagem intermediária entre uma escrita incorporada e uma escrita lítica:

El texto têxtil podría ubicarse en un nivel intermedio de la evolución de la escritura "in-corporada" de las sociedades primitivas a la escritura materialmente objetivada (piedras, monedas, terracotas o monumentos) de las sociedades antiguas (SÁNCHEZ-PÀRGA, 1995, p. 10).

O têxtil como objeto de arte, material e imagético têm a função de comunicar e pode guardar nos materiais, modos de fazer e nos grafismos não apenas a tradução estética da subjetividade de quem tece, mas, também informar por meio de uma teia de significados culturais e éticos acerca da cosmovisão da sociedade onde o artesão que o teceu está inserido. No que diz respeito ao modo de confecção de “Cadê Heleny?”, a diretora informa em entrevista no Tutaméia Canal que o filme foi feito da “forma mais artesanal possível” (TUTAMEIA TV, 2023). Participaram da confecção do cenário e dos objetos têxteis tridimensionais bordadeiras oriundas do Brasil, Chile e Argentina durante a pandemia de covid-19 em encontros virtuais e presenciais realizados em Ubatuba, cidade do litoral norte de São Paulo.

O corpo da artesã é concomitantemente suporte do têxtil e instrumento que o fabrica. Neste sentido, Marcel Mauss já apontava que *a técnica é um ato tradicional eficaz* (MAUSS, 1950, p. 45). Ou seja, mais que um movimento corporal inato, a técnica da costura pertence a um sistema simbólico que é aprendido e transmitido pelo movimento corporal, inclusive entendendo a oralidade também como um movimento do corpo (BOSI, 2003). Logo, o corpo também é memória. O têxtil, objeto criado primordialmente para proteger o corpo humano

exerce uma função análoga à pele humana, consistindo em material flexível que compõe uma quarta camada de pele tecida onde são inscritos através do bordado signos que informam acerca de uma história.

Da analogia entre pele e tecido podemos apreender a função da película como meio material do qual a fotografia e o cinema se serviram anteriormente à invenção da imagem digital. A etimologia da palavra “película” vem do latim *pellis* cujo significado é pele, película é o diminutivo de pele. Os significados em português e espanhol para a palavra em questão se assemelham e segundo o dicionário Michaelis significam na língua portuguesa tanto *camada de pele delgada e fina, pequenos pedaços da epiderme que são desprendidos como consequência de queimaduras ou febre alta, como folha delgada de gelatina sensibilizada que se usa em fotografia e cinematografia.*⁷ A palavra “filme” do inglês antigo *filmen*, também significa *membrana, pele fina.*⁸ É no filme ou película onde são gravadas as imagens captadas pela máquina, processo que anteriormente à reprodutibilidade técnica já era feito pelos seres humanos em xilogravura, litografia, costura ou tapeçaria (ARAÚJO, 2021, p. 06). Sobre a reprodutibilidade técnica Walter Benjamin diz:

Pela primeira vez no processo de reprodução da imagem, a mão foi liberada das responsabilidades artísticas mais importantes, que agora cabiam unicamente ao olho. Como o olho apreende mais depressa do que a mão desenha, o processo de reprodução das imagens experimentou tal aceleração que começou a situar-se no mesmo nível que a palavra oral. Se o jornal ilustrado estava contido virtualmente na litografia, o cinema falado estava contido virtualmente na fotografia (BENJAMIN, 2001, p. 167).

Os corpos tecidos em três dimensões, diferentemente das *arpilleras* originais que eram confeccionadas em duas dimensões, conferem mobilidade ao objeto que simula o movimento do corpo humano nas personagens tecidas criando formas no espaço que são captadas pela fotografia (imagens 04 e 05). Esther Vital informa que foram necessárias 12 imagens por segundo para a obtenção de um minuto de movimento.⁹ A técnica utilizada pela cineasta remeteu às cronofotografias que tiveram sua origem na França em 1882 com a invenção do médico Etienne Jules Marey de uma arma fotográfica que conseguia também tirar 12 fotos por segundo e que anteciparam a imagem em movimento do cinema (figura 05). As cronofotografias foram utilizadas em 1885 e publicadas no artigo da *Revue Encyclopedique*

⁷ Cf: <https://educalingo.com/pt/dic-pt/pelicula> Acesso em 15/09/2023

⁸ Cf.: <https://www.etymonline.com/search?q=film> Acesso em 15/09/2023

⁹ Informações obtidas através da página eletrônica do filme “Cadê Heleny?”. Disponível em: <https://cadeheleny.com/foto-a-foto>. Acesso em 15/09/2023

pelo médico F. L. Regnault para retratar a fisionomia e a fisiologia dos corpos em movimento (ARAÚJO. 2021).

Segundo Esther Vital, o ápice de seu curta consistiu na cena de tortura sofrida por Helyny Guariba dentro da casa da morte em Petrópolis e os bastidores da cena na qual a cineasta teve se simular a posições da boneca de pano que representava Guariba pendurada no pau de arara trouxe bastante incomodo à diretora.¹⁰ A relação entre as cronofotografias, o corpo feminino e tortura como medida disciplinar já havia sido estabelecida através da produção de imagens de mulheres histéricas no século XIX através das cronofotografias realizadas pelo psiquiatra Jean-Martin Charcot em seus estudos sobre histeria em La Salpêtrière, maior hospício da França. Charcot fazia sessões públicas para a observação de mulheres hipnotizadas cujos ataques de histeria eram registrados através da fotografia. As cronofotografias de Charcot, no entanto, jamais registravam os estímulos médicos sobre o corpo dessas mulheres, somente suas reações (LAURENTIIS, 2021, pp.92-93). Como diz Norma Telles:

Charcot provocava por meio de hipnose, eletrochoque e manipulação genital, os sintomas histéricos nas pacientes, mas, algumas vezes fazendo surgir raiva e resistência por parte delas. Mas, as pacientes também desfrutavam de um repentino status, devido àquelas mesmas encenações e fotografias, e, por outro lado, eram ameaçadas de serem transferidas de volta ao inferno do pavilhão das incuráveis se não realizassem as proezas solicitadas; posavam e se submetiam às apresentações, como durante as palestras frequentadas por Freud em 1885 e 1886 (TELLES, 2010, p. 25-26 APUD LAURENTIIS, 2021, p.95).



Figura 03: O pau-de-arara. Imagem que retrata as mãos da diretora Esther Vital manipulando a boneca de Helyny Guariba para simular sessão de tortura na casa da morte em Petrópolis. Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=vClcLnRVJyQ&t=260s> Acesso em: 08/11/23

¹⁰ Informação coletada no cine-debate realizado no Labhoi/UFF em 27/10/23;

A fotografia, inclusive, foi no século XIX, o meio mais utilizado no discurso médico-científico para legitimar patologias, como um registro da realidade. Acerca do hibridismo de técnicas utilizadas por Vital, às diferenças entre a imagem fotográfica e a imagem costurada está não apenas nos materiais e nos meios de reprodutibilidade, a primeira feita pela máquina, e a segunda pelas mãos, mas, nos processos de confecção que evidenciam a experiência entre corpo e matéria, explicitando a dimensão sensível da memória. A fotografia, embora impressa no papel fotográfico que também guarda uma memória, conta com um ritmo de confecção mais rápido que a *arpilleria*. No caso do tecido, a imagem é inscrita no têxtil e demanda um processo demorado de elaboração imagética que se constitui desde a escolha do desenho até a costura que perfura a base têxtil. Para Vital, já que a memória é formada por sinapses, cada ponto encrustado no tecido significaria uma lembrança.¹¹

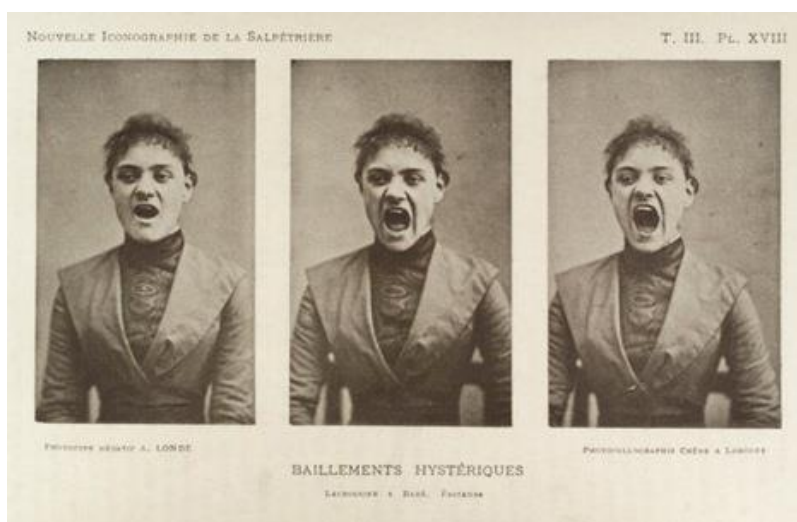


Figura 04: A fisiologia da Histeria. Cronofotografia de mulher histérica realizada em La Sapetrière. Fonte: <https://brunolevorin.com/lasciva>

A memória coletiva sobre o terrorismo estatal na América Latina é uma memória coletiva fragmentada, recolhida aos pedaços, assim como é a *arpillera* costurada a partir de retalhos como quem sutura uma ferida ou trauma buscando uma produção de sentido diante do terror que rompe limites psíquicos (SOUZA, 2013, p. 23). Analogamente podemos entender, inclusive, que o uso do ponto caseado, abundante nas *arpilleras* chilenas, além de ser ponto aparente nas bordas dos retalhos, têm a função de prender firmemente o tecido sobre a base e não o deixar esfiapar, como uma metáfora gravada na matéria que visa reestabelecer através da

¹¹ Informação coletada no cine-debate realizado no Labhoi/UFF em 27/10/23;

costura do tecido sobre uma base têxtil como uma membrana feita do fragmento da roupa de um ente querido desaparecido, os limites psicológicos rompidos pela experiência traumática e denunciar os apagamentos da versão oficial do Estado. Como nas corpo-esculturas têxteis da artista francesa Louise Bourgeois, as narrativas inscritas em tecido simulam *uma pele que narra histórias pessoais, recontadas e revividas por meio da prática estética* (LARENTIIS, 2021, p.73).

As *arpilleras* chilenas, embora fossem costuradas individualmente, eram feitas dentro dos Vicariatos da Solidariedade, local onde as mulheres chilenas podiam compartilhar suas dores e estabelecer uma rede de apoio, além de elaborar memórias traumáticas através de conversas prévias e da costura em tecido. É interessante notar que Vital também segue procedimento semelhante ao explicitar o processo de realização do curta ao invés de apresentar apenas seu produto final, desde a pesquisa com a escolha dos materiais e suas cores, os lugares de memória da ditadura representados em material têxtil como o DOI-CODI, “Torre das Donzelas” (Presídio Tiradentes), o Hospital Militar em São Paulo, a casa da morte de Petrópolis entre outros, explicitando a função de denúncia característica de várias *arpilleras* da década de 1970, assim como os personagens do filme que são apresentados em dualidade como o princípio de composição estética da *arpillera* (ARAÚJO, 2021, p. 37).

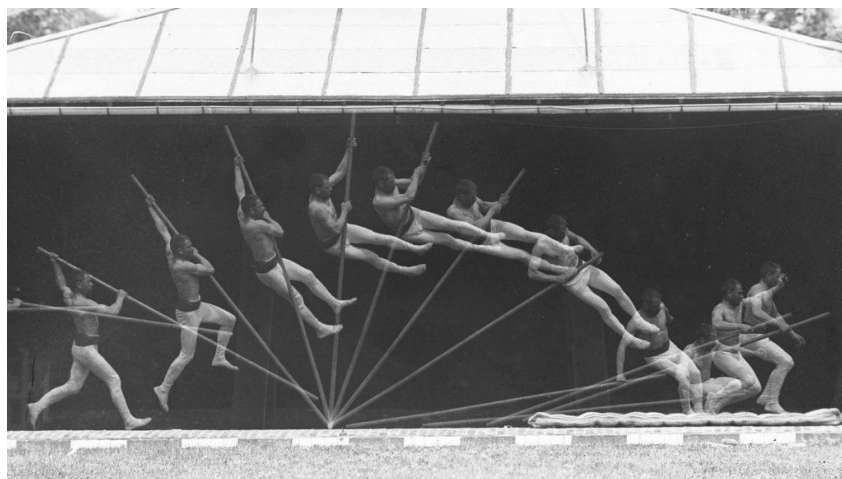


Figura 05: Cronofotografias do atleta em movimento. Cronofotografia de Etienne-Jules Marey, 1886, College de France. Fonte: <https://ims.com.br/eventos/marey-e-muybridge-entre-a-fotografia-e-o-cinema-raimo-benedetti-ims-paulista/> Acesso: 14 de setembro de 2023.

Contextualizando o período de produção do filme, no qual o mundo estava sob uma pandemia de Covid-19 que deixou aproximadamente 700 mil mortos no Brasil e transcorria em terras brasileiras sob um governo cujo ministro da economia havia participado da equipe econômica de Augusto Pinochet na década de 1980 e estávamos sob a presidência de um ex-

capitão do Exército que louvara o torturador Carlos Brilhante Ustra (imagem 06), chefe do DOI/CODI entre os anos 1970 e 1974, na câmara dos deputados¹² em 2016 à ocasião da votação do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Roussef, a diretora reafirmou a função da memória, não apenas para lembrar os horrores ocorridos durante a ditadura civil militar-brasileira através da história de Heleny Guariba contada em tecido, mas, também reestabeleceu, num período de isolamento sanitário, cujas as relações estavam mediadas pela virtualização do computador, o contato entre corpo e matéria através da técnica da costura, sobre a qual as artesãs puderam também restabelecer suas bordas psíquicas através do compartilhamento do ofício de um bordado que é símbolo de resistência política.



Figuras 06 e 07: *Muñequitas de Arpilleras*. Imagens do filme “Cadê Heleny?” com personagens confeccionados em tecido remetendo às bonecas, chamadas de *muñequitas de arpilleras*, feitas com enchimento e utilizadas em algumas *arpilleras* chilenas. Na figura 04 vemos o personagem torturador Carlos Brilhante Ustra. Além de Ustra, Vital mostra no filme outros agentes da repressão que estiveram presentes na trajetória de Heleny Guariba como Sérgio Fernando Paranhos Fleury, comandou o Dops em São Paulo e atuou na Operação Bandeirante (1969) e no DOI-Codi. e Cabo Anselmo, agente duplo que colaborou com os órgãos de repressão do regime militar. Figura 05. Heleny Guariba e Iara Iavelberg no bar redondo, bar situado próximo ao teatro de arena, local frequentado pela dramaturga e palco que reuniu entre os anos 1960 e 1970 artistas comprometidos com uma arte engajada. Fonte: <https://cadeheleny.com/antagonista/> Acesso em: 15/09/2023

Considerações finais

Embora o saber-fazer da *arpilleria*, abarque uma memória coletiva chilena que remete ao gênero feminino, já que a costura é uma das prendas domésticas atribuídas ao labor das mulheres no lar, o bordado transpassa os limites da casa e as fronteiras nacionais porque também pode referenciar a história de mulheres latino americanas, sendo atualizado ou reinventado como uma tradição de bordado de resistência política de gênero para falar de situações análogas de opressão por regimes autoritários entre as mulheres latino americanas,

¹² BARBA, Mariana Della; WENTZEL, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação. BBC News Brasil. São Paulo/Basileia (Suíça), 19 de Abril de 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb Acesso em: 15/09/2023.

tema caro ao feminismo latino americano das décadas de 1960 e 1970, assim como o corpo, central em “Cadê Heleny?” é um tema central ao feminismo (ARAÚJO, 2021).

Como técnica e linguagem, a *arpilleria* tinha a função de registrar e denunciar as violações dos direitos humanos ocorridas na ditadura civil militar chilena. A cronologia característica da narrativa oral, meio pelo qual as vítimas das ditaduras civis militares na América Latina se utilizam para denunciar a violação de direitos humanos é subvertida e encontra lugar ao ser materializada e espacializada no tecido evidenciando no processo de elaboração da tapeçaria através do movimento das mãos das artesãs e dos materiais utilizados as tensões psíquicas, traumas e o restabelecimento de fronteiras psíquicas através do encontro entre corpo e matéria.

A história da dramaturga Heleny Guariba, principalmente as circunstâncias de sua morte, desta forma, pôde ser contada sob linguagens distintas: a oralidade, a *arpilleria*, a fotografia e o cinema costurado. Embora desterritorializada ao ser utilizada para contar a história de uma brasileira, plasmada em imagem fotográfica, a linguagem têxtil chilena guarda seu referente para contar a história de uma brasileira torturada e morta pelo regime civil militar no Brasil porque serviu como linguagem criada por mulheres para denunciar violações dos direitos humanos no Chile. Ao ser desdobrada a partir da reprodutibilidade técnica do cinema e da fotografia tomados como objetos de registro da memória, a cineasta Esther Vital cria uma metarrativa imbricada entre técnica e linguagem, com a presença central das subjetividades, escolhas e caminhos expressos nos movimentos do corpo humano que operam tanto a agulha quanto a máquina.



Figura 08: Posições de tortura. *arpillera*, Violeta Morales: Acervo: Marjorie Agosín Sala de Torturas / Chamber of Torture. A *arpillera* retrata em fundo preto figura antropomórfica (sem identificação de gênero) em posições de tortura praticadas na ditadura chilena (1973-1990). De autoria de Violeta Morales (1992). A *arpillera* retrata a narrativa acerca das torturas sofridas pelos sobreviventes do regime que foram entrevistados por Violeta Morales em sua busca pelo irmão Newton Morales, reconhecido como morto pela Comissão da Verdade e Reconciliação. Fonte: http://cain.ulst.ac.uk/quilts/exhibit/chilean_arpilleras.html

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Erica Barros de Almeida. Arte, Gênero e Memória: O Uso do Patrimônio Chileno da *Arpillera* como Instrumento de Resistência Política das Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragem do Vale do Guapiáçu (R.J.). Dissertação de Mestrado. I.M. - Programa de Pós Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade.

UFRRJ. Nova Iguaçu, R. J. Fevereiro de 2021. Orientador: Professor Doutor Alexandre Lazzari.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório Preliminar de Pesquisa sobre a Casa da Morte de Petrópolis, 2014. Disponível em: https://www.cnv.gov.br/images/pdf/petropolis/Versao_final_-_Casa_da_Morte_-_relatorio_preliminar_revisado.pdf

LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato em debate: entrevista. Entrevistador: Paulo Keller. Revista Pós Ciências Sociais. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. V. 9, n. 15. P. 187-210. Jan-jun. 2011. Disponível em: http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=96 Acesso em: 18/04/2020.

MAUSS, M., Les techniques du corps in Sociologie et Anthropologie, PUF, Paris, 1950.

PEROTIN-DUMON, Anne. Historizar el pasado vivo de América Latina. Verdad y memoria. Escribir la historia de nuestro tempo. Santiago do Chile, Liminar, 2007.

POLLAK, Michael, Memória e Identidade Social In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SOUZA, Alberto Shibaki. Figuras do trauma psíquico em Freud. São Paulo, 2013. 42p. Monografia – COGEAE, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SOUZA, Edmilson Evangelista. Heleny Guariba: luta e paixão no teatro brasileiro. Dissertação de Mestrado em Artes. Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita”. São Paulo, 2008. Orientadora: Professora Doutora Berenice Raulino.

LURENTIIS, Gabriela Barzaghi de. Louise Bourgeois e modos feministas de criar. Sobinfluencias edições, São Paulo, 2021

Aberes e ofícios na pesca artesanal em Itaipu/Niterói-RJ: relexões sobre as mulheres no território pesqueiro

Eunice Batista Laroque¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Catia Antonia da Silva

Introdução

O presente texto, tem a motivação de historicizar e refletir sobre minha pesquisa de doutorado sobre como se constroem e se interligam os saberes e fazeres da Pesca Artesanal com atenção especial às mulheres trabalhadoras da Praia de Itaipu, situada na Região Oceânica de Niterói, onde se estabeleceu, a partir de 2013 a Reserva Extrativista Marinha de Itaipu (RESEX). Importante destacar aqui, que o projeto de pesquisa não surgiu de um tema aleatório à minha vida. Pedagoga, Museóloga, Especialista em Patrimônio Cultural em Centros Urbanos, Mestre em Educação e agora doutoranda em História Social pela PPGHS/ UERJ e trinta e quatro anos trabalhando com comunidades diversas como professora e museóloga. A minha aproximação ao tema de pesquisa foi através do meu trabalho como diretora do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) dentro de uma comunidade pesqueira na Vila de Pescadores em Itaipu, Niterói.

A praia de Itaipu ou o “Canto de Itaipu” localiza-se no bairro de Itaipu, Região Oceânica pertencente ao município de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

Geograficamente o Canto de Itaipu se delimita ao leste pelo costão do Morro das Andorinhas, pertencente ao Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET), alinhado às Ilhas Menina, Mãe e Pai. A oeste delimita-se pelo canal artificial que liga a lagoa de Itaipu ao mar, as praias de Camboinhas, praia do Sossego, praia de Piratininga e canto de Piratininga. Seguindo-se a oeste, avista-se do outro lado da entrada da Baía de Guanabara a enseada de Botafogo e a praia de Copacabana na cidade do Rio de Janeiro. Ao norte da praia está a Lagoa de Itaipu.

Itaipu é uma palavra de origem tupi guarani, “itá” significa pedra; “i”, água; “pu”, estrondo, podendo ser traduzido como “pedra que água faz barulho”, segundo o dicionário tupi-guarani (www.dicionariotupiguarani.com.br).

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “Questões de Gênero Nos Saberes e Ofícios da Pesca Artesanal em Itaipu/Niterói-RJ: Resistência e Interculturalidades no SEC. XXI”, sob orientação da Dr.^a Catia Antônia Silva.

A enseada do canto de Itaipu está protegida do oceano pelas três ilhas e o pelo Morro das Andorinhas e delimitada a pelo menos 3 milhas náuticas pela RESEX Marinha de Itaipu. A Unidade de Conservação de Uso Sustentável cobre o espelho dá'gua desde a praia de Itacoatiara até o canto de Piratininga, totalizando 6,6 km de faixa de areia e 3.943 hectares de área, incluindo o espelho dá'gua da lagoa de Itaipu. Itaipu localiza-se praticamente ao centro da faixa de área da RESEX.

Pescadoras, fileteiras, marisqueiras, catadoras, descascadeiras, remendeiras, vendedoras, cozinheiras, mulheres de pescadores... Assim como são geralmente denominadas, as mulheres que estão muito produtivas na Pesca Artesanal, inclusive mantendo o sustento da casa enquanto a maré não está para peixe.

Nesta realidade estive inserida durante sete anos como diretora do Museu de Arqueologia de Itaipu, vivenciando o trabalho da Pesca Artesanal e das lutas sociais travadas para a implementação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu (RESEX) e contra a especulação imobiliária que tenta ferozmente tomar o território da pesca com a alusão ao “progresso da urbe”, pressionando a esta categoria profissional a deixar o território praiano. Acompanhei Planos de manejo, discussões políticas, brigas com a Colônia Z7, organizações de boicote aos projetos da Associação Livre de Pescadores e Amigos da Pesca (ALPAPI) liderado por um grupo que administra a Colônia Z7 desde os anos de 1980, reuniões do Conselho Deliberativo que o Museu de Arqueologia de Itaipu tem acento desde o princípio de 2013 e demais formas que pude observar e interagir de forma participativa, num envolvimento emocional e ativo. O trabalho como museóloga ia além de salvaguardar fragmentos arqueológicos e sim incorporar a Pesca Artesanal como guardiões das memórias do território visto muitos pescadores e pescadoras nasceram dentro das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, onde está abrigado o MAI. Ao conviver no dia à dia notamos a presença feminina nas atividades produtivas da Pesca Artesanal e nos deparamos com mulheres nas tarefas de confecção de redes, na captura de mariscos, moluscos e do próprio peixe, no processamento de pescados, como evisceração e filetagem, no beneficiamento de produtos à base de pescados como salgados embutidos e na comercialização. Ali tinha uma vida além daquela que me dispus a fazer no meu plano de trabalho como gestora de uma unidade do Instituto Brasileiro de Museus.

Quando cheguei no MAI em 2015, a princípio fiquei impressionada fizemos uma tentativa de fazer uma associação de mulheres na praia, onde o Museu está localizado para engajar suas práticas numa rota de turismo de base comunitária. Reunimos um número pequeno

de mulheres pois havia uma discussão de que se não fossem mulheres tradicionais da localidade não poderiam entrar na Associação de Mulheres de Itaipu (AMI). Naquela ocasião as mulheres de famílias tradicionais não queriam relações com as mulheres da Colônia Z7.

Apesar desta constatação, este grupo social heterogêneo e plural não era considerado pela sociedade niteroiense, pela comunidade em que estão inseridas, muito menos pelo poder público, na maior parte das vezes, há ausência de autorreconhecimento das próprias mulheres enquanto trabalhadoras da pesca. Os trabalhos executados por mulheres na Pesca Artesanal são permeados pela invisibilidade e são comumente relegados à categoria de ajuda:

[...] muitos dos trabalhos assumidos por mulheres em comunidades pesqueiras apresentam como características a variabilidade no tempo e no espaço, a irregularidade na demanda, sua compatibilização com as tarefas domésticas e, por consequência, a dificuldade de contabilizar o tempo de trabalho. Esses fatores reforçam a visão corrente das mulheres mais como donas de casa, “ajudantes” do companheiro e não como sujeitos produtivos (MANESCHY, 2000, p. 88).

Dessa maneira, entendi que necessitava conhecimentos do campo da História, além da minha formação em Pedagogia e Museologia para construir referenciais teóricos e metodológicos junto da História Social, da Antropologia, Sociologia, Museologia e das Metodologias Participativas empregadas nos campos de pesquisa das Ciências Humanas e Sociais. Em janeiro de 2015 começando a participar do Conselho Deliberativo da RESEX Marinha na Praia de Itaipu, consegui pela primeira vez vislumbrar o que poderia ser a construção de meu objeto de pesquisa para um futuro projeto de doutoramento através da polêmica discussão entre pescadores sobre que apetrechos usar nas atividades laborais nos Planos de Manejo da Pesca Artesanal. Ali estavam homens pescadores e mulheres estudantes de instituições envolvidas com a Pesca Artesanal. O interessante que não haviam mulheres pescadoras nestas discussões. No decorrer do meu envolvimento com a Resex Marinha de Itaipu só consegui visualizá-las em votações e na Colônia Z7. O contexto de onde estão as mulheres pescadoras, catadoras e fileteiras estão nos bastidores da pesca na Praia de Itaipu. Por aí, foi concebido o trabalho para inventariar e registrar à vida na periferia, até então, do Museu de Itaipu através das técnicas formuladas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, o IPHAN.

Estudos etnográficos da década de 1990, Edna Alencar observou que os papéis destinados às mulheres da pesca são baseados em um modelo orientador de divisão sexual de trabalho e espaço:

[...] se caracteriza pela ênfase que é dada à distinção das atividades e dos espaços de acordo com os gêneros. O mar aparece como um espaço principalmente ou exclusivamente masculino, onde ocorrem as atividades tidas como as mais

significativas para a economia do grupo. Em terra, o elemento que se destaca é a mulher, atuando num espaço onde são realizadas as atividades consideradas de importância “menor”, as do espaço doméstico [...] e até mesmo aquelas realizadas nas beiras de praia (ALENCAR, 1993, p. 65).

Autores como Ellen Woortmann (1992) afirmam que o grupo de mulheres na pesca são invisibilizadas inclusive pela academia, onde há um olhar hegemônico de pesquisadores sobre o tema. Fui testemunha disso nas reuniões do Plano de Manejo onde a maioria absoluta eram homens e ali permaneciam sem nomear ou exaltar o trabalho das mulheres.

De uma maneira geral, os estudos de comunidades “pescueiras” tendem a privilegiar os atores sociais masculinos, e o ponto de vista do homem. O discurso do pesquisador como que replica o discurso público dessas comunidades, cuja identidade se constrói sobre a atividade da pesca, concebida como masculina. Relega-se, assim, ao silêncio, as atividades femininas, mesmo quando estas contribuem substancialmente para a subsistência da comunidade. Isto significa que se ignora uma parte importante das atividades econômicas daquelas comunidades, isto é, a agricultura e a coleta. Ignora-se também os agentes sociais dessas atividades – a metade feminina das comunidades. E significa também que se deixa de lado uma parte do ambiente sobre o qual atuam esses grupos. Privilegiando o mar, desconhece-se a terra (WOORTMANN, 1992, p. 31).

Conforme Woortmann (1992) apontou, boa parte da produção científica sobre os modos de vida em torno da pesca artesanal ignoravam a importância das mulheres neste universo.

Edna Alencar no artigo de 1993, apontando que seria então necessário repensar a respeito do conceito de “pesca” e do entendimento da categoria “pescador” para dar conta de toda esta outra metade invisível das comunidades pesqueiras. De certa forma foi o que aconteceu quando a Lei 11.959/2009 apresentou uma seção denominada “Da Atividade Pesqueira” na qual lê-se

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal (BRASIL, 2009, Art. 4).

O meu projeto de pesquisa pretende analisar, narrativas, histórias de vida já coletadas no Inventário Participativo de Referências Culturais realizado pelo Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) entre os anos de 2016 e 2018 e os processos comunicacionais entre pescadores e pescadoras para melhor compreender as relações de poder e dos saberes tradicionais sobre a Pesca Artesanal. A criação de instrumentos que assegurem os meios de trabalho como instrumento de proteção não só do mar, mas sim dos modos de fazer e de viver.

As demandas são antigas, desde que concursei como Diretora do Museu de Arqueologia de Itaipu, vivenciei os receios desta categoria profissional com a identidade local, desigualdades e conflitos entre a tradição e a modernidade invadindo o território da pesca. Por isso, neste momento participo ativamente de rodas de conversa entre essas trabalhadoras e acompanho as

discussões políticas da criação do Ministério da Pesca na tentativa de criar políticas que assegurem essas trabalhadoras direitos como tais. A mudança paradigmática que ocorreu com as eleições de 2022 para a gestão do país nos motivou a desenvolver demandas no universo feminino da Pesca Artesanal.

Tendo-se em vista que se trata de um tema relevante para a área de História Social, analisar disputas sociais e políticas entre os diferentes grupos de pescadores e suas relações com órgãos gestores, suas políticas culturais, observando as formações e transformações que vem ocorrendo no Canto de Itaipu nos últimos tempos a pesquisa busca dialogar cientificamente com os avanços e retrocessos do tema em questão.

O tema é relevante porque dialoga com a problemática da gestão territorial e visa a intersecção da política pública ambiental, contribuindo para o entendimento dos dilemas e dos avanços expostos na proposta nacional e as dificuldades de implementação de forma contributiva aos pescadores artesanais da Praia de Itaipu dentro do cenário das políticas públicas nacionais.

O diálogo com a história social do território busca contribuir para a compreensão de como as políticas vão impactar diretamente na vida social, do dia a dia desta comunidade, a ponto de excluir, deslocar as pessoas de uma localidade para a outra devido a especulação imobiliária e as desilusões quanto ao aspecto financeiro destas mulheres. Acredita-se que este trabalho contribuirá no entendimento de um desdobramento da ação de Estado sobre a vida coletiva, possibilitando a compreensão territorial sob outros aspectos. Um exemplo do exposto foi o que ocorreu no passado na Praia de Itaipu. Muitos pescadores e pescadoras perderam seus terrenos na beira da Laguna de Itaipu e na beira da Praia de Itaipu para a especulação imobiliária e foram trabalhar como domésticas em outros bairros. Tempos mais tarde voltaram e se deram conta que não sabiam viver sem a pesca e seu território pesqueiro, assim passaram a lutar pelo direito à pesca, ao território e à manutenção da cultura e das tradições. Uma dessas lutas deu origem à criação da Reserva extrativista de Itaipu, criada em 2013.

No Projeto desenvolvido pelo Museu de Arqueologia de Itaipu durante minha gestão (2015-2021) fizemos uma parte do Inventário de Referências Culturais de Pessoas e Memórias de Itaipu. Neste Projeto entrevistamos 40 pessoas da pesca através da mesma metodologia do Museu da Pessoa. As Histórias de Vidas foram publicadas em 2018, em um livro e penso em partir deste universo de pesquisa avançando para outros aspectos da vida pesqueira onde será possível compreender o papel das mulheres nas lutas pelo território pesqueiro, na socialização comunitária e na geração de renda e trabalho. Através de uma Oficina de Inventário

Participativo em março de 2016 culminando no trabalho em si com a necessidade do MAI discutir com os pescadores e moradores do Canto de Itaipu os sentidos atribuídos aos diferentes referenciais culturais do território pesqueiro. A ideia de captar as Histórias de Vida partiu dos próprios pescadores e pescadoras e o projeto ganhou compreensão pela comunidade para outras categorias de referências culturais. O Projeto de Inventário durou de 2016 até 2018 quando lançado o livro “Inventário Participativo de Pessoas e Memórias de Itaipu”, fruto de pesquisa de campo, reuniões comunitárias, registros de áudios, filmes e muito engajamento da comunidade de Itaipu. Experiências metodológicas com rodas de conversas, curso de capacitação para funcionários do Museu, pescadores e pescadoras e parceiros de universidades foram acionados para participar sendo fundamental os registros e para a preservação das memórias locais como em diversas comunidades pesqueiras no Brasil, Itaipu reuniu-se em torno do projeto para identificar de forma sistêmica partindo da micro-história e da micropolítica local, ou seja, o patrimônio que forja o amalgama das memórias coletivas inventariadas.

Objetivando analisar os conceitos de História e Memória, na perspectiva de autores como Jacques Le Goff, os quais são concebidos como fundamentais para uma maior compreensão dos aspectos históricos da História e dos processos de educação. Buscarei nortear os estudos e métodos do trabalho histórico e o campo da História que é complexo, cheio de controvérsias, desafios e interrogações. Entretanto, segundo Le Goff (2003), é inegável que ambas trazem contributos para a consolidação da História, sobretudo no alargamento e aprofundamento da história científica. Com relação ao conceito de Memória, que neste trabalho irei abordar através de autores da História, este é crucial para o desenvolvimento do campo do Patrimônio Histórico e Cultural. A partir da análise realizada, considero como a citação do autor:

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 2003, p. 471).

Le Goff (2003) defende que a História não deve ser entendida como ciência do passado, mas como a “[...] ciência da mutação e da explicação dessa mudança” (LE GOFF, 2003, p. 15).

Outra questão, apresentada por Le Goff (2003), refere-se à História contemporânea. O autor lembra a famosa frase de Benedetto Croce em que considera que “toda a história” é “história contemporânea”, entendendo que por mais que pareçam estar afastados, os acontecimentos de que trata na realidade, no tempo, a história sempre está em sintonia com situações presentes.

Portanto, a construção consciente de narrativas, a gestão coletiva e a comunicação dialógica são conceitos indissociáveis em meio às ações norteadoras do projeto. Colaborar que as pessoas que constroem sua história hoje possam reconhecer e apreciar criticamente seus antecedentes e condicionantes, redimensionando inclusive sua atuação no meio da pesca e da transformação social.

O autor demonstra por meio de exemplos, que “[...] a objetividade histórica não é a pura submissão dos fatos” (LE GOFF, 2003, p. 32). Ainda, de acordo com a argumentação Le Goff

Se a memória faz parte do jogo de poder, se autoriza manipulações conscientes ou inconscientes, se obedece aos interesses individuais ou coletivos, a história, como todas as ciências, tem como norma a verdade. Os abusos da história só são um fato do historiador, quando este se torna um partidário [...] (LE GOFF, 2003, p. 32).

No entanto, ampliarei meus estudos e pesquisas no campo da História com o olhar no tempo presente. Sem dúvidas será uma ação conjunta entre pesquisador e pesquisados.

Ambos vamos crescer.

O objetivo geral da pesquisa é compreender os processos de incorporação das mulheres no contexto social e comunitário, as interculturalidades na cadeia produtiva da Pesca Artesanal e nas lutas socioambientais em Itaipu/Niterói e ao mesmo tempo identificando os processos sociais (in) visibilizadores de gênero no campo da sociabilidade e dos saberes e ofícios, da divisão social do trabalho a partir do Sec. XX até a atualidade.

A pesca artesanal é um ambiente de trabalho que reúne homens e mulheres no seu fazer. As perguntas aqui são: Quais os papéis nas atividades pesqueiras na atualidade na Praia de Itaipu, Niterói/RJ de mulheres e homens? Há divisão e (re) conhecimento das atividades nas questões de gênero na Pesca Artesanal no Canto de Itaipu?

Para elucidar as questões irei utilizar a Metodologia de Inventário Participativo de Referências Culturais, que é um método muito utilizado por nós Museólogos para trabalhar com Patrimônio Cultural, onde o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, o IPHAN subdivide em Patrimônio Material e Patrimônio Imaterial.

Nosso caso aqui são os PCI, assim dizendo o Patrimônio Cultural Imaterial, que corresponde às tradições que herdamos dos nossos antepassados e que são transmitidas entre gerações, de pais para filhos, de avós para netos, ou às vezes entre pessoas da mesma geração. Uma característica muito importante do Patrimônio Imaterial é o fato de as pessoas reconhecerem essas tradições como fazendo parte importante da sua história e da sua cultura,

dando-lhes um sentido de pertença a uma comunidade, como por exemplo o local onde nasceram, onde vivem, ou onde trabalham.

Na metodologia deste projeto de pesquisa irei detalhar um pouco mais sobre a questão de quais caminhos pretendo adotar para elucidar tais questionamentos. A pesca artesanal é um ambiente muito familiar que, geralmente, se tem uma divisão de trabalhos entre os familiares, deste de os preparativos para a pescaria, a confecção dos petrechos, a coleta dos pescados, o processamento e a venda dos pescados. Portanto, dentro deste cenário é possível se ter uma variedade de pessoas, de jovens a idosos, mulheres e homens trabalhando nas diferentes etapas. Entretanto, em sua maioria, os homens ficam com as tarefas da coleta do pescado e as mulheres muitas vezes ficam cuidando das tarefas domésticas e do processamento do pescado, fato esse que acaba invisibilizando as mulheres nas etapas importantes da produção pesqueira. Dessa maneira, acaba se estabelecendo uma hierarquia de trabalho que invisibiliza as mulheres na pesca artesanal. Contudo, as mulheres são importantes fontes de histórias, por todo conhecimento, histórias e experiências vivenciadas se tornando peças fundamentais para a atividade pesqueira. As mulheres, de certa forma, são a base para a atividade da Pesca Artesanal.

A pesca artesanal é um posto de trabalho e de economia do Brasil muito importante.

Segundo Catia Antonia da Silva (2014), a pesca artesanal foi “criada” no início do século XX pelo estado, como uma categoria estabelecida pelo Marinha do Brasil.

Por meio das colônias e demais instituições, o estado passou a partir de então controlar a espacialidade local do pescador. A autora enfatiza que

A atual relação entre as instituições públicas e o pescador é mediada legalmente pelas colônias, e estas na sua maioria efetuam uma forma de dominação burocrática-legal orientada por princípios populistas, personalistas e clientelistas, o que acaba por impedir que a política pública se realize no território para o universo dos pescadores, chegando assim de forma fragmentada, orientada pelas fronteiras mediadas pelas tensões e conflitos entre grupos. Simplesmente tecer a análise pela economia e pelo trabalho não bastaria para entender a dimensão política (entre os grupos de pescadores e na sua relação com as formas institucionais de Estado), que é complexa e tecida de muitas questões. Existe a questão relativa ao campo dos direitos sociais e existe a questão muito tensa da relação com as instituições ambientais, que na maioria das vezes negam o pescador, negando a história dos lugares e impedindo-o de pescar, e não raro sob o discurso político da proteção ambiental, sem responder que o pescador também faz parte daquela territorialidade “natural” (SILVA, 2014, p. 15 - 16).

De acordo com Silva (2015), a pesca está caracterizada num circuito produtivo em que há a coleta do pescado e maricultura, o beneficiamento, a venda em atacado e a varejo, a confecção de redes, a compra e venda de embarcações, o reparo das redes e das embarcações e demais atividades. A história da pesca remonta ao pretérito como já assinalamos e

Tem origem nas técnicas indígenas, nas técnicas portuguesas e espanholas de navegar, pescar, produzir redes e de elaborar embarcações, remontando a atividade ao Período Colonial. Desde esse período, a atividade da pesca passa por diversas formatações institucionais realizadas pelo Estado. No Período Colonial e ao longo do Primeiro e do Segundo Reinados, a pesca, sobretudo as grandes embarcações de extração de baleia, é regulamentada com a finalidade de pagamento de impostos e de exercício de domínio do território nacional do Estado, por meio dos olhos dos pescadores em suas diferentes localidades [...]. Têm-se os pescadores de origens indígenas, africana, portuguesa e recriada pelos descendentes mestiços, dentre outras nomeações étnico-sociais, que são mais numerosos e dispersos espacialmente, e os pescadores armadores, coletores de baleias, que se compunham como elites no Brasil Colonial e no Brasil Império, que utilizavam técnicas modernas, já em grande escala de produção. Todos esses denominados pescadores ajudavam, de um lado, a controlar o território, sendo o controle nas embarcações de estrangeiros a preocupação principal do Estado (SILVA, 2015, p. 19).

A pesca artesanal, atualmente, tem núcleos bastante dispersos, precarizados tendo embarcações de pequeno porte, produzindo em pequena escala e usando pouca tecnologia. Além disso, possui dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas e as políticas públicas, como enfatiza Silva (2015). Sua relação com a espacialidade e a historicidade é diferente das concepções que estão presentes na modernidade. Isso traz problemas quanto a sua relação com o território e pela luta pelo seu território.

Nesse amplo cenário que envolve os debates acerca dos direitos diferenciados e das políticas de reconhecimento, da produção de novas sensibilidades e da concomitante forma de exclusão, a intersecção entre raça, nação, sexualidade e gênero ganha destaque. Um dos objetivos desta pesquisa é refletir sobre a forma como se dá o processo de construção da atuação das mulheres no universo pesqueiro artesanal na Praia de Itaipu, Niterói/RJ, analisando os dilemas para o reconhecimento social da mulher como parte fundamental da atividade pesqueira e na construção das lutas sociais frente aos conflitos territoriais.

Burke (2012) consegue circular com maestria entre teóricos e conceitos tão diversos quanto: ‘papel social’, ‘sexo e gênero’, ‘família e parentesco’, ‘comunidade e identidade’, ‘classe’, ‘status’, ‘mobilidade social’, ‘consumo conspícuo e capital simbólico’, ‘reciprocidade’, ‘apadrinhamento e corrupção’, ‘poder’, ‘centro e periferia’, ‘movimentos sociais’; cunhados e utilizados por Marx, Weber, Malinowski, Mauss, Karl Polanyi, Boas e Bourdieu, entre outros.

O trabalho feminino é de fundamental importância para a manutenção do modo de vida da Pesca Artesanal, mas, paradoxalmente, não é um tema preponderante nos estudos que abordam essa atividade. Entre o final da década de 1960 e meados da década de 1970 houve um grande esforço das áreas das Ciências Humanas em compreender as relações sociais e ambientais vinculadas à Pesca Artesanal. No entanto, as mulheres não eram identificadas por

esses estudos como pilares importantes para essa cadeia. Autoras como Woortmann (1992), Maneschy (2000), Di Ciommo (2003), entre outras, foram pioneiras no desenvolvimento de investigações demonstrando o papel de fundamental relevância das mulheres nas comunidades tradicionais de pesca. O trabalho delas nas atividades domésticas e no beneficiamento dos recursos marítimos ou lagunares agregam valor ao pescado. São elas, majoritariamente, que produzem artesanato da escama e couro do peixe, além do processamento da carne deste, transformando-o em filés, bolinhos, embutidos, conservas e muitos outros. Ou seja, as mulheres estão envolvidas na gastronomia, no artesanato e nas atividades gerais que caracterizam a Pesca Artesanal.

O gênero como uma variável estruturante da organização social das relações entre homens e mulheres, ao ser adotado na análise dos ambientes naturais, adicionou uma dimensão nova, demonstrando as relações de poder existentes na pesca entre homens e mulheres e ressaltando a invisibilidade do trabalho feminino. Entender o gênero e contemplá-lo nos estudos permite compreender as discrepâncias entre os sexos; além disso, é possível enxergar as complementariedades na forma de organização e desempenho das funções, bem como a busca pela promoção da equidade (DI CIOMMO, 2007).

A invisibilidade das mulheres como profissionais da pesca, decorre da identificação, principalmente dos homens, de suas atividades como ajuda ou extensão do trabalho doméstico. Essa invisibilidade também incide de maneira negativa no reconhecimento jurídico do trabalho feminino; contrariamente, o reconhecimento das atividades femininas nesse ambiente pode contribuir positivamente para assegurar o acesso aos benefícios trabalhistas e previdenciários. Ademais, sua participação é importante na produção dos modos de vida e na constituição socioeconômica da comunidade (FASSARELLA, 2007; FIGUEIREDO, 2013; GOES, 2008; MARTINS, 2013; MENDES, 2016).

A questão do reconhecimento reverbera de muitas formas, além de dificultar a aquisição de direitos sociais e estar condicionada ao acesso das políticas públicas; dirige-se aos arranjos familiares construídos e aos papéis que as mulheres ocupam na esfera produtiva e reprodutiva. O mar ou as áreas de pesca representam mais do que apenas a forma de sustento.

O reconhecer-se mulher, pescadora ou marisqueira e suas participações em uma coletividade de mulheres indicam que as redes de significações das comunidades da pesca sejam reconfiguradas e a partir daí as mulheres passariam a conferir valores a outros símbolos, crenças e no desenvolvimento de seus papéis.

O que vem modificando suas práticas, fazendo com que essas se transformem em sujeitos políticos e passem a deter uma participação acentuada, seja no contexto das Reservas Extrativistas (RESEX), pressionando por políticas públicas seja buscando formas de organizar o trabalho coletivo, como as associações e cooperativas (FIGUEIREDO, 2013; ALMEIDA, 2016).

Os papéis femininos na cadeia produtiva da pesca são baseados na divisão sexual do trabalho. Elas dedicam uma extensa jornada diária aos trabalhos produtivo e reprodutivo, chamando a atenção para essa atividade não remunerada exercida pelas mulheres em muitos domicílios, extrapolando o próprio contexto das comunidades tradicionais. Tal atuação, seja em âmbito doméstico seja na preparação dos petrechos, limpeza e outros, é reconhecida como “ajuda”, ainda que contribua significativamente para o orçamento e gestão familiar, esta problemática acompanhei de perto em Itaipu. Além de ser importante compreender os papéis que elas executam, há a sua relevância para a cadeia produtiva como um todo, suas relações com a comunidade pesqueira e sua importância para a reprodução social da Pesca Artesanal.

Compreender o papel das mulheres da pesca atrelado à conservação dos saberes tradicionais na preservação do meio ambiente e da Pesca Artesanal em Itaipu/Niterói é outro objetivo deste projeto de pesquisa. Assim, trata, mais especificamente, das mulheres que atuam nas comunidades de pesca e que são conhecidas como marisqueiras, catadoras de mariscos e moluscos, fileteiras, dentre outras. As condições de trabalho, abordando as precárias condições produtivas, a falta de acesso às políticas públicas, má remuneração de suas atividades e dos saberes acumulados no desempenho da atividade levaram muitas delas saírem por um tempo da praia e buscar outras rendas. Por isso, escutamos muitos relatos nas histórias de vida no Inventário Participativo de Referências Culturais de Pessoas e Memórias, onde muitas delas retornaram para a Praia de Itaipu após inúmeras tentativas de se inserirem no mercado de trabalho como domésticas. O conhecimento tradicional delas tem se mostrado ferramenta importante para subsidiar medidas de conservação da área ambiental, bem como para construção de planos de manejo, resistindo à desvalorização. Os seus fazeres e saberes se relacionam às formas de sobrevivência da atividade pesqueira, bem como revelam estratégias de aprendizagens, trabalho e participação política.

Aqui também se identifica o trabalho não pago e instrumentalizado da mulher no âmbito doméstico, já que elas se ocupam do preparo da comida, do armazenamento e beneficiamento do pescado, da manutenção e confecção dos instrumentos da pesca (FURTADO, 2010).

Dessa forma, vamos propor a proximidade do conhecimento tradicional com o científico e apesar das mulheres possuírem papel central na utilização e manejo dos recursos naturais, poucas políticas têm apoiado seu papel produtivo e reforçado seus conhecimentos tradicionais. Elas estão, também, ligadas à capacidade adaptativa e de flexibilidade, conseguindo mobilizar recursos pessoais, físicos e outras estruturas que refletem na capacidade produtiva das comunidades pesqueiras.

As práticas dessas mulheres se configuram como tradicionais e estão no circuito inferior da economia. Nesse sentido, a organização feminina é fundamental, pois por meio da tradição oral transmitem conhecimentos para os membros de suas famílias, além de potencial para expandir isso para outros grupos.

Afinal, porque há invisibilidade das mulheres no setor da Pesca Artesanal na Praia de Itaipu?

Para a realização da pesquisa precisamos ter uma organização, um conjunto de procedimentos operacionais para que possamos auferir uma reconstituição dos fatos históricos do tema apresentado. Por conta disso, a investigação precisa caminhar por algumas vias. A primeira é conhecer os autores do Campo da História com os quais vamos dialogar a temática proposta nesta pesquisa.

A segunda é identificar narrativas por meio da história oral, mesmo que tradições dos ofícios da Pesca Artesanal tenham sido extintos poderemos conhecê-las através de relatos. O nosso foco com a presente pesquisa é nos fazeres, saberes e ofícios das mulheres do Canto de Itaipu. As mulheres da aludida localidade carioca são portadoras de memórias, pois em algum momento viram seus pais e maridos utilizando técnicas artesanais e suas tradições.

Sabemos da fragilidade destes Patrimônios, porque a vida é dinâmica e está em verdadeira mudança de forma a poder vir a desaparecer. Vide a Pesca Artesanal em Itaipu que está localizada em região urbana e os filhos de pescadores muitas vezes não querem continuar na tradição familiar. Partirei nesta pesquisa das análises do material por nós desenvolvidos nos anos de 2016 a 2018 com as 40 entrevistas de Histórias de Vida de pessoas ligadas ao cotidiano labutar da cadeia produtiva da pesca já incorporadas no acervo do MAI, das referências bibliográficas que estão sendo estudadas no Curso de Doutorado em História Social da UERJ e nos filmes, fichas de História Oral e fotografias para poder ir além da primeira fase do Inventário Participativo de Referências Culturais de Pessoas e Memórias da Pesca Artesanal em Itaipu. Por isso é importante conhecer e documentar o Patrimônio Imaterial, dos registros que faço em filmes e fotografias de modo a assegurar que a sua preservação não dependa apenas

da memória das pessoas e que mesmo depois de desaparecer uma tradição, o seu conhecimento permanecerá acessível às gerações futuras.

Le Goff (2003), afirma que os estudos recentes vêm sendo desenvolvidos apontando para uma aproximação da memória com a linguagem. Ora, antes de uma ideia ser falada ou escrita, precisa primeiramente estar armazenada na memória. Em relação à memória coletiva, observam que esta pode ser manipulada pelos grupos que objetivam exercer o poder em determinados momentos históricos. Talvez esteja aí uma das respostas em relação de gênero pois o coletivo masculino é maior que o feminino na Pesca Artesanal.

Com isso, salvaguardar é sinônimo de proteção e de conservação, termo muito familiar nas falas de Patrimônio Histórico e Cultural.

Tanto no Patrimônio Material como no Imaterial há salvaguarda das técnicas de como proceder, porém no Patrimônio Imaterial e a sua constante criação e adaptação às condições sociais do presente que as diferenciam.

Para Le Goff (2003) a cultura dos homens com escrita é diferente da cultura dos povos sem escrita, todavia, não radicalmente divergente. Os povos sem escrita cultivam suas tradições por meio de narrativas mitológicas, transmitidas às demais gerações pelos homens – memória, personagens responsáveis pelo cultivo da história de seu povo. No entanto, essa prática não lança mão de estratégias de memorização, não é uma prática mecânica, diferentemente da escrita.

A metodologia começa a ser descrita pelos arquivos do MAI, através das 40 entrevistas onde podemos observar a fala das mulheres e homens da pesca à falta de registros dos seus saberes, fazeres e modos de vida. Também ficou exaltada a falta de reconhecimento das mulheres na atividade pesqueira. Quando se analisa o material de história oral, vídeos, áudios, transcrições, observamos as queixas das senhoras que vivenciam a Pesca Artesanal na Praia de Itaipu e não foram reconhecidas como deveriam. Muitos destes homens e mulheres são letrados. Aprenderam a escrever e ler para ter o mínimo de escolaridade. O Museu de Arqueologia de Itaipu colaborou na década de 70 do Séc. XX com uma professora que alfabetizou alguns pescadores. Neste período de revisitar os documentos do Inventário Participativo de Pessoas e Memórias estou, porém sabemos que há pouquíssima bibliografia sobre mulheres pescadoras até o momento e os movimentos neste sentido são fortes no sul do Brasil e no nordeste. Partindo destas experiências destas outras localidades busco referenciais teóricos para fundamentar meu trabalho. Pretendo assistir novamente as entrevistas com os entrevistados e retomar o Inventário paralisado pelas questões políticas do governo federal. Com isso, voltei para o campo de

pesquisa frequentando os lugares da pesca, dos fazeres e das atividades nos quintais onde se dão práticas laborais e discussões sobre as atividades do dia a dia.

Num primeiro momento utilizarei a observação participante. Segundo (BECKER, 1994) na observação participante o pesquisador atua como sujeito carregando subjetividades próprias na interação com meus interlocutores, inicialmente estarei interferindo muito pouco através de minha própria fala durante os momentos de pescaria, nos lugares onde se reúnem os pescadores para tomar café e fazer suas refeições. No início da fase de campo irei recorrer de modo instrumental ao método etnográfico de observação participante (BECKER, 1994; SEIXAS, 2005). Será de suma importância esta fase em que através do convívio falo sobre a minha pesquisa, discuto caminhos e voltando a conviver com meu retorno após uns meses sem morar na Praia de Itaipu, e também sem ser a diretora do MAI. Atualmente sou aluna pesquisadora, vinculada ao PPGHS na linha de Pesquisa Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais.

Segundo Becker (1994), existe vários graus de observação participante, desde a observação oculta até participação integral, dentre os quais eu atuo em determinado momento da pesquisa como participante em caráter parcial pois moro na comunidade da Vila de Pescadores onde alugo uma casa de um pescador artesanal. No momento estou imersa no cotidiano inclusive indo ao mar com as marisqueiras e observando o processo do dia a dia desta comunidade.

Diz o autor:

O observador se coloca na vida da comunidade de modo a poder ver, ao longo de um certo período de tempo, o que as pessoas fazem enquanto realizam seu conjunto diário de atividades. Ele registra suas observações o mais breve possível depois de fazê-las. Ele repara nos tipos de pessoas que interagem umas com as outras, o conteúdo e as consequências da interação (...) Ele tenta registrar esse material tão completamente quanto possível por meio de relatos detalhados de ações, mapas de localizações de pessoas enquanto atuam, e claro, transcrições literais das conversações (BECKER, 1994, p. 120).

A observação participante é útil para investigar os usos que são feitos dos recursos, das práticas de manejo, das regras informais de gestão de recursos, os processos de interação e organização social, os padrões sociais, o contexto sociocultural, gerando tanto informações qualitativas quanto quantitativas.

[...] Trata-se também de uma técnica adequada para pesquisar o conhecimento ecológico local ou tradicional, que muitas vezes é transmitido por demonstrações práticas ao invés de verbalizações. (SEIXAS, 2005, p. 86). Para cada dia de vivência em campo, corresponderá em média um registro em diário de campo onde chamo também de relato etnográfico, e escrevo todas as percepções das atividades de pesca, as relações dentro das

companhas, às conversas de porta, etc., para consolidar pelo menos uns 30 registros, nos quais vou utilizar como consulta de memórias neste trabalho.

Planejei a incursão no campo através de uma roteirização de entrevistas semiestruturadas para que não me perder nas questões ou temas que fogem dos objetivos das entrevistas e também gravações para registros dos áudios e transcrições para a análise posterior das falas. No momento estou no levantamento de dados sobre os pescadores e pescadoras no âmbito da pesquisa que já participaram da primeira etapa do Inventário Participativo de Referências Culturais do MAI. Alguns faleceram nestes dois últimos anos com Covid.

O segundo momento a ser realizado, será de desenvolvimento de história oral na perspectiva de poder estabelecer diálogos entre a documentação encontrada e as narrativas dos diferentes participantes do Inventário de Pessoas e Memórias. Essas serão obtidas a partir da “[...] realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo” (Alberti, 2005, p. 18).

Hoje sabemos por conta da modernidade que a área de saberes e ofícios tradicionais, são atualmente as mais ameaçadas no Brasil. As ameaças a Pesca Artesanal são constantes e para relatar os saberes que serão indicados para serem abordados na pesquisa precisarei reunir através de conversa os agentes da pesquisa. Por indicação dos próprios participantes vamos montando as fichas com os nomes dos saberes tradicionais conhecidos na comunidade. Nestas rodas de conversa identificarei o nome dos detentores ou de seus praticantes, por isso faremos dois tipos de fichas: uma de pessoas e outra de ofício e saberes.

Com isso, poderei descrever em que consiste o saber ou o ofício identificando as várias etapas utilizadas na prática. Quanto ao modo de aprendizagem do saber/ofício, é importante descrever a idade em que a pessoa começou a aprender, se é efetuada em meio familiar, com que frequência, meio laboral, e as ameaças à continuidade do saber e principalmente a divisão dos trabalhos entre homens e mulheres da Pesca Artesanal em Itaipu.

Referências bibliográficas:

ALBERTI, V. *Manual de história oral*/ Verena Alberti. - 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W.; FIÚZA DE MELO, A. (Org.). **Povos das águas**: realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: MPEG, 1993, p. 63-81.

ALMEIDA, A. F de. **O trabalho feminino em seringais do Acre (1960-1980)**. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BRASIL. **Lei Federal Nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do DecretoLei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

BURKE, P. **História e teoria social**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

DI CIOMMO, R. C. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 423-443, jul./dez., 2003.

_____. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista Marinha. **Ambiente & Sociedade**: Campinas, v. X, n. 1, p. 151-163, jan./jun., 2007.

FASSARELLA, S. S. **A Vez e a Voz de Mulheres que atuam na atividade da pesca da Vila São Miguel (RS) Trajetórias e Perspectivas**. 2007. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental)- Programa de Pós- Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2007.

FIGUEIREDO, M. M. A. **Trabalho e participação política das pescadoras na Reserva Extrativista (RESEX) Canavieiras- BA**. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

FURTADO, G. S. **Lançando rede tecida e retecida na esperança de garantir peixe e sonho: um resgate das ações da Comissão Pastoral dos Pescadores sobre gênero, educação e desenvolvimento local na comunidade de Pescadores de Itapissuma, PE**. 2010. 127 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local)- Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

GOES, L. de O. **Os usos da nomeação mulher pescadora no cotidiano de homens e mulheres que atuam na pesca artesanal**. 2008. 219 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Programa de Pós- Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MANESCHY, M. C. Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da Pesca responsável. **Proposta**, n. 84/85, p. 82-91, mar./ago 2000.

MARTINS, M. L. S. **Rios, estuários e mangues: a mulher na pesca artesanal**. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)- Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MENDES, S. H. de A. **(In)Visibilidade das mulheres na pesca artesanal: uma análise sobre as questões de gênero na colônia de pescadores e pescadoras Z-16 em Miracema do Tocantins/TO**. 2016. 82 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)- Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

PRIMO, B.; ARAUJO, M. (Orgs.). **Inventário participativo pessoas e memórias**: Museu de Arqueologia de Itaipu. Museu de Arqueologia de Itaipu. Rio de Janeiro: Data Coop, 2018.

SEIXAS, C. S. Abordagens e técnicas de pesquisa participativa em Gestão de Recursos Naturais. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos métodos e experiências**. Florianópolis: Secco/APED, 2005, p. 73-105.

SILVA, C. A. da. Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências. In: SILVA, C. A. da (Org.). **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 13-26.

_____. **Política pública e território: passado e presente na efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

WOORTMANN, E. F. “Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em ‘comunidades pesqueiras’ do Nordeste”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 18, p. 41-60, 1992.

As “revoluções” salgueirense e “caprichosa” como paradigmas para as narrativas carnavalescas das escolas de samba do Rio de Janeiro

Fábio Rodrigues de Almeida¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Daniel Pinha Silva
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: “Índios, negros e pobres: Ó pátria amada, por onde andarás? História pública e educação histórica nas narrativas carnavalescas das escolas de samba do Rio de Janeiro em tempos de crise democrática (2013-2023)”, ainda em andamento.

Analisando a trajetória das escolas de samba do Rio de Janeiro desde o processo de oficialização na década de 1930, um dos principais instrumentos de afirmação utilizados em suas mediações com o conjunto da sociedade e o Estado tem sido seus enredos.

Enquanto narrativas, os enredos nas escolas de samba e todos os elementos que com eles se relacionam são reconstruções do mundo, podendo estar assentadas em bases “reais” ou “imaginárias”. Em outras palavras, correspondem a produções artístico-culturais de natureza carnavalesca que, em seu âmago, contam uma história ou desenvolvem um discurso a respeito de um tema, acontecimento, personagem, etc.

Observando em perspectiva as variações temáticas e de abordagem dos enredos entre as escolas de samba do Rio de Janeiro, verifica-se até a década de 1950 a hegemonia de narrativas que privilegiavam a difusão de uma história/memória nacional, pautadas na exaltação a personagens e fatos tidos como marcantes para a história do Brasil, aproximando-se, até certo ponto, de características percebidas no gênero Épico (ALMEIDA, 2020).

Embora os temas históricos tenham continuado presentes, esse modelo narrativo sofreu clivagens ao longo do tempo, como se verá a partir da análise de dois momentos ímpares na história das escolas de samba do Rio de Janeiro, a já bem estudada e geralmente conceituada “revolução” salgueirense, nos anos 1960, e a assim considerada neste trabalho, “revolução

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2021, projeto: “Índios, negros e pobres: Ó pátria amada, por onde andarás? História pública e educação histórica nas narrativas carnavalescas das escolas de samba do Rio de Janeiro em tempos de crise democrática (2013-2023)”, sob orientação do Dr. Daniel Pinha Silva, bolsista: CAPES.

caprichosa”, ainda pouco estudada, situada na década de 1980, cujo batismo faz referência ao destaque alcançado pela Caprichosos de Pilares naquele período.

“Paradigma” e “revolução” no contexto da análise

Embora o termo paradigma seja hoje de uso comum nas ciências humanas, seu emprego como conceito remete às formulações de Thomas Kuhn (1998), estando associado à determinada forma de se fazer pesquisa, classificada como “ciência normal”. Desse modo, um paradigma se estabelece a partir das “realizações científicas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1998, p. 13). Trata-se, portanto, daquilo que os membros de uma comunidade partilham e, ao mesmo tempo, o que permite a formação desta comunidade (KUHN, 1998, p. 219). Para Kuhn, entretanto, existindo diferentes formas de utilização do vocábulo, permaneceriam dois empregos básicos e distintos para paradigma: um deles global, centrado na ideia de uma comunidade científica, e o outro local, conformado a partir da ideia de “exemplo compartilhado” (KUHN, 1998, p. 231-232).

Na atualidade, a definição de paradigma elaborada por Thomas Kuhn tornou-se um conceito polissêmico, mobilizado para se referir a uma mudança na produção do conhecimento científico em particular, ou na atividade humana de maneira geral, colocando-se como categoria compreensiva de diferentes fenômenos (AMORIM; NETO, 2011).

É justamente nesse viés amplo, considerado-o como uma experiência exemplar compartilhada, que se lança mão do termo “paradigma” neste texto, no sentido de indicar a formação de novos “modelos” interpretativos para fenômenos já antes abordados pelas escolas de samba do Rio de Janeiro, que ao se colocarem como alternativa, cristalizaram-se no horizonte dessas agremiações, sendo possível estabelecer conexões entre diferentes processos, delineando-se assim uma certa estrutura-padrão.

Naturalmente, essas mudanças não operam de forma instantânea e isolada, motivo pelo qual a expressão “revolução”, que em seu sentido moderno quase sempre é associada a rupturas e transformações drásticas (KOSELLEK, 2006), possa parecer equivocada. Mas, em verdade, embora as revoluções comumente ganhem notoriedade e “entrem” para a história a partir de eventos-chave, geralmente seguidos por mudanças tão profundas que, ao se fazerem sentir, colocam-se como anunciadoras de uma “nova ordem”, a análise menos rasa e imediatista desses acontecimentos também notará tratar-se, na maioria das vezes, de complexos processos que foram sendo gestados até o momento de sua irrupção, envolvendo múltiplos agentes e diferentes

possibilidades de desfecho, sem sequer findarem no momento mesmo de seu apogeu. Algo perceptível em alguns de seus mais emblemáticos exemplos, como a Revolução Industrial, no campo técnico-científico, e as Revoluções Inglesa, Francesa e Russa, no campo político, cujas nomenclaturas encapsulam uma série de nuances, servindo, efetivamente, apenas como referências gerais.

Ocorre o mesmo neste trabalho com a utilização dos termos “revolução salgueirense” e “revolução caprichosa”, cuja natureza particular, mesmo apresentando importantes elementos de ruptura e transformação para os desfiles, cada qual a seu modo e a seu tempo, devem ser entendidas como processos amplos e complexos, para os quais os títulos possuem mais um caráter referencial do que definidor do processo propriamente dito.

A “revolução salgueirense”

O termo “revolução salgueirense” alude diretamente ao Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, fundado em 5 de março de 1953, a partir da junção das agremiações Depois Eu Digo e Azul e Branco, localizadas no Morro do Salgueiro, na Tijuca. Expressão consolidada na bibliografia sobre as escolas de samba, tal processo tem sido objeto de estudo por inúmeros pesquisadores acadêmicos e não acadêmicos, destacando-se as obras dos jornalistas Haroldo Costa, *Salgueiro: Academia do Samba* (1984), e Sérgio Cabral, *As escolas de samba do Rio de Janeiro* (1996).

As narrativas apresentadas por esses autores sobre a “revolução salgueirense”, amparadas no prestígio de ambos, tornaram-se referência no assunto, estabelecendo certos “cânones” a seu respeito, conforme analisa Guilherme Faria (2014). Um dos mais conhecidos, trata-se do pioneirismo da agremiação na introdução de artistas acadêmicos no processo de desenvolvimento dos desfiles.

Essa abertura seria consequência da busca da Acadêmicos do Salgueiro pelo seu primeiro título, tendo na figura determinada e “visionária” de Néelson de Andrade um dos principais motores de transformação. Comerciante do ramo de pescados e morador da Tijuca, Néelson estabeleceu uma relação de proximidade com as comunidades e escolas de samba da região, originalmente oferecendo ajuda financeira, sendo depois convencido a ocupar a presidência do Salgueiro, mandato exercido entre 1956 e 1958, contribuindo também intelectualmente na elaboração dos enredos. Sobretudo entre 1959 e 1961, quando foi diretor de carnaval da escola, atuou como mediador das iniciativas que levaram a agremiação a atingir seu objetivo (AGOSTINHO, 2012).

Temporalmente, o marco inicial da “revolução salgueirense” é o carnaval de 1959, quando a escola apresentou o enredo *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil* ou *Debret*, como popularmente ficou conhecido, desenvolvido pelo casal de artistas plásticos Dirceu Nery e Marie-Louise Nery, convidados por Nélson de Andrade a ingressar na agremiação, alcançando o vice-campeonato. É importante destacar sobre esse carnaval a colaboração de Hildebrando Moura, carnavalesco de vasta experiências nos desfiles das “grandes sociedades” e responsável pela parte artística do Salgueiro de 1954 a 1958 (FARIA, 2014).

Além do enredo sobre Debret e a missão francesa ao Brasil no início do século XIX, comumente destacado por focalizar aspectos socioculturais do país, fugindo ao padrão “capa e espada” – como os sambistas se referiam aos enredos de cunho patriótico, sobretudo exaltando os feitos militares do Brasil –, outra novidade do desfile de 1959 teria sido a decisão da diretoria da escola em não utilizar a corda que separava os desfilantes do público.

No entanto, o “divisor de águas” da “revolução salgueirense” costuma ser atribuído à chegada de Fernando Pamplona – então cenógrafo do Teatro Municipal e professor da Escola Nacional de Belas Artes – à agremiação, também por mediação de Nélson de Andrade. A versão mais difundida a respeito conta que, ao tomar conhecimento que Pamplona, jurado no concurso de 1959, fora o único a atribuir nota mais alta à escola tijuca do que à Portela, campeã daquele ano, o dirigente teria tomado a iniciativa de procurar o artista e convidá-lo a assumir o desfile do Salgueiro para o próximo carnaval.

Diante a afirmativa do artista, o enredo escolhido para 1960, que daria ao Salgueiro seu primeiro campeonato, foi *Quilombo de Palmares*, supostamente uma imposição de Pamplona para aceitar a investida salgueirense: expressão de seu desejo em homenagear “uma personalidade tão importante para a História do Brasil quanto esquecida pelos compêndios, o líder negro Zumbi dos Palmares” (CABRAL, 2016, p. 168).

Sob o comando de Pamplona, articulou-se para o carnaval daquele ano uma equipe de profissionais acadêmicos que, além da permanência do casal Nery, contava ainda com o desenhista e adrecista Newton Sá e o figurinista Arlindo Rodrigues. Desta equipe, entretanto, quem se consolidaria nos anos seguintes, seja em parceria com Pamplona, seja de forma independente, como em 1963, quando o Salgueiro conquistou seu segundo campeonato com o enredo *Xica da Silva*, foi Arlindo Rodrigues. Outros artistas acadêmicos ligados a Pamplona e com contribuições importantes nos anos subsequentes da “revolução” foram Maria Augusta e Joãozinho Trinta.

Assim, em um período que se estende até meados dos anos 1970, registram-se diversos aspectos, tidos como inovadores, atribuídos à chamada “revolução salgueirense”, sobressaindo as narrativas quanto à introdução de “novos” materiais entre as escolas de samba na confecção das fantasias e alegorias, a exemplo do espelho e do isopor. Destacam-se ainda o uso de coreografias durante o desfile, como na célebre ala do minueto no desfile de 1963, cuja dança foi traçada pela bailarina Mercedes Batista, e inovações na comissão de frente, como naquela de 1965, que se apresentou em conformidade com o enredo, a partir de um grupo de “burrinhas”, rompendo com a tradição da Velha Guada abrir os desfiles. Sobretudo na década de 1970, já tendo Joãosinho Trinta como principal responsável pelos carnavais da escola, figuram outras mudanças relevantes, onde o luxo, a teatralidade e a verticalização das alegorias tornam-se elementos centrais do espetáculo.

Quanto aos temas e às abordagens dos enredos, assunto de maior interesse neste trabalho, solidificou-se a versão do pioneirismo do Salgueiro nos enredos considerados “afro”, a partir do espírito “revolucionário” de Fernando Pamplona, como em *Quilombo de Palmares* (1960), *Vida e obra de Aleijadinho* (1961) e *Chico Rei* (1964), sendo-lhe atribuída inclusive, erroneamente, a autoria de *Xica da Silva* (1963). Também é recorrente o discurso sobre o pioneirismo na apresentação de figuras supostamente ausentes nos livros de História do Brasil, que além das personagens negras já mencionadas, incluiria uma constelação de “homenageados”, relacionados às revoltas populares, em *História da liberdade no Brasil* (1967), e *Dona Beija, a feitiçeira de Araxá* (1968), de modo que também seria uma inovação introduzida pela escola os enredos sobre figuras femininas.

Já na década de 1970, sendo uma característica melhor percebida no trabalho de Joãosinho Trinta, destaca-se o desenvolvimento de enredos pautados em narrativas lendárias, como *O rei da França na ilha da assombração* (1974) e *O segredo das minas do rei Salomão* (1975), desfiles que renderam à escola seu único bicampeonato.

No entanto, ao mesmo tempo em que colheu os louros do sucesso, a “revolução salgueirense” foi alvo de muitas críticas, em sua maioria relacionadas a uma possível descaracterização das escolas de samba, a partir da entrada de elementos alheios ao “mundo do samba²” na agremiação. Igual polêmica se estabeleceu em torno dos últimos enredos citados,

² Segundo José Sávio Leopoldi (2010, p. 41), o “mundo do samba” corresponde a uma ordenação social e cultural específica, relacionada originalmente às camadas subalternas da sociedade brasileira, especialmente as de origem negra, que possuiria seu próprio *ethos*. Desta maneira, “o sambista participa de uma rede de relações consubstanciadas pelo significado que o samba assume coletivamente e, em consequência, como elemento estratégico de definição de seu universo social”.

questionados quanto ao seu enquadramento ou não à obrigatoriedade de estarem baseados em “motivo nacional”, que vigorou até 1996.

Do ponto de vista acadêmico, também pairam dúvidas quanto aos fatos que cercam muitas narrativas sobre as ações promovidas pelo Salgueiro no período, como é o caso da tese de Faria (2014), onde o autor busca situar os limites das versões que construíram a ideia do pioneirismo do Salgueiro na modernização dos desfiles e na introdução de temáticas afro-brasileiras, apresentando, com base em sua pesquisa, que a representação da cultura negra nos enredos já era uma posição das escolas de samba do Rio de Janeiro desde o início da década de 1950. Apesar disso, considerando três linhas gerais para o desenvolvimento dessa modalidade de enredos, “O cotidiano escravo do negro no Brasil Colonial”; “Luta, Resistência e os Heróis negros”; e “A presença negra na cultura nacional e no folclore”, Faria (2014) reconhece o pioneirismo do Salgueiro no segundo grupo de enredos, tendo sido, de fato, uma novidade naquele momento o desfile sobre o Quilombo dos Palmares, exaltando-se a figura de Zumbi como principal líder em seu processo de resistência.

Em relação aos outros eixos propostos por Faria (2014), se observadas as temáticas “afro” em sentido amplo, é possível situar sua presença nos desfiles desde os anos 1930, quando as referências à Bahia figuraram em enredos como *Uma segunda-feira do Bonfim na Ribeira* (Mangueira); *Uma noite na Bahia* (Azul e Branco do Salgueiro); e *Na Bahia* (União do Uruguai), todos de 1933, entre outros da mesma linhagem nos anos 1940 (ALMEIDA, 2020). Ainda que naquele momento os enredos cumprissem somente uma função simbólica na estrutura do desfile, a escolha por esses temas permite refletir sobre o desejo de conexão dos indivíduos responsáveis pelas escolas de samba com suas raízes e ancestralidade.

No que concerne às outras inovações de caráter temático, dúvidas de igual teor podem ser levantadas, afinal, o Império Serrano já havia homenageado mulheres em seus enredos de 1952, *Ana Néri ou Homenagem à medicina brasileira*; e 1958, *Exaltação à Bárbara Heliadora*. É possível até mesmo encontrar o instigante título do enredo *De escrava à rainha*, apresentado pela Unidos de Vila Isabel em seu primeiro desfile oficial, em 1947, sobre o qual, infelizmente, faltam referências que identifiquem quem seria a personagem.

Outro ponto importante que o estudo de Faria (2014) traz sobre a chamada “revolução salgueirense”, é buscar romper com a visão personalista sobre as ações dos agentes envolvidos, inserindo-as em processos amplos e coletivos. Algo pertinente à estrutura das escolas de samba, cujo trabalho é essencialmente coletivo. Embora isso não inviabilize ou elimine o caráter revolucionário do processo. Afinal, ainda que as revoluções políticas ou científicas, por

exemplo, tradicionalmente fiquem marcadas pelo papel desempenhado por determinados indivíduos, a natureza desses processos também é coletiva.

Aos interesses deste trabalho, no entanto, não se pretende confirmar ou refutar o pioneirismo do Salgueiro ou questionar a natureza da “revolução salgueirense”. Busca-se, em vez disso, salientar que a ação da escola tornou-se um referencial para as outras agremiações, que ao mesmo tempo em que se viam instadas a também apresentar elementos que lhe conferissem destaque e as credenciasse na luta pelo título, incorporaram e/ou ressignificaram muitas de suas realizações, sejam elas de fato originais ou somente impulsionadas pelo Salgueiro, considerando-se que a circularidade de ideias é um elemento presente no mundo do samba desde sua formação. Não se exclui, com isso, outros fatores intrínsecos às demais escolas no compartilhamento ou recusa desses caminhos, como questões políticas e administrativas internas ou o próprio ambiente político e social do período, a exemplo da influência de intelectuais e/ou ativistas ligados ao movimento negro. O que importa fazer notar é que, a partir daquele momento, sob o signo da chamada “revolução salgueirense”, os desfiles ganhavam nova dimensão.

A “revolução caprichosa”

O Grêmio Recreativo Escola de Samba Caprichosos de Pilares foi fundado em 19 de fevereiro de 1949, no bairro de Pilares, zona norte do Rio de Janeiro, como uma dissidência da Unidos de Terra Nova, escola da mesma região, a partir da iniciativa de integrantes descontentes com os resultados até então apresentados. Originalmente tendo as cores vermelha e branca, a Caprichosos adotou o azul e branco em homenagem à madrinha Portela.

O momento áureo da escola e que também lhe confere suas características mais marcantes – a irreverência, o bom humor e a crítica – situa-se na década de 1980, sobretudo entre 1982 e 1987, quando processa-se uma série de mudanças em seus desfiles, caracterizadas neste trabalho como “revolução caprichosa”, onde tem destaque o trabalho do carnavalesco Luiz Fernando Reis. Matemático de formação, uma exceção entre estes profissionais, geralmente ligados às artes plásticas, seu ingresso na Caprichosos se deu para o carnaval de 1982, quando seu inovador enredo sobre as feiras livres foi escolhido por meio de um concurso. Segundo Luiz Fernando, suas principais referências no carnaval foram Fernando Pinto, de quem se inspirou na genialidade e na capacidade de entender o carnaval como uma festa irreverente, feita para o povo, e Maria Augusta, de quem se inspirou na leveza, na simplicidade e no colorido de seus carnavais (ALMEIDA, 2018).

Desfilando no Grupo 1-B (“segunda divisão”) em 1982, superando as desconfianças, a Caprichosos foi um enorme sucesso, garantindo o título e o acesso à elite das escolas de samba após 21 anos. Entre as principais inovações apresentadas, Luiz Fernando relata que, naquele ano, a escola conseguiu o apoio do Sindicato dos Feirantes, que doou várias caixas de legumes e frutas para a decoração dos carros alegóricos, muitos deles tendo recebido os acabamentos finais pelas mãos de feirantes profissionais, totalmente acostumados a montar as barraquinhas e a empilhar, de forma organizada, seus itens. O artista recorda que, ao final do desfile, os componentes da escola distribuíram as frutas e os legumes que compunham os carros alegóricos ao público, que a essa altura encontrava-se em êxtase com a apresentação (ALMEIDA, 2018). Outra grande e ousada inovação estava na letra do samba-enredo da escola, que ao relatar a ida da fictícia personagem “cabrocha Lili” à feira, dialoga diretamente com o contexto então vivido, fazendo alusão à inflação e à carestia.

Estas três características, a leveza e o colorido das alegorias e fantasias; a forte comunicação com o público, por meio de uma linguagem simples e descontraída; e a conexão com o momento vivido, quase sempre realizando sátiras políticas, constituem o tripé fundamental dos enredos que seriam apresentados nos anos seguintes e fariam da Caprichosos de Pilares uma referência no carnaval do Rio de Janeiro na década de 1980. Segundo Luiz Fernando, o desenvolvimento de tais enredos foi um processo gradual e não pensado previamente, refletindo a conjuntura política do país, havendo de sua parte a percepção das escolas de samba como um instrumento cultural da sociedade. Na análise do artista, seus enredos diziam aquilo que o povo queria ouvir, de modo que a agremiação passou a ser vista como uma contestadora social, mobilizando uma forma de militância e engajamento político que dava voz aos anseios populares (ALMEIDA, 2018).

Posição semelhante apresenta o compositor Almir de Araújo, vencedor de diversos sambas na escola, ao afirmar que, naquela época, “o negócio era atual, não era coisa do passado, estava acontecendo”. Deve-se registrar que um dos fatores do sucesso da Caprichosos nos anos 1980 foram seus sambas, destacando-se os da parceria de Almir com Balinha, Marquinhos Lessa e Hércules (1984, 1985 e 1986), que conseguiam traduzir, de forma irreverente e marcante, aquilo que era pensado para o desfile (ALMEIDA, 2018). Ressalta-se assim o importante papel que os compositores, de modo geral, desempenham na estrutura das escolas de samba, atuando como coautores dos enredos, oferecendo leituras diferenciadas sobre os elementos presentes ou inserindo-lhes novos elementos.

Outro aspecto relevante que demarca a força do trabalho coletivo da Caprichosos era a parceria entre Luiz Fernando Reis e Flávio Tavares, proporcionando um equilíbrio no desenvolvimento plástico do carnaval, sobretudo na parte de fantasias, que não era uma especialidade de Luiz Fernando. Encarregado pelos figurinos do desfile de 1984, quando a escola – em homenagem a Chico Anysio e ao humor brasileiro – apresentou o enredo *A visita da nobreza do riso a Chico Rei, num palco nem sempre iluminado*, Tavares foi responsável, ao lado de Luiz Fernando, pela concepção e o desenvolvimento do enredo de 1985, *E por falar em saudade*. Trata-se do momento em que a escola alcança seus melhores resultados, com o sexto lugar em 1984 e o quinto lugar em 1985. Em ambos os enredos, seguindo a mesma proposta estética, são feitas críticas abertas à ditadura militar, havendo ainda a mobilização da escola em torno da campanha pelas “Diretas-Já!”.

Destaca-se ainda para o sucesso da agremiação, a figura do seu patrono e diretor de carnaval, Fernando Leandro. Sua atuação ganha relevo pela visão pragmática na busca por melhores resultados. Ao contrário de Luiz Fernando, cuja biografia revela maior identificação com as ideias políticas à esquerda, Fernando Leandro, que também exercia o mandato de deputado estadual, era totalmente alinhado à direita, sem com isso interferir nos enredos desenvolvidos, mesmo contrário às abordagens propostas (ALMEIDA, 2018).

Um episódio emblemático que expressa a valiosa atuação do dirigente se deu nos preparativos para o desfile de 1984, uma vez que o enredo e samba-enredo da escola teciam críticas diretas ao governo do ditador João Figueiredo, bem como ao desempenho de seus ministros, recorda Almir de Araújo. Segundo o compositor, por tamanha ousadia, a escola foi “convidada” a comparecer ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) para prestar esclarecimentos, somente escapando da censura devido a interferência de Fernando Leandro. Sobre o episódio, Luiz Fernando ressalta que a Caprichosos foi a primeira escola a “meter o dedo na ferida” (ALMEIDA, 2018).

A motivação do episódio e sua repercussão colocam em evidência a gênese dos chamados “enredos críticos” entre as escolas de samba do Rio de Janeiro. Na verdade, uma modalidade narrativa, que tem como traço marcante a abordagem crítica a questões sociais e políticas relativas ao momento vivido, figurando como verdadeiras crônicas do tempo histórico do narrador. Outra característica peculiar a essas narrativas é a crítica objetiva a certas leituras e personagens históricas, muitas vezes conectado-se problemas do passado e do presente (ALMEIDA, 2020). Destaca-se ainda a abordagem satírica sobre essas e outras situações, mobilizando-se a “subversão pelo riso” (SOIHET 1998), como é possível observar nos versos

do samba-enredo de 1984 a seguir – um artifício comum aos festejos carnavalescos, mas pouco explorado pelas escolas até então:

[...] É cascata o pacotão
No combate, como bate o coração
Na agonia com a corda no pescoço
A piada rói o osso e alegre o meu povão

Salomé, Salomé
Bate um fio pro João que dureza não dá pé

Tantas loucuras
Dos ministros, “os Trapalhões”
Brasil, “Brazil”, brazuca
É Alice num país de ilusões [...]

Ainda que os enredos “críticos”, considerados nesses termos, não tenham sido criados pela escola de Pilares, manifestando-se de maneira embrionária já em algumas narrativas na virada entre as décadas de 1970 e 1980, como nos carnavais de 1979 (Beija-Flor de Nilópolis e Acadêmicos do Salgueiro), 1980 (Vila Isabel e Mocidade Independente de Padre Miguel) e 1981 (Unidos da Tijuca), alcançando consistência em períodos mais específicos, tal qual entre 1984 e 1988 (ALMEIDA, 2020), certamente, foi a partir dos desfiles da Caprichosos na década de 1980 que essa vertente narrativa alcançou maior projeção, colocando-se como uma alternativa atraente às escolas de samba.

Considerações finais

Este trabalho analisou algumas mudanças perceptíveis nos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro entre as décadas de 1960 e 1980, a partir de processos que tiveram a Acadêmicos do Salgueiro e a Caprichosos de Pilares como principais expoentes, em um período em que a própria sociedade brasileira passava por grandes transformações.

Entre as características comuns a ambos os casos, além da possibilidade de se explorar novas narrativas nos desfiles, como a exaltação às lutas de resistência do povo negro e a crítica política e social relativa ao momento vivido, destaca-se o fato de se tratarem de escolas que buscavam sua afirmação, bem como o peso atribuído aos seus carnavalescos e dirigentes à frente dos processos de mudança.

Apesar desses destaques pessoais, sublinhou-se o entendimento dessas “revoluções” como movimentos complexos e coletivos, onde o cerne da atenção não recai sobre o pioneirismo como essência, o que resultaria em uma questão de mero valor cronológico, mas sim na importância da ação destas agremiações como símbolo das mudanças em curso.

Referências

- AGOSTINHO, Z. Nelson de Andrade e seu papel como mediador cultural no Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro. In: *I Seminário Fluminense de Pós-Graduandos*. Rio de Janeiro, 2012.
- ALMEIDA, F. R. *Caprichosamente, aperte o cinto, mas sorria: crise econômica e redemocratização nos sambas-enredo da Caprichosos de Pilares (1982-1985)*. 110 f. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- _____. *Crítica política e perspectivas de democracia nas narrativas carnavalescas das escolas de samba do Rio de Janeiro na década de 1980*. 330 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- AMORIM, S.; NETO, S. O que é um paradigma? *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 45, n. 2, p. 345-354, out. 2011.
- CABRAL, S. *As escolas de samba do Rio de Janeiro*. São Paulo: Lazuli Digital, 2016.
- COSTA, H. *Salgueiro: Academia do Samba*. Rio de Janeiro: Record, 1984.
- FARIA, G. *O G.R.E.S. Acadêmicos do Salgueiro e as representações do negro nos desfiles das escolas de samba nos anos 1960*. 293 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC Rio, 2006.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LEOPOLDI, J. S. *Escolas de Samba, Ritual e Sociedade*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.
- SOIHET, R. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Bella Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

A Campanha Nacional Contra a Heresia Espírita: a ofensiva de Boaventura Kloppenburg contra a umbanda

Farlen de Jesus Nogueira¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Joana Bahia
Bolsista FAPERJ

Introdução: A trajetória de Boaventura Kloppenburg e sua atuação na *Campanha Nacional Contra a Heresia Espírita*

Antes de começarmos a análise em si, gostaríamos de destacar que Bourdieu (2006), apresenta que é absurdo a ideia de tentar compreender uma vida como uma série única de acontecimentos sucessivos, ou seja, não podemos analisar uma trajetória de vida como se está se encaminhasse a um final (BOURDIEU, 2006, p.189). Portanto, para o autor:

O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de forma inevitável, e indecente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado- pelo menos em certo número de estados pertinentes- ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaços possíveis (BOURDIEU, 2006, p.190).

Desta forma, Bourdieu (2006) propõem a noção de trajetória, demonstrando que os agentes, por vezes, agem em diferentes campos de atuação. Assim, precisamos tomar cuidado com a dita *ilusão biográfica*, o autor propõe a noção de trajetória, sendo esta a objetivação das relações entre os agentes e os campos de atuação, descrevendo a série de posições que o agente ocupou nos diferentes campos de atuação.

Karl Josef Kloppenburg, futuro Frei Boaventura, nasceu na Alemanha, no Norte, na paróquia de Molbergen, na parte católica do grão-ducado de Oldenburg, em 1919. Faleceu no Brasil como Bispo Emérito, em Novo Hamburgo em 2009. Karl Josef ou Carlos José teria migrado com sua família para o Brasil, em 1924, com 4 anos de idade, junto de seus pais e seus seis irmãos. Se estabelecendo na cidade de Rolante, numa propriedade rural, no Sul do Brasil. Seus pais eram Franz Bernad Kloppenburg e Josephine Caroline Westerkamp, ambos casados, em 1908 (Figura1) (SCHIERHOLT, 2008).

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2021, projeto: “‘Luta religiosa, logo agora?’: As controvérsias públicas entre o Frei Boaventura, Dom Jaime Câmara e intelectuais umbandistas no Rio de Janeiro (1950-1968)”, sob orientação da Dr.^a Joana Bahia, bolsista: FAPERJ.

Figura 1- Família Kloppenburg, foto de 15-5-1924, ao sair da Alemanha. O frei está no colo do pai, no canto direito.



Fonte: SCHIERHOLT, 2008, p.15.

Sua família logo se estabeleceu na cidade de Rolante, numa propriedade rural, no Sul do Brasil. Seus pais eram Franz Bernad Kloppenburg e Josephine Caroline Westerkamp, ambos casados, em 1908.

Em sua biográfica escrita por seu sobrinho historiador, José Alfredo Schierholt (2008), Kloppenburg conta que em 1932 sua família teria migrado para Bagé, ele teria ficado em Rolante, na paróquia de Santo Ângelo das Missões (SCHIERHOLT, 2008, p.10-11). Sua trajetória junto ao catolicismo teria iniciado cedo, pois aos 17 anos Karl Josef teria entrado para o Seminário Central de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, onde ele teria cursado o segundo grau. Em 1936 teria ido para o Seminário Menor de São Leopoldo, depois Santa Maria, voltando posteriormente ao Seminário Central de São Leopoldo para cursar filosofia, em 1940 (SCHIERHOLT, 2008, p.19).

Assim, Carlos José teria entrado para ordem franciscana em 1941, ingressando na Ordem dos Frades Menores (O.F.M), tomando assim o nome de Frei Boaventura O. F. M, quando em 1946, momento no qual ele teria sido ordenado na Igreja Matriz de São Sebastião de Bagé (figura 2) (SCHIERHOLT, 2008, p.21). Concluindo seu curso de teologia, em 1947, em Petrópolis.

Figura 2- Entre os 20 noviços OFM, em 1942, Frei Boaventura está na extrema esquerda.



Fonte: SCHIERHOLT, 2008, p.21.

Em 1947, após concluir o curso de teologia foi indicado para seguir seus estudos em Roma, cursando seu doutorado com o título: “*De Relatione Inter Peccatum et Mortem*”. Seu doutorado foi em Teologia Dogmática, defendendo sua tese, em 1950 (SCHIERHOLT, 2008, p.26; OLIVEIRA, 2015, p.511). Em 1951, ele retornou ao Brasil e começou sua carreira como professor. Em 1952, ele se tornou diretor da Revista Eclesiástica Brasileira (REB), função que exerceu até 1972. Durante o Concílio de Vaticano II, o frei atuou como perito da Igreja, sendo nomeado em 12 de julho de 1960 para atuar na comissão teológica já na comissão preparatória, estando presente nas quatro sessões conciliares, tendo uma forte atuação na divulgação e na implementação das diretrizes do concílio no Brasil e posteriormente na América Latina através do CELAM (OLIVEIRA, 2015, p.511). Sampaio (2012), destaca que o frei:

Dentre várias outras ocupações, foi redator da REB por 20 anos, participou do Concílio Vaticano II como perito na comissão teológica, assim como da organização do Instituto Pastoral do CELAM em Medellín, Colômbia, e, durante os nove anos que lá esteve, fundou e dirigiu a revista de teologia e pastoral para a América Latina (SAMPAIO, 2012, p.61).

Para alguns pesquisadores (ANDRADE 2012; SAMPAIO, 2012), Boaventura foi um dos maiores intelectuais católicos da segunda metade do XX. Boaventura mantinha contato com a cúpula da CNBB no período, a ponto de ser colocado por Dom Helder como chefe da *Campanha de Esclarecimento aos Católicos* ou da *Campanha Nacional Contra a Heresia Espírita*, e de ser enviado em 1962 para a Comissão Teológica do Concílio do Vaticano II. Ou seja, Boaventura circulava entre as redes de poder da Igreja Católica no Brasil.

Entre 1951 e 1961, Kloppenburg passou a ministrar teologia aos seus confrades em Petrópolis, no atual Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis, no Rio, momento no qual se dedicou a *Campanha de Esclarecimento aos Católicos*, iniciada em 1953.

Segundo Oliveira (2015)

No início da década 1950, o contexto eclesial daquele momento era bastante distinto do contexto pós-conciliar. A Igreja no Brasil vivia sob ares do processo de Romanização do catolicismo brasileiro, que, desde fins do século XIX, buscava alinhar o catolicismo popular brasileiro a um catolicismo oficial e mais romano. Dentro deste entendimento, “até a década de 1950, os membros da Igreja reprimiam as manifestações de religiosidade consideradas como credices, superstições, atos não católicos” (OLIVEIRA, 2011, p.512)

Com o Primeiro Concílio Plenário Brasileiro, em 1939, ficaram prontas conclusões que condenavam o espiritismo. Em 1939 também foi criado, o Secretariado de Defesa da Fé, de âmbito nacional para atender à “necessidade urgente de deter a invasão espírita e protestante” (BANDEIRA, 2000, p.55). Dom Leme, que era arcebispo do Rio, teria sido o principal responsável pela criação do mesmo, que surgiu das congregações marianas, cujo diretor era o padre Dainese².

Devemos lembrar que a década de 1950, é tida como o período da “destraditionalização religiosa” da sociedade brasileiro, portanto, a Igreja está cada vez mais perdendo espaço e passa a lutar contra essa perda, apesar de ainda possuir privilégios. Kloppenburg, inclusive, vai escrever sobre o protestantismo em alguns artigos da REB, ou seja, sua campanha atinge quase todas as crenças que não são católicas no Brasil. Segundo Mariano (2011), apesar de ainda não possuímos um pluralismo religioso no Brasil bem definido, em 1950, “estava em acelerada a destraditionalização religiosa, processo em que a adesão, a filiação, as crenças e as práticas religiosas tornam-se uma questão de opção pessoal consciente, voluntária e deliberada” (MARIANO, 2011, p.247). Para o autor, mesmo com a separação entre Estado e Igreja com o advento da República, em 1889, a Igreja não deixou de ter privilégios e também as religiões afro-brasileiras e espíritas, não deixaram de ser perseguidas e discriminadas por agentes e instituições estatais (MARIANO, 2011, p.246).

Entretanto, as coisas começaram a se alterar na segunda metade do XX, segundo Leonel (2010), a partir deste momento, a Igreja estava perdendo sua hegemonia e vinha sofrendo desgaste (LEONEL, 2010, p.385). Isso vai estar diretamente ligada aos motivos da campanha, segundo Leite (2015). Durante a segunda metade do XX, a Igreja passaria a ter uma postura mais “ecumênica” com outras religiões e com seus fiéis, principalmente, nos pós -Vaticano II, visto que a campanha vai de 1953 até 1962, momento no qual ocorre Vaticano II, no qual o frei foi um dos padres conciliares. Todavia, Boaventura não irá mudar totalmente sua posição, ainda mantendo certo preconceito com as religiões afro-brasileiras (SAMPAIO, 2012).

² Infelizmente não encontramos mais informações sobre o ator social em questão.

Segundo Costa (2002), desde o século XIX, principalmente a partir da segunda metade do mesmo, várias religiões vieram a se instalar no Brasil, esse crescimento do campo religioso com a entrada de novos concorrentes trouxeram preocupações diretas ao catolicismo, principalmente, após a sua separação com o Estado em 1891, a Igreja Católica buscou preservar o seu espaço, se constituindo como uma religião que possuía um maior número de adeptos entre os brasileiros (COSTA, 2002, p.42). Segundo o mesmo autor:

Mesmo assim, as autoridades eclesíásticas passaram a demonstrar grande preocupação com a liberdade propiciada a todas as religiões e, para enfrentá-las, desenvolveram um trabalho que aliava esclarecimento, ataque e crítica aos credos não católicos. Como religião com maior número de adeptos, o Catolicismo usaria de todos os meios disponíveis para preservar seus fiéis de todo o perigo, mostrando-lhes os erros das outras e suas virtudes e santidade, sempre exaltando a condição de única, verdadeira, fiel pregadora e mantenedora das verdades e da fé do cristianismo. Aliado a essa preocupação, fica claro o objetivo de manter-se o Catolicismo como a religião do povo brasileiro e assim garantir seu poder e espaço na conjuntura social do país. Nesse contexto, ele encontrará outra religião, o Espiritismo, com o qual demonstrará especial preocupação. Preocupação essa já presente na segunda metade do século XIX, quando o Espiritismo se tornou alvo de ataques por parte da Igreja Católica, que usou dos meios disponíveis como pastorais, artigos de jornais e púlpito, apregoando o perigo que ele representava para todos (COSTA, 2002, p.46).

Assim, com a criação da CNBB, em 1952, ocorreu o início de uma nova forma de atuação da Igreja na sociedade brasileira e de articulação de suas estratégias pastorais. Na primeira reunião ordinária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, entre 17 a 20 de agosto, de 1953, em Belém, os cardeais e arcebispos, pediram ao Secretariado Nacional de Defesa da Fé e de Moral para articular, em plano nacional, uma *Campanha de Esclarecimento aos Católicos* (OLIVEIRA, 2015, p.511). Esta campanha teria sido organizada em setores, ficando Kloppenburg responsável pelos chamados “espiritualismos”, essa responsabilidade teria sido dada a ele a partir de Dom Helder Câmara, que era Secretário-geral da CNBB, nomeando o frei chefe da Seção anti-espiritismo (OLIVEIRA, 2015, p.512). Além disso, Boaventura já estava escrevendo sobre o espiritismo desde 1952. Ou seja, ele já estudava e atacava as religiões não-católicas. Observamos que no início da campanha, o foco do frei é o espiritismo kardecista, fato que já foi estudado por Costa (2001). Contudo, com o tempo a umbanda, devido a sua forte presença no espaço público, no Rio de Janeiro, até mesmo se comparado ao espiritismo kardecista, e na imprensa, principalmente, em 1950, apareceu como uma nova frente de ataque por parte de Boaventura. Devemos lembrar que em 1950, a umbanda possuía vários órgãos doutrinários e de legitimidade, no Rio de Janeiro, como as federações de umbanda, a religião também estava começando a entrar para a política, e possuía uma forte presença no espaço público e na imprensa, apesar de suas diferenças internas (BAHIA e NOGUEIRA, 2023).

A partir da criação do Secretariado Nacional de Defesa da Fé e da Moral, que teve como seu presidente aclamado Dom Vicente Scherer, que no período era arcebispo de Porto Alegre, para assessorar a instituição teriam sido convidados os padres Agnelo Rossi e Frei Boaventura (AZZI, 2008, p.627). “Em 17 de novembro de 1956, Dom Scherer, em nome da CNBB anunciou um amplo movimento de esclarecimento aos fiéis sobre a heresia espírita a ser iniciado em 1957 (AZZI, 2008, p.627). A campanha, que perdurou até Vaticano II, em 1962, acabou tendo uma ressonância a nível nacional, apesar de nosso foco de análise ser o Rio de Janeiro (SAMPAIO, 2012, 2012), Kloppenburg buscava divulgar a mesma, principalmente, através de seus artigos na REB e também na imprensa e nos seus livros doutrinários.

“O Espiritismo de Umbanda”: a ofensiva de Boaventura contra a umbanda

Portanto, podemos notar que as religiões mediúnicas passaram a ser uma preocupação por parte de Frei Boaventura, especialmente na década de 1950. Mas essa, já era uma preocupação antiga por parte da Igreja, Arribas (2008), comenta que já na segunda metade do XIX, o crescimento do espiritismo já era percebido pelo catolicismo, pois em 1867, o arcebispo da Bahia, D. Manuel Joaquim da Silveira, já criticava o crescimento e a dilatação do espiritismo (ARRIBAS, 2008, p.50). Gostaríamos de destacar que apesar do frei também escrever sobre o espiritismo, nossa análise se recai sobre a umbanda, visto que trabalhos que relacionam o frei e a sua ofensiva contra o espiritismo kardecista já foram analisados por outros autores (COSTA, 2001; SCHERER, 2020)

Assim, no presente momento, visando entender os ataques do frei contra a umbanda, gostaríamos de analisar o artigo “*O Espiritismo de Umbanda*”, escrito em março de 1954, na Revista Eclesiástica Brasileira. Cabe lembrar que desde 1952, o frei já argumentava sobre a necessidade de uma campanha contra espiritismo, “devemos fazer uma ofensiva geral direta contra o espiritismo” ou talvez espiritismos, incluindo a umbanda (KLOPPENBURG, 1952, p.107). Aqui, espiritismo também incluía a umbanda, pois o frei fazia uma generalização proposital dos dois termos.

Contudo, em 1954, observamos que o frei publicou em junho daquele ano, um primeiro artigo dedicado a umbanda. O artigo recebeu o nome de: “*O Espiritismo de Umbanda*”. Neste artigo o frei buscou destacar em um primeiro momento, a penetração do espiritismo de umbanda nas ditas classes mais cultas e ricas da sociedade, inclusive existiriam no relato do frei “chefes de terreiro, na maioria brancos” (KLOPPENBURG, 1954, p. 305).

O frei demonstrou a preocupação com a incapacidade em termos de educação religiosa e o desconhecimento por parte de padres sobre o que seria a umbanda. Segundo ele, existiam dezenas de paróquias nas quais os vigários se quer sabiam o que era a umbanda, ou seja, estes não conheceriam as ditas heresias modernas (KLOPPENBURG, 1954, p. 305). O artigo é dividido em 5 partes. Na primeira delas o frei discute o que é umbanda; na segunda ele destaca a doutrina da umbanda; no terceiro aborda a relação entre orixás da umbanda e santos católicos; no quarto ponto é apresentado a relação entre os exus da umbanda e o culto ao demônio; no último tópico o frei aborda as outras práticas da umbanda.

Portanto, na primeira parte do texto Boaventura tentou desconstruir a umbanda, afirmando que nem mesmo entre os adeptos da religião existia uma clareza sobre o que de fato seria a umbanda.

Vários deles tentaram escrever sobre o assunto. Temos diante de nós uns vinte livros, números jornais e revistas. Todos eles se apresentam com o nome de Umbanda. **Mas há muita diversidade e desavença entre eles. Não há união: lutam entre si: a Confederação Espírita Umbandista (dirigida por Byron Torres de Freitas e Tancredo da Silva Pinto), a União Espírita de Umbanda (sob as ordens do Dr. Jayme Madruga), a Fraternidade Eclética Espiritualista Universal (chefiada pelo Sr. Oceano de Sá, que se persuadiu de ser o mestre João Batista reencenado, pelo que se denomina “Mestre Yokaanan”), a União dos Espíritas de Umbanda (comandada talvez por Lourenço Braga ou Manuel L. Barbosa) e outras agremiações mais. Uns querem voltar ao mais puro africanismo; outros rejeitam energeticamente todos os elementos africanos; outros propugnam um sincretismo religioso absoluto e indefinível, mas outros pretendem ter encontrado a mais pura Umbanda nas religiões antigas da Índia;** nem falta quem declare que “o livro fundamental da Umbanda é a Bíblia”, com o antigo e novo Testamento tal como estão escritos, não se admitindo interpretações simbólicas: aceitar ou recusar *in totum* o que está escrito, eis a pedra de toque do cristão umbandista”. Aliás, todos eles fazem questão de ser “cristãos”, inclusive aqueles que foram buscar suas doutrinas e seus ritos na África ou na Índia. E todos, unanimemente se dizem “espíritas”. É esta a razão por que a Umbanda é constantemente atacada pelos espíritas kardecistas, que querem reservar exclusivamente para si o termo criado por Allan Kardec (KLOPPENBURG, 1954, p. 306, grifo nosso).

Neste ponto, podemos observar que Boaventura estava lendo a literatura umbandista do período e atestado a mesma, pois ele cita as disputas entre as diferentes federações de umbanda por uma origem da religião, que teriam se dado no campo da imprensa e na literatura doutrinária, como entre a umbanda omolocô defendida pela Confederação Espírita Umbandista, de Tancredo da Silva Pinto, que defendia uma origem africana para a umbanda, e a União Espírita de Umbanda do Brasil, que durante o Primeiro Congresso de Umbanda defendeu uma origem destituída de simbologias afro-religiosas para a umbanda e tempos depois, defenderia uma origem nacional para a religião (NOGUEIRA, 2022). O frei também se atenta para a questão do *continuum mediunico*, ou seja, a aproximação de alguns segmentos da umbanda de pontos do espiritismo e vice-versa (CAMARGO, 1961).

Kloppenborg (1954), também apresenta a crescente quantidade de livros umbandistas. E isso de fato ocorreu no período. Desta forma, segundo Camargo (1961), quando realizou sua pesquisa sobre o *continuum mediúnico* em São Paulo, existia uma produção literária robusta sobre a religião naquele Estado, cerca de 400 livros sobre umbanda³ teriam sido publicados no Brasil (CAMARGO, 1961, p. 41). Todavia, alguns dirigentes tratavam essa literatura com certo descaso, seja criticando suas imperfeições e mistificações ou atribuindo a mesmas qualidades de informações secundárias e subordinadas em qualidade com o seu próprio aprendizado. Os líderes afirmavam que sua autoridade não poderia sofrer desprestígio, em confronto com a palavra escrita (CAMARGO, 1961, p. 42).

Desta forma, a umbanda estava em grande expansão, tanto no espaço público, como na imprensa, assim como na literatura doutrinária, e isso preocupava o frei. Ou seja, as pessoas estavam tendo escrevendo, falando e lendo textos sobre a umbanda. Outra questão observada por Kloppenburg (1954), se dava em torno das disputas entre umbandistas e kardecistas pelo termo “espírita”. Na visão do frei esta aproximação seria correta, pois “eles não apenas creem nas manifestações dos Espíritos, mas também praticam sua evocação e até aceitam a doutrina ou filosofia kardecista da reencarnação com todas as suas numerosas consequências” (KLOPPENBURG, 1954, p. 307). Aproximação essa que alguns segmentos umbandistas e espíritais eram contra (ISAIA, 1999; NOGUEIRA, 2022).

Quanto a ideia de reencarnação Costa (2001), aponta que a doutrina da reencarnação foi um grande ponto de discordância entre espíritas kardecistas e católicos, mas no caso em questão, Boaventura parece retomar a mesma para atacar a umbanda, buscando colocar as duas religiões como um perigo ao catolicismo. Tanto que, por vezes, o frei fará uma generalização proposital entre o espiritismo e a umbanda.

A seguir no artigo Kloppenburg (1954), apresenta as origens da umbanda e para isto, cita duas conclusões do Primeiro Congresso de Umbanda, de 1941, segundo ele

Quanto a origem e ao significado do nome “Umbanda” não há unanimidade. A tendência geral é de não admitir que seja de origem africana. O Primeiro Congresso do Espiritismo de Umbanda, realizado no Rio de Janeiro em outubro de 1941, tinha a manifesta preocupação de mostrar que a Umbanda é de origem antiquíssima, vem dos hindus e é contemporânea dos Vedas, e que depois passou à África, donde veio para o Brasil (KLOPPENBURG, 1954, p. 308).

³ O movimento editorial foi de tal ordem que surgiram, inclusive, empresas voltadas para atender esse nicho de mercado como, por exemplo, as editoras: *Aurora* (criada em 1954), *Espiritualista* (fundada em 1957) e *Eco* (organizada em 1963) (OLIVEIRA, 2017, p.20).

A partir disso, Kloppenburg (1954), apresenta que para alguns umbandistas, como Lourenço Braga, no livro *Umbanda e Quimbanda*, de 1948, que a palavra umbanda significaria “fazer magia por intermédio das forças invisíveis, baseada nas forças astrais, com rituais, preceitos, sinais cabalísticos, cânticos e outros elementos, como água, o fogo a fumaça, as bebidas, as comidas, os animais, apetrechos apropriados, etc”. (KLOPPENBURG, 1954, p. 309). Desta forma, segundo o frei, os próprios umbandistas se aproximariam da ideia de umbanda enquanto um fazer magia ou invocar os mortos, que para ele, era visto como sinal de heresia demonolatria. Ou seja, ele se apropria desses autores e os interpreta para deslegitimar a própria umbanda.

Devemos lembrar que, na visão de Foucault (2014), é importante entendermos as práticas discursivas e os poderes que as permeiam. Os discursos foram criados levando em consideração poderes de interdição e exclusão (FOUCAULT, 2014, p.18).

Portanto, Kloppenburg (1954), quer descrever a umbanda, mas a descreve, acima tudo, criticando a mesma e as colocando com uma forma de heresia ao católico brasileiro, assim como fazia com o espiritismo Kardecista, pois por não possuírem uma doutrina unificada, a umbanda se quer poderiam ser legitimada. Essa para nós é uma estratégia do discurso de Boaventura para deslegitimar a umbanda e reforçar o poder do catolicismo oficial.

Breve Conclusão

Desta forma, observamos uma certa dificuldade do frei e da Igreja em lidar com a diversidade cultural no Brasil e com a própria noção de sincretismo. Segundo Montero (1996, p.40), a diversidade cultural se torna sempre um problema, sempre que pessoas, grupos e instituições em integrar o todo em algo mais ou menos homogêneo. E isso não é diferente para o cristianismo, que queria cunhar um ideal de catolicismo, que excluía diretamente seus concorrentes do campo religioso (BOURDIEU, 2001).

Em nossa visão, quando a umbanda se colocou enquanto uma religião brasileira, a mesma incomodou e muito o catolicismo, visto que o mesmo queria se constituir enquanto detentor e formador da identidade nacional. Segundo Isaia (1998), durante o século XX, a hierarquia da Igreja católica persistia em uma forma de discurso que, ao mesmo tempo, condenava a laicização acelerada do século XX e buscava ser reconhecida como verdadeira construtora do ideal nacional (ISAIA, 1998, p.30). Sem contar o fato de que os discursos de Kloppenburg serem carregados de racismo e de teorias, como a do Darwinismo social, no qual a Igreja branca e europeia ocuparia um status superior frente às religiões mediúnicas,

principalmente em relação a umbanda. Ou seja, a umbandas estavam tão bem estruturada no campo religioso brasileiro, que já passavam a incomodar os intelectuais do catolicismo. Pois, na concepção de Ortiz (1991), a umbanda surge “como uma solução original; ela vem tecer um liame da continuidade entre as práticas mágicas populares à dominância negra e a ideologia espírita” (ORTIZ, 1991, p.48). Assim, na visão do autor, a originalidade da umbanda estaria no fato dela reinterpretar os valores tradicionais, de acordo com o novo código fornecido pela sociedade urbano e industrial. A campanha perdurou até 1962, contudo, a mesma conseguiu reforçar um sentimento de unificação da umbanda, que se deu principalmente, na ocupação da imprensa e na política (BROWN, 1985; BAHIA e NOGUEIRA, 2023).

Referências Bibliográficas:

- ARRIBAS, Cecília. *Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira*. (Dissertação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.
- ANDRADE, Solange Ramos. Frei Boaventura Kloppenburg e a história da Igreja Católica no Brasil: aspectos de uma biografia. *História Unisinos*, 16(1):139-148, Janeiro/Abril, pp.139-148, 2012.
- AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Terceira época: 1930-1964. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- BAHIA, Joana e NOGUEIRA, Farlen. Umbandista vota em umbandista: disputas entre umbandistas e católicos no campo religioso brasileiro (1950-1962). *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano XV, n. 45, Janeiro/Abril 2023
- BANDEIRA, Mariana. A Igreja Católica na virada da Questão Social (1930-1964). Rio de Janeiro: Vozes, Educam, 2000.
- BROWN, Diana. Uma história da umbanda no Rio. *Cadernos do Iser*, Rio de Janeiro: Marco Zero, n. 18, p. 9-42, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- _____. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- CAMARGO, Cândido Procópio. *Kardecismo e Umbanda*. São Paulo: Pioneira, 1961.
- CAPONE, Stefania. *A Busca da África no Candomblé: tradição e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- COSTA, Flamarion Laba. “Demônios e Anjos”. *O embate entre espíritas e católicos na República Brasileira até a década de 60 do século XX*. Tese- Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. 2001.
- _____. Onde o diabo agia na sociedade brasileira segundo a igreja católica na primeira metade do século XX. *GUAIRACÁ Guarapuava*, Paraná no 18 p. 41-59 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 24º ed. Edições Loyola, 2014.
- GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião e Sociedade*, 2008.
- ISAIA, Artur Cesar. Catolicismo versus umbanda: lutas de representação e identidade (senzala delenda est). *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, v. 16, n. 24, p. 28-42, 1998.
- _____. Ordenar progredindo: a obra dos intelectuais de Umbanda no Brasil da primeira metade do século XX. *Anos 90*, v. 11, n.11, p. 97-120, 1999.

LEITE, Igor Alleoni Silveira. *As ciências da psique no espiritismo brasileiro: c. 1900 - c. 1960*. Dissertação de Mestrado em História e Cultura das Religiões apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2015.

LEONEL, Guilherme Guimarães. *Campo religioso brasileiro na contemporaneidade: continuidades, descontinuidades, transformações e novos ângulos de análise*. Interseções [Rio de Janeiro] v. 12 n. 2, p. 382-407, dez. 2010.

MONTERO, Paula. Diversidade cultural: Inclusão, Exclusão e Sincretismo. In *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Organizado Juarez Dayrel. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*, 2011, v.11, n. 2, 238-258.

NEGRÃO, Lísias. *Entre a cruz e a encruzilhada: formação do campo umbandista em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1996.

NOGUEIRA, Farlen de Jesus. *O Tata Ti Inkice da Omolocô*. Tancredo da Silva Pinto. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro. Umbanda e sociedade brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SAMPAIO, Dilaine. *Àròyé?: Um estudo histórico-antropológico do debate entrediscursos católicos e do candomblé no Pós-Vaticano II*. Tese (Doutorado) Programa de Pós- Graduação em Ciência da Religião, área de concentração: Ciências Sociais da Religião, da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

SCHERER, Bruno Cortês. *Combate à “heresia espírita”: os enfrentamentos entre Espiritismo e Catolicismo no campo religioso (Rio Grande do Sul, 1953-1965)*. 2020.

Fontes Consultadas:

Livros:

SCHIERHOLT, JÁ. Frei Boaventura Kloppenburg, OFM -90 Anos por Cristo em Sua Igreja. Lajeado, O Autor, 2008, 448 p

Artigos:

_____. *Contra a Heresia Espírita*. Revista Eclesiástica Brasileira, volume 12. Março de 1952, p.85-111.

_____. *O Espiritismo de Umbanda*. Revista Eclesiástica Brasileira, volume 14. Março de 1954, p.305-327.

Reativação da direita e conservadorismo no rock brasileiro (2018-2022)

Fausye Mendes de Carvalho Gama Failace¹
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Rafael Vaz da Motta Brandão
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: “*Você é um retrato de quem te condenava*” – reativação da direita e *ethos* conservador no rock brasileiro (2013-2022), ainda em andamento. O presente trabalho tem como objetivo analisar o movimento de atualização das direitas no Brasil e a ascensão do neoconservadorismo, a partir das falas e posições de alguns artistas e bandas no cenário do rock nacional.

Podemos observar gradualmente esse movimento de atualização das direitas no Brasil sobretudo a partir redemocratização. No entanto, a partir de 2013, com as primeiras ondas de protestos contra o governo Dilma Rousseff e dos ataques ao Partido dos Trabalhadores, potencializado pela Operação Lava-Jato, este fenômeno angariou também importantes apoiadores no meio artístico-musical e, em particular, no cenário do *rock*, com nomes como Lobão, Roger Moreira (Ultraje a Rigor), Digão (Raimundos), Paulo Ricardo (RPM), Dinho Ouro Preto (Capital Inicial), entre outros.

O recorte temporal deste trabalho compreende o período entre os anos de 2018 e 2022, período marcado pelas eleições mais polarizadas da história do país, envolvendo um candidato claramente identificado com posições de extrema-direita. Dentre esses anos têm sido possível observar mais nitidamente a polarização político-ideológica e constatar que alguns grupos sociais e instituições que outrora alinhavam-se mais ao campo democrático, agora têm apoiado um discurso beligerante, preconceituoso, radical e conservador.

A gente não sabemos escolher presidente²

Para tanto, primeiramente, se faz necessário que entendamos as eleições de 2018 como parte de um processo histórico de construção de um novo projeto de estruturação da hegemonia burguesa e atualização do movimento das direitas no Brasil. Segundo Casimiro, a culminância

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “‘*Você é um retrato de quem te condenava*’ – reativação da direita e *ethos* conservador no rock brasileiro (2013-2022)”, sob orientação do Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão, bolsista: CAPES.

² MOREIRA, Roger; “Inútil”. *Ultraje a Rigor*. Álbum: *Nós vamos invadir sua praia*, 1985.

do êxito desse projeto foi o próprio resultado da eleição em si, que promoveu um candidato claramente alinhado à extrema-direita, que desde sempre dividia opiniões, seja carisma ou rejeição.³

Sendo assim, devemos considerar diversos fatores que possibilitaram essa mudança de postura, tais como: os movimentos pró-impeachment de centro-direita nas ruas do país, com manifestantes vestindo roupas verde-amarelo e com cartazes-discurso anticorrupção; o papel da mídia e dos meios de comunicação na formação da opinião pública; o golpe jurídico-parlamentar de 2016, contra a presidenta eleita Dilma Rousseff; as *fake news* e sua relação com as campanhas dos presidentiáveis nas eleições do Brasil em 2018; a questão da pandemia de Covid-19; e o apoio ao governo de Jair Bolsonaro.

Com o resultado das eleições de 2014, os movimentos de oposição acentuaram-se, tanto no campo político-ideológico, quanto no campo da instância midiática, intensificando ataques e acusações de corrupção contra governo do PT. Instaurou-se então o *antipetismo* e o discurso de combate à corrupção como forma de moralizar o país e extirpar a política da “roubalheira”. Nesse contexto, ascendem também ao poder na Europa e nos Estados Unidos governos de direita e de extrema direita, corroborando na América Latina a ascensão de grupos político-ideológicos que identificavam-se com essas pautas conservadoras, aliadas ao fundamentalismo religioso, ao liberalismo econômico e ao extremismo de grupos sectaristas.

A eleição de Donald Trump nos Estados Unidos ecoou não apenas o discurso conservador, mas também o (ultra) nacionalismo, com forte tendência à xenofobia e ao racismo, fomentando ataques contra estrangeiros e minorias étnico-raciais. Essa conjuntura político-ideológica internacional passa a influenciar também o quadro das eleições de 2018 no Brasil, no qual pudemos observar uma polarização entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Social Liberal (PSL), culminando na ascensão de um candidato – o então deputado federal e ex-capitão do Exército, Jair Messias Bolsonaro – que sempre defendeu em seus discursos a ditadura e a violência institucionalizada, além de ataques a grupos étnico-raciais e à comunidade LGBTQIAPN+.

Na mídia tradicional, além do discurso anticorrupção, a reeleição de um governo de esquerda era apresentada como um mal a ser evitado, pois seria a continuidade da corrupção. A direita surge, então, como o símbolo da moralidade, do nacionalismo, da probidade, da defesa da “família tradicional”, da pátria e do liberalismo econômico, com uma política econômica

³ CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A tragédia e a farsa. A ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. 2020, p.11.

capaz de livrar o país da recessão, do desemprego e da estagnação do PIB, por defender a menor intervenção do Estado na economia.

Dentro desses segmentos alinhados às pautas mais conservadoras, iremos analisar algumas personagens no seio do movimento *rock n' roll* brasileiro que se pautaram nesse discurso, embora o *rock* sempre tenha sido conhecido por romper os padrões pré-estabelecidos, por transgredir e negar todo tipo de regra e normas e por constituir um *ethos* agressivo e de contestação. Para analisar esse fenômeno conservador dentro do movimento *rock*, é preciso fazer uma breve incursão pela sua história.

O Rock errou?⁴

O rock em sua gênese, surge como um movimento de contestação juvenil impondo-se contra a ordem política e social vigentes, contrariando normas e padrões impostos. Nos anos 1950, o gênero emerge a partir de uma mistura de estilos musicais como o *blues*, o *jazz*, o *folk*, o *country* e o *rhythm and blues*. Um gênero de música dançante, como se percebe no estilo musical de Jerry Lee Lewis, Little Richard e Chuck Berry. Não podemos nos esquecer do “garoto do Tennessee”, Elvis Presley que, por ser um homem branco, obteve, no seio da conservadora sociedade americana, mais espaço e aceitação na mídia que os demais.

A partir da década de 1960, o *rock n' roll* começou a tomar um caráter de protesto político que, ganhando popularidade como aponta Hobsbawm, atravessou “fronteiras de países, classes ou ideologias”.⁵ Isso se deve ao fato de a música representar uma linguagem universal e, no caso do *rock*, unificando os anseios de toda uma geração.

A existência de movimentos juvenis de oposição à ordem tem a música como forma de contestação e construção da identidade social. Segundo Abramo, é através da busca de lidar com essas questões e conflitos inerentes ao jovem que alguns grupos passam a constituir um estilo próprio, com espaços peculiares de atuação e diversão.⁶ Nesses espaços, elegem seus padrões culturais, suas músicas, sua estética, buscando fugir sempre da mediocridade e da massificação pela imposição da indústria da moda e, desta forma, manifestando seu posicionamento no mundo e na sociedade.

Ao longo dessa década, pode-se vislumbrar a ascensão de Jimi Hendrix, Janis Joplin, e bandas como Pink Floyd, The Who, Rolling Stones, além de todo o sucesso dos Beatles. De

⁴ LOBÃO. “O Rock errou”. Lobão. Álbum: *O Rock errou*, 1986.

⁵ HOBBSAWM, Eric. *História social do jazz*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 1990, p.17.

⁶ ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1993, p. 75.

acordo com Friedlander, “o ano de 1967 foi um divisor de águas. As letras falavam da guerra do Vietnã, da busca por uma nova moralidade mais humana e a luta pelos direitos das minorias que surgiu no cenário do pop/rock”.⁷ O Woodstock, marco que representou o festival, fechou a década de 1960.

Os anos 1970/80 foram marcados inicialmente pelos *hippies* e, posteriormente, pela atitude desafiadora dos *punks*. Bandas como Ramones e Sex Pistols que, com suas jaquetas de couro surrado e tachas, seus cabelos moicanos barbarizaram até no jubileu de ouro da Rainha Elizabeth.⁸

Os anos 1990, por sua vez, trouxeram os “garotos de Seattle”, com seus casacos de flanela, no estilo *grunge*, bem como as bandas como Alice in Chains, Pearl Jam e Nirvana, que embalam o jovem rebelde noventista. Nos anos 2000, o surgimento de bandas como Evanescence e The Strokes reviveu esse espírito de liberdade nos jovens e adolescentes.

Segundo Helena Abramo, é no período do pós-Segunda Guerra mundial (1939/1945) que se pode perceber um engajamento maior por parte dos jovens nos chamados “movimentos de oposição à ordem”, que iam desde lutas de resistência anticolonialista ao anti-nazifascismo, perpassando movimentos estudantis, mesmo com suas diferenças de “motivação, caráter e amplitude”.⁹ Tal engajamento se acentuaria nas décadas seguintes, com muitas formas de radicalização, principalmente do movimento estudantil. Pode-se observar ainda, acerca desses diferentes tipos de manifestações juvenis, que eles se estruturavam principalmente como uma crítica ao modo de vida industrial e burguesa, como uma forma de “recusa” à incorporação deste modo de vida. Para Antonio Carlos Brandão, essa reação jovem “simbolizada principalmente pelos *hippies*, (...) voltaria a se repetir de maneira diferente com os *punks* no final dos anos 1970”.¹⁰

No Brasil das décadas de 1980 e 1990, a conjuntura econômica, política e social ainda estava em processo de transição da ditadura para a democracia. Os jovens, por sua vez, sofriam com o estreitamento das possibilidades de uma vida profissional satisfatória. É nesse contexto em que emergem, expressivamente, personagens desse novo universo juvenil, buscando lidar com uma série de questões, como “a necessidade de encontrar espaços de vivência (...) num

⁷ FRIEDLANDER, Paul. *Rock and roll: uma história social*. 2008, p. 399.

⁸ ESSINGER, Silvio. *Punk: anarquia Planetária e a cena brasileira*. São Paulo: Ed.34, 1999, p. 51.

⁹ ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis...* Op. Cit., p. 27.

¹⁰ BRANDÃO, Antonio Carlos e DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos culturais de juventude*. São Paulo: Moderna, 1990, p. 13.

meio urbano (...) segregacionista; (...) dificuldades de articular perspectivas de futuro para si próprio e para a sociedade”,¹¹ entre outras.

No entanto, ao longo dos anos, a sociedade passou por significativas mudanças. Parte do segmento jovem – rebelde e contestador – dos anos 1970, que viveu a efervescência do movimento *rock n’ roll*, transformou-se, hoje, em um adulto conservador. Além da faixa etária, mudaram-se as demandas sociais e o contexto sócio-histórico com a redemocratização a partir de 1985. É possível inferir que um ambiente menos inóspito, sem repressão e/ou censura institucionalizada, com mais liberdade de expressão possa ter influenciado a mudança de ações/comportamento desse grupo. A vida, o discurso e o posicionamento político e ideológico daqueles antigos “jovens” não se fundamentam mais pelos imaginários sociais de outrora, parte daquele grupo hoje se orienta por outros modos e categorias de ver e pensar a sociedade.

Metodologia

O aporte teórico-metodológico deste trabalho será fundamentado por uma abordagem marxista-gramsciana. Sob a perspectiva da *totalidade*, analisaremos de que forma se deram essas relações desses grupos com essa nova *ideologia* dominante dentro da atual conjuntura política no Brasil. A utilização de meios de comunicação (redes sociais, internet) para difusão de suas ideias, bem como a formação de opinião e pulverização de sua ideologia através de *aparelhos privados de hegemonia, dominação de classe e produção de consenso*.

A partir de conceitos de Antonio Gramsci buscarei articular a reativação da direita no Brasil e de que forma alguns segmentos sociais que outrora identificavam-se com um ideário mais subversivo, agora têm adotado um discurso mais conservador, radical e negacionista (contexto pós-pandemia), principalmente manifestando publicamente apoio a um candidato à presidência identificado com posições de extrema-direita.

Ao analisarmos o conceito da *Ampliação do Estado* de Gramsci podemos conceber o Estado como uma indissociabilidade entre sociedade civil e sociedade política. Para Gramsci o Estado não deve ser compreendido unicamente como aparelho governamental, mas sim relacionado dialeticamente com a sociedade civil, formando o Estado Integral ou Estado Ampliado. No entanto, essa própria noção de Estado ampliado perpassa conflitos. Como afirma Virgínia Fontes:

Em Gramsci a sociedade civil não pode ser seccionada ou amputada da totalidade na qual emerge: responde a uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não atua apenas nos espaços produtivos. Compõe-se de aparelhos privados de

¹¹ ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis...* Op. Cit., p.82-83.

hegemonia que, ao mesmo tempo em que procuram diluir as lutas de classes, expressam e evidenciam sua difusão e generalização no conjunto da vida social. A sociedade civil, para Gramsci, é parte integrante do Estado e somente por razões analíticas pode ser destacada. (FONTES, 2010. p.216)¹²

Segundo Buci-Glucksmann, a hegemonia se dá para do além do consentimento político, para além da coerção. Os grupos hegemônicos exercem seu controle através do *consenso*, construídos e difundidos a partir desses Aparelhos Privados de Hegemonia. Nestes aparelhos a adesão aos mesmos é voluntária, ou seja, não é exercida por meio da violência e coerção.¹³

Existem muitos aparelhos responsáveis por formar esse consenso: a igreja, como um espaço de ordem, a escola, sindicatos, partidos e meios de comunicação. No âmbito da comunicação social, estes muitas vezes atuam como partido, à medida que exercem um papel importante na difusão da hegemonia. Dão visibilidade a acontecimentos, ideias e principalmente sustentação ideológica que favoreça a classe dominante. Basta recordarmos como foi amplamente difundido nas mídias tradicionais e de grande vulto o discurso anticorrupção. A Rede Globo de televisão, por exemplo, tem autonomia empresarial para ter sua agenda em interesses próprios, apresentando os mesmos como se fosse o interesse da maioria. O próprio contexto das manifestações de junho de 2013, o prelúdio do golpe em 2016, a operação lava-jato em si, estamparam todas as edições do principal jornal exibido em horário nobre da referida emissora como claros exemplos de que os meios de comunicação exercem papel fundamental na produção de *consensos*, políticos e ideológicos, uma vez que agem diretamente na difusão da hegemonia e na legitimação dos interesses de grupos dominantes.

É fundamental destacar também o papel das redes sociais e canais no YouTube, dentre outros, na difusão e naturalização desses valores. O próprio cantor Lobão relata em seu livro *Lobão “60 anos a mil : 2010 – 2020”*, como ele teve o primeiro contato com o expressivo influenciador da extrema-direita, Olavo de Carvalho. Nos idos de 2012, esteve envolvido numa pesquisa para a escrita de seu novo livro “Manifesto do Nada na Terra do Nunca”. Pesquisando temas como “Guerra Fria”, “regimes militares no Brasil e América Latina” e “hegemonia da esquerda na cultura brasileira”, descobriu um programa na plataforma de vídeos *YouTube* chamado *True Outspcak*¹⁴, apresentado por Olavo de Carvalho. A partir daí começou a ter contato com seus livros e afirma que foi

“através do *True Outspcak* que ouvi falar pela primeira vez do Foro de São Paulo, fato que me causou uma profunda suspeição. Não era possível conceber que algo

¹² FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. / Virgínia Fontes. - Editora UFRJ, 2010

¹³ BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. 1980, p.99.

¹⁴ Programa apresentado por Olavo de Carvalho entre os anos de 2006 – 2013. Inicialmente era em formato de áudios com cerca de 1h de duração e em 2010 passou a ser exibido no canal do Youtube com imagens também.

daquela natureza existisse com aquela magnitude de atuação e influência em toda América Latina sem que houvesse sequer uma marola, um comentário, um lampejo de sua existência na mídia oficial.”¹⁵

Também a partir daí começou a consumir os artigos e livros de Rodrigo Constantino, acompanhar o seu blog, bem como os artigos de Reinaldo Azevedo na *Revista Veja*, “com uma direita se reorganizando ainda incipiente nos recantos das redes sociais”¹⁶

Se retrocedermos um pouco mais, dos anos 1990 para cá, segundo Casimiro, já podemos observar uma mudança nas bases de dominação político-ideológica bem como uma reorganização das estratégias de ações políticas por parte da burguesia embasada numa multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia formuladores de projetos de poder e difusores de uma nova ideologia de mercado. Como podemos observar em Casimiro, esse fenômeno de atualização e estruturação pode ser lido como nova estratégia de atualização dos mecanismos de dominação de classes no Brasil: formas com as quais a classe dominante elabora estratégias de ação, a partir do que Gramsci denominou de *intelectuais orgânicos* dos quais a escola e os partidos são os principais agentes formadores. Embora intelectuais orgânicos não impliquem necessariamente erudição ou escolaridade, mas sim a ação que essas pessoas exercem no conjunto das lutas de classe, no papel que desempenham nesse trabalho de construção da base de consenso na sociedade, criando condições para recriar e reconfigurar estruturas institucionais do Estado.¹⁷

Neste sentido, as organizações de Aparelhos Privados de Hegemonia, ou APHs, atuam no sentido doutrinário, recrutando intelectuais orgânicos e difundindo valores e matrizes liberais, em mecanismos alinhavados “por dentro” do Estado num arcabouço de poder, através de políticas públicas, intervenções, numa proporção mais estrutural. Uma estratégia de organização que conta com aparelhos da burguesia ao mesmo tempo que integra o Estado como um todo. Os APHs e intelectuais orgânicos atuam com o objetivo de naturalizar ou unificar interesses dominantes, uma vez que:

A dominação burguesa ocorre simultaneamente em múltiplos níveis, desde a produção do mais-valor até o Estado, passando pela cultura, pelas formas de estar no e de sentir o mundo e pelas modalidades de participação política.¹⁸

¹⁵ LOBÃO “60 anos a mil : 2010 – 2020”

¹⁶ Ibidem. p.84

¹⁷ CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)* 2016, p.30.

¹⁸ FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.* / Virgínia Fontes. - Editora UFRJ, 2010, p.218.

De acordo com o cientista político André Singer, o governo Jair Bolsonaro representou a consolidação desse processo de reativação da direita no Brasil.¹⁹ Este movimento seria uma reação à possível desativação do direitismo a partir do realinhamento de 2006 engendrado pelo fenômeno do *lulismo*.²⁰

Conforme o autor, a predisposição à direita na sociedade brasileira é um fator de longo prazo, consolidada durante a ditadura militar. Assim, mesmo após a redemocratização, o eleitorado brasileiro continuou a se inclinar para a direita. Contudo, o lulismo teria desativado essa predisposição entre 2006 e 2014. Entretanto, após as críticas sofridas pelo governo Dilma, o golpe por ela sofrido e a eleição de Jair Bolsonaro representariam a reativação de posições adormecidas, mas não extintas, na sociedade. É esse movimento que o autor denomina de *reativação da direita* e que utilizaremos em nossa pesquisa para pensar que estes roqueiros são a representação desse ideal identificado com posturas neoconservadoras

Considerações finais

Podemos concluir, desta forma, que, ao longo dos anos, a sociedade passou por significativas mudanças. E que algumas parcelas de um segmento jovem – rebelde e contestador - que viveu a efervescência do movimento *rock n' roll* nos anos 1970 e 1980, acabou transformando-se, hoje, em um adulto com uma visão de mundo e de sociedade bastante conservadora. Para além da faixa etária, mudaram-se as demandas sociais e o contexto sócio-histórico com a redemocratização, principalmente na segunda metade da década de 1980. É possível inferir que um ambiente menos inóspito, sem repressão e/ou censura institucionalizada, com mais liberdade de expressão possa ter influenciado a mudança de ações/comportamento desse grupo. A vida, o discurso e o posicionamento político e ideológico daqueles antigos “jovens” não se fundamentam mais pelos imaginários sociais de outrora, parte daquele grupo hoje se orienta por outras formas de ver e pensar a sociedade. Segundo Almeida e Lourenço Neto, a própria configuração do Estado acaba condicionando e moldando a ação dos movimentos sociais também. Se observarmos as ações da sociedade civil durante a ditadura

¹⁹ SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 27, nº 3, set.-dez., pp. 705-729, 2021.

²⁰ *Lulismo* é termo cunhado por André Singer que se refere ao fenômeno político ocorrido no Brasil a partir da reeleição, em 2006, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que os mais pobres da população passaram a votar no PT.

e durante a redemocratização já podemos perceber claramente a diferença das ações, principalmente em relação aos movimentos sociais dos trabalhadores.²¹

A sociedade, assim como o próprio processo de construção da hegemonia dos grupos não é um processo engessado, mas um processo dinâmico. Ao mesmo tempo que precisa ser garantido permanentemente e institucionalmente pelo Estado, precisa também de organismos que garantam a atualização dos seus mecanismos de dominação, como podemos observar em Poulantzas, o Estado “tem esse papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante”.²²

Cabe aqui analisar então de que forma esses novos projetos de poder e essas novas estratégias atualizantes desses mecanismos de dominação, por meio dos aparelhos privados de hegemonia e seus “intelectuais orgânicos”, segmentos burgueses e liberal-conservadores (o que chamaríamos de “*nova direita*”) foram aceitos e cooptados por determinados setores sociais, como os roqueiros? Um processo contínuo que vem sendo gestado desde a redemocratização como uma estratégia de organização e de pulverização que se dá por meio de aparelhos da burguesia sem deixar de integrar o próprio Estado. Podemos falar, desta forma, em uma reestruturação das bases de dominação da burguesia brasileira pautada na construção de um novo projeto político, fundamentado também em uma ideologia e de um discurso sistematizado sob uma moral religiosa, um liberalismo econômico, um discurso anticorrupção, antipetista e anticomunista.

Por fim, inferimos que, a indissociabilidade entre sociedade política e sociedade civil, cujo poder de organização, dominação e controle não existe somente no âmbito institucional, de forma coercitiva, mas principalmente na sociedade civil, de forma hegemônica, numa relação dialética entre ambos, onde se fundamentam e possibilitam a renovação dos mecanismos que garantem um mesmo fim: a dominação de classe.

Fontes

O conjunto de fontes utilizadas na pesquisa é composto por matérias de jornais e de revistas especializadas, entrevistas concedidas na imprensa, análise de material fonográfico e audiovisual de bandas e artistas analisados, além de fontes digitais, como blogs, sites e redes sociais.

²¹ NETO, Sydenham Lourenço. ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; *Estado, hegemonia e luta de classes: interesses organizados no Brasil Recente*. Bauru, SP: Canal 6, 2012, p.12

²² POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980, p.33

Fontes de imprensa (jornais e revistas):

O Globo, Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Veja, Isto é; Época; Revista Fórum (edições de 2013-2022).

Localização: todas as edições destes periódicos podem ser acessadas integralmente pela internet.

Revistas especializadas:

Revistas: *Bizz; Showbizz; Revista Rolling Stone Brasil* (edições de 2013-2022)

Localização: todas as edições destas revistas podem ser acessadas pela internet

Livros publicados por músicos:

LOBÃO. *50 anos a mil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

LOBÃO. *Guia Politicamente Incorreto dos anos 80*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

Fontes digitais:

- Redes sociais de músicos e bandas: *Facebook; Twitter e Instagram*.

- Canal de músicos e bandas no *Youtube*.

- Sites especializados em *rock*: <https://www.wikimetal.com.br/>; <https://whiplash.net/>; <https://www.rockbrasileiro.net/>; <https://www.bandaderocknacional.com.br/>; <https://canalдорock.com.br/rock-nacional/>; <http://armazendamusicabrasileira.blogspot.com>;

- Sites de notícias: <https://www.cnnbrasil.com.br/>; <https://g1.globo.com/>; <https://exame.com/noticias-sobre/sites/>; <https://www.terra.com.br/noticias/>; <https://www.uol.com.br/>.

Fontes audiovisuais:

Discografia recente de músicos como: Lobão, Roger Moreira (*Ultraje à Rigor*), Digão (Raimundos), entre outros.

Referências

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas juvenis – Punks e Darks no espetáculo urbano*. São Paulo: 1994.

BRANDÃO, Antonio Carlos e DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos culturais de juventude*. São Paulo: Moderna, 1990.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1980.

CAIAFA, Janice. *Movimento Punk na cidade: A invasão dos bandos sub*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita no Brasil: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014)* 2016.

_____. *A tragédia e a farsa. A ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. 1ed – São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

ESSINGER, Silvio. *Punk: anarquia Planetária e a cena brasileira*. São Paulo: Ed.34, 1999.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. / Virgínia Fontes. - 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRIEDLANDER, Paul. *Rock and roll: uma história social*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

HOBSBAWN, Eric. *História social do jazz*. Rio de Janeiro: 1990.

NETO, Sydenham Lourenço. ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; *Estado, hegemonia e luta de classes: interesses organizados no Brasil Recente*. Bauru, SP: Canal 6, 2012.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal: 1980.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 27, nº 3, set.-dez., pp. 705-729, 2021.

Cobrando o inimigo : representações do PT no jornal O Globo (2005 – 2016)

Felipe Farias¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Gelsom Rozentino
Coorientador: Rafael Brandão

Introdução

Este artigo se propõe a fazer uma reflexão sobre a influência exercida pela imprensa nas questões políticas contemporâneas. De maneira mais específica, visa a analisar a cobertura do jornal O Globo aos assuntos relacionados ao Partido do Trabalhadores, mostrando como esse veículo de comunicação utilizou-se do antipetismo para defender suas posições político-econômicas. Nesse sentido, é possível notar uma profusão de discursos no jornal que buscavam compreender as crises e as contradições pelas quais passava o país com base numa estratégia de apresentar a corrupção não como um problema endêmico e estrutural da política nacional, mas como uma característica exclusiva e constitutiva do Partido dos Trabalhadores. A intensiva e seletiva cobertura da mídia acerca de assuntos relacionadas à corrupção concorre para estigmatização do PT como o “grande mal a ser combatido”. Os meios de comunicação têm, nas sociedades contemporâneas, uma função central na difusão de representações do mundo social. As sociedades constroem sua visão de mundo muito sob a influência do que é produzido e/ou é escolhido para ser propagado pela mídia. Assim, a posição reservada à mídia no cenário político brasileiro e seu papel na conformação de preferências políticas devem ser objetos de estudo, do modo a possibilitar a desconstrução de narrativas que reivindicam uma posição de neutralidade dos meios de comunicação nas questões que envolvem a política nacional. Como o tema abordado, no que tange à temporalidade, insere-se na chamada História do Tempo Presente, busco promover uma discussão sobre a mesma, ressaltando as controvérsias que marcaram seu surgimento e sua delimitação e apontando os fatores que concorreram para conferir legitimidade a esse campo da História.

História do Tempo Presente :considerações sobre sua origem e periodização

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2020, sob orientação do Dr. Gelsom Rozentino e coorientação do Dr. Rafael Brandão.

Segundo, Marieta de Moraes, a separação entre passado e presente proposta dessa forma radical e as competências eruditas exigidas para se trabalhar com os períodos recuados garantiram praticamente o monopólio do saber histórico aos especialistas.²

De acordo com a autora, a despeito desse crescente e permanente interesse no presente, e da afirmação desse novo campo de trabalho, a história do tempo presente continuava enfrentando dificuldades para se legitimar por não ter uma definição mais precisa de seu objeto, de suas metodologias e dos limites de sua investigação. “Que denominação utilizar, que recortes cronológicos selecionar” ?, indaga Marieta de Moraes.³

Para tentar responder à questão levantada cabe reproduzir uma passagem de Hermann Heimpel citada por Henry Rousso:

Então quando começa o presente respectivo de uma época ? Começa com o último acontecimento constitutivo, aquele que determina a sua existência.(...) Partindo desse exemplo, poder-se-ia dizer que cada presente de uma dada época começa com a última catástrofe em data.(...) Certamente, esse termo mascararia o essencial Mas não é o fato mesmo de ser vítima de catástrofes, por mais violentas que sejam, que marca sozinho a origem do presente, o presente não começa em todo lugar em 1945, mas é com a catástrofe que se inicia o presente da estrutura histórica daqueles que são vítimas.. (HEIMPEL 1957:12 apud ROUSSO 2016:25)

Ainda sobre o recorte a ser utilizado, Henry Rousso observa que ao enfatizarmos a catástrofe como origem provisória de um tempo presente cujo caráter fugaz ela aceita, esta concepção historiográfica, cujas premissas remontam a 1917-18, se insere em uma visão discreta da história, em ruptura com a lógica da modernidade revolucionária que repousou antes na ideia de uma continuidade, de uma linearidade, de uma realização, sobretudo em direção ao Progresso.⁴

Outra especificidade do tempo presente, destacada por Marieta de Moraes, é a valorização do evento, da contingência e da aceleração da história. O trabalho do historiador enfrenta também aí dificuldades, porque ele mesmo é também testemunho e ator de seu tempo e, muitas vezes, está sobremaneira envolvido nesse movimento de aceleração que o faz supervalorizar os eventos do tempo presente, especialmente porque os séculos XX e XXI têm sido mais ricos em grandes mudanças, em detrimento dos fenômenos de longa duração que necessitam de maior recuo. Nesse sentido, prossegue a autora, o tempo presente, definido

² FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018, p.81

³Ibid, p. 85

⁴ROUSSO, Henry. A última catástrofe.- a história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro. FGV. 2016.

segundo esses critérios é, portanto, um período móvel que se desloca com o desaparecimento progressivo das testemunhas.⁵

De acordo com Marieta de Moraes, o interesse que a sociedade passou a demonstrar pela recuperação da memória coletiva e individual e pela valorização das biografias, assim como a demanda das empresas em registrar o depoimento de seus fundadores como meio de preservar sua memória, estimularam a ampliação o uso da história oral e, conseqüentemente, contribuiu para aumentar o interesse pela história recente.⁶

A urgência e a necessidade da história oral de se legitimar nos espaços acadêmicos, ressalta a autora, iriam forçar um investimento em trabalhos de caráter teórico e metodológico. Foi para atender a essa demanda que as discussões relativas à memória e à noção de história do tempo presente emergiram ligadas ao campo da história oral.⁷

Marieta de Moraes aponta a discussão dos projetos relativos ao “dever de memória” perante as vítimas da ditadura militar, e os grupos excluídos e discriminados de negros e indígenas como a grande virada que consolidou definitivamente o campo da história do presente no Brasil.⁸

A autora observa que ,como desdobramento do crescente interesse das sociedades contemporâneas pela história recente, os eventos traumáticos recentes se tornaram objetos prioritários de investigação e uma oportunidade ímpar de se repensar o passado. Nesse sentido, enumera Marieta de Moraes, o Holocausto, o Apartheid na África do Sul, o massacre na Bósnia, as ditaduras na América Latina são temas contemporâneos que têm recebido grande atenção, pois representam disputas pela memória e oferecem ao historiador do tempo presente a oportunidade de pensar sobre como as narrativas e os relatos orais estão sendo utilizados nos projetos testemunhais.⁹

Nesse sentido, podemos, seguindo a interpretação da autora, afirmar que há uma expressiva correlação entre a instituição da Comissão da Verdade para apurar os crimes políticos contra os direitos humanos no país e da Lei de Acesso à Informação ,que ocorreu uma explosão de estudos e pesquisas sobre essa temática,com a expansão da história do tempo presente, que nesse contexto está fortemente marcada pelo dever de memória, não só para com as vítimas do regime militar, mas especialmente para com as populações afro brasileiras e os

⁵FERREIRA, Marieta de Moraes. op cit ,p.88

⁶ Ibid p 89

⁷ Ibid.p.91

⁸ Ibid.p.93

⁹ Ibid.p.94

grupos e indígenas que sofreram sempre processos de exploração e discriminação ao longo da nossa história.¹⁰

Para concluir ,sobre o que impulsionou a consolidação desse campo da História no Brasil, Marieta de Moraes defende que, se a história oral no início dos anos 1990 foi o elemento de estímulo para a afirmação da história do tempo presente no Brasil, no século XXI foi por meio da história política e dos desafios trazidos pelos debates acerca da memória dos grupos excluídos que de fato ocorreu um crescimento exponencial dos trabalhos nesse campo.

Henry Rousso, observa que o historiador ao trabalhar com a História do Tempo Presente deve aprender com dois preconceitos opostos arraigados no senso comum.O primeiro afirma que nenhuma boa história é possível sem recuo, ou ainda que o historiador não pode entrar em cena senão quando todos os atores que ele estuda tiverem saído.Nessa concepção da profissão, o historiador observa um passado encerrado, uma história acabada, ele não age senão no tempo dos mortos, ainda que seja para os ressuscitar no papel. Ele possui sobre aqueles que o precederam a vantagem absoluta de pretender dizer a última palavra, graças a uma leitura que se quer objetiva, distante, fria, de fatos tornados “ históricos” porque seus efeitos teriam deixado de agir no presente.O segundo preconceito, destaca Rousso, acredita, em um movimento quase contrário, que a experiência prevalece sobre o conhecimento, que a narração histórica não poderá nunca substituir verdadeiramente o testemunho, que a pretensão à verdade dos profissionais do passado é uma ilusão cientificista. Somente aquele que fez parte pode contribuir, por primeiro, a fazer com sua própria voz um discurso autêntico sobre o passado próximo antes de abrir espaço àqueles que não terão dele senão os vestígios e, precisamente, os testemunhos.¹¹

Rousso destaca que a particularidade da história do tempo presente está em que ela se interessa por um presente que é o seu, em um contexto no qual o passado não está nem acabado, nem encerrado, em que o sujeito da sua narração é um “ainda-aí”. E isso apresentará alguns escolhas.

Matheus Pereira, ressalta que Paul Ricouer estabelece uma distinção, no passado recente, entre o tempo “inacabado” e o tempo “terminado”, destacando que o primeiro é cheio de previsões e antecipações para se compreender a história em curso e um aspecto prático desse

¹⁰ Ibid.p.97

¹¹ ROUSSO, Henry. A última catástrofe.- a história, o presente, o contemporâneo.Rio de Janeiro.FGV.2016.p15

tempo é a impossibilidade de se consultar livremente os arquivos os quais, muitas vezes, ainda estão em formação , já no segundo , pode-se perceber certa consolidação do evento.¹²

Como destaca Carlos Fico, a tensão entre a pragmática metodológica da História e a memória de eventos traumáticos apresentam-se como complexos problemas teóricos que têm acirrado o debate sobre a história do tempo presente , em sua versão do século XX, ainda que, evidentemente, não se relacione exclusivamente a ela. ¹³

Justus Hashagen dizia que embora houvesse o problema da perspectiva e do recuo, a modalidade deveria buscar afirmar-se cientificamente, distinguindo-se das avaliações meramente políticas ou ligeiras sobre os temas contemporâneos .(apud Fico 2010:69)

Ampliando e conferindo maior complexidade às discussões acerca das questões relacionadas às perspectivas temporais na História, François Hartog ressaltou que superada às pressas a crise financeira de 2008, prevaleceu e prevalece por toda parte uma extrema dificuldade para enxergar além.De acordo com ele , isso o ocorre porque:

Mais se reage do que se age. Razão do valor tranquilizador de uma fórmula como "a retomada" (retomar significa, de fato, repartir de onde se estava), diretamente ligada à nossa incapacidade coletiva de escapar ao que agora é usual chamar, na França, de "court-termisme", ou seja, a busca do ganho imediato, e que eu prefiro denominar "presentismo". O presente único: o da tirania do instante e da estagnação de um presente perpétuo.¹⁴

Ao responder a preferência do termo "regime de historicidade" em detrimento de "regime de temporalidade", Hartog explica que um regime de historicidade é apenas uma maneira de associar passado, presente e futuro ou de formar um misto das três categoriais, justamente como se falava, na teoria política grega, de constituição mista (misturando aristocracia, oligarquia e democracia, sendo dominante de fato um dos três componentes)

Hartog prossegue afirmando que seria inadequado se falar em regime de temporalidade , pois esse termo teria o inconveniente de convocar o padrão de um tempo exterior, como em Fernand Braudel, cujas diferentes durações se medem todas em relação a um tempo "exógeno", o tempo matemático, o da astronomia (que ele também chama de "tempo imperioso do mundo"). Nesse sentido, ele acha necessário definir o que é e o que não é o regime de historicidade. De acordo com sua definição,ele não é uma realidade dada. nem diretamente observável nem registrado nos almanaques dos contemporâneos; mas construído pelo

¹² PEREIRA. Matheus Henrique de Faria.A Máquina da Memória:o tempo presente entre a história e o jornalismo.São Paulo.EDUSC 2009 p.25

¹³ FICO, Carlos. "História que temos vivido". In: VARELLA, Flávia et al (orgs.). Tempo presente & usos do passado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012;p 69

¹⁴ HARTOG.François.Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo.Belo Horizonte: Autêntica, 2013.p.10-11

historiador. Assim, não deve ser incorporado às instâncias de outrora: um regime que venha suceder mecanicamente a outro, independentemente de onde venha.¹⁵

Hartog, ressalva, porém que este presente presentista não é uniforme e unívoco, sendo vivenciado de forma muito diferente de acordo com o lugar ocupado na sociedade. Nesse sentido, o presentismo pode, assim, ser um horizonte aberto ou fechado: aberto para cada vez mais aceleração e mobilidade, fechado para uma sobrevivência diária e um presente estagnante. A esta característica, deve-se ainda acrescentar outra dimensão de nosso presente: a do futuro percebido, não mais como promessa, mas como ameaça; sob a forma de catástrofes, de um tempo de catástrofes que nós mesmos provocamos,¹⁶

Ainda sobre a questão da historicidade, Henry Rousso destaca que a noção mesma de regime de historicidade teve o efeito, precisamente, de desconstruir a ideia de que existiria uma adequação entre o tempo biológico, o tempo social e o tempo cultural, contribuindo, de passagem, para enfatizar um pouco mais as ambivalências e as ambiguidades da palavra “contemporâneo”: um mesmo tempo não significa um mesmo espaço; uma mesma “época” não cobre um mesmo universo cultural; e a uma mesma época ladeiam - se estruturas, ideias, práticas que evoluíram de maneira diferente relativamente a um passado que deve ser analisado em uma evolução diferenciada.

Nesse sentido, conclui Rousso, nós somos contemporâneos de indivíduos ou de grupos que vivem ainda na “idade da pedra”, mas o fato mesmo de identificá-los como tais, e, portanto, de remetê-los a outro tempo por causa de suas diferenças, demonstra esta necessidade de distinção entre hoje e ontem que caracteriza a historicidade moderna. Se fazer a história do seu tempo estabelece, portanto, uma prática à primeira vista antiquíssima, a caracterização e a conceitualização de uma história explicitamente contemporânea, além da própria noção de contemporaneidade, se desenvolveram, em realidade, sobretudo nos séculos XIX e XX.¹⁷

De acordo com Antonio Elíbio, os conceitos de “passado”, “presente” e “futuro” expressam a relação que se estabelece entre uma série de mudanças e as experiências que uma pessoa tem dela. Ele destaca que a retomada da história política vai exercer, tanto intelectualmente, quanto cientificamente, um papel fundamental na consolidação da história do tempo presente. A repercussão dos acontecimentos políticos do final do século XX, tais como o fim da União Soviética e a queda do Muro de Berlim irão impactar os historiadores na sua

¹⁵ Ibid.p.13

¹⁶ Ibid.p.15

¹⁷ ROUSSO, Henry op cit p.36

tentativa de explicar o presente. Assim, para os historiadores do tempo presente, o surgimento de uma hipótese metodológica que considera que a História não apenas o estudo do passado, mas também do passado no presente, irá proporcionar ao campo uma nova área de investigação.¹⁸

Sobre a periodização da história do tempo presente, observa-se que uma distinção básica relaciona-se ao caráter convencional ou realista das propostas de periodização, ou seja, trata-se de apenas decidir que um dado período histórico passará a ser reconhecido por esse ou aquele nome, ou podemos distinguir um conjunto específico de características peculiares inerentes à época que nos interessa? Indaga, Carlos Fico. Nesse sentido, o autor ressalta que as propostas que estabeleceram marcos fundacionais (como a II Guerra Mundial), ou que delimitam o período pelo número de gerações que deve abarcar, situam-se na perspectiva convencionalista, ao passo que as definições baseadas específicas do século XX- como o caráter traumático do Holocausto ou a exacerbação do fenômeno da memória- inserem-se na perspectiva realista.¹⁹

Matheus Pereira lembra que, em 1972, o historiador Pierre Nora afirmou que a mídia tornou-se capaz, ao ocupar o espaço do “historiador positivista”, de controlar a produção dos eventos transformando-os em monstros. A economia midiática do presente não pararia, ressalta Matheus Pereira, de produzir e consumir o evento por meio da particularidade do seu olhar: no momento em que o acontecimento emerge, ele já é observado como histórico, como passado.²⁰

De acordo com Hartog, ao historiador foi solicitado, algumas vezes exigido, que respondesse às demandas múltiplas da história contemporânea ou muito contemporânea.²¹

Já Matheus Pereira ressalta que a necessidade da imprensa em julgar e explicar a informação levou à produção de uma história dita imediata.²²

Ainda sobre a relação entre a chamada História imediata e a imprensa como produtora de conteúdo e formadora de consenso, cabe citar Gilberto Calil:

Neste contexto, a História Imediata constitui-se como potencial contraponto à história imposta pela mídia, na medida em que permite tornar compreensível o emaranhado de informações que é despejado pela mídia, conferindo racionalidade histórica ao imprevisível e desnaturalizando o naturalizado. (...) Embora as decorrências políticas estejam presentes na interpretação histórica de qualquer processo, de qualquer período histórico, transparece de maneira mais evidente na História Imediata (...).²³

¹⁸ELÍBIO, Antonio Manoel e SANTOS, Rosenilson da Silva. “O nascimento de um novo campo de pesquisa; a história do tempo presente”. In: ELÍBIO, Antônio; SCHURSTER, Karl; ARAUJO, Rafael (orgs). Tempo presente: uma história em debate. Rio de Janeiro: autografia; Recife: EDUPE, 2019.p.20

¹⁹ FICO.Carlos.op.cit p.74

²⁰PEREIRA. Matheus Henrique de Faria.op.cit p.20

²¹HARTOG.François.op.cit.p.27

²²PEREIRA. Matheus Henrique de Faria.op.cit p.23

²³CALIL, Gilberto. “História imediata e marxismo.” Comunicação apresentada no Simpósio Nacional da ANPUH, Londrina. 2005.

Considerando que a imprensa se constitui num dos principais meios de construção de temporalidades na sociedade contemporânea, considerando ainda que cabe aos meios de comunicação produzir as versões da história com maior poder de circulação e de influência. Como o funcionamento do regime democrático depende da maneira como a difusão das informações é controlada, a atuação dos meios de comunicação assume um papel de destaque devido ao seu poder de, de acordo com seus interesses, conferir visibilidade/legitimidade à determinados assuntos e/ou grupos ao mesmo tempo que estigmatiza grupos e interdita pautas, constituindo-se em um importante ator político. Portanto, historicizar o discurso da imprensa torna-se tarefa fundamental para os historiadores do tempo presente. A questão do antipetismo no discurso da grande imprensa hoje se apresenta como tema privilegiado para o exercício de tal tarefa.

Breve histórico das Organizações Globo e sua participação na política.

João Braga Arêas destaca que O Globo, assim como outros veículos de comunicação, apresenta-se como “independente”, acima dos interesses sociais, observando-os de maneira neutra e objetiva. Abordaria o meio político e os conflitos sociais sem participar dos mesmos. Sem ligação com qualquer grupo social, a mídia se proporia apenas a explicar a realidade para o leitor.

Essa auto-imagem propalada pela mídia está presente em O Globo desde a sua fundação em 1925. Essa posição do jornal pode ser ilustrada por um cartaz que foi espalhado na cidade do Rio de Janeiro, anunciando o surgimento de um periódico que: “Brevemente, O Globo. Jornal da noite dirigido por Irineu Marinho. Ampla informação, absoluta independência e rigorosa imparcialidade.”²⁴

De acordo com Sérgio Mattos, O Globo surgiu como um veículo noticioso, em oposição ao jornalismo partidário praticado na época, tendo como objetivo maior ser o defensor das causas populares.²⁵

Ainda de acordo com Sérgio Mattos, o jornal era o carro chefe, mas o crescimento financeiro do grupo se deu por causa da edição de gibis, história em quadrinho norte-americanas e de empreendimentos imobiliários, durante as décadas de 1930 e 1940, o que lhe possibilitou

²⁴ ARÊAS, João Braga. As batalhas de O Globo (1989-2002): o neoliberalismo em questão. Niterói, 2012, p-35

²⁵ MATTOS, Sérgio. As organizações Globo na mídia impressa. In, BRITTOS, Valério Cruz e BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Rede Globo -40 anos de poder e hegemonia. São Paulo, Paulus, 2005, p-

comprar transmissores e inaugurar sua primeira emissora , A Rádio Globo do Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1944.²⁶

Ainda que buscasse passar a imagem de neutra a imparcial , O Globo não se eximiria de emitir suas próprias opiniões em determinados momentos.No entanto, informação e opinião estariam separadas em espaços distintos de O Globo.Assim , de acordo com José Roberto Marinho, o jornal não abdica de dar suas impressões sobre os fatos, mas estas teriam seu lugar reservado nos editoriais de O Globo.²⁷

Arêas observa que quando apresenta sua opinião, O Globo procura identificá-la, segundo seus próprios termos, como o ponto de vista da maioria da “sociedade” .Nesse sentido , a imprensa seria representante da “opinião pública”. Se, de um lado, a opinião pública é apresentada como a posição da maior parte das pessoas, de outro, costuma ser também identificada com a dos leitores de jornais- especialmente as classes médias- as quais não são a maioria dos brasileiros.²⁸

Considerando que O Globo apresenta seu público como a “opinião pública” , cabe aqui destacar qual seria o público leitor de O Globo.De acordo com dados do Instituto de Verificação de Circulação e da Associação Nacional de Jornais, em 2001, 74% dos leitores de O Globo pertenciam às chamadas “classes A e B” –percentual que passou para 80 % em 2009.Quanto à escolaridade dos leitores, 39% tinham nível superior e 36% ensino médio.Em 2009, 60% tinham superior completo.²⁹

No que se relaciona às regiões de maior circulação de O Globo no Rio de Janeiro, percebe-se que as vendas do jornal se concentram nas regiões de maior poder aquisitivo:49%(Zona Sul), 17% (Zona Norte), 5%(Baixada) e 2%(São Gonçalo).³⁰

Portanto, como demonstram os números acima, O Globo é fundamentalmente lido pelas classes médias, com elevado nível de escolaridade, além de diferentes frações das classes dominantes. O jornal tornou-se ainda mais voltado a esses públicos com o lançamento do Extra em 1998 pelas Organizações Globo, periódico destinado às classes trabalhadoras de regiões mais pobres ou de classe média baixa.

Porém , adverte Arêas, o fato de o público de O Globo ser constituído principalmente por pessoas de maior nível de instrução e poder aquisitivo, não significa que o jornal não tenha

²⁶ Ibid. p-269

²⁷ ARÊAS. op cit, p-36

²⁸ Ibid.p-37

²⁹ FERREIRA,Cristiane.A história do jornal O Globo .Monografia de final de curso em Comunicação Social.Universidade Federal Fluminense.2001 p 55-56.Apud. ARÊAS op cit

³⁰ Ibid

qualquer influência sobre as classes populares. As capas dos grandes periódicos ,como O Globo, chamam a atenção de amplos setores da população, o que pode ser verificado nas pequenas aglomerações formadas em frente as bancas dos grandes centros urbanos para ver a primeira página dos jornais.

Ao analisar atuação das Organizações Globo durante a ditadura civil-militar, Eduardo Granja Coutinho destaca que ao mesmo tempo em que criava as condições estruturais para o livre desenvolvimento de um poderoso sistema de radiodifusão, a ditadura favoreceu a formação de oligopólios e a desnacionalização dos meios de comunicação no Brasil.³¹

Conforme observa Coutinho, por mais truculentos que sejam os regimes autoritários, não foi apenas pela força, pela repressão e pela censura que a autocracia burguesa garantiu o novo padrão de acumulação dos monopólios, mas também pela persuasão, pela hegemonia, pela busca do consentimento ativo do dominado.

Como a legislação não permitia nenhuma participação de capital estrangeiro na área do rádio, do jornal ou da televisão, não são raros os casos de jornais, oficinas gráficas, editoras de livros, emissoras de rádio e estações de TV controlados indiretamente por grupos estrangeiros . Dentre eles, destaca-se, por sua amplitude e conseqüências para nossa vida cultural, o caso das ligações de O Globo com o consórcio norte-americano Time-Life Broadcast International Inc- grupo da linha mais reacionária do Partido Republicano.

Com o aval e a mediação de homens influentes da ditadura, a Time-Life fez um aporte financeiro de U\$\$6 milhões(até então , a maior televisão brasileira , a Tupi tinha um capital de U\$\$300 mil).Assim a Globo já nasceu vinte vezes maior do que sua principal concorrente.Com essa “contribuição” é evidente, observa Eduardo Granja, que a Globo ficava sob a influência dos norte-americanos.³²

Em abril de 1965, três anos após a assinatura do contrato, a Globo é inaugurada.No mesmo ano o acordo foi questionado por deputados federais.A CPI , criada em 1966, para investigar o acordo apresentou um parecer que , de maneira unânime, condenou o acordo.Porém , devido às ligações do Grupo Globo com pessoas influentes do regime militar, a emissora não sofreu qualquer tipo de punição.³³

Eduardo Granja ressalta que o apoio do grupo Time-Life permitiu a TV Globo explorar com antecedência a nova estrutura de telecomunicações implanta pela ditadura para o desfrute

³¹ COUTINHO.Eduardo Granja.Ecos do golpe no mundo da cultura.In FARIA.Fabiano Godinho e ARÊAS, João Braga (orgs).Globo 50 anos- A farsa também envelhece.Curitiba .Prismas 2015 p-31-32

³² Ibid.p-33

³³ Ibid p-34

dos monopólios. Devido a esse acordo com o grupo Time-Life , entre 1965 e 1969, a Globo- e com ela o grande capital monopolista internacional- passou a dominar o mercado audiovisual brasileiro.

Ao analisar a trajetória editorial de O Globo ao longo da história brasileira, Fernando Antônio Azevedo destaca que o jornal assumiu , nos momentos críticos, posições que justificam seu perfil político predominantemente conservador. Apoiou a Revolução de 1930, mas, logo em seguida, alinou-se ao Movimento Constitucionalista de 1932. Em 1935, condenou a Intentona Comunista e , em 1937, a tentativa de golpe dos Integralistas. Durante o Estado Novo, como toda a imprensa brasileira, o jornal circulou sob regime de censura. Na crise de 1954, que terminou com o suicídio de Vargas, o jornal se alinou com a oposição udenista liderada por Carlos Lacerda. No dia seguinte à morte de Vargas, tanto a sede do jornal quanto da emissora foram alvos dos ataques de manifestantes. Em 1955, O Globo, que tinha apoiado o adversário de Juscelino nas eleições do ano anterior, se posicionou contrariamente às duas tentativas de golpe contra a posse de JK. Porém, em 1961, após à renúncia de Jânio Quadros, apoiou os militares contrários à posse de Jango e depois fez oposição ao governo e às bandeiras das reformas de base. Durante toda vigência do regime militar O Globo o apoiou.³⁴

Após a redemocratização, prossegue, Fernando Antônio Azevedo, o jornal apoiou a agenda econômica liberal, assumida num primeiro momento por Collor e depois por Fernando Henrique Cardoso.

O poder da mídia nas sociedades contemporâneas.

Manuel Castells destaca a posição fundamental que a comunicação assume atualmente nas relações de poder, uma vez que a eficácia da dominação reside na capacidade de moldar a mente humana. Nas palavras do próprio autor:

A maneira como sentimos e pensamos determina a maneira como agimos, tanto individual como coletivamente. Sim a coerção e a capacidade de exercê-la, seja ela legítima ou não, são uma fonte essencial de poder. Mas a coerção por si só não consegue consolidar a dominação. A capacidade de construir o consentimento, ou pelo menos de instilar medo e resignação em relação à ordem existente, é essencial para fazer cumprir as regras que governam as instituições e as organizações da sociedade. E essas regras, em todas as sociedades, expressam as relações de poder arraigadas nas instituições como resultado dos processos de luta e de conciliação entre atores sociais conflitantes que se mobilizam em defesa de seus interesses sob a bandeira de seus valores. Além disso, o processo de institucionalização de normas e regras,

³⁴ AZEVEDO, Fernando Antônio. A grande imprensa e o PT. São Carlos .Edufscar 2017.p-82

bem como o desafio a essas normas e regras por atores que não se sentem adequadamente representados no funcionamento do sistema ocorrem simultaneamente em um movimento incansável de reprodução da sociedade e produção da mudança social. Se a batalha fundamental pela definição das normas da sociedade e a aplicação dessas normas no cotidiano gira em torno da mente humana, a comunicação é essencial para essa batalha. Pois é por meio da comunicação que a mente humana interage com seu ambiente social e cultural. Esse processo de comunicação opera segundo a estrutura, a cultura, a organização e a tecnologia de comunicação em uma sociedade determinada. O processo de comunicação definitivamente medeia a forma pela qual as relações de poder são construídas e desafiadas em todas as áreas da prática social, inclusive na prática política.³⁵

Heloisa Cruz e Maria Peixoto se opõem à visão dos que apresentam a história da imprensa e dos meios de comunicação como momento derivado e paralelo, quando não, meramente acessório da grande história política ou social de nosso tempo. Em contraposição à esse ponto de vista, defendem pensar a imprensa através de uma perspectiva que considera a imprensa como uma força ativa da história do capitalismo. Adotar tal perspectiva implica relacionar a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua. Nesse sentido, elas propõem, no estudo da imprensa, um movimento que nos leve da história dos meios de comunicação para o campo da história social.³⁶

Manuel Castells elege como o processo mais fundamental na sociedade o poder, que ele define como:

a capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outro(s) ator(es) social(is) de forma que favoreçam a vontade, os interesses e os valores do ator que detém o poder. O poder é exercido por meio de coerção (ou a possibilidade de coerção) e/ou pela construção de significado com base em discursos por meios dos quais os atores sociais orientam suas ações. As relações de poder são marcadas pela dominação que é o poder entranhado nas instituições da sociedade. A capacidade relacional do poder está condicionada, mas não determinada, pela capacidade estrutural de dominação. Instituições podem se envolver em relações de poder que dependem da dominação exercida sobre seus sujeitos. (CASTELLS, 2015, p. 57)

Nesse sentido, quanto maior for o papel desempenhado pela construção de significado em nome de interesses e valores específicos na afirmação de poder em uma relação, menor é a necessidade do recurso à violência. O exercício democrático do poder depende, em última instância, da capacidade institucional de transferir o significado gerado pela ação comunicativa

³⁵ CASTELLS, Manuel. O poder da comunicação. São Paulo. Paz e Terra, 2015. p21-22

³⁶ CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. "Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa". Projeto História (PUCSP), p-257

na coordenação funcional da ação organizada no Estado sob os princípios do consenso constitucional. Logo, ressalta Castells, o acesso constitucional à capacidade coercitiva e aos recursos comunicativos que permitem a coprodução de significado se complementam no estabelecimento de relações de poder.³⁷

A intensiva e seletiva cobertura da mídia acerca de assuntos relacionadas à corrupção concorre para estigmatização do PT como o “grande mal a ser combatido”. O caráter mobilizador do antipetismo não se restringiu ao partido e aos movimentos a ele associados, mas estendeu-se a todo espectro político progressista. Como as grandes corporações midiáticas concentram grande influência na circulação de informações, outras perspectivas são excluídas ou têm seu alcance bastante reduzido, apresentando um cenário quase impermeável ao dissenso.

Essa transcrição enviesada da realidade política empreendida pela mídia e apresentada à população como consensual é marcada pela ausência de contextualizações históricas e sociais dos fatos, por artimanhas discursivas e/ou por processos de espetacularização que visam a transformar processos de corrupção em dramas maniqueístas de ficção protagonizados por “heróis” e “bandidos”.

Os meios de comunicação têm, nas sociedades contemporâneas, uma função central na difusão de representações do mundo social. As sociedades constroem sua visão de mundo muito sob a influência do que é produzido e/ou é escolhido para ser propagado pela mídia. Assim, a posição reservada à mídia no cenário político brasileiro e seu papel na conformação de preferências políticas devem ser objetos de estudo, do modo a possibilitar a desconstrução de narrativas que reivindicam uma posição de neutralidade dos meios de comunicação nas questões que envolvem a política nacional.

Analisando o contexto no qual se deu a reemergência da direita brasileira, Luis Felipe Miguel destaca que apesar da postura moderada dos governos petistas, o combate ao comunismo voltou a ser evocado para combater o PT, o que suscitou “notável sobreposição entre anticomunismo e antipetismo.”³⁸

Ele atenta para o estratagema utilizado pela mídia de apresentar o voto como uma expressão moral, o que só encontra lastro na representação que a própria mídia imputa aos eleitores. Nesse sentido, acusações de incompetência, ignorância ou venalidade do eleitorado mais pobre, que se tornaram correntes após a reeleição de Lula, levaram à defesa aberta do

³⁷ Ibidem, p.59

³⁸ MIGUEL, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira. In. SOLANO, Esther. O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2018, p.21

desrespeito aos resultados eleitorais quando eles desafiavam “uma suposta racionalidade superior”. E as críticas pontuais aos programas sociais, que supostamente estimulariam a preguiça e desencorajariam o esforço próprio, se fortaleceram com um discurso meritocrático que concebia a desigualdade como a retribuição justa às diferenças entre os indivíduos.³⁹

Cria-se , então, uma vinculação importante entre a percepção da corrupção petista e o preconceito de classe. De 2006 em diante, após cada eleição presidencial, a mídia recorre à “especialistas” que , analisando os mapas de votação ,deduzem que a vantagem eleitoral do PT provinha das regiões mais pobres do país, em particular do Nordeste. Isso seria uma indicação de que o eleitorado pobre era desinformado ou, pior, carente de ética, disposto a votar em “ladrões” desde que eles lhe oferecessem ganhos, como os programas de garantia de renda.⁴⁰

Assim, o sentido do voto é o sentido conferido a ele de acordo com visões baseadas nos interesses dos grupos que controlam a produção e circulação de discursos e representações.

Bibliografia

- ABRAMO, Perseu. “Significado político da manipulação na grande imprensa”. In: Padrões de manipulação na grande imprensa. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. A grande imprensa e o PT. São Carlos .Edufscar 2017.
- BRITTOS, Valério Cruz e BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Rede Globo -40 anos de poder e hegemonia. São Paulo, Paulus, 2005.
- BUCCI, Eugênio. Sobre ética e imprensa. São Paulo, Cia das Letras, 2000.
- CALLIL, Gilberto. “História imediata e marxismo.” Comunicação apresentada no Simpósio Nacional da ANPUH, Londrina. 2005.
- CASTELLS, Manuel. O poder da comunicação. São Paulo. Paz e Terra, 2015.
- CHARAUDEAU, Patrick. Discurso Político. São Paulo: Contexto. 2015.
- CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. A manipulação do público. Política e poder econômico no uso da mídia. São Paulo, Futura. 2003.
- CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosario da Cunha. "Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa". Projeto História (PUCSP
- ELÍBIO, Antonio Manoel e SANTOS, Rosenilson da Silva. “O nascimento de um novo campo de pesquisa; a história do tempo presente”. In: ELÍBIO, Antônio; SCHURSTER, Karl; ARAUJO, Rafael (orgs). Tempo presente: uma história em debate. Rio de Janeiro: autografia; Recife: EDUPE,
- FARIA, Fabiano Godinho e ARÊAS, João Braga (orgs). Globo 50 anos- A farsa também envelhece. Curitiba .Prismas 2015.
- FERREIRA, Ruberval. Guerra na língua: -mídia, poder e terrorismo. Ceará. Eduece. 2005.
- FERREIRA, Cristiane. A história do jornal O Globo .Monografia de final de curso em Comunicação Social. Universidade Federal Fluminense. 2001.

³⁹Ibidem,p,23

⁴⁰Ibidem,p,25

- FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018
- GOMES, Wilson. Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo. Paulus. 2004.
- LIMA, Venício A. de. "Sete teses sobre mídia e política no Brasil". REVISTA USP, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio 200.
- MATOS, Carolina. Jornalismo e Política Democrática no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- MIGUEL, Luis Felipe. O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo. Expressão Popular, 2019.
- MORAES, Dênis. Planeta mídia. Tendências da comunicação na era global. Campo Grande, Letra Livre. 1998.
- _____. (org.). Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro, Record. 2003.
- _____. (org.). Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da comunicação. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. (org.). Crítica da mídia e hegemonia cultural. Rio de Janeiro, Mauad X Faperj, 2016.
- _____. (org.) Poder midiático e disputas ideológicas, Rio de Janeiro, Consequência, 2019.
- RANCIÈRE, Jaques. Momentos políticos. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.
- SILVA, Carla Luciana Souza da. Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002). Tese de Doutorado. Niterói UFF. 2005.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, Graal. 1977.
- SOLANO, Esther. O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2018.
- SOUZA, Jessé. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro. Leya, 2016.
- _____. A elite do atraso- da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro, 2017.

O alvorecer da Vanguarda Russa e os movimentos precursores do Realismo Socialista

Felipe Santana Gonçalves¹
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Ana Carolina Huguenin Pereira
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto propõe uma análise dos movimentos que precederam o Realismo Socialista na União Soviética. A passagem do século XIX para o século XX, produziu uma série de correntes artísticas espalhadas pelo mundo que receberam a alcunha de “vanguardas”. Caracterizados pela radicalização e inovação no campo das artes, esses grupos almejavam à concepção de uma arte livre e inovadora em contraposição a de outrora compreendida como retrógrada e obsoleta. As vanguardas russas, especialmente o cubofuturismo, o futurismo russo, o suprematismo e o construtivismo contribuíram imensamente para o avanço do campo artístico na Rússia. A consolidação dos bolcheviques no poder após a vitória na Revolução Russa, juntamente com a criação de grupos governamentais como *Proletkult* (uma abreviação para *proletarskaya kultura*, cultura proletária) e *AKRR* (*Associação de Artistas da Rússia Revolucionária*) fez com que as vanguardas fossem perseguidas. Uma estética mais palatável à população, com temas relevantes socialmente, longe das abstrações e experimentalismos, em prol dos interesses do Partido, orientou a política governamental soviética a partir de década de 1920. Taxada como arte burguesa pelo governo stalinista, os artistas de vanguarda foram condenados ao ostracismo ou obrigados a se readaptar em torno de uma nova corrente intitulada Realismo Socialista. Esse trabalho busca elucidar o período histórico que abrange desde a herança cultural tsarista e surgimento das citadas vanguardas russas até o surgimento dos grupos que dariam diretrizes, forma e conteúdo ao Realismo Socialista.

1.1 - O Alvorecer das vanguardas russas

Embora não seja correto afirmar que a arte moderna na Rússia nasceu com as vanguardas, é lícito dizer que o movimento foi primordial para o avanço do campo cultural no país. Desenvolvidas entre fins do século XIX e o surgimento da União Soviética, as artes de

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, sob orientação da Dr.^a Ana Carolina Huguenin Pereira.

vanguarda tiveram grande importância, repercussão e impacto. Entre elas, o cubofuturismo, o futurismo russo, o suprematismo e o construtivismo.

Por volta da década de 1860 surgiram grupos como o da Sociedade pelo Encorajamento da Arte, o Mundo da Arte, e a União de Artistas Russos, que tinham como premissa a organização de artistas na Rússia imperial. Por volta de 1870 apareceram núcleos que romperam com a postura acadêmica e conservadora da Academia de São Petersburgo: fundou-se a Exposições Itinerantes de Arte, que se cristalizou como a primeira rivalidade séria à Academia de Artes². O grupo, que também ficara conhecido como “Os Itinerantes”, era oriundo de uma dissidência de pintores da própria São Petersburgo.

Entre o final do século XIX e começo do século XX, em várias partes do mundo surgiram movimentos artísticos nomeados, posteriormente, de vanguardas, que se caracterizam pela radicalização e inovação no campo das artes. Embora originárias da arte moderna, as vanguardas seriam o seu movimento mais radical. O próprio termo pressupõe distanciar-se do passado, compreendido como obsoleto e retrógrado, e encontrar-se na linha de frente das artes do futuro, que deveriam ser inovadoras, livres e acessíveis.³

As primeiras pinturas cubistas que surgiram na França, em 1908, e a apresentação do Manifesto Futurista na Itália, em 1909, foram acompanhadas de perto pelos russos, por meio de reproduções de pinturas veiculadas em revistas especializadas, pelo intercâmbio de obras realizado pelos colecionadores de arte de Moscou, ou ainda pelas viagens frequentes pelo continente realizadas pelos artistas. O primeiro salão moscovita de pintura moderna também foi inaugurado em 1911.⁴

Os artistas russos já haviam absorvido, de maneira rápida, os novos movimentos da Europa ocidental, e nomes como Picasso e Matisse eram conhecidos nos círculos artísticos de Moscou. Graças a alguns colecionadores, a pintura de ambos já era conhecida na Rússia antes de 1914; as revistas de arte publicavam artigos e reproduções de obras; Marinetti, fundador do futurismo na Itália, percorreu o país realizando palestras que alcançaram grande repercussão.⁵

Cavaliere aponta que na última década do século XIX o ocidente vivera a ascensão do simbolismo e do decadentismo, cujo reverberar em solo russo produziu, no campo da poética e do pensamento filosófico, proposições e experiências estéticas de impacto decisivo na cultura

² BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. *A arte dos regimes totalitários da Alemanha e Rússia*. Editora Fapesp, São Paulo, 2008, p.70-71.

³ DUNAEVA, Cristina. *Anarquismo e arte na Rússia revolucionária: a atuação de artistas da vanguarda*. XXIX Simpósio Nacional de História, 2018, p.1.

⁴ *Ibid.*, p.70.

⁵ *Ibid.*, p.72

rusa. As especificidades artístico-literárias disso decorrentes desempenham um papel determinante para o surgimento de tendências e correntes estéticas que conformariam, um pouco depois, um amplo movimento que se convencionou chamar de Vanguardas Russas.⁶

Como vimos anteriormente, o início do século XX trouxera imensa agitação política contra o absolutismo tsarista. A inquietação nos campos social e político também se manifestou no campo artístico. Segundo Arlete Cavaliéri:

A revolução de 1905 marcaria o primeiro passo de uma efervescência geral, que se faria recrudescer na década posterior. No campo artístico e cultural, há uma agitação em grande parte oriunda da juventude intelectualizada, que produzirá os seus frutos em praticamente todos os ramos da criação artística. Esses jovens artistas manifestam uma tendência acentuada em direção a novos procedimentos estéticos e ao descontentamento em relação à linguagem convencional e passadista. Essa revolta vem acompanhada, ao mesmo tempo, da exigência de um retorno às origens, às fontes primeiras da cultura russa, e da negação de valores considerados ultrapassados.⁷

Era palpável o anseio por mudanças na Rússia do século XX. As expressões artísticas que não eram ligadas necessária ou majoritariamente a alguma corrente ideológica, e por vezes enveredaram para valores e influências revolucionárias – por exemplo, anarquistas. Cristina Dunaeva aponta que a precária condição socioeconômica de alguns artistas de vanguarda, muitas das vezes, os levou ao autodidatismo e à criação de grupos auto-organizados:

Ainda que distantes de um vínculo partidário específico, muitos dos artistas de vanguarda envolveram-se com o que Lênin chamou *ensaio geral*, em 1905. Eles participavam de greves e manifestações contra o Tsar e aproximavam-se de grupos de esquerda vinculados ao anarquismo. A contestação dos artistas fundamentava-se na crítica ao contexto político-social e também ao mundo das artes, visto como retrógrado, excludente, elitista e conservador. A linguagem oficial das formas estéticas consagradas era percebida pelos artistas de vanguarda como ligadas, sobretudo, ao sistema imperial, e compreendidas como contrárias ao modernismo europeu.

Se Nina Gurianova chama a primeira fase da vanguarda artística na Rússia (anterior a 1917) de ontologicamente anárquica⁸, Dunaeva vai mais além ao afirmar categoricamente que os artistas da vanguarda russa, quando não totalmente influenciados pelo anarquismo, o estavam reproduzindo involuntariamente. A autora baseia-se em duas premissas principais. A saber;

⁶ CAVALIERI, Arlete. *Vanguardas russas: a arte revolucionária*. Revista USP: V.8 N.10, 2017: Dossiê 100 anos da revolução russa, p.20

⁷ Ibid., p.20

⁸ GURIANOVA, Nina. *The Aesthetics of Anarchy. Art and Ideology in the Early Russian Avant-Garde*. Berkeley: University of California Press, c. 2012, p.36

Lembremos da famosa expressão de Mikhail Bakúnin, anarquista russo, sobre a força criativa da destruição. Vanguardas adotam esta máxima e, como podemos observar, passam continuamente a destruírem o academicismo, as formas estéticas renascentistas e pós-renascentistas, academicistas; depois passam a destruir ou desconstruir, desmontar as novíssimas descobertas plásticas do modernismo europeu: cubismo, futurismo, expressionismo, criando, a partir desta destruição total, novas formas de expressão pictórica, como cubofuturismo e suprematismo.⁹

E finalmente:

Segundo artistas de vanguarda que, a partir do início da década de 1910 passam a realizar pinturas abstratas, como Kandínski, Maliévitch, Larionov, - a abstração é a não figuração, a não representação do mundo objetual, do mundo de objetos. Maliévitch nomeia seus quadros abstratos, a partir de 1915, de arte sem-objeto, alegando a desnecessidade de repetição, em tela, das formas visíveis; e a urgência de uma criação livre a partir dos meios pictóricos, como cor, forma e movimento. Outro momento que aproxima o anarquismo aos ideais das vanguardas artísticas é a ideia de criação livre, da arte livre que não deve ser contaminada por nenhuma influência do antigo, do passado. Liberdade é o lema das vanguardas.¹⁰

A vanguarda russa foi profundamente marcada pela busca por estruturas básicas de organização visual, pela reinvenção da narrativa e das relações entre o espaço e o tempo. Formada por nomes tais como o de Malevitch, Tatlin, Lissitzky, Rodchenko, Maiakovski – que organizou a LEF (Frente Esquerdista das Artes) – artistas que trabalharam contra os métodos da arte do passado, procurando construir uma nova realidade para a arte.¹¹

Junto às experimentações, os artistas das vanguardas passaram a se organizar política e economicamente, buscando meios de produção e exposição de seus trabalhos. As formas de organização de artistas variaram bastante entre 1905 e 1917. Uma das organizações mais interessantes e atuantes, entre 1909 e 1914, foi a União da Juventude. Olga Rózanova, jovem artista, redigiu o estatuto deste órgão, bastante diferente dos documentos programáticos das outras organizações de artistas, que incluía a adesão livre de artistas à União, o uso coletivo de ateliê e de meios de pintura.¹²

Rózanova foi uma artista inteiramente ligada ao suprematismo e à fundação do cubofuturismo, sendo uma das mulheres mais atuantes no campo artístico, na Rússia, nas primeiras duas décadas do século XX. Nas suas obras a pintora explorava incansavelmente a cor, com a qual a própria dizia ter uma relação amorosa, e abandonava por completo o figurativismo, motivando um novo e interminável exercício de compreensão, por parte de seu público. Explorava igualmente a assimetria das formas, não tendo qualquer limitação geométrica, sendo esse um dos pressupostos da sua proximidade com o cubofuturismo. Junto a

⁹ DUNAEVA, Cristina. op.cit., p.3

¹⁰ Ibid., p.4

¹¹ BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. op.cit., p.72

¹² DUNAEVA, Cristina. op.cit., p.3

Alkesi Krutchiônkykh - um dos poetas transmentais mais destacados - publicou vários livros, e propunha que fronteiras entre o desenho/pintura e escrita fossem dissolvidas. Foi, também, uma das artistas mais atuantes da Federação de Esquerda do sindicato dos artistas, partilhando ideais anarquistas divulgadas no jornal “A Anarquia”.

É possível afirmar que o cubismo - movimento artístico que surgiu no século XX, nas artes plásticas, tendo como principais fundadores Pablo Picasso e Georges Braque e a posteriori expandindo-se para literatura e poesia - teve fundamental importância para o desenvolvimento da estética do futurismo russo.

O futurismo russo foi desdobramento de uma trilha da arte moderna surgida na Rússia sob o impulso do grupo *Mir Iskustva* (O mundo da arte), que passou a veicular, no início do século XX, por meio de uma revista de mesmo nome, dirigida por Serguéi Diáguilev, as novas tendências artísticas europeias, como o impressionismo, o cubismo francês e ainda o expressionismo alemão. A proposta do grupo era, sobretudo, promover uma verdadeira cruzada contra uma estética pragmática, materialista ou de intenção social, que, segundo seu ideário, prestava mais atenção às mensagens sociais do que à cor e à composição da obra artística.¹³

Segundo Pomorska o futurismo russo descartou o misticismo filosófico de seus antecessores e em seu lugar propôs uma abordagem poética poderosamente técnica.¹⁴ A maior parte dos futuristas russos (Vielímir Khlébnikov, David e Nikolai Burlíuk, Vassíli Kamiênski, Elena Guro, Vladímir Maiakóvski, Aleksei Krutchônikh) esteve ligada à pintura e por isso, a ala mais representativa do movimento recebeu a alcunha de cubofuturistas.

Embora majoritariamente vinculados à pintura, o campo literário também foi espaço importante de atuação dos futuristas russos. Eles começaram por uma revolução da forma, declarando que em literatura a forma - é um tema e um alvo de desenvolvimento. Em seus primeiros manifestos já falavam das operações da palavra e do valor da palavra e assim se propuseram a discutir todos os elementos do verso, desde o nível sonoro aos problemas de rima e ritmo.¹⁵

É extremamente difícil desenhar um quadro completo e preciso de todo o movimento futurista russo, especialmente entre os anos de 1910 e 1914, tal o ritmo frenético de suas atividades: os grupos se formam e reformam-se, se dividem e agrupam-se, polemizam uns com

¹³ CAVALIERI, Arlete. op.cit., p-21

¹⁴ POMORSKA, K. *Formalismo e Futurismo*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p.87.

¹⁵ Ibid., p.73-74

os outros, reaparecem em outras cidades, sempre prontos a novas experiências, as mais inesperadas e inusitadas.¹⁶

Originado na Rússia, por volta de 1915, e tendo como uma de suas principais características a composição com formas geométricas elementares (quadrado e círculo), o suprematismo deu o pontapé inicial para a pintura abstrata do modernismo. Os suprematistas mantinham-se longe de temas convencionais na pintura como paisagens ou natureza-morta. Seus principais interesses eram as figuras geométricas, o movimento espacial, à abstração e as composições monocromáticas. Tratava-se sobre romper com qualquer ideia de imitação do mundo real no que se referia a formas ou cores como fizeram os cubistas e os impressionistas, respectivamente.

Os suprematistas proclamavam uma aceitação total do mundo contemporâneo, da máquina e dos objetos produzidos em massa. O sonho alimentado pelos artistas por um mundo ideal baseado na funcionalidade absoluta da tecnologia e na eficiência dos materiais industriais fez com que o movimento conquistasse por algum tempo a aprovação de Leon Trotsky e de certos setores do Partido Bolchevique, quando estes já governavam a Rússia.

No campo das artes plásticas, as correntes russas da pintura de vanguarda, opondo-se a seus predecessores realista-positivistas e contrárias também aos simbolistas, por eles considerados apocalípticos e místicos, vão buscar em sua pesquisa formal uma inspiração criativa em sintonia com os aspectos da nova civilização urbana. A pulverização do velho mundo, em sua visão, reclamaria ao artista outras soluções e uma nova visão do real. Assim, o lema “arte da nossa época”, como complemento do desenvolvimento técnico e do ritmo da civilização moderna, será um tema generalizado no programa futurista (não apenas no movimento russo), que se bifurcará mais tarde em outros caminhos da arte moderna, como, por exemplo, o construtivismo, vigente na Rússia alguns anos depois da revolução de 1917.¹⁷

Atropelados pela Primeira Guerra Mundial e engajados na revolução em seu próprio país, artistas de vanguarda russos, em 1917, adotariam a ideia de que a arte construtiva deveria encarnar o movimento e a intensidade da vida urbana. Para esses artistas e intelectuais ligados às vanguardas, o construtivismo, independentemente de suas subcategorias estéticas (produtivismo, realismo, concretismo ou suprematismo), representaria o meio onde o artista está imerso, com seus fios, cabos, máquinas, planos e contraplanos da cidade e da indústria.

¹⁶ CAVALIERI, Arlete. op.cit., p-26

¹⁷ Ibid., p.23

Em 1920, a partir da contribuição dos irmãos e escultores Antoine e Naum Pevsner, foi publicado o chamado Manifesto Realista, no qual declaravam a importância dos valores espaciais e de movimento na escultura, em contraposição à imobilidade, tão tradicional nesta arte. Neste documento encontra-se a proposta artística da dupla: construir uma realidade essencialmente revolucionária. A tarefa do artista, de acordo com o manifesto, está próxima àquela do engenheiro: produzir objetos utilitários, racionais e eficazes, explorando os materiais da civilização moderna industrial, criando assim obras que expressassem o aspecto dinâmico da vida cotidiana.¹⁸

O Manifesto Realista é fundamental para a compreensão acerca da estética do construtivismo russo no campo das artes. Um trecho dele diz:

Proclamamos hoje a vocês, artistas, pintores, escultores, músicos, atores, poetas... a vocês, para quem a Arte não é simples motivo de conversa, mas a fonte da verdadeira exaltação, nossa palavra e nosso ato. O impasse a que chegou a Arte nos últimos vinte anos deve cessar. (...) Estados, sistemas políticos e econômicos perecem, as ideias desmoronam sob a tensão das eras..., mas a vida é forte e cresce, e o tempo passa, em sua continuidade real. (...) A realização de nossas percepções do mundo, nas formas do espaço e do tempo, é o único objetivo de nossa arte pictórica e plástica. Nelas não medimos nossas obras com o metro da beleza, nem as pesamos em quilos de ternura e sentimentos. Com o prumo em nossa mão, olhos tão precisos quanto uma régua, num espírito tão certo quanto um compasso... construímos nossa obra como o universo constrói a dele, como o engenheiro constrói as suas pontes, como o matemático as suas fórmulas das órbitas. Sabemos que tudo tem a sua própria imagem essencial; cadeira, mesa, lâmpada, telefone, livro, casa, homem... são, todos, mundos completos, com seus ritmos próprios, suas órbitas próprias. É por isso que nós, ao criarmos coisas, arrancamos delas os rótulos de seus donos... tudo é acidental e local, deixando apenas a realidade do ritmo constante das forças que nelas existem.¹⁹

Dentre inúmeros artistas construtivistas podemos destacar Alexander Rodchenko, responsável por editar, juntamente com Vladimir Maiakovski, a revista LEF (Frente Esquerdistas das Artes). Rodchenko criou um estúdio onde propunha-se a produzir todo tipo de obras visuais e de propaganda, produzindo também muitas fotomontagens e obras que hoje são consideradas pelos estudiosos como clássicos do construtivismo.

A vanguarda construtivista procurou afirmar-se também como partícipe do desenvolvimento das forças produtivas na Rússia. A junção entre artes e tecnologia foi um traço marcante do movimento que precedeu o realismo socialista. Nos dizeres de Bortolucce:

Os construtivistas acreditavam que estavam criando armas para uma arte verdadeiramente revolucionária. Acreditavam na capacidade infinita e transformadora da ciência e das máquinas na elaboração de uma nova arte. Para estes artistas, as obras bidimensionais e não-ilusionistas, 85 geométricas e produzidas por processos mecânicos eram mais realistas em si mesmas e em relação à sociedade moderna que o ilusionismo acadêmico dominante na arte. Esse novo conceito de realidade na arte,

¹⁸ BORTOLUCCE, Vanessa Beatriz. op.cit., p.84

¹⁹ CHIPP, Herschel B. (Org). *Teorias da Arte Moderna*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.329-333

defendido pelos suprematistas e construtivistas na Rússia pós-revolucionária, terminou por ser repudiado pelas autoridades políticas a partir de 1922.²⁰

Bortulucce aponta ainda que os eventos oriundos do processo revolucionário russo influenciaram de maneira ímpar a área cultural nessas primeiras décadas do século XX. A arte testemunharia o pleno desenvolvimento de uma vanguarda envolvida com os problemas sociais de seu tempo, responsável pela produção de obras inovadoras em vários setores da cultura. Não tardaria para que toda esta nova arte fosse questionada e colocada sob suspeita por líderes da revolução que defendiam que a produção estética fosse um instrumento de divulgação e legitimação das ideias políticas bolcheviques.²¹

Zerwes salienta que desde o primeiro momento após a vitória dos bolcheviques, deu-se muita atenção às artes. Nos primeiros 11 meses, Lênin promulgou mais de 200 decretos em relação à arte e escolheu Anatóli Lunatchárski para assumir o cargo comissário de assuntos artísticos.²²

Nascido em 1875, Anatoli Lunatchárski Voinov foi dramaturgo, militante comunista desde a juventude e membro histórico do Partido Social-Democrata Russo. Preso quando ainda participava do movimento estudantil, acabou sendo deportado em 1898. Mesmo fora da Rússia, foi peça importante para órgãos centrais dos Bolcheviques. No final de 1905, já em solo russo, participou ativamente do jornal bolchevique *Nóvaia Jizn*. Bárbara Buril afirma que:

Lunatchárski, que tinha um conhecimento muito amplo sobre arte, transitava pelos artistas e estimulava, através de políticas públicas articuladas, o florescimento da arte moderna na União Soviética. Incentivou a formação de grupos de artistas semi-independentes, como o Proletkult (em português, “cultura proletária”), que incentivava a produção de uma literatura de cunho social e político acessível ao povo, projetando artistas como Mikhail Gerasimov e Vladimir Maiakóvski. A política do Comissariado Popular de Instrução, gerenciado por Lunachárski, era que a arte deveria se basear nos valores do povo e servir ao crescimento espiritual deste.²³

A construção do “Novo Homem Soviético” passava por um conjunto de propaganda que tinha a arte como força motriz. Neste sentido, Buril aponta que:

Um complexo de propaganda lançado pelo Comissariado Popular de Instrução buscava – através da escultura, arquitetura, pintura, artes gráficas, porcelana, móveis, entre outras linguagens – realizar uma extensa propaganda artístico-comunista, recorrendo a temas como símbolos do comunismo, desfiles, fábricas, camponeses trabalhando na lavoura, carroças e danças.²⁴

²⁰ BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. op.cit., p.84-85

²¹ BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. op.cit., p.90

²² ZERWES, Erika. *A fotografia eloquente: arte política em Rodchenko*. Revista História Social, nº13, 2007, p.43

²³ BURIL, Bárbara. op.cit., p.29

²⁴ BURIL, Bárbara. op.cit., p.30

Neste primeiro momento do processo revolucionário é tangível a receptividade dos bolcheviques e uma maior liberdade artística aos artistas de vanguarda, respaldada principalmente por Lunatchárski. Além de chefe da política artística do bolchevismo, o comissário era, conforme referido, conhecedor das principais vanguardas do modernismo europeu – impressionismo, cubismo, futurismo, entre outras – e famoso pelo seu pensamento eclético e favorável à liberdade de criação.

Bortulucce afirma que a postura de Lunatchárski contrastava com aquela de Lênin, marcadamente conservadora, que não simpatizava com as vanguardas. A defesa feita das correntes artísticas modernas por Lunatchárski permitiu aos membros da vanguarda russa – artistas em geral ligados ao construtivismo e suprematismo – desenvolver um papel importante na primeira fase da revolução.²⁵

Ainda que divergências dentro das vanguardas fossem comuns, a vitória dos bolcheviques, foi majoritariamente bem aceita pelos artistas. Todavia, artistas anarquistas foram sistematicamente perseguidos. Dunaeva traça uma breve síntese dos acontecimentos que precederam e sucederam a vitória dos revolucionários e do posicionamento dos artistas anarquistas das vanguardas russas. Inicialmente o governo provisório nomeou Aleksandr Benois como Ministro das Artes, provocando insatisfação e revolta de muitos artistas, principalmente dos vanguardistas, já que estes foram, durante anos, alvos das críticas devastadoras de Benois. Posteriormente reuniram-se quase dois mil artistas defendendo a criação da nova União de Artistas sob os preceitos de descentralização e negação da tutela do Estado, exigindo total autonomia.²⁶

Gurianova salienta que em novembro de 1917 foi criada a União Profissional de Artistas, em Moscou, cujo modelo estrutural inspirado pelo anarquismo era um exemplo do sindicalismo revolucionário. Existia consenso entre os artistas que compunham a União, de que a federação era a única forma viável de auto-organização, lembrando na sua forma, uma espécie de anarcossindicalismo. Nesse sentido, a autora aponta um modelo de organização social que reverberava os soviets.²⁷

Dunaeva salienta ainda que a União Profissional de Artistas lutava por autonomia, independência de quaisquer partidos ou estruturas políticas de poder. Os artistas em Moscou organizam-se a partir de uma forma anarquista de organização sindical, dando ênfase à

²⁵ BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. op.cit., p.74-75

²⁶ DUNAEVA, Cristina. op.cit., p.14

²⁷ GURIANOVA, Nina. op.cit., p.235

transparência de todas as decisões e ações, à independência das minorias em relação à maioria, à autonomia das facções locais e regionais, permitindo a coexistência de várias posições ideológicas dentro de uma mesma organização dedicada à liberdade de cada membro.²⁸

Fugindo da centralização estatal, artistas jovens de vanguarda passam a publicar seus textos teóricos e críticas de arte no jornal *A Anarquia*, à época, principal jornal anarquista em Moscou. A partir de junho de 1918, os anarquistas passaram a ser perseguidos pelos bolcheviques. O governo anunciou a medida legal que possibilitava a execução sumária de seus divergentes políticos e criou a Tcheká. Anarquistas opuseram-se veemente e realizaram ampla campanha de denúncia. O governo declarou, então, a ilegalidade das organizações anarquistas lançando-as na clandestinidade.²⁹

Os artistas anarquistas da vanguarda criticavam ambas as estruturas existentes, naquele momento, no campo organizacional profissional de artistas: a União de Artistas e a Seção Bolchevique do Comissariado Popular. As críticas à primeira destas organizações redigiam-se ao seu caráter burguês; à segunda à dependência do Estado. O Estado equiparava-se ao mecenato burguês, pois, sendo subjogado por estas instituições, a liberdade artística cessava de existir. Para Dunaeva o Estado ditaria políticas para as artes da mesma forma que os mecenas encomendavam obras a partir de seu gosto particular. Em ambos os casos, a autonomia de criação artística e dos artistas como classe profissional seria inexistente.³⁰

1.2 - PROLETKULT e AKRR: precursores do Realismo Socialista

Bortulucce aponta que após a revolução de outubro de 1917, o Estado criou os chamados Svomas - ateliês livres destinados ao ensino de todas as correntes artísticas, abertos a todos os cidadãos russos acima de dez anos de idade, gratuitos, e conduzidos sem a obrigatoriedade de professores - na época também foram organizadas grandes exposições de artistas de todas as tendências.³¹

Em 1918, Lênin organizou juntamente com Lunatchárski uma série de medidas para a área cultural. A mais relevante delas foi o fim da Academia de Belas Artes, organização com ares estatais vinculados ao tsarismo, para fundar o Departamento de Artes - integrado ao também recém-criado Comissariado Popular para a Educação - no qual muitos artistas de vanguarda estiveram envolvidos, desenvolvendo atividades institucionais. Na esteira dessas

²⁸ DUNAIEVA, Cristina. op.cit., p.4

²⁹ Ibid., p.5

³⁰ Ibid., p.6

³¹ BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. op.cit., p.75

criações, o líder revolucionário também encomendou a produção de diversos monumentos propagandistas destinados a substituir as velhas imagens de príncipes, generais, tsares, por imagens de figuras proeminentes da tradição socialista, movido pela convicção de que esta nova estética pudesse ser verdadeiramente “realista”. Para Bortulucce esse primeiro projeto acabou falhando pois:

Muitos dos artistas envolvidos haviam sido afetados pelas ideias da vanguarda e produziram imagens “distorcidas” (abstratas) que foram consideradas ofensivas – os materiais baratos de algumas peças, como o gesso, por exemplo, numa clara referência ao polimaterismo das vanguardas, não seriam capazes, segundo alguns, de resistir à ação do tempo.³²

Sem dúvida, outra importante medida tomada pelo novo governo foi a criação da *Proletkult* (uma abreviação para *proletarskaya kultura*, cultura proletária) - um dos evidentes antecessores do Realismo Socialista. Criada ainda em 1917, a organização estabeleceu que a arte proletária deveria ser realizada tão somente pelos próprios proletários. A arte do passado seria, em última instância, de pouco significado para a pujante Rússia revolucionária, pois suas origens estariam intrinsecamente ligadas à burguesia. Sob esse prisma, seria uma missão histórica do proletariado russo destruir essa velha cultura e criar uma nova. Segundo Vanessa Bortulucce:

A criação da Proletcult possuía uma relação direta com a grande discussão vigente dentro do campo das artes, que procurava definir o que, em termos culturais, poderia ser considerado moderno o suficiente para a construção do Socialismo. Os artistas modernos, e os russos em particular, pensavam na arte como algo que estaria desde sempre no centro da vida social, e que, enquanto instrumento privilegiado de construção da linguagem, ela poderia ser elemento estrutural na constituição e transformação dessa mesma sociedade. Este debate é complexo e confuso na maior parte das vezes, pois muitas ideias existentes no período são imprecisas. Por exemplo, existia uma forte polaridade mantida pelos teóricos ocidentais do movimento moderno na arte: enquanto elogiavam a vanguarda, criticavam a arte figurativa realista, que acreditavam ser retrógrada.³³

A *Proletkult* condenou a própria vanguarda, caracterizando-a como burguesa, por conta de suas origens na cultura artística europeia e da sua “incompreensibilidade”. Seguindo à risca os futuros preceitos do Realismo Socialista, a *Proletkult* afirmara que a arte deveria ser, em primeiro lugar, clara e compreensível a todos. Dentro deste cenário, ainda segundo a autora, surgiram várias convicções divergentes: por um lado, o marxismo oficial da liderança revolucionária posicionou-se contra a vanguarda. Entretanto, Lênin e Trotsky acreditavam que

³² Ibid., p.75

³³ Ibid., p.76

a arte e a cultura comunistas deviam ser construídas sobre as realizações da tradição europeia, que não deveriam ser, portanto, abolidas, como a *Proletkult* desejava.³⁴

Sobre esse contraditório embate, Cavalieri argumenta que o Partido considerava a transformação cultural como o resultado lógico das transformações sociais e políticas ocorridas na Rússia durante o período, entretanto:

Havia grandes divergências de opiniões sobre esse problema, particularmente entre os artistas e intelectuais, que professavam simpatia pelo novo regime e se consideravam seus aliados e colaboradores. A posição mais extremada foi adotada pelo Proletkult, que propunha o desprezo radical do passado e a criação de uma cultura nova para o proletariado triunfante. O fato é que não sabiam exatamente o que oferecer como substituto do “velho” e, por isso, experimentavam diferentes direções. Esse foi um dos fenômenos mais interessantes do período: o Proletkult apresentava um caráter claramente político e “sociológico”: lutava por uma arte de agitação e propaganda, mas, como desejava encontrar novas formas de conteúdo revolucionário, seus caminhos se cruzaram com os da vanguarda.³⁵

De fato, o debate sobre o nascimento e fim do *Proletkult* é confuso. Lênin, alguns anos mais tarde, apresentara uma série de críticas à organização por sua rejeição à herança cultural anterior à revolução. Some-se a isso a vanguarda construtivista, que àquela altura também se considerava marxista e, nesse sentido, responsável pela mensagem revolucionária através do campo das artes. Posteriormente a *Proletkult* iria desaparecer, todavia, a noção de uma “cultura proletária” permaneceria viva.

Após o fim da Guerra Civil, os bolcheviques perceberam que era impossível dar continuidade ao comunismo de guerra vigente imediatamente após o início do conflito. Assim, foi necessário substituí-lo por uma nova estratégia, mais liberal e aberta e menos radical: a Nova Política Econômica (NEP), que permaneceu em vigor entre 1921 e 1927.³⁶ Rodrigues e Fiore apontam que o seu funcionamento foi caracterizado, dentre outras ações, pela liberalização econômica que permitia a entrada de capitais, a reativação do pequeno comércio privado e a desestatização de algumas empresas, conforme sua capacidade de produção. Estas e outras medidas de estímulo à produção resultaram num considerável desenvolvimento e recuperação econômica do país.³⁷

Na época do NEP, o realismo figurativo afirmou-se com destaque, e de acordo com Lênin, possuía várias vantagens: a principal seria a sólida base na tradição, o que o tornava bem

³⁴ Ibid., 77

³⁵ CAVALIERI, Arlete. op.cit., p.34

³⁶ MIGLIOLI, J. *Introdução ao planejamento econômico*. São Paulo: Brasiliense, 1982. _____. Formação do Sistema Soviético de Planejamento. *Novos Rumos*, Unesp, n. 26, 1997, p 43-53

³⁷ RODRIGUES, L. M.; FIORE, O. *Lenin e a sociedade soviética: o Capitalismo de Estado e a Burocracia (1918-1923)*. Estudos CEBRAP, n. 15, jan./mar. 1976, p.63

diferente da arte de vanguarda³⁸. Aos poucos o construtivismo foi perdendo seu protagonismo e desaparecendo. Bortulucce argumenta que:

O líder revolucionário, associando talvez a arte moderna com este tipo de manifestação e rebeldia, passou a negar aos artistas ligados ao construtivismo as encomendas de obras e as posições oficiais. Em decorrência desta atitude, no ano de 1922 a maioria dos artistas dos novos movimentos, sem meios de sobrevivência, haviam sido obrigados a deixar a Rússia. Os artistas da vanguarda conceberam suas obras como exemplos de um novo realismo para a modernidade, uma arte apropriada aos novos ares surgidos a partir da revolução política. O conflito que surgiu na arte russa do período situou-se em uma oposição entre aqueles que acreditavam que tal realismo na arte seria suficiente em si e os que concebiam a arte exclusivamente a serviço das necessidades e dos objetivos da revolução.³⁹

A consolidação dos bolcheviques no poder fez com que o segundo grupo ditasse os rumos da cultura russa. Os artistas que não estivessem adequados a esta tendência seriam condenados ao ostracismo, na medida que o Estado fosse gradativamente aparelhando os principais meios de difusão do campo artístico. Muitos artistas acabaram saindo do país em direção à Europa, especialmente Berlim, onde continuaram a propagar o estilo construtivista russo.

Após o desaparecimento dos movimentos de vanguarda construtivista, novos grupos artísticos surgiram. Em janeiro de 1922, inaugurou-se a 47ª Exposição do grupo dos Peregrinos. Deste grupo emergiria uma nova organização artística que acabou por se tornar o mais influente da década, a Associação de Artistas para o Estudo da Vida Revolucionária, renomeado mais tarde *Associação de Artistas da Rússia Revolucionária (AKRR)*.

Bortulucce aponta que a *AKRR* forneceria de maneira significativa o tom daquilo que iria tornar-se o Realismo Socialista. A organização conquistaria apoio direto do governo a partir da segunda metade da década de 1920. Atraiu para si o incentivo de vários artistas importantes daquele tempo como Arkhipov, Mashlov e Kustodiev, ligados à figuração e contrários à arte moderna:

A *AKRR* travou uma verdadeira guerra contra a vanguarda, que estava banida desde 1922. Seu objetivo declarado era trabalhar para que a arte se tornasse social; por isso, eles acreditavam que era necessário concentrar-se especialmente no conteúdo da arte. A obtenção da forma correta seria determinada, de acordo com a Associação, pelo conteúdo da obra de arte – aqui, conteúdo equivale a dizer os temas diretamente ligados à vida da revolução. A *AKRR* procurava uma união entre a forma e o conteúdo na arte através deste raciocínio: a forma realista artisticamente perfeita seria aquela engendrada pelo conteúdo profundo da obra. Nas telas, não é permitida nenhuma incongruência ou mensagem dúbia de qualquer tipo.⁴⁰

³⁸ BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. op.cit., p.89

³⁹ Ibid., p.88

⁴⁰ Ibid., p.90-91

Antecipando os dogmas do Realismo Socialista, a *AKRR* condenou publicamente todas as obras que não possuíssem um tema explícito, claro e objetivo. Por conta disso, a vanguarda acabara sendo taxada como uma mera divulgadora de obras sem conteúdo. A obra abstrata passou a ser vista como sem significado, decorativa, sem interesse pela e para a vida social; para a *AKRR* estas obras preferiam ocupar-se de devaneios estéticos, sem apresentar compromisso em produzir uma arte crítica. Graças a *AKRR*, um novo conjunto de valores agregou-se, superando os conceitos de tradicionalismo e academismo; é o momento do realismo “heroico”, distante daquele considerado burguês, pela sua diferença de propósitos e de ideologias.⁴¹

Já na segunda metade dos anos 1920, o Comitê Central passou a considerar a arte como elemento vital na engrenagem política e ideológica da União Soviética. No último ano daquela década uma resolução do governo stalinista exigiu total relevância social das artes em prol dos interesses revolucionários. Com a vigência do Primeiro Plano Quinquenal, o proletariado russo deveria - diferentemente das diretrizes do Proletcult - figurar de maneira efetiva como protagonista da questão cultural soviética. Estava sedimentado o caminho para o Realismo Socialista.

Referências bibliográficas

- BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. *A arte dos regimes totalitários da Alemanha e Rússia*. Editora Fapesp, São Paulo, 2008.
- CAVALIERI, Arlete. *Vanguardas russas: a arte revolucionária*. Revista USP: V.8 N.10, 2017: Dossiê 100 anos da revolução russa.
- CHIPP, Herschel B. (Org). *Teorias da Arte Moderna*. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DUNAEVA, Cristina. *Anarquismo e arte na Rússia revolucionária: a atuação de artistas da vanguarda*. XXIX Simpósio Nacional de História, 2018.
- GURIANOVA, Nina. *The Aesthetics of Anarchy. Art and Ideology in the Early Russian Avant-Garde*. Berkeley: University of California Press, c. 2012.
- MIGLIOLI, J. *Introdução ao planejamento econômico*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Formação do Sistema Soviético de Planejamento*. Novos Rumos, Unesp, n. 26, 1997.
- POMORSKA, K. *Formalismo e Futurismo*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- RODRIGUES, L. M.; FIORE, O. *Lenin e a sociedade soviética: o Capitalismo de Estado e a Burocracia (1918-1923)*. Estudos CEBRAP, n. 15, jan./mar. 1976.
- ZERWES, Erika. *A fotografia eloquente: arte política em Rodchenko*. Revista História Social, nº13, 2007.

⁴¹ Ibid., p.91.

Do mito à história: a escritura da Redenção dos cativos na crônica de Tirso de Molina Um debate historiográfico na construção da memória institucional

Fernanda da Cunha Nascimento¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Daniela Calainho

Introdução

O trabalho apresentado nesse Seminário interno é parte das investigações iniciais que corroboraram com a elaboração do projeto de pesquisa para a dissertação do doutorado, cujo título é: “*Do mito à história: a escritura da Redenção dos cativos na crônica de Tirso de Molina Um debate historiográfico na construção da memória institucional*”.

Nosso objetivo é analisar a obra do renomado escritor do Século de Ouro espanhol e dramaturgo Frei Gabriel Téllez, noto pelo pseudônimo Tirso de Molina. Natural de Madrid (ES), nasceu em 24 de março de 1579, e ingressou na Ordem de Nossa Senhora das Mercês aos quase 21 anos (c.a), provavelmente em 1600 na Casa de Guadalajara.

Todavia, nossos estudos não serão biográficos, mas, sobre a sua obra, que é tão incongruente, quanto as suas biografias², devido às ausências de fontes confiáveis. Contudo, a controversa crônica, *História Geral de Nossa Senhora das Mercês*³ é, portanto, de suma importância para embasar a nossa proposta de diálogo com o senso comum, com o imaginário social desse grupo religioso, e com a produção de um mito que imprime uma identidade aos Mercedários até os dias de hoje. Ao nos aproximarmos dessa obra memorialística, buscamos analisar alguns relatos com o intuito de contribuir para o conhecimento científico da História, propondo novas hipóteses sobre o passado da Ordem, sua Origem e carisma fundacional⁴,

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano de 2020, projeto: “Do mito à história: a escritura da Redenção dos cativos na crônica de Tirso de Molina Um debate historiográfico na construção da memória institucional”, sob orientação da Dr.^a Daniela Buono Calainho.

² VÁZQUEZ, Luiz. *Tirso de Molina: Del «Enigma Biográfico» a la Biografía documentada*, em Tirso de Molina: Del Siglo de Oro al Siglo XX. Actas del Colóquio Internacional da Universidad de Navarra, Pamplona, 15-17 diciembre, 1994. Ed. Revista «Estudios», Madrid 1995, pp. 345-365.

³ TÉLLEZ, G., *Historia general de la Orden de Nuestra Señora de las Mercedes*, ed. M PENEDO REY, I-II, Madrid, 1973.

⁴ O carisma fundacional nasce a partir do coração de Deus, que por meio do seu Espírito Santo, inspira e inquieta uma pessoa, fazendo-a buscar vivenciar aquela inspiração. Essa pessoa é chamada “Fundador”. Manifesta-se através de orações, desejo pessoais e obediência. Busca materializar o sonho de Deus para aquele tempo, momento ou para sempre. Cf.: Dom Roberto Lopes, in Congresso Nacional das Novas Comunidades, realizado na Comunidade Canção Nova em Cachoeira Paulista – SP, nos dias 09, 10 e 11 de novembro, 2012 <<https://comunidade.cancaonova.com/cobertura/congresso-nacional-reune-novas-comunidades-na-cancao-nova>>. Consultado em: 07/02/2023. Segundo o Catecismo da Igreja, os carismas querem sejam extraordinários, quer sejam simples e humildes, são graças do Espírito Santo que, direta ou indiretamente, tem uma utilidade eclesial,

“resgatar, redimir e visitar os cristãos cativos”. Mas, por que justamente essa obra? O que buscamos com esta pesquisa? Primeiramente, gostaríamos de precisar que esta crônica está dividida em dois tomos. Neles o autor narra diferentes informações———Constituições, Capítulos, Eleições, Governos, Santos——— sobre a Ordem desde a sua fundação (1218). Mas, sobretudo, nos introduz variados eventos no tocante aos aparatos para a tarefa de resgatar os cristãos capturados nas fronteiras do Mar Mediterrâneo, a Redenção dos Cativos⁵.

Nessa obra frei Gabriel Téllez apresenta um contingente expressivo de pessoas———homens, mulheres e crianças——— resgatadas pelos seus confrades mercedários. Contudo, não é fácil analisar esses números a partir da amostragem que ele nos apresenta, sobretudo, aqueles relativos à época Medieval (Tomo I), quando se deu origem a Ordem (1218 -1500). Esse período esbarra em um problema importante para o histórico, que é a ausência de fontes confiáveis, e um amplo consenso sobre aquelas adoperadas pelo autor. No entanto, o mesmo, não se aplica ao período Moderno (Tomo II), pois, o próprio Gabriel Téllez, é testemunha ocular desses eventos para a Redenção dos Cativos, comprovados com uma ampla existência de fontes manuscritas e impressas essencialmente úteis para a pesquisa histórica.

Sendo assim, a nossa primeira inquietação será a de perceber e analisar como o nosso autor recolheu e apresentou números tão exorbitantes de libertos (cativos) referente aos séculos XIII -XVI? Quais os documentos e/ou fontes ele analisou? Será que de fato, elas estavam sobre a mesa, ou ele usou testemunhos de outrem? Como esses números se apresentaram a partir da sua realidade, onde foi testemunha direta desses eventos? E por que eles são importantes, para o projeto propagandístico da Ordem Mercedária?

Portanto, esse aparto para a atividade de Redenção dos Cativos, assumirá várias nuances que tentaremos explorar———carisma e missão, identidade e representatividade, disputas religiosas e políticas, memória e história———para propor uma narrativa histórico-científico.

pois são ordenados à edificação da Igreja, ao bem dos homens e às necessidades do mundo. Cf. In Catecismo da Igreja Católica. Edição típica vaticana. São Paulo: Loyola, 1999, (799) 231p.

⁵ Os religiosos mercedários assumiram essas atividades como carisma, isto é, resgatar e/ou visitar para dar assistência religiosa (missas, confissões, sacramentos, orações), e sanitária a todo aquele indivíduo cristão que tivesse perdido seu status de liberdade (cativo). Esse fenômeno, é fruto de um enfrentamento político-religioso nas costas do mar Mediterrâneo. Os Cativos, nesse contexto eram prisioneiros de guerra e/ou vítimas das práticas corsárias, capturados seja por mar ou em terra. Esses indivíduos eram levados para cativeiros localizados no norte da África e entregues aos inimigos da sua fé, os muçulmanos. Nesse local, eram selecionados na expectativa de possíveis resgates. Os critérios para a seleção seguiam quase sempre categorias como: status, profissão, idade e sexo. Vale ressaltar que o Cativo tem características muito diferentes daquela de um escravo comumente caracterizado como uma propriedade de um Amo. Entretanto, o Cativo juridicamente não se convertia em escravo, porém, sua condição atendia por um pagamento de resgate. E isso poderia durar anos. Para ulterior aprofundamento ver E. GONZÁLEZ CASTRO, voz «*Schiavitù*» e. «*captivitas*», em *Dizionario degli Istituti di Perfezione*, v. VIII, Roma 1988, coll. 1039-1058.

Dito isso, nossa trajetória visa três objetivos, e seguiremos elas em três etapas, que avaliamos importantes para entendermos o quão essa obra foi fundamental para a construção da memória oficial da instituição ao elaborar a sua Origem, sua história.

Objetivos

1. Contribuir para a discussão teórica em relação à Memória e História no mundo Moderno a partir de Tirso de Molina (Gabriel Téllez);
2. Analisar a o II tomo da Crônica de Tirso de Molina, pseudônimo de Gabriel Téllez, na construção da memória oficial, da identidade coletiva e representatividade mercedária, a partir da tradição erudita da Ordem das Mercês (Séc. XVII – XVIII);
3. Traçar novas perspectivas reiterando a necessidade de uma mudança de mentalidade na maneira de estudar, apresentar e compreender a memória de um grupo religioso (Mercedários) buscando uma conformidade com a História. Sendo assim, descobrir e redescobrir possibilidades e metodologias que esclareçam imprecisões, promovam debates e preencham lacunas oriundas de uma ausência historiográfica.

Breve cenário histórico

A Ordem de Nossa Senhora das Mercês celebrou o jubileu do seu oitavo centenário em 10 de agosto de 2018. Segundo a tradição mercedária, nesse mesmo dia, em 1218, na cidade de Barcelona, na Espanha, que a Virgem Santíssima apareceu simultaneamente através de uma tríplice visão e/ou sonho, ao jovem Pedro Nolasco, ao seu confessor, o clérigo Raimundo de Peñafort e ao Rei Dom Jaime I de Aragão.⁶ De acordo com o que foi transmitido por essa tradição, esse evento inaugurou a missão religiosa e social de “resgatar, redimir e visitar os cristãos cativos”⁷, capturados nos espaços fronteiriços do Mediterrâneo pelos muçulmanos ao Norte da África.

⁶Estamos usando essa terminologia para designar os textos de autores mercedários elaborados a partir do século XV, como o manuscrito do Maestro Geral Nadal Gaver, intitulada *Speculum Fratrum peculum Fratrum Ordinis Beatissimae Dei Genitricis Mariae de Mercede Redemptionis Captivorum*, Archivo de la Corona de Aragón, Arm. Códices, est. Varia, n. II. (1445) até as grandes crônicas dos séculos XVII. Isto é, Alonso Remón, *Historia general de la Orden de Nuestra Señora de la Merced redempcion de cautivos*, I-II, Madrid, por SANCHES L., 1618; Bernardo Vargas, *Chronica sacri et militaris Ordinis B. Mariae de Mercede redemptionis captivorum*, I-II, Panormi, apud Ioannem Baptistam Maringum, 1619-1622; Gabriel Téllez, *Historia general de la Orden de Nuestra Señora de las Mercedes*, ed. M. PENEDO REY, I-II, Madrid, 1973. Estas últimas representadas pelos autores noto no período do *Século de Ouro Espanhol* (XVI e XVII), época de apogeu para a Ordem. Foram eles os responsáveis por difundirem uma memória institucionalizada da origem da Ordem das Mercês.

A nova ordem religiosa oficialmente constituída através do rito Romano Católico como mendicante, assumirá essa tarefa como o seu *leitmotiv*, para expressar a identidade e a representatividade desse grupo religioso na Península Ibérica. Essa especificidade é apresentada e assumida como carisma fundante da Instituição. Portanto, o fundador Pedro Nolasco, compartilhou a sua experiência mística da revelação divina———“resgatar, redimir e visitar os cristãos cativos”——— em seu caminho histórico, e para além dele. Sendo assim, a partir desse referencial, podemos perceber como essa missão foi plasmada na construção de uma memória oficial da Instituição.

No entanto, para entendermos melhor sobre os cativeiros e cativos precisaremos recuar no tempo, a fim de entrar em contato com o contexto social e religioso, que geraram e vivenciaram esses eventos. Isto é, os conflitos existentes entre as áreas da Península Ibérica e o Norte da África que produziram matizes, paradoxais e conflitantes em vários âmbitos———social, político, econômico e religioso——— na sociedade.

Durante o ano 711, com a expansão muçulmana do Norte da África, promoveram-se uma série de deslocamentos militares e populacionais durante o comando do general berbere Táriq. Os mouros cruzaram o estreito de Gibraltar penetrando na Península Ibérica e venceram Rodrigo, o último rei dos Visigodos da Hispânica, na batalha de Guadalete. Com sua morte se encerrou o ciclo da história dos visigodos na Hispânica, antiga diocese romana. Esse evento foi um duro golpe para a Cristandade. O Islã apresentou-se como uma ameaça que vai muito além do espaço físico-geográfico. Mas, sobretudo, porque propiciou a Europa uma considerável transformação sociocultural (mestiçagem, linguística, artística, econômica e religiosa etc.).

Desde 711 até 1492, com a reconquista do reino nazarí de Granada, o último reino muçulmano em território ibérico, esses territórios viveram à sombra desses enfrentamentos. Tais conflitos, no entanto, serão concentrados no Mar Mediterrâneo, gerando uma peculiar civilização fronteiriça, marcada por tensões e conflitos de diversas proporções. É uma guerra aberta, contínua e suscetível, porque vai além da guerra oficial e militar. Estamos falando das práticas do corso, um conflito fora de todos os tratados de paz e amizades, assinados até então (MORA, E. 2010, pp.09-18). Os ataques dos corsários (marítimos e terrestres) revelar-se-ia em uma fonte de lucro reconhecida pelo Estado com a sua devida patente e condições⁸. Era usado

⁸ Esclarecemos previamente que entre o Corso e a Pirataria existe uma diferença significativa, pois a primeira era tida como um mecanismo reconhecidamente legítimo e patenteado pelas Cartas do Corso. Uma espécie de passaporte concedido pelos governos locais, a fim de neutralizar e atacar os inimigos. Já a pirataria era uma forma de banditismo, assalto. Para ulterior aprofundamento sugere-se os estudos de F. BRAUDEL, *Civiltà e imperi del Mediterraneo nell'età de Filippo II*, v., II, Einaudi, Torino, 2010, pp. 919 – 948.

muitas vezes como estratégias para enfraquecer os inimigos perturbando as suas rotas marítimas. Respirava-se uma sensação de perigo constante. As preocupações com os ataques e saques faziam parte do cotidiano daquelas civilizações, porque a qualquer momento, seja a população, ou os tripulantes de uma embarcação, poderiam tornar-se parte de um butim de guerra.

Estamos diante de um fenômeno dolente, que durará até o século XVIII, onde homens, mulheres e crianças conheceram o drama dos cativeiros como resultado das lutas sacralizantes entre cristãos e muçulmanos. Um enfrentamento diferenciado dos demais conflitos enquanto vivido como sinônimo de defesa do Credo e da Salvação.

Essas relações entre a Cristandade e o Islã é um terreno buliçoso e cheio de contradições. Sobretudo, porque englobam questões ideológicas na manifestação da fé, intrincados no mal-estar de duas culturas que cultivavam a intolerância e a violência. Uma violência, que nesse caso, representada pela Jihad e pelas Cruzadas, em uma mentalidade de guerra justa e santa. (CIPOLLONE, G, 2003. pp. 90-149). Essa guerra tem sua nuance diferenciada na sacralização do conflito. Portanto, esse contexto é fundamental para compreender a origem do termo ‘cativo’, ou seja, aquele prisioneiro, que carrega nesta denominação própria sua especificidade e diferença. Essas eram as condições dos inúmeros prisioneiros oriundos da Europa meridional no século XIII. Contudo, não é a nossa intenção percorrer todo aparato em torno da Redenção dos Cativos. Isto é, no tocante ao ente burocrático, administrativo e comercial dessa atividade. E nem mesmo aprofundaremos a miúdo a história da Ordem. Esses dois pontos não serão os nossos objetivos principais.

Sendo assim, apresentaremos em seguida uma breve síntese dessas etapas que ainda estão em fase de investigação.

A Ordem de Nossa Senhora das Mercês entre o carisma e o institucional

Nesta parte, iremos averiguar os principais aspectos que corroboraram, para o surgimento da Ordem de Nossa Senhora das Mercês (1218) e seu carisma fundacional, visitar e redimir os cristãos cativos. Uma atividade factual oriunda de uma sociedade fronteiriça. Um espaço que vai além de uma reflexão geográfica ou marco físico dos enfrentamentos existentes entre o Norte da África e a Península Ibérica.

Desses embates resultaram a figura dos cativos, isto é, das pessoas capturadas nas fronteiras e/ou oriundas dos butins de guerra. Estes prisioneiros eram levados dos seus territórios e viviam em cativeiros enquanto aguardavam os seus resgates. Uma realidade social

existente desde o século VIII com a expansão Árabe. O Islã apresentou-se como uma ameaça que supera esses espaços físico-geográfico. Mas, sobretudo, porque propiciou a Europa uma considerável transformação sociocultural (mestiçagem, linguística, artística, econômica e religiosa etc.).

No entanto, evidenciaremos que a fé nesse contexto, agrega outros aspectos que ultrapassam as conversões e crenças pessoais de cada indivíduo. Ela é a expressão da fidelidade que determinava o pertencimento e engajamento em um dos lados deste conflito entre o Islão e a Cristandade.

Em relação aos nossos estudos, percorremos algumas narrativas da tradição mercedária, para a construção de uma história oficial da Ordem Nossa Senhora das Mercês, e como os religiosos mercedários fizeram deste serviço social, parte integrante da sua missão e vocação. Isto é, apresentar o carisma fundacional como o retrato fiel da identidade mercedária a serviço da sociedade, e em favor de agradar a Deus e edificar a Igreja.

Portanto, analisaremos como essa atividade para a Redenção dos Cativos, tornou-se o *leitmotiv* para expressar essa identidade e representatividade da Ordem religiosa, forjando no imaginário coletivo da instituição, e fora dela, um modelo, a seguir. Sejam eles, religiosos, políticos, sociais, morais, entre outros.

Buscaremos compreender quais foram os instrumentos e métodos que o autor utiliza para consolidar uma memória oficial e institucionalizá-la como História, e enfim, analisar sobre qual espectro da ‘História’ ele seguirá na elaboração dos seus textos.

Justamente, por isso, o tema proposto nesse trabalho é: *Do mito a história. A escritura da Redenção dos Cativos na obra de Tirso de Molina. Um debate historiográfico na construção da memória institucional* será a nossa contribuição para extrair desta investigação os aspectos, que são importantes para compreendermos os sistemas de pensamentos que serviram para recolher e construir esta memória desde a origem até o ano 1639, ano em que morreu esse autor.

A construção da memória institucional e o uso político e religioso do passado

Partimos da premissa de que todo grupo humano em algum momento histórico necessita indagar-se sobre o porquê de sua existência e/ou origem, sobretudo, quando o faz a fim de conhecer e preservar as razões que motivaram e conferiram um sentido a este grupo, isto é, a sua identidade.

Esses esforços contínuos para manter viva a memória individual e coletiva de um grupo, possibilitam a produção de vários materiais que podem corroborar com a história, enquanto

ciência crítica. Sendo assim, nossa função é analisar e investigar como essas fontes formulam e recriam as instituições ao longo do tempo.

Portanto, no que concerne a construção da memória institucional da Ordem de Nossa Senhora das Mercês, essa deixará uma marca indelével no imaginário coletivo dos religiosos, que se incumbiram de plasmá-la na mentalidade da sociedade nos seus diferentes tempos históricos.

Sendo assim, trataremos nesse segundo momento de averiguar os percursos e as estratégias usadas pela Ordem dos Mercedários para remontar a sua ‘Origem’ difundindo-a como o carisma fundante. Ou seja, um referencial obrigatório da identidade e espiritualidade mercedária.

No entanto, a construção e/ou a preservação de uma determinada memória se converte por um lado em algumas problemáticas históricas acerca da própria identidade, da sua autorrepresentação, e até mesmo da rivalidade com outras ordens religiosas. Especialmente, quando essas produções literárias vêm carregadas de sentimentos, inquietações, contradições e incômodos com vazios historiográficos, sobretudo, aqueles relativos à época medieval (1218-1500), já que as fontes são praticamente escassas ou inexistentes, e que ainda hoje não existe um amplo consenso sobre elas.

De fato, as narrativas mercedárias produzidas a partir do século XVI evidenciam as preocupações que os mercedários tinham com a sua Origem, e o quanto essa lacuna desencadeou em uma urgente necessidade de autoafirmar-se, seja internamente ou externamente.

Essa disputa por uma autorrepresentação identitária desse grupo religioso, tensionará uma luta apologética com outras Ordens religiosas — Dominicanos, Trinitários e Jesuítas — suscitando nas suas narrativas alguns aspectos mitificantes e com ponderações sacralizantes, moralizantes, e até catequéticas, sobre as virtudes de um passado opulente e glorioso.

Portanto, para compreendermos o papel dos Cronistas do século XVII, na qual Tirso de Molina teve um contributo importante para consolidar uma história oficial da Ordem de Nossa Senhora das Mercês, temos que nos aproximar dessas tensões, jogos de poderes e representatividades.

Isto é, averiguar como esses problemas herdados do século passado, ainda era um incômodo para a Ordem, a ponto de instituírem através de uma Assembleia Capitular, a função de Cronistas. Esses escritores tinham como finalidade recolher e averiguar documentos a fim

de compilar uma História Geral que parta da Origem (1218) até (1638), ano do último tomo deixado por nosso autor Tirso de Molina.

Durante nossa pesquisa verificamos que os textos que relatam a fundação da Ordem, quase sempre os encontramos junto das Constituições. Sua circulação é interna, e normalmente vinha utilizada com escopo catequético, hagiográfico e para edificação dos noviços e confrades.

Já as crônicas têm um foco muito maior, que é a circulação externa. Sua atendibilidade esbarra com o período áureo das produções literárias e artísticas espanholas entre os anos 1550 e 1650, marcando um favorável cenário cultural, o *Século de Ouro Espanhol*⁹. Esse período foi representado por alguns célebres autores, que publicaram diversas reflexões sobre filosofia e estudos clássicos, como Francisco Quevedo, Baltasar Gracián e o próprio Tirso de Molina.

Posto isso, queremos investigar como a escritura de Tirso de Molina sobre o aparato da Redenção dos cativos diz mais sobre os atos heroicos dos Freis e da Ordem, do que os próprios eventos de lutas, sequestros e cativos. Todos esses personagens seguem quase sempre no anonimato, enquanto se narra uma espécie de legenda áurea dos freis redentores. Tudo isso permeado de notícias sobre os governos da ordem, suas alianças, privilégios e embates políticos e religiosos.

Para além das problemáticas sociais e políticas, buscou-se consolidar no imaginário coletivo e na mentalidade daquela sociedade um arquétipo de autorrepresentação com categorias simbólicas que formam e reformam a memória produzindo uma consciência identitária e histórica.

Contudo, avançaremos para a Época Moderna, onde o próprio Gabriel Téllez é testemunha direto dos eventos relacionados ao aparato da redenção dos cativos, bem como, do papel institucional, social e político da Ordem. (Tomo II), comprovados com uma ampla existência de fontes manuscritas e impressas essencialmente úteis para a pesquisa histórica. Isso nos possibilitará averiguar como o autor se comportará diante dessas fontes ao analisar o seu passado a partir do seu presente.

Do mito a história

⁹ Durante os séculos XVI e XVII as artes espanholas vivem o seu auge, período que ficou conhecido como os Séculos de Ouro ou a Idade de Ouro. O homem renascentista se coloca no centro do mundo e, mais ainda, no centro do pensamento e da cultura. Cf. *Os teólogos ibéricos da segunda escolástica e a fundação da economia moderna*, in: RFD - Revista da Faculdade de Direito da UERJ - Rio de Janeiro, n. 34, dez. 2018 p.4-8.

As propostas para a elaboração desse capítulo coadunam com o bojo central da pesquisa, que se dispõe a discutir sobre as relações tecidas entre memória e cultura, problematizando questões inerentes à História.

Nesse sentido, averiguaremos a intrínseca relação da Ordem de Nossa Senhora da Mercês com os aparatos para a Redenção dos Cativos, manifestado no carisma fundacional da instituição. A partir daí, analisaremos, sobre como essa atividade foi cercada de simbolismos e práticas sociais com significativas inserções no imaginário da sociedade hispânica.

Dessa forma, é importante percebermos como essas vivências religiosas e práticas sociais em torno da Redenção dos cativos cristãos, capturados na fronteira mediterrânea e negociados pelos seguidores do islamismo, foram narradas nas produções intelectuais, isto é, nas crônicas mercedárias do século XVII.

O objetivo aqui, será delinear de modo preliminar o próprio campo de ação e produção da *História geral*, de Tirso de Molina, discorrendo sobre seus métodos e aportes documental. A partir daí, analisaremos o texto e o contexto dessa produção literária buscando a contribuição de alguns possíveis referenciais teóricos a fim de promover um debate histórico científico.

Sendo assim, nossa intenção é a de elaborar uma base histórico-crítico que possibilite superar a ideia de história como “maestra e mãe da verdade”. Essa visão ciceroniana foi amplamente difusa ao longo do tempo pela historiografia clássica, medieval e renascentista, todavia, não superada pelos eruditos mercedários de época moderna. O que dê certo, não nos causa muito estranheza, observadas as práticas e conjunturas da Igreja Católica, sobretudo, na Espanha de Felipe IV e das Congregações religiosas em território espanhol e português.

Além disso, não podemos perder de vista, que todo processo de transição e mudanças demanda um certo tempo para ser assimilado, negociado e ressignificado pelas sociedades, e sendo assim, capaz de interferir nas culturas. Contudo, é durante esse jogo de poder, de disputas e de representatividades, que se estabelece, e seleciona o que se quer lembrar, escrever e esquecer, influenciando e perpetuando, memórias, símbolos, códigos e práticas sociais.

Portanto, avaliamos que, Tirso de Molina, ao escrever a sua obra memorial, reafirmará, não só, a Origem mercedária, mas, sobretudo, defendendo a identidade do seu grupo religioso, consolidando assim, a memória oficial da instituição, forjada em um *mito* — os relatos dos *números* exacerbados de libertos — e nos *freis redentores* — protótipo e modelo de espiritualidade — definindo uma máxima propagandista e abrir caminhos para possíveis processos de canonizações. A ausência de santos, e de um santoral próprio, era um dos

incômodos dessa geração mercedária, enquanto, para aquela do século XV e XVI, prevalecia resolver as incongruências sobre a Origem.

Nessas perspectivas será possível entender ‘os porquês’ de Tirso de Molina quando narra a Redenção dos Cativos e os prisioneiros em territórios islâmicos. Sua escritura prioriza aspectos apologéticos, hagiográficos e de taumaturgia. Uma autobiografia da Ordem das Mercês que retrata a instituição religiosa como modelo, instrumento de caridade na participação social, representatividade da Igreja Católica, e por fim, membro fiel do governo representado pelo padroado régio. Sua leitura edificante quer atingir um público dentro e fora da Ordem religiosa.

Nesse caso, essa difusão textual de uma memória oficial, atenderia não só as necessidades e objetivos da Ordem, mas, sobretudo, conseguiria abranger uma gama importante, os letrados da camada social, influenciados e motivados pelos ares do século de Ouro Espanhol, período de maior crescimento cultural e artístico, entre os sécs. XVI e XVII.

Sendo assim, evidenciamos que as Crônicas, eram apenas uma das várias estratégias para penetrar no imaginário social e cultural daquela sociedade. A Ordem de Nossa Senhora das Mercês articulou um conjunto de imagens presentes não só, na produção das suas narrativas, mas, sobretudo, nos espaços litúrgicos, ritos, símbolos, festas populares e peças teatrais com cunhos religiosos e moralistas.

Conclusão

Ao longo deste trabalho buscamos investigar os principais elementos que corroboraram para a construção da memória oficial e institucional da Ordem de Nossa Senhora das Mercês. Segundo o nosso primeiro aviso, a obra do Frei Gabriel Téllez é interessante, pois, não encerra a tradição erudita mercedária inaugurada pelo Maestro Geral Nadal Gaver (1445), mas, ao contrário, a oficializa como fonte fidedigna da Origem da Ordem de Nossa Senhora das Mercês.

Portanto, o relato da gênese, isto é, da fundação dos Mercedários se pode averiguar por meio daqueles que se dedicaram a “pluma” como guardião e difusor da memória oficial da Ordem, um modelo referencial e identitário para todas as gerações.

Todavia, essa rede de dependência literária se converterá em inúmeras dificuldades, sobretudo, porque essas narrativas oficiais tendem a produzir cenários mitificantes e/ou ponderações moralizantes das virtudes de um passado glorioso.

A construção dessa memória institucionalizada mesmo que necessária para revisitar o passado, requer responsabilidade científica e compromisso social para evitar o risco de sofrer influências problemáticas e viciadas ao produzir um texto.

Dito isso, observamos que o pensamento do Frei Gabriel Téllez, apresenta contradições e lacunas a causa de suas escolhas metodológicas e fontes incongruentes. A começar justamente pelas dificuldades oriundas de um processo transitório epocal que sacudiu todo o mundo, mas sobretudo, a Europa. Uma trajetória que atingiu de cheio a Igreja Católica Apostólica Romana, pondo fim a Cristandade, mas, não a ideia de soberania religiosa. Todavia, ao interno dessas disputas, a luta em torno da representativa secular e religiosa do Sagrado em busca das bençãos———privilégios, salvo-condutos, adjutórios, dízimos, padroados e concordatas———, dos Reis e Papas.

A Ordem de Nossa Senhora das Mercês, pleiteava constantemente por reconhecimento político, social e religioso, por isso, as crônicas gerais e os números exorbitantes dos cativos libertos pela ordem, se converterá no marketing essencial para garantir, status, poder, privilégios e adesões. A escolha ideal, justa e necessária, para os Papas, Reis e Sociedades.

Bibliografia

SOBRE REDENÇÃO, CRÔNICAS, TIRSO DE MOLINA,

B. BENNASSAR, *El Mediterráneo de los renegados en la época de Felipe II e La Inquisición y el Mediterráneo en la época de Felipe II*, em *Felipe II y el Mediterráneo*, v. IV. La monarquía y los reinos (II) (1999).

——— *Los cristianos de Alá. La fascinante aventura de los renegados*, Madrid, Nerea, (1989).

C. P. SALVADOR, I. ARELLANO, B. O. PÉREZ, M. ZUGASTI (COORDS.), *Tirso de Molina, del siglo de oro al siglo XX: Actas del coloquio internacional: Pamplona, Universidad de Navarra, 15-17 de diciembre 1994*. « Revista "Estudios» Año de publicación: 1995 España 345-365

E. N. CANTABELLA. *El pensamiento religioso de Tirso de Molina. Proyecto de tesis doctoral*. Actas del congreso II JISO 2012, Universidad de Navarra. 315-325.

——— *El contexto religioso de Gabriel Téllez y su relación con El condenado por desconfiado*. Actas del congreso I JISO 2011, Universidad de Navarra. 307-318.

F. BRAUDEL, *Civiltà e imperi del Mediterraneo nell'età di Filippo II* (2 voll.), traduzione di Carlo Pischetta, Collana Biblioteca di cultura storica n.48, Torino, Einaudi, I ed. 1953-1985; Collana Piccola Biblioteca n.85, Einaudi, 1977; Collana Piccola Biblioteca n.471, Einaudi, Torino, 1994.

G. FIUME, *Redimir y rescatar en el Mediterráneo moderno*, em Drassana 31 December 2014, Museu Maritim de Barcelona, número 23 | 2015.

J. A. MARTINEZ TORRES. *Prisioneros de los infieles vida y rescate de los cautivos cristianos en el mediterráneo musulmán-Siglos XVI – XVII*, ed. Bella Terra, Barcelona. 2004.

J. ARAYA ANABALÓN, *Conciencia histórica y hermenéutica: La visión de los cronistas de los siglos XVI y XVII con respecto a los chamanes mapuches en la región de la Araucanía*, em IV Jornadas Internacionales de Hermenéutica “Hacia una hermenéutica neobarroca: mestizaje, imagen, traducción” Buenos Aires, 2 al 4 de julio de 2015 pp.1-13.

J. E. LOPEZ DE COCA CASTAÑER, *Esclavos, Alfaqueques y Mercaderes en la frontera del mar de Alboran (1490 – 1516)*, em *Hispania: revista española de historia* (1978). V.138 España:Consejo superior de investigaciones científicas, Instituto Jerónimo Zurita. 275-300.

M. A DE BUNES IBARRA, *Las crónicas de cautivos y las vidas ejemplares en el enfrentamiento hispano – musulmán en la Edad Moderna*, em *Hispania Sacra*, 91 (1993) 67-82.

———*Las sensaciones del cautivo , psicología y reacciones de los españoles ante el cautiverio en el Siglo de Oro*; em *Hispania Sacra* , vol . LI, núm. 104, (1999), pp. 557-572 Los corsarios Barbarroja; corsarios del Mediterráneo.

———*Reflexiones sobre la conversión al Islam de los renegados en los siglos XVI y XVII*, *Hispania y Sacra*, vol. XLII, núm. 85, 1990, págs. 181-198.

M. D. TORREBLANCA ROLDÁN, *La Orden de Nuestra Señora de la Merced en Málaga*, em *Isla de Arriarán*, XXIII – XXIV, (2004) .61-70.

———*Redención de cautivos en la época de Felipe II*, em V Reunión Científica Asociación Española de Historia Moderna / coord. por José Luis Pereira Iglesias, José Manuel de Bernardo Ares, Jesús Manuel González Beltrán, Vol. 1, 1999 (Felipe II y su tiempo), 211- 218.

M. SERRANO Y SANZ, *La Redención de Cautivos por los religiosos mercenarios – Durante los siglos XVII y XVIII*, em *Revista contemporánea*. (1893). España: M.G. Hernandez.

R. S. DE LA MAZA LASOLI, *Los mercedarios de la Corona de Aragón durante la segunda mitad de siglo XIV*: Noticias y documentos Editora C.S.I.C, Institució Milà i Fontanals, 1988. 221- 299.

IHOM- ARQUIVO MERCEDÁRIO

E. M. GONZALEZ, *Las Redenciones de Cautivos*, em «Revista Colección Familia Mercedaria» 40 Madrid (2010).

——— *La fuerza de la memoria: El Instituto Histórico de la Orden de la Merced*, «Revista Colección Familia Mercedaria» 46 Madrid (2010).

——— *Fe, Libertad, Frontera. Los rescates de la Merced en la España de Felipe II. Redenciones de 1575, 1579 y 1583* em «Redemptionum Ordinis de Mercede Opera Omnia, IV.1/1», Roma 2015.

———*Los orígenes de la Merced como problema historiográfico en G. Téllez: (Tirso de Molina) 1632-1639* Editora Estudios, Madrid 2005.

S. A. NAVARRO. *Visitar y redimir hasta dar la vida... Provocaciones de las actuales víctimas de trata a nuestra histórica misión redentora*, em *Ensayo para el Iº Congreso de Esclavitud y Cautividad Provincia Mercedaria Argentina – 8,9 y 10 de agosto de 2012* 2-15.

S. DEFRAIA, *Redemptionum Ordinis de Mercede opera omnia: riflessione e percorsi*, em S. CABIBBO – M. LUPI (Ed.), *Relazioni religiosa nel Mediterraneo, Schiavi, redentori, mediatori [XVI-XIX]*, Università degli studi Roma Tre, Dipartimento di studi storici, geografici, antropologici. Studi e ricerche 28, Roma, (2012) 37-64.

———*Bibliografía de Luis Vázquez (1960-2011)*, in *Tras las huellas de Tirso... Homenaje a Luis Vázquez Fernández*, a cargo de S. Defraia - E. Mora González - B. Pallares (Bibliotheca Mercedaria, 6. Documenta et Studia, 3), Roma, AFEISOM, 2013, 61-76.

———*Entre Literatura e História: La experiencia intelectual de Luis Vázquez*, in *Tras las huellas de Tirso... Homenaje a Luis Vázquez Fernández*, a cargo de S. Defraia - E. Mora González - B. Pallares (Bibliotheca Mercedaria, 6. Documenta et Studia, 3), Roma, AFEISOM, 2013 55-60.

———*Speculum Fratrum Ordinis de Mercede. Ritratto su sfondo di una infanzia, in Incorrupta Monumenta Ecclesiam defendunt*. Studi offerti a Mons. Sergio Pagano, Prefetto dell'Archivio Segreto Vaticano (Collectanea Archivi Vaticani, 106), Città del Vaticano 2018, I/1, pp. 371-388.

TEXTOS DOS CURSOS PARA O DOUTORADO

CONCEITOS E CATEGORIAS

A. ASSMANN, *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

- B. SARLO, *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*; tradução Rosa Freire d'Aguiar. Belo Horizonte, UFMG, 2007.
- E. HOBBSAWM, T. RAGER. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- F. COSTA SÁNCHEZ, *La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva Pasado y Memoria*. «Revista de Historia Contemporánea», núm. 8, 2009 Universidad de Alicante. Alicante, España. 267-286.
- J. DOMINIQUE, *A religião: História religiosa*, em *História*. Novas abordagens. Orgs. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre... Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. [original: 1974] 107-131.
- J. LE GOFF, *História e Memória*, Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.
- M. J. ESPIG, *O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História*, em *Textura* «Revista de Educação e Letras», Canoas n. 9 nov. 2003 a jun. 2004 p. 49-56.
- M. POLLAK, “*Memória e Identidade Social*”. «Revista Estudos Históricos», v. 5, n.10, 1992, 200- 212.
- M. SELIGMANN SILVA, (org). *História, Memória, Literatura. O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003, (capítulos 1, 13 e 14).
- R.CHARTIER, “*O mundo como representação*”. *Estudos Avançados*, 11 (5), pp. 173-191, 1991.
- S. HALL, *A identidade cultural na pós-modernidade* / tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- Cultura e Representação*. Traducción: William OLIVEIRA e Daniel MIRANDA. Editorial: PUC-Rio: Apicuri. Rio de Janeiro, Brasil. 2016.

FONTES:

- G. TÉLLEZ, *Historia general de la Orden de Nuestra Señora de las Mercedes*, ed. M. PENEDO REY, I-II, Madrid, 1973; [PRINCIPAL]
- A. REMÓN, *Historia general de la Orden de Nuestra Señora de la Merced redempcion de cautivos*, I-II, Madrid, por SANCHES L., 1618; [CONSULTIVA – COMPARATIVA];
- B. VARGAS, *Chronica sacri et militaris Ordinis B. Mariae de Mercede redemptionis captivorum*, I-II, Panormi, apud Ioannem Baptistam Maringum, 1619-1622; [CONSULTIVA – COMPARATIVA].

A festa no refúgio dos infelizes: O pular Carnaval no subúrbio carioca durante a Ditadura Militar(1978-1985)

Gabrielle Reginatto do Carmo¹
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Mauro Amoroso
Bolsista CAPES

Introdução

O presente trabalho apresenta-se como um recorte do projeto de pesquisa realizado para a dissertação de mestrado ainda em andamento, que tem como título “A festa no refúgio dos infelizes: o pular Carnaval no subúrbio carioca durante a Ditadura Militar (1978-1985)”. Esta pesquisa tem por objetivo compreender a formação de múltiplas identidades suburbanas a partir do Carnaval promovido por Grêmios Recreativos Escolas de Samba no subúrbio carioca durante o período da Ditadura Militar. Afim de analisar a estrutura da festa e sua relação com o território da cidade do Rio de Janeiro, leva-se em consideração os temas dos enredos, as letras e harmonias dos sambas-enredo e, principalmente, a relação das Escolas de Samba suburbanas com seus entornos. É por meio de uma relação com o território que estes Grêmios Recreativos são fundados, constituem-se como agentes políticos para suas localidades e valorizam a ideia de pertencimento e orgulho suburbano. A partir disto, é possível compreender a festa como um elemento central na construção de identidade nos espaços da cidade, e, no caso desta pesquisa, o Carnaval promovido por Escolas de Samba no subúrbio do Rio de Janeiro ganha contornos próprios e nos auxilia na compreensão da formação das identidades suburbanas cariocas.

O recorte temporal dentro do período da Ditadura Militar vai de 1978 a 1985. A escolha foi feita em função do contexto de desarticulação da máquina repressiva responsável por configurar o caráter autoritário e centralizador ao regime a partir, por exemplo, do fim dos Atos Institucionais e do Sistema Nacional de Informação, especialmente com o movimento de desmantelamento dos órgãos públicos responsáveis pela censura. A análise do período de abertura democrática é interessante para a pesquisa por ser uma forma de compreender a territorialização da Ditadura Militar a partir da atuação dos Grêmios Recreativos suburbanos.

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano de 2023, projeto: “A festa no refúgio dos infelizes: o pular Carnaval no subúrbio carioca durante a Ditadura Militar (1978-1985)”, sob orientação do Dr. Mauro Amoroso, bolsista: CAPES.

Entender como as Escolas de Samba sentiram e se posicionaram diante deste movimento -o que não exige necessariamente uma posição explícita em enredos e sambas-, e se ele teve reflexo na estrutura do Carnaval nas áreas do subúrbio carioca são algumas questões essenciais que levantamos ao decorrer do trabalho.

Neste bojo, a censura se torna um dos eixos principais do trabalho, uma vez que as manifestações populares estiveram sob constante vigilância dos censores. Os Grêmios Recreativos Escolas de Samba precisaram do aval da censura a partir da lógica de que ideias subversivas que infringiam uma suposta moral e bons costumes conservadores deveriam ser caçadas. Por isto, as fontes trabalhadas referem-se aos requerimentos de censura prévia enviados por Escolas de Samba pertencentes ao fundo do Serviço de Censura de Diversões Públicas, responsável por fiscalizar o universo carnavalesco dos enredos, letras de samba, festas, fantasias, decorações e alegorias, disponível no acervo do Arquivo Nacional. Nelas, é possível buscar um entendimento sobre o funcionamento da festa no subúrbio carioca por meio das solicitações referentes a alegorias, fantasias, carros alegóricos, sambas de enredo e programações que foram enviados aos censores a fim de requerer aprovação para o Carnaval.

O fundo trabalhado nesta pesquisa conta também com as programações pré-carnavalescas e carnavalescas da Riotur. O cruzamento de dados disponíveis nas fontes consultadas possibilitam uma compreensão sobre quais foram os principais temas que se tornaram enredos na época, sendo possível estabelecer algumas tendências temáticas ao relacioná-los com o período ditatorial e a exigência de enredos de temas nacionais. Além disto, é possível observar diferentes formas como a celebração do Carnaval ganhou corpo no espaço da cidade do Rio de Janeiro, notando a formação, mais uma vez, de algumas tendências de comemoração no subúrbio que distinguiram-se, por exemplo, daquelas realizadas no Centro da Cidade e na Zona Sul. Percebemos uma diferença significativa no que diz respeito a forma como o Carnaval era realizado no Rio de Janeiro, o que não deve ser entendido somente como um mero reflexo da segregação socioespacial da cidade, mas também como um elemento que contribuiu para a desigualdade territorial.

Territórios em disputa: espaços centrais e suburbanos na cidade do Rio de Janeiro

A configuração espacial que nos interessa neste ensaio é referente a existência de duas grandes divisões que convergem em uma mesma região: zonas suburbanas e zonas centrais da cidade. Esta divisão remonta as primeiras metades do século XX, durante a Era das Demolições, e foi responsável por modificar a estrutura da cidade e promover a remoção dos

populares das áreas centrais junto a um controle de suas celebrações e da forma como eles agiam (Rocha, 1995). Neste contexto de refinamento

de costumes a partir da imposição de uma modernidade aos moldes europeus, principalmente parisienses, a classe trabalhadora consolidou-se em áreas paralelas à linha do trem estruturando a categoria subúrbio. É neste sentido que a divisão entre zonas Norte e Oeste frente a zonas Central e Sul ganha força a partir da construção simbólica dos espaços da cidade.

O subúrbio carrega um estigma que se intensifica ao longo do século XX, chegando as décadas de 1970 e 1980, o recorte temporal deste trabalho, já consolidado. Não significava mais um lugar propício para curtir o veraneio e, ao se consolidar como o local de moradia da classe trabalhadora, foi afetado por mais um processo de reorganização espacial por meio dos projetos de remoção dos favelados ao longo da cidade encabeçados pelo Governo da Guanabara. Este movimento materializou-se na construção de moradias a fim de alocar os removidos em regiões mais afastadas do Centro da Cidade e na Zona Sul -locais de maior especulação imobiliária no momento- a partir da construção de casas populares no subúrbio, marcando, então, a Era das Remoções (Brum, 2012).

Observa-se que as funções dadas ao território partem das relações de poder e ganham corpo ao longo da divisão dos espaços da cidade, produzindo não somente a disposição geográfica dos bairros, como também uma divisão social. As zonas Oeste e Norte ganham um sentido particular no arranjo da cidade, não por uma mera formalidade de denominá-las como suburbanas para organização do espaço, e sim por carregarem consigo um estigma a partir dos usos que se fazem deste espaço, tornando-o território. Ao ser tido como o local destinado a moradia da classe trabalhadora, evoca a modo de vida marginalizado, que para Maciel (2010, p.193-194) ganha um sentido particular:

“[...] em seu sentido atual ser “suburbano” não quer dizer apenas morador de subúrbio, mas carrega uma carga histórica de preconceitos e discriminação social da pobreza na cidade, da ausência de direitos, e até um sentido muito particular de ausência de refinamento de hábitos, falta de bom gosto ou civilidade que seriam próprios, característicos ou quase inerentes aos moradores desses bairros.” (Maciel, 2010, p. 193- 194).

O local ocupado pelo subúrbio carioca é heterogêneo, e não deve ser considerado a partir da unanimidade de costumes, comportamentos e tradições. Dentro do imaginário de lugar dos subversivos, foi responsável por estruturar formas de enfrentamento a segregação imposta ao desenvolver maneiras peculiares de condução do cotidiano, de relação com o mundo do trabalho e também de suas práticas culturais. Mesmo sendo composto por bairros distantes e

distintos entre si, o subúrbio é atrelado a um modo de vida marginalizado e lhe foi determinado um sentido pejorativo.

Fernandes (2007, p. 198) refere-se ao subúrbio como um lugar “onde a cidade perde seu nome” para chamar atenção aos usos que se fazem do espaço da cidade. O subúrbio não é considerado periferia por sua distância em relação ao Centro da cidade, uma vez que diversos bairros que compõem a zona Norte estão próximos a este local e mesmo assim ainda ganham o título de bairros suburbanos. Ele ganha esta denominação em relação à bagagens políticas, sociais e culturais que se diferem das zonas Central e Sul da cidade ao adquirir um sentido negativo comparado ao resto da cidade que nasce a partir de um processo de exclusão. Desta forma, ele é indissociável da segregação socioespacial que toma forma nos espaços urbanos e, a partir dela, produz-se um discurso que legitima uma cidade desigual a partir da disputa entre relações de poder que hierarquizam as classes sociais que compõem o Rio de Janeiro.

Ao articularmos diferentes momentos do século XX, observamos a construção de uma função destinada ao subúrbio. Isto reforça que o território deve ser compreendido como uma instância viva, e não como um mero pano de fundo para o desenrolar dos acontecimentos. Fernandes (2011) mostra os usos que se fazem deste espaço ao propor um rapto ideológico da categoria, que corresponde a uma mudança de sentido da ideia de subúrbio. Neste caso, ele ganha uma outra função dentro do espaço da cidade, bastante distinta daquela dada em outros lugares do mundo como, por exemplo, nos Estados Unidos. Não corresponde ao lugar de moradia das classes altas e deixa de ser o destino para as férias de veraneio, pois o subúrbio do Rio de Janeiro se transforma a partir de uma lógica de adequação ao capital por meio do projeto de reforma urbana implementado por Pereira Passos a partir de 1903. Assim, o sentido conferido ao subúrbio ganha um contorno específico de acordo com a função que lhe foi designada durante a reforma, que, por sua vez, se relaciona ao local de habitação do proletariado e ao seu modo de vida desprestigiado em relação as outras áreas da cidade (Fernandes, 2011, p. 59).

A mudança de sentido defendida por Fernandes (2011) reflete um conjunto de transformações na realidade social. Para mudar a forma como se entendiam e se diferenciavam os espaços da cidade no século XX, foi preciso, antes, mudar a materialidade da vida. Desta maneira, o subúrbio passa a abrigar as populações de baixa renda próximas aos ramais ferroviários, afastando-as do Centro da cidade e da zona Sul, que passaram a ser considerados lugares destinados as classes abastadas. Neste mesmo movimento, observa-se que a carência de acesso ao transporte e a segurança possui índices maiores nas zonas consideradas suburbanas

(Silva, 1988, p. 149). Desta forma, o subúrbio e o suburbano não se referiram somente a títulos dados àqueles que moravam em áreas mais afastadas da cidade cortadas por uma malha ferroviária, mas também ao seu modo de vida particular, relacionado a falta de refinamento e acesso precário a serviços básicos como, por exemplo, fornecimento de luz e abastecimento de água (Silva, 1988, p. 20). Assim, Fernandes compreende que a mudança de sentido da ideia de subúrbio está tanto no nível das representações como da vida material: “[...] Em termos sociais subúrbio passa a representar o espaço idealizado como lugar do proletariado e das indústrias, simbolizando o ambiente das classes sociais de das atividades rejeitadas.” (Fernandes, 2011, p. 58).

A categoria de subúrbio carioca é um passado que, apesar das mudanças, se faz presente. Isto não significa que o subúrbio permaneceu intocável e imóvel durante a passagem do tempo, pelo contrário, já que houve uma expansão inegável deste espaço. Contudo, mesmo com a construção de seu sentido sendo feita durante as décadas de 1910 e 1920, observamos que no decorrer da Ditadura Militar houve uma continuidade da presença de um estigma relacionado ao subúrbio carioca e também a continuidade da função dada a este território como o lugar destinado aos proletários. A atuação do Estado ditatorial foi no sentido de promover melhorias na infraestrutura das áreas consideradas nobres da cidade, junto a uma expansão da área metropolitana em direção a regiões pouco ocupadas como, por exemplo, a Barra da Tijuca. Em paralelo a este processo de rearranjo dos espaços da cidade devido a concentração de renda, consequência do Milagre Econômico, o projeto de remoção das favelas cariocas da zona sul e construção de conjuntos habitacionais para a população removida ao longo da malha suburbana toma forma e aumenta ainda mais a segregação socioespacial da

cidade. Junto a isto, as zonas suburbanas e a periferia metropolitana careceram de investimento (Abreu, 2006).

***“Mostrando a minha identidade/ Eu posso provar a verdade a essa gente”*: Grêmios Recreativos Escola de Samba e o lugar da cultura suburbana no Rio de Janeiro**

A fundação de um Grêmio Recreativo Escola de Samba é uma forma de ocupação do espaço, agregando-lhe valor. Ao compreendermos território por meio do trabalho de Milton Santos (1998, 2007), a partir dos usos que se fazem do espaço, as Escolas de Samba se tornam o elemento que faz a união entre a gente e o chão, dando sentido à vida àqueles grupos que a constituem. Nascidas através de um esforço coletivo, suas origens estão na cultura de múltiplas diásporas que convergiram e formaram a cidade do Rio de Janeiro, principalmente do final do

século XIX e início do XX, responsáveis por formar não somente os Grêmios Recreativos, mas toda a sua base: o samba e o Carnaval.

O Rio de Janeiro do século XIX foi um lugar de grandes trocas entre as diversas culturas africanas e a cultura europeia. O porto, junto a região Central, configuraram o lugar dos desembarques, partidas, encontros e desencontros de ritmos e tradições que formaram a cultura urbana, e, conseqüentemente, as formas de conferir sentido à vida por meio das festas. Dentre elas, a mais importante para este trabalho é o Carnaval, que antes da criação e popularização das Escolas de Samba na primeira metade do século XX, já era comemorado de diversas formas. Os entrudos marcavam a influência portuguesa, os zé-pereira o caráter popular da festa, os cordões, ranchos, cucumbis e as grandes sumidades carnavalescas, com seus bailes, mostravam que tanto a elite quanto os populares procuraram no Carnaval seus modos de sociabilidade (Cabral, 1998). Por outro lado, o samba, outro pilar dos Grêmios Recreativos, reafirma o caráter diverso da cidade, em especial por se constituir como gênero a partir da grande influência da diáspora banto, com os escravizados que chegaram de Luanda, Benguela e Cabinda e se fixaram próximo as localidades da Praça Onze. Os primeiros batuques e instrumento, junto as primeiras letras e melodias remetem a cânticos e religiosidades africanas, herança que até o samba contemporâneo carrega e deve valorizar (Lopes; Simas, 2023).

O samba, assim como todas as manifestações culturais advinda de africanos, nasceu como ritmo marginalizado. Perseguido no início do século XX, sua análise exige atenção com sua relação ao território: com os movimentos de apropriação e demolição de cortiços e habitações consideradas irregulares no Centro do Rio de Janeiro, as populações de baixo poder aquisitivo começaram a ocupar bairros rentes a linha ferroviária e endossaram as favelas. A partir desse processo, a cidade ganha novos contorno e as consideradas classes perigosas são remanejadas para a periferia central e para os subúrbios distantes e ruralizados. Atrelados a um modo de vida marginal, estruturaram sociabilidades próprias frente a uma vida pautada exclusão e na falta de políticas de reparação no cenário pós-abolição (Cabral, 1998). A origem das primeiras Escolas de Samba, assim como a do samba considerado carnavalesco² é fruto deste processo de marginalização de associativismos negros.

De inegável influência da “Deixa Falar”, bloco carnavalesco que posteriormente ascende ao título de Rancho fundado por sambistas do bairro Estácio de Sá em 1928, na região da periferia Central do Rio de Janeiro, os Grêmios Recreativos Escola de Samba surgem oficialmente na década de 1930 com a atual GRES Portela, antiga “Vai como Pode”. Neste

contexto, tanto a rádio quanto a imprensa possuíram grande importância na popularização e profissionalização das Escolas de Samba, sendo esta última a responsável por patrocinar o primeiro desfile oficial do Carnaval carioca de 1932, ocorrido na Praça Onze. De diversos bairros periféricos e suburbanos que compõem a cidade do Rio de Janeiro, os Grêmios Recreativos estabeleceram, desde suas origens, laços de sociabilidade e formas de legitimação a partir da lógica do associativismo negro, em meio a distintos processos de expansão da desigualdade socioespacial. Diante de uma República contraditória que ao mesmo tempo em que criminalizou e investiu num processo de exclusão social de elementos culturais de origem africana, periférica e suburbana, utilizou do samba como um elemento de propaganda nacional e também como um produto dentro da lógica da indústria cultural, as Escolas de Samba se consolidaram.

As Escolas de Samba possuem, desde suas origens, uma relação afetiva com o lugar de onde vieram. Sobretudo, são responsáveis por formarem um elo entre o subúrbio, as favelas, seus moradores e o samba². Instigam um sentimento de pertencimento que é visualizado nas composições dos sambas, nos mestres de bateria, na identificação com determinado sambista, nas levadas de caixa e na competitividade entre as escolas. Ericeira (2009) mostra que a atuação das Escolas de Samba vai muito além do Carnaval, justamente por conta da responsabilidade da formação de identidades coletivas frente ao território a partir de uma dimensão tanto material quanto simbólica. Para o autor, “[...] esses processos de identificação social implicam que qualquer possível sentimento de fragmentação individual decorrente das vivências múltiplas e heterogêneas no contexto urbano do Rio de Janeiro seja atenuado.” (Ericeira, 2009, p. 37).

As desigualdades da cidade se tornaram conteúdo para a construção e o fortalecimento das Escolas de Samba e, conseqüentemente, do Carnaval. O processo de identificação social, que nasce de uma desigualdade no acesso aos espaços da cidade, não é construído somente a partir da atuação dos Grêmios Recreativo Escolas de Samba, uma vez que também pode ser visualizado em todas as manifestações carnavalescas que tomam conta da cidade, cada uma a sua maneira. A letra do samba que se tornou título desde subcapítulo é um dos exemplos de produção de identificação social periférica por meio do samba: escrita por Jorge Carioca na década de 1970, tornou-se grito de guerra da GRES Mocidade

² O primeiro samba registrado como samba carnavalesco remete ao ano de 1916, de autoria de Donga e Mauro de Almeida e intitulado “Pelo Telefone”. Antes de “Pelo Telefone”, já existiam diversos tipos de samba, porém a ele é atribuída a primeira popularização de um samba durante o Carnaval. Ver mais em: Lopes, N.; Simas, L. A. Dicionário da História Social do Samba. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2023.

Independente de Padre Miguel anos depois por suscitar o sentimento de pertencer à Escola de Samba da Vila Vintém, zona Oeste do Rio de Janeiro.

***“O samba é bem mais que a luz no escuro/ É um grito no futuro”*: as Escolas de Samba suburbana e os carnavais da abertura democrática**

No desfile de 1983, a GRES Unidos de Bangu levou para a festa o samba-enredo “Obrigado, Brasil” que exaltava a a exuberância tropical do país. A valorização dos recursos naturais, do povo brasileiro e da miscigenação marcaram presença no enredo, algo comum para uma época em que os temas ufanistas aparecem com recorrência. Contudo, a Escola deixou claro, logo na letra, que há somente um elemento capaz de salvar o Brasil em direção as novas possibilidades de futuro: o samba³. Em meio a Ditadura Militar, o Carnaval sentiu o alargamento da pressão da censura, que, desde antes do Estado Novo, já fiscalizava a celebração e exigia que os enredos tratassem de assuntos nacionais. Esta expansão dos censores de Diversões Públicas durante o regime atingiu diretamente a festa que precisava se enquadrar numa régua da moral e bons costumes militares.

A censura dos Grêmios Recreativos Escola de Samba e a exigência de temas nacionais não nasceu com a Ditadura Militar. Pelo menos desde a fundação da União das Escolas de Samba em 1934, a relação entre as Escolas e a censura cresceu, assim como o cerceamento das liberdades para escolha e escrita de enredos. Antes mesmo da profissionalização dos Grêmios Recreativos e do primeiro desfile oficial em 1932, o samba já era caso de polícia. Nos governos de Getúlio Vargas, em especial durante o Estado Novo, a vigilância foi ampliada junto com a redução das liberdades individuais e coletivas. Instaurado o golpe militar em 1964 e uma Ditadura sobre o comando dos militares, o Carnaval, mais uma vez, sente este processo. Já adequada à lógica de mercado, principalmente pela atuação da indústria do turismo no Rio de Janeiro, a festa promovida pelas Escolas foram fiscalizadas de acordo com uma moral e bom costumes conservadores e da paranóia anticomunista. A busca por elementos subversivos dentro dos Grêmios contou com o aval de uma aparelhagem burocrática que teve como base a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento e o Sistema Nacional de Informação (Cruz, 2010).

Compreendidas como um possível veículo de deturpação da ordem nacional, as Escolas de Samba necessitavam do aval dos censores para desenvolverem seus carnavais.

³ Ver mais em: Mussa, Alberto; Simas, Luiz Antonio. Samba de enredo: História e Arte. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2023.

Neste sentido, a Polícia Política e o Serviço de Censura de Diversões Públicas agiram em função do sistema de vigilância ditatorial ao fiscalizarem as movimentações dentro dos Grêmios Recreativos, como eleições para diretoria, a origem e o destino das subvenções recebidas, as atividades dos carnavalescos, alegorias, temas dos enredos e letras dos sambas. Dentro deste cenário de repressão, para este trabalho importa o período compreendido como abertura democrática e como as Escolas de Samba do subúrbio carioca fomentavam suas identidades a partir de uma relação com seu entorno.

Momento de ampliação das desigualdades regionais do Rio de Janeiro, a período de abertura democrática da Ditadura Militar também foi sentido a partir de aumento da segregação socioespacial. O estigma carregado pelo suburbano, atrelado a características pejorativas, cresceu conforme a formação de territórios a partir da ação dos contraventores do jogo do bicho, intimamente ligado com as Escolas de Samba do Rio de Janeiro. Este tipo de crime organizado, que manteve relações contraditórias com os militares, enxergou nas Escolas de Samba e no futebol possibilidades de ampliação de seus territórios e de melhora de suas imagens perante o poder público (Jupiara; Otavio, 2015). As marcas destas relações podem ser vistas tanto nas vitórias de Escolas que possuíram patrocínio direto de contraventores quanto no aumento do estigma suburbano relacionado à violência e desordem. Portanto, muito do imaginário social que aloca os subúrbios cariocas como o lugar dos subversivos parte do processo de construção de identidades coletivas a partir da atuação dos Grêmios Recreativos Escolas de Samba.

Considerações Finais

A cidade, dentro de uma compreensão para além de seus aspectos físicos, é um território em disputa. Relacionada a um esquema de dominação moldado a partir das relações sociais que tomam forma ao longo do território, no caso da cidade do Rio de Janeiro observamos que a história de sua configuração espacial passa também por problemas de classe, uma vez que o desornamento da cidade é proposital e serve como um instrumento de segregação. O espaço urbano é compreendido aqui como um território em disputa no qual se formam identidades a partir das relações entre distintos grupos sociais.

O trabalho apresentado teve como objetivo compreender a formação de identidades suburbanas através do Carnaval carioca celebrado no período de abertura democrática (1978-1985). Alvo do Serviço de Censura de Diversões Públicas, este tipo de manifestação cultural nasceu marginalizado na primeira metade do século XX e passou por diversos processos de

transformação, até chegar ao período da Ditadura Militar consolidado como um produto relacionado à indústria do turismo. Neste contexto, observa-se a ampliação das desigualdades socioespaciais da cidade do Rio de Janeiro junto a uma transformação do estigma suburbano por meio da consolidação da contravenção. O Carnaval, em especial aquele celebrado e organizado por Grêmios Recreativos Escolas de Samba, ao mesmo tempo em que sente este movimento, também contribui para que ele aconteça. Portanto, as Escolas de Samba se tornam um objeto valioso para pensarmos a o subúrbio carioca e suas múltiplas identidades.

Analisar a construção do subúrbio no passado não tem como intuito reconstruí-lo, porque isto é impossível. É necessário compreender este passado por meio do contexto do início do século XX para entender a realidade social que tomou forma naquele espaço a partir de seus próprios termos. Ao mesmo tempo, o esforço para a compreensão do subúrbio como instância viva na atualidade não pode ser feito sem levar em consideração este passado vivido, e se faz ainda mais importante ao notamos a permanência de um estigma que foi construído no passado e é reforçado do presente. Reconhecer o subúrbio como um objeto historiográfico faz parte de um esforço para ampliar o direito à cidade e à memória àqueles grupos subalternizados -neste caso, os suburbanos- e, ao mesmo tempo, de garantir espaço de relevância na escrita da História àqueles antes negligenciados ao colocá-los em perspectiva.

Referências

- Abreu, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IPLANRIO, 1997. Barreto, Lima. *Clara dos Anjos*. Rio de Janeiro: Klick Editora, p. 39, 1995.
- Brum, Mário Sérgio. Ditadura civil-militar e favelas: estigma e restrições ao debate sobre cidade (1969-1973). In: *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v.14, n. 28, p. 358, jul/dez, 2012.
- Cabral, Sérgio. *Escolas de Samba do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 1998. Carneiro, Sandra de Sá; Mattoso, Rafael. *Subúrbios: espaços plurais e múltiplos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora Autografia, 2023.
- Cruz, Tamara Paola dos Santos. As Escolas de samba sob vigilância e censura na Ditadura Militar: memórias e esquecimentos. Orientador: Laura Antunes Maciel. 2010. Dissertação (Mestrado) – Curso História: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.
- Ericeira, Ronald Clay dos Santos. Escolas de Samba: território e processos de identificação. In: *Revista Pós Ciências Sociais*, vol.6, nº11, 2009.
- Fernandes, Nelson da Nobrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1945)*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2011.
- Fernandes, Nelson da Nobrega. Onde a cidade perde seu nome. In: Santos, Milton; Bertha K. Becker (Org.). *Território, territórios - Ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro, Lamparina, 2007, pp. 197-208.
- Lopes, Nei; Simas, Luiz Antonio. *Dicionário da História Social do Samba*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2023.
- Maciel, Laura. Outras Memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado. In: OLIVEIRA,

M. P. de e FERNANDES, N. da N., *150 anos de subúrbio carioca*. Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010. Mussa, Alberto; Simas, Luiz Antonio. *Samba de enredo: História e Arte*. Rio de Janeiro,

Civilização Brasileira, 2023.

Rocha, Oswaldo. *A era das demolições*. Rio de Janeiro, Coleção Biblioteca Carioca, 1995. Santos, Milton. O dinheiro e o território. In: Santos, Milton; Bertha K. Becker (Org.). *Território,*

territórios - Ensaio sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro, Lamparina, 2007, pp. 13-21.

Santos, Milton. O retorno ao território. In: Santos, Milton; Souza, Maria Adélia A. de; Silveira, Maria Laura (Org.). *Território – Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Editora Hucitec, 1998, pp.15-20.

Silva, Cátia Antônia da Silva. Espaço e tempo em Milton Santos: alguns elementos para areflexão da História Social do Território. In: *Intellèctus*, v.8, n.2, 2009.

Silva, Eduardo. *As queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

A imprensa do Rio de Janeiro e a primeira Constituição republicana

George Luiz de Abreu Vidipó¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Eric Hobsbawm
Bolsista CAPES/FAPERJ

Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é “O nascimento da república na *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*: entre a coerção e o consenso”, ainda em andamento.

A Grande Imprensa, segundo Werneck Sodré (1999), surgiu na década de 1870 no Rio de Janeiro. Essas imprensas-empresas (BARBOSA, 2010) buscavam ser autossustentáveis financeiramente. Para isso, começaram a se dizer “neutras”, ou seja, não ligadas a nenhum partido político monárquico ou uma personalidade mantenedora. Com isso, não ficavam limitadas aos círculos republicanos ou aos partidos monárquicos. Quando Américo Brasiliense e Campos Salles, fundadores do Partido Republicano Paulista, criaram o jornal *Provincia de São Paulo*, para divulgar as ideias republicanas, assim apresentou o seu programa:

... Não **sendo órgão de partido algum** [como os jornais neutros se apresentavam], nem estando em seus últimos intuitos advogar os interesses de qualquer deles, e por isso mesmo colocando-se em posição de escapar a imposições do governo, as paixões partidárias, ... (PROVINCIA DE SÃO PAULO, 4 de janeiro de 1875. Apud: BOEHRER, 2000, p. 91, grifo nosso)

A *Provincia de São Paulo* passou a sofrer acusações dos monarquistas da região e provável pressão interna do Partido Republicano. Assim, em 1876, declarou que recebia adesão dos republicanos e liberais, mas sem nunca fugir ao seu programa. (BOEHRER, 2000, p.91-92) A *Gazeta de Notícias* e *O Paiz* jamais tiveram de se pronunciarem sobre as suas “simpatias” republicanas mesmo tendo Quintino Bocayuva, chefe do Partido Republicano, como redator-chefe do jornal *O Paiz*.

Após o “golpe militar de 15 de novembro” (BOEHRER, 2000, p. 295), os civis do partido republicano organizaram provisoriamente a forma de governo em “República Federativa” (BRASIL, 2021b) e, por meio do Decreto nº 01 de 15 de novembro de 1889, estabeleceram que não aceitariam nenhum outro governo local contrário a ela. O Decreto Nº

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “O nascimento da república na *Gazeta de Notícias* e *O Paiz*: entre a coerção e o consenso”, sob orientação do Dr. Rafael Brandão.

01, tinha a forçar do Exército e da Marinha para justificarem a autoridade do governo. No entanto, o artigo 07 propunha que o Governo Republicano, “aguardava o pronunciamento da nação expressado pelo sufrágio popular” (OP. CIT.) e uma Constituinte.

O Governo Provisório, que era detentor da “força”, passaria ao longo dos anos de 1889 e 1890 a confirmar a forma de governo com a implantação da Constituinte e da Constituição. Desta forma, a imprensa passou a ser responsável por criar um “consenso” do “povo” para a República Federativa.

A Constituição nos jornais antes de ser decretada pelo Governo Provisório (1889-1890)

Em 15 de novembro de 1889, os militares e os civis usando o poder de coerção, força, puderam impor decretos para organizar o país com a roupagem republicana. Já havia uma pré-disposição de mudanças na sociedade imperial, os monarquistas chamavam de “modernização civil e política”. Tais movimentos eram difíceis de acontecer, devido as várias forças internas no Parlamento que levavam a longas discussões.

Logo no primeiro dia, o Governo lançou o Decreto nº 01, onde ditava como o país iria funcionar com a nova forma de governo. A pequena oposição monarquista logo passou a acusar o Governo Provisório de “ditadura”, por isso havia a necessidade de uma Constituinte. O Decreto nº 01/1889 (OP. CIT.) dava margem, ou tinha uma brecha, onde indicava que a Constituinte iria confirmar ou não as mudanças implantadas pelo Governo Provisório.

Os jornais analisados agiram de forma parecida para acalmar os seus leitores com a mudança da forma de governo e estampar “uma aceitação plena” da República, bem como colocar a Monarquia e os seus políticos como “arcaicos” e “atrasados”.

Na questão da Constituinte e de uma nova Constituição, os periódicos se apresentaram diferentes. A *Gazeta de Notícias* procurou desenvolver uma discussão sobre a futura Constituição (Ver abaixo: QUADRO 1). Nos últimos meses de 1889, os artigos falavam da futura “Carta Magna”, de estudos de direito constitucional etc. *O Paiz* se concentrou em criar a aceitação da forma de governo não dando muita ênfase a instituição de uma Constituinte. Para isso, utilizou artigos de jornalistas e políticos, que diziam que ela era inevitável e irreversível, e a Família Imperial que, no jornal, aceitava a República como “feita”.

Para *O Paiz*, os seus jornalistas e escritores externos, o Governo Provisório saberia produzir e “ensinar” os cidadãos. O artigo “Ordem e Progresso” do *Correio do Povo* de São Paulo, nos permite conhecer o porquê ensinar o “povo”:

Pretender que o povo pode, sem preparo, decidir das mais transcendentes questões sociais, como a paz e a guerra, a constituição da família e da propriedade, da justiça e das finanças, é simplesmente deslocar para o povo a ficção que fazia a fortuna dos reis; é voltarmos ao direito divino, que conferia a onisciência e a impessoalidade ao soberano do nascimento. (O PAIZ, 22 de dezembro de 1889, p.3)

Nesse sentido, a imprensa cumpriria também o papel de educador. Para os jornais, a monarquia havia devastado o país para o privilégio do Imperador.

Na *Gazeta de Notícias*, nos meses de novembro e dezembro de 1889 eram apresentados nomes de vários estados para a futura Constituinte. O lançamento mais importante foi o de Visconde de Ouro Preto e do seu filho, que estavam em exílio na Europa.

O jornal reproduziu artigos do *Correio Paulistano* com o título “A República e os partidos monárquicos”. Neles, personalidades políticas do Império respondiam a uma carta do jornalista José de Almeida Nogueira sobre o “Advento da República” e os seus partidos políticos. Responderam a esse questionamento: Paulino de Souza, Visconde de Cruzeiro, Conselheiro Saraiva, Senhor Godoy, Pereira da Silva, Visconde de Serra de Friburgo, Duarte de Azevedo, Manuel Francisco Silveira, M.P. Souza Dantas, Visconde Lima Duarte, Olegário e o Marquês de Paranaguá.

Todos os políticos colocaram a República como posta e solicitavam uma Constituinte que confirmasse a forma de governo. Escolhemos uma dessas repostas, do Visconde de Cruzeiro, como exemplificação:

Assim que, outro alvitre não deve ter os brasileiros, senão o de prestar tudo auxílio possível ao governo provisório para manutenção da ordem e garantia dos direitos do cidadãos, enquanto não for consultada a nação, a que deve fazer-se com a máxima brevidade, convocando-se a assembleia constituinte, (...)

O governo ditatorial que provisoriamente assumiu o poder, foi imposto pelo império das circunstância de momento, mas a sua duração deve ser tão restrita quanto for indispensável à eleição do governo legal, que terá de ser constituído de conformidade com a nova lei fundamental. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 08 de dezembro de 1889, p. 2)

Parece-nos que os monarquistas tinham a eleição para a Constituinte como a última arena de luta entre Monarquia e República. Assim, o Governo Provisório passou a adiar a convocação de uma Constituinte. No dia 04 de dezembro de 1889, o Governo Provisório convocou uma “Comissão” para formular um anteprojeto de Constituição, composta por: Saldanha Marinho, como presidente, Américo Brasiliense Francisco, como vice-presidente, Antonio Luiz dos Santos Werneck, Rangel Pestana e José Antonio Pedreira de Magalhães Castro.

Saldanha Marinho, Américo Brasiliense e Rangel Pestana foram signatários do Manifesto Republicano de 1870.

Antonio Luiz dos Santos Werneck foi deputado provincial, com base eleitoral em Paraíba do Sul do Rio de Janeiro. Após a Abolição, se declarou republicano e concorreu na última eleição do Império para Deputado Provincial. Werneck e sua família eram de cafeicultores do Vale do Paraíba. Ele se formou em direito em 1881, pela Faculdade de Direito de São Paulo.

José Antonio P. de Magalhães de Castro, era filho do Ministro do Supremo Tribunal do Império, Antonio Magalhães Castro (1814-1896). Advogado com banca no Rio de Janeiro e era Lente Catedrático de Direito Marítimo da Escola Naval. Foi Diretor do Banco Regional do Amazonas e Presidente do Cia. Ferrocarril de Navegação Santa Cruz.

Os republicanos já haviam proposto um “Projeto de Constituição”, o Partido de Republicano de São Paulo (PRP), em 1873, lançou a “Bases para a constituição do Estado de São Paulo”, com a autoria da Comissão Permanente do Partido Republicano². Nela os poderes eram separados (executivo, legislativo e judiciário). O poder executivo era fiscalizado pelo Legislativo (Câmara e Senado). A Câmara tinha poder para impor veto a qualquer um dos seus membros, aos atos do executivo e judiciário. O judiciário era composto pelo supremo, tribunais distritais, juízes municipais e juízes de paz. Os membros da Corte Suprema e dos distritais eram nomeados pela legislatura, os demais juízes pelo “voto do povo”. Todo os postos teriam duração. O voto era facultado a todo homem acima de 21 anos. Cada votante seria elegível. Na declaração dos direitos devia-se garantir liberdade de consciência, separação entre a Igreja e o Estado, garantia da propriedade privada, liberdade de movimento, reunião, trabalho, de instrução, escola pública primária, direito de petição, abolição dos privilégios e sigilo dos correios. (BOEHER, 2000, p. 230-232)

É interessante apresentar o que um dos principais teóricos do PRP, Alberto Salles, fala sobre a Constituição:

... É incontestável que, como lei orgânica do poder político, a constituição tem por fim estabelecer uma limitação as suas atribuições, circunscrevendo cuidadosamente a sua esfera de ação; mas isso longe de ser um abuso de poder, é justamente uma garantia da liberdade individuais e sociais...” (SALLES, 1882, p. 136-137)

² A Comissão Permanente era composta em 1873 por Américo Brasiliense, João Tobias Aguiar e Castro, Martinho da Silva Prado Junior, Antônio Augusto da Fonseca, Manuel Campos Salles, João Tibiriçá e Américo Campos.

Em 11 de dezembro de 1889 a *Gazeta de Notícias* iniciou a publicação de artigos de J.C. Rodrigues com o título de “Soberania dos Estados”. Esses surgiram em resposta a uma proposta do jornal *Correio Paulistano*, que propunha que o Governo Provisório, para fugir do aspecto de “Ditadura”, deveria promulgar a Constituição e convocar um Congresso Federal, com representantes do Estado, não eleitos, para modificá-la. Desta forma, os Estados passariam a ser valorizados, pois o Brasil era uma República Federativa. Rodrigues, então argumentou que os Estados não eram soberanos, pois “O Estado do Brasil existe, pois, antes dos estados que substituem as províncias da monarquia. É ele que deve dar existência aos estados, e não estes àqueles”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 11 de dezembro de 1889, p.1)

Rodrigues foi questionado pelo *Correio Paulistano* e, em 18 de dezembro, respondeu com outro artigo que nos EUA as colônias se declararam Estado. Para ele, isso era um fato e a Constituição Americana foi o elemento agregador. Lembrou que, no Preâmbulo da Constituição, não mais os Estados faziam a Constituição, mas o povo dos Estados, os cidadãos. Mesmo assim, houve divergências quanto ao governo central e a manutenção de rigorosa independência local. Além, é claro, da questão da escravidão que provocou a guerra civil. O autor, então, demonstra a diferença:

...No Brasil havia unidade: o que trata agora de fazer e não criar 20 unidades soberanas, mas, no exercício da soberania do povo brasileiro, delegar ao governo central aqueles serviços que mais convenientemente puderem ser feitos por ele e deixar com os Estados tudo o que concerne a seu desenvolvimento local. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18 de dezembro de 1889, p. 1)

A Comissão para projeto de Constituição, “Comissão dos Cinco”, usou como referência consultiva as Constituições dos EUA, da Suíça e da Argentina. (OTAVIO, 1897). Essas referências não foram citadas no período anterior a eleição da Constituinte e da sua implantação. Em nossa pesquisa, J.C. Rodrigues foi o único que citou nos seus artigos a Constituição da Argentina, do México e dos EUA.

No *O Paiz*, a preocupação era justificar República e decretá-la como irreversível. Para isso, colocou até a Família Imperial como conformada com a perda do trono e o “Advento da República”. Em um artigo reproduzido pelo *O Paiz*, do *El Diário*, Buenos Aires, de nome “Medidas Extremas” o editorialista fez menção a deportação, pelo Governo Provisório, do Visconde de Ouro Preto, do Barão de Ladário, ex-ministro da Marinha, e do ex-senador Silveira Martins; e exaltava as personas do Governo Provisório, os ministros Quintino Bocayuva, Ruy Barbosa e Campos Salles. No artigo o “papel nefasto da monarquia” para o país se repete: “O governo derrocado baseava-se em um regime profundamente estragado por vícios e defeitos

que eram a um tempo da tirania para a liberdade...” e continua: “Quanto mais avançava o povo brasileiro no campo das conquistas democráticas, mas o velho regime ostentava a sua impotência para lavar o bem comum à sua incompatibilidade perante a dignidade humana...” (O PAIZ, 29 de dezembro de 1889, p.1)

O Paiz deu peso a Constituição Norte-americana e diminuiu a experiência europeia (inglesa e francesa). Com isso, justificava o Governo Provisório e rejeitava o termo de “Ditadura”. No artigo de Máximo Job, de nome “Parlamentarismo”, podemos ver a prevalência da ideia de **república presidencialista** “... A tendência, hoje dos Estados Unidos, é reforçar as atribuições e a autoridade dos governadores e diminuir as dos corpos legislativos”. (O PAIZ, 16 de janeiro de 1890, p.1) Ele então continua na sua exaltação do executivo usando outro exemplo:

O que torna, porém mais notável essa evolução constitucional na grande União e o alargamento constante das atribuições do executivo não só nos Estados como no condados e a atribuição dada ao eleitorado de decidir a exemplo da Suíça de todas as grandes questões financeiras. (...) Na América a preocupação geral de limitar o poder legislativo no que ele por sua dependência do eleitorado, pode ser nocivo a comunhão e estender as atribuições das autoridades responsáveis, cujo exercício relativamente curto impede que possam fazer mal por muito tempo. O parlamentarismo, o fabrico insensato de leis, os “discursatórios” vão pouco a pouco desaparecendo, ... (OP. CIT.)

Em março de 1890, *O Paiz* lançou um artigo, reproduzido do *Correio Paulistano*, com o nome de “Preparação Constitucional” onde dizia que o povo (várias classes) requeria do Governo Provisório:

Eles [povo] impulsionam o governo a decretar a Constituição como ele [governo] decretou a República, a pô-la em vigor, e a convocar uma assembleia dos deputados da não, eleitos por cada estado, assembleia incumbida por cada estado de retificar e consagrar esta constituição assim praticada e posta em execução, ou emendá-la, corrigi-la e revê-la. (O PAIZ, 8 de fevereiro de 1890, p.3)

Nos dois periódicos, nos meses de fevereiro e março, publicaram notas em que as cidades requeriam que o Governo Provisório “decretasse” a Constituição Republicana. A partir do mês de março de 1890, os dois jornais pesquisados começaram a indicar recebimento de esboços projetos constitucionais dos membros da Comissão dos Cinco e de outros.

Gomes Ribeiro (1917) indicou que, além desses três esboços dos membros da “Comissão dos Cinco”, apareceram outros na imprensa. A *Gazeta de Notícias* declarou ter recebido o esboço de Basílio dos Santos, mas não comentou ou publicou o conteúdo. *O Paiz* e

a *Gazeta de Notícias* revelaram ter recebido o esboço do Sr. Agonates³. *O Paiz* indicou também ter recebido o esboço do Apostolado Positivista e de Francisco Ignácio Ferreira.

Os esboços dos membros da “Comissão dos Cinco” foram apresentados no período de março a abril de 1890, sempre na página 1 pela *Gazeta de Notícias*. *O Paiz* apenas indicou o recebimento, mas não os reproduziu em suas páginas (ver abaixo: QUADRO 1). Os esboços da Constituição avulsos, que os jornais apontaram, não foram reproduzidos.

Ao longo do período de exposições dos esboços, nos periódicos surgiram críticas e análises da futura Constituição. Os artigos eram de pessoas não identificadas (escondidas em pseudônimos), de juristas, associações de juízes e do Bispado do Brasil. Na página 3, onde eram publicadas as cartas-artigos de leitores ou associações, não encontramos nenhuma avaliação dos esboços de Constituição. O “povo” neste sentido não participou dessa discussão.

Abaixo, o QUADRO 01, é feita uma exposição dos artigos, esboços e reprodução dos projetos de Constituição do Brasil.

QUADRO 01				
APRESENTAÇÃO DO TEMA “CONSTITUIÇÃO” NOS JORNAIS				
CONTEÚDO	DATA INICIAL	DATA FINAL	QUANTIDADE	PERIODICOS
Esboços da Comissão, indicações de recebimentos, artigos, críticas, análises etc.	01/01/1890	13/07/1890	44	Gazeta de Notícias
	01/01/1890	23/06/1890	25	O Paiz

Através da observação dos resultados do Quadro 01, podemos constatar que a *Gazeta de Notícias* teve uma preocupação maior em apresentar o tema “Constituição”, seguindo a premissa do redator-chefe Ferreira de Araújo de permitir o debate e a análise do Projeto da Constituição pela sociedade ou parte dela. *O Paiz* optou em ser informativo e não dar muita ênfase aos esboços. No entanto temos que observar o “tema” foi pouco exposto, pois em 386 edições, considerando os dois jornais, o “tema” apareceu somente em 69 edições, ou 17% das delas.

³ Pseudônimo de Amaro Cavalcante, natural do Rio Grande do Norte, capitalista e advogado, graduou-se nos Estados Unidos da América. Ele é o autor do “Projeto da Constituição de um Estado”, 1890. (O PAIZ, 16 de novembro de 1893, p.2) Foi eleito constituinte em 1890 pelo estado do Rio Grande do Norte.

A Teoria da Agenda (agenda-setting) busca entender como que os “temas” propostos pela mídia passam a ser prioridades de seu “público” ou da “opinião pública”. Maxwell McCombs, pesquisador descobridor dessa metodologia da comunicação assim resume:

Ao longo do tempo [repetição], os tópicos enfatizados nas notícias tornam-se os assuntos considerados os mais importantes pelo público. Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública. Estabelecer esta ligação com o público, colocando um assunto ou tópico na agenda pública de forma que ele se torna o foco da atenção do público... (MCCOMBS, 2009, p.18)

Essa proporção de 17% nos chamou a atenção e é necessária sua avaliação com base na Teoria da Agenda. Algo que faremos mais abaixo. Por ora iremos expor as críticas ou análises dos esboços da Constituição feitas nos periódicos.

Em março de 1890, após iniciar a publicação dos esboços-projetos de Constituição dos membros da “Comissão dos Cinco” a *Gazeta de Notícias* lançou um editorial com o nome de “A Constituição” onde elegia a proposta de Werneck-Pestana como sua preferência:

... será provavelmente o eixo de discussão previa que vai haver entre os membros da comissão, pela minucia com que se ocupou de todas as questões que devem ficar assentados no novo pacto fundamental da nação brasileira e cremos que terá produzido no espírito público a mesma favorável impressão que nos causou. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de março de 1890, p. 1)

Nos dias 1 e 3 de março de 1890, foram publicados o projeto de Américo Brasiliense, e no dia 13 março o de Magalhães de Castro. Sempre precedidos de palavras elogiosas, mas de nenhuma exaltação como a dada ao de Werneck-Pestana. Todas as críticas e análises do esboço-projeto de Constituição foram feitas ao de Werneck-Pestana. Santos Werneck teve grande espaço para responder aos artigos que questionavam o seu projeto. No *O Paiz* as críticas nos poucos artigos aos “esboços” eram direcionadas ao projeto da dupla, mas Werneck ou Rangel Pestana não tiveram a espaço para réplica.

Retornando ao editorial (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de março de 1890) foi eleito o artigo 10 do projeto de Werneck-Pestana como o mais importante. Esse tratava da divisão do território e da organização econômica.

Art. 10. Quando um estado, por não lhe bastar a renda própria aos serviços indispensáveis da sua existência autônoma, e esgotadas as combinações autorizadas no artigo anterior, impetrar auxílios da União, entende-se espontânea e imediatamente classificado como província, e assim o referendará o presidente da República. Os senadores do ex-Estado perderão incontinentemente as suas cadeiras no senado, e o Congresso dará à nova província os subsídios compatíveis às forças do orçamento federal. (WERNECK E PESTANA. Apud: RIBEIRO, 1917, p. 78)

Esse artigo representa a base do federalismo defendido pelos republicanos de São Paulo, que sempre reclamaram do alto custo dos impostos que a Província pagava ao Império e eram repassados para as províncias menores. A *Gazeta de Notícias*, assim, demonstrava que tinha o mesmo pensamento em relação a divisão do território:

A solução enunciada no artigo 10 parece-nos a melhor, Todas as antigas províncias mantêm as suas divisões; e se os seus recursos não lhes permitem a vida autônoma como Estados, lá lhes fica na lei o estímulo para que conquistem a autonomia.

Reduzindo as suas despesas, a sua deputação, os honorários de seus altos funcionários, procurando aumentar a produção, utilizando todos os recursos, elas podem chegar a esse ideal democrático da vida própria, livre, da união pelo acordo independente. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 14 de março de 1890, p. 1)

A discussão “unionista” e “ultrafederalista” que esse artigo traz a luz irá ser travada até o final da Constituinte. (LYNCH, 2016, p.27-28) Alberto Salles, no seu trabalho, discutiu o tema. Para o teórico republicano, o federalismo era superior ao unitarismo (centralização política ou monarquia), pois as unidades da federação podiam conhecer melhor as necessidades locais e, com isso, os recursos financeiros seriam mais bem usados. Essas unidades territoriais deveriam ser divididas em comunas, cidades etc., e ter autonomia para usar os seus recursos como bem achassem. Para ele, o unitarismo tende a ser um “árbitro” e, por isto, tinha a obrigação de “*tudo prever, para tudo prover*” (SALLES, 2017, p. 203). Para isso acontecer, tinha que reunir uma legião de empregados públicos e, com esse aumento, tornaria impossível a diminuição da “corrupção” (OP. CIT., 204). Para Salles, o “Poder Moderador” era a causa principal dela. (OP. CIT., 271).

Dessa forma, na federação, o Governo Central deveria cuidar dos caracteres mais gerais do Estado. Ele observava que a federação era mais apropriada para os países com grande extensão. Para o Brasil, Salles indicava “A federação é, pois, o único regime político, que nos oferece as condições indispensáveis a uma perfeita conciliação da ordem com o progresso”. (OP. CIT., 204) Para nós, Alberto Salles tinha como referência a província de São Paulo que estava em franco crescimento econômico, pois não indicava, ou não se interessava, como se manteriam as Províncias pobres em recursos.

Carlos Perdígão publicou alguns artigos no jornal *O Paiz* com o título de “Questões Sociais: reflexões sobre o projeto da Constituição”. Embora com um enunciado tão provocativo, para nós hoje, o autor desenvolve os seus textos com uma retórica muito grande, onde penalizava a Monarquia e exaltava a República. Para ele, “Nunca a revolução foi aceita com mais calma e seriedade (O PAIZ, 11 de maio de 1890, p.1) Ao mesmo tempo, temia que o

país escolhesse o plebiscito ou até mesmo uma constituinte eleita que poderia levar a nação a uma grande crise. Decretar a “Lei Maior” era o mais apropriado. Ao definir os opositores que confundiriam a “nação” Perdigão se reporta a Europa da década de 1830 a 1870, por isso:

Grave e temeroso problema cuja decisão pode decidir dos destinos da nação. Aí concorrerão tanto os defensores da experiência e do bom senso, como as escolas socialistas, comunistas talvez, ultrarrevolucionárias, cada uma podendo arrastar a nação à ruína pela exageração de princípios absolutos. (OP. CIT.)

Ele via com temor a organização operária e os socialistas que podiam influir na Constituição. Para o autor, a igualdade social poderia ser um problema, pois em nome da fraternidade “se ameace a liberdade e propriedade do cidadão. (...) de uma promessa caridosa, não façamos direito que o indivíduo qualquer se julgue um dia autorizado a reclamar com a ameaça na mão”. (O PAIZ, 15 de maio de 1890, p. 1) Dizia que não se deveria arruinar o “rico” por momentos de cobiça do “pobre”. O país deveria desenvolver a educação e a economia permitindo assim “uma possível igualdade social”. (OP. CIT.)

Nos dois jornais pesquisados, não identificamos nenhuma proposta revolucionária ou comunista para a Constituição. Entretanto, como expusemos em outro estudo (VIDIPÓ, 2022), com o “Advento da República”, os trabalhadores, os operários, da cidade do Rio de Janeiro iniciaram a organização de partidos políticos para participarem da Constituinte: o Centro do Partido Operário, cujo líder era Tenente Vinhaes, e Partido Operário, com o líder Luis França e Silva. O primeiro partido teve grande entrada nos dois periódicos pesquisados onde pôde divulgar as ideias partidárias e as propostas de atuação política. Nesses artigos e discursos, Karl Marx, Benoît Malon, Blanque, Shoeffe e outros eram lembrados. Entretanto, nunca falaram ou pregaram contra a propriedade privada ou a revolução do proletariado. Luis França e Silva até propunha que, para se ter emprego e salário alto, era necessário que os capitalistas criassem indústrias e negócios.

Eles defendiam salários justos, 8 horas de trabalho, descanso aos domingos, férias remuneradas, auxílio-previdência, ... No entanto, diziam que o europeu era solitário e com poucos membros nas famílias, assim, tinham a necessidade de que os brasileiros não tinham, salários muito altos, pois os nacionais tinham hortas e “criação” em suas casas. Tal discurso não impediu que greves surgissem, nos anos de 1889-1891, em uma quantidade que apavoraram os jornais e as revistas do Rio de Janeiro. Talvez isso seja o motivo do pavor de Carlos Perdigão.

De março a maio de 1890, os periódicos publicaram notas de cidades, de intendências (prefeituras) e Câmaras de Vereadores que alternadamente davam felicitações ao governo,

exaltavam a Constituinte, o Plebiscito e a decretação de uma Constituição pelo Governo Provisório. Dessa forma, procuravam influenciar o “povo” a aceitar a vontade do Governo. Não importava que o “movimento republicano”, ao longo de sua história, tenha usado o argumento que o Império havia fechado a Constituinte de 1823 e imposto a Constituição de 1824. Nesse evento o Imperador usou o seu poder de “coerção” para impor sua vontade, algo que os republicanos no Governo Provisório também estavam fazendo.

Edgar Carone levantou que Campos Salles, Quintino Bocayuva e Ruy Barbosa propuseram outorgar uma Constituição (CARONE, 1971, p. 29). Ruy achava que isso deveria acontecer para acabar com a pressão dos banqueiros ingleses Rothschild que cobravam por uma Constituição. Barbosa, alguns anos depois, afirmou para Aurelino Leal que os “positivistas e jacobinos” desejavam ampliar a “ditadura” e que, ele e seus colegas de ministério, pleitearam “a convocação do Congresso”. (LEAL, 2014, p. 164-165)

Os dois jornais publicaram, de março a maio, notas emitidas pela Comissão da Constituição que se reunia para fazer um “projeto definitivo”. Magalhães Castro⁴ era responsável pela relatoria e pelo contato com a imprensa.

Ao receber o texto final da “Comissão dos Cinco”, os ministros e Deodoro estudaram-no. O “Generalíssimo” disse então que não gostou e que não teria a sua assinatura. Os ministros ameaçaram renunciar aos seus postos, menos Ruy Barbosa que não estava na reunião com Deodoro. Ruy, avisado então, foi ao Chefe do Governo e disse que faria outro projeto e foi-lhe concedido 25 dias para fazê-lo. “Durante esse tempo, todos os dias, às 3 horas da tarde, os ministros iam à casa do sr. Ruy, na praia do Flamengo, que lhes mostrava o trabalho feito e trocavam ideias a respeito”. (LEAL, 2014, p. 159) Posteriormente, iam até Deodoro no Palácio Itamarati onde a evolução era lida e o “Generalíssimo” aceitava, recusava ou reescrevia. (OP. CIT., 160-161)

Surgiu assim, o mito de que Ruy Barbosa foi o autor da Constituição Republicana de 1891, negando o trabalho da Constituinte e da “Comissão dos Cinco”. Ruy e os ministros reescreveram o texto do projeto da “Comissão” de forma que agradasse ao Generalíssimo Deodoro da Fonseca.

⁴ João Gomes Ribeiro indica que o relator do projeto da Comissão foi Rangel Pestana: “Para amalgamar todas essas contribuições parciais num todo uniforme e coeso, a comissão escolheu Rangel Pestana” (RIBEIRO, 1917, p. 23) Os dois jornais pesquisados divulgaram notas em que o responsável pela redação final era Magalhães Castro: “O Dr. Magalhães Castro ficou encarregado da redação do projeto final, que resultará da combinação metódica daqueles dois projetos, juntamente com o que também apresentou esse membro da comissão”. (O PAIZ, 01 de abril de 1890, p. 1)

Gomes Ribeiro enumera as mudanças que o Governo Provisório fez ao projeto da “Comissão”:

Revedo o projeto, o Governo Provisório enviou-o ao Congresso Constituinte, quase como o recebeu, salvo em dois pontos essenciais, segundo resulta da comparação dos textos. Limitou-se, pelo punho de Ruy Barbosa, a dividir alguns artigos em parágrafos, a dar mais precisão a certas expressões e aprimorar a linguagem ... (RIBEIRO, 1917, p. 23)

As duas folhas acompanharam com notas o desenvolvimento do trabalho dos ministros do Governo Provisório, o período em que reescreviam o projeto de Constituição: “O ministério, reúne-se hoje às 7 horas [da noite], para discussão do projeto de constituição”. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 de junho de 1890, p. 1)

Em 21 junho de 1890, terminou a discussão do projeto e o Governo Provisório optou por decretar a Constituição que passou a valer até que a Constituinte, a ser eleita no dia 15 de setembro, a julgasse. Os dois jornais não criticaram essa decisão e celebraram a nova Constituição. A *Gazeta de Notícias* assim mostrou como foi a assinatura do Decreto nº 510 do dia 22 de junho de 1890.

ASSINATURA DA CONSTITUIÇÃO

Realizou-se ontem, no palácio do Itamarati, o despacho ministerial para assinatura da Constituição.

O Sr. ministro da fazenda levou em sua pasta o respectivo autografo. Lido pelo Sr. secretário, e feitas algumas emendas a redação, passou o projeto as mãos do generalíssimo chefe do governo provisório.

O menino Mario da Fonseca ofereceu então a S. Ex. a pena de ouro adquirida pelos Srs. Ministros para assinatura solene.

O autografo foi assinado às 5 horas e 50 minutos da tarde. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23 de junho de 1890, p.1)

Os dois periódicos reproduziram na edição do dia 23 de junho a “Constituição”. Os membros da “Comissão dos Cinco” foram eleitos para Constituinte pelos seus estados, menos Magalhães de Castro e Santos Werneck.

Ao analisar esses eventos pelos jornais e que somente 17% das edições de 1889 e 1890 expuseram o tema “Constituição/Constituinte” entendemos que eles optaram em não dar prioridade para seu público, ou seja, não fazer parte das discussões da “opinião pública”. McCombs nos disse acima sobre a ação da mídia: “... colocando um assunto ou tópico na agenda pública de forma que ele se torna o foco da atenção e do pensamento do público é o estágio inicial na formação da opinião pública.” (MCCOMBS, 2009, p. 18) Os periódico então usaram seu poder de agendamento para fazer a Constituição como algo natural do “Governo” e da “Comissão” e não uma ação de discussão do “povo”.

Conclusão

Ao longo desse trabalho, se pôde perceber que a *Gazeta de Notícias e O Paiz* se comportaram como auxiliares do Governo Provisório apoiando as suas decisões, os seus atos e decretos. Mesmo tendo diferenças nas suas atividades editoriais.

Com o “Advento da República”, os dois jornais buscaram criar condições para a população do país, principalmente a do Rio de Janeiro, aceitar a mudança da forma de governo. O Governo Provisório, que tinha feições ditatoriais, com o seu poder de coerção, passou a impor a nação decretos que mudavam a sua forma de funcionamento sem ouvir o povo. Os monarquistas, atentos a isso, requeriam uma Constituinte para que o “povo” fosse ouvido, elege-se os seus representantes e confirmasse ou não a República. Algo que o Decreto nº 01 de 15 de novembro de 1889 permitia.

O “Governo Provisório” temendo a derrota republicana optou por adiar a Constituinte até que decretou a Constituição e a forma do governo republicana em 22 de junho de 1890. Permitindo que uma Constituinte confirmasse ou modificasse a essa Constituição. Todo esse ato do Governo foi apoiado e não questionado pelos dois jornais, apesar da *Gazeta de Notícias* ter dado oportunidade para os debates de juristas e associações interessadas na Constituição do país. Entretanto, esse debate era limitado a forma de governo republicana e nunca monarquista. Demonstrando, assim, a sua não neutralidade.

Fonte

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 1888-1890.

O PAIZ. Rio de Janeiro: O Paiz, 1888-1890.

Referência

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Maud X, 2010.

BOEHRER, George C. A. **Da monarquia à república**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

BRASIL. **Constituição política do Império do Brasil de 1824**. Brasília: Planalto, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm - acesso em 20/01/2023.

BRASIL. Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889. Brasília: Planalto, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d0001.htm - acesso em 20/01/2023.

CARONE, Edgard. A república velha, evolução política. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

CASTELLS, Manuel. O poder da comunicação. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015.

LEAL, Aureliano. História constitucional do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2014.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O momento oligárquico: a construção institucional da república. In: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; ALENCAR, José Almino (Orgs.). A República revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. Porto Alegre: Edipurs, 2016, p. 23-62.

MCCOMBS, Maxwell. A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A república consentida: Cultura democrática e científica do Império. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

OTAVIO, Rodrigo. Constituições Federaes: confronto da constituição federal dos E.U. do Brasil com as constituições da República Argentina, dos E.U. da América e da Suíça. São Paulo: Livraria Clássica de Alves & C., 1897.

RIBEIRO, João Coelho Gomes. A Gênese histórica da constituição federal: subsídio para interpretação e reforma. Rio de Janeiro: Liga Marítima Brasileira, 1917.

SALLES, Alberto. Política republicana. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filho, 1882.

SENADO FEDERAL. Decreto nº 510 do dia 22 de junho de 1890. Brasília: Senado Federal, [2021]. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/388004/publicacao/15722625> - acesso em 20/01/2023.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VIDIPÓ, George. A lança de Aquiles e a opinião pública nos jornais do Rio de Janeiro (1875-1889). Montes Claro: Revista Caminhos Da História, 2021, v 26(2), p. 174–188. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/4357> - acesso em 08/02/2023

VIDIPÓ, George. Imprensa neutra no século XIX: uma análise necessária. In: REGO, Ana Regina (et. al). Os desafios da pesquisa histórica da comunicação: entre a historicidade e as lacunas da historiografia. Porto Alegre: Edipucrs, 2019, p.355-378.

VIDIPÓ, George. Karl Marx na imprensa carioca (1889-1891). In: CASTRO, Ricardo Figueiredo de; ROZENTINO, Gelson; SANTIAGO, Ana Maria; REIS, Tiago de Souza dos (orgs). Anais do 20º encontro de História da Anpuh-Rio. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.encontro2022.rj.anpuh.org/resources/anais/13/anpuh-rj-erh2022/1658147887_ARQUIVO_0cc7c792ffc976f11eb5ad763f475f31.pdf - acesso 25/01/2023.

A atuação da imprensa no caso de Canudos: notícias falsas sobre Conselheiro e seu Arraial no Gazeta de Notícias (RJ)

Gustavo Assumpção Leite Coelho Nunes¹
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Jefferson de Almeida Pinto
Coorientadora: Ana Paula Barcelos

Introdução

Esse texto decorre do projeto da pesquisa em mestrado, cujo título é: “Antônio Conselheiro e a Imprensa Carioca: uma análise das representações do fundador de Canudos nos jornais *Gazeta de Notícias* e *O Apóstolo*”, ainda em andamento. Começamos nossa abordagem a partir da análise direcionada para a *Gazeta de Notícias*, onde buscamos analisar como foi a abordagem desse jornal carioca sobre o caso da Guerra de Canudos, com especial atenção às notícias públicas que se provaram falsas após a conclusão do conflito, pretendendo estudar quais foram os papéis dessas notícias falsas para a representação montada pela *Gazeta*.

Gazeta de Notícias: origem, orientação política e participação na Guerra de Canudos

A *Gazeta de Notícias* era um jornal carioca fundado em 1875 por Henrique Carlos, Manoel Carneiro, Elísio Mendes e Ferreira de Araújo, e circulou pelo Rio de Janeiro e com vendas para outras regiões do país até a década de 1960. O jornal surge com uma política de vendas que conseguiu impulsionar o jornal logo nos seus primeiros anos de existência, e rapidamente sedimentou o periódico como um dos de destaque da então capital, como aponta Asperti:

“Nos anos iniciais o jornal ainda apresentava de maneira simplória as suas minguadas quatro páginas, responsáveis por abarcar as oito colunas estreitas de seu corpo; porém, inovou ao ser vendido diariamente de modo avulso através de garotos-jornaleiros, ao passo que outros jornais rivais só efetuavam vendas por assinatura. A iniciativa da *Gazeta de Notícias*, ao mesmo tempo em que fez com que suas vendas fossem expressivas, também lhe possibilitou a fama de jornal popular ao alcance das massas.”²

Essa política de vendas era apenas uma parte do principal atrativo do jornal, que não apenas se dedicava a publicação de notícias políticas e do mercado, mas também, e talvez essa

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2021, projeto: “Antônio Conselheiro: análise das diversas coberturas feitas sobre o fundador do Arraial de Canudos pelos periódicos *A Gazeta de Notícias*, *O Correio Paulistano*, e *O Apóstolo*”, sob orientação do Dr. Jefferson de Almeida Pinto e coorientação da Dr.^a Ana Paula Barcelos.

² ASPERTI, Clara Miguel. “A vida carioca nos jornais: *Gazeta de notícias* e a defesa da crônica”. *Revista Contemporânea*, n 7, 2006. p. 49.

fosse uma das principais características do mesmo, eram dados espaços a publicação de textos literários em suas colunas, o que tornava a *Gazeta de Notícias* não apenas um jornal informativo, mas também um meio de entretenimento e cultura para seu público leitor³.

Com esse forte atrativo, que foi informado desde o início da *Gazeta de Notícias*⁴, o periódico conseguiu se estabelecer como um dos principais jornais cariocas dentro de um dos momentos políticos mais intensos da então monarquia brasileira, como aponta Marinalva Barbosa:

“No último quartel do século XIX, através das folhas da Corte e mesmo do interior, o questionamento do sistema - significativamente expresso através da imprensa - acirrou-se centrado em três temas recorrentes: as crises entre a Igreja e o Estado (a chamada Questão Religiosa), a insatisfação dos militares para com o Império (a chamada Questão Militar), acirrada em 1886 com a discussão pela imprensa entre o coronel Cunha Matos e o ministro da Guerra, e a campanha da Abolição. Todas elas foram habilmente trabalhadas pela pena dos jornalistas de plantão, contrapondo uma Monarquia que sufocava a uma República que libertava”⁵

As décadas finais do Império do Brasil proporcionaram ao meio impresso um rico cenário para seu crescimento, havendo então uma proliferação dos periódicos, e com a competição entre as folhas, as que se sobressaíram, como a *Gazeta de Notícias*, a oportunidade de se estabelecerem como verdadeiras empresas, e, principal meio de comunicação de massas no Brasil por todo o restante do século XIX e início dos XX.

Se sedimentando como um dos principais jornais da então capital, a *Gazeta* passa por diversas mudanças em sua história⁶, tendo no seu início uma configuração de 4 páginas em média por edição, com cinco colunas em cada página, com folhetins ao pé das duas primeiras, contendo sempre a publicação de algum texto literário, sendo o gênero mais comum as crônicas. Ainda em 1875, o jornal aumenta o número de colunas para seis, depois da edição 125, em 1876 é mudado novamente para sete colunas por páginas, 1877 para oito colunas. Essas mudanças

³ Idem, p. 50.

⁴ “Além de um folhetim d’um folhetim-romance, a *Gazeta de Notícias* trará um folhetim de actualidades. Artes, literaturas, theatros, modas, acontecimentos notaveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propoe a trazer ao corrente os seus leitores [...] Não sendo a *Gazeta de Notícias* folha de partido, apenas tratará de questões de interesse geral aceitando n’esse terreno o concurso de todas as intelligencias que quizerem utilizar-se das suas columnas” *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, Segunda-Feira, 2 de Agosto de 1875. Acessado em 17 de setembro de 2022.

⁵ BARBOSA, Marivalva. “Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro”. INTERCOM - Rev. Bras. de Com., S. Paulo, Vol. XX, nº2, pág. 87-102, jul/dez. 1997. p. 89-91.

⁶ A partir de uma análise das páginas do jornal, observa-se que no primeiro ano, a maioria das edições tiveram 4 páginas, a exceção da primeira edição com 5 e das edições 119 a 125, que apresentaram um aumento para 8 páginas por edição. Porém, na edição 126 voltam as 4 páginas. As 5 páginas da primeira edição justificam-se pela necessidade do jornal apresentar-se ao público. Já entre as edições 119 e 125, não há uma justificativa evidente. Deduzimos, devido ao aumento estar concentrado principalmente nas páginas finais, destinadas à publicidade e anúncios, que houve uma tentativa do jornal abrir mais espaço para tais artigos pagos, intenção abandonada já na edição 126. Em outros anos, há também determinadas edições que foram publicadas com 6 ou 8 páginas, demonstrando que ocasionalmente o jornal necessitou de um aumento na sua capacidade de publicar mais artigos, ora para ofertar mais publicidade, ora devido à cobertura de eventos políticos de relevância.

são relacionadas ao crescimento que o jornal rapidamente passou em seu início, conseguindo atrair além de mais leitores, mais anunciantes e a atenção de mais literários que viam na *Gazeta* uma oportunidade de publicação para suas obras, como aponta Asperti:

“A *Gazeta de Notícias* sempre foi celeiro de grandes escritores; o volume de crônicas publicadas esporadicamente pelos mestres das letras no jornal não era facilmente superado por outra folha. Durante os anos de 1875 a 1890, crônicas de Machado de Assis, Eça de Queirós e também Ramalho Ortigão estamparam-se nas páginas centrais da folha. Porém, não seria possível afirmar que a *Gazeta de Notícias* mantinha uma seção fixa e bem delineada de crônica. Textos esparsos só cedem lugar para a crônica fixa no início da década de 1890, quando observamos seções de crônicas como de Machado de Assis e as inúmeras contribuições de Olavo Bilac por mais de vinte anos no diário.”⁷

A mudança apontada por Asperti na questão das crônicas durante a década de 1890 está relacionada diretamente a todas as mudanças que o Brasil estava passando no final do séc. XIX com o advento da República, e aqui se faz necessário apontarmos para a questão política dentro do jornal. Desde sua primeira edição em 1875, a *Gazeta* informa aos seus leitores que o jornal não se filiava a nenhum partido ou pensamento político, disponibilizando sua folha para a publicação dos mais diversos posicionamentos políticos, entretanto tal neutralidade era posta de lado quando era interessante para sua editoria se posicionar ao lado X ou Y de algum debate importante, tendo como principais exemplos a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, como aponta Vidipó⁸, ao afirmar que a folha sempre esperava para entender qual lado político viria a se destacar ou se estabelecer. O jornal então, ao adotar algum lado, direcionava seus leitores a aceitar a nova ordem vigente, através de artigos de claro apoio ao lado “vitorioso” nas disputas e debates.

Dentre esses exemplos, o caso da proclamação da República provavelmente é o mais notável dentre eles, com Ferreira de Araújo, que permaneceu como editor-chefe até seu falecimento, direcionando o jornal como árduo apoiador do regime republicano, o que veio a ser exacerbado durante a Guerra de Canudos.

A Guerra de Canudos: recorte histórico e embates com as autoridades.

A década de 1890 foi conturbada politicamente para o Brasil, começando com a proclamação da República em 1889, os governos militares de Deodoro da Fonseca (1889 - 1890) e Floriano Peixoto (1890 - 1894), e por fim os governos civis de Prudente de Moraes (1894 - 1898) e Campos Salles (1898 - 1902). Esses quatro governos foram marcados por

⁷ ASPERTI, Clara Miguel. Op. cit.; p. 52.

⁸ VIDIPÓ, George. “A *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889)”. In: Anais do XVII Encontro de História da ANPUH - Rio. UFRRJ, Nova Iguaçu, 2016. p.11.

diversas revoltas e conturbancias políticas, sendo a Guerra de Canudos (1896 - 1897) uma das principais delas.

O que chamamos de Guerra de Canudos compreende a realização de quatro expedições repressivas contra o Arraial de Canudos, fundado por Antônio Vicente Mendes Maciel (18, o Antônio Conselheiro, no interior da Bahia, na região de Vaza-Barris, próximo a Monte Santo (BA). Sobre essa região, Euclides da Cunha conta em *Os Sertões* que se tratava de uma região precária e de pouca habitação, mas que com a ida de Conselheiro e seus seguidores para lá, houve um rápido crescimento:

“Assim, antes da vinda do Conselheiro, já o lugarejo obscuro — e o seu nome claramente se explica — tinha, como a maioria dos que jazem desconhecidos pelos nossos sertões, muitos germes da desordem e do crime. Estava, porém, em plena decadência quando lá chegou aquele em 1893: tijupares em abandono; vazios os pousos; e, no alto de um esporão da Favela, destelhada, reduzida às paredes exteriores, a antiga vivenda senhoril, em ruínas... Data daquele ano a sua revivescência e crescimento rápido. O aldeamento efêmero dos matutos vadios, centralizado pela igreja velha, que já existia, ia transmutar-se, ampliando-se, em pouco tempo, na Tróia de taipa dos jagunços.”⁹

Apesar de sua importância, o Arraial de Canudos não foi por um planejamento minucioso do religioso que por anos peregrinou pelo interior da Bahia e alguns estados vizinhos, como o Ceará. Antônio Conselheiro vivia como um peregrino religioso desde a década de 1870, quando o jornal *Rabudo* publicado em Estância, Sergipe, noticia as atividades religiosas do mesmo sob a alcunha de “Antônio dos Mares” em 1874¹⁰. Não é dado como certo que essa é a data que o mesmo iniciou sua vida como religioso, tendo vários momentos de sua vida sem informações ou fontes que detalham suas atividades antes de se dedicar a um estilo de vida austera, peregrina e pregadora. É certo que Conselheiro é natural do Ceará, nascido na cidade de Quixeramobim em 1830, e que sua família, “os Maciéis”, estiveram envolvidos em conflitos sangrentos com outra família da região, “os Araújo”, como descreve Cunha em seu livro:

“Surgiu de incidente mínimo: pretensos roubos cometidos pelos Maciéis em propriedade de família numerosa, a dos Araújo.
Tudo indicava serem aqueles vítimas de acusação descabida. Eram “homens vigorosos, simpáticos, bem apessoados, verdadeiros e serviçais” gozando em toda a redondeza de reputação invejável.
Araújo da Costa e um seu parente, Silvestre Rodrigues Veras, não viam, porém, com bons olhos, a família pobre que lhes balanceava a influência, sem a justificativa de vastos latifúndios e boiadas grandes. Criadores opulentos, senhores de barão e cutelo, vezados a fazer justiça por si mesmos, concertaram em dar exemplar castigo aos delinquentes. E como estes eram bravos até à temeridade, chamaram a postos a guarda pretoriana dos capangas.

⁹ CUNHA, Euclides da. *Os Sertões* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 117.

¹⁰ OTTEN, Alexandre H. *Só Deus é Grande: A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro*. Belo Horizonte: Edições Loyola / São Paulo: Loyola, 1990. p. 144 - 145.

Assim apercebidos abalaram na expedição criminosa para Quixeramobim. Mas volveram logo depois, contra a expectativa geral, em derrota. Os Maciéis, reunida toda a parentela, rapazes desempenados e temeros, haviam-se afrontado com a malta assalariada, repelindo-a vigorosamente, suplantando-a, espavorindo-a. O fato passou em 1833”.¹¹

Segundo diversos trabalhos biográficos sobre o religioso, como as dissertações de mestrado de Ana Paula Martins Corrêa Bovo¹², e, Elvia Helena Iser¹³, e os livros de José Carlos Ataliba Nogueira¹⁴, e Alexandre H. Otten¹⁵, é certo que Antônio Vicente, pai de Conselheiro não se envolveu no conflito da família, e o religioso assim como seu pai se manteve longe desta contenda entre famílias. Conselheiro teve uma vida inconstante devido a instabilidade em diversas profissões e problemas pessoais até a década de 1860, quando as informações sobre sua vida pré-peregrinações se encerram, retornando informações sobre o mesmo com a notícia dada pelo já citado jornal sergipano.

De 1874 até sua morte Conselheiro se dedicou a uma vida religiosa com bases em suas próprias interpretações da fé católica, e em alguns livros teológicos que o mesmo informava em suas prédicas. Segundo Cunha, as principais bases ideológicas de Conselheiro estavam nos livros *Missão Abreviada*, do padre português Manuel José Gonçalves Couto, no qual o autor indica ter escrito o livro para ajudar os seus leitores a terem uma base catequética contra o protestantismo¹⁶; e *Horas Marianas*, organizado pelo papa São Zacarias em 752, como complemento à devoção mariana cristã¹⁷. Bovo descreve as atividades do religioso da seguinte maneira:

“[...] Levava uma vida ascética, vivia do que lhe ofereciam, pregava ao povo e tomava para si a tarefa de (re)construir cemitérios e igrejas. Formava também mutirões para erguer barragens. Hoje sabe-se não haver nada de herético nas pregações do missionário, o qual era proveniente de uma população cujo catolicismo era em boa dose autodidata, já que os quadros da igreja eram sabidamente insuficientes para zelar pela população mais afastada dos grandes centros. No sertão era comum esse tipo de andarilho. Segundo Maestri (1997), era

¹¹ CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 99-100.

¹² BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. Antônio Conselheiro: Os Vários. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2007

¹³ ISER, Elvia Helena. “A Lenda

Arrepiadora”. Um estudo antropológico da renúncia a partir da biografia de Antônio Vicente Mendes Maciel. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2008.

¹⁴ NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Antônio Conselheiro e Canudos:

revisão histórica / A obra manuscrita de Antônio Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

¹⁵ OTTEN, Alexandre H. Op. cit.

¹⁶ COUTO, Manuel José Gonçalves. Missão abreviada para despertar os descuidados, converter os peccadores e sustentar o fructo das missões. Porto: Typ. Sebastião José Pereira, 1868. p. 5-6.

¹⁷ Sobre esta questão da base ideológica das prédicas de Conselheiro, Nogueira aponta que o Horas Marianas apenas compunha a parte devocional, sendo o Missão Abreviada o que poderia nos fornecer mais informações sobre como Conselheiro interpretava o catolicismo. NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 29.

uma forma de ‘ascensão social’, pois estes indivíduos eram respeitados e cumpriam um papel para aquelas pessoas carentes de tudo. Papel esse que não se confundia com o dos padres. O Conselheiro até que era bem quisto por alguns párocos da região, mas devido às determinações do alto clero da igreja, proibindo pregações de leigos e até do clero secular, o apoio dos padres foi rareando cada vez mais¹⁸

Os primeiros problemas com autoridades, como indica o texto de Bovo, se deram com autoridades clericais em decorrência de debates dentro da Igreja Católica no Brasil sob uma reforma romanizadora¹⁹, que visava aproximar a comunidade e o corpo clerical católico brasileiro diretamente às decisões papais e buscava dar fim a autonomia leiga dentro da instituição²⁰. Sendo Antônio Conselheiro um leigo, pois nunca foi ordenado padre, suas atividades pregatórias iam contra as mudanças que, principalmente o alto clero, estava tentando implementar.

Os problemas de Conselheiro com as autoridades, porém, só se darão de fato com o advento da República. Antes do período republicano, o poder público não considera Conselheiro um problema para a manutenção da ordem, com algumas exceções entre o corpo político tradicional baiano, como o Barão de Jeremoabo que, segundo Otten, já se incomodava desde de antes do caso de Canudos com as ações de assistência à população que Conselheiro empregava em suas peregrinações, e a principalmente com as aglomerações de pessoas em torno do religioso, que a cada ano desde 1874 apenas foi aumentando²¹. O primeiro resultado dessa aglomeração crescente foi a fundação do Arraial do Bom Jesus em 1886, que se inicia com a construção de uma igreja que se conclui em 1892.²² Cunha aponta que o incômodo que Conselheiro causava nos poderes locais se dava pelo fluxo de pessoas que se destinavam a seguir o religioso, o que fica exacerbado com a fundação dos arraiais de Bom Jesus em 1886, e mais ainda depois com o de Canudos em 1893, que acabaram por influenciar na concentração e destinação da renda local; e, também para o fato de que o religioso pregava a adoção de um estilo de vida austera, com um modo de vida de abnegação material, o que também influenciava nas questões comerciais locais²³.

Além de todas essas mudanças que as ações de Conselheiro causaram, o advento da República no Brasil e o instituição do Estado Laico agravaram as relações entre autoridades e

¹⁸ BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. Op. cit., p. 18.

¹⁹ SERBIN, Kenneth. P. Padres, Celibato, e Conflito Social: uma história da Igreja Católica no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 81.

²⁰ Essa questão de uma reforma romanizadora foi o principal catalizador para a chamada Questão Religiosa, ocorrida ainda em período monárquico durante a década de 1870, em que Igreja e Estado entraram em atrito quanto à direção da instituição no Brasil. Ver: SERBIN, Kenneth. P. Op. cit.; p.85.

²¹ OTTEN, Alexandre H. Op. cit. p. 148.

²² Idem, p. 150 - 152.

²³ CUNHA, Euclides da. Op. cit., p. 116-117.

Conselheiro e conselheiristas, pois o religioso via a adoção do Estado Laico, e algumas decisões de secularização de órgãos e direitos que antes eram de responsabilidade da Igreja Católica, como a manutenção e criação de cemitérios e a realização de casamentos, com a instituição do casamento civil, desagradaram muito o religioso, que passou a pregar abertamente contra o regime republicano. Em *Os Sertões*, Cunha diz que a primeira pregação de Antônio Conselheiro contra a República se deu em Bom Conselho (BA), decorrência do aumento de impostos instituídos pelo Estado, com liberdade para cada município para definição dos novos valores.²⁴

A manifestação pública iniciada por Conselheiro ocasionou uma ordem de prisão ao religioso, que foi interceptado por forças policiais em sua viagem de volta para o Arraial de Bom Jesus nas redondezas de Masseté (BA). Nogueira aponta que a interceptação ocasionou um conflito entre os conselheiristas e policiais, sendo esse o primeiro confronto entre as duas partes, mas não ainda englobada na Guerra de Canudos²⁵. Ainda sobre esse conflito, Otten afirma que ele foi o principal catalisador para a construção do Arraial de Canudos, pois Conselheiro, com medo que fossem feitas novas ações punitivas contra ele, não queria que seus seguidores fossem feridos, decidindo por se mudar do Arraial de Bom Jesus para uma nova localidade, mais difícil de se chegar e mais fácil de se defender, sendo assim escolhido a região do Vaza-Barris, onde se funda na fazenda de Canudos o Arraial de Canudos²⁶.

A Guerra de Canudos nas páginas da Gazeta de Notícias

Com a fundação de Canudos, as relações entre Estado e conselheiristas vão gradativamente se deteriorando, tendo em 1896 o primeiro conflito da Guerra de Canudos, que acontece com base em boatos de que um grupo de conselheiristas iriam até a cidade de Juazeiro (BA) saquear a cidade por causa da não entrega de madeiras compradas com um comerciante dessa cidade. Em resposta, autoridades locais requeiram um envio de uma expedição policial para proteger a cidade, o que resultou em um novo conflito entre policiais e conselheiristas²⁷.

As primeiras notícias publicadas nas páginas da Gazeta de Notícias sobre o Arraial de Canudos se dá em decorrência aos eventos que culminam neste conflito, que Nogueira ressalta que foi iniciada pela força policial, que teriam dado os primeiros disparos contra os

²⁴ Idem, p. 115.

²⁵ NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 26-27.

²⁶ OTTEN, Alexandre H. Op. cit., p. 180.

²⁷ NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Op. cit., p. 16 - 19.

conselheiristas²⁸. Em 10 junho de 1896²⁹, o jornal publica telegramas sobre Canudos, noticiando que Conselheiro tinha sob seu comando 18 mil homens, e que ele representava uma ameaça à ordem pública. Por um tempo considerável, as notícias que a Gazeta publicava sobre Canudos viam apenas por telegramas, e de maneira geral tinham um teor muito alarmistas, e procurava identificar todo o Arraial na figura de Conselheiro, raramente se referindo à localidade, mas ao religioso. Não havia muita apuração das notícias que partem na seção de telegramas, e muitas deles chegam a contradizer telegramas publicados anteriormente. Francisco Campos aponta que a falta de apuração foi algo comum nesses momentos iniciais da Guerra de Canudos:

“As notícias sobre Canudos vinham quase todas assim: truncadas e imprecisas; inclusive aquelas mais longas, e que queriam ser mais detalhadas que este limitado telegrama (quanto à extensão do texto), mas não respondiam da mesma forma que as demais notícias da Gazeta, satisfatoriamente às perguntas tão caras ao jornalismo: Quem? O que? Quando? Onde? Como? Por que? A verificação da veracidade de um fato antes de se estampar no jornal, tratando-se na Gazeta, parecia não existir, principalmente nos famosos telegramas. Esse fato veio a colaborar de certa forma para que fosse construída toda uma ideologia anticandudos por parte da referida folha. [...]”³⁰

Quanto a essa falta de apuração das notícias que ocorre na *Gazeta*, é quase que impossível não traçar um paralelo, claro resguardando todas as devidas questões temporais e históricas para não cairmos em anacronismo, com a questão das *fake news* (notícias falsas) que tão recentemente tem afetado nossa sociedade, dando aqui ênfase na questão brasileira com as *fake news*. Pegamos para essa comparação o conceito de comparação que nos apresenta José de Assunção de Barros:

“[...] Antes de mais nada, consideraremos que “comparar” é uma maneira bastante específica de propor e pensar as questões. Frequentemente nos defrontamos com esta forma intuitiva de abordagem quando nos deparamos na vida cotidiana com situações novas, e neste caso a comparação nos ajuda a precisamente a compreender a partir de bases mais conhecidas e seguras aquilo que nos é apresentado como novo, seja identificando semelhanças ou diferenças. Comparar é um gesto espontâneo, uma prática que o homem exercita nas suas atividades mais corriqueiras, mas que surge com especial intensidade e necessidade quando ele tem diante de si uma situação nova ou uma realidade estranha.”³¹

²⁸ Ibidem.

²⁹ ACERVO da Fundação Biblioteca Nacional (AFBN). “Telegrammas”. Quarta-Feira, 10 de Junho de 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/14329. Acessado em 07 de setembro de 2023.

³⁰ CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. *A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro (1896-7) e La Guerra del fin del mundo (1981) de Mario Vargas Llosa: uma análise comparativa entre o discurso republicano e a (re)criação literária*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007. p. 19.

³¹ BARROS, José de Assunção de. “História Comparada - da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico”. *História Social*. Campinas-SP. Nº13. 2007. p. 10.

A comparação que buscamos sobre os casos é em relação a proliferação das notícias falsas por meios da imprensa por causa de pouca ou nenhuma apuração dos fatos. Em sua tese de doutorado, Tatiana Dourado aponta que o uso de informações falsas podem ser traçados desde a Roma Antiga, com Otaviano logo após a morte de Júlio César³², porém, pegando exemplos mais perto do nosso recorte ela apresenta o exemplo das *penny press* - impressos tabloides - na primeira metade do século XX nos Estados Unidos da América:

O discurso de ódio, o apelo às ameaças ou a medos coletivos e o viés sensacionalista integram narrativas que influenciam a opinião pública ao longo do tempo. Na primeira metade do século XIX, a ascensão da chamada penny press, ou impressos no formato tabloide, de custo baixo e venda final barata, reconfigurou a paisagem informativa, mas sem deixar de apelar à invenção de fatos para atrair a atenção dos leitores. Um dos casos mais clássicos, apelidado de “The Great Moon Hoax”, foi protagonizado pelo jornal The New York Sun, fundado em 1833. No ano de 1835, o tabloide publicou seis reportagens sobre a descoberta de uma civilização alienígena na lua pelo astrônomo John Herschel, bastante conhecido nos Estados Unidos, com assinatura de Dr. Andrew Grant, pseudônimo do repórter Richard Adams Locke. O jornal informou que a descoberta do astrônomo foi publicada no “Edinburgh Journal of Science” (HISTORY CHANNEL, 2009; IRETON; POSETTI, 2018; LOVE, 2007; THORNTON, 2000; UBERTI, 2015). “Os artigos ofereceram descrição vívida da geografia da lua, repleta de enormes crateras, enormes cristais de ametista, rios correndo e vegetação exuberante”⁴¹ (HISTORY CHANNEL, 2009).³³

No caso da *Gazeta de Notícias* não se tratava de um tabloide, e o caso de Canudos não era invenção do mesmo, porém muitos dos telegramas publicados pelo jornal, principalmente no momentos iniciais do conflito, se provaram falsos após o término da Guerra de Canudos, o que não exime o periódico de ter propagado uma quantidade significativa de informação falsa. Informações falsas essas que, inclusive, um de seus principais colunistas, Machado de Assis, reclama e já tecia sua defesa de que os conselheiristas não deviam ser perseguidos, mas ouvidos através do envio de jornalistas e fotógrafos³⁴. A questão das notícias falsas parece ser, fruto da necessidade mercadológica de se ter notícias para dar ao seu público.

Como fica muito nítido, ocorre um número muito grande de informações nos anos de 1896 e 1897 sobre Antônio Conselheiro e o Arraial de Canudos, o que chamou a atenção desse jornal de grande porte que era a *Gazeta de Notícias*. Existir, principalmente em uma coluna de notícias rápidas como a dos “Telegrammas” notícias sobre o tema que fossem pouco ou nada apuradas, para o contexto jornalístico brasileiro da época é até compreensível, porém o jornal depois assumiu para si a narrativa do governo de que o Arraial de Canudos era um reduto

³² DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. *Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil*. Orientador: Prof. Dr. Wilson Gomes. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2020. p. 16.

³³ Ibidem, p. 20.

³⁴ AFBN. “A Semana”. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, Domingo, 27 de dezembro de 1896. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_03/15501. Acessado em 07 de setembro de 2023.

monarquista, e Conselheiro, um fanático religioso que tramava contra a República. Essa representação que o próprio Fávilla Nunes, correspondente de guerra enviado pelo periódico já na fase mais avançada do conflito, noticia ser comprovadamente falsa a associação ao monarquismo, e rebate a imagem que a própria *Gazeta de Notícias* propagandeia sobre si mesma de ser inteiramente um jornal apartidário. Tal característica era assumida apenas quando comercialmente interessante se travestir como um jornal não filiado a nenhum pensamento político, mas era nítido que quando o país passava por grandes turbulências políticas, o jornal tomava o lado que a sua editoria o defende, mesmo que grandes colunistas seus se posicionassem contra as ações punitivas do poder federal, como o já citado Machado, e, também Olavo Bilac, que começa em favor das forças governistas, no furor das notícias da morte de Moreira César, mas que depois faz textos lamentando o morticínio causado pela Guerra de Canudos³⁵.

Com isso, podemos ver que as notícias falsas foram a base primária para as construções do Conselheiro e do Arraial de Canudos que a *Gazeta de Notícias* construiu, e que só foi corrigida pois houve um movimento por notícias mais apuradas que levou o jornal a enviar um correspondente de guerra, mas que só entra em ação na fase final da guerra. Ou seja, por boa parte do conflito, o público leitor da *Gazeta de Notícias* foi incorretamente informada, e pouco fez os seus editores para verificar a qualidade das notícias.

Fontes

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional

Gazeta de Notícias (RJ)

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. Recife:

FIN; Ed. Massangana. São Paulo: Cortez, 1999.

ASPERTI, Clara Miguel. “A vida carioca nos jornais: *Gazeta de notícias* e a defesa da crônica”. *Revista Contemporânea*, n. 7, p. 45-55, 2006.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa no Brasil: 1900 - 2000*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

_____. “Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro”. *INTERCOM - Rev. Bras. de Com.*, S. Paulo, Vol. XX, nº 2, p. 87-102, jul/dez. 1997.

BOVO, Ana Paula Martins Corrêa. *Antônio Conselheiro: Os Vários*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2007.

CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. *A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro (1896-7) e La Guerra del fin del mundo (1981) de Mario Vargas Llosa: uma análise comparativa entre o discurso republicano e a*

³⁵ CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. *Op. cit.*, p. 39.

(re)criação literária. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007.

CUNHA, Euclides da. Os sertões [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

DOURADO, Tatiana Maria Silva Galvão. *Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil*. Orientador: Prof. Dr. Wilson Gomes. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2020.

ISER, Elvia Helena. “A Lenda Arrepiadora”. Um estudo antropológico da renúncia a partir da biografia de Antônio Vicente Mendes Maciel. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. Antônio Conselheiro e Canudos : revisão histórica / A obra manuscrita de Antônio Conselheiro e que pertenceu a Euclides da Cunha. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

OTTEN, Alexandre H. Só Deus é Grande: A mensagem religiosa de Antônio Conselheiro. Belo Horizonte: Edições Loyola / São Paulo: Loyola, 1990. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=EHWRyS25b28C&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>

SERBIN, Kenneth P. Padres, Celibato e Conflito Social. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VIDIPÓ, George. “A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro e os momentos decisivos (1888-1889)”. In: Anais do XVII Encontro de História da ANPUH - Rio. UFRRJ. Nova Iguaçu. 2016.

Lemos Britto: entre a raposa e a águia

Helber Renato Feydit de Medeiros¹
Doutorando em História Social PPGHS-FFP/UERJ
Orientador: Gelsom Rozentino

Introdução

Antes de mais nada, é dever deste pesquisador informar que o referido título foi tomado de empréstimo do título do trabalho de Silvia Noronha Sarmiento, “A raposa e a águia”, em referência aos dois contendores da política baiana da década de 1910, J. J. Seabra, aqui a raposa, e Rui Barbosa, apelidado de “Águia de Haia” por sua atuação em Conferência de Haia de 1907. O presente trabalho visa demonstrar como Lemos Britto foi um importante coadjuvante dessa contenda como um verdadeiro soldado de Rui Barbosa.

Já em relação ao próprio Lemos Britto, muito pouco se sabe sobre sua vida e a fim de alcançar o mínimo conhecimento possível sobre sua vida e sua obra, essa pesquisa se utiliza como base o que Raminelli chama de “circuito febvreano”, que é marcado pelo movimento “indivíduo-sociedade-indivíduo” (RAMINELLI, 1990, p. 101-110). A fim de buscar esse movimento junto à sociedade, essa pesquisa procurou realizar um levantamento sobre a vida pessoal e profissional de Lemos Britto junto a periódicos baianos até a sua chegada ao Rio de Janeiro.

Da adolescência acadêmica aos primeiros passos na Imprensa (1903-1908)

Através da pesquisa em periódicos da Bahia entre os anos de 1900 e 1920, na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, está sendo possível realizar um levantamento da vida pessoal e profissional de José Gabriel de Lemos Britto. Segundo Carlos Süssekind de Mendonça, que prefaciou “*Obras completas*”, José Gabriel de Lemos Britto nasceu em 23 de agosto de 1886, porém não relata a cidade de nascimento, mas durante a pesquisa acredita-se que, provavelmente, tenha nascido na cidade de Santo Amaro, também conhecida como Santo Amaro da Purificação, município do Recôncavo Baiano, já que seus familiares viviam naquela cidade. Em 1907 bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia e, segundo

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2020, projeto: “A questão dos menores no Brasil nas obras de Lemos Britto”, sob orientação do Dr. Gelsom Rozentino.

Süssekind, viveu intensamente a advocacia, o jornalismo e a política (LEMOS BRITTO, 1959, vol. 1, Apresentação, p. I).

Em uma trágica publicação de capa da Gazeta de Notícias da cidade de Salvador, de 3 de fevereiro de 1914, sobre o falecimento de um irmão de Lemos Britto, foi possível saber o nome de seus pais e de seus irmãos. José Gabriel de Lemos Britto era filho do farmacêutico Antonio Amynthas de Araújo Britto e de Idália Guimarães Pinheiro de Lemos Britto e tinha quatro irmãos homens, aparentemente mais novos que ele: Mario de Lemos Britto, engenheiro e que era o falecido homenageado na manchete do jornal; Edgard de Lemos Britto, que é retratado na reportagem como “acadêmico”, Arthur de Lemos Britto e Aloysio de Lemos Britto. Além disso, havia três irmãs: Maria da Piedade, Angelina e Alice de Lemos Britto Falcão, esta última casada com um farmacêutico, como seu pai, de nome Mario Falcão (BNDIGITAL: GAZETA DE NOTÍCIAS, ed. 00117, 3 fev 1914, p. 1).

A primeira vez que o nome de José Gabriel de Lemos Britto foi encontrado na pesquisa em periódicos baianos foi na Gazeta Médica da Bahia na edição volume XXXV, n 1, de julho de 1903, em virtude do processo de Faustino Ribeiro Junior, chamado de “teósofo” pelo periódico e que havia sido denunciado junto a Inspetoria Geral de Higiene por charlatanismo. Em 21 de setembro de 1903 o promotor público Arthur de Mello Mattos ofereceu denúncia pelo exercício ilegal da Medicina e Lemos Britto, ainda um adolescente de 17 anos, foi arrolado como testemunha no processo (BNDIGITAL: GAZETA MÉDICA DA BAHIA, ed. 00035, jul 1903, p. 215).

Uma notícia do Correio do Brasil, de 22 de setembro do mesmo ano, mostra que Lemos Britto, apesar da pouca idade e de ser apenas um estudante de Direito, um “acadêmico”, como era reportado pelo periódico, já possuía certo prestígio junto às autoridades soteropolitanas. A manchete chama a atenção para a reunião de uma comissão, composta pelas mais altas autoridades da cidade de Salvador, responsável por debater a visita de Santos Dumont à Bahia. Presidida por José Eduardo Freire de Carvalho Filho, Intendente Municipal, cargo que na época correspondia atualmente ao cargo de Prefeito da cidade de Salvador, Lemos Britto participa como secretário por solicitação do próprio Intendente Municipal. Inclusive participou ativamente da mesma ao propor que somente um orador falaria em nome da Bahia, sendo aclamado então o dr. Arlindo Fragoso (BNDIGITAL: CORREIO DO BRASIL, ed. 00025, 22 set 1903, p. 2). Já na edição do dia seguinte, o nome de Lemos Britto novamente aparece, desta vez realizando a cobertura, como colaborador do Correio do Brasil, de um incêndio na Cidade

Alta de Salvador. (BNDIGITAL: CORREIO DO BRASIL, ed. 00043, 13 out 1903, p. 1 e 2).
Aparentemente esse foi o primeiro periódico onde trabalhou.

A primeira vez que o nome de Lemos Britto surge em um periódico no ano de 1904, desponta em destaque em função de dura crítica da redação do Correio do Brasil por ter publicado no periódico “Tribuna”, da cidade de Maceió, Alagoas, como correspondente literário daquele órgão soteropolitano, uma carta tecendo uma análise positiva da gestão do governador Severino Vieira no estado da Bahia. Aparentemente, tal análise positiva sobre a gestão estadual causou profunda irritação ao redator da coluna do Correio do Brasil, o sr. Jotavilo, periódico esse de oposição ao governo do estado, que sob o título “Aparas e...” transcreveu praticamente toda a carta no texto da coluna, onde teceu diversas e duras críticas. Contudo, logo de início, apresenta surpresa com o posicionamento de Lemos Britto:

“Se não tivéssemos visto o nome do correspondente litterario da <<Tribuna>>, de Maceió, subscrevendo a primeira carta que daqui enviou para aquelle colega [periódico alagoano], duvidaríamos que effectivamente fosse o intelligente moço sr. Lemos Britto o autor de semelhante misturada. Mas lá está em versaes, no fim da carta, a assignatura do nosso collaborador, que certamente perdeu uma boa oportunidade para ficar calado, não se mettendo a fazer apreciações sobre a politica rasteira do sr. Severino”. (sic) (BNDIGITAL: CORREIO DO BRASIL, ed. 00138, 9 fev 1904, p. 2).

Em seguida o texto transcreve a carta de Lemos Britto publicada no periódico alagoano criticando sua análise e reprovando sua visão sobre o governo do estado da Bahia, advertindo-o a se retratar:

“[...] o sr. Lemos Britto ainda acha <<muito cedo>> para emitir-se um juízo seguro (?) sobre o governo do sr. Severino! Bemditta innocencia! Ou o distincto moço não lê gazetas ou, se as lê, não é de certo com os olhos que Deus lhe deo. O <<Correio do Brasil>> já está cansado de emitir JUIZO SEGURISSIMO a respeito desse desastrado governo. E se agora o tem feito COM SEGURANÇA, melhor ainda o fará quando o sr. Lemos Britto julgar asada a oportunidade [...] (sic) (BNDIGITAL: CORREIO DO BRASIL, ed. 00138, 9 fev 1904, p. 2).

Por fim, Jotavilo continua demonstrando irritação sobre a visão de Lemos Britto em relação ao governo estadual, já que esse caracterizava a mesma como “desarregimentada, falha de meios para vingar e que não ultrapassaria o mês de maio, quando findaria o governo de Severino Vieira”.

“[...] nós [...] os da opposição [...] não sabemos se só <<teremos vida>> até 28 de maio [O] intelligente missivista [...] certamente encara o nosso governador como o único capaz de ... salvar a Bahia, enquanto nós, os reprobos, os amaldiçoados opposicionistas, que enxergamos tudo com os olhos que Deus nos deo, julgamos o actual governador o unico capaz de fazer isto voar pelos ares” (sic) (BNDIGITAL: CORREIO DO BRASIL, ed. 00138, 9 fev 1904, p. 2).

Certamente, a impulsividade e a falta de maturidade de um adolescente Lemos Britto foram responsáveis por tamanho erro. Trabalhando em um periódico claramente de oposição ao governo do estado da Bahia, publicar reportagem, mesmo em um periódico de um estado vizinho, foi de uma total imprudência. Contudo, não se sabe se Lemos Britto se desculpou ou não com a direção do periódico.

De qualquer forma, apesar de tamanho erro, aparentemente Lemos Britto foi perdoado, já que o mesmo Jotavilo, na coluna “Correio literário” da edição do dia 29 de fevereiro, tece muitos elogios ao seu primeiro trabalho, Névoas – primeiros versos, publicado pela tipografia do próprio periódico, a Typographia Correio do Brasil ao final do ano de 1903, não sem antes tecer uma leve crítica sobre as ilusões da juventude.

“Um mimo que se contradiz ao título. Ao envez da neblina que escurece, ali só ha luz, muita luz que se irradia de um sentimentalismo todo natural [...] Sublime [...] É muito morrer de amores; mas ... o apreciavel poeta é tão moço ainda, vive ainda no mundo das ilusões...” (sic) (BNDIGITAL: CORREIO DO BRASIL, e. 00153, 29 fev 1904, p. 1).

No ano de 1905 aparece, pela primeira vez, o nome de Rui Barbosa ligado a Lemos Britto. Na edição do dia 31 de março, em uma homenagem realizada pela classe acadêmica da faculdade de Direito ao Conselheiro Rui Barbosa. Na ocasião, Lemos Britto “usou da palavra e em tom incisivo” se pronunciou contra o estado de São Paulo. Foi a primeira vez que aparece alguma relação de Lemos Britto com Ruy Barbosa, mesmo que não tenha sido pessoal (BNDIGITAL: CORREIO DO BRASIL, ed. 00468, 31 mar 1905, p. 2). Contudo um fato a ser observado nas passagens de Lemos Britto pelos periódicos no ano de 1905 é que em nenhum momento ele foi citado como colaborador, nem do Correio do Brasil e nem de nenhum outro veículo de imprensa.

Na pesquisa em periódicos referentes ao ano de 1906, o nome de Lemos Britto não foi encontrado. Já no ano de 1907 o nome de Lemos Britto foi encontrado na Revista do Brasil como redator do periódico “A Bahia” em uma visita ao Vapor Ceará, então novo navio da Empresa Lloyd Brasileiro (BNDIGITAL: REVISTA DO BRASIL, ed. 00003, 15 out 1907, p.17). Na mesma edição, na página 31 sob o título “Dr Lemos Britto”, o mesmo foi parabenizado por ter concluído o curso de Direito.

Não foi possível encontrar como se iniciou a relação de amizade entre Lemos Britto e Rui Barbosa. No entanto, segundo Miceli, Rui Barbosa foi um grande incentivador de campanhas de mobilização da mocidade acadêmica nos primeiros sintomas de desagregação do pacto oligárquico (MICELI, 1979, p. 130-131). Já foi visto anteriormente que Lemos Britto participava ativamente, como acadêmico, desse tipo de campanha, além de ter sido

demonstrado sua ativa participação em uma dessas campanhas em homenagem ao próprio Rui Barbosa. Possivelmente, pelo espírito de liderança demonstrado por Lemos Britto na comunidade acadêmica, ambos podem ter se conhecido em uma dessas campanhas. O primeiro contato, encontrado na presente pesquisa, data de um telegrama enviado por Lemos Britto solicitando a intercessão de Rui Barbosa junto ao governador do estado da Bahia, José Marcellino de Souza, para ser nomeado fiscal do Banco Auxiliar (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, CR183/1225, 11 fev 1908).

Fruto da mocidade acadêmica, em uma época de expansão da imprensa e de outros veículos para a produção cultural, tais como revistas ilustradas e de humor, Lemos Britto, aparentemente, não era proveniente de uma família tradicional da Bahia. Para ter acesso ao serviço público era necessário ter conhecimentos políticos. Contudo, Lemos Britto já possuía um grande currículo na área da imprensa e um bom padrinho político.

Entretanto, era agora um bacharel nas Ciências Jurídicas, o que era um bom requisito para galgar uma vaga no serviço público em uma época em que áreas como a Engenharia, a Medicina e o Direito estavam em alta. Além disso, era o período da *Belle Époque*, também conhecido como a “Era dos Bacharéis”, onde ter o dom da oratória e a arte da retórica era de grande valor (NOSSO SÉCULO – BRASIL, Vol. 1, 1981, p. 117).

“Homem que se prezasse era bem-falante. A oratória compunha a personalidade masculina do mesmo modo que o fraque, o chapéu-coco, o cravo na lapela e o soberbo bigode – tudo isso acompanhado, naturalmente, de um título de doutor [...] as faculdades de Direito, Engenharia e Medicina [eram terrenos assolados] pela retórica, a arte de bem falar [...] o persuadir, o convencer e o dissuadir eram as chaves mestras da política, do mando, do governo e do controle [...]” (NOSSO SÉCULO – BRASIL, Vol. 1, 1981, p. 117).

Não obstante, segundo Emília Viotti da Costa, ao comentar sobre o bacharel do final século XIX – mas que a princípio não teve mudanças significativas no início do século XX –, para ter uma carreira de sucesso, teria que ser protegido por um político ligado as oligarquias. Segundo ela o melhor testemunho da atitude dos bacharéis é dado pelo comportamento dos intelectuais. Localizando suas atividades nos centros urbanos mais importantes, onde o contato íntimo com a cultura europeia e com a vida urbana lhes proporcionava relativo distanciamento da realidade rural, teoricamente opunham-se, por vezes, ao domínio dessas oligarquias e da opressão que infligiam sobre as populações rurais e urbanas. Criticavam o latifúndio e preconizavam métodos de ensino mais modernos. No entanto, continuavam dependendo da mesma oligarquia que queriam combater, ocupando cargos públicos por nomeação ou por interferência desses mesmos elementos da oligarquia. Escreviam em jornais ou revistas e

publicavam livros cujos limites do público leitor eram os próprios oligarcas ou grupos urbanos que compunham a sua clientela. Assim, de dentro dos prédios públicos e das instituições políticas, não viam, ou não queriam ver, que quem governava o país era o campo, o sertão. A cidade, nesses intelectuais, causava um efeito alienante. Inebriavam-se com a literatura e a moda europeia e buscavam nos modelos interpretativos europeus a explicação para a realidade brasileira. As suas aspirações inovadoras significavam menos uma resposta às necessidades estruturais, que eles próprios desconheciam, e mais o desejo de criar no país as condições necessárias para elevá-lo à categoria das nações mais civilizadas (DA COSTA, 1999, p. 262-263).

Voltando ao pensamento de Sergio Miceli, José Gabriel de Lemos Britto seria um típico exemplo “anatoliano”, um intelectual profissional, um polígrafo, ou seja, aquele que escrevia matérias diversas, desde história e política até assuntos científicos e filosóficos, porém que não conquistava posições apenas a título individual. Tinha que se esforçar para satisfazer todo tipo de demandas que lhe dava a grande imprensa, as revistas mundanas, os mandatários e políticos da oligarquia, sob a forma de críticas, rodapés, crônicas, discursos, elogios, artigos de fundo, editoriais etc. (MICELI, 1979, p. 130-131). Contudo, Lemos Britto também se enquadraria no típico bacharel e intelectual exposto na visão de Emília Viotti da Costa. Se Rui Barbosa, seu protetor, não era um autêntico oligarca, era um verdadeiro preposto dessas oligarquias dominantes.

De soldado de Rui Barbosa a defensor da legislação para menores

O ano de 1909 marcará o início da carreira política de Lemos Britto, e com ela os benefícios e desgastes. No mesmo ano assume o seu primeiro mandato como deputado estadual pela Bahia para a legislatura dos anos de 1909 e 1910. Posteriormente ele foi reeleito para a legislatura dos anos de 1911 e 1912. Dessa forma, tem-se a certeza de que Lemos Britto não tenha sido atendido em seus pedidos a Rui Barbosa por um emprego público, uma vez que sendo empregado público, naquela época, não se poderia assumir um cargo legislativo. Isso fica claro no mesmo documento, no caso de João Gualbério Nogueira, que “[...] renunciou por ter aceito emprego publico [...]” (sic) para a legislatura entre os anos de 1903 e 1904 e Octaviano Saback, que “[...] renunciou por ter sido nomeado Delegado Regional no sul do Estado [...]” (sic) (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA, 2007, p. 491 a 493).

Contudo sua presença como parlamentar modifica a relação da redação da Revista do Brasil² para com o agora parlamentar. Se antes Lemos Britto apenas recebia elogios, a partir de sua posse como parlamentar passou a ser criticado veementemente. Observa-se que tal hostilidade a Lemos Britto fica patente a partir de sua posse parlamentar ainda em 1909. É nesse sentido que Lemos Britto, que sempre se mostrou um correligionário de Rui Barbosa, passa a ser criticado pelo periódico, por vezes até de forma ácida. Ainda mais porque o ano de 1909 marcou o início da campanha civilista de Rui Barbosa. São com as críticas da Revista do Brasil, principalmente através da coluna “Chronicas Parlamentares”, é que foram encontradas algumas evidências da atuação legislativa de Lemos Britto.

Para se entender essas críticas, deve-se entender o contexto político baiano do período. Se durante a monarquia a elite política baiana, geralmente composta de membros provenientes das elites agrárias, sustentavam um poder político residual visceralmente articulado aos destinos do regime monárquico (SARMENTO, 2011, p. 26-27), durante a República a sua influência entrou em um processo de declínio, mesmo tendo a segunda maior bancada do congresso – menor apenas que a mineira, com a mesma representatividade que a paulista e maior do que a gaúcha –, e de ter tido influência nos primeiros governos republicanos – quer com Rui Barbosa como ministro do Marechal Deodoro, quer com Manuel Vitorino, vice-presidente do paulista Prudente de Moraes (NEGRO, 2013, p. 268-269).

Contudo, esse declínio de prestígio da Bahia na República pode ser explicado pela importância, pelo peso, da economia do estado na balança comercial brasileira. Em termos econômicos, apesar do grande sucesso do cacau, que contribuiu para o aumento das exportações em relação ao Império, a Bahia não podia se comparar à pujança dos estados cafeeiros. Considerando-se que a exportação de produtos tropicais era o principal norteador da economia brasileira, entende-se que o peso econômico da Bahia era pouco expressivo. A perda de importância política, somada à fragilidade econômica, despertou um sentimento de desconforto nas elites baianas (SARMENTO, 2011. p. 60). Contudo, segundo Antonio Luigi Negro, enquanto na conjuntura de crise e mudança característica da transição do Império para a República, os nomes das elites baianas mantiveram-se leais ao trono, “surgiu uma dupla juvenil bem-disposta com a República”: Rui Barbosa e J. J. Seabra.

² Segundo Willian de Souza Januário, a Revista do Brasil começou a circular em 1906, em Salvador, de propriedade de José Alves Requião, político e dono de alguns diários de imprensa da capital, e era claramente inspirado em magazines como O Malho, Fon-Fon e Careta, findando suas tiragens em 1912” (JANUÁRIO, 2021, p.1).

Segundo Sarmiento, a carreira política de Rui Barbosa começou no final do Império, atuando como deputado geral, porém por apenas seis anos. Foi através do jornalismo que Rui conseguiu converter a marginalização relativa a que estava submetido em um trampolim para alcançar novos horizontes na política. O impacto de sua palavra jornalística, estendido mais tarde à tribuna do Senado e aos meios jurídicos, favoreceu o surgimento de uma relação especial com os dirigentes baianos na República: uma relação baseada no respeito, na reverência e, às vezes, no temor (SARMENTO, 2011, p. 43).

Os dirigentes baianos reconheciam o brilho do conterrâneo e louvavam suas qualidades, o que também era uma forma de mantê-lo distante da Bahia. A influência de Rui na política baiana ocorria, basicamente, de duas formas. A primeira era a forma comum: o aproveitamento de sua inserção no primeiro escalão da política nacional, com tudo que isso significava em termos de influência, benefícios, cargos e vantagens. A segunda forma de influência de Rui na política baiana era bem menos comum – na verdade, era única. Derivava do peso atribuído nacionalmente à sua palavra, que inibia os dirigentes da política baiana de tomarem qualquer atitude que o contrariasse (SARMENTO, 2011, p. 45).

Ao contrário de Rui, e apesar de já ser parlamentar, J. J. Seabra começou mesmo a aparecer na política em 1902. Com apoio de Campos Sales, Seabra conseguiu ser nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores no mandato de presidente Rodrigues Alves. O interessante é que Seabra não teve o apoio do governador da Bahia na época, Severino Vieira, para assumir a pasta. Segundo Sarmiento, “o ministério foi a porta de entrada para Seabra ingressar no primeiro escalão da política brasileira, e o impulsionador de sua primeira tentativa de estabelecer um projeto de domínio político da Bahia” (SARMENTO, 2011, p. 52). Ainda, segundo a autora, a estratégia de J. J. Seabra era assumir posições destacadas, firmar alianças nacionais e, através disso, fortalecer sua posição na Bahia. Era uma atuação por dentro do poder nacional e, simultaneamente, a partir de fora, exercer sua influência na política baiana (SARMENTO, 2011, p. 48).

E essa estratégia rendeu frutos. Por ser uma pasta importante, pois englobava a administração da Justiça, inclusive eleitoral, saúde, educação, polícia, entre outras, Seabra adquiriu prestígio junto ao governo federal. Coube a ele o convite a Oswaldo Cruz para dirigir a saúde e a responsabilidade de levar a cabo a reforma da capital federal, “embelezando” o ambiente urbano, conforme as normas estéticas em voga na Europa, saneando e erradicando as doenças contagiosas que ali grassavam. Acabou ficando com parte do crédito de “civilizar o Rio de Janeiro”, a principal vitrine do país. Além disso, organizou a polícia civil na capital do

país, reformou os serviços públicos e iniciou as negociações para a incorporação do território do Acre. Seabra tinha em mãos um ministério que possuía sob sua responsabilidade grande quantidade de cargos, contratos e obras e que proporcionava ampla visibilidade e prestígio. Era a oportunidade para se firmar definitivamente na política baiana e nacional, e ele fez de tudo para aproveitá-la. Tendo como um dos principais objetivos marcar presença na política da Bahia, deu início a obras de reforma da Faculdade de Medicina da Bahia após incêndio e do porto de Salvador. Começou ainda a formar um agrupamento próprio na Bahia, atraindo jovens doutores seduzidos por sua liderança carismática e pelas possibilidades de ascensão do ministério. Atento ao combate no campo do jornalismo, manteve veículos favoráveis a seu grupo, no Rio e em Salvador, como “O País” na capital federal. Em Salvador, os seabristas se expressaram, inicialmente, através do jornal “Correio do Brasil”, passando depois a “O Norte” (SARMENTO, 2011, p. 101-102).

De volta a legislatura de Lemos Britto, observa-se que não teve vida fácil como político alinhado a Rui Barbosa e ao governo da Bahia, sendo por vezes duramente criticado pela redação da Revista do Brasil, assim como foi também pela redação da Gazeta de Notícias mais tarde. A explicação é simples: enquanto ele era um soldado de Rui Barbosa nos periódicos e na política da Bahia, passou a ser alvo de José Alves Requião que, assim como ele, bacharel em Direito e redator daqueles periódicos, era um soldado de J. J. Seabra (JANUÁRIO, 2017, p. 1).

Apesar de ser um opositor político de Lemos Britto e de ter, por muitas vezes, publicado em seus periódicos críticas ácidas e até nomeando-o com apelidos pejorativos, José Alves Requião nutria um profundo respeito pela sua atuação como parlamentar e jornalista. Observa-se ainda que o apoio político de Requião a J. J. Seabra e seu grupo político deu frutos, já que lhe rendeu a nomeação ao cargo de diretor de polícia do estado da Bahia.

Conclusão

J. J. Seabra assumiu o governo da Bahia no início de 1912 com o apoio da “Política das Salvações”, de interferência no tabuleiro oligárquico dos estados, pelo então Presidente da República, o Marechal Hermes da Fonseca, após o bombardeio da cidade de Salvador. Lemos Britto chegou a ser preso junto com o filho de Rui Barbosa, Alfredo Rui, sendo solto após ter o habeas corpus aceito pelo Supremo Tribunal Federal. Ao fim de sua legislatura em 1912, seu nome não mais aparece nos registros de parlamentares da Câmara de Deputados da Bahia.

O telegrama de Lemos Britto para Rui Barbosa no dia 25 de janeiro daquele ano confirma que, mesmo após o bombardeio de Salvador e a tomada do poder por J. J. Seabra, ele ainda foi um defensor do marcelinismo e do civilismo de Rui Barbosa até os últimos momentos, principalmente na defesa desse grupo na redação do “Diário da Tarde”, periódico onde era redator naquele momento. O próprio *habeas corpus* impetrado por Rui Barbosa para libertá-lo é prova de sua fidelidade ao grupo civilista até os últimos momentos. O teor do telegrama demonstra o desespero de Lemos Britto com o empastelamento de seu periódico pelos militares do Exército e da Armada, aquartelados no *Scout Bahia*:

“O Diário da Tarde esta reduzido a ruínas pelas praças do exercito e do Scout Bahia. Protestae em nome da liberdade e dos brios da Bahia degradada: Lemos Britto”. (sic)
(FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, CR183/1236, 25 jan 1912).

Apesar de toda a mancha causada pelo episódio do bombardeio e seus desdobramentos que, segundo Sarmiento, assinalou o primeiro grande confronto entre Rui Barbosa e J. J. Seabra, a força das palavras de Rui não foi capaz de deter a capacidade de articulação de Seabra, que finalmente concretizou seus planos de tomar o controle da política baiana. A política baiana teve reviravoltas no ano seguinte e J. J. Seabra e Rui Barbosa se reconciliaram e se separaram novamente as vésperas da eleição de 1916.

Nesse mesmo ano, após a publicação de sua obra “Um problema gravíssimo – colônias correcionais e tribunais para menores”, mesmo sendo opositor ao governo da Bahia, Lemos Britto recebeu um convite do dr Antonio Ferrão Moniz de Aragão, então governador do estado da Bahia, para ser um dos representantes do estado no Primeiro Congresso Americano da Criança, realizado em Buenos Aires, e que deu novo rumo a sua vida.

Segundo Marilene Sant’anna, Lemos Britto começou a tomar conhecimento da questão do menor no momento que passou a ocupar a cadeira de lente de Direito Público na Faculdade de Direito do estado da Bahia no ano de 1916 e que foi, a partir desse momento, que garantiu a escolha de seu nome como secretário da representação do estado da Bahia no 1º Congresso Americano da Criança, que seria realizado no mês de julho daquele ano na capital argentina, Buenos Aires. Segundo Sant’anna, além de Lemos Britto, a comitiva baiana contava com nomes conhecidos no meio os Drs. Alfredo Ferreira de Magalhães e Martagão Gesteira. Segundo Sant’anna, o 1º Congresso Americano da Criança foi um divisor de águas na atenção que Lemos Britto tinha em relação a questão da infância. Com a tese “*Um problema gravissimo – colônias correcionais e tribunais para menores*”, ele passou a se dedicar e a publicar mais sobre o tema (SANT’ANNA, 2020, p 184-185).

Sem dúvida, esse convite foi um divisor de águas na vida de Lemos Britto e que irá alçá-lo futuramente a ser um dos grandes penitenciaristas brasileiros, porém o nome de Martagão Gesteira e dos demais não aparecem no Relatório do Presidente da Bahia de 1917 (BNDIGITAL: RELATÓRIO DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS BRASILEIROS - BAHIA, 1917, p. 38). Outrossim, acredita-se que sua defesa da Escola Positiva do Direito e sua absorção das ideias de Lombroso se deve ao fato de maior proximidade com essas teses junto aos membros da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia da Bahia, instalada no Instituto Nina Rodrigues, composta principalmente por médicos e juristas, e onde Lemos Britto era membro da Comissão Administrativa.

Bibliografia

- BNDIGITAL. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Hemeroteca Digital. Rio de Janeiro, 10 jan. 2023. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- BRITTO, Lemos. Obras completas. Assistência a menores, direito penal, ciência e prática penitenciárias. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Serviço de Documentação. Editora: [S.l.] : Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Serviço de Documentação, v. I e II, 1959.
- DA COSTA, Emília Viotti. Da Monarquia à República: momentos decisivos. 7ª Ed. Unesp, 1999.
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. Versão digitalizada da edição especial do centenário da independência política do Brasil na Bahia (1823-1923). Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), 2007.
- FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Dossiê José Gabriel de Lemos Britto. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=ArquivoRuiBarbosa&pagfis=6513>>. Acesso em jan 2023.
- JANUÁRIO. Willan de Souza. Civilismo em terras baianas: representações do “povo” no “Zé” da Revista do Brasil. **XXIX Simpósio Nacional de História**, 2017.
- _____. “RIR É O MELHOR REMÉDIO”: A POLÍTICA BAIANA NO HUMOR DA REVISTA DO BRASIL (1906-1912). **XXXI Simpósio Nacional de História**, 2021.
- MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo: DIFEL, 1979.
- NEGRO, Antonio Luigi. Rui Barbosa e JJ Seabra: a Bahia na Primeira República. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v.36, n.01, p. 267-271, 2013.
- NOSSO SÉCULO – BRASIL, Vol 1 a 10 (1900-1980). São Paulo: ABRIL CULTURAL, 1981.
- RAMINELLI, Ronald. Lucien Febvre no caminho das mentalidades. **Revista de História**, n. 122, p. 97-115, 1990.
- SARMENTO, Silvia Noronha. A raposa e a águia: JJ Seabra e Rui Barbosa na política baiana. Edufba, 2011.

As reformas previdenciárias como resultado da construção de consenso e coerção

Helena Wagner Lourenço Ferreira¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Gelsom Rozentino
Bolsista CAPES

Introdução: A construção da hegemonia

Antonio Gramsci ensina que a dominação não está apenas no campo da coerção, ou seja, do uso da violência, mas também se utiliza da produção de consenso, formando ambas, (coerção e consenso) a hegemonia. Dessa forma, pode-se verificar que nas reformas previdenciárias ocorridas a partir de 1998 houve a utilização de coerção e consenso. Através de um processo de convencimento, feito de maneira processual, as alterações constitucionais foram aceitas, ao menos por uma parte da sociedade, embora retirassem direitos conquistados anteriormente. Pois, segundo Cox, "a hegemonia é suficiente para garantir o comportamento submisso da maioria das pessoas durante a maior parte do tempo."²

Diante disso, Gramsci trabalha com a ideia de Estado Ampliado, ou seja, sociedade civil mais sociedade política, isto é, hegemonia revestida de coerção, não identificando, portanto, o Estado apenas como um aparelho repressivo. Assim, a hegemonia não é construída só a partir do consenso, mas também a partir da coerção. Se a hegemonia é construída apenas com violência, não é hegemonia e está-se diante de um regime ditatorial, e não seria possível ao Estado conseguir implementar seus objetivos apenas com convencimento.

Ainda segundo o autor italiano, na tentativa de se chegar a um consenso é necessário que os partidos políticos moldem as opiniões do proletariado, formando uma vontade coletiva, os fazendo crer que será melhor para eles apoiar aquilo que os partidos querem, ainda que seja a diminuição dos seus direitos conquistados através de muita luta, formalizados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, realizando uma "reforma intelectual e moral".

De acordo com Marinho,

¹ Aluna do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, com ingresso no ano 2023, aprovada com o projeto: "As articulações políticas no processo de desmonte da Previdência Social nos governos Dilma, Temer e Bolsonaro e sua relação com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional". Orientada pelo Dr. Gelson Rozentino de Almeida, bolsista: CAPES.

² COX, Robert. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (org.). **Gramsci: materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007, p. 105.

Ao partido caberá a "formação de uma vontade coletiva nacional-popular da qual [...] é ao mesmo tempo o organizador e expressão ativa e atuante" e também a missão de preparar a "reforma intelectual e moral."³

Segundo Guiot,

O criador, pregador e organizador da hegemonia das classes subalternas é o “moderno Príncipe”, ou seja, o partido político. Seu papel é empreender não só uma renovação política, econômica e social, mas também uma revolução cultural, a criação e o desenvolvimento de uma nova cultura [...] Destaca-se também a necessidade do partido político em empreender a “reforma intelectual e moral” afim de que o proletariado promova a transformação radical da sociedade.⁴

Nas palavras do próprio Gramsci,

O moderno Príncipe [partido político] deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna.⁵

Para que essa vontade coletiva formada não se disperse em diversos pequenos desejos singulares, ela tem que ser feita através de um programa de partido político muito bem pensado e elaborado, retirando a sua espontaneidade.

Mas esta vontade coletiva, assim formada de modo elementar, não deixará imediatamente de existir, pulverizando-se numa infinidade de vontades singulares, que na fase positiva seguem direções diversas e contrastantes? E isso para não falar que não pode existir destruição, negação, sem uma implícita construção, afirmação, e não em sentido “metafísico”, mas praticamente, isto é, politicamente, como programa de partido. Neste caso, pode-se ver que se supõe por trás da espontaneidade um puro mecanicismo [...]⁶

Gramsci ainda explica que essa reforma intelectual e moral não só deve ocorrer através de um programa de partido político, mas através de um programa específico de reforma econômica.

uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral.⁷

Nesse sentido, o programa da reforma da previdência realizado no governo de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro devem ser analisados como expressões da reforma

³ MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. **O Centauro Imperial e o “Partido” dos Engenheiros: a contribuição das concepções gramscianas para a noção de Estado Ampliado no Brasil Império.** In: MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: Ed. UFF, 2006, p. 58

⁴ GUIOT, André Pereira. **Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002).** 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 27-28

⁵ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, vol. 3. p. 18

⁶ Ibid., p. 15

⁷ Ibid., p. 18

intelectual e moral de Gramsci. Ou seja, por detrás de cada ajuste há uma intenção bem definida para a construção do consenso da classe dominada.

Como resultado dessa reforma intelectual e moral, no Brasil, os cidadãos se veem perdendo seus direitos através da primeira reforma da previdência ocorrida durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, em 1998. Não o bastante, novos cortes acontecem em 2003, enquanto Luis Inácio Lula da Silva atuava como Chefe do Poder Executivo. No entanto, as reduções dos direitos na área da previdência não se findaram. Em 2011, no governo de Dilma Rousseff, ocorreu nova reforma previdenciária. Após o seu *impeachment*, o presidente posterior tentou fazer novas modificações no sistema da previdência. Não logrando êxito nessa, emplacou uma reforma nos direitos trabalhistas. Ainda seguindo na mesma lógica, o governo posterior, o de Jair Bolsonaro fez entrar em vigor novas mudanças na legislação previdenciária.

Executar uma mudança na mentalidade da sociedade para se chegar ao consenso é tão importante e necessário que o próprio capitalismo se vale dessa ideia para continuar se expandindo. Von Mises nos ensina que antes de haver persuasão pró reformas previdenciárias tem que haver convencimento, primeiro, pelo capitalismo pois, “nenhuma das grandes invenções modernas teria sido posta em prática se a mentalidade da era pré-capitalista não tivesse sido inteiramente desmantelada pelos economistas.”⁸

Assim, o pensador corrobora o entendimento de que a mudança de mentalidade se faz necessária e ocorre até com a utilização de “empreendedores ideológicos”⁹ que militam “da forma mais constante e declarada a favor do capitalismo de livre empresa contra todos os que, de um modo ou de outro, conformaram-se com a intervenção reformadora do Estado.”¹⁰ Assim, Hayek e Von Mises entendem que “[...] as ideologias têm uma enorme influência sobre as orientações da ação individual [...] Von Mises defende que não há nada mais importante do que a “batalha de ideias” entre capitalismo e socialismo”¹¹.

Dessa forma, não somos bombardeados apenas para nos tornarmos a favor de reformas no sistema da previdência, muito mais que isso, para aceitar o capitalismo no arranjo em que ele estiver. Segundo Dardot,

[...] o trabalho de educação realizado por economistas pode e deve contribuir para a aceleração dessa autoformação do sujeito. A cultura de empresa e o espírito de empreendimento podem ser aprendidos desde a escola, do mesmo modo que as

⁸ DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 150

⁹ Expressão utilizada por Pierre Dardot e Christian Laval.

¹⁰ DARDOT. LAVAL, op. cit., p.150

¹¹ DARDOT. LAVAL, op. Cit., p. 149

vantagens do capitalismo sobre qualquer outra organização econômica. O combate ideológico é parte integrante do bom funcionamento da máquina [capitalista].¹²

No entanto, é interessante observar que as ideias disseminadas pelos partidos não são revolucionárias, mas têm origem no país que estabelece a hegemonia, conforme afirmado por Cox:

o grupo portador de novas ideias não é um grupo social autóctone ativamente engajado em construir uma nova base econômica com uma nova estrutura de relações sociais. É um estrato intelectual que aproveita ideias originadas de uma revolução econômica e social ocorrida anteriormente no estrangeiro [...] em geral, as instituições e regras internacionais se originam do Estado que estabelece a hegemonia.¹³

Segundo Gramsci, o convencimento da sociedade a algo se completa através do trabalho dos aparelhos privados de hegemonia. Ou seja, utilização de jornais, revistas, escolas, dentre outros, que realizam uma reforma intelectual na população, fazendo com que esta passe a querer aquilo que esses aparelhos desejam. Pois,

a elaboração nacional unitária de uma consciência coletiva homogênea requer múltiplas condições e iniciativas. A difusão, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo é a condição principal [...]¹⁴

Para Guiot, "os aparelhos privados de hegemonia organizados na sociedade civil se esforçam em espriar, através dos seus intelectuais orgânicos presentes no Estado, suas formas de dominação para o conjunto do tecido social." Em que pese esses veículos se apresentarem como "neutros", na verdade eles funcionam como partidos, não no sentido *stricto* da palavra, mas no sentido *lato* de ter um lado, não sendo imparcial, mas trabalhando para convencer o interlocutor. A esse respeito Virgínia afirma que

Na sociedade civil se encontram os clubes, as associações, os jornais (ou as mídias), as igrejas, os partidos políticos oficiais, sindicatos, escolas e entidades dos mais diversos fins. Com a evidente exceção dos partidos oficiais, a maior parte delas se apresenta como apartidária [...] Gramsci procura identificar de que maneira tais entidades se tornam "partidos", formas de expressão de interesses sociais expressos através de determinada consciência, determinado patamar organizativo e determinadas relações de força.¹⁵

Esses aparelhos privados de hegemonia, além de atuarem como partidos, se aproximam dos partidos políticos oficiais e passam a integrar o Estado, fazendo com que este

¹² DARDOT. LAVAL, op. cit., p. 150 e 151

¹³ COX, op. cit., p. 115 e 119

¹⁴ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 2. p. 205

¹⁵ FONTES, Virgínia. Hegemonismos e política – que democracia? In: MATTOS, Marcelo Badaró. **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Ed. Consequência, 2017, p. 209.

se converta em “educador geral para os valores e necessidades de tais frações.”¹⁶ Segundo Virgínia,

[...] a aproximação entre partidos oficiais e “partidos” – entidades (APHs) favorece o ingresso de seus integrantes no Estado restrito, sob inúmeros formatos [...] nesse sentido, os APHs passam a constituir Estado [...] o ingresso de integrantes de APHs no Estado restrito – oficial ou oficiosamente – promove a disseminação de políticas estatais efetivas, de escopo mais amplo e extenso do que seria possível á entidade original.¹⁷

Nesse sentido, as organizações multilaterais são utilizadas como aparelhos privados de hegemonia¹⁸. Ou seja, usados como formadores de opinião para a construção do convencimento das classes subalternas e, ao mesmo tempo, instrumento de coerção, através de mecanismos de imposições da sua vontade, que será detalhado adiante.

As organizações multilaterais como construtores da coerção e consenso

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional surgiram em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, como resultado da Conferência de Bretton Woods. O primeiro foi criado com o objetivo de financiar a reconstrução da Europa, devastada pela guerra. O segundo foi com a intenção de impedir crises econômicas mundiais, como a “Crise de 1929”. A respeito dessas instituições, Joseph Stiglitz afirma:

O FMI e o Banco Mundial surgiram durante a Segunda Guerra Mundial em decorrência da Conferência Financeira e Monetária das Nações Unidas em Bretton Woods, New Hampshire, em julho de 1944, como parte de um esforço conjunto para financiar a reconstrução da Europa após a devastação provocada pela Segunda Guerra Mundial, e para salvar o mundo de depressões econômicas futuras.¹⁹

Nas décadas de 1950 a 1980, alguns países da América Latina se desenvolviam através de financiamento a juros baixos e continuavam se endividando, mesmo durante a crise do petróleo, ocorrida em 1973, para manter o modelo de industrialização que já havia sido adotado. O endividamento ocorreu durante um momento de muita liquidez no mercado. No entanto, tendo em vista a segunda crise do petróleo, ocorrida em 1979, houve o aumento dos juros impostos pelo FED (Banco Central dos Estados Unidos), como uma política de defesa do dólar, que foi acompanhado por diversos outros países, como a Inglaterra, por exemplo.

¹⁶ FONTES, op. cit., p. 211

¹⁷ Idem

¹⁸ Vale recordar, que os aparelhos privados de hegemonia não são monolíticos, assim como os partidos políticos oficiais também não o são, havendo tensão e lutas entre eles. Também é mister considerar que há aparelhos privados de hegemonia das classes subalternas, não apenas das classes dominantes, acirrando ainda mais as disputas pela forma de pensar dos indivíduos

¹⁹STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**: a promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Ed. Futura. 4ª edição, 2003.p. 37

Devido ao aumento dos juros, os países em desenvolvimento que haviam realizado empréstimos, como por exemplo, Brasil e Argentina, tiveram dificuldades para honrar com os seus pagamentos, ocorrendo aumento da inflação, queda de renda, aumento do desemprego e, inclusive, em 1982, o México declarou moratória. Ou seja, estava-se diante da chamada "crise da dívida externa."

Diante desse cenário, os países recorreram a empréstimos junto ao FMI (instituição pública mantida através do financiamento e voto de seus países membros, em que apenas os Estados Unidos têm poder de veto, dando a este extrema vantagem diante dos outros). Quanto a isso, Stiglitz expõe que

O FMI é uma instituição pública, mantida com dinheiro fornecido pelos contribuintes do mundo todo. É importante lembrar disso porque o Fundo não se reporta diretamente nem aos cidadãos que o financiam nem àqueles cuja vida ele afeta. Em vez disso, reporta-se aos ministros da fazenda e aos bancos centrais dos governos do mundo[...]mas as principais nações desenvolvidas comandam o espetáculo, sendo que somente um país, os Estados Unidos, tem poder de veto.²⁰

Esses empréstimos vinham acompanhados de exigência do cumprimento de algumas condições, como ajuste fiscal, diminuição da máquina do Estado, privatizações, reformas previdenciárias e, segundo Schwartz, quem "não seguir as regras do jogo, pode ser excluído do sistema de crédito internacional"²¹, não permitindo ao país solicitante da ajuda financeira governar a sua nação implantando as medidas que ache cabíveis.

Em vez disso, a política econômica a ser colocada em prática já está pré-determinada pela hegemonia do capital financeiro que, associando-se a governos classistas, ganha cada vez mais terreno e agilidade na implantação de suas medidas. Dessa forma, o FMI foi usado como aparelho privado de hegemonia para convencer os países endividados a adotarem o seu modelo econômico. Verifica-se que

No nível exclusivo da política externa, as grandes potências têm uma liberdade relativa de determinar suas políticas externas em resposta a interesses nacionais; as potências menores têm menos autonomia. A vida econômica das nações subordinadas é invadida pela vida econômica de nações poderosas [...] o Estado dominante encarrega-se de garantir a aquiescência de outros Estados de acordo com uma hierarquia de poderes no interior da estrutura de hegemonia entre os Estados.²²

Diante do contexto da crise, em 1987, foi a vez do Brasil declarar moratória. No ano de 1988 estava claro que os países da América Latina não conseguiriam honrar as suas dívidas.

²⁰STIGLITZ, op. cit., p. 39

²¹SCHWARTZ, Gilson. Conferência de Bretton Woods (1944). In: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História da paz**. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 257

²²COX, op. cit., p. 114 e 120

Influencia das organizações multilaterais na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Na década de 1980, o neoliberalismo ganhou força em países centrais do capitalismo, mais especificamente durante os governos de Margaret Thatcher (1979-1990), na Inglaterra e o de Ronald Rêagan (1981-1989), nos EUA. Entretanto, o Brasil andava na contramão de vários países do centro do capitalismo, consagrando a sua Constituição de 1988, embora ao longo das últimas décadas a Carta Magna tenha sido alterada.

Em 5 de outubro de 1988 é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil considerada de Bem-Estar Social. Esta inaugurou o conceito de seguridade social, o que significa dizer que anteriormente, só receberia algum benefício aquele que tivesse contribuído para tal. Com a promulgação desta, essa lógica é alterada, passando-se a falar em seguridade social e não mais apenas em previdência. Assim, a seguridade social consiste em uma ampla forma de proteção social englobando a previdência, a saúde e a assistência social. Em seu artigo 194 declara que “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”²³

No que tange aos benefícios previdenciários, a Lei os limitou a quem contribuísse, de acordo com o artigo 201, § 1º “qualquer pessoa poderá participar dos benefícios da previdência social, mediante contribuição na forma dos planos previdenciários”²⁴. E, no que diz respeito à saúde e à assistência social, o acesso independe de contribuição prévia, segundo os artigos 196²⁵ e 203.²⁶

Apesar dessa constituição ser considerada de bem-estar-social, vale sinalizar que, apesar de andar contrário às políticas de caráter liberal naquele momento, o Brasil não se afastava do capitalismo. Elaborar uma constituição de bem-estar social, consagrando diversos direitos à sociedade não significa se alinhar ao socialismo. Com a queda da União Soviética, cai também a ameaça ao capitalismo, ou seja, o socialismo. Dessa forma, não havendo competidor, ocorrem

²³ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da república Federativa do Brasil. Brasília, DF - publicação original. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 07 Jan. 2023.

²⁴ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da república Federativa do Brasil. Brasília, DF - publicação original. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 07 Jan. 2023.

²⁵ O artigo 196 da Constituição de 1988 em sua publicação original declara que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

²⁶ O artigo 203 da Constituição de 1988 em sua publicação original declara que “Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social [...]”

algumas mudanças na dinâmica da economia. Os preços dos serviços e mercadorias sobem, aumenta-se a taxa de lucro, produz-se muito e não havia demanda para tanta produção.

Diante do subconsumo, que tende a diminuir o preço das mercadorias e reduzir o lucro, o Estado precisava agir e intervir para conseguir garantir acumulação do capital e consumo concomitantemente. Dessa forma, passa-se a haver regulação econômica e social, intervenção na relação capital – trabalho, possibilitando políticas salariais, de crédito, gerando empregos, aumentando renda e consumo. Quanto ao assunto, Duriguetto afirma:

Essa nova dinâmica demanda novos mecanismos e funções ao aparato estatal, que passa a instituir políticas de regulação econômica e social, de que são exemplo a planificação econômica e a intervenção na relação capital e trabalho, por meio da política salarial, fiscal, de crédito e das políticas públicas que, no conjunto, visavam ao aumento do emprego, da renda e do consumo. Essa intervenção direta do Estado objetivava sustentar, ao mesmo tempo, a acumulação e o consumo.²⁷

No entanto, a própria autora afirma e compartilhamos dessa ideia, que não se pode minimizar a luta dos trabalhadores na conquista de tais direitos. O capitalismo ganhou com o estado de bem estar, mas esse é fruto e resultado de luta de classes, onde o proletariado se mobilizou e se organizou e o Estado respondeu com políticas públicas e sociais. Segundo a autora:

Isso não significa que os regimes do Welfare State tenham sido produtos exclusivos do novo padrão de acumulação. É fundamental também entendê-los como produto de um processo permeado pelas demandas históricas dos trabalhadores por direitos sociais e políticos [...] sua concretização é variável nomeadamente das lutas de classes.²⁸

Ayerbe corrobora esse entendimento:

O Estado de Bem-Estar Social é estruturalmente funcional às necessidades de expansão do capital. Os compromissos com o pleno emprego e o crescimento econômico, que aglutinam os setores econômicos e o poder público nas políticas de conserto socioeconômico, implicam um aumento significativo dos gastos do Estado. O direcionamento desses gastos não atinge exclusivamente políticas sociais nas áreas de saúde, educação e previdência. O setor empresarial se beneficia de subsídios para a expansão produtiva [...] além da dimensão de bem-estar, fortalece-se a dimensão empresarial do Estado.²⁹

Poulantzas afirma:

As aparelhagens institucionais da saúde (segurança social, medicina, hospitais, asilos), da assistência social, do urbanismo, dos equipamentos coletivos, do lazer, são marcados com o selo "burguês". Essas medidas influem na reprodução capitalista da força de trabalho e na divisão social do trabalho, mesmo se sua existência é devida, por um lado, às lutas populares e representa, às vezes, uma vitória.³⁰

²⁷ DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez Editora, 2006, p. 78/79.

²⁸ DURIGUETTO, op. cit., p. 80

²⁹ AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São paulo: Editora UNESP, 2002, p. 74

³⁰ POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2ª.edição, 1985. p. 219

Consenso de Washington

Enquanto em 1988 era consagrada a "Constituição cidadã" no Brasil, em 1989 ocorreu o Consenso de Washington, que consistiu em uma reunião com representantes de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Nesse encontro, foi orientado que os países ajudados financeiramente deveriam implementar dez medidas para continuar recebendo ajuda econômica.

As dez orientações consistiam em: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, determinação de juros e câmbio pelo mercado, liberalização do comércio, investimento estrangeiro direto sem nenhuma restrição, privatização das empresas estatais, desregulamentação e respeito à propriedade intelectual. A respeito do assunto, Rafael Vaz da Motta Brandão afirma que

[...] o congresso realizado na capital dos EUA, permitiu a elaboração de um conjunto de medidas neoliberais que deveriam ser seguidas pelos países da América Latina em troca da continuidade do financiamento por parte das agências e organismos internacionais (FMI e Banco Mundial). A esse conjunto de medidas deu-se o nome de "consenso de Washington". Basicamente, podemos afirmar que o consenso de Washington fazia parte de amplo conjunto de reformas neoliberais que estava centrado na desregulação dos mercados, na abertura comercial, na liberalização dos fluxos de capitais, em uma rigorosa política monetária e fiscal e, fundamentalmente, na redução do papel do Estado nos países latino-americanos.³¹

Segundo Duriguetto, as orientações visavam a expansão do mercado, à abertura externa e à crescente valorização do capital:

[...] a defesa de uma intervenção forte em prol da garantia de um marco legal adequado para se criarem as condições propícias à expansão do mercado, à abertura externa e à crescente valorização do capital. Esses ingredientes passaram a se constituir nas condicionalidades para o crédito externo impostas a partir de meados da década de 1980 pelos organismos multilaterais, que consubstanciam o cumprimento do programa de ajuste delineado no "Consenso de Washington".³²

Nesse sentido, verificando as medidas, parece que o neoliberalismo objetivava reduzir o papel do Estado, pois este não deveria mais intervir na Economia, acreditando na suposta ideia de que o mercado se regularia sozinho. No entanto, em que pese a pregação ser de um Estado mínimo, ao mesmo tempo, essa teoria econômica necessita da máquina do Estado para

³¹ BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. **Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)**. 2013. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p.61.

³² DURIGUETTO, op. cit., p. 90

implantar as medidas neoliberais, para realizar as privatizações tão desejadas por esse sistema, fazendo, deste modo, com que alguns autores creiam que na verdade há uma dominação do Estado e não a redução do mesmo. Como exemplo, Belluzzo e Galipolo entendem que "aos neoliberais não interessa reduzir o tamanho do Estado, senão capturar suas forças para apoiar a difusão da concorrência em todas as esferas da vida."³³ Para Boron

Independente do apregoado pelos ideólogos do neoliberalismo, o papel do Estado nas últimas décadas teria assumido uma importância cada vez maior, no sentido de assegurar a perpetuação das relações capitalistas de produção: o seu papel como organizador da dominação dos capitalistas e como astuto desorganizador das classes subordinadas não fez senão se acentuar nos últimos tempos.³⁴

No entendimento de Almeida e Neto, a discussão de Estado mínimo ou Estado forte se encontra na diferença entre neoliberalismo e neoconservadorismo. Segundo esses autores, os neoconservadores entendem que o Estado tem que se valer da coerção, portanto, tem que ser forte, para conseguir manter os privilégios das classes dominantes. De acordo com as suas palavras

Sua característica principal [neoliberalismo] é a ênfase na necessidade de reduzir a intervenção do Estado na vida econômica ao mínimo indispensável. Neoconservadores, ao contrário, consideram que a ação do Estado é fundamental, talvez eles tenham mais clareza do que os neoliberais que sem uma forte e constante coerção estatal os privilégios dos setores dominantes da sociedade ficam muito ameaçados, e que, portanto, um Estado forte na sua capacidade de coerção é condição fundamental para a reprodução do capital.³⁵

Agrega-se que esses autores ainda entendem que "o Estado de modo geral, não diminuiu, mas, passou por uma reconfiguração que atendeu diretamente os interesses de facções do capital nacional e internacional".³⁶

De acordo com Guiot,

não nos enganemos: não se trata de um "Estado Mínimo" como apontam muitos de seus críticos, mas de "manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas."³⁷

Von Mises entende que o mercado deve fluir livremente e a interferência do Estado atrapalha a livre competição. Ou seja, ou Livre mercado ou intervenção do Estado, os dois em

33 BELLUZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. São Paulo: Ed. Contracorrente, 2017, p. 38

34 BORON, Atilio A. Poder, "Contrapoder" e "Antipoder". Notas sobre um extraviado teórico-político no pensamento crítico contemporâneo. In.: SANTOS, Theotonio. **Globalização: Dimensões e alternativas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, p.103.

35 ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. NETO, Sydenham Lourenço. **Estado, hegemonia e luta de classes: interesses organizados no Brasil recente**. Bauru, SP, Editora Canal 6, 2012, p. 141-142.

36 Ibid, p. 144

37 GUIOT, op. cit., p. 50

conjunto são incompatíveis pois, para ele, “quanto mais o Estado intervém, mais provoca distorções e mais intervém para eliminá-las, e assim sucessivamente [...] a intervenção é, por definição, um entrave à economia de mercado³⁸.

No entanto, sabe-se que o capitalismo necessita da ação do Estado para promover políticas econômicas que retirem os entraves que impedem o seu desenvolvimento e, ainda, que o Estado precisa ser forte para proteger os próprios cânones do sistema capitalista, como por exemplo, propriedade privada, competição e liberdade para vender a sua força de trabalho no mercado. Se o Estado não for forte o suficiente para conseguir garantir esses pilares, o próprio capitalismo não consegue se sustentar. Assim, segundo Dardot e Laval,

podemos ver claramente que, em sua visão hayekiana, o neoliberalismo não somente não exclui, como pede a intervenção do governo [...] isso mostra que, para ele [Hayek] está fora de cogitação aceitar a concepção libertarista do “Estado mínimo” defendida por Robert Nozick [...]”³⁹

Para Dardot e Laval não há uma discussão acerca se o Estado deveria interferir ou não, mas a natureza dessa intervenção. Ou seja, até aonde ou em que questões o Estado deveria se fazer presente. Assim, houve “a originalidade de substituir a alternativa “intervenção ou não intervenção” pela questão sobre qual deve ser a natureza de suas intervenções. Mais precisamente ainda, a questão é diferenciar as intenções legítimas das ilegítimas.”⁴⁰ O limite da intervenção estaria na “esfera protegida”⁴¹, mas quanto ao assunto, os próprios autores afirmam que não há consenso.

Ainda segundo os autores em questão, as organizações multilaterais, sobretudo o Banco Mundial, também entendem que o Estado tem que ser forte e não mínimo. Essa instituição chegou a propor, no seu relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1997, “a substituição do termo “Estado mínimo” por “Estado melhor” [...] segundo o Banco Mundial, o Estado eficaz é um Estado central forte, cuja prioridade é uma atividade reguladora que garanta o Estado de direito e facilite o mercado e seu funcionamento.”⁴² Para essa organização, o mercado e o Estado são complementares pois este garante as bases institucionais para que aquele consiga funcionar.

Apesar dessa diversidade de entendimentos, é notório que o Estado diminui para o cidadão, pois este passa a ver questões relacionadas à saúde, educação, água, esgoto,

³⁸ DARDOT. LAVAL, op. cit., p. 136-137

³⁹ DARDOT. LAVAL, op. cit., p. 181

⁴⁰ DARDOT. LAVAL, op. cit., p. 158

⁴¹ Expressão utilizada por Pierre Dardot e Christian Laval.

⁴² DARDOT. LAVAL, op. cit., p. 311

previdência, ou seja, seus direitos sociais consagrados na Constituição de 1988, sendo privatizados e retirados da responsabilidade do governo de fornecer tais direitos. Para Dardot, os cidadãos “são vistos como compradores de serviços que devem “receber pelo que pagam.”⁴³

Corroborando com esse entendimento, Almeida e Neto afirmam

Se temos a sensação de que o Estado recuou na Europa isso ocorre fundamentalmente por conta da redução da expectativa de direitos das futuras gerações, no caso da previdência social, por exemplo, e de reformas na legislação trabalhistas [...]44

Segundo Guiot,

Desregulamentação, privatização e abertura econômica fazem parte da ortodoxia neoliberal no seu afã de destruir as bases do Estado intervencionista e de Bem-Estar. Trata-se de um “triplo ataque” ao campo do trabalho em especial, pois avança predatoriamente sobre os direitos sociais garantidos pela legislação e conquistados por intensas lutas dos próprios trabalhadores, ao mesmo tempo em que dilapida as estruturas econômicas e institucionais que subvencionavam o bem-estar em prol de uma maior remuneração do capital financeiro.⁴⁵

Diante de todo o exposto, pode-se concluir que o Estado é mínimo para os direitos sociais dos trabalhadores, privatizando saúde, educação, previdência, fazendo com que o acesso seja apenas àqueles que podem pagar por tais serviços, mas é máximo quando se refere a estabelecer e proteger as bases necessárias para o desenvolvimento do sistema capitalista.

Além disso, pode-se verificar que as orientações, em termos práticos, não passavam de verdadeiras imposições, construindo-se uma coerção para adoção do neoliberalismo, transformando esse padrão em um modelo a ser imposto aos países latino-americanos. A esse respeito Cox afirma:

[...] uma hegemonia mundial é, em seus primórdios, uma expansão para o exterior da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante. As instituições econômicas e sociais, a cultura e a tecnologia associadas a essa hegemonia nacional tornam-se modelos a serem imitados no exterior. Essa hegemonia expansiva é imposta aos países mais periféricos como uma revolução passiva.⁴⁶

Vale ressaltar que, segundo Stiglitz, essas instituições são controladas pelos interesses dos países industrializados mais ricos do mundo, onde opera a hegemonia do capital financeiro, não representando, portanto, as pretensões dos países que são obrigados a realizarem as reformas estruturais em troca de benefício financeiro. Nas palavras desse autor:

As instituições são controladas não só pelos países industrializados mais ricos do mundo, mas também pelos interesses comerciais e financeiros desses países [...] embora quase todas as atividades atuais do FMI e do Banco Mundial sejam no mundo em desenvolvimento (com certeza, todas relativas a empréstimos), elas são conduzidas por representantes das nações industrializadas (por acordo tácito ou de

⁴³ DARDOT. LAVAL, op. cit., p. 319

⁴⁴ ALMEIDA, op. cit., p. 143

⁴⁵ GUIOT, op. cit., p. 50

⁴⁶ COX, op. cit., p. 118

praxe, o diretor do FMI é sempre europeu e o diretor do Banco Mundial, norte-americano). Eles são escolhidos a portas fechadas e nunca foi considerado pré-requisito que esse profissional tenha qualquer experiência no mundo em desenvolvimento. As instituições não são representativas das nações a que servem [...] A instituição, na verdade, não tem a pretensão de ser uma especialista em desenvolvimento.⁴⁷

Desta forma, verifica-se que essas organizações determinam a política que será implantada nos outros países das Américas, influenciando diretamente nas suas soberanias, que diante de suas economias devastadas e da necessidade urgente de ajuda financeira, se veem impotentes à frente da cartilha do Consenso de Washington e, juntamente a um governo classista, não querem vislumbrar outra saída, se não se curvarem diante da hegemonia do capital, obedecendo as suas ordens. Segundo Cox

As instituições internacionais também desempenham um papel ideológico. Elas ajudam a definir diretrizes políticas para os Estados e a legitimar certas instituições e práticas no plano nacional, refletindo orientações favoráveis às forças sociais e econômicas dominantes.⁴⁸

Reformas no sistema previdenciário

Diante da coerção econômica do Banco Mundial e do FMI, juntamente com governos classistas, a partir da década de 1990, independente de qual partido político estava no poder, o resultado foi reforma no sistema previdenciário. Para Virgínia Fontes,

[...] a atual crise internacional da política e seu descrédito se deve – entre outros fatores - a um excesso de atividade pró-hegemônica das grandes burguesias, ou hegemonismo. A inaudita concentração e centralização de capitais favorece uma captura econômica dos partidos políticos [...] tornando-os indistintos e impondo uma pauta política crescentemente homogênea, contribuindo para indiferenciar os programas partidários. Essa captura ocorre tanto pelos recursos oferecidos aos partidos, quanto pela imposição de constrangimentos econômicos nacionais ou internacionais, bloqueando possibilidades na gestão do Estado [...]⁴⁹

Corroborando esse entendimento, Demier afirma que “independentemente das coalizões partidárias que estejam momentaneamente à frente do poder, a tônica da política estatal tem sido a aplicação de uma agenda programática cujo eixo é o esfacelamento das já rareadas e esqualidas conquistas sociais expressas na Carta de 1988.”⁵⁰

Assim, no período de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003) houve a primeira reforma da previdência, havendo a retirada de diversos direitos. Durante a administração de Lula (2003 - 2011), o sistema previdenciário sofreu novamente, e nos governos seguintes, não

⁴⁷ STIGLIZ, op. cit., p. 46 e 63

⁴⁸ COX, op. cit., p. 120

⁴⁹ FONTES, op. cit., P. 207

⁵⁰ DEMIER, Felipe. Democracias blindadas nos dois lados do Atlântico: formas de dominação político-social e contrarreformas no Tardo-Capitalismo (Portugal e Brasil). **Revista Libertas**. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 2, 2013.

foi diferente. Há uma sucessiva tentativa de desmonte da Seguridade Social, através do ataque a Previdência Social.

Durante a gestão de Dilma Rousseff (2011 - 2016), o sistema em questão sofreu ataque através da Lei 13.183/15, retirando dos cônjuges menores de 44 anos o direito a ter pensão vitalícia. No ano seguinte, foi a vez de Michel Temer (2016 - 2019) tentar endurecer as regras para se aposentar instituindo combinação de idade e de tempo mínimo de contribuição, extinguindo a aposentadoria somente por tempo de contribuição. Em que pese essa proposta não ter sido aprovada, é possível verificar que as pretensões de desmonte da previdência estavam presentes.

O próximo governo, o de Jair Bolsonaro, não só coloca a lei mais rígida, como também ressuscita parte do que Michel Temer não havia conseguido aprovar, como, por exemplo, a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição. Dessa maneira, pode-se perceber que, governo após governo, há retirada de direitos do cidadão.

O Banco Mundial é tão presente nas decisões políticas e econômicas do Brasil que emite pareceres com frequência acerca da necessidade de reformas neoliberais no Brasil, declarando suas recomendações para o enfrentamento do desequilíbrio do sistema previdenciário. A respeito da reforma de 2016 chegou a declarar claramente: "[...] é um grande passo na direção certa,"⁵¹ apontando também as suas falhas, mostrando como ele entende que deveria ter sido feita.

Conclusão

Diante de todo o exposto, pode-se perceber que as reformas previdenciárias em questão não ocorreram apenas pela coerção do Estado, mas também, pela construção do consenso. Ou seja, as mudanças legais são resultado da hegemonia. Pôde-se verificar, que o convencimento é tão importante que o próprio capitalismo se vale dele para permanecer em expansão.

No intuito dessa adesão, os aparelhos privados de hegemonia se tornam essenciais, incluindo o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial que influenciaram, diretamente, na Constituição da República Federativa do Brasil, após o Consenso de Washington, culminando em um Estado máximo para o que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo e mínimo para os direitos sociais.

⁵¹<https://documents1.worldbank.org/curated/en/099540004072219265/pdf/P16851007fd497080093d60dd84cb412140.pdf>. Consultado em: 26 set. 2022.

Assim, diante da atuação das organizações multilaterais como aparelhos privados de hegemonia, independente de qual partido político oficial estivesse à frente do governo, o resultado foi reforma na legislação referente ao sistema previdenciário.

Referências

- ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. NETO, Sydenham Lourenço. *Estado, hegemonia e luta de classes: interesses organizados no Brasil recente*. Bauru, SP, Editora Canal 6, 2012.
- AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. São paulo: Editora UNESP, 2002.
- BELLUZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo: Ed. Contracorrente, 2017.
- BORON, Atílio A. Poder, “Contrapoder” e “Antipoder”. Notas sobre um extravio teórico-político no pensamento crítico contemporâneo. In.: SANTOS, Theotonio (coord.). *Globalização: Dimensões e Alternativas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2004.
- COX, Robert. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (org.). *Gramsci: materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.
- DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMIER, Felipe. Democracias blindadas nos dois lados do Atlântico: formas de dominação político-social e contrarreformas no Tardo-Capitalismo (Portugal e Brasil). *Revista Libertas*. Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2013.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade civil e democracia: um debate necessário*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- FONTES, Virgínia. Hegemonismos e política – que democracia? In: MATTOS, Marcelo Badaró. *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Ed. Consequência, 2017.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 2.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, vol. 3.
- GUIOT, André Pereira. *Um "moderno Príncipe" para a burguesia brasileira: o PSDB (1988-2002)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006.
- MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. *O Centauro Imperial e o "Partido" dos Engenheiros: a contribuição das concepções gramscianas para a noção de Estado Ampliado no Brasil Império*. In: MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: Ed. UFF, 2006.
- POULANTZAS, Nicos. *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2ª edição, 1985.
- SCHWARTZ, Gilson. Conferência de Bretton Woods (1944). In: MAGNOLI, Demétrio (org.). *História da paz*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.
- STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Ed. Futura. 4ª edição, 2003.

Fontes

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da república Federativa do Brasil. Brasília, DF -publicação original. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 07 Jan. 2023.
- WORLD, Bank. *Por um ajuste justo com crescimento compartilhado: uma agenda de reformas para o Brasil*. Relatório nº. 170267. Banco Mundial. p. 9. Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/099540004072219265/pdf/P16851007fd497080093d60dd84cb412140.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

O Petróleo e a Ditadura Militar: O papel do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás no governo Geisel.

Henrique Nogueira Soares Marins¹
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Rafael Vaz da Motta Brandão
Bolsista CAPES

Introdução.

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: “Estado, Ciência e Desenvolvimento no Brasil: um estudo sobre a atuação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás no Governo Geisel (1974/1979)”, ainda em andamento. O petróleo é um marco na história do desenvolvimento humano, um material que determinou os alicerces da sociedade global desde o século XX, tendo sua estrutura relacionada com as necessidades políticas e econômicas. A forma com a qual o ser humano utilizou dessa substância de hidrocarboneto, assim como seus derivados e seu valor puro, afetou as bases do mundo, no qual o desenvolvimento tecnológico e econômico teve o chamado “ouro negro” como um de seus principais pilares.

Podemos observar, em especial no século XX, que o petróleo foi conquistando espaço nos diferentes processos humanos, desde finalidades de alta escala, até a vida social em geral, com o uso de seus derivados no dia-a-dia de pessoas comuns. Observando por esse aspecto, as nações começam uma busca incontrolável pela descoberta e controle de poços de petróleo, aumentando a importância dessa substância e colocando-a como ponto de interesse geopolítico. Os avanços científicos na área de energia foram determinantes para o desenvolvimento das estruturas econômicas, onde a ciência do petróleo serviu o seguimento da demanda social.

No cenário brasileiro, a questão do petróleo sempre envolveu um amplo debate político e econômico, onde o pensamento nacionalista em torno da exploração e produção dessa substância foi de extrema importância. O petróleo já era explorado no território brasileiro muito antes do governo Vargas fundar a empresa nacional Petrobrás, provendo um dos mais importantes momentos para a história brasileira e para a iniciativa de desenvolvimento nacional. Por essa medida, a proposta não era somente controlar a exploração e produção, mas sim

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “Estado, Ciência e Desenvolvimento no Brasil: um estudo sobre a atuação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás no Governo Geisel (1974/1979)”, sob orientação do Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão, bolsista: CAPES.

promover a capacidade científica e tecnológica do país, fortalecendo a qualificação do pessoal especializado na indústria petrolífera. O período das décadas de 50 e 60 também foi marcado pela forte relação entre a petrolífera brasileira e as grandes universidades brasileiras, no que diz respeito ao aprimoramento de pessoal.

Os efeitos do contexto político-econômico mundial mostraram seus efeitos no cenário brasileiro. Em 1964, os militares articulam e executam um golpe contra o governo de João Goulart, assumindo o poder e instalando um regime ditatorial no Brasil, que se relacionou com o grande capital nacional e estrangeiro. Com os militares no poder, a política econômica tomou novos rumos, assumindo uma estrutura que associou o liberalismo econômico e a repressão militar. Os efeitos dessa política na sociedade brasileira geraram efeitos dilacerantes nas classes mais pobres.

Na década de 70, no contexto da Petrobrás, a importância da empresa aumentou no governo Geisel, principalmente pelas iniciativas de uma política de desenvolvimento que buscava nacionalizar a produção industrial e estrutura econômica. Tendo nesse mesmo período as crises do petróleo tiveram grandes ecos no Brasil, no qual a procura por petróleo se tornou crucial para manter a demanda do país. O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás assumiu um papel de extrema importância, que promoveu avanços tecnológicos que foram os grandes pilares para o crescimento da empresa, que entrou de maneira mais competitiva no cenário mundial. Ao mesmo tempo, o ambiente de trabalho da Petrobrás e do CENPES sofreu com a repressão do Estado militar e das práticas intervencionistas que podem ser vistas em diversos outros espaços nesse período, como outras empresas e estatais. Havia ali um claro exemplo de perseguição ao redor de alguns indivíduos e profissionais, que foram alvos do regime militar

Compreender esse período, assim como funcionava a atuação do CENPES em meio ao regime militar, contribui para a observação das práticas político-econômicas que rodeavam a relação entre Estado e capital. Nessa mesma linha, pensar a importância da Petrobrás para o Estado brasileiro se torna inevitável, visto os efeitos das crises mundiais do petróleo e da posterior crise financeira dos anos 80 no Brasil. Outro aspecto importante é as práticas de repressão do Estado na empresa e no CENPES, que seguiram estruturas usadas em outros espaços e coordenaram os interesses da elite política e econômica.

A Petrobrás e a ciência: a iniciativa nacionalista e tecnológica dos anos 50 e 60.

O segundo governo Vargas (1951-1954) foi marcado por uma forte crise política e por diferentes tensões sociais. Os conflitos políticos eram marcados por diversas questões baseadas nas riquezas nacionais e na autonomia do Estado brasileiro, que resultou em um conflito interno sobre os rumos que o país deveria tomar, se fortalecia o nacionalismo ou abria espaço para medidas liberais e para o capital estrangeiro.

Esse momento foi decisivo, com o surgimento da Petróleo Brasileiro S.A., a Petrobras, para desenvolver a estrutura de exploração de petróleo no Brasil. Luiz Allencar Dalla Costa, em seu livro “A Indústria do Petróleo: disputa por territórios cada vez mais profundos. ”, explica esse conflito de narrativas entre a capacidade nacional própria e a intervenção do capital internacional, baseado nas empresas estrangeiras. Como aponta Allencar, as relações internacionais do Brasil com o EUA foi uma característica que pesou nesse conflito, intervindo na questão do petróleo e abrindo espaço para o capital estrangeiro se instalar no território brasileiro. Com o surgimento do Estatuto do Petróleo de 1946, que implementou uma estrutura aberta ao capital privado, tendo como reação uma iniciativa de protesto e organizações nacionalistas, marcada pela celebre campanha “O petróleo é nosso! ” (2021, p 54). Esse debate se estendeu principalmente no espaço das mídias e dos jornais, onde o *Estado de São Paulo* apoiava uma maior participação dos estrangeiros nos negócios do petróleo, e o *Diário de Notícias* defendia uma modelo de produção nacionalista. A análise de Costa proporciona uma visão que ligada o processo de nacionalização do petróleo brasileiro com os conflitos políticos, onde os movimentos sociais e sindicais apresentaram uma participação decisiva nesse período. No meio desse embate, as justificativas e argumentos se concentravam na falta de capacidade técnica e tecnológicas do Brasil, assim como na necessidade nacional de manter o controle absoluto de suas reservas petrolíferas.

Em conjunto com a criação da Petrobrás, foi notado a necessidade de aprimorar o setor petrolífero brasileiro, especialmente na área de ciência e tecnologia. Por isso, é iniciado os primeiros cursos de aprimoramento em refino do petróleo no Brasil, atrelado a investimento em refinarias e práticas de produção. O surgimento do CENAP – Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisas de Petróleo – é um ponto inicial da estruturação do polo científico petrolífero, que mais tarde, se tornaria o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás – CENPES.

Haroldo Lima, ex-presidente da Associação Nacional de Petróleo, aponta em seu livro “Petróleo no Brasil: a situação, o modelo e a política atual. ”o quanto foi importante a construção de uma iniciativa nacional de desenvolvimento científico. Lima traça importantes fatos sobre o mercado do petróleo e seu desenvolvimento, assim como explica a formação e

crescimento da empresa petrolífera brasileira. Novamente, o conjunto que se forma entre Petrobrás e as universidades brasileiras é ressaltado, transformando o CENPES em um exemplo de espaço científico e de desenvolvimento.

O fato é que, criada a Petrobras, esta teve de enfrentar, praticamente sozinha, questões da formação dos recursos humanos do desenvolvimento tecnológico na sua área específica. Organizou, em 1955, o Centro de Aperfeiçoamento e Pesquisa do Petróleo (Cenap) e lançou-se à pesquisa, demandando apenas de forma acessória a colaboração das universidades, o que beneficiou alguns departamentos da Universidade do Brasil, da Universidade de São Paulo, da Universidade de Campinas, da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1966, no desdobramento da atividade do Cenap, surge o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento, o Cenpes, que se tornou o maior centro de excelência em pesquisas sobre o petróleo e gás na América Latina. (LIMA, p. 22-23, 2008)

O trabalho de Lima também se estendeu a entender os diferentes aspectos do mercado de petróleo, principalmente das características que foram mudadas nos anos 90 com a Lei do Petróleo, que abriu espaço para o capital estrangeiro e as empresas privadas terem uma maior participação na produção de petróleo brasileiro.

Ainda nas décadas de 50 e 60, a relação entre os profissionais que faziam parte dos projetos de aprimoramento com a necessidade nacional era grande, sendo assim necessária a busca de conhecimento no estrangeiro. Pesquisadores e cientistas de diferentes países fizeram parte do primeiro grupo de professores dos cursos de aprimoramento da produção e refino do petróleo, colocando em questão alguns questionamentos feitos por aqueles que afirmavam que o Brasil não tinha pessoal capacitado para esse mercado. A atuação do CENPES nesse período se concentrou no desenvolvimento de tecnologias em favor da Petrobras, promover a realização de programas de pesquisas, além de continuar com algumas funções do CENAP, como aperfeiçoamento de pessoal destinado a pesquisa. Drielli Peyerl escreve em seu livro “O Petróleo no Brasil: exploração, capacitação técnica e ensino de geociências (1864-1968)” que o papel de estrangeiros para o Brasil foi essencial para que o desenvolvimento técnico brasileiro acontecesse, provocando tensões com as empresas estrangeiras.

Ou seja, essa vinda de estrangeiros ao país restringira mais a orientação e consulta do que a execução própria dos serviços exploratórios de outros países. A Petrobras procurava formar sua própria técnica à base de informações estrangeiras. Logo, as empresas estrangeiras demonstravam descontentamento perante as atitudes da empresa. (PEYERL, p.117, 2017.)

Logo nesse momento, é perceptível que a Petrobrás estava em uma posição de importância sem igual, tanto pelo potencial científico brasileiro, quanto pelas possibilidades referentes as reservas de petróleo no território brasileiro. Com isso, essa questão adentra como uma característica essencial no cenário político do Brasil. As relações de poder e a política nos anos 60 atingiram picos extremos de tensão, devido ao governo de João Goulart adotar medidas

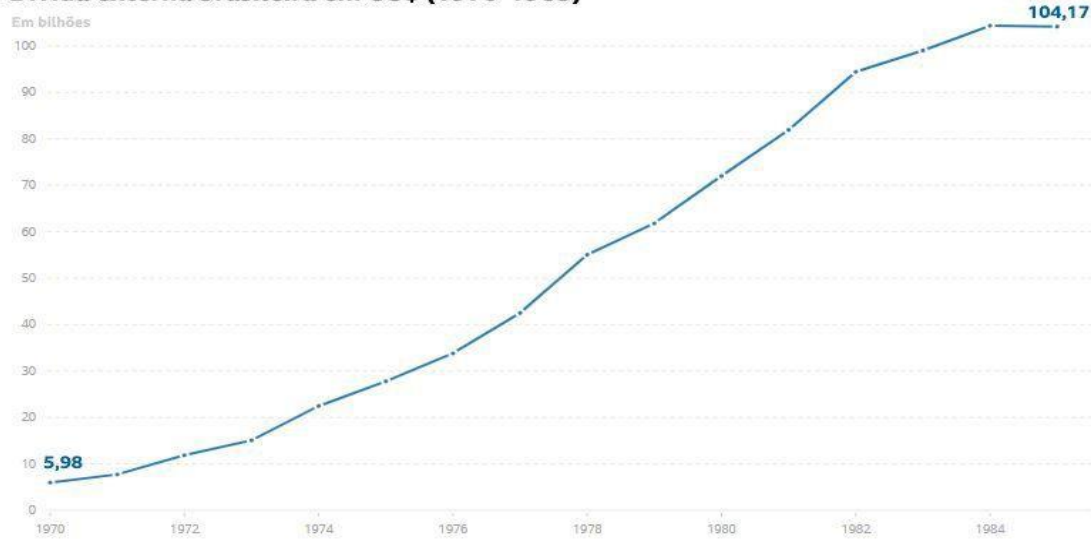
populares e que atendiam os interesses das classes mais pobres. As elites brasileiras intensificaram a ofensiva pelo poder, buscando sufocar as classes trabalhadoras e mais pobres, com o intuito de manter essa relação de poder. A conclusão desse conturbado momento foi o golpe militar aplicado em abril de 1964, em conjunto com as classes dominantes econômicas que articularam um conglomerado de influências, especialmente no espaço civil.

O petróleo no governo Geisel: aspectos econômicos e a herança dos anos 60.

Os primeiros governos da ditadura militar brasileira mantiveram uma política econômica baseada em práticas misturadas, onde reformas liberais tiveram efeitos nos direitos trabalhistas e alavancou o setor privado do país, mas que propõe iniciativas que demonstrassem um Estado desenvolvimentista. Naquele primeiro momento, é possível observar. O economista e historiador Wilson Nascimento Barbosa escreve como a política do governo de Castelo Branco levou a ortodoxia liberal ao plano econômico, a inflação demonstrou considerável baixa, assim como a taxa de emprego e a atividade econômica. O Plano de Ação Econômica (PAEG) proposto pelo economista e ministro do planejamento Roberto Campos no governo Castelo Branco promoveu um conjunto de reformas que afetaram os direitos trabalhistas. Parte desse plano também causou uma forte concentração de renda e um alavanque no patrimônio privado do país, fortalecendo os bancos por exemplo. (2022, p. 274-275)

Seguindo por essa perspectiva, o resultado dessa política foi evidenciado pelos altos índices de endividamento do Estado brasileiro com fundos internacionais, além da grande necessidade de importações, visto que o tecido industrial não era suficiente para manter o consumo e a necessidade do país. Mesmo que houvesse alguns setores em destaque, como na construção civil, os setores industriais precisavam de uma nova política de incentivo, focada nas áreas que pudessem manter a produção brasileira. Depois do que ficou conhecido como “milagre econômico”, um período de alto crescimento econômico do Brasil, o início de uma instabilidade era visível, necessitando de uma ação direta do Estado, principalmente em forma de investimentos nas indústrias de base, ao qual correspondiam ao consumo brasileiro e que pudesse frear o aumento dos empréstimos estrangeiros.

Dívida externa brasileira em US\$ (1970-1985)



Fonte: Banco Mundial

2

Fonte: Banco Mundial.

O economista Uallace Moreira, economista da Universidade Estadual de Campinas, explica que entre 1974 e 1979, ocorreu uma “desaceleração” na economia brasileira, marcada pela alta da inflação e recessão, a queda da produção do setor industrial e a crise do petróleo no cenário internacional – mostrando a necessidade de ter uma análise considerando o contexto mundial. (2009, p. 46.) Para isso, o Estado precisaria de um plano de investimento direto, o qual focaria justamente nesses espaços que estavam defasados e buscaria reverter o problema da produção e do consumo nacional. Observando pelo que Moreira escreve, uma política econômica nacionalista tinha diversos motivos para ser instalada, o que culminou na iniciativa que consegue iniciar uma mudança no desenvolvimento do país.

O II PND teve efeito direto na indústria do petróleo. No contexto brasileiro, o governo Geisel planejou do II PND, um plano econômico para retardar a crise brasileira e provocar uma mudança efetiva na política econômica do país, rendida a um endividamento internacional. Moreira faz um importante trabalho ao mostrar diferentes pontos de vista sobre o que representava o II PND e quais foram suas reais consequências. O que dá mais valor à nossa proposta de pesquisa consiste no fato desse novo plano ter em vista o investimento no setor industrial, com foco na indústria de base. (BRAZIL, 1975, p. 49). Ainda na análise de Uallace Moreira, o economista levanta pontos que mostram as dificuldades que atingiram esse novo plano econômico, devido a uma economia internacional desaquecida e uma baixa nos

² <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213> Consultado em 09/09/2023.

investimentos. Nesse sentido, o II PND teve suas intenções em investir no campo do petróleo e do desenvolvimento científico dessa área, como observa o autor.

Na formulação de sua estratégia industrial, o II PND de início reconhece a dificuldade em se continuar obtendo no período 1974/1979 taxas de crescimento equiparáveis às obtidas em anos precedentes.... Nesse sentido, adota-se uma política industrial visando superar a dependência energética ao petróleo e, simultaneamente, superar a descontinuidade tecnológica na indústria nacional. No II PND há uma série de medidas de política econômica destinadas ao setor de bens de capital com objetivo de promover desenvolvimento tecnológico internamente, principalmente através das empresas privadas nacionais. (MOREIRA, 2009, p. 53)

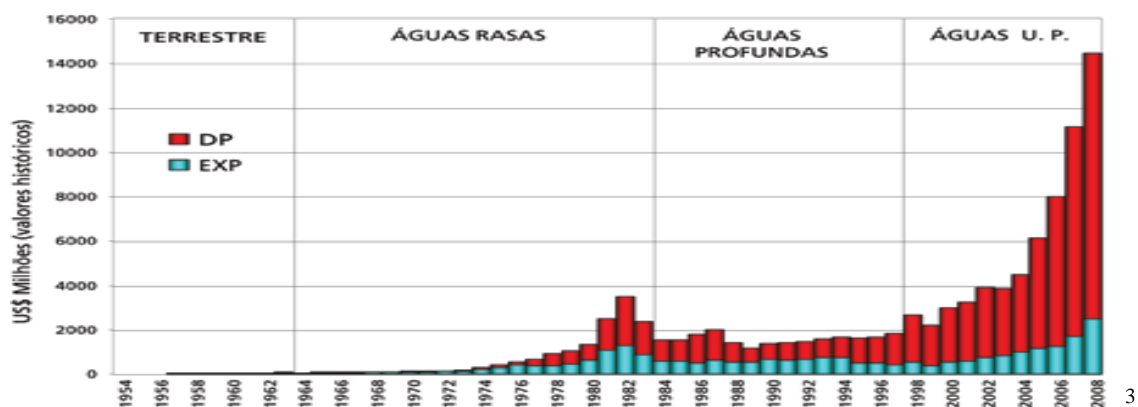
A política econômica do governo Geisel é marcada justamente por essa ação desenvolvimentista que visava uma contramedida aos índices altos de inflação e a forte recessão. Ocorreram algumas dificuldades em relação ao investimento do setor privado, principalmente pelo fato de haver resistência quanto as ideias de estatização e investimento público direto. O setor de importação e exportação tem um grande efeito na realidade econômica do período militar, com ênfase entre 1973 e 1979, onde há um conflito na balança comercial, que foi provocado por um déficit na exportação.

Ao todo, a econômica que é determinado pelo governo Geisel prepara o terreno para uma possibilidade de transforma a produção brasileira em um mecanismo moderno, no qual o Estado teria uma maior participação, mas que ainda mantivesse a relação com o capital privado. Antônio Barros de Castro, economista brasileiro e autor do livro “A Economia Brasileira em Marcha Lenta”, afirma que a proposta nesse período era investir em uma economia de cunho moderno, que visava crescimento, mas que mantivesse o papel do Estado controlado nesse processo, tendo que abrir espaço para a iniciativa privada. (1985, p. 85). Isso também pode ser visto em diferentes setores, como na construção civil, que priorizou empresas e empreiteiras grandes, que criaram contratos duradouros, e tiveram ação direta com o apoio da repressão militar.

Portanto, a relação direta da proposta desenvolvimentista com o setor de petróleo é facilmente vista no que diz respeito a necessidade de ter uma produção de combustíveis e derivados, que pudesse corresponder ao consumo do Brasil, que seguia uma tendência mundial ao ser elevada, que era atingida igual aos processos de modernização da produção industrial e dos bens de consumo. Outro ponto importante é para que o setor petrolífero fizesse parte do desenvolvimento industrial e dos investimentos do Estado é o efeito do contexto mundial no preço do petróleo.

O governo Geisel recebe os efeitos de duas crises do petróleo, de 1973 e 1979, ao qual são demarcadas pelos conflitos no Oriente Médio, a Guerra do Yom Kippur e a crise no Irã,

respectivamente. A nível mundial, o barril do petróleo sofreu um exponencial aumento, chegando até quatro vezes mais caro em 1973 e atingindo a marca de 34 dólares em 1979. Essa se tornou uma causa muito adequada para que houvesse uma atenção redobrada na indústria de petróleo brasileiro, tanto pelo Estado nacional, quanto pelas potências estrangeiras. Podemos ver uma relação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento científico, no qual o CENPES foi essencial para corresponder com a metas da empresa e do Estado brasileiro.



Fonte: Investimentos em exploração e produção da Petrobras no Brasil (Petrobras/E&P-CORP)

Os aspectos científicos do petróleo no Brasil: o governo Geisel e o CENPES.

O petróleo se torna uma importante parte desse movimento de desenvolvimento nacional. Os investimentos aumentaram consideravelmente na pesquisa e avanços científicos foram promovidos de maneira diversificada. De início, os principais espaços de pesquisa eram a tecnologias de refino e as novas formas de exploração em alto maior. Dentre as duas, a que mais significou foram as descobertas de poços de petróleo em águas profundas, onde a Petrobrás se posta como uma das principais empresas nesse tipo de exploração. As iniciativas do Estado na Ditadura Militar para o avanço científico podem ser vistas pela grande demanda de mudar o eixo econômico, com o intuito de frear a dívida externa e promover crescimento da massa industrial nacional. Como aponta Elias da Silva Maia, em seu artigo “Algumas Iniciativas da Ditadura Militar Brasileira em Relação à Ciência e Tecnologia: os mecanismos usados nos anos de autoritarismo. ”, a proposta por um Programa Estratégico de Desenvolvimento e por um fortalecimento da ciência e tecnologia faz com que o regime militar também promova uma narrativa mais “instrumental” e usável. Essa postura pode ser vista também na Petrobras, sendo que na década de 70 houve um aumento dos investimentos nas áreas de exploração e refino de petróleo, criando uma demanda tecnológica.

³ https://www.researchgate.net/figure/Figura-9-Investimentos-em-exploracao-e-producao-da-Petrobras-no-Brasil_fig3_296484911 Consultado em 09/09/2023.

Sobre a exploração de petróleo em alto mar, o pesquisador José Mauro de Moraes levanta essa questão ao escrever sobre a Petrobras na exploração de petróleo nos anos 70, em seu livro “Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore.” Muitos dados do IPEA que o autor utiliza ajudam a esclarecer a relação entre o investimento em ciência e tecnologia com o desenvolvimento econômico que a Petrobras promoveu. O autor afirma que o investimento nas áreas de ciência e tecnologia da estatal petrolífera brasileira tem ligação direta com as crises do petróleo dos anos 70, atingindo a busca pelos combustíveis fósseis. Moraes afirma.

As crises do petróleo na década de 1970 iriam mudar o cenário acima ao abrir novas perspectivas para a maior integração do CENPES a PETROBRAS, permitindo que suas pesquisas ocupassem maior espaço nas demandas das áreas operacionais da Companhia. Os choques nos preços do petróleo alteraram a estrutura da demanda de derivados, com diminuição da procura por gasolina, cujos preços se elevaram, e com aumento da demanda por óleo diesel, beneficiado por preços subsidiados pelo governo. (MORAIS, p.62, 2013)

O trabalho de Moraes é fundamental para pensar o desenvolvimento tecnológico no setor de petróleo do Brasil, especialmente pelos dados que o autor aplica em seu estudo e no levantamento progressos científicos promovidos pelos CENPES. Foi a partir desse aperfeiçoamento tecnológico da Petrobrás que a empresa foi protagonista na quebra de diversos recordes de perfuração em alto mar nos anos 70. (MORAIS, 2013, p. 410) A progressão da exploração em *offshore* se tornou o principal espaço de atuação da Petrobrás, sendo uma importante fonte de petróleo para o Brasil.

Vale ressaltar o que relacionava a questão econômica com o investimento em ciência. A historiadora Karina de Carvalho Brotherhood assinala que a importância de um novo plano de desenvolvimento para o futuro da tecnologia brasileira, e para a construção de uma solução da crise econômica que o Estado brasileiro estava. A autora afirma que fazia parte desse plano e das intenções do Estado em descobrir novas tecnologias e aprimorar a indústria. Seguindo essa linha, a historiadora mostra que havia uma atenção ao petróleo no II PND, que era considerado como parte da indústria de base do país, onde o investimento em projetos de desenvolvimento tecnológico. (BROTHERHOOD, 2020, p. 4). Por meio dessas estratégias, a indústria petrolífera brasileira conseguiu evoluir sua capacidade produtiva, entrando ao nível competitivo internacional e aumentando as relações comerciais com outras nações. Os efeitos dessa expansão econômica e tecnológica alcança resultados fortes no início dos anos 80, triplicando a quantidade de petróleo e gás produzidos. (MORAIS, 2013, p. 384)

Era bem perceptível que isso se tornou também uma narrativa de soberania nacional que podia ser utilizada pela ditadura militar. Existia uma demarcação de poder nesse período, na

qual os militares e as classes dominantes agiam de maneira coordenada para que os não houvesse outras formas de resistência e de contradição. É interessante levar em consideração o que Luiz Alberto Moniz Bandeira escreve em sua obra sobre postura dos militares nesse período, afirmando que um aspecto desenvolvimentista estava na mesa. Em “Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1980)”, Bandeira analisa a política de desenvolvimento nesse período da ditadura militar, levando em consideração o contexto geopolítico e o papel do Brasil nas relações internacionais. O autor afirma que o setor industrial conseguiu demonstrar eficiência em um período econômico de endividamento e de recessão. De maneira geral, o Brasil buscava também uma posição de maior prestígio no cenário mundial. Outro ponto interessante é a lembrado pelo autor é a ampliação do limite territorial marítimo em 1970 pelo presidente Médici, que indica uma relação com a iniciativa do setor petrolífero de explorar as águas. (BANDEIRA, 2021, p. 175)

A repressão no CENPES: o espaço científico sob os olhares dos militares.

Na intenção de aprofundar o entendimento do que era o CENPES no governo Geisel e na ditadura militar-empresarial, é preciso observar o contorno desse espaço, sendo a Petrobrás o que preenche esse requisito. A política do Estado militar nessas empresas se iniciou logo nos primeiros meses depois do golpe de 64. Os organismos de inteligência e investigação iniciaram uma ofensiva aos principais polos contrários a essa atitude, principalmente aos movimentos sociais, sindicais e as universidades. Centros de pesquisa e institutos também sofreram com a repressão, como por exemplo a Fiocruz e o próprio CENPES. Os métodos que eram usados pelos militares foram estruturais, ou seja, eles buscavam aplicar mecanismos de repressão variados, mas que podem ser vistos em diferentes empresas e espaços. É correto que houve quebra de diretrizes humanas e direitos dos trabalhadores, que tiveram suas vidas investigadas e violadas. Essa prática era comum no Estado ditatorial militar, que criou mercantismos de controle baseados em órgãos investigativos e repressivos.

Os métodos que podem ser vistos através dos documentos oficiais da Divisão de Segurança Interna da Petrobrás e do próprio Serviço Nacional de Informação mostram que os funcionários da empresa e do CENPES tiveram os dados pessoais de suas vidas levantados de maneira extensiva. As informações atravessavam o que era básico e atingem investigações político-ideológicas, algo que pode ser visto em outras empresas onde ocorreu a intervenção dos militares. Vale lembrar que as formas mais diretas de repressão eram mais difíceis de serem vistas.

A questão sobre esses mecanismos intervencionais dos militares no CENPES ainda precisa buscar relatos diretos dos funcionários da instituição, principalmente pelo fato de que os primeiros anos da ditadura militar-empresarial foram mais intensos nesse aspecto. Para enfatizar esse ponto, é necessário o uso de fontes que são fornecidas pelo Acervo do Arquivo Nacional. O que caracteriza a perseguição e o método dessa administração consiste em alguns fatores, como a direção da Petrobras estar nos cuidados de militares de alta patente. Desde o governo João Goulart, em seu último momento antes do golpe militar, a Petrobras tinha a sua frente o General Osvino Ferreira Alves, sendo preso por alguns dias no Forte de Copacabana, logo após a tomada dos militares. A lista de presidentes da estatal petrolífera brasileira manteve uma linha concreta de militares no comando, chegando ao período aqui trabalhado o General de Brigada Araken de Oliveira a frente do órgão. O CENPES teve seu primeiro superintendente Antônio Seabra Moggi, reconhecido cientista que participou da formação desse centro de pesquisa.

O documento BR RJANRIO HF.0.PTR.3876, do Acervo do Arquivo Nacional, consiste em uma carta endereçada ao General Tório de Souza Lima pelo chefe do antigo CENAP, Antônio Seabra Moggi, relaciona o nome de funcionários e suas posturas “suspeitas”, como por exemplo a “tendência esquerdista” e “proselitismo”.⁴ Esse é um de alguns exemplos que mostram uma das formas de repressão que atingiu o CENPES, e se estendeu pelos outros governos da ditadura militar-empresarial. A realidade de que os militares tiveram um efeito no espaço do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás é plausível, tanto na estrutura quanto no financiamento de projetos tecnológicos.

Conclusão.

A ditadura militar-empresarial funcionou de maneira estrutural no Brasil, mantendo suas práticas de controle e repressão em diferentes espaços, o que pode ser visto quando analisamos a história das empresas e como foi que ocorreu a busca pelos interesses do Estado e das classes dominantes. A relação de poder entre o Estado, capital e sociedade pode ser observada em como os efeitos econômicos e políticos mundiais tiveram efeitos nas medidas e planos do regime militar. As relações do Brasil com os órgãos estrangeiros geraram reações e necessidades de um projeto sustentasse uma característica nacionalista que os militares usavam.

⁴ Documento disponível no acervo do Arquivo Nacional, p.3. Fonte: BR RJANRIO HF.0.PTR.3876. Ver página 11.

O processo de desenvolvimento econômico que se estabeleceu no governo Geisel coloca em suas bases o setor petrolífero como parte importante, sendo que os investimentos em avanços científicos também foram incrementados. A Petrobrás se torna uma empresa de extrema importância, no qual o CENPES é um pilar essencial para que a estatal petrolífera apresentasse um crescimento que gerou frutos importantes.

O CENPES, sendo parte importante da Petrobras, se dedicou a ciência, tecnologia e desenvolvimento, seguindo metas da empresa e principalmente do Estado brasileiro. Tecnologias importantes surgiram daquele espaço, auxiliando a Petrobras a se transformar em uma das maiores empresas de petróleo do mundo, e uma das mais desenvolvidas, tanto economicamente quanto cientificamente.

É importante observar também que, mesmo em um ambiente de ciência e estatal, houve diversos casos de repressão e perseguição, com trabalhadores que tinham ideologias diferentes, e mostrando que a Petrobras em geral recebeu tratamento igual e violento como outras empresas. Entender esse processo pode contribuir para um conjunto de pesquisas que observam os aspectos econômicos do período militar, assim como o ambiente de uma empresa gigantesca e importante como essa, com diversos tipos de pessoas e diferentes formas de conhecimento, que auxiliaram no desenvolvimento econômico e científico do país.

Referências Bibliográficas:

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil - Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1980)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BARBOSA, Wilson Nascimento. “Alguns efeitos da política econômica durante a Ditadura Militar (1964-1985), In.: *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Eduff - Hucitec, 2022.

BROTHERHOOD, Karina de Carvalho. *A política nacional-desenvolvimentista de Geisel e sua contribuição para as descobertas de novas bacias de petróleo na plataforma continental brasileira (1974-1979)*. Rio de Janeiro: XIX Encontro de História da ANPUH-RJ, 2020.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

COSTA, Luiz Allencar Dalla. *A Indústria do Petróleo: disputa por território cada vez mais profundos*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

LIMA, Haroldo. *Petróleo no Brasil: A situação, o Modelo e a Política Atual*. Rio de Janeiro: Synergia, 2008.

MAIA, Elias da Silva. *Algumas Iniciativas da Ditadura Militar Brasileira em Relação à Ciência e Tecnologia: os mecanismos usados nos anos de autoritarismo*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890298_ARQUIVO_TextoEliasMaiaAHPUH.pdf

MORAIS, José Mauro de. *Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore*. Brasília: IPEA: Petrobras, 2013.

MOREIRA, Uallace. *Um Estudo sobre o Comércio Exterior de Bens de Capital e Algumas de suas Relações com o Desenvolvimento do Ramo Industrial no Brasil (1974-1989)*. Campinas: UNICAMP, 2009.

PEYERL, D. *O petróleo no Brasil: exploração, capacitação técnica e ensino de geociências (1864-1968)*. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2017

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. *II PND: II Plano Nacional do Desenvolvimento (1975-1979)*. Brasília, 1975.

O demônio na Lisboa do século XVIII: a confissão do pacto de Maria de Jesus

Isabella Gioia de Barros¹
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Daniela Buono Calainho

Introdução

Este trabalho faz uma análise de um caso particular de feitiçaria em Portugal. No ano de 1735, a africana alforriada Maria de Jesus confessa à Inquisição portuguesa ter realizado um pacto com o diabo.

Maria de Jesus tinha 25 anos na data de sua confissão ao Santo ofício. A mesma foi vendida em Luanda ainda criança e transportada para Portugal, onde trabalhou para sua senhora na condição de escravizada, até a data de sua morte. Maria afirma ter sido batizada e iniciada na fé católica, e assídua frequentadora das missas.

Durante sua confissão, Maria descreve então seu primeiro contato com a ideia de pacto com o diabo. Diz a mesma que uma conhecida de sua senhora, chamada Maria Bernarda, havia lhe recomendado que vendesse sua alma aos 12 anos em troca de benesses, e que a mesma o havia feito e obtido vantagens com o suposto pacto. Este contato se dá logo após seu segundo sacramento: a crisma, o que explicita que pouco após a vinda de Maria de Jesus à Lisboa, a mesma começa a ter um contato mais intenso com Deus e o diabo cristão.

Pouco tempo após a conversa com Maria Bernarda, Maria de Jesus, segundo a sua confissão ao tribunal, começou a se relacionar com a entidade demoníaca. A mesma evoca o demônio, que lhe aparece em forma de camelo, e que em outros momentos também aparece em forma de cavalo. Em dado momento, lhe é oferecido pelo demônio que, através de rituais mágicos, a mesma pudesse se ver livre de sua senhora, e com isso acabar com a sua condição de escravizada. Passado um mês deste primeiro contato, Maria e o demônio resolvem firmar um pacto de sangue, no qual Maria fura seu dedo com um pequeno alfinete. Apesar de muitos destes réus confessarem a realização de um pacto demoníaco sob tortura à inquisição, este não é o caso de Maria de Jesus.

Após a realização do pacto de sangue, Maria então começa a cultuar a figura do demônio no mesmo oratório que esta cultuava a figura de Jesus Cristo. E o mesmo demônio, durante

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano de 2022, projeto: "O pacto com o demônio na Lisboa do séc. XVIII: uma análise da figura do diabo através do processo de Maria de Jesus (1735)", sob orientação da Dr.^a Daniela Calainho.

suas orações no altar, segundo suas confissões, a dizia para jejuar e também para lhe ter por Deus (Arquivo Nacional Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Processo N° 2279, fl.12).

Em outro momento de sua confissão, Maria diz que recebe alguns elementos mágicos da entidade, que esta descreve como sendo uma tigelinha branca, um vidro de óleo e um unguento branco. Maria foi instruída para que usasse este óleo em todo o seio e corpo, e segundo esta, quanto mais ela os usava, os itens iam sendo repostos de maneira mágica.

De acordo com as instruções do demônio, a mesma deveria utilizar estes elementos ritualísticos ao se deitar, por volta das 22h. Após o uso destes, Maria confessa que na companhia desta entidade, ela conseguia sair de casa mesmo com as portas fechadas, descrevendo uma espécie de projeção astral. Em outro momento, Maria confessa que:

Disse mais que depois de untada por toda a parte dianteira do seu corpo como tem dito, e beber a gota do óleo sem levar o novelo que o Diabo lhe tinha dado passava o mar, riacho e sitio e campo que o demônio dizia era a Mouta e também a uma Quinta ali perto que tinha hortas e ali estavam esperando cinco ou seis Demônios em figura de homens e outras tantas mulheres, e todos se punham a bailar com castanholas e abraçavam e beijavam as mulheres [...] (ANTT, Inquisição de Lisboa, Processo N° 2279, fl 10)

O recorte temporal deste trabalho é a primeira metade do séc. XVIII, especificamente o ano de 1735, período no qual a Inquisição portuguesa foi bastante ativa, tanto na metrópole, quanto em outras partes do Império português. Aproximadamente 50 anos depois, após as reformas pombalinas e o advento do iluminismo, a Inquisição vai aos poucos saindo de atividade e perdendo poder, até ficar quase que completamente inativa já na primeira metade do século XIX. É importante notar também que o período entre 1710 a 1759 será o período com maior repressão ao crime de feitiçaria em Portugal. Uma das explicações para esse aumento repentino seria uma maior expansão da rede de comissários da Inquisição e uma também mudança na estrutura do tipo de crime perseguido. (J.P.PAIVA, 1997, pág.212). O recorte espacial será a cidade de Lisboa, em Portugal, local onde Maria de Jesus foi processada e realizou a sua confissão.

A Península Ibérica abrigou os seguidores do judaísmo após o conflito entre judeus e cristãos no primeiro século. Judeus e seguidores do cristianismo coexistiram e se integraram socialmente até o século XIV, embora os judeus enfrentassem algumas restrições. Com a onda de conversões na Espanha e, posteriormente, com a expulsão definitiva dos judeus em 1492, a comunidade sefardita portuguesa aumentou consideravelmente. Portugal se tornou o principal destino dos judeus expulsos da Espanha porque lá não ocorriam perseguições, conversões em massa ou qualquer forma de Inquisição. A situação no reino mudou apenas quando D. Manuel

forçou a conversão em 1497, batizando todos os judeus e mouros do reino de forma involuntária e coletiva. A partir desse momento, não havia mais judeus em Portugal, apenas cristãos-novos. Como resultado, o Tribunal do Santo Ofício foi estabelecido em Portugal, principalmente para lidar com o problema judaico, que se agravou com a chegada dos judeus espanhóis. A bula papal para estabelecer a Inquisição no reino foi assinada em 23 de maio de 1536.

Os principais tribunais do Santo Ofício, que acompanharam todo o seu funcionamento, foram os de Évora, Lisboa (responsável pelo mundo atlântico português) e Coimbra. Fora do reino, apenas um tribunal foi instalado em Goa, no ano de 1560. Os tribunais inquisitoriais estavam principalmente presentes nos grandes centros urbanos, e não houve instalação de um tribunal na América Portuguesa. Os comissários e visitantes do Santo Ofício tinham a responsabilidade de inspecionar áreas distantes, mas nem sempre conseguiam chegar até elas, e a justiça eclesiástica ou as ordens religiosas informavam a Inquisição sobre os casos de heresia nessas regiões. Com a consolidação do tribunal, os privilégios concedidos aos cristãos-novos pelo rei foram revogados. Para a Inquisição, os cristãos-novos batizados podiam ser condenados como hereges caso não seguissem exclusivamente os preceitos da religião católica. (BETHENCOURT, 1994, p.242)

Portugal, portanto, não experimentou o fenômeno da extensa "caça às bruxas" que ocorreu em grande parte dos países europeus durante a época moderna. A perseguição aos praticantes de bruxaria no reino era atribuída a três instâncias diferentes: justiça secular, justiça inquisitorial e justiça episcopal. Portanto, o delito de "feitiçaria" era tratado nos documentos legislativos como um caso de jurisdição mista. A Inquisição tinha autoridade particular para lidar com todos os casos de heresia, mas suas preocupações estavam principalmente voltadas para os cristãos-novos de origem judaica entre os séculos XVI e XVII (J.P.PAIVA, 1997, pág.398).

No reino de Portugal, ocorreram inúmeras denúncias contra pessoas acusadas de realizar práticas místicas e atos supersticiosos. Além disso, havia um sistema jurídico abrangente composto por instituições competentes para julgar e processar esses supostos "crimes" (inquisição, tribunais episcopais e tribunais régios). Os magistrados portugueses estavam familiarizados com a demonologia que inspirou a extensa "caça às bruxas" na Europa Central e do Norte. Dessa forma, estavam presentes em Portugal os elementos necessários para desencadear uma perseguição sumária à bruxaria. No entanto, isso não ocorreu devido a várias particularidades do país. O fenômeno conhecido como a grande "caça às bruxas" na Europa Moderna foi precedido e alimentado por numerosos tratados que retratavam, com certo grau de

pavor, o perigo que os homens enfrentavam diante das tentações demoníacas e das atividades malignas das bruxas, que eram organizadas e instruídas por Satã nos sabás. Essa atmosfera de medo antecipava para esses homens a chegada do apocalipse e do Juízo Final.

Segundo o historiador José Pedro Paiva, em Portugal, ao contrário do que aconteceu em outros países europeus, não houve uma tradição editorial focada exclusivamente no debate sobre a questão da bruxaria. A escassa produção literária portuguesa não significa que não tenha havido um debate intelectual sobre o tema da bruxaria, influenciado pelos textos fornecidos pela Espanha e outras regiões europeias. Conforme registrado por Pedro Paiva, os estudiosos portugueses expressaram suas opiniões sobre o assunto em diversas fontes, como os códigos legislativos das jurisdições responsáveis por lidar com o uso de práticas mágicas; nos comentários feitos pelos juristas sobre esses códigos legais; nos tratados de teologia moral; nos manuais dos confessores, nos quais se detectam as preocupações clericais com o fenômeno; nos catecismos e nos manuais dos párocos, amplamente difundidos no contexto da Contrarreforma católica; nos sermões realizados durante os autos de fé inquisitoriais; e especialmente nos tratados de medicina, que incluíam obras médicas exclusivamente dedicadas à cura de doenças causadas por feitiços; nos processos inquisitoriais; e, em menor escala, nos escritos dos padres missionários.

Esse conjunto de documentos permitiu que os pesquisadores explorassem não apenas as crenças dos intelectuais portugueses, mas também observassem indícios dessa cultura mágica no contexto popular. É possível perceber que a maioria dos escritos tem origem eclesiástica, o que confirma, em certa medida, o poder e a influência da Igreja em Portugal, que se esforçava em evangelizar a cultura popular após o Concílio de Trento. Mesmo as fontes estrangeiras sobre magia ilícita lidas pelos portugueses tiveram pouco peso em relação aos demonologistas com formação jurídica e secular.

A obra mais difundida e esclarecedora foi o *Memorial e antídoto contra os pós venenosos que o Demônio inventou*, de Manuel de Lacerda. Escrito durante um período de crise que afetou toda a Europa, com a disseminação de uma epidemia que causou a morte de muitas pessoas no norte da Itália, o livro defende a capacidade das bruxas de causar diversos malefícios, como doenças, tempestades, infertilidade, entre outros. Para o autor, que possuía amplo conhecimento de demonologia, as mortes causadas por bruxas estavam relacionadas ao uso de pós venenosos de origem demoníaca. O que tornava as partículas eficazes não era o poder do Diabo em si, mas sim sua composição venenosa.

Portanto, o representante do Santo Ofício ia contra a opinião de muitos doutores, que defendiam a influência do Diabo na capacidade de matar, em vez da composição natural dos unguentos. Manuel de Lacerda acreditava na necessidade de impor limites às capacidades extraordinárias atribuídas às bruxas e aos demônios pelos demonologistas, uma vez que seus poderes eram inferiores aos de Deus. Na parte final de sua obra, ele também demonstra profunda confiança nos poderes de Deus e da Igreja contra os malefícios demoníacos. A opinião de Manuel de Lacerda em relação ao poder limitado dos demônios indica uma tendência no pensamento dos intelectuais portugueses. No século XVI, na Europa, havia um debate teológico centrado na questão de saber se o Diabo tinha o poder efetivo de alterar os acontecimentos na Terra ou se sua capacidade se limitava a confundir, tentar e enganar a mente dos homens (J.P.PAIVA, 1997, pág.349).

Uma discussão sobre o sabá

Uma das conclusões possíveis a partir da análise do processo de Maria de Jesus é a de que esta estivesse praticando um ritual denominado sabá, que vai ser essencial para a consolidação do imaginário da bruxa na Europa. Conforme Delumeau descreve, durante o século XIV a Inquisição iniciou uma atuação mais incisiva em relação aos casos de magia. A expressão sabá pode ter surgido pela primeira vez na documentação por volta do fim da Idade Média.

As origens da crença nos sabás estavam baseadas em vários fatores psicológicos, culturais e históricos. Todas as culturas possuem mitos sobre pessoas que desafiam a ordem social estabelecida, indo contra os padrões morais, sociais e religiosos de sua época. O sabá europeu era identificado por práticas como infanticídio, canibalismo, transformação de pessoas em animais, o voo das bruxas, renúncia aos sacramentos cristãos, blasfêmia e orgias sexuais.

Essa última conduta frequentemente se destaca nas descrições do mito, caracterizada pela prevalência de elementos eróticos. No século XVI, o estereótipo da bruxaria já estava tão arraigado que essas definições se desvincularam da magia ritual e se restringiram apenas às bruxas. A crença no voo das bruxas, um dos possíveis elementos do sabá, consolidou-se na Europa quando as elites instruídas já estavam convencidas da ligação entre malefício, pacto com o Diabo e encontros noturnos clandestinos e coletivos das bruxas para adorá-lo. O voo reforçava a ideia do sabá, pois fornecia uma explicação "concreta" para a capacidade das bruxas de comparecerem a suas reuniões em áreas remotas em pouco tempo, sem serem detectadas em sua ausência. (GINZBURG, 2012, p.234)

Isso também está relacionado à mitologia pagã das "caçadas selvagens" das mulheres com Diana, a deusa romana da fertilidade, estreitamente ligada à lua e à noite. Para os segmentos instruídos, esses dois mitos se fundiram para criar a imagem das bruxas voadoras infanticidas e canibalistas. Os magistrados e eclesiásticos nem sempre concordavam com a certeza de que o Diabo poderia transportar fisicamente as bruxas pelo ar; os escolásticos preferiam acreditar que grande parte das obras demoníacas eram resultado de ilusões deliberadas. Um dos manuais de demonologia mais utilizados, conhecido como *Malleus Maleficarum* (1484), dedica muitas páginas a esse assunto e conclui que ambas as formas de transporte eram possíveis. As bruxas poderiam voar de várias maneiras, mas o cabo da vassoura era a crença mais popular. A vassoura era, principalmente, um símbolo do feminino, o que reforçava a predominância das mulheres como bruxas. Outra crença antiga e de origem popular era a metamorfose da bruxa, relacionada a práticas mágicas e sobrenaturais, e, portanto, logo associada ao conceito de bruxaria. Para os autores do *Malleus Maleficarum*, essa transformação não era permanente e poderia ser resultado de ilusões demoníacas. (DELUMEAU, 1989, p. 345)

Nos documentos da época, é possível observar que os elementos associados ao sabá variavam de lugar para lugar e de época para época na Europa Ocidental. O Diabo assumia uma variedade incrível de formas, como humano, bode, touro, gato, cavalo, carneiro, entre outras.

Dessa forma, o estereótipo construído em torno do mito do sabá foi transmitido oralmente pela população europeia desde o final do século XIV. Havia uma notável uniformidade nas descrições, tanto nas confissões inquisitoriais quanto nos tratados de demonologia. Isso sugeria a existência de uma seita de bruxas, que juntas eram muito mais perigosas do que individualmente, portadoras de malefícios e encantamentos.

A partir do conceito de circularidade cultural, Ginzburg faz um estudo sobre o ritual sabático em seu livro "Historia Noturna". Neste livro, Ginzburg debate com uma historiografia que argumenta que o sabá foi um ritual folclórico inventado pelos manuais da Inquisição da Idade Moderna. Ao contrário, este historiador volta às possíveis origens do sabá numa análise sincrônica e diacrônica que remontam desde a Grécia Antiga, circulando por territórios para além da Europa, argumentando que a estrutura deste ritual estava fortemente presente no folclore europeu muito antes da perseguição às bruxas dos séculos posteriores. A questão do "voo noturno" e da descida ao mundo dos mortos já estava presente na cultura europeia antes mesmo da chegada do cristianismo, bem como esteve presente em rituais xamânicos de povos da zona de fronteira da Europa ocidental. Entretanto, a partir do século XIV, o sabá se

apresentará com a roupagem demonológica dos manuais da Inquisição, em seu formato mais folclórico, com a questão do pacto demoníaco e da feitiçaria presentes.

O sabá pode ter surgido devido ao temor das classes intelectuais em relação à feitiçaria organizada, que supostamente poderia resultar em uma sociedade contrária governada por Satã. Alguns estudiosos tradicionais, como Michelet, afirmam que as reuniões noturnas de feitiçarias em grande número realmente ocorreram e tinham o objetivo de questionar a ordem estabelecida. Por outro lado, pensadores racionalistas como Robert Mandrou argumentam que o sabá foi uma invenção das mentes cultas europeias (DELUMEAU, 1989, p.478). Em contraponto a Michelet, Jean Delumeau argumentará que o sabá como fenômeno organizado, provavelmente não existiu, e que este se tornou um ritual folclórico resultado da combinação entre o imaginário de elites letradas e as tensões sociais existentes na sociedade europeia moderna (DELUMEAU, 1989, p.456).

Como já citado, uma abordagem antropológica mais recente, na qual se inclui Carlo Ginzburg, defende que o sabá exatamente como descrito nos tratados de demonologia não existiu, mas a crença nos elementos que o compõem não foi totalmente infundada e se baseava em antigas tradições folclóricas da cultura popular. A abordagem desse conceito no meu trabalho se dará a partir do ritual que Maria de Jesus confessará ao santo ofício que se assemelha a um sabá.

Como citado anteriormente, uma parcela da historiografia tem o argumento de que o ritual sabático pode ter sido inventado pelos manuais eruditos da Inquisição, porém, a partir da análise documental do processo, pode-se supor que estes manuais foram apropriados de alguma forma pelas classes populares, já que a preta forra confessa o ter realizado durante um bom período de tempo. A partir da apropriação deste conceito, tento identificar de que forma o sabá circulou entre o meio erudito e o popular, compreendendo a perspectiva da cultura de uma forma circular, e não apenas de forma vertical. Cabe destacar que este ritual foi circulando através da oralidade, no caso de Maria de Jesus, já que esta não era alfabetizada.

A peculiaridade do processo de Maria de Jesus

Francisco Bethencourt será um dos principais historiadores a fazer um amplo levantamento documental sobre os condenados por crime de feitiçaria em Portugal. Em seu livro “O imaginário da magia. Feitiçeiros, saludadores e nigromantes no século XVI”, este vai demonstrar que os processos de feitiçaria que poderiam configurar um ritual sabático (na Inquisição portuguesa, chamado de conventículo ou ajuntamentos) seriam raríssimos,

dialogando com a tese de José Pedro Paiva, e em oposição ao contexto da perseguição à feitiçaria em outros reinos europeus.

Portanto, a escolha de estudar o processo de Maria de Jesus, se dá exatamente pela peculiaridade deste. São raros os processos da Inquisição portuguesa nos quais se pode encontrar de maneira mais rica elementos de um ritual sabático, ao contrário de processos de outras partes da Europa, onde a prática dos sabás é relatada de maneira mais detalhada e rica na documentação inquisitorial. Dentre muitas confissões de pacto com o demônio em Portugal, encontramos alguns elementos do sabá, mas não vários elementos em uma só confissão, como é o caso deste processo. No geral, os encontros sabáticos, chamados de ajuntamentos pela Inquisição portuguesa, nos dão uma pista de como alguns destes tratados de demonologia da cultura erudita (proveniente de um clero letrado) podem ter sido assimilados pelas classes populares e que tipo de religiosidade e ideias religiosas circulavam pelo Império português na primeira metade do século XVIII.

O desfecho de seu processo e algumas conclusões possíveis

A pena que recaiu sob Maria de Jesus foi a abjuração em forma, ou seja, ela deveria declarar seu arrependimento à Mesa Inquisitorial, e prometer não incorrer na mesma heresia. E ao final de seu processo, os Inquisidores exigem que ela:

cumpra o que prometeu em sua abjuração, e dar mostras de boa Cristã, e neste primeiro ano confessará nas quatro festas principais dele, a saber Páscoa e Ressurreição do Espírito Santo, Assumpção de Nossa Senhora e Natal, e dentro do mesmo Rezará em Cada semana um Rosário a Virgem Senhora nossa e em cada sexta feira cinco Padres nossos, e cinco Ave Marias [...](ANTT, Inquisição de Lisboa, Processo N° 2279, fl 53)

É interessante perceber que a pena de Maria de Jesus foi relativamente branda para a heresia que a mesma cometeu. Em um dado momento, o próprio Inquisidor diz que ela seria excomungada e declarada apóstata da fé católica, mas como pediu clemência ao Tribunal, foi concedida a ela uma pena muito mais branda. A hipótese que provavelmente explica a sua pena ter sido relativamente branda confirma a tese de José Pedro Paiva já citada anteriormente neste trabalho: a de que o crime de feitiçaria em terras lusitanas não era e nem nunca foi um grande problema para a tradição portuguesa.

Analisando o caso de Maria de Jesus, também podemos concluir, que por mais que poucos réus tenham confessado um sabá à Inquisição portuguesa esta crença em um suposto ritual noturno parecia estar bem enraizada na cultura lusitana, exatamente porque Maria de

Jesus não saberia ler ou escrever, que podemos concluir que ela teve acesso ao sabá através da cultura oral.

Também em diálogo com Daniela Calainho, esta destaca que em Portugal, os africanos traziam consigo práticas mágicas, crenças e devoções que visavam atender a diversos anseios e desafios cotidianos. O que os diferenciava dos brancos, conhecidos como cristãos velhos, que também recorriam à magia e à superstição, era o agravamento dessas tensões sociais, que, no caso dos escravos e negros, os levava à exaustão. Muitos cativos desenvolviam estratégias para aplacar a violência imposta por seus senhores, utilizando seus conhecimentos e conexões com o sobrenatural como forma de resistência ao sistema escravagista, baseando-se em forças invisíveis.(CALAINHO, 2008, p. 251)

É importante destacar também como elementos do cristianismo e tradições pagãs europeias antigas se entrelaçavam com essas práticas, resultando em um complexo cultural híbrido e multifacetado. Para os africanos que viviam no território da metrópole portuguesa, esse fenômeno representava uma oportunidade para reconstruir suas identidades e estabelecer novos vínculos sociais. Nesse contexto, os negros africanos compartilhavam rituais de cura, trocavam feitiços e disseminavam seu conhecimento em um ambiente de comunhão e aprendizado mútuo.(CALAINHO, 2008, p. 252)

O deslocamento fomentado pelo tráfico transatlântico foi essencial para a formação de uma nova identidade e cultura afro-diaspórica com características próprias. A partir do processo de hibridação cultural fomentado pelo deslocamento - e pela troca de conhecimentos dentro do império português -os africanos escravizados vão tentar construir ferramentas culturais que os auxiliem em sua vivência e sobrevivência dentro das relações de poder próprias do sistema escravista. Neste processo de mudança territorial ocorre esse hibridismo, fomentado por essa troca de culturas que ocorreu a partir de sua viagem. Desta forma, Maria de Jesus passou a enxergar o mundo através dos códigos cristãos, ao mesmo tempo em que preservou a sua religiosidade e visão de mundo da cosmogonia africana.

Voltando ao processo de Maria de Jesus, esta parece confessar a realização de um sabá, com alguns elementos que se assemelham às muitas confissões documentadas de um ritual sabático em continente europeu, mas com algumas peculiaridades. A primeira delas, é que o sabá relacionado ao voo clássico da bruxa, não é relatado neste caso. Em um dado momento de sua confissão, Maria de Jesus relata que o diabo a faz “voar sobre as águas”. Na cosmogonia

banto, o mundo estava dividido em dois: o dos vivos e o dos mortos, com a água servindo como a passagem entre esses dois mundos.

Analisando com mais cuidado seu processo, e dialogando com o conceito de circularidade cultural apresentado por Carlo Ginzburg, percebe-se que esta pode ter associado sua visão do sabá a uma iniciação sacerdotal de origem bantu, relacionando desta forma, a feitiçaria a um processo de iniciação xamânica. A partir da perspectiva de que a reconstrução dos saberes africanos se deu de maneira híbrida, pode-se concluir que Maria de Jesus enxergou em seu sabá uma possibilidade de reconstruir seus laços com a sua terra natal, a África, de forma que em sua confissão aparecem alguns elementos peculiares, como o elemento água, que foi reinterpretado através de suas lentes africanas.

Referências Bibliográficas

- BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia: rito Nagô*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa, Círculo de leitores, 1994.
- BETHENCOURT, Francisco. *O imaginário da magia, feitiçarias, saladores e nigromantes no séc. XVI*. Lisboa: Universidade Aberta, 1987.
- CALAINHO, Daniela Buono. *Africanos penitenciados pela Inquisição portuguesa*. Revista Lusófona de Ciência Das Religiões – Ano III, 2004 / n.º 5/6 – 47-63
- CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das Mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no antigo regime*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2013. (Ensaio Latino-americanos 1)
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CLARK, Stuart. *Pensando com demônios. A ideia de bruxaria no princípio da Europa Moderna*. São Paulo: Editora da USP, 2006.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010
- GINZBURG, Carlo. “O inquisidor como antropólogo”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *História Noturna – decifrando o sabá*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- GINZBURG, Carlo. *O Fio e os Rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Editora Lamparina, 2014.
- HALL, Stuart. *Cultura e Representação*: Rio de Janeiro, Ed. PUC Rio, 2016.
- HERMANN, Jacqueline. História das Religiões e Religiosidades. In VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro (org). *Domínios da História. Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- KRAMER, H. SPRENGER, J. *Malleus Maleficarum- o martelo das feiticeiras*. Ed. Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 2000.
- MARCOCCI, Giuseppe e PAIVA, J. Pedro. *História da Inquisição Portuguesa. (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos livros, 2013.
- MOTT, Luiz. Acotundá: Raízes setecentistas do sincretismo religioso afro-brasileiro. In: *Escravidão, Homossexualidade e Demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988.
- MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org) *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MOTT, Luiz. O calundú-angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739. *Revista do IAC*, v.2, nº1, Ouro Preto, 1994.
- MUCHEMBLEND, Robert. *Uma história do Diabo. Séculos XII – XX*. Rio de Janeiro: Bom Tempo, 2001.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O Diabo no imaginário cristão*. Bauru: EDUSC, 2000.
- NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1992.
- PAIVA, J. P. *Bruxaria e superstição num país “sem caça às bruxas”, 1600-1774*. Lisboa: Notícias editorial, 1997.
- PARÉS, Luis N. *A formação do candomblé. História e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- PRICE, Richard e MINTZ, Sydney. *Nascimento da cultura afro-americana*. RJ: Pallas/UCAM, 2033.
- REIS, João. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos males em 1835*. SP: Companhia das Letras, 2003.
- REIS, Marcus V. *Descendentes de Eva: práticas mágico-religiosas e relações de gênero a partir da Primeira Visitação do Santo Ofício à América portuguesa (1591-1595)*. Curitiba: Editora CRV, 2018.
- Thereza; MATTOS, Yllan de Mattos. (Org.). *Heresias em perspectiva*. 1ed.Lisboa: Edições da Cátedra de Estudos Sefartidas "Alberto Benveniste", 2022.
- RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. *Alma africana no Brasil. Os iorubás*. São Paulo, 1996. Rio de Janeiro: Vera Cruz, n. 18. P. 67-71, 2005.
- SANTANA, Tiganá. *A cosmologia africana dos bantu-kongo por Bunseki Fu-Kiau: tradução negra, reflexões e diálogos a partir do Brasil*. Tese de doutoramento, São Paulo, USP, 2019
- SANTOS, Vanicléia Silva. *As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: século XVIII*. Tese de Doutorado em História. USP, 2008.
- SLENES, Robert W. *Malungu, Ngoma vem! África encoberta e descoberta no Brasil*. Luanda:Museu Nacional da Escravatura, INPC, 1995.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Revisitando o calundu*. In: GORESTEIN, Lina e CARNEIRO, Maria L.T(org.). *Ensaio sobre a intolerância: Inquisição, Marranismo e Anti-Semitismo*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- SOUZA, Laura de Mello e. *A feitiçaria na Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1987.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico. Demonologia e colonização. Séculos XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- SWEET, James H. *Recrutar África: cultura, parentesco e religião no mundo afroportuguês (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico - 1400-1800*. São Paulo. Ed.Campus, 2004.
- TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Marina de Mello e. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento antoniano, séculos XV-XVIII. *Tempo*, vol. 3, n.6, pp. 95-112, dez. 1998.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. (org) *Dicionário do Brasil colônia (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

Do Jesuíta do Rei ao Oráculo Político: críticas ao Santo Ofício Português entre o século XVII e o século XVIII

Isabelle Luz da Silva¹
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Daniela Buono Calainho
Bolsista FAPERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: “A repercussão das ideias de D. Luís da Cunha na extinção do Santo Ofício em Portugal”, ainda em andamento. Desde que o Santo Ofício foi extinto, muito se falou sobre sua horrenda forma de agir, sendo considerada uma instituição injusta e intolerante. Para legitimar tal afirmação, utilizaram-se de indivíduos que criticou a instituição a fim de provar que sua existência nunca foi desejada. É certo que a Inquisição foi, em um contexto geral, intensa na busca de estabelecer uma sociedade cristã uniforme. No entanto, seria anacrônico julgá-la de um tempo tão distante do seu contexto original. Neste artigo, analisaremos dois indivíduos que marcaram a história do Santo Ofício português: o jesuíta Antônio Vieira (século XVII) e o embaixador, D. Luís da Cunha (século XVII-XVIII). A finalidade desta pesquisa é compreender de que forma se estruturou as críticas antinquisitoriais no período anterior e durante à ilustração, a fim de identificar as diferentes formas de críticas, cada uma em seu tempo.

O estabelecimento de um Tribunal Inquisitorial em Portugal

Em 1536 chegava a notícia ao rei D. João III que o papa havia assinado a bula que permitiu o estabelecimento do Tribunal Inquisitorial em Portugal. Desde 1497, ano em que D. Manuel decretou a conversão forçada dos judeus ao cristianismo, até a data supracitada, não houve quem vigiasse de perto os judeus convertidos forçadamente, chamados de cristãos novos. A falta de vigilância sobre estes possibilitou muitos viverem como judeus, apresentando-se como cristãos apenas quando estavam fora de suas casas. Os cristãos novos foram, desde o início, o foco principal para que o Santo Ofício fosse instaurado.

O processo que levou ao estabelecimento de um Tribunal Inquisitorial em Portugal não foi simples. O fato de forçar milhares de pessoas a aceitarem uma fé pareceu estranho e

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “A Influência do Discurso de D. Luís da Cunha no Processo de Extinção do Tribunal do Santo Ofício em Portugal”, sob orientação da Dra. Daniela Buono Calainho, bolsista: FAPERJ.

incorreto à própria cúria papal. Por isso, foi custoso à D. João III que o Tribunal fosse instaurado, já que, com isso, o papa estaria legitimando a controvérsia conversão forçada dos até então judeus (MARCOCCI, 2011). Os judeus, além de terem sido forçados a se converterem ao cristianismo, seriam vigiados para que não houvesse nenhum resquício de judaísmo em seus atos, pois, caso contrário, seriam julgados e punidos pelo tribunal inquisitorial.

A Inquisição foi um braço importante da Igreja, desde a Idade Média, e, em sua essência, investigava e julgava hereges. No caso da Inquisição dos reinos de Portugal e Espanha, sobressaiu uma característica específica: eram tribunais de foro misto. Hora estavam sob a legislação eclesiástica, hora agiam com lealdade ao rei, “pois eram eles, os reis, que indicavam o inquisidor geral, tanto na Espanha como e Portugal” (VAINFAS, 2021, p. 303), hora agiam em prol do próprio benefício.

O Santo Ofício acumulou variadas contestações ao seu modo de agir, desde seu estabelecimento à extinção. O estopim de tais críticas partiu da ordem jesuítica, durante o século XVII. Os inicianos julgavam o Santo Ofício uma instituição insubordinada à autoridade papal e ao rei, preocupando-se com questões que deveriam estar fora de sua alçada. Além da “defesa dos cristãos novos [...] seja em favor do seu ingresso na ordem, seja pedindo o abrandamento dos estatutos de limpeza de sangue ou contra o procedimento inquisitorial, os sermões laudatórios à Restauração e o processo contra outros jesuítas” (MATTOS, 2014, p. 91). Divergiam também do método que se utilizavam para propagar a fé cristã: enquanto os jesuítas “apostavam na catequese, na pedagogia”, a Inquisição “preferia castigo e intimidação geral” (VAINFAS, 2011, p. 64). No entanto, em nenhum momento os jesuítas consideravam o fim do Santo Ofício, pelo contrário, acreditavam que o Santo Ofício era importante para a sociedade, apenas precisava se atentar à finalidade de sua existência.

Antônio Vieira: jesuíta do rei

Foi no meado do século XVII, em 1663, que a Inquisição processou um jesuíta que ficaria marcado em sua história: padre Antônio Vieira. Nascido em 1608, em Lisboa, Vieira foi para o Brasil colônia ainda criança, aos seis anos de idade. Seu pai, Cristóvão Ravasco, assumiu o cargo de escrivão do Tribunal da Relação na Bahia e, por isso, levou sua família consigo. A Bahia era o centro comercial da colônia desde o meado do século XVI. Neste período, houve intensa migração de portugueses e, principalmente, cristãos novos, pois a Inquisição já vigorava nesta época, como discorreremos acima. “A forte presença de famílias cristãs-novas na Bahia,

incluindo mercadores de grosso trato, em Salvador, teria enorme influência na formação de Antônio Vieira [...]” (VAINFAS, 2011, p. 32).

Ficou conhecido tradicionalmente na História pela sua grande colaboração na língua portuguesa, mas não apenas isso. Antônio Vieira esteve envolvido desde cedo com as questões políticas do reino. Em 1624 ocorreu a invasão holandesa em Salvador. Com apenas 16 anos, foi dado ao jesuíta o trabalho de relatar o ocorrido. “Os holandeses, pregou Vieira, eram duplamente inimigos, porque eram invasores e calvinistas, portanto, hereges” (Idem, p. 49). Vieira presenciou todo o enredo da invasão Holandesa, na primeira e na segunda vez, tendo nesta última participado ativamente ao lado de D. João IV, rei de Portugal.

O reestabelecimento da coroa portuguesa não foi simples. D. João IV, que encabeçou a guerra da Restauração, teve que lidar com o conflito contra a coroa espanhola, que possuía apoiadores na nobreza portuguesa, e contra os holandeses. Além disso, Felipe IV, rei da Espanha, contava com o apoio do Santo Ofício, que era “francamente filipina” (Idem, p. 93) Antônio Vieira já se encontrava em Portugal neste período e observou pessoalmente todo o conflito. Sua conclusão foi que D. João IV deveria assumir ao trono e utilizou da Capela Real para legitimá-lo durante seus sermões. Logo Antônio Vieira tanto agradou com seus sermões que logo se transformou no jesuíta do rei.

Foi logo no primeiro encontro que o rei se viu magnetizado pela figura de Vieira, sua verve, seu raciocínio brilhante sua erudição, sua coragem. Para um rei inseguro como D. João IV, Vieira oferecia apoio inestimável. Além disso, como vinha do Brasil, não estava enredado nas redes e facções palacianas, que misturavam restauradores da primeira hora com filipinos arrependidos (Idem, p. 89).

Vieira ocupou um espaço no processo de restauração para além da Capela Real, pois aos poucos foi ascendendo de forma que se tornou um dos principais conselheiros de D. João IV.

A partir de 1643, tornou-se o principal articulador político da monarquia portuguesa, homem de maior confiança de d. João IV, conselheiro para todos os assuntos, internos ou externos, políticos ou econômicos. Tornou-se um ministro sem pasta, ou “primeiro ministro” informal, passando a desfrutar de imenso poder na Corte [...] (Idem, p. 102).

Foi desfrutando de tal liberdade que Antônio Vieira fez menção da causa cristã nova ao rei D. João IV, causa esta que ainda não havia sido pensada no novo projeto de governo. “A adoção de uma política pró judaica no reino português foi ideia exclusiva de Antônio Vieira” (Idem, p. 105).

O contexto econômico e político de Portugal no período de restauração estava desfavorável. Antônio Vieira apontava que a questão econômica deveria ser revolvida o quanto antes e a melhor forma de se resolver seria atraindo os cristãos novos para o reino, pois estes

prosperavam principalmente na Holanda. Em seus escritos, Vieira buscava argumentar os benefícios que os judeus e os cristãos novos trariam à economia portuguesa se pudessem viver no reino sem serem perseguidos pelo Santo Ofício. O jesuíta argumentava que,

Se o dinheiro dos homens da nação está sustentando as armas dos hereges, para que semeiem e estendam as seitas de Lutero e Calvino pelo mundo, não é maior serviço de Deus e da igreja que sirva este mesmo dinheiro às armas de rei mais católico, para propagar e dilatar pelo mundo a lei e a fé de Cristo? (VIEIRA, 1995, p. 301).

O interesse pelos cristãos novos surgiu com o contato que Antônio Vieira teve ainda na colônia, como supracitamos, e também quando esteve na Holanda. Ao exercer a função de negociador das terras do nordeste colonial entre a coroa e os holandeses, em Haia, na Holanda, em 1640, Vieira teve a oportunidade de se aproximar dos mercadores da nação hebreia. Lá conheceu pessoalmente a comunidade judaica que era, em sua maioria, judeus e cristãos novos que fugiram de Portugal. Segundo Vieira, estes indivíduos sentiam saudade da terra lusitana e, se não fosse pela Inquisição, retornariam de bom grado para o reino. Segundo Ronaldo Vainfas, Antônio Vieira

Considerava uma estupidez manter sob pressão aquela minoria, que tanto podia contribuir para o fortalecimento do reino. No entanto, muitos deles eram penalizados com o confisco de bens ou fugiam para países onde podiam viver e mercadejar em paz. Vieira percebeu que o poder da Inquisição se ancorava na perseguição dos cristãos novos, sem trazer benefício nenhum para a Coroa (2011, p. 106).

O processo de Antônio Vieira fora trabalhoso para o Santo Ofício. É verdade que nas ideias de Vieira havia uma pitada, ou até mesmo sabor, de heresia, já que se fez grande defensor do *sebastionismo*, uma crença messiânica um tanto dispare do que a Igreja propagava. No entanto, “foi no ençaldo do Vieira utópico, transformando em herético, para eliminar de vez o Vieira político” (Idem, p. 219), pois Vieira defendia abertamente a causa dos cristãos novos e, simultaneamente, era contra o confisco de bens, causa principal que enervou o Santo Ofício português. No entanto, um Tribunal que baseava sua sentença na profissão do indivíduo, ou seja, na sua consciência, não conseguiu abarcar a engenhosa oratória do jesuíta.

[...] a impressionante extensão dos autos resultaram da estratégia da defesa de Vieira, reveladora de inteligência e sólido conhecimento da cultura da instituição, não se deixando enredar pelas perguntas com o que confrontavam, chegando a exasperar o inquisidor Alexandre da Silva com suas respostas e os estratagemas que seguia. Conseguiu manter cerrado debate teológico e, dada sua preparação, não foi fácil de vergar. (MARCOCCI; PAIVA, 2013, p. 196).

A justiça sob uma lógica casuística, característica do Antigo Regime, era baseada nos preceitos teológicos. A jurisdição casuística tinha “um papel reformador e corretor dos desvios e erros eventualmente cometidos e derivavam, na lógica manifestada pela Igreja e pelos

princípios cristãos”. E todo este formato jurídico se estabelecia na concepção de um tribunal da consciência.

Fosse o juiz leigo ou eclesiástico, aplicasse o direito civil ou direito canônico, o repertório de normas jurídicas que o orientavam deveria fluir dos princípios teológicos, filosóficos e morais mais amplos, a cuja fidelidade estava preso *em consciência*, uma expressão de fundo religioso que lhe dava margem para aplicar o direito e as normas – leis, costumes, atos singulares do príncipe e de outras autoridades – de modo muito amplo (WEHLING, 2017, p. 15, grifo nosso).

As principais características da aplicabilidade da lei sob o modo casuístico é o alargamento de possibilidades que se podia julgar, a depender da autonomia do juiz e da consciência do julgado. E sob esta lógica agia o Santo Ofício: um tribunal da consciência.

Após longo conflito entre o jesuíta e o Santo Ofício e seu processo ter sido finalizado, Vieira foi para Roma. Se antes defendia a questão da nação hebreia por interesse econômico, neste momento o jesuíta estava certo de que o modo que a Inquisição procedia com os processados de origem judaica era injusto. Suas críticas e outras foram expressas no documento *Notícias recônditas e o modo de proceder da Inquisição com seus presos*, obra que contou com o apoio do jesuíta, mas fora escrita por um grupo de cristãos novos que, juntamente com Vieira, buscava em Roma reformas para o Santo Ofício português.

Vieira defendia que os cristãos-novos foram sempre bons súditos, ocupando os lugares a que eram relegados e contribuindo economicamente para o reino. Daí já se vê despontar uma posição que seria mais bem desenvolvida nas suas acusações contra a Inquisição, tese de que os cristãos-novos eram inocentes dos crimes de que eram acusados e que se forjavam os culpados, seja via consciência popular ou pelo alto clero inquisidor e instâncias do Estado (CARVALHO, 2019, p. 180).

Considerando a grande repercussão das Notícias Recônditas e outros manifestos contrários ao modo de agir do Tribunal, o papa Clemente X decidiu que as atividades do Santo Ofício português fossem suspensas. Tal processo contou com o protagonismo de Vieira, que

fez o possível e o impossível para convencer o papa Clemente X de que a Inquisição portuguesa devia desaparecer; de que a Inquisição atentava contra a caridade cristã; de que produzia hereges com o único fito de conservar seu poder; de que empobrecia Portugal, escorchando os principais negociantes do reino (VAINFAS, 2011, p. 250)

Em 1674, ano posterior à suspensão do Tribunal, Antônio Vieira se debruçou em escrever sobre as reformas que a Inquisição deveria se submeter para continuar sua atuação. Dentre muitas críticas, para Vieira, a causa dos judeus e cristãos novos não deveria ser resolvida pelo poder temporal, mas pelo espiritual, pois somente o pontífice teria autoridade para isso. Sendo assim, o Santo Ofício deveria reformar seu modo de agir segundo as especificações do papa. Escreveu em *O desengano católico sobre a causa da gente da nação hebreia* (1674): Adverte-se que a fé é católica, por ser romana, e que é cismático desatino resistir ao Sumo

Pontífice com pretexto e pretensão de ser mais católico que o vigário de Cristo (VIEIRA, 1951, p. 113).

A defesa do pontífice, enquanto sábio e abençoado, com desígnios universais e inquestionáveis, é a forma que Vieira utiliza para fazer prevalecer a posição papal, colocando o reino e o monarca luso como beneméritos e fiéis da Igreja Católica em uma condição de subordinação (CARVALHO, 2019, p. 182).

Em *Memorial a favor da gente de nação hebreia sobreo recurso que intentava ter em Roma...*, escrita no mesmo ano, seus argumentos se basearam em premissas religiosas, lembrando que o povo hebreu foi eleito por Deus e não deveria ser perseguido: “Não reprovou Deus o seu povo, que tanto amou, porque eu, a quem ele depois de sua paixão elegeu por apóstolo sou israelita, descendente de Abraão, da Tribo de Benjamin” (VIEIRA, 1951, p. 122)

No desenrolar da carta, Antônio Vieira evidencia que o modo de agir do Santo Ofício era ineficaz. Ao pontuar sobre os procedimentos, (1) delação anônima, (2) confisco de bens, (3) aplicação de tortura e (4) delação de outros envolvidos, o jesuíta defende ser um processo injusto. Além de defender que o inquisidor agia muitas vezes como um tirano (Idem, p. 127).

D. Luís da Cunha: oráculo político

Reascendendo em 1681, repreendida, a Santa Inquisição mostrou-se disposta a se submeter às novas regras, desde que pudesse reviver para dar conta das demandas que surgiam neste novo tempo do século XVIII. Os pensamentos iluministas circulavam na Europa e refletiam nas reformas feitas pelos Estados modernos. Sob este advento, as críticas ao Santo Ofício também se modificaram. Para compreendermos de que forma se faziam tais críticas, partiremos os escritos de D. Luís da Cunha, personagem de grande destaque na história política de Portugal na primeira metade do século XVIII. Conhecido pela busca incessante pelo conhecimento em prol do sucesso de sua atuação como embaixador, D. Luís tem se revelado como peça chave para ressurgimento do reino sob o movimento ilustrado.

Em 1685 formou-se em Direito em Coimbra e, anos depois, atuara no Magistrado. Após uma sucessão de cargos notáveis, iniciara sua carreira como diplomata durante o reinado de D. João V. Fora encaminhado como embaixador em Londres, França, Haia e retornando novamente à Paris até 1746, permanecendo até sua morte, em 1749.

Foi nos últimos dois anos de sua vida que D. Luís da Cunha escreveu a obra que mais seria lembrada em sua história, o Testamento Político ou Carta Escrita ao Senhor Rei D. José I. Nesta obra, Cunha se debruçou para pontuar os malefícios que o Santo Ofício estava gerando para Portugal. Assim como Vieira, D. Luís da Cunha também julgou que os métodos do Santo

Ofício não estavam sendo eficazes, que ao invés de extinguir, estava multiplicando as gentes da nação. Os pontos que Antônio Vieira faz menção e são utilizadas por D. Luís da Cunha são: o fim das testemunhas singulares e ocultas e o fim dos confiscos. No entanto, Cunha vai além, e desenvolve sua crítica com base na justiça defasada do Santo Ofício.

É interessante destacarmos que entre o século XVII e o século XVIII, a forma casuística de se aplicar a lei estava em defasagem. Na perspectiva jusracionalista, crescente no século das luzes, contamos com a ascensão de um sistema racionalizador. Com o desenvolvimento das ciências, principalmente da Física, os filósofos passaram a pensar em uma lógica que circundaria a ação do indivíduo. Em uma sociedade que vivia a “crise de consciência”, como afirmou Sônia Siqueira (2014), não havia mais a possibilidade de julgá-la. Neste aspecto, o juiz assume o papel de aplicar a lei ao ato cometido e não o de julgar a intenção do acusado, como era feito. Resumidamente, a lei no sistema jusracionalista é aplicada de forma que não abra brecha para subjetividades.

O sistema casuístico passou a ser visto pelos juristas ilustrados como forma de assegurar “apenas interesses particulares egoístas e subalternos, enquanto a reformulação pretendida se fazia em nome do bem comum e do interesse geral” (WEHLING, 2017, p 27).

Os procedimentos casuísticos passaram a ser cada vez mais vistos, ou mesmo caricaturados, como uma alquimia cabalística em que a interpretação subjetiva do magistrado reinava incontestemente, gerando enormes problemas e, no mínimo, confusão e insegurança jurídica (Idem, p. 18).

D. Luís da Cunha era um jurista com formação mista, teoricamente canônica, mas racionalista na prática. Assim como Antônio Vieira, defendia a liberdade religiosa dos judeus no reino. Porém, não do ponto de vista espiritual, já que Vieira buscava a salvação dos judeus, mas pelo fato de desacreditar na eficiência do Santo Ofício, um tribunal de consciência. No Testamento Político ele afirma que “estavam quase sem exercício as inquisições a respeito dos judeus; e me lembro que a de Lisboa, para fazer o auto da fé, mandou pedir à de Coimbra e Évora algumas figuras”. Não porque não havia judaizantes, mas porque “com o protesto de que os judeus com medo do extermínio não ousavam declarar-se com os da sua nação, e assim não havia testemunhas para os acusassem, para que se arrependessem”. Cunha finaliza: “como a Igreja não julga interiores e menos o príncipe, pouco importa à república que haja judeus ocultos, quanto não escandalizam e conservam as suas casas” (CUNHA, 1976, p. 81).

Esta última colocação reafirma o pensamento ilustrado de D. Luís sobre a impossibilidade de se julgar os interiores, ou seja, a consciência. Se o acusado conseguisse provar que estava arrependido, ou que não pecou com intenção, sua pena poderia ser atenuada.

Cunha traz à tona em sua carta que partir deste princípio é se basear na possibilidade de acessar a consciência do indivíduo, o que se provou não ser possível. Pois, descobrindo como pensavam os inquisidores, os processados tomavam cuidado para não parecerem judaizantes, ou mostravam-se arrependidos quando processados.

É certo que, por vezes, o acusado mentia, como constatei em pesquisa de processos: judaizantes que juravam que a apostasia que perpetravam na Holanda era um erro gravíssimo, do qual se arrependiam, mas logo que liberados, com alguma pena, fugiam para Amsterdã, reintegrando-se à comunidade sefardita da cidade – a Talmud Torá. Neste caso, os inquisidores foram enganados ou se deixaram enganar (VAINFAS, 2021, p. 311).

Desta mesma forma mostrou-se impossível encontrar culpa em Antônio Vieira, como comentou Alcir Pécora sobre o processo do jesuíta:

Esboça-se aqui a sua principal linha de defesa ao longo de todo o processo, cara ao *casuismo probabilista* dos jesuítas, de que as afirmações feitas se justificariam não como enunciado verdadeiro, mas verossímil, admitidas as condições precisas de seu emprego. A esse argumento, Vieira acresce o de que revelando-se falso o enunciado, como estava disposto a acatar tão logo o determinasse o Tribunal, isto caracterizaria erro, mas não culpa, dado que proferido sem “má intenção” contra a fé ou a Igreja e, sim, ao contrário, por engano das circunstâncias e puro desejo de fortalecimento do reino e expansão católica (2000, p. 180).

Nisto se baseia a proposta de D. Luís da Cunha de conceder a liberdade religiosa aos judeus, “como se pratica entre todas as nações da Europa”. Para ele, enquanto os judeus fossem obrigados a professar a fé cristã, geraria confusão no reino. Mas, se a eles fosse permitida a liberdade de consciência e, assim, a possibilidade de agirem conforme acreditam, haveria paz entre judeus e cristãos em Portugal. Primeiro, ao garantir a liberdade do indivíduo ser judeu, não haveria sincretismo religioso. Os judeus viveriam juntamente com outros judeus, em guetos, utilizando um sinal visível para que fossem identificados, como se fazia em Roma. Esta resolução “resultaria que todos os cristãos novos, que verdadeiramente fossem judeus, ou o poriam ou entrariam nos guetos [...] pois é certo que não será judeu oculto o que puder ser declarado” (CUNHA, 1976, p. 88).

D. Luís da Cunha conclui sua dissertação listando três benefícios que Portugal iria usufruir se permitisse a liberdade de haver judeus no reino: (1) o injurioso nome “cristão novo” deixaria de existir, (2) os erros de fé seriam poucos, pois nenhum judeu tentaria se esconder fingindo ser cristãos e (3) colocaria fim a migração de pessoas para fora do reino, que é o ponto principal para do embaixador.

E qual seria o trabalho da Inquisição em Portugal? D. Luís da Cunha acreditava que o crime de apostasia deveria pertencer ao foro da justiça secular, assim como já havia sido estabelecido segundo a lei do liv. 5º, tit. 1º, § 4º:

Porém se algum cristão leigo, que antes fosse judeu, ou mouro, quer nascesse cristão, se tornar judeu, ou mouro, ou outra seita e assim lhe for povoado, nós tomamos conhecimento dele, e lhe daremos a pena segundo direito, *porque a Igreja não tem aqui que conhecer se erra na fé ou não*; e se tal caso for que ele se torne à fé, aí fica aos juízes eclesiásticos darem-lhe suas penitências espirituais (Idem, p. 79, grifo nosso).

Dessa forma, o Tribunal Inquisitorial deveria abarcar apenas as heresias, ou seja, os desvios de fé dos cristãos. Somado a isso, a Inquisição deveria entregar o indivíduo herege ao foro eclesiástico para que fossem aplicadas punições espirituais. O Santo Ofício continuaria com suas atividades, fiscalizando e processando apenas os cristãos. Assim, não precisaria aplicar sua justiça aos que de consciência eram judaizantes, pois o seriam também na prática, pois estariam livres para o serem em Portugal. Assim, cuidaria apenas dos devotos ao cristianismo, “sem contaminar o que já tinha e sem prejudicar o Estado” (Idem, p. 91).

D. Luís da Cunha não defende a existência do Santo Ofício, afirmando que “Como S. Majestade seja o senhor do dito Tribunal da Inquisição para o abolir se quiser”. No entanto, compreende que a instituição fazia parte da sociedade lusitana, portanto, se o rei optasse pela sua permanência, “claro está que também é para poder alterar os seus estilos, *sejam ou não confirmados pela Sé Apostólica*” (Idem, p. 51, grifo nosso). Ambas as escolhas se embasam na afirmação de que a instituição deve agir conforme o interesse do poder temporal, e não do espiritual.

Conclusão

Para além das reformas que o padre Antônio Vieira defendeu, D. Luís da Cunha deu alguns passos a diante. Enquanto Vieira defendia que o Santo Ofício deveria se submeter ao papa, Cunha defendia que deveria se submeter aos interesses do monarca. Na sociedade messiânica de Vieira, os judeus se aproximariam de Portugal e dos cristãos para vislumbrarem a verdade e viveriam como um povo unidos pela fé. Já no mundo cosmopolita de D. Luís da Cunha, o Santo Ofício possui um espaço pequeno, observando apenas o que é de sua alçada, a religião. E sobre os judeus, Cunha não está preocupado com sua salvação, mas apenas nos negócios terrenos, querendo que não saiam com os seus cabedais. Após esta análise, pudemos vislumbrar a perspectiva ilustrada sobre o Tribunal do Santo Ofício: um tribunal defasado, que de forma “cabalística” julgava a intenção dos acusados, enquanto na justiça racionalizadora do período ilustrado, apenas o ato poderia ser julgado.

Antônio Vieira foi um grande influenciador às futuras críticas à Inquisição, inclusive para D. Luís da Cunha. E este, para o governo pombalino, governo responsável pela

domesticação do Tribunal. As críticas feitas por Antônio Vieira foram eficazes a ponto de causar a suspensão do Santo Ofício, mas não sua extinção, pois em seu mundo, a Inquisição possuía relevância e autonomia. Para D. Luís da Cunha, no entanto, o Santo Ofício só poderia existir enquanto gerasse algum benefício à coroa portuguesa. E, quanto deixou de ter, entrou em decadência, sendo extinta em 1821.

Bibliografia

- BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*. Temas e debates, 1996.
- CANTARINO, Nelson Mendes; LEITE NETO, Fernando Ribeiro. A grande estratégia do Império português: D. Luís da Cunha e as origens do reformismo ilustrado luso-brasileiro. *Nova Economia*, v. 30, p. 655-677, 2020.
- CARVALHO, Paulo S. M. de. Em defesa do sangue hebreu: Propostas de Padre Vieira sobre os cristãos-novos em Portugal. *Humanidades em diálogo*, v. 9, p. 173-186, 2019.
- CESAR, Thiago Groh de Mello. A política externa de D. João IV e o Padre Antônio Vieira: as negociações com os Países Baixos (1641-1648). 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- CLUNY, Isabel. *A Guerra de Sucessão de Espanha e a diplomacia portuguesa*. Penélope: revista de história e ciências sociais, n. 26, p. 63-92, 2002.
- CUNHA, D. L. D. *Testamento Político (1748)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- LARA, José Elias. *O testamento político de D. Luís da Cunha: uma proposta de "regeneração" do reino lusitano*. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.
- MARCOCCI, Giuseppe. A fundação da Inquisição em Portugal: um novo olhar. *Lusitânia sacra*, n. 23, p. 17-40, 2011.
- MARCOCCI, Giuseppe. *Inquisição, jesuítas e cristãos-novos em Portugal no século XVI*. 2004.
- MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa, 1536-1821*. Esfera dos livros, 2013.
- MATTOS, Yllan de. *A inquisição contestada: críticos e críticas ao Santo Ofício (1605-1681)*. 2013.
- MATTOS, Yllan de. As Notícias recônditas e os escritos contra o Santo Ofício português na época Moderna (1670-1821). *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 20, p. 84-110, 2019.
- NOVINSKY, Anita W. *A Inquisição*. Editora Brasiliense SA, 1985, 3º ed.
- PAIVA, José Pedro. Revisitar o processo inquisitorial do padre Antônio Vieira. *Lusitânia sacra*, n. 23, p. 151-168, 2011.
- PÉCORA, Alcir. Vieira, a inquisição e o capital. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 1, p. 178-196, 2000.
- SIQUEIRA, Sonia. A Inquisição e o inquisidor no outono da modernidade. *Saeculum-Revista de História*, v. 30, p. 141-159, 2014.
- SIQUEIRA, Sonia. O Poder da Inquisição e a Inquisição como Poder. *Revista Brasileira de História das Religiões-Ano I*, no, 2008.
- VAINFAS, Ronaldo. A Inquisição e a morte: o caso português. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, v. 6, n. 12, p. 301-317, 2021.
- VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei*. São Paulo. Companhia das Letras, 2011
- VIEIRA, A. *Obras escolhidas de Padre Antônio Vieira*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1951. v. IV
- VIEIRA, Padre Antônio. *Escritos históricos e políticos*. 1ª ed. São Paulo: Livrarias Martins Fontes, 1995.

WEHLING, Arno. A prática da justiça no Brasil setecentista, casuísmo e sistema. In: Furtado, Júnia Ferreira; Atallah, Claudia C. Azeredo; Silveira, Patricia Ferreira dos Santos. (Org.). *Justiças, Governo e Bem Comum na administração dos impérios ibéricos do Antigo Regime (séculos XV-XVIII)*. Curitiba: Editora Prismas, 2017, v. 1

Sapé: a cabeça pensa onde os pés pisam

Ítalo Ramon Coelho de Aquino¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Christiane Laidler
Bolsista CAPES

Introdução

O texto apresentado a baixo tem como objetivo discutir como se constituiu o município de Sapé através de dados do IBGE dos censos de 1940/1950/1960 e com uma dedicada e rigorosa revisão historiográfica, em uma tentativa de entender como um município que representava apenas 15% do território da Caatinga Litorânea pôde ter sido palco das principais mobilizações reivindicatórias dos trabalhadores camponeses. A proposta deste trabalho é entender quais motivações levaram, no dia dois de abril de 1962, João Pedro Teixeira, liderança camponesa, presbiteriano, analfabeto, marido de Elizabeth Teixeira, ser assassinado na estrada do Café do Vento a mando do Grupo da Várzea. Assim como reparar a memória histórica daqueles que foram excluídos sumariamente pelo regime ditatorial e que nunca foram encontrados, como por exemplo, quando repararemos a história dos dois sapeenses Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, que desapareceram no dia 7 de setembro de 1964 depois de serem libertados pelo 15º. regimento de infantaria que ficava na cidade de João Pessoa.

Neste breve artigo, pretendo abordar questões geo-históricas do município de Sapé com o intuito de perceber e investigar a atuação do movimento camponês na cidade, passando um pouco por sua história desde quando a região era ocupada pelos indígenas potiguaras. Depois disso pretendo abordar a partir da pesquisa feita com os censos de 1940 até 1960 a situação populacional, de raça e de acesso à leitura. Este último ponto é alarmante tendo em vista que a pobreza na Paraíba do período estudada é sobretudo um fator estrutural do capitalismo brasileiro, isso porque, o problema em torno do subdesenvolvimento nordestino não é só sobre a questão da seca, já que toda a problemática apresentada e que motiva a construção desse texto é sobretudo uma questão social e econômica.

Mesmo com todos os esforços e de campanhas de alfabetização popular, a realidade sapeense no censo de 1960 é a de que apenas 16% da população sabia ler. Quando pensamos em relação a historiografia produzida em torno das Ligas Camponesas, sempre nos apegamos a experiência

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “Reforma Agrária na lei ou na marra: um estudo das ligas camponesas paraibanas a partir do poder judiciário, executivo e legislativo (1958-1964)”, sob orientação da Dr.^a Christiane Laidler, bolsista: CAPES.

exitosa do Engenho Galiléia em Pernambuco, entretanto, um dos vários aspectos que diferenciava organizativamente a Liga Paraibana da Liga Pernambucana era que as orientações de mobilização por parte das Ligas Pernambucanas era pulverizadas em núcleos nas fazendas onde os trabalhadores residiam, enquanto a Liga Paraibana tinha um modelo organizativo em que as orientações eram feitas através da sede da Liga que era situada no meio Urbano do município de Sapé, tendo assim, uma outra capacidade organizativa.

A estrutura agrária, concentradora de terra e os mandos e desmandos do grupo da várzea serão abordados em outro momento que desaguará na tese que está sendo escrita sobre o tema. Aqui a preocupação central é justamente entender o colchão social de atuação desses trabalhadores, além de perceber como a atuação de movimentos educacionais tiveram papel fundamental na formação e no avanço da luta desses camponeses, como é o caso da Campanha de Educação Popular que ficou conhecida na historiografia local como CEPLAR, contribuiu para o avanço da consciência de classe por parte daqueles trabalhadores. Por fim, esse trabalho também é fruto de uma necessidade histórica de compreender o período de 1950-1964 para além do eixo sul/sudeste entendendo as particularidades de cada região e percebendo a produção historiográfica para além dos grandes centros urbanos.

Um estudo da ocupação territorial do município de Sapé

Sapé é um município situado no Estado da Paraíba, tem uma história rica que remonta ao período pré-colonial, quando era habitado pelos índios potiguaras. A região era coberta por matas exuberantes que infelizmente, foram vítimas da devastação resultante da instalação dos primeiros engenhos na área. A origem do nome “Sapé” está relacionada à abundância de um tipo de capim na região, conhecido pelos indígenas como “eçape”. Esse capim, além de ser abundante, possuía a característica de iluminar o caminho, conferindo uma atmosfera peculiar à região. Ao longo dos anos, Sapé, passou por transformações e se desenvolveu, consolidando-se como um município com uma diversidade cultural e histórica notável. Sua fundação está intrinsecamente ligada à exploração dos recursos naturais e à chegada da ferrovia deixando como consequência o povoamento progressivo da região. Essa transformação deu origem a dois povoados distintos: Alagoa Cercada pertencente ao senhor de engenho Urbano Guedes, e Conceição, localizada no engenho de propriedade de Simplício Coelho, ocupando o território que hoje é conhecido como Sapé. No entanto, o povoamento de Sapé teve um impulso significativo com a chegada da estrada de ferro Great Western, em 1882, e a inauguração de uma estação de transporte na região. Foi nesse contexto que o povoado começou a se desenvolver, atraindo pessoas de municípios vizinhos, como Pedras do Fogo, Guarabira, Mamanguape e Pilar, além de pessoas vindas de Pernambuco.

O município está localizado na microrregião que leva o seu nome e na Mesorregião da Mata Paraibana situado entre os paralelos de 7°05'42" sul e o meridiano de 35°13'58" oeste, na Paraíba. Sua área hoje abrange cerca de 316 km², representando 0,5605% do território estadual, 0,0204% da região e 0,0037% do território brasileiro. Sapé está inserido no que na geografia costuma se chamar de unidade Geoambiental dos Tabuleiros Costeiros e apresenta uma altitude média de aproximadamente 123 metros. A região é caracterizada por solos profundos e de baixa fertilidade natural, sendo composta principalmente por Latossolos, Podzólicos, Gleissolos e Solos Aluviais nas áreas de várzeas. Quanto à vegetação, predomina o tipo Floresta Subperenifólia, com algumas partes de Floresta Subcaducifólia e Cerrado/Floresta. O clima é classificado como tropical/chuvoso com verão seco, e o período de chuvas ocorre durante o outono/inverno, totalizando uma média anual de precipitação de 1.634,2 mm.

Hoje a população de Sapé tem uma população estimada em aproximadamente 50.151 habitantes, tornando-o o décimo município mais populoso do estado e o mais populoso de sua microrregião. A densidade demográfica é de cerca de 158,54 habitantes por quilômetro quadrado. Essas informações geográficas e demográficas são relevantes para entender a localização e as características do município de Sapé. Além disso, subsidia um conjunto de estudos acadêmicos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico, planejamento urbano, conservação ambiental e demais questões pertinentes à região.²



(Inauguração da estrada de ferro do município)

A história rica e multifacetada da Sapé, remonta aos tempos dos primeiros habitantes da região que eram os índios potiguaras, os primeiros habitantes da região. No entanto, o desbravamento efetivo da área teve início no início do século XVII quando os primeiros colonizadores chegaram com o intuito de explorar as vastas matas e estabelecer atividades agrícolas e rurais, como o cultivo de cana-de-açúcar, abacaxi e criação de gado. Foi nesse

² Os dados apresentados foram retirados do censo do IBGE de 2020, disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html>

contexto que vieram os primeiros engenhos, como Engenho Lagoa Cercada e o Engenho Buraco que depois seria renomeado para o Engenho Conceição, cujas terras abrigam a sede do município. Apesar de sua origem estar intrinsicamente ligada ao desenvolvimento rural, o povoado de Sapé tem sua trajetória influenciada pelo avanço dos trilhos da Estrada de Ferro Great-Western, que, em 7 de setembro de 1883 inaugurou uma estação na localidade. Esse empreendimento no sentido do desenvolvimento de uma infraestrutura mínima no fim do Império teve um impacto significativo na região, provocando novos empreendimentos e construções, e estimulando a migração de localidades vizinhas, como Pedras de Fogo, Guarabira, Mamanguape, Pilar e até mesmo de Pernambuco.

O município de Sapé sob a ótica dos censos de 1940, 1950 e 1960

A historiografia brasileira, em especial a paraibana, nos últimos vinte anos, vem discutindo o papel da ditadura militar na vida política, econômica e social do país. Pode-se perceber que os/as pesquisadores olharam para a ditadura militar como uma questão importantíssima para se entender o atual cenário em que o Brasil se encontra. Muitos foram os fatores que impulsionaram pesquisas sobre o tema citado, entretanto, vale o destaque para Comissão Nacional e Estadual da Verdade e abertura de parte dos arquivos da ditadura como fatores para esse crescimento em relação à pesquisa sobre o tema. Um exemplo desses esforços na Paraíba foi o trabalho da comissão estadual da verdade na Paraíba que culminou na organização do livro: Golpe Civil Militar e Ditadura Militar na Paraíba: História, Memória e construção da cidadania. O objetivo central deste capítulo é discutir como os eventos de quinze de janeiro de 1964 influenciaram nos rumos da política paraibana e brasileira, mexendo com todos os setores da sociedade.

Neste contexto, também realizamos uma análise concisa da organização do município de Sapé, utilizando como base os dados encontrados nos censos realizados nos anos de 1940, 1950, 1960. A proposta consiste em, por meio da análise dessas informações fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que proporciona uma visão panorâmica abrangente. Além disso, pretende-se estabelecer um substrato que permita a compreensão da configuração do espaço social e econômico do referido município durante esse período. Este procedimento visa aprofundar a análise do desenvolvimento e das mudanças sócio-espaciais ocorridas em Sapé ao longo dessas décadas.

POPULAÇÃO DE SAPÉ DE ACORDO COM O CENSO DE 1940

Município	População	Masculino	Feminino
Sapé	39320	19007	20213
Sapé	28959	14040	14919
Araçá	10361	5067	5294

Fonte: censo IBGE: 1940 (elaboração do autor)

POPULAÇÃO SAPÉ URBANO/SUBURBANO/RURAL 1940

Urbano	Suburbano	Rural
Homens:3017	Homens: 247	Homens: 15843
Mulheres: 3601	Mulheres: 293	Mulheres: 16319
Total: 6618	Total: 540	Total: 32162

Fonte: censo IBGE: 1940 (elaboração do autor)

Na década de 1940 moravam em Sapé, aproximadamente 39.320 pessoas. Desses 39.320, cerca de 19.007 eram de homens enquanto de mulheres era um pouco maior, cerca de 20.213. Um adendo importante que deve ser considerado é o fato que, no censo de 1940, Mari ainda não era considerado município, portanto, era catalogado no IBGE como um distrito de Sapé, nomeado de Araçá. Outro dado que impressiona é justamente a quantidade de pessoas que viviam na zona rural e não na zona urbana, isso porque de acordo com os quadros apresentados cerca de 81,80% da população de Sapé vivia na zona rural, enquanto que apenas 16,83% viviam na zona urbana já na região suburbana apenas 1,4% da população residia.

A QUESTÃO RACIAL EM SAPÉ - 1940

Branços	Pretos	Pardos
Homens: 9.197	Homens: 2.233	Homens: 7.665
Mulheres: 9.800	Mulheres: 2.373	Mulheres: 8.050
Total: 18.997	Total: 4.606	Total: 15.715

Fonte: IBGE 1940 (elaboração do autor)

A QUESTÃO RACIAL EM SAPÉ - 1950

Branços	Pretos	Pardos
Homens: 10.026	Homens: 1.235	Homens: 11.856
Mulheres: 11.066	Mulheres: 1.166	Mulheres: 11.851
Total: 21.092	Total: 2.401	Total: 23.707

Fonte: IBGE – 1950 (elaboração do autor)

No período compreendido entre 1940 e 1960, observou-se um aumento populacional que acentuava a tendência nacional. Nesse cenário, é notável que a maioria da população se compõe em sua maioria por indivíduos de ascendência africana, refletindo um padrão demográfico que se mantém consistente ao longo desses anos, conforme evidenciado pelos dados censitários da época. Em 1939, por exemplo, a quantidade de indivíduos identificados como pretos e pardos totalizava 20.321, enquanto a população branca era de 18.993.

Essa predominância da população de ascendência africana é emblemática da estruturação da sociedade brasileira, uma vez que, quando considerados separadamente, os grupos pretos e pardos não superam numericamente o grupo de indivíduos brancos. No entanto, ao somar os números correspondentes a pretos e pardos, temos uma maioria absoluta negra compondo a sociedade estudada. A configuração demográfica permanece praticamente inalterada ao longo da década subsequente, com uma ligeira redução no número de indivíduos autodeclarados como pretos. No entanto, mesmo com essa diminuição, a maioria da população ainda se caracterizou majoritariamente por indivíduos de ascendência africana. Essa continuidade do perfil demográfico destaca a persistência das características da sociedade brasileira, com suas complexas nuances raciais e sociais.

Acesso à leitura e acesso a dignidade humana: a atuação da CEPLAR no município de Sapé

No que diz respeito ao acesso a um processo educacional digno, o que se pode verificar na década de 1940 que este acesso se revelou significativamente restrito. Tal limitação ocorre do contexto predominantemente na região Nordeste durante esse período, caracterizada por índices de analfabetismo alarmantes. Nesse contexto, é importante ressaltar que o direito ao voto estava condicionado à capacidade de leitura e escrita da população, o que resultou em uma

participação popular extremamente limitada nos processos eleitorais. A título de exemplo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constata-se que, na década de 1940, apenas 9,4% da população de Sapé detinha o privilégio do voto. Isto implica que, num universo populacional de 39.319 indivíduos, apenas 3.730 pessoas possuíam habilidade de leitura e escrita.

ACESSO A LEITURA DE ACORDO COM O CENSO 1940/1950/1960

Anos: 1930-1940	Anos: 1940-1950	Anos: 1950-1960
População: 39.319 pessoas	População: 47.259	População: 48.202
Sabiam ler: 3.730 pessoas	Sabiam ler: 5.089	Sabiam ler: 8.048
Porcentagem: 9,4%	Porcentagem: 10,77%	Porcentagem: 16,7%

Fonte: IBGE 1930-1960 (elaboração do autor)

Ao contemplar a realidade em que se estabelece um índice notório de alfabetização precária, torna-se imperativo delinear uma análise que considere os intervalos temporais ao longo desta série histórica. O incremento verificado no índice de alfabetização entre os anos de 1950 e 1960 pode ser atribuído, em grande parte, à efervescência social que permeou a região durante o período delimitado para este exame. No entanto, é crucial desenvolver o contexto que propicia o número reduzido de indivíduos alfabetizados. Esta necessidade surge a partir da constatação de que, de acordo com os dados censitários de 1950, a região onde está situado o município de Sapé, denominada Zona do Agreste e Caatinga Litorânea, abrigava uma população de aproximadamente 296.529 mil habitantes, com Sapé representando 15% do total dessa população regional. Não se trata então de um universo pequeno dentro da região e com uma relevância na produção local de cana-de-açúcar.

Ao examinar a década subsequente, observamos que a população do estado da Paraíba atingiu um contingente de 1.677.167 milhões de habitantes. No entanto, apenas 556.186 mil pessoas dentre esse universo demonstraram habilidades de leitura e, portanto, eram elegíveis para o exercício do voto. Isso implica que apenas 33% da população paraibana possuía o direito de participar do processo eleitoral no contexto estudado. Alarmantemente, cerca de 84,3% da população local de Sapé não tinha competência formal de leitura e, por conseguinte, estava excluída das decisões relativas aos destinos da esfera política, tanto no âmbito municipal quanto estadual.

A mencionada realidade apresentada se delineava em contraste com as efervescências ideológicas que permearam o cenário global, notadamente após a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. É imperativo ressaltar que o acesso à educação e à leitura constitui um elemento intrínseco à inclusão dos indivíduos em um contexto político fundamentado nos princípios dos direitos humanos. Diante desse contexto, na década de 1960, mais precisamente em 1962, um grupo de estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Paraíba, afiliados à Juventude Universitária Católica, em um esforço de contestação da estrutura social desigual existente, concebeu a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR). Essa iniciativa contou com o apoio da diocese local e recebeu o respaldo do governo estadual sob o comando de Pedro Gondim.

O primeiro empreendimento da CEPLAR materializou-se no Grupo Escolar Juarez Machado, localizado na cidade de João Pessoa, na Ilha do Bispo. É relevante notar que grande parte das atividades desenvolvidas pela CEPLAR era concebida tanto dentro como fora da estrutura universitária. Adicionalmente, o projeto de alfabetização de um grupo de empregadas domésticas, organizado pela Juventude Operária Católica, levou a CEPLAR a estabelecer uma relação de colaboração com Paulo Freire. Essa experiência, por sua vez, influenciou as diretrizes do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade de Recife.

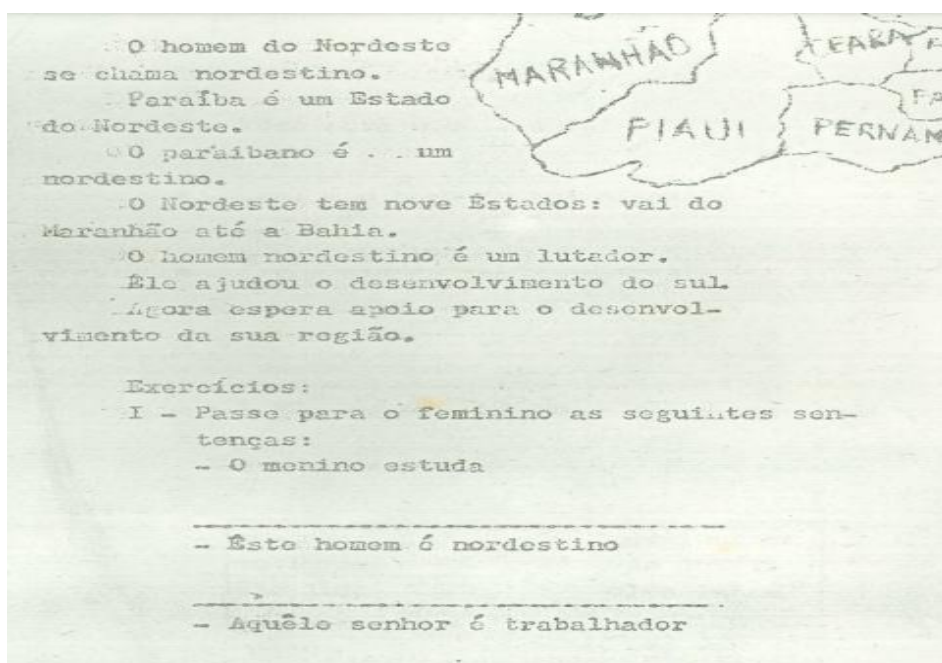


Figura 2: Atividade aplicada por educadores da CEPLAR

Assim, a CEPLAR se posicionou como um dos primeiros laboratórios para a implementação do sistema de alfabetização de adultos, antecedendo mesmo a experiência posterior de Paulo Freire em Angicos no Rio Grande do Norte. Em 1963, a CEPLAR estendeu suas atividades aos municípios de Sapé e Mari, incorporando-se nesse mesmo ano ao Plano Nacional de Alfabetização do governo federal, com apoio financeiro do Ministério da Educação. Esse desenvolvimento permitiu a expansão de suas operações para a região do Agreste e Caatinga Litorânea, onde os municípios de Mari e Sapé estão situados.

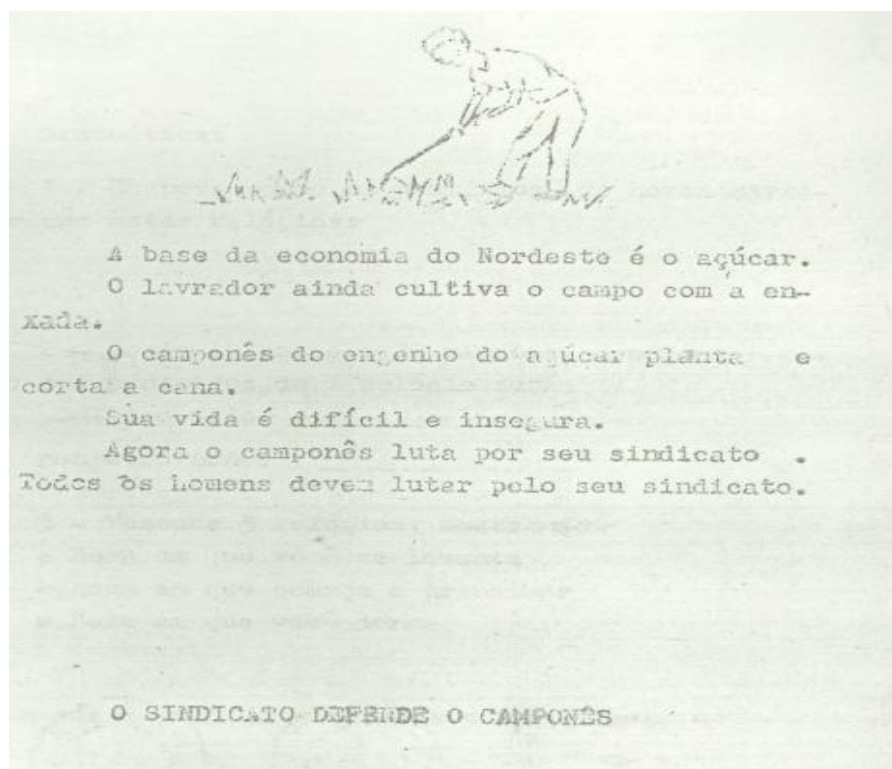


Figura 3: Atividade aplicada por educadores da CEPLAR

As imagens apresentadas anteriormente proporcionam uma elucidação relevante no que diz respeito ao conceito de Educação Popular que era promovido e implementado pela Campanha de Educação Popular na Paraíba (CEPLAR). Não se pretende, neste contexto, uma discussão aprofundada do conceito teórico-metodológico de Educação Popular. Em vez disso, o objetivo é compreender a natureza da educação popular construída pelos membros da CEPLAR. Observa-se que o termo "educação popular" adquire uma conotação distinta e um processo de significação peculiar nesse contexto específico. Nesse sentido, o conceito teórico torna-se intrinsecamente vinculado e construído em simbiose com a realidade material. Essa abordagem se reflete em uma

prática de educação popular que se relaciona com a conscientização e o estímulo à participação política de grupos historicamente excluídos da esfera política, econômica e social do Brasil. A relação estabelecida entre a CEPLAR e o município de Sapé contribuiu com o processo formativo da Liga Camponesa da Sapé.

A historiografia brasileira se debruça sobre o período da Ditadura Empresarial Militar Brasileira, como destacado por Dreifuss (1964), é reconhecido que a Liga Camponesa do município de Sapé representou um movimento significativo de organização camponesa. Este movimento almejava melhorias nas condições de trabalho, incluindo o fim do "cambão," a legalização das relações trabalhistas, acesso à saúde e direitos educacionais. A pesquisa conduzida por Porte e Lage (1995) revela que a liderança da Liga Camponesa, Pedro Fazendeiro, desempenhou um papel crucial na conexão entre a CEPLAR e o município de Sapé. Segundo esses autores, o primeiro encontro entre membros da CEPLAR e Pedro Fazendeiro ocorreu na região do Café do Vento, próxima à rodovia que liga as duas principais cidades do estado, João Pessoa e Campina Grande. Posteriormente, como mencionado por Silva (2018), a atuação se estendeu à região de Miriri, situada entre os municípios de Sapé e Mamanguape, que, em 1962, foi palco de um conflito entre representantes das elites agroindustriais e camponeses, resultando em quatro mortes. De acordo com a análise de Porto e Lage (1995), a CEPLAR estabeleceu aproximadamente oito núcleos de alfabetização em Miriri, posteriormente estendendo suas atividades ao município de Mari, que faz fronteira com Sapé e que também desempenhou um papel importante na luta camponesa na Paraíba. Vale ressaltar que a atuação da CEPLAR foi abruptamente interrompida após o Golpe Militar de 1964, mas o projeto conseguiu estabelecer uma presença significativa nos municípios de Rio Tinto, Sapé e Mari, deixando um legado importante no cenário educacional e político da região.

Referências Bibliográficas

CITTADINO, Monique. **Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo**. Editora: UFPB. João Pessoa. 2011.

DREIFUSS, Rene. 1964: **A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1987.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da morte e esperança de vida: uma história das ligas camponesas**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2000.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **CEPLAR: memória de um movimento de cultura e Educação Popular**. In: Em Aberto, Brasília, ano 11, nº 56, p. 75-80, out./dez. 1992. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/835/749>

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação popular e processo de democratização. In: A questão política da educação popular.** Brasiliense, 2ª edição . São Paulo, 1987.

PORTO, Maria das Dores Paiva de Lucena; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **CEPLAR HISTÓRIA DE UM SONHO COLETIVO: uma experiência de educação. popular na Paraíba destruída pelo golpe de Estado de 1964.** Conselho Estadual de Educação-SEC, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** 4ª edição. Campinas: Autores Associados, 2013.

WELCH, Clifford Andrew. et al. (org.) **Camponeses brasileiros: Leituras e interpretações clássicas. Coleção História Social do Camponato no Brasil.** São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

XAVIER, Wilson Félix. **AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA LIGA CAMPONESA DE SAPÉ: Memórias de uma Luta no Interior da Paraíba (1958-1964).** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação)- Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2010.

Fontes

ESTATUTO DOCUMENTAL DA CEPLAR PARAÍBA

- **CENSO DA PARAÍBA DE 1940**, disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes>

-**CENSO DA PARAÍBA DE 1950**, disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/?id=767&view=detalhes>

- **CENSO DA PARAÍBA DE 1960**, disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/?id=768&view=detalhes%3E>

Subúrbio e Favela: O caso da Praia de Ramos

Jean Victor Barreto Costa¹
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Mauro Amoroso
Bolsista CAPES

Introdução

O artigo que será desenvolvido a seguir pode indicar que a formação da favela Praia de Ramos têm questões interessantes que expressam as rupturas e continuidades da construção dos espaços suburbanos, dentro da formação de um tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro com diversos usos e sentidos do território.

Diante disso, exponho alguns motivos de curiosidade para pesquisar o processo de favelização da Praia de Ramos. Dentro da favela, à beira da baía de Guanabara existe um Iate Clube que só pode ser acessado passando por entre as favelas Praia de Ramos e Roquete Pinto², o que me gerou curiosidade enquanto morador, historiador e fotógrafo. O que era a praia de Ramos? Qual é a História da Praia de Ramos? Qual é a História do Iate Clube de Ramos? quais os grupos que frequentam esse lugar e como esse território veio a ser favelizado, qual a origem da maioria dos moradores, como se instalaram nessa região?

Há um esforço em destrinchar processos históricos da formação socioespacial do que hoje se chama piscinão de Ramos, observar aspectos teóricos e empíricos que se desdobram entre períodos marcantes da urbanização do Rio de Janeiro, tendo como marco inicial de uma segregação espacial mais acentuada através das Reformas Passos no final do séc. XIX com a formação dos subúrbios cariocas. Sendo reformulada durante a República e desenvolvida no período Vargas entre os anos 1930 e 1945, período em que o governo alinha as suas políticas de industrialização e políticas públicas para urbanizar os subúrbios cariocas e combater as crescentes favelas na Capital Federal. Porém, a partir das diacronias do desenvolvimento do território carioca ligadas a profundas mudanças estruturais, políticas, econômicas e sociais do território nacional. Fenômenos como da Favela se estabelecem enquanto questões sociais e

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “Favela e memórias: Ocupação dos moradores da Praia de Ramos (1940-1970)”, sob orientação do Dr. Mauro Amoroso, bolsista: CAPES.

² Outro objeto que pretende-se desenvolver pesquisa para o doutorado.

fundiárias no território a serem refletidas com cuidado, levando em consideração as camadas que forjaram historicamente a Praia de Ramos.

Subúrbio Carioca e favela, identidade e representação: Um recorte ideológico.

O conceito carioca de subúrbio é uma reinterpretação da palavra subúrbio em seu sentido original, o que lhe atribui outros significados. Uma primeira caracterização para o conceito de carioca de subúrbio é uma rara semelhança com o tecido urbano, conseguinte, um outro traço que delimita o conceito carioca de subúrbios é a referência quase que exclusiva aos bairros populares e ferroviários. Um terceiro aspecto consta a não utilização do conceito para regiões periféricas de classes médias e altas, a palavra subúrbio não era utilizada para designar as periferias de alto status, tendo como exemplo a zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Fernandes, Maria Therezinha Soares afirma que a classe social determina o que é o subúrbio no Rio de Janeiro, assim sendo, a palavra subúrbio ganha sentido de desprestígio social e passou a representar os bairros de subúrbios ferroviários e ocupados majoritariamente de classes médias baixas e populares (FERNANDES, 2011). Enfatiza o argumento sobre a diferenciação dos espaços periféricos de alto padrão e os espaços mais a margem (ruralizados), essa divisão da cidade entre zona sul, central, norte e suburbana denota o forte caráter ideológico para construção objetiva e subjetiva em que as pessoas se definem a partir do lugar que moram, isso configura um mapa social da cidade que representa um corte ideológico e de divisão de classes. Um indicador sobre os limites de cada época pode ser observado através das representações e reprodução do espaço.

O surgimento do conceito de subúrbio carioca corresponde às grandes transformações urbanas do início do século XX (1903 e 1906). Nessa reorganização do espaço geográfico e social, há a implementação das necessidades capitalistas de usos da cidade, exigindo a separação de experiências entre as classes sociais. Assim sendo, o conceito carioca de subúrbio pode ser entendido como uma demanda ideológica, não só definindo um lugar, mas um lugar que passou a ser destinado ao proletariado do Rio. O discurso ideológico produzido sobre o espaço não é somente um reflexo mecânico entre infra e superestrutura, portanto, dialético ligado à produção do espaço social e das representações do Rio de Janeiro aos moldes capitalistas (FERNANDES, 2011).

Existem pontos que constata as relações possíveis entre os conceitos de Favela e Subúrbio Carioca. O primeiro ponto está na possibilidade de localizar a favela enquanto fenômeno desde inícios do século XIX, assim sendo, a favela é parte da cidade, e parte da

expansão suburbana do Rio de Janeiro, coisa que não é novidade. Porém é necessário ampliar os horizontes de análises das Ciências Humanas e chamar a atenção para abordagens históricas, sociológicas, geográficas, antropológicas que não criminalize a favela e os favelados como problema da cidade.

Nesse sentido podemos considerar a estreita associação da produção do espaço de subúrbio e da favela que se encontram enquanto lugar e representações na cidade carioca. É importante destacar que ao pensar o conceito de favela e subúrbio, as imagens estão sempre localizadas no campo da pobreza e construção de estigmas. Vale ressaltar que a diferença do conceito de subúrbio para o de favela, está no fato de que a favela em todo o seu processo de surgimento e construção nunca ter rompido de uma representação de um lugar do pobre, do vagabundo e do bandido. (SILVA, 2010)

Nesse sentido, conduziu-me a uma reflexão relacionada às representações sobre as favelas ao longo das décadas seculares se estas guardariam associação com um “rpto”. A questão não só vem da óbvia associação de duas categorias que têm significados extremamente ideologizados, que omitem ou distorcem muitas vezes a natureza dos fenômenos, como, de forma grave, alimentam com os estigmas o direcionamento na definição de prioridades e tipos de intervenção públicas (SILVA; 2010, p. 162).

Há uma associação ideológica entre as categorias de favela e subúrbio carioca, que distorce muita das vezes a natureza dos fenômenos, alimentando estigmas e representações que interferem em como o se dará o interesse de intervenção de políticas públicas nesses espaços. Como dito por Fernandes, de que houve um rpto ideológico no conceito de subúrbio, penso que a construção do conceito de Favela é um aprofundamento da relação ideológica de formação com o território da cidade através da dinâmica segregadora do espaço capitalista da cidade, pois a favela já surge no tecido urbano como residência da população carente, um espaço de desordem, que rompe a lógica de uma cidade formal. (PRETECEILLE; VALLADARES, 2000)

Esse aspecto é compreensível na medida em que a favela é fruto direto da crise habitacional (anterior à Reforma Passos) e das tensões ocasionadas pelas crises políticas da República. No período de expansão e transformação pós-reforma Passos, os significados dos assentamentos favelados como “lugar da pobreza”, ou da “desordem urbana”, já bem estabelecidos[...] A modernidade do urbanismo situa-o como “atrasado”, não civilizado, representação cuja base está calcada no mito fundador teorizado por Lícia Valladares como base na forte imagem marcada, no final do século XIX, pela obra Os sertões, de Euclides da Cunha, que, segundo a autora, é o modelo pelo qual é compreendida a favela em sua analogia com a interpretação de Canudos (SILVA Apud Valladares. 2015, p. 176-177).

São diversas as pesquisas que analisam a favela de forma homogênea, onde o morador é tido como invasor. Só mais recentemente os favelados estão tendo a possibilidade de expor o

seu modo de ver o mundo, de falar sobre as suas condições de moradia, em um movimento em que a favela fala para a cidade, dada todas as limitações históricas de como a favela é tratada socialmente.

Com isso, Licia Valladares (2005) faz uma reflexão sobre a produção da favela e de como foram sendo construídas e consolidadas algumas representações sobre esses espaços que hoje estão gravados no imaginário (NÓBREGA; BELFORD, 2012, p. 20) . Esse movimento contribuiu para um discurso hegemônico, de caráter pré-conceitual sobre as favelas e seus habitantes. Os territórios favelados sempre foram alvo de violências físicas e simbólicas por fugir das normas do que deveria ser uma “cidade formal”.

Segundo Maria Lais Pereira da Silva (2010), nos anos de 1930 e 1940 o subúrbio é representado como lugar de falta de urbanização, com características de desordem e precariedade das favelas, o que no projeto de cidade segregadora também atingem a diferenciação entre a origem das favelas de acordo com o lugar que ocupam na cidade. Entende-se que o fenômeno Favela é um quadro de crise de habitação que intensifica a ocupação dos subúrbios cariocas pelos pobres e as ideias e representações desses lugares se disseminam e se fortalecem através de ambiguidades, mas sempre delimitados a um lugar de habitação das classes populares. Contextualizados em suas origens como lugar entre a formalidade e informalidade, a deriva dos loteamentos inacabados, grilagem ocupações autorizadas e proibidas, um campo sensível ao estigma e constantes ressignificações. (SILVA; 2010, p. 182-183).

Segundo Nóbrega Junior, Castro, Belfort e Ribeiro (2012) a realização do primeiro censo demográfico feito para se ter um dado estatístico sobre os impactos das favelas no Rio de Janeiro foi feito pelo prefeito General Ângelo Mendes de Moraes (1946 - 1950) nos anos de 1947 e 1948, devido a preocupação do Estado em relação ao quadro de intensa favelização carioca, entendido como um problema social. Entre os anos de 1950 foram criados vários órgãos com propósito de atuações específicas nas favelas cariocas. Como exemplo, o departamento de Habitação Popular de 1946 e o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas. O papel da Igreja Católica foi de forte atuação nesse momento, com ações através da Fundação Leão XIII (1947) e a Cruzada São Sebastião (1955). A Fundação Leão XIII foi fundada pela Prefeitura e pela Igreja Católica, as ações da fundação sempre se direcionam por uma visão preconceituosa e paternalista, usando a justificativa da incapacidade moral dos moradores, tendo o objetivo de controle social das favelas e dos favelados. (NÓBREGA, Júnior; BELFORD, 2012, p. 73).

Intervenções e representações se associam ao marcar a segregação sócio espacial e obstinação de controle das classes populares, ligado a projeto de cidade ordenada e urbanizada. Tendo o senso comum uma representação de que as favelas se constituem enquanto invasões de terras públicas ou privadas, transgredindo as bases da propriedade privada

Porém, como sinaliza Mario Brum (2011), vale ressaltar que é importante observar que a definição do conceito de Favela é complexa e se modifica de acordo com seu contexto histórico. É possível perceber que de acordo com as relações entre favela e Estado, favela e cidade a tarefa de defini-la e descrevê-la levando em consideração que os sentidos e significados impostos as favelas a colocam no lugar de ausência, ilegalidade, construções malfeitas, áreas de risco, representações essas que variam no tempo incorporando novos sentidos e interesses. Mesmo com os avanços e mudanças de infraestrutura (saneamento básico, iluminação, saúde, educação, diversificação de rendimentos entre os moradores) conseguidos pelos moradores se organizando em instituições, em negociações com o Estado ou de maneira colaborativa entre eles mesmos, a favela ainda tem culpa no cartório por não seguir as formalizações impostas pelo ‘asfalto’.

A perspectiva aqui trabalhada é de que a favela não deve ser compreendida como o lugar da habitação das classes pobres na cidade, à parte da cidade. Ela é uma formação complexa que se desenvolve a partir de várias dinâmicas internas e interação de agentes históricos que atribuem à favela um determinado espaço urbano, com configurações variadas com a acusação de que podem destoar do conjunto da cidade.

Subúrbio e a Praia de Ramos

A categoria de subúrbio representa um espaço geográfico situado à margem, sendo considerado no Rio imperial era sinônimo de arrabalde, nas bordas, na periferia, fora da cidade, um espaço muitas vezes subordinado às cidades. Sendo essas características as mais invariáveis na história do conceito, o que garante uma equivalência empírica da palavra com a realidade (FERNANDES, 2011).

Todas as vizinhanças da cidade, ao norte, ao sul, e a oeste, eram seus subúrbios ou arrabaldes, sendo ocupados mais ou menos da mesma forma e pelas mesmas classes sociais, não havendo razão para que a categoria subúrbio justificasse um sentido pejorativo, ou mesmo que seu uso fosse limitado para um setor específico do entorno do Rio de Janeiro. (FERNANDES, 2011, p.55-56).

Ramos teve seu primeiro projeto de ocupação associado aos interesses do capitão Luiz José Fonseca Ramos e seus descendentes. Este, no ano de 1886, fez um acordo com os

acionistas da Estrada de Ferro Norte para que os trilhos da companhia passassem pelas suas terras, o que deu nascimento à estação de Ramos e às primeiras ocupações de caráter urbano na região. (CHRISÓSTOMO, 2019, p. 07)

Através da instalação do Instituto Oswaldo Cruz, em 1899, viu-se a necessidade de melhoramento dos meios de transporte e uma maior infraestrutura devido a importância da instituição para o país. Além das intervenções do capitão Ramos para modificar e adequar o uso das terras ao processo de urbanização da cidade. No final do século XIX durante a gestão de Pereira Passos/Rodrigues Alves, a região da Leopoldina, constituída de grande manguezal, já fazia parte de uma série de aterros e tinha como importante instalação o porto de Maria Angú que também era posto de guarda fiscal³, este porto ligava o bairro da Penha à Praça XV, com conexão para a Ilha do Governador. Esta ação está associada à necessidade de fortalecer a função portuária do Rio de Janeiro, para assim, ter efetiva melhoria na circulação de mercadorias. Como afirma Harvey (2005) no seu texto “A geopolítica do capitalismo”, onde ele fala sobre uma concordância majoritária de que “a reprodução da vida cotidiana depende de mercadorias produzidas mediante o sistema de circulação do capital, que tem a busca do lucro como seu objetivo direto” (HARVEY, 2005, p. 129).

Tais atividades de cunho público e privados, as ferrovias, rodovias, transporte fluvial e balnearização das praias ligavam-se à proposta de modernização do território e construção de novos hábitos culturais ao uso das praias. Fundamentadas pela ideia de progresso e eficiência. O processo de urbanização foi fortemente atravessado pelas ferrovias o que produziu e reproduziu diversos modelos de intervenção urbana. A proposta de urbanismo, entre outros quesitos, objetivava integrar a cidade ao mercado externo, que paramentava uma nova organização do espaço e do território.

No século XIX os meios de transporte ferroviários são elementos de destaque para a expansão física da cidade e a Reforma Passos, no início do século XX marca o um momento importante do processo de desenvolvimento da cidade pois são lançadas as diretrizes de um modelo de segregação espacial, com projetos e políticas urbanas para o Rio de Janeiro.

No séc. XIX o Rio de Janeiro teve o primeiro código de Posturas Urbanas, delimitou duas zonas dentro do espaço municipal, sendo: Zona da cidade e a zona dos Campos. A partir do século XX em 1914, surge o Decreto 1.594, que ampliou de duas para três as zonas municipais: Urbana, Suburbana e Rural. Em 1918 com a promulgação do Decreto 1.185 sendo

³ Arrecadação dos impostos fluminenses. *A manhã*, Rio de Janeiro. 30 dez. 1925. p. 05. *A Manhã* (RJ) - 1925 a 1953 - DocReader Web (bn.br) (consultado em 22/06/2023)

a divisão territorial do Distrito Federal em zona urbana, suburbana e rural, são de utilidade intuitiva para fins da Administração Municipal. (SANTOS, 2012, p. 20)

Esse decreto estabeleceu, dentro do município do Rio, uma dinâmica urbana básica e hierárquica: uma cidade, seguida de seu subúrbio e este seguido do campo, tudo dentro dos limites municipais. Por se tratar de uma legislação, foi um importante instrumento para guiar e controlar o desenvolvimento da cidade a partir daquele momento, representando a visão que a administração pública tinha do território sobre seu domínio. Vimos então a formação de um complexo urbano simples e hierárquico no Rio de Janeiro. (SANTOS, 2012, p. 20)

O Estado sofre transformações, onde as exigências de reacomodação do sistema capitalista mundial faz enquanto fator fundamental do processo de acumulação. As mudanças no sistema de produção industrial e seguida do modelo de acumulação das economias industriais (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998.). “O Estado atravessa um processo de metamorfose para dar origem a um ‘novo’ Estado, funcional para as novas condições” (apud Santos, Souza, Silveira. BOISER, 1992, p. 47).

Outro aspecto importante é a necessidade de moradias de caráter urbano e chácaras. Nas terras onde se localizava o Engenho da Pedra, ao final do séc. XIX, se instalaram o Coronel Joaquim Vieira Ferreira e família, antepassados das famílias Vieira e Ferreira, em sua maioria constituída de médicos, militares e advogados⁴. Utilizaram engenhosamente as qualidades e atributos da paisagem marítima da região para alcançar seus objetivos imobiliários no crescente mercado de terra.

No ano de 1925, foi traçado um novo zoneamento, com o Decreto 2.087. A antiga área Rural delimitada anteriormente passou a abarcar toda a Zona Oeste e parte da zona Norte, como as regiões da Penha, Madureira, Pavuna, Inhaúma, Anchieta e Piedade. (SANTOS, 2012)

No séc. XX, a prática de banho na praia de Ramos era recomendada pela sua capacidade terapêutica das areias monazíticas, por meio da estrada de ferro Norte e Leopoldina muitas famílias da serra de petrópolis vinham para o recôncavo de Inhaúma, onde ficava localizada a praia do Apicú. Segundo Chrysostomo (2019), o território da praia de Ramos era anteriormente conhecido com os nomes indígenas Apicú e Maria Angú, a praia do Apicú, significa em tupi-guarani “brejo de água salgada”. Mariangu, como foi também batizada, é o nome indígena da ave abundante na orla marítima. (apud Chrysostomo. Fraiha e Lobo, 2006).

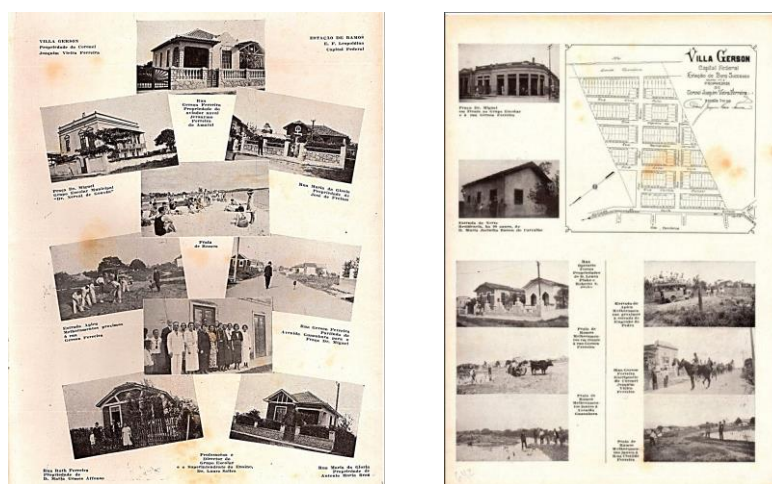
A ideia de balnearização da praia de Ramos, não se articula diretamente ao projeto de balnearização como em Copacabana, mas se inserem nas novas demandas das reformas urbanas

⁴ MAS obras em Ramos. *Jornal de serviço* - Rio de Janeiro. 22 out. 1970.

http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=13115&url=http://memoria.bn.br/docreader# (Última consulta em 05/07/2023)

no começo do século XX. As melhorias ligadas a Ramos, estavam diretamente referenciadas nas intenções do Coronel Vieira Ferreira com a Villa Gerson. Pois, os atributos para promoção da região eram a infraestrutura dos terrenos vendidos agregada as imagens de lugar pitoresco. Fundamentadas pela ideia de progresso e eficiência, o processo de urbanização foi fortemente atravessado pelas ferrovias o que produziu e reproduziu diversos modelos de intervenção urbana. A proposta de urbanismo, entre outros quesitos, objetivava integrar a cidade ao mercado externo, que paramentava uma nova organização do espaço e do território.

O coronel tinha como objetivo em seu projeto transformar Ramos em uma espécie de capital dos subúrbios, a partir dos anos de 1920 anunciava terrenos e imóveis para venda⁵ próximos a praia de Maria Angú. Através dos Jornais tem-se a possibilidade de gerar matérias dedicadas a reivindicar melhorias para os subúrbios, tais matérias colocam em centralidade a envergadura política do Coronel que colocava em cena o poder de barganha com demais agentes para a consolidação do projeto de ocupação e especulação imobiliária da região.



Fonte: VILLA GERSON. Arquivo Geral do Rio de Janeiro. *Revista da Diretoria de Engenharia* -Prefeitura do Distrito Federal, Nº 19; Novembro de 1935, p. 641-642.

Mas para que a aplicação do projeto fosse efetiva, era necessário que o coronel sensibilizasse agentes públicos e privados para captação de recursos. Com isso, Ferreira utilizou inúmeras estratégias para se aproximar e aproximar figuras e instituições que pudessem viabilizar a proposta da Villa Gerson, dentre os dispositivos estratégicos tinham doações de terrenos, cortejos, festejos, todos esses feitos eram noticiados pela imprensa da época. Através

⁵ ANÚNCIO de terreno para venda, rua apicú. *Jornal do Brasil*. 17 jul 1921. http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&pasta=ano%20192&pesq=Villa%20Gerson&%20pagfis=9432&pagfis=9432 (Última consulta em 10/07/2023)

do clube militar e da Associação Brasileira de Imprensa, o coronel teve acesso a importantes decisões de intervenção na cidade pela prefeitura do distrito federal(Chrysostomo, 2019). Um outro órgão importante que trabalhou em conjunto com os interesses do Coronel Ferreira para a dinamização da ocupação da Praia de Ramos, foi o Centro dos Chronistas Carnavalescos⁶, que era responsável pela organização das festas de carnaval a partir da década 1930, colocando a praia de Ramos no calendário oficial de carnaval da cidade (CHRYSTOSTOMO, 2019, p.13).



Fonte: *Revista Careta*, 20/01/1934, p.16

Segundo Chrysostomo (2019), apesar da habilidade política e inserção em diversas redes sociais, no ano de 1937 o projeto do Coronel não obteve aprovação final, pois, os interesses se conflitavam com as intenções de intervenção do governo Vargas para Ramos, que através do corpo de engenharia tinha como objetivo a construção de um parque proletário, a Avenida Brasil e a construção de moradias integradas a um complexo industrial a fim de conter e erradicar a massiva favelização dos subúrbios. Tal perspectiva, no ano de 1940, evidencia

⁶ A Associação, criada em 1925, tinha a finalidade de intermediar as relações entre o poder público e os foliões; tarefa que passou a desempenhar principalmente a partir dos anos de 1930. Nesse contexto, o discurso de valorização da cultura nacional colocava em destaque o carnaval como expressão legítima do povo brasileiro. Fazendo parte do conjunto de atores sociais que passou a atuar como mediadores políticos, tanto os Cronistas Carnavalescos, como os folcloristas exerceram papel significativo nesse contexto de afirmação dos grupos populares (ALMEIDA, 2012).

importantes projetos para a região com a construção da Avenida Brasil e a construção do Balneário de Ramos.

A praia de Ramos é um caso inédito da tentativa de construção de espaços balneários na cidade do Rio de Janeiro, a partir dos anos de 1920 e 1940 havia-se a proposta de transformar tal praia em um modelo de balnearização dos subúrbios populares, com o objetivo de estabelecer um lugar de lazer as classes médias e populares. O espaço de praia foi uma negociação de cultura balneária que visa a construção de uma identidade suburbana.

As imagens acima demonstram continuidades e rupturas históricas da construção do território através da intervenção dos vários agentes (poder privado, público e os moradores), pois ao observar as plantas é possível identificar nomes que permanecem ainda hoje com a favela Praia de Ramos. Exemplos disso são a Avenida Guanabara, que fica à beira mar no mapa e que se mantém até os dias atuais, e a outra é a Rua Gerson Ferreira, marco divisor de duas favelas é uma das principais ruas do local.

O processo de reconfiguração do espaço dos subúrbios por parte do Estado e tentativas de empreendimentos por parte das elites locais, como o projeto da Villa Gerson, demonstra as contradições dos contexto político da República demonstrando características da organização de camadas da sociedade, disputando a ordem espacial de uma cidade, anunciando o reajuste de sistemas que vão coordenar novos caminhos para a construção de espaços na cidade do Rio de Janeiro.

Porém, com a inserção de Ramos em redes de poder, o mesmo ainda esteve disposto a promover outras atividades, a fim de continuar os seus objetivos de melhoramentos do subúrbio Leopoldinense.

Assim sendo, “No dia 13 de novembro de 1941, na casa do Sr. Coronel Joaquim Vieira Ferreira, na Rua Gerson Ferreira, 184, praia de Ramos”⁷ foi inaugurado o Iate Clube de Ramos, fruto das novas demandas da classe média que se instalava na região de Ramos.

O clube se instalou na Rua Gerson Ferreira, onde se encontra até os dias atuais e como importante agente da região. O Coronel Vieira Ferreira também foi sócio-fundador⁸ e estimulou o desenvolvimento esportivo, pois acreditava que tal processo era sinal de modernidade e civilidade para a construção de um espaço organizado e higiênico nos subúrbios. Escrito em

⁷ (Livro de Atas, Yate Club de Ramos. Rio de Janeiro, 13 de nov. de 1941, p. 1)

⁸ Relação de socios fundadores. (Livro de Atas, Yate Club de Ramos. Rio de Janeiro, 13 de nov. de 1941, p. 03)

ata, um trecho descreve as possibilidades de articulação entre os membros do clube, Marinha e agentes públicos para que através de um decreto⁹ pudesse construir a sede do clube.

“A fundação do Iate Clube de Ramos partiu de um conceituado grupo de esportistas residentes no subúrbio leopoldinense[...]cujas sede acha-se confortavelmente instalada na Rua Gerson Ferreira, 80, na praia de Ramos.”¹⁰ Segundo Melo (2020), a intenção era oferecer uma moderna área de lazer para atender as demandas da população suburbana, incentivando o banho de mar, mas também com as atividades esportivas, tais práticas estavam alinhadas à gestão de Henrique Dodsworth, prefeito escolhido por Getúlio Vargas. Assim sendo, o Iate Clube de Ramos estava ligado ao projeto pois a ideia era transformá-lo numa agremiação que também atendesse a classe trabalhadora e os estratos sociais populares através de uma sede que se articulasse ao balneário da praia de Ramos. Ao articular suas iniciativas com o poder público e vice-versa, o Iate Clube de Ramos instalou no ano de 1945 uma barraca do Serviço de Recreação Operária (SRO) na Praia de Ramos com o objetivo de administrar o lazer dos trabalhadores, tal entidade estava vinculada ao Ministério do Trabalho que dava o direcionamento a partir dos interesses do governo (SANTOS, A., 2007).

Na ocasião em que se foi inaugurada a barraca, esteve presente o Capitão Hildebrando Bayard Melo (presidente do Iate Clube de Ramos¹¹); Domingos Vassalo Caruso¹² (proprietário do Ramos Club e do cinema de Ramos) e o Ministro do Trabalho Arnaldo Sussekind

Todas as articulações para consolidação da instalação do Iate Clube de Ramos partem dos grupos de elite da região a fim de reivindicar o *status quo* que gozava a elite da Zona Sul, mas que tinha como objetivo a promoção de ações que auxiliassem o governo Vargas direcionadas a classe trabalhadora da Leopoldina também.

No ano de 1948, a sede do Iate Clube se concretiza por conta da doação do terreno da Marinha, que já era especulado desde o ano da sua inauguração em 1941. No mesmo momento, se inaugura o balneário que tinha a previsão de inauguração do mesmo ano do Iate Clube de Ramos (1941), o que denota os interesses nos subúrbios, Zona Leopoldina e projetos políticos para ocupar o tempo livre dos trabalhadores (MELO, 2020).

⁹ Passagem do texto onde se fala do decreto para uso de terras da Marinha. (Livro de Atas, Yate Club de Ramos. Rio de Janeiro, 13 de nov. de 1941, p. 6)

¹⁰ A FUNDAÇÃO do Iate Clube de Ramos. A manhã, Rio de Janeiro, 14 nov. 1941. p. 15.

¹¹ Passagem do texto onde se fala do decreto para uso de terras da Marinha. Livro de Atas, Yate Club de Ramos. Rio de Janeiro, 13 de nov. de 1941, p. 45.

¹² AINDA nos subúrbios da Leopoldina. Jornal do Brasil - 24 Jul. de 1927.

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&pasta=ano%20192&pesq=Villa%20Gerson&pagfis=57404 (Consultado em 08/06/2023)

A ideia de transformar Ramos em um espaço balneário junto ao Iate Clube de Ramos são expressões de uma afirmação de identidade suburbana, que reivindicava uma reprodução de um espaço geográfico de privilégio das classes médias. Cabe aqui pontuar que esses fatos podem ser considerados contingências da história, que denotam as contradições e complexidades do processo de organização socioespacial no período da República no Rio de Janeiro. Portanto, inseridos aos processos de industrialização da cidade, Ramos e toda a região do subúrbio leopoldinense seriam impactados pelas novas exigências do desenvolvimento e reorganização do espaço da cidade de acordo com as demandas da capital.

A Villa Gerson pode ser um exemplo do processo de desenvolvimento do mercado imobiliário¹³ no subúrbio carioca, na região da Praia de Ramos no início do século XX, região que tinha valores mais baixos e vendidos a prazo. Exemplo disso, são as inúmeras tentativas de negociação entre Ramos, demais agentes locais e as instituições públicas. Podemos destacar um pedido de calçamento da rua Gerson Ferreira, pedido feito em 1934 ao prefeito Pedro Ernesto como exposto anteriormente no texto. Pedro Ernesto em 1931 foi responsável por estabelecer novas condições para intervenção de obras na zona suburbana e rural, através do lançamento do Decreto nº 3.549 de 15 de junho de 1931, com o propósito de construir casas econômicas. Nesse período foi formada uma comissão de especialistas, pesquisadores e loteadores, para regularizar as construções populares que ajudariam no combate às favelas, como dito no discurso de José Millet na ocasião da assinatura do decreto.¹⁴

Um outro fato a ser observado para esse deslocamento é o decreto 6000/1937 no Estado Novo, que é o estabelecimento das áreas industriais para longe dos centros residenciais das classes Altas e Médias (SILVA Apud Abreu,1987). Isso pode ser observado através da instalação de indústrias¹⁵ entre a linha ferroviária e a Avenida Brasil, que a partir de 1940 e 1950 contribuíram para o crescimento de favelas na região. Muitos vazios no entorno da Avenida Brasil começaram a se transformar em lotes, ocupações e formar regiões com

¹³ Em 1920 José Millet atuou com a Companhia Brasileira de Melhoramentos Brasileira de Terrenos que loteou áreas de Bonsucesso, Cordovil, Brás de Pina e Penha Circular. Além de José Millet, outras empreiteiras e companhias atuavam na região dos subúrbios. Segundo Lobo, Carvalho e Stanley, a ação destas companhias pouco contribuiu para a resolução da moradia popular, pois esses loteamentos e casas eram inacessíveis à maioria dos trabalhadores. Está ineficácia, era comprovada pelo crescimento acelerado da autoconstrução e das favelas na década de 1920. (Silva; 2017, p. 45)

¹⁴ Jornal do Brasil, 23 de maio de 1934.

https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_05&Pesq=villa%20gerson&pagfis=43489

¹⁵ Mais de 30% da população trabalhadora do Distrito Federal trabalhava diretamente no setor industrial. E, desses, cerca de 50% moravam em favelas, de acordo com o Censo da Prefeitura, realizado no final dos anos de 1940. (ABREU, 2013, p. 106; SILVA, M., 2010 p. 72).

construções populares, não só incentivadas pelo poder público, mas de maneira voluntária pelos próprios moradores (TORRES, 2018).

Referências

- BRUM, Mario Sergio Ignácio. *Cidade alta: história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. 2011. 361 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários à Favela Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. “*Um século de Favela*”, ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs). 5ª ed. -Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. “*Uma Copacabana nos confins suburbanos: a ideia de balnearização do bairro de Ramos/RJ (anos 1920-1940)*” Dossiê Balneomar; número 39, 2019.
- CYMBALYSTA, Renato et al. (orgs.), *Patrimônio cultural - memória e intervenções urbanas*. São Paulo Annablume, 2017.
- FRAIHA, Silvia; Lobo, Tiza. *Ramos, de Olaria e da Penha*. Rio de Janeiro: Editora Fraiha, 2006.
- FERNANDES, Nelson da Nobrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- HARVEY, David. A experiencia do espaço e do tempo. In *Condição pós-moderna*. São Paulo: edições Loyola, 2004.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010, primeiros resultados: aglomerados subnormais*. Rio de Janeiro, 2011.
- MELO, Victor Andrade de. *Uma geografia do esporte: as experiências dos clubes de iatismo da Zona da Leopoldina* (Rio de Janeiro, 1941-1954). *Geosp: Espaço e Tempo* (São Paulo). v. 24, n. 1, p. 83-103, 2020.
- NÓBREGA, Edson Diniz Júnior. CASTRO, Marcelo. Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.
- PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, Licia. *Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca*. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (org.). *O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000, p.375-403.
- SANTOS, Rafael Fernandes dos. *Situação atual e perspectivas de desenvolvimento da área de planejamento 3 da cidade do Rio de Janeiro / Rafael Fernandes dos Santos ; orientador: Rafael Soares Gonçalves*. Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Engenharia Civil, 2012.
- SANTOS, A. B. G. “Nem só de pão vive o homem”: criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). Tese (Doutorado em Educação), UERJ, Rio de Janeiro, 2007.
- SANTOS; SOUZA; SILVEIRA. *Território Globalização e fragmentação*. 4º ed. Editora Hucitec-ANPUR. São Paulo, 1998.
- SARDINHA, Thalyta Shely Souza. *A política de remoção promovida pelas políticas Habitacionais no Município do Rio de Janeiro*. UFRJ. 2013.
- SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. USP, São Paulo, 1999.
- SILVA, Pedro Souza da. *O Governo Dodsworth: administração e intervenção urbana no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2017.
- SILVA,, Roberta Lemos Gadelha da. *A Maré e seus complexos: desvelando o micro território da Favela MacLaren*. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.
- ZIBECHI, Raúl. *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Roteiro dos Desfiles: Interlocução e acesso ao livro *Abre Alas no carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro*.

João Gonzales Moreira¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Luís Reznik
Bolsa: FAPERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: “‘Aprendi na Sapucaí!’. Um estudo da relação entre o uso e mobilização da História nos desfiles carnavalescos de Leandro Vieira.”, ainda em andamento. Começamos nossa abordagem, antes mesmo de apontar o percurso deste pequeno texto, se utilizando da imaginação para a construção de um pequeno cenário: o barulho de um adjá, sineta utilizada na umbanda e no candomblé para chamar a atenção de entidades e orixás, nos desperta para o que virá pela frente. O mote dessa escrita e leitura é a comunicação e, segundo Rufino (2019, p. 56), ela, as gramáticas e seus atravessamentos são estripulias de Exu.

Aproveito esse espaço inicial para dedicar todas as palavras, ditas e não ditas, a esta entidade. Não por querer dar um contorno espiritual ao trabalho, mas sim porque esta pesquisa me inclinou a pensar sinais da pedagogia do carnavalesco Leandro Vieira nos seus enredos, nas suas ideias e propostas. E nesse movimento, ainda apoiado em Rufino (2019), ponho fichas na existência de uma pedagogia das encruzilhadas, moradia de Exu, pedagogia que, comprometida com a autonomia, provavelmente a mesma sugerida por Freire (2004), se esforça por transgredir e romper com laços do colonialismo, do conservadorismo, do racismo e todas as correntes que desumanizam nossa sociedade e nossas relações.

O orixá mensageiro, senhor de significados e sentidos, ilumina esta presente discussão que se dispõe a aquecer o debate sobre a produção de saberes na vivência e nas apresentações das escolas de samba do Rio de Janeiro na Marquês de Sapucaí. Aqui interessa pensar como tem circulado entre os foliões e expectadores as ideias e justificativas dos carnavalescos nas montagens dos seus desfiles. Para tanto será utilizada uma ferramenta que, há pouco mais de 10 anos, tem servido como intérprete, reproduzidor e tradutor do livro *Abre Alas para o público da Sapucaí*: a Revista *Roteiro dos Desfiles*, atualmente produzida pela Companhia Multiplicar.

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2021, projeto: “‘Aprendi na Sapucaí!’. Um estudo da relação entre o uso e mobilização da História nos desfiles carnavalescos de Leandro Vieira”, sob orientação do Dr. Luís Reznik, bolsista: FAPERJ.

Reconhecer as escolas de samba como portadora e transmissora de saberes, segundo Mauad (2018), discutir o conceito de circularidade cultural de Ginzburg (1987), lançar um olhar no trabalho e na divulgação do Roteiro dos Desfiles em suas mídias sociais e pensar a importância de instrumentos transmissores de saberes populares são os movimentos deste presente trabalho que, minimamente, contribui para a discussão acerca do que e de que como se aprende com os desfiles carnavalescos, pressupondo que esses saberes possam colaborar com a construção de novas visões de mundo, visões encantadas e potentes. Laroyê!

Escolas de samba e a transmissão de saberes

Para além dos aprendizados e questões provenientes de vivências no interior das escolas de samba, conforme propõe Castilho (2022) ao retratar o impacto destas na escolha da sua pesquisa, ou então Sousa (2018) ao tratar de demandas que envolvem os destaques dos desfiles de samba, entre outros muitos exemplos, podemos utilizar como ponto de partida para a reafirmação deste espaço como transmissor de saberes, a definição de enredo de Lopes e Simas: “tema desenvolvido pela escola de samba nos desfiles competitivos de carnaval, o enredo é um dos quesitos ou itens em julgamento” (LOPES e SIMAS, 2021, p. 109).

Em paralelo a publicação do premiado “Dicionário da História Social do Samba”, o próprio Luis Antonio Simas publicou junto do jornalista Fabio Fabato o livro “Pra tudo começar na quinta feira – O enredo dos enredos” (2015). Neste, não restritos ao que liga o enredo a julgamento/quesito, ambos apontam uma história para os enredos, destacando suas nuances, formulações e reformulações ao longo do tempo. Os enredos então se tornam produtos do seu tempo; discussões que circulam pela sociedade encontram nos enredos um escape e um amplificador. Exemplo:

"Na década de 1960 – não por acaso o período em que as lutas pela liberdade nos territórios africanos só fazia crescer e no Brasil, as demandas sociais que desaguam no golpe civil militar contra o governo João Goulart, em março de 1964, se radicalizavam – algumas escolas de samba, capitaneadas pelo Salgueiro, começaram a apresentar uma visão do negro no Brasil fundada na ideia da resistência ao escravismo e na valorização de uma mitologia heroica dos seus personagens, em contraponto aos heróis militares, cientistas, políticos e escritores, da história oficial." (FABATO e SIMAS 2015, p.33)

Por meio dos enredos as escolas de samba sugerem temáticas que, por vezes, acabam transbordando para além dos dias da folia. O desfile de 2019 do Grêmio Recreativo Estação Primeira de Mangueira, assinado pelo carnavalesco Leandro Vieira, teve repercussão imediata

seja por ressignificar o assassinato da deputada Marielle Franco², seja por adentrar no universo da educação básica por meio da intervenção de professores entusiasmados com heróis e heroínas retratados (as)³. Em outras vezes, com outras escolas/agregações, os desfiles rompem a bolha do carnaval e tocam os não simpatizantes, fissurados com a festa carioca.

Mauad projeta a produção de um desfile de escola de samba como exemplo do que chama de atitude historiadora, ou seja, “a tomada de posse do passado comum como material para dar sentido ao presente e situar-se no fluxo do tempo futuro” (MAUAD, 2018, p. 228). Julgo conveniente, neste caso, direcionar mais especificamente a liderança dessa produção a partir da figura do (a) carnavalesco (a). Não como o (a) único (a) responsável, mas como aquele que gerencia e fortemente influencia interesses, discursos e intervenções.

Isso posto tenho insistido na valorização do Abre Alas, livros organizados pela Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA)⁴, um para cada dia de desfile, e portadores dos significados conferidos a fantasias e alegorias apresentadas pelas agremiações. Por meio destes é possível acessarmos a narrativa literária que confere sentido ao desfile e, com isso, compreendermos os significados projetados para a estética do cortejo. Muitos aprendizados, conhecimento e saberes, fruto de profunda e referenciada pesquisa por parte de carnavalescos (as) e suas respectivas equipes, se tornam palatáveis ao consumo dos foliões, visto que o acesso a tais livros se dá gratuitamente por meio da internet.

Suponho que o diálogo com carnavalescos, promotores de uma História Pública, permita aquecer o debate que se relaciona a rejeição da possibilidade de outros profissionais mobilizarem saberes incitados pela historiografia. Descortinar e descobrir apropriações populares do conhecimento histórico produzido academicamente pode contribuir para a melhor compreensão da sua circulação e legitimidade. (MOREIRA 2020, p.131)

As escolas de samba, ao longo da sua existência, têm ofertado ao seu público uma densa gama de aprendizados, de diferentes formas, e isso não pode mais ser desconsiderado. Se debruçar sobre algumas das facetas visíveis dos desfiles pode servir a uma historiografia ainda mais crítica e atenta a demandas sociais e políticas, tal como a um ensino mais plural nas suas metodologias e mais assertivo na sua linguagem.

Circularidade da cultura: norteando a discussão conceitual

² <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/carnaval/2019/noticia/2019/03/05/desfile-da-mangueira-ressignifica-assassinato-de-marielle-franco-diz-viua.ghtml> Consultado: 1/09/2023.

³ <https://setor1.band.uol.com.br/professores-levam-samba-da-mangueira-para-sala-de-aula-e-relatam-experiencia/> Consultado: 1/09/2023.

⁴ Associação que organiza os desfiles das escolas de samba do grupo especial do carnaval carioca.

Se hoje usufruímos da possibilidade de pensar o carnaval dentro de espaços acadêmicos, devemos considerar que nem sempre houve uma “avenida” de possibilidades investigativas para quem outrora já reconhecia valor na festa. Se hoje é possível iniciar um texto acadêmico evocando um orixá como elemento catalisador de uma pedagogia alternativa, ainda que sob risco de trafegar na tênue linha que distancia textos científicos de textos não científicos, acredito que há um tempo tal tarefa seria ainda mais árdua. Independentemente dos desafios que ainda circundam pesquisadores da área, é possível dizermos que o advento da história cultural significou uma ampliação nos horizontes analíticos.

A chamada história cultural, renovada nas referidas décadas pelo contato com a antropologia, procurou ampliar o conceito de cultura, agora entendido como o conjunto dos costumes, valores e modos de vida que dão sentido à experiência histórica dos indivíduos. Progressivamente, a cultura passou a ser entendida como um elemento chave para a compreensão das transformações sociais, fossem elas de fundo político ou mesmo econômico. (FERREIRA e FRANCO, 2013, p.71)

Transpassada a barreira da valorização da cultura como parte fundamental para o entendimento humano, cabia a historiadores e demais cientistas transpor um outro muro que se impôs sobre a intelectualidade e a sociedade como um todo, que tratou de hierarquizar a cultura, pondo de um lado a cultura erudita e do outro a cultura popular, por consequência, depreciando esta última.

Expoente da historiografia da cultura, o italiano Carlo Ginzburg nos forneceu uma pista para atravessar essa barreira. Em “O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição” (1987), ele nos incentivou a identificar como os elementos das culturas populares e eruditas se intercambiavam entre si, provocando o que ele intitula como circularidade cultural. Ao contar a história do moleiro “Menocchio”, por meio dos seus depoimentos no processo que sofreu com a Inquisição Católica, Ginzburg percebe diferenças nas manifestações culturais do acusado e do acusador, ao mesmo tempo que identifica semelhanças. A partir disso, o historiador italiano afirma que não são isoladas as manifestações populares e eruditas; elas se enfrentam de alguma forma, em algum momento.

Ginzburg (1993, p. 13) nos traz um resumo de sua leitura Bakhtiniana sobre o “termo circularidade: entre a cultura das classes dominantes e a das classes subalternas existiu, na Europa pré-industrial, um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo”. (SANTOS, 2018, p.2)

Isso posto lança luz ao que é produzido anualmente pelas escolas de samba do carnaval carioca. Para além do espetáculo observado nos dias de desfiles, misturando dança, canto, estética, teatralização e musicalidade, há uma produção literária sustentando toda a apresentação, argumentando em prol da narrativa costurada pelo enredo. Tal literatura é

amparada em uma extensa bibliografia e elaborada por profissionais que, com muito esmero, se dedicam a pesquisa e divulgação de conhecimentos.

O universo do samba, expoente da cultura popular brasileira, dialoga frontalmente com o universo acadêmico, seja por meio da participação de pesquisadores na criação de enredos, seja por meio do uso de mecanismos investigativos semelhantes, seja por meio da inserção desta temática nas pesquisas acadêmicas, seja por meio da mobilização de saberes e metodologias peculiares aos sambistas, enfim, de variadas formas é possível vermos a tal circularidade que Ginzburg anuncia ao estudar a cultura da Europa Moderna. De acordo com Roger Chartier.

Como nos mostra Carlo Ginzburg, quando os documentos autorizam, é inteiramente permitido explorar, como se por uma lente de aumento, a maneira como um homem do povo pode pensar e usar os elementos intelectuais esparsos da cultura literária que o alcançam por meio de seus livros e da leitura que ele faz deles. (CHARTIER, 1982, n.p)

Se Menocchio, simples moleiro, nos revela nas suas falas um mix de conhecimentos eruditos e populares, podemos identificar nos desfiles de escolas de samba um movimento parecido: carnavalescos, profissionais reconhecidos por conduzirem narrativas em festas populares, flertam constantemente com elementos da erudição na montagem das suas narrativas.

O reconhecimento da produção carnavalesca como produção intelectual se faz necessário e urgente. O livro *Abre Alas*⁵, nesse caso, pode servir como fonte documental que nos permita essa comprovação. Em meio as inúmeras fichas técnicas que o compõe⁶, há uma carga intensa de pesquisa, escrita, crítica documental, originalidade, ingerência e relevância, constantemente associada a demandas sociais, políticas e identitárias dos sambistas que formam e forjam essas agremiações.

Roteiro dos Desfiles – Carnaval da informação

Elaborado pelo historiador Marcos Roza, tendo sua primeira publicação datada no carnaval de 2010, o Roteiro dos Desfiles se marca por divulgar as informações contidas no *Abre Alas*, em português e inglês, para o público da Sapucaí por meio de um libreto que resume e explica o cortejo das agremiações. Distribuído gratuitamente em todos os setores da Avenida e

⁵ Link que permite acesso aos livros do carnaval de 2023 e, por meio de uma pesquisa no próprio site, permite acesso ainda aos livros de outros carnavais: <https://liesa.globo.com/memoria/outros-carnavais/2023/abre-alas.html>

⁶ As fichas técnicas dialogam com os quesitos avaliados nos desfiles. Assim sendo, os livros de todas as agremiações contêm 9 fichas técnicas: enredo, alegorias, fantasias, samba enredo, bateria, harmonia, evolução, comissão de frente e mestre sala e porta bandeira. Destas todas, a ficha técnica do enredo se sobressai por ser composta de três elementos: histórico, justificativa e roteiro dos desfiles. Além disso, antes do histórico, são fornecidas informações detalhadas do enredo: nome, elaborador, referências bibliográficas, etc.

disponibilizado por meio de links na internet, o Roteiro dos Desfiles tem exercido importante papel na festa carioca ao legitimar o conteúdo dos enredos por meio da sua ampla divulgação, visto que permite aos seus leitores uma imersão na apresentação das escolas de samba.



Fonte: Instagram – Perfil oficial do Roteiro dos Desfiles, publicado: Jun 14, 2023.

As revistas dão conta também do carnaval do grupo de acesso, espécie de segunda divisão do carnaval carioca, cujos desfiles acontecem as sextas e aos sábados no período carnavalesco, que por sua vez recebe a escola rebaixada do grupo especial no ano anterior e fornece, com a sua campeã, a agremiação que irá compor a “elite” do carnaval no ano seguinte. Estes desfiles são organizados por outra entidade que não a LIESA e, conseqüentemente, se apoiam em outro livro que não o Abre Alas. O chamado “Caderno Avenida” é a fonte da elaboração do Roteiro dos Desfiles do grupo de acesso. Tudo o que compõe estes desfiles do acesso já nos renderiam outros inúmeros pontos para um profundo debate acadêmico. Contudo, considerando os caminhos delineados na minha pesquisa de doutorado, não adentrarei nessa seara.

O Roteiro dos Desfiles, a partir das informações contidas na sua ficha técnica, como qualquer outra revista, é fruto de um trabalho em equipe composta por design gráfico, redator, fotógrafo, tradutor, distribuidor, etc. O financiamento da produção vem da arrecadação junto a órgãos públicos e junto a empresas privadas que estampam suas marcas nestas publicações. Nos últimos anos há um trabalho intenso de divulgação em mídias sociais, principalmente no

Instagram. Visando um maior engajamento, as publicações revelam o potencial da revista para a festa carioca.

As revistas do Roteiro dos Desfiles têm em média 60, 70 páginas. Por ser um libreto, suas medidas são 14cm x 20cm. Considerando os elementos pré textuais, as imagens que ilustram a revista, algumas mensagens e textos introdutórios, os patrocinadores e, principalmente, a intenção da publicação, ou seja, o rápido entendimento do que é visto nos desfiles, a parte que cabe aos textos e justificativas de fantasias e alegorias é reduzido.

Para fins comparativos, cada agremiação monta o seu Abre Alas com cerca de 80 páginas em formato A4. O Roteiro dos Desfiles faz um metuculoso trabalho de redução destes textos a fim de poder compor sua revista sem comprometer suas intenções além de dar conta das propostas literárias dos enredos. Até porque é parte das publicações dos libretos uma justa identificação dos personagens, destaques e artistas envolvidos na festa, tal como a apresentação da letra do samba enredo, um resumo da proposta do carnavalesco, informações técnicas das escolas, entre outras coisas.

O consumo destas revistas é diversificado, indo desde o folião que desfila, passando pelo público presente na Avenida, pela imprensa que cobre o evento, até aqueles que acessam pela internet durante e depois dos desfiles. Destes todos, entre outros aqui não identificados, podemos destacar os jornalistas que cobrem o cortejo diretamente da Sapucaí. A praticidade que o libreto proporciona, a partir das palavras deles, é de suma importância. Publicações do site Carnavalesco, referência no jornalismo envolvendo as agremiações do Rio de Janeiro e de São Paulo, indicam essa relevância do Roteiro dos Desfiles, apontando falas de leitores⁷ e profissionais diversos⁸ que acompanham as apresentações a partir das informações contidas nas revistas.

Um canal de divulgação e interlocução da cultura e dos saberes populares

Na esteira das provocações que aqui proponho levantar, me lembrei da leitura de Bordieu (1997) quando ele comenta sobre o alcance e impacto da televisão. Diz:

Com a televisão, estamos diante de um instrumento que, teoricamente, possibilita atingir todo mundo. Daí certo número de questões prévias: o que tenho a dizer está destinado a atingir todo mundo? Estou disposto a fazer de modo que meu discurso, por sua forma, possa ser entendido por todo mundo? Será que ele merece ser entendido

⁷ <https://www.carnavalesco.com.br/informacoes-do-roteiro-dos-desfiles-sao-importantes-na-visao-do-publico-da-marques-de-sapucaí/> Consultado: 1/09/2023

⁸ <https://www.carnavalesco.com.br/roteiro-dos-desfiles-auxilia-publico-e-imprensa-na-compreensao-dos-desfiles-na-marques-de-sapucaí/> Consultado: 1/09/2023

por todo mundo? Pode-se mesmo ir mais longe: ele deve ser entendido por todo mundo? (BORDIEU, 1997, p, 18)

Bordieu segue sua fala discutindo a restituição do conhecimento acadêmico a sociedade, prosa de suma importância já há um bom tempo. Aqui me interessa seus questionamentos, obviamente, considerando um outro instrumento de comunicação que não a televisão, mas sim os desfiles de escolas de samba do Rio de Janeiro. Me apego a essas questões pensando de que forma elas atravessam (ou não) os (as) carnavalescos (as) quando preparam seus enredos.

Alguns enredos são julgados por especialistas e não especialistas como sendo “de fácil leitura” ou não. Antes mesmo dele ser apresentado na Avenida, precipitadamente, já há uma movimentação para definições acerca disto⁹. A união da música, da estética, do canto, da teatralização, da dança e do envolvimento de desfilantes e público contribuem para um melhor entendimento acerca da “leitura” dos enredos na Avenida. De qualquer forma, para além deste combo, podemos pensar que há uma forma de ler os enredos a partir do Abre Alas e/ou do Roteiro dos Desfiles. Eles trazem a sugestão de leitura que as agremiações fornecem para as suas apresentações.

Podemos considerar que o primeiro, o Abre Alas (ou ainda o caderno Avenida, já citado anteriormente), pelo quantitativo de páginas, pela diagramação e pelo canal de divulgação (link da internet), se torna um pouco mais difícil acessar quando os desfiles estão acontecendo¹⁰. O Roteiro dos Desfiles, pelos mesmos critérios outrora levantados, se torna um facilitador na leitura proposta pelas agremiações por meio da sua equipe criativa e dos seus carnavalescos. O que podemos observar, considerando as informações contidas no canal de comunicação da equipe do libreto, é que o modo como ele é organizado permite uma maior moderação entre as agremiações e os espectadores.

Frases como “Eu já chego e procuro o meu há anos! Não é a mesma coisa sem ele. Material incrível”, “Roteiro dos Desfiles é essencial para quem tem interesse em entender o que cada escola quer transmitir com seu Carnaval. Não fico sem! Pena que não há uma distribuição em grande escala, do trabalho de vocês, pela prefeitura e riotur”¹¹, de espectadores dos desfiles e divulgadas no perfil do Instagram da revista nos ajudam a pensar de que forma este canal tem servido como interlocutor nas leituras dos enredos na Sapucaí.

⁹ <https://www.srzd.com/carnaval/rio-de-janeiro/carnaval-2023-tendencia-enredos-de-mais-facil-leitura-publico/>
Consultado: 1/09/2023

¹⁰ Penso até que cabe uma pesquisa quantitativa, junto a LIESA, caso seja possível, para a análise do consumo e uso destes links. Tal análise poderia elucidar melhor o envolvimento do público frente a essas produções.

¹¹ <https://www.instagram.com/roteirodosdesfiles/> Consultado: 1/09/2023



Fonte: Instagram – Perfil oficial do Roteiro dos Desfiles, publicado: Out 19, 2023.

Pensar que todo mundo é atingido pela mensagem elaborada pela revista e pelo Abre Alas é presunção demasiada. Temos de considerar, ainda que a transmissão pela televisão dê uma outra dimensão ao signo “espectador” do desfile, que por mais que seja grandioso um desfile carnavalesco, terão aqueles que optarão por não acompanhar o evento. Talvez até pelo caráter da transmissão, que por inúmeras questões, tem um formato que obedece a determinadas intenções; aceno a patrocinadores, espetacularização, retorno midiático, entre outras coisas. Ao analisar as transmissões, também importante canal de transmissão dos saberes que circulam na Sapucaí, a jornalista Ana Oliozi nos diz:

Cada uma das TVs dispõe de recursos de imagem, de som e de estrutura completamente diferentes, que impactam nos resultados de sua cobertura, como Barreto (2017) expôs ao explicar porquê a TV Brasil preenchia os primeiros 15 a 20 minutos da transmissão com entrevistas e minidocumentários pré-produzidos. (OLIOZI, 2019, p, 143)

A análise da cobertura e alcance de um desfile carnavalesco há de considerar uma série de questões. Tal como consideramos as diferenças de intenção, formatação e divulgação do Abre Alas e do Roteiro dos Desfiles. É possível notar que o conteúdo do libreto trata-se de um arranjo feito em cima do material do Abre Alas; ele resume aquilo que detalhadamente é escrito pelos (as) carnavalescos (as), tornando o entendimento de alegorias, fantasias e movimentos mais instantâneo. Outras impressões podem surgir para aqueles que, com a revista na mão e os olhos no desfile, notam elementos intangíveis a redatores, carnavalescos ou qualquer outro

interlocutor. Porém, da leitura defendida pela escola de samba nas suas justificativas, o Roteiro extrai o que bem resume a ideia e divulga com seus libretos.

Não nos interessa um processo de hierarquização de saberes ou informações. Seguindo o que propõe Mauad (2018), ao pensar outros historiadores para além dos acadêmicos e professores, nossa intenção não é colocar em ordem de importância os canais de comunicação da Marquês de Sapucaí. Aqui importa pensar como estes instrumentos têm feito os saberes populares carnavalescos circularem por outros cenários. Seja o Abre Alas, ou seja, o Roteiro dos Desfiles, o importante é pensar que os fundamentos que balizam as escolas de samba estão se espalhando cada vez mais para o público folião que assiste (ou não) os desfiles e estão chegando em circuitos eruditos, como por exemplo, museus¹², exposições¹³, pesquisas¹⁴, entre outros.

A esperança que tanto norteou a obra de Paulo Freire, aqui é evocada para guiar e iluminar o entendimento que coloca os desfiles de escolas de samba como ferramentas de grande potencial pedagógico e como mecanismos úteis a construção de novas metodologias e epistemologias, norteadas por saberes outros, aqueles que produzem encantamento, que conduzam os indivíduos a promoção de autonomia e justiça social.

Considerações finais

Este breve texto atendeu a uma demanda do projeto que me permitiu ingresso ao PPGHS. Ao longo do curso este projeto sofreu algumas alterações, porém, inicialmente, vislumbrava abarcar o público que consome as informações e saberes que circulam pela Sapucaí. Naquele momento me interessava pensar em “quem” e “como” se aprende com os desfiles do carnaval carioca. Entrevistar grupos de foliões, de espectadores, entre outros, era parte da pesquisa que seria desenvolvida.

Ocorreu uma mudança nesses planos iniciais devido a uma participação do Leandro Vieira em um seminário do ProfHistória, em 2022, na UERJ Maracanã. Percebi que focar minhas atenções na pedagogia que ele possui e transmite ao desenvolver seus enredos já seria um grande passo no processo de valorização da cultura e dos saberes da festa. A análise de cada

¹² <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/o-que-fazer-no-rio-de-janeiro/noticia/2023/03/31/bandeira-que-beija-flor-levou-para-sapucaí-no-carnaval-deste-ano-e-colocada-em-exposicao-no-mam-rio.ghtml> Consultado: 1/09/2023

¹³ <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/roda-de-samba/leandro-vieira-inaugura-exposicao-no-paco-sobre-carnaval-da-mangueira-21469617.html> Consultado: 1/09/2023

¹⁴ <https://oglobo.globo.com/rio/carnaval-universidades-oferecem-cursos-de-pos-graduacao-mba-para-profissionais-de-folia-24279617> Consultado: 1/09/2023

um dos seus 10 desfiles já demandaria um esforço hercúleo. O foco da pesquisa, também previsto inicialmente, passa por discutir “quem” e “como” se ensina.

Contudo a lacuna aberta ainda aquece questionamentos e hipóteses nos meus pensamentos. Considero ser necessário esse esforço de entendimento da receptividade dos ensinamentos circulantes. A lógica da circulação proposta por Ginzburg e a mim sugerida em um evento acadêmico como este, me remeteu a um entendimento acerca dos movimentos que os saberes do carnaval proporcionam. Estes saberes vêm e vão do (e para o) seu povo; aquilo que, esteticamente, artisticamente e textualmente é bem apresentado por quem assina e assume a narrativa dos desfiles, o (a) carnavalesco (a), trata-se de um regalo ao folião que participa e consome os enredos e que, fundamentalmente, estimula a construção destes mesmos.

O que se nota na análise de enredos, seja pela leitura do Abre Alas, seja pela leitura do Roteiro dos Desfiles, é que a promoção de enredo se relaciona ao grau de pertencimento que ele pode provocar no folião que acompanha de perto ou longe a sua agremiação. A conexão dos enredos com temáticas ligadas ao mundo negro confirma também essa perspectiva. A leitura destas fontes de pesquisa e estudo podem servir ainda mais aos esforços nas buscas por novas metodologias de ensino e aprendizagem em história, tal como podem servir para reforçar (ou criticar) questões já (ou ainda não) levantadas pela historiografia.

Sendo a receptividade um assunto que ainda deve ser mais bem elaborado e questionado em pesquisas, fato é que o carnaval das escolas de samba do Rio de Janeiro pode suscitar uma série de calorosos debates e profundas questões. Existem canais de interlocução entre as agremiações e o seu público que ainda não foram esgotados analiticamente. Comunicar sobre a existência destes materiais já seria um grande feito deste breve texto. Rufino (2019, p.155), na sua pedagogia das encruzilhadas, afirma que palavras são invocação da presença. Assim sendo, que o mundo acadêmico abra suas alas para que muitos roteiros e desfiles ocupem seus espaços e horizontes!

Referências

BORDIEU, P. Sobre a televisão: seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

CASTILHO, Fabricio. O samba na escola: apoteose para uma educação antirracista. Rio de Janeiro: Carnavalize, 2022.

CHARTIER, Roger. Intellectual History or Sociocultural History? The French Trajectories. In: LACAPRA, Dominick; KAPLAN, Steven L. (Orgs.). Modern European Intellectual History: Reappraisals and New Perspectives. Ithaca: Cornell University Press, 1982.

FERREIRA, Marieta de M.; FRANCO, Renato. Aprendendo história: reflexão e ensino. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- GINZBURG, C. *O Queijo e Os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- LOPES, Nei; SIMAS, L. A. *Dicionário da História Social do Samba*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- MAUAD, Ana M. O carnaval da História Pública. In: ALMEIDA, Juniele R. de; MENESES, Sonia (Org.) *História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- MOREIRA, J. G. "Só com a ajuda do santo". O enredo como aliado para uma proposta de ensino intercultural de História. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.
- OLIOZI, Ana C. C. “O carnaval na TV: análise da transmissão dos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro nas telas das tvs Brasil e Globo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano, Universidade Federal Fluminense, 2019.
- RUFINO, Luiz. *Pedagogia das Encruzilhadas*- Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.
- SANTOS, Amanda B. Circularidade e hibridismo cultural: um testemunho iconográfico. In: BEZERRA, Ana Paula G. [et al.]. (Org.). *A historiografia para além do campo historiográfico: novos horizontes e perspectivas*. 1ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018, v.1, p. 1-8.
- SIMAS, L. A.; FABATO, Fábio. *Pra tudo começar na quinta-feira: o enredo dos enredos*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
- SOUSA, J. G. M. M. *Vestidos para Brilhar: Uma Epopeia dos Grandes Destaques do Carnaval*. Rio de Janeiro: Rico, 2018

A produção de saberes no Ensino de História e Relações Étnico-Raciais: a questão das Tecnologias Ancestrais

João Paulo Carneiro¹

Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ

Orientadora: Maria Aparecida da Silva Cabral

Coorientadora: Sonia Maria de Almeida I. Wanderley

Bolsista CAPES

Introdução

É preciso lembrar que no presente ano, celebra-se duas décadas da Lei 10.639/03. A referida lei foi sancionada pelo Presidente Lula e pelo Ministro Cristovam Buarque em 9 de janeiro de 2003. Torna-se importante lembrar que todo esse processo de construção e debate a respeito do Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira se deu em sua gênese através do Movimento Negro² e concretizado politicamente no dia 11 de março de 1999 pelos Deputados Federais Ester Grossi e por Bem-Hur Ferreira. Portanto, é nesse contexto histórico e político que se desenvolveu o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana, que traz em sua publicação de 2013 – em anexo - dois importantes parágrafos da Lei:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História da África e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileiras (BRASIL, 2013, p.75).

Nesse sentido, diante da relevância do Ensino de História na dimensão disciplinar, compreende-se neste trabalho que o Ensino de História seja contemplado de maneira interdisciplinar e transdisciplinar, ou seja, que se evite abordagens isoladas e fragmentadas (MORIN, 2012).

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2020, projeto: “Ensino de História e Historiografia Escolar: produção de saberes na perspectiva das relações Étnico-Raciais na Plataforma Educopédia”, sob orientação da Dr.^a Maria Aparecida da Silva Cabral e coorientação da Dr.^a Sonia Maria de Almeida I. Wanderley.

² Optou-se por apresentar o Movimento Negro na forma do singular e não do plural, devido a justificativa e o posicionamento ético-político de lideranças e militantes que, em sua maior fração se autodenominam no singular (PEREIRA, 2013).

Destaca-se que nesta construção visa-se compreender a produção de saberes a partir da temática das Relações Étnico-Raciais em uma ferramenta digital, disponível a professores e alunos utilizando como fonte documentos oficiais dos sites Rio Educa, Educopédia, Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, sobretudo a Plataforma Educopédia, compreendida nesta pesquisa como material didático (MONTEIRO, 2009). Serão analisadas as aulas digitais, os planos de aula e os demais recursos imbricados nas aulas: vídeos, filmes, games, jogos, podcast, enfim, os recursos no contexto das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), a partir do diálogo com diversas áreas e campos de saberes (CAPRA 2004; MORIN 2002; MATURANA; VARELA 1995), focalizando-se o pensamento sistêmico, a ecologia profunda, e o pensamento complexo para se pensar um Ensino de História na esfera das Relações Étnico-Raciais.

Outra dimensão que merece ser destacada, é quanto as Tecnologias Digitais serem pensadas como linguagem e não somente como ferramenta, pois para Sayad (2021), conceber o digital como ferramenta ou instrumento é reducionista.

Diante do exposto, para dar conta das exigências do XI Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social – Experiências e Saberes: história, política, tecnologias e resistência, 2023, este texto se divide em duas dimensões: 1) diálogos teóricos sob o olhar do paradigma científico emergente; 2) a perspectiva do letramento digital que se desdobra em – tecnorizomático, tecnoafetivo e tecnodiverso – instâncias cunhadas e mais bem explicitadas no decorrer do texto, e que se relacionam com as tecnologias ancestrais.

Diálogos teóricos: sob o olhar do paradigma científico emergente

Diante das múltiplas transformações através das interfaces digitais, do conhecimento em rede e dos novos suportes de leituras, criaram-se reflexões e perspectivas sobre as novas maneiras de ensino-aprendizagem, o que gerou debates a respeito dos novos saberes necessários no âmbito da cultura tecnologizada. Portanto, nessa dimensão consagraram-se dois blocos perante a necessidade de uma especialização tecnológica concernente os prós e contras: i) céticos (cyberpessimistas) e os; ii) otimistas (cyberutópicos). Segundo Costa e Lucchesi (2016, p. 340) é preciso um equilíbrio para evitar “uma simples oposição entre analógico/tradicional e digital/inovador, mas buscando identificar as vantagens e desvantagens oferecidas pela tecnologia digital no encontro da novidade com a experiência”. Sendo assim, apostamos nessa pesquisa que “é preciso aprender a navegar em um oceano de incertezas em meio a arquipélagos de certeza” (MORIN, 2002, p. 16), e no que tange o debate entre cyberpessimistas e

cyberutópicos, optou-se nesse trabalho por uma perspectiva da possibilidade ou na análise de Costa e Lucchesi (2016), numa esfera híbrida, sobretudo para tentar fugir e evitar a simplificação maniqueísta – entre o bem e o mal -, uma possível estratégia para se esquivar da armadilha de uma contemplação “encantada” da tecnologia de um lado e o total desprezo por outro, pois não existe neutralidade na/da tecnologia e seus suportes e interfaces não se podem ignorar as modificações em relação aos métodos, resultados e relações (COSTA; LUCCHESI, 2016).

Torna-se imprescindível reflexionar que, através da cultura digital, exige-se um processo de letramento digital, pois a escrita foi alterada em relação aos novos suportes. E com esses novos suportes – novos leitores e novas escritas -, abriram-se novas possibilidades, sobretudo narrativas não lineares (FICKERS, 2012). Sendo assim, o pensamento complexo se torna relevante a compreensão para pensar um Ensino de História numa dimensão das Relações Étnico-Raciais. Como qualquer outro conceito não está imune a críticas, e também não escapa de ser um território em disputas (ARROYO, 2013). Acreditamos que complexidade, assim como em sua raiz etimológica – do latim *complexus*, tecido junto -, carrega justamente a perspectiva de juntar os saberes como pôde ser observado por uma gama de pesquisadores (CAPRA, 2004; MORIN, 2011, 2002; MATURANA E VARELA, 1995).

Uma indispensável questão é apontada por Chartier (1999, p. 91) na esfera do texto eletrônico, quer dizer, “quando o suporte material confunde a distinção entre o autor e o leitor, entre a autoridade e a apropriação?”. Os leitores dos textos eletrônicos extrapolam em suas intervenções para além das margens dos livros impressos, eles podem interpor no cerne. No entanto, as múltiplas formas de leituras possuem o seu aspecto incomum. “Cada leitor, para cada uma de suas leituras, em cada circunstância, é singular”. (CHARTIER, 1999, p. 91). No entanto, o contexto histórico de cada leitor é regido por valores e normas que os caracterizam. Nesse sentido, as construções apontadas pelo paradigma emergente – tratadas neste texto como pensamento complexo, ecológico, processo e sistêmico -, buscam escapar do paradigma mecanicista -, no qual, um dos princípios arrolados na dimensão reducionista é a simplificação. Que não deve ser confundido com simplicidade (MORIN, 2011). É possível ser simples e complexo? De acordo com o autor parece que sim, pois o conceito de complexidade foi tecido na estrada sinalizada pelas falhas do “pensamento simplificador” (MORIN, 2011, p. 6). Estamos na “era da abundância”, segundo o historiador Fickers (2012). No entanto, torna-se importante pensar no que tange ao aspecto cognitivo na dimensão do pensamento complexo, de modo que, é possível tudo conhecer? De forma completa? Para o filósofo essa é uma questão

axiomática do pensamento complexo, ou seja, deseja-se conhecer em múltiplas dimensões, contudo a completude é impossível (MORIN, 2011).

Conexões e redes: possibilidades antirracista

A Cultura Digital é engendrada na esfera de uma visão de mundo, no qual as demandas contemporâneas exigem sujeitos conectados e interconectados numa sociedade cada vez mais tecnologizada. Segundo Costa, “tal interação representa um dos aspectos mais marcantes da cultura digital, que é essa capacidade de relação de indivíduos com os inúmeros ambientes de informação que o cercam” (COSTA, 2008, p.13). Logo, uma das características marcantes da cultura digital é a interatividade. Há mais. Interatividade que demanda novos leitores, novos sujeitos, novas necessidades, novas relações sociais e culturais. Costa (2019, p.14) defendeu em sua tese “o digital como condição de pensamento, dependendo menos do suporte empregado e mais das práticas culturais que envolvem seu uso”. Portanto, é preciso tentar extrair o potencial das tecnologias digitais, sobretudo para poder usá-las (COSTA, 2008).

Figura 1 – Aulas digitais, 6º ano.

Ordem	Nome da aula	Qtd. atividades	Plano	Apresentação	Habilidades
1	Para que aprender História?	31	📄	📄	📄
2	O tempo histórico	31	📄	📄	📄
3	A vida em sociedade: as relações sociais, regras e valores; a vida cotidiana	27	📄	📄	📄
4	Contar uma história: narrativa histórica	27	📄	📄	📄
5	Da África para outros continentes	31	📄	📄	📄
6	Os povos coletores-caçadores e os povos agricultores-pastores	29	📄	📄	📄
7	Como as diferentes culturas explicam a origem da vida humana	28	📄	📄	📄
8	A chegada dos primeiros grupos humanos à América	29	📄	📄	📄

Fonte: www.educpedia.com.br

Observa-se na figura acima, que as atividades estão divididas em 4 bimestres com 8 aulas para cada bimestre perfazendo um total de 128 aulas. Portanto, vislumbra-se, as temáticas, as aulas digitais – que podem se acessadas *offline* e *online*.

Figura 2 – Aula 6º ano, tema: da África para os outros continentes

Vamos relembrar o que você aprendeu na última aula?

Como você aprendeu, para que a pesquisa histórica seja possível é preciso reunir pistas, vestígios que os seres humanos do passado produziram. A essas pistas nós denominamos fontes históricas.

Quais são os tipos de Fontes Históricas?

Pense e acesse para relembrar o conteúdo da última aula:



Fonte: www.educupedia.com.br

Realizou-se este recorte referente às aulas, devido às exigências configurativas deste seminário. Nesse sentido, percebeu-se que o recurso didático utilizado nas construções dos conteúdos, como apontado acima, demonstrou a retomada da temática anterior para servir de base para o novo tema, isto é, buscar relações conceituais e suas aplicabilidades (LIBÂNEO, 2006). A aula de nº 5, selecionada com o tema: “Da África para os outros continentes”, fora construída para embasar a origem dos seres humanos, entretanto, no decorrer das aulas posteriores, o continente africano desaparece e o continente europeu desponta como protagonista soberano nas discussões, logo, constatando-se a permanência e continuidade de uma visão curricular eurocêntrica. O grande desafio é a superação da perspectiva eurocêntrica, pois ainda é forte e persistente como é bastante denunciada na literatura especializada. Entretanto, não há consenso entre os pesquisadores a respeito das possíveis soluções para superar a insistência da perspectiva eurocêntrica. Alguns intelectuais africanos – Séverine Kodjo-Grandvaux (Costa do Marfim), Souleymane Bachir Diagne (Senegal), Léonce Ndikumana (Burúndi), Kwasi Wiredu (Gana) e Kwame Anthony Appiah (Gana) – apostam numa abordagem afrocêntrica, ou seja, um conjunto de posturas centradas na dimensão de seus regionalismos, como se pode verificar na fala de Séverine Kodjo-Grandvaux: “Consequentemente, é fundamental que a filosofia africana se desenvolva no contexto do continente africano e que se comunique com uma audiência africana”. (apud MEDEIROS, 2016, p. 1). Por outro lado, Kwame Anthony Appiah, defende que o afrocentrismo é um conceito ultrapassado, pois, acredita que se deve aguçar entre as culturas o diálogo e reduzir os regionalismos (MEDEIROS, 2016).

Para Almeida (2019) a questão de um currículo afrocentrado é de suma relevância para o protagonismo da História Afro-brasileira e africana. A professora não está sozinha diante desse debate referente às abordagens e perspectivas nos centros acadêmicos no contexto brasileiro, todavia, também há os que divergem dessa vertente. Pereira e Souza (2014) apontam que não se trata de substituir o currículo eurocêntrico pelo afrocêntrico, mas uma educação que gere uma sociedade mais justa. Postura que se alinha ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana. De acordo com o documento “é importante destacar que não se trata de mudar o foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira”. (BRASIL, 2013, p. 91). Assim, observou-se que nada está fechado, ao contrário, são perspectivas e abordagens em disputas e construções, entretanto, como salienta as diretrizes, o relevante se dá na ampliação. Portanto, é nessa perspectiva de ampliação que apostamos neste texto.

Para além da abordagem mencionada, é preciso discutir no que diz respeito ao antirracismo no Ensino de História, o seguinte alerta: “Estamos cansados de saber que nem a escola nem nos livros onde mandam a gente estudar se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro e do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles” (GONZALEZ, 1982, p.5). Em vista disso, a folclorização é um dos aspectos que ainda nos desperta a atenção nos currículos de História, mesmo diante do reconhecimento e avanços trazidos através da Lei 10.639/03.

Para corroborar nesta dimensão, Lima (2014) lança o alerta para os cuidados que se deve ter no que tange à questão do Ensino de História da África e das Relações Raciais nos aspectos da simplificação, folclorização, maniqueísmo, idealização e preconceitos (e como lidar com eles), inclusive questiona e aponta possíveis soluções. Quais são os pontos em comum que podemos trabalhar em sala de aula? As redes de sociabilidade, solidariedade e religião. Mostra-nos que muitos são os desafios, tal é o caso de muitas Áfricas, pluralidade, diversidade e combinações e recombinações de identidades, haja vista que no Brasil houve a imigração forçada de diversas etnias, no tempo, no espaço, misturas, contatos, reinvenções de identidades. A pesquisadora sugere também como possibilidade no aspecto temático trabalhar com grandes temas, perspectiva comparada e global. Designa os problemas que ainda enfrentamos tais como, formação, bibliografia para estudo, bibliografia didática, pesquisa e a necessidade de como romper com estereótipos. No que abarca o quesito relacional com o currículo de História a

professora destaca a África e o surgimento da espécie humana, África na Antiguidade, a construção da História como conhecimento – fontes, métodos e a história da África. Portanto, o recorte da aula digital evocada anteriormente traz como potência uma importante fonte para a história da humanidade constituída no território africano (LIMA, 2006). Há mais: um elemento importante para a práxis antirracista contrapondo a visão antropocêntrica ainda enraizada no Ensino de História (GUIMARÃES, 2012).

Tecnologias Ancestrais numa perspectiva: tecnorizomático, tecnoafetivo e tecnodiverso

Uma questão de suma importância para atingir os pontos que se deseja articular nessa pesquisa referente ao Ensino de História na perspectiva das Relações Étnico-Raciais – tecnoafetividade, tecnodiversidade e tecnorizomático - tange ao aspecto de que cada sujeito no desenvolvimento de sua cosmovisão o faz mediante a sua autopercepção; ainda que o sujeito não seja escolarizado não significa que o mesmo não produza saberes, metacognição - é importante frisar que autopercepção nesse texto se trata de encadear a “consciência” na descrição da “mente ou cognição”, pois nessa dimensão “estamos cientes de que estamos cientes. Não somente sabemos; também sabemos que sabemos” (CAPRA, 2004, p. 224). Portanto, é nessa articulação que o autor compreende e instrumentaliza o termo consciência, sobretudo na perspectiva do paradigma da emergência - etimologicamente paradigma deriva do termo grego [paradéigma] e carrega um sentido comum: modelo, padrão. O paradigma da emergência é tratado nessa pesquisa como o oposto ao paradigma cartesiano do projeto de modernidade - (CAPRA, 2004; MATURANA E VARELA, 1995; MORIN, 2011).

Para contribuir no debate proposto, sobretudo na dimensão das artesanias do povo negro – compreendido nesta pesquisa como tecnologias ancestrais - Foucault (1994) aponta relevantes questões.

O que me surpreende, em nossa sociedade, é que a arte se relacione apenas com objetos e não com indivíduos ou a vida; e que também seja um domínio especializado, um domínio de peritos, que são os artistas. Mas a vida de todo indivíduo não poderia ser uma obra de arte? Por que uma mesa ou uma casa são objetos de arte, mas nossas vidas não? (FOUCAULT, 1994, p. 617).

A provocação do filósofo é fantástica, é nesse sentido que pensamos o Movimento Negro: um organismo vivo, um ecossistema, uma artesanias viva e resistente, um processo de construção criativa, portanto, uma tecnologia ancestral. Não foram as engenhosidades humanas e suas artesanias no âmbito dos mais variados espaços/tempos que se originaram uma gama de tecnologias? Kenski (2012) afirma que tecnologia é poder, também se pode dizer que tecnologia

é resistência, e nesse conjunto de artesanias ancestrais reside a inovação, a inventividade, a criatividade, os saberes, o poder e a resistência, é o que chamamos neste texto de Tecnologias Ancestrais.

As sementes das Tecnologias Ancestrais

Torna-se necessário olhar para trás ou dito de outra maneira; é preciso olhar para o passado. O legado deixado pelos ancestrais são sementes, essas sementes lançadas no processo histórico foram morrendo e germinando nos corações, nas comunidades, nos movimentos, nos saberes, nos modos de produzir, nos modos de existir, de ser, de conviver, de sobreviver, de criar, de inventar, de se reinventar, de se descobrir, de se ressignificar. Nesse sentido, todo esse processo de conhecimento em rede é reconhecido nesta pesquisa como – sementes e ensino tecnorizomático e as abordagens dos legados ancestrais; de tecnologias ancestrais. Muitos são os legados, sobretudo na dimensão descrita por Nascimento (2009).

O ideograma Sankofa remete à missão e ao momento de recuperar a dignidade humana desses povos. Espalhados pelo mundo, africanos e seus descendentes se reconhecem herdeiros de uma civilização que engendrou a escrita, a astronomia, a matemática, a engenharia, a medicina, a filosofia e o teatro. O conhecimento e o desenvolvimento permeiam a história da África, em sistemas de escrita, avanços tecnológicos, estados políticos organizados, tradições epistemológicas (NASCIMENTO, 2009, p. 22).

Na riqueza do simbolismo ADINKRA, escolhemos uma das muitas representações, devido sua estreita relação com a ciência história – Sankofa. “Nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou para trás. Símbolo da sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro” (NASCIMENTO; GÁ, 2009, p. 40). É importante salientar que existem inúmeros símbolos, porém como já explicitamos, a redução se dá no contexto do formato para este seminário.

Figura 3 – Sankofa



Fonte: NASCIMENTO, E. L.; GÁ, L. C. Adinkra: sabedoria em símbolos africanos. RJ: Pallas, 2009, p. 41.

O ideograma Sankofa é conhecido por algumas formas, entretanto, uma das mais utilizadas pela comunidade negra na contemporaneidade é a do pássaro com o bico para trás. Adinkra é um antigo sistema africano de escrita. A escrita é uma tecnologia? Sem dúvida nenhuma. Parece óbvio ou retórico o questionamento, mas se levarmos em consideração que o projeto de poder da modernidade “negou que a África tivesse história alegando que seus povos nunca criaram sistemas de escrita. Ledo engano, pois, além dos hieróglifos egípcios, existem inúmeras escritas africanas antes da escrita árabe” (NASCIMENTO, 2009, p. 23). Há mais. Para além das dimensões tradicionais e estéticas também se somam uma gama de saberes, inclusive de cunho histórico e filosófico. No que tange ao processo histórico, convidamos mais uma vez, Nascimento (2009) para uma breve apresentação.

De acordo com a história oral, o conjunto dos Adinkra tem origem numa guerra que o rei dos asante – Asantehene – Osei Bonsu moveu contra o rei Kofi Adinkra de Gyaaman, hoje uma região da Costa do Marfim. O rei Adinkra teve a audácia de copiar o gwa, nbanco real do Asantehene e símbolo da sabedoria e do poder do Estado. Assim provocou a ira do Asantehene, que foi à luta. Vencida a guerra, os asante dominaram a arte adinkra, passando a ampliar o espaço geográfico onde impunham sua presença. Antes disso, eram patrimônio dos mallan e dos denkyra, povos da África ocidental que desenvolveram a técnica no passado remoto (NASCIMENTO, 2009, p. 22).

Precisamos entender também que não se deve separar – especialidade do paradigma mecanicista ocidental europeu de se fazer ciência -, as relações entre os diversos saberes e a espiritualidade. Pensar as Tecnologias Ancestrais na esfera de suas epistemologias se torna indissociável a espiritualidade.

No tuí (Twi), a língua dos povos acã (Akan), a palavra adinkra significa literalmente “despedida”, “gesto de adeus”. [...] Vejamos, agora, a palavra “adinkra” pode se decompor em “di nkra”, ou seja, “despedir-se do Kra”, termo este que os dicionários traduzem como ‘alma’. Entretanto, muito mais do que isso, esse elemento constitutivo do ser humano (além do sunsum, caráter, personalidade; o ntoro, “anjo-da-guarda”; o mogya, corpo físico; e o tumi, a força vital no sentido estrito) é para os acã, a própria manifestação da força humana, élan vital, sendo, ainda, o condutor do destino do indivíduo, o qual emana de Onyame, o Ser Supremo (LOPES, 2009, p. 30)

O excerto acima nos auxilia na constatação da indissociabilidade no quesito da espiritualidade em relação aos demais processos da existência para as sociedades africanas. Deste modo, os símbolos adinkras vão além do campo do simbolismo e adentram uma esfera complexa – epistemologicamente associamos essa complexidade ao sentido aplicado diante do pensamento complexo de Morin (2011), isto é, de ser tecido junto -, no qual “antes de uma pessoa nascer – dizem os acã -, o Kra comparece perante Onyame, que lhe dá um destino para

cumprir” (NASCIMENTO, 2009, p. 30.). Conseqüentemente, um processo de Tecnologia Ancestral.

Conclusões

Nosso principal objetivo foi provocar os leitores diante das possibilidades e potências dos processos de artesanias do povo negro no âmbito das Tecnologias Ancestrais. E ampliar a discussão dos artefatos tecnológicos na dimensão das Relações Étnico-Raciais, sobretudo no campo do Ensino de História. Procuramos vislumbrar todo esse processo através do paradigma emergente, amparado e tecido nos pilares teóricos da ecologia profunda, do ecossistema, do pensamento complexo e sistêmico. Também buscamos relacionar neste texto conceitos e categorias que cunhamos no desenvolvimento desta pesquisa, a saber: um ensino tecnorizomático, tecnoafetivo e da tecnodiversidade. Com isso, visamos contribuir para uma educação antirracista na trajetória de duas décadas do processo de construção da Lei 10.639/03, especialmente no contexto de uma sociedade tecnologizada e do material didático exposto neste texto.

Referências

- ALMEIDA, C.V.A. **Currículo afrocentrado: implicações para a formação docente**. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação, n. 31, mai-out/2019, p. 71-86.
- ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, DF: MEC: CONSED: UNDIME, 2018.
- BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013, p. 104.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.
- CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- COSTA, R. da. **A cultura digital**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- COSTA, M. A. da; LUCCHESI, A. **Historiografia escolar digital: dúvidas, possibilidades experimentação**. In: MAYNARD, Dilton C. S; SOUZA, Josefa E. (Orgs.). **História, sociedade, pensamento educacional: experiências e perspectivas**. Rio de Janeiro/Pernambuco: EDUPE, 2016, p. 336-366.
- COSTA, M. A. F. da. **Ensino de História e Historiografia Escolar Digital**. Rio de Janeiro, 2019. 232 f. Tese de Doutorado e História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Centro de Ciências Humanas e Sociais, RJ, 2019.
- EDUCOPÉDIA. Disponível em: <http://www.educopedia.com.br/SobreEducopedia.aspx>. Acesso em: 12 de fev. de 2023.
- FICKERS, A. **Historicism? Doing History In The Age Of Abundance**. Journal of European Television History and Culture, 2012, 1, 1–9.

- FOUCAULT, M. À propos de la généalogie de l'éthique: un aperçu du travail en course. In: FOUCAULT, M. Dits et écrits (1980-1988). Paris: Gallinard, 1994. V. 4, p. 609-631. **Entrevista com H. Dreyfus e P. Rabinow**, 2ª versão.
- GONZALEZ, L. **Jornal Mulherio**, Ano II, N° 5, Jan/Fev, de 1982, p. 5.
- GUIMARÃES, A.S.A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2012.
- KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- LIMA, M. História da África: temas e questões para a sala de aula. In: OLIVEIRA, I; SISS, A. (Orgs.). **Caderno PENESB V. 7**, Niterói, RJ: EDUFF, 2006, p. 73-105.
- LIMA, M. Palestra realizada no dia 13 de novembro de 2014. **ANPUH ideias: ensino de História da África e das Relações Raciais nas Américas**. Auditório do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- LOPES, N. Se a floresta te abriga. In: NASCIMENTO, Elisa L; GÁ, Luiz Carlos. (Orgs.). **Adinkra**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009, p 30-32.
- MATURANA, H. E VARELA, F. J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. Campinas, SP: Editora Psy II, 1995.
- MEDEIROS, D. **Cinco pensadores modernos africanos que tratam de identidade, língua e regionalismo**. Portal Geledés. Traduzido pela Tradução editada por Débora Medeiros como parte do projeto Global Voices Língua Voices, 8 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cinco-pensadores-modernos-africanos-que-tratam-de-identidade-lingua-e-regionalismo/>. Acesso em: 04 de novembro de 2021.
- MONTEIRO, A. M. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de História. MAGALHÃES, Marcelo de Souza. REZNIK, L. ROCHA, H. (Orgs.). **A História na escola: autores, livros e leituras**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009, p. 177-199.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- MORIN, E. Articular os saberes. In: ALVES, Nilda e GARCIA, Regina Leite. (Orgs.). **O sentido da escola**. 3ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 65-80.
- NASCIMENTO, Elisa L. O simbolismo dos Adinkras. In: NASCIMENTO, Elisa L; GÁ, Luiz Carlos. (Orgs.). **Adinkra**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009, p. 22-29.
- NASCIMENTO, Elisa L. O movimento social Afro-Brasileiro no século XX: um berço sucinto. In: NASCIMENTO, Elisa L. (Org.). **Cultura em movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 93-178.
- PEREIRA, A.A. Palestra realizada no dia 13 de novembro de 2014. **ANPUH ideias: ensino de História da África e das Relações Raciais nas Américas**. Auditório do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.
- RIOEDUCOPÉDIA. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/web/rioeduca/rioeducaemcasa>. Acesso em: 30 de nov. de 2022.
- SAYAD, A. Le V. **Tecnologia digital não é ferramenta, mas linguagem**. Revista Educação. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2021/02/09/tecnologia-digital-linguagem/>. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

O conspiracionismo na direita estadunidense da década de 1990

João Victor da M. Uzer Lima¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Rafael Vaz da Motta Brandão
Bolsista CAPES

Inrodução: Tradição e conspiração: teorias da conspiração nos Estados Unidos

Segundo Brian Keeley (1999, p. 116) as principais características de teorias da conspiração são: 1) ser uma explicação contrária às reconhecidas como oficiais; 2) ter as verdadeiras intenções invariavelmente nefastas; 3) procurar unir eventos aparentemente não relacionados; 4) ter as verdades por trás dos eventos como segredos bem guardados, mesmo que os conspiradores sejam pessoas públicas; e, 5) ter como principais ferramentas os “dados errantes”. Estes, segundo o Keeley (1999, p. 118), são os dados que não são explicados pelas versões oficiais ou que, se explicados, as contradizem. Keeleny (199, p. 120) ainda ressalta que este tipo de pensamento é tentador pois, aparentemente, apresenta explicações que contemplam tanto os “dados oficiais” quanto os “errantes”, sendo, portanto, explicações “completas”.

A grade maioria das teorias da conspiração contradizem explicações comuns para eventos públicos e históricos, e desconfiam da política. Em muitos aspectos, o pensamento conspiratório aproxima-se mais de um produto de uma visão paranoica e fantasiosa da política que do resultado da disseminação de desinformação. Conforme Eric Oliver e Thomas J. Wood.

Não apenas metade da população americana concorda com, pelo menos, uma conspiração de uma lista restrita de teorias de conspiração oferecidas, mas também grandes porções da população exibem uma forte inclinação a acreditar que existem forças intencionais invisíveis e que a história é dirigida por um maniqueísta luta entre o bem e o mal, particularmente na alta proporção de americanos que acreditam que estamos vivendo no “fim dos tempos” bíblico (OLIVER; WOOD, 2014 p. 964).

O conspiracionismo não é uma excepcionalidade na história política estadunidense. De fato a própria premissa de fundação do país repousa numa crença que pode ser definida como conspiratória. De acordo com Hünemörder (2003, p. 59), os colonos na América estavam dispostos a conceder ao parlamento inglês o direito de arrecadar dinheiro das colônias, mas as pesadas medidas da segunda metade do século XVIII estavam se sobrepondo às tradições de autogoverno dos americanos. Segundo Hünemörder (2003, p. 60), vários colonos passaram a

¹Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2020, projeto: “Pagos para pensar: A relação entre think tanks e universidades nos Estados Unidos (2001 – 2016)”, sob orientação do Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão, bolsista: CAPES.

circular a teoria de que as leis eram “um passo inicial em um plano maior elaborado por golpistas dentro do governo inglês a fim de destruir os direitos dos ingleses na América”. Portanto, alimentados pela forma conspiratória de ver a política, acreditavam “que as crises sucessivas não eram o resultado de um mal-entendido ou de um conflito político normal sobre interesses negociáveis”, mas sim “deliberadamente planejadas por um poderoso grupo do governo inglês para colocar a América de joelhos” (HÜMEMÖRDER, 2003, p. 60).

Esta forma paranoica de racionalizar a política popularizou-se nos Estados Unidos. Os debates acerca da Constituição – entre federalistas e anti-federalistas (ou confederalistas) – promoveu suas próprias teorias conspiratórias. Em suma, segundo Fisher (2003, p. 73), os federalistas propunham uma Constituição nacional que substituísse as constituições estaduais. Por outro lado, os confederalistas temiam que uma autoridade centralizada representasse um retrocesso aos tempos coloniais. Por fim, a Constituição foi aprovada, mas não sem emendas, sendo a *Bill of Rights* as mais famosas. Tanto a Constituição quanto a *Bill of Rights* foram, segundo Tota (2009, p. 68), baseadas na crença na liberdade do ser humano para escolher onde e como viver. Mas para Fisher (2003, p. 75), a *Bill of Rights* trata-se do resultado do medo de uma conspiração federalista.

Foi na década de 1950 que o pensamento conspiratório tornou-se instrumento político institucionalizado. Conforme Vidal e Wierchikoski (2019, p. 110 – 111), os movimentos conservadores desenvolvidos em resposta às políticas dos democratas dos anos 1930 agruparam-se em três grandes grupos: os libertários, os tradicionalistas e os anticomunistas intervencionistas. Até os anos 1950 lhes faltava uma “ideologia própria, ou mesmo uma ‘cola’ que as unisse e as fizesse mais identificáveis aos olhos da população e dos partidos políticos” (VIDAL; WIERCHIKOSKI, 2019, p. 112). E essa “cola” foi moldada a partir de três princípios: 1) Aversão ao bem-estar social e ao poder do Estado sobre a economia; 2) Retomada da moralidade e das tradições religiosas; e 3) O combate ao comunismo. Desde os anos 1930 os *think tanks* conservadores atuavam no primeiro princípio, mas foi a partir dos anos 1950 e estas instituições efetivamente apresentaram-se como atores políticos, promovendo também os outros dois princípios. Diversos *think tanks* neoliberais formaram-se e popularizaram-se nesse contexto. O *American Enterprise Institute for Public Policy Research*, ou apenas *American Enterprise Institute* (AEI); A *The Hoover Institution on War, Revolution, and Peace*; a *Foundation for Economic Education* (FEE); a *Mont Pelerin Society* (MPS); A *John Olin Foudation*; a *John Birch Society* (JBS); e mais.

O medo de sucumbir ao comunismo e perder suas liberdades, ou de ser proibido de professar sua fé, que este “novo conservadorismo” sustentava, promovia comportamentos ou discursos que podem ser compreendidos como paranoicos/conspiratórios². Em suma, conservadorismo estadunidense formou-se nos anos 1960 através da ação de *think tanks*, a partir da “defesa do livre mercado”, dos “valores cristãos” e do combate ao comunismo. Sendo esse último o grande inimigo explícito, pois as ações dos comunistas atacariam as liberdades econômicas e religiosas. No entanto, ao final da Guerra Fria e com o fim do bloco soviético, o vácuo de poder desestabilizou essa já tradicional visão de mundo.

A Nova ordem mundial

Conforme Josep Fontana (1998, p. 17), a queda dos regimes soviético no leste europeu “pareceu o momento adequado para fundamentar um novo e duradouro consenso que devia deixar firmemente assentada a convicção de que toda tentativa de subverter a ordem estabelecida era inútil”. Em 1988, o economista Francis Fukuyama foi convidado para discursar no *John Olin Center*, em Chicago. Deste encontro originou-se o artigo *The End of History?*. Que em seguida foi transformado em livro. Em linhas gerais, a tese de Fukuyama (1992, p. 13) defendia que o liberalismo estava acompanhado da liberdade e da democracia e que este modelo seria, portanto, o “melhor” para os países – nas palavras do autor – civilizados.

Na mesma época, o Pentágono desenvolveu o *Defense Planning Guidance*. O documento, de caráter sigiloso, defendia que os Estados Unidos deveria assegurar que seria a única superpotência global. Dessa forma, deveria impedir que qualquer poder hostil emergisse em espaços estratégicos. Mais especificamente no oriente médio, os Estados Unidos deveriam permanecer presentes como poder dominante para certificar o acesso ao petróleo. Como demonstra Paulo Visentini (2015, p. 71), a ONU foi ferramenta dessa busca. Do meado dos anos 1980 em diante, o poder dos Estados Unidos cresceu na instituição e 13 intervenções em países foram realizadas entre 1988 e 1993, o mesmo número de intervenções realizadas entre 1945 e 1987. Foi neste contexto que o presidente George H. W Bush anunciou a existência de uma “nova ordem mundial”. Como no dia 11 de setembro de 1990:

Desses tempos difíceis, nosso quinto objetivo – uma nova ordem mundial – pode emergir: uma nova era – mais livre da ameaça do terror, mais forte na busca da justiça e mais segura na busca da paz. [...] Centenas de gerações procuraram este caminho indescritível para a paz, enquanto mil guerras assolavam a extensão do esforço

² Em trabalho anterior exploramos a formação dessa elite e suas bases conspiratórias. Para mais, ver: UZER, João Victor. Por Deus, pela pátria e contra o comunismo: as bases conspiratórias do conservadorismo estadunidense nos anos 1960. In: *X Seminário Interno do PPGHS*, 2022, São Gonçalo. Anais do X Seminário Interno do PPGHS, 2022. p. 470-480.

humano. Hoje esse novo mundo está lutando para nascer, um mundo bem diferente daquele que conhecemos (BUSH, 1990).

De acordo com Bart Kessler (1997, p. 8), o termo foi rapidamente adotado no léxico político estadunidense, mas não houve consenso sobre seu significado. Segundo o autor, três interpretações foram debatidas: 1) Realista, com foco no equilíbrio de poderes entre Estados; 2) Globalista, com foco em uma organização internacional mediadora, como a ONU; e 3) idealista, com caráter retórico, ilustrando “mudança”. Embora seja um termo dos anos 1990, apresentado como proposta para o mundo pós-guerra fria, o cerne dessa visão de mundo e política internacional encontra-se, de acordo com Kessler (1997, p. 9), no *Council on Foreign Relations* (CFR) nos anos 1950.

O CFR é um tradicional *think tank* criado na década de 1920 dedicado a discutir assuntos das relações internacionais. Com relevante atuação política na década de 1940, atuou junto da casa branca na elaboração de políticas para o pós-segunda guerra. Walter Sharp, líder de um dos grupos de estudos do *War and Peace Studies Program* (grupo formado para promover ideias e políticas para o pós-guerra) escreveu sobre o que chamou de “fetichismo popular pela soberania”. Sharp afirmou que populações de países soberanos gerariam resistência a intervenções intencionais de outros países. A alternativa para “driblar” essa resistência seria a instauração de uma “sociedade internacional que seja fisicamente segura, economicamente estável e culturalmente livre” (SCHULZINGER, 1984, p. 85). Além, o programa recomendou que esta organização realizasse um papel fiscalizador e policial. Uma política internacional beligerante foi reconhecida como prejudicial, “As nações agressoras devem ser frustradas pela força coletiva” (KESSLER, 1997, p. 26). Portanto, embora o termo “nova ordem mundial” tenha sido empregado apenas após o fim da Guerra Fria, seus princípios estavam em debate desde os anos 1950.

Em dezembro de 1991, Irvil Kristol (fundador da revista *National Interest* e proeminente neoconservador) discursou no AEI sobre o futuro do capitalismo no mundo pós-guerra fria: “O socialismo está morto, mas as versões do impulso coletivista vivem. Você não precisa ser socialista para desconfiar ou até mesmo destruir uma economia de mercado”. Enquanto Fukuyama desenvolvia o “Fim da história?” e o CFR re-debatia a “Nova Ordem Mundial”, Kristol argumentava que a “morte do socialismo” não implicava na vitória do capitalismo. Mas, apesar disso, Kristol (1991) reconheceu que “as pessoas em todas as democracias, e também na maioria dos outros países, decidiram que a economia de mercado é de longe a mais desejável de todas as alternativas possíveis”. De forma que o grande problema a ser enfrentado pelos

conservadores e defensores do livre mercado para a “nova era” não seria de ordem econômica ou política, mas cultural.

A maior “agressão” da pós-modernidade seria, conforme Kristol, a desconstrução de valores tradicionais herdados das religiões. Embora as religiões tenham sido afastadas das organizações diretas de poder, seus valores e símbolos foram secularizados. Segundo Kristol (1991), acreditava-se que “a filosofia racional poderia ser invocada para chegar a um código que, se não fosse idêntico ao da religião, fosse suficientemente congruente com ele”. Porém, o “racionalismo secular foi incapaz de produzir um código moral convincente e autojustificativo.” E, na prática, houve uma negação do “racionalismo secular e humanismo secular em favor de um relativismo e/ou niilismo intelectual e moral”.

Neste contexto, em outubro de 1992, Samuel Huntington foi convidado para discursar no AEI. Sua fala recebeu o título de “o choque de civilizações?”. Segundo Josep Fontana, a tese de Huntington foi promovida pela *Olin Foundation* após a constatação de que a tese do Fim da História (que tornava-se livro na mesma época, 1992) perdia força. Nas palavras de Fontana (1998, p. 20): “Fukuyama saía rapidamente de moda”. A estratégia adotada para promover a nova tese foi a mesma elaborada para a anterior, a publicação em uma revista de grande circulação. Em 1993 o artigo *The Clash of Civilizations?* Foi publicado pela *Foreign Affairs*, do CFR e, anos depois, em livro. Em linhas gerais, a tese de Huntington (1996, p. 13) afirma que a natureza dos conflitos internacionais na história podem ser compreendidos de forma periódica. A tese compreendia “civilização” como uma entidade cultural, não ligada à etnia ou nacionalidade. De forma que, poder-se-ia ter povos de uma mesma “raça” divididos em diferentes civilizações. Foram listadas nove grandes civilizações: Ocidental; Africana; Isâmica; Sínica; Hindu, Latino-Americana e Japonesa. A distinção entre civilizações seria, sobre tudo, de valores e crenças estruturais. Neste princípio, Huntington conclui que a civilização islâmica estaria em “rota de colisão” com a ocidental.

Em suma, como resume Benjamin Barber (2003, p. 81), as teorias analíticas para as relações internacionais nos finais dos anos 1980 e inícios dos 1990, resumiam-se em dois cenários possíveis: 1) uma contínua disputa entre Estados cada vez mais “tribalizados”, lançando culturas versus culturas, povos versus povos e tribos versus tribos (como a Choque de Civilizações); ou 2) um “triunfo” tecnológico em um “futuro em tons pastéis” no qual as demandas econômicas e ecológicas foram uniformizadas e os povos “enfeitados” na lógica do consumo instantâneo (como a Fim da História ou a Nova Ordem Mundial). A primeira “prevendo” uma Babel e a segunda uma Disneylândia. No entanto, para Barber, as duas

hipóteses estavam certas e erradas ao mesmo tempo. Ao mesmo passo em que a economia global tornou-se mais cosmopolita e progressivamente descentralizada, as políticas e disputas regionais foram intensificadas.

No entanto, como dito acima, o novo conservadorismo estadunidense modelou-se ao longo da década de 1950 e 1960 através da fusão de três grandes correntes proeminentes nas direitas do país: a defesa do livre mercado, a defesa dos valores tradicionais e religiosos e o anticomunismo. Os defensores do livre mercado encontraram-se nos debates sobre a Nova Ordem Mundial e o Fim da História na perspectiva de abertura de mercado. Os defensores dos valores tradicionais e religiosos, por sua vez, encontraram no Choque de Civilizações uma autoafirmação. Por outro lado, a ala conspiratória que até então nutria-se do anticomunismo encontrou-se órfã da União Soviética.

A ameaça do governo global

Em meados do século XIX o pastor britânico John Nelson Darby passou a professar que no fim dos tempos o Anticristo se tornaria o líder de uma organização mundial ditatorial e, com o poder, procuraria garantir a construção do mundo para Satanás (BARKUN, 2013, p. 42). Nos Estados Unidos, essa visão de mundo começou a reverberar no início dos anos 1920 com protestos de religiosos contra a Liga das Nações, enxergada como a “instituição que aguardava a mão controladora do Anticristo” (BARKUN, 2013, p. 42).

De acordo com Barkun (2013, p. 45) houve nos EUA um processo de mutação da imagem do Anticristo. Para muitos grupos religiosos, o Anticristo deixou de ser entendido como um indivíduo, mas passou a representar também um “sistema de controle”. Foi neste sentido que grupos religiosos extremistas reconheceram na fala de George H. W. Bush sobre a Nova Ordem Mundial um anúncio de que a “rede de forças do Anticristo avançou tanto que eles poderiam arriscar falar sobre isso publicamente” (BARKUN, 2013, p. 45). Mas o caráter religioso da teoria conspiratória contra a dominação global, que veio a ser batizada de “nova ordem mundial”, corresponde apenas a uma de suas vertentes, a religiosa. A outra vertente, a secular, manifestou-se a partir da “ameaça Illuminati” e é igualmente antiga.

O livro *Proofs of a Conspiracy*, de Robison, publicado em 1798, marca o nascimento da teoria de que a Revolução Francesa havia sido o resultado de um plano dos Illuminati e maçons para derrubar todos os governos e religiões e estabelecer um governo mundial. De acordo com Hofstadter (2012, p. 9), notícias da Revolução Francesa geraram desconfiança e pânico entre os religiosos na Nova Inglaterra sobre a democracia recém-instaurada nos Estados Unidos.

Autoridades religiosas temiam que a “América” tinha sido vítima de uma “trama jacobina desencadeada pelo iluminismo” (HOFSTADTER, 2012, p. 9). Defensor dessa hipótese, Timothy Dwight (na época, presidente da Universidade de Yale), pregou em seu discurso *The Duty of Americans in the Present Crisis* contra a influência iluminista (e illuminati) na política estadunidense. Para Hofstadter (2012, p. 10), embora tenha sido diluído com o tempo, esse pânico crescido no final dos anos 1780 limitado a região da Nova Inglaterra, ajudou a fundamentar junto aos religiosos a crença de que haveria um plano externo para dominar os Estados Unidos. O que deu início a junção da vertente religiosa (Anticristo) com a secular (Illuminati) da teoria da “nova ordem mundial”.

Para os anticomunistas instrumentalizados pelo movimento conservador das décadas de 1950 e 1960, a luta contra o comunismo ia além da defesa dos Estados Unidos ou da democracia. A União Soviética, Marx, o CFR e o comunismo como ideologia eram ferramentas de uma sociedade secreta satânica. A Guerra Fria tratava-se literalmente de uma luta do “bem” contra o “mal”. A ameaça não seria uma dominação *do* comunismo, mas *através do* comunismo. Em 1988, James Perloff (1990, p. 221) publicou *The Shadow Of Power: The Council On Foreign Relations And The American Decline* no qual repercutia a teoria de que o CFR seria um braço do comunismo internacional para instaurar uma “nova ordem mundial”. Na obra lê-se: “Nós, americanos, devemos fazer uma escolha - liberdade ou nova ordem mundial. Se esperarmos demais, uma crise nacional pode nos levar à decisão errada de forma irrevogável. Talvez com a ajuda da *The John Birch Society*, possamos frustrar os fins do globalismo.”

Assim, ainda conforme Barkun (2013, p. 63), o fim da União Soviética representou uma mudança também para o pensamento conspiratório. “A União Soviética não era simplesmente um inimigo, era o inimigo, o império do mal contra o qual todos os recursos americanos e do ‘mundo livre’ foram mobilizados”. No mesmo ano em que Bush usou o termo Nova Ordem Mundial”, Milton William Cooper publicou seu livro *Behold a Pale Horse*. De acordo com Barkun (2013, p. 60), o livro de Cooper apresenta a mais complexa superconspiração e tornou-se uma das obras mais influentes no campo. Cooper remonta as origens “diabólicas” da teoria, classificando-a como “luciferiana”. Além, categoricamente afirmar: “o *Council on Foreign Relations* controla nosso governo”, “O objetivo do *Council on Foreign Relations* é uma Nova Ordem Mundial” e “George Bush é membro do CFR”. Cooper alega que os “verdadeiros patriotas” são perseguidos:

O governo federal direcionou suas atividades de inteligência contra um grupo de americanos. Na página 166, a primeira classificação listada é de direitistas e grupos anticomunistas. E o primeiro grupo na página 167 sobre vigilância do Exército lista a

John Birch Society como o alvo número 1 e os *Young Americans for Freedom* como o alvo número 2. Portanto, o grupo de cidadãos norte-americanos considerados o maior inimigo dos Estados Unidos, pelo governo federal, neste momento, é o patriota conservador, e aqueles que fazem valer a Constituição e os direitos individuais (COOPER, 1991, p. 149)

Para os teóricos da conspiração, as eleições de 1992 foram uma farsa. De um lado estava George H W Bush, um republicano ex-membro do governo Reagan, mas membro do *Council on Foreign Relations*, portanto, membro da “elite globalista”. Do outro lado, Bill Clinton, um democrata da elite global, também membro do CFR. William Jasper, jornalista que desde 1976 trabalhava e publicava pela JBS, em 1992 publicou *Global Tyranny, step by step*, no qual denunciava o “poder oculto” do CFR. Jasper (1992, p. 241) alegava que desde Dwight D. Eisenhower o CFR “controla” a Casa Branca, a prova seria o número de membros de profissionais do think tank trabalhando diretamente com o gabinete presidencial, tendo, inclusive, presidentes em exercício como membros.

Em janeiro de 1998 Hillary Clinton afirmou que o escândalo Lewisky era, na verdade, parte de uma “grande conspiração da direita” contra seu marido. Conforme Girard (2003, p. 157) A família Clinton de fato foi alvo de diferentes teorias da conspiração ao início dos anos 1990. Em 1992 Joel Bainerman publicou o livro *Crimes of a President* no qual denunciava o envolvimento direto de George W. H. Bush e de Ronald Reagan com traficantes de armas para a Nicarágua. Bainerman alegou que o governo federal recrutou traficantes de drogas, como Barry Seal, para traficar armas e treinar rebeldes na Nicarágua. Uma das portas de entradas nos Estados Unidos seria em Mena, Arkansas. Quando Clinton, então governador do Estado, se recusou a iniciar uma investigação sobre a “conspiração de Mena”, ele também foi acusado de integrar o esquema (GIRARD, 2003, p. 157). Larry Nichols, ex-funcionário da administração estadual de Arkansas, que trabalhou para Clinton entre 1988 e 1990, afirmou em diversas entrevistas que possuía evidências de que Clinton usou o aeroporto de Mena para contrabando de drogas e que por isso corria risco de ser assassinado (GIRARD, 2003, p. 158).

Assassinatos políticos compunham considerável parcela das teorias sobre a família Clinton. O suicídio de Vince Foster (Conselheiro da Casa Branca) em 1993 foi apontado como queima de arquivo, já que Foster era sócio da *Rose Law Firm*, de Hillary Clinton, e arquivos pessoais haviam desaparecido de seu escritório (MCHOMEY, 2003, p. 177). A morte do secretário de comércio Ron Brown, em um acidente de avião em 1996, também foi levantada como queima de arquivo. A falta de raios-X da cabeça do secretário seria prova de que ele, na verdade, havia sido executado. Em 1994 o documentário *Clinton Chronicles* – da cineasta e produtora cristã Pat Matrisciana – acusou Clinton de assassinar um investigador de Arkansas

para impedi-lo de divulgar evidências de assédios sexuais de Clinton. Teóricos da conspiração calculavam que as estatísticas de mortes durante os mandatos Clinton eram elevadas demais para serem “simples coincidências”. O site *Clinton Body Count* chegou a ser fundado, listando e contabilizando os supostos assassinatos cometidos a mando da família Clinton (MCHOMEY, 2003, p. 178).

Em suma, com o colapso da União Soviética a “ala conspiratória” da direita estadunidense que alimentava-se do anticomunismo da Guerra Fria – usando de teorias antigas sobre governos mundiais e satanistas – voltou seus olhos e mãos para o próprio governo estadunidense. Esta visão de mundo conspiratória, embora popular, manteve-se paralela nos anos 1990, porém, ganhou notoriedade política na década seguinte.

O “ocidente sob ataque”: implicações no século XXI

Como argumenta Allison (2020, p. 166 – 168), embora a tese de Huntington tenha provocado uma enxurrada de críticas, foi amplamente adotada. Ela não só demonstrava que os “valores ocidentais” – segundo Huntington (1996, p. 83): o legado clássico da Grécia e Roma, o cristianismo, a secularização, o individualismo e mais – não eram universais, como eram conflitantes com outras “civilizações”. Além, os ataques terroristas do Onze de setembro foram tomados como exemplos de como a tese estava correta. Pouco depois dos ataques, o CFR publicou o livro *How did this Happen? Terrorism and The New War*, no qual afirmava “Embora eles tenham conseguido com sucesso derrubar as torres gêmeas, os terroristas não conseguiram provocar o ‘Choque de Civilizações’ que seus líderes desejam”. Os discursos sobre a Doutrina Bush e Guerra ao Terror substituíram os sobre a “nova ordem mundial”, no entanto, os eventos do Onze de Setembro levaram a retórica conspiratória para um outro plano.

De acordo com Morris (2003, p. 649) diferentes teorias conspiratórias emergiram depois dos ataques. As mais populares diziam que 1) O governo estava ciente de que o ataque aconteceria e não o impediu para capitalizar com a tragédia; e 2) O governo foi o responsável pelos ataques. Segundo Morris, a primeira popularizou-se nos Estados Unidos. Defensor dessa teoria, Alex Jones publicou em 2002 o livro *9-11: Descent Into Tyranny: the New World Order's Dark Plans to Turn Earth Into a Prison Planet*. Na obra o futuro *podcaster* afirmou que não só Bush tinha conhecimento dos ataques, como os preparou. Além, Jones alegou que o CFR arquitetou o ataque para instaurar um “governo global”. Nas palavras de Jones (2002, p. 6): “Alguns anos atrás, o homem comum na rua se recusava a admitir a possibilidade de um governo mundial. Agora, esse mesmo indivíduo vai gritar: ‘Sim, existe um governo mundial, e

precisamos dele para nos proteger do terrorismo!””.

Em suma, a união entre defensores do livre mercado, defensores dos valores cristãos e os anticomunistas, que fundamentou o novo conservadorismo nas décadas de 1950 e 1960, encontrou-se em crise nas décadas 1990 e 2000. Os dois primeiros grupos alinharam-se à retórica da Guerra ao Terror. Se por um lado guerra seria pela segurança nacional (ou, como defendido pelo CFR nos anos 1990, para assegurar o acesso ao petróleo do Oriente Médio), por outro seria em defesa da liberdade e em nome de Deus. No entanto, embora alguns aspectos dos discursos de guerra carregasse princípios paranoicos e conspiratórios (como a crença de que Saddam Hussein possuía armas de destruição em massa) a “ala conspiratória” que antes nutria-se do anticomunismo, adotou a tese do governo global e desconfiou de seu próprio governo. E, foi a partir do ganho político dessa “ala conspiratória” que a Nova Direita fundamentou-se e elegeu Donald Trump.

Em 2008 Richard Spencer começou a veicular o termo “Direita Alternativa”. Como demonstram Michalesen e Orellana (2019, p. 282), esta “direita alternativa” apresentou-se como um agregador de ideias associadas por temas e suposições comuns. Teóricos da conspiração, movimentos sociais, grupos violentos, supremacistas raciais e mais, tornam-se atores políticos unidos por uma retórica conspiratória e fantasiosa, alimentada por desinformação e baseada na resiliência em defender os “valores americanos” e “ocidentais” contra a “esquerda globalista”. Na passeata *Right United* (2017), que protestava contra a retirada de uma estátua de Robert Lee de uma praça pública, legou-se a existência de um plano para “apagar o legado branco”, manifestantes sustentavam placas dizendo que não seriam substituídos e, durante o evento, Spencer exclamou “Viva Trump, viva nossa gente, viva a vitória” (MICHELSEN; ORELLANA, 2019, 271).

Referências

- ALLISON, Graham. *A caminho da guerra: Os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da armadilha de Tucídides?*. Editora Intrínseca, 2020.
- BARBER, Benjamin. *Jihad X Mcmundo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- BARKUN, Michael. *A culture of conspiracy: Apocalyptic visions in contemporary America*. Univ of California Press, 2013.
- BUSH, George Herbert Walker. *Address Before a Joint Session of Congress*. September 11, 1990. Disponível em: <<https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/september-11-1990-address-joint-session-congress>> Acesso em 8 ago 2023.
- COOPER, William. *Behold a pale Horse*. Light Technology Publishing, 1991.
- FISHER, James. Anti-federalists. In: KNIGHT, Peter (org) *Conspiracy Theories in American History An Encyclopedia*, vol. 1, A–L. ABC CLIO, 2003.

- FONTANA, Josep. *História depois do fim da História*. EDUSC, Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GIRARD, Philippi. Clinton, Bill and Hillary. In: KNIGHT, Peter (org) *Conspiracy Theories in American History An Encyclopedia*, vol. 1, A–L. ABC CLIO, 2003.
- HOFSTADTER, Richard. *The paranoid style in American politics*. Vintage, 2012.
- HÜNEMÖRDER. Markus. American Revolution. KNIGHT, Peter (org.) *Conspiracy Theories in American History An Encyclopedia*, vol. 1 A–L. ABC CLIO, 2003.
- HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- JASPER, Bill. *Global Tyranny-Step by Step: The United Nations and the Emerging New World Order*. Aware Journalism, 1992.
- KEELEY, Brian. Of Conspiracy Theories. *The Journal of Philosophy*, Vol. 96, No. 3. pp. 109-126. Mar. 1999.
- KESSLER, Bart R. *Bush's New World Order: The Meaning Behind the Words*. Air command and staff coll maxwell afb al, 1997.
- KRISTOL. Irving. *The Capitalist Future*. The Heritage Foundation. Speech. December 04, 1991. Disponível em: <<https://www.aei.org/research-products/speech/the-capitalist-future/>> Acesso em 8 ago 2023.
- MCHORNEY, Chris. Clinton bodycount. In: KNIGHT, Peter (org) *Conspiracy Theories in American History An Encyclopedia*, vol. 1, A–L. ABC CLIO, 2003.
- OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE WASHINGTON DC. *Defense Strategy for the 1990's: The Regional Defense Strategy*. Washington: US Department of Defense. January 1993.
- OLIVER, J. E; WOOD, T. J. Conspiracy theories and the paranoid style (s) of mass opinion. *American Journal of Political Science*, v. 58, n. 4, p. 952-966. 2014.
- PERLOFF, James. *The Shadow Of Power: The Council On Foreign Relations And The American Decline*. Western Island Publisher: Winsconsin. 1990.
- SCHULZINGER. Robert D, *The Wise Men of Foreign Affairs*. New York: Columbia University Press. 1984.
- TOTA, Antonio. *Os americanos*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- VIDAL, Camila Feix; WIETCHIKOSKI, Luciana. Revisitando os think tanks na ascensão do conservadorismo estadunidense: American Enterprise Institute e Heritage Foundation. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 54,p. 110 – 111. 2009.
- VISENTINI, Paulo. *O caótico século XXI*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

Imprensa feminista como espaço de resistência: uma análise dos jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio

Joyce Simões¹
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Izabel Priscila Pimentel da Silva
Bolsista CAPES

Introdução

Michelle Perrot já dizia que escrever a história das mulheres seria uma forma “sair do silêncio em que elas estavam confinadas”. (2007, p. 16). Por muito tempo, as mulheres ficaram fora dos relatos históricos, apagadas por uma construção e visão parcial. Escrita pelos homens, a história relegou às mulheres as representações do olhar masculino, que produziu e reproduziu uma hierarquia, priorizando alguns sujeitos em detrimento de outros. Essa forma de produzir conhecimento, remetia a um sujeito universal masculino, o que reforçou as estruturas sociais da opressão de gênero.

Ao alertar sobre o apagamento das mulheres na história, Perrot (2007) atribui a ausência das mulheres no espaço público como um dos motivos principais dessa invisibilidade. Durante muito tempo, elas permaneceram confinadas em casa, atuando no âmbito familiar, ocupando um papel socialmente atribuído a elas. Enquanto as mulheres ficavam relegadas a obscuridade, eram valorizados os relatos acerca dos grandes homens, resultando em um silenciamento das fontes, na escassez de registros sobre a mulher.

Entretanto, a partir de uma renovação no campo científico, ocorrida na década de 1970, emerge o interesse pelas subjetividades que, somados a crescente pressão exercida pelas mulheres, agora presentes nas universidades, buscavam criar seus próprios campos de pesquisa. O surgimento de novos temas, objetos e questionamentos proporcionaram maior visibilidade às mulheres enquanto agentes históricos.

O surgimento de novos paradigmas, que se opunham as determinações biológicas de sexo, buscavam o gênero enquanto uma categoria analítica, indicando que “não apenas a história está incompleta, mas também que o domínio que os historiadores têm do passado é necessariamente parcial” (Scott, 2011, p. 81). Portanto, ao nos debruçarmos nos estudos de

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “Imprensa Feminista na ditadura: a construção do pensamento feminista a partir dos jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio enquanto movimento de resistência”, sob orientação da Dr.^a Izabel Priscila Pimentel da Silva.

gênero, deve-se desnaturalizar as identidades sexuais, entendendo que estas são construídas social e culturalmente em meio as relações sociais (Rago, 2012).

Essa nova abordagem traz a crítica a ideia de universalidade do homem enquanto sujeito da história, questionando a forma tradicional do campo da ciência, propondo novos conceitos e linguagens ao romper com a neutralidade. Além disso, buscava outra análise histórica, de forma a ressignificar as relações de poder que se estabeleceram por meio das diferenciações entre os sexos.

A partir do entendimento acerca da desigualdade de gênero marcada por um processo de construção social e de organização da sociedade, aos quais as mulheres foram designados papéis e lugares sociais demarcados por sua inserção na esfera do doméstico, do privado, buscamos demonstrar que, apesar da opressão sofrida pelas mulheres, e das diversas tentativas de apagamento, elas fizeram parte de momentos importantes ao longo da história, ocupando papel de destaque em nas lutas por direitos, no movimento operário, na militância política contra a ditadura, e na construção de movimentos feministas. Como nos alerta Elisabeth Ferreira: “o não-reconhecimento do papel político da mulher na sociedade e sua exclusão dos espaços públicos, por excelência, não anulava os efeitos “políticos” de sua atuação sobre e nas relações sociais” (1996, p. 14).

As intensas mobilizações promovidas pelas feministas na intenção de questionar a subordinação feminina e a busca por um espaço em que pudessem ser ouvidas colocaram em xeque as hierarquias que impunham o poder masculino como natural. É nesse sentido que procuramos destacar a atuação das mulheres nos movimentos de resistência contra a Ditadura Civil-Militar brasileira e a construção do movimento feminista, por meio da imprensa alternativa feminista, identificando-o como um importante espaço de luta, responsável por romper com as estruturas de poder dominantes ao adotar um discurso contra hegemônico de reivindicação de direitos de um grupo marginalizado.

Movimento Feminista no Brasil: A segunda Onda

A luta pela emancipação da mulher, é decorrente de anos na busca por um rompimento com um sistema patriarcal que dissemina um discurso e representação da mulher como ser inferior. O feminismo sempre esteve presente na sociedade, mas a palavra só seria utilizada pela primeira vez no século XIX, período em que se enquadraria enquanto um movimento social, a partir da luta das sufragistas.

Joana Pedro (2006) explica que é definido como “primeira onda” o movimento feminista que, no final do século XIX e início do XX, reivindicava para as mulheres direitos civis e políticos (votar e ser eleita), direito a educação com currículos iguais aos dos homens e direito ao trabalho remunerado com garantia de igualdade salarial. Já “segunda onda” denomina o movimento iniciado a partir de meados dos anos 1960 e que se intensifica na década de 1970. Acrescenta reivindicações referentes a sexualidade (direito ao prazer), ao corpo (aborto e contracepção) e levanta o questionamento do patriarcado como sistema de opressão das mulheres. Diante disso, no presente trabalho, iremos destacar o movimento feminista de “segunda onda”², momento em que crescem novas mobilizações em distintos países e do levantamento de novas pautas, tendo em vista que queremos nos debruçar mais especificamente nas experiências feministas no Brasil dos anos 1970 e 1980, momento em que sofreu influência das discussões políticas da esquerda e do contexto de ditadura.

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por grandes transformações sociais e culturais ao redor do mundo. Na França, uma grande agitação influenciada pelo Maio de 1968, nos Estados Unidos multiplicavam-se protestos contra a Guerra do Vietnã, na América Latina encontrava-se um cenário marcado por ditaduras. Os movimentos de contracultura, negro, estudantil, homossexual e também o movimento feminista traziam muitas contestações políticas e questionavam as relações de poder presentes até então na sociedade. Em Paris, o período era de intensas mobilizações contra a subordinação das mulheres, questionando a hierarquia de poder e se opondo a um discurso moralista.

No Brasil, com a instauração do golpe civil-militar, a implementação do AI-5, a intensa perseguição aos opositores do regime, além das torturas e assassinatos, fez com que muitas militantes buscassem refúgio no exterior. A França, os Estados Unidos e alguns países da América Latina, tais como o Chile, receberam um grande fluxo de exiladas. Nesses locais, que também enfrentavam transformações políticas, ocorreria uma circulação de ideias que, posteriormente, seriam integradas a agenda do feminismo brasileiro, suscitando novos questionamentos.

Apesar da influência adquirida dos movimentos feministas do exterior, no Brasil ele não foi apenas uma reprodução das ideias vindas de fora, esses movimentos possuíam suas especificidades e discursos distintos. Segundo Daniela Vieira, “As condições sociais, culturais,

² É importante ressaltar que a concepção de divisão em ondas do feminismo é contestada por parte de feministas e historiadoras ao compreender que ela não atende a multiplicidade de formas as quais o movimento se apresentou em distintos lugares, mas adotaremos essa divisão por questões metodológicas e para melhor subdivisão do texto.

econômicas e históricas específicas de cada região interferiam na avaliação das mulheres sobre a questão da emancipação feminina, bem como nas propostas de ação política efetivas”. (2021. p. 20). O contexto de repressão política somava-se a consciência da fome e da desigualdade social que assolava o cenário nacional, gerando diferentes objetivos e dando características próprias ao movimento.

Debates acerca das discriminações no trabalho, a violência doméstica, a maternidade e sexualidade, foram complementando as pautas dos movimentos de mulheres, que antes tinham suas reivindicações com base nas dimensões de classe, gerando uma união das lutas destes com o movimento feminista. Buscando uma transformação mais ampla, os grupos feministas “atuaram articulados as demandas femininas de organizações de bairro, tornando-as próprias do movimento geral das mulheres” (Gonçalves, 2004. p. 40)

Segundo Céli Regina Pinto (2003), ainda antes da década de 1970, existiam movimentos de mulheres entre as classes médias e populares no Brasil. Entretanto, esses movimentos não podiam ser considerados feministas em sua formação, tendo em vista que não eram organizados para contestar a opressão da mulher. Nas últimas décadas, houve uma aproximação dos movimentos de mulheres com o movimento feminista, fazendo com que suas integrantes passassem a problematizar sua condição de mulher. Como explica a autora:

O movimento feminista, em países como o Brasil, não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público, como no privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil, uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar fora de qualquer luta específica. Principalmente na luta das mulheres e dos negros, a questão da desigualdade social é central. (Pinto, 2003. p. 45)

Cynthia A. Sarti (2001) destaca que o feminismo brasileiro teve base na militância dos movimentos de esquerda, articulando gênero e classe e explicando a relação entre os grupos de mulheres que compunham o movimento feminista com as organizações marxistas. Isso influenciaria nas reivindicações levantadas por elas e no caráter do movimento feminista nacional, que se aproximava muito das relações de classe.

A entrada das mulheres nas universidades na década de 1960 e a maior ocupação dos postos de trabalho resultou na intensificação da presença feminina no espaço público, fortalecida a partir dos anos 1970. Elas marcaram presença nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas antes do Golpe Civil-Militar, de caráter conservador, que buscava a preservação da ordem e dos papéis tradicionais dos homens e mulheres na estrutura social, mas

também atuaram na organização dos clubes de mães e nos movimentos por creches, reivindicando melhores condições de vida. A oposição aos papéis socialmente atribuídos as mulheres e a vontade de se dedicar a projetos de mudanças política incidiram em transformações no âmbito de uma revolução sexual, que seria motivo de julgamentos e repressões durante o período militar.

Para as mulheres além da reivindicação da liberdade havia uma busca por um espaço em que pudessem atuar – fora dos lares – e uma reformulação de suas identidades e que representava o movimento de transição da zona privada para a zona pública, a qual abrangia a política. Não se pode esquecer que uma das formas de se apresentarem como indivíduos atuantes foi o engajamento em movimentos políticos, que em grande parte no Brasil se deu em movimentos radicais identificados com a luta armada. Analisar as nuances que permeiam a problemática vivenciada por essas mulheres nos ajuda a compreender o impacto e as repercussões no papel feminino a partir dos anos 60. (Insuela, 2011, p. 45)

É possível perceber o crescimento da presença das mulheres nas lutas políticas, mas é importante destacar que as reivindicações iam para além da disputa por um governo democrático configurando, também a luta exigência por uma mudança nas estruturas de poder, o que não era aceito pelo governo militar e nem pelos seus companheiros de militância. Para estes, a luta feminista não merecia destaque, sendo considerada uma luta burguesa e sem relevância, pois representava um desvio do foco principal, isto é, a luta pela democracia e pelo fim da ditadura. Já para os militares, elas retratavam a subversão de uma moralidade, muito defendida pelo Estado.

A partir da década de 1970, começam a se formar os chamados grupos de consciência ou grupos de reflexão que, compostos apenas por mulheres, ofereciam liberdade para suas participantes discutirem questões relativas ao corpo e a sexualidade. Muitos desses grupos eram formados por mulheres que tiveram algum contato com grupos de consciência na Europa ou nos Estados Unidos. Devido a Ditadura Militar, muitas mulheres que se opuseram as diretrizes do regime viram-se obrigadas a sair do país, buscando exílio para fugir da tortura e dos assassinatos promovidos contra os opositores do governo. No exílio, tiveram contato com o movimento feminista, por meio de grupos como o Grupo Latino-Americano de Mujeres en Paris ou o Círculo de Mulheres de Paris. Ao retornarem ao Brasil, as exiladas “trouxeram na bagagem livros que discutiam o feminismo e propunham mudanças culturais que começariam por meio da formação desses grupos” (Pedro, 2012, p. 242). A agitação política que encontraram no exterior e a tomada de consciência a partir da troca de experiências promovida pelos grupos de reflexão resultou na valorização das mulheres e na identificação das formas de opressão por elas sofridas. A atuação desses grupos foi importante também, por uma série de

conquistas relativas à participação das mulheres no âmbito social e pelas causas feministas. Em 1975, com a instituição do Dia Internacional da Mulher pela ONU, as mulheres passaram a reivindicar lutas mais específicas, além de promoverem discussões sobre condições de trabalho, salários baixos e violência doméstica. São formados os clubes de mães que lutam por creches para seus filhos, realizados congressos, marchas, entre outros tipos de mobilizações organizadas.

É em meio a esse contexto, que as mulheres encontram na imprensa alternativa um dos instrumentos mais importantes para o desenvolvimento e divulgação da luta feminista. Constituída em grande parte por jornais de pequena circulação, sem uma grande estrutura financeira, a imprensa não hegemônica possibilitou a construção de um espaço de organização de grupos sociais que mobilizavam a luta pela democracia, mas foi também, o lugar em que as mulheres puderam se fazer ouvir, promover debates, levantar pautas específicas e fortalecer o movimento feminista.

A imprensa alternativa como espaço de resistência feminista

Segundo Tania de Luca (2008), a utilização de jornais como fonte de pesquisa histórica oferece muitas possibilidades para a análise de aspectos sociais, políticos e dos estudos de gênero. A imprensa permite apreender o lugar que era reservado a mulher em diferentes momentos históricos, evidenciar transformações nas relações de poder entre homens e mulheres e explorar as representações da mulher ao longo dos anos. Dessa forma, compreendemos que a imprensa alternativa foi um importante espaço de resistência e oposição à ditadura. Por meio dela, militantes, organizações políticas das esquerdas, partidos políticos, movimentos sociais, entre outros grupos que se colocaram contra o regime, exigiram o retorno da democracia, o respeito aos direitos humanos e questionaram a violência praticada pelo governo militar. Experimentando um crescimento na década de 1970, essa imprensa “pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletaria dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexo, contra hegemônico” (Kucinski, 2001, p. 10)

Maria Paula Araújo (2000) afirma que a imprensa alternativa pode ser considerada um fenômeno político, representando uma das mais importantes possibilidades de luta política na época. Segundo Bernardo Kucinski, entre 1964 e 1980, existiram cerca de 150 jornais como, *O Pasquim* (1969), *Opinião* (1972), *Movimento* (1975), *Versus* (1975) e *Lampião da Esquina* (1978), que pertenciam a imprensa alternativa. O autor classifica os jornais alternativos em duas

classes, uma de caráter predominantemente político, que possuía influência marxista, enquanto a segunda classe, alinhada ao movimento de contracultura, buscava uma ruptura cultural, direcionando suas críticas aos costumes e ao moralismo. Araújo, também destaca a existência de diferentes vertentes dentro da imprensa alternativa, como os jornais de contracultura que, produzidos fora do âmbito comercial, reuniam artistas alternativos e intelectuais; os impressos dos movimentos de esquerda, tais como o *Em Tempo* e *O Pasquim*, marcados pela influência de partidos de esquerda clandestinos. Havia também, os periódicos de movimentos sociais, que se tornaram um importante espaço de organização da militância e formulação de sua política e de sua visão de mundo, buscando um espaço próprio de representação. Dentro desse grupo, estavam englobados a imprensa feminista, a exemplo dos jornais *Brasil Mulher* (Londrina, 1975) e *Liberta* (Porto Alegre, 1980); os jornais da chamada “imprensa negra”, como o *Tiçãõ* (Rio Grande do Sul, 1978) e *Nzinga* (Rio de Janeiro, 1985); os pertencentes ao movimento homossexual, como *Gente Gay* (Rio de Janeiro, 1977) e *ChanacomChana* (São Paulo, 1981). Segundo Maria Paula Araújo, as publicações apresentavam “...uma diversidade interna muito grande – de conteúdo, de propostas e de posições. A riqueza da imprensa alternativa durante os anos 1970 vinculava-se a própria multiplicidade do movimento social e político da época” (2000, p. 22) refletindo as ideias e a visão de mundo dos grupos que representa. De acordo com a autora:

A imprensa alternativa, notadamente aquele tipo de imprensa porta-voz de grupos e movimentos específicos e/ou de minorias (numéricas ou políticas), caracteriza-se como uma fonte diferente da grande imprensa. Não tem a mesma sistematicidade, a mesma tiragem, tampouco o mesmo público. Não tem o mesmo padrão de notícias, nem a mesma forma de apresentação. Não se preocupa em cobrir os acontecimentos diários, nem dispõe da mesma estrutura financeira. (...) ela nos dá a visão desses movimentos sobre eles próprios, a sociedade e a época em que vivem. Ela nos mostra suas ideias, suas propostas, suas concepções políticas originais; ela nos ajuda a definir os contornos dessa cena política alternativa e, sobretudo, ela nos dá a dimensão do processo de formulação dessas concepções políticas. Esse tipo de imprensa nos permite, mais do que qualquer outra, perceber a tentativa de construção das identidades políticas fragmentadas – marca, como vimos, dos anos 1970 no Brasil e no mundo. (Araújo, 2000, p. 32)

A partir da imprensa ligada a movimentos de minorias e grupos específicos, a imprensa feminista brasileira, surgida na década de 1970, se torna um exemplo no que tange a construção de uma visão política própria, apresentando novas reivindicações, propostas e abordagens, através de uma articulação entre a especificidade da luta feminista com a luta mais geral, contra a ditadura militar. Nesse sentido, os periódicos tiveram um papel decisivo ao trazer a público as pautas do movimento feminista em meio as transformações políticas, abordando temas como

a liberdade sexual, o aborto, maternidade, desigualdade salarial, instituindo no âmbito público, temáticas que eram desvalorizadas até mesmo pelos movimentos de esquerda.

Muitas das mulheres que escreviam esses periódicos também estavam inseridas em outros grupos de resistência à ditadura, a partidos políticos, em organizações nas periferias, preocupadas com a garantia de direitos e a desigualdade de classe. (Leite, 2003, P. 38).

O jornal *Brasil Mulher* representou o surgimento da imprensa feminista no Brasil. As mulheres que participaram do periódico eram, em sua maioria, também militantes de grupos da esquerda, do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). O jornal também manteve um diálogo com o coletivo de mulheres exiladas do qual se originaria o periódico *Nós Mulheres*, que seria formado por feministas do Debate, uma dissidência política surgida durante o exílio composto por ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e mulheres autônomas. (Leite, 2003, p. 235).

O *Brasil Mulher* foi fundado em 1975, em Londrina, por Joana Lopes, e editado pela Sociedade Brasil Mulher, alcançando uma circulação nacional até o ano de 1980. Dirigido e editado por mulheres, era distribuído voluntariamente pelas integrantes do jornal e também por militantes apoiadores em diversos estados brasileiros e nas periferias, onde as mulheres buscavam promover um debate acerca dos conteúdos de suas publicações. Não possuía patrocínio e o financiamento para a publicação de suas edições dependia do apoio daquelas que faziam parte da equipe ou da contribuição dos próprios leitores, sendo sua primeira edição resultado da contribuição da própria Joana Lopes. A ideia inicial era a criação de um boletim para o Movimento Feminista pela Anistia, junto a Terezinha Zerbini, para pressionar o governo a conceder anistia aos presos políticos que se encontram exilados (Debértolis, 2002, p. 57). Quando lançado, não se considerava um jornal feminista, chegando a afirmar, em sua edição nº 0, que “não é um jornal da mulher”³. O jornal mesclava temas de interesse geral da luta pela democracia com reivindicações específicas das mulheres, mas seu foco era nas questões de classe. No conteúdo de sua primeira edição, são identificadas pautas relativas a anistia, a reivindicação de um salário mínimo para as mulheres, violência doméstica, uso da pílula.

Já o *Nós Mulheres* se assume como um jornal feminista desde sua primeira edição, lançada em 1976, no qual afirmava, “Nós Mulheres decidimos fazer este jornal feminista para

³ Brasil Mulher, Edição nº 0, 1975.

que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções”⁴. Era publicado pela Associação de Mulheres e sua venda ocorria, principalmente, dentro dos espaços de militância feministas. Trazia debates acerca da condição social da mulher, as lutas por creches, salário e mercado de trabalho e seu conteúdo era voltado, principalmente, para os grupos de mulheres de São Paulo. Sua circulação data até 1978.

Segundo Leite, no início da década de 1980, o jornal *Mulherio* surge por meio da concretização de um projeto desenvolvido por algumas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, que elaboravam um estudo sobre a condição feminina no Brasil, sendo o único entre os três periódicos que contava com o apoio de uma instituição. Contava com a distribuição gratuita de seus exemplares nos espaços acadêmicos, entre grupos feministas, mas possuía também um programa de assinaturas para custear a continuidade de suas edições. O impresso teve seu conteúdo reproduzido em outros meios de comunicação ganhando, com isso, alcance nacional, se tornando também, o jornal feminista com maior tempo de duração, circulando de 1981 a 1987. Segundo Adélia Borges (1983), o jornal foi um recurso importante para levar a causa feminista e as condições das mulheres para pessoas que se preocupavam ou lutavam por ela. Dentro de uma conjuntura política um pouco mais aberta, trazia temas voltados ainda mais para as questões das mulheres e direcionado para o debate sobre o feminismo, indicaria também uma transformação no pensamento feminista já refletido na imprensa.

Além desses periódicos, foram lançados outros, criados por grupos feministas que buscavam debater as causas das mulheres, como o *Jornal Brasília Mulher* (1982-1983), o *Mulher CECF* (1984-1985) e o *Jornal Maria* (1984). Os jornais apresentavam reivindicações de distintos setores, classes e grupos aos quais pertenciam, mas tinham em comum a abertura de um espaço de lutas e reivindicações dos movimentos feministas, fazendo com que a imprensa alternativa se tornasse um veículo de resistência das mulheres e de construção de propagação de novas ideias e valores culturais. Os periódicos promoveram a publicização de questões feministas, trazendo debates concernentes as mulheres para a esfera pública.

Considerações Finais

O desenvolvimento do feminismo se deu a partir da necessidade das mulheres de resistir as opressões de gênero e da defesa dos seus direitos. No Brasil, a vinculação do feminismo aos grupos de esquerda e demais coletivos de militância foi marcado pela urgência da luta pela

⁴ Nós Mulheres, Edição nº 1, 1976.

democracia em um contexto de ditadura e repressão política. Nesse contexto, utilização de veículos de comunicação alternativos foi um importante meio para a reivindicação das demandas feministas e, ao mesmo tempo, serviu como um espaço de contra informação ao discurso conservador da sociedade, tornando-se um meio de articulação política.

Entender as experiências dos grupos feministas significa dar historicidade as lutas das mulheres, a suas atuações e reivindicações políticas e sociais, a busca pelo fim da desigualdade de gênero, a luta acerca das questões da sexualidade, do corpo e por reconhecimento enquanto sujeito. Nesse contexto, o espaço da imprensa alternativa deu voz as mulheres para que debatessem suas necessidades e causas específicas, construindo discursos contra hegemônicos, reivindicando direitos políticos e rompendo com a estrutura de poder através da contestação de papéis sociais e do fortalecimento do movimento feminista.

Fontes:

Jornal Brasil Mulher (1975 – 1979). Disponível no acervo digital da Fundação Perseu Abramo.

Jornal Nós Mulheres (1976 – 1978). Disponível no cervo digital da Fundação Carlos Chagas

Jornal Mulherio (1981 – 1988). Disponível no cervo digital da Fundação Carlos Chagas

Bibliografia:

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BORGES, Adélia. *Jornal Mulherio*. In: PROJETO MULHER: Mulheres em Movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983.

VIEIRA, Daniela Chain. *Tribunas democráticas para as mulheres: o feminismo marxista dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres (1975 – 1980)*. Dissertação (mestrado), UFF: 2021

DEBÉRTOLIS, Karen Silva. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*. Dissertação (Mestrado), UFRGS: 2002

FERREIRA, Elizabeth. *Mulheres, militância e memória*. Dissertação (mestrado), UFRJ: 1996.

GONÇALVES. Ibidem. Pág. 102. Apud. SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Estudos Feministas, n 12, 2004. Pág. 40

INSUELA, Julia Bianchi Reis. *Visões das mulheres militantes na luta armada: repressão, imprensa e (auto)biografias (Brasil 1968/1971)*. Dissertação (mestrado). UFF, 2011.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários – Nos Tempos da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Edusp, 2001.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*. Revista de Estudos Feministas. CFH/CCE/UFSC. Vol. 11, n1, 2003.

LUCA, Tania de. *Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008

PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970 – 1978)*. Revista brasileira de história. São Paulo, v. 6, nº 52, p. 249 – 272, 2006.

_____. Corpo, prazer e trabalho. In: *Nova História das Mulheres*. PEDRO, Joana; PINSKY, Carla Bassanezi. São Paulo: Editora Contexto, 2012

PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SARTI, Cynthia A. *Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro*. *Cadernos Pagu* (16) 2001: p 31 – 48

SCOTT, Joan. *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Nas páginas dos jornais: debates sobre imigração e saúde pública nos periódicos cariocas da segunda metade do oitocentos.

Julianna Carolina Oliveira Costa¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Luis Reznik

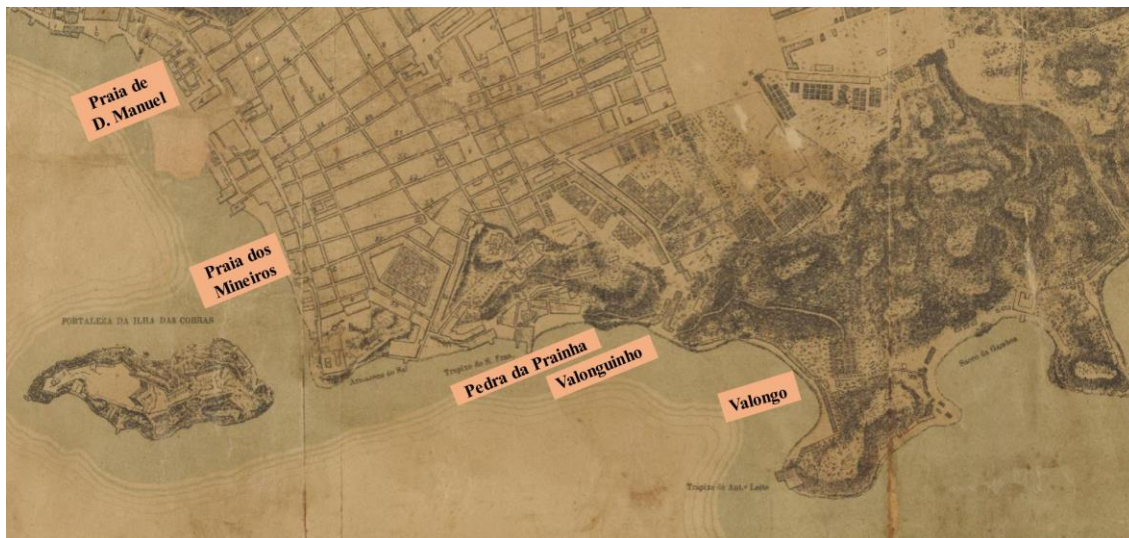
Introdução: O Porto do Rio de Janeiro: do comércio de escravos à recepção de imigrantes

A cidade do Rio de Janeiro, pela sua posição geográfica, sempre teve vocação para ser uma cidade portuária. Localizada às margens de uma baía de águas calmas, a cidade exerceu função de destaque na integração das rotas comerciais do Atlântico com o interior do território brasileiro, através dos numerosos rios que desaguam na Guanabara. Assim, o Rio de Janeiro adquiriu maior importância e centralidade, convertendo-se em sede da colônia, em 1763, e, posteriormente, com a chegada da família real, tornou-se a sede de todo império português. A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, provocou a redefinição de toda estrutura da cidade. A zona portuária, como parte integrante da cidade, não ficou imune a essas transformações, principalmente com a abertura dos portos brasileiros às nações amigas de Portugal, que ampliou a movimentação do porto do Rio de Janeiro. Em 1807, ano anterior a abertura dos portos, entraram na Baía de Guanabara 778 navios. Em 1811, o total de embarcações já superava 5 mil (LAMARÃO, 1991, p. 37).

A intensificação do movimento comercial no porto do Rio de Janeiro gerou a necessidade do redimensionamento do espaço no qual se localizavam as atividades portuárias. Inicialmente, tais atividades se concentravam entre as praias de D. Manuel e dos Mineiros. Através do decreto de 21 de janeiro de 1809 foram expandidas para a Prainha, Valongo e Gamboa, chegando até ao Saco do Alferes. O decreto previa o aforamento ou arrendamento de terrenos da praia da Gamboa e do Saco do Alferes para a construção de armazéns e trapiches destinados ao recolhimento de trigo, couro e outros gêneros, pois até então a cidade não tinha um ponto especial para embarque e desembarque de mercadorias. Outra iniciativa foi a ordem dada por D. João, em 1811, para a construção de um cais, na praia do Valongo, com rampas e escadas a fim de facilitar o embarque e desembarque (*INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO*, 1892, p. 374).

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2019, projeto: “Imigração e Saúde Pública: a recepção de imigrantes no Rio de Janeiro (1880-1914)”, sob orientação do Dr. Luis Reznik.

Imagem 1. Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (1808-1812)



Fonte: imagerio.org

Vale destacar que na região do Valongo já estava instalado o mercado de escravos, desde 1774, quando o vice-rei Marquês de Lavradio transferiu o comércio de escravizados da Rua Direita para aquela localidade. O caminho do Valongo passou a ser chamado de Rua do Valonguinho e a Praia, que começava depois da Pedra da Prainha, recebeu duas denominações. A primeira enseada se chamava Valonguinho. A enseada entre o Morro do Livramento e o Morro da Saúde era o Valongo propriamente dito. Foi nessa área onde se instalou o mercado de escravos do Valongo, com seus armazéns, depósitos e demais dependências necessárias à atividade.

Mas foi o café do Vale do Paraíba Fluminense o produto que mais impulsionou o desenvolvimento da Prainha, do Valongo e das imediações². As grandes fazendas de café dependiam da mão de obra escravizada, o que estimulava ainda mais o tráfico transatlântico de africanos. Por outro lado, armazéns e trapiches se multiplicavam pela Prainha, até o Saco do Alferes, para receber o café que era produzido pelos escravizados no Vale do Paraíba. Esse café era transportado no lombo de burros até os portos de Inhomirin, Magé e Estrela. Do interior da Baía de Guanabara vinham em pequenas embarcações para serem depositados nos armazéns e trapiches da Prainha e das imediações.

² Em 1820, após a construção da Estrada da Polícia, que interligava Vassouras e Valença a cidade do Rio de Janeiro, os cafezais do Vale do Paraíba fluminense começaram a se multiplicar. Nas décadas seguintes, as fronteiras agrícolas se expandiram para Nova Friburgo, Cantagalo e São Fidélis.

Na cidade e na província do Rio de Janeiro havia uma grande demanda por mão de obra, não só para a produção de café, mas para atividades ligadas à circulação de mercadorias, construção das novas instalações portuárias, serviços urbanos e, posteriormente, implantação das ferrovias. Paralelamente, no momento em que havia maior necessidade de mão de obra, os ingleses pressionavam o governo brasileiro para que o tráfico transatlântico de africanos fosse extinto.

Em 7 de novembro de 1831, a Lei Feijó declarou livres todos os africanos que entrassem no país a partir daquela data e decretou severas punições para os traficantes. O mercado de escravos que existia no entorno do Cais do Valongo perdeu importância e, em 1843, em ocasião da chegada da princesa Tereza Cristina, o Cais da Imperatriz foi construído sob o antigo cais em que desembarcavam os escravizados. A lei Feijó, no entanto, não foi suficiente para impedir o tráfico, pelo contrário, este acabou crescendo na ilegalidade, por conta da demanda por mão de obra e da falta de repressão por parte das autoridades. Nem mesmo o *Bill Aberdeen*, promulgado pela Inglaterra em 1845, dando poderes às autoridades britânicas para reprimir o contrabando de africanos em mares brasileiros foi suficiente para pôr fim ao tráfico. Somente em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, o tráfico transatlântico de escravizados foi definitivamente extinto.

Inicialmente, a solução encontrada para o problema de mão de obra foi o comércio interprovincial de escravizados, que abastecia o sudeste produtor de café, no momento em que as lavouras nordestinas estavam em crise. Logo o governo passou a taxar o comércio de escravizados entre províncias, o que tornou a obtenção dessa mão de obra ainda mais cara. A introdução de trabalhadores europeus apresentou-se então como alternativa para a escassez de mão de obra.

No Vale do Paraíba Fluminense houve iniciativas para a construção de colônias dentro de fazendas produtoras de café. Apenas em Valença foram fundadas as colônias Independência, Santa Justa, Santa Rosa e Coroas, após a chegada de centenas de germânicos, no ano de 1852 (ALVES, 2003). Em Vassouras foi criada uma comissão de fazendeiros que, em 1854, sugeriu a inserção de trabalhadores livres nas fazendas sob a alegação de que os colonos eram mais baratos que os trabalhadores escravizados. Os fazendeiros também consideravam que era mais seguro abastecer suas propriedades com colonos estrangeiros, pois cresciam o número de fugas e revoltas dos escravizados (MARTINS, 2008).

Nesse contexto, o porto do Rio de Janeiro passou a receber um número cada vez maior de imigrantes, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 1. Movimento de entrada de imigrantes no porto do Rio de Janeiro (1850-1859)

Anos	Imigrantes
1850	2.072
1851	4.425
1852	2.731
1853	10.935
1854	9.189
1855	11.798
1856	14.008
1857	14.244
1858	18.529
1859	20.114

Fonte: IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2007, p. 225.

O desembarque da febre amarela no porto do Rio de Janeiro

A origem da febre amarela permanece desconhecida até os dias de hoje. Alguns historiadores recorrem aos relatos do jesuíta Raymond Bréton para afirmar que a moléstia teria surgido na América Central, tendo sido registrada pela primeira vez pelo religioso, no ano de 1635. Outros defendem que a doença era originária da África devido à resistência dos negros à infecção amarílica, o que só seria possível através do contato de muitas gerações com o agente infeccioso (FRANCO, 1969, p. 6-7). Sabe-se ao certo, porém, que o flagelo que causava dores pelo corpo, febre alta, icterícia e o seu característico vômito preto, atingiu diversas regiões da América provocando inúmeras mortes.

No Brasil, a doença aportou primeiramente em Salvador, em setembro de 1849, através do navio *Brazil*. A embarcação havia partido de Nova Orleans em meio a uma quadra epidêmica, tendo feito escala em Havana que também enfrentava os efeitos da febre amarela. No mês de dezembro a moléstia chegou à cidade do Rio de Janeiro, atingindo um terço da população e dizimando um total de 4.160 pessoas (CHALHOUB, 2011, p. 61).

A brutalidade da doença, associada ao desconhecimento do agente causador, levou a formulação de inúmeras teorias que pudessem explicar o seu aparecimento. Algumas dessas

explicações foram publicadas n’*O Philantropo*, um semanário que circulou na cidade do Rio de Janeiro, entre 1849 e 1852. Diversos estudos sobre a história da imprensa no Brasil, fim da escravidão e movimento antiescravista mencionaram a atuação do referido jornal (SODRÉ, 1983; MATTOS, 1994; BETHELL, 1976). Kaori Kodama, por exemplo, analisou a relação do periódico com setores da sociedade brasileira, destacando que um dos seus fundadores, Leopoldo Augusto da Câmara Lima, foi beneficiário do Fundo de Serviço Secreto Britânico, recebendo financiamento para criticar o tráfico e a escravidão (KODAMA, 2008, p. 408). Assim, o jornal trazia expresso na primeira página de cada edição seu objetivo de “combater a escravidão doméstica entre nós, demonstrar seus negros males, e apresentar os mais seguros meios de a extinguir, e prevenir seus funestos resultados” (*O Philantropo*).

Entre os editores e redatores do jornal estavam doutores formados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que defendiam o fim imediato do tráfico de africanos, associando-o a “sífilis e seu funesto cortejo de moléstias” (*O Philantropo*, 14/09/1849, p. 1). Seus argumentos ganharam ainda mais força depois que a febre amarela desembarcou no Rio de Janeiro, pois alegavam que a epidemia que acometia à capital do Império estava diretamente relacionada ao tráfico, como demonstra a edição de 15 de março de 1850, que dedicou a maior parte da sua primeira página para a matéria “epidemia reinante”.

Adrede nos havíamos calado, enquanto a epidemia começava de ceifar as suas vítimas [...]. Mudos pela dor, contemplamos os rostos descarados [...] e estes rostos indiferentes olhavam para dor dos seus semelhantes como o idiota que nada compreende, ávidos só de dinheiro [...] e estes rostos criminosos de ponto levavam a intensidade de nossa mudez. Todos atinam quem eles sejam: os contrabandistas de carne humana e os seus protetores (*O Philantropo*, 15/03/1850, p. 1).

A matéria continuava afirmando que a febre amarela era proveniente da África e que havia alcançado o Brasil por meio dos navios negreiros. Portanto, os culpados pela sua propagação eram os traficantes de homens, mulheres e crianças sequestrados da África para serem escravizados, além das autoridades que acobertavam a ilegalidade das suas ações.

Sendo, como é verdade, que a epidemia reinante é originária da África, fica claro que a causa de todos os males que ora sofremos são os miseráveis e estúpidos traficantes de escravos negros que, com eles trazem a epidemia e todos os seis medonhos estragos, que tanto ceifam as populações do Brasil. Deus lhes pagará os bens que nos trazem! Deus os compensará justamente! Mas não são só os réus que traficarem escravos, e que postergam a Lei de 7 de novembro de 1831, que são as únicas causas; não; o governo, o governo do passado e do presente, que tem consentido vilmente que se calquem os pés as leis divinas e humanas, é tão ou mais culpado que estes miseráveis (*O Philantropo*, 15/03/1850, p. 1).

Os profissionais d’*O Philantropo* defendiam que se o governo imperial cumprisse a lei e obrigasse os traficantes a retornarem para a África com os escravizados, arcando eles próprios

com as despesas da viagem, a epidemia de febre amarela teria sido evitada. Esse foi o posicionamento do jornal desde a primeira matéria sobre o assunto até a promulgação da lei Eusébio de Queirós, em 4 de setembro de 1850. Quase todas as edições desse interregno traziam matérias nas quais se lia:

O nome impróprio de febre amarela não deve ser empregado [...]. O seu nome próprio é - febre africana [...]. Convém confirmar, como uma incontestável verdade *é que a epidemia reinante é a febre africana, que nos foi importada pelos navios negreiros*” (grifo do autor) (*O Philantropo*, 22/03/1850, p. 2).

Além de formular um discurso associando à doença ao continente africano, foi comum atribuir a epidemia a um castigo divino, lançado sobre a nação brasileira pelo pecado de traficar, proteger e perpetuar a escravidão.

Não seria para nós a febre africana um verdadeiro mal, se os nossos homens de Estado compreendessem o que ela é, e vissem também nela a mão de Deus que lhes indica o caminho reto, do bem e da virtude que único deveriam ter seguido. Queira Deus que tantas vítimas, sacrificadas em holocausto à justiça divina sobre a coma saluda da epidemia, da febre africana, sirvam de implorar a graça infinita que se derrame sobre as nossas coisas, sobre os negócios da nossa terra, a fim de terem eles uma direção benéfica que nos salve do abismo insondável para que temos caminhado a longo tempo (*O Philantropo*, 29/03/1850, p. 4)

Assim, relacionando escravidão, doença e castigo divino, buscou-se convencer a opinião pública que não eram os ingleses “os assassinos da nossa dignidade nacional”, por realizarem o policiamento dos mares brasileiros. Ao contrário, estes ajudavam o país, conduzindo-o para o “caminho do bem”. Os responsáveis pelos males que atingiam o Brasil eram “os traficantes de carne humana [que] exercem impunemente uma tirania muito mais intolerável” (*O Philantropo*, 26/04/1850, p. 4).

Sobre a trajetória da doença, a edição de 3 de maio de 1850, questionou se a epidemia teria vindo da Bahia, pois no Rio de Janeiro “chegaram da Costa [africana] não poucos navios que traziam mais febre do que pretos” (*O Philantropo*, 03/05/1850, p. 3). Não havia um consenso sobre o assunto, como demonstra a edição de 31 de maio de 1850, que relatava o caso de um vapor de guerra inglês que, em 1846, foi infectado por uma febre “maligna e contagiosa” após ter estado na costa da África, insinuando que tal enfermidade seria a febre amarela. Assim como o vapor inglês, navios envolvidos com o tráfico teriam sido infectados no continente africano e transportado a doença até Salvador. De lá, a febre amarela teria se alastrado para o Rio de Janeiro (*O Philantropo*, 31/05/1850, p. 3).

Francisco de Paula Cândido, presidente da Junta Central de Higiene Pública e assinante d’*O Philantropo*, chegou a defender a ligação entre tráfico e epidemia no parlamento brasileiro.

Em 1857, quando o tráfico já havia sido extinto, descreveu o caso da galera portuguesa *Camponesa*, afirmando que

esta embarcação havia seguido, talvez para ganhar vantagem de ventos e correntes marítimas, uma derrota que a aproximou da costa do Senegal e de Serra Leoa (morada eterna, foco permanente da febre amarela!). Quando aqui chegou havia perdido em sua viagem 5 passageiros [...]. O cirurgião de bordo da *Camponesa*, que assistiu ao desenvolvimento desta epidemia, informou que ela começara a bordo desde que passou entre o continente africano e as ilhas de Cabo Verde e depois de ali sofrerem calor intenso, trovoadas e chuvas [...]. É incontestável que a *Camponesa* trouxe a febre amarela da costa e ilha africanas, pois ao deixar Portugal era muito satisfatório o estado de saúde de sua tripulação e passageiros (CÂNDIDO, 1857, p. 5).

Outros médicos, como Luiz Carlos Saules, não apoiavam a teoria de que a febre amarela havia sido importada da África. Baseado no *Ensaio sobre algumas enfermidades de Angola*, publicado em 1799 por José Pinto de Azeredo, Saules afirmou que as duas enfermidades, a febre que assolava o litoral brasileiro e a febre remitente de Angola, eram distintas. Para ele, a única certeza sobre a epidemia de febre amarela era que a doença havia chegado pela primeira vez ao Brasil através de algum navio, que tinha atracado em Salvador (*Gazeta dos Hospitais*, 15/06/1850).

José Pereira Rego, médico que substituiu Francisco de Paula Cândido na presidência da Junta Central de Higiene Pública, procurando explicar o aparecimento da febre amarela no Brasil, descreveu que:

se [...] procurarmos achar o primeiro ponto em que se desenvolveu a epidemia, decerto o encontraremos, sem contestação, na província da Bahia, para a qual todas as circunstâncias inerentes ao seu aparecimento contribuem a fazer acreditar que foi importada pelo brigue americano Brasil, vindo de Nova Orleans, e chegado àquela cidade em 30 de setembro de 1849, [...] o qual brigue, segundo certas opiniões, tocara em sua viagem para a Bahia no porto de Havana; muito embora bastante pessoas na Bahia acreditassem, como se deduz do parecer do conselho de salubridade de Pernambuco que ela foi levada pela introdução, em grande escala, de africanos eivados de febres endêmicas na Costa d'África, crença que em nosso pensar não deixa de ser muito razoável (PEREIRA REGO, 1851)

Para Pereira Rego os navios negreiros poderiam ter sido focos de infecção epidêmica, pois reuniam as condições necessárias para a geração espontânea do germe causador da febre amarela, nos porões amontoados de gente e repletos de dejetos humanos em putrefação. No entanto, Pereira Rego não afirmou nada a respeito da origem da febre amarela, pois o tráfico de africanos não era justificativa suficiente já que esteve presente no Brasil por três séculos sem que o flagelo se alastrasse. Mas acreditar que o tráfico tivesse algo a ver com a doença não deixava de ser “muito razoável”.

Apesar das controvérsias sobre a origem da febre amarela, Nova Orleans, Havana, Salvador e Rio de Janeiro integravam as três principais sociedades escravistas da época e,

portanto, de uma maneira ou de outra o mal acabou sendo associado à escravidão. Nesse contexto, houve um aumento na defesa pela imigração e colonização. Os redatores e editores d'*O Philantropo*, no entanto, acreditavam que “continuar o tráfico será obstar o progresso da população branca” (*O Philantropo*, 24/05/1850, p. 3), pois esta não escolheria vir para um país infestado de febre.

Uma nova organização sanitária no porto

Em 10 de janeiro de 1851, *O Philantropo* publicou:

Apesar dos estragos da febre amarela que reinou entre nós e que se dava como um poderoso motivo de afastar toda a colonização externa ao Brasil, tem entrado nestes dois últimos meses grande número de açorianos, e mesmo portugueses, neste porto do Rio de Janeiro. O número deles calcula-se em 2.000 pouco mais ou menos. Este fato é muito significativo. Enquanto os fingidos amigos e procuradores dos nossos fazendeiros gritavam contra a repressão do tráfico, que tirava os braços à lavoura do país, entrava pelo porto da capital do Império uma colonização espontânea, uma emigração de homens brancos, fortes e aptos para a agricultura por ser esse o mister que exerciam em seu país (*O Philantropo*, 10/01/1851, p. 4).

Logo nos primeiros anos da epidemia de febre amarela, a comunidade médica constatou que a doença vinha pelo mar, acometendo principalmente os estrangeiros brancos, o que acabou promovendo alterações na organização dos serviços sanitários. Em janeiro de 1850, foi criado o Hospital da Ilha do Bom Jesus dos Frades para onde deveriam ser remetidos os tripulantes e passageiros das embarcações fundeadas no Rio de Janeiro, que se encontrassem doentes. Em terra, a polícia sanitária passou a inspecionar diariamente os hotéis e as *public-houses*, estabelecidas nas imediações do porto, a fim de verificar se não haviam recebido clandestinamente marinheiros ou estrangeiros doentes. Essas foram apenas algumas das medidas emergenciais adotadas na tentativa de conter a febre amarela.

Em setembro de 1850, visando “melhorar o estado sanitário da capital e de outras povoações do Império”, foi criada a Junta de Higiene Pública, que incorporou a Inspeção de Saúde do Porto e o Instituto Vacínico do Império (DECRETO N. 598, 14/09/1850). No ano seguinte, pelo decreto n. 828, de 29 de setembro de 1851, foi aprovado o regulamento da Junta. Apesar de promover alterações pontuais nas inspeções de saúde dos portos, o regulamento retirou poderes dos provedores de saúde dos portos, ao determinar que:

no caso de alguma embarcação ser declarada em quarentena, ou simplesmente em observação, os provedores de saúde dos portos, dando as providências que julgarem necessárias, darão parte de tudo sem perda de tempo à Junta Central ou às Comissões, para que estas resolvam sobre a necessidade da continuação dessas medidas, não deixando de comunicar-lhes as circunstâncias, que de novo ocorrerem, até que se resolva a cessação da quarentena ou da observação (DECRETO N. 828, 29/09/1851).

Poucos meses antes, durante o recrudescimento da epidemia, foi estabelecido um lazareto na enseada de Jurujuba, sob a direção do presidente da Junta. O Lazareto de Jurujuba tinha um caráter provisório. Desse modo, funcionou até agosto de 1851, encerrando as suas atividades diante da diminuição dos casos, e sendo reaberto em março de 1852, devido um novo surto de febre amarela. No ano seguinte, foi substituído pelo Hospital Marítimo de Santa Isabel, que passou a funcionar como um lazareto permanente. É curioso observar que o Lazareto de Jurujuba tenha se convertido em hospital justamente no ano em que o ministro do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, declarou que a cidade do Rio de Janeiro estava livre da febre amarela, como epidemia. Para justificar o seu argumento, o ministro apresentou os números gerais de óbitos dos últimos cinco anos.

Tabela. Número de óbitos na cidade do Rio de Janeiro (1850-1854)

Ano	Número de Óbitos
1850	14.000
1851	8.719
1852	9.527
1853	8.531
1854	7.507

Fonte: Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, 1855, p. 6.

O decréscimo no número de falecimento nos anos de 1853 e 1854 era significativo para o ministro, sobretudo no momento em que a população estrangeira crescia notavelmente. Nesses dois anos haviam entrado 20.124 imigrantes no Brasil (IBGE, 2007, p. 225). Em comparação com o movimento dos três anos anteriores (9.228), isso significava um aumento de 118%. O Porto do Rio de Janeiro, localizado na capital do Império, foi a porta de entrada para a grande maioria desses imigrantes. Apesar da maior movimentação do porto, houve uma redução significativa do número de óbitos, que foi explicada pela ação “vigilante e ativa polícia sanitária exercida no porto” (FERRAZ, 1855, p. 6).

Mas a febre amarela não era a única doença que preocupava o ministro e as demais autoridades sanitárias do Império. Em 1853, um surto de cólera se alastrava pela Europa, infectando os portos de diversas nações com as quais o Brasil mantinha relações comerciais. A possibilidade de importação desse flagelo causava “fundados e vivos receios”. Nas palavras do

ministro, foi preciso “tomar todas as precauções que a ciência e a experiência aconselham para prevenir tão grande calamidade” (FERRAZ, 1855). Por isso o lazareto provisório de Jurujuba foi convertido, no ano de 1853, no Hospital Marítimo de Santa Isabel.

Conforme era esperado, em maio de 1855, a cólera chegou ao Brasil. No mês de março, pouco antes da doença aqui desembarcar, Paula Cândido publicou o *Regime sanitário dos portos do Império contra a importação de moléstias pestilenciais*, uma coleção de instruções que tinha por finalidade uniformizar os serviços de inspeção sanitária nos diferentes portos do país. O documento dedicou especial atenção a cólera, febre amarela e peste, doenças que foram consideradas pestilenciais. Os portos que registrassem ocorrências de qualquer uma dessas três enfermidades eram considerados infectados e as medidas adotadas para navios provenientes desses locais deveriam consistir “em desinfecção das coisas e pessoas; quarentenas de observação e quarentenas de rigor, para as coisas e para as pessoas; em socorros médicos às pessoas afetadas ou ameaçadas” (CÂNDIDO, 1855).

Considerações finais

O porto do Rio de Janeiro foi o local onde se materializavam as relações internacionais e, portanto, seu desenvolvimento ocorreu na medida em que o Brasil se inseria nesse mercado. O crescente fluxo de pessoas significou uma maior circulação dos microrganismos causadores de doenças. Consequentemente, no século XIX, a cidade do Rio de Janeiro vivenciou inúmeras epidemias de febre amarela e de cólera.

Apesar de não haver consenso entre a comunidade médica sobre a origem das doenças, a febre amarela foi associada ao tráfico negreiro e a escravidão, conforme pôde ser observado nas páginas d’*O philantropo*. É preciso ressaltar que, para além das discussões médico-científicas, o periódico atendia interesses de determinados setores da sociedade, contrários ao aumento da população negra no país. Desse modo, os redatores e editores do jornal valeram-se dos horrores da epidemia de febre amarela para mobilizar a opinião pública em favor dos seus próprios interesses.

Proibir o tráfico transatlântico de africanos e pôr fim a escravidão era uma questão humanitária, como enunciado no subtítulo d’*O philantropo*: periódico humanitário, científico e literário. Entretanto, mais que uma agenda abolicionista, o jornal preocupou-se com as políticas imigrantistas, chegando a sugerir que antes de abolir a escravidão era necessário promover a colonização e, depois, reexportar os libertos para a África, incluindo aqueles nascidos no Brasil.

Nesse período, as teorias raciais estavam sendo formuladas, direcionando as políticas de imigração e colonização para os europeus, pois acreditava-se que somente com a vinda de trabalhadores brancos o Brasil atingiria a civilização e o progresso (SCHWARCZ, 1993; SEYFERTH, 2002). A tentativa de alterar o nome da doença de febre amarela para febre africana está inserida nesse contexto, de vincular o atraso da nação brasileira à população negra, ainda que fosse através da ação dos inescrupulosos contrabandistas de escravos.

Por fim, convém destacar que a comunidade médica não tardou a reconhecer que a febre amarela foi desencadeada pela importação de um veneno específico, mas as condições sanitárias da cidade do Rio de Janeiro haviam provocado os surtos posteriores, que acometiam a população todo o verão com maior ou menor intensidade. Os imigrantes europeus, por não possuírem resistência ao mal, acabavam servindo como combustível para a propagação das epidemias. Mas, apesar de constatarem que eram os europeus as maiores vítimas da febre amarela, não houve tamanha organização da sociedade para opor-se a entrada desse grupo em períodos epidêmicos. Ao contrário, o governo imperial criou instituições para atendê-los, como os lazaretos e o Hospital Marítimo de Santa Isabel.

Nem mesmo os terrores da cólera foram suficientes para suspender em definitivo a imigração europeia. A partir de 1855, para evitar a importação da cólera e de outras doenças pestilenciais, os portos do império, incluindo o porto do Rio de Janeiro, passaram a ser bastante regulados, sobretudo com o aumento do fluxo imigratório.

Referências:

- ALVES, Debora Bendocchi. Cartas de imigrantes como fonte para o historiador: Rio de Janeiro-Turíngia (1852-1853). *Revista Brasileira De História*, n. 23, v. 45, 2003, p. 155-1884.
- BÊIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Bio-Manguinhos, 2001.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. São Paulo: Ed. Expressão e Cultura; Edusp, 1976.
- CÂNDIDO, Francisco de Paula. Exposição do estado sanitário da capital do Império, apresentado ao Ministro do Império pelo Presidente da Junta Central de Higiene Pública. In: MARTINS, Francisco Gonçalves. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853.
- CÂNDIDO, Francisco de Paula. Relatório à cerca da Saúde Pública (1856). In: FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1857.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império*. Rio de Janeiro: Typographia Universal Laemmert, 1855.

- FRANCO, Odair. *História da febre amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: GB, 1969.
- IBGE. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2007.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Abreviada Demonstração dos trabalhos da Polícia em todo o tempo que a serviu o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana. *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LV, Parte 1, (1º e 2º trimestres). Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1892.
- HOBBSAWM, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. 5ª ed. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- KODAMA, Kaori. Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. *Revista Brasileira de História* [online]. 2008, v. 28, n. 56, pp. 407-430.
- KODAMA, Kaori; PIMENTA, Tânia; BASTOS, Francisco; BELLIDO, Jaime. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 19, dez. 2012.
- LAMARÃO, Sérgio. *Dos Trapiches ao Porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Turismo e Esportes, 1991.
- LIMA, Tânia Andrade; SENE, Glaucia Malerba; SOUZA, Marcos André Torres de. Em Busca do Cais do Valongo. Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol. 24, n. 1, p. 299-391, jan./abr., 2016.
- MARTINS, Roselene de Cássia. *Colonização e Política: Debates no final da escravidão*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- REGO, José Pereira. *Historia e descrição da febre amarella epidemica : que grassou no Rio de Janeiro em 1850*. Rio de Janeiro : Typographia de F. de Paula Brito, 1851.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*. São Paulo, n. 53, 2002, p. 117-149.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Resistencia armada na fazenda São Lourenço. A construção da narrativa a partir das matérias que noticiaram os conflitos.

Karolina Moreira de Lucena¹
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Gelsom Rozentino de Almeida
Bolsista CAPES

Introdução: A formação da trincheira. A justiça feita à maneira dos posseiros da fazenda São Lourenço.

Segundo o jornal *Imprensa Popular*, em matéria de destaque na capa com o título “Incendiadas em Caxias as casas dos lavradores”², o primeiro despejo que ocorreu na Fazenda São Lourenço, se deu em 1951, quando centenas de lavradores foram expulsos, tendo suas casas incendiadas e seus pertences roubados. De acordo com a matéria, no dia 27 de setembro, incêndios foram praticados pela polícia a serviço do deputado Getúlio de Moura, e do “alemão nazista” Emílio Horwitz que juntos com Capitão Felipe de Souza Barboza e os herdeiros de Cicero de Souza Figueiredo, surgiram reivindicando a propriedade. Ainda segundo a matéria a fazenda era ocupada por posseiros a mais de 12 anos, eles produziam mandioca, abacaxi e banana, e pagavam a “matagem” a Felipe Gama, que se dizia proprietário das terras.

O periódico revela o alto grau de violência da ação. A matéria denuncia também a audácia do grileiro Emílio Horwitz, que andava em carro oficial, acompanhado por um oficial de justiça, e que uma vez tentou sequestrar um repórter do jornal, o obrigando, com coerção armada, a entrar em um carro. Getúlio Barbosa de Moura afirmava não ser advogado no caso de despejo da fazenda São Lourenço.³ Apesar das afirmações do deputado, a relação entre Emílio Horwitz e Getúlio de Moura, é encontrada em documento no fundo Tribunal de Segurança Nacional⁴, no Arquivo Nacional. Em 1941 Emílio João Carlos Horwitz foi testemunha no processo crime de Euclides Ferreira Gomes e outros. Sobre apuração dos membros da diretoria, da administração anterior do Banco da Lavoura de Iguassu, Emílio Horwitz é testemunha do acusado, e Getúlio Barbosa de Moura era seu advogado.

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2021, projeto: “As trincheiras da fazenda São Lourenço: Trabalhadoras rurais e conflitos por terra na Baixada Fluminense (1950-1964)”, sob orientação do Dr. Gelsom Rozentino de Almeida, bolsista: CAPES.

² “Incendiadas em Caxias as casas dos lavradores”. *Imprensa Popular* 27 setembro 1951. Edição 804 P. 4

³ *A Manhã*. 1 de outubro 1951 Edição 3119 / *Diário Carioca*. 02 de outubro de 1951 Edição

⁴ Arquivo Nacional. FUNDO: Tribunal de Segurança Nacional - BR RJANRIO C8 APL 807 v. 1

Exatamente um ano após despejo da Fazenda São Lourenço de 1951, o jornal *Imprensa Popular*, em matéria que já mencionamos anteriormente (no capítulo 1), lembrava o ocorrido⁵, e o conectava aos despejos que aconteceram posteriormente nas fazendas Capivari e Penha-Caixaõ. Acusava Emílio Horwitz, de usurpar a lavoura de várias famílias, e de estar protegido pelas forças policiais, que furtavam a produção dos que foram expulsos da terra. Em matéria de janeiro de 1953⁶ notícia o ataque a Associação de Lavradores, onde levaram pessoas presas e destruíram o lugar, feito por policiais fardados e civis. Também fala da resistência ao despejo em Capivari, e dos ataques que os lavradores sofriam, mesmo após a comprovação pelo advogado que as terras estavam sendo griladas.

Outra matéria denunciando o desencadeamento da grilagem, após o evento de 1951, é encontrada no jornal *Última Hora* em 1958, sobre o despejo ocorrido naquele ano na Fazenda Piranema. Com título “*Advogado e protetor dos ladrões de terra, Getúlio de Moura ordenou saque em Piranema*”, apontava o episódio como mais um do grave terrorismo político na Baixada Fluminense, e acusava Getúlio de Moura de ser o chefe de uma quadrilha de grileiros, e que o relato da matéria seria “apenas uma pequena parcela da infinidade de desmandos e crimes cometidos contra o povo.”⁷ Penha e Caixaõ foram nomes inventados pelo grileiro Lourival de Freitas, que na época da grilagem era presidente do Partido Republicano e apoiou Getúlio de Moura na candidatura para deputado federal. A reportagem destaca o drama vivido pelos lavradores, que além de enfrentarem uma vida precária, com uma série de dificuldades para manter sua produção, passavam por despejos violentos, sem o mínimo respeito a seus pertences e a sua família. O desrespeito às mulheres é algo constante nas reportagens.

Mais uma ação de despejo na Fazenda São Lourenço foi registrada em matéria do jornal *Folha de Caxias* em 20 de novembro de 1960⁸, ação promovida por Fê Augusta Horwitz, viúva de Emílio Horwitz, contra o arrendatário Antônio Strufaldi, identificado nas reportagens como “o italiano”, por falta de pagamento dos aluguéis, que no ano seguinte provocaria a organização de uma resistência armada contra a expulsão. Os Possesiros, como se refere o jornal, foram à redação, para pedir providências ao governador Roberto Silveira. A matéria narra uma situação desumana entre os trabalhadores rurais, marcada pela fome, e pela constante expulsão. Crítica

⁵ “Centenas de camponeses expulsos de suas terras”. *Imprensa Popular*. 27 de setembro de 1952 Edição 1280 p. 4

⁶ “Investem os grileiros contra uma associação de lavradores”. *Imprensa popular* 31 de janeiro de 1953 Edição 1332

⁷ “Advogado e protetor dos ladrões de terra, Getúlio de Moura ordenou saque em Piranema” *Última Hora*. 28 de agosto de 1958 Edição. 2501 p. 13

⁸ “A luta pelas terras de ninguém. Epidemia de despejos” *Folha de Caxias*. Edição 223 P.8

a postura de autoridades, como o executor do Plano Piloto Aldo Leite, de fazer falsas promessas de desapropriações⁹. A “epidemia de despejo” se alastrava, devido à displicência do governo.

A ação de despejo promovida por Fê Augusta Horwitz tomou proporções mais graves em agosto de 1961, quando oficiais de justiça, acompanhados de policiais, foram até a fazenda despejar quatro das sete famílias que lá viviam. A repercussão do caso foi notória, diversos jornais cobriram o movimento de resistência dos lavradores que se seguiu nos próximos dias. Os posseiros organizaram uma resistência armada, pressionando o governo do estado a realizar a desapropriação.

Segundo o jornal *Luta Democrática*¹⁰, os oficiais foram recebidos com resistência armada, que resultou em um tiroteio com quatro feridos: um lavrador (identificado nas reportagens como “alcaguete”), dois oficiais de justiça e um soldado da polícia militar. A matéria conta ainda o sobre o processo de ação de despejo, promovido pela herdeira da propriedade. Fé Augusta entrou com a ação de despejo ainda em 1960, na ocasião o oficial de justiça, Antônio da Costa Pinha, procurou os ocupantes para que apresentassem defesa, no entanto, os lavradores não chegaram a apresentá-la.

No jornal *Última Hora*, edição de Niterói¹¹, a matéria trazia mais informações sobre os feridos no confronto, informava que um grupo de posseiros da Fazenda São Lourenço, um dia antes do conflito, foi à sede do jornal para denunciar os ataques sofridos por grileiros. Diziam também que se as autoridades não tomassem providência eles mesmos a tomariam. Na reportagem ficava clara a disposição dos lavradores em enfrentar a polícia e de resistir pela permanência em suas terras, mesmo que isso lhes custasse a vida. “Estamos nessas terras há mais de 20 anos e daqui só sairemos mortos”. “Muito antes dessa mulher afirmar que a terra é dela eu já estava aqui, de enxada na mão. Daqui não sairei senão morto”, essas são falas registradas na matéria pelo lavrador Joaquim Domingos de 60 anos, sobre o despejo que ocorria.

Segundo Frederico Araújo a Fazenda São Lourenço era dividida entre quatro proprietários: Cícero Figueiredo, Getúlio Barbosa de Moura e sua esposa, Paulino de Souza Barbosa e sua esposa e Emílio João Carlos Horwitz, representado por sua inventariante, Fé Augusta Horwitz. A área total era de aproximadamente 9.680.00 m², sendo 906.000 m²

⁹ A matéria do jornal *Folha de Caxias* critica o governo, de garantir a permanência dos posseiros “no papo”, sem a formalização através de documentos.

¹⁰ “Recebidos a Bala Oficial de Justiça e os Soldados”. *Luta Democrática*, 18 ago. 1961, edição 2312, p.2.

¹¹ “Posseiros em Guerra receberam Força Militar à bala: 4 feridos em Caxias”. *Última Hora*, 18 ago. 1961, edição 629, p.7.

pertencente à família Horwitz. Toda a fazenda era administrada por Emílio João Carlos Horwitz desde 1950, que com o uso da violência e apoio do poder político local, exercia um domínio sobre os lavradores que viviam nas terras. Com a morte do administrador, o controle sobre as terras diminuiu, e aumentou a resistência ao pagamento do arrendamento. Para tentar solucionar o problema, Augusta Horwitz passa a administração de parte de suas terras a Antônio Strufaldi, que ficou encarregado de realizar a cobrança dos aluguéis. Devido ao não cumprimento do contrato e a falta do repasse dos aluguéis, Augusta Horwitz entra com um pedido de despejo contra Antônio Strufaldi, que acaba por afetar os trabalhadores rurais que produziam naquelas terras.¹²

Segundo matéria do Última Hora¹³ o “italiano”, que arrendou as terras da herdeira, as vendeu ilegalmente a oito lavradores. O jornal ainda acusa a dita “grileira austríaca”, de dar “gorjetas” aos oficiais de justiça, para que não avisasse os lavradores do processo. Violências eram cometidas por capangas (Américo Vespúcio, Luiz Pernambuco e um ex - soldado da polícia de Magé) a mando de Fé Augusta, derrubaram cercas, incendiaram barracos e desrespeitam mulheres. Em matéria do dia 19 de agosto, do mesmo periódico, os lavradores falavam sobre a mudança constante de proprietários, e demarcações arbitrárias, mesmo após o falecimento de Emílio Horwitz.¹⁴ Além da denúncia da situação de exploração enfrentada pelos lavradores, realizada através de depoimento dos mesmos, as reportagens nos jornais nos dão uma dimensão da proporção e radicalidade que tomaram a resistência armada na fazenda São Lourenço e da repercussão do caso, que gerou a identificação e apoio de diversos grupos ao movimento.

Quatro posseiros e suas famílias foram expulsos de suas terras no primeiro dia de despejo. O caráter violento da desocupação repercutiu entre as outras famílias que ocupavam a fazenda, e a especulação sobre a continuidade dos despejos difundiu um sentimento de ameaça. Segundo Marcelo Hernandez apenas sete famílias estariam ocupando a área em litígio, mas outras famílias receberam falsas ordens de despejo¹⁵. Alguns periódicos também corroboram a informação de que os despejos afetariam um número maior de lavradores do que os que

¹² ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). CPDA-UFRRJ, 1982 p. 31-34

¹³ “Posseiros em Guerra receberam Força Militar à bala... Última Hora Ed.629 . Idem

¹⁴ “Lavradores entrincheirados esperam a polícia: a ordem é vencer ou morrer”. *Última Hora*, 19 de ago. 1961, edição 3421, p. 7

¹⁵ ERNANDEZ, Marcelo. *Sementes em trincheiras...* Op. cit... P.149

constavam no processo, pois mencionavam que o despejo afetaria cerca de 300 famílias¹⁶. Temendo pela continuação das desapropriações, os trabalhadores se mobilizaram e organizaram uma resistência armada, criando trincheiras nos principais acessos para impedir a entrada dos oficiais, derrubando pontes. Se dividiram em grupos pelas matas, impedindo a entrada de qualquer que não fosse lavrador naquelas terras.

Foi mobilizada uma força policial com seis soldados para a segunda ação de despejo. Os oficiais foram recebidos a tiros pelos lavradores, e alguns ficaram feridos, sendo forçados a recuar e desistir da ação. Temendo o desencadeamento de novos confrontos em outros locais, o Juiz Hélio Albernaz Alvez suspendeu a ação. Em 1961 foi decretada a desapropriação da fazenda em favor dos lavradores. Apesar da medida ser considerada uma vitória para o movimento, a regularização da situação dos posseiros foi bastante demorada.¹⁷

Outras narrativas.

Alguns periódicos ao apresentarem a narrativa sobre o dia 16 de agosto não se posicionam em favor dos posseiros, como é o caso do *Jornal do Brasil*.¹⁸ Na chamada da capa, diz que os posseiros impediram a ação de despejo, oficializada por um juiz, por meio de uma “emboscada”, e segundo informações, os camponeses faziam parte de núcleos das ligas camponesas. Ainda segundo o *Jornal do Brasil*, no segundo dia de despejo, os oficiais voltaram a fazenda e foram recebidos, em certo ponto da estrada, por um carro preto com “desconhecidos que se intitulavam delegados sindicais”, que tentaram intervir para que não realizassem a ação. O acontecido foi contado ao jornal por Altamiro de Assunção Medeiros, um dos oficiais atingidos, que relatou que seguiam a pé quando foram alvos de tiros que vinham de todos os lados, e após se renderem, os posseiros continuaram a atirar.

Diferente dos outros jornais, a matéria parece ressaltar a arbitrariedade de resistir ao despejo, e não fala sobre a violência constante sofrida pelos trabalhadores rurais da região. O jornal *A Noite*¹⁹ diz que os lavradores ocuparam ilegalmente a área, pertencente a herdeira Fé Augusta. A “ação serena” do juiz Hélio Albernaz e do governador Celso Peçanha, evitaram o

¹⁶ “600 posseiros de Caxias defendem a terra a bala”. *O Jornal do Brasil* 19/08/1961 edição 00194 p. 3. O despejo seria de 3 mil posseiros que habitavam aquelas terras a mais de 15 anos, 2400 mulheres e crianças e 600 homens que foram para as matas.

¹⁷ Em matéria no dia 18 de março de 1968 no jornal *O Fluminense* registrava a ação de grileiros na região. “Lavradores de Caxias apontam terror implantado na fazenda”. *O Fluminense* 18 de março 1969 Edição 23081 p. 2

¹⁸ “Posseiros de Caxias reagem a despejo ferindo a tiro dois oficiais de justiça e um PM” *Jornal do Brasil*. 18/08/1961 edição 00193 RJ p. 4

¹⁹ “Governador e Juiz Evitaram Choque Fraticida em Caxias” *A Noite*. 21 08 1961 ed. 15812

conflito. E ao abrirem fogo contra a força policial, os lavradores feriram o princípio de autoridade, e por isso reforços haviam sido chamados. Os posseiros também estavam “todos armados e insuflados por agitadores”. Políticos queriam tirar proveito eleitoral da situação, prometeram apoio aos posseiros. O jornal do Brasil e A Noite destacam a ação do juiz e do governador de evitar o conflito.

O Correio da Manhã diz que após o aviso de manter distância “Os oficiais de justiça, entretanto, tentaram ponderar, em busca de uma solução satisfatória. Em resposta receberam uma saraivada de balas”²⁰. E mesmo contando com as forças militares, o juiz Hélio Albernaz não revidou. Identifica Fé Augusta como proprietária, e que o movimento dos posseiros teve adesão de políticos e de associações de classe. Também contava com a solidariedade de companheiros radicados nos mais diversos pontos do estado do Rio de Janeiro, foram insuflados por elementos agitadores, e se tornaram uma “massa compacta e revoltada, desejosas de oferecer, a qualquer preço, resistência a quem tentasse executar o mandado de despejo”²¹

Após visita à região, o jornal Luta Democrática, informava que caso o governador não aceitasse a desapropriação sugerida, haveria sangue²². A reportagem tenta deixar explícito uma suposta influência do jornal de Tenório Cavalcanti na fazenda durante o conflito. Conseguiram entrar para entrevistar, utilizando como passaporte o nome de Tenório, tinham que anunciar constantemente que eram do Luta Democrática.

Podemos perceber, através das matérias que noticiaram a revolta na Fazenda São Lourenço, a repercussão do caso, seu alcance, e importância, diante do debate nacional pela reforma agrária. A ação dos lavradores era baseada na sua percepção dos acontecimentos, de que eram vítimas de uma ação conjunta de grileiros e loteadores, com receio da realização de uma reforma agrária. Ligando o acontecimento a um plano maior de, tentativa impedir a reforma agrária.²³ Apesar de alguns jornais tentarem criminalizar o movimento, ressaltando a legalidade do despejo, e colocando os lavradores como sendo influenciados por “agitadores”, a grande maioria dos periódicos se mostra favorável aos posseiros, ressaltando a situação de violência e vulnerabilidade que viviam. A resistência armada que ocorreu também se fazia como pano de fundo para discutir a necessidade de mudança da estrutura agrária, como

²⁰ “Lavradores do E. do Rio receberam polícia a bala”. Correio da Manhã. 18 08 1961 ed. 20982

²¹ “Desapropriação impedirá os choques entre posseiros e forças policiais”. Correio da Manhã. 20 08 1961 ed. 20984

²² “250 fluminenses armados defendem sua lavoura e o pão de cada dia” / “Zona de guerra, defesa perfeitamente organizada...” Luta Democrática 19 08 1961 edição 2313 p. 2

²³ ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara...* Op. cit p. 42

garantidora direitos de uma classe que historicamente, apesar de ser o produtor direto, não tinham direitos sobre suas propriedades.

Em matéria do jornal *O Semanário*²⁴, o episódio na fazenda São Lourenço representava “apenas, mais uma etapa da luta da libertação do camponês brasileiro...” Ressalta que o conflito ocorreu em uma região que ficava a meia hora da Avenida Rio Branco, cercada de bases do exército, aeronáutica e polícia “o que vem provar mais uma vez, que a força da baioneta não emudece o grito de rebeldia de homens e mulheres armadas de trabucos e tocaias nas matas, dispostos ao sacrifício extremo em defesa das suas terras”. Segue dizendo que o drama dos lavradores fluminense era o drama dos lavradores de todo Brasil. Manoel Ferreira Lima assinou uma nota da FALERJ, que afirmava o ocorrido, denunciava a difícil situação dos lavradores, e alertava que poderia ocorrer em outras regiões.

Repórteres do *O Diário de Notícias*²⁵ visitaram o local, e puderam sentir o drama de suas vidas, que era o drama de todos os camponeses do Brasil, que viviam na terra a muitos anos sem possuí-la, sem conhecer o proprietário ausente, sofrendo investidas de grileiros. Temiam fazer plantações e benfeitorias maiores, devido à falta de estabilidade na terra, apenas a agricultura de subsistência era exercida. Não conheciam serviços sociais,

“o único contato com o mundo oficial faz-se através dos policiais que, em conluio com os grileiros, os exploram em nome da lei. E em nome dessa mesma lei que são desalojados, dessa lei que os de fora de seu mundo confundem propositadamente com justiça, dados os interesses de alguns e a covardia de muitos”.

Continua dizendo que a História tem demonstrado que todo sofrimento das grandes massas tem limite, e em São Lourenço se viveu mais um episódio da luta corajosa pela liberdade, não a liberdade que a lei assegurava para alguns, mas da lei que eles estavam conquistando para todos. Que servia de lembrete à sociedade que atravessava uma aguda fase, em que a reforma agrária se impunha como uma necessidade. Os posseiros de Xerém enviavam uma mensagem de advertência à nação, “façam justiça ao homem do campo agora antes que seja tarde”. 400 homens entrincheirados, levados pela fome, miséria, resolveram pelo desespero enfrentar a polícia até a morte, pela a conquista de um mínimo de condições de vida. No Brasil milhões de homens se encontram nas trincheiras na luta por direitos e objetivos, e segundo o jornal estavam perto disso. Segue dizendo que homens iguais os de xerém existiam por todo Brasil, e esperava que os homens públicos tivessem a sensibilidade de entender e resolver a

²⁴ “Lavradores fluminenses de armas em punho, defendem a terra”. *O Semanário*. 11 a 18 09 1961 ed. 275 p. 12

²⁵ “Injustiça faz revolta no campo” *Diário de Notícias*. 26 08 1961 Ed.11898

situação dos camponeses brasileiros, e que a sociedade deveria saber que, se a justiça não fosse feita pela lei seria feita à maneira dos posseiros da São Lourenço.

A disputa política do movimento. Quem conquistou a desapropriação?

A resistência armada que ocorreu na Fazenda São Lourenço foi uma mobilização de grandes proporções, envolvendo o apoio de trabalhadores e organizações de diversas regiões da Baixada Fluminense. A luta contra os despejos teve participação de setores urbanos, sendo apoiado pelo sindicato dos rodoviários de Duque de Caxias, que estava disposto a realizar uma greve contra as agressões sofridas pelos posseiros, e pelo sindicato dos petroleiros.²⁶ “Foi um marco na história das lutas da região”²⁷ Pela primeira vez resistiam ao despejo se utilizando de armas, e de um grande contingente de lavradores mobilizados²⁸. O acontecimento coincidiu com a renúncia de Jânio Quadros e a crise política que se instalou, não tem ligação direta com esse acontecimento, mas pode ser entendido como parte de um quadro mais amplo, da luta de classes, em um contexto que o capital transnacional estava dominado a economia e se preparava para controlar o poder político. A resistência armada foi a expressão dessa luta de classes em um contexto específico.²⁹

Mas os posseiros não estavam conformados com a expulsão, para eles o início de um processo de “limpeza” em toda a região. Era uma questão de sobrevivência. Mobilizavam-se, o que era difícil em escalas mais ampla, pela organização ainda precária. Como a defesa legal não surtiu efeito, prepararam a defesa da terra em que produziam. Está seria a primeira vez, naquele período, na “área dos conflitos”, que um movimento de resistência dos posseiros pegavam em armas organizadamente para assegurar seus interesses...”³⁰

Segundo Frederico Araújo dois fatores foram importantes para a rebelião: a situação de opressão e violência dos despejos e o "amadurecimento das condições subjetivas", do processo organização que ampliava a consciência sobre a situação que enfrentavam, e sua condição de classe. O evento representou o momento de mudança na ação dos lavradores de resistência aos despejos. O começo da ofensiva, indo além das ocupações organizadas, que se estabelecia não como um modelo de luta, mas como uma tendência que poderia ser seguida. O desencadeamento da grilagem de terras, mostrava que só através da resistência mobilizada"

²⁶ “Despejo deu em tiroteio” Diário de Notícias 18 08 1961 ed. 11894 p. 7 p. 11

²⁷ ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara...* Op. cit p. 27

²⁸ Idem p. 31

²⁹ Idem p. 49

³⁰ Idem p. 36

poderia haver êxito³¹. No que o autor chama de segundo momento da luta (depois da São Lourenço), ampliou-se o número de resistências ofensivas.

Segundo Jornal do Brasil³² os posseiros afirmavam que não havia chefe na rebelião, e que estavam “repelindo a dias o deputado Tenório Cavalcanti, que julgam pretender fazer política à custa do seu sofrimento”. Os posseiros alegavam, “juravam por Deus e por nossa senhora”, não fazer parte de nenhuma agremiação, e não conhecerem as ligas camponesas. O jornal a partir dos relatos colhidos afirmava que a quase totalidade dos posseiros não sabia ler ou escrever, muitos deles desconheciam a existência de leis e o papel desempenhado pelo juiz. Aborda o episódio de retirada de um carro de propaganda de Tenório Cavalcanti no dia 18, pelos posseiros, pois não queriam nenhum comando no movimento. “Não queremos ajuda de políticos, disse-nos um posseiro... Aqui ninguém comenda ninguém. Nossa lei é cada um por si e Deus por todos”.

De acordo com o periódico O Jornal³³, os posseiros por meio da resistência, obrigaram o governador a desapropriar as terras. Esteve em iminência de eclodir um choque armado de proporções imprevisíveis. Os sitiantes e companheiros foram para as matas, armados de carabinas, foice, martelo, facão, pedaço de pau, dispostos a defender a pequena propriedade que estava sob sua responsabilidade. Tenório Cavalcanti advogado dos posseiros, e o deputado Jonas Baiense teriam sido os únicos a se encontrarem com os sitiantes. Tenório teria dito “Tenham fé em Deus e mantenham o dedo no gatilho. Tudo se arranjará”. O jornal diz que Tenório estava fazendo piada, e na verdade ele foi apelar para os meios legais, pedindo ajuda ao juiz.

As matérias do Luta Democrática colocam Tenório Cavalcante como a pessoa que conseguiu a desapropriação. Em matéria do dia 22 de agosto³⁴, chega a dizer que os lavradores só acreditaram na desapropriação porque foi Tenório que deu a notícia. Que até ele chegar a fazenda estava interditada. A reportagem teria chegado a fazenda no domingo, no QG montado por Tenório na casa de Alaíde, e teria colocado os lavradores “a par da significativa vitória obtida por Tenório”. Todos ficaram alegres e agradecidos ao candidato a governador. Segundo o depoimento de Juvenal, identificado como um dos líderes da resistência, cedo foram avisados do “trabalho do deputado Tenório, mas só teria valor quando saísse no diário oficial”. Um

³¹ Idem p. 93-94

³² “600 posseiros de Caxias defendem a terra a bala” p. 3. Idem

³³ “Posseiros obrigam governador a proceder a reforma agrária do Estado do RJ” O Jornal 20 08 1961 ed. 12370. pg. 11

³⁴ “O primeiro dia da vitória na fazenda São Lourenço” Luta Democrática Edição 2315 22/08/61 Rio de Janeiro

lavrador levantou a voz e disse que o diário oficial deles era o Luta Democrática. Decidiram que cada um sairia com um exemplar do jornal para os postos onde estavam os lavradores. Um dos lavradores teria agradecido a Tenório, dizendo a seguinte mensagem: “Diga a “seu” Tenório que a gente lhe manda dizer muito obrigada. Graças a Deus não foi preciso ele vir lutar com a gente, de arma na mão. Mas, se for preciso outra vez, aceitamos logo sua ajuda, porque desse jeito ninguém pode trabalhar. Ao primeiro sinal de ameaça, vou buscá-lo. Só ele nos pode salvar.”

Já o jornal Última Hora³⁵ anuncia que os lavradores receberam a notícia da desapropriação por Bocayuva Cunha e Badger da Silveira, e que eles foram recebidos com entusiasmo, e que a pronta ação dos dois evitou “provável derramamento de sangue.”³⁶ Badger da Silveira não deixa de mencionar que era irmão de Roberto Silveira, e candidato à sucessão do governo fluminense na eleição de 1962, e prometia providência para evitar novos conflitos. A matéria dá grande visibilidade a essa figura que concorria a um cargo público no período, e seu parentesco com Roberto Silveira. Dizia o candidato a governador, que iria tomar providências “para impedir a invasão”. Eles mantiveram contatos com as autoridades e foram dar a notícia no sindicato dos rodoviários onde ficava o “quartel general urbano do movimento de rebeldia dos lavradores”. Destaca a figura de Badger da Silveira e Bocayuva Cunha como articuladores da desapropriação. Não deixa claro qual foi a atuação deles, pois diz apenas que se reuniram com autoridades.

Em momentos de disputa eleitoral, candidatos passaram a incluir os posseiros em seu discurso se mostrando favoráveis às ocupações, e se posicionando contra a grilagem.³⁷ A resistência armada ocorrida na fazenda São Lourenço, ocorreu próximo às eleições para governador do estado do Rio de Janeiro em 1962, onde disputaram além de outros políticos, Tenório Cavalcanti e Badger da Silveira. A utilização de jornais de linhas de pensamento diferentes nos permite contrapor as informações divulgadas. Buscamos ressaltar a escolha pessoal dos lavradores pela forma de resistência armada, a forma como eles lidavam com a disputa política pela representação do movimento, por exemplo recorrendo às figuras políticas quando julgavam que seria de alguma ajuda, e as diferentes perspectivas sobre qual ação teria

³⁵“Posseiros em armas ganharam terras: “Grileiros” expulsos”. Última Hora 21/08/1961 Edição 03422 Rio de Janeiro Pag. 2

³⁶ “Após 72 horas de expectativas nas trincheiras. Vitória dos lavradores de Xerém: terras serão desapropriadas hoje” Última Hora 21/08/1961 Niterói edição 0631 p. 7

³⁷ GRZYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950 - 1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987 p. 287-288

sido fundamental para a realização da desapropriação.³⁸ O que podemos perceber, tanto nas publicações do Última Hora (de influência do PTB), como as do Luta Democrática (que tinha como diretor Tenório Cavalcanti), é uma tentativa de atribuir a desapropriação a articulação feita por eles, não deixando de mencionar sempre que possível, suas candidaturas. Apesar da tentativa de atribuir a desapropriação aos apelos de Badger da Silveira ao governador, as reportagens por si só, não deixam clara qual teria sido essa influência. Outros periódicos por sua vez dão destaque a pressão dos lavradores, na realização de uma resistência armada que poderia gerar graves conflitos, como fundamental para a decisão do governo de desapropriar as terras em benefício dos lavradores.

A partir da análise dos depoimentos selecionados e das fontes de jornais, podemos perceber que a ação dos lavradores e posseiros, de lutar contra os despejos que vinham ocorrendo, foi imprescindível para a conquista da desapropriação. Homens e mulheres que viviam da sua atividade no campo e como Nilson Venâncio, Laerte de Bastos, Chico Silva e Moises, que presenciaram ao longo da vida as violentas expulsões. Esse teria sido o motivo da participação nos movimentos organizados, e da disposição de perder a própria vida para se manterem na terra, no caso da fazenda São Lourenço.

Grynszpan ressalta que a radicalização dos conflitos não se deu de forma unilateral, provocada pela mobilização da base camponesa, foi um conjunto de fatores, e o principal deles a disputa política pela representação do movimento, que dava legitimidade e trazia a reivindicação para o centro do debate político nacional. Alguns agentes eram levados a incentivar as mobilizações, para mostrar sua força junto aos lavradores, mesmo que não fosse seu real objetivo. Esse processo de disputa foi fundamental para radicalização dos conflitos no início da década de 1960.³⁹

A afirmação do campesinato, e a dinâmica política do Rio de Janeiro, a partir dos anos 1960, fizeram com que as desapropriações fossem vistas positivamente. Diante disso as forças que atuavam no estado tentavam fazer uma apropriação política das desapropriações, esse foi o caso da fazenda São Lourenço. A conquista de uma desapropriação representava o aumento de sua credibilidade e de seu capital político. O campesinato era mencionado pela sua capacidade de mobilização, mas não como um ator decisivo para a conquista da desapropriação. A disputa entre os grupos era uma disputa pela conservação ou pela transformação da ordem

³⁸ CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007

³⁹ GRYSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política...* Op. cit. p 356

social. Cada grupo impunha a sua noção de legitimidade, e com ele uma representação do mundo social e do campesinato.⁴⁰

No centro da disputa por essa representação estavam os lavradores, posseiros, pequenos produtores, sem terra. Eles participavam e controlavam as associações de lavradores, e eram os que controlavam o movimento das áreas onde as lutas foram mais intensas. A mobilização não se deu em decorrência direta da questão econômica, situação de miséria e opressão, que os conduziu à mobilização, mas sim a desnaturalização da sua condição de proprietário, propiciada pela presença do grileiro.

A luta entre posseiros e grileiros na "região dos conflitos" fazia parte da luta de classes no Brasil, que teve localmente, grande relevância da expansão urbana e a concentração da terra, contrastando com o grande número de pessoas sem a propriedade da terra⁴¹. Os trabalhadores rurais sempre resistiram à tentativa de destruí-los enquanto classe. Com o aumento da tensão com os proprietários na década de 50 a resistência passou a acontecer "de modo empírico". Os conflitos locais pela disputa de terras e contexto nacional de crise econômica e efervescência política fez o movimento dos lavradores avançar na sua capacidade de oposição. A explosividade potencial dos lavradores, marcada pelas resistências armadas, se tornou uma ameaça real, de consequências desconhecidas. Momento em que a resistência se tornou mobilizada, e a São Lourenço foi o marco nesse momento de luta.⁴²

Não foi só a pressão de base, ou atuação de alguns grupos, que gerou a radicalização do movimento. Foi o conjunto de relações complexas que levou ao acirramento das mobilizações. Ainda que a pressão da base camponesa, não tenha sido a única responsável pela radicalização das ações dos lavradores, essas são uma mostra da autonomia da base organizada da diretriz das lutas.

Referências:

ALVES, José Claudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, Rio de Janeiro: APPH-Clio, 2003.

ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). CPDA-UFRRJ, 1982.

CRUZ, Heloisa de Faria. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, dez. 2007

⁴⁰ Idem p. 345

⁴¹ ARAÚJO, Frederico de. *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara...* Op. cit. p.206

⁴² Idem p. 207

ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In SIGAD, Ligia; ERNANDEZ Marcelo e ROSA Marcelo. *Ocupações e acampamentos. Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond e Faperj, 2010.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950 - 1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, 1987.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.) *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Consequência, 2018

Fontes:

Periódico – Edição

Amanhã (edição: 3119), A Noite (edições: 15810; 15812), Correio da Manhã (edições: 20982; 20984; 21076), Diário Carioca (edição: 7135), Diário da Noite (edição: 11892), Diário de Notícias (edições: 11894; 11898; 11986; 12067; 12466; 12549), Folha de Caxias (edições: 223; 260), Imprensa Popular (edições: 804; 1280; 1332), Jornal do Brasil (edições: 193; 194; 195; 196; 217; 262;), Luta Democrática (edições: 2312; 2313; 2314; 2315; 2317; 5761;), Novos Rumos (edições: 130; 138), O fluminense (edições: 24020; 24082; 24110; 24189; 23081), O Jornal (edições: 12370; 12450), O Semanário (edição: 275), Última Hora (edições: 2501; 3420; 03422; 3423 (Rio de Janeiro); 628; 629; 630; 631; 632; 650; 653; 673; 725; 729; 4181)

As contribuições da CEPAL para o desenvolvimentismo e o governo de Juscelino Kubitschek

Laís Assunção Moreira¹
Mestranda em História Social no PPGHS/FFP-UERJ
Orientadora: Christiane Vieira Laidler
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre de parte da pesquisa de mestrado, cujo título é: “O processo de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia: o extrativismo madeireiro e a política desenvolvimentista dos anos JK (1956-1961)”, ainda em andamento. O presente trabalho propõe analisar a teoria defendida pelos teóricos que compunham a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e as suas contribuições para a política desenvolvimentista brasileira nos anos de governo do presidente Juscelino Kubitschek (JK). A CEPAL fora criada em 1948 com o objetivo de colaborar com o desenvolvimento latino-americano compreendendo suas questões sociais, econômicas e políticas, atuando através da elaboração de sérias e importantes pesquisas; e do planejamento de projetos de ação conjunta com os governos dos países latino-americanos. Seus intelectuais através da ideologia desenvolvimentista buscaram identificar os problemas – e também indicar possíveis soluções – que surgem como consequência das transformações ocorridas na América Latina, e de identificar quais são os empecilhos para o desenvolvimento industrial da região. Através da ideologia desenvolvimentista, a CEPAL cooperou tecnicamente com os governos latino-americanos para a construção de projetos e implantação de políticas públicas a fim de promover o desenvolvimento social e econômico da região, e superar a situação de atraso econômico e subdesenvolvimento em que se encontrava. No Brasil pode-se ver através do governo JK uma grande influência do pensamento cepalino no planejamento e na política econômica adotada através do Plano de Metas.

1. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o pensamento desenvolvimentista latino-americano

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “O processo de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia: o extrativismo madeireiro e a política desenvolvimentista dos anos JK (1956-1961)”, sob orientação da Dr.^a Christiane Vieira Laidler, bolsista: CAPES.

Na seara dos estudos sociais e econômicos sobre a América Latina nos anos 1950, e mais, tratando do governo do presidente Juscelino Kubitschek e da análise do contexto brasileiro durante esses anos é imprescindível voltar-se para as contribuições da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, feitas por meio dos estudos e análises de seus diversos intelectuais.

A CEPAL foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da necessidade de entender quais as características da região a fim de colaborar com seu desenvolvimento econômico e social. Desde a sua criação a instituição tem como objetivo colaborar com o desenvolvimento latino-americano compreendendo suas questões sociais, econômicas e políticas, atuando através da elaboração de sérias e importantes pesquisas; e do planejamento de projetos de ação conjunta com os governos dos países. Pode-se sintetizar a função da CEPAL apontando que sua finalidade é de cooperar tecnicamente com os governos latino-americanos para a construção de projetos e implantação de políticas públicas a fim de colaborar com a promoção do desenvolvimento social e econômico – atualmente, esse desenvolvimento é pensado considerando também a questão ambiental – de seus países.²

De uma forma geral a teoria da CEPAL estará preocupada em entender o padrão das transformações latino-americanas caracterizando-a como singular, ou seja, diferente do padrão de desenvolvimentos das economias centrais. Não está em busca de desenhar um processo ideal de desenvolvimento aos quais os países periféricos devem passar, ou de compará-los com as economias desenvolvidas, mas, sim de contrastar essas formas de desenvolvimento, (FURTADO, 2009). A busca por identificar os problemas – e também indicar possíveis soluções – que surgem como consequência das transformações ocorridas, e de identificar quais são os empecilhos para o desenvolvimento industrial são pontos centrais da produção cepalina.

Dentro da CEPAL se compreendia que o problema da América Latina é de caráter econômico e residia em seu atraso industrial. Dessa forma a região fora classificada como “região subdesenvolvida”, essa foi a forma de caracterizar os países periféricos que se encontram nessa condição. Nesse sentido faz-se importante situar que o conceito de “centro-periferia” é fundamental para entender a teoria cepalina. Entende-se por esse conceito que com a Revolução Industrial e com a divisão internacional do trabalho (DIT) fora provocada uma diferenciação no modo de desenvolvimento dos países, fazendo com que o desenvolvimento

² Ver mais em: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

das técnicas dos países centrais (no sentido de serem o centro do capitalismo e da atividade industrial) se diferenciasse dos países periféricos (esses a margem desse processo, ficando responsáveis pela produção e fornecimento de matérias-primas para o abastecimento das indústrias, com pouca ou quase inexistente atividade industrial em seus territórios). O entendimento, segundo Bielschowsky, é que a partir da DIT “o progresso técnico se desenvolveu de forma diferente nos dois polos” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 11), isso porque além da velocidade com que a indústria se desenvolveu nos países centrais, a produtividade de todos os setores desses países também aumentou.

Se o cerne do problema do atraso latino-americano se concentrava na sua pouca, ou quase inexistente atividade industrial, a solução se baseava em promover a industrialização desses países. Essa defesa da industrialização como forma de superar o atraso econômico e promover o desenvolvimento social é considerada o ponto central da ideologia desenvolvimentista³. O economista Ricardo Bielschowsky (2004) que produziu uma valorosa contribuição para pensar essa ideologia no Brasil, afirma que o desenvolvimentismo é “ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização integral, considerada como forma de superar o atraso e a pobreza brasileiros.” (p. 11).

A partir da questão da industrialização foram demonstradas diferentes dificuldades do desenvolvimento econômico latino-americano, isso porque apesar de se ver nela a solução para superar a condição de atraso econômico, esse foi um processo que na prática fora imposto de fora para dentro, numa estrutura econômica que apenas possuía especialização na atividade exportadora.⁴ Nesse sentido, embora a industrialização apareça como solução do problema econômico da América Latina, a implantação da atividade industrial sem planejamento e sem a intervenção estatal, como defendem os intelectuais da CEPAL, está fadada ao fracasso, pois acarreta problemas como “o desemprego, a deterioração dos termos de troca, a tendência ao desequilíbrio externo e a tendência a inflação” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 21). Sendo assim a forma do desenvolvimento industrial desses países subdesenvolvidos deveria passar pela coordenação e intervenção de seus Estados, e partindo da compreensão de que suas características são próprias de suas economias dependentes. Apesar dessas serem reflexo da

³ Bielschowsky aponta que a gênese da ideologia desenvolvimentista brasileira se encontra entre os anos de 1930-1945 e que é possível classificar três tipos de pensamento desenvolvimentista no Brasil: a corrente desenvolvimentista do setor privado, a corrente não nacionalista e a corrente-nacionalista. A CEPAL se situa dentro da corrente nacionalista fornecendo a ideologia desenvolvimentista contribuições anti-liberais. Ver mais em: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 77-80.

⁴ Ver mais em: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

expansão das economias centrais, não se assemelham com elas, portanto não devem ser compreendidas a partir das dinâmicas de desenvolvimento dessas economias.

Cabe evidenciar que a contribuição desses estudos e análises possui destaque por sua inovação, pois em seu cerne está a compreensão da América Latina a partir da América Latina. Isso quer dizer que, buscou-se a compreensão do desenvolvimento latino americano a partir de seus próprios aspectos e particularidades. No livro *Desarrollo e integración en América Latina* é apontada a importância das produções da CEPAL ao mostrar de que compreensão seus intelectuais partiam e sobre as análises latino-americanas posteriores:

A partir dos anos cinquenta, o debate sobre o Estado e a economia se vê influenciado pelas ideias desenvolvimentistas promovidas pela CEPAL. Raúl Prebisch, Celso Furtado, Medina Echeverría e Aníbal Pinto estão entre os intelectuais que apontavam a necessidade de ação do Estado para a promoção de políticas industriais destinadas a superar a dependência e a assimetria dos termos de intercâmbio que caracterizava a inserção econômica da América Latina no mundo. (CEPAL, 2016, p. 290 (tradução nossa))

Nesse sentido de compreender as contribuições do que fora produzido a partir da CEPAL, direcionaremos no tópico seguinte a nossa análise para o entendimento do fenômeno do subdesenvolvimento. Com isso contaremos com estudos de alguns dos intelectuais da instituição. Essas são análises já sobre a segunda metade da década de 1950, período no qual essa pesquisa está inserida.

2. O subdesenvolvimento na América Latina

O atraso econômico ao qual a América Latina se encontrava fez com que diversos intelectuais, principalmente economistas, a classificassem como região subdesenvolvida. O subdesenvolvimento fora estudado de diferentes formas e a partir de diversas correntes teóricas e ideológicas, no entanto a CEPAL influenciou profundamente como o subdesenvolvimento passa a ser pensado a partir dos anos de 1950.

O subdesenvolvimento não foi uma categoria criada pela CEPAL, e tampouco não há um consenso sobre sua definição, mas destaca-se a Comissão porque a instituição utilizou o conceito para explicar a condição de atraso econômico da América Latina diferenciando-se de outros desenvolvidos até àquele momento. Essas partiam do entendimento de que o subdesenvolvimento era uma etapa do desenvolvimento econômico, e assim sendo a América Latina estaria passando por uma fase, já para a CEPAL o subdesenvolvimento era uma condição, um fenômeno próprio das economias subdesenvolvidas.

Portando, o processo de desenvolvimento econômico latino-americano se daria por outros meios, e é nesse sentido que dentro do pensamento cepalino se busca compreender as nuances e as características latino-americanas. Reconhecendo a sua condição de subdesenvolvimento para assim poder superá-la e entendendo-a como uma condição particular. Raúl Prebisch um dos nomes mais influentes da CEPAL contribui imensamente para o entendimento das características do subdesenvolvimento latino-americano, em seu texto *Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano* de 1963, traz uma análise e estudo um pouco mais atualizados e por ser assim nos evidencia com maior clareza a condição em que América Latina se encontra após, de modo geral, ter passado por uma fase intensa de industrialização. Prebisch reafirma posicionamentos que estão presentes desde o seu texto clássico de 1949⁵, como a importância da industrialização, o planejamento, o reconhecimento da condição de subdesenvolvimento latino-americano e suas especificidades, porém nesse texto com um olhar sociológico e crítico ao processo de industrialização que se deu, vem levantar e fortalecer outros pontos do desenvolvimento econômico que são eles, a necessidade de cooperação dos países centrais – mais especificamente os EUA – enfatiza o olhar sobre a estrutura social e a necessidade de distribuição de renda e nesse ponto o foco da discussão se concentra na necessidade de reforma agrária e, principalmente, nesse sentido na diminuição do consumo das classes de alta renda, (PREBISCH, 2000).

A necessidade de restringir o consumo das classes altas é apresentada para que se possa investir em progresso técnico e possibilitar o aumento da produtividade com a produção de trabalho e conseqüentemente resolver o problema da força de trabalho excedente. Essa questão evidentemente não é tão simples, e deveria ser acompanhada e direcionada pelo Estado, dentro desse ponto destaca a forma como que se deu a industrialização nos países latino-americanos, como uma “exigência inelutável do desenvolvimento econômico”, mas evidencia a desigualdade de intercâmbio, pois embora esses países passassem a produzir manufaturas (e essa em sua grande maioria para atender um mercado interno) há ainda uma demanda de importação que permaneceu crescente e que cresceu num ritmo muito mais rápido do que a demanda por exportações de produtos primários, essas ainda fundamentais para a economia latino americana.

Dentro desse esquema, foi-se desenvolvendo a industrialização de nossos países. E agora começa-se a sentir, com crescente intensidade, o obstáculo que isso representa para o desenvolvimento econômico, [...], em grande parte por

⁵ Aqui fazemos referência ao texto “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais” publicado em 1949.

razões alheias à decisão dos países latino-americanos. Existe, pois, uma tendência latente para o desequilíbrio, que se agudiza com a intensificação do desenvolvimento econômico. (PREBISCH, 2000, p. 457)

E é dentro desse ponto, reconhecendo essa anomalia e fragilidade da industrialização na América Latina, que Prebisch destaca a necessidade de cooperação internacional como parte importante para o desenvolvimento da América Latina. Prebisch evidencia que tanto a restrição dos EUA às importações – devido a sua política protecionista – que atinge drasticamente as exportações latino americanas, quanto às limitações para comercialização com os países europeus impede que os países da América Latina se beneficie desse mercado que apresenta uma demanda por produtos primários. A cooperação internacional diz respeito tanto ao incentivo a exportação de produtos industrializados, quanto aos investimentos na produção industrial latino-americana e também a possibilidade de explorar o comércio com outros mercados, e defende que é fundamentalmente necessário que os países latino-americanos possuam autonomia para dirigir suas economias.

José Medina Echavarría é outro autor cepalino que trouxe um apanhado histórico em suas análises sobre o desenvolvimento social e econômico da América Latina. Para tanto traz inicialmente como se deu o processo de desenvolvimento nos países centrais, isso porque se mostra importante ressaltar – como está no centro do pensamento da CEPAL – que os processos de desenvolvimento dos países centrais são diferentes dos países periféricos e que não cabe uma comparação, mas sim uma compreensão desses desenvolvimentos, pois eles se relacionam entre si. Pode-se dizer que os países centrais possuem influência direta sobre as economias periféricas, mas não consideramos aqui que aquelas sejam determinantes das economias periféricas, porque essas passam a ter certa autonomia em seu desenvolvimento, principalmente quando consideramos os fatores de seu desenvolvimento interno, (ECHAVARRÍA, 2000).

Pode-se considerar através desse pensamento, que a América Latina se encontra numa situação revolucionária, essa diz respeito a uma revolução industrial latino-americana onde está sofrendo um processo de transformação de sua estrutura econômica com o processo de industrialização. Essa transformação é dotada de particularidades, mas que por vezes pode ser confundida, ou até mesmo equiparada com as transformações econômicas do desenvolvimento das economias centrais e nesse sentido o autor evidencia algumas diferenças.

A diferença que o autor traz é que há também um dualismo no desenvolvimento latino americano, mas que esse não pode ser confundido com o dualismo ao qual também se encontra no desenvolvimento dos países centrais. Echavarría faz uma distinção do que seria esse “dualismo estrutural” nos países desenvolvidos e nos países subdesenvolvidos. No primeiro

esse dualismo se apresenta e é possível de ser identificado em uma fase de transição, o que quer dizer, que possam coexistir, por exemplo, dois modos de produção ou de estrutura econômica, mas esses se apresentam, como fora apontado, num momento de transformação das bases econômicas, o que é de fato compreensível e lógico, pois essa passagem não se dá de maneira automática e os processos de ruptura/transformação não se dão de forma brusca chamamos de processo de transformação de um modo de desenvolvimento econômico.

No entanto nos países subdesenvolvidos esse dualismo se apresenta de outra maneira, “a estrutura da sociedade latino-americana se constituiria, na realidade, pela coexistência de duas sociedades distintas, coetâneas, mas não contemporâneas: a moderna e a tradicional, a ‘progressista’ e a ‘arcaica’.” (ECHAVARRÍA, 2000, p. 428), o que já mostra a particularidade da forma econômica da América Latina e de suas estruturas. O autor ainda destaca que o “dualismo estrutural” não seria uma característica da América Latina, visto que esse dualismo se dissolve na medida em que a coexistência dos modos econômicos apesar de poderem conflitar em determinados momentos, ao mesmo tempo em que podem ser fechados, eles influenciam entre si e até mesmo se formam em outra coisa. São modos que apesar de que, em grande parte, estarem justapostos, estão em busca do caráter moderno.

Mas, provavelmente, a discussão que mais se destaca é a que trata do declínio da velha estrutura econômica latino-americana. Echavarría faz uma excelente contribuição ao elaborar uma análise intensa da passagem da estrutura econômica tradicional para a moderna. Para isso apresenta e determina a instituição que determina a estrutura social da América Latina: a fazenda, considerada uma “unidade econômico-social”. E por assim ser, ela não determinou a América Latina apenas economicamente, mas também socialmente. Destaca-se que se trata do declínio e não da extinção dessa unidade econômica, como bem coloca o autor.

A fazenda, nem é preciso dizer, não constitui a única unidade socioeconômica significativa. Na economia, ela divide sua importância com os campos de mineração e com os centros mercantis de exportação, e desde muito cedo (século XVI) integrou com eles uma configuração econômica peculiar, que se estendeu durante séculos quase sem nenhuma modificação substancial, até as últimas décadas. E, no campo cultural e político, ela tem que contar com a ação do Estado e da Igreja e aceitar ou suportar a irradiação permanente da fundação urbana. (ECHAVARRÍA, 2000, p. 434)

Embora seja sabido que a forma e a intensidade com que essa unidade econômica-social tenha moldado a organização e o modo da economia e seu desenvolvimento na América Latina ele passou por uma profunda transformação, tornando-o não mais o elemento fundamental da economia latino-americana, esse processo de declínio é apontado por Echavarría:

A dissolução do sistema da fazenda ou, em termos mais exatos, sua transformação em outros tipos de exploração econômica e de relações sociais tem uma história impossível de traçar detidamente aqui. Passando por cima dos detalhes, podemos afirmar que suas causas foram econômicas e provieram tanto do mercado externo quanto dos mercados internos. Elas poderiam ser levantadas no encadeamento de índices econômicos já conhecidos, quer das exportações, quer das mudanças da demanda total. (ECHAVARRÍA, 2000, p. 440)

De certo, como afirma o autor, o que consolidou a dissolução da fazenda, foi a sua conversão à empresa. Essa se deu não apenas por uma exigência externa, mas também pelas dinâmicas internas que foram se dando, evidenciando a ineficiência desse modelo para atender um mercado interno. Por assim ser, entende-se o peso e o caráter determinante com o modo com que se desenvolveu a América Latina, embora existam diferenças no que diz respeito a intensidade com que se deu essas formas na América hispânica e a lusitana, mas como destaca o autor o não se faz necessário identificar ou diferenciar essas particularidades. Mas sim entender que essa forma econômica-social fora determinante para fazer “a América Latina, ainda hoje predominantemente agrária.”, (ECHAVARRÍA, 2000, p. 445).

Considerando a transformação da fazenda em empresa, Echavarría ainda traz questionamentos sobre em quem seria o grupo capaz de direcionar o desenvolvimento, se seria a mesma classe dirigente da fazenda, ou a burguesia que vinha se formando, ou na recente classe trabalhadora do setor industrial que emergia. Essa nova configuração trazia à cena uma discussão que pauta da promoção do desenvolvimento econômico. O autor vai colocar esse, como uma confluência do poder técnico e científico, em outras palavras, a necessidade do saber técnico e do avanço científico. E destacará a política como um elemento de impulso e direcionamento desse desenvolvimento, assinalando que a forma democrática como um propulsor do desenvolvimento, considerando uma estabilidade e organização da sociedade, ainda que o modelo democrático possa se mostrar ineficaz.

A convicção mantida até aqui é que a fórmula democrática é capaz de levar adiante o desenvolvimento econômico, e de modo algum apenas por preferências de valor, mas por razões técnicas. Razões que asseveram igualmente os pressupostos teóricos do crescimento — uma taxa sustentada e suficiente dele — e uma distribuição equitativa e humana de seus resultados. Nada se opõe, em princípio, a que a inteligência seja capaz de determinar os procedimentos necessários para um planejamento democrático. (ECHAVARRÍA, 2000, p. 448-449)

Essa nova configuração pode ser visualizada no caso do Brasil quando observamos a mudança de sua economia em termos de produção, passa-se de produtor de produtos primários para produtor de manufaturas. Ainda que a produção primária continue ocupando papel

importante dentro dessa economia, a passagem para o processo de substituição de importações revela o que Echavarría fala sobre as transformações que ocorrem no modo de funcionamento da fazenda. Analisaremos o caso da economia brasileira no tópico seguinte.

3. JK e desenvolvimentismo

Tratando do governo de Juscelino Kubitschek pode-se perceber o seu caráter desenvolvimentista na política econômica adotada compreendida no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), sintetizado no Plano de Metas, visava fomentar a industrialização e integrar os territórios. Sendo assim o Plano de Metas foi estruturado em 31 metas que abrangia os setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a nomeada “metassíntese”, referente à construção de Brasília. A construção da nova capital federal se configura como o exemplo do “plano de integração nacional”, (MOREIRA, 2013).

A execução e os resultados do Plano de Metas foram positivos, ao analisar os dados do crescimento econômico do Brasil nos anos JK é possível observar o seu sucesso e notar o crescimento da taxa média do Produto Interno Bruto (PIB), (FARO; SILVA, 2002) Ainda nesse sentido ressalta-se que os resultados das metas de energia, transporte e infraestrutura, considerados imprescindíveis para alavancar a industrialização, foram evidentes. As metas referentes à pavimentação e construção de rodovias superaram o previsto. A meta-síntese também foi alcançada, JK não só construiu Brasília, mas também a inaugurou. A nova capital significava tanto o novo, o moderno, quanto a conciliação dos interesses diferentes grupos políticos que se destacavam no período, e ainda foi a forma encontrada por JK para conectar regiões. (MOREIRA, 2013).

O Plano de Metas deixa evidente a influência desenvolvimentista do governo JK, o plano sintetizava a ideia de modernizar, promover o progresso por meio da industrialização. Márcia Aparecida Ferreira Campos (2007) em seu estudo sobre o governo JK confirma que:

O Plano de Metas, núcleo básico em torno do qual giraram as esferas da política econômica do período, é tido em alta conta como esforço de planejamento concretizado no Brasil. [...] De fato, o período que vai de 1956 a 1961 se tornou notável pelo vultoso crescimento econômico ocorrido no país, crescimento este pautado principalmente no desenvolvimento industrial engendrado por tal Plano. [...] Em suma, dando continuação ao processo de substituição de importações, a prioridade do Plano de Metas foi o desenvolvimento de níveis superiores da estrutura industrial, para permitir uma maior integração vertical, suprimindo pontos de estrangulamento, que também incluiu para tanto o desenvolvimento da infra-estrutura. (CAMPOS, 2007, p. 12-13)

Com uma indústria estruturada se superaria a condição de atraso econômico. É certo que para isso seria necessário investimentos e é nesse ponto que reside as principais críticas e fragilidades do governo JK. Apesar da sua grande aceitação nacional, Kubitschek, enfrentou resistências não só como vimos com Benevides. É fato, como já tratado por muitos estudiosos do período, que o Plano de Metas viabilizou o crescimento econômico e a industrialização, mas também é preciso considerar que o Brasil não possuía reais condições para financiar um projeto tão ambicioso com fora o de JK, afinal a sua execução gerava altos custos e com essa prerrogativa foram abertas as portas para a entrada do capital estrangeiro que passou a financiar o projeto juscelinista e assim tornou possível a sua execução. Entretanto esse não era um necessariamente um problema na visão de Kubitschek, afinal o objetivo era possibilitar e acelerar o crescimento econômico e sendo assim optou por facilitar “a entrada de capitais externos no país por meio da concessão de privilégios fiscais e econômicos, e aceitando depender de financiamentos internacionais para acelerar o crescimento industrial.”, (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 422). Essa medida acarretou consequências onde seus prejuízos se estenderam até as administrações posteriores a sua.

Outro aspecto em que se pode notar a influência desenvolvimentista no governo Kubitschek é no que tange a questão da inflação. Como observado anteriormente através de Furtado, a inflação foi um problema latente na segunda metade da década de 1950. Campos (2007), em seu estudo sobre o discurso de Kubitschek, também colabora para a compreensão de como JK enfrentou o problema da inflação, e coloca que embora esse não fora um assunto ao qual esteve presente no Plano de Metas, apareceu em diversos momentos do discurso de Kubitschek.

A inflação era uma questão latente, a qual não podia passar batida e Kubitschek reconhecia o desafio colocado ao seu governo na medida em que considerava as consequências advindas do processo de transição econômica: a passagem de essencialmente agrário-exportadora, para uma economia agora de caráter industrial. E esse sentido é que se torna possível visualizar através de seu discurso a perspectiva desenvolvimentista para lidar com esse problema, uma vez que o presidente afirma em diferentes momentos que, é causada por um processo que se iniciou em períodos posteriores e embora não seja intrínseca ao desenvolvimento, sem ela o país não teria se industrializado, onde o subdesenvolvimento era um motivo causador e que portanto para resolvê-la era necessário a desenvolvimento da

indústria, por tanto as medidas adotadas para combater a inflação não poderiam ser empecilho para a industrialização.⁶ Campos (2007), nos confirma essa relação com o desenvolvimentismo:

Ademais, em termos teóricos, no que concerne especificamente à inflação, pôde-se observar que o estruturalismo sobressai no pensamento de Kubitschek. Não que isso fosse uma decorrência automática do fato de Juscelino encampar o desenvolvimentismo – algo que poderia ser cogitado, já que estas duas concepções se entrelaçam na teorização da CEPAL [...]. Nesse sentido, pode-se confirmar quão grande foi a encampação do pensamento cepalino por Kubitschek, vez que este abraçou estas duas concepções em seu discurso. (CAMPOS, 2007, p. 66)

Como vimos o caráter desenvolvimentista do governo Kubitschek fica explícito na sua política econômica sintetizada no Plano de Metas, na sua interpretação sobre o problema da inflação e na forma de superá-la.

Referências

- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- CAMPOS, Márcia Aparecida Ferreira. **A política econômica do governo Kubitschek (1956- 1961): o discurso em ação**. Dissertação (Mestrado em Economia), Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS, 2007.
- CEPAL. **Desarrollo e integración en América Latina**. Editorial: CEPAL, 2016.
- ECHAVARRÍA, José Medina. Considerações sociológicas sobre o desenvolvimento econômico da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FARO, Clóvis. de; SILVA, Salomão. L. Q. da. A década de 1950 e o Plano de Metas. In: GOMES, Ângela de Castro. (Org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, J.. (Orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- PREBISCH, Raul. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

⁶ A inflação se relaciona com a ausência de um planejamento de como o governo lidaria com os gastos da industrialização, uma vez que esses gastos foram maiores que o previsto. Segundo Lessa, as medidas de combate a inflação possuíam um caráter paliativo e que resolviam o problema a curto prazo. Ver mais em: LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

J'accuse! A verdade em marcha rumo ao ideal: O projeto de futuro progressista em Émile

Lara Bernardo¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Ana Carolina Huguenin
Bolsista CAPES

Introdução

Em 1871 parte da direita considera que existiria uma relação direta entre a literatura engajada e as manifestações políticas do contexto, apontando escritores progressistas como culpados pelas insurreições daquele ano. De acordo com Winock: “Que Zola e outros romancistas das escolas realistas e naturalista fossem segundo o próprio Vallés, uns ‘Senhores Jourdain da insurreição’, não escapa à crítica literária” (WINOCK, 2003, P. 719). Naquele mesmo ano, meses antes da Comuna de Paris, Zola havia publicado o segundo romance da série *Les Rougon-Macquart*, *La Curée* (O rega-bofe, ou A pedreira), cujo tema central era a especulação imobiliária de Paris e a reconstrução da cidade pelo prefeito Haussmann, entre 1850 e 1860. Para além do tema polêmico e das acusações, Zola, como republicano, foi crítico da Comuna de Paris, embora também o tenha sido da “versalhesa” (Ibidem), especialmente por conta da defesa da união entre trono e altar por parte dos monarquistas.

É possível dizer que Zola era anticlericalista e claramente inclinado para a esquerda, embora não tenha ocupado cargos políticos, se atendo a críticas ácidas a partir dos romances, cartas e artigos publicados na imprensa. Críticas essas, manifestas a partir de uma reconstrução que o próprio escritor considerava e pretendia fidedigna da realidade, a partir de pressupostos científicos, do método experimental, mas que esboça mais de suas próprias percepções sobre a realidade. A respeito dos posicionamentos políticos e literários de Zola, Winock afirma: “Se enquanto político, Zola não é absolutamente revolucionário, como romancista formado na escola realista ele pretende dizer a verdade, sem disfarce” (Ibidem, p. 720).

Suas pretensões de absoluta verossimilhança e veracidade, bem como a escolha dos temas tratados, revela uma posição que vai além da estética literária. A filiação de Zola ao

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “Projeto de Futuro no Romantismo e no Naturalismo”, sob orientação da Dr.^a Ana Carolina Huguenin, bolsista: CAPES.

Naturalismo pode ser considerada também uma forma de engajamento político, articulado com ideais de progresso e cientificismo.

Não está claro para alguns pesquisadores, tais como Borges (BORGES, 2018) e Winock (WINOCK, 2006), se Zola foi gradualmente se aproximando da esquerda, como Hugo o fez, ou se foi incorporado a ela por retratar tão claramente a situação de miséria dos trabalhadores franceses. No entanto, é evidente que o engajamento político do autor, como aponta Borges, se intensificou ao longo dos anos, seja motivado pela reação dos leitores às suas obras, seja por acontecimentos que o empurraram para posicionamentos cada vez mais claros, explícitos e radicalizados.

No final do século, no entanto, Zola se envolveu ativamente no Caso Dreyfus (1894 – 1906), até 1902, quando foi encontrado morto em sua casa, em um possível homicídio cometido justamente por seu envolvimento político. Nas cartas e artigos redigidos por ele entre 1898 e 1901, acerca do caso, Zola assumiu protagonismo na luta antissemita, contra as misérias, injustiças e autoritarismos. Depois de décadas envolvido no movimento naturalista, o escritor dedicou parte de seus últimos anos de vida a um combate fervoroso contra aqueles que acusavam o judeu Dreyfus e que o condenaram há anos de prisão sem provas concretas. Em seus escritos sobre o caso, ficam mais claros os posicionamentos políticos de Zola. Nas cartas publicadas na imprensa defendeu diretamente a construção de um projeto de futuro pautado em um acabamento de 1789, com uma revolução organizada pelos trabalhadores.

J'accuse!: O caso Dreyfus e o envolvimento político de Zola

A segunda metade do século XIX representou, para os franceses, segundo Winock, um período de “decadência” (WINOCK, 2006) em termos morais, políticos e artísticos (Ibidem). Nesse contexto, escritores como Huysmans e Feuillet, representantes da nova guarda literária e conformistas, se afastaram do Naturalismo e Realismo que revolucionaram a arte no século XIX e aderiram ao Simbolismo e Parnasianismo, numa tentativa de afastar as manifestações artísticas da política (BOURDIEU, 1996). Em termos sociais, ainda quando fazia parte do grupo de Médan como um dos seguidores de Zola, Huysmans se colocava como pessimista, ao lado de muitos jovens daquela geração². Em carta ao mestre da escola Naturalista, Huysmans escreveu: “No fundo, se a gente não for pessimista, só resta ser cristão ou anarquista” (HUYSMANS, Apud. WINOCK, 2006, p. 748). Apesar do gradual afastamento da escola

² Huysmans nasceu em 1848, ano que marca a Primavera dos Povos e início da Segunda República. Portanto, em 1871, quando acontece a Comuna de Paris, o autor possuía apenas vinte e três anos.

Naturalista, o escritor se destacou por muito tempo como um dos principais discípulos de Zola, tendo publicado diversos romances utilizando teorias deterministas e fazendo análises sobre os costumes, a exemplo do realismo de Balzac.

Em 1884, o escritor francês Charles-Marie-George (1848-1907), conhecido pelo pseudônimo de Joris-Karl Huysmans, publicou um romance que veio a provocar furor nos meios literários franceses. *A rebours* (Às avessas), exemplar único do gênero, devido a seu caráter absolutamente revolucionário, à ruptura com os padrões romanescos de então, não criou escola e nem seu autor chegou a deixar discípulos. E talvez esse fosse mesmo o propósito de Huysmans: instituir um novo gênero romanesco, fora dos padrões, fora das escolas. *Às avessas* surge, portanto, como uma ilha e, de certo modo, constitui-se num atestado de óbito do Naturalismo. Mas o curioso é que Huysmans, no início de sua carreira literária, começou como um fiel e escrupuloso discípulo de Zola, o mestre indiscutível da escola naturalista, escrevendo romances como *Le drageoir aux épices* (A caixa de especiarias, 1874), *Marthe, histoire d'une fille* (Marta, a história de uma rapariga, 1876), *Les soeurs Vatard* (Os irmãos Vatard, 1879), *En ménage* (Vida em comum, 1891), *A vau-l'eau* (Por água abaixo, 1882). Nesses romances, que servem ao dogmatismo de escola, chamam a atenção a escolha do tipo significativo, inserido numa situação típica, o descritivismo e a submissão dos caracteres ao meio ambiente e à situação histórica, conforme o figurino do Realismo/Naturalismo, embasado nas teorias deterministas de Taine. O autor de *Às avessas* salta da ortodoxia para a heterodoxia. (GOMES, 2019, p. 121)

A geração de Zola afastou a arte da religião para aproximá-la da Ciência, a de Huysmans desejava afastar a arte de propósitos políticos e sociais, a fim de aproximá-la da ideia de uma produção livre e independente. Surge a defesa da arte pela arte, contrária à perspectiva dos escritores politizados.

Apesar da defesa do ideal da arte pela arte, a literatura ainda desempenhava enorme papel na sociedade francesa do XIX, em termos sociais e políticos. A morte de Victor Hugo (1802 – 1885) e seu funeral grandioso, que reuniu milhares de parisienses, são exemplos do impacto e da influência da Literatura para os franceses do período.

De acordo com Edward Said, em *Cultura e Imperialismo* (SAID, 2011), seria indispensável considerar a influência social da arte, seu impacto sobre a sociedade, e não somente a influência do contexto social sobre a arte. Como exemplo, o autor cita literatura imperialista, racista e até mesmo antissemita do final do XIX, reflexo das teorias raciais do século, e que divulga e populariza tais teorias entre um público amplo de leitores. Dentre a nova geração literária, pessimista em termos sociopolíticos e culturais e defensora de uma arte pretensamente isolada do contexto social, Winock (2006) destaca exemplos de escritores que promoviam o antissemitismo literário, como Juliette Adam. Sobre o pessimismo que se afirmava ao fim do século XIX, o autor considera:

Antes do desastre – a guerra, a revolução parisiense, esse “ano terrível” [1871], cujo choque não para de repercutir -, houve, segundo Bourget, a intoxicação literária de toda uma geração pelos mestres que lhe couberam e que, à sua maneira, ela reproduziu. Além do sofrimento, o historiador reterá da análise de Bouget o

desconcerto de uma geração diante da desagregação de uma sociedade tradicional marcada pela unidade da fé, pela estabilidade política, pela hierarquia social, pelo enraizamento. O despedaçamento dessa sociedade cujos dogmas foram questionados pela ciência, cuja paisagem foi adulterada pela urbanização e pelas influências estrangeiras (o cosmopolitismo), cuja ordem foi abalada pela democracia, deixou as almas órfãs e os espíritos cétricos. Enquanto Auguste Comte, em meados do século, predizia a nova síntese da idade positivista, Paul Bourget, 30 anos mais tarde, não vislumbra qualquer perspectiva de recompor a sociedade em torno de um eixo visível. As Luzes se apagaram, eis que voltamos aos velhos dogmas da Queda, reavivados pela ciência. Contudo, sem nada para compensar, pois – segundo Nietzsche, ainda desconhecido para os franceses – Deus está morto. (Ibidem, p. 745)

Zola, enquanto intelectual, exerceu grande influência política sobre a França da segunda metade do século XIX. O naturalista se tornou um dos principais defensores de Dreyfus e o principal representante dos Dreyfusard (opositores à prisão de Dreyfus) (TROYAT, 1994). Vítima do antissemitismo, que crescia na França no final do século, Dreyfus foi preso em 1894, acusado injustamente de trair a França durante a guerra desastrosa contra a Prússia de Bismarck. Apesar das tentativas de Zola de permanecer afastado do caso, como destaca Troyat, é convocado por amigos e familiares de Dreyfus, a fim de que pudesse utilizar sua influência para chamar atenção da imprensa (e, portanto, do público) sobre o caso (Ibidem).

Esses fatos [fatos que comprovavam a inocência de Dreyfus] são revelados a Zola, um a um, pelos amigos de Dreyfus. Dentre eles, o romancista Marcel Prévost, o advogado Louis Leblois, o vice-presidente do Senado Scheurer-Kestner o publicista israelita Bernard Lazare, autor da brochura *Une erreur judiciaire: la vérité sur l'affaire Dreyfus*, o historiador Joseph Reinach, e enfim, Mathieu Dreyfus, irmão da vítima. Uma mesma convicção fervorosa os anima. Conhecendo o temperamento impetuoso de Zola, contam com ele para ser o seu porta voz na imprensa. Primeiramente ele se faz de desentendido. [...] Mas mostram-lhe cartas, dignas e desesperadas, que Dreyfus escreve da ilha do Diabo. [...] ele não consegue ficar inativo. (Ibidem, p. 237)

De acordo com Troyat, até mesmo parte da esquerda foi reticente em apoiar a causa *dreyfusard*, enquanto a direita, com discurso antissemita, se uniu. A França se dividiu entre apoiadores e contrários à libertação de Dreyfus. Zola sentiu isso em sua própria pele, e teve relações pessoais atingidas, tendo rompido até mesmo com um de seus melhores amigos, Henry Césard: “Senti um vazio absoluto, a ruptura definitiva” (ZOLA, Apud. Ibidem, p. 239).

Entre 1897 e 1902 Zola se envolveu direta e ativamente no caso Dreyfus, se tornando o principal porta voz da causa junto à imprensa. Nos anos que se seguiram, o Naturalista publicou uma série de artigos e cartas, sendo inicialmente acolhido pelo *Le Figaro*, que publicou suas primeiras cartas (ZOLA, 2020). Devido a perseguição política causada pelo caso, que envolveu autoridades do governo e do exército, a partir de dezembro de 1897 Zola passou a publicar os textos em brochuras, até 13 de janeiro de 1898, quando publicou o artigo provavelmente mais famoso do caso: *J'accuse!*, destinado ao então presidente da Terceira República, Félix Faure.

Pelo *L'Aurore*, Zola publicou a maioria dos demais textos sobre o caso, até sua morte em 1902 (Ibidem).

Comovido pelas dimensões do caso Dreyfus e representando os dreyfusard, na madrugada entre os dias 11 e 12 de janeiro de 1898 o naturalista escreveu *J'accuse!*. No dia 12 leu a carta para os editores de *L'Aurore*. Após a longa leitura das mais de quarenta páginas, o naturalista foi aclamado. O texto foi então publicado, em 13 de janeiro (Ibidem). Está posto o maior feito político do autor, até então relativamente isolado nas preocupações e crenças da escola Naturalista, que embora já envolvido no caso, a partir da publicação da citada carta, provoca ainda mais os ânimos populares e políticos.

As últimas linhas apresentam uma força e convicção políticas extraordinárias:

J'accuse le lieutenant-colonel du Paty de Clam d'avoir été l'ouvrier diabolique de l'erreus judiciaire, en inconscient, je veux le croire, et d'avoir ensuite défendu son ouvre néfaste, depuis trois ans, par les machinations le plus saugrenues et les plus coupables.

J'accuse le général Mercier de s'être rendu complice, tout au moins par faiblesse d'esprit, d'une des plus grandes iniquités du siècle.

J'accuse le général Billot d'avoir en entre les mains les preuves certaines de l'innocence de Dreyfus et de les avoir étouffées, de s'être rendu coupable de ce crime de lèse-humanité et de lèse-justice, dans un but politique et pour sauver l'état-major compromis.

J'accuse le général de Boisdeffre et le général Gonse de s'être rendus complices du même crime, l'un sans doute par passion cléricale, l'autre peut-être par cet esprit de corps qui fait des bureaux de la guerre l'arche sainte inattaquable.

J'accuse le général de Pellieux et le commandant Ravary d'avoir fait une enquête scélérate, j'entends par là une enquête de la plus monstrueuse partialité, dont nous avons, dans le rapport du second, un impérissable monument de naïve audace.

J'accuse les trois experts en écritures, les sieurs Belhomme, Varinard et Couard, d'avoir fait des rapports mensagerns et frauduleux, à moins qu'un examen médical ne les déclare atteints d'une maladie de la vue et du jugement.

J'accuse les bureaux de la guerre d'avoir mené dans la presse, particulièrement dans l'Eclair et dans l'Echo de Paris, une campagne abominable, pour égarer l'opinion et couvrir leur faute.

J'accuse enfin le premier conseil de guerre d'avoir violé de droit, en condamnant un accusé sur une pièce restée secrète, et j'accuse le second conseil de guerre d'avoir couvert cette inégalité, par ordre, en commenttant à son tour le crime juridique d'acquitter sciemment un coupable.

En portant ces accusations, je n'ignore pas que je me mets sous le coup des articles 30 et 31 de la loi sur la presse du 29 juillet 1881, qui punit les délits de diffamation. Et c'est volontairement que je m'expose.

Quant aux gens que j'accuse, je ne les connais pas, je ne les ai jamais vus, je n'ai contre eux ni rancune ni haine. Ils ne sont pour moi que des entités, des esprits de malveillance sociale. Et l'acte que j'accomplis ici n'est qu'un moyen révolutionnaire pour hâter l'explosion de la vérité et de la justice.

Je n'ai qu'une passion, celle de la lumière, au nom de l'humanité qui a tant souffert et qui a droit au bonheur. Ma protestation enflammée n'es que le cri de mon âme. Qu'on ose donc me traduire en cour d'assises et que l'enquête ait lieu au grand jour ! J'attends.

*Veillez agréer, monsieur le Président, l'assurance de mon profond respect. (ZOLA, 1898)*³

De acordo com Troyat:

Agora que a pedra está lançada, ele calcula com estupefação as consequências de seu gesto: sua vida transformada, milhares de leitores desviando-se de seus livros, a Academia Francesa fechando-lhe, definitivamente, as portas; as injúrias, o cansaço de um processo, os disparates que vão espalhar sobre ele, sobre Alexandrine, sobre Jeanne talvez... Ele era tão tranquilo antes! Tranquilo demais com certeza! Seu coração se aperta de premonição e, no entanto, ele se sente feliz, estranhamente, de uma intensidade inexplorável. Como se ele tivesse acabado de ficar em paz com sua consciência. Melhor: como se tivesse acabado de escrever seu melhor romance. (TROYAT, 1994, p. 243)

Mais do que seus escandalosos romances (isto é, obras naturalistas que escandalizavam o senso de moralidade e decoro predominante em sua época), a carta ao presidente da França causaria enorme furor por parte da sociedade francesa e dos *antidreyfusard*. Ao desafiar as autoridades quanto à prisão injusta do militar, vítima de antissemitismo, Zola deu um golpe de audácia e coragem, interferindo diretamente no debate público, como nunca antes. De acordo

³ ZOLA, Émile. J'Accuse: Lettre au président de la République. In : *L'Aurore*. Deuxième année, n. 87. Paris: 13 janvier 1898. Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k701453s/f1.item.zoom> >, acessado em junho de 2021.

Eu acuso o Tenente-Coronel du Paty de Clam de ter sido o diabólico trabalhador do erro jurídico, inconscientemente, quero acreditar, e de ter então defendido seu trabalho nefasto, durante três anos, por maquinações das mais absurdas e das mais culpáveis.

Eu acuso o General Mercier de ter sido cúmplice, pelo menos por fraqueza de espírito, de uma das maiores iniquidades do século.

Eu acuso o general Billot de ter em mãos certas provas da inocência de Dreyfus e de as ter sufocado, de ter sido culpado deste crime de lesa-humanidade e les-justiça, por um propósito político e para salvar o estado maior do compromisso.

Eu acuso o general de Boisdeffre e o general Gonse de terem se tornado cúmplices do mesmo crime, um sem dúvida por paixão clerical, o outro talvez por esse estado de espírito, que faz dos ofícios de guerra a inatacável arca sagrada.

Eu acuso o general de Pellieux e o comandante Ravary de terem feito uma investigação desonesta, que eu entendo como uma investigação da maior monstruosidade partidária, da qual temos, no relato do segundo, um monumento imperecível de audácia ingênua.

Eu acuso os três especialistas em caligrafia, os senhores Belhomme, Varinard e Couard, de terem feito relatórios falsos e fraudulentos, a menos que um exame médico declare que têm uma doença de visão e julgamento.

Eu acuso os gabinetes de guerra de terem feito na imprensa, particularmente em Eclair e Echo de Paris, uma campanha abominável, para enganar a opinião pública e encobrir a suas faltas.

Eu acuso, enfim, o primeiro conselho de guerra de ter violado o direito, ao condenar um acusado sobre um documento que se manteve secreto, e acuso o segundo conselho de guerra de ter encoberto esta desigualdade, por despacho, ao comentar por sua vez o legal crime de absolver conscientemente um culpado.

Ao apresentar essas acusações, estou ciente de que estou me enquadrando nos artigos 30 e 31 da Lei de Imprensa de 29 de julho de 1881, que punem os crimes de difamação. E é de propósito que me exponho.

Quanto às pessoas que acuso, não as conheço, nunca as vi, não tenho ressentimento nem ódio contra elas. Eles são para mim apenas entidades, espíritos do mal social. E o ato que estou fazendo aqui é apenas uma forma revolucionária de acelerar a explosão da verdade e da justiça.

Não possuo mais que uma paixão, a da luz, em nome da humanidade que tanto sofreu e que tem direito à felicidade. Meu protesto inflamado é apenas o grito da minha alma. Que se me levem ao tribunal e que a investigação aconteça em plena luz do dia!

Estou esperando.

Queira aceitar, Senhor, a garantia do meu profundo respeito.

com Josephson (1947), o romancista não esperava os enormes danos em sua popularidade e mesmo, em sua vida financeira, que sofreria após a publicação de *J'accuse!*, embora provavelmente previsse retaliações, e ainda assim, tenha se arriscado. “Ele devia a si mesmo uma existência inteira de ação pública e de aventura como aquela que na solidão de seu gabinete “vivia” somente em seus livros. Os tempos se tornaram intoleráveis” (JOSEPHSON, 1947, p. 428).



Figura 4⁴

No livro *J'accuse! A verdade em marcha*, publicado por Zola em 1901, são reunidos a maioria dos artigos e cartas publicados por ele sobre o caso. Ao analisar tais textos, é possível perceber que o Caso Dreyfus provocou um ardor revolucionário no naturalista, que até então nunca havia se posicionado tão claramente em quesitos ideológicos. Na Carta à Juventude, publicada em brochura em 14 de dezembro de 1897, convoca os jovens franceses à luta pela verdade e justiça, rememorando a Revolução Francesa e a Declaração de Direitos Humanos.

Cem anos após a Declaração dos Direitos do Homem, cem anos após o ato supremo de tolerância e emancipação, voltamos às guerras de religião, aos mais odioso e ao mais tolo dos fanatismos! [...]

Ó juventude, juventude! Suplico-te, pensa na grande tarefa que te espera! És construtora do futuro, vais lançar os alicerces do próximo século que, acreditamos profundamente, resolverá os problemas de verdade e equidade colocados pelo século que finda. (ZOLA, 2020, p. 55-56)

Assim como *Germinal* pode ser considerado um marco do acolhimento de Zola pela esquerda, o caso Dreyfus pode ser considerado seu maior ato político. De acordo com Troyat (1994) e Josephson (1947), parte da opinião pública acreditava que o naturalista havia

⁴ Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k701453s/f1.item.zoom>>, acessado em junho de 2021.

enlouquecido, tamanha ferocidade de *J'accuse!* e demais textos relativos ao caso, pela contundência de seu posicionamento em uma causa política daquele porte, após anos de trabalho de gabinete. Se antes reunia jovens literatos em Médan, em salões e debates sobre arte, agora reunia jovens estudantes como Proust, responsáveis pela coleta de mais de três mil assinaturas em favor da causa (JOSEPHSON, 1947).

Cerca de uma semana após a publicação de *J'Accuse!*, Zola foi chamado a julgamento por crime de difamação, que foi iniciado em 07 de fevereiro de 1898, sob grande expectativa pública. Os jornais parisienses, assim como a multidão de expectadores, se dividiram. Na manhã do dia 07, *Les Droits de l'homme* publica:

*Ce n'est pas assez de poursuivre l'Aurore pour le crime dont M. Zola est le complice. Il est nécessaire de la poursuivre aussi pour le seconde crime dont elle s'est rendue couplable ce matin. De deux choses une : ou le général Mercier doit faire assigner ce vaillant journal sur nouveaux frais, ou le général Mercier doit être mis en accusation. C'est un dilemme auquel on peut d'autant moins échapper que M. Charles Dupuy est partie en cause.*⁵(BERTRAND, 1898)

O julgamento durou dias, entre gritos de opositores e apoiadores. A figura de Zola ganhou tamanho destaque no caso, que a figura de Dreyfus ficou relativamente ofuscada diante da fama e da atenção voltada para o literato (JOSEPHSON, 1947), que saiu todos os dias na imprensa enquanto durou o julgamento, e se tornara odiado por muitos (católicos conservadores, monarquistas e antisemitas) e ovacionado por apoiadores da causa, identificada aos valores da República e da Revolução Francesa.

Em 23 de fevereiro de 1898, Émile Zola é condenado culpado, por sete votos a cinco, e deveria cumprir pena de um ano, somado a uma multa de três mil francos. No entanto, seguindo exemplo de Hugo, também condenado à prisão em 1852, Zola fugiu para o exílio em Londres, onde permaneceu até junho de 1899, quando passou por um novo julgamento, em que foi inocentado. O caso, no entanto, que começou em 1894, terminou somente em 1906, com a libertação de Dreyfus e a comprovação de sua inocência, quatro anos após a morte de Zola.

Em meio às reviravoltas do Caso Dreyfus, também em junho de 1899, Dreyfus é considerado inocente e libertado provisoriamente. Isso porque em setembro do mesmo ano o caso seria mais uma vez revisto e o judeu retornaria à prisão, para enfurecimento de Zola e dos *dreyfusard*. O artigo publicado no *L'Aurore* em 5 de junho de 1899, intitulado Justiça,

⁵ Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k68172201/f1.item.r=07%20fevrier%201898.zoom> >, acesso em junho de 2021. Não basta processar *L'Aurore* pelo crime do qual Zola é cúmplice. É necessário processá-la também pelo segundo crime em que ela foi fisgada esta manhã. De duas coisas uma: ou o General Mercier deve ter a este valente jornal atribuído a novos encargos, ou o General Mercier deve ser indiciado. É um dilema que não pode ser evitado, pois o Sr. Charles Dupuy está envolvido.

representa o mais genuíno êxtase idealista de Zola. No artigo em questão o autor cita um ideal de futuro para a França, pautado em um acabamento de 1789 que se daria a partir do que ele mesmo chama de uma “revolução pacífica fundada nas leis do trabalho” (ZOLA, 2020, p. 112).

Mas creio que há sanções penais necessárias, e o argumento decisivo é que, se um temível exemplo não for dado, se a justiça não punir os altos culpados, o povo miúdo nunca acreditará na imensidade do crime. [...]

Somente então a obra estará completa. E o que semeamos não é uma colheita de ódio, é uma colheita de bondade, de equidade, de esperança infinita. Hoje pode-se apenas prever sua riqueza. Todos os partidos políticos soçobraram, o país foi dividido em dois campos: de um lado as forças reacionárias do passado; do outro, os espíritos de análise, de verdade e de retidão em marcha rumo ao futuro. Esses postos de combate são os únicos lógicos, devemos conservá-los para as conquistas de amanhã. Mãos à obra, portanto, através da pena, da palavra, da ação! Mãos à obra pelo progresso e pela libertação! Será o acabamento de 1789, a revolução pacífica das inteligências e dos corações, a democracia solidária, liberada das forças ruins, fundada finalmente na lei do trabalho, que permitirá a repartição equitativa das riquezas. (Ibidem, p. 112-113)

Considerações finais

Historiadores e biógrafos, por vezes, tentam colocar os personagens históricos em roteiros coerentes, em linhas que façam sentido. Mas não é tão simples assim. A História é feita por pessoas reais. Existe uma inquietude em entender se Zola se aproximou da esquerda por motivos literários, se de fato se comoveu com as causas dos trabalhadores e por isso se colocou na esquerda, ou se foi apenas incorporado a ela, tendo por fim aceitado seu lugar. No entanto, não se faz necessário “enquadrar” o escritor como poderia ser feito com um de seus personagens fictícios. O ser humano real não é, nem de longe, tão coerente. Poderíamos dizer que todas as opções têm caráter autêntico em certa medida. Zola de fato queria uma vida confortável como escritor profissional, como aponta Borges (2018), tendo percebido que seus temas poderiam ser mais atraentes (e assim comprados e lidos) para o público amplo identificado a causas progressistas. Ao mesmo tempo, ao observar suas cartas e relatos, seria impossível dizer que não esteve tomado de compaixão e solidariedade sinceras pelas classes empobrecidas. A descida até as minas de Auzin teve impacto real sobre o naturalista. Ele também foi incorporado e abraçado pela esquerda, especialmente a partir de *Germinal*, o que pode ter influenciado e encorajado seu posicionamento político, mas não pode ser considerado o único motivo. O Zola que escreveu *J'Accuse!*, Carta à juventude e Justiça era real. Ao publicar suas cartas em um contexto de crescente antissemitismo, quando mesmo amigos próximos se opunham a tais ideias, Zola se expõe, se coloca em risco, a fim de defender temas caros, durante toda a vida, (curiosamente) a Hugo e outros literatos progressistas: justiça e humanidade. De acordo com Troyat (1994), que se permite romancear neste ponto, seria possível dizer que enquanto

J'Accuse! era impresso para ser publicado no dia seguinte, o autor não conseguia dormir, mantinha-se agitado, porém com a consciência tranquila, como se tivesse “acabado de escrever seu melhor romance” (TROYAT, 1994, p. 245).

Referências bibliográficas

- BERTRAND, Pierre. Aujourd'hui: Mise en accusation. In: *Les Droits de l'homme*. Première année, n. 30. Paris : 7 février 1898. Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k68172201/f1.item.r=07%20fevrier%201898.zoom> >, acesso em junho de 2021.
- BORGES, Rilton Ferreira. *Zola e as percepções de tempo: Naturalismo e História em Germinal*. São Paulo: Alameda, 2018
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.
- GOMES, Álvaro Cardoso. Modernidade e interdisciplinaridade em *A Rebours*, de J.-K. Huysmans. *Revista de Letras*. Vol. 59, n. 2, p. 121-134. São Paulo: USP, dezembro de 2019.
- JOSEPHSON, Matheu. *Zola e seu tempo*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1947.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- TROYAT, Henri. *Zola*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- WINOCK, Michel. *Vozes da Liberdade: Os escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- ZOLA, Émile. *J'accuse! A verdade em marcha*. Porto Alegre: L&PM, 2020.
- ZOLA, Émile. *J'Accuse: Lettre au président de la République*. In : *L'Aurore*. Deuxième année, n. 87. Paris: 13 janvier 1898. Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k701453s/f1.item.zoom> >, acessado em junho de 2021.

Uma integração para o capital: a IIRSA e o projeto de expansão de grandes grupos empresariais

Larissa Martins Monteiro de Barros¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Rafael Vaz da Motta Brandão

Introdução

O presente artigo tem como objetivo compreender a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana a partir da identificação do favorecimento de grandes grupos empresariais da construção pesada e do agronegócio. Como veremos, empresas como a Odebrecht, Queiroz Galvão, Camargo Correa, OAS e Andrade Gutierrez ficaram responsáveis pela execução de diversas obras dentro e fora do Brasil, consolidando seu projeto de expansão internacional, cuja maior plataforma de atuação é a América do Sul. No que tange ao agronegócio, analisaremos como a essência da IIRSA, materializada em torno da formação de corredores de exportação, acompanhou o processo de expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, buscando garantir a infraestrutura para o escoamento da produção do setor, especialmente da soja.

Com uma previsão de investimentos de quase US\$ 200 bilhões, nos anos 2000, a IIRSA foi proposta por Fernando Henrique Cardoso aos demais representantes dos países da América do Sul. Sua carteira de projetos conta com 562 obras, dispostas nos setores de energia, comunicação e, especialmente, transporte, abrangendo todo território sul-americano. Tendo sua proposição fundamentada sob égide do neoliberalismo e baseada no conceito de regionalismo aberto, marca do pensamento cepalino do final do século XX, a Iniciativa se consolidou ao longo da guinada à esquerda na região.

Essa aparente contradição nos faz levantar questões sobre os interesses e interessados na Iniciativa e buscar compreender não só como seus projetos beneficiam determinados grupos empresariais, mas também como tais grupos se articulam de forma a inscrever seus interesses na formulação de políticas públicas. Afinal, a IIRSA contou com um apoio central do aparelho de Estado brasileiro, tanto na sua proposição aos demais países da região, quanto na

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2019, projeto: “A IIRSA sob perspectiva de classe: o projeto de integração física sul-americana e as grandes empreiteiras brasileiras (2000-2015)”, sob orientação do Dr. Rafael Brandão.

viabilização de diversas obras, seja por meio do financiamento por parte do BNDES, ou por apoio diplomático à resolução de conflitos decorrentes da execução de projetos. Nesse sentido, buscamos analisar as revistas *Agroanalysis* e *O Empreiteiro*, para averiguar, por um lado, como os projetos da IIRSA foram demandas dos setores da construção pesada e do agronegócio e, por outro, como tais setores se mobilizaram de forma a dar aos seus interesses aparência de interesse nacional.

Tal perspectiva é aberta a partir da compreensão do Estado em seu sentido ampliado, proposto por Antônio Gramsci. Por esse conceito, buscamos compreender políticas públicas não somente analisando o aparelho de Estado, mas também a sociedade civil, como uma dimensão central da condução da política.

Marx, ao analisar o que ele chamou de 18 de Brumário de Luís Bonaparte, já evidenciava que os conflitos da sociedade atravessam a disputa pela condução do Estado, não sendo este um ente dotado de uma racionalidade extra social, mas sim produto histórico das relações sociais (MARX, 2011). Mais precisamente, uma construção social baseada na consciência histórica dos homens, que, por sua vez, tem suas raízes nas relações sociais de produção de uma determinada sociedade (MARX, 2008).

A partir dessas formulações de Marx, Gramsci aprofundou a compreensão do Estado, se debruçando sobre a questão da sociedade civil, que apenas pode ser compreendida enquanto diferente da sociedade política em termos metodológicos e não orgânicos. Tal compreensão é central na análise de Gramsci, que faz uma crítica a pretensão de uma distinção orgânica entre essas duas esferas. Nas suas palavras:

A formulação do movimento do livre-câmbio baseia-se num erro teórico cuja origem prática não é difícil identificar, ou seja, baseia-se na distinção entre sociedade política e sociedade civil, que de distinção metodológica é transformada e apresentada como distinção orgânica. Assim, afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir em sua regulamentação. Mas, dado que sociedade civil e Estado se identificam na realidade dos fatos, deve-se estabelecer que também o liberalismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva (GRAMSCI, 2000. p.47).

Assim como em Marx, para Gramsci, o Estado aparece como a expressão de uma determinada forma da organização social da produção, mas tal expressão não é óbvia ou automática. Refutando algumas críticas que apontam um determinismo econômico na produção marxista, Gramsci expõe a complexidade da relação entre transformações políticas e transformações econômicas e evidencia que o Estado pode ser a expressão da classe dominante, mas até determinado ponto. Em suas palavras:

Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas esse desenvolvimento e expansão são concebidos e apresentados como força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais” [...] a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrio em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto [...] (GRAMSCI, 2000. p.41-42).

Compreendendo o Estado a partir dessa relação de tensão e busca de superação de equilíbrios instáveis entre os interesses das classes dominantes e das subordinadas, mantém-se a base do pensamento marxista que coloca no centro da análise a dimensão do conflito. Ademais, insere-se à discussão a questão da acomodação das tensões, uma vez que um determinado grupo busca garantir as condições favoráveis para sua expansão a partir da apresentação das suas pautas como universais, ou como interesses gerais. Tal movimento, dado seu caráter relacional, deve considerar os interesses dos grupos subordinados, sem que isso comprometa aquilo que é essencial para a expansão do grupo dominante. Assim, o Estado não é uma transposição imediata dos interesses de uma classe, mas a acomodação/adequação de um projeto expansionista dentro de um cenário conflitivo, levando em consideração interesses e tendências dos grupos que serão subordinados (GRAMSCI, 2000. p.48).

Com isso, é central na análise de Gramsci, a compreensão de como se dá essa relação de tentativa de expansão/maximização dos interesses de uma determinada classe, considerando que tal movimento pressupõe tensões com outros grupos. Assim, junto à compreensão do Estado ampliado, o autor aborda a questão da hegemonia, que não poderia ser compreendida apenas na dimensão da coerção, devendo ser também apreendida na dimensão do consenso. No que tange a esta última, Gramsci destaca o papel dos *aparelhos privados de hegemonia*, meios pelos quais determinados grupos buscam universalizar suas pautas e visões de mundo, buscando adesão dos demais grupos.

É dentro desse debate que compreendemos o Estado não como ferramenta necessária à realização do bem comum, do bem estar coletivo ou da garantia da sobrevivência. Tampouco identificamos o Estado como um aparelho burocrático, uma esfera apartada da sociedade, que paira sobre ela. Por fim, não apreendemos o Estado como uma expressão direta e irrestrita da dominação de uma classe, ou fração de classe, sob os demais grupos da sociedade. Buscamos compreender o Estado a partir da sua dimensão dialética, de constante luta, de acomodação de tensões, de equilíbrios instáveis. Dessa forma, buscamos evitar tanto interpretações monolíticas, que compreendem o Estado enquanto um ente *per se*, eclipsando as relações que

o perpassam; quanto interpretações deterministas, para as quais o Estado é ferramenta de realização direta e irrestrita dos interesses, sobretudo econômicos, daqueles que o dirigem.

Tal arcabouço nos ajuda a lançar luz alguns aspectos em torno da IIRSA. Ele coloca a dimensão do conflito como chave primeira de compreensão do que foi a Iniciativa e elemento a partir do qual se erigem algumas questões. Assim, cabe identificar *quem* são os grandes beneficiados, *quais* interesses são atendidos pelos projetos da IIRSA, *onde* são difundidas as pautas desses grupos favorecidos e *como* elas são atreladas a questões universais, ou de interesse nacional.

A IIRSA e o favorecimento do agronegócio e das grandes empreiteiras brasileiras

Muitas obras da IIRSA ficaram a cargo de empreiteiras brasileiras. É certo que essas empresas angariaram, ao longo do século XX, vasta experiência em grandes projetos de engenharia, especialmente devido à ampla participação em obras públicas ao longo da ditadura (CAMPOS, 2015). Todavia, a explicação para esse movimento de expansão internacional de empresas como a Odebrecht, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Andrade Gutierrez e OAS, por meio da IIRSA, parece residir em outros aspectos.

A fim de investia-los, cabe analisar alguns elementos das obras realizadas pelas construtoras brasileiras no âmbito da IIRSA. Em primeiro lugar, destacamos o Corredor Viário Interoceânico Sul, que liga o estado do Acre a três portos do Pacífico, no Peru (FICHA CÓDIGO PBB001). Com o projeto dividido em cinco, os trechos dois e três foram concedidos, em 2005, à Concessionária Interoceânica Sur, que contava com 70% de participação da Odebrecht (INTEROCEÁNICA SUR, 2021). O trecho 4 foi concedido, também em 2005, ao Consorcio Intersur, formado pelas empresas Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Camargo Corrêa (INTERSUR CONCESIONES, 2021). Há uma imprecisão nos dados disponíveis acerca do seu custo e da sua fonte de financiamento,² mas podemos averiguar que trechos desse corredor realizados pelas empreiteiras brasileiras foram apresentados no Primeiro Seminário Internacional de Cofinanciamento BNDES-CAF, com a previsão de financiamento inicial de US\$ 173 milhões (INFORME BNDES, nº 173, 2003).

Ainda no Peru, cabe ressaltar dois projetos da IIRSA que foram entregues à Concessionária Eje Vial Norte, com participação da Odebrecht, da Andrade Gutierrez e da

² Para detalhamentos, assim como maiores informações à respeito das obras realizadas por empreiteiras brasileiras no âmbito da IIRSA ver: BARROS, Larissa Martins Monteiro de. *Uma integração para o capital: A IIRSA como projeto de expansão do agronegócio e das grandes empreiteiras brasileiras (2000-2014)*. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, FFP-UERJ, São Gonçalo, 2023.

peruana Graña e Montenero S.A: as rodovias Paita – Tarapoto (FICHA CÓDIGO AMA25) e Tarapoto – Yurimaguas (FICHA CÓDIGO AMA16). Na ficha da rodovia Paita – Tarapoto, consta que parte do financiamento da obra veio da CAF e esse montante, da ordem de 60 milhões de dólares, é identificado no Informe do BNDES sobre a parceria BNDES-CAF, que também inclui essa obra (INFORME BNDES, nº 173, 2003).

A Odebrecht, a peruana JOHESA e o Consórcio Puente Chino - este formado pela Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez – também ficaram responsáveis por outra estrada no Peru, a Tingo Maria – Pucallpa (FICHA CÓDIGO AMA26), com financiamento do Tesouro Nacional Peruano e do BNDES, nos trechos executados pelas empreiteiras brasileiras (VERDUM, 2013).

Dentre as diversas obras com atuação das empreiteiras brasileiras, consideramos emblemáticas as pavimentações das rodovias Potosí – Tarija e Potosí – Tupiza – Villazon. A primeira ficou a cargo da Queiroz Galvão, que deu início à obra em 2003. Quatro anos depois, a obra foi paralisada pela identificação, por parte da Administradora Boliviana de Estradas (ABC), do não cumprimento de normas técnicas previstas, além de uma tentativa de aumento no seu valor final. Entretanto, a obra, que totalizou mais de 238 milhões de dólares (FICHA CÓDIGO AND48), teve a maior parte de seu financiamento oriundo da CAF e do BNDES. Após a contenda da empreiteira responsável pela obra e o governo boliviano, o projeto foi passado à OAS. Esta última empresa também ficou responsável pela pavimentação da rodovia Potosí – Tupiza – Villazón, com financiamento do BNDES e da CAF, no valor de mais de 180 milhões de dólares (FICHA CÓDIGO CAP92). A obra foi alvo de contenda, dessa vez com a população da localidade de Vitichi, que bloqueou a estrada para impedir a passagem do maquinário da OAS.

Com o breve levantamento aqui realizado, observamos que a promoção da IIRSA enquanto essencial para superar os entraves da integração regional favoreceu empreiteiras brasileiras que ficaram à cargo da execução de várias obras fora do território nacional. Tal movimento contou com apoio financeiro do aparelho de Estado brasileiro, por meio do BNDES, sobretudo através da parceria do Banco com a CAF.³ Isso contribuiu para que as tais empreiteiras fossem favorecidas na disputa pela execução das obras, já que, ao chegarem em

³ A CAF, junto com o BID e o FONPLATA foram as instituições financeiras que formaram o Comitê de Coordenação Técnica da IIRSA e estavam à frente do Comitê de Direção Executiva. Isso significa que, a proposta inicial da IIRSA era ter sua carteira financiada por instituições multilaterais, além de incentivar a participação de investimentos do setor privado. Todavia, o que se viu foi uma presença maciça de financiamento por parte dos Tesouros Nacionais de cada país, além de uma atuação destacada do BNDES.

um processo de licitação, já levavam consigo a fonte de financiamento por parte do BNDES, que exigia como contrapartida para o financiamento, que a obra fosse realizada por empreiteiras brasileiras (LUCE, 2007).

Enquanto as empreiteiras brasileiras foram favorecidas pela possibilidade de expansão de seus negócios internacionais na América do Sul, o setor do agronegócio, especialmente as empresas ligadas à exportação de soja, também via na Iniciativa a possibilidade de melhorar a infraestrutura de escoamento da produção e buscar rotas para o Pacífico, em um momento de ascensão Chinesa no mercado internacional.

Muitos autores, sob diferentes perspectivas, já identificaram na disposição territorial da IIRSA a formação de corredores de exportação para favorecer a exploração dos recursos naturais da América do Sul em prol do abastecimento do mercado mundial (PADULA, 2010; FUSER, 2008; PORTO-GONÇALVES, QUENTAL, 2012).

Tais perspectivas se evidenciam quando consideramos o cenário internacional de aumento dos preços dos bens primários na virada do século, puxado pelo acelerado ritmo de crescimento chinês, uma das causas pilares daquilo que ficou conhecido como *boom* das *commodities*. Por sua vez, tal aumento contribuiu para uma aposta, em países como os da América do Sul, na exportação de bens primários como projeto de desenvolvimento, movimento caracterizado como Consenso das Commodities (SVAMPA, 2015). Se, por um lado, a enxurrada de divisas nesses países contribuiu para ampliar políticas distributivas na região, por outro, esse processo contribuiu para o agigantamento de empresas cuja produção está relacionada à exploração da terra, reforçando a concentração fundiária, expandindo a financeirização da agricultura, exacerbando a elevação do preço de terras e acirrando os conflitos no campo (SANTOS; et al, 2022).

De fato, podemos identificar, no âmbito dos documentos da IIRSA chamados de “visão de negócios”, um extenso levantamento de aspectos econômicos dos territórios influenciados pelos eixos da IIRSA, cuja predominância se dá na busca de alternativas logísticas para o escoamento da exploração de recursos naturais do interior do continente e na preparação das áreas costeiras para funcionar como plataforma de exportação de tais recursos. Havia uma expectativa de crescimento da produção do agronegócio de bens de baixo valor agregado, para o qual o custo de transporte é um fator bastante relevante na constituição dos custos. Assim, os documentos apontavam que a infraestrutura deveria ser planejada considerando a redução do custo de transportes para promover maior competitividade internacional (VISIÓN DE NEGOCIOS, 2008).

Dentro da visão de negócios do Eixo Amazonas, por exemplo, há a identificação de uma lista de *stakeholders*, citando como interessadas no desenvolvimento das obras do Eixo empresas como a Odebrecht, Queiroz Galvão e Andrade Gutierrez, mas também o Grupo MAGGI, atual AMMAGI, e a estadunidense Cargill.

A AMMAGI é uma das maiores empresas brasileiras de produção agrícola, atuando especialmente na produção de soja, milho e algodão. Possui sucursais no Paraguai e na Argentina e, segundo a empresa, os grãos produzidos são transportados por meio da Hidrovia Paraná-Paraguai e seguem em direção a portos na Argentina e Uruguai, para serem exportados para Europa e Ásia. Essa hidrovia tem um dos eixos da IIRSA dedicados à sua melhoria, contando com 84 projetos, incluindo melhoramentos da navegabilidade dos rios, pavimentação e duplicação de estradas de acesso aos portos fluviais e construção e reabilitação de portos (SISTEMA DE INFORMACIÓN DE PROYECTOS, 2023).

Já a Cargill atua na compra, no processamento e distribuição de grãos e outras *commodities* e tem presença em nove dos doze países que recebem obras da IIRSA.⁴ Considerando que sua produção é de bens de baixo valor agregado e grande volume e, portanto, uma parte significativa dos custos está atrelado ao transporte, um projeto de infraestrutura que inclui grande parte dos países em que atua e tem como foco a conexão de áreas produtoras aos portos destinados à exportação favorece diretamente a empresa.

Assim, a IIRSA também pode ser entendida enquanto uma resposta à demanda por infraestrutura de setores do agronegócio. Sua origem, nos anos 2000, está fundamentalmente relacionada à estratégia adotada pelo governo de FHC frente à grave crise cambial de 1999: a de apostar nas exportações do setor agrícola como forma de gerar saldos comerciais para suprir o *déficit* da conta corrente (DELGADO, 2012). A expectativa de crescimento da demanda mundial por alimentos contribuiu para a aposta na expansão das fronteiras agrícolas no Brasil, o que deveria ser acompanhado por investimentos em infraestrutura, tanto para dar conta de fazer com que tal produção chegasse ao mercado mundial, quanto para garantir uma maior taxa de lucro para os produtores. Como o preço das *commodities* é definido no mercado mundial, a redução nos custos de produção e distribuição tem impacto direto nos ganhos dos produtores.

Não só as expectativas do crescimento da demanda mundial por alimentos se concretizaram como, no início do século XXI, a soja se tornou o principal produto da pauta de

⁴ Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e Chile.

exportação brasileira e a China o principal parceiro comercial do Brasil e de vários outros países da região.

Assim, nota-se que a IIRSA se insere em um conjunto de medidas que favoreceram alguns grupos empresariais. Todavia, é evidente que um projeto da magnitude da IIRSA, que tem como consequência grandes impactos socioambientais pelas características intrínsecas a grandes projetos de infraestrutura, precisaria buscar legitimidade. Ou seja, era preciso tentar construir um consenso em torno de um projeto que, além de promover devastação populacionais, teve essencial participação de dinheiro público. Para isso, analisaremos brevemente como tais obras foram constante demandas dos setores aqui analisados e quais os principais argumentos utilizados para promover a ideia de que atender a tais demandas significaria atender aos *interesses nacionais*.

As revistas *O Empreiteiro* e *Agroanalysis* e as demandas por apoio do aparelho de Estado brasileiro à expansão de seus negócios

As revistas *O Empreiteiro* e *Agroanalysis* são ricos materiais para traçar um panorama das principais reivindicações dos setores da construção pesada e do agronegócio. Apesar da aparência de publicações técnicas, o que é possível verificar nas páginas das revistas são projetos clara e declaradamente políticos.

Destacamos a edição de novembro de 2001, que trouxe matéria sobre integração física no Mercosul, assinada por Jose Alberto Pereira Ribeiro, presidente da Aneor, que, dez anos depois, recebeu o título de “Amigo da Integração da América do Sul”. Para ele, a possibilidade de integrar fisicamente o continente sul-americano representava oportunidade de corrigir desigualdades e promover crescimento econômico (O EMPREITEIRO, nov. 2001. p.57). Ribeiro apontou a importância da multimodalidade, com melhoramento de ferrovias, rodovias e hidrovias, para possibilitar a expansão da agricultura e da indústria e contribuir para projetos de integração regionais e continentais. Na sua visão, o Brasil, como maior mercado do Mercosul, deveria se responsabilizar pelo investimento em transportes nas nações vizinhas, buscando saídas para o Pacífico pelo Peru, Chile e Venezuela. Em um cenário de escassez de divisa, a Aneor contaria com recursos de outros organismos, como o BID e o Banco Mundial, para promover o crescimento econômico regional e mudar a vida da população. Nota-se, portanto, uma relação entre integração regional, abertura comercial, mercado internacional competitivo, dinamização da economia pelo Pacífico e a busca de recursos junto às

organizações internacionais para financiamento de infraestrutura. Esses são os eixos centrais que orientaram a IIRSA em sua formação.

Os anos eleitorais são particularmente interessantes nas duas revistas, pois contam com a explanação de documentos entregues aos candidatos presidenciais, além de artigos de opinião de representantes de entidades empresariais sobre os rumos a serem tomados pela política no país. Nesse sentido, a edição de junho de 2002, sinalizou para a necessidade de que o próximo governo superasse os entraves ao desenvolvimento. Com editorial intitulado “*Pressão social exige crescimento econômico*”, foram apontadas as aspirações do empresariado e da sociedade como um todo por mudanças substanciais nos rumos políticos e econômicos. De acordo com o editorial, os empresários da engenharia e construção estariam capacitados para contribuir com a demanda da população, tanto por meio da melhoria da infraestrutura do país, quanto pela exportação de serviços de engenharia, contanto que a recente linha de crédito do BNDES funcionasse na prática, para apoiar a penetração das empresas de construção nos mercados externos (O EMPREITEIRO, jun. 2002. p.3).

O editorial foi seguido por uma matéria de título “*Propostas da Engenharia para projeto nacional de desenvolvimento*” apontando para a existência de um projeto de desenvolvimento nacional gestado nos bastidores por lideranças setoriais da construção:

Alguns empresários passaram a reconhecer que o Estado não precisa ser mínimo; bastava que fosse competente. E que o mercado não deveria poder tudo, porque acima dele deveriam estar os parâmetros indutores do crescimento econômico. [...] A questão social veio à tona mostrando que as advertências das áreas que compõem a Engenharia brasileira deveriam ter sido analisadas há muito tempo (O EMPREITEIRO, jun. 2002. p.7).

Tal trecho trata de uma revisão do papel do aparelho de Estado levado a cabo nos anos 1990, que teria gerado consequências negativas em termos de aumento da vulnerabilidade e dependência de capitais externos, sujeitando a taxa de juros a padrões incompatíveis com a busca do crescimento. Tal quadro afetava negativamente a geração de emprego e renda e a saída para tal situação passaria, necessariamente, por um maior apoio do aparelho de Estado às empresas de engenharia e construção. João Antônio Del Nero, diretor da Sinaeco, chegou a afirmar que o aumento do PIB, a redução do desemprego e a melhoria da distribuição de renda não poderiam ser obtidos sem a contribuição da engenharia brasileira, o que incluía a promoção dessas empresas no cenário internacional. Nas suas palavras: “a ótica política do governo deve se voltar para a criação de mecanismos que facilitem maior participação da exportação de serviços e bens de engenharia, assegurando modelos de financiamentos semelhantes aos

praticados pelos países desenvolvidos” (O EMPREITEIRO, jun. 2002. p.8). A partir disso, identifica-se uma tentativa de articulação do setor em torno de uma maior participação na condução da política nacional, associando seus projetos às saídas dos problemas enfrentados pelo país e de reivindicação popular, como a melhoria dos quadros de desemprego e desigualdade.

A mesma edição traz matéria sinalizando para as dificuldades das empresas de construção brasileira para exportar engenharia, a despeito de suas altas capacidades técnicas, como afirmou Eduardo Andrade, do conselho de administração da Andrade Gutierrez. Para ele, se isso indicava a existência de um problema, também significava a oportunidade de crescimento da exportação desse setor. Por isso, foi enviado ao MDIC um documento que apontava o “calcanhar de Aquiles” da exportação da engenharia brasileira: a falta de disponibilidade de créditos para o financiamento das exportações, em contraposição ao que ocorria com as empresas de países desenvolvidos, que recebiam de seus respectivos aparelhos de Estado incentivos de toda ordem, mesmo a fundo perdido. Nesses países, as exportações da engenharia eram tidas como estratégicas, devendo receber tratamento diferenciado, tanto por capitanear exportações subsequentes, como de outros serviços, bens de capital e materiais; quanto por compor importante vetor da política externa, dada sua capacidade de transferência de conhecimento e possibilidade de estabelecer acordos estratégicos com os países importadores. Por isso, essas empresas nos países desenvolvidos também contavam com apoios consistentes de embaixadas e consulados (O EMPREITEIRO, jun. 2002. p.137). Tais considerações foram feitas por Orlando Carneiro Ribeiro, da CNEC, empresa de projetos de engenharia do Grupo Camargo Corrêa.

Miguel do Prado Valladares Junior, que foi funcionário da Odebrecht por 27 anos, também participou das discussões a respeito da dificuldade de exportação da engenharia brasileira, demandando uma maior robustez e agilidade na concessão de financiamento para as obras no exterior. (O EMPREITEIRO, jun. 2002. p. 237).

Tais levantamentos mostram como houve mobilização do setor da engenharia na virada do século, especialmente em ano eleitoral, com o objetivo de influenciar a formulação de projetos para o país. De forma geral, as reivindicações apontavam para a priorização do setor como saída para problemas como a pobreza e o desemprego, temas recorrentes nos debates eleitorais e nas reivindicações da população. Atrelando o apoio à engenharia à possibilidade de rápido crescimento econômico e social, os empresários do setor e suas entidades representativas apostavam na reformulação do papel do aparelho de Estado na condução do crescimento,

devendo, entre outras medidas, fomentar as exportações das empresas de engenharia por meio do BNDES e da diplomacia brasileira.

Na revista *Agroanalysis*, no final dos anos 1990, vários artigos buscaram apontar a exportação de produtos agrícolas como a solução à restrição externa enfrentada naquele período de enxugamento de liquidez de divisas no mercado internacional, que vinham compensando os *déficits* nas transações correntes por meio da entrada de capitais no país.

Diante dessa restrição, a revista apontava para a necessidade dos economistas e governantes brasileiros de “apostar fortemente no desempenho do setor exportador agrícola” (AGROANALYSIS, set. 1997. p. 10). Tal estratégia foi colocada em prática especialmente após 1999, com a crise cambial brasileira, mas algumas ações já vinham sendo implementadas desde 1996, dentre as quais destacamos a Lei Kandir, responsável pela isenção do ICMS para produtos primários a serem exportados.

Todavia, para que se pudesse cumprir esse “esforço exportador”, seria necessário fazer investimentos em infraestrutura. Assim, na edição de agosto de 1998, a revista publicou uma análise que mostrava a possibilidade de expressiva expansão na fronteira agrícola brasileira, especialmente no Centro-Oeste, região em que ainda 90 milhões de hectares disponíveis para produção de grãos, sendo “uma das últimas regiões contínuas para expansão agrícola no mundo”, mas que enfrentava problemas graves, uma vez que “se vê ilhada por fatores estruturais que eliminam a competitividade de seus produtos” (AGROANALYSIS, ago. 1998. p. 23). Tal matéria evidenciou a expectativa de aumento da produção de grãos, em um cenário de previsão de expansão da demanda mundial de alimentos e revelou a pressão do setor por infraestrutura para garantir o recebimento de insumos e o escoamento de grãos.

No contexto de pressões do setor para formulação de políticas voltadas aos seus interesses, Roberto Rodrigues entregou a FHC o livro “*Reestruturação do Agribusiness Brasileiro: o agronegócio no terceiro milênio*” (PINAZZA; ALIMANDRO, 1999). Desse documento, duas coisas cabem destaque para o objeto de estudo deste artigo: a) a sinalização da importância do estreitamento das relações com os demais países da região, para arregimentar capital político nas negociações em curso, como a Alca e os acordos entre Mercosul e União Europeia, favorecendo a abertura dos mercados dos países centrais para os produtos agrícolas; e b) a necessidade da revisão na matriz de transportes de carga no Brasil, que deveria apostar cada vez mais na multimodalidade, com investimentos em rodovias, ferrovias e hidrovias. O que pode ser identificado na virada do milênio é que o aparelho de Estado brasileiro passou a atuar mais fortemente nas negociações internacionais de forma a denunciar as barreiras dos

países ricos à produção agrícola dos países sul-americanos e lançou iniciativas que contemplavam várias das suas demandas por infraestrutura, como pode ser observado na IIRSA e também no Avança Brasil (PPA 2000-2003), ambos projetados tendo a multimodalidade como pilar estruturante do planejamento de transportes.

No que tange especificamente ao acesso ao Pacífico, é possível verificar nas edições da virada do século uma intensificação do debate em torno do projeto, especialmente com a possibilidade de entrada da China na OMC e a insatisfação em torno das dificuldades da abertura dos mercados dos EUA e da União Europeia.

Dentro dessa perspectiva, é possível destacar um trecho de matéria da *Gazeta Mercantil* com Blairo Maggi, fundador do Grupo AMAGGI:

A empresa de navegação Hermasa [Grupo Amaggi] também investe em novas hidrovias. Uma delas poderá ser o futuro corredor bioceânico, que integrará os países andinos ao Brasil, permitindo a ligação do oceano Pacífico com o Atlântico. Uma viagem exploratória estava marcada para dezembro. De Manaus, um comboio de balsas carregado de soja, milho, açúcar, café e algodão subiria o rio Solimões e entraria no Peru pelo rio Marañon, seguindo até o porto fluvial da Saramiza, a 650 quilômetros do porto de Paita, no oceano Pacífico[...]. Outra opção é o porto de Bayóvar. Na volta, o comboio deverá carregar fosfato e derivados de petróleo para os portos de Manaus (AM) e Porto Velho (RO). Com a saída pelo Peru, os produtos brasileiros ganhariam tempo e competitividade para chegar aos mercados da Ásia [...]. Outra hidrovia em estudo é a rota dos rios Amazonas e Putumayo, permitindo a integração com a Colômbia e o Equador. (GAZETA MERCANTIL, nov. 1998, p.21).

As rotas citadas acima, em 1998, se tornaram projetos da carteira da IIRSA, como: melhoria da navegabilidade do rio Solimões (FICHA CÓDIGO AMA36); adequação de rede de terminais fluviais na Amazônia (FICHA CÓDIGO AMA51); melhoria da navegabilidade do rio Marañon (FICHA CÓDIGO AMA41); construção de novas facilidades portuárias em Samariza (FICHA CÓDIGO AMA23); modernização do porto de Paita (FICHA CÓDIGO AMA24); o porto de Bayóvar (FICHA CÓDIGO AMA22); e melhoria da navegabilidade entre os rios Putumayo e Iça, no Amazonas (FICHA CÓDIGO AMA38).

A revista também contou com edição especial sobre o Mato Grosso, destinando uma matéria especial à infraestrutura, tema levado pelo governador Dante de Oliveira como meta prioritária para o desenvolvimento do estado. Muitos projetos pensados pela equipe do governador e enfaticamente elogiados pela revista *Agroanalysis* foram abarcados pela carteira de projetos da IIRSA, tanto buscando a conexão com os portos do Norte e Sudeste do Brasil, quanto com o Pacífico. Esta última foi abordada como um sonho capaz de dar conta de muitos interesses envolvidos. Cabe destaque uma rota citada que, assim como no caso da conexão

hidroviária sinalizada pela matéria com Maggi, foi abarcada fielmente pela elaboração da carteira da IIRSA. Para a matéria, a ligação do estado com o Pacífico

significa acesso aos mercados dos países andinos, além dos mercados da costa Oeste dos países da América do Norte e do Sudeste asiático. Para a viabilização do projeto, que possibilitará a multiplicação das exportações, faltam apenas 460km de asfalto em Cárceres, em Mato Grosso, e San Ramón, na Bolívia, pois esse município já tem ligação rodoviária com portos do Pacífico (AGROANALYSIS, jul., 2001. p.26).

Tal rota corresponde, na IIRSA, aos projetos de pavimentação entre o Porto Limão em Cárceres, e San Matias, na fronteira entre Brasil e Bolívia (FICHA CÓDIGO IOC30); melhoria no posto de fronteira entre Corixa e San Matias (FICHA CÓDIGO IOC29); e pavimentação da rodovia que liga San Matias à Concepción (FICHA CÓDIGO IOC26), no caminho para San Ramón e Santa Cruz de La Sierra.

Por fim, ressaltamos uma entrevista que evidencia a efervescência da demanda por projetos de infraestrutura de acesso ao Pacífico na virada do século. Concedida por Manoel Felix Cintra Neto, presidente da BM&F, atual B3, a entrevista indica um estudo da Esalq/FGV, concluído em 2000, sob encomenda da Bolsa, como resposta à pergunta: como dobrar a produção de grãos no Brasil? Em suas palavras:

No início, achávamos que o gargalo estava no financiamento. Mas o problema maior é a logística. Para o País dobrar sua produção agrícola, precisamos ocupar novas áreas. Temos pouco a ganhar em produtividade, porque já somos muito eficientes. [...] Há uma boa área a ser incorporada pela agricultura no Oeste do país. O que impede essa ocupação é a falta de saída. [...] O estudo da Esalq-FGC mostrou que não existe apenas uma saída para o Pacífico, há várias alternativas (AGROANALYSIS, mar., 2004. p.4).

Tal estudo foi entregue ao governo FHC e ganhou atenção de grupos que se beneficiariam com ele, como grandes empreiteiras, transportadoras, governos do Centro-Oeste e o próprio governo Chinês, que teriam procurado a Bolsa para saber mais informações sobre o projeto. Essa entrevista mostra que os projetos de conexão com o Pacífico ganharam força na virada do século, dada a expectativa de expansão das fronteiras agrícolas, como forma de aumentar a produção de grãos para o mercado internacional em franca expansão.

Nesse sentido, é possível dizer que o lançamento da IIRSA foi também pensado de forma a favorecer grandes produtores de grãos, cujas demandas por infraestrutura cresciam à medida que previsões de expansão da demanda por grãos no mercado internacional se concretizavam.

Considerações finais

Nas páginas aqui apresentadas, foi possível identificar como a IIRSA contribuiu para a expansão de grandes grupos empresariais do setor da construção pesada e do agronegócio. No primeiro caso, muitas obras da IIRSA, dentro e fora do Brasil foram executadas por empreiteiras como Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS e Camargo Corrêa. Ainda que tais empreiteiras tivessem vasta experiência na execução de grandes obras, vimos que outros pontos foram essenciais para garantir sua atuação nos projetos da IIRSA, como o apoio do BNDES e da diplomacia brasileira com os demais países da América do Sul.

No que tange ao agronegócio, é possível identificar que grande parte das obras da IIRSA visava a conectar áreas produtoras de grãos a portos nos oceanos Atlântico e Pacífico, em um momento de ascensão da China no cenário internacional e de crescimento da demanda e do preço de *commodities* no mercado mundial. Dessa forma a IIRSA corresponde aos interesses de grandes grupos empresariais como a AMAGGI e a Cargill, posto que contribui para a redução de custos de transporte tanto para o recebimento de insumos necessários à produção, quanto para a distribuição dos grãos.

Todavia, um projeto de dimensão da IIRSA, pelas características intrínsecas às grandes obras de infraestrutura, causa expressivo impacto socioambiental, especialmente aqueles constituídos em áreas de populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Além disso, a maior parte projetos da IIRSA foi executada com recursos oriundos dos Tesouros Nacionais, além dos significativos montantes desembolsados pelo BNDES para promover a exportação das empreiteiras brasileiras. Por essas razões, parece ter sido imperioso construir uma imagem positiva desses projetos; atrelar a execução dessas grandes obras ao desenvolvimento do Brasil e da região; e indicar o projeto enquanto resposta às mazelas enfrentadas pelas contas dos governos e pelas populações.

Dessa forma, apesar dos diversos conflitos engendrados por suas grandes obras, os interesses inscritos na IIRSA foram sistematicamente apresentados enquanto *interesses nacionais*.

Referências

- BARROS, Larissa Martins Monteiro de. *Uma integração para o capital: A IIRSA como projeto de expansão do agronegócio e das grandes empreiteiras brasileiras (2000-2014)*. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, FFP-UERJ, São Gonçalo, 2023.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- FUSER, Igor. Infra-estrutura a serviço do grande capital. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, mar. 2008.
- GRAMSCI, Antonio. [1932-1934]. *Cadernos do Cárcere*: Maquiavel; notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LUCE, Mathias Seibel. *O sub-imperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da Economia Política*. Prefácio. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

NEVES, Pedro Dias Magnoli; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. O papel da IIRSA na produção atual do cerrado: impulso da exportação de soja para o mercado chinês e os conflitos territoriais. *Geografia*, Rio Claro, vol. 43, n. 2, p. 223-235, mai/ago, 2018.

PADULA, Raphael. *Integração regional de infra-estrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional da América Latina. *Polis*, n. 31, 2012. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/polis/3749> >. Acesso em: 10 de set, 2023.

SANTOS, et al. Financeirização da agricultura e da terra no Brasil: dinâmicas em curso e disputas em jogo. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böhl, 2022.

SVAMPA, Maristella. Commodities Consensus: neoextractivism and enclosure of the commons in Latin America. *South Atlantic Quarterly*, 114 (1), p. 65-82, 2015.

VERDUM, Ricardo. Sistematização de informações sobre projetos na região amazônica financiados pelo BNDES com implicações na deflorestação. *DAR: Derecho, ambiente y recursos naturales*. Brasília, 2 de abril, 2013.

Fontes

FICHAS DE PROJETOS. Disponíveis em: < <http://cosiplan.org/proyectos> >. Acesso em: 18 de ago., 2023.

VISIÓN DE NEGOCIOS. Disponíveis em: <<https://iirsa.org/Document?menuItem=5>>. Acesso em: 20 de ago, 2023.

INFORME BNDES, nº 173, 2003

INTEROCEÁNICA SUR. Disponível em: < <https://covisur.com.pe/interoceanica-sur> >. Acesso em: 20 de julho, 2021.

INTERSUR CONCESIONES. Disponível em: < <http://www.intersur.com.pe/tramo-4> >. Acesso em 18 de julho, 2021.

PINAZZA, Luis Antonio; ALIMANDRO, Regis (orgs). *Reestruturação no agribusiness brasileiro: agronegócios no terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Abag/Agroanalysis/FGV, 1999.

Revista O Empreiteiro. São Paulo: Emep.

Revista Agroanalysis. São Paulo: FGV.

SISTEMA DE INFORMACION DE PROYECTOS. Disponível em: < <http://cosiplan.org/proyectos/Principal.aspx> >. Acesso em 9 de set, 2023.

Engenhoca: De “reduto” de bambas ao esquecimento? Memórias, Histórias e experiências socioculturais através dos ecos das escolas de samba do bairro.

Leandro Manhães Silveira¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Mauro Henrique de Barros Amoroso

Introdução:

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de doutorado, cujo título é: “Para além de fevereiro... Samba e carnaval em Niterói (1946-1985)”, ainda em andamento. Através dele buscarei desenvolver um dos pontos de minha pesquisa de doutorado, mais especificamente a que se refere às escolas de samba Corações Unidos e Canarinhos da Engenhoca, ambas do bairro da Engenhoca em Niterói. Partindo da assertiva que as duas agremiações se constituíram como instituições socioculturais que representavam e expressavam os laços de sociabilidade e solidariedades construídas no bairro da Engenhoca e para além dele através do samba, a presente proposta de artigo visa mapear, problematizar, expressar e discutir como os sambistas das duas escolas elaboraram experiências socioculturais no bairro a partir do referencial territorial-espacial e simbólico escola de samba e como através dessas experiências pode-se visualizar e entender as dinâmicas do cotidiano sócio político e cultural do bairro da Engenhoca, entre as décadas de 1960 e 1980...

1. Corações Unidos da Engenhoca e a construção de territorialidades e saberes em torno do samba na Engenhoca e para além do bairro.

Ao folharmos a crônica carnavalesca de diferentes jornais das décadas de 1960, 1970, 1980 (O Fluminense, A Tribuna, A Luta Democrática, O Globo, entre outros) e revistas de cobertura de carnaval de Niterói, como a Revista Desfile das Escolas de Samba e Blocos Carnavalescos de Niterói e São Gonçalo (1971-1990) encontraremos várias reportagens sobre as escolas de samba, blocos e a presença do samba no bairro da Engenhoca. Algumas crônicas chamam o bairro da Engenhoca de “reduto” de bambas e sambistas. Ou seja, o bairro possuía uma força dentro do samba que era capaz de constituir uma ou mais territorialidade com identidades e características próprias, capazes de se diferenciarem de outros “redutos” de

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “Para além de fevereiro... Samba e carnaval em Niterói (1946-1985)”, sob orientação do Dr. Mauro Henrique de Barros Amoroso.

bambas como o da Viradouro em Santa Rosa ou do Cubango. Por um lado, a crônica carnavalesca é assertiva, pois na Engenhoca, principalmente entre as décadas de 1950 até 1980 encontramos a construção de sociabilidades carnavalescas criadas a partir da Escola de Samba e que desenvolveram papéis sociais e culturais de suma importância localmente. No entanto, é preciso ter cuidado com a expressão *reduto* pois ela não deve ser interpretada como um gueto ou grupo identitário fechado em torno de suas questões locais². Muito pelo contrário, as agremiações do bairro surgem lá e logo nos primeiros anos buscam ganhar a cidade e expandir suas identidades³ para além dele, sobretudo para a área central da cidade.

O GRES Corações Unidos foi fundado em 22 de novembro de 1953 na localidade conhecida por Palmeiras, na Engenhoca. Anos depois migrou para a Avenida do Canal, se localizando do lado do Clube Onze Unidos, (Largo de São Jorge) onde foi construída sua quadra, possuía as cores azul e branco e foi fundada pelos sambistas: Moacyr da Rocha, Maria Rainha, Wilson da Silva e Timbira. (Revista Desfiles das Escolas de Samba de Niterói e São Gonçalo, 1975). Oriunda do Grupo Carnavalesco *Vê se Pode* que se destacava nas Batalhas de Confetes e no bom sapateado, a agremiação foi campeã do carnaval de 1960. Depois voltou a ganhar três carnavais na década de 1960, desta vez seguidos: 1964, 1965 e 1966.

Em 1964 os Corações Unidos levaram o nome do bairro da Engenhoca novamente ao primeiro lugar. Desfilando por último no domingo de carnaval em desfile que também contou com Combinado do Amor, Acadêmicos do Cubango, Acadêmicos do Morro do Martins, Humaitá, Império Serrão e Sabiá, coube ao Corações o encerramento, com grande sucesso que lhe rendeu seu segundo título, com o tema *A Lenda da Vitória Régia* (O Fluminense, 28-01-1964, 31-01-1964). Aqui podemos observar um movimento de promoção e expansão da escola para além dos limites do território do bairro. O jornal *Última Hora* promoveu uma espécie de desfile de campeã na semana seguinte em Icaraí entre as ruas Otávio Carneiro e Miguel de Frias. O desfile contou com cerca de 400 passistas e entre eles estavam os passistas de gafeira que deram um show durante os desfiles na Avenida Amaral Peixoto comandados pelo presidente da agremiação, José Carlos Alcântara (*Última Hora*, 22-02-1964). Cabe destacar que não era comum naquele período para Niterói a interação entre as classes médias e elite com as escolas de samba e o desfile na zona sul é uma das etapas dessa aproximação que foi bastante

² MACIEL, Laura Antunes, Produzindo notícias e Histórias: Algumas questões em torno da relação *Telégrafo e Imprensa-1880/1920*. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto e KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo, Olho d'Água, 2004.

³ Entendo identidades como produto social que se constrói no quadro de uma relação dialógica e temporal entre o eu e o outro. (Candau) apud Catroga, p.26, 2001.

incentivada pela imprensa local, processo que se intensificou na década seguinte. Nos preparativos do carnaval seguinte, a agremiação já transformara o Largo de São Jorge, na Engenhoca, em um dos principais territórios ou “terreiro” de ensaios: “Tendo por palco a praça pública do Largo de São Jorge, na Engenhoca, o GRES Corações Unidos levarão a efeito na noite de hoje o seu ensaio técnico, como apronto para mais uma retumbante vitória” (O Fluminense 26-02-1965). O enredo era Villa Real de Praia Grande do mesmo carnavalesco de 1964, o Nivaldo Lima. A sambista Maria da Graça Rodrigues com 14 anos foi mais uma vez um destaque da Escola, junto com o sambista Joaozinho do Salto. A Escola de Samba foi campeã com pontuação final de 102 pontos contra 101 da vice, a Combinado do Amor, a terceira colocada foi o Império do Estado com 95 pontos e por fim Acadêmicos do Cubango com 87 de pontuação. O Império do Serrão não desfilou. (O Fluminense 06-03-1965). No ano seguinte foi tricampeã do carnaval de Niterói, obtendo um resultado final com margem de sete pontos contra a segunda colocada, (97 x 90), fato que causou protestos de escolas concorrentes como a Viradouro, segunda colocada (O Fluminense 24-02-1966). Ao pesquisar a cobertura carnavalesca do pré-carnaval e do carnaval de 1966 encontramos informações de que para além do desfile oficial organizado pela prefeitura de Niterói, ocorreram pelo menos outros dois organizados pela imprensa, com o patrocínio de uma casa comercial da cidade. E os Corações Unidos foram campeões em todos os três concursos, o que ajuda a entender melhor os motivos de tanta reclamação contra o resultado do carnaval oficial de 1966, sobretudo pela filha pródiga, Unidos do Viradouro que voltava ao desfile da cidade após anos e amargar a vigésima quinta colocação nos desfiles do IV centenário da Guanabara. Com samba assinado pelo compositor Jarbas, Corações Unidos preparou o enredo: Riquezas do Estado do Rio (O Fluminense 19-02-1966) e ganhou os desfiles organizados pela Casa Luma e pela imprensa, com apoio do jornal O Fluminense em Icaraí uma semana antes e também foi a vencedora do similar concurso organizado pelas mesmas entidades no Barreto, dias antes do carnaval deixando suas rivais para trás. (O Fluminense, 15-02-1966 e O Fluminense 19-02-1966). Segundo o jornal O Fluminense em 24 de fevereiro de 1966, Corações Unidos e Viradouro teriam se apresentado melhor entre as grandes escolas, Viradouro apresentou um maior contingente, mas os Corações Unidos agradaram mais ao público presente e esteve mais tranquila e alegre. E o resultado oficial confirmou o prognóstico. Em junho de 1966, o governador Paulo Torres e sua comitiva inauguraram o sistema de luz à vapor de mercúrio no bairro da Engenhoca. Toda comitiva que participou do evento, inclusive o ministro Adilar Teixeira foi recebida em eventos sociais na

Igreja da Mãe Providência, no Guarani Esporte Clube e na sede da Escola de Samba Corações Unidos (O Fluminense 06-06-1966).

Em termos de conquistas no carnaval de Niterói, esse período 1960-1966 pode ser compreendido como o auge da expansão da agremiação para a cidade, ela cresce vertiginosamente, ganha quatro títulos no carnaval da cidade e se inscreve como sociabilidade que representava o bairro dentro e fora dele, estabelecendo inclusive um importante papel social de ensinar o samba para os moradores do bairro, utilizando-se inclusive da relação Escola de Samba com o então Ginásio Escolar Mullulo da Veiga, onde realizava atividades culturais relacionadas ao samba, coordenadas pela diretora da Corações Unidos, a senhora Robenita Carneiro. (Revista Desfile das Escolas..., 1974). Rosemeri Ceia, moradora da Engenhoca desde essa época, entrou na escola de samba Corações Unidos ainda criança e participou das atividades coordenadas por Robenita e em entrevista em 2022 relembrou que aos 9 anos de idade desfilava como baianinha, com autorização do juizado de menores e seguiu nessa ala até os 12 anos quando passou a ser passista mirim Ela afirmou que o papel social da escola era muito importante pois as crianças do bairro eram levadas para a quadra para aprender artesanato, costura, samba e não ficavam à mercê dos perigos da violência e do crime. (Rosemeri Ceia- entrevista a Leandro M. Silveira, 18.10.2022).

A memória, como já mencionamos é fruto de um processo seletivo que retém afetos quentes (Catroga, p.20, 2001). Ela é seletiva, nem tudo fica gravado e registrado ou como enfatizou Pollak:

Esse último elemento da memória – a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. (Pollak, p. 203-204, 1992)

Pelo relato de Rosemeri podemos verificar como o trabalho desenvolvido pelos dirigentes da Escola de Samba no bairro com as crianças foi extremamente importante para uma base educativa em torno das linguagens e dos ensinamentos do samba tanto individualmente para ela quanto para outras crianças contemporâneas ao seu tempo de criança e a componente reteve essa memória, pois foi um marco afetivo em sua experiência de vida durante a infância e adolescência. Aulas de samba, capoeira, sapateado, gafieira e bateria são exemplos de atividades oferecidas pela agremiação anos a fio durante os anos 1970 e 1980. E todo esse trabalho não estava desconectado do sentido formador de novas gerações de componentes para agremiação, fazia parte de um encadeamento que na prática cimentou a

presença da escola de samba dentro do bairro como uma sociabilidade educativa. Em 1970, os sambistas do Corações Unidos inauguraram a nova quadra no Largo de São Jorge e elegeram um novo presidente: Marinho. Em 31 de janeiro de 1970 a escola ofereceu um angu à baiana para inaugurar essa nova fase. (Ivan Costa, Coluna Samba, A Tribuna 18-01-1970). Tanto no carnaval de 1972 quanto no carnaval de 1973 foi grande o público que lotou a quadra da Escola na Avenida do Canal e também no Ginásio Mullulo da Veiga. Nesses locais de ensaios as alas da escola fizeram bonito. Capoeira, gafeira, sapateado, com destaque para a ala das garotas comandada pela diretora Robenita Carneiro. (Revista Desfile, 1973).

É importante notar uma diferença de postura e ação da Corações Unidos frente às outras agremiações da cidade, como Viradouro e Cubango ou mesmo os Canarinhos da Engenhoca que discutiremos a seguir: Enquanto as outras escolas buscam fazer um movimento de expansão que segue a rota do local de origem para outras territorialidades do município, como fizeram Viradouro e Cubango ao levarem seus ensaios para os clubes centrais como Ipiranga e Fluminensinho, a Corações Unidos concentrou suas estratégias no bairro de origem, com atividades “samboeducativas” e atraindo para o bairro os holofotes decorrentes de uma possível conquista, sem se fechar em torno de si, a escola contava em parte com o apoio financeiro do comércio do bairro, com os animados eventos de samba e comida realizados nos finais de semana para angariar fundos para colocar a escola bonita no dia do desfile e também com a força comunitária na hora de arregaçar as mangas para elaborarem fantasias e adereços para confeccionar o desfile. Marli Silva quando criança também participou das atividades da escola de samba, foi baianinha e depois integrante de ala. Em entrevista, ela lembrou que os Corações Unidos ofertava aos componentes o tecido, o lamê e material para confeccionarem suas fantasias, além de ensinar seus componentes a bordar suas roupas⁴. Tanto Marli quanto Rosemeri Ceia lembraram em suas entrevistas de professoras de artesanato carnavalesco e citaram os seguintes nomes: Robenita, Janete e Ivanice que abriam suas casas para ensinar os jovens a arte carnavalesca, baseada no mutirão. Sobre formas de angariar fundos para a aquisição dos materiais, Marli Silva emenda: “Era assim, angu à baiana que fazia muito, assim, pra arrecadar dinheiro pra ajudar nas fantasias, pra ajudar na escola, pra comprar um instrumento, era tudo assim, mas em compensação a gente era muito feliz” (Marli Silva, 2022). As entrevistas de Marli e Rosemeri nos permitem refletir e dialogar com Alessandro Portelli sobre o uso das fontes orais como fontes de investigação e análises em trabalhos de História. É

⁴ Entrevista de Marli Silva, concedida a Leandro M Silveira e realizada em 18/10/2022.

importante dizer que ao serem erigidas como fontes, os relatos orais, assim como qualquer outra fonte de outra natureza, precisam ter checados suas credibilidades, com critérios e verificação crítica. O fato de ter natureza diferente não faz das fontes orais menos confiáveis do que outros tipos de fontes, (Portelli, 2012, p.31). elas, também quando bem conduzidas trazem ao trabalho dos historiadores novos horizontes e perspectivas, na maioria das vezes invisibilizadas, silenciadas ou mais restritas ao contexto micro como ocorre com relação ao samba e às escolas de samba da Engenhoca frente ao predomínio não só das memórias, mas também do que se produziu em torno de samba e carnaval em Niterói, geralmente centrados apenas em torno do duelo que Viradouro e Cubango travaram no carnaval da cidade. Memória do duelo que em alguma medida se cristaliza e diante ao processo de desestruturação dos desfiles da cidade (1986), se densifica através de uma “memória coletiva” e acaba por transformar as experiências desses outros sambistas e escolas de samba como os da Engenhoca, em memórias subterrâneas. No entanto, como afirmou Michael Pollak, as chamadas memórias subterrâneas sobrevivem silenciosamente e podem emergir em contextos políticos de crise ou favoráveis a elas que se encontravam silenciadas. “A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes”. (POLLAK, p.4, 1989). Investir em romper esse silenciamento enquanto pesquisa histórica proporciona encontrar outras histórias e experiências de sambistas nos seus bairros e na festa carnavalesca que seguiam relegadas ao esquecimento e isto tem uma importância enorme para a história do carnaval local e da cultura da cidade de Niterói.

No decorrer da década de 1970, os Corações Unidos voltaram a crescer em número de componentes, alternando entre 1.600 e 3.000 componentes. O número de alas cresceu, em 1975 mais de trinta, entre elas: A explosão do samba, a ala dos Ideais, a dos Carinhosos e coreografadas. (Revista, 1975). Para os preparativos de seu carnaval em 1976, a imprensa aclamava a escola como a “única” escola de samba de Niterói com um calendário de festividades e atividades durante todo o ano. De abril de 1975 até o carnaval, foi organizado um calendário de homenagem aos principais sambistas das agremiações cariocas como: Mangueira, Portela, Padre Miguel, Salgueiro e Império Serrano. Tudo isso para movimentar a quadra e o bairro, fazendo intercâmbio, organizando angus, peixadas e outros “comes e bebes” terças, quintas, sábados e domingos para desenvolver o enredo-afro Bodas de Olocum. (A Tribuna, Coluna Vamos sambar 4 e 5-01-1976). Naquele carnaval desfilaram 3000 componentes, com 150 na bateria, 70 alas e 89 destaques, o título ficou com a Cubango, mas a Engenhoca comemorou o vice-campeonato e o prêmio oferecido pela prefeitura de 6 mil cruzeiros.

(Silveira, Viug e Silva, p. 193, 2017). O ano seguinte é um dos mais marcantes da história da escola, embora tenha sido vice de novo. Sua Majestade a natureza ou o carnaval do Adão e Eva, contava a história da criação do mundo por uma ótica eminentemente cristã, sendo a única escola a gabaritar com notas 10 o quesito harmonia. A escola passou por uma crise antes do desfile com a saída de alguns diretores. Mas se houve muito bem na Avenida Amaral Peixoto, trazendo a emblemática alegoria de número com o Adão e a Eva seminus. Maria Cristina Melo, passista da escola naquele período ressalta o esforço comunitário dos componentes para confeccionar os seus figurinos. A roupa das passistas era figurino de evas, com apenas uma folha de parreira atrás e outra na frente e fez tanto sucesso que a ala foi convidada a se apresentar no carnaval carioca. (Silveira, Viug e Silva, p.203, 2017).

Entre 1978 e 1984, a agremiação continuou tentando furar a hegemonia da dupla Viradouro-Cubango, sem muito sucesso junto ao júri, mas chamando à atenção do público. Em 1982, a agremiação contratou o jovem carnavalesco Alexandre Louzada, atualmente carnavalesco da Beija-Flor e que estava começando a fazer carnavais em sua cidade natal Niterói. Ele desenvolveu para os Corações Unidos o enredo: De lá pra cá o carnaval continua... Com dois mil e quinhentos figurantes, divididos em 38 alas, com 260 componentes na bateria comandada por Hermes Garcia, Beto e Paulo Cesar Portugal, a agremiação da Engenhoca foi vice-campeã. Alexandre Louzada foi carnavalesco da escola novamente em 1984 quando desfilou o enredo Maranhão- o que a história não conta mas se acredita. O carnavalesco desenhou as alegorias e o barracão ficou a cargo dele com a ajuda de Wilson, Dida, Mauro, Sebastião, Paulão, Idinauro, Doca e Gil. Em 1985 Alexandre Louzada estreou no carnaval carioca pela Portela.

Depois de dezenove carnavais, em 1985, os componentes da Corações Unidos gritaram: É campeã! Empatada com a União da Ilha da Conceição, as duas escolas da zona norte de Niterói quebravam a hegemonia de Viradouro- Cubango que alternaram entre si o primeiro lugar do carnaval de Niterói entre 1967 e 1984, um feito perseguido por muitas agremiações e que gerou uma crise entre as duas grandes de Niterói que questionaram os resultados e migraram para os desfiles da capital fluminense a partir de 1986. O enredo dos Corações foi: Do entrudo à apoteose e contava a história das primeiras escolas de samba do Rio de Janeiro e do próprio samba desde a casa de Tia Ciata. O carnavalesco foi Athan e o presidente Sebastião Fogos.

Os Corações Unidos enrolaram bandeira, ou seja, encerraram suas atividades por volta de 1990/1991. Sua quadra hoje é ocupada pela administração regional da Engenhoca; e em

2008, no dia 1 de março foi criado Grêmio Recreativo e Cultural União da Engenhoca, que ensaia no local e tem como proposta resgatar a tradição carnavalesca das escolas de samba do bairro. Em 2023, desfilará no grupo C de Niterói e vai reeditar o carnaval do Corações Unidos de 1984.

2. Canarinhos da Engenhoca: Da favela Nova Brasília para o carnaval

Os Canarinhos da Engenhoca começaram como bloco carnavalesco de rua em 1964 na Engenhoca e também eram ajudados pelo comércio e moradores da Engenhoca. Décio Neves um de seus fundadores deu ao bloco esse nome em homenagem ao bloco Canarinhos das Laranjeiras. Vestidos de capa amarela nas costas e fantasias azul com tamanco no pé, desfilaram nos seus primeiros carnavais. Zalmir Garcia, também fundador levou o bloco de embalo para desfilar no centro de Niterói em 1968, sem concorrer, com o enredo sobre Niterói, oferecendo um espetáculo de alegria e animação. No ano seguinte estreou como bloco oficial, com o enredo Primavera sendo campeões e passando a integrar o II grupo⁵. Eram conhecidos no mundo do samba por sua alegria e pela excelente bateria. Em 1970 novamente campeões com o enredo Benta Pereira, a heroína de Campos e ingressaram no principal grupo da cidade em 1971, permanecendo na elite durante vários carnavais. Em 1972 desenvolveram o enredo Etnia Brasileira. A ala Garotos de Ouro que deu origem ao famoso Trio Pandeiro de Ouro e o internacional travesti Salomé fizeram bonito na pista de desfiles. Em 1973 ficaram em terceiro lugar no grupo I. (Revista Desfile das Escolas de Samba, 1972-1974).

Em 1974 homenageou Chico Buarque de Holanda, enfrentando a maciça perseguição dos órgãos de repressão da Ditadura militar que obrigou diretores e o próprio compositor a prestarem esclarecimentos junto ao departamento de polícia a respeito de tal homenagem. A “pequena” escola da Engenhoca estava muito evidenciada, com notas em diversos jornais da cidade e também do Rio, e com muita expectativa em torno de seu desfile. Chico Buarque visitou a quadra que ficava na Travessa Oriente, hoje Zalmir Garcia e trouxe com ele até equipe de televisão. Na quadra além de apreciar o bom samba, Chico bebemorou com os sambistas. “A Escola de samba Canarinhos da Engenhoca, de Niterói, homenageou sexta-feira o tema de seu samba-enredo. Chico Buarque atravessou a baía, depois do show para ouvir no terreiro da escola O Mundo Musical de Chico Buarque” (JORNAL O GLOBO, p.04, 04 fev de 1974).

⁵ Entrevista de Paulo Cesar Portugal, concedida a Leandro M Silveira e realizada em 10/08/2022.

Liberada para desfilas horas antes de seu desfile, a agremiação teve seus preparativos atrapalhados pela censura e Chico acabou não vindo desfilas.

Em apenas dez anos de existência, os Canarinhos da Engenhoca já alcançavam à mídia nacional. A convivência com os sambistas dos Corações Unidos não era conflituosa em demasia, embora tenha crescido quando os Canarinhos se tornaram escola de samba, essa rivalidade estava restrita aos dias de desfiles. Cada agremiação respeitava os territórios de cada uma dentro do bairro. Se os Corações estavam territorializados no Largo de São Jorge, os Canarinhos estavam concentrados próximos a Favela Nova Brasília, onde predominava uma parcela considerável da população pobre e negra do bairro, a escola de samba era a um só tempo escola de samba e escola de vida. Em 1978, a Legião Brasileira de Assistência junto a Prefeitura de Niterói passou a desenvolver uma ação comunitária que visava por um lado atender às demandas prioritárias da favela após consulta feita a partir de inquirições com moradores: Acesso à água, rede de esgotos, calçamento, casas de alvenaria, uma vez que boa parte das casas eram barracos de barro e madeira e principalmente: ter escola para alfabetização e creches. Por outro lado, ao analisarmos o documento produzido pela LBA encontramos um outro objetivo do projeto, sutilmente esclarecido: A urbanização da Favela da Nova Brasília, dando inclusive a posse da terra para as famílias da época serviria para evitar a sua expansão desordenada e a chegada de novos possíveis ocupantes às encostas próximas das terras que pertenciam à LBA, que visava ceder a posse mediante acordos com a prefeitura e com o antigo Banco de Habitação Nacional (Ação Comunitária, LBA, 1978). Voltando ao samba e ao Canarinhos, a escola estava encrustada no pé do morro, exercia o papel social de escola de samba e de vida para aquela comunidade. A sua ascensão foi também mesmo que de forma indireta, a ascensão da luta social de seus componentes, a maioria moradora da favela da Nova Brasília.

Em 1975, os Canarinhos da Engenhoca homenagearam o sambista niteroiense Ismael Silva fundador da primeira escola de samba do Brasil, A Deixa Falar, no Estácio. Foi a primeira vez que Ismael foi enredo de uma escola de samba, e a única em vida. Novamente os preparativos da escola foram muito badalados. O então fundador da primeira escola de samba do mundo desfilou na Avenida Amaral Peixoto pela escola, mas nos anos 1970 era um desconhecido senhor para a maioria dos que pulavam nas quadras, terreiros e avenidas e inclusive para os jurados do quesito enredo que despontuaram os Canarinhos da Engenhoca que terminaram na terceira colocação do grupo principal.

Fundador da Associação de Moradores da Nova Brasília, Paulo Cesar Portugal, hoje compositor da Viradouro, começou no samba aos 16 anos de idade nos Canarinhos da Engenhoca em 1964, onde foi compositor, mestre de bateria e presidente da agremiação, saindo na década de 1980. Para ele o papel desempenhado pela escola dentro da favela foi muito importante, sobretudo para a formação imediata das crianças da favela. As iniciativas comunitárias e mutirões para colocar o carnaval na rua também são destacadas pelo sambista, segundo ele, as senhoras costureiras e moradoras da favela dedicavam horas à fio para confeccionar as roupas da escola, que fornecia o material, mas elas não cobravam pela mão de obra. Para além das atividades voltadas para os desfiles oficiais, ele relembrou a importância do cotidiano de samba ao longo do ano, dos festivais de samba de quadra, que é completamente diferente do samba de enredo que tem sinopse que deve ser seguida. No samba de quadra, os compositores testavam e treinavam sua capacidade de composição, improvisado e os encontros funcionavam como estímulos às sociabilidades do samba.

A Favela Nova Brasília, que possuía 920 famílias e 3.850 habitantes (Ação Comunitária em área Urbana-Engenhoca- LBA, 1978). Já mencionei sobre a atividade comunitária desenvolvida pela Associação de Moradores em parceria com a LBA e com a prefeitura de Niterói. Uma das propostas da parceria previa que a escola de samba Canarinhos da Engenhoca cedesse sua sede, na Travessa Zalmir Garcia para a construção de uma escola municipal, em troca, a LBA construiria uma nova sede para agremiação na Avenida João Brasil. Essa negociação aparece no documento da LBA de 1978 e o então presidente da escola de samba confirma que a obra foi executada: Em 1978 contava com o artista Marcílio Pinto, um dos mais famosos cenógrafos da cidade que desenvolveu o tema: O Pescador de Pérolas. Paulo Cesar Portugal estava no comando da bateria junto com Batista. A Ala do Rebu, e a ala dos Inocentes respectivamente de Mestre Julinho e Carla Grey comandaram os ensaios que ocorreram no Clube dos Operários Navais, no bairro de Santana, na Rua Benjamin Constant ,580. Justamente porque a quadra da escola na Travessa Oriente tinha sido derrubada para as obras da creche e escola. Os Canarinhos conquistaram o quinto lugar na classificação do I grupo. (Revista Desfiles, 1978). A aquisição da nova quadra na Avenida Joao Brasil, mesmo próximo à favela não parece ter favorecido o desempenho da escola no carnaval de Niterói.

Entre 1979 , ano em que deixou o grupo principal da folia niteroiense com o enredo sobre a vida do escravo Nho Lau e o carnaval de 1984, a agremiação buscou retornar ao principal grupo de escolas de samba, não obtendo o sucesso almejado no carnaval. No entanto na nova quadra oferecia-se um importante serviço social para as famílias onde funcionava de

8h da manhã às seis da tarde uma creche, comandada pela Associação de moradores da Nova Brasília situado à Rua João Brasil, 2.200 na Engenhoca. (Revista Desfiles, 1979-1982).

Após o carnaval de 1984 a crise se tornou mais aguda, com a repetição do III lugar pela agremiação com fraca votação em enredo e somando 78 pontos (Jornal Icarai, 9 a 16-03-1984), a escola passou por um processo de esvaziamento e o número de componentes que nos anos 1970 chegava a 3000 pessoas, quase totalidade do número total dos moradores da Favela Nova Brasília ficou reduzido a 1.300 pessoas. Em 1985 não desfilou nos certames oficiais da cidade. Em 1986 os Canarinhos da Engenhoca voltaram e desfilaram no III grupo de escolas de samba em Niterói. A felicidade foi geral para os sambistas da favela Nova Brasília, pois a escola retornou ao grupo II onde desfilou no ano seguinte. A agremiação voltaria a desfilarem no I grupo em 1989, sendo rebaixada após o carnaval. Na década seguinte, acompanhando o severo processo de crise do carnaval da cidade, enrolou bandeira e as experiências de seus sambistas e moradores da Favela Nova Brasília tornam-se vestígios quase invisíveis dentro da cidade de Niterói que optou por esquecer seu passado carnavalesco em nome do presente e do futuro mirando nas escolas de samba que migraram para desfilarem no carnaval carioca, enquanto os desfiles das escolas de samba de Niterói quase invisíveis trava uma luta constante para existir.

Referências

Entrevistas:

Entrevistas de Marli Silva, de Rosemeri Ceia e Paulo Cesar Portugal concedidas a Leandro M. Silveira em agosto e outubro de 2022.

Documentos, revistas e jornais:

Ministério da Previdência e Assistência Social/LBA- Ação Comunitária em área Urbana- Engenhoca, 1978. Consulta na Sala de História Fluminense- Biblioteca Parque de Niterói, janeiro 2023.

Revista Desfile das Escolas de Samba e Blocos de Niterói, Beca Produções, Niterói, edições: 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979, 1983, 1984, 1985, 1986.

A Tribuna, Coluna Samba, 18-01-1970 e Coluna Vamos sambar 4 e 5-01-1976.

COLUNA DO CARLOS SWANN, JORNAL O GLOBO, p.04, 04 fev de 1974.

Jornal Icarai, 9 a 16-03-1984.

O Fluminense, edições de: 28-01-1964, 31-01-1964, 26-02-1965, 06-03-1965, 15-02-1966, 19-02-1966, 24-02-1966, 06-06-1966.

Jornal Última Hora, 22-02-1964.

Referências bibliográficas:

CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. Coimbra: Quarteto, 2001.

MACIEL, Laura Antunes, Produzindo notícias e Histórias: Algumas questões em torno da relação Telégrafo e Imprensa-1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto e KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo, Olho d'Água, 2004.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

PORTELLI, A., Janine Ribeiro, T. M. T., & Ribeiro Fenelón, R. T. D. (2012). O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE. Projeto História : Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 14. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>

SILVEIRA, Leandro. M.; VIUG, Matheus. T.; SOUZA, Winnie D. Antigamente é que era bom: A folia niteroiense entre 1900-1986. 1. ed. Niterói: Niterói Livros, 2017. 262p.

THOMPSON, Edward. Costumes em comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional. SP: Companhia das Letras, 1998.

Forjando um consenso neoliberal: o jornal *O Estado de S. Paulo* nos governos Dilma Rousseff

Letícia Crespo Bomfim¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Rafael Vaz da Motta Brandão
Bolsista FAPERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de doutorado, cujo título é: “Construção de um consenso neoliberal: a oposição do jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) aos Governos Dilma Rousseff”, ainda em andamento. O objetivo é apresentar os avanços da pesquisa que levanta a hipótese de que durante todo o Governo de Dilma Rousseff (2010-2014 e 2014-2016), o jornal reclama através de seus editoriais e matérias internas adesão à agenda econômica neoliberal no Brasil por parte do governo, tornando-se oposição política à presidente.

Como parece concordar a bibliografia levantada, ao desenvolvimento do neodesenvolvimentismo² no Brasil havia o antagonismo do campo neoliberal. Ainda segundo os autores que exploram o tema, a agenda desta frente é representada pela grande imprensa brasileira,³ que não só fazia frente à prática neodesenvolvimentista, mas assume um alinhamento antipetista (MIGUEL, 2019; AZEVEDO, 2018). Assim também age o jornal *O Estado de S. Paulo*, que em sua cobertura política constrói um discurso em torno de cobranças à adesão do governo Dilma Rousseff à agenda neoliberal, alarmando sobre os perigos de uma inflação descontrolada, sobre a urgente necessidade de ajustes fiscais e cortes orçamentários por parte do governo e exigindo modificações tributárias e “modernizações” trabalhistas.

Assim, partindo da concepção gramsciana, a segunda hipótese levantada é a de que, ao objetivar construir um consenso contrário às ações do governo Dilma Rousseff – já que não

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “Construção do Consenso Neoliberal: a oposição do Jornal *O Estado de S. Paulo* aos governos Dilma Rousseff”, sob orientação do Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão, bolsista: FAPERJ.

² A bibliografia levantada considera os governos do Partido dos Trabalhadores – Lula (2002-2010) e Dilma Rousseff (2010-2016) como sendo neodesenvolvimentistas, ou seja, um governo que adotou uma política neoliberal atenuada. Ler BRESSER-PEREIRA, 2016; BOITO JR; MERCADANTE, 2010.

³ Representado pelo grande capital financeiro internacional, a fração da burguesia brasileira, a alta classe média e os grandes proprietários de terras.

atendiam aos seus anseios político-econômicos –, o jornal *O Estado de S. Paulo* desempenhou o papel de *aparelho privado de hegemonia*⁴ na conjuntura estudada (GRAMSCI 2010).

A escolha de *OESP* se justifica pois constitui-se no “jornal carro-chefe” do conglomerado de notícias *Agência Estado*, o qual é um dos líderes do mercado jornalístico do Brasil (AZEVEDO, 2018). Além disso, a literatura acerca do jornalismo no país, concorda que é um dos veículos que apresenta forte impacto no debate político e de outras questões públicas, além de pautar por diversas vezes as outras mídias e os debates eleitorais – ainda segundo Azevedo, é influente também “nos segmentos da opinião pública mais bem informados” (AZEVEDO 2018, p. 21). Vale ressaltar que o periódico analisado é também uma publicação que apresenta características liberal-conservadoras – tanto no aspecto político, como no econômico –, e, apesar de se intitular independente politicamente, é costume posicionar-se a favor ou contra um candidato presidencial.

Vale ressaltar que a pesquisa ainda está em andamento, ainda em seu primeiro momento de leituras bibliográficas e análise de fontes. Em virtude disto, para o desenvolvimento deste artigo, selecionamos apenas exemplos pontuais acerca de questões importante à pesquisa ainda no primeiro mandato de Rousseff (2011-2014).

O primeiro mandato de Rousseff (2011-2014)

Segundo Wanderson Fabio de Melo, as políticas neodesenvolvimentistas dos governos petistas de Lula e Dilma Rousseff buscaram a conciliação de classes para que a economia brasileira crescesse sem que houvesse uma ruptura radical na estrutura social, mediando a relação entre o capital financeiro internacional e o grande capital nacional, de um lado, e os setores médios, trabalhadores e o subproletariado, de outro. Assim, segundo Melo,

como se percebe, a política novo-desenvolvimentista não trouxe em sua configuração a perspectiva de ruptura com o imperialismo (o domínio do capital financeiro) ou com a dominação interna da burguesia. Nesse sentido, comprometeu-se em manter os alicerces ortodoxos na arena econômica, que drenam os recursos da economia nacional para o capital financeiro internacional. Contudo, a partir da conquista de uma “sólida estabilidade macroeconômica” e a “dinamização do mercado interno de consumo de massas”, tal política empenhou-se em sustentar os “processos de distribuição de renda e de inclusão social” (MELO 2020, p. 190).

⁴ Segundo Gramsci, os *aparelhos privados de hegemonia*, são formados por escolas, sindicatos, partidos, *imprensa* e outras instituições, organizadas no interior da sociedade civil, e que são responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias formadoras da consciência social. São, portanto, os agentes da hegemonia, os portadores materiais da produção ideológica que buscam consolidar apoio na sociedade civil, seja para manter a dominação por parte dos grupos dominantes, seja para construção de projetos contra-hegemônicos pelas classes subalternas.

Ainda segundo o autor, foi com o agravamento da crise mundial iniciada em 2008, já sob o governo de Dilma Rousseff, que o projeto neodesenvolvimentista entrou em crise. Esse seria o momento em que o setor empresarial abandonaria essa plataforma e passaria a atacá-la, assumindo a partir de então a defesa da retomada de uma agenda ultraliberal (MELO 2020, p. 208).

Já no seu primeiro ano de mandato, em 2011, o governo Dilma Rousseff sofreria com os reflexos da crise global. Diante deste cenário, o governo adotou uma política anticíclica, que ficaria conhecida como Nova Matriz Econômica. Segundo André Singer, esta política seria uma medida de promoção à intervenção sistemática do Estado na economia (SINGER 2018, p. 45-48). Laura Carvalho, por sua vez, denomina este modelo econômico de “Agenda FIESP”, uma vez que se tratava de um pacto de um projeto de crescimento econômico e industrial que havia sido referendado por associações e entidades patronais (CARVALHO 2018, p. 50-53).

A Nova Matriz Econômica adotaria medidas de redução dos juros; estabelecimento de linhas de créditos pelo BNDES pra que fossem investidos nas empresas através de passes recebidos do Tesouro; uma política industrial de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e desonerações tributárias; reformas do setor elétrico; a desvalorização do real – considerada uma grande distorção da economia brasileira –, além do controle de capitais e proteção ao produto nacional.

No entanto, a estratégia da Nova Matriz Econômica fracassaria. Entre 2010 e 2012, a produção industrial reduziu 3,7%, enquanto a utilização da capacidade instalada do setor industrial caiu de 85% para 80% (CARVALHO 2018, p. 89). A participação industrial no PIB brasileiro também foi reduzida: em 2011, respondia por 13,9%, chegando a 10,9% em 2014 (NETO 2020, p. 128). Além do contexto de desindustrialização, o Brasil assistiu a alta da inflação e a desaceleração do PIB, que cresceu apenas 0,5% em 2014.

Sydenham Lourenço Neto destaca que, apesar do objetivo de crescimento rápido, a Nova Matriz Econômica tornou-se determinante para uma das maiores recessões da história da economia brasileira. Assim, segundo o autor,

o fracasso do Plano Brasil Maior certamente foi determinante para o rompimento da aliança política com a FIESP e até mesmo com algumas centrais sindicais. FIESP e Força Sindical trabalharam contra a reeleição de Dilma, em 2014, e depois formaram parte da linha de frente do movimento a favor do golpe jurídico e parlamentar de 2016. (NETO 2020, p. 128)

Laura Carvalho, por outro lado, observa que o fracasso da “Agenda FIESP” resultou no abandono daquilo que restava do crescimento do “milagrinho”. A autora destaca, no entanto, que a desaceleração econômica não se deveu apenas à política fiscal e monetária, mas sofreu

os reflexos da Operação Lava Jato, da queda brusca no preço das commodities que o país exporta e da forte desvalorização do real.

Ainda assim, Dilma Rousseff saiu vitoriosa do processo eleitoral de 2014 e alcançou sua reeleição sob a promessa de manutenção do nível de emprego e dos salários. André Singer, no entanto, aponta que, quando reeleita em 2014, Dilma assumiu o país imerso em um cenário de intensa polarização, que alimentava um acirramento entre o “lulismo” e o “anti-lulismo” – principalmente depois dos movimentos de junho de 2013 (SINGER 2018, p. 170).

***O Estado de S. Paulo* – um conglomerado de notícia em busca do *consenso* neoliberal no primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014)**

O jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) é parte do conglomerado de notícias *Estado*, que hoje produz conteúdos de notícias para as redações de *O Estado de S. Paulo*, *Portal Estado*, *Jornal da Tarde*, *Agência Estado*, *Rádio Eldorado AM e FM* e *TV Estadão*, além do portal *Estadão*, segmento digital do grupo, que segundo Azevedo, é um dos portais de notícias mais acessados pelos internautas.

O jornal, chamado de *A Província de São Paulo* até antes de 1889, foi fundado no ano de 1875 sob a organização e liderança de um grupo⁵ nomeado pelo Congresso Republicano de Itu, em 1874, e constituído também por diversos integrantes da sociedade do café⁶ – já é percebido que, desde o seu início, o jornal atende aos interesses de uma classe, de uma elite agrária. Desenvolveu seu trabalho em torno de ideias republicanas, apresentando-se como autônomo em relação às discussões políticas e sociais no Brasil, independente do Partido Republicano Paulista (PRP), partido nascente na época. Em 1885, Júlio Mesquita começa a integrar a equipe do periódico como redator-gerente, tornando-se codiretor do jornal três anos depois, em 1888, ao lado de Rangel Pestana. E, em 1891, com a eleição de Rangel Pestana para Senado, Mesquita o substitui na direção de *A Província de São Paulo*. Desde então, a direção do jornal está nas mãos da família Mesquita.

Fazendo um levantamento histórico de *OESP*, Azevedo argumenta que o periódico não apresenta uma trajetória política conservadora desde sempre. Desde sua origem, foi

⁵ Teve como principais articuladores Américo Brasiliense, atuando na cidade de São Paulo, e Campos Sales, atuando em Campinas.

⁶ Principalmente fazendeiros de café do Oeste Novo paulista Américo Brasília de Campos, Antônio Carlos de Sales, Antônio Pompeu de Camargo, Bento Augusto de Almeida Bicudo, Cândido Vale, o major Diogo de Barros, Francisco de Sales, Francisco Glicério de Cerqueira Leite, Francisco Rangel Pestana, João Francisco de Paula Sousa, João Manuel de Almeida Barbosa, João Tibiriçá Piratininga, João Tobias de Aguiar e Castro, José Alves de Cerqueira César, José de Vasconcelos de Almeida Prado, José Pedroso de Moraes Sales, Manuel Elpídio Pereira de Queirós, Martinho Prado Júnior e Rafael Pais de Barros.

abolicionista, republicano, apoiou a Revolução de 1930, combateu o Estado Novo, período em que sofreu intervenção. Traiu suas autoproclamadas convicções políticas liberais ao apoiar o golpe de 1964, mas o fez em companhia de todos os principais diários do País, com a exceção já mencionada do Última Hora. Mas foi, depois do Correio da Manhã, o primeiro grande jornal a se contrapor à ditadura militar, ainda que defendendo uma democracia restrita e expurgada, tendo sofrido uma rígida censura interna. Contudo, o seu posicionamento nos embates partidário-eleitorais e diante de governos chamados progressistas (o Vargas do segundo mandato, Jango e o período petista), tanto na quadra democrática de 1945-1964 quanto na atual (em que apoiou sucessivamente Collor e os candidatos tucanos em todos os pleitos presidenciais), o classifica de modo inequívoco como uma publicação de centro-direita. (AZEVEDO 2006)

Analisando o periódico publicado entre os anos de 1927 e 1937, Capelato aponta características próprias, as referências do jornal “O Estado de São Paulo” que se destacam na imprensa brasileira e que estão em sua maioria presentes atualmente. Ela ressalta característica como a defesa dos princípios liberais, sua auto definição de se constituir oposição aos governos constituídos e sua preocupação e uso político da “opinião pública” (CAPELATO 1980). OESP age conforme seus interesses particulares, seus valores, propondo programas com os quais a classe dominante se identifique. Os representantes do jornal não ficam omissos diante dos acontecimentos da história do Brasil, ao contrário, tem uma participação ativa nos debates que se colocam, buscando influenciar e direcionar o comportamento de seus leitores. Desta forma, o que é produzido no jornal se faz com o intuito de atuar politicamente, idealizando um projeto de futura para o Brasil, projeto este calcado em bases da doutrina liberal (CAPELATO 1980).

“O modelo político defendido pelo periódico é considerado ‘ideal’ para o país norteia-se pelos princípios liberais e consubstancia-se na prática da democracia [...]” (CAPELATO 1980). Ainda segundo Capelato, desde o início do século XX, o periódico expõe ideias contrárias à interferência do Estado na economia, pois defende que ir contra o princípio liberal de liberdade de mercado ocasiona em atraso. Ao Estado cabia apenas garantir os direitos naturais do homem, justiça, segurança, liberdade, propriedade. Soma-se a estas ideias o apoio de OESP à entrada de capitais estrangeiros, alegando que era uma instigação ao desenvolvimento, já que o Brasil não possuía capacidade de investimento (CAPELATO 1980).

Segundo Fernando Azevedo, *OESP* milita em favor do capital uma vez que defende a tese de que a intervenção do Estado na economia produz déficits públicos que geram inflação. “Na visão ideológica do jornal, a culpa pela crise é do Estado e nunca dos empresários. No papel de “partido do Capital”, o jornal busca continuamente influenciar o governo, propõe um “ajuste fiscal”, controle de gastos públicos, cortes em orçamentos sociais [...]” (FONSECA 2018).

As características de *OESP* descritas contribuem para a análise do jornal no contexto de interesse da pesquisa. Assim, destacamos em primeiro lugar o comportamento da imprensa brasileira neste mesmo contexto.

Como parece concordar a bibliografia levantada, ao desenvolvimento do neodesenvolvimentismo no Brasil havia o antagonismo do campo neoliberal. Ainda os autores que exploram o tema, a agenda desta frente é representada pela grande imprensa brasileira,⁷ que não só fazia frente a prática neodesenvolvimentista, mas assume um alinhamento antipetista. Luis Felipe Miguel afirma que desde que o PT havia se tornado uma força política relevante, os meios de comunicação empresariais brasileiros manifestam seu antipetismo militante (MIGUEL 2019).

Em sua pesquisa acerca do posicionamento dos grandes jornais impressos do Brasil nas eleições presidenciais de 1989 a 2014, Fernando Antônio Azevedo mostra evidências de que há uma crítica reiterada ao Partido dos Trabalhadores e ao petismo desde as primeiras páginas aos editoriais dos periódicos, com uma cobertura desfavorável e enviesada. Segundo o autor, a grande imprensa compromete-se com as coalizões de centro-direita, com partidos de orientação liberal-conservadora, opondo-se assim à ideologia nacional-desenvolvimentista, às políticas distributivas; para tanto aciona estratégias que colocam os defensores destas políticas como radicalistas e populistas, associando-os a escândalos de corrupção, ao caos. Afirma Azevedo que “é possível caracterizar a atuação da grande imprensa diária através do conceito de paralelismo político e sugerir que seu antipetismo tem raízes ideológicas, numa visão política liberal que se opõe às ideias nacionalistas, estatistas e desenvolvimentistas do trabalhismo no passado e do petismo no presente” (AZEVEDO 2018, p. 270-290).

Luiz Felipe Miguel concorda com as afirmativas de Azevedo e reitera que, no Brasil, a centro-esquerda, encarnada pelo PT, junto a seu programa de reformas moderadas, sofreu com os esforços do jornalismo – empossado de uma agenda da direita – para sua retirada. Segundo o autor, mesmo que houvessem vozes dissonantes, estas acabaram reduzidas à posição de reagir e interpretar as notícias de todos os principais veículos de comunicação brasileiros – jornais, revistas, emissoras de rádios e TV, aqueles participaram deste conluio (MIGUEL 2019).

A culminância destas críticas ao Partido dos Trabalhadores se dá no processo de impeachment de Dilma Rousseff. Desde o primeiro mandato de Dilma Rousseff, os ataques ao PT se ampliaram; os meios de comunicação passam a desconstruir de forma sistemática os

⁷ Representado pelo grande capital financeiro internacional, a fração da burguesia brasileira, a alta classe média e os grandes proprietários de terras.

programas sociais e outros feitos criados durante os governos petistas, objetivando desestabilizar ainda mais o cenário doméstico. É ainda no primeiro mandato da presidente que a grande imprensa se esforça ainda mais para a construção de um consenso contrário ao seu segundo mandato, apresentando a agenda neoliberal como a única saída para a crise econômica da qual, segundo os meios de comunicação, o Estado era o responsável e tornando-se um braço auxiliar para sua derrubada em 2016.

Assim também age o jornal *O Estado de S. Paulo*. A análise do jornal deixa claro uma indisfarçável oposição aos governos Dilma Rousseff e à Nova Matriz Econômica colocada em vigor neste período. O jornal insiste em seus editoriais e em suas matérias internas uma adesão a decisões econômicas alinhadas ao neoliberalismo, como a necessidade de cortes no orçamento público, privatizações, aumento dos juros e maior autonomia do Banco Central em relação ao governo, redução do Estado. Colocando-se como oposição às políticas desenvolvimentistas do governo em questão, naturalmente, *OESP* coloca-se como oposição política de Dilma Rousseff e sua administração.

Tal oposição ocorre desde o primeiro ano de mandato de Dilma Rousseff, 2011, quando ao implementar a “Agenda Fiesp” o jornal publica um editorial chamando de “promiscuidade tripartite” a aproximação entre as propostas da FIESP e centrais sindicais com o governo, fazendo duras críticas à redução da taxa de Juros Selic e reforçando a necessidade de austeridade nos gastos do governo – questão essencial para a competitividade da indústria nacional (*O Estado de S. Paulo*, 25/05/2011, p. A3). Estas parecem ser as principais batalhas do periódico: os cortes orçamentários.

A questão dos cortes nos gastos públicos era recorrente nas páginas do jornal, que cobrava obstinadamente que Dilma Rousseff usasse uma “enorme tesoura fiscal” para cortar o orçamento público, já que a administração anterior – de Lula e do ministro da Fazenda, Guido Mantega – havia feito “populismo orçamentário”, alimentando os gastos públicos, uma “herança maldita” (*O Estado de S. Paulo*, 04/01/2011, p. A3; 13/01/2011, p. A3; 27/01/2011, p. A3; 10/03/2011, p. A3). A discussão acerca do tema da inflação torna-se estratégia para embasar a argumentação de que o ajuste fiscal era necessário; na perspectiva de *OESP*, os cortes orçamentários e a redução de crédito diminuiriam a demanda e, conseqüentemente, a inflação e sua escalada. O tom em relação a esta temática chega a tornar-se alarmista durante todo o período do governo, segundo o jornal no governo Dilma Rousseff havia um “descaso com a inflação”, nada se fazia para conter a “festa da inflação” (*O Estado de S. Paulo*, 07/01/2012, p. A3; 08/10/2012, p. A3; 22/10/2012, p. A3; 25/10/2012, p. A3) – que, vale ressaltar, ficaram

dentro da meta estipulado pelo governo e também pelo Banco Central; fala-se em “descuido”, “desastre”, “fiasco” das contas públicas e é previsto “muita inflação pela frente”, mais uma vez uma “herança maldita” para o próximo governo (*O Estado de S. Paulo*, 15/02/2012, p. A3; 16/08/2012, p. A3; 12/09/2012, p. A3; 06/01/2013, p. A3; 27/03/2013, p. A3).

Outras questões econômicas são colocadas em evidência nas páginas do jornal, como em relação às reduções da Taxa Selic como parte da Nova Matriz Econômica do governo, quando *OESP* defendia a ação contrária. Quando o Banco Central inicia o processo de redução dos juros, o jornal acusa a presidente Dilma de interferir em uma instituição que deveria ser autônoma (*O Estado de S. Paulo*, 31/08; 02/09; 30/09; 04/10/2011, p. A3). Segundo o jornal, o Banco Central passava a servir como “instrumento do Palácio do Planalto” e seu então presidente, Alexandre Tombini, “propagandista” do governo (*O Estado de S. Paulo*, 25/02/2012, p. A3; 09/03/2012, p. A3; 26/05/2012, p. A3; 27/07/2012, p. A3). Atuando em defesa de sua agenda neoliberal, *O Estado de S. Paulo* ainda defende em suas páginas o combate ao “custo Brasil” – as dificuldades tributárias e trabalhistas da indústria brasileira, além da pouca infraestrutura: o jornal cobra uma reforma trabalhista para “modernizar” e “expandir direitos de milhões de trabalhadores” (*O Estado de S. Paulo*, 05/05/2012, p. A3, 23/07/2012, p. A3 e 01/05/2013, p. A3); os pacotes governamentais de desonerações eram julgados ineficientes ou limitados sem um plano de infraestrutura ou uma reforma tributária, tudo esforço do governo era visto como um “protecionismo mal disfarçado” (*O Estado de S. Paulo*, 04/04/2012, p. A3, 23/05/2012, p. A3, 14/06/2012, p. A3, 23/07/2012, p. A3, 13/08/2012, p. A3, 13/03/2013, p. A3 e 14/03/2013, p. A3).

Ao longo de seu primeiro mandato, o governo Dilma Rousseff viu um pequeno crescimento da economia, bem como do PIB. Diante desta cenário, o jornal analisado culpa exclusivamente Dilma Rousseff e sua política “há muito defeituosa e piorada pela teimosia do atual governo”. Quando, em 2013, o PIB brasileiro tem crescimento de apenas 3% no ano, *OESP* o chama de “pibinho”, “anêmico”, “fracassado” (*O Estado de S. Paulo*, 20/01/2014, p. A3 e 01/03/2014, p. A3). Em 2014, o jornal aumenta suas cobranças e críticas ao governo. O jornal destaca que no governo Dilma a indústria seguia em “ritmo de tartaruga”, “inflação elevada, contas externas em mau estado e muita desconfiança entre empresários, investidores e consumidores”; havia se instalado uma política governista “sem preocupação com produtividade” e com uma “política comercial mais ideológica do que pragmática”. Neste cenário, o governo mostrava-se “trapalhão” e “criativo na incompetência” (*O Estado de S. Paulo*, 18/05/2014, p. A3, 16/08/2014, p. A3 e 30/08/2014, p. A3).

Ainda em seus conteúdos alarmistas acerca da alta da inflação, da crise econômica que se refletia no Brasil no segundo mandato do governo Dilma Rousseff, *OESP* apresentava uma “lição de casa”: ao dar espaço para economistas ideologicamente neoliberais e ortodoxos para responder a pergunta “o que fazer para a economia voltar a crescer?”, publicava “a resposta – unânime, entre os economistas e pesquisadores presentes [em um Fórum de debates promovido pelo jornal] é a implantação de um sério e imediato ajuste fiscal”; “incluir contenção de gastos, revisão de tarifas, menos transferência do Tesouro aos bancos federais e algum aumento de tributos” (*O Estado de S. Paulo*, 19/12/2014, p. A3 e 20/12/2014, p. A3). Assim, se a política fosse “mantida com firmeza”, o resultado seriam as “melhores condições para voltar ao crescimento”.

Conclusão

Dentro da lógica, de um período de ascensão do neoliberalismo, está o jornal *O Estado de S. Paulo*, que milita em favor do capital. A reflexão acerca do que foi exposto leva à reflexão de que *OESP* exerce a função de vigia do poder⁸.

Assim, levando em consideração o levantamento de fontes e a característica do jornal *O Estado de S. Paulo* como ideologicamente alinhado ao ideário liberal desde sua origem e partindo da análise das fontes, através das quais observamos uma oposição à agenda econômica neodesenvolvimentista, a pesquisa partirá da hipótese de que o jornal, durante os governos Dilma Rousseff, atuou como *aparelho privado de hegemonia* – entendidos como agentes autônomos em relação ao Estado estrito, que detém suas ideologias, buscando construir consentimentos em torno delas e consolidá-las – na defesa de uma agenda neoliberal.

Fontes

I- Jornais:

O Estado de S. Paulo

Localização: Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos (PRc-SPR 00002).

O acervo de *O Estado de S. Paulo* também está disponível para a consulta on-line através do sítio: <https://acervo.estadao.com.br>.

⁸ Carla Silva Luciana afirma que a imprensa pode exercer tal função – e a faz, supostamente, em nome da sociedade. “No entanto, isso é uma expressão ideológica que oculta que o papel de cão de guarda exercido pela grande imprensa se dá em nome dos próprios interesses das empresas jornalísticas e suas relações de classe. É absolutamente seletiva na escolha dos “desmandos” que denuncia e das cobranças que faz ao poder instituído”. (SILVA, 2012)

Referência Bibliográfica

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; (orgs.). *Miragem do Brasil: dos governos do PT ao golpe de 2016 e à ascensão conservadora*. Rio de Janeiro: Garamond, 2020

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opin. Publica* [online]. 2006, vol.12, n.1, pp.88-113. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762006000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Disponível em 10 de maio de 2018

AZEVEDO, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT (1989-2014)*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimento e o Desenvolvimentismo Clássico. *In: Revista de Economia Política*, vol. 36, nº2 (143), pp. 237-265, abril-junho/2016.

BOITO JR, Armando. *As políticas do Neodesenvolvimentismo*.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo : Polis, 1981. p. 137-151. Disponível em <<http://evoluieducacional.com.br/wp-content/uploads/2012/08/21979592-Bourdieu-A-opiniao-publica-nao-existe.pdf>> Acessado em 22 de abril 2018

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

_____ e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira – Do Boom Ao Caos Econômico*. São Paulo: Editora Todavia, 2018

FONSECA, Francisco. O Conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira. *Opin. Publica* vol.9 no.2 Campinas Oct. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000200004#nota22>. Acessado em 08 de maio de 2018.

FONSECA, Francisco César Pinto. *A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projeto político e estratégia de convencimento (Revista Visão e Jornal O Estado de S. Paulo”*. Tese (Mestrado). Departamento de Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 1994.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 2, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol. 3, 2000.

MERCADANTE, Aloizio. *O Governo Lula e a construção de um Brasil mais justo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019

SILVA, Carla Luciana . *Imprensa Liberal, imprensa partidária: uma aproximação historiográfica*. In: SILVA, Carla Luciana; RAUTENBERG, Edina. *História e imprensa: estudo de hegemonia*. Porto Alegre: FCM Editora, 2012.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

Os primeiros anos do diário *Imprensa Popular*: As campanhas pela paz e a oposição ao envio de tropas brasileiras à Coreia (1948-1953)

Luan Garios Aleixo¹
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Maria Letícia Corrêa
Bolsista FAPERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: “O ‘nós’ através de ‘outros’: representações do conflito coreano e da Guerra da Coreia nos jornais brasileiros como imaginário de uma nação (1948-1953)”, ainda em andamento. Pretende-se analisar o periódico *Imprensa Popular* e sua atuação no período de 1948-1953, onde devido a cassação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1947, o jornal possuía uma ligação extraoficial com a agremiação. Sendo assim, objetiva-se estabelecer uma história de seis dos seus primeiros anos de funcionamento, onde estavam em pautas propostas que visavam a sobrevivência da imprensa comunista, assim como do partido como um todo; o maior alcance das “massas”, com objetivo de aumentar o nível político e de mobilização do povo e a elevação do nível político e ideológico da agremiação com fins de alcançar a tomada do poder.

O jornal, editado no Rio de Janeiro, tomava lugar do periódico *Tribuna Popular*, fechado devido a dificuldades de sobrevivência com sua ligação partidária com o PCB, assim como a repressão que sofria com invasões e empastelamento de sua redação. Neste cenário eram produzidas matérias jornalísticas em concomitância com proposições gerais definidas pela linha geral do Partido Comunista do Brasil (PCB), mas também por proposições específicas ligadas ao jornalismo e seu papel determinado na III Conferência Nacional da Agremiação.

Sendo assim, foram destaques em suas coberturas jornalísticas as campanhas pela paz, o antiamericanismo e a oposição ao envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia. Por meio desse cenário, em diálogo com o contexto de conflito na Coreia, busca-se uma análise sobre as representações acerca desse confronto ligado a Guerra Fria, assim como a percepção de como os signos instituídos no jornal estiveram em diálogo com as projeções políticas e busca de sobrevivência do partido.

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “O ‘nós’ através de ‘outros’: representações do conflito coreano e da Guerra da Coreia nos jornais brasileiros como imaginário de uma nação (1948-1953)”, sob orientação da Dr.^a Maria Letícia Corrêa, bolsista: FAPERJ nota 10.

Imprensa Popular: um jornal comunista para as massas

O jornal *Imprensa Popular* tem sua origem ligada ao momento histórico nacional, onde se encontravam projeções políticas do PCB e as dificuldades em decorrência de sua ilegalidade. Nesse sentido, o periódico surge com objetivo de ocupar o lugar do *Tribuna Popular*. O *Tribuna Popular* funcionou de maio de 1945 até dezembro de 1947. Durante esse período sofreu constantes restrições e repressões devido ao seu vínculo como jornal oficial do PCB. Apesar da abertura política de 1945, o diário apresentou uma atuação limitada, sendo por exemplo impedido de circular por quinze dias, em julho de 1946, sob alegação de planos terroristas e da difusão de ideologias subversivas, contrárias à moral cristã e aos princípios democráticos (FERREIRA, 2010).

De acordo com Orivaldo Leme Biagi (2008, p. 108) resultados expressivos nas eleições por parte do PCB foram um fator preocupante para as forças políticas conservadoras do país. Em 1947 o Partido Comunista do Brasil teve seu registro cassado. Entre as justificativas, a de que a constituição de 1946 proibia partidos “antidemocráticos” de participarem abertamente na política. O PCB ainda era acusado de ser uma organização estrangeira, um núcleo do partido comunista no Brasil, utilizando inclusive símbolos internacionais como a foice e o martelo. Isso limitou a participação dos comunistas nos debates nacionais dentro dos meios oficiais e institucionais.

O *Imprensa Popular* passava por ofensivas constantes, como manifestações violentas que ocorreram em frente à Embaixada da União Soviética, no Rio de Janeiro. O jornal também sofreu uma invasão e empastelamento de sua redação, com diversos maquinários quebrados e arquivos saqueados em outubro de 1947. Sendo assim, como estratégia, em dezembro de 1947, o jornal *Tribuna Popular* foi suspenso, o diário deu lugar a seu sucessor, o *Imprensa Popular*. Uma mudança que não impediu a continuidade da perseguição à imprensa comunista pelos próximos anos (SILVA, 2009, p. 220).

Com a proposta de uma linha editorial mais voltada a ouvir e dialogar com a sociedade surgiu o novo jornal, segundo Renato Soares Coutinho (2022, p. 260). A agremiação se preocupava com a necessidade de se ter um órgão de imprensa vinculado às “massas”, indo além de um jornal oficial do partido, ocupando o lugar do antigo *Tribuna Popular*. Foi nesse

rumo que houve a criação do diário carioca *Imprensa Popular* em dezembro de 1947. O periódico circulou pelo menos uma edição em dezembro do referido ano².

Durante a III Conferência Nacional, em 15 de julho de 1946, ficou estabelecido em diversos pontos da resolução aprovada a necessidade de orientar as massas. O baixo nível político e de organização das massas, dificultava, segundo a resolução, consolidar as conquistas democráticas alcançadas pelo povo no ano de 1945. Sendo assim, a importância da educação e propaganda, com a imprensa definida como o maior elemento para propaganda da política e atividade do partido.

O jornal apresentava uma redação que demonstrava sua continuidade em relação ao *Tribuna Popular*. Pedro Motta Lima, Aydano do Couto Ferraz, Dalcídio Jurandir, entre outros, atuaram no antigo jornal, conforme destaca Marieta de Moraes Ferreira (2010). A situação política do país, com a ilegalidade do PCB e ataques constantes de diversos meios ao partido, levou o periódico, apesar de uma aparente continuidade, desenvolver uma nova linha editorial. Ocorreu uma reformulação da linha política do partido e do modo como a agremiação pretendia usar seus impressos. Dessa forma, determinadas posições políticas passaram a obedecer exclusivamente à ótica da direção partidária.

Seu diretor, o jornalista Pedro Motta Lima, esteve presente desde cedo na militância comunista. Participou do movimento tenentista em 1922 e fundou os jornais *A Esquerda* (1927), vinculado ao PCB, e *A Batalha* (1929). Na década de 1940 atuou na redação do jornal *O Globo*, onde trabalhou como editor e organizou um suplemento semanal de nome “O Expedicionário”, voltado aos membros da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que batalhavam na Itália. Tornou-se um dos diretores da *Tribuna Popular*, assim que o PCB foi legalizado, ainda em 1945. Com o *Tribuna Popular* fechado em 1947, passou a fazer parte em 1948 do corpo de redatores e diretor do jornal *Imprensa Popular* (COUTINHO, 2010).

Aydano Couto Ferraz (1914-1985) e Dalcídio Jurandir (1909-1979) foram outros membros do corpo editorial do jornal advindos do *Tribuna Popular*. Ambos, assim como Pedro Motta, transitavam entre a grande imprensa e imprensa comunista. Aydano atuou como jornalista sendo editor do periódico *O Jornal* durante a Segunda Guerra Mundial e sendo coordenador de redação do *Correio da Manhã*, assim como atuando nos periódicos comunistas *Tribuna Popular* e *Imprensa Popular* (SOARES, 2006). Dalcídio Jurandir colaborou na década

² No Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro pós-1930, referência para parte da bibliografia no tema, consta que o *Imprensa Popular* foi criado em 1948. No entanto, na pesquisa de fontes de imprensa, localizamos a informação de pelo menos uma edição nos dias finais de 1947. Ver: *Imprensa Popular*. Rio de Janeiro, n. 1306, p. 1, 30 de dezembro de 1952; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, n. 16314, p.2, 9 de janeiro de 1948.

de 1940 com o jornal *O Radical* e como redator, repórter e colunista no semanário *Diretrizes*. Com o fechamento do semanário colaborou *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *O jornal*, *A Classe Operária* e nas revista *Leitura* e *O Cruzeiro*.³

Política externa do Brasil

Eurico Gaspar Dutra tomou posse da Presidência em 1946. Sua candidatura havia sido apoiada por Getúlio Vargas, com quem romperia relações em dezembro do mesmo ano. Como política, se alinhou aos interesses norte-americanos e instalou uma luta contra o comunismo, como sendo seu inimigo principal. Houve uma continuidade política entre o Estado Novo e o governo de Dutra, com uma descontinuidade econômica. Enquanto ocorreu o retorno de partidos políticos, das eleições e dos corpos legislativos, seu governo se manteve aquém da nova Constituição, sendo o autoritarismo assistido por uma oposição liberal (MOURA, 2021).

Nos traços aparentes tratava-se de uma continuidade política do Governo Vargas em relação à política externa, mas se durante o governo deste último se deu um alinhamento como ferramenta da política externa brasileira, com Dutra este se tornou o próprio objetivo da política. Sendo assim, tratava-se de uma política liberal pró-aliados ocidentais e principalmente norte-americanos, muito marcada pelo retorno do Congresso Nacional, da burocracia especializada e de um Itamaraty fortemente influenciado por esse caminho. (MOURA, 2021)

Como primeiro ministro das relações exteriores, João Neves da Fontoura, revolucionário de 1930, com relativa proximidade a Vargas, mas que na candidatura de Dutra demonstrou seu apoio explícito ao novo presidente, ocupou o cargo. Entretanto, não se tratava de um Ministro de confiança de Dutra. Apesar de seu forte alinhamento com a posição de enfrentamento ao comunismo norte-americana, não apresentava o mesmo alinhamento em relação à política econômica dos EUA. Portanto, em novembro de 1946 pediu sua exoneração por divergências com o governo.

Outro personagem significativo na política externa brasileira do período foi Osvaldo Aranha. O ministro das relações exteriores entre 1938 e 1944 foi eleito presidente do Conselho de Segurança da ONU em fevereiro de 1947. Uma conjuntura que possibilitou uma maior atuação do Brasil no plano internacional (MOURA, 2021). Aranha defendia uma diplomacia mais independente e uma visão mais aberta e complexa da situação internacional.(NETO, 2014)

³ Biografia, Conheça o Escritor Dalcídio Jurandir. Casa da Cultura Dalcídio Jurandir. Disponível em: <<https://www.dalcidijurandir.com.br/biografia-dalcidio-jurandir-escritor-br.html>>. Acesso em: 04 de setembro de 2023.

No ministério das relações exteriores, sucedendo Neves da Fontoura, Raul Fernandes ocupou o cargo de (1946-1951). Em oposição ao seu antecessor, significou um aliado incontestado de Dutra, produzindo uma maior aproximação com os Estados Unidos, colocando a política externa brasileira em convergência com a norte-americana. Assim, estabeleceu-se um Itamaraty com maior aproximação a posição anticomunista do governo presidencial, estabelecendo-se no país uma política externa e interna de confronto ao comunismo. A orientação da diplomacia brasileira durante o governo Dutra era a de seguir o voto dos Estados Unidos nas reuniões internacionais. Entretanto, a política externa norte-americana seguia outro rumo.

O princípio da política externa dos Estados Unidos para a América Latina desde o pós-guerra foi o de priorizar a promoção do livre fluxo dos seus interesses privados. As relações econômicas interamericanas seguiam o padrão clássico de trocas entre a periferia primário-exportadora e o centro industrializado, revelando uma relação de dependência solidamente estruturada. (HIRST, 1990, p. 2)

Conforme destaca Sydenham Lourenço Neto (2014), o esforço do Itamaraty, assim como de Dutra foi o de manter a proximidade do Brasil com os EUA. Entretanto, no pós-Segunda Guerra Mundial o Brasil não era o foco central das relações externas norte-americanas, voltadas para o enfrentamento da URSS na Guerra Fria.

A Guerra Fria foi um cenário de tensão mundial pelo medo do confronto de duas superpotências emergentes da Segunda Guerra Mundial. Marcado por uma aceitação de ambas as partes da distribuição global definida após a Segunda Guerra, apresentou, ao mesmo tempo que confrontos pontuais em territórios nacionais, uma situação peculiar pela não existência do risco de uma terceira guerra mundial (Hobsbawn, 1995).

No contexto da Guerra Fria a Ásia se estabeleceu como um local aberto ao apoio e influência por parte das duas potências emergentes. O posicionamento de incerteza nos Estados pós-coloniais abriu espaço para atuação militar e ideológica de ambas as potências. Ali ocorreu a Guerra da Coreia, que recebeu ampla cobertura da imprensa nacional.

A Guerra da Coreia foi um dos primeiros confrontos da Guerra Fria, que na verdade estava relacionado a um contexto muito anterior de resistência colonial coreana e mundializado pelo cenário geopolítico. Segundo, Visentini *et al.*(2017) a resistência colonial ao Japão, conhecida como Revolução Coreana, ocorreu por toda a península coreana e por toda sua população. No entanto, após a divisão da península, ficou definida e estigmatizada com um fenômeno da Coreia do Norte e do comunismo imposto pela União Soviética.

Enquanto isso, no Brasil, em 1951 Getúlio Vargas voltava a presidência (1951-1954). O novo governo Vargas, em paralelo com a vertente nacionalista, buscou dialogar com as

propostas de capital estrangeiro e fazer-lhe concessões. Os projetos econômicos negociados não conseguiram estabelecer uma independência econômica, apesar da possibilidade de barganha criada pelo governo. O que levou Brasil a ceder aos interesses do capital estrangeiro em muitas ocasiões (D'ARAUJO, 1992).

No Ministério das Relações Exteriores, João Neves faria sua segunda passagem pelo cargo, um dos poucos participantes do novo governo que também havia atuado com Dutra. Sua postura conservadora e anticomunista seria mantida e estabelecia-se uma política de aliança inviável com a União Soviética (ALVES, 2007).

A cobertura da Coreia: representações externas, referências internas

As representações presentes nas matérias do *Imprensa Popular* expressavam o cenário da Guerra Fria, movidas pelo alcance das informações que tinham acerca de questões internacionais, mas também por razões, códigos, finalidades e destinatários próprios. Os jornais detêm significados, a partir de seus símbolos, de uma dupla dimensão: uma que corresponderia à representação de algo e outra à apresentação de algo a partir de outras representações já estabelecidas, ou seja, têm caráter oblíquo e aparente.

...não existe história possível se não se articulam as representações das práticas e as práticas da representação. Ou seja, qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. (CHARTIER 2011, p.16)

Por meio da identificação das representações se pode compreender as situações e as práticas que são seu objeto, de forma a perceber a atuação e a imposição de signos em relação a um saber em disputa. O conceito de representação foi formulado como sendo um importante meio para assinalar diversas relações a partir das quais sujeitos ou grupos interagem com o mundo social. Dessa forma, alterou-se a percepção dessas relações, fazendo com que o ser social ou o poder político sejam repensados como sendo exposições de representações mentais (CHARTIER, 2011).

As Coberturas desse conflito pelo *Imprensa Popular* estiveram relacionadas a posição do PCB em relação a questão coreana, mas também voltadas a temáticas brasileiras que se mostravam em diálogo com a dinâmica internacional. A partir disso, foram selecionadas matérias que dialogassem com posições políticas do partido e do jornal, repetidas nas edições do jornal e que foram as marcas da cobertura do periódico ao conflito coreano, de temas e notícias internacionais e nacionais em diálogo com a dinâmica internacional. Dentre as

temáticas selecionadas, destacavam-se a “agressão ianque”, a busca pela paz, o entreguismo e a subordinação do Brasil aos EUA e a oposição ao envio de tropas brasileiras ao país.

A partir de 1947 a União Soviética, com intuito de obter maior controle na corrida armamentista, começou a seposicionar de forma mais intensa contra os avanços norte-americanos na Guerra Fria. Nesse momento, a URSS buscou dar apoio a campanhas mais amplas contra as guerras, como a campanha chamada “Movimento pela Paz”, originada em 1948, em razão do Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz ocorrido em agosto na Polônia, e do Congresso Nacional dos “Combatentes da Paz”, na França. No ano de 1950, foi incorporada ao movimento a “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas”. (RIBEIRO, 2003, p.10)

Um movimento que atingiu diversas partes do mundo e conseguiu milhares de assinaturas, tendo avançado com passeatas e assinaturas de comunistas e conseguindo o apoio de diversos grupos em países capitalistas. Diferentes grupos sociais se manifestaram em favor da paz mundial e em oposição a novas guerras, inclusive no Brasil.

O jornal *Imprensa Popular* destacava em 2 de dezembro de 1949 o aniversário de 60 anos de Stalin. A primeira página era quase toda ocupada por homenagens ao “edificador do socialismo e campeão da paz mundial”. Portanto, a representação dessa figura era um exemplo do caminho definido pelo periódico em direção a “luta pela paz”, um caminho seguido pelo movimento comunista internacional. A URSS e Stalin eram representados como elementos que conduziam o mundo a paz. Assim, o periódico em 30 de dezembro de 1950 apresentava a manchete: “quinzena de luta contra a guerra” onde atacava o presidente Dutra e suas “medidas de preparação guerreira” que objetivavam o envio de tropas para Coreia.

A busca pela paz esteve presente, seguindo diretrizes internacionais, durante todo o período analisado. Na reportagem da primeira página de 4 de março de 1953 abordado sobre a busca por paz dos comunistas, com um título: “O povo aplaude a proposta da URSS: Paz na Coreia e repatriamento geral”. Dessa forma o jornal trazia fotografias de pessoas e suas falas a respeito da proposta feita, buscando mostrar como os populares eram a favor do cessar fogo imediato na Coreia e opostos ao envio de tropas brasileiras para o confronto.

A relações externas de Dutra tiveram continuidade com Vargas e seu ministro do exterior. Na primeira página da edição de 18 de janeiro de 1951 Vargas era acentuado como comprometido a dar continuidade aos compromissos de Dutra. Na reportagem era apresentado sobre as promessas de envio de tropas brasileiras para a Coreia e entrega do Brasil aos Trustes, em conformidade com as “exigências guerreiras do imperialismo americano”.

No dia 03 de janeiro de 1951 o jornal trazia o conflito coreano com destaque para a atuação norte-americana e a resposta das tropas libertadoras de Kim Il sung⁴. A reportagem definia os norte-americanos como nazistas por sua atuação violenta que ateava fogo nas casas da população civil coreana, mulheres, crianças e velhos.

Um telegrama da A.F.P. informa que, em sua nova retirada na zona ao norte de Seul, os ianques ordenam aos habitantes de toda aldeia, de todo povoado, que evacuem suas casas ateando-lhes fogo logo após. Com o cinismo sádico bem típico de um soldado nazista, declarou um oficial superior norte-americano: <não vamos deixar aos vermelhos lugar algum em que possam repousar>. Por <vermelhos> ele queria se referir não apenas as forças libertadoras como a população civil coreana, mulheres, crianças e velhos. (IMPRESA POPULAR, 03/01/1951)

Por meio de uma manchete superlativa no tamanho das letras e força de sua frase trazia: “Brasileiros para Coreia – esse o objetivo imediato da onda terrorista de Vargas. No dia 12 de janeiro de 1952 é definido o objetivo do envio de tropas à Coreia por meio de negociações de Vargas com o governo norte-americano, mas também destacando a oposição ao governo Vargas e sua política externa.

A perspectiva que o governo Vargas oferece ao povo, conforme está claramente antecipado no seu discurso é esta: estado de sítio e estado de guerra, campos de concentração e fuzilamentos dos patriotas e democratas da vanguarda que se rebelam contra o jogo americano, enfim, o mais completo e sombrio terror fascista. Assim, qualquer reivindicação de aumento de salários, qualquer protesto contra a carestia, seria punido por métodos terroristas. (IMPRESA POPULAR 12/01/1952)

O governo Vargas era definido por uma política de subordinação e entreguismo em relação aos EUA. Na reportagem do dia 06 de julho de 1952 trazia em sua manchete: “Conspiram contra o Brasil - Vargas e Acheson⁵ combinam o envio de tropas brasileiras para a Coréia”. A reportagem ainda dava destaque a outro compromisso de Vargas que seria a entrega do petróleo brasileiro a Standar Oil.

No ministério da Fazenda, depois que ouviu circunstanciados relatórios da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, Acheson deixou-se tomar de exaltação, e pôs de lado a sibilina linguagem diplomática com que vinha encobrando mal os seus designios de conquistador da terra e mercador de sangue. Assegurou francamente que considera o Brasil uma colônia naturalmente rica, dos Estados Unidos. (IMPRESA POPULAR, 06/07/1952)

⁴ Primeiro-ministro da República Popular Democrática da Coreia, proclamada em 9 de setembro de 1948. Considerado o líder fundador da Coreia do Norte.

⁵ Secretário de Estado dos Estados Unidos.

Portanto, A partir dessas matérias selecionadas, pode-se compreender sobre como o *Imprensa Popular* buscou alcançar as camadas mais populares através de suas representações acerca da Guerra da Coreia. O diário, como órgão do PCB, tinha como intuito a propaganda dos ideais comunistas e demonstração de sua atuação política.

Conclusão

O jornal *Imprensa Popular* foi um veículo presente na atuação da imprensa comunista durante o contexto do conflito coreano e Guerra da Coreia, tendo papel importante como meio de comunicação e difusor de ideias do Partido Comunista do Brasil (PCB), que, desde 1947, encontrava-se na ilegalidade. O diário tinha como objetivo, além de buscar o espaço da agremiação dentro do cenário político brasileiro, expor seu posicionamento de divergência ao alinhamento do governo com as forças norte-americanas, assim como mobilizar suas campanhas de oposições à guerra. O que somava as contestações em relação as atuações de Eurico Gaspar Dutra e Getulio Vargas. Com a cobertura objetivando explorar as incoerências da política brasileira ao estar voltada a pautas internacionais em detrimento das nacionais.

De tal forma, buscou-se trabalhar o posicionamento do partido representado no periódico em relação ao contexto pelo qual ocorre suas representações. Sendo feito uma análise da cobertura do *Imprensa Popular* das questões internacionais ligadas à Coreia, assim como suas posições no período de 1948 a 1953, onde se estabelecia a apresentação de um contexto internacional em diálogo com as questões internas do período. A Guerra da Coreia significou um contexto de representações de projeções políticas em busca de alcançar as camadas populares e dar sobrevivência ao partido na ilegalidade.

Referências

- ALVES, Vagner Camilo. *Da Itália à Coréia: decisões sobre ir ou não à guerra*. Editora UFMG, 2007.
- BIAGI, Orivaldo Leme. A Construção de Discursos Anticomunistas pela Imprensa Brasileira nos Anos 50 Através da sua Cobertura da Guerra da Coréia (1950-1953). *MOMENTUM*, v. 1, n. 6, p. 101-126, 2008.
- CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras*, v. 13, n. 24, pp. 15-29, 2011.
- COUTINHO, Amélia. LIMA, PEDRO MOTA [verbetes]. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lima-pedro-mota>.
- COUTINHO, Renato Soares. “Onze homens fizeram a felicidade de um povo”: a Copa do Mundo de futebol de 1958 nos jornais comunistas Voz Operária e Imprensa Popular. RIBEIRO, Jayme Fernandes; ZAMPA, Vivian (Org.) . *Os comunistas e o seu partido. Um século de História (1922-2022)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Chalé Editora, 2022.
- CUMINGS, Bruce. *Korea's place in the sun: A modern history (updated edition)*. New York: WW Norton & Company, 2005.

D'ARAUJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Imprensa Popular [verbete]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro—Pós-1930*. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-popular>.

_____. Tribuna Popular [verbete]. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tribuna-popular>.

HIRST, Mônica. *O pragmatismo impossível: a política externa do segundo governo Vargas (1951-54)*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1990.

MOURA, Gerson. *O Alinhamento Sem Recompensa: A Política Externa do Governo Dutra*. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

NETO, Sydenham Lourenço. O Itamaraty no início da Guerra Fria. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*. 2014.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os “Combatentes da Paz”: a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950)*. 2003. Dissertação de Mestrado. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História. Niterói. 2003. P. 10.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. Editora Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Heber Ricardo da. *A democracia impressa: transição do campo jornalístico e do político e a cassação do PCB nas páginas da grande imprensa, 1945-1948* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOARES, Angelo Barroso Costa. *Academia dos Rebeldes: modernismo à moda baiana*. 2005. Dissertação de metrado, Feira de Santana. 2006.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MELCHIONNA, Helena Hoppen. *A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

Fontes

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, n. 16314, p.2, 9 de janeiro de 1948. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 06 de set. de 2023.

Imprensa Popular, Rio de Janeiro, n. 1097, p. 1, 06 de julho de 1952. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 01 de set. de 2023.

Imprensa Popular. Rio de Janeiro, n. 1306, p. 1, 30 de dezembro de 1952. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 06 de set. de 2023.

Imprensa Popular, Rio de Janeiro, n. 1361, p. 1, 04 de março de 1953. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 08 de set. de 2023.

Imprensa Popular, Rio de Janeiro, n. 587, p. 1, 03 de janeiro de 1951. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 04 de set. de 2023.

Imprensa Popular, Rio de Janeiro, n. 599, p. 1, 18 de janeiro de 1951. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 01 de set. de 2023.

Imprensa Popular, Rio de Janeiro, n. 954, p. 1, 12 de janeiro de 1952. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 04 de set. de 2023.

Imprensa Popular. Rio de Janeiro, n. 121, p. 1, 21 de dezembro de 1949. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/>. Acesso em: 08 de set. de 2023.

Imprensa Popular. Rio de Janeiro, n. 585, p. 1, 30 de dezembro de 1950. Disponível em: <https://www.cedem.unesp.br/>. Acesso em: 08 de set. de 2023.

PARTIDO Comunista do Brasil. Resoluções aprovadas na sessão plenária de 15 de julho de 1946 da III Conferência Nacional do P.C.B. In: CARONE, Edgard. *O PCB: 1943-1964*. São Paulo: Difel, 1982.

Movimento Universidades Renovadas: A RCC e a disputa pelo lugar de fala no espaço acadêmico

Marcelo Macêdo de Almeida¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Rui Aniceto Nascimento Fernandes
Bolsista CAPES

Introdução

Os anos 1960 foram marcados por transformações sociais e políticas que têm seus reflexos até os dias atuais, desde atos e rebeliões estudantis até o movimento contracultura. O mundo religioso católico também passou por uma grande transformação por meio do Concílio Vaticano II (1962-1965), que atualizou e modernizou os ritos da Igreja Católica Apostólica Romana e reformulou a participação do fiel leigo dentro da hierarquia da Igreja, abrindo assim espaços para que novos grupos católicos. Um dos frutos dessa modernização foi a Renovação Carismática Católica (RCC) que, por meio da chamada renovação dos carismas do Espírito Santo, busca resgatar os fiéis para um avivamento da fé com cânticos animados e orações reflexivas e emotivas.

A RCC, chamada inicialmente de Pentecostalismo Católico, tem suas origens em um retiro espiritual de universitários católicos em fevereiro de 1967, na Universidade de Duquesne, em Pittsburgh, Pensilvânia, nos Estados Unidos da América (EUA). A partir de uma leitura dos Atos dos Apóstolos influenciada por livros pentecostais protestantes como *A Cruz e o Punhal* (David Wilkerson) e *Eles falaram outras línguas* (John Sherril), eles mudaram a história da Igreja Católica introduzindo a prática protestante da *renovação dos carismas* (PEREIRA, 2003). Contudo, ao passar dos anos, os Grupos de Oração (GO), que são as células da RCC, começaram a se estabelecer fora do mundo acadêmico. Com esse distanciamento da RCC de sua origem universitária, os grupos começam a ser frequentados por fiéis católicos de diversas origens e idades.

Com o envelhecimento da juventude carismática, houve a necessidade de ser criado o Movimento Universidades Renovadas (MUR) que, além de marcar um retorno ao mundo acadêmico, se torna mais um elo entre a Igreja e os jovens universitários, pois já existiam nesse ambiente a Pastoral Universitária (PU), herdeira da Juventude Universitária Católica (JUC).

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “A Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Niterói: a disputa do campo religioso entre progressistas e conservadores”, sob orientação do Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes, bolsista: CAPES.

Embora atuem juntos nas organizações de missas, acolhida aos calouros e eventos diocesanos, no dia a dia os movimentos acabam competindo pela atenção dos estudantes pelo de vista religioso distinto que possuem. A disputa se dá dentro do que Bourdieu define como Campo Religioso, um espaço social em que as relações entre os agentes que o compõem disputam pela hegemonia ao “lançar mão do capital religioso” visando “modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos” (BOURDIEU, 2004, p.57).

O início do MUR

Embora a RCC seja um movimento surgido nos EUA em 1967, o MUR surgiu na Universidade Federal de Viçosa (UFV), Minas Gerais, em 1994, inicialmente com o nome de “RCC e Universidade”. A ideia veio durante um retiro de carnaval com pouco mais de 50 pessoas do curso de medicina veterinária, entre estudantes e professores, que refletindo sobre o livro de Atos dos Apóstolos e sobre o documento do Celam de Santo Domingo (1992), sobre o fato de a RCC ter surgido em uma universidade, tiveram a ideia de criar um Grupo de Oração na UFV. Um manual intitulado “RCC Responde - 10: Ministério Universidades Renovadas”, escrito por Marizete Martins Nunes Nascimento, afirma que os pioneiros de Viçosa, liderados pelo estudante Fernando Galvani, o Mococa, entendiam que seria necessária a evangelização do meio universitário por ser um “ambiente hostil aos cristãos” e que sofriam “perseguição religiosa” (NASCIMENTO, 2017). Os jovens carismáticos já se organizavam em universidades desde os anos 1980, fosse dentro de outros movimentos católicos ou mesmo pequenos GOs, mas não chegaram a caracterizar um movimento organizado como o Projeto Universidades Renovadas (PUR), alterado para MUR em 1996 quando acolhido para organização nacional da RCC (PEREIRA, 2003).

Diferente dos Grupos de Oração tradicionais, com reuniões que passam de uma hora de duração, os Grupos de Orações Universitários (GOU) compreendem de 15 a 20 minutos de orações e reflexões religiosas para se adequar e facilitar sua inserção no mundo acadêmico, com o objetivo de caber nos intervalos das aulas. Essas reuniões podem acontecer em uma sala de aula, refeitório ou em qualquer outro ambiente que são sempre indicados por cartazes com a logomarca do movimento (MENANI & SOUZA, 2014). O Grupo de Oração é a célula base da RCC organizados em paróquias e capelas e liderados por leigos em suas atribuições possibilitadas no Vaticano II. Ao contrário das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e dos Grupos Jovens da PJ, que se orientam em montar grupos com poucas pessoas para facilitar o acompanhamento dos jovens e coordenar as suas ações sociais, os GOs são formados com o

intuito de reunir o maior número de pessoas em suas reuniões semanais². Os GOUs se organizam da mesma maneira e tem a mesma função dentro do MUR, sendo

o coração de todas as atividades de evangelização do MUR (...) É uma comunidade universitária católica carismática, que se encontra para louvar e bendizer a Deus, onde se cultiva a oração, a partilha e todos os outros aspectos da vivência do Evangelho, a partir da experiência do batismo no Espírito Santo³.

Ramos (2011) aponta que, como o espaço acadêmico é “fundamentado e legitimado pela laicidade e a cientificidade”, assim o MUR traz em seus objetivos o de atuar na formação acadêmica do estudante com o objetivo de evangelizar unindo a fé e a razão conforme as palavras do Papa Joao Paulo II em sua carta Encíclica *Fides et Ratio*:

A Fé e a Razão constituem como que duas asas pelas quais o coração humano se eleva para a contemplação da verdade. Foi Deus quem colocou no coração do homem o desejo de conhecer a verdade, e, em última análise, de conhecê-lo, para que conhecendo-o e amando-o, possa chegar também à verdade plena de si próprio (PAULO II, João. 1988 Apud. RAMOS, 2011, p.4).

As reuniões são compostas dos mesmos momentos nos GOs e nos GOUs. Iniciam-se com o sinal da cruz, orações e músicas que clamam o Espírito Santo e que dialogam com a leitura que a ser feita. Dá-se assim a pregação, mais curta que nas paroquiais e com ênfase na vida acadêmica. Também em formato diminuto, pode haver um breve testemunho de vida ou graça alcançada. Por fim, uma oração final encerra o encontro. Após seu surgimento no Brasil, o MUR também se faz, ou se fez, presente em países como Bolívia, Chile, México, Peru, Argentina, Itália, Honduras, Paraguai e Venezuela, levados inicialmente por missionários brasileiros (NASCIMENTO, 2017).

O GOU Mãe UFF

O MUR é parte integrante do movimento Renovação Carismática Católica (RCC) da Igreja Católica, presente na Arquidiocese de Niterói desde meados dos anos 1970. Os jovens carismáticos que adentraram à Universidade Federal Fluminense (UFF), muitos vindos do interior do estado do Rio de Janeiro e deslocados de suas paróquias, sentiam a necessidade de manter a vida religiosa que tinham em suas cidades de origens. A situação é semelhante à dos jovens pioneiros de Viçosa (PEREIRA, 2003). A sensação de hostilidade também se fazia presente naquela juventude inicial e, assim, começaram a se reunir em maio de 1998 ainda

² O que é Grupo de Oração? Página oficial da Renovação Carismática Católica do Brasil, disponível em <https://novoportall.rccbrasil.org.br/o-que-e-grupo-de-oracao/>, acesso em 20 de julho de 2023.

³ Página do Movimento Universidades Renovadas de Uberlândia (MUR), disponível em <http://rccuberlandia.com.br/universidades-renovadas/>, acesso em 20 de julho de 2023.

sem um nome ou local definido, até que se fixaram no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da universidade, no campus do Valonguinho⁴.

Assim surgia o Grupo de Oração Universitário Mãe, ou GOU Mãe como é chamado, que ganhou este nome por alguns motivos. O primeiro descrito pelo *RCC Responde* é que o GOU é a “célula mater de serviço do MUR” (NASCIMENTO, 2017, p.8). O segundo é mais local, por ser o pioneiro na Arquidiocese de Niterói, sendo formado a partir dele outros GOUs na própria UFF e em outras universidades. O nome Mãe faz ainda referência à Virgem Maria como argumento litúrgico.

O grupo de Niterói, terceiro mais antigo do estado, foi o primeiro a realizar um Seminário de Vida no Espírito Santo (SVES) apenas para estudantes universitários em 2004, com o auxílio da professora Elena Maria Batista, fundadora do Grupo de Oração dos Sagrados Corações, na Paróquia dos Sagrados Corações, em Ponta da Areia, Niterói. Do grupo da Ponta da Areia foram até a UFF pregadores e músicos para a realização do SVES, que a pequena equipe do GOU Mãe não poderia realizar sozinha⁵. O Seminário é um encontro em forma de retiro que tem um caráter evangelizador e disseminador das práticas da RCC. Eles se destinam a anunciar a mensagem do Evangelho de maneira nova, de “modo renovado com o Senhor” e é dividido em temas importantes aos carismáticos, como “Pecado e Salvação”, “Fé e Conversão”, “Batismo no Espírito Santo” dentre outros⁶.

Desde o início, o MUR teve dificuldades de se estabelecer na UFF. Embora movimentos estudantis de cunho religioso não sejam nenhuma novidade para aquele meio acadêmico, que já havia contado com a Ação Católica (AC), Associação Universitária Católica (AUC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e, por fim, a Pastoral Universitária (PU), nenhum destes movimentos tinha o caráter carismático. Ramos (2011) identifica aproximações entre os movimentos anteriores e o MUR, mas o distingue em seu caráter reformador não-revolucionário. Os movimentos anteriores, surgidos em tempos de ditadura militar, dialogavam com as preocupações sociais e com as ciências humanas, com o marxismo. O MUR, por outro lado, prega a mudança da realidade social por meio da intervenção individual de cada membro do grupo que, entendendo seu papel social de transformação, irá atuar na sociedade por meio de sua profissão como um agente transformador. O MUR “adia a mudança

⁴ Publicação feita no perfil oficial do Grupo de Oração Universitário (GOU) Mãe da UFF no Facebook. <https://www.facebook.com/profile.php?id=100068114597660> Acesso em 20 de julho de 2023.

⁵ Elena Maria Batista, entrevista concedida em 11 de maio de 2023.

⁶ Seminário de Vida. Página oficial da Renovação Carismática Católica do Brasil, disponível em <https://novoportal.rccbrasil.org.br/seminario-de-vida/> acesso em 21 de julho de 2023.

social” ao mesmo tempo em crítica os outros movimentos alegando que, em nome do engajamento político, desviam a atenção do estudante da sua formação profissional considerada por eles tão importante para o homem moderno e vista como um dom dado por Deus (RAMOS, 2011; PEREIRA, 2003). O objetivo do GOU é ajudar na formação dos universitários de uma forma que eles possam viver bem dentro e fora da universidade e que, quando profissionais, exerçam sua profissão de forma ética e tragam benefícios para as pessoas e para a sociedade (NASCIMENTO, 2017).

Deste modo, cada passo dado pelos jovens uffianos-carismático-renovados era visto como uma vitória de Deus. Muitos desses pontos de vista estão reunidos em um documento chamado “Um pouco da nossa linda história de Amor: Universidades Renovadas”, feito por ocasião do aniversário de 20 anos do GOU Mãe. Um dos depoimentos se refere ao momento que eles se estabeleceram em uma sala do pré-vestibular comunitário do DCE. “Eu achava o máximo o que Deus fazia conosco. Colocava-nos pra rezar no segundo andar de um prédio onde no terceiro andar tinha o único bar do Campus onde rolavam as chopadas”, afirma a primeira coordenadora do GOU Mãe, Aline Barboza, comentando que sempre passava por jovens fazendo uso de maconha a caminho do GOU⁷.

Ainda em 1998, para a primeira missa a ser realizada pelo MUR, eles fizeram mais de 200 cartazes para colocar em toda a universidade informando os alunos sobre a missa a ser realizada na Paróquia de São Domingos, em frente ao campus do Gragoatá e ao lado da Praça da Cantareira, ponto de encontro dos estudantes da federal fluminense. A publicidade do MUR serve para atrair quem vinha de longe e não estava habituado com a cidade e tinha naquele grupo um ponto de apoio e de acolhimento, conforme aponta o estudo de Menani e Souza (2014). Esse é o caso de Elza Aparecida Feliciano. Natural de Arapeí, interior de São Paulo, ela conta que se sentia como um peixe fora d’água. “Cheguei na UFF sem conhecer nada e nem ninguém. Na república em que fui morar tudo era liberado. Tinha muita festinha, chopada, idas para boates, etc., quase não participava desses eventos. Também, como não conhecia a cidade, não ia às missas sozinha⁸”.

Ela acrescenta que foi em abril de 2003 que conheceu, por meio de um amigo, o GOU Mãe e as pessoas que dele faziam parte. Em seu relato em forma de testemunho, ela conta que isso a fez deixar de lado a “velha vida” e assumindo uma nova vida. Tal relato é justamente um dos alvos da evangelização do MUR, que tem como objetivo mudar a vida das pessoas sendo

⁷ Um pouco da nossa linda história de Amor: Universidades Renovadas. Niterói, 2018.

⁸ Um pouco da nossa linda história de Amor: Universidades Renovadas. Niterói, 2018.

bem-vindos relatos e testemunhos de pessoas que “abandonaram o alcoolismo e drogas, desistiram da ideia de suicídio, encontram sentido na vida acadêmica, entre tantos outros testemunhos” (NASCIMENTO, 2017, p.18)

Procópio (2008) aponta que a mudança de vida individual, pautada na moral e nos costumes, sempre foi um tema importante para a RCC e sua proposta evangelizadora, movimento maior do qual a RC faz parte. Para isso, o movimento se envolve em atividades de toda a estrutura social, seja política e econômica, incluindo aí as universidades. A presença da RCC no espaço público expressaria a sua vontade de potência, se voltando para o cotidiano com o objetivo de convertê-lo. Na universidade, especificamente, o autor afirma que o objetivo é formar uma elite carismática a partir do momento que os futuros formados passem a ocupar cargos em entidades civis de suas categorias implantando e/ou ampliando o jeito de ser católico-carismático (PROCÓPIO, 2008, p.312)

O GOU mãe e o aborto

O maior embate em relação a visão de mundo do MUR da UFF e a visão laica e progressista do mundo universitário, podendo ser inclusos os demais estudantes católicos e cristãos da universidade, se deu em 2018. No ano em questão, a 26 de junho, a Faculdade de Direito da UFF recebeu o evento “Cristianismo e a Descriminalização do Aborto: desafios e possibilidades da ADPF 442”. A discussão foi organizada pela Frente Evangélica pela Legalização do Aborto (Fepla) e contou com o apoio do grupo Católicas pelo Direito de Decidir (CDD), por meio da presença da ativista católica pró-aborto Rosângela Talib, psicóloga formada pela PUC-Campinas e mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp).

O *Católicas* surgiu nos EUA, em 1973, momento em que o país legalizava o aborto⁹. O grupo entende que derrubar o posicionamento cristão católico, mais bem construído que das demais denominações cristãs, ajudaria a derrubar os empecilhos religiosos que influenciam a postura da Organização das Nações Unidas (ONU), onde a Santa Sé ocupa uma posição de Observador Permanente. O principal objetivo do CDD é que a ONU passe a reconhecer a Santa Sé com o mesmo status das ONGs, sem tanta influência¹⁰. O movimento se articula no Brasil a partir de 1993.

Figura 1 – Fonte: Facebook, publicado em 6 de junho de 2018



O tema principal do debate da Fepla era a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de número 442. Trata-se de pedido de medida liminar, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol) em face de “alegada controvérsia constitucional relevante acerca da recepção dos artigos 124 e 126” do Código Penal, que criminaliza o aborto voluntário¹¹.

Em seu chamamento público nas redes sociais, a Fepla afirmava que:

Em uma conjuntura de avanço conservador e retrocesso dos direitos das mulheres, é necessário pluralizar as narrativas religiosas e enaltecer a diversidade de posicionamentos políticos e teológicos do cristianismo. Quebrar o estereótipo de que “todo cristão é conservador,” é essencial para fortalecer os setores progressistas que historicamente enfrentam embates com ideologias fundamentalistas¹².

⁹ Em 2022 a Suprema Corte dos EUA derrubou a decisão que garantia nacionalmente o direito ao aborto.

¹⁰ Disponível em https://paroquiadesaojudastadeu.org.br/grupo-catolicas-pelo-direito-de-decidir-nao-e-catolico/?doing_wp_cron=1690128762.7342939376831054687500 acesso em 10 de setembro de 2023.

¹¹ Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 442/2018. STF. Disponível em <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/DespachoConvocatorioInterrupcaoGravidez.pdf> acesso em 23 de julho de 2023.

¹² Página do evento no Facebook disponível em

<https://www.facebook.com/events/320999975108521?ref=newsfeed>, acesso em 23 de julho de 2023

O objetivo do debate era ainda o de analisar o cenário político brasileiro em que uma bancada parlamentar evangélica/católica tentava aprovar a Proposta de Emenda Parlamentar 181 (PEC-181) que criminalizava o aborto e o proibia completamente, inclusive em casos de gravidez decorrente de estupro ou de risco à vida da gestante. Além da presença de Talib, do *Católicas*, o evento ainda contava com as palestras de: Camila Mantovani (Estudante de Educação do Campo da UFRRJ, membra da Igreja Batista do Caminho, do Coletivo Esperançar e da Frente Evangélica Pela Legalização do Aborto); Gabriela Rondon (Doutoranda em Direito na UNB, pesquisadora e advogada, além de membra do Anis Instituto de Bioética); Negra Maria (Produtora Cultural pela UFF, Feminista Cristã, e membra da Igreja Batista do Caminho). A abertura do evento foi feita pela Professora Adjunta da Faculdade de Direito da UFF, Fernanda Pontes Pimentel, e teve a mediação de Clarissa Cunha Felix, mestra e – à época – doutoranda no programa de Pós-Graduação em sociologia e direito/UFF, advogada, e membra do Grupo de Estudos Afrofeministas Anastácia Bantu¹³.

Ao saberem da palestra membros do MUR se movimentaram para se contrapor ao evento, porém, sem sucesso. A saída foi acionar a universidade para realizar um evento pró-vida, o que ocorreu em 29 de junho com o nome de “Universitário pela Vida”, três dias após o primeiro evento¹⁴. Quem articulou a segunda palestra foi a fisioterapeuta Karoline de Melo Manso, de 35 anos, que entrou na RCC aos 15 anos quando procurava ajuda espiritual por se sentir depressiva¹⁵. Depois de passar por alguns grupos de oração ela entrou na faculdade de geografia em 2009 e já do GOU Mãe, que na época funcionava no DCE. Atualmente as reuniões acontecem na Faculdade de Economia e ela, mesmo formada, continua participando do grupo em apoio aos jovens que hoje estão na universidade. Muitas pessoas formadas que sentem certa vocação em trabalhar com juventude e/ou o meio acadêmico podem continuar a atuar no MUR em auxílio os novatos que, pela grande rotatividade de membros, acaba sendo dificultada a formação de novas lideranças (NASCIMENTO, 2017, p.30).

Católica fervorosa, ela comenta que assim que recebeu a notícia que alguém do grupo CDD viria à UFF, eles se mobilizaram para, pelo menos, realizar um seminário a favor da vida. “Por que uma faculdade de Direito falar uma coisa assim, trazer pessoas... ‘católicas pelo direito de decidir’ [ironiza], que não é católico, é um movimento que usa esse nome ‘católico’, mas

¹³ Idem.

¹⁴ Importante explicitar aqui que o MUR não foi o grupo cristão que levou a ativista de extrema-direita Sarah Winter até a UFF, o que ocorreu em abril de 2018. Mas sim o Movimento Cristão Universitário (MCU), de orientação protestante. Apesar de não ter essa informação, não descarto a possibilidade de que membros do MUR possam ter comparecido ou mesmo auxiliado no evento, mas o movimento institucionalmente não.

¹⁵ Karoline Melo Manso, entrevista concedida em 24 de março de 2023.

não é católico por que defende tudo aquilo que a Igreja e contra. Então não pode, é contraditório e tem [até] processo na justiça¹⁶ contra elas¹⁷”.

À época a Pastoral Universitária estava preparando um terceiro evento chamado de Semana dos Direitos Humanos, que ocorreria em agosto no Instituto La Salle de Niterói, e não entrou no debate. No evento em que participaram os membros da PU, o aborto não foi tema de nenhuma sessão de debate, que eram: Refugiados e Direitos Humanos no Brasil; Direito à Cidade: uma visão da teoria e da prática no município de Niterói; Violência contra a mulher: uma dor silenciada¹⁸; e Educação e Direitos Humanos¹⁹. Karoline entende os dois movimentos como sendo bem distintos: “A PU tem uma necessidade de ter uma identidade e a gente sempre teve a vivência do carisma (...) O que a gente fazia junto era a missa universitária²⁰”.

O Universitários pela Vida, em seu chamamento público nas redes sociais, tratava o aborto como “legalização do assassinato de bebês”. Apontava ainda que frente a possibilidade de legalização do aborto no Brasil seria necessário que os cristãos fossem “cristãos de verdade” e, juntamente com os “cidadãos de bem”, falassem do que realmente importa: que a vida começa em sua concepção.

¹⁶ O Católicas Pelo Direto de Decidir ganhou o processo que queria proibir a utilização do nome “católicas” em 2022.

¹⁷ Karoline Melo Manso, entrevista concedida em 24 de março de 2023.

¹⁸ No resumo do evento postado na página da La Salle, não consta que a temática do aborto tenha sido mencionada na fala da palestrante, embora seja um tema afim.

¹⁹ Semana de Direitos Humanos 2018. Disponível em <https://www.unilasalle.edu.br/rj/noticias/semana-de-direitos-humanos-2018> acesso em 09 de setembro de 2023.;

²⁰ Karoline Melo Manso, entrevista concedida em 24 de março de 2023.

O evento contava com os palestrantes e seguintes temas: Chris Tonietto²¹ (advogada e membra do Centro Dom Bosco), tema – Antagonismo: Cristianismo vs Feminismo; Prof. Dr. João Neves (Professor de Engenharia de Produção na UFF e Membro da Pastoral da Saúde do Santuário da Divina Misericórdia/RJ), tema – Aborto em números; Lília Nunes Santos (advogada, professora da Universo e Mestre em Processo, Justiça e Direitos Humanos pela UCP), tema – Direitos Humanos e a atual discussão sobre o aborto; Márcio Pacheco (deputado estadual, advogado, doutor em direito pela Universidade de Buenos Aires, vice-presidente da CPI do Aborto²² na Alerj), tema – Judicialização da vida e ADPF 442; Dr. Luciana Lopes Lemos (Ginecologista-Obstetra, Mestre em Saúde Pública, Especialista em Planejamento Familiar e Saúde da Mulher), tema – O aborto na saúde da mulher; e Doris Hipólito (ativista e líder da Missão Pró-Vida), tema – Testemunho de vida.

Figura 2 – Fonte: Facebook. publicado em 29 de junho de 2018.



Considerações finais

Os dois eventos ocorreram na mesma semana e local, com mesmo tema apesar dos objetivos diferentes. Contudo, as semelhanças não acabam aqui. Apesar de tratarem de uma pauta de costumes, da moral religiosa em torno do aborto ser ou não pecado, os eventos não furtam em conversar com política partidária. O evento da Fepla traz um tema que veio ao debate

²¹ Advogada que que havia ajuizado, em 2017, ação indenizatória contra o Porta dos Fundos, em razão de um vídeo que parodiava a ideia do céu no catolicismo.

²² A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Aborto era destinada a investigar e apurar os interesses em incentivar e financiar a prática de aborto no Estado do Rio de Janeiro, assim como o comércio de produtos e as clínicas que fazem o procedimento e seus possíveis contatos com parlamentares favoráveis à medida.

público por meio de uma ação político-partidária e duas palestrantes do evento são da Igreja Batista do Caminho, a qual pertence o pastor e deputado (à época vereador em Niterói) Henrique Vieira (PSOL), o mesmo partido que entrou com a liminar no STF. O movimento evangélico e o católico acreditam que o debate sobre o aborto deva ser feito no âmbito da Saúde Pública e, assim, fundamentos religiosos não deveriam influenciar nas decisões que são de cunho político, mas não se furtam a questionar dogmas cristãos de dentro de suas igrejas.

O evento do MUR já convida abertamente um parlamentar ligado a pautas conservadoras. Márcio Pacheco, do Partido Social Cristão (PSC), em seu perfil na página da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), diz que sua vida pública reafirma sua “vocação em defesa dos valores cristãos”. Pacheco é um dos autores do Projeto de Lei que institui o Programa Estadual de Prevenção ao Aborto e Abandono de Incapaz, tendo recebido assim o apoio de movimentos pró-vida, principalmente da Igreja Católica²³. Outra palestrante, Chris Tonietto, seria eleita deputada federal naquele ano pelo Partido Social Liberal (PSL), à época o mesmo partido de Jair Bolsonaro, eleito presidente naquelas eleições gerais. Sua principal pauta de campanha foi, justamente, se levantar contra a ADPF 442 com um discurso contra a descriminalização do aborto, contra a Teologia da Libertação e, por vezes, chamando o Brasil de “Terra da Santa Cruz”.

Notamos que, embora os movimentos se comprometam em debater uma questão ético-moral de acordo com suas visões religiosas, a dimensão política também se fez presente nos dois debates. Indiretamente, no caso da Fepla, ou abertamente, no caso do MUR. Também há aqui duas posturas distintas quanto ao lugar de fala sobre o tema do aborto, relativo ao corpo das mulheres, que é a participação de homens na formação da mesa de especialistas.

A Fepla toma o cuidado de ter apenas mulheres no lugar de fala, enquanto o MUR não encontrou problemas em chamar dois homens. Entre eles o deputado Márcio Pacheco, tendo sua presença justificada por ser o autor da lei de prevenção ao aborto, embora dentre os 13 parlamentares que assinam a Lei tenham duas mulheres. Já João Neves, mesmo que membro da Pastoral da Saúde, é engenheiro. Ou seja, um leigo em relação ao tema do ponto de vista científico. Sua presença está mais ligada à sua postura pró-vida que a propriamente sua expertise sobre o assunto.

Como afirma Ramos (2011), o objetivo fim tanto do MUR quanto de outros movimentos universitários católicos é o mesmo: mudar a realidade social por meio de uma atuação dos

²³ Perfil do deputado Márcio Pacheco na página da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, disponível em <https://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/PerfilDeputado/328?Legislatura=18> acesso em 10 de setembro de 2023.

futuros profissionais que permeie fé e razão. A diferença está na visão de mundo e de “como” alcançar este objetivo. Enquanto a PU, a JUC e outros movimentos, tentam fazer por meio da transformação radical da sociedade, flertando com a revolução, o movimento carismático é mais reformista e busca uma mudança a “conta-gotas”. Pereira (2003) mostra que desde do documento de Puebla (1979) a universidade tem sido recorrentemente mencionada como local de evangelização. As posturas distintas dos movimentos sobre sua atuação no meio acadêmico são apenas reflexos de seus pontos de vista em relação ao mundo e à Igreja.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2004.

MENANI, Beatriz de Paula & SOUZA, Maurini de. **Análise das ferramentas de comunicação dos Grupos de Oração Universitários (GOU) de Curitiba**. Anais do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Palhoça, SC, 2014.

NASCIMENTO, Marizete Martins Nunes do. **RCC Responde 10 - Ministério Universidades Renovadas**. RCC Brasil, 2017

PEREIRA, A. V. **Há Fé na Terra da Razão. Livro Reportagem sobre Projeto Universidades Renovadas**. (Monografia) Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista, Campus de Bauru. 2003. Disponível em <http://www.hottopos.com/videtur24/>

PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto. **Renovação Carismática Católica e Espaço Público – Aportes Teóricos**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Ano 2, Volume 5, dezembro 2008 (300-3018).

RAMOS, Amélia Gabriela Thamer Miranda. **‘Da fé na razão’ à “razão na fé”: memória e movimento estudantil religioso**. IN: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan./2011.

Documentos

NITERÓI. **Um pouco da nossa linda história de Amor: Universidades Renovadas**. Niterói, 2018.

Entrevistas

BATISTA, Elena Maria Batista, entrevista realizada por mim em 11 de maio de 2023.

MANSO, Karoline Melo. Entrevista realizada por mim em 24 de março de 2023.

A Mulher é uma Degenerada: a posição da mulher brasileira no século XX a partir da perspectiva de Maria Lacerda de Moura

Maria Carolina Figueiredo do Nascimento Silva¹
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Daniel Pinha
Bolsista CAPES

Introdução

Este trabalho é parte da dissertação de mestrado em andamento, intitulada "A Mulher é uma Degenerada: a posição da mulher brasileira no século XX na perspectiva de Maria Lacerda de Moura". A pesquisa estuda a identidade feminina do início do século XX a partir da perspectiva da autora, uma pensadora anarquista brasileira, feminista e pacifista. Em seus escritos, Lacerda aborda diversos temas, sempre com um olhar voltado para a educação, que ela entendia como ferramenta essencial para a emancipação dos sujeitos.

Durante muito tempo, o ofício do historiador foi exercido por homens que escrevem de acordo com sua percepção de mundo, analisando documentos escritos por homens e, por isso, produzindo História de uma forma que privilegiava os homens e suas ações. Esse modelo marginalizava as mulheres, que eram apresentadas como personagens secundárias ou irrelevantes. As mulheres participaram da história como peças fundamentais ao lado dos homens, mas foram impedidas de conhecer e interpretar essa história e, esse impedimento, se deve à falta de acesso à educação ao longo do tempo e em diversas sociedades. Essa jornada entre a experiência histórica real e a exclusão da interpretação dessa experiência foi um dos fatores determinantes para a entrada das mulheres no processo histórico. A importância de uma História das Mulheres escrita por mulheres é amplamente discutida. A partir dessa perspectiva a História pode ser contada de dentro, conhecendo suas experiências e buscando compreender suas demandas e necessidades, considerando as especificidades pertinentes ao gênero, que por muito tempo foi subestimado e percebido como fragilidade.

A temática deste projeto é a emancipação feminina e, na busca por um personagem chave para a elaboração do trabalho, nos deparamos com a intelectual Maria Lacerda de Moura, que atuou durante a Primeira República. O contexto social e histórico da época nos mostra a chegada de imigrantes europeus, influenciados por ideais comunistas e anarquistas e que, com

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: "A Mulher é uma Degenerada: a posição da mulher brasileira no século XX a partir da perspectiva de Maria Lacerda de Moura", sob orientação do Dr. Daniel Pinha, bolsista: CAPES.

discursos políticos apaixonados, conquistavam a atenção dos operários. Período onde também é possível perceber a exploração sofrida pelas mulheres que trabalhavam em condições extremas e com salários inferiores aos dos homens. Esse contexto propiciou o surgimento de diversos movimentos sociais, incluindo o movimento feminista.

Uma peculiaridade na escrita de Lacerda é a associação dos temas abordados pela autora, em muitos de seus textos percebemos repetições, avanços e retrocessos na abordagem de determinados assuntos, como a emancipação feminina, que está presente em muitas de suas obras. Além disso, Lacerda não se preocupa com a cronologia. A autora associa a promoção de uma educação racional à transformação da sociedade como um todo, o que explica o entrelaçamento desses temas em seus escritos.

A dissertação, embora vá trabalhar com a trajetória de vida de Maria Lacerda - na medida em que analisarmos algumas das obras deixadas pela autora, escritos onde ela exprime suas convicções e ideais a respeito das questões que a circundavam -, procurará recuperar debates tão necessários para o cotidiano das mulheres no Brasil e se debruçar sobre pontos que precisam ser mais explorados pela historiografia.

Entendemos que a obra de Maria Lacerda é importante na manutenção dos debates sobre a emancipação feminina no Brasil. A autora se coloca publicamente em oposição ao sistema patriarcal e defende a formação de uma nova identidade feminina, em oposição ao que determinados grupos defendiam como “perfil ideal da mulher”. A análise da obra de Maria Lacerda de Moura servirá de amostra de uma significação histórica mais ampla e é através dessa análise que interpretaremos sua perspectiva. Exploraremos a intenção da autora em difundir uma nova identidade para as mulheres, com ênfase em perspectivas progressistas. Isso abrange não apenas o posicionamento da mulher no âmbito intelectual e profissional, mas também uma análise crítica das relações sociais e afetivas da época. Outro ponto que consideramos relevante na pesquisa é a análise das razões que levaram Maria Lacerda de Moura a advogar pela emancipação feminina, questionando a estrutura social vigente. A autora argumenta que a verdadeira emancipação das mulheres está intrinsecamente ligada à instrução e tinha convicção de que o conhecimento era a ferramenta fundamental para libertar as mulheres da opressão que enfrentavam e que somente por meio da educação as mulheres poderiam se libertar das restrições impostas pelos costumes, tradições sociais e religiosas, que as mantinham em uma posição subjugada.

Nossa análise passa pelo entendimento que a autora tem a respeito do movimento feminista e porque acreditava que esse conceito havia sido deturpado ao longo do tempo,

afastando-se das reivindicações originais, a busca pela emancipação integral da mulher. A autora não via nos movimentos feministas de sua época uma ruptura com o status quo, mas sim uma nova forma de perpetuar a situação das mulheres. Durante o trabalho, entenderemos porque a autora não via o sufrágio como algo realmente emancipador e sua crítica ao que ela chama de “feminismo de caridades”.

Investigaremos a noção de "escravidão feminina", conceito presente nas obras de Maria Lacerda, explorando de que forma essa ideia foi trabalhada em sua produção intelectual. Além disso, a autora também abordou temas como as condições de vida da mulher contemporânea, a submissão no matrimônio e nas relações sociais mais diversas, maternidade e educação.

Metodologia e Documentação

As obras de Maria Lacerda são muitas, seu acervo reúne livros, cartas, artigos de jornal, periódicos, depoimentos escritos e impressos, além de participações em Congressos, nacionais e internacionais, porém, nem todo esse conteúdo é de fácil acesso. Por isso, utilizaremos como fonte complementar a obra da autora Miriam Moreira Leite que fez extensa pesquisa sobre a ativista e reuniu grande parte desse conteúdo em seu livro *A outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura e na produção bibliográfica da autora*.

A principal linha metodológica da pesquisa é a da reconstituição de uma trajetória de vida que não se apresenta refém de modelos tradicionais de biografia. Uma variedade de estudos parte da ideia de biografia como instrumento metodológico, especialmente no contexto da micro-história. Tais estudos propuseram-se em contar a história de pessoas comuns, através de documentos excepcionais, que pudessem elucidar questões que as análises macro-históricas não deram conta, contudo, nosso estudo não se insere diretamente nesse campo. Como pudemos observar, Maria Lacerda de Moura não compreende o perfil da “mulher comum” encontrado no contexto em que esteve inserida e, por isso, não é possível definir essa proposta como filiada ao conjunto de obras micro-históricas.

Porém, o legado que as análises micro-históricas deixaram, serve para orientar nosso estudo, também do ponto de vista metodológico, notadamente a partir da técnica de utilização do nome. Ginzburg mostrou que pelo rastreamento do nome pode-se encontrar documentos sobre determinada pessoa. Sem dúvida essa técnica não é nova, mas a apropriação dela pela micro-história permitiu ao pesquisador observar o contexto social em que o indivíduo está inserido.

Trabalhamos a análise de trajetória a partir da perspectiva da biografia coral, que de acordo com Sabina Loriga é o espaço onde “a biografia viria justamente romper com as homogeneidades aparentes e revelar os descompassos latentes que existem nas relações entre as partes e o todo” (LORIGA, 1998, p. 225), buscando o rompimento com a homogeneidade, percebendo o indivíduo como um ser múltiplo e diverso e seguindo as diretrizes da abordagem micro historiográfica. Seguindo um caminho diferente da biografia clássica, que busca uma linearidade entre o sujeito analisado e o contexto em que está inserido, o modelo coral percebe a singularidade como o ponto chave para a análise, onde o indivíduo “deve permanecer particular e fragmentado. Só assim, graças a diferentes movimentos individuais, é que conseguimos quebrar as homogeneidades aparentes” (LORIGA, 1998, p. 249). Com esse tipo de análise conseguimos contextualizar o indivíduo, entendendo que ele é fruto de seu tempo e meio social, como vemos em Dosse (2015, p. 216), a biografia só é pertinente a título de ilustração das categorias que determinam seu curso. O contexto prevalece e, dele, o indivíduo é mero reflexo. Entendemos também que o indivíduo tem liberdade de decisões e pode escolher o caminho que deseja perseguir, porém, essas escolhas e decisões são frutos da constituição social na qual aquele sujeito participa, numa relação dialética entre ator e sistema.

No artigo “Usos da biografia”, Levi traz essa nova tendência de pesquisa histórico-biográfica propondo a existência de possibilidades analíticas, dentre as quais destacamos a da “biografia e contexto” segundo a qual “a época, o meio e a ambiência também são muito valorizados como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias”. Levi também nos traz que o contexto pode ser um meio de reconstituir a vida do personagem estudado e que uma vida só pode ser compreendida pela análise do entorno: os desvios e singularidades só fazem sentido analisados à luz do processo histórico.

A Condição Feminina Sob o Olhar de Maria Lacerda de Moura

Maria Lacerda de Moura nasce numa província de Minas Gerais e, ainda criança se muda com a família para Barbacena onde inicia seus estudos no externato de freiras no Asilo de Órfãos da cidade, passa a atuar como professora em 1908 e como jornalista a partir de 1912. Após a publicação de suas primeiras obras, a autora é convidada a participar de congressos e conferências, o que lhe proporciona novas conexões.

Sua luta pela emancipação feminina através da educação e as propostas de uma reformulação do projeto educacional brasileiro são as grandes empresas dessa autora e que são operadas por ela simultaneamente.

E enquanto a percentagem de analfabetos fôr a que conhecemos em todos os países, e enquanto a instrução permanecer o que é e acessível apenas a uma parte da humanidade, enquanto o proletariado não cuidar das suas escolas, da sua cultura, num surto titânico contra a exploração do homem pelo homem, — inútil pensar na equidade social porquanto haverá sempre uma facção mais esperta a qual tomará as rédeas dos governos e os lugares privilegiados, em detrimento de outros sonhos mais altos. E' preciso, pois, a mentalidade individual, a noção de responsabilidade. O nosso anseio vae bem mais longe. A educação é uma das mais extraordinárias energias conducentes ás grandes transformações sociaes, ou melhor: é a mais poderosa força revolucionaria. (MOURA, 1983, p, 181 - 182)

Maria Lacerda criticava a escola oficial, a entendia como reprodutora de hierarquias sociais, opressora e baseada num sistema de castigos e recompensas. Para pensar sobre a educação, a autora toma Francisco Ferrer Y Guardia como mentor, o educador catalão havia desenvolvido uma proposta educacional baseada na Pedagogia Libertária e suas ideias foram aplicadas na Escola Moderna, de lá várias de suas concepções, métodos e materiais foram difundidos pelo mundo. A Pedagogia Libertária vem como uma crítica ao modelo educacional burguês e religioso, contando com uma concepção pedagógica própria, faz críticas ao exercício do poder e a sujeição da classe trabalhadora. Lacerda defende que se faz necessário um projeto educacional voltado para o operariado e acredita que dessa forma a mulher proletária será esclarecida e se tornará força de resistência contra a avalanche devastadora e preparará o advento da verdadeira civilização na qual não haveria lugar para a exploração do homem pelo homem (MOURA, 1983, p. 90).

Em sua cidade natal, a autora entra em contato com algumas associações de mulheres e manifesta “sua preocupação com a condição feminina e com as maneiras de transformá-la” (LESSA, 2020, p. 20). Em decorrência das conferências realizadas após a publicação de seus livros e motivada também pela hostilidade com que é tratada na cidade por conta de suas convicções, Lacerda se vê pronta para sair de Barbacena. Ao chegar em São Paulo, Lacerda se une a Bertha Lutz e juntas fundam a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que tinha como objetivo principal a luta pela igualdade de direitos entre os gêneros e pelo sufrágio feminino. Surgem então desentendimentos entre os ideais de Lacerda e do restante do grupo que integrava a Liga, na percepção da autora mineira algumas das propostas beneficiariam apenas as mulheres da burguesia, em detrimento das mulheres operárias. O direito ao voto é um exemplo de proposta que foi amplamente defendido pelo feminismo sufragista praticado pela Liga. Para Lacerda, seria uma conquista que não traria benefícios reais, já que as próprias mulheres não podiam se candidatar a cargos públicos.

Apesar de acreditar que tanto as mulheres da burguesia como as operárias sofriam com o patriarcado, Lacerda defende que a mulher operária também sofria a opressão do capitalismo.

Dessa forma, a autora compreende que a emancipação da mulher deveria passar pela luta de classes. Pautada nesse pensamento, Lacerda passa a participar ativamente na luta operária.

Após sua mudança, Maria Lacerda passa a ter mais contato com o movimento operário da época se destacando nas lutas que estavam em pauta naquele momento e, associado à questão operária trabalha também com a educação, percebendo que somente através de uma nova proposta educacional, voltada para as camadas mais populares e, em especial as mulheres, os indivíduos seriam capazes de ter acesso à educação de qualidade. Lacerda via no modelo vigente uma reprodução de meios que tornavam mulheres seres que, apesar de entender letras e números, não haviam desenvolvido sua capacidade crítica e por isso reproduziam comportamentos e ideais que haviam sido impostos por uma sociedade patriarcal e clerical, que as enxergava como seres capazes de se dedicar apenas às questões que dizem respeito a família, matrimônio e maternidade, a autora percebia as mulheres como vítimas de uma relação entre Estado e instituição religiosa que operavam de forma a manter a submissão feminina e, diante disso buscou maneiras não convencionais para que se libertassem dessa condição.

De forma muito competente, a autora anarquista trabalha o conceito de escravidão feminina. Termo cunhado por ela, traz a ideia de que a mulher está a serviço da sociedade em diversos aspectos. Para justificar sua proposta a autora mineira diz que a razão da mulher foi condenada à prisão perpétua, sob a justificativa de que a emancipação feminina é causa da destruição do ‘lar sagrado’ (MOURA, 1932). A autora alega que o cérebro feminino é o reflexo da inteligência masculina, que mesmo sendo um indivíduo com capacidades notáveis, tudo o que é levado a ela como forma de cultura foi devidamente filtrado pelas instituições, sociais e religiosas. Toda a sua razão e desenvolvimento intelectual estão voltados para a manutenção da família e, por conta desse processo a mulher fica retida num ciclo que não se renova, repetindo e obedecendo. Somado a isso temos o que chamam de moral social que é a justificativa utilizada para conter os anseios da mulher e a base dessa moral é a religião. Além do que é imposto a mulher opera com uma condição de sempre se manter com a honra elevada pois sobre ela pesa o julgamento alheio e, ao considerar sempre “o que os outros vão pensar” se resigna para que seja vista como uma dama da sociedade, respeitosa e honrada. Lacerda não considera ser impossível sair desse círculo, porém reconhece sua dificuldade e diz que: Para reivindicar o direito de pensar, o homem ou a mulher tem de saltar por sobre miríades de dogmas, por sobre centenas de ídolos, por sobre milhares de símbolos, de prejuízos, de tradições, por sobre convenções e “verdades mortas”, por sobre as “mentiras vitais” da civilização, por cima de todas as fraudes sociais. (MOURA, 1932, p. 31)

Seguindo o raciocínio lacerdiano, vivemos uma civilização unissexual onde a inteligência feminina trabalha e opera a serviço da mentalidade masculina, aqui a mulher não tem fisionomia própria mesmo quando luta por seus direitos segue normas estabelecidas pela sociedade, percorrendo caminhos previamente autorizados. Para Maria Lacerda, homens e mulheres que colocam, sem questionar, sua inteligência à serviço da ordem social, da civilização industrial e do progresso material fazem parte de uma cultura de rebanho e agindo assim, promovem uma covardia mental que se torna uma ferramenta poderosa das forças reacionárias. Respeitar, repetir, louvar - é a palavra de ordem social. (MOURA, 1932, p.35) São observadas algumas exceções, onde temos mulheres conscientes, que usam sua inteligência a serviço de si mesmo e estas sofrem constantemente campanhas difamatórias que tentam descredibilizar seu discurso.

Nossa pesquisa também abordará uma outra identidade feminina, aquela forjada por tradições inventadas, que de acordo com Hobsbawn e Ranger são criadas por várias razões, muitas vezes políticas, sociais ou culturais. Servindo para fortalecer a coesão social, legitimar o poder de certos grupos, ou para fornecer uma sensação de continuidade histórica em uma era de mudança rápida. Essas tradições são frequentemente baseadas em elementos do passado, mas são reinterpretadas e manipuladas para se adequarem às necessidades do presente. (HOBSBAWM E RANGER, 1983) Essa identidade trabalha a questão da mulher como guardiã do lar, responsável pelo cuidado da casa pelo zelo com a família e pela criação e educação de seus filhos. Aquela que não teve incentivos para desenvolver habilidades e competências que lhe tornariam capaz de conquistar uma posição no universo trabalhista daquele momento, aqui há um acordo velado entre sociedade e instituição religiosa, determinando que a mulher fique restrita ao lar e a tudo o que compete àquele ambiente enquanto o homem sai de casa para prover o sustento da família, o projeto educacional feminino era voltado para atender essa necessidade. Unindo-se ao argumento religioso, a ciência teve sua parte. A valorização do papel materno foi amplamente difundida pela medicina da época, houve uma profusão de trabalhos que indicavam que o amor materno era uma natureza das fêmeas, agora o poder médico também define códigos de conduta. Vemos em Margareth Rago a aliança entre ciência e moral com uma proposta simples, imputar a mulher um sentimento de responsabilidade social difundindo um discurso que: [...] pretende fundar um novo modelo normativo de feminilidade e convencer a mulher de que deve corresponder a ele. Na verdade, ela vai ser o centro de todo um esforço de propagação de um modelo imaginário de família, orientado para a intimidade do lar, onde devem ser cultivadas as virtudes burguesas. (RAGO, 2014, p. 103)

Durante aquele período artigos e estudos científicos buscavam valorizar o papel materno na sociedade moderna, a mulher se torna cada vez mais cativa do ambiente doméstico pois se tornara uma peça chave na manutenção da sociedade. Numa época em que a mortalidade infantil operava com níveis altos e que o aleitamento materno não era prática comum, a Ciência buscou meios de difundir o cuidado com a criança e a amamentação e, para isso, confinou a mulher ao espaço do lar alegando que ela seria a única capaz de garantir o futuro da nação.

A maternidade passa a ser a grande missão feminina, as mulheres começaram a ganhar papel de destaque devido a importância que a maternidade tinha adquirido e como nunca haviam alcançado esse espaço muitas querem garantir que essa posição não se perca, então se dedicam a exaustão aos seus filhos, esperando o reconhecimento de seus pares e os elogios dos médicos da família, que se tornaram parte da intimidade do lar e confiavam às mães a função de enfermeira e nutriz, uma “guardiã vigilante do lar”. O discurso masculino e moralizador dos médicos e sanitaristas procura persuadir “cientificamente” a mulher, tanto da classe alta como das camadas baixas, de sua tarefa natural de criação e de educação dos filhos. (RAGO, 2014, p. 108) Esse discurso moralizador, com a chancela científica, tinha efeito na sociedade. As mulheres que não atendiam essas “normas” eram percebidas como anormais, se consumiam em culpa e frustração. A mulher que contrai casamento deve ser convencida das leis naturais e morais que a obrigam a exercer o círculo completo das funções de mãe. Se a isto recusar é que há uma falsificação dos sentimentos contrariando as manifestações naturais e sacrificando o dever que é sacrificar a si, a prole e a humanidade [...] (ASSUNÇÃO, 1909, p.35)

E é contra esses dogmas que Maria Lacerda se sente impelida a lutar, percebendo que esse discurso precisa ser combatido, a autora não economiza na força das palavras para levar consciência aquelas que, mesmo sem saber, eram suas companheiras de luta. A autora mineira, em se tratando da escravidão feminina, entendia que tanto as burguesas quanto as operárias eram condenadas a uma existência em que sua função única e exclusiva era a de atender as necessidades do homem, fosse esposo ou patrão. Lacerda percebe que toda essa tradição patriarcal condenou a mulher a uma vida sem anseios e ambições, como se na ausência de uma força masculina que a amparasse a mulher não fosse capaz de alcançar coisa alguma e entende que a causa disso foi o sistema em que a sociedade foi moldada, com todas as atenções voltadas para as necessidades masculinas e objetivando o seu crescimento e evolução, acreditava que no momento em que a mulher decidiu lutar pelos seus direitos estava engessada demais para perceber o que de fato traria sua emancipação. Para eles, a liberdade, as escolas, todas as facilidades. Para ela, gineceus, a escravidão domestica sob todos os aspectos, o ridículo: a

sociedade na sua sabedoria masculina, ou melhor — os homens na sua sensatez decretaram a inferioridade da mulher, e, sob o pretexto de que ela é mais pura (a liberdade não exclui a pureza) exigem seu recato, que seja pouco vista, que respeite a voz do mundo, que tenha receio do que possam dizer; enfim: amarraram-lhe a razão, fizeram-na prisioneira social. No fim de alguns séculos, quando ela procurou a sua lógica, o senso, o raciocínio, — estava parálitica. (MOURA, 1983, p. 61.)

A respeito do sistema patriarcal, a autora Gerda Lerner concorda com Simone de Beauvoir quando a ativista fala da cumplicidade feminina, cooperando na perpetuação desse sistema quando estas assimilam o discurso a respeito de sua inferioridade. Nenhum sujeito se coloca imediata e espontaneamente como inessencial; não é o Outro que definindo-se como Outro define o Um; êle é posto como Outro pelo Um definindo-se como Um. Mas para que o Outro não se transforme no Um é preciso que se sujeite a esse ponto de vista alheio. (BEAUVOIR, 1970, p. 12)

No avanço da civilização industrial, a necessidade faz com que a mulher busque o mercado de trabalho. Coisa que sempre foi rotina entre as classes menos favorecidas, também começa a efervescer entre as classes mais altas. Mulheres de famílias mais abastadas conseguem acesso a uma educação privilegiada, estudam no exterior e retornam com uma visão diferente do que a sociedade brasileira operava naquele momento. Lacerda vê que os movimentos políticos, na luta por transformações na sociedade, também pregam o direito ao trabalho feminino, contudo não pretendem uma alteração nas funções que a mulher já exercia naquele momento e denuncia que esse pensamento não vem em favor das mulheres e sim como uma nova forma de exploração do trabalho, só que agora com bandeiras sociais e entende que o processo de emancipação feminina estava se transformando numa ferramenta valiosa na manutenção da condição da mulher. Uma escravidão - a do lar e da maternidade imposta veio juntar-se a outra escravidão - a do salário. Novas formidáveis lutas - a luta de competição entre os sexos - sob o ponto de vista econômico e social. E a eterna tutelada, duas vezes escravizada, em nome da reivindicação dos seus direitos, em nome da emancipação feminina, em nome de tantas bandeiras, de tantos ídolos - pátria, lar, sociedade, religião, moral, bons costumes, direitos civis e políticos, feminismo, comunismo, fascismo e tudo mais acabado em ismo, revoluções e barricadas continua a mesma escrava, instrumento manejado habilmente pelo homem, para fins sectaristas, doministas, econômicos, religiosos, políticos ou sociais. A mulher não percebeu ainda e tão cedo não perceberá mais esse truque dos prestidigitadores da civilização unissexual. (MOURA, 1932, p. 48)

Essa movimentação confirma o que a autora mineira já denunciava há tempos, que a educação seria a única forma de libertar, tanto a mulher quanto o operário, dessa condição de subserviência, mas não o projeto educacional que se operava na época, já que aquele modelo conservava as tradições e normas sociais.

Considerações Finais

No início do século XX, o Brasil atravessava um período de profundas transformações sociais e políticas. Este período também ficou marcado pela intensa exploração enfrentada por mulheres que trabalhavam em condições extremamente adversas, com renda inferior aos homens. A sociedade brasileira da época era essencialmente patriarcal, relegando as mulheres a uma condição marginal em todos os âmbitos da vida social, econômica e política.

Nesse contexto, destaca-se Maria Lacerda de Moura como uma das primeiras mulheres a se destacar na imprensa brasileira, participando em jornais e revistas com conteúdo voltado para o público feminino e progressista. Sua atuação no cenário intelectual foi fundamental para a luta pelos direitos das mulheres e para o movimento feminista brasileiro. Lacerda defendeu que a verdadeira emancipação das mulheres estava ligada à instrução, sendo a educação a chave para libertar as restrições impostas pelos costumes, tradições sociais e religiosas. A análise da trajetória de Maria Lacerda de Moura é relevante para a História das Mulheres, pois permite compreender como as experiências femininas e, até mesmo, a participação das mulheres, foram marginalizadas na História e como a luta pela igualdade de gênero pode se entrelaçar com outras causas sociais, como a luta contra o racismo, a exploração econômica e a opressão política. Sua obra é um exemplo inspirador de como essa luta pode ser articulada.

Em resumo, a atuação de Maria Lacerda de Moura no cenário intelectual do Brasil é fundamental para a compreensão da luta das mulheres pela igualdade de direitos e oportunidades. Sua defesa da educação como instrumento de emancipação é um legado importante para a História das Mulheres e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

ASSUNÇÃO, F. V. **Garantia Sanitária da Prole: Algumas Noções**. Tese (Doutorado em Medicina)—Faculdade de Medicina da Bahia: [s.n.]

BADINTER, E. **Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, S. D. **O Segundo Sexo: 1. Fatos e Mitos**. Tradução: Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia Do Livro, 1970.

- DOSSE, F. **O Desafio Biográfico. Escrever Uma Vida**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- FOUCAULT, Michel . **Microfísica do Poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. 452 p. ISBN 9786555480078
- _____. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 80 p. ISBN 9788515013593.
- GUARDIA, F. F. Y. **A Escola Moderna**. Tradução: Ateneu Diego Giménez. Piracicaba: COB-AIT, 2010.
- GINZBURG, Carlo. **A Micro-História e outros ensaios**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1991.
- GUIMARÃES, P. C. D. A escrita educacional feminina de Maria Lacerda de Moura (1918-1919). **Revista Diálogo Educacional**, v. 20, n. 67, p. 1639–1663, nov. 2020.
- JARDIM, R. **Uma história do feminismo no Brasil**. [s.l.] Fundação Perseu Abramo, 2003.
- LEITE, M. L. M. **A Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura**. São Paulo: Ática, 1984.
- LEITE, M. L. M. **Utopias Educacionais de Maria Lacerda de Moura**. Anais do XVII Simpósio Nacional de História. **Anais...** São Paulo: ANPUH, jul. 1993. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2018-12/1545849489_5a8baa3a275f03dc24bc90c128d1e842.pdf
- LEITE, M. L. M. A documentação de Maria Lacerda de Moura (1887-1945). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, p. 271–278, 1996.
- LERNER, Gerda. **A Criação da Consciência Feminista: A Luta de 1.200 Anos das Mulheres Para Libertar Suas Mentes do Pensamento Patriarcal**. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2022. 479 p. ISBN 9786557361566.
- _____. **A Criação do Patriarcado: História da Opressão das Mulheres pelos Homens**. Tradução: Luiza Sellera. 1. ed. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. cap. 12, p. 167-182. ISBN 85-225-0200-5.
- LORIGA, S. A Biografia como Problema. In: **Jogos de escala: A experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Função Getúlio Vargas, 1998.
- MOURA, M. L. DE. **Autobiografia. Entremares**. São Paulo: O Combate, 3 ago. 1929. Disponível em: <https://entremares.noblogs.org/autores/maria-lacerda-de-moura/>. Acesso em: 11 jun. 2021.
- MOURA, M. L. DE. O Trabalho Feminino na Comunhão Social: Qual a Aspiração da Mulher na Sociedade Atual. **Revista da Semana**, p. 16, 27 set. 1930.
- MOURA, M. L. DE. **Amai e ... não vos multipliqueis**. 1. ed. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira Editora, 1932.
- MOURA, M. L. DE. **A mulher é Uma Degenerada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- MOURA, M. L. DE. Mães Brasileiras, Mulheres do Brasil! In: **Mulheres e Anarquia**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007. p. 19–23.
- MOURA, M. L. DE. **Ferrer, O Clero Romano e a Educação Laica**. São Paulo: Barricada Libertária, 2012a.
- MOURA, M. L. DE. **Fascismo**. [s.l.] Barricada Libertária, 2012b.
- MOURA, M. L. DE. **Civilização, Tronco de Escravos**. 1a. ed. [s.l.] Entremares, 2020.
- PENA, M. V. J. **Mulheres e Trabalhadoras: Presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PRIORI, M. D. **Sobreviventes e Guerreiras: Uma breve História da Mulher no Brasil de 1500 a 2000**. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2020. p. 256
- PRIORI, M. D.; BASSANEZI, C. B. **História das Mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- RAGO, M. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil: 1890-1930**. 4. ed. Rio De Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- SILVA, T. L. NENO VASCO POR NENO VASCO: A ESCRITA CRONÍSTICA COMO ESCRITA DE SI NA BIOGRAFIA DE UM ANARQUISTA. **Revista História & Perspectivas**, v. 27, n. 50, 27 ago. 2014.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. **Imprensa Feminista no Brasil: Mulheres Oitocentistas Em Luta por Direitos**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019. 280 p. ISBN 9788553701094.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária inglesa, 1: A Árvore da Liberdade**. Tradução: Denise Bottmann. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

Amanhã vai ser outro dia?: A influência do negacionismo histórico na aprendizagem escolar sobre a Ditadura Militar brasileira.

Marina de Freitas Giovanette¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Daniel Pinha Silva
Coorientadora: Sonia Wanderley
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto é baseado no projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: “AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA?: A influência do negacionismo histórico na aprendizagem escolar sobre a Ditadura Militar brasileira.”, ainda em andamento. A escolha do projeto de pesquisa para a presente apresentação se deu por este ainda estar em desenvolvimento junto ao orientador e a co-orientadora. Sendo assim, entendemos que o Seminário Interno do Programa de Pós Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores é um ambiente profícuo para a discussão do mesmo e sua consequente reformulação e aperfeiçoamento.

Nesse sentido, as próximas linhas serão dedicadas à apresentação do nosso projeto. Iniciaremos com uma apresentação do tema da pesquisa, onde buscaremos situar o leitor sobre as perguntas que direcionaram sua construção, assim como, na maneira como tais perguntas se tornaram um problema de pesquisa. Em seguida, trataremos sobre os objetivos que circundam nossa discussão, a fim de expor os possíveis desdobramentos da pesquisa e a expectativa que temos sobre a mesma. Logo após, apresentaremos nossos referenciais teóricos, pois entendemos que a discussão historiográfica deve ser uma contínua conversa entre os que vieram antes de nós e os que produzem no tempo presente. Através da exposição dos referenciais teóricos, objetivamos dar um panorama acerca das nossas proximidades historiográficas e abrir para futuras contribuições dos leitores. Por fim, trataremos da metodologia da pesquisa, realizaremos uma exposição do caminho de pesquisa que está em curso e dos próximos passos que resultarão, assim esperamos, na resposta para as perguntas que nos fizemos no início da formulação do projeto. Por fim, apresentaremos uma breve conclusão, onde realizaremos uma reflexão acerca das potencialidades do ensino de história.

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, sob orientação do Dr. Daniel Silva Pinha e coorientação da Dr.^a Sonia Wanderley, bolsista: CAPES.

Sobre o tema da pesquisa

Nos últimos quatro anos, o Brasil foi palco e ator de um fenômeno político e social específico que gerou consequências duradouras para a pesquisa e o ensino de História. Desde 2013 observa-se no país o fortalecimento de uma crise democrática, cujos valores democráticos foram frequentemente colocados em xeque (PINHA, 2020). Na educação e na área de História, a legitimidade das narrativas estabelecidas pelos profissionais foi questionada, assim como o lugar da escola enquanto espaço democrático de construção de conhecimento e valorização das alteridades. O negacionismo histórico nesse contexto se tornou, portanto, uma prática utilizada por grupos ligados à extrema direita brasileira com o intuito de construir narrativas sobre o passado que visam a legitimação dos seus projetos de poder.

Em 2022, com a emergência de uma nova eleição presidencial, emerge também a perspectiva de rompimento com tal contexto político e social, entretanto, a eleição de um novo líder para o Estado brasileiro não é suficiente para barrar os anos de ataque à educação e ao ensino de História, pois o legado deixado para estes ultrapassa os limites de um mandato presidencial. Ao tratar sobre o projeto Escola sem Partido, Fernando Penna (2017) afirma que, apesar do projeto não ter vencido enquanto lei, seus autores e apoiadores venceram no âmbito das mentalidades, visto que as ideias que compunham o projeto passaram a circular na sociedade civil como um modelo para a educação. Da mesma maneira, o presente projeto defende que, apesar da insurgência de novos líderes e projetos de educação no país, as ideias negacionistas sobre a história e o questionamento da legitimidade dos profissionais da história permanecem em voga e a sala de aula continua sendo um espaço de insurgência e discussão de tais perspectivas.

Entendemos que a aprendizagem sobre a história extrapola as paredes da sala de aula e as discussões realizadas dentro deste espaço. Logo, a aprendizagem escolar estará sempre suscetível à influência de outros saberes, discussões, autores e indivíduos. Esse aspecto, em sua maioria das vezes é extremamente positivo, pois demonstra que estamos em um constante processo de aprendizagem, seja nos espaços escolares ou extra escolares. Entretanto, certas narrativas e leituras sobre a história, como leituras de visão negacionista sobre a Ditadura Militar, são consideradas prejudiciais para o ensino de história e, principalmente, para a democracia como um todo. Portanto, nos interessa saber de qual maneira o contexto de crise democrática que fortaleceu as narrativas negacionistas influenciou e influencia as perspectivas e leituras que os alunos possuem do período referente à Ditadura Militar brasileira. Nesse

sentido, possuímos como objetivo investigar os efeitos de tal contexto político e social negacionista na aprendizagem escolar dos alunos da educação básica nas escolas de Niterói - RJ e São Gonçalo - RJ, especialmente no que tange a relação que os alunos entrevistados possuem com as diferentes narrativas sobre a Ditadura Militar brasileira que ocupam o espaço público e os meios digitais.

A operação negacionista se baseia na distorção e falsificação dos fatos que visa a desqualificação das produções realizadas pelas ciências sociais. Para Mateus Pereira (2015), o negacionismo é a radicalização da negação e do revisionismo. O autor apresenta a negação como o questionamento e/ou oposição à realidade factual que constrói uma distorção da factualidade com base na invalidação das fontes. Já o revisionismo é definido por Pereira como uma interpretação que não nega necessariamente os fatos, mas visa “justificar os combates políticos do presente a fim de construir uma narrativa ‘alternativa’” (2015, p. 865). Em suma, o negacionismo histórico realiza uma construção narrativa que “busca apagar/negar a existência de fatos específicos ou alterar drasticamente a interpretação consagrada a eles pela historiografia (contra memórias), ainda que sem nenhum tipo de evidência factual nova.” (SILVA, 2020, p. 1178).

Partimos do princípio que o negacionismo é um fenômeno político-social ligado a movimentos de extrema direita na Europa e nos Estados Unidos da América que aflorou após a Segunda Guerra Mundial, no qual seu caráter social se deve, principalmente, ao fato de que “teses negacionistas provocam impactos diretos no comportamento de milhões de pessoas” (DUARTE, CÉSAR. 2020, p. 9). Além disso, o negacionismo é um fenômeno político porque sua existência está intimamente ligada aos interesses que grupos de poder possuem sobre as narrativas referentes ao passado, especialmente aquelas que podem ser prejudiciais para tais grupos e seus planos de dominação. Nesse contexto, os negacionistas se opõem às teses e produções científicas sobretudo porque estas “inspiram políticas públicas destinadas a transformar comportamentos e modos de vida coletivos, os quais afetam interesses econômicos poderosos” (DUARTE, CÉSAR. 2020, p. 9). O termo “negacionista” utilizado para caracterizar aqueles que questionavam o extermínio judeu na Segunda Guerra Mundial foi popularizado por Henry Rousso, mas este afirma que tal denominação também se refere às produções que negam ou relativizam o genocídio armênio e, atualmente, se transformou em uma modalidade discursiva, uma maneira de representar o passado e interpretar o presente (VALIM et. al., 2021).

A partir dessa definição sobre o negacionismo, entendemos que as diferentes narrativas

sobre a Ditadura Militar estão dispostas no espaço público e configuram uma forma de “usos públicos do passado” (GASPAROTTO, A.; BAUER, C. S., 2021) que se relacionam diretamente com a sala de aula, visto que esta é um espaço de confluência de narrativas, experiências e historicidades. Nesse sentido, objetivamos discutir acerca do fortalecimento das narrativas negacionistas sobre a Ditadura Militar, especialmente nas plataformas digitais, e a influência dessas narrativas na maneira como os alunos do ensino básico produzem sentido para as discussões realizadas nas aulas sobre a Ditadura Militar brasileira.

Para tal, o conceito de consciência histórica é uma chave importante para o presente projeto, pois a partir dele é possível realizar uma discussão acerca da leitura de passado, de presente e formulação da expectativa para o futuro que os alunos realizam. De acordo com Luis Fernando Cerri, “a formação histórica depende apenas em parte da escola” (2011, p. 44), por isso, a discussão sobre a história ensinada deve considerar a influência que o entorno dos estudantes – seja este os meios de comunicação, a família, o círculo de fé, a internet – provoca na formação das suas consciências históricas. Esses aspectos influenciam a forma como os indivíduos produzem sentido para o que aprendem no ensino escolar de história. Logo, nos debruçaremos também sobre uma análise do contexto político que favoreceu o fortalecimento do negacionismo da história.

A fonte principal do presente projeto será a realização de entrevistas com os alunos do 9º ano do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio de escolas públicas e privadas da cidade de Niterói e de São Gonçalo. Consideramos as entrevistas um lugar fértil para realizar a discussão sobre negacionismo e aprendizagem escolar de história, pois entendemos que a consciência histórica de um indivíduo só pode ser alcançada a partir da narrativa estabelecida pelo próprio sujeito. A partir das entrevistas, buscaremos investigar sobre os conteúdos consumidos pelos alunos e a maneira como estes tratam sobre a Ditadura Militar. Ademais, também visamos investigar sobre as interpretações que os alunos possuem sobre o tema a partir das aulas de história e/ou de outros ambientes formais ou não formais de educação.

No livro *Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin*, Nilo Agostini afirma que “a libertação não se realiza sem a memória do passado” (2019, p. 207). Nesse sentido, refletir sobre a relação entre Ensino de História, memória e justiça é um ponto caro para a presente pesquisa, pois entendemos que um dos resultados do fazer histórico é a intervenção crítica sobre a memória, assim como a memória oferece farto manancial para a produção historiográfica. Entretanto, memória e história são formas diferentes de acesso ao passado, pois a história possui a prerrogativa empírica (CATROGA, 2001), se compromete

com a crítica das fontes e não pretende realizar um acúmulo desordenado de memórias e das fontes sobre o passado, mas busca construir narrativas a partir delas. Já a memória é livre, afetiva, criativa, transpassada pela relação entre lembrança e esquecimento (POLLAK, 1989), aceitação e negação, pode ser simbólica ou tangível (através de documentos, monumentos, praças, etc.), pode ser formada de maneira voluntária ou involuntária através da experiência de um sujeito ou coletivo.

Dessa maneira, buscaremos, por fim, articular memória e ensino de história a fim de buscar novas possibilidades para o enfrentamento do negacionismo sobre a Ditadura Militar em sala de aula, pois entende-se que para os que viveram o processo histórico, a memória se apresenta como uma possibilidade de justiça frente à violência física e simbólica que sofreram e, enquanto a ciência dos homens no tempo (BLOCH, 1997, p. 55), a história e o ensino de História desempenham um papel central no sentido de estabelecer uma narrativa que preze e lute por essa justiça.

Sobre os objetivos da pesquisa

Como apontado anteriormente, o principal objetivo da pesquisa é discutir sobre a influência do negacionismo histórico na aprendizagem histórica escolar sobre o tema da Ditadura Militar brasileira, pois entendemos que o processo de fortalecimento do negacionismo científico e histórico nos últimos anos promoveu um ataque direto ao ensino de história, aos professores de história e aos espaços de produção de saber, sejam eles acadêmicos ou escolares. Assim, enquanto objetivos específicos da pesquisa, ou seja, objetivos pontuais que nos levarão à consolidação do nosso objetivo principal, possuímos as seguintes perspectivas: Discutir sobre o contexto político-social brasileiro que fortalece o negacionismo histórico; Realizar um levantamento dos conteúdos digitais de história consumidos pelos alunos do ensino básico entrevistados; Discutir sobre as narrativas sobre a Ditadura Militar brasileira elaboradas por tais conteúdos; Refletir sobre a relação entre consciência histórica, cultura histórica e Ensino de História; Compreender as possibilidades do trabalho com a história pública para a aula sobre a Ditadura Militar brasileira; Discutir sobre o enfrentamento do negacionismo enquanto parte do ofício do historiador e professor de história.

Sobre os referenciais teóricos

Na discussão sobre negacionismo histórico, possuímos como referência os trabalhos de Mateus Pereira (2015), André Macedo Duarte e Maria Rita de Assis César (2020) e as

contribuições de Patrícia Valim, Alexandre Avelar e Berber Bevernage (2021). Ao realizar um estudo sobre os comentários no verbete “Regime militar no Brasil” no site “Wikipédia”, conhecido popularmente como um veículo de pesquisa e utilizado por muitos estudantes no ensino básico, Mateus Pereira (2015) constata que é possível perceber as guerras de memória contaminadas pelas ideias negacionistas, de negação e revisionistas que refletem a diversidade da opinião pública sobre esse período. A partir das contribuições de Duarte e César (2020), estamos realizando uma discussão acerca da caracterização do negacionismo histórico como um projeto alinhado aos grupos de extrema direita ao redor do globo, um fenômeno que é social e político especialmente porque sua existência está ligada à defesa de projetos de poder e sociedade partilhados por esses grupos. Auxiliados por Valim et. al. (2021), buscamos realizar uma historicização do negacionismo histórico a fim de entender as características contemporâneas desse movimento, pois entendemos que o negacionismo histórico possui novas facetas na contemporaneidade, dentre as quais a principal é o fato de que a produção das narrativas não está mais centralizada em pequenos grupos de autores, mas possui uma autoria coletiva e descentralizada geograficamente. Para os autores, esse fato é fruto da eclosão do universo virtual.

Para tratar do contexto político de crise democrática, temos como referência o trabalho dos professores Daniel Pinha, Marcelo Rangel e Rodrigo Perez (2020). Estes afirmam que o Brasil, a partir do ano de 2013, entrou em um momento de crise democrática. Tal momento é caracterizado, por exemplo, por atos como o golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff, manifestações em prol da intervenção militar e contra as instituições democráticas. Para Daniel Pinha (2020), a crise democrática chegou ao auge quando o país elegeu um presidente que apoia a Ditadura Militar, pois a autoridade máxima do poder Executivo brasileiro foi entregue nas mãos de Jair Bolsonaro em 2018 um homem que não valoriza a democracia, pelo contrário, realiza frequentes ataques a mesma. Sendo assim, tratar do fenômeno do bolsonarismo é parte importante da contextualização da presente pesquisa porque o negacionismo é uma ferramenta política mobilizada por esse grupo.

A discussão sobre aprendizagem histórica escolar partirá das questões inseridas nas reflexões sobre a Didática da História, onde esta é entendida como uma teoria da aprendizagem histórica (CERRI, 2010). A partir das contribuições de Klaus Bergmann (1989), Jörn Rüsen (2006) e Luis Fernando Cerri (2010; 2017), consideramos que o presente estudo se encaixa no campo da Didática da História, pois esta é responsável por estudar o significado da história e dos usos dela no contexto social não somente nos espaços formais de educação, mas também a

partir dos espaços extra-científicos e extra-escolares (BERGMANN, 1989). Sendo assim, entendemos o protagonismo desse campo para a pesquisa da utilização da história e da historiografia na práxis social, visto que “antes de se dedicar às questões práticas do ensino da História, [a Didática da História] preocupa-se com a necessidade, os objetivos e as funções do ensino da História”(BERGMANN, 1989, p. 36)

De acordo com Rüsen, a “didática da história juntou os assuntos orientados pela prática sobre ensino e aprendizagem em sala de aula com uma percepção teórica dos processos e funções da consciência histórica em geral” (2006, p. 12). Sendo assim, existe também a necessidade da presente pesquisa em trabalhar com as categorias de consciência histórica, e, aqui acrescentamos, de cultura histórica, pois a partir delas é possível discutir sobre a maneira como indivíduos e grupos se relacionam com a memória histórica, com a história e produzem sentidos e elaboram narrativas sobre as mesmas. Para tal, possuímos como aporte as discussões realizadas por Jörn Rusen (2012; 2015), Luis Fernando Cerri (2007) e Bodo Von Borries (2018). A categoria de cultura histórica foi discutida por Jorn Rüsen em meio às suas reflexões acerca do conceito de consciência histórica. Segundo o autor, a cultura histórica resulta da articulação entre prática e operação da consciência histórica, é o lugar em que tal consciência é expressa, e pode ser caracterizada como a própria memória histórica (RÜSEN, 2012; SCHMIDT, 2014). Luis Fernando Cerri se alinha à ideia de Jörn Rüsen e Agnes Heller de que a consciência histórica é “uma das condições da existência do pensamento” (2007, p. 27), é comum a todo ser humano e uma atribuição de sentido que direciona o agir no mundo. Para esses autores, a mobilização da consciência histórica é uma necessidade de atribuir sentido às relações entre passado, presente e futuro imputada pela própria existência no mundo, existência dotada de transformações contínuas.

Para Rüsen, a cultura histórica “é o suprassumo dos sentidos constituídos pela consciência histórica humana” (2015, p. 217), por isso a necessidade dos estudos que tratam de tal categoria abordarem o tema da consciência histórica. Ademais, além da cultura histórica ser considerada a própria memória histórica, como citamos anteriormente, o fenômeno também é responsável por estudar as diversas maneiras que a memória histórica ocupa os espaços públicos. Borries (2018) defende que a cultura histórica é uma dimensão da consciência histórica e, a partir de tal interpretação, é possível destacar a relação de dependência da cultura histórica e seu desenvolvimento com os indivíduos que não só a produzem, mas também consomem. Segundo o autor, “leitores, ouvintes e espectadores estão sempre envolvidos na ação, completam as representações da história somente em sua assimilação; portanto, não se

deveria separar a utilização e o debate da produção, por exemplo em livros, filmes ou programas de televisão.” (2018, p. 20). Sendo assim, é possível indicar que a recepção dos conteúdos com teor negacionista contribui diretamente para a construção de uma cultura histórica com tais características.

Para tratar das narrativas negacionistas sobre a Ditadura Militar que ocupam as plataformas digitais, possuímos como referência os trabalhos de Sônia Meneses (2020; 2021). A autora afirma que há no tempo presente “a insurgência de outros sujeitos a disputarem o controle desse lugar disciplinar [da história]” (2019, p. 69-70), aqueles que produzem narrativas historiográficas voltadas para o grande público, insurgência caracterizada por uma apropriação conservadora do passado (2019, p. 70) direcionada para o consumo. Essa apropriação visa a simplificação das narrativas históricas, o incentivo de uma história única, que não questiona o status quo, cuja preocupação está centrada no entretenimento. O discurso desses “novos atores” está frequentemente pautado na defesa de que possuem a verdade sobre o passado e que serão os responsáveis por narrar o que os professores de história intencionalmente esconderam dos alunos. Para a autora, a “verdade” sobre o passado é o principal produto vendido nas plataformas digitais (MENESES, 2021) e para o presente estudo, a análise dessas “verdades” é fundamental na reflexão sobre a influência do negacionismo histórico na aprendizagem escolar sobre o tema.

No que se refere ao tópico da História Pública como uma ferramenta para combater os negacionismos sobre a história da Ditadura Militar, utilizamos como aporte inicial as discussões realizadas no livro *História Pública em movimento* (2021), especialmente o capítulo escrito por Pereira et al. (2021), onde os autores tratam diretamente sobre a relação entre História Pública e negacionismos da história. Segundo os autores, a História Pública configura um lugar de produção e atuação de historiadores profissionais fora do espaço formal de ensino. Ou seja, é composta por narrativas que se descolam dos corpos dos livros e das salas de aula, pois possuem como prioridade ocupar o espaço público, aumentando, assim, o acesso do público em geral ao conteúdo produzido. É importante salientar que as narrativas produzidas na História Pública são consideradas narrativas historiográficas, pois são realizadas de acordo com os métodos de produção da ciência histórica.

Em relação à articulação entre memória, história e ensino de história, trabalhamos a partir do arcabouço teórico de Fernando Catroga (2001), Michael Pollak (1989) e Nilo Agostini (2019). De acordo com Catroga, é necessário abrir mão da posição cientificista ao pensar essa relação e aceitar seu caráter ambíguo, onde a memória não deve ser desconsiderada pelo seu

traço subjetivo e a história precisa reconhecer que não está livre da subjetividade, porque ela está ligada diretamente ao contexto em que seu autor está inserido. Entretanto, é importante ressaltar que o historiador possui um compromisso ético e epistemológico com o seu ofício (2001, p. 65), compromisso que deve estar presente na sua relação com o passado, que configura a história como ciência e não puramente opinião, e que reconhecer a interferência da sua historicidade e ainda assim “tentar evitá-la” (2001, p. 65) é uma das tarefas que o historiador desempenha.

No tocante às reflexões de Pollak, nos alinhamos ao movimento que este percebe nos trabalhos históricos do século XX onde, em contraposição à memória que seleciona acontecimentos a fim de construir uma unidade – unidade esta que domina e silencia aqueles que não consideram importante –, os pesquisadores do novo século estão mais interessados em pensar acerca do caminho que fez com que essas memórias fossem selecionadas e principalmente, buscam resgatar aquelas que foram deixadas ao esquecimento. Dessa maneira, inicia-se um período onde a memória entra em disputa, um momento onde as chamadas *memórias subterrâneas* (POLLAK, 1979), definidas dessa forma porque circulam as margens e no subterrâneo da memória oficial e dominante, entram em conflito com a memória oficial e buscam, de fato, serem integradas no discurso sobre o passado e a (re)escrita da história é um dos braços mais importantes desse movimento de combate ao esquecimento.

Para Nilo Agostini, ao trabalhar a questão da memória e da redenção em Walter Benjamin, “há a necessidade de preservar a memória do que foi jogado nos porões da humanidade e no esquecimento pela historiografia burguesa”, pois através dela é possível realizar a busca da “redenção dos excluídos e dos vencidos” (2019, p. 57), assim, a memória é um dos pilares para a libertação dos oprimidos. A partir de Agostini direcionaremos a conclusão para a discussão sobre o processo de tomada de consciência que gera a práxis e é alimentada pela esperança. O primeiro passo, segundo Paulo Freire, é o comprometimento daqueles que estão envolvidos no processo educacional com a mudança, onde o compromisso envolve “uma decisão lúcida e profunda de quem o assume” (2019, p. 18). Em seguida, é necessária uma “ampliação da consciência crítica, capaz de decifrar a história, capaz de ‘uma reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades’.” (FREIRE, 2014, p. 105 apud. AGOSTINI, 2019, p. 68) e nesse processo, a mudança nas perspectivas e consciências encontra sua maior potência no agir. Para finalizar, a esperança é defendida por Paulo Freire em *Educação e Mudança* como fundamental para a educação, nas palavras do autor, “eu espero na medida em que começo a busca, pois não seria possível buscar em

esperança. Uma educação sem esperança não é educação.” (2019, p. 37).

Sobre a metodologia da pesquisa

O primeiro momento da pesquisa foi destinado à realização de uma historicização do contexto brasileiro pós 2013, o momento em que Daniel Pinha (2020) caracteriza como o início de uma crise democrática no país que permanece até a contemporaneidade. Esse momento foi importante para o início da pesquisa, pois o negacionismo histórico é considerado a maior consequência da crise democrática para a historiografia e o ensino de história, sendo assim, estamos dedicados a tratar sobre a contribuição de tal contexto político e social para o fortalecimento e difusão das narrativas negacionistas. Em seguida, trabalharemos o conceito de negacionismo histórico e suas transformações ao longo do tempo, especialmente no que se refere a configuração de um negacionismo alimentado pelo universo virtual e a constituição de um modo de negacionismo que possui características específicas no Brasil.

No segundo momento da pesquisa realizaremos as entrevistas com os alunos, pois a continuidade das discussões realizadas na pesquisa partirá de suas contribuições. Para tal, utilizaremos a história oral como metodologia de pesquisa. Verena Alberti (2008) define a história oral como uma “constituição de fontes para o estudo da história contemporânea [que] consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participam de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. (2008, p. 155)”. Sendo assim, permite a investigação acerca da maneira como pessoas ou grupos interferiram/interferem, e principalmente, experimentaram/experimentam os acontecimentos históricos e atuaram/atuam sobre ele, possibilitando inclusive, o questionamento de questões dadas como fechadas pela historiografia e a construção de outras narrativas.

O objeto das entrevistas serão os alunos do 1º ano e do 3º ano do Ensino Médio de escolas públicas e privadas das cidades de Niterói e São Gonçalo. Optamos por investigar ambas as séries, pois entendemos que os alunos do 1º ano possivelmente tiveram contato com a aula sobre Ditadura Militar brasileira no ano letivo anterior e os alunos do 3º ano, possuem o tema da Ditadura como conteúdo programado no currículo. A escolha por ambas as turmas também está relacionada ao nosso interesse em discutir sobre as diferenças presentes entre as faixas etárias. A opção por ambas as redes de ensino – pública e privada – se deu pelo entendimento da necessidade de realização de um recorte socioeconômico na pesquisa, visto que as realidades em que os alunos estão inseridos também influenciam o processo de ensino e aprendizagem. As entrevistas serão realizadas de maneira semi-estruturada, ou seja, a partir

de um roteiro pré-estabelecido, mas conduzidas de forma que os entrevistados possam contribuir para a formulação das questões e a entrevistadora possa mudar o caminho das perguntas ao longo da conversa. Tal modo de entrevista foi escolhido pois entendemos que a narrativa estabelecida pelos alunos podem gerar novas questões para a pesquisa.

A princípio, as entrevistas possuirão três seções: 1- O tipo de conteúdo de história consumido pelos alunos e as características das narrativas sobre a Ditadura Militar que estes possuem; 2- As interpretações que os alunos possuem sobre a Ditadura Militar; 3- As interpretações que os alunos possuem sobre as aulas sobre a Ditadura Militar. Tal esboço foi construído a partir das principais questões que suscitaram a formulação do presente projeto, como o tipo de conteúdo sobre a história consumido pelos alunos e a maneira como as narrativas sobre a Ditadura Militar são conduzidas, o papel que tais narrativas exercem sobre a consciência histórica dos alunos e como as aulas de história sobre a Ditadura Militar contribuem nas suas percepções sobre a experiência antidemocrática instaurada em 1964 e, conseqüentemente, sobre a experiência democrática experienciada no tempo presente.

A partir das entrevistas, a pesquisa seguirá para a análise da narrativa sobre a Ditadura Militar brasileira dos conteúdos (digitais ou não) consumidos pelos alunos. Nesse ponto, buscaremos aproximar a discussão dos tópicos tratados na primeira parte do projeto à reflexão sobre o ensino de História e aprendizagem histórica a fim de entender se existe uma influência do contexto negacionista no ensino escolar do tema e discutir como o ensino pode contribuir para o combate aos negacionismos sobre a Ditadura Militar.

Uma conclusão “inconclusa”

Assim como afirmamos na introdução deste texto, seu objetivo foi realizar uma exposição do projeto de pesquisa do curso de Doutorado que foi iniciado no ano de 2023. Portanto, caracterizamos nossa conclusão como “inconclusa”, pois entendemos que, assim como nosso projeto, ainda há espaço no texto para a discussão e seu aperfeiçoamento. Dentre as muitas incertezas que circundam esse início de produção no Doutorado, existe uma certeza que direciona nossa prática como alunos e professores: a crença no diálogo enquanto uma ferramenta importante no processo de ensino-aprendizagem e no ensinar sempre a partir e pelo mundo vivido. Nossa intenção, enquanto uma pesquisa que trata sobre negacionismos, não é criar antagonistas, especialmente em relação aos alunos do ensino básico. Nosso objetivo, por final, é estabelecer um diálogo entre a historiografia, o ensino de história e os indivíduos diversos que frequentam as escolas. Diálogo este que parte da necessidade de estabelecer uma

narrativa sobre a Ditadura Militar que faça jus e justiça aos mortos e desaparecidos pelo regime, aos seus familiares e, especialmente, à sociedade democrática. Sabemos que o ensino de história escolar é responsável apenas em parte pela constituição dos saberes dos discentes, mas defendemos que dentro dessa parcela, existe uma responsabilidade a ser assumida. Segundo Cerri (2011), a verdadeira dimensão do ensino de história:

não é nem a demiurgia social nem a inutilidade, mas um espaço de diálogo e possibilidade. Não compete ao trabalho da história na escola formar a consciência histórica dos alunos [...], mas possibilitar o debate, a negociação e a abertura para a ampliação e complexificação das formas de atribuir sentido ao tempo que os alunos trazem com eles. (CERRI, 2011, p. 116)

Nesse sentido, não existe algo como “formar uma consciência”, mas a intencionalidade de contribuir, inclusive com as ferramentas metodológicas que a história enquanto campo nos dá, para que os alunos possuam mecanismos de avaliar, discutir e escolher apropriar ou não as narrativas que possuem contato. Esse é o consenso que nos mobiliza, mas é também parte daquilo que acreditamos ser a potencialidade maior de um fazer enquanto professores de história comprometidos com ação: o ensinar visando o mundo-vivido, o cotidiano dos alunos e principalmente, a formação de estudantes que entendem a potencialidade das suas atitudes em sociedade.

Referências

- ABREU, Marcelo; RANGEL, Marcelo. “Memória, cultura histórica e ensino de história no mundo contemporâneo”. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 2, 2015.
- AGOSTINI, Nilo. *Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, RODRIGUES, Rogério Rosa (Org.) *História pública em movimento*. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2021.
- AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 42, n° 87, pp. 161-184, 2021.
- BAQUERO, Marcello. *Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n.4, p. 98-104, 2001.
- BAUER, Caroline Silveira. O papel dos historiadores nas garantias dos direitos à memória, à verdade e à justiça. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 5, p. 6-24, 2013
- _____. Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória e reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Dimensões: Revista de História da UFES*, v. 32, p. 148-169, 2014.
- BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia (UFMG. Impresso)*, v. 32, p. 807-835, 2016.
- BERGMANN, Klaus. A história na Reflexão Didática. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. v. 9 n° 19. p. 29-42. Set. 89/Fev 90.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.55.

BORRIES, Bodo Von. Jovens e Consciência Histórica. Org. Maria Auxiliadora Schmidt, Marcelo Fronza, Lucas Pydd Nechi – 1ª reedição. Curitiba: W.A. Editores, 2018.

CATROGA, Fernando. Memória, história e historiografia. Coimbra: Quareto, 2001, p. 65.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de história e consciência histórica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

_____. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. Revista de História Regional, v. 15, p. 264-278, 2010.

_____. Um lugar na História para a Didática da História. História & Ensino, v. 23, p. 11-30, 2017.

DUARTE, André de Macedo; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Negação da política e negacionismo como política: pandemia e democracia. Educação & Realidade, v. 45. n. 4, pp. 1-22, 2020.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. 40ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola “sem” partido. Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. v. 1. 144p

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O preço de uma reconciliação extorquida. In: Edson Teles; Vladimir Safatle. (Org.). O que resta da ditadura. 1ed.São Paulo: Boitempo, 2010, v. 1, p. 177- 186.

GASPAROTTO, Alessandra. ; BAUER, Caroline Silveira . O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. In: Juliana Alves de Andrade; Nilton Mullet Pereira. (Org.). Ensino de História e suas práticas de pesquisa. 1ed.São Leopoldo: Oikos, 2021, v. , p. 438-451.

LIMA, Maria. “Consciência Histórica e educação histórica: diferentes noções, muitos caminhos”. In: MAGALHÃES, Marcelo et alii. (Org.). Ensino de História: usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014. P. 53-76.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História”. Tempo Revista do Departamento de História da UFF, vol.11,n. 21, 2007, pp. 5-16

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: Negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade'. REVISTA HISTÓRIA HOJE, v. 08, p. 66-88, 2019.

MENESES, Sônia . Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020). REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA (ONLINE) , v. 41, p. 61-87, 2021.

MONTEIRO, A. M. F.C.; PENNA, F. A. . Ensino de história: saberes em lugar de fronteira. Educação e Realidade, v. 36, p. 191-211, 2011

MORAES, Luís Edmundo de Souza. Negacionismo: a extrema-direita e a negação da política de extermínio nazista. Boletim do Tempo Presente, n. 4, pp. 1-22, 2013.

PEREIRA et al. A história pública brasileira tem sido eficaz no combate aos negacionismos? In. ALMEIDA, Juniele Rabêlo de, RODRIGUES, Rogério Rosa (Org.) História pública em movimento. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2021. p. 47-60.

PEREIRA, Matheus. Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). Varia História (UFMG. Impresso), v. 31, p. 863-902, 2015.

PINHA, Daniel. Ditadura civil-militar e formação democrática como problemas historiográficos: interrogações desde a crise. Revista Transversos. “Dossiê: Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática”. Rio de Janeiro, nº. 18, 2020. pp.37-63. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.50330.

PINHA, Daniel; RANGEL, Marcelo; PEREZ, Rodrigo. Teoria, história da historiografia e ensino de história em tempos de crise democrática. In: Revista Transversos. “Dossiê: Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática”. Rio de Janeiro, nº. 18, 2020. pp. 6-16. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2020.50328

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

SALGADO, Manoel Luiz. Escrever a história, domesticar o passado. In: Lopes, Antonio H. História e Linguagens. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006, P. 45-58.

ROCHA, Helenice A.P. . Aula de História: que bagagem levar?. In: Marcelo Magalhães; Helenice Rocha; Rebeca Gontijo. (Org.). A escrita da história escolar: memória e historiografia. 1ed. Rio de Janeiro: Editora fundação Getúlio Vargas, 2014, v. 01, p. 81-104.

RÜSEN, Jörn. "O que é a Cultura Histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a História". In. Jörn Rüsen: contribuições para uma teoria da didática da história. Organizadores: Maria Auxiliadora Schmidt, Estevão de Resende Martins. Curitiba: W. W. Editores Ltda., 2016. p. 53-83.

_____. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis Educativa (Impresso) , v. 1, p. 7-16, 2006.

Um Breve Panorama da Arqueologia e da História Indígena de Saquarema

Marlon Barcelos Ferreira¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: “Uma Longa História Indígena na Região dos Lagos”, ainda em andamento. Assim, esse trabalho irá explicitar de forma resumida, algumas linhas da pesquisa realizada até o presente momento. Sendo assim, tem como objetivo básico discorrer sobre o histórico das pesquisas arqueológicas realizadas no município de Saquarema, cidade do litoral do Estado do Rio de Janeiro, e analisar sua contribuição na construção de novas narrativas sobre a história indígena de Saquarema. Ao mesmo tempo, procura-se refletir sobre as políticas patrimoniais que foram desenvolvidas por diferentes agentes e que culminaram no processo de tombamento de inúmeros sítios arqueológicos ligados aos povos nativos e a criação do primeiro museu arqueológico in situ do Brasil: O Museu Arqueológico Sambaqui da Beirada.

As Pesquisas Arqueológicas em Saquarema

O município de Saquarema, na Região dos Lagos, nasceu em torno do Complexo Lagunar de Saquarema e recebeu a alcunha de Capital Nacional do Surf. Ao longo de todo o ano, a cidade recebe milhares de turistas, que vem atrás de suas praias, águas e belezas naturais. Antes de a cidade existir como tal, a mesma região já tinha sido ocupada por diferentes grupos ao longo da história e um deles era justamente os que deram origem aos diversos sítios arqueológicos sambaquis que estão ao redor do Complexo lagunar de Saquarema.

Uma região rica em recursos naturais e muito atraente do ponto de vista de sobrevivência para essas populações de coletores e pescadores e que acabou ao longo do tempo, sendo apropriada territorialmente por diferentes grupos ancestrais dos indígenas atuais. Uma das datações mais antigas para a ocupação da região dos Lagos foi encontrada em Saquarema, com a datação aproximada de 4520 anos Antes do Presente (GASPAR, 2000) no Sambaqui da

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2020, projeto: “Uma Longa História Indígena na Região dos Lagos”, sob orientação do Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes.

Beirada. Esses são os sítios arqueológicos mais comuns no litoral do Brasil e são resultados da ocupação pioneira dos coletores-pescadores e se constituem como os mais antigos vestígios materiais da presença humana no litoral (PROUS, 1992).

Esta denominação é originária da mistura dos termos Tupi, *tamba* (conchas) e *ki* (amontoado), dando origem a palavra sambaqui. Estes sítios arqueológicos desde cedo despertaram o interesse dos portugueses e que com o início da colonização, passaram a explorá-los economicamente (KNEIP; PALLESTRINI, 1991), o que acarretou a destruição de milhares de sambaquis espalhados pelo litoral do Brasil. Segundo o arqueólogo Paulo de Blasis (2008), como são constituídos de conchas em sua maior parte, são uma excelente fonte de cal e foram utilizados como fonte de matéria prima até a segunda metade do século XX.

Nesse sentido, esses sítios arqueológicos denominados de sambaquis têm como uma das principais características o costume de se acumular de forma intencional as conchas dos moluscos coletados e empilhá-las juntamente com restos de comida, ossos de animais, ferramentas entre outros objetos formando grandes montes. Segundo a arqueóloga Tânia Andrade Lima (2005), um dos objetivos da construção desses amontoados era o de ser uma clara demonstração de poder.

As pesquisas sobre esses povos remontam ao século XIX, mas foi somente no século XX que o estudo sobre sambaquis no Brasil se consolidou e obteve grandes avanços e também onde surgiram as leis de proteção e o seu reconhecimento como patrimônio histórico e arqueológico. As primeiras pesquisas arqueológicas na região de Saquarema só começaram nos anos 1930, com o trabalho pioneiro efetuado pelo pesquisador, Antônio Carlos Simões, que efetuou o salvamento de um sambaqui, que foi nomeado Sambaqui de Saquarema. Esse sítio arqueológico ficava localizado em frente ao canal que liga a lagoa de Saquarema ao mar. A partir daí, teve-se início uma série de pequenas escavações e salvamentos pontuais ao longo do território de Saquarema nas décadas de 1940 e 1950.

Nas décadas de 1960 e 1970, com a ciência arqueológica brasileira mais estruturada academicamente e em um processo de crescimento em todo o Brasil, começaram alguns projetos e escavações mais extensos na região dos Lagos e em Saquarema. Neste município, destacamos os trabalhos da Professora Lina Maria Kneip. A mesma deu atenção especial ao complexo lagunar de Saquarema, criando o Projeto Saquarema na década de 1970, que resultou nos primeiros trabalhos sobre o Sambaqui da Beirada.

Nos anos seguintes, a professora Lina Maria Kneip, continuou seus trabalhos na região de Saquarema e desenvolveu inúmeros projetos na região. O sambaqui da Beirada fora

descoberto na década de 1970 e as escavações sistemáticas foram efetuadas por Maria Lina Kneip na década de 1980 (GUIMARÃES, 2013). Os trabalhos de campo revelaram um sítio rico em artefatos variados e enterramentos e identificaram quatro camadas de ocupação humana. Na última temos a datação mais antiga, de cerca de 4520 anos, obtidos em 1984 (LIMA, 1999), pela professora Kneip. Assim,

“Em 1987, iniciando as pesquisas sistemáticas em Saquarema, foi escavado o sambaqui da Beirada. Sucessivamente foram pesquisados os sambaquis da Pontinha (1988 e 1989), Moa (1988), Saquarema (1993 e 1994), Saco (1995), Madressilva (1995) e Manitiba I (1998 e 2000). Algumas prospecções foram efetuadas também em sítios de grupos horticultores e ceramistas, tradição Tupiguarani, sobretudo no sítio Bravo, obtendo-se dados importantes sobre sua tradição oleira. As escavações atingiram no sambaqui de Manitiba I 160 m², 140 Í* no Beirada, 87 m² no Pontinha, 49 m² no Moa, 36 m² no Saquarema, 13,50 m² no Madressilva e 7,50 m² no Saco. Embora as pesquisas realizadas até o presente em Saquarema, e de um modo geral nos sambaquis do litoral brasileiro, constituam na verdade amostragens, as escavações têm sido, geralmente, limitadas a trechos que escaparam do processo de destruição.” (KNEIP, 2001, p.1)

Até o presente momento foram identificados 24 sítios sambaquis em torno do Complexo Lagunar de Saquarema, segundo a arqueóloga do Museu Nacional e responsável pelos sambaquis da cidade, Filomena Crancia (GUIMARÃES, 2013). Destes, apenas quatro ainda resistem à depredação e a expansão urbana e imobiliária que a cidade na Região dos Lagos vivencia nas últimas décadas, os sambaquis da Manitiba, Pontinha, Beirada e Jaconé (GUIMARÃES, 2013).

Em grande parte a conservação destes sambaquis fora resultado da luta da Professora Lina Maria Kneip, que desde a década de 1970, iniciou uma luta e uma série de projetos de proteção ao patrimônio arqueológico da cidade e:

“No tocante ao campo preservacionista, os projetos arqueológicos coordenados por L. Kneip, para a área de Saquarema, retomaram a idéias de L. Castro Faria e a ação preservacionista do Museu Nacional junto ao patrimônio arqueológico. Traduziu-se em iniciativas pioneiras e criativas que possibilitaram ações eficazes de proteção ao patrimônio arqueológico regional, através não só da divulgação científica, como de processos de cercamento e tombamento dos sítios e da criação de um museu a céu aberto, além da coordenação de cursos para a formação de agentes multiplicadores, oferecido nas escolas públicas do município de Saquarema.” (GUIMARÃES, 2013, p. 108)

Como consequência da ação da Professora Lina Kneip na comunidade de Saquarema, e com a mobilização da sociedade local, os agentes do poder público da Prefeitura de Saquarema promoveram o tombamento de quatro sambaquis locais. Nesse sentido, durante a gestão do Prefeito Carlos Campos da Silveira, em 1989, através do Decreto Número 188-89, teve-se o

primeiro tombamento: o Sambaqui de Manitiba I (GUIMARÃES, 2013). Logo depois tivemos o tombamento dos sambaquis da Pontinha, Beirada e Jaconé (GUIMARÃES, 2013). Estes tombamentos aconteceram através da transformação destes em praças municipais.

Os quatro sítios foram tombados e estão protegidos legalmente pela Prefeitura, mas apenas o Sambaqui da Beirada passou a ter uma função pedagógica e cultural e os outros três sambaquis estão apenas tombados e protegidos pela legislação municipal (GUIMARÃES, 2013). O mecanismo de tombamento previu a transformação desses espaços em praças e de espaços educacionais:

“Estes tombamentos ocorreram através da criação das denominadas Praças Municipais, mecanismo que incorpora não só a preservação do patrimônio, via legalização, mas sua visibilidade, através da implantação adequada em ambientes públicos. Contudo, na prática, a criação de espaços públicos destinados à apresentação de sítios arqueológicos encontrou alguns obstáculos que dificultaram sua implantação. Entretanto, a criação da Praça do Sambaqui da Beirada, em maio de 1997, um museu a céu aberto, mantido com recursos da prefeitura Municipal de Saquarema, sob a orientação científica do Museu Nacional, foi a exceção.” (GUIMARÃES, 2013, p. 109).

Neste sentido, apenas uma das praças fora criada e inaugurada em 31 de maio de 1997, a Praça Sambaqui da Beirada, o mais antigo sambaqui de Saquarema se transformou em praça museu e na primeira exposição arqueológica ao ar livre no Brasil (GUIMARÃES, 2013). No sítio exposto ao ar livre o visitante pode observar vestígios de fogueira, restos alimentares, artefatos de pedra e três enterramentos-sepultamentos humanos e conchas cheias de corante vermelho a sua volta. Ao redor do sambaqui existem algumas placas informativas sobre os artefatos expostos. Aqui o visitante tem um olhar direto sobre objetos e um sítio que mostra como era a vida de pessoas que viveram a milhares de anos.

Na cidade de Saquarema, não obstante a existência de uma historiografia local que delineou a história da cidade entre 1930 e 2000, entende-se diante das colocações descritas nos parágrafos anteriores, a construção de outras narrativas sobre o passado regional. Esse passado indígena, até então esquecido pela historiografia local e fora do discurso oficial, emergiu pela ação dos arqueólogos que se portaram como “configuradores de la cultura histórica”(COSTA, 2009, p.278). Ressalta-se o papel executado por diversos atores profissionais da história, Fernando Sanchez também identifica a importância da atuação do que ele denomina de “configuradores de la cultura histórica”(2009, p.278), que seriam agentes (pessoas, instituições, etc.) emissores de uma determinada leitura que se faz do passado. Em um primeiro momento, capitaneada pela Professora Lina Maria Kneip e depois continuado por outros pesquisadores.

Entendendo assim, que em uma sociedade não existe uma única narrativa sobre o passado, pelo contrário, “ Los discursos dominantes hallan sempre contrapuntos em narrativas disonantes y subterráneas [...]”. (COSTA, 2009, p.279). Da mesma forma, o pensador Michel Pollak (1989) chamou a atenção para os processos de dominação e submissão através do uso de diferentes versões, visões e memórias, apontando que muitas das vezes pode ocorrer uma ruptura entre uma memória oficial e dominante e o que ele denominou de memórias subterráneas, que são as memórias marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento.

Em uma perspectiva local, esses arqueólogos (configuradores) através de inúmeras foram selecionando, preservando e destacando o que é patrimônio arqueológico local. As ações desses arqueólogos, através da recuperação destes artefatos, se configuram enquanto um tipo de narrativa sobre o passado local. Desta maneira, esses arqueólogos foram realizando um tipo de escrita desses municípios, pois como salienta o Professor Manuel Salgado “Patrimônio é também uma escrita do passado, submetida evidentemente a uma gramática e a uma sintaxe específicas” (GUIMARÃES, 2012, p.98).

Ao mesmo tempo esses arqueólogos agiram no sentido de que esses materiais indígenas recuperados pelas escavações arqueológicas (urnas, cerâmicas, restos de fogueiras, etc.), tivessem sua importância reconhecida pelas autoridades locais e fossem protegidos e preservados. Desta maneira, em uma escala local, identificamos um processo de formação de um patrimônio material local através da ação desses agentes e suas ações junto à comunidade e o poder público local.

Olhando a criação do museu em Saquarema em uma perspectiva mais ampla, o historiador francês François Hartog, procurou explicar que esse movimento de expansão das políticas de patrimônio deve ser visto como algo bem característico do mundo atual e algo que se acelerou nas últimas décadas. Assim, para Hartog (2006), a expansão do patrimonialização do mundo é resultado justamente da expansão do presente, um presente sem limites e que passa a olhar e se apropriar do passado levando a uma explosão das políticas de patrimônio.

Temos como resultado a criação de lugares de memória, conceito que foi definido pelo historiador francês Pierre Nora. Diante das inúmeras mudanças que o mundo sofreu ao longo dos últimos tempos, segundo Nora (1993), tivemos o fim das sociedades-memória, que asseguravam a conservação e transmissão de valores e ideias.

Ao mesmo tempo, compreendemos que a criação do Museu Sambaqui da Beirada é resultado também de demandas e questões sociais e políticas de amplitude nacional. Afinal, nas últimas décadas diante de mudanças políticas e sociais, como o retorno a normalidade democrática, as

atuações de movimentos sociais e ativistas dos direitos indígenas proporcionaram uma ampliação das pesquisas sobre a história dos povos pré-coloniais e que resultaram no que foi denominado por John Monteiro (2001) como uma nova história indígena.

Como consequência tivemos um movimento de diversas forças e agentes que atuaram em conjunto para a que essas narrativas antes presas a determinados grupos (intelectuais, ativistas, indígenas, etc.) fossem incorporadas a memória nacional em uma disputa de memória. Afinal, a definição do que possa ser ou não patrimônio estará sempre condicionada pelo resultado de relações de poder em uma sociedade e a própria ciência arqueológica se insere nesse campo de poder e disputa (FUNARI, 2003) e na qual a história e a arqueologia fornecem materiais e assim alimentam a memória coletiva (POLLAK, 1989).

Onde não apenas a sociedade brasileira, mas também a historiografia passou por profundas mudanças decorrentes de novas questões levantadas pelo giro linguístico (AVELAR; GONÇALVES, 2014) e a antropologia, que trouxeram novos atores sociais e uma maior atenção às formas do discurso e que neste momento de mudanças políticas e sociais alimentaram essa nova historiografia com temas como identidade, memória, etc. Afinal, como salienta Manoel Salgado, pensar patrimônio é também pensar na narrativa da história (2012) e consequentemente ligado as demandas de uma nova sociedade e historiografia.

O autor Boaventura de Souza (2007) salienta também o papel das lutas pela independência das antigas colônias europeias nas décadas do pós- guerra (Segunda Guerra), que serviram para abalar a linha abissal e a fortalecer a reivindicação e a luta dos povos dominados-nativos por reconhecimento e valorização de seus saberes e visões de mundo. Assim, no Brasil, em um olhar mais amplo e dentro deste contexto de mudanças, a partir da década de 1970, também surgiram museus dedicados a essas populações nativas de coletores-pescadores nativas do período pré-contato como o Museu de Sítio Arqueológico Sambaqui da *Tarioba* em Rio das Ostras e o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

Desta maneira, a discussão sobre o museu e seus usos ganha destaque, pois entendemos a maneira como esse patrimônio arqueológico será exposto, também deve ser pensando como uma forma de escrita da história e consequentemente uma forma de narrar o passado. Assim, esses museus arqueológicos da Região dos Lagos, se constituem como formas narrativas do passado, se utilizando da exposição de seu patrimônio arqueológico. Entretanto, devemos tomar cuidado para que essas narrativas não apenas reproduzam os antigos discursos veiculados nas outras formas narrativas presentes nessas localidades. Porém, destaca-se que não é objeto desse

trabalho analisar os discursos emanados pelos artefatos e vestígios materiais patrimonializados e as exposições museológicas desses museus na Região dos Lagos.

Nesse sentido, os museus e os centros de memórias como essenciais para entender e explicitar como aquela localidade pensa sua história, sua identidade e sua memória coletiva em concordância com o pesquisador Eduardo Francisco Pimentel, “Os museus, especialmente de pequenas cidades, se inserem na paisagem da cidade como uma instituição relevante para representar a história, a cultura, o patrimônio, a memória e a identidade da região.” (PIMENTEL, 2016, p.77).

Conclusão

Concluimos que no Sambaqui da Beirada o trabalho da arqueóloga não se encerrou na escavação, ela foi além desta etapa da arqueologia. Assim, desempenhou um importante papel social não apenas recuperando parte do passado, mas também levando a sociedade sua história e revelando o seu passado.

Assim, acreditamos que os artefatos e vestígios materiais quando possível, devem continuar na localidade e se possível expostos para que a comunidade possa se reconhecer e valorizar esse patrimônio. Afinal, como salienta Jacques Le Goff sobre o papel do historiador e da memória nas sociedades atuais: “Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (1990, p.477)

Referências Bibliográficas

- AVELAR, Alexandre de Sá & GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Giro Linguístico e escrita da história nos séculos XX e XXI*. In: MEDEIROS, Bruno; SOUZA, Francisco;
- BELCHIOR, Luna; RANGEL, Marcelo; PEREIRA, Mateus (Orgs). *Teoria e Historiografia*. São Paulo: Paco Editorial, 2014.
- BLASI, Paulo de. *Sambaquis a Memória de uma Civilização*. Revista História Viva. São Paulo: DUETTO, Ano V, N60, 2008, p 60-65.
- COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica. *Una aproximación diferente a la memoria coletiva. Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, n.8, 2009, p. 267-286.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.
- GASPAR, Maria Dulce. *Sambaqui: Arqueologia do litoral Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *História, Memória e Patrimônio*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: História e Patrimônio, Brasília: IPHAN, n. 34, 2012, p.91-130.
- GUIMARÃES, Márcia Barbosa da Costa. *A ocupação pré colonial da Região dos Lagos: Sistema de Assentamento e relações intersociais entre grupos sambaquianos e grupos ceramistas Tupinambá e tradição Una*. 2013. 392 f. Tese de Doutorado MAE – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- HARTOG, Francois. *Tempo e patrimônio*. Varia Historia. Belo Horizonte, vol. 22, n.36, 2006, pp. 261-273.

- KNEIP, Lina Maria. *O Sambaqui de Manitiba I e Outros Sambaquis de Saquarema*, IN: Documento de Trabalho, Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p. 5-91.
- KNEIP, Lina Maria & PALLESTRINI, Luciana. *Brasil Antes do Descobrimento*. Curitiba: Educa, 1991.
- LE GOFF, Jacques. *Memória e História*. São Paulo: Unicamp, 1990
- LIMA, Tânia Andrade. *Sambaquis Monumentais*. Revista Nossa História. Rio de Janeiro: Vera Cruz, Ano 2, N.22, 2005, p 26-29.
- LIMA, Tânia Andrade. *Em Busca dos Frutos do Mar*. Revista da USP. São Paulo: N44, 1999, p 270-327.
- MONTEIRO, John. *Redescobrimdo os índios da América Portuguesa: Antropologia e História*. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Élcio; PINHEIRO, Joceny. (Orgs.). *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 135-142
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, 1993, pp. 07-28.
- PALLESTRINI, Luciana & MORAIS, José Luiz. *Arqueologia Pré Histórica Brasileira*. São Paulo: USP, 1982.
- PIMENTEL, Eduardo Francisco. *Museu Municipal: Memória, História e Identidade*. O Museu Municipal de Carangola-MG. 273 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3-15.
- POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*. Brasília: UNB, 1992.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes*. *Novos Estudos*, 79, Novembro de 2007, p. 127-153.

O trono de D. Pedro II: um semióforo no contexto da História Cultural

Millena Lemos Precioso¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Márcia Gonçalves
Bolsista FAPERJ

Compreendendo os semióforos: alocando os tronos no seu devido lugar

O conjunto de tronos utilizados por D. Pedro II, apesar de serem objetos tão importantes no contexto de construção e suporte de um poder imperial centralizado e baseado na pompa e suntuosidade, figuram, ainda hoje, como pouco analisados quando consideramos sua ação no âmbito psico/comportamental/social no diálogo com a história das coisas e dos objetos. Reside aqui a relevância de estudar de forma pormenorizada os principais tronos utilizados por D. Pedro II. Busca-se assim trazer à luz do conhecimento o conjunto de mecanismos articulados para a construção de sua face imperial sagrada, que ao mesmo tempo em que legitimava seus tronos como centro de poder, também era legitimado por eles.

Segundo Pomian, a história, em nosso entendimento universitário, que não é aquela baseada em comentar as obras de antigos historiadores, mas baseada em estudo, explicação e descrição do passado, surge em Goettingue na segunda metade do século XVIII e divide-se em três fases:

1^a – que vai até metade do séc. XIX, liderada pela história político-diplomática:

2^a – segue até os anos 1970, em que se destaca a história econômica e social; 3^a – e a fase posterior, até a atualidade, temos a história antropológico - cultural em destaque e liderando o conjunto de disciplinas históricas.

Cada uma destas fases acabou por privilegiar sua área de abrangência, tratando as outras disciplinas como auxiliares. Sendo assim, a primeira fase (liderada pela história político-diplomática) entendia o Estado como soberano e promotor de leis assegurava a ordem, detinha o poder e legitimidade para estabelecer tratados e fazer guerra, já a segunda fase (liderada pela história econômica e social), lançava o olhar sobre as diferentes classes sociais, o lugar que ocupavam no processo de produção e divisão dos rendimentos oriundos desta produção, a questão dos interesses dos grupos diversos nesta sociedade.

A terceira fase (liderada pela história antropológico-cultural), por sua vez, lança luz e

¹ Discente do Mestrado/Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, sob orientação da Dr.^a Márcia Gonçalves, bolsista: FAPERJ.

valoriza as obras com seus autores, individuais ou coletivos, e os comportamentos dos grupos humanos, entendidos como definidores do caráter específico desses grupos e contribuindo para que se crie o seu sentimento de identidade. É esta terceira fase que Pomian aborda e aprofunda em sua produção.

Primeiramente o autor toma um objeto como ponto de partida para suas análises, o livro, atentando para o fato de que uma obra literária é invisível. O que nós vemos, é o livro. Algo material com manchas e símbolos variados. Para que isso se torne uma obra literária, é necessário que se possuam as capacidades de ler, compreender aquele idioma e os seus símbolos, fazer associações, é preciso ter memória da língua e da escrita para que a obra tenha coerência. E esses aspectos são somente alguns dos necessários.

A obra literária é um objeto invisível e o livro é um objeto visível. A partir dessa questão Pomian vai desenrolando uma sucessão de reflexões acerca da questão do livro, de como se diferencia de um monte de folhas soltas mesmo que elas possuam signos característicos. Que se diferencia também de um drive (ele não utiliza esse termo, ele fala do disquete, que era a unidade de armazenamento possivelmente mais utilizada naquele período em que ele escreveu, mas acreditamos que isso se aplica a outras unidades de armazenamento, como o pen-drive, por exemplo). Quando pegamos um pen-drive, ele não denuncia logo de cara se ele foi utilizado, se alguma informação foi gravada nele. Diferentemente de um livro.

Para descobrir se tem alguma coisa gravada num disquete, ou num pen-drive, precisamos de um outro objeto para poder descobrir e acessar aquelas supostas informações (ele chama isso de microformas). Isso não se dá com um livro, um rolo de papiro ou um códice em pergaminho (ele diz que são livros, mas em formas diferentes). Então um livro já anuncia claramente o que é. Não é necessário utilizar outro objeto (um computador) para acessar o seu conteúdo e mesmo que não saibamos qual assunto ele aborda, a gente sabe que alguma informação ele carrega. Um disquete/pen-drive não nos revela isso sem um computador.

Outra questão ainda nesse tema sobre livro e obra literária, Pomian explica que enquanto a obra literária existe fora do tempo e do espaço, porque ela se conserva, o livro, que é material, existe no tempo e no espaço. Então à uma determinada obra literária, podem corresponder dezenas e até milhares de livros. Enquanto uma obra literária se mantém única, ela precisa somente do narrador e do leitor. Já o livro necessita de indústrias de papel, tinta, máquinas, precisa de energia, transporte, publicidade, funcionários, o autor e por aí vai.

Em tudo que Pomian expõe acerca da dicotomia livro e obra literária, ele tem o

objetivo de evidenciar o contraste entre duas abordagens diferentes, mas que se aplicam aos escritos literários. Uma que se origina em teorias fenomenológicas (que consiste em estudar a essência das coisas e como são percebidas no mundo) e estruturalistas (considera o objeto como totalidade passível de descrição a partir dos elementos que a constituem e das relações que mantém entre si) da obra literária. E a outra representada pelo conjunto de investigações sobre o livro.

É neste ponto que Pomian defende que uma abordagem exclui a outra reciprocamente porque uma não dá espaço para outra, já que elas levantam questões diferentes e se desenvolvem em realidades diversas também. A abordagem que é fenomenológica, se relaciona com signos, significados e estruturas, e ele chama de abordagem semiótica (relativo a signos, linguísticos ou não). A abordagem de investigação do livro, se relaciona com as coisas, as ações e o tempo, e ele chama de abordagem pragmática (de ordem prática, objetiva).

Tanto a abordagem semiótica quanto a pragmática estão presentes desde o início do século XX não só nos estudos literários, mas também em quase todos os campos das ciências humanas. Então, considerando esse entendimento de que há dois polos como áreas de investigação, em qualquer campo, seja no estudo de doutrinas filosóficas, sociais, econômicas, enfim, temos a História das Ideias. Do lado oposto está o âmbito das investigações que lançam o que foi dito ou escrito no campo dos comportamentos visíveis, como impactaram e influenciaram indivíduos ou grupos num dado momento histórico, e num momento físico e social. Ou seja, eles não buscam analisar as ideias veiculadas nas narrativas, mas como aquele escrito foi compreendido pelo seu leitor em diferentes e sucessivas épocas após ter sido escrita. Que comportamentos desencadeou, que controvérsias gerou etc.

Esta ideia de contenda nas ciências humanas contemporâneas, de que há uma linha divisória bastante evidente que opõe o tratamento semiótico do tratamento pragmático, recentemente começou a dar sinais de enfraquecimento, segundo Pomian. Porque entre os anos 1920 e 1950 os defensores do tratamento semiótico lutavam para que essa fosse a abordagem dominante e até exclusiva. Mas há aproximadamente 60 anos, estes dois polos (semiótico e pragmático) passaram a coexistir pacificamente.

Assim, alguns lidam com seus objetos de estudos sob a ótica pragmática, outros sob a ótica semiótica. Alguns se utilizam de ambas as perspectivas pois não as consideram incompatíveis. Pomian critica bastante os que tentam conjugar esses dois polos, diz que somente “aqueles que contestam as ciências humanas no seu próprio princípio poderiam

introduzir um pouco de dissensão argumentando que elas só produzem ficções e que os dados apresentados para justificar as afirmações ali enunciadas são processos retóricos utilizados para impor ao público opiniões irremediavelmente arbitrárias. Mas só raramente avançam de rosto descoberto” (pp.76).

Pomian retoma sua análise acerca dos livros, explicando que ele não é somente um objeto visível, pois ele tem um remetente, um leitor que necessita utilizar de sua inteligência, cognição, memória, enfim, para compreender aquelas palavras, signos, idioma e a mensagem que deseja passar. Nesse sentido que o autor defende que o livro é um semióforo, ou seja, um objeto visível investido de significado.

Contudo, um livro não é um semióforo a todo tempo. Ele o é quando é folheado, lido, armazenado em bibliotecas, expostos ou preservados por serem considerados raros e até queimados por serem tidos como “perigosos”. Mas quando ele é usado para apoio de uma mesa, ou para fazer uma fogueira para se aquecer, por exemplo, então ele se torna apenas uma coisa. A partir do momento que nenhum indivíduo reconhecer a capacidade do livro, impedindo que ele exerça sua função, então ele deixa de ser um semióforo e vira uma coisa.

Pomian explica que os materiais e a forma de um objeto indicam seus usos e como deve ser empregado, ou seja, a função de um objeto está inscrita na sua aparência. Então ele divide o conjunto de objetos visíveis em algumas classes funcionais: as coisas que não foram criadas pelo homem, mas que ele se utiliza delas (corpos), as coisas que já não têm mais emprego, seja pelo desgaste, sinais de uso ou mudança da pessoa que possuía aquela coisa, mas já não prestam mais para exercer aquela determinada função a que se prestavam antes (restos), há as “coisas”, que são as máquinas, as ferramentas, carros, roupas, armas, comida, remédios, plantas, animais, enfim, que tenham como função de serem consumidos ou transformados a fim de se prestarem ao consumo, e finalmente, temos os semióforos, onde se encaixa nosso objeto, o trono. Apenas com finalidade de constatação, Pomian aponta também os objetos que servem para produzir semióforos, como pincéis, lápis, máquinas de escrever / computadores, papel, selos, ouro, máquinas fotográficas e mais uma infinidade de coisas. A esse conjunto de coisas utilizada para produzir semióforos, Pomian chama de “media”. Assim, temos as 5 classes funcionais das coisas: corpos, restos, coisas, semióforos e media. E Pomian ressalta que uma coisa pode mudar de categoria ou função ao longo de sua história.

Entrando no campo dos semióforos, segundo Pomian, eles não necessariamente possuem uma linguagem, mas servem de linguagem, já que ele se comunica por si só. Eles

são formados por um conjunto de signos e são os objetos destinados a subsistir, completar ou prolongar uma troca de palavras ou conservar-lhe o vestígio, ou seja, tornar visível e estável o que de outra forma ficaria limitado à oralidade e possivelmente se perderia ou seria alterado com o passar do tempo. Essa função é que fora tão combatida pelos anos iniciais de nossa história republicana. Almejava-se descolar dos tronos sua atmosfera, sua alma, retirando deles o poder e a influência que possuíram num momento histórico tão próximo daquele em questão.

Um semióforo substitui alguma coisa invisível e o exhibe, como poder, por exemplo. Ele recorda, conserva seus vestígios. Ele é feito para ser olhado, ou até mesmo ser examinado minuciosamente, visando impor aos destinatários a posição de espectadores. Por isso o material utilizado, a forma, a dimensão são tão relevantes, pois a sua aparência manifesta e torna visível o que antes era invisível. Isso leva esse objeto a ser protegido, preservado, conservado, segundo seu grau de hierarquia, para evitar que se tornem coisas ou até restos. Dentro desta concepção que, posteriormente, Getúlio Vargas remodela o espaço imaginário e físico ocupado pelos tronos imperiais, visando rememorá-los ao mesmo tempo em que dava fim a qualquer possibilidade de retorno ao abrigo dos tronos, antes mantidos reféns do silêncio e da ocultação com os primeiros governos republicanos, em museus que comemoravam o nosso passado imperial, nobre, de ascendência europeia, transformando a atmosfera de poder que antes os circundava, em um pretérito perfeito e sepultado no passado.

Um outro grupo de semióforos condiz com aqueles que são protegidos, Pomian diz que, embora eles sejam totalmente inúteis, essa proteção exprime o alto valor de que aquele objeto é investido. Então ele é isolado e resguardado, mesmo que não tenha sido criado pelo homem. Quanto mais se distingue esse objeto, mais ele se torna excepcional, surpreendente, admirável e isso contribui para que seja separado dos outros. Esse grupo, Pomian chama de “expósito”, que são as coleções dos museus, os túmulos os santuários, os tesouros, os palácios e outros. Também aqui podemos inserir os tronos já na fase posterior de seu uso imperial, com Vargas e todo o processo de valorização de nosso histórico monárquico, seus símbolos e objetos, mas não mais exaltando no sentido de desejar o retorno daquele período, mas exibindo sua existência ao mesmo tempo em que refirmava seu fim.

O autor diz que historicidade e semióforos têm uma relação muito direta e profunda, a historicidade é inerente ao conjunto de semióforos. Também por isso que não se deve analisar um objeto independentemente dos indivíduos, porque quando eles se servem desses objetos, eles atribuem funções àquelas coisas e, no caso dos semióforos, conferem também

significados. Assim, o comportamento de um indivíduo é afetado pelos objetos que ela possui, pois eles influenciam no lugar que a pessoa ocupa na sociedade, os papéis que desempenha e até mesmo qual a sua identidade. Os tronos despertavam e despertam nos indivíduos um sentimento e/ou comportamento que durante o império se desejava impor, o respeito, o reconhecimento. Durante a nossa fase inicial republicana, esses sentimentos em relação à monarquia precisavam ser extintos e por isso os tronos foram ocultados, visando inibir aquele objeto e tudo que ele representa.

Com Getúlio Vargas, eles retornam às vistas dos indivíduos, mas com uma nova atmosfera, mas que se limitava a admirar aquele período, reconhecê-lo como digno e sepultá-lo no passado enquanto o Estado Novo exibia sua força e os novos ares políticos que sopravam no Brasil, pois não temiam nem mesmo a monarquia de outrora, que assombrava os velhos republicanos, mas que agora era somente uma sombra do que fora.

Referências

- ALCÂNTARA, Mauro Henrique Miranda de. A trajetória de uma vida: analisando as construções de temporalidade nas biografias de D. Pedro II. *Albuquerque – revista de história*. v. 8, n. 15. P. 86-107, jan./jun. 2016.
- APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- ALONSO, Angela. *Apropriação de ideias no Segundo Reinado* in *O Brasil Imperial*. Volume 3. Org. GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BARBOSA, Maria Izabel. *A contribuição de Bossuet à glória do rei sol*. Akropolis, Umuaram, v. 15, n. 1 e 2, p. 62-72, jan./jun. 2007.
- BASILE, Marcello. “O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)”. In SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila. *Coleção Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, volume 2, p. 53-119.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2009.
- CANTI, Tilde. *O Móvel no Brasil: origens, evolução e características*. Rio de Janeiro: Candido Guinle de Paula Machado, 1980.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA – CPDOC. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SUPREMO%20TRIBUNAL%20MILITAR%20\(STM\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SUPREMO%20TRIBUNAL%20MILITAR%20(STM).pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- CHEVALIER, J; GHEERBRANT, A. *Dicionário de Símbolos (Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)*. 30ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2017.
- CUNHA, Almir Paredes. *Dicionário de Artes Plásticas*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2019.
- DEJEAN, Joan. *A essência do estilo: como os franceses inventaram a alta-costura, a gastronomia, os cafés chiques, o estilo, a sofisticação e o glamour*. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico* - 3ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FERBER, Michael. *A Dictionary of Literary Symbols*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

- FERNANDES, Bárbara Ferreira. Do juramento da Princesa ao Senado Imperial: a análise de uma obra e sua inserção no projeto político do Estado. Juiz de Fora: UFJF, 2018.
- FORTY, Adrian. Objetos de desejo – design e sociedade desde 1750. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.
- FOUCAUT, Michel. Vigiar e punir: Nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FRUTIGER, Adrian. Sinais e Símbolos: desenho, projeto e significado. 2ª Edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2007.
- GAFFIOT, Jacques Charles-. Trônes em Majesté – L’*autorité et son symbole*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2011.
- GODINHO, Carlos Eduardo Ferreira. A esfera armilar de d. Manuel I: visão celestial e providência astral. Departamento de História e Filosofia Das Ciências, Universidade de Lisboa, 2016.
- GOMBRICH, Ernst Hans. Arte e Ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2007.
- HEIDEGGER, Martin. Que é uma coisa. Doutrina de Kant dos princípios transcendentais. Lisboa: Edições 70, 1987.
- JUNG, Carl Gustav. O Homem e seus Símbolos. 3ª edição especial brasileira; tradução de Maria Lúcia Pinho. Rio de Janeiro: Haper Colins Brasil, 2016
- KANTOROWICZ, Ernest H. Os dois corpos do rei: Um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KOPYTOFF, Igor. A Biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (org.) A vida Social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EDUFF, 2008.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. História: novos objetos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1995.
- LOPES, Marcos Antônio. O imaginário da realeza [Livro eletrônico]: cultura política ao tempo do absolutismo. Londrina: EDUEL, 2015.
- MALTA, Marize. O olhar decorativo: ambientes domésticos em fins do século XIX no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.
- _____, Vai para o trono ou não vai? Ou como estudar tronos com os tronos do Brasil? *in* Actas do II Congresso Ibero-Americano de História do Mobiliário. Porto: Universidade Católica Editora – Porto, 2020.
- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de Menezes. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. São Paulo: Anais do Museu Paulista, 1994.
- MOSCATELI, Renato. Sobre a Era dos reis: duas interpretações do absolutismo. In: Caminhos da História (Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES) Montes Claros, MG, 1996.
- OATES, Phyllis Bennett. História do Mobiliário Ocidental. Lisboa: Editorial Presença, 1991
- PANOFSKY, Erwin. Significado das artes visuais. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. Anais do Museu Paulista. São Paulo, v. 4, pp. 265-282, 1996.
- POMIAN, Krzysztof. História cultural, história dos semióforos. In: RIOUX, J-P, & SIRINELI, J-F. Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. Os símbolos do poder: cerimônias e imagens do Estado monárquico no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.
- RODRIGUES, C. A. *at al.* Imagem e poder: a fabricação e Luís XIV e D. Pedro II. Anais do IV Seminário Científico da FACIG. Manhuaçu, 2018.
- SANTOS, Antonio Cesar de Almeida Santos. Absolutismo, imaginário e poder na França do Antigo Regime. Diálogos (Maringá. Online), v. 16, n.3, p. 1301-1305, set./dez. 2012.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. *Por uma antropologia do objeto documental: Entre a “alma nas coisas” e a coisificação do objeto*. Porto Alegre: Revista Horizontes Antropológicos, 2005.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____ *De olho em D. Pedro II e seu reino tropical*. São Paulo: Claro Enigma, 2009.

_____ *O Império em procissão: Ritos e símbolos do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

A Avenida Presidente Vargas e a Igreja de S. Pedro dos Clérigos

Montgomery O. Miranda¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Márcia de Almeida Gonçalves
Coorientador: Carlos Eduardo Pinto de Pinto

Introdução

No Centro Histórico do Rio de Janeiro há uma via que, a despeito de sua grandiosidade, padece da doença do esquecimento: a Avenida Presidente Vargas, que liga o Centro Histórico aos bairros da zona norte carioca. O mais importante eixo viário da região parece ser totalmente ignorado pelos historiadores: praticamente não há referenciais teóricos sobre sua trajetória e os lugares de memória que sepultou sob o asfalto. Há somente uma publicação que trata do tema: *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*, de autoria da arquiteta Evelyn Furkim Werneck Lima. No catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ao digitarmos *Avenida Presidente Vargas*, encontramos também uma única e escassa dissertação,² também de autoria de um arquiteto. O assunto, portanto, aparentemente ainda não despertou a atenção dos historiadores. As publicações biográficas de Getúlio Vargas, como, por exemplo, de autoria de Boris Fausto, John W. F. Dulles, Thomas Skidmore e Lira Neto, tampouco mencionam a abertura da Avenida Presidente Vargas e suas terríveis consequências patrimoniais. Compêndios, como, por exemplo, *Brasil, uma biografia* de Lilia M. Schwarcz e Heloísa M. Starling, e *História do Brasil* de Boris Fausto, embora dediquem bastante espaço ao governo Vargas, sequer citam o projeto. No clássico *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, Maurício de Almeida Abreu dedicou apenas alguns parágrafos sobre a mais importante via do Centro (2013, p. 114-115), o que talvez possa ser explicado pelo fato do trabalho ser resultado do olhar pragmático do geógrafo que analisa a

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “A Avenida Presidente Vargas e os lugares de amnésia”, sob orientação da Dr.^a Márcia de Almeida Gonçalves e coorientação do Dr. Carlos Eduardo Pinto de Pinto.

² FONSECA, Paulo Roberto Brandão. **De volta para o futuro: ideias e propostas nas transformações da Avenida Presidente Vargas**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura defendida em 1º de março de 2000. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Encontramos também um artigo intitulado **Avenida Presidente Vargas: a fúria demolidora da reforma urbana do Estado Novo na cidade do Rio de Janeiro (1938-45)** de autoria de Pedro Sousa da Silva, doutorando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. O trabalho, contudo, tem um viés bem diferente daquele que propomos, enfocando o planejamento, os custos de construção da obra e divisão do faturamento entre as empresas contratadas. Vista do Avenida Presidente Vargas: a fúria demolidora da reforma urbana do Estado Novo na cidade do Rio de Janeiro (1938-1945) (uff.br). Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES Consultado: 30/10/2023

funcionalidade da avenida. No site do CPDOC, ao consultar o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, também não foi possível encontrar um verbete temático sobre a Avenida Presidente Vargas.³ Da mesma forma, consultando o site do Instituto Pereira Passos, que publica obras que dialogam com a história da cidade, também não encontramos textos sobre a avenida.

A abertura da Avenida Presidente Vargas não era mera intervenção municipal no tecido urbano, mas uma iniciativa que transcendia os esforços do interventor federal Henrique Dodsworth (1937-45), já que o projeto contava com a simpatia do presidente Getúlio Vargas, simbolizando os ideais de modernidade que o regime do Estado Novo (1937-45) pretendia exhibir. A criação da nova via, contudo, condenaria diversos patrimônios da cidade, alguns dos quais remontavam ao período colonial. Estima-se que, além de destruir quatro templos coloniais,⁴ o Paço Municipal, a Escola Benjamin Constant, a Praça XI, parte do Campo de Santana, os Largos do Capim e de S. Domingos, um asilo e um hospital, a inauguração da Avenida Presidente Vargas custaria a demolição de 958 edifícios residenciais e comerciais (LIMA, 1990, p. 38).

O destino da Igreja da Venerável Irmandade do Príncipe dos Apóstolos de São Pedro, popularmente conhecida como Igreja de S. Pedro dos Clérigos, por conta de seu inegável valor artístico e histórico, capturaria as atenções das autoridades envolvidas no projeto, além de matérias na imprensa, apesar da censura. Segundo o memorialista Moreira de Azevedo, a Irmandade dos Clérigos de S. Pedro teria suas origens na Ermida de S. José ainda no século XVII (1969, p. 385). Em 1733, depois de um desentendimento entre os religiosos de S. José e de S. Pedro, estes últimos buscaram casa própria, obtendo a doação de um terreno na Rua do Carneiro,⁵ e iniciando as obras de edificação da igreja, cujo arquiteto, supõe-se, foi o tenente-coronel José Cardoso Ramalho, o mesmo que fez a Igreja da Glória (GERSON, 2015, p. 80; AZEVEDO, 1969, p. 387). Construção de arquitetura singular, apresentava traçados curvilíneos que nenhum outro templo na cidade ostentava, sendo ricamente adornada no seu interior por talhas de Mestre Valentim.⁶ Ilustres personalidades foram sepultadas na Igreja de S. Pedro,

³ Busca Simples | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (fgv.br) Consultado: 30/10/2023

⁴ S. Domingos de Gusmão, do Senhor Bom Jesus do Calvário da Via Sacra, de S. Pedro dos Clérigos e a Capela de N. S. da Conceição do Cônego. As três primeiras igrejas hoje funcionam, respectivamente, na Rua José Higino, 120; Rua Conde de Bonfim, 50; Avenida Paulo de Frontin, 566.

⁵ A Rua do Carneiro seria depois conhecida como Rua de S. Pedro (AZEVEDO, 1969, p. 386). A Igreja de S. Pedro dos Clérigos localizava-se na esquina da Rua de S. Pedro, que desapareceu sob o asfalto da Avenida Presidente Vargas, com Rua do Ourives, atual Rua Miguel Couto, a qual foi amputada com a abertura da referida avenida.

⁶ “Para o francês German Bazin, estudioso da riqueza e originalidade da arquitetura colonial brasileira, São Pedro dos Clérigos era uma das poucas igrejas tipicamente barrocas edificadas no Brasil. Era também uma das raras e

como, por exemplo, dois importantes memorialistas da cidade, Luís Gonçalves dos Santos, conhecido pelo apelido de padre Perereca, e Monsenhor Pizarro e Araújo, além do poeta Silva Alvarenga e, finalmente, o padre José Maurício Nunes Garcia, famoso compositor de música sacra do período joanino (ANDRADE, 1986, p. 115-116). Era neste templo que D. Pedro II ouvia missa em sua data natalícia (GERSON, 2015, p. 81). O embrião do Colégio Pedro II surgiu no templo de S. Pedro dos Clérigos: em 1750 foi fundada uma obra social denominada Órfãos de S. Pedro (Ibidem), a qual seria posteriormente ocupada na Capela de S. Joaquim, localizada na esquina da Rua Camerino com Rua Larga de S. Joaquim, atual Rua Marechal Floriano, onde hoje se encontra o Colégio Pedro II campus Centro.

A Igreja de S. Pedro dos Clérigos era tombada pelo SPHAN desde 1938. O presidente Getúlio Vargas, todavia, num despacho datado em 8 de janeiro de 1943, revogou unilateralmente os mecanismos de proteção do templo católico colonial, condenando-o. É imperativo lembrar que o país na época vivia em regime ditatorial, observação que não escapou ao engenheiro José de Oliveira Reis, chefe da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro entre 1938 e 1945, que qualificou a abertura da Avenida Vargas como “indiscutivelmente uma obra espetacular, monumental”, afirmando que “um fator importante a considerar: durante o período da ditadura não tinha Câmara, não tinha ninguém para atrapalhar” (FREIRE; OLIVEIRA, 2008, p. 19).

Documentos existentes no arquivo do SPHAN, contudo, revelam os esforços presidente da instituição, Rodrigo Melo Franco de Andrade, no sentido de tentar proteger os bens culturais que seriam arrasados com a obra, sobretudo a Igreja de S. Pedro dos Clérigos. Tombada, nem mesmo os apelos do presidente do SPHAN ao arcebispo, em carta datada em 9 de dezembro de 1943, tiveram efeitos. A Igreja de S. Pedro dos Clérigos seria derrubada em 1944.

Houve, contudo, ao menos um projeto para tentar remover o templo colonial de seu local original para que a construção fosse preservada.⁷ Edison Passos, secretário de Viação e Obras Públicas, autorizado por Dodsworth, buscou uma solução incomum para tentar salvar a Igreja de S. Pedro dos Clérigos: erguê-la empregando macacos hidráulicos e deslocá-la por cerca de cem metros utilizando rolos de aço (COSTA, 2005, p. 73). O engenheiro Fernando Lobo Carneiro revelou que foi designado pelo diretor da Divisão de Indústria da Construção do

possivelmente a primeira do continente americano a ter uma planta curvilínea, tanto na fachada quanto no corpo do prédio e nas torres” (COSTA, 2005, p. 72)

⁷ Brasil Gerson cita o caso da Igreja dos Anjos em Lisboa, que teria sido desmontada e remontada em 1911 para a abertura da Avenida Almirante Reis (2015, p. 82). O *Diário da Noite*, edição de 11 de fevereiro de 1944, noticia que a prefeitura desmontaria e remontaria a Igreja de S. Pedro dos Clérigos.

Instituto Nacional de Tecnologia, Paulo Accioly de Sá, para realizar o estudo que viabilizasse o traslado da Igreja de S. Pedro dos Clérigos empregando os rolos de aço. Em Detroit, duas igrejas, uma episcopal e outra metodista, respectivamente, pesando 25 mil e 20 mil toneladas, haviam sido transportadas desta forma. Mas havia um elemento que inviabilizava a iniciativa: existia a alegação de que o Brasil não produzia aço naquela época⁸ e o produto, essencial ao esforço de guerra, encontrava-se escasso no mercado internacional (Ibidem). O engenheiro Lobo Carneiro desenvolveu uma nova técnica, que se tornaria referência internacional, que propunha substituir o aço pelo concreto.⁹ A Franki, empresa de fundações e infraestrutura já havia deslocado imóveis na Europa com sucesso utilizando rolos de aço. No caso da Igreja de S. Pedro dos Clérigos havia outros elementos complicadores que aumentavam o risco de desabamento durante o traslado: o templo, que pesava 6.900 toneladas, tinha paredes de espessuras variáveis, construídas com materiais típicos do século XVIII, como, por exemplo, “pedras, azeite de baleia e uma variedade de cacos de louça” (Ibidem). A Franki comunicou que não seria possível garantir o sucesso da empreitada: a igreja colonial poderia ruir durante a tentativa de deslocamento. Alguns setores da imprensa criticavam o projeto de deslocamento do templo colonial. O *Diário da Noite*, edição de 1º de dezembro de 1943, sublinhava o alto custo do traslado da igreja, enfatizando que seria melhor empregar tais recursos na construção de escolas ou hospitais para tuberculosos. No caso de insucesso, claro, um possível preço político a ser pago pelo interventor federal. Daí a decisão final de derrubá-la.

Alguns fatores foram decisivos para que o projeto de abertura da Avenida Presidente Vargas ocorresse. Um deles foi a substituição do prefeito Pedro Ernesto (1931-36) por Henrique Dodsworth (1937-45).¹⁰ Pedro Ernesto, apelidado de “mãe dos tenentes” ou “tenente civil” (MOURELLE, 2010, p. 77-78), pelas suas relações próximas com os jovens oficiais do movimento militar que selou o ocaso da I República (1889-1930), era também médico da família Vargas.¹¹ A proximidade com o movimento tenentista e a intimidade com Getúlio

⁸ A informação não é correta, pois o país já contava com pelo menos três empresas siderúrgicas em funcionamento. Talvez a quantidade e/ou a qualidade do aço produzido não atendesse as necessidades técnicas para o projeto de produção dos rolos de aço, agravado, claro, pela escassez do produto no mercado internacional por conta do conflito mundial. História do aço - Instituto Aço Brasil (acobrasil.org.br). Consultado: 30/10/2023

⁹ Clube do Concreto.: A ORIGEM DO BRAZILIAN TEST - Lobo Carneiro. Consultado: 30/10/2023

¹⁰ O cônego Olímpio de Melo ocupou a prefeitura do Rio de Janeiro entre 1936 e 1937. É razoável qualificar sua administração como um tampão até que Vargas se tornasse ditador e indicasse Dodsworth como interventor federal. A importância de Pedro Ernesto pode ser medida também pelo uso de seu nome para batizar a câmara dos vereadores do Rio de Janeiro, o hospital da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a mais importante honraria do legislativo carioca.

¹¹ Segundo Mourelle, Pedro Ernesto salvou a vida de um dos filhos de Vargas e evitou a amputação de uma perna da esposa de Vargas após um acidente de carro (2010, p. 78). Levine diz que Ernesto salvou a vida da esposa de Vargas após um desastre automobilístico em abril de 1933 (1980, p. 208).

Vargas fariam com que Ernesto ascendesse rapidamente na política brasileira pós-1930, tornando-se interventor no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Durante sua gestão, como veremos, houve a revogação do Plano Agache (REIS, 1977, p. 106). Reis ainda sublinha que “entre os pontos altos do seu governo, houve dois, muito justamente reconhecidos por gregos e troianos: foram os hospitais e as escolas” (Ibidem, p. 105).¹²

O secretário de educação de Pedro Ernesto era o professor Anísio Teixeira, o qual defendia um projeto de escolaridade obrigatória, pública, gratuita e laica, sendo, desta forma, atacado pelos setores sociais mais conservadores e reacionários, como, por exemplo, o ideólogo católico Alceu Amoroso Lima (LEVINE, 1980, p. 206-207).¹³ Pressionado, Ernesto substituiu Teixeira por Francisco Campos, um advogado que seria responsável pela redação de documentos que consubstanciavam uma tradição autoritária no Direito brasileiro: a Constituição de 1937, o Ato Institucional de 1964 e o anteprojeto da Constituição de 1967. Sem Teixeira no governo, Pedro Ernesto se converteu no alvo da extrema-direita, qualificado como “comunista latente” (Ibidem).¹⁴ O prefeito, que gozava de grande popularidade¹⁵ e, por conta disso poderia se converter num futuro adversário político de Getúlio Vargas, foi acusado de envolvimento com a revolta comunista de novembro de 1935, e acabaria sendo deposto e preso.¹⁶ Marx escreveu que a história ocorre como tragédia e se repete como farsa (1974, p. 335). O fato singular não se repete, mas o evento histórico, moldado por determinadas circunstâncias, sim. Vargas decretaria a intervenção no Distrito Federal com o lacônico argumento de que “a lei orgânica da cidade previa a criação de um tribunal de contas e tal não havia se concretizado” (Ibidem, p. 211). Desta forma, o fechamento da câmara municipal do Rio de Janeiro em abril de 1937 foi a tragédia que antecedeu o golpe de 10 de novembro daquele mesmo ano.

¹² Pedro Ernesto foi também o primeiro prefeito da cidade a enxergar o potencial turístico do carnaval, patrocinando escolas de samba.

¹³ Controvérsia semelhante foi fomentada por D. Lourenço de Almeida Prado, reitor do tradicional Colégio de S. Bento e monge neoliberal, ao defender a privatização do ensino público (1999, p. 155-166).

¹⁴ A histeria anticomunista, que ainda não arrefeceu no Brasil, causou as perseguições contra professores universitários, escritores, artistas, músicos, jornalistas e diversas outras categorias profissionais no país entre 1936 e 1937, o que certamente contribuiu para a aceitação do golpe militar de novembro de 1937 (LEVINE, 1980, p. 208-209).

¹⁵ Evidência de que Pedro Ernesto era um prefeito muito querido pelos cariocas foi a grande manifestação popular ocorrida na porta do Hospital da Ordem Terceira da Penitência na Tijuca em 14 de setembro de 1937. Ao receber alta depois de uma internação, uma multidão empurrou o carro que levava o prefeito da Tijuca até a Esplanada do Castelo, não sem antes realizar uma parada na União Geral das Escolas de Samba na Praça XI (SARMENTO, 2001, p. 254-255). *Jornal do Brasil*, 15.9.1937, p. 8.

¹⁶ “Tramaram uma série de intrigas e Pedro Ernesto, infelizmente, foi preso. Este em cárcere privado, e lá sofreu um grande desgosto que contribuiu muito para seu falecimento precoce. Ninguém naquela ocasião podia ter a pretensão de ser presidente da República, que o Getúlio não deixava” (FREIRE; OLIVEIRA, 2008, p. 23).

O afastamento de Pedro Ernesto abriria espaço para que Henrique Dodsworth, sobrinho do engenheiro e prefeito Paulo de Frontin (1919), assumisse o cargo de interventor federal em 2 de julho de 1937. No governo Dodsworth, Edison Passos, presidente do Clube de Engenharia e secretário de Viação e Obras, desempenharia um papel relevante e equivalente ao que Frontin cumpriu na administração Passos (Ibidem). Segundo Reis,

Um dos pontos altos da Administração Henrique Dodsworth, na esfera administrativa, e também na Secretaria Geral de Viação e Obras, por recomendação do Secretário, foi o restabelecimento da Comissão do Plano da Cidade, revogada e extinta pelo Prefeito Pedro Ernesto. Com a criação do Plano da Cidade e do Serviço Técnico do Plano da Cidade foram retomados os estudos e planos urbanísticos do Prof. Alfred Agache e readaptados às novas condições da cidade (1977, 110)

O Plano Agache, encomendado durante a gestão de Prado Júnior (1926-30), foi “o primeiro Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da Cidade”, o qual tinha por objetivos “orientar o seu crescimento normal, sistematizar a sua expansão natural, metodizar a vida coletiva, e, inclusive, organizá-la administrativamente para atender as suas necessidades futuras” (Ibidem, p. 89-90). O Plano Agache, entretanto, seria colocado de lado na administração de Pedro Ernesto (1931-36), sob o argumento de que “nem em 50 anos ele seria exequível” (Ibidem, p. 92).

Henrique Dodsworth foi definido por um autor como “figura tradicional da política carioca que desfrutava de amplo diálogo com os grupos empresariais do Rio de Janeiro [que] alinhava seu governo às aspirações dos empreiteiros cariocas ao estabelecer um grande programa de obras públicas como carro-chefe de sua administração” (DA SILVA, 2018, p. 149). A abertura da Avenida Presidente Vargas era o principal elemento do Plano de Transformação e Extensão da Cidade, constituído ainda pela “urbanização da Esplanada do Castelo, a abertura da Avenida Brasil e a duplicação do Túnel do Leme” (Ibidem, p. 148). A criação da conhecida avenida, portanto, “não foi idealizada, apenas executada pelo Plano da Cidade” (FREIRE; OLIVEIRA, 2008, p. 22).

Se a concepção urbanística da Avenida Presidente Vargas já estava presente no Plano Agache, encomendado durante a administração do prefeito Prado Júnior (1926-30), podemos afirmar que o projeto começou a ganhar vida na XI Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro de 1938. A Feira de Amostras constituía uma versão nacional das exposições universais ocorridas no final do século XIX, sobretudo em grandes cidades europeias e estadunidenses, cuja primeira edição ocorreu em Londres em 1851, e que tinham, entre outros objetivos, exibir

inventos e inovações tecnológicas.¹⁷ No Rio de Janeiro, a Feira Internacional de Amostras, que perdurou por mais de uma década, teve sua primeira apresentação em 1928, e buscava ser uma “celebração anual da modernidade”, combinando “espaço de negócios, exibição de produtos, festejos e diversões”, introduzindo e popularizando a Art Déco, exibindo as novidades das indústrias elétricas e mecânica e demonstrando uma “vontade de autoafirmação nacional perante o mundo” (SEGAWA, 2019).

A grande envergadura do projeto da Avenida Presidente Vargas,¹⁸ contudo, fez com que o interventor Henrique Dodsworth não tivesse muito entusiasmo pelo projeto (FREIRE; OLIVEIRA, 2008, p. 24). A visita do presidente Getúlio Vargas na XI Feira Internacional de Amostras, entretanto, mudaria a história. No estande da Secretaria de Viação e Obras havia uma maquete, produzida pelo arquiteto Nelson Muniz Nevares, exibindo o nome da avenida. Vargas teria dito a Dodsworth: “Dr. Henrique, vamos fazer essa avenida” (Ibidem). Os cariocas, claro, ainda não sabiam. Mas naquele momento estariam selados os destinos de diversos lugares de memória da cidade do Rio de Janeiro, como, por exemplo, a Igreja de S. Pedro dos Clérigos.

Bibliografia e Fontes:

- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.
- AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro. Sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1969.
- BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1983.
- COSTA, Terezinha. *Engenharia da transparência: vida e obra de Lobo Carneiro*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2005.
- DA SILVA, Pedro Sousa. *Avenida Presidente Vargas: a fúria demolidora da reforma urbana do Estado Novo na cidade do Rio de Janeiro (1938-45)*. In.: Revista Cantareira. Edição 29, Jul-dez. 2018. Dossiê modernização conservadora no Brasil (XIX-XXI).
- DE HOLLANDA, Daniela Maria Cunha. *A barbárie legitimada: a demolição da Igreja de São Pedro dos Clérigos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.
- DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas. Biografia política*. Rio de Janeiro: Renes, 1967.
- FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Novas memórias do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- LIMA, Evelyn Furkim Werneck. *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.

¹⁷ D. Pedro II, imperador que governava um país ainda escravocrata, parecia nutrir uma grande curiosidade intelectual por inventos tecnológicos. Numa das suas raras viagens ao exterior em 49 anos de reinado, inaugurou a Exposição do Centenário da Filadélfia em 1876 ao lado do presidente norte-americano Ulysses Grant (MORRIS, 2009, p. 152).

¹⁸ O custo inicial da obra era na ordem de “US\$ 15.935.845,00 o que equivalia a 84% das receitas da prefeitura em 1939”. O projeto foi possível graças aos aportes financeiros do Banco do Brasil (DA SILVA, 2018, p. 151).

- FURTADO, Fernanda; REZENDE, Vera F. *O financiamento da abertura da Avenida Presidente Vargas: estratégias institucionais e legais*. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. N. 10, 2016, p. 175-191.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2015.
- LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas, 1934-38: os anos críticos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MORRIS, Charles R. *Os magnatas: como Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J. P. Morgan inventaram a supremacia econômica americana*. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- MOURELLE, Thiago Cavaliere. *O trabalhismo de Pedro Ernesto: limites e possibilidades no Rio de Janeiro dos anos 1930*. Curitiba: Juruá, 2010.
- NETO, Lira. *Getúlio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- PRADO, D. Lourenço de Almeida. *Entre política e educação: ensaios e artigos*. Rio de Janeiro: Editora Marques Saraiva, 1999.
- REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1977.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SEGAWA, Hugo. *Cenário de modernidades: a feira internacional de amostras do Rio de Janeiro*. 2019. [119302.pdf \(docomobrasil.com\)](#) Consultado: 30/10/2023.
- SILVA, Pedro Sousa da. *Avenida Presidente Vargas: a fúria demolidora da reforma urbana do Estado Novo na cidade do Rio de Janeiro (1938-1945)*. REVISTA CANTAREIRA - EDIÇÃO 29 / JUL-DEZ, 2018.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Rio de Janeiro em questão: o Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1996.

Sentidos de aprendizagem em História: disputas, encontros e possibilidades

Naicon de Souza Brinco¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Maria Aparecida Cabral

Introdução

No artigo em tela objetivamos explorar os sentidos de aprendizagem no ensino de História². Para isto, em um primeiro momento, apresentamos duas concepções deste conceito: a cognitivista e a com centralidade na linguagem. Em seguida, discutimos a aprendizagem no ensino de História em dois tópicos: (i) a aprendizagem histórica na Didática da História e (ii) aprendizagem em História, com centralidade da linguagem. Por fim, analisamos como estas perspectivas se movimentaram nas publicações da Revista História Hoje entre os anos de 2012 e 2023.

Entre os achados na nossa documentação identificamos três vertentes teóricas: (i) a Didática da História, que dialoga com o conceito de consciência histórica e a cognição histórica; (ii) a da Linguagem, que se aproxima dos estudos da aprendizagem sociocultural, humanista e dialógica; (iii) a da psicologia cognitiva, que mobiliza principalmente referenciais da Educação.

Concepções de aprendizagem

O que é aprender? Segundo Marta Lima, "o termo tem sido utilizado, de forma geral, para se referir aos processos de transformação do comportamento e capacidades humanas, que ampliam suas possibilidades de atuação e produção" (LIMA, 2019). Esta definição engloba uma complexidade de significados que se torna particularmente relevante quando refletida no contexto do ensino de História, na perspectiva de que os sentidos de aprender podem direcionar metodologias de ensino, currículos e projetos educacionais. Nesta seção apresentamos duas concepções de aprendizagem: a cognitivista e a com centralidade da linguagem.

Segundo indica Luria (2010, p. 27) os estudos da aprendizagem na linha da psicologia cognitiva, de forma geral, defendem que o aprender ocorre como processo interno dos sujeitos - processos mentais que podem ser analisados a partir dos conceitos de percepção, memória,

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: "Ensinar e aprender História em tempos de incerteza: o ensino remoto, a retomada presencial e o fenômeno da expansão da cibercultura na educação básica", sob orientação da Dr.^a Maria Aparecida Cabral.

² O presente texto decorre de uma pesquisa de doutorado em andamento.

atenção, fala, solução de problemas e atividades motoras. Não há exclusão da influência do meio, visto ser defendido por Piaget, um dos percussores do cognitivismo e do interacionismo, ser o indivíduo obra de si mesmo e da sociedade e haver estudo de métodos cooperativos no desenvolvimento intelectual. Porém as relações dos sujeitos com a cultura são abordadas de forma secundária (TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 2019). Ao discutir que o ensino se torna significativo quando o sujeito apoia uma nova descoberta em estruturas cognitivas pregressas, se contrapõe ao behaviorismo comportamental que se baseava no condicionamento e memorização (CARLINO, 2013). O cognitivismo se ramifica em diversas perspectivas com fronteiras flexíveis, que podem investigar os processos de aquisição de conhecimento (i) por uma ótica mais individual – sem desconsiderar a influência do meio ou (ii) por uma abordagem mais interacionista, mantendo a centralidade dos processos internos do indivíduo.

Ainda nesta concepção cognitivista, destacamos as ideias de Jerome Bruner e David Ausubel (LIMA, 2019) que convergem para uma perspectiva pedagógica centrada na aprendizagem significativa. Para Bruner (1997) há uma abordagem espiralada e contextualizada da aprendizagem, na qual o professor atua como guia na autodescoberta de conceitos pelos alunos. Ele propõe três formas de representação de informações: icônica, simbólica e enativa. Sua pedagogia se desdobra em três fases interconectadas: aquisição, transformação e avaliação. A aquisição envolve a introdução clara e acessível de conceitos fundamentais, seguida pela transformação, na qual os alunos exploram ativamente o conhecimento e o aplicam na prática, culminando na avaliação, onde os discentes refletem criticamente sobre o que aprenderam (BRUNER, 1997).

Por outro lado, Ausubel (AUSUBEL; NOVAK; HANESIAN, 1980) destaca a aprendizagem significativa, na qual novos conteúdos adquirem significado em relação às estruturas cognitivas preexistentes (subsunçores) dos aprendizes, sendo essencial conhecer o que o estudante já sabe para haver uma aprendizagem significativa. Os subsunçores funcionam como âncoras para novos aprendizados e podem entrar em interação com novas informações. O autor também discute os conceitos de diferenciação progressiva e reconciliação integradora - processos nos quais o material significativo é relacionado e integrado com conhecimentos prévios, resultando no desenvolvimento de novos conhecimentos.

Uma outra concepção de aprendizagem põe na linguagem a centralidade, em que o aprender ocorre como um processo dialógico e criativo que envolve aspectos linguísticos e discursivos na produção de conhecimento. Se ramificam em diversas perspectivas. Entre os quais destacamos três autores: Vigotski, Bakhtin e Deleuze.

Segundo Caimi (2006) Vigotski em seus estudos, diferente de Piaget, toma a linguagem como objeto central. A aprendizagem, para este autor, é um processo social que ocorre por meio da interação entre o indivíduo e a cultura, sendo a linguagem um relevante mediador. Pois permite que os indivíduos compartilhem significados e construam conhecimento. Os conceitos genéricos apreendidos pelos jovens em suas vivências – mediada pela família e contexto social em que vivem- podem ser operados para aprendizagem de conceitos científicos por meio da linguagem. Em seus estudos, desenvolveu o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP): a distância entre o nível de desenvolvimento real – o indivíduo consegue fazer sozinho - e o nível de desenvolvimento potencial – o indivíduo pode fazer com a ajuda de alguém mais experiente. A aprendizagem acontece quando são superados desafios em tarefas que estão na ZDP (VIGOTSKI, 2008). Apesar da centralidade das interações sociais mediadas pela linguagem, é possível encontrar referência a este autor tanto por cognitivistas – por suas investigações no psiquismo – tanto pelos que centralizam a linguagem em suas pesquisas.

Para Bakhtin (BAKHTIN, 2006), a aprendizagem é um processo dialógico que ocorre por meio da interação entre os indivíduos e a cultura. No qual a linguagem desempenha um papel fundamental, pois é por meio dela que as pessoas compartilham seus conhecimentos e experiências, elaborando novos significados. Nesta perspectiva, conhecimento não é algo estático, mas está em constante transformação. Os sujeitos aprendem ao entrar em contato com diferentes vozes, negociando significados durante suas interações com o mundo. Bakhtin desenvolveu o conceito de heteroglossia, no qual a linguagem se torna um campo de tensão, com diversas vozes e perspectivas coexistindo (FARACO, 2009). Essa multiplicidade de vozes sociais é o contexto em que os sujeitos são constituídos e se constituem. A aprendizagem torna-se um processo transformador que afeta não apenas a aquisição cognitiva de conhecimento, mas também o desenvolvimento de novas formas de pensar e agir. Para a compreensão da realidade, e por meio dela, é possível estabelecer relações com o ambiente e todos os seres e objetos que compõe a paisagem (LIMA, 2020). A aprendizagem, seria, portanto, única a cada discente, porém, relacionada as interações da cultura escolar, familiar, de classe, midiática etc.

Para Deleuze e Guattari (1995a) processos cognitivos não dariam conta de criar possibilidades de mundo que não desejassem subalternidades, superioridades, poderes de aniquilação e fascismos. Nesta perspectiva, a aprendizagem não se limita a conhecer, sendo um processo de produção de subjetividades que atua na solução e na criação de problemas, de novos devires jamais concluídos, pois sempre poderá haver outras conexões e linhas de fuga que se expandem além das experiências cognitivas 0-1, no qual o discente estaria atento a aula ou não,

aprovado ou reprovado (KASTRUP, 2005). Nestas interações, os enunciados expressam em si os conteúdos semânticos e ideológicos ao serem construídos no interior de uma cultura, por ela afetados e a ela afetar - a partir de sua singularidade, num constante movimento de produção de subjetividades (GUATTARI; ROLNIK, 1996). O aprender ocorre pela repetição (imaginária) e, a partir desta, pela criação – modificando-a e utilizando as ferramentas possíveis, não só individualmente, mas também para o coletivo (DELEUZE, 2018).

Aprendizagens nas investigações no ensino de História

Nas pesquisas no ensino de História, existem diversas concepções de aprendizagem que se baseiam em distintos pressupostos epistemológicos. Abordaremos, a seguir, dois paradigmas acerca da aprendizagem que encontramos em nossa documentação: a da Didática da História e dos estudos da Linguagem.

A Didática da História se baseia na premissa de que a cognição inerente à racionalidade histórica é uma das condições fundamentais do pensamento humano, presente no cotidiano e constantemente ativa nas ações, intenções e interpretações do passado a partir do presente e formulação de perspectivas para o futuro (CERRI, 2001). Direciona seu foco para a reflexão sobre o aprendizado histórico e a compreensão do passado. Conforme Cerri (CERRI, 2018) destaca, busca explorar como os alunos se orientam no tempo, interpretam eventos históricos e aplicam esse conhecimento em suas vidas práticas. Essa perspectiva usa tanto análises quantitativas quanto qualitativas, na busca de compreender o processo de construção do conhecimento histórico, considerando a influência das representações individuais e sociais.

Nesta perspectiva de investigação, consideramos englobar (i) a tradição inglesa da Educação Histórica, que se consolidou entre os anos de 1960 e 1980 em meio a uma crise da disciplina com desenvolvimento do método de progressão de ideias baseadas na própria epistemologia da História, em que os processos cognitivos envolvidos no pensar historicamente ganham centralidade nas críticas à epistemologia piagetiana; e (ii) a tradição alemã, em que os estudos da consciência histórica ocorrem também em meio a uma crise da disciplina no pós segunda guerra mundial e um contexto histórico de ruptura na década de 1980, que culminaria com a queda do muro de Berlim. Portanto, diferente das pesquisas de aprendizagem da História baseadas na psicologia cognitiva, as investigações da Didática da História no Brasil têm como referencial a epistemologia da própria História (GERMINARI, 2011). Destaca-se o conceito de consciência histórica e suas tipologias na orientação da vida prática. A consciência histórica é conceituada por Rüsen como

o modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana. (O termo “vida” designa, obviamente, mais do que o mero processo biológico, mas sempre também – no sentido mais amplo da expressão – um processo social). Para essa forma de consciência, é determinante a operação mental com a qual o homem articula, no processo de sua vida prática, a experiência do tempo com as intenções no tempo e estas com aquelas. Essa operação pode ser descrita como *orientação do agir (e do sofrer) humano no tempo*. Ela consiste na articulação de experiências e intenções com respeito ao tempo (poder-se-ia mesmo falar de tempo externo e tempo interno): o homem organiza as intenções determinantes de seu agir de maneira que elas não sejam levadas ao absurdo no decurso do tempo. [...] Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias da vida.

Pode-se descrever a operação mental com que a consciência histórica se constitui também como *constituição de sentido da experiência do tempo* (RÚSEN, 2001, p. 58,59).

Em outra perspectiva, há as abordagens em que a linguagem tem centralidade, e é nesta em que nos posicionamos. Segundo Certeau (2014), o *fazer cognitivo* não é suficiente para atos de reflexão interna ou de consciência de si pois a *performance* difere de competência, que envolve o contrato com o outro em uma rede de relações que fabricam bricolagens com a cultura dominante.

Bakhtin (2006) enfatiza a profunda relação da linguagem com as estruturas sociais, destacando como suas variações refletem o contexto sócio-histórico dos indivíduos. Nesta perspectiva, a compreensão histórica afeta, atravessa e refrata toda unidade da consciência constituída, não apenas o aspecto cognitivo na construção do conhecimento sobre um período histórico, mas também a interpretação dos signos presentes no cotidiano. Tais signos encontram na palavra sua manifestação e um suporte e são base das ideologias. Ao serem mobilizados em diálogos entre professores e alunos estão intrinsecamente vinculadas às experiências que ocupam uma sala de aula. Tentativas de congelá-los no tempo como constantes universais são vistas por Bakhtin (2006) como um interesse na manutenção de privilégios da classe dominante. Nesta perspectiva, a aprendizagem em História ocorre em estreita relação com o discurso interior que o aluno forma a partir das ideologias que permeiam suas experiências. No qual os encontros de uma aula podem reforçar ou questionar narrativas históricas únicas, ao refletir e refratar os signos em movimento.

Ao pensarmos a aprendizagem em História na perspectiva deleuziana, consideramos que aprender não se restringe ao saber, mas a uma imanência de possibilidades, nos quais os conceitos modificam-se de acordo com problemas (DELEUZE, 2018). De libertar-se das amarras do *eu* universalizador, normativo e centralizado em que aprender seja desprender e desprender-se, de pré-conceitos e de si, no exercício de invenção de ideias e não apenas

reprodução de respostas (SCHÉRER, 2005). Em que a imaginação é parte do processo por sua impressão qualitativa, que na memória reflete e reproduz experiências históricas com as singularidades do espaço/tempo originário de maneira reflexiva (DELEUZE, 2018). Ao dialogar com esta perspectiva Pereira e Giacomoni (2018) propõe a aprendizagem como sendo um estar aberto a novos encontros, no qual os discentes são afetados pelos signos que compõe o território por onde se movimentam - no processo de um aprender que se afasta da vida prática e da identidade, imergindo no não saber.

Exploramos diversas perspectivas teóricas sobre aprendizagem, desde o cognitivismo de Piaget, Ausubel e Bruner até as abordagens que enfatizam a centralidade da linguagem, como Vygotsky, Bakhtin e Deleuze. E pesquisas acerca da aprendizagem no ensino de História, passando pela cognição histórica discutida pela Didática da História e os estudos da Linguagem. Na seção seguinte, analisaremos as contribuições dos pesquisadores na Revista História Hoje entre os anos de 2012 e 2023 acerca da aprendizagem.

Produção da Revista História Hoje entre os anos de 2012 e 2023

Que lugar ocupa a aprendizagem nas pesquisas do ensino de História? Quais tensões e possibilidades estão sendo discutidas? Para responder essa questão direcionamos nosso olhar para a *Revista História Hoje*, publicada pela Associação Nacional de História – ANPUH. Em julho de 2011 o periódico foi reformulado de forma a compor sua temática com discussões centradas no ensino de História. As seções foram divididas em *Dossiê Temático* proposto por organizadores externos, *Falando de História Hoje* que posteriormente foi retirado dando lugar ao *História Hoje na Sala de Aula*, o *e-História* e *Resenha*. Com periodicidade semestral, alguns números também incluem entrevistas. Na avaliação Qualis da Capes no quadriênio 2016-2020 recebeu A1.

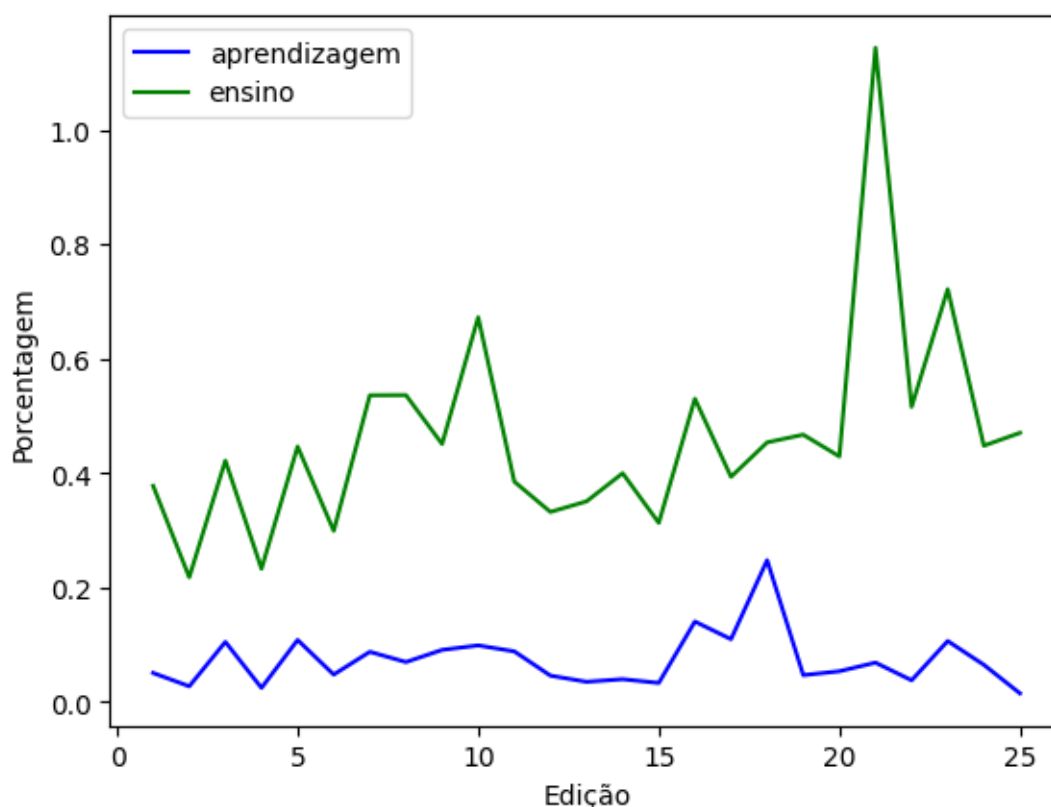
No Gráfico 1, apresentamos a frequência das palavras *aprendizagem* e *ensino* (incluindo suas variações no plural e na língua espanhola) em relação ao total de palavras de cada edição.

A metodologia utilizada envolveu o *download* de todos os artigos do *site* do periódico, a consolidação dos Pdfs por edição usando o programa gratuito *Otimizador de PDF* e a organização dos arquivos em uma pasta no *Google Drive*, nomeando o Volume 1, número 1 como 'n_1' até o Volume 12, número 25 como 'n_25'.

Para realizar a análise textual, utilizamos o ambiente *Google Colab* com a linguagem *Python* e bibliotecas como *nlTK*, *PyPDF2*, *re* e *matplotlib*. No *Google Colab*, processamos os arquivos PDF, extraímos o texto e realizamos as limpezas necessárias. Em seguida, *tokenizamos*

as palavras investigadas e contabilizamos sua frequência em cada edição. Registramos essas porcentagens em relação ao total e as visualizamos em um gráfico de linhas gerado com a biblioteca *matplotlib*. O código utilizado para essa análise totalizou 39 linhas.

Gráfico 1: Análise diacrônica das palavras 'aprendizagem' e 'ensino' nas edições da Revista História Hoje (2012-2023)



Fonte: 1 Elaborado pelo autor, 2023.

O termo '*ensino*' é mais frequente em todas as edições em comparação com '*aprendizagem*', sugerindo uma ênfase maior nas práticas e estratégias de ensino do que nas experiências e processos de aprendizagem dos discentes. Essa diferença se destaca na edição comemorativa dos 60 anos da ANPUH (n_21), que apresenta, em seus artigos, uma retrospectiva da própria revista, enfocando principalmente o ensino. Além disso, observamos uma variação ligeira na porcentagem de uso da palavra '*aprendizagem*' nas edições de número n_3, n_5, n_10, n_16 e n_18, indicando uma possível maior exploração dos aspectos relacionados à aprendizagem dos estudantes nesses números. O pico que ultrapassa 0,2 na n_18 pode ser atribuído ao Dossiê Temático *Aprendizagem Histórica em Questão*, que desempenhou um papel significativo nas discussões sobre aprendizagem neste periódico.

Quando analisamos os sentidos de aprendizagem nos artigos, observamos a recorrência do termo conjunto *ensino-aprendizagem* ou *ensino e aprendizagem*, representando cerca de um terço das vezes em que a palavra *aprendizagem* é citada em algumas edições. Sem entrar em detalhes numéricos excessivos, levantamos questões qualitativas sobre que sentidos de aprendizagem os autores apresentam e quais variações diacrônicas na linguagem ocorreram ao longo desses 12 anos. Além disso, buscamos identificar as disputas, tensões e possibilidades que emergem dessas análises.

Em seu primeiro número em 2012 (n_1), entre os 21 textos publicados, a aprendizagem foi tratada por Margarida Dias e Itamar Freitas no artigo *Currículos de História e expectativas de aprendizagem para os anos finais do ensino fundamental no Brasil (2007-2012)* (OLIVEIRA; FREITAS, 2012) que investigou as expectativas de aprendizagem em História nas propostas curriculares de 18 estados para os anos finais do ensino fundamental entre 2007 e 2011.

Compõe seus achados: (i) interações entre os paradigmas iluministas e pós-modernos; (ii) referenciais para aprendizagem baseadas no construtivismo (Piaget, Vygotsky, Bruner, Coll), na aprendizagem significativa (Ausubel) ou por competências (Perrenoud) e teóricos críticos (Freire, Saviani); (iii) crescimento da produção acadêmica com tema da aprendizagem na educação básica; (iv) indefinição de um paradigma norteador; (v) convergência de finalidade da disciplina como formadora de identidades, capacitadora para a cidadania; (vi) construção de expectativas de aprendizagem por meio de verbos que exprimem processos cognitivos de baixa complexidade (identificar, compreender, reconhecer) em maior número do que os de alta complexidade (narrar, criticar, diferenciar, criar hipóteses); (vii) ausência de progressão de aprendizagem considerando o número de objetivos por série; (viii) conteúdos substantivos aparecem com uma frequência maior do que os objetivos meta-históricos, (ix) protagonistas quase ausentes; (x) abordagem de novos sujeitos coletivos (afrodescentes e indígenas); (xi) expansão do contemporâneo e redução do medieval e antiguidade em comparação as reformas anteriores no decorrer do século XX; (xii) variação entre diferentes estados da federação acerca da autonomia docente, concepções de História com poucas referências ao campo do conhecimento linguístico; (xiii) interação entre âmbito local, estadual e nacional não aparecem com frequência, ao contrário das interações intercontinentais.

Os autores concluem com perguntas provocadoras acerca da necessidade de uma base comum curricular para o país. Consideramos relevante fazer esse sobrevoo acerca do primeiro artigo focado em aprendizagem, pois os autores apresentam um panorama das expectativas de

aprendizagem dos alunos em currículos estaduais na década que antecedeu a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As seguir utilizaremos as categorias *Didática da História, Linguagem e Psicologia Cognitiva* – discutidas em nosso referencial teórico-metodológico – para análise qualitativa dos sentidos de aprendizagem na revista.

Didática da História

No decorrer das edições há destaque da importância da aprendizagem histórica como um processo ativo de construção de conhecimento pelo aluno, que envolve o desenvolvimento de habilidades cognitivas e competências históricas.

Diferentes autores compartilham a visão de que a aprendizagem histórica não é um processo passivo de transmissão de informações, mas sim um processo ativo de construção de conhecimento pelo aluno, que leva suas experiências prévias para a sala de aula. O professor pode mobilizá-las para construir novos conhecimentos, explorando, questionando e refletindo sobre o passado. Essa abordagem é evidente, por exemplo, na n_03 (2013) e n_23 (2022), em artigos que discutem a narrativa como uma relevante ferramenta para a aprendizagem, reflexão e comunicação e que auxilia os discentes no processo cognitivo de compreender e interpretar o passado considerando a formação histórica. Na n_10 (2016) a Didática da História foi tratada em uma investigação sobre uso do *WhatsApp* como extensão da sala de aula na educação básica, destacando a importância de considerar os contextos sociais, culturais e políticos onde ocorre a aprendizagem. Autores da n_18 (2020) direcionaram seus olhares para a formação cidadã dos alunos, utilizando biografias, diálogo com a História Pública e desenvolvimento de competências históricas.

Encontramos também artigos que tratavam das habilidades cognitivas que incluem a capacidade de ler, escrever, pensar criticamente e resolver problemas e competências históricas que incluem a capacidade de compreender conceitos, interpretar fontes, construir narrativas e argumentar sobre o passado. Exemplos são os textos da n_8 (2015) que abordam a Didática da História como uma área de pesquisa e intervenção, apresentando experiências pedagógicas com quadrinhos discutidas com os conceitos de consciência histórica, narrativa e cultura histórica. E autores da n_24 (2023) que refletem sobre a formação e mobilização da consciência histórica dos alunos e acerca da tensão entre saberes individuais e sociais na atribuição de sentido à temporalidade.

Linguagem

Na perspectiva de investigação e intervenção com centralidade da linguagem identificamos que houve destaque para as potencialidades de criar oportunidades em que os alunos explorem e se envolvam de forma ativa por meio de atividades como: leitura, escrita, discussão e produções em diversos formatos. Com diálogos, nas salas de aula, que promovam o pensamento crítico e reflexivo de forma a construir um conhecimento histórico significativo. Os textos seguem por diferentes caminhos que, em nossa perspectiva, podem dialogar de forma a potencializar cada um deles.

Encontramos a ótica da linguagem como instrumento de interação social, forma de criação no cotidiano, construção de significados históricos compartilhados e transformação de sentidos do passado. Exemplos são textos na n_4 (2013) que tratam das sensibilidades e exploram a relação entre experiência e aprendizagem em História, destacando a importância da temporalidade e das narrativas de sujeitos na construção do conhecimento histórico escolar e artigos na n_11(2017) que abordam temas sobre o uso da música como fonte, linguagem, artefato cultural e recurso metodológico em processos de aprendizagem acerca da história afro-brasileira.

Há referências a Vigotski ao tratar a linguagem como forma de expressão e comunicação da experiência histórica, que auxilia na construção do conhecimento, na compreensão do contexto e da intencionalidade dos produtores de fontes usadas em sala de aula. É mobilizado desta forma, por exemplo, na n_5 (2014) em artigos que destacam a importância dessas práticas para o desenvolvimento qualitativo da aprendizagem, especialmente em comunidades educacionais *online*. A n_15 (2019) traz artigos que discutem a importância de uma aprendizagem que dialogue com os princípios dos direitos humanos. Na n_17 (2020) encontramos diálogos em um mesmo texto entre Bakhtin, Bell Hooks, Paulo Freire e Vigotski.

Também está presente a perspectiva da linguagem como forma de construção de sentido e conhecimento. Que permite aos alunos explorarem diferentes possibilidades, conexões, cosmovisões e experiências. Exemplo são textos da n_17 (2020) em que a aprendizagem para os direitos humanos é defendida como uma experiência educativa significativa que não se limita aos processos cognitivos e autores da n_19 (2021) que discutem o desenvolvimento da empatia histórica e comprometimento com a memória, identidade e direitos fundamentais.

Psicologia Cognitiva

Os textos que abordam a psicologia cognitiva compartilham a visão de ser a aprendizagem histórica um processo ativo de construção de conhecimento pelo aluno, que

envolve a ativação de conhecimentos prévios, a construção de conceitos e a reflexão sobre a temporalidade. No entanto, não consideram que exista uma cognição histórica ou uma consciência histórica, como a Didática da História, apesar das aproximações entre essas duas vertentes.

É evidente essa perspectiva, por exemplo, na edição n_3 (2013) em textos que mobilizam as ideias de Piaget e destacam a importância de atividades que levem os discentes a explorar, questionar e refletir sobre o passado com resolução de uma situação-problema e na n_7 (2015) em que há autores que discutem sobre aprendizagem histórica como um processo de construção de significados pelos alunos operando com a perspectiva de Ausubel sobre a aprendizagem significativa.

Em nosso acervo, encontramos a evocação de referenciais cognitivistas principalmente para estabelecer diálogos, em apoio ou contraponto, por parte de autores que situamos na Didática da História e na Linguagem. Assim como em textos que discutem currículo ou traçam um panorama das pesquisas e práticas de aprendizagem ao longo do século XX. No entanto, observamos que são poucos os artigos que operam com a Psicologia Cognitiva como referencial norteador de práticas em sala de aula.

Discussão

A revista História Hoje, entre 2012 e 2023, apresenta uma ampla e diversificada visão sobre a aprendizagem no ensino de História. As edições abrangem diversas perspectivas e teorias da aprendizagem. Uma tendência relevante é o destaque para a aprendizagem ativa, que enfatiza que aprender História não se resume à mera memorização de fatos, mas envolve a exploração, o questionamento e a reflexão sobre o passado por diferentes caminhos.

A Didática da História é o tema mais frequente, seguido pela centralidade da Linguagem. A Psicologia Cognitiva é o terceiro tema mais recorrente, aparecendo ocasionalmente como referência de diálogo, tanto como apoio quanto como contraposição, em relação às duas primeiras.

A n_18 (2020) trouxe a aprendizagem como questão central no Dossiê que norteia a edição. Dos 8 artigos que o compõe 4 focam na perspectiva da Didática da História e 4 na Linguagem.

No texto de apresentação a organizadora Marcella Albaine e o organizador Marcus Bonfim escreveram sobre as diferentes perspectivas que integram o Dossiê:

Os textos que compõem este Dossiê mobilizam diversos sentidos de aprendizagem histórica: refiguração narrativa que mobiliza processos de subjetivação;² compreensão

da dimensão de contingência presente em toda análise histórica;³ compreensão de que há uma história disponível para ser feita/agência histórica dos sujeitos;⁴ ir ao encontro de uma educação verdadeiramente humanista;⁵ produção de sentido sobre a experiência humana no tempo;⁶ construção de narrativa baseada na argumentação racional e no respeito às evidências;⁷ exercício de empatia histórica;⁸ desenvolvimento do sensível;⁹ apropriação de conceitos históricos;¹⁰ construção dos saberes históricos.¹¹ (COSTA; MARTINS, 2020, p. 5, 6)

Outra dimensão importante que identificamos é a integração das tecnologias digitais nos debates, como refletido nos documentos n_18 (2020) e n_23 (2022). A cultura digital é percebida como um recurso/ferramenta para o ensino de História e é explorada em consonância com diversas correntes teóricas, incluindo as da Linguagem e da Didática da História. Por fim, consideramos que as edições da revista *História Hoje* oferecem uma visão abrangente dos sentidos de aprendizagem em disputa nas investigações no ensino de História, dialogando entre caminhos de futuros possíveis e criação de novos devires.

Referências

- AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J. D.; HANESIAN, H. *Psicologia Educacional*. 1º ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12º ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BRUNER, J. S. *Atos De Significação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- CAIMI, F. E. O lugar do social na obra de Jean Piaget: contribuições para o estudo do desenvolvimento cognitivo da criança. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 13, n. 2, p. 50–68, 2006. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/7926>>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- CARLINO, E. P. Pensando sobre a aprendizagem de conceitos em sala de aula. *Educação UFSM*, v.38, n 01, p. 137–150, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/4476>>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- CERRI, L. F. Os Conceitos de Consciência Histórica e os desafios da Didática da História. *Revista de História Regional*, v. 6, n. 2, p. 93-112, 2001.
- CERRI, L. F. *Os jovens e a História: Brasil e América do Sul*. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2018.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: I. Artes de fazer*. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- COSTA, M. A. F. da; MARTINS, M. L. B. Uma interpelação contínua ao Ensino de História: a aprendizagem histórica em questão. *Revista História Hoje*, v. 9, n. 18, p. 3–14, 23 dez. 2020. Disponível em: <<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/763>>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*. 1º ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a. v. 2
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*. 1º ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995b. v. 3
- FARACO, C. A. *Linguagem & Diálogo. Ideias Linguísticas do Círculo de Bakhtin*. 1ª edição ed. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009.
- GERMINARI, G. D. Educação histórica: a constituição de um campo de pesquisa. *Revista HISTEDBR On-line*, v. 11, n. 42, p. 54–70, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639866>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- KASTRUP, V. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. *Educação & Sociedade*, v. 26, p. 1273–1288, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/es/a/bG374G5nJQ6jtVgCbb7Vsvb/?lang=pt>>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- LIMA, G. da S. O conceito de compreensão em Bakhtin e o Círculo: reflexões para pensar o processo educativo. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 15, p. 297–317, 21 set. 2020. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/bak/a/ftW3qt8Rxm3JQ3pSZ8Wp4k/?lang=pt>>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- LIMA, M. Aprendizagem. Em: FERREIRA, M. DE M.; OLIVEIRA, M. M. D. DE O. (Ed.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 24–29.
- OLIVEIRA, M.; FREITAS, I. Currículos de História e expectativas de aprendizagem para os anos finais do ensino fundamental no Brasil (2007-2012). *Revista História Hoje*, v. 1, n. 1, p. 269–304, 2012. Disponível em: <<https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/11>>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- PEREIRA, N. M.; GIACOMONI, M. P. Flertando com o Caos: os jogos no Ensino de História. In: PEREIRA, N. M.; GIACOMONI, M. P. (Ed.). *Jogos e ensino de história*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018. p. 9–18.
- PIAGET, J. *A Epistemologia Genética*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- RÜSEN, J. *Razão Histórica: teoria da História: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- SCHÉRER, R. Aprender com Deleuze. *Educação & Sociedade*, v. 26, p. 1183–1194, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/es/a/GmQZtY6nDyzP9TZFxPZzZtb/?lang=pt>>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- SOUZA, S. J. *Infância E Linguagem: Bakhtin, Vygotsky E Benjamin*. Campinas: Papirus Editora, 1994.
- TAILLE, Y. de L.; OLIVEIRA, M. K. de; DANTAS, H. *Piaget, Vigotski, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo: Summus Editorial, 2019. Versão Kindle.
- VIGOTSKI, L. S. *Pensamento e Linguagem*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Fontes

Revista História Hoje. (2012-2023). Arquivos. *Associação Nacional de História – ANPUH*. Disponível em <<https://rhj.anpuh.org/RHHJ/issue/archive>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

O pensamento de Hayek e o regime de acumulação integral subordinado: Estado Neoliberal e lumpemproletarização no Brasil

Otávio Gomes¹
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Gelsom Rozentino
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa da dissertação cujo título é “Acumulação integral no capitalismo periférico: as recordações do lumpemproletariado gonçalense do governo Collor até a Era Lula (1990-2003)”. Dito isto, afirmamos que discutir a instituição assim chamada de *Estado* não é, e nunca será, uma tarefa simples, descomplicada e corriqueira, contudo, aceitamos aqui lidar com esse desafio no afã de podermos ceder algumas contribuições a tal discussão. Destacamos, mormente, que iremos voltar nossas atenções à situação do Estado na época contemporânea, mais especificamente na segunda metade do século XX, quando aquele seria configurado sob a égide do Neoliberalismo, o qual voltara à cena social após o malogro do modelo de Bem-estar social ou a *Era de Ouro do Capitalismo* no mundo ocidental.

Pontuamos, igualmente, que nosso diálogo será com a obra *O caminho da servidão*, de 1944, cujo autor é o economista Friedrich Hayek (1899-1992), um dos notórios membros da *Escola Austríaca de Economia*², pois estão ali as bases da concepção neoliberal, entre as quais a de Estado, explicitamente contidas e explicadas. Além disto, iremos relacionar a figura do Estado neoliberal com nosso tema de pesquisa, a saber, a lumpemproletarização da classe trabalhadora gonçalense nos anos 1990 durante os governos neoliberais de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. Dito isto, iremos começar nossa discussão proposta.

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “Acumulação integral no capitalismo periférico: as recordações do lumpemproletariado gonçalense do governo Collor até a Era Lula (1990-2003)”, sob orientação do Dr. Gelsom Rozentino, bolsista: CAPES.

² Fundada por Carl Menger (1840-1921), Eugene Bohm Von Bawerk (1851-1914) e Friedrich Von Wieser (1851-1926), todos eles professores na Universidade de Viena, tal corrente era defensora de uma ortodoxia econômica, contrária ao pensamento econômico político clássico, de Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823), da qual nascerá a assim chamada *Escola Marginalista*, para a qual o valor das mercadorias deixa de ser objetivo e reside nos indivíduos que as consomem, de acordo com suas necessidades subjetivas. Para mais informações pode-se consultar o verbete “Escola Austríaca de Economia”, presente na obra *Dicionário do pensamento social do século XX*.

A vida de Hayek, o contexto de sua obra de e sua visão de Estado

Nascido em 1899, na cidade de Viena, e falecido em fins do século passado, no ano de 1992 mais especificamente, Hayek era formado em Economia pela universidade da cidade em que nasceu, ocupou o cargo de primeiro diretor do Instituto de Pesquisa Econômica da Áustria, entre 1927 e 1931, bem como ocupou a cátedra por dezenove anos, isto é, de 1931 a 1950, de ciências econômicas da *London School of Economics*. Até a Segunda Grande Guerra (1939-1945), o pensamento de Friedrich Hayek era, em suma, voltado às problemáticas de cunho econômico, de tal modo que suas obras desta época iriam formar o pensamento da *Escola Austríaca de Economia*, ao passo que terminada a guerra, Hayek volta suas atenções para outras áreas de investigação, como filosofia política, direito e epistemologia. No ano seguinte foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, com o qual teve de dividir com o economista sueco Gunnar Myrdal (1898-1987).³

Foi, assim sendo, durante a transição entre sua preocupação econômica e seu interesse por política e epistemologia que *The Road to serfdom*, no título original, nasce, neste sentido, em meio a uma das épocas mais catastróficas e extremas da história contemporânea, quando faltava menos de um ano para que houvesse o encerramento total da Segunda Guerra com a rendição e destruição do Japão em setembro de 1945. Era, por conseguinte, a crise daquilo que entendemos por *regime de acumulação intensivo*, cuja explicação de tal categoria será necessária, não somente para explicar o livro de Hayek, mas também para o nosso objeto seja compreendido, para o *regime de acumulação conjugado*.

Os *regimes de acumulação* são particulares à história e ao desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção generalizado de mercadorias, apresentando a extração de mais-valia na qualidade de sua principal determinação, e tal extração gera a acumulação de capital, da qual ocorrem a reprodução ampliada e a centralização e concentração do capital, levando à expansão mundial do capitalismo e à exploração em nível global, junto do Estado que garantirá todo este processo. Há três elementos que os compõem, a saber, uma determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), a forma estatal, e a forma de exploração em nível internacional. A luta de classes é a base em todos estes aspectos, uma luta estável com posições e correlações de forças formadas em período de tempo específico.

O *regime de acumulação intensivo*, em vigor entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século passado, era caracterizado pela extração de mais-valor por meio

³ As informações biográficas foram todas extraídas da seção “Apêndice biográfico” do *Dicionário do pensamento social do século XX*.

dos sistemas fordista e taylorista presentes produção, um Estado liberal-democrático, seja no Velho Mundo, seja nas Américas, ao passo que a dominação global, ou imperialismo, baseava-se na exportação de capital-dinheiro às colônias e territórios dominados pelas potências centrais, cujas relações de produção e forças produtivas pré-capitalistas começam, paulatinamente, a serem substituídas por aqueles já capitalistas.

A mudança de um regime a outro é ocasionada pelas crises do modo capitalista de produção, cuja gênese encontra-se na tendência geral espontânea da acumulação capitalista, pois a mais-valia gera a tendência declinante da taxa de lucro médio, a qual é gerada da exploração do trabalho para compensar a diminuição de lucro, do mesmo modo a resistência operária na produção e as contestações na sociedade têm relevância, oriundas da exploração e dominação a que a classe trabalhadora e as frações de classe estão submetidas.

Em face disto, as crises do capitalismo começam quando um daqueles fatores citados acima radicaliza, mas um reforça o outro e ambos estão ligados. A instabilidade no capitalismo pode criar uma revolução que lhe será seu coveiro ou gera uma mudança em seu interior, uma alteração em seu regime de acumulação, e quando se dá uma crise existe a possibilidade de uma transformação social, uma ruptura. E caso não se concretize tal passagem, onde um novo regime de acumulação substituiu o anterior, a exploração e a dificuldade de reprodução do capitalismo aumentam substancialmente.

A morte do *regime intensivo*, neste sentido, começa em meados da década de 1910, seguida pela eclosão da Primeira Grande Guerra, entre 1914 e 1918, em meio e após a qual uma série de revoluções socialistas sacudiu o chão europeu, como a Revolução Russa de 1917, a Revolução Alemã de 1918-1919, esta derrotada, sendo geradas, entretanto, diversas lutas protagonizadas pelos operários e trabalhadores, todas interrompidas pela ascensão do nazifascismo nas décadas de 1920 e 1930. Encerrada a Segunda Guerra, emerge o *regime de acumulação conjugado ou intensivo-extensivo*, cuja duração terá sido de aproximadamente três ou quatro décadas⁴, e cujos traços básicos, basicamente, são o a produção organizada pelo fordismo em busca de aumentar a extração de mais-valia relativa no bloco imperialista e mais-valia absoluta nos países dominados, ao passo que o Estado é o Integracionista ou de Bem-estar social e há a expansão oligopolista transnacional.

Voltando à obra *O Caminho da servidão*, é no seio da crise do *regime conjugado* que o pensamento neoliberal, sustentando em tal livro, aliás, bastante panfletário, mostrará cada vez

⁴ Isto é, entre o fim da Segunda Guerra e a década de 1980.

sinais de força e popularidade, ao contrário da sua condição entre os anos 1930 e 1980, quando fora dado como certa a “morte” do liberalismo clássico, cujo substituto havia sido o keynesianismo, voltado a uma forte intervenção estatal, políticas públicas e sociais bastante benéficas às classes trabalhadoras e etc. Os admiradores tanto de Hayek como do liberalismo eram extremamente minoritários, ao passo que nem mesmo era Hayek o líder do pensamento liberal-conservador, e, sim, o filósofo britânico Michael Oakshott (1901-1980).⁵

Claro deve ficar que o conteúdo do livro tinha a ver com o clima eleitoral particular aos ingleses durante o encerramento da Segunda Guerra onde Hayek vivia à época. As eleições gerais estavam prestes a ocorrer, nas quais os Partidos Trabalhista e Conservador disputavam o cargo de Primeiro-Ministro e os assentos no Parlamento ao lançarem, respectivamente, os nomes de Clement Atlee (1883-1967) e Winston Churchill (1874-1965), evento para o qual *O caminho da servidão* serviria enquanto uma espécie de “alerta” quanto à possível vitória dos trabalhistas, tomados por socialistas segundo a visão da direita liberal inglesa.

A visão de Hayek acerca do Estado e de seu papel para com a sociedade será aquela que irá caracterizar o pensamento neoliberal, a saber, a de que aquele deve ser o menos interventor possível na vida não das classes e grupos sociais, e sim na dos “indivíduos”, pois a tradição liberal de direita basicamente se esquia de qualquer menção ou abordagem à existência de diferentes classes dentro da sociedade humana, posição a partir da qual resulta o que se denomina de “individualismo metodológico”, o qual consiste em pôr o indivíduo como foco no processo de conhecimento, ou seja, parte de algum sujeito de maneira atomizada, descolado do todo social em que vive, para iniciar a pesquisa, cujos representantes maiores foram o filósofo prussiano Emmanuel Kant (1724-1804) e neokantiano Max Weber (1864-1920).

Dito isto, claro está que o individualismo metodológico se encaixa dentro de um modelo idealista-ativista de conhecimento (SCHAFF, 1978, p.74) onde é o sujeito e sua consciência os mais importantes para o processo de análise da realidade, “indivíduos” estes que viveriam, tal como defendem os pensadores deste modelo, alheios uns aos outros e em busca de atingir seus interesses particulares. Porém, a pergunta a ser feita aqui é a seguinte: de que maneira o Estado deve funcionar, pois se a este está vedada qualquer intromissão na busca dos indivíduos por seus interesses particulares?

A resposta se encontra no capítulo “A planificação e o estado de direito”, cuja ideia central é diferenciar o assim chamado *Estado de direito* da planificação estatal. Neste sentido,

⁵ Para mais informações, cf. ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.

uma nação livre é aquela dentro da qual prevalecem normas feitas previamente e, quando divulgadas, tais regras nos dirão se existe a possibilidade de prever de que modo as autoridades usarão seus poderes coercitivos, ao passo que esta situação jurídica está ausente de um país supostamente arbitrário. Por isto, uma nação com o *Estado de direito* concebe leis para as condições de uso dos recursos e bens, entretanto, sem anular o papel dos indivíduos na decisão e escolhas que vierem a tomar, ao passo que um “governo tirano” apresenta, por assim dizer, um órgão ou agência central responsável pela administração da economia, bem como os meios de produção passam a ser orientados a certos fins específicos.

Esta autoridade central coletivista deixa de lidar com as normas e regras jurídicas típicas do *Estado de direito*, agora se volta às demandas das pessoas e, posteriormente, determinará quais destas necessidades são mais relevantes, marcando, segundo o entendimento de Hayek, uma inegável intervenção, além de um controle, direta das atividades econômicas. Disto resulta o fim da suposta “imprevisibilidade jurídica” defendida pelo autor, haja vista que não existe qualquer forma de sabermos quem serão os beneficiados pelas leis, tampouco seu resultado concreto, estas que são criadas pelo Estado apenas para casos gerais, enquanto, aos indivíduos, cabe a decisão particular com base em seu conhecimento. Por isto mesmo, o planejamento estatal, conclui Hayek, anula a liberdade de escolha, cuja causa seria sempre previsibilidade dos resultados.

O produto geral dessa planificação e intervenção é a perda da imparcialidade do Estado, o qual passa a beneficiar certos grupos específicos na sociedade, do mesmo modo emerge a figura de um legislador supremo, capaz de dominar o povo, em que o Estado se transforma num “estado moral” cujas ideias são impostas aos sujeitos, donde o nazismo é um exemplo deste tipo de conduta, e o Estado liberal não. Quanto mais planejamento houver, o poder de decisão fica nas mãos do juiz ou de alguma autoridade, levando a um “declínio” do Estado de Direito ou, onde o suporte “órgão central geral” terá de decidir sobre certos aspectos da vida social, como a renda, enquanto que o Estado de Direito preserva a igualdade jurídica, indo contra o domínio do *status*. Isto de um lado, enquanto do outro a imprevisibilidade das leis do Estado liberal desfaz o erro de uma suposta inação do Estado, pois este sempre age e o indivíduo deve prever a ação estatal para poder elaborar seus planos pessoais.

A concepção de Hayek quanto ao papel do Estado e sua relação com os diferentes indivíduos egoístas é a de que o *Estado de direito* é marcado, primeiramente, pelo controle das leis pelo *Direito Formal*, não privilegia certos grupos ou sujeitos por vias legislativas, e o poder

coercitivo do Estado só é usado em casos definidos anteriormente, cuja aplicação poderá ser prevista.

Neoliberalismo e lumpemproletários

Passada a primeira parte de nossa prosa, seguiremos com a parte na qual tentaremos demonstrar o elo entre o pensamento de Friedrich Hayek, a concepção neoliberal, com o nosso objeto de pesquisa. Assim sendo, é necessário apresentar, antes, o que estamos a pesquisar para que possamos atingir nossa finalidade proposta no princípio de nosso texto.

Nosso estudo foca nas recordações da classe lumpemproletária de São Gonçalo, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, estas voltadas para os anos 1990, durante a emergência do neoliberalismo brasileiro, cujo clímax é o governo do PSDB (Partido Social-Democrata Brasileiro) sob a liderança do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1931-). A lumpemproletarização, ou caso queria outra nomenclatura, a pauperização dos trabalhadores gonçalenses, deve estar ligada ao processo de esvaziamento industrial pela qual passou o município entre os anos de 1970 e 1980, mudança esta extremamente mais sentida no quarto distrito, o de Neves, no qual ficavam as principais fábricas e estabelecimentos industriais, como Hime e a Fiat Lux. Destarte, a desindustrialização foi um evento bem circunscrito a tal localidade em São Gonçalo, desprovido, logo, de um caráter absoluto ou total, o que é corroborado pelo trabalho de José Honorato Lessa, para o qual houve uma *reestruturação*, *diversificação* e *reespacialização* da indústria gonçalense, ou seja, outras localidades da cidade outros setores começaram a ser explorados e ocupados, cujo exemplo é a indústria de *jeans*.

Para tratar especificamente da lumpemproletarização brasileira devemos dialogar com Lisando Braga, cujo trabalho mostra que tal fenômeno, no capitalismo periférico brasileiro, é extremo em termos quantitativos, bem como atua no sentido de piorar a vida de quem se torna um lumpemproletário, fração de classe, no regime de acumulação integral subordinado, voltada a aumentar a extração de mais-valor uma vez que a expansão de tal classe acarreta na queda dos salários e na fragmentação da classe trabalhadora. Os lumpemproletarizados, sejam homens ou mulheres, são identificados de duas formas, a saber, a nítida, por meio do desemprego, e oculta, dentro dos subempregos, como a prostituição, empreendedorismo, comerciantes ambulantes e etc.

No caso brasileiro, Braga nos mostra a década de 1990 enquanto momento histórico de alavancagem da precarização dos postos de trabalho materializada no enorme *quantum* de ocupações não registradas sem garantias trabalhistas, e dos subempregos, chegando a um total

de 38% segundo o PEA (População Economicamente Ativa) no ano de 1995. O aumento de subempregos e o desemprego, juntos, escancaram a lumpemproletarização pela qual o Brasil passou durante os anos 1990, de tal modo de que nosso autor afirma estarmos diante de uma “nação lumpemproletária”.

O neoliberalismo dentro do *regime de acumulação* subordinado é o vetor da lumpemproletarização brasileira, já que gera altos índices de desemprego através de suas políticas de ajuste fiscal, sobretudo recorrendo às privatizações, em decorrência das quais muitos postos de trabalho deixam de existir, ao passo que nos primeiros anos da década de 1990 foram os setores de transformação, como a mineração, petroquímica e a siderurgia, as primeiras vítimas da sanha neoliberal, cuja perda resultou em torno de 246 mil desempregados, enquanto que pós 1995, a comunicação, os bancos, estradas, portos foram entregues à iniciativa privada, fazendo com que 300 mil trabalhadores perdessem seus trabalhos.

Claro está que a economia política neoliberal, no seio do *regime de acumulação integral* dominado, é a principal determinação da lumpemproletarização no Brasil, cujo produto é a dizimação dos postos de serviços que serão entregues ao capital privado, em que irão predominar condições mais degradantes e exploratórias, de um lado, enquanto, do outro, haverá os desempregados, aqueles ausentes parte da produção capitalista, e das demais esferas, como a distribuição e circulação.

Portanto, é partir disto que tentaremos investigar as recordações dos impactados por esse regime de acumulação subordinado presentes em São Gonçalo, tendo em vista o esvaziamento industrial do 4º distrito, o de Neves, tendo em vista o processo total de lumpemproletarização no Brasil nos anos 1990.

Dito tudo isto, cabe fazer a seguinte indagação: como nosso tema de pesquisa e a visão de Hayek de Estado se relacionam diretamente? Ora, poderíamos responder que o Estado Neoliberal seria, por assim dizer, uma mera aplicação prática do que o economista austríaco pensava, entretanto, seria um equívoco assim pensar, pois iríamos partir da mesma base intelectual de Hayek, isto é a idealista, em que são as ideais, e não as classes, os vetores de transformação da História. O sociólogo Nildo Viana é quem nos alerta para tal erro, indicando que o Estado Neoliberal enquanto concebido por questão materiais e concretas, o que vale dizer, as necessidades do Capital é que engendraram o seu nascimento nos anos 1980, em virtude das lutas operárias, sobretudo na França e na Itália, e a queda da taxa de lucro na década anterior, situação cuja resolução estaria no toyotismo, criado no Japão, mas, posteriormente, adota pelo restante das nações capitalistas, marcando uma reestruturação das forças produtivas mundiais,

a qual marca, tal como dissemos anteriormente, a transição do *regime conjugado* para o *intensivo*, existente até os dias de hoje.

O Estado Neoliberal, agora atuante para garantir a extração de mais-valor dentro do modelo toyotista, começará, em sua infância, em meio à década de 1980, começa a adotar algumas medidas já presentes em *O caminho da servidão*, isto é, servir o mercado financeiro e o grande capital, em suma, um grande *revival* do liberalismo econômico agora levado às últimas conseqüências, através de privatizações de ajustes fiscais e monetários, bem como a destruição de políticas sociais e públicas e, sobretudo, a precarização dos postos de serviços, da qual é produto a lumpemproletarização das classes subalternas.

Claro está que o modelo neoliberal de Estado, ao qual Hayek, um mero ideólogo das classes dominantes burguesas européias, faz sua apologia, se transforma num dos grandes, quiçá o maior, aparatos de manutenção e controle dos lumpemproletários que resolvemos estudar em nossa pesquisa, ao passo que foi a reorganização das forças produtivas capitalistas a responsável por formar tal fração de classe, além do fato de que o Estado, na qualidade de superestrutura política, ideológica e jurídica, advém das relações sociais e econômicas concretas. Hayek defende os interesses de uma burguesia muitíssima impactada pela derrocada do capitalismo livre de mercado⁶, levando a maior presença do Estado, mesmo que para a exploração e a extração de mais-valia possam ser mantidas, e da mesma forma que Locke fazia oposição a Thomas Hobbes (1598- 1679), ideólogo da aristocracia britânica favorável ao absolutismo e à centralização monárquica, dominante na *Câmara dos Lordes*, era contra John Maynard Keynes (1883-1946), defensor de um maior planejamento estatal a fim de que empregos e o equilíbrio econômico sejam atingidos.

Voltando ao nosso objeto de pesquisa, os impactos da reestruturação produtiva e do Estado Neoliberal contrário a políticas voltadas ao bem-estar dos trabalhadores foram tão

⁶ É preciso destacar que os escritos de Hayek darão origem a uma vertente extrema do neoliberalismo, chamada, equivocadamente a nosso ver, de “anarco-capitalismo”, cuja premissa básica seria a extinção total do Estado e entrega de todos os serviços essenciais ao livre mercado, haja vista que o Estado seria um obstáculo à liberdade individual. Tal “escola” poderia, entendemos assim, ser chamada “ultraneoliberalismo”, em cujo seio não há qualquer tipo de vinculação ao pensamento anarquista clássico, essencialmente revolucionário, pois o ultraneoliberalismo é uma ideologia, no sentido marxista, reacionária e conservador, preocupada em garantir a dominação do livre mercado, do liberalismo enquanto sistema valorativo e opressão, exploração e controle das classes trabalhadoras. Essa ideologia começou a ser sistematizada nos Estados Unidos em fins do século passado, com poucos adeptos, mas, nos dias atuais, muitos a seguem e a defendem, cujos maiores representantes são Murray Rothbard (1926-1995), o maior ideólogo ultraneoliberal, que chegou a defender, numa sociedade sem Estado, o direito dos pais de venderem seus filhos enquanto bebês, e Walter Block (1941-), apologista da escravidão, do trabalho infantil e da prostituição. Para mais informações, cf. “*Imposto é roubo: Estado é quadrilha*”: *O Instituto Ludwig Von Mises e o Estado*, de Raphael Almeida, uma visão crítica do “anarco-capitalismo” e para compreender de perto tal ideologia cf. *Anatomia do Estado* e *A ética da liberdade*, de Rothbard, e *Defendendo o indefensável*, de Block.

grandes e brutais de tal modo que houve uma queda na renda, de um lado, e aumento, do outro, da concentração de renda e das desigualdades sociais entre as classes trabalhadoras, entre as quais está o lumpemproletariado. Os números e dados mostram que, entre os censos de 1991 e 2000, na era FHC, a renda em São Gonçalo cai de 0, 827 para 0, 706, ao passo que a per capita, entretanto, assiste a um relativo aumento, saindo de 198,7 reais em 1991 e passando a ser de 268,8 reais, assim como, a proporção de pobres na cidade de São Gonçalo também recua em que cai de 24,4% e chega a 18,9% entre os anos supracitados. Contudo, o Índice de Gini, responsável pelo estudo das desigualdades sociais, aumenta no município, onde parte de 0,47 em 1991 e chega a 0,49 nove anos depois, ao passo que a concentração de renda é um tanto quanto mais desesperadora: em 1991 os 80% mais pobres de São Gonçalo concentravam 48,1% da renda, concentrado em 2000 47%, enquanto os 20% mais ricos acumulavam 51,9% e chegaram, em 2000, a acumular unicamente 53% da renda⁷.

Com tais informações, podemos vislumbrar os impactos do *regime de acumulação integral subordinado* em São Gonçalo, em que a vida da classe trabalhadora se tornou, em quase uma década, mais fatigante, isto é, a renda começou a ficar cada vez mais concentrada nas poucas mãos da classe dominante gonçalense, apesar do aumento da renda per capita e da queda do percentual de pobres na mesma época. Resta-nos, durante a pesquisa empírica, se tal situação drástica confirma nossa hipótese de que a fração lumpemproletária, numa situação mais opressiva do que os trabalhadores, chegou ao que Georg Lukács chamava de *consciência psicológica* de classe, isto é, tal fração de classe tomou nota de qual lado faz parte do processo produtivo e que deve lutar por melhorias e mudanças a sua condição de vida, entretanto, não chega a ser um pensamento revolucionário, defensor de uma total e radical superação da sociedade capitalista⁸.

Conclusão

Por fim, salientamos que o atual modelo de Estado, o Neoliberal, a serviço das relações de produção dominadas pelo toyotismo, com vistas a uma enorme extração de mais-valor, corresponde ao que Friedrich Hayek já pregava nos anos 1940, enquanto que o modo de

⁷ No estado do Rio de Janeiro, a situação é um pouco mais discrepante: o Índice de Gini, entre 1991 e 2000, permanece em 0,61, bem alto, sabendo que perto cada vez próximo a 1, maior concentração há no local estudado, enquanto que a concentração de renda aparecia em 80% dos mais pobres concentrarem 34,7% da renda em 1991 e 34,4% em 2000, em contraste aos 20% mais ricos, os quais detinham 65,3% e em 2000 detiveram 65,6 da renda, isto é, houve um visível aumento na concentração de renda no Rio de Janeiro. Para mais informações, cf. SOUZA, Rosimary Gonçalves de. *Poder Local e Implementação da Política de Saúde*. 2005. 200 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

⁸ Cf. *História e consciência de classe*. 3ªed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

capitalista no *regime de acumulação integral subordinado*, o Brasil, produz muitos indivíduos que irão compor os lumpemproletários. Escolhemos os de São Gonçalo, Rio de Janeiro, como objeto de pesquisa, e demonstramos os efeitos das novas forças produtivas a tal fração de classe.

O pensamento de Hayek, uma vez levados em conta os interesses por trás dele, apenas confirma o que Marx e Engels já falavam no século XIX, a saber, que o Estado é um aparato de dominação da classe abastada a qual recorre a ideólogos para justificar e legitimar o seu poder com base no controle privado dos meios de produção e reprodução da vida social.

Referências

Artigos consultados:

LESSA, José Luís Honorato. “Pioneira do progresso fluminense”: o caso da industrialização de São Gonçalo (RJ) no século XX », *Espaço e Economia* [Online], 12 | 2018.

VIANA, NILDO. Breve história do neoliberalismo. *Revista enfrentamento*, [S. l.], v. 3, n. 05, 2022.

Obras consultadas:

BOEHM, Stephan. “Escola austríaca de economia”. In: BOTTOMORE, Tom e et al. *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, pp. 241-242.

BLOCK, Walter. *Defendendo o indefensável*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2010.

BRAGA, Lisandro. *Classes em farrapo: acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. São Paulo: Pedro e João Editores, 2013.

ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Petrópolis: Vozes de Bolso, 2019.

———. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. 3ªed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

ROTHBARD, Murray. *A ética da liberdade*. 2ª ed. São Paulo: LVM Editora, 2010.

———. *Anatomia do estado*. São Paulo: LVM Editora, 2018.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

Teses consultadas:

SOUZA, Rosimary Gonçalves de. *Poder Local e Implementação da Política de Saúde*. 2005. 200 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

Responsabilidade empresarial e processos repressivos contra trabalhadores: o caso de Itaipu Binacional (1975-1987)

Paloma Juliana Silva¹
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Rafael Vaz da Motta Brandão
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: “Ditadura, empresas e repressão a trabalhadores: o caso da hidrelétrica Itaipu Binacional (1975 – 1987)” ainda em andamento. Começamos nossa abordagem a partir da premissa de que em 2024 comemoram-se sessenta anos do golpe empresarial-militar que em 1º de abril de 1964 instaurou uma ditadura no Brasil. Trata-se de um dos períodos mais sombrios e bárbaros da história do tempo presente, com projeção nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, cujos ecos se prolongam até os dias de hoje, permanecendo como objetos de estudos e pesquisas.

A recente literatura crítica sobre o período no Brasil, tem aprofundado a compreensão das complicitades entre o empresariado e a ditadura em seus processos de fortalecimento e benefícios. Essa discussão inaugurada por René Armand Dreifuss², e retomada por alguns autores Campos, Brandão e Lemos³, Loureiro⁴, Melo⁵, Silva⁶ e Spohr⁷, tem demonstrado o caráter empresarial-militar do golpe de 1964 e também a relação empresarial no próprio regime inaugurado a partir de então.

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “Ditadura, empresas e repressão a trabalhadores: o caso da hidrelétrica Itaipu Binacional (1975 – 1987)”, sob orientação do Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão e coorientação da Dr.^a Jussamar da Silva, bolsista: CAPES.

² DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

³ BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Empresariado e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

⁴ LOUREIRO, Felipe Pereira. "O empresariado paulista e a política econômica do governo Castelo Branco (1964-1967)". In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Dimensões do Empresariado Brasileiro: história, organizações e ação política**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, 207-228.

⁵ MELO, Jorge José de. **Bolesen, um Empresário da Ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes**. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2012

⁶ SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **Corpos para o Capital: acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. Jundiaí: Paco, 2019.

⁷ SPOHR, Martina. **American Way of Business: o empresariado brasileiro e norte-americano no golpe empresarial-militar de 1964**. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

O artigo se apoia na orientação analítica de Rene Dreifuss ao compreender que o golpe de Estado de 1964, bem como a ditadura que lhe deu sequência, apresentam um sentido de classe em que os empresários brasileiros protagonizam ações politicamente consciente, demonstrando o importante papel que o grande capital desempenhou na articulação do golpe.

Do ponto de vista metodológico o presente artigo com base no método desenvolvido pelos pesquisadores e pesquisadoras argentinos e de outros países do Cone Sul que em mobilização recente, vem pesquisando e agindo no sentido de estabelecer a responsabilidade empresarial pelas violações cometidas durante o regime de exceção nessas nações Bohoslavsky; Verbitsky,⁸; Bohoslavsky,⁹; Basualdo,¹⁰; Bohoslavsky; Fernández; Smart,¹¹.

No Brasil, o projeto *A Responsabilidade de Empresas por violação de Direitos Humanos durante a Ditadura* estruturado no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp) por meio da definição prévia de um número determinado de empresas, a partir do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), dos levantamentos prévios realizados pelo Ministério Público Federal, promoveu edital de seleção de projetos de pesquisa para a investigação da colaboração de dez empresas com violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura, sendo a Itaipu uma das empresas selecionadas para o projeto.

Nesse sentido, foi publicado reportagem “Itaipu na ditadura: mais de 100 operários mortos e 43 mil acidentes na construção” pela Agência Pública em 19 de junho de 2023 por André Borges.¹² O projeto contribui qualitativamente para compreensão da responsabilidade empresarial na violação de direitos humanos durante a ditadura em nosso país.

Portanto, em primeiro momento buscaremos apresentar o contexto de participação da hidrelétrica no aparato repressivo contra os trabalhadores e em sequência demonstrar seu alcance entre os trabalhadores brasileiros e estrangeiros e suas consequências nos conflitos trabalhistas.

⁸ BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. VERBITSKY, Horacio. Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

⁹ BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). El Negocio del Terrorismo de Estado: los cómplices económicos de la dictadura uruguaya. Montevideo: Penguin, 2016.

¹⁰ BASULADO, Victoria (org.). Responsabilidad Empresarial en Delitos de Lesa Humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado. Buenos Aires: EDUNAM/ Flacso, 2016.

¹¹ SMART, Sebastián; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna (org.). Complicidad Económica con la Dictadura Chilena: un país desigual a la fuerza. Santiago: LOM, 2019.

¹² <https://apublica.org/2023/06/itaipu-na-ditadura-mais-de-100-operarios-mortos-e-43-mil-acidentes-na-construcao/> consultado em 24 de agosto de 2023.

Histórico da construção de Itaipu

No caso da hidrelétrica de Itaipu, o *Tratado de Itaipu* de 1973 estabelecido por Médici e Alfredo Stroessner para a construção da hidrelétrica, demonstra a instauração das conexões empresariais nacionais com os militares. Como resultado de negociações iniciadas em 1966 com as Atas de Iguaçu, que previa em documento a criação de uma usina binacional com divisão igual de eletricidade entre os dois países.

O tratado previa o aproveitamento do rio Paraná para a construção de uma barragem, no limite territorial entre os dois países. A hidrelétrica seria a maior do mundo até então, com capacidade instalada de 14 mil megawatts.¹³ A construção da barragem e do lado artificial, por sua vez, resultou em uma série de impactos ambientais e sociais – como o fim do Parque Nacional das Sete Quedas e a expropriação de terras de pequenos agricultores, posseiros e indígenas¹⁴ – além da criação de um ente jurídico inédito no Direito Internacional: uma empresa binacional, administrada, conjuntamente, pela Eletrobrás, estatal brasileira do setor elétrico, e pela paraguaia ANDE (Administración Nacional de Eletricidad).¹⁵

No caso do Brasil, o papel das empreiteiras se dinamiza onde a apropriação do público pelo privado se torna uma regra. E nesse sentido, as empreiteiras¹⁶ calculam a corrupção para obter sua lucratividade. Na Itaipu consórcios como UNICON (União de Construtoras), formado pelas empreiteiras Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Mendes Júnior, Cetenco e CBPO, seria o responsável pelo emprego da maioria dos trabalhadores. E dada a vultuosidade da obra, além deste consórcio, viu-se a organização de contratação de subempreiteiras, criando um processo de terceirização e mesmo quarteirização do processo de investimento estatal e de organização da força de trabalho.

Em Itaipu a ofensiva consciente dos empresários brasileiros em conexão com os militares contra os trabalhadores, tem uma de suas facetas na imposição de péssimas condições de trabalho, com regime de trabalho que alcançavam 12 horas diárias, havendo denúncia de pagamento de horas-extras sem aditivos de auxílio-periculosidade e insalubridade.

¹³ Atualmente, Itaipu é a segunda maior hidrelétrica do mundo, atrás apenas de Três Gargantas, na China, que possui uma capacidade instalada de 22.500 megawatts.

¹⁴ A formação de lago artificial resultou na expulsão das populações locais das terras onde viviam e trabalhavam. Esse processo atingiu milhares de camponeses, entre eles, pequenos proprietários, posseiros e trabalhadores sem terra, além de povos indígenas, sobretudo da etnia Ava-Guaranis, que também sofreram com as desapropriações e migraram para outras regiões, inclusive para o lado paraguaio.

¹⁵ SCHILLING, Paulo; CANESE, Ricardo. Itaipu: geopolítica e corrupção. São Paulo: CEDI, 1991, p. 8.

¹⁶ Para aprofundamento sobre a atuação das empreiteiras durante o período da ditadura, ver CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Ed. UFF, 2017.

O canteiro de obras era altamente militarizado e as questões trabalhistas eram tratadas como casos de “segurança nacional”. Nesse sentido, Enrique Serra Padrós observa que o Terrorismo de Estado (TDE) está vinculado à própria dinâmica capitalista, constituindo-se como um “sistema de dominação e disciplinamento ao qual recorrem os setores economicamente dominantes em determinadas conjunturas, quando fortemente questionados e ameaçados”.¹⁷ Ao estudar os regimes de segurança no Cone Sul, o autor observa, ainda, que “a intensificação da ação das instituições coercitivas estatais e o crescimento dos fluxos de informação produzidos pelos serviços de inteligência”, centralizados pelo aparelho estatal, “são concomitantes ao desequilíbrio na relação entre poderes e ao enfraquecimento dos meios de fiscalização e de informação da sociedade civil”.¹⁸

É importante frisar, segundo Padrós, que “a configuração de um sistema de TDE não ficou restrito aos sequestros e desaparecimentos de cidadãos ou à imposição de uma política massiva de tortura”.¹⁹ O sistema repressivo nos regimes ditatoriais no Cone Sul também englobou o que o autor denomina de violência organizada, que “se estendeu por todas as instituições existentes, tornando-as mecanismos de multiplicação de formas de controle, de ostentação de poder e de impunidade”.²⁰

Padrós indica que a violência organizada “sua aplicação concreta produziu situações que variaram entre um violento disciplinamento e a institucionalização do horror”. Conforme o autor,

à utilização de recursos estatais tradicionais como autoridade, prestígio, castigo, reabilitação, privilégios ou corrupção, o TDE acrescentou novos mecanismos coercitivos, repressivos e de controle, assim como modernos recursos de persuasão e de dissuasão, o que inclui o uso de novidades tecnológicas no campo da contra-insurgência (inteligência, espionagem, tortura, interrogatórios).²¹

Este parece ser o caso da hidrelétrica Itaipu Binacional. Através de sua Agência Especial de Segurança Interna (AESI/Itaipu), a empresa investigou e reprimiu trabalhadores durante as obras de construção da usina, sob a suspeição de “subversão” e “infiltração comunista”. Assim, os trabalhadores de Itaipu Binacional foram vítimas do Terrorismo de Estado e da violência organizada, a partir do monitoramento de suas ações, da elaboração de “listas sujas”, de interrogatórios e prisões arbitrárias e, no limite, do abuso da violência física.

¹⁷ PADRÓS, Enrique Serra. *Terrorismo de Estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional*. História e Luta de Classes, no 4, julho 2007, p. 45.

¹⁸ *Ibidem*, p. 46.

¹⁹ _____. *Ditaduras de Segurança Nacional em Regiões de Fronteira: o Rio Grande do Sul e a rede de direitos humanos*. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, julho 2013, p. 4.

²⁰ *Ibidem*, p. 4.

²¹ *Ibidem*, p. 5.

Por sua vez, a historiadora argentina Victoria Basualdo em seus estudos sobre a participação de empresas e empresários em violações de direitos humanos na última ditadura militar argentina, apresenta importantes sistematizações sobre o conceito de *Cumplicidade Empresarial*.

El análisis de la responsabilidad empresarial en cada informe de caso parte de reconstruir los hechos y situar las víctimas del terrorismo de Estado. [...] Respecto del criterio de inclusión de personas en el colectivo de víctimas analizado en cada caso, se ha considerado, en primer lugar, a los trabajadores de cada empresa y algunos extrabajadores que mantuvieron vínculos que, por diversas razones explicitadas en cada informe, han resultado relevantes. En algunos casos se consignan además, como casos conexos, a víctimas que no eran trabajadoras de la empresa pero tenían vínculos familiares, de militancia o legales (abogados laboristas) con ellas. En la tipificación de las víctimas consideraremos tres tipos: los desaparecidos, los asesinados y los detenidos-liberados.²²

Podemos verificar que Basualdo propõe a identificação de quatro aspectos fundamentais para reconstrução dos fatos em cada relato de caso. As características partem de analisar as articulações centrais do negócio, os fundamentos do processo organizacional e conflito sindical, os processos repressivos e as formas como se manifestou a responsabilidade da empresa na repressão aos trabalhadores.

A estrutura repressiva de Itaipu

Para uma compreensão aprofundada sobre a criação e consolidação da Estrutura Repressiva em Itaipu, a pesquisadora Jussamar da Silva analisa especificamente os trabalhadores em Itaipu, discutindo o papel assumido pela Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI/Itaipu), destacando a vigilância do aparato repressivo sobre os operários que atuavam no canteiro de obras, em sua articulação com a perseguição aos movimentos de oposição às ditaduras do Cone Sul.²³

Nesse sentido, segundo Jussamar da Silva, a Itaipu constituía-se como “um braço da repressão no Brasil e no Paraguai, bem como da Operação Condor”.²⁴ Conforme seu estudo demonstra, as violações sobre os trabalhadores ocorreram desde o início das obras de instalação e alvenaria, já a partir de 1975.

Outro elemento que podemos destacar é a presença de trabalhadores estrangeiros na construção da usina. A Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) sistematizava

²² BASUALDO, Victoria (org.). Responsabilidad Empresarial en Delitos de Lesa Humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado. Buenos Aires: EDUNAM/ Flasco, 2016, Tomo I, p. 7-10, grifo nosso.

²³ SILVA, Jussamar da. A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil – Paraguai (1973-1987). Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

²⁴ *Ibidem*, p. 12

através de Pedidos de Busca levantamentos de antecedentes de estrangeiros²⁵, solicitando registros de desembarque em território brasileiro. Em outro documento analisado, a AESI elaborava mapas semestrais de situação de estrangeiros²⁶ com dados contendo o nome, filiação, nacionalidade, data de nascimento, admissão na hidrelétrica, documento de identidade e função.

Como destaca Jussaramar da Silva, o Pedido de Busca refere-se a um expediente criado logo na criação das Assessorias de Segurança e Informações, antes mesmo de tornarem-se AESIs, e eram utilizadas para verificar a vida pregressa de trabalhadores.

A estrutura repressiva construída por Itaipu através das AESIs vai além do simples cadastramento dos trabalhadores. Como apresentado pela documentação, a coleta de dados tinha a finalidade do controle da ordem. Seja através do terror objetivo e subjetivo. No estudo realizado por Valdir Sessi, a repressão aos operários que atuaram na obra, não eram apenas o papel da AESI/Itaipu, mas também do aparato repressivo do consórcio Unicon, formado pelas empreiteiras brasileiras responsáveis pelas obras civis de construção da barragem.²⁷ Nas empreiteiras, segundo o autor, podemos verificar a função dos feitores e dos fiscais de obras que vão além do ordenamento da dinamização do canteiro de obras.

Os feitores e fiscais de obras, nas pesquisas de Sessi, compunham a estrutura repressiva contra os trabalhadores no cotidiano do canteiro de obras. Mesmo que a empresa construa uma memória positiva dos seus feitores e fiscais estes fizeram parte do *modus operandi* com ameaças e instigadores dos constantes batimentos de metas em lançamento de concreto.

A repressão a trabalhadores

O caso dos trabalhadores é emblemático, a hidrelétrica organizou estrutura repressiva de coleta e análise de informações. Cabe frisar que, se a Itaipu estabeleceu a identificação de “Inimigos Internos” durante a construção da usina e em sua consolidação como hidrelétrica, a função das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI) foi de um mecanismo de autojustificação e continuidade do regime repressivo, os trabalhadores brasileiros e estrangeiros, quando manifestaram iniciativas reivindicatórias, de reorganização e organização, resistência e luta, forma considerados o inimigo interno por excelência.

²⁵ BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_86058482_d0001de0001. p. 3

²⁶ BR_DFANBSB_ZD_0_0_0041B_0085_d0001de0001. p.2

²⁷ SESSI, Valdir. “O Povo do Abismo”: trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipu (1974-1987). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021.

Como mostra no documento que trata da atuação das lideranças sindicais e das associações profissionais representativas das classes trabalhadoras, em conjunto com os empregados do complexo de Itaipu nos anos de 1986²⁸. No documento é listado o nome dos principais dirigentes sindicais do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Foz do Iguaçu - SITRACOCIFOZ.

Mesmo em condições adversas de intensa repressão, os trabalhadores não vivenciaram o momento de forma passiva e calada. “Se as greves por categorias e a chegada de grupos políticos de esquerda às direções sindicais eram impossíveis dado o alcance da repressão, os ativistas mais combativos não desistiram do trabalho de organização dos trabalhadores nas empresas.²⁹ Da organização de classe que germina dessas ações, somada a superexploração dos operários que produziram o “milagre econômico”, florescem diversos movimentos grevistas e Itaipu faz parte desse movimento.

Como é o caso da greve de 1987 que ocorreu entre as articulações dos representantes dos trabalhadores e das empreiteiras UNICON (União de Construtoras) e ITAMON (Construções Industriais Ltda) prestadoras de serviço à hidrelétrica. O movimento grevista coordenado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Foz do Iguaçu – SITRACOCIFOZ, com duração entre 28 de setembro a 02 de outubro de 1987, teve como motivação o pagamento de ajuda habitacional retroativo a julho/8, aqueles empregados que não residem nas vilas residenciais; concessão do pagamento da ajuda habitacional para os empregados da Itamon que residem nos municípios circunvizinhos a Foz do Iguaçu/PR, a exemplo do que fez Unicon; 40% (quarenta) de reposição salarial a contar de setembro/87.³⁰

Outros documentos, revelam as péssimas condições de trabalho dos operários de Itaipu. O documento “Possibilidades de ações subversivas – Canteiro de obras”, de 6 de novembro de 1978, informa que “aproximadamente 2.000 (dois mil) trabalhadores dos 7.170 (sete mil cento e setenta) alojados na época no CO-ME, inconformados com a falta d’água que vinha se fazendo sentir, por diversas vezes, há mais de uma semana nos alojamentos em que residem, passaram a proceder como turba, danificando algumas torneiras e chuveiros, culminando a ação com o apedrejamento da casa das máquinas de bombeamento d’água e consequente quebra de vidros e telhas da referida edificação”.

²⁸ BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_89008260_d0001de0001 (p.3 e 4)

²⁹ BADARÓ, Marcelo; VEGA, Rubén. Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro : Consequências, 2014. P. 184.

³⁰ BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_87063927_d0001de0001, p. 6.

O documento, então, lista uma série de problemas nas condições dos trabalhadores de Itaipu: “a) sistemática falta d’água nos banheiros e sanitários dos alojamentos; b) brutalidade e maus tratos infringidos pela vigilância da Unicon; c) suspensão do adiantamento salarial (vale) por parte do Consórcio; d) insuficiência, insegurança e falta de comodidade no transporte de pessoal; e) qualidade e temperatura de água servida nas refeições (mau aspecto e morna); f) insuficiência de recreação para as horas de lazer; g) espera exagerada nas filas formadas para acesso ao refeitório com prejuízo nas horas de descanso e/ou atrasos nas horas de início dos trabalhos; h) falta de bebedouros com refrigerador e de tanque para lavar roupas nos alojamentos.”³¹

Um dos documentos tratam do caso de um funcionário do consórcio Itamon (Itaipu Montagem), responsável pela parte da montagem eletromecânica da usina. No dossiê do operário, produzido pela AESI/Itaipu, constavam, além de uma série de dados pessoais e seu histórico profissional, informações sobre sua militância política e atuação sindical. Por conta disso, passou a ser monitorado pela empresa pelo risco de “ações subversivas”.³²

Em se tratando dos trabalhadores estrangeiros há também pedidos de antecedentes políticos que seriam empregados na Unicon. Um deles, o pedido de busca no 0960/76, de 25 de outubro de 76³³, refere-se a um funcionário de nacionalidade chilena. Conforme o documento, “Trata-se de um estrangeiro trabalhando para a UNICON – União de Construtoras, Empreiteira de ITAIPU BINACIONAL, com atuação no Canteiro de Obras da Entidade”. No seu pedido, Itaipu solicitava ao SNI, “esclarecimentos sobre o possível envolvimento do sindicato com organizações terroristas ou de cunho subversivo no exterior ou no país”. Este caso parece ser bem interessante, pois podemos pensar a inserção de Itaipu na “comunidade de informações” em nível internacional, nos quadros da Operação Condor.

Como escreve Jussaramar da Silva, “A materialização de Itaipu na Tríplice Fronteira, (...) solidificou o papel do Brasil na região, que alterou a geopolítica entre os países do Cone Sul, mas também cumpriu outro papel, o de mediar informações sobre operários, funcionários e pessoas consideradas suspeitas pelas ditaduras em vigor, em particular, os brasileiros e os paraguaios.”³⁴

³¹ br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_79000886_d0001de0001, p.8 e 9

³² Documento referente a um trabalhador. A autora optou pela omissão dos envolvidos nas informações. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_87007234_d0001de0001.

³³ Documento referente a um trabalhador. A autora optou pela omissão dos envolvidos nas informações BR_DFANBSB_Z4_DPN_PES_PFI_0746_d0001de0001

³⁴ SILVA, Jussaramar da. A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil – Paraguai (1973-1987). Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010. P, 106.

Diante da documentação apresentada, podemos verificar que a Itaipu se insere na “comunidade de informação” do aparato repressivo colaborar, uma vez que a uma série de indícios de colaboração da Itaipu na troca de informações com o aparato repressivo, como os diversos pedidos de busca por antecedentes de trabalhadores e funcionários que atuaram nas obras de construção da hidrelétrica.

Considerações Finais

O golpe de Estado de 1964, alterou drasticamente o tecido social de nosso país. A ditadura empresarial-militar através de políticas e leis específicas para o mundo do trabalho possibilitou a intensificação, ao mesmo tempo dos lucros das empresas e da extrema precarização do trabalho. Como é o caso de Itaipu, que em condições de trabalho precárias impunha aos trabalhadores as metas do concreto e exercia sobre todos os operários do canteiro de obras a vigilância e controle.

No transcurso do governo Bolsonaro, a militarização da ditadura seguiu combatendo seus alvos “criminosos” e negociando duvidosos progressos para o país. Recolocar o capitalismo no centro da reflexão da história contemporânea é possibilitar elementos para refletir sobre memória, verdade, justiça e reparação.

Além disso, a responsabilidade social do historiador na pesquisa e socialização das reflexões e análises desenvolvidas sobre o período da ditadura empresarial-militar, não fica restrita ao ambiente acadêmico. Tão pouco ao revisionismo que mina a complexidade da contradição da relação capital trabalho com pouca ou rasa compressão dos estudos sobre o método materialista histórico. A questão é compreender sobre a finalidade e as consequências do trabalho do historiador.

Nesse sentido, aprender a ver na história as lágrimas, o suor, o sangue, e o triunfo da gente comum, de nossa gente, torna-se tarefa. Cabe ressaltar que a política geral do setor empresarial é o silêncio absoluto em relação a ditadura. Apesar dos indícios e violações de direitos humanos contra os trabalhadores que encontramos na documentação referente aos anos de construção de Itaipu, há uma recusa em falar sobre isto, apesar do que isso implica.

Referências Bibliográficas

BADARÓ, Marcelo; VEGA, Rubén. Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal. Rio de Janeiro : Consequências, 2014. P. 184.

BASUALDO, Victoria (org.). Responsabilidad Empresarial en Delitos de Lesa Humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado. Buenos Aires: EDUNAM/ Flacso, 2016.

- BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Empresariado e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- BOHOSLAVSKY, Juan Pablo. VERBITSKY, Horacio. *Cuentas Pendientes: los cómplices económicos de la dictadura*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.
- BOHOSLAVSKY, Juan Pablo (org.). *El Negocio del Terrorismo de Estado: los cómplices económicos de la dictadura uruguaya*. Montevideo: Penguin, 2016
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Ed. UFF, 2017.
- LOUREIRO, Felipe Pereira. "O empresariado paulista e a política econômica do governo Castelo Branco (1964-1967)". In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). *Dimensões do Empresariado Brasileiro: história, organizações e ação política*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, 207-228.
- MELO, Jorge José de. *Boilesen, um Empresário da Ditadura: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: UFF, 2012.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Terrorismo de Estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional*. *História e Luta de Classes*, no 4, julho 2007, p. 45.
- SCHILLING, Paulo; CANESE, Ricardo. *Itaipu: geopolítica e corrupção*. São Paulo: CEDI, 1991
- SESSI, Valdir. "O Povo do Abismo": trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipu (1974-1987). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2021
- SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. *Corpos para o Capital: acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)*. Jundiaí: Paco, 2019.
- SILVA, Jussaramar da. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil – Paraguai (1973-1987)*. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010
- SMART, Sebastián; BOHOSLAVSKY, Juan Pablo; FERNÁNDEZ, Karinna (org.). *Complicidad Económica con la Dictadura Chilena: un país desigual a la fuerza*. Santiago: LOM, 2019.
- SPOHR, Martina. *American Way of Business: o empresariado brasileiro e norte-americano no golpe empresarial-militar de 1964*. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

Revolução dos Cravos e a Reforma Agrária: Portugal, território de produção de saberes.

Pedro Freitas de Almeida¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Gelson Rozentino de Almeida
Bolsista: CAPES

Introdução

O processo revolucionário em curso (PREC) é o período da história portuguesa que vai da revolução dos cravos, de 25 de abril de 1974, à aprovação da Constituição em abril de 1976. Esse período foi marcado por um forte antagonismo entre os projetos políticos para a nação. A dualidade de poder teve seu ápice no verão de 1975.

Por um lado, houve realmente, sobretudo em Itália e na Inglaterra, um crescimento impetuoso das lutas sociais, até 1974. Por outro lado, em 1973, toda a esquerda europeia se define estrategicamente no espelho da tragédia chilena. Enquanto a ditadura franquista agonizava em Espanha, Portugal sofre em 1974-75 uma verdadeira crise revolucionária: o Verão de 1975 assiste ao surgimento nas fábricas, nos bairros, nos quartéis, em formas de dualidade de poder e, em Agosto, desfilam blindados nas ruas de Lisboa ao lado dos manifestantes. (BENSAÏD, 2008) “A existência de ideias revolucionárias numa época determinada pressupõe a existência de uma classe revolucionária” (MARX e ENGELS, 1981). Esse potencial revolucionário nem sempre é utilizado, e nunca atingiu o seu auge, pondo fim à luta de classe. É, precisamente no chão de fábrica e dos bairros mais pobres, que percebemos os diferentes níveis qualitativos (e não quantitativos) da consciência e da experiência de classe, em outras palavras, o grau de acirramento das lutas de classe.

O pensamento do trabalhador antes da revolução é realista, contudo estático: obedecer ao patrão e ao governo capitalista é a forma pragmaticamente segura de manter-se vivo e empregado. A revolução rompe a inércia mental e estimula o pensamento dinâmico de um realismo crítico e dialético. É a aplicação de conceitos racionais a uma realidade em movimento.

A produção da vida (...) surge agora imediatamente como uma dupla relação: por um lado como relação natural, por outro como relação social- no sentido que aqui se entende a cooperação seja em que circunstâncias for e não importa de que modo e com que fim. Daqui

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, sob orientação do Dr. Gelson Rozentino de Almeida, bolsista: CAPES.

resulta que um determinado modo da cooperação é ele próprio uma força produtiva; e que a quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado da sociedade, e portanto a história da humanidade tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca.(MARX e ENGELS, 1981)

O PREC é a expressão de uma sociedade em conflito. A racionalidade impõe aplicações valorativas inevitáveis sobre os fatos. A história é um espetáculo em que a tortura, por vezes, é apresentada como justiça e a barbárie é aplicada como projeto civilizatório, contudo, cabe a nós proteger a justa posição com valores humanistas e argumentos científicos. Portugal se juntou pouco depois. (HOBSBAWM, 1994)

A derrubada do governo criou uma nova correlação de forças na sociedade. Os jornalistas da RTP fizeram questão de destacar que todos, na emissora, estavam em acordo com o golpe, e com a ocupação armada da televisão. O apoio das massas é uma das demonstrações de que o fuzil esteve ao lado do povo e que a revolução dos cravos foi uma vitória do consenso sobre a coerção. Os repórteres destacaram, também, o caráter cívico e ordenado da intervenção popular. O jornal Última Hora reportou a repercussão mundial da revolução dos Cravos na África e em todo o mundo, inclusive no Brasil. O futuro das relações internacionais portuguesas era uma incógnita que dependia do desenvolvimento da revolução.

Os trabalhadores que se calaram por meio século foram às ruas, unindo um milhão, no Primeiro de Maio que se seguiu ao 25 de Abril, e, entre uma data e outra, Lisboa estava abarrotada. As massas se auto-mobilizaram ante o exemplo do MFA, porém a mobilização espontânea depende da organização para não esvaziar-se. A organização da prática é feita pela teoria num processo consciente de intervenção na realidade, depende de um conhecimento sistematizado. A motivação tem de ser consciente. A revolução é uma conjugação de mobilização e organização da classe.

Essas duas forças se associam, e enquanto a primeira é impetuosa e explosiva, a segunda é disciplinada e permanente. Marx demonstrou que a contradição fundamental da sociedade é o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade. A produção espiritual (o trabalho do cientista) é também social, pois depende do conhecimento prévio, adquirido por gerações anteriores e de mercadorias produzidas pelos trabalhadores braçais (Thompson), que satisfazem o aparelho biológico desses espíritos científicos. Esse conhecimento produzido socialmente torna-se privado e elitizado. “A divisão do trabalho só se torna realmente divisão no momento em que surge uma divisão do trabalho material e espiritual” (MARX e ENGELS,1981). São inúmeros os mecanismos de alienação contemporâneos. Tanto o

conhecimento quanto os bens que ele gera acabam por servir à manutenção dos privilégios de classe. O conhecimento ofertado às massas é escasso e fragmentado.

Os dias que seguiram, provariam ainda, que a vontade dos trabalhadores é antagônica à vontade da burguesia. A sua potencialidade de classe é a emancipação humana, a realização filosófica, sem a qual, a democracia plena e participativa não pode existir. Uma pequena demonstração dessa força é sempre acompanhada de uma profunda transformação histórica. O enredo ficou mais emocionante, o cenário foi alterado e os papéis sociais e políticos foram redefinidos, as falas passaram a representar melhor os seus personagens. Só o povo executa as grandes transformações históricas. Fazer caminhar a história todos podemos e fazemos. Alterar seu rumo, é uma ação conjunta de seus protagonistas

Partimos do princípio de que ‘os conceitos são categorias engravidadas de história’, pois “até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata – apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto das condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas” (Marx, 1978, p. 120). Nesse sentido, apreender as dimensões educativas da experiência dos trabalhadores durante processo revolucionário em curso - PREC requer historicizar, no contexto português, as categorias produção associada, autogestão, consciência de classe, cultura do trabalho e experiência de classe – categorias estas que, no horizonte da emancipação da classe trabalhadora, se relacionam e se articulam.

Na realidade, luta de classes é um conceito prévio assim como muito mais universal. Para expressá-la claramente as classes não existem como entidades separadas, que olham ao redor, encontram uma classe inimiga e começam logo a lutar. Pelo contrário, as pessoas (gentes) encontram-se em uma sociedade estruturada em modos determinados (...), experimentam a exploração (...), identificam pontos de interesse antagônico, começam a lutar por essas questões e no processo de luta se descobrem como classe, e chegam a conhecer este descobrimento como consciência de classe. A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras, fases do processo real histórico. (THOMPSON, 1984, p. 37)

Reforma Agrária: Trabalho, lazer e produção de saberes nas unidades coletivas de produção e cooperativas agrárias.

A dificuldade e a complexidade de uma Revolução que se pretende popular é explícita em toda documentação analisada. De início, as dificuldades são óbvias: aprender a viver coletivamente, em todas as instancias da vida, aprender a ouvir e a falar. Depois os problemas

aparecem dentro da própria esquerda, as discussões são muitas e não dão conta de resolver as diferenças internas e construir uma intervenção coesa. Os trabalhadores são convidados a se posicionarem e a tomarem partido, com isso ampliam sua politização enquanto aprendem a viver e a dificuldade e a complexidade de uma Revolução que se pretende popular é explícita em toda documentação analisada. De início, as dificuldades são óbvias: aprender a viver coletivamente, em todas as instâncias da vida, aprender a ouvir e a falar. Depois os problemas aparecem dentro da própria esquerda, as discussões são muitas e não dão conta de resolver as diferenças internas e construir uma intervenção coesa.

QUE O TRABALHO, O COMER, O DISRUTIR, O APRENDER, E O GERIR CONSTITUAM UM SÓ TEMPO: O TEMPO DE VIVER.

(Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. Abril de 1975, pag.1.)

Como também demonstramos, não conseguimos pensar a educação de trabalhadores sem o conceito de práxis, utilizado por diferentes autores. Práxis para nós é uma unidade coerente entre a teoria e a prática cotidiana. Sem iludirmo-nos com as contradições inerentes às sociedades de classe, não isolamos a relação direta entre pensamento e ação nos resultados concretos obtidos pelos seres humanos. Também não negamos que um pensamento social depende das condições reais de existência concreta de um determinado indivíduo. Numa abstração, podemos supor da mesma forma, que um pensamento coletivo, depende de relações coletivas edificadas no cotidiano da vida social.

As fontes por nós encontradas, demonstram os interesses desses trabalhadores em produzi-las. E isso, para nós, é um fenômeno de grande interesse. Entender que esses trabalhadores se preocuparam em construir fontes históricas para que, no futuro, nós, cientistas sociais, pudéssemos entender suas intenções e interesses sociais, representa um salto qualitativo entre a consciência social e a produção científica. Apoiados pelo grupo sócio-cultural trocamos por uns dias as enxadas pelas esferográficas e as forquilhas, serrotes e tratores pelas máquinas de escrever! fizemos de noite horas de trabalho e decidimos lançar para o público uma primeira experiência que há-de continuar com uma participação mais ativa e direta de cada um dos cooperados para mostrar que a par do amanhã e cultivo das terras, também cultivamos outras culturas que tanto como o trabalho nos enobrecem como HOMENS. De certo modo, os nomes todos da lista de cooperados somos já autores desta brochura e das que tentaremos lançar no futuro. (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. Abril de 1975)

Além de transmitir às gerações futuras as experiências de viver em uma propriedade coletiva e trabalhar, sem o julgo de patrões, as iniciativas documentais das cooperativas tinham o interesse de exportar também, às terras vizinhas, o projeto revolucionário à lembrança do passado ou às esperanças futuras; serviam para nortear as tarefas práticas do presente. E assim o foi. Até hoje, as cooperativas portuguesas formadas durante o PREC servem de referência teórica e prática para as experiências atuais de trabalho associado.

O trabalho associado no campo se manifestou em forma de cooperativa agrícola, e da palavra de ordem: “terra a quem nela trabalha”. Na frente rural, o PCP dividiu espaço com outras organizações políticas e com líderes independentes, em meio a uma massa muito maior de trabalhadores, pouco escolarizados e sem muita experiência política, que parecia não entender bem a divergência entre as organizações políticas e a potencialidade de classe à qual tinha nas mãos. Essa parcela do povo era quem poderia definir, e radicalizar ainda mais, os rumos da Revolução dos Cravos.

À reforma agrária, Srs. Deputados, terá imediatamente estas incidências: melhorar o nível de vida da massa camponesa, produzir mais para que nós importemos menos é para que tenhamos mais também, terminar com o desemprego crônico no Alentejo e onde o latifúndio predomina. Ajudar a situação dos pequenos e médios produtores e proprietários agrários dentro do País, reduzir e até eliminar a necessidade da emigração.²

As grandes propriedades agrárias em Portugal eram, para os intelectuais críticos, a causa do subdesenvolvimento econômico português, visto que além de concentrarem a riqueza e o maior lucro de seus proprietários serem oriundos da especulação dessas terras, nestes muitos poucos seres humanos eram contratados para trabalhar. Essa elite agrária comandava o país por muitas gerações. A única esperança para o trabalhador de mudar suas condições de vida era emigrar para outro país. O estudo da questão agrária demonstrava para esses estudiosos que a grande propriedade da terra era sinônimo de miséria e subdesenvolvimento.

Isto aconteceu no nosso país, acontece e tem acontecido em todos os países. Não há nenhum país onde a grande propriedade agrária latifundiária predominou que fosse desenvolvido. Era atrasada a Rússia dos tsares, eram atrasados os países balcânicos, antes da revolução socialista. Era atrasada a Polônia, são atrasados os países do Próximo Oriente onde

² MIGUEL, Antônio Gervásio e Francisco. intervenção na Assembleia Constituinte, em 15 e 18 de Julho de 1975 Edições «Avante!». 1975

predomina a grande propriedade agrária de raiz feudal, é atrasado o Sul da Itália, a Espanha, Portugal, o Brasil, todos os países onde predomina a grande propriedade agrária latifundiária.³

Parte da região agrária de Portugal, contudo, era composta de pequenas e médias propriedades, mas os interesses desses também não eram atendidos por Salazar nem Marcelo Caetano. O governo era sustentado politicamente pelos grandes proprietários e pela exploração das colônias. Os impostos e taxações mais significantes recaíam sobre os pequenos proprietários e pequenos e médios produtores que não podiam se dar ao luxo de manter terras improdutivas e lucrar com a especulação fundiária. Segundo Francisco Miguel:

À existência do latifúndio entrava o desenvolvimento e atira para cima dos pequenos e médios produtores e pequenos proprietários a carga tributária e todas as desvantagens que, para favorecer os interesses dos latifundiários, assim é determinado pelos governos. O nosso país, concretamente, sempre orientou a sua política, em relação à agricultura, de acordo com os interesses dos grandes latifundiários e com desvantagem e em prejuízo dos pequenos e médios produtores. Por isso a reforma agrária é fundamental nas regiões do nosso país onde predomina a grande propriedade...⁴

A emigração dos camponeses portugueses teve início na intenção de aumentar o padrão de vida, mas, com o anúncio das guerras nas colônias, o objetivo da emigração deixou de ser apenas melhorar de vida e passou a ser a de não ser recrutado para talvez morrer no continente africano. Sobrevivência é, portanto, o melhor conceito para descrever o movimento migratório da região agrária de Portugal.

Antigamente a emigração era para o Brasil. Nos anos 30, 40 e até 50. Depois mais tarde veio a emigração para França. À guerra em África fez o maior surto. Rapazes que fugiam à guerra eram autênticos dramas. Muitos fugiam a salto. Rapazes da freguesia de Barcouço foram presos em Vilar Formoso. Houve até um caso muito falado aqui no lugar. Um grupo de rapazes foi preso em Vigo, depois de atravessar o Rio Minho de barco. Iam como membros duma equipa de futebol embarcar em Vigo de avião. Um funcionário desconfiou, telefonou para Lisboa para a Federação de Futebol e ainda os mandou deter. Chegaram a casa passado um mês. Mais tarde foram doutro modo. Ficaram cá as mulheres e meia dúzia de homens. A juventude não quer isto.⁵

³ iden

⁴ iden

⁵ SALVADOR, José A. Camponeses de Barcouço << Não vamos morrer agarrado às enxadas >>, ou de como se dá conta do nascimento e vida da Cooperativa de Produção Agro-Pecuária de Barcouço (Medalha). Centelha. Coimbra 1977.

QUE O TRABALHO, O COMER, O DISRUTIR, O APRENDER, E O GERIR CONSTITUAM UM SÓ TEMPO: O TEMPO DE VIVER.

(Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. Abril de 1975, pag.1.)

Como também demonstramos, não conseguimos pensar a educação de trabalhadores sem o conceito de práxis, utilizado por diferentes autores. Práxis para nós é uma unidade coerente entre a teoria e a prática cotidiana. Sem iludirmo-nos com as contradições inerentes às sociedades de classe, não isolamos a relação direta entre pensamento e ação nos resultados concretos obtidos pelos seres humanos. Também não negamos que um pensamento social depende das condições reais de existência concreta de um determinado indivíduo. Numa abstração, podemos supor da mesma forma, que um pensamento coletivo, depende de relações coletivas edificadas no cotidiano da vida social.

As fontes por nós encontradas, demonstram os interesses desses trabalhadores em produzi-las. E isso, para nós, é um fenômeno de grande interesse. Entender que esses trabalhadores se preocuparam em construir fontes históricas para que, no futuro, nós, cientistas sociais, pudéssemos entender suas intenções e interesses sociais, representa um salto qualitativo entre a consciência social e a produção científica. Apoiados pelo grupo sócio-cultural trocamos por uns dias as enxadas pelas esferográficas e as forquilhas, serrotes e tratores pelas máquinas de escrever! fizemos de noite horas de trabalho e decidimos lançar para o público uma primeira experiência que há-de continuar com uma participação mais ativa e direta de cada um dos cooperados para mostrar que a par do amanho e cultivo das terras, também cultivamos outras culturas que tanto como o trabalho nos enobrecem como HOMENS. De certo modo, os nomes todos da lista de cooperados somos já autores desta brochura e das que tentaremos lançar no futuro. (Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela. Abril de 1975)

Além de transmitir às gerações futuras as experiências de viver em uma propriedade coletiva e trabalhar, sem o julgo de patrões, as iniciativas documentais das cooperativas tinham o interesse de exportar também, às terras vizinhas, o projeto ⁶revolucionário à lembrança do passado ou às esperanças futuras; serviam para nortear as tarefas práticas do presente. E assim o foi. Até hoje, as cooperativas portuguesas formadas durante o PREC servem de referência teórica e prática para as experiências atuais de trabalho associado.

⁶ SALVADOR, José A. Camponeses de Barcouço << Não vamos morrer agarrado às enxadas >>, ou de como se dá conta do nascimento e vida da Cooperativa de Produção Agro-Pecuária de Barcouço (Medalha). Centelha. Coimbra 1977

Português (PCP) tinha influência. No breve trecho que segue são apresentados alguns números relativos à proporção que a organização política das UCPs. A Conferência da Reforma Agrária realizou-se cerca de um ano e meio após o atranque para a ocupação e expropriação dos latifúndios. Hoje, numa área de 1140800 hectares, florescem 450 UNIDADES COLETIVAS DE PRODUÇÃO onde já não existe a exploração do homem pelo homem. Nelas trabalham 93557 homens, mulheres e jovens.

Até Abril de 1974, foi patente o baixo desenvolvimento agrícola. A participação da produção rural no PIB caiu de 24% para 15%, entre 1960 e 1973. Os preços dos produtos alimentícios aumentaram e a agricultura se demonstrou incapaz de alimentar o mercado interno, mostrando-se o setor mais precário da economia portuguesa durante a crise de 1973.

A estrutura da terra no Alentejo girava em torno do latifúndio. Como a dominação de classe no campo português pautava-se na coerção física, da precariedade do trabalho, das incertezas dos trabalhadores assalariados e da utilização de trabalhadores quinzenais, optamos pela utilização do conceito de “latifundismo”. O conceito de latifundismo refere-se ao conjunto de latifúndios em um determinado país que esteja enraizado em sua estrutura econômica. A manutenção da posse da terra não era garantida pela produtividade, mas, ao contrário, era a grande extensão improdutiva de terra para especulação e a manutenção do desemprego no campo que garantiam o monopólio da região.

Camponeses, vocês têm sido aqueles que menos apoio têm recebido dos vários governos. Assim já no tempo de Salazar e Caetano, os impostos que pagavam pelas terras eram tantos e tão altos que a exploração das terras não dava para pagá-los. Quantas vezes vocês ficavam doentes e tinham medo de ir ao médico só porque eles depois de uns minutos de «consulta», vos levavam o dinheirito que vos custava tanto trabalho... E quando acontecia irem para o Hospital? Quantos foram aqueles que sofreram, só para tirarem os seus filhos da miséria, pondo-os a estudar?⁷

A justificativa acerca da expropriação da terra passava muito pela noção política de que o tempo e as riquezas oriundas do trabalho haviam sido roubados durante anos pelos grandes proprietários e patrões. Outra noção política era de que a correlação de forças só se manteve por tanto tempo com os patrões graças a coerção promovida pelos proprietários, pela Guarda Nacional e pela PIDE.

A organização do trabalho nas aldeias exigia o processo de construção de assembleias

⁷ A Lei da Terra. Direção: Alberto Seixas Santos e Solveig Nordlund. Portugal: Grupo Zero. 1976. 67' min

e reuniões que decidiam de forma democrática as próximas ações e reivindicações. O PREC trouxe uma nova perspectiva do que se reivindicar que durante o regime de Salazar e Marcelo Caetano eram impossíveis de se conquistar. Na passagem abaixo destacamos a organização dos trabalhadores de Barcouço reivindicado uma adega de vinhos para a região que não se realizou porque o governo tinha outras prioridades, sendo a principal delas a manutenção das tropas nos territórios colonizados.

Na opinião do PCP não haverá em Portugal uma só reforma agrária, mas, digamos, duas reformas agrárias. Na zona da grande propriedade a reforma agrária passa pela expropriação dos latifundiários e das grandes explorações agrícolas capitalistas. Os limites da expropriação são determinados por lei, de acordo com a natureza dos terrenos, dos tipos de cultura e outros.⁸

O que pretendemos demonstrar é que a Reforma Agrária representa uma derrota nas estruturas da ditadura portuguesa, muitos grandes proprietários saíram de Portugal e combateram a revolução morando em outros países. Essa derrota foi um golpe na fração vigente da classe dominante do regime ditatorial. O triunfo da reforma agrária seria um marco na consolidação da revolução e do poder popular.

Quero analisar, apenas, um problema importante que tem moldado toda a vida do nosso país através da nossa história: é o problema da reforma agrária. Somos o País mais atrasado da Europa do ponto de vista material, e só depois do 25 de Abril fomos, na Europa Ocidental, o mais adiantado do ponto de vista político nalguns pontos. Somos um Portugal atrasado, porque sempre no nosso país predominou-a grande propriedade.⁹

É preciso determinar também qual o papel dos militares em toda essa atmosfera de radicalização política nas regiões agrárias portuguesas. Com o 25 de Abril, o exército passou a apoiar o povo e a questionar o monopólio consolidado pelas elites agrárias durante o Estado Novo. O governo e o MFA manifestavam uma pluralidade interna e uma dualidade de interesses antagônicos; embora hegemonizado pelos que representavam os interesses dos trabalhadores, uma fração do governo, dirigida pelo general Spínola, representante dos interesses dos proprietários, organizou uma tentativa de golpe de estado no dia 11 de março de 1975.

(...) a contribuição das forças armadas foi irregular, refletindo contradições internas. Se muitas vezes intervieram a favor dos trabalhadores, outras intervieram em apoio dos agrários ou ficaram passivos ante as violências desencadeadas por estes.¹⁰

⁸ MIGUEL, António Gervásio e Francisco. intervenção na Assembleia Constituinte, em 15 e 18 de Julho de 1975 Edições «Avante!». 1975

⁹ MIGUEL, António Gervásio e Francisco. intervenção na Assembleia Constituinte, em 15 e 18 de Julho de 1975 Edições «Avante!». 1975

¹⁰ CUNHAL, Álvaro. A revolução Portuguesa. O passado e o Futuro. Cap.6: A reforma agrária. p. 136

De janeiro a março de 1975, as ocupações de terras tiveram um aumento considerável, até então com um apoio passivo do governo. Depois da tentativa reacionária frustrada de tomar o poder e acabar com o processo revolucionário, promovida pelos partidários do general Spínola, o governo passou a ter um papel ativo no processo de ocupação de terras. Com a formação do IV Governo Provisório, o exército passou a atuar em prol dos ocupantes. A luta contra o latifúndio, que já sofria um ascenso desde o início de 1975, teve um crescimento territorial vertiginoso, graças, também, à participação do exército.

O PCP defende que as expropriações dos latifúndios e das grandes explorações agrícolas capitalistas sejam levadas a cabo sem indemnização.(...) Na zona da pequena e média propriedade a reforma não passa pela expropriação do pequeno e médio campesinato. Aí a reforma agrária não consiste em tirar a terra, mas, ao contrário, dar-se terra a quem tem pouca ou não tem nenhuma e dar ajuda financeira e técnica. A reforma agrária não tira a terra aos pequenos e aos médios camponeses, como a reacção propaga aos quatro ventos. O PCP defende que a reforma agrária se faça com a participação activa dos assalariados agrícolas e dos pequenos e médios camponeses e de acordo com a sua vontade. Defendemos o respeito da propriedade dos pequenos e médios camponeses.¹¹

A reforma agrária portuguesa, bem como a Revolução dos Cravos foi, e é, amplamente estudada. Essa vantagem nos trouxe o desafio dialógico de intensa pesquisa e respeito aos debates anteriores, e a necessidade de identidade autoral que justifique a existência e leitura de nossa pesquisa. Esperamos ter contribuído com os leitores que chegaram até aqui. Podemos dizer que aprendemos muito!

Todo esse processo de pesquisa buscou defender os nexos dialéticos entre as teorias educativas e as práticas coletivas dos trabalhadores rurais portugueses. O desenvolvimento das diferentes formas de organização da classe trabalhadora, notadamente do movimento associativo das comunidades, apresenta fontes riquíssimas para as ciências sociais. Disso não abrimos mão.

Contamos com o empenho de outros interessados que disponibilizaram as fontes em arquivos físicos e virtuais. Trabalhamos com fontes empíricas e textos teóricos para justificar nossa pesquisa. Por vezes lemos muito e utilizamos pouco material, enquanto que em outro instante nos deparávamos com documentos produzidos por trabalhadores aos quais gostaríamos de reproduzi-los na íntegra. A dedicação intensa poderia ter sido vã se não encontrássemos esses documentos tão caro a nossa pesquisa, e que para nós, torna o estudo do PREC e da produção de saberes do trabalho associado algo atual e necessário.

¹¹ MIGUEL, Antônio Gervásio e Francisco. intervenção na Assembleia Constituinte, em 15 e 18 de Julho de 1975 Edições «Avante!». 1975

As palavras de ordem: “Terra a quem nela trabalha” e “A educação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” talvez resumam o legado político dos saberes do trabalho associado na região agrária de Portugal durante o PREC. As transmissões de saberes trocadas nos locais de trabalho e lazer, por um grupo de produtores, mudaram a consciência e a mentalidade dos indivíduos que delas participaram.

Referências Bibliográficas:

- _____ Conferência Agrária: Évora 30/31 outubro de 1976 para consolidar e avançar. 1976
- _____ Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela: Torre Bela duma Tapada Real... a uma Cooperativa Agrícola Popular ou o fim do Feudalismo em Portugal. Abril de 1975
- _____ Torre Bela: Uma experiencia de vida comunal. Combate. A Libertação dos trabalhadores é obras dos próprios trabalhadores ed.46
- CUNHAL, Álvaro. A revolução Portuguesa. O passado e o Futuro.Cap.6: A reforma agrária.
- CUNHAL, Álvaro. Contribuições para o Estudo da Reforma Agrária Edições Avante 1976
- Decreto-Lei N. o 406-A/75, de 29 de julho Decreto-Lei N. o 203-C/75 de 15 de Abril de 1975
- MIGUEL, Antônio Gervásio e Francisco. intervenção na Assembleia Constituinte, em 15 e 18 de Julho de 1975 Edições «Avante!». 1975
- ROSAS, Fernando: BRITO, J. M. Brandão de (1989). Salazar e o salazarismo. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- THOMPSON, E. P. Costumes em comum, cap.1 Costumes e cultura.
- TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, produção associada e produção de saberes. 2006.
- TIRIBA, Lia. PIAZZOLOTO, Camila. e ALMEIDA, Pedro Freitas. Catálogo de Filmes 25 de Abril. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação. Faculdade de Educação Universidade Federal Fluminense 2011
- TIRIBA, Lia. Processo e Trabalho e Processo Educativo: Notas Sobre o “Período de Ouro” da Educação de Jovens e Adultos em Portugal. In: CANÁRIO, Rui e RUMMERT, Sonia Maria. Mundos do Trabalho e Aprendizagem.Educa, Lisboa. 2009
- TIRIBA, Lia. Saberes do trabalho associado: Cenários da autogestão no “processo revolucionário em curso”
- TORRE Bela. Direção de Thomas Harlan.Cooperativa Era Nova, Societá Cinematográfica Italiana (SCI), Albatros, 1975/1977. 105’min

O meio técnico científico informacional e o observatório socioambiental: um novo instrumento de enfrentamento social?

Pedro Benicio Almeida Pinto¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Catia Antonia da Silva
Bolsista Proatec

Introdução

Este texto é decorrente do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: “O meio técnico científico informacional e as inovações tecnológicas: os observatórios socioambientais como mecanismos de intervenção social”, ainda em andamento. Neste trabalho procura-se dar enfoque principal na iniciativa da compreensão da construção de uma sociedade pautada sobre a premissa da técnica e das transformações que elas acarretaram a vida social, principalmente pensando por meio do capitalismo que visa o lucro e o consumismo como parâmetro para movimentar a vida social, pautada nos discursos e símbolos criados como mecanismos de prosperidade. Nesse sentido, este texto é o início da busca de uma teorização que vá possibilitar discutir a incorporação de objetos técnicos na sociedade, mas, ao mesmo tempo, mostrando o espaço que o Estado deveria intervir na sociedade, mas que acaba deixando brechas na sua atuação que possibilita através de novos meios técnicos que surgem, o aparecimento de novos modos de intervenção social, fazendo com que surjam outros instrumentos como os observatórios sociais que acabam por cumprir, talvez, o papel que o Estado com seus aparatos deveria cumprir.

Para se compreender o contexto evolutivo da produção socioespacial a partir da periodização das técnicas utilizar-se-á o autor Milton Santos (2012) que divide alguns momentos históricos marcantes de mudanças sociais a partir das técnicas utilizadas. Para a pesquisa, a ideia trazida por Milton Santos é importante porque ele traz uma periodização que vai ser fundamental, pois vai pensar os objetos técnicos que foram criados pelas sociedades, e as transformações que aconteceram com os avanços e problemáticas proporcionados pelos sistemas técnicos, a tecnologia, os aparelhos de comunicação que são e foram peças fundamentais, porque os objetos técnicos que transformaram a vida social começaram a fazer

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2020, projeto: “O Estado e a modernização dos instrumentos de luta: os observatórios sociais, um estudo de caso”, sob orientação da Dr.^a Catia Antonia da Silva, bolsista: PROATEC.

parte da vida dos indivíduos e das relações sociais. Dessa maneira, os objetos técnicos foram fundamentais nas mudanças presentes na natureza do espaço. Poder-se-ia utilizar outros autores que trouxeram outras periodizações - como José Ortega y Gasset em seu livro “Meditação da Técnica” -, até a partir dos próprios objetos técnicos, mas é interessante trabalhar com Milton Santos porque ele trabalha a partir da questão espacial e caracterizando a partir da construção espacial, pensando a partir do espaço banal, espaço de todos, do cotidiano, das empresas, do Estado, pensando a partir dos diferentes agentes produtores do Estado e dialogando com outras áreas do conhecimento como: a História, a Sociologia, a Antropologia, a Economia e as demais áreas do conhecimento.

Para empiricizar o tempo e o espaço, Santos (2013) vai usar as técnicas como forma de unir no tempo e no espaço traços materiais, ou seja, a materialização dos objetos e das ações. Porque para o autor a técnica possibilita a precisão da materialidade do trabalho humano. Com o transcorrer do tempo, portanto, as técnicas vão sendo sistematizadas através da empiria de acordo com as características e necessidades de cada época. Santos (2013) lembra que por mais que as técnicas tenham se tornadas mundiais, elas não alcançam a todos os lugares da mesma forma, porque as técnicas são atravessadas pelo poder que as hierarquizam.

A princípio, o trabalho foi elaborado a partir de pesquisas bibliográficas a respeito dos seguintes assuntos: observatórios socioambientais, história digital e meio técnico científico informacional. O trabalho é o está em processo de elaboração, e este artigo é apenas um recorte pequeno da temática e dos materiais a respeito do assunto.

Os observatórios e a tecnologia: uma forma de união da luta por visibilidade

Os observatórios vão aparecer na busca de um local de trocas de saberes entre os diferentes sujeitos sociais que possibilite a produção e difusão de conhecimento e informações. Surge na intenção da superação e resolução dos problemas e conflitos sociais, culturais e ambientais, por meio de ações e mecanismos que ajudem a subsidiar ações coletivas e a gestão pública. No site da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unifesp encontra-se uma definição interessante sobre observatórios, que os considera como

Espaços de articulação democrática, participativa e dialógica, capazes de contribuir para o monitoramento e a transformação da realidade, por meio de análises, reflexões, produção de dados e conhecimentos, subsídios e recomendações, visando acompanhar, dar visibilidade, problematizar e evidenciar temas, situações, problemas, políticas públicas e processos de relevância socioambiental e de garantia de direitos².

² <https://www.unifesp.br/reitoria/proec/observatorios> Consultado em: 14/09/2023.

Ou seja, é a identificação de um observatório existindo no sentido de observar, acompanhar um contexto num determinado território para identificar as necessidades e problemáticas que estão latentes para um determinado grupo de pessoas que habitam e/ou transitam no espaço. Por isso, para o acompanhamento do observatório é preciso se ter um registro de informações e acontecimentos presentes no território. Geralmente, se dando por meio das narrativas, das tradições, problemáticas e contradições presentes, fazendo com que seja possível ser feito um acompanhamento e análise da realidade evidenciando as informações ao longo de um período temporal que possam fomentar a geração de processos de intervenção social que possibilite a melhoria da vida dos indivíduos pertencentes àquele território.

Em se tratando mais especificamente do processo de coleta, análise e produção de conhecimentos e informações. Estas vão se dar por meio do processo de criações de metodologias específicas e adaptadas para cada caso de uma maneira que se possa ser extraídas informações do contexto social que seriam registrados dados, processados através de técnicas que possibilitem uma leitura social das subjetividades, geograficidades e historicidades dos atores locais.

O processo de construção de um arsenal de conhecimentos sobre a localidade de estudo é importante e necessário, porque muitas informações podem ter sido apagadas devido ao processo de colonização que aconteceu nos países da América e da África, por exemplo. E toda a memória construída é proveniente de um conteúdo realizado por meio dos relatos e contos dos países colonos que fomentaram a construção de uma nova identidade, ideologia e pensamento para os países colonizados que colocou uma nuvem na história dos habitantes que já estavam nos países antes das grandes expedições marítimas.

No continente africano, por exemplo, surge um grupo de estudiosos sobre as questões ambientais que estão acontecendo em alguns países da África. Com isso, houvesse a criação de um observatório que juntou as experiências de alguns países e casos específicos, conseguindo propagar as informações que se tinham no sentido de auxiliar as comunidades na construção de mecanismos que pudessem ser trabalhadas conjuntamente entre estudiosos e as comunidades. Por isso, é fundamental a incorporação dos conhecimentos acadêmicos, científicos e dos sujeitos para uma governança territorial que seja feita por meio de lugares de debates e de ouvido e construção de uma gestão e planejamento participativo e inclusivo que reconheça e leve em consideração todos os sujeitos e suas práticas para que não se tenha parcialidades. O meio técnico científico informacional trouxe instrumentos através das tecnologias de

comunicação e informação (TIC) proporcionando uma maior divulgação, difusão e criação das informações de formas mais rápidas.

A partir das criações das novas TICs, emergiram os observatórios socioambientais, sociais e de direitos humanos em que os sujeitos podem atuar e serem capazes de denunciar e dar visibilidade aos problemas enfrentados nos lugares. Um exemplo dessa ação da criação de novos observatórios ao longo do mundo, seria o programa de pesquisa liderado pela Universidade de Wageningen que tem um projeto intitulado “EVOCA: *Inovações Responsáveis em Ciências da Vida para o Desenvolvimento na Era Digital: Observatórios Virtuais Ambientais para Ação Conectiva*, que busca o desenvolvimento e a exploração das plataformas de tecnologias de informação e comunicação para permitir o compartilhamento de informações ambientais através das redes de mídias sociais. O EVOCA é uma plataforma pensada em cima de TIC voltadas para o meio ambiente, no que vai se chamar de EVOs (Environmental Virtual Observatories ou Observatórios Ambientais Virtuais – OAV).

No projeto EVOCA existem estudos das mais diferentes áreas, com diferentes abordagens e diferentes tipos de desafios: a governança de recursos comuns (voltados para pensar a escassez da água em sistemas de arroz em Gana, pastagens e escassez de água no Quênia); a gestão de ameaças (epidemias de doenças na etiópia e em Ruanda; transmissão vetorial da malária em Ruanda e doenças transmitidas por parasitas no Quênia); fornecimento de bens públicos ou políticas públicas (extensão e serviços de crédito para pequenos produtores em Gana). Combinando o modelo científico com o monitoramento participativo e o acesso a uma vasta informação, o EVOCA tem como objetivo promover o diálogo e a troca entre os usuários, o desenvolvimento de organizações, cientistas, Estado e empresas.

Para que o monitoramento funcione é preciso que as informações e comunicações sejam complementadas com outros tipos de acordos, como: regras e sanções de uso dos recursos baseadas na comunidade; mecanismos de resolução de conflitos, reconhecimento de direitos de utilização pelo governo, e outros. Esses arranjos vão dar credibilidade para as ações serem desenvolvidas na superação dos problemas coletivos. Essas ações podem auxiliar nas mudanças na formação e pertencimento, e em como eles podem se comunicar “ao mesmo tempo, a capacidade de facilitar a geração, coleta, armazenamento, análise e compartilhamento da informação podendo ajudar a melhorar a transparência dos sistemas e, assim, tratar as questões com informações incompletas” (CIESLIK et al., 2018, p. 4).

Um outro potencial dos TICs está na oportunidade de vinculação da produção de informações com base nas comunidades a modelos científicos, feitos por meio de acervos e

bibliotecas digitais que fiquem disponíveis ao acesso ao público em geral. Junto a isso, os TICs também propiciam que as pessoas compartilhem recursos e conhecimentos cognitivos e difunda eles nas redes sociais sem necessariamente passar pelas organizações que fazem os TICs, segundo CIESLIK et al., (2018).

Os projetos são baseados na ciência cidadã encoraja e permite/faz com que os usuários colem informações feitas a partir da observação e avaliação da infecção da colheita, precipitação e água, segundo Cieslik et al. (2018). A união do monitoramento feito pelas comunidades junto do conhecimento e pesquisa científica, é possível gerar informações locais que são capazes de dar credibilidade e informação para processos políticos.

“Presently, even among the poorest 20 percent of population in developing countries, 70 percent have access to mobile phones (World Bank, 2016)” (CIESLIK et al., 2018, p. 5). Ou seja, mesmo nos 20 por centos da população em desenvolvimento, 70 por cento tem acesso a celulares. Dessa forma, boa parcela da população tem acesso à telefone que pode auxiliar no comprometimento dos TICs com ações de observações através dos sensores presentes nos celulares que são possíveis de serem utilizados para mensurações, detecções e monitoramento via satélite.

Os TICs têm ações efetivas de solução dos problemas nos territórios, buscam através da união dos conhecimentos científicos e das comunidades e do monitoramento para a busca de solução de interesse comum. Cieslik et al. (2018), aponta que a união da pesquisa de conhecimento especializado, de uma consultoria especializada e das práticas profissionais, impacta positivamente os problemas complexos existentes. Por isso, os autores afirmam que um conhecimento extraído do contexto, analisado e interpretado por um especialista e projetado no contexto certo, aumenta a chance de utilização do conhecimento e das ideias darem certo.

Dessa forma, o EVOCA juntando o conhecimento científico e de base sobre a dinâmica natural, junto do monitoramento participativo móvel (celulares) usado através das plataformas digitais podem achar meios ou saídas de organização de ações estratégicas coletivas de saída dos problemas presentes nas localidades necessárias.

No momento que se tem a possibilidade da incorporação das informações georreferenciadas e que se tem um maior acesso às tecnologias de informação e comunicação que vão começar a se ter algumas possibilidades de transformação pelo meio virtual da realidade de algumas localidades através do uso das plataformas digitais que vão sendo criadas. De fato, o crescente uso dos TICs (como, por exemplo, telefones celulares e internet) afeta

profundamente o desenvolvimento teórico e prático, assim como o reconhecimento da inclusão dos TICs nas metas de Desenvolvimento Sustentável.

Para Moreno Soler (2015) a falta de informações de uma população específica torna difícil a identificação das necessidades presentes, assim como não mostram as causas e origens dos problemas, gerando, dessa maneira, vazios no conhecimento social. Os observatórios possuem a capacidade de produzir informações qualitativas que cruzadas e combinadas podem possibilitar a teorização sobre a realidade ou contexto de um determinado lugar, podendo servir de identificação das necessidades que os grupos têm, e como ferramenta para o acompanhamento e desenvolvimento das localidades acompanhadas. Por isso, um observatório só se consolida a partir do momento que a definição das suas próprias experiências for feita de acordo com os fatos. Por isso, a presença das inovações tecnológicas são fundamentais para a transformação social, porque elas já estão incorporadas no cotidiano e nas relações sociais.

A periodização dos períodos técnicos e a estruturação estabelecida pelos meios técnicos

Segundo Santos (2012) a primeira forma social comum, ou o primeiro período, que se teve na história humana foi a do meio natural, que o homem utilizava a natureza sem grandes transformações, sem grandes mediações, era apenas o homem e o meio sem objetos. Depois do período natural em que não se tinha o uso de técnicas ou de mediações a partir de objetos técnicos, veio o período técnico propriamente dito. O período técnico passou a existir a partir do momento em que se teve a necessidade da mecanização do espaço, ou seja, de um prolongamento do território, o que Santos (2012) vai chamar de próteses. A partir desse ponto, o homem ultrapassa a distância e muda a perspectiva de tempo. “Os tempos sociais tendem a se superpor e contrapor aos tempos naturais” (SANTOS, 2012, p. 237). Toda essa mudança acontecia pautada na lógica processual do comércio, e indiferente / ou avessas às lógicas locais.

O terceiro período vai ser do pós-Segunda Guerra Mundial em que vai se ter a interação da ciência e da técnica chamada de período técnico-científico. Essa junção atrelada ao mercado faz com que se tenha uma lógica que se torna mundial por conta da ligação entre ciência, tecnologia e mercado global. Por causa dessa ligação dos objetos técnicos passando a ser imbuídos de informação, por isso esse meio que antes era técnico passou a ser um meio técnico-científico informacional.

Podemos então falar de uma cientifização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo,

equipados para facilitar a sua circulação. Pode-se falar, como S. Gertel (1993), de inevitabilidade do “nexo informacional” (SANTOS, 2012, p. 239).

Dessa maneira, temos uma requalificação dos espaços no sentido de atender as demandas e interesses do grande capital, seja ele cultural, econômico ou político difundido no mundo dando o tom do que vai resultar no que se convencionou chamar de globalização. “A diferença, ante as formas anteriores do meio geográfico, vem da lógica global que acaba por se impor a todos os territórios e a cada território como um todo” (SANTOS, 2012, p. 239). Pela primeira vez um sistema técnico se torna um sistema único de acordo com que os lugares se globalizam. Durante o transcorrer dos milênios os acontecimentos eram dispersos e desconexos, no entanto, na nossa geração os momentos se convergem. Para o autor o que comanda a vida atual é a ciência, a tecnologia e a informação.

A ciência, a tecnologia e a informação estão na base do funcionamento e utilização do espaço, segundo Santos (2013), eles transformam e movimentam a paisagem. Por isso, a partir dessa nova base formada gerada pela globalização vai haver mudanças nas diferentes regiões, países e continentes do mundo, pensadas e produzidas, principalmente, a partir das ações e das lógicas dos agentes econômicos e sociais que podem produzir novos subespaços. Essa lógica pode se dar por conta, principalmente, do pensamento produtivo da localidade, porque “as condições artificialmente criadas que sobressaem, enquanto expressão dos processos técnicos e dos marcos espaciais da informação” (SANTOS, 2013, p. 25). “Nessas condições, e como resultado da globalização, o próprio espaço se converte num dado da regulação, seja pela horizontalidade (o processo direto da produção), seja pela verticalidade (os processos de circulação)” (SANTOS, 2013, p. 25).

O que passa a se ter é um período com objetos técnicos atuando na totalidade do espaço subordinados às lógicas globais e aos atores hegemônicos, que para se capilarizarem na totalidade do espaço precisam de capitais fixos, capitais constantes e dos fluxos. Devido a capacidade que o sistema técnico tem, se tem uma diminuição da arena da produção, ou seja, precisa-se de menos pessoas e menos espaços para se produzir, tendo a possibilidade de um número cada vez maior de produtos graças aos avanços feitos. Por outro lado, cresce-se a necessidade de circulação, produção, distribuição e consumo, fazendo com que surja o terceiro setor, o setor de serviços. Outro fato interessante desse período é a especialização, que faz com que se tenha uma maior circulação.

Atrelado a toda essa estrutura, vai se ter uma especialização de alguns pontos do território ligado a nova dinâmica que vai se instalar a partir dos conhecimentos técnicos que

vão se desenvolvendo. Portanto, haverá áreas ou zonas nutridas por meios de conhecimento e outras áreas sem. A partir dessa informação as empresas utilizarão suas informações selecionando o lugar com um potencial para realizar as suas atividades.

A presença, em pontos espalhados ou concentrados do espaço, de firmas monopolistas ou transnacionais com vocação a utilizar todo o território, orienta a escolha desses capitais dormentes, qualificando os espaços nacionais à imagem dos seus interesses próprios, porque essas empresas dispõem da força política para impor o que hoje se chama de modernização do território. A esse processo, intitulamos “corporatização do território” (SANTOS, 2012, p. 252).

Por sua vez, essa área escolhida irá ter uma grande oportunidade de trabalho por causa das instalações das empresas. Por isso, Santos (2012) coloca que o conhecimento se torna um recurso sendo competido dentro do sistema capitalista para se ter maiores vantagens a partir dos meios técnicos científicos informacionais. Por isso, agora, os atores hegemônicos munidos da informação utilizam todas as redes e todos os territórios, segundo Santos (2012). Então, o que se apresenta é o poder do mercado de controle por meio das empresas transnacionais sobre as soberanias nacionais, diminuindo de certa forma a gestão do Estado.

A partir da nova dinâmica global são instalados novos objetos técnicos para a otimização da produção feita por meio de normas. As normas são criadas em diferentes níveis escalares geográficos e políticos, mas tendo influência das normas globais que acabam tendo força e interferindo nas normas públicas locais. Por isso, o autor chama a atenção para esse poder das forças ultrapassando o lugar e a sua capacidade de controlar, levando a uma crise ambiental.

É nesse sentido que se torna fundamental as organizações dos sujeitos locais na luta por melhores condições de vida. E nesse sentido que entram os observatórios para poder dar visibilidade as questões dos sujeitos locais e seus cotidianos assim, como monitorar e acompanhar o desenvolvimento das ações no território.

Porém, Santos (2012) bem destaca que o Estado continua sendo fundamental porque a economia é internacional, mas o espaço é nacional cabe/compete ao Estado intervir estrategicamente para assegurar o bem-estar social. O Estado se torna peça fundamental porque os lugares ganham novos valores e transmitem por meio da divisão do trabalho, por causa das especializações criadas, que geram efeitos na reprodução das cidades, gerando locais de segregação.

As novas tecnologias do meio técnico científico informacional

A internet foi uma técnica que, por exemplo, transformou o conhecimento historiográfico público, viabilizando criações de novas maneiras de publicizar os

conhecimentos historiográficos no tempo presente. Nesse sentido, a internet proporcionou a rápida propagação das informações alcançando instantaneamente um grande público mundial, alterando assim a percepção de tempo da propagação do conhecimento e a sua disponibilização. Por isso, Machado (2020, p. 91) salienta “que a virtualização e globalização são processos que ocorrem concomitantes e imbricados”. Segundo Machado (2020) as novas tecnologias promoveram um novo espaço de atuação e uma nova ferramenta de trabalho. Mas, ao mesmo tempo, ela ainda apresenta ineficiências porque ela não tem a capacidade de chegar a todas e todos da mesma forma, tendo em vista a desigualdade de acesso aos meios tecnológicos no mundo todo.

Viana-Teles (2017, p. 90) aponta para as inúmeras formas de “conectar dados, representar o passado e evidenciar as particularidades de formas sociais herdadas” que as tecnologias digitais permitiram ao estudo desenvolvido pelos historiadores, permitindo novas leituras que poderiam ser feitas valorizando, construindo e usando narrativas passadas, permitindo o reconhecimento de outras formas de organização socio temporais. Portanto, a internet traz a possibilidade de fazer novas análises a partir do nível de informação já existentes.

Os estudiosos, como os historiadores e geógrafos, tem um papel fundamental, porque a internet em si só nos traz as informações. Porém, cabe aos estudiosos analisarem-nas e tecerem suas considerações a partir dos dados apresentados. Esse fato acaba com a ideia apresentada em alguns momentos que a internet traria uma nova capacidade de análise das informações e tratamento delas que faria com que não houvesse mais a necessidade de um ser humano para estar fazer o procedimento. Na verdade, com o número de inovações e tecnologias criadas se torna cada vez mais importante o papel do ser humano nas ações, porque nada substitui o seu saber e poder de análise, até mesmo porque o digital é o produto da ação humana tendo em vista que são as mulheres e os homens que tomam as decisões e comandam as atividades do meio digital.

Por isso, mais do que nunca as fontes se tornam questões muito importantes. A fonte digital se torna uma questão para os estudiosos que buscam conteúdos na internet. Para Cezarinho (2018) a preservação das fontes digitais passa por vários fatores, mas o fator primordial seria onde estariam guardados os documentos, tendo em vista que muitas empresas do mundo digital estariam se utilizando dos documentos como via de ganhar dinheiro, restringindo o acesso a grande parte das pessoas que não poderiam ou não querem pagar para ter acesso aos documentos.

Por outro lado, a questão da autoria dos documentos tem sua relevância porque pela autoria é possível se estabelecer uma questão de confiança com os documentos. Por isso, o Cezarinho (2018) destaca que é preciso buscar por páginas confiáveis para se ter mais segurança e credibilidade na autoria dos documentos, e só seria possível para o autor se fossem feitas buscas em sites “oficiais”. Já a referência seria diferente, porque ela poderia ser levada em consideração através do endereço eletrônico, mas ao mesmo tempo poderia não ter os autores que produziram o documento. Dessa forma, a internet apresenta uma série de dificuldades do mundo digital que deve se ter atenção no momento de utilizar os documentos.

Acrescentando as problemáticas levantadas anteriormente o Cezarinho (2018) apresenta a aceleração causada pelas tecnologias que levaram a distorções das noções de tempo e espaço, fato esse que acabou causando uma dificuldade de acompanhamento e entendimento do que está acontecendo, tendo em vista que acontecem sucessivos eventos concomitantemente que são captados e veiculados tornando difícil se ter a noção da totalidade e da dimensão das ações que estão ocorrendo.

Como afirma Câmara e Benicio (2017) a técnica aliada a tecnologia da informação trouxe benefícios de acesso as informações, contudo o aumento expressivo da quantidade de informações forçou a hierarquização, criando os filtros e fazendo com que se impossibilitasse certas interações que abriram a oportunidade de descentralizar as informações disseminando os diferentes pontos de vista. O que acontece é que

Além de enfraquecer nosso senso do que é público, que se baseia, essencialmente, em questões que nos são alheias, a personalização da internet leva o usuário a um sentimento de infalibilidade, uma vez que sua percepção de mundo está deformada pelos filtros. Sem saber quais os critérios de seleção são utilizados para definir o que será tornado visível e o que será deixado de fora, o indivíduo tem a sensação de que está vendo tudo, e de que tudo corresponde ao modo como ele pensa (CÂMARA e BENICIO, 2017, p. 11).

Considerações Finais

Seria importante entender as TIC como um bem cultural, sendo um “espaço de autonomia, mas como reflexo das infinitas relações sociais” (CEZARINHO, 2018, p. 330). Levando em consideração que os sujeitos ordinários reformulam os bens culturais com as suas práticas, como bem apontou Certeau (2007). As práticas do cotidiano têm a capacidade de enfrentamento e de burlar a vigilância, possibilitando a sua alteração. Portanto, a internet se encontra na capacidade estratégica de viabilizar mudanças. Ou seja, é importante notar as contribuições e os percalços ou problemas que a vida virtual trás para a sociedade, e como, e em que medida impactam as relações e vidas das pessoas.

Com a não possibilidade de participação social e a falta de informação para governança territorial a sociedade fica à mercê do jogo de poder. Por isso, é importante a incorporação dos conhecimentos acadêmicos, científicos e dos sujeitos para uma governança territorial que seja feita por meio de lugares de debates e de construção de uma gestão e planejamento participativo e inclusivo que reconheça e leve em consideração todos os sujeitos e suas práticas para que não se tenha parcialidades. O meio técnico científico informacional trouxe instrumentos através das tecnologias da informação e comunicação que proporcionaram uma maior divulgação, difusão e criação das informações de formas mais rápidas, e de uma maior intervenção social nas problemáticas existentes e presentes nos territórios.

Referências

- CÂMARA, S.; BENICIO, M. História Digital: entre as promessas e armadilhas da sociedade informacional. *Revista Observatório*, v. 3, n. 5, p. 38-56, 1 ago. 2017.
- CERTEAU, M. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 13. Ed. – Petrópolis: Vozes, 2007.
- CEZARINHO, F. História e fontes da internet: uma reflexão metodológica. *TEMPORALIDADES*, v. 10, p. 320-338, 2018.
- CIESLIK, K. L. Et. Al. Addressing socio-ecological development challenges in the digital age: Exploring the potential of Environmental Virtual Observatories for Connective Action (EVOCA). *NJAS – Wageningen Journal of Life Sciences*, p. 86-87, 2018.
- MACHADO, A. C. História digital em tempos de crise: as demandas do tempo imediato e suas implicações no trabalho dos historiadores. *Aedos: Revista do corpo discente do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS* (online), v. 12, p. 69-99, 2020.
- MORENO SOLER, G. Una aproximación al concepto de observatorio social. [em linha] Corporación Universidad de la Costa, 2015.
- SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional / Milton Santos. – 5. Ed., 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* / Milton Santos. – 4. Ed. 7. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- VIANA-TELES, H. História Digital, Sociologia Digital e humanidades: algumas questões metodológicas. *Revista Observatório*, v. 3, p. 74-101, 2017.

Construção Pesada, Política e a exploração diamantífera: a presença da organização Odebrecht em Angola (1970–2002)

Pedro Paulo Cordeiro Chaves
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Sydenham Lourenço Neto

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: construção Pesada, Política e a exploração diamantífera: a presença da organização Odebrecht em Angola (1970–2002). Começamos nossa abordagem expondo ser abrangente e complexo a rede das relações políticas, econômicas, comerciais, sociais e culturais que une o Brasil aos países africanos. No que tange a relação com Angola, é notável um histórico heterogêneo, formado por vários elementos ao longo dos anos. Os dois países possuem laços estreitos desde o jugo colonial Português no século XVI, arraigados há anos pelo tráfico de escravos e perpetuação do ciclo explorativo da escravização. Nos dizeres de Vizontini, com a independência brasileira em 1822 e a manutenção de Angola como colônia portuguesa, reduziram-se as conexões oficiais do Brasil com o território angolano, que passavam por Lisboa, após o fim do tráfico de escravos.

Após o colonialismo, cabe recordar que o reavivamento da relação entre as duas nações ocorre somente no século XX, com o Brasil sendo a primeira nação a reconhecer de maneira diplomática de Angola. Apesar das questões ideológicas e num desfecho ímpar, foi auferida pelo Brasil a soberania de uma nova república africana. Ao mesmo tempo, é válido esclarecer que antecedente a libertação nacional de Angola, e demais países africanos na década de 1970, o Brasil já vinha projetando almejar acordos comerciais com o continente.

Em 1968, acontece a criação da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, a África ressurgia no contexto do governo militar como uma opção que atendia a amplos interesses do Brasil, o país buscava reduzir a sua dependência histórica em relação aos Estados Unidos e aumentar o seu poder de barganha internacional. Com esse propósito, o país encetava relações diplomáticas com países subdesenvolvidos, em específico os africanos. Essa postura que vinha acontecendo foi de grande importância para que houvesse a consolidação de um relacionamento econômico com Angola, desta vez com os dois países já independentes.

Às novas buscas diplomáticas formalizarão novos negócios e atuação de empresas brasileiras no país. Convém resgatar que antes, muitas empresas brasileiras, não tinha tanto o

desejo de atuar na África e nem o estímulo por parte governamental, e conforme cita Santana a fala do ex-deputado federal Adalberto Camargo : “para muita gente, na África só tinha Tarzan e Chita.” Ao compasso que foram promovendo mudanças na relação com o continente africano, foi aberto um caminho para a entrada das empresas brasileiras em Angola, como: a Petrobras no fim dos anos 70 e a Odebrecht no decênio posterior.

Todo esse processo, aconteceu com a diversificação econômica e o suporte político do governo militar brasileiro. A companhia conquistou o contrato da Hidrelétrica de Capanda, o que seria uma nova experiência, em um país ainda em conflito, um país “recém-independente”, porém marcado ainda pelo colonialismo, sem infraestrutura básica e totalmente colapsado. Diante disso, o processo contratual se deu com o intuito de gerar mais relações econômicas ao país, trazer a esperança na reconstrução de Angola e nos laços entre o Brasil e os países africanos.

Em suma, a diplomacia do regime militar de Geisel e Figueiredo foram determinantes para crescimento de um novo episódio na história econômica entre os dois países. Se concretizou um novo ciclo no intercâmbio, o que findou a entrada de Angola no eixo capitalista do Brasil. Um dado nítido é que 1975 – 1988, Angola desfrutou de uma cooperação privilegiada com o Brasil, sendo que, ao final desse período, já se constituía como o segundo maior parceiro comercial brasileiro na África, atrás apenas do Egito. Diante do novo histórico entre os dois países, Saraiva salienta que Angola ocupou um papel central na reafirmação da dimensão atlântica da política exterior do Brasil, iniciado pelo esforço da diplomacia.

Apresentado tais elementos introdutórios, a dissertação se delimita em examinar a presença da Odebrecht em Angola, a partir das suas perspectivas e reveses, desde os anos 70 com o relacionamento entre Brasil-Angola a 2002, com fim da guerra civil angolana. O intuito é investigarmos como a empresa angariou privilégios e uma posição considerável em Angola. Nesse sentido, separamos o trabalho em três capítulos para entendermos o percurso da empresa desde o seu crescimento empresarial no Brasil e o processo de internacionalização ao contrato de Capanda e projetos no setor diamantífero angolano. Assim, no primeiro capítulo explanaremos acerca da composição histórica da Odebrecht, a sua forma de organização, suas influências e seus interesses. Uma vez que suas ações empresariais ambiciosas e suas relações intrínsecas com o Estado, foram essenciais para o seu crescimento nacional e internacionalização para Angola. Ao compasso que as formas de agir e pensar foram “exportadas para o Estado Angolano”. Como forma de compreendermos melhor, nos apoiaremos no materialismo histórico marxista, em especial nas concepções gramsciana, a

partir da ideia de Estado Ampliado, que parte do pensamento da inter relação entre o Estado e a sociedade política em que se tem diversos grupos e relações de força díspares em todos os graus em disputas pela hegemonia do Estado. Para Sônia Regina de Mendonça:

O Estado parte de dois registros: das formas dominantes na produção (classes e frações) que se instituem e se estabelecem por intermédio das organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo, em que, atrelado a cada aparelho ou órgão do Estado restrito, estão sempre presentes projetos e intelectuais vinculados às agência(s) da sociedade civil. Uma delas, por certo, deterá a hegemonia junto a dado organismo estatal, conquanto outras igualmente lá far-se-ão presentes, em permanente disputa.

No segundo capítulo, nos concentramos em expor sobre a construção do novo intercâmbio entre Brasil — Angola, atrelado aos aspectos econômicos e diplomáticos entre as duas nações entre os fins dos anos 70 – 80. Ademais, apresentaremos também sobre a história inicial da companhia no país: a chegada, interesses, adversidades e o começo da construção da hidrelétrica de Capanda. A ideia do capítulo é mostrar como se fomentou sua relação com o governo do país, a partir de conversas diplomáticas, expertises e pela dependência por infraestrutura por parte de Angola.

O último capítulo, nos debruçaremos sobre o segundo empreendimento em que a Odebrecht se inseriu no país, que foi na extração de diamantes. Diante das dificuldades de fontes, elencaremos pontos históricos e cruciais para sabermos como a empresa angariou os projetos e participou de consórcios no setor com o alto escalão do governo e militares angolanos. Na seção, será pontuado: a história do ramo diamantífero de Angola e a inserção da companhia no setor.

Apresentado a base do trabalho, no que tange a metodologia: no primeiro momento, nos apoiaremos em trabalhos acadêmicos (livros/dissertações/ teses), que analisam o processo histórico das relações Brasil e Angola, entres alguns autores que utilizaremos podemos citar: Vizentinni, Ivo Santana, José Flávio Sombra Saraiva, Leticia Pinheiro, nomes de suma importância para compreendermos de forma sólida o continente africano, em particular Angola e a virada do novo vínculo diplomático e econômico entre duas nações no fim dos anos 70, após libertação nacional do país africano. Em um segundo momento, nos debruçaremos em uma análise dos periódicos anuais da Odebrecht. Intitulado “Odebrecht informa”, nesses documentos detém contribuições de especialistas da Odebrecht sobre o contato com Angola e o começo da atuação da construção da Hidrelétrica de Capanda, sendo primoroso para discussão. Por fim, usaremos certos dados jornalístico angolano, em específico do “O Jornal

Angola”, um dos principais meios de comunicação do país que detém uma importância midiática na região africana.

1. Estado, Classe e Poder

Para entendermos a ascensão da Odebrecht, precisa-se antes examinar e identificar historicamente sua forma de organização, disputas e seus interesses face ao Estado. Nesse sentido, nos basearemos na teoria ampliada do Estado e a concepção de hegemonia do pensador Gramsci, apoiado a outros pensadores. Em sua teorização o Estado deixa de ser somente um elemento de coerção, e vai se abrindo espaço para novas junções políticas, com entrelaçamento de mecanismos de consenso, dominação e hegemonia, desenvolvendo uma superestrutura, que adere às organizações privadas, frações, agentes coletivos, ou seja, estratos sociais que estão presentes na sociedade civil vinculada a sociedade política. Essa correlação, se reverte nas relações sociais que por meio das lutas de classes, gradualmente no seio e por intermédio da sociedade civil, visa à conquista de posições. Na concepção do teórico, sobre a ideia de Estado Ampliado:

(...) podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante devido a sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa, nem passivamente, mas constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo.

Diante dos seus dizeres, trabalharemos também com o conceito de hegemonia para determinar as ações e articulações, cujo papel histórico varia através das lutas e relações de grupos específicos e poderes, que buscam impor seus interesses a sociedade. Considerando a expressiva presença da Odebrecht no Estado brasileiro, uma das mais importantes empresas do

setor da engenharia civil, que alcança uma participação privilegiada no bloco de poder da ditadura brasileira entre 1964 e 1988. O que se reverte em políticas altamente benéficas para companhia, tanto em grandes contratos e sendo balizar para sua internacionalização, em particular para Angola. O intuito da parte inicial da pesquisa é mostrar que ao longo dos anos a Odebrecht se consolidou como um aparelho hegemônico na sociedade e que esse processo foi crucial para delimitar suas políticas hegemônicas em Angola também.

1.2 Formação histórica, forma organizativa e interesses

Discorreremos acerca das transformações e a forma de organizativa que ocorreram com a empresa em diferentes âmbitos: como empresa regional e nacional. Ao mesmo tempo, almejamos esboçar sobre suas recentes ações e interesses no século XXI. O foco será dado ao período da ditadura civil-militar, pode-se examinar que nesse período, as empresas do setor se converteram em grupos monopolistas, líderes de conglomerados econômicos de atuação no Brasil e no cenário internacional. E que ao longo dos governos militares, as construtoras obtiveram um avançado ciclo produtivo e com altos investimentos no setor da engenharia de construção pesada no país. Destaca-se que no final do regime autoritário, a Odebrecht se concentrava como uma das maiores construtoras do país, juntamente com as empresas Camargo Côrrea, Andrade Gutierrez e a Mendes Júnior, entre outras. De acordo com Campos, é importante compreender o sucesso da empreiteira baiana, a partir da sua atuação juntamente a agências federais do aparelho de Estado na região e o intenso contato e força das empresas regionais no interior dessas agências. Tais vínculos foram cruciais para que a companhia se expandisse e se inserisse no mercado internacional, inclusive em Angola.

1.3 O processo de internacionalização

Os aspectos do processo de internacionalização do setor de engenharia civil brasileira atrelado ao processo da companhia Odebrecht. Com isso, mostrar as articulações e conquistas dos contratos almejados pelas grandes empreiteiras daquele período. Em linhas gerais, a internacionalização da empresa baiana teve como sondagem inicial o continente africano (Gabão) e países Árabes (A. Saudita e Iraque), entre tantas dificuldades encontradas e a experiência então adquirida levaram a definição da América Latina como área prioritária de atuação. Desse modo, os dois primeiros acordos estabelecidos foram realizados em 1979, no Peru, com a construção da Hidrelétrica de Charcani V e no Chile, com as obras de desvio do Rio Maule para a Hidrelétrica Colbún Machicura. É válido salientar que desde o final de 1960

verificam-se as primeiras tentativas de algumas empresas brasileiras de engenharia de operar no cenário internacional e na década que se segue, o mercado externo passa, cada vez mais, a ser considerado um espaço possível para a engenharia nacional.

2. Relações Brasil — Angola e o processo contratual de Capanda (1970 – 1980)

De começo, é importante elucidar que o ponto histórico inicial parte da independência angolana. Dito isso, o processo de reconhecimento de Angola do poder colonial português, na sua composição, se deu a partir de ações diplomáticas do Brasil, com múltiplas divergências internas, apoiado em posturas ambíguas e imprecisas. Podemos pautar duas razões que elucidam a posição do Brasil: o compromisso com uma política internacional de combate ao comunismo calcada no alinhamento político-ideológico aos EUA na política externa brasileira e uma forte ligação com Portugal por parte das elites políticas brasileiras. O posicionamento só veio a se converter no governo Geisel, no entanto, a sua atitude sofreu muita pressão ideológica, já que diferente do Brasil, Angola tinha o partido marxista MPLA alinhado a antiga União Soviética e Cuba, países simpatizantes do bloco antagônico.

Analisa-se que assim que o general Geisel é empossado a presidência em 1974, a sua política externa, intitulada “Pragmatismo Ecumênico e Responsável”, entra em vigor tendo como ênfase a busca pelo desenvolvimento econômico e industrial do país, almejando dessa maneira novas relações e oportunidades a partir da conjuntura global. O ecumenismo marcado na sua política, se referia à estratégia brasileira de buscar múltiplos polos de aproximação, tentando se afastar dos tradicionais vínculos bastante estreitos, que o Brasil mantinha com os Estados Unidos.

O governo Geisel com a África, em particular Angola, ela iniciou-se firmemente com o Ministério das Relações Exteriores, a partir do suporte do embaixador Ovídio de Melo e o também na época o chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania, Ítalo Zappa, que encetaram uma representação diplomática em Luanda em 1974, no mesmo ano o Brasil reconhecia a independência de Guiné-Bissau.

A postura do então presidente era favorável a independência angolana também, independentemente de ideologia. Além disso, nesse momento havia o colapso do colonialismo português, esgotado definitivamente com a Revolução dos Cravos e o fim do regime salazarista. Ele acreditava que a proximidade geográfica, cultural e interesses econômicos, tornavam Angola um país estratégico, particularmente pelos seus recursos naturais como o petróleo. Assim, em 1975, como já mencionado, o Brasil reconheceu Angola, de maneira sem igual e

ímpar, uma postura basilar para ser impulsionado uma nova relação econômica com o país angolano. Sendo o canal facilitador para que, em meados dos anos 80, ocorresse a inserção da Odebrecht no país lusófono com o apoio do governo brasileiro.

Subsequentemente, já no governo de João Batista Figueiredo (1979 – 1985), caracterizado por uma política diplomática similar em certos aspectos ao regime antecessor, sobretudo em um cenário interno e internacional imerso em adversidades políticas e econômicas. O chanceler do governo o Ramiro Saraiva Guerreiro, designou a diplomacia a partir de um universalismo, aprofunda e presente em todas as áreas do planeta, e enfrentando diversas dificuldades em relação à cooperação com países desenvolvidos, mas intensificando suas relações com América Latina.

Orientado por Guerreiro, Figueiredo se tornou o primeiro presidente brasileiro a visitar a África. A política externa para África, foi marcado pela ampliação, a partir de contatos e viagens diplomáticas pelo continente, fundamentada pelo anseio econômico. O presidente visitou a Nigéria, Senegal, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e Argélia, complementando as visitas realizadas pelo chanceler Saraiva Guerreiro em 1980, quando este esteve em Moçambique, Angola, Tanzânia e Zimbábue, tendo como efeito político o estreitamento nas relações diplomáticas com a África.

Em 1979, durante o seu governo, o Brasil recebeu a visita oficial do ministro do comércio exterior de Angola, para estabelecer relações privilegiadas e também do ministro do Petróleo de Angola, que veio ao país firmando acordos entre a petrolífera angolana Sonangol e a Petrobras. Nesse intercâmbio, além dos acordos que estavam surgindo, a exportação aumentando, foi um novo contexto para internacionalização de empresas prestadoras de serviços, e nesse caminho se tornou a porta de entrada, para a inserção da Odebrecht em Angola. A presença da empresa foi impactante nas exportações, logo nos seus primeiros anos. Antes de 1984 registraram aproximadamente 46.558 milhões de dólares, subiu, em dois anos de empresa, para 206.204 milhões de dólares.

No acordo com os angolanos, os russos não se dispunham a bancar as obras, que consumiriam metade do orçamento. Ou seja, a responsabilidade de construir e subsidiar a obra ficaria para Odebrecht. A partir do suporte do governo militar, uma das estratégias idealizadas pela Odebrecht veio de Marc Altit. , que era diretor de desenvolvimento de negócios na área internacional da Odebrecht na época, em conjunto com outros membros da organização, operacionalizou o contrato a partir do método countertrade.

O instrumento tinha como objetivo a garantia de que o serviço prestado seria compensado por meio da transferência do petróleo angolano para a petrolífera brasileira Petrobras, isto é, um dos recursos econômicos mais importantes de Angola seria concedido ao Brasil. Em suma, visamos arrolar os processos políticos econômicos, que se fomentaram como uma base para inserção da companhia em Angola e para consolidar o contrato da hidrelétrica.

2.2 As primeiras ações no país africano

No presente subtópico, a partir dos periódicos da Odebrecht, buscaremos nos debruçar nas operações iniciadas, sobretudo as perspectivas e os reveses durante a chegada ao país africano. Nesse sentido, após consolidação contratual, o processo seria integralmente focado na operação do empreendimento e no seguimento dos compromissos projetados pelo consórcio entre a empresa russa e a brasileira. A Odebrecht iniciou o planejamento para a obra definitivamente em 1985. Existiam certas inevitabilidades que deveriam ser resolvidas como prioridades. As principais preocupações seriam a segurança e a acessibilidade até o território angolano em que seria realizada a construção, especificamente sobre o rio Kwanza, interligado às regiões de Kwanza do Sul e Malange.

Ao mesmo tempo, existiam complicações em relação à acomodação e instalação do quantitativo de brasileiros que chegavam em Angola das mais diversas profissões. Tudo isso, devido à ausência de infraestrutura local para hospedagem e outros serviços para atender às necessidades do grupo. Além da mudança e do impacto social e econômico de um país para o outro. Compreende-se que a construção de Capanda, é resultado da superação de desafios enfrentados pelas equipes da Odebrecht desde a chegada dos pioneiros, em dezembro de 1984. Assim, o subcapítulo buscará compreender: as complicações em relação à acomodação e instalação do quantitativo de brasileiros que chegavam em Angola das mais diversas profissões, à ausência de infraestrutura local para hospedagem e outros serviços para atender às necessidades dos grupos. Além da relevância das problemáticas encontradas face à obra devido à guerra civil e o encetamento de uma nova relação com o governo do país.

2.3 fases da construção da Hidrelétrica

Para o pensador angolano Manuel Saveia, para compreendermos as fases da construção de Capanda, em suma, existem três períodos. Entre elas, a primeira fase de fevereiro de 1987 a novembro de 1992, a segunda a partir de maio de 1997 a janeiro de 1999 e a terceira de janeiro de 2000 até o enchimento da primeira barragem. No começo das construções em Capanda,

foram feitas pesquisas em torno do território, como topografia e estudos sobre o solo e as rochas. Além disso, para melhorar o fluxo até a região onde seria construído Capanda, a Odebrecht encetou a construção de uma estrada, que perdurou durante um ano e meio, que tornou viável o começo da construção da obra da hidrelétrica de Capanda.

Ainda no final dos anos de 1980, começaram as construções das barragens. A construção se deu em um ritmo acelerado, já estando avançado quando, em finais de 1992, foram interrompidas e o canteiro de obra evacuado em função dos ataques da UNITA, devido à rejeição às eleições e retomando, assim, a guerra no país. As operações foram realizadas em Luanda, em razão das do confronto armado entre os grupos independentistas MPLA e UNITA.

Recorda-se que a construção da hidrelétrica teria uma duração inicial de cinco anos, no entanto, foi afetada pelo conflito armado que assolava o país, resultando em grande período de paralisação. Nos anos de 1992 a 1994, o movimento partidário UNITA, quando estava no controle de Capanda, impossibilitaram as operações da Odebrecht que se resumia apenas na manutenção de equipamentos levados para Luanda, conservação da vila residência e a substituição de documentos perdidos. Em resumo, ao longo dos anos, a obra obteve diversas problemáticas em sua infraestrutura como, por exemplo, o aumento, inúmeras vezes, dos prazos e orçamentos. Até hoje a construção sofre de insuperáveis problemas de manutenção. A província de Luanda e as cidades de Ndalatando, Lucala, Uíge, Cacusó e Malanje beneficiam-se da energia gerada diariamente pela barragem hidroelétrica de Capanda, com uma média sessenta e cinco por cento interligada ao sistema regional.

3. A inserção no ramo diamantífero

Na obra do jornalista angolano Rafael Marques “Diamantes de sangue: Corrupção e Tortura em Angola”, o autor classifica o processo histórico da exploração de diamantes angolano, a partir de diversas complexidades sociais, políticas e econômicas. Entre elas, cita as estratégias entre entidades oficiais do governo angolano e interesses comerciais privados estrangeiros em maximizar a produção e os lucros. Compreende-se que ao longo dos anos diversas companhias internacionais atuaram veemente em Angola na extração da matéria-prima, a presença do capital estrangeiro atrelado ao Estado é presente desde o período colonial.

Ao longo dos meus estudos, analisando a presença da empresa brasileira Odebrecht, foi investigado que sua participação no país iria além da construção civil. Nesse sentido, se por um lado suas atividades no país, inicialmente, se projetou por construções de infraestruturas básicas. Por outra, a partir da sua expertise e facilidade em negociações, o conglomerado

adentrou em novos negócios entre eles: angariou sobre o seu poder, operações e consórcios no ramo diamantífero.

Ante ao exposto, convém realizar um enquadramento histórico da exploração de diamantes em Angola, com o intuito de entendermos o processo evolutivo, implicações, adversidades e o domínio governamental sobre o setor e sua ligação com empresas estrangeiras. Nessa ocasião, é relevante saber às questões históricas que possibilitaram um país tão abundante em diamantes como Angola ainda esteja submersa em reveses políticos e econômicos.

Crê-se que mesmo com as alterações no sistema política e administrativo de Angola ao longo dos anos, ainda é pertinente às convicções coloniais, com o poder do partido MPLA sobre o país, fortalecendo alianças com as empresas estrangeiras, resultando assim uma dependência econômica da companhia instalada no país. Um contexto que ocorre com a Odebrecht em Angola. Dito isso, o cerne do tópico é compreender a introdução da Odebrecht no setor diamantífero e detalhar seus projetos encetados em associação com o governo. Nesse sentido, parte-se da premissa de que o governo angolano, arraigado na herança histórica angolana e suas insuficiências, foram fundamentais para que empresas como a Odebrecht obtivessem privilégios e benefícios em consórcios nos setores como o diamantífero.

3.1 Síntese histórica do setor diamantífero de Angola

Analisa-se que o processo histórico da extração de diamantes na região se perpetuou a contar do jugo colonial Português em Angola ao período da pós-libertação angolana, durante a guerra civil nos anos 90 atrelada nas investidas e políticas econômicas de mercado aos tempos atuais. De acordo com Santos, aconteceram certas rupturas iniciais, Angola de fornecedora de escravos, passa a produtora de matérias-primas (diamantes e petróleo...) e produtos agrícolas (açúcar, algodão, café...) e provedora de força de trabalho barata. No entanto, para a produção da burguesia portuguesa, Angola representava, seguramente, um mercado; mas, para o capitalismo mundial, Angola era uma reserva de matérias-primas e de força de trabalho, e somente a partir dos anos 1960 – 1970, com a maior abertura aos investidores, que Angola se torna um mercado interessante.

No período após a libertação nacional, como efeito, o governo controlou e tomou posse das empresas e fazendas abandonadas pelos portugueses. Criou fazendas estatizadas visando produzir alimentos de subsistência. Além do domínio e nacionalização, as indústrias fabris para condicionar a produção, tendo como intuito o poder e gestão do ramo diamantífero. Com a ascensão das políticas de nacionalização, no ano de 1981, o governo criou uma empresa estatal

de mineração de diamantes em parceria com a Diamang, a chamada National Diamond Company (Empresa Nacional de Diamantes - Endiama), que era 77% por cento controlada pelo Estado.

O fim da companhia Diamang chegou em 1988, sobrecarregadas de dívidas, devido à perda ao longo dos anos do monopólio. Ao mesmo tempo, no decênio de 1980, o setor privado sofre um processo de decadência e prejuízos nas regiões diamantíferas. A causalidade para essas consequências seria os confrontos armados que ainda pairava em Angola, nas regiões das Lundas (uma área de muito anseio pela Unita e MPLA), além do desgaste e deterioração das atividades que ali eram desenvolvidas.

O poderio estatal resultou em ações ilícitas e posturas corruptas, as limitações impostas afetaram diretamente as comunidades mais vulneráveis. Enquanto a classe que possuía o controle investia no tráfico ilegal de diamantes, amparada de benefícios e favorecimentos instituído na legislação. No entanto, em razão da guerra civil, o movimento em oposição à UNITA promovia a destruição via ataques às minas, sabotagem das rotas de abastecimento a indústria e estima-se que em 1986, a venda de diamantes tenha rendido ao país apenas US\$ 15 milhões.

Cumprir registrar que as áreas diamantíferas, sempre foram palcos de disputas entre UNITA e MPLA até a Paz de Bicesse em 1991, após as eleições. Nos anos 2000, na ONU, foi imposto pela organização, que seria considerado ato de confronto a exploração de diamante advindas de regiões controladas por movimento opostos. Ademais, expressiva, se tinha os graves abusos aos direitos humanos cometidos pelo governo de Angola, contra seus povos, quem devido à exploração mineira que por questões políticas, iriam em contraste às decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nos anos 2000, a atuação dos chefes militares e as instituições do alto escalão do executivo e seus familiares no negócio dos diamantes passaram a integrar a referida norma institucional, apoiando-se em capital estrangeiro. Desde então, a violência na região tem conhecido ciclos de intensidade, verificando-se um pico elevado nos últimos dois anos. Mathias advoga que o governo angolano, ao mesmo tempo, em que almejava um projeto de reconstrução mediante recursos estatais em todo o país, continuou a descarregar grande parte do seu poder regulatório às empresas diamantíferas da Lunda Norte e Lunda Sul, ainda que em graus diferentes.

Com término da guerra civil angolana, o setor se consolidou como substancial para manutenção do monopólio do governo nas regiões de exploração de diamantes e em outros

ramos de interesse no seio da sociedade angolana. Para o camaronês Mbembe, a privatização da violência pública e sua implantação em prol do enriquecimento privado resultou em um desenvolvimento acelerado de uma economia paralela em que grupos e atores asseguraram o seu controle e a coerção unilateral, agindo por meios ilegais. Um contexto que se aflorou em Angola e conseqüentemente avançou na deterioração nos setores e grupos sociais da sociedade angolana.

3.2 A Odebrecht na exploração de diamantes e o amparo a Guerra Civil

No presente subcapítulo, ainda em construção. Será esboçado acerca da historicidade da Odebrecht na execução do seu segundo empreendimento em Angola que acontece quatro anos após a hidrelétrica de Capanda, em 1991. A exteriorização proposta para o capítulo é averiguar a trajetória no empreendimento em associação com o governo angolano e destrinchar a sua parceria em apoiar o grupo MPLA ao longo da guerra civil.

Em síntese, a companhia que emerge no ramo diamantífero se amparou veemente no Estado angolano, em convergência ao contexto exposto anteriormente, seus primeiros projetos no setor foram em consórcio, com o alto escalão do governo e com os generais do país, ou seja, com o MPLA, partido determinante nas políticas e demandas a exploração de diamantes no país desde a conquista da soberania em Angola. Tudo se inicia com inserção da subsidiária da empresa, a Odebrecht Mining Services, no setor diamantífero que, ,, fica nítida a volta de investidores estrangeiros na exploração de diamantes em Angola atrelada aos meios e processos privados do Estado.

A sua relação profícua com a empresa se evidencia, em falas como as do executivo da companhia, Otacílio Carvalho proferindo nos anos 2002 que: “ao longo dos mais de 18 anos de presença no país, a Odebrecht se consolidou como parceira do Governo na produção de diamantes, setor em que ingressou em 1991 e que hoje representa ativos da ordem de US\$ 110 milhões”. Conforme o periódico empresarial da Odebrecht, a própria empresa nacional de diamantes angolana Endiama, em sua busca de parceiros e conhecendo o trabalho da Odebrecht em Capanda convidou a empresa a participar de projetos na área diamantífera.

Essa negociação gerou o Projeto Luzamba, um contrato de prestação de serviços para prospecção e exploração de diamantes. O começo do projeto somente iria avançar se no momento tivesse uma situação apaziguada e tranquilizada para expandir as operações. A operação do Projeto Luzamba iniciou-se em junho de 1991 sendo interrompida pela guerra em outubro de 1992, precisando ser evacuada em razão da ocupação por forças militares da Unita.

Em 1995, a empresa baiana, assim que firmou o contrato de Luzamba, realizou uma alteração em busca dos seus interesses na sua participação no empreendimento. A Odebrecht Mining Services Inc, companhia associada à Odebrecht, buscava estimular a Endiama, uma alteração no acordo, a ideia seria a companhia como o porte de investidora com a criação da Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM) ao invés de ser somente encarregada da construção. De forma mais detalhada, a Endiama e a Odebrecht decidiram firmar um novo acordo em que era constituída a SDM, com 50% de participação de cada empresa.

Em 1998, após a região dominada pelo UNITA devido à guerra civil ser cedida, ocorrem certos trabalhos no empreendimento. No entanto, segundo o Diretor Geral da SDM na época, Eduardo de Melo Pinto, o segundo semestre de 1998 e o ano de 1999 foram períodos extremamente difíceis para as nossas operações, em função das condições de segurança. A situação só começou a melhorar a partir de 2000. A análise que pode ser feita é que a empresa brasileira tinha uma perspectiva positiva no mercado diamantífero angolano, pois sua relação com o Estado, em especial o MPLA, foi fundamental para se introduzir no setor. A questão geradora de imbróglis e atrasos no desenvolvimento das operações tinha como palco a guerra civil entre grupos partidários que lutavam por território e que perdurava há anos no país. Dito isso, a partir das próximas investidas e lidas em periódicos e jornais, esclareceremos melhor essa parceria que foi intensificada e notório nos anos 90.

Bibliografia Básica

ALENCASTRO, Mathias. A Odebrecht e a formação do Estado angolano (1984-2015). Novos Estudos, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), V39n01. São Paulo, 2020.

CAMPOS, P. H. Estranhas Catedrais. As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar 1964-1988. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. "Os Camargo, os Andrade e os Odebrecht: as grandes famílias brasileiras da construção civil". In: Pedro Henrique Pedreira Campos; Rafael Vaz da Motta Brandão (org.). Os Donos do Capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 227-270.

CHIMBULO, Avelino Euclides da Silva, FILHO, Alcides Goulart. Política Econômica de Angola de 1975 a 2012: a trajetória da mudança de modelos. In Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano XVI Nº 29. Salvador, 2014.

FERRAZ Filho, Galeno Tinoco. A Transnacionalização da Grande Engenharia Brasileira. Dissertação de mestrado em Economia. Campinas: Unicamp, 1981.

FILHO, Pio Penna e LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. In Estudos Históricos, nº 39, Rio de Janeiro. 2007.

GARCIA, Ana Saggiaro, KATO, Karina. A história da caça ou do caçador? Reflexões sobre a inserção do Brasil na África. Tensões mundo, Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 145-171. 2014.

GASPARI, Elio. A ditadura Encurralada. In: O sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Cia. das Letras. 2004.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

- GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira. In: Estudos Históricos. Vol. 6, no 12. Rio de Janeiro: FGV, 1993.
- MATONDO, Moiano. A Odebrecht e a ocupação selvagem de terras em Angola. In: Maka Angola. Acesso em 30/07/2020. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2016/12/a-odebrecht-e-a-ocupacao-selvagem-de-terras-em-angola/>
- MENDONÇA, Filipe Almeida do Prado, MIYAMOTO Shiguenoli. A Política Externa do Governo Geisel (1974-1979). Século XXI, Porto Alegre, 2011. p. 14.
- MENDONÇA Junior, Wilson. Política Externa e Cooperação Técnica: as relações do Brasil com a África durante os anos FHC e Lula da Silva. Belo Horizonte: D'Plácido, 2013.
- MELO, Ovídio de Andrade. Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty. In: Fundação (FUNAG), Brasília. 2009.
- LIMA, Sérgio Eduardo Moreira, SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. Quarenta anos das relações Brasil-Angola: documentos e depoimentos. Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG). Brasília, 2015.
- PEREIRA, José Maria Nunes. O Paradoxo Angolano: Uma política externa em contexto de crise (1975 -1994). Coleção: ciências humanas e sociais. Série Ciência Política e Relações Internacionais – nº1. São Paulo, 2015.
- PINHEIRO, Letícia. “Ao vencedor, as batatas”: o reconhecimento da independência de Angola. In: Estudos Históricos, nº 39, Rio de Janeiro, 2007.
- PINHEIRO, Letícia. Foreign Policy Decision-making Under the Geisel Government: the president, the military and the foreign ministry. Brasília: Funag, 2013.
- POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder e o Socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980(1978).
- PÚBLICA, Agência. A Odebrecht é um braço da política brasileira em Angola ou a política brasileira é um braço da Odebrecht? São Paulo, 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/10/a-odebrecht-e-um-braco-da-politica-brasileira-em-angola-ou-a-politica-brasileira-e-um-braco-da-odebrecht/>. Acessado em: 20/09/2019.
- SANTANA, Ivo. A experiência empresarial brasileira (1970-1990). Salvador: Ponto avirgula publicações, 2004.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. África parceira do Brasil Atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Editora Fino Traço. Belo Horizonte, 2012.
- SILVA, Márcia Mario. A Independência de Angola. Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG). Brasília, 2008.
- VIANA, NATALIA.; CAPAI, ELIZA. Em Angola, a Odebrecht no espelho: Como a empreiteira brasileira tornou-se sustentáculo do regime autoritário de José Eduardo dos Santos. Acessado em: 16/7/2018. In: Web Jornal Agência Pública, 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/02/em-angola-a-odebrecht-no-espelho/>
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). 2ª ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.

"No Império da Tijuca negritude é lei": uma escola de samba educativa no Morro da Formiga

Phellipe Patrizi Moreira¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Daniel Pinha Silva

Introdução

Este texto é resultado de algumas das questões mobilizadas pelo projeto de pesquisa intitulado *"De verde e branco é rei": o império negro educador do Morro da Formiga*, apresentado como requisito obrigatório para aprovação no processo seletivo para o ingresso no curso de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação (PPGHS) da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2023.

Os primeiros passos da tese caminham na direção de analisar o impacto das expressões "educativa" e "império", presentes no nome do Grêmio Recreativo Escola de Samba Educativa Império da Tijuca (G.R.E.S.E.) do Império da Tijuca, na seleção dos enredos desenvolvidos pela agremiação carnavalesca, bem como nas aprendizagens históricas mobilizadas pelos moradores da comunidade onde a escola se localiza por meio destes últimos.

Fundada em 8 de dezembro de 1940, no Morro da Formiga, Zona Norte do Rio de Janeiro, a escola foi a pioneira na adoção do nome "império", antes mesmo do Grêmio Recreativo Escola de Samba Império Serrano fundado sete anos mais tarde, 1947. Por essa razão, vemos em seu pavilhão uma coroa, acompanhada por ramos de café e fumo. Outra questão gira em torno da expressão "educativa", também acrescida a sua bandeira, como uma pauta defendida pela verde e branco em educar os moradores da comunidade, devido à falta de acesso à educação formal. Teriam estes temas a potencialidade de promover aprendizagens históricas nos habitantes da comunidade por meio dos enredos, sambas e símbolos exibidos pelo Império da Tijuca.

Negritude coroada, identidade revelada: o carnaval como fomento de História Pública

Compostas majoritariamente por pessoas negras, as escolas de samba amiúde cantam, sambam e tocam temáticas relacionadas às matrizes africanas em que a mobilização das

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: *"De verde e branco é rei": o império negro educador do Morro da Formiga*, sob orientação do Dr. Daniel Pinha Silva.

memórias, histórias e culturas locais são convocadas para a produção da pesquisa dos enredos. Dada à visibilidade de trajetórias, como a dos residentes do Morro da Formiga, as professoras-pesquisadoras Clícea de Miranda, Idalina de Freitas e Maria Cláudia Ferreira (2020) buscam compreender os papéis desempenhados pelos cortejos negros na publicização da “história que a História não conta”:

Pensá-las no sentido em que exatamente se denominam, ou seja, Escola de Samba, nos remete a outro lugar que as constituem como espaço de produção de conhecimento e promotor de aprendizagem, especialmente aqueles ligados à herança de matriz africana. [...] Assim, tornar públicas essas histórias não é necessariamente contar uma 'verdade' sobre essas pessoas. Por conseguinte, permite-nos conhecer e entender diferentes versões valorizando e criando pertencimento naquilo que estava invisível (MIRANDA; FREITAS; FERREIRA, 2020).

Na busca de compreender os processos educativos organizativos dos agrupamentos sociais denominados escolas de samba, Cristiana Tramonte (2001) ressalta que a perspectiva pedagógica envolta nesse processo não se atenta apenas à apropriação de saberes, mas a uma construção de enlaces sociais matizados culturalmente. Nessa simbiose político-pedagógica, percebemos que é nas relações sociais que nos educamos mutuamente.

Em razão disso, entendemos que os espaços institucionalizados de educação não como os únicos detentores do conhecimento sistematizado e acumulado pela sociedade e devem ser entendidos, bem como defende o professor-pesquisador Milton Santos (2011) como “um conjunto de perguntas as quais incompletamente o professor formula e as quais os ouvintes tomam como um guia tanto para aceitar, como para depois de aceitar, discutir e mesmo, recusar” (p. 13). Dessa forma, pensamos o conhecimento como uma via de mão dupla escola-comunidade, que circula tanto de dentro para fora, quanto de fora para dentro, um conhecimento que atravessa os muros, que coloca em diálogo, diferentes cosmovisões, que se constrói a partir do vivido, do caminhar e da experiência.

Portanto, o estudo do samba e de outros patrimônios negros presentes nas culturas do entorno de um espaço educativo é um caminho fértil para a desconstrução dos saberes hegemônicos, individualistas e oligárquicas e para a potencialização dos saberes emancipatórios coletivos, comunitários e antirracistas. Para a descolonização dos conhecimentos históricos também é importante salientar o papel da educação na pluralidade dos espaços educativos, desde a família, os cotidianos escolares, incluído as quadras e barracões das agremiações.

Acerca do Império da Tijuca, a agremiação tem se caracterizado por regularmente apresentar enredos relacionados as histórias e culturas africanas e afro-brasileira e tais como: *Suprema Jinga - Senhora do trono Brazngola* (2010), *Negra, pérola mulher* (2013), *Batuk* (2014), *O Império nas águas doces de Oxum* (2015), *Império do Café, o Vale da Esperança* (2019), *Quimeras de um eterno aprendiz* (2020), *Samba de Quilombo - A resistência pela raiz* (2022) e *Cores do Axé* (2023). Devido a esse histórico, sobretudo recente, ecoam alguns questionamentos: como uma escola de samba, fundada no pós-abolição optou por pelo nome Império? Qual foi o intuito da adoção deste substantivo? Seria este relativo aos reinos africanos ou ao período imperial brasileiro?

Dentre as hipóteses que percorrem esse estudo, podemos destacar as seguintes: o termo Império, embora esteja associado ao tempo dos imperadores no Brasil (1822-1889), retrata o pensamento cívico-militar da época em que fora fundado o Império da Tijuca, em diálogo com a proposta estadista da Era Vargas (1930-1945), no qual, o samba tornava-se como um dos principais elementos constituintes da chamada brasilidade. A partir desse processo de negociação por parte das escolas de samba, com as instâncias governamentais, o Império da Tijuca, criado em 1940, e o Império Serrano, os primeiros impérios do samba, podem ter absorvido o ufanismo que pulsava na época, com a finalidade de serem reconhecidos pelos governantes.

Outro ponto gira em torno da opção pelo termo “Educativa”. Pensamos que esta pauta defendida pela escola pode ser um dos fatores determinantes nas definições dos enredos desenvolvidos pela agremiação e, por se tratar de uma comunidade carioca, em que a maioria dos moradores é negra, a sucessão de temas africanos e/ou afro-brasileiros, evidencia a preocupação da verde e branco de narrar histórias que desperte o interesse e que contribua para a construção do pertencimento étnico-racial dos moradores da comunidade.

Em entrevista ao jornalista Francisco Duarte, do Jornal do Brasil, Sinval Silva, um dos fundadores da escola, destacou a adoção de cada um dos termos que compõem o nome da agremiação. Na matéria intitulada *Sambar não é só sambar*, o sambista destacou:

Grêmio, porque aquilo era um prolongamento de nossos lares. Recreativo, porque um dos seus objetivos era divertir. Escola de samba, porque era para ensinar samba, mesmo. Educativa, e aí este seu símbolo, porque realmente educava, abria espaço para que seus frequentadores pudessem progredir na vida. O império tem uma história mais comprida, mas a intenção era deixar claro que a escola era mais fechada, para ser dirigida por um grupo só, tudo com muita hierarquia. Um dia talvez chegasse a se transformar em república, como aconteceu com o Brasil, mas no começo era mesmo um império. Finalmente, Tijuca, em homenagem ao nosso bairro (16 fev. 1980, Caderno B, p. 6).

É interessante pensarmos como o nome de uma escola de samba, situada em uma favela carioca, pode estar vinculado ao período imperial brasileiro. Segundo as palavras do sambista, a prerrogativa pela escolha da expressão se relaciona ao regime monárquico em virtude da restrição do comando da agremiação a um grupo familiar² e não a uma prática democrática em que se realiza um pleito para eleição de um presidente. Em contrapartida, devemos sinalizar que as escolas de samba são associações fundadas aproximadamente três décadas após a instauração da república no país, ocorrida a partir de um golpe de Estado em 15 de novembro de 1889, sob égide das lideranças militares, sem quaisquer indícios de participações populares e de ex-escravizados. Devido a esse perfil excludente, historiador José Murilo de Carvalho nomeou uma de suas obras como *Os bestializados: Rio de Janeiro e a República que não foi* (1987).

O historiador nos ajuda a compreender o contexto social em que decorreu a passagem do período imperial para o republicano, marcado pela exclusão social, cujo governo era comandado por membros das elites e não escolhido pelas massas populares. Os ventos de bonança de um novo amanhã perderam o fôlego. A novidade trazida pela república não representou profundas mudanças no cenário político e econômico brasileiro. Sinval aborda a possibilidade “de quem sabe um dia” se tornar uma república como o país. Nessa transição de império para regime republicano, seriam os moradores da Formiga que proclamariam essa república?

No bojo da discussão sobre a relação entre os símbolos monárquicos e o carnaval, o historiador João José Reis nos provoca ao pensar ao exibir uma série de elementos da festa do momo vinculados a nomes de realezas, tal como o próprio nome da agremiação verde e branca do Morro da Formiga, bem como o de outras escolas:

O Rei Momo, as princesas do carnaval e o Rei Congo (ou Zulu) que abrem o desfile das escolas de samba cariocas e as rainhas da bateria, todos devidamente paramentados e portadores de distintivos reais, como coroas, cetros e faixas; as roupas nobres do mestre-sala e da porta-bandeira e sua dança que mistura o antigo minueto das cortes com o samba; os nomes de algumas escolas de samba cariocas: Imperatriz Leopoldinense, Império Serrano, Império da Tijuca, Lins Imperial e Engenho da Rainha [...]” (REIS, 1996, p. 61).

² Ver mais em: UM morador da comunidade assume a presidência do Império da Tijuca e leva a escola à elite do carnaval. *Revista Explosão in samba*, 2018. Disponível em: <https://www.revistaexplosaoinsamba.com.br/post/2018/05/04/um-morador-da-comunidadeassume-a-presid%C3%A2ncia-do-imp%C3%A9rio-da-tijuca-e-leva-a-escola-%C3%A0-elite>. Acesso em: 01. ago. 2023.

As questões levantadas a partir do texto escrito por Duarte (1980) e Reis (1996) vão ao encontro das inquietudes desse estudo, sobretudo, acerca da problematização da história de uma escola de samba carioca, florescida cinquenta e um anos após a Proclamação da República, pode ter o seu nome vinculado ao Império, de forma inédita, bem como, sucedeu com o termo educação, acrescido ao seu nome desde a fundação. Seria, portanto, uma aversão ao regime republicano por não trazer a desejada inclusão social e o fim do racismo? Para analisarmos mais a fundo essa perspectiva, o pesquisador Reginaldo Soares (2006), ao debruçar sobre a *negra nobreza* do Grêmio Recreativo Cultural e Social Escola de Samba Vai-Vai nos fornece pistas para elucidar tais indagações, podendo assim, traçarmos um paralelo com o Império da Tijuca, visto a semelhanças de seus símbolos (coroa e ramos de café) e pela proximidade em que foram fundadas: a escola do Rio de Janeiro em 1940 e o Cordão do Vai-Vai, atual escola de samba de São Paulo dez anos antes, em 1930:

Mais do que alusão a uma herança de organizações políticas africanas de um passado longínquo, a referência à coroa parece ser uma forma – ao menos no nível simbólico – de tentar reverter o estereótipo imputado ao negro, decorrente da herança escravocrata e da sua situação de marginalidade social, nas primeiras décadas do século passado. A coroa representa o poder, a dignidade, a vitória; sua posse é um sinal de distinção, de liderança. Sua colocação na cabeça lhe atribui um significado emblemático: representando não só os valores da cabeça, como um dom vindo de cima, ela revela o aspecto transcendente de qualquer realização bem-sucedida (SOARES, 2006, p.98).

O pioneirismo do Império da Tijuca foi ressaltado em outra parte da reportagem, em que o autor afirma ser esta “uma escola onde a preocupação com a comunidade tinha o mesmo peso conferido ao carnaval” (*Jornal do Brasil*, 16, fev. 1980, Caderno B, p. 6), afirmação esta reiterada com a divulgação do funcionamento de uma escola de 1º grau (atual Ensino Fundamental) em dois turnos (tarde e noite) na quadra da escola além de cursos de culinária, corte e costura. A quadra também abrigou um grupo de jovens escoteiros, moradores da Formiga e áreas adjacentes como Morro da Casa Branca e da Muda, denominado Tropa José do Patrocínio, nome dado em homenagem ao farmacêutico, jornalista e liderança política dos movimentos abolicionista e monarquista brasileiro.

A preocupação por parte dos fundadores do Império da Tijuca de promover uma educação, cujo propósito era “progredir na vida”, pode estar associada ao contexto histórico em que a agremiação fora criada e a conjuntura política em que a matéria foi publicada. No primeiro cenário, nos deparamos com uma ditadura capitaneada pelo então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, denominada Estado Novo (1937-1945), no qual a cartilha propagada nas escolas de da exaltação dos valores cívicos, morais e patrióticos. O ano de 1980, época da publicação, se

insere novamente em um regime ditatorial brasileiro, dessa vez deflagrada por grupos civis-militares que tomaram o poder em 1964, após a deposição do então presidente João Goulart, e permaneceram no poder durante vinte um. Períodos como esses, marcados pela censura e pelo autoritarismo, uma agremiação abraçar tais ideias evidencia a sua habilidade de negociação perante as instâncias governamentais. As fronteiras são ora diluídas, ora fortalecidas, manifestam-se em constante movimento dialógico e transculturais, como prova o enredo do carnaval de 1971, “Misticismo da África para o Brasil”, considerado pelos pesquisadores Fábio Fabato e Luiz Simas (2015), como o primeiro tema monográfico a passar pela avenida sobre religiões de matriz africana, assunto este alheio aos interesses do nacionalismo exacerbado dos regimes autoritários que vigorante no país.

O texto apresenta também a fala de um integrante da velha guarda, Antônio Almeida, que narra como iniciou o seu amor pelo samba. Ele recorda que, por volta de 1947, seus filhos estudavam gratuitamente em uma escola que funcionava na sede da G.R.E.S. Unidos da Capela, em Parada de Lucas, outro bairro da zona norte. Devido à frequência com que ele visitava o lugar, aos poucos foi se apaixonando pelo carnaval. Defendendo o papel comunitário e pedagógico do samba, ele argumentou:

Nós, da velha guarda do Império da Tijuca, passamos quase 40 anos até termos a chance de reafirmar como foi o nosso passado voltado para a massa que nos apoiava. O difícil é ser reconhecido. Samba e carnaval têm que ser unicamente cultura e mensagem de ensinamento. Confio nos que acreditam em fraternidade. Sambar não é só sambar (16 fev. 1980, Caderno B, p. 6).

Nas palavras de Antônio ganha relevo a missão pedagógica da agremiação do Morro da Formiga desde a sua fundação: a educação. No entanto, não podemos generalizar a perspectiva de que todos os enredos das escolas de samba possuem uma exaltação crítica e política ao contexto social. Todavia, o próprio cortejo das agremiações carnavalescas na Passarela do Samba é um ato de resistência, visível quando analisamos o cotidiano de luta pela sobrevivência das comunidades nas quais estão inseridas e o seu histórico advindo das camadas populares e marginalizadas da sociedade brasileira. Para o professor-pesquisador, Guilherme Faria (2018) aponta para este espaço conquistado pelas escolas de samba elencando-as como “um dos canais mais potentes de emissão das expressões culturais afro-brasileiras que as potencializaram e popularizaram em todo o país” (p. 193). Faria afirma deste modo, a importância das escolas de samba como “emissores de discursos”. Muitos deles, apesar de contemporâneos, apresentam conflitos nas linhas escolhidas para narrar os enredos. Assim, cada um deles simboliza as diferentes disputas do uso do passado na carnavalização das

histórias. É a partir desse poder de divulgação dessas leituras da história que as escolas de samba ajudam a construir uma emissão de reflexões a respeito do cenário político, social e cultural do país. Como ressalta Faria (2018), “ampliar uma narrativa que permite compreender o papel desempenhado pelas agremiações nos embates, disputas, conflitos e negociações que se estabeleceram ao longo dos anos 80”, (p.2).

Dessa forma, o enredo apresentado torna-se o fio condutor e o motor principal de toda potência pedagógica e cultural de uma escola de samba. Nesse sentido, que as agremiações se transformam em livros abertos cujo foco não é os autores das histórias, mas lançar na Avenida, discursos a serem debatidos e conhecidos pelo grande público. Portanto, as escolas de samba podem ensinar por meio de suas artes/criações, não podendo ser entendidas somente a espaços de recreação, inversão de papéis e transgressões.

A potencialidade das escolas de samba de narrarem para o grande público, histórias vilipendiadas, silenciadas e esquecidas da historiografia oficial também despertou o interesse das historiadoras Hebe Mattos e Martha Abreu. Ao redigiram um texto no site *Conversa de historiadoras*, relataram o envolvimento dos componentes das agremiações, tais como: carnavalescos, casais de mestres-salas e porta-bandeiras, compositores, coreógrafos, passistas, em anunciaram uma narrativa pública e coletiva da História. Nas palavras das autoras, o que alguns desfiles fazem são levantar discussões e debates públicos semelhantemente ao que muitos professores de história individualmente fazem em suas aulas de aulas, porém para uma audiência menor dos que acompanham os desfiles das escolas de samba no carnaval.

As palavras das professoras-pesquisadoras encontram eco nas produções do historiador Guilherme Faria (2018), ao reafirma a importância das escolas de samba como “emissoras de discursos” cujas mensagens simbolizam as diferentes disputas do uso do passado na carnavalização das histórias e a partir desse poder de divulgação dessas interpretações. “Nos sambas-enredos do carnaval estão em jogo uma pedagogia e uma imensa conversa sobre os assuntos que interessam a diversas camadas sociais. Dentre esses assuntos, destaca-se a temática racial” (p. 193). Em diálogo com essa afirmação, compreende os enredos e suas respectivas letras dos sambas, sobretudo em meio à década de 1960, como porta-vozes das identidades étnico-raciais negras do país no que tange suas questões raciais e as ações de combate ao racismo.

Considerações finais

As escolas de samba podem ser configuradas como emissoras de discursos cujas mensagens simbolizam as diferentes disputas do uso do passado. É por meio da carnavalização das histórias e desse poder de publicização do carnaval, que as escolas de samba ecoam as nossas indagações e lançam luz sobre personalidades invisibilizadas de nossa história. No caso do Império da Tijuca, no transcorrer de trajetória da agremiação, a escola tem se preocupado em ofertar ações pedagógicas para sua comunidade e isso pode ser encontrado nas narrativas propostas pela verde e branco, sobretudo, nos sambas de enredos que costumam ser os mais cantados nos esquentas das apresentações da escola e nos ensaios de quadra.

Entendemos, portanto, que as agremiações carnavalescas são, portanto, espaços formativos e educativos, onde a dimensão da cultura encontra-se no cerne das relações mediatizadas pelo mundo, como ressaltou o patrono da Educação brasileira, Paulo Freire. Nesse sentido, para os sambistas/carnavalescos a produção de um conhecimento é gestada na coletividade, oriundo das práticas sociais e do viver em comunidade. Nas palavras das autoras, o que alguns desfiles fazem são levantar discussões e debates públicos semelhantemente ao que muitos professores de história individualmente fazem em suas aulas de aulas, porém para uma audiência menor dos que acompanham os desfiles das escolas de samba no carnaval.

Diante disso, as pistas iniciais apontam para a existência de um antigo cafezal na região, geralmente associado ao segundo reinado, o que explicaria a presença do substantivo “império”. Em relação ao uso do termo “educativa”, a justificativa se relacionaria ao funcionamento de uma escola de alfabetização na quadra da agremiação logo nos primeiros anos, assim como as ações pedagógicas desenvolvidas pelo grupo de escoteiros Tropa José do Patrocínio no Morro da Formiga.

Referências

ABREU, Martha. MATTOS, Hebe. “Viva o carnaval!” *Conversa de historiadoras*, 2019. Disponível em: <https://conversadehistoriadoras.com/2019/03/07/viva-ocarnaval/?fbclid>. Acesso em: 02 ago. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DUARTE, Francisco. “Sambar não é só sambar”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16, fev. 1980. Caderno B, p.6. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1980_00312.pdf. Acesso em: 19 jul. 2023.

FARIA, Guilherme José Motta de Souza. As escolas de samba cantam sua negritude nos anos de 1960: uma página em branco na historiografia sobre o movimento negro no Brasil. In: ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Lívia; BRASIL, Eric. *Cultura Negra vol 1: festas, carnavais e patrimônios negros*. Niterói: Eduff, 2018.

IMPÉRIO DA TIJUCA. *Samba-enredo 2013*. Disponível: <https://www.lettras.mus.br/sambas/imperio-da-tijuca-samba-enredo-2013/>. Acesso em: 01 ago. 2023.

_____. *Samba-Enredo 2022* - Samba de Quilombo: a resistência pela raiz. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/grese-imperio-da-tijuca/samba-enredo-2022-samba-de-quilombo-a-resistencia-pela-raiz/>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MIRANDA, Clícia Maria Augusto de; FREITAS, Idalina Maria Almeida de; FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. Sobre sambas-enredo e ensino: um lugar para Tereza de Benguela nas aulas de história. *Humanas: Pesquisadoras em Rede*, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://www.humanasrede.com/post/sobre-sambas-enredo-e-ensino>. Acesso em: 28 jul. 2023.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling.; VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Conceitos de comunidade, local e região: inter-relações e diferença. *Líbero* – São Paulo, v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. 2009.

REIS, João José. Quilombos e Revoltas Escravas no Brasil. *Revista USP*, n. 28. São Paulo, CCS-USP, 1996, pp. 14-39.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: _____. BECKER, Bertha K.(org.) Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 3.^a ed. 2011, p. 13-21.

SIMAS, Luiz Antônio; FABATO, Fábio. *Para tudo começar na quinta-feira: o enredo dos enredos*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

SOARES, Negra nobreza: reis, rainhas e a aristocracia no imaginário negro. *Revista USP*, São Paulo, n.69, p. 92-103, março/maio 2006.

SODRÉ, Muniz. *Samba, o dono do corpo*. 2^o ed. Rio de Janeiro: Maud, 1998.

UM morador da comunidade assume a presidência do Império da Tijuca e leva a escola à elite do carnaval. *Revista Explosão in samba*, 2018. Disponível em:

<https://www.revistaexplosaoinsamba.com.br/post/2018/05/04/um-morador-da-comunidadeassume-a-presid%C3%Aancia-do-imp%C3%A9rio-da-tijuca-e-leva-a-escola-%C3%A0-elite>. Acesso em: 01 ago. 2023.

TRAMONTE, Cristiana. *O samba pede passagem: as estratégias e a ação educativa das escolas de samba*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

A História nos quadrinhos: possibilidades de aprendizagens afetivas

Priscilla Damasceno Rodrigues¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Márcia de Almeida Gonçalves
Bolsista FAPERJ

Introdução, delimitação do tema e problemática da pesquisa

Anualmente docentes e discentes do PPGHS são convidados/as a participar do Seminário Interno, evento onde podemos trocar informações dos objetos de estudos sobre os quais nos debruçamos, sendo uma oportunidade de compartilhar saberes e olhares a respeito de temas relevantes e variados. A sensação de solidão/solitude que muitas vezes se faz necessária durante o processo de maturação teórica da produção acadêmica é atravessada por um acolhedor espaço, onde pesquisadores e pesquisadoras ouvirão e serão ouvidos, o que estimula a construção de novas sínteses e caminhos de pesquisa e escrita.

Através deste espaço, compartilho a pesquisa que venho desenvolvendo no programa de doutorado da casa. Na pesquisa desenvolvida durante o curso de mestrado, estivemos voltados para o uso das histórias em quadrinhos nas aulas de História como canal lúdico do Ensino de História. No projeto atual, pensamos na possibilidade do aprofundamento reflexivo acerca desta prática, que entendemos representar, também, uma escolha de caráter didático/afetivo. Para além das trocas de saberes e conteúdos historiográficos, acreditamos que as vias de desenvolvimento deste processo possam tocar os/as estudantes de forma empática e afetiva. Construir com os/as jovens caminhos de ensino e aprendizagem de História, onde suas subjetividades sejam consideradas e respeitadas, pode fomentar uma troca potente de intersubjetividades. Neste sentido o uso das HQ's nas salas de aulas, adquire um aspecto afetivamente engajado por parte do/a educador/a, uma vez que este recurso didático se propõe a afetar o universo cognitivo dos/das educandos/as de forma positiva e qualitativa.

Caminharemos, portanto, em direção a uma reflexão no campo da teoria da aprendizagem, especificamente no escopo do Ensino de História. Nosso dialogo inicial se dará com teóricos da Filosofia e da Psicologia da Educação, a fim de mapearmos as contribuições desses saberes no que se refere ao desenvolvimento da inteligência humana, considerando

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “A História nos quadrinhos: possibilidades de aprendizagens afetivas”, sob orientação da Dr.^a Márcia de Almeida Gonçalves, bolsista: FAPERJ.

processos de socialização de História através de um artefato cultural envolvente, afetivo e historiograficamente comprometido. Autores como Paulo Freire, Henry Wallon e Marcelo Fronza servirão de aporte teórico nestes passos iniciais da pesquisa.

O foco reflexivo aqui exposto, nos conduzirá à linha de pesquisa que se debruça sobre a Historiografia e o Ensino de História, uma vez que nos propusemos a observar e problematizar a utilização das histórias em quadrinhos como instrumento histórico/didático comprometido em viabilizar uma educação lúdica, prazerosa, empática e afetiva. Percebemos ainda que no lastro da História Social, recorte macro que fundamenta o curso, o zelo e o aprofundamento acadêmico, no âmbito de metodologias mais humanizadas de socialização dos saberes historiográficos, ganha ares de engajamento com atores sociais que se encontram em formação subjetiva e cidadã, dentro dos espaços escolares.

1. Contextualização do objeto de pesquisa

O uso de narrativas históricas gráficas já foi tema pensado e problematizado por alguns/as autores/as que entendem que elas são artefatos capazes de potencializar, principalmente em jovens estudantes, a capacidade de reconstruir, de forma mais significativa, suas próprias narrativas históricas. Baseados no conteúdo que fora visualizado, na discussão oralizada e na possibilidade de manuseio dos respectivos manuais didáticos, estudantes poderão ampliar possibilidades de interações e resultados na sala de aula. Na pesquisa atual, aprofundamos as reflexões acerca desta prática, que entendemos representar, também, uma escolha de caráter didático/afetivo, buscando entender o papel das emoções no processo da aprendizagem.

O esforço dessa pesquisa poderia ser justificado tendo em vista a sempre necessária ação reflexiva que envolve o ofício de professores(as)/pesquisadores(as). Ao conhecimento historiográfico associamos os saberes e práticas de ordem didática, ambos vão demandar constante busca por novas teorias e pesquisas. A bagagem clássica, apreendida nos bancos da academia, sempre será revista e acrescida de novas percepções científicas, novos olhares e desenvolverão novas formas de atravessamentos entre os atores envolvidos nas trocas de saberes. Durante o desenvolvimento desta pesquisa pretendemos refletir a respeito da socialização dos saberes históricos para crianças e jovens dos anos iniciais do Ensino Fundamental II – sexto e sétimo anos – através de um caminho afetivo, que terá seu gatilho no recurso didático artístico que iremos construir para essa finalidade. Aqui conceberemos o afeto como sinônimo de postura que visa tocar com gentileza o universo cognitivo dos/das

estudantes.

Consideraremos a teoria de Mattos (2006) no sentido de não perdermos de vista que a aula de História também é um texto, e que este se constrói de forma coletiva, unindo saberes docentes e discentes no processo de escrita. A construção de nossa narrativa se dará através da linguagem quadrinística, que é ao mesmo tempo um artefato cultural e uma fonte histórica, relembrando as premissas de Fronza (2015).

O conteúdo que se pretende quadrinizar, trabalhará com os seguintes temas: a antiguidade africana; a história dos povos originários antes século XVI e o papel das mulheres na sociedade brasileira do período pré-colonial. Pensamos que estes assuntos sejam capazes de despertar identidades históricas e subjetividades relevantes à formação escolar, cidadã e humana nas crianças. Nosso foco estará voltado para observação de como as turmas e os grupos de análise apreendem estes conteúdos citados, a fim de que consigamos associar o uso das histórias em quadrinhos, funcionando como canal empático de construção de saberes históricos.

Ao analisarmos quais seriam as reais contribuições que as narrativas históricas gráficas apresentam no fazer historiográfico/didático, podemos pensar também em mecanismos que facilitem o acesso dos/das alunos/as aos materiais neste formato, tais como: a construção de materiais em formatos digitais, que poderiam ser divulgados com maior rapidez e armazenados em variados tipos de mídia; a impressão de alguns exemplares que podem ser levados de turma à turma, ampliando a possibilidade de manuseio e contato físico com as narrativas quadrinizadas e, finalmente, a busca por recursos públicos ou privados, no sentido de aumentar o número de cópias físicas, que poderiam ser doadas para bibliotecas, seriam caminhos possíveis para que estes quadrinhos chegassem aos/as estudantes.

Promovendo o encontro entre materiais históricos gráficos e os/as estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental II, poderemos organizar uma análise pragmática, didática e filosófica de como ocorreu a aprendizagem das alunas e alunos do conteúdo socializado e criarmos uma tese que respalda o uso deste tipo de instrumento como um caminho possível e afetivo de trocas de saberes no campo do Ensino de História.

2. Referenciais teóricos

No trabalho que desenvolvemos durante o curso de mestrado, refletimos acerca de que tipo de História faria mais sentido científico/pedagógico tanto para o corpo docente como para os discentes. Ali nos debruçamos sobre as narrativas históricas como um relevante princípio

epistemológico historiográfico, capaz de nos fazer enxergar as vidas que pulsavam em determinado recorte espaço temporal. Pesquisar, escrever e ensinar utilizando essa metodologia pode viabilizar a construção de uma escala de causas, processos e relações históricas, interessantes ao fazer dos historiadores/as professores/as.

Naquela ocasião decidimos partir da rotina de uma família camponesa, de uma região da Gália, no período da Baixa Idade Média e, desse gatilho, traçamos problematizações de ordens econômicas, políticas, sociais e culturais, envolvendo tramas geográficas e temporais de escalas maiores, estabelecendo sempre esse diálogo de contextualizações locais com um recorte regional ampliado. Assim desenvolvemos “Agricolae: aventuras e deventuras de uma família medieval” um material histórico/didático que foi apresentado na conclusão do curso.

Além de Stone (1979) e Revel (2010), nossa galeria de teóricos contou com o apoio de Ilmar Rohloff de Mattos (2006) e de Ana Maria Monteiro (2012). De Mattos, utilizamos especificamente as colaborações existentes em seu texto: “Mas não somente assim: leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem” (MATTOS, 2006). Pareceu-nos muito oportuna sua tese a respeito do fazer historiográfico que acontece necessariamente em sala de aula. Ao elaborar uma contraposição ao tipo de aula dada por Capistrano de Abreu, nos finais do século XIX, no tradicional Colégio Pedro II, Mattos alega que a opção daquele catedrático nos diferencia, no sentido de que hoje não são apenas os textos escritos que servem de base para contar e ensinar a História. A aula de História passou a ser vista como um texto, que é criação individual e coletiva ao mesmo tempo – e o/a aluno/a é o/a leitor/a dessa aula. Ao considerarmos a aula de História como um texto, sentimo-nos à vontade em pensar na construção de um texto narrativo e também gráfico, unindo essas duas formas de produção textual para criar uma história em quadrinhos.

A ideia de “história problema”, presente no texto de Ana Maria Monteiro (2012), ajuda a formular algumas possíveis respostas para questões como: “para que serve a História?”; “para que formar professores de História?”; “há diferenças entre formar um historiador e um professor de História? ”; “qual o valor da História hoje, no presente?”, dado que os papéis dos/as alunos/as e dos/s professores/as vão ficando mais delimitados, dentro do ambiente de sala, durante as aulas de História. Não se trata de focar nos indivíduos, ou eventos estanques, interesses políticos isolados, nem mesmo apenas nos recursos e linguagens didáticas que serão utilizadas, mas na investigação das sociedades, das coletividades, utilizando conceitos bem delimitados nos métodos científicos das humanidades. O fazer histórico, a formação de historiadores/as e professores/as de História, a funcionalidade e o valor do aprendizado por

parte dos/as alunos/as vai ganhando mais sentido, a partir dessas considerações.

Abriremos, agora, diálogo com as ideias de Marcelo Fronza, que busca pensar nas perspectivas de alcance dessa prática para o segmento do Ensino Médio e certamente, diríamos, para o Ensino Fundamental: “sabe-se que a narrativa gráfica é uma das conceptualizações estruturantes das histórias em quadrinhos, e isso possibilita que os jovens desenvolvam a capacidade de reconstruir suas ideias na forma de uma narrativa”. (FRONZA, 2015, p. 83). O trabalho de pesquisa do autor se propôs a investigar como a estrutura das histórias em quadrinhos poderia modificar a natureza do pensamento histórico. Acessando teóricos como James V. Wertsch, Mark Rozin e Mikhail Bakhtin, Fronza descreve que as narrativas históricas desenhadas pelos jovens podem servir como objetos de resistência e de escrita, ou reescritas, de textos históricos que têm um formato mais canônico.

Seguindo essa linha de raciocínio, entendemos que o ser que sofre uma intervenção didática proposta pelo/a docente, também se coloca como aquele/a que age de forma reflexiva, operando como sujeito desse processo que acontece necessariamente através de um tipo de linguagem colocada como ponte de comunicação entre os agentes da aula de História. José Alberto Correia, Junot Cornélio Matos e Shalimar Michele Gonçalves de Silva (2010) apresentam essas percepções que dialogam com o raciocínio de Fronza. Os quatro autores mencionados lançam mão de princípios teóricos encontrados em Bakhtin, que acredita que os sujeitos sociais interagem entre si e com enunciados e novos saberes que lhes são apresentados, concordando ou discordando nessa interação, e com Paulo Freire, que defende que a Educação significativa acontece a partir de um diálogo entre docente e discentes no sentido de formar e transformar os segundos em aprendizes atuantes. Outrossim os nomes citados por Fronza estariam engajados no desenvolvimento do preceito da dialogicidade intrínseca do saber pedagógico.

Ainda em 2009, com a parceria de Adriane de Quadros Sobanski, Edilson Aparecido Chaves, João Luís da Silva Bertolini, Fronza publica um valioso manual, sucinto e muito agregador, a respeito de como promover o ensino e a aprendizagem de História por meio do uso de quadrinhos e canções. No terceiro capítulo da obra, os autores explicam a relevância didática existente em relação à teoria das histórias em quadrinhos e os pressupostos epistemológicos da História. Aqui, a cognição histórica será desencadeada através do narrar dos sujeitos envolvidos, professores e jovens discentes.

Sobre as ramificações de pesquisa no vasto campo Educação, fomos buscar nosso aporte teórico em dois autores que nos trouxeram relevante contribuição na construção das

primeiras reflexões do tema desta pesquisa. Henry Wallon nos ajudará a pensarmos nas teorias psicogenéticas, e sobre como a afetividade faz parte do desenvolvimento da inteligência dos indivíduos. Paulo Freire nos levará a analisarmos filosoficamente que uma educação problematizadora e significativa é capaz de abrir o universo cognitivo dos/das educandos/as. Nesse sentido, a Psicologia e Filosofia da Educação nos servirão de apoio argumentativo, a fim de discutirmos que o uso das histórias em quadrinhos nas aulas de História passa por uma escolha didática, consciente e científica dos/das docentes que pretendem comunicar saberes históricos por vias afetivas.

O professor, médico e psicólogo francês Henri Wallon (1879-1962) nasceu e viveu durante seus 83 anos na cidade de Paris. No ramo da Educação, seus estudos foram centrados no desenvolvimento infantil, abordando as dimensões cognitiva, afetiva e motora. O autor não estudou a criança como um ser fragmentado, mas como um ser completo, um ser integral e constituinte do meio sociocultural em que vive. Tinha como referência política e metodológica para seus estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento da criança, o materialismo histórico-dialético.

Para Wallon o desenvolvimento do pensamento infantil não ocorre de forma contínua, ele é caracterizado enquanto processos não lineares e atravessados por fatores biológicos e socioculturais. Existe um destaque ao caráter social na teoria walloniana, que se propõe a arrazoar também a respeito dos processos e ambientes sociais nos quais vivem as crianças, principalmente na escola. Seu estudo identificou que meninos e meninas precisam do convívio social com adultos e com outras crianças para experimentar relações diferentes daqueles familiares, aprendendo a lidar com emoções relacionadas, como a aceitação, trabalho em grupo, superações de conflitos e frustrações. A vivência, trocas de saberes, atravessamentos intersubjetivos, sociais e afetivos seriam, segundo o autor, fatores formadores da cognoscibilidade da pessoa humana.

A inteligência nasce dentro da afetividade e estabelece certa relação de conflito. Para Wallon, a inteligência se desenvolve após a afetividade. Para nutrir a inteligência, se faz necessário mobilizar os afetos. Wallon propõe três campos funcionais que, no início da vida, são indiferenciados e imaturos: a emoção (afetividade), o ato motor (psicomotricidade/movimento) e a inteligência. O progresso nesses campos estaria relacionado às relações sociais e ao amadurecimento neurológico. A conexão destes 3 campos funcionais dá origem à pessoa integral que, segundo o cientista, é representada pelo conjunto dos âmbitos afetivo, motor e cognitivo, e também pela integração dinâmica entre o orgânico

e o social.

Segundo Wallon, podemos compreender a afetividade de forma abrangente, como um conjunto funcional que surge do orgânico e adquire uma forma social na relação com o outro e que é uma dimensão fundadora da formação integral do indivíduo. A teoria walloniana significa um marco relevante e inovador no pensamento pedagógico, pois até então, a afetividade era pouco considerada no processo educativo. A emoção ocupa um lugar de destaque nas concepções de Henri Wallon, pois para ele a emoção tem papel central na evolução da consciência de si, sendo um fenômeno orgânico, psíquico e social.

Se no campo da Psicologia da Educação, através da teoria walloniana, percebemos a relevância da afetividade no ato educativo, na filosofia freireana encontramos muitos pontos de reflexão a respeito de como se dá uma formação significativa. O pernambucano nos chama atenção para uma prática de ensino que trabalha com metodologias e metas didáticas, sociais e políticas de transformação dos indivíduos a fim de que tenham acesso e participem ativamente de seus processos educativos, sendo convertidos em agentes de impacto da realidade e da comunidade onde vivem. A leitura de mundo proposta por Freire também acontece através de mecanismos que conectam afetivamente as pessoas consigo mesmas, com outros seres humanos e com o ambiente que as cercam; elas os constituem e são constituídas por eles.

Nas primeiras páginas de seu livro “A importância do ato de ler” (2001), o autor relembra com singeleza a leitura das crianças que ainda não leem as palavras, e que isso trata-se de um ato de percepção do mundo a partir de sua vivência, observações e subjetividade. O ato de ler não se resume apenas à decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, segundo Freire, esta habilidade humana “se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” (FREIRE, 2001, p. 9)

Sobre a leitura sensorial do mundo, o autor escreve que se trata de um esforço onde ocorre a entrega do indivíduo que vai recriando e revivendo, no texto que se inscreve, neste movimento a experiência vivida se antecipa ao momento em que ainda não acontece a leitura da palavra em si. Freire aponta, também, que a leitura da infância é atravessada pelas vivências e experiências trocadas com os mais velhos: "Daquele contexto - o do meu mundo imediato - fazia parte, por outro lado, o universo da linguagem dos mais velhos, expressando as suas crianças vírgulas e seus gostos, os seus receios, e seus valores." (FREIRE, 2001, p. 10)

Ao ser introduzido na leitura da palavra, o pequeno Paulo lia aquilo que fazia sentido

dentro do seu universo subjetivo reservado. A compreensão particular que apreendia de seu contato com as primeiras letras, o que ocorreu em casa por intermédio de seus pais, unia naturalmente a decifração das palavras escritas com a percepção de mundo que lhe era subjetiva (FREIRE, 2001). A professora Eunice Vasconcelos foi uma de suas primeiras professoras da escolinha particular que frequentou quando menino. Ela deu continuidade ao seu processo de alfabetização, iniciada no aconchego do reduto doméstico. Com uma didática que enchia de ternura as memórias do autor até sua fase adulta, o introduziu ao contexto da "palavramundo". Anos depois, os atravessamentos humanos, científicos e metodológicos que vivenciou com seus mestres e mestras, reverberaram no professorar afetivo do jovem docente Paulo Freire. Este se esmerava em estimular seus/suas estudantes normalistas em um processo de aprendizagem curiosa e interativa.

Freire acredita que somente uma aprendizagem significativa conduz a memorização substancial do objeto a ser apreendido. Neste sentido, a reflexão e a prática a respeito dos instrumentos didáticos, do tipo de linguagem e metodologia que serão utilizadas em sala de aula, teriam tanta importância quanto o próprio conteúdo que se almeja socializar. Alunas e alunos são tocados/as por saberes que os/as afetam, isto posto, importa que o lado emotivo no ato de ensinar e aprender receba a devida atenção. Uma memorização mecânica não é eficiente o bastante para que estudantes de fato tenham conhecimento de qualidade. "Só aprendendo-a seriam capazes de saber, por isso, de memorizá-la, de fixá-la a memorização mecânica da descrição do elo não se constitui em conhecimento do objeto". (FREIRE, 2001, p. 12)

O autor reforça que a palavra escrita por si só não é mágica. Leituras enormes nem sempre vão garantir a apreensão qualitativa do objeto comunicado. Alfabetização envolve um movimento muito maior do que o saber ler mecanicamente as palavras. Diríamos o mesmo no que tange a alfabetização histórica. O alfabetizando é sujeito do ato de alfabetizar, no qual estepassa necessariamente por sua subjetividade. Ao esvaziar ou relativizar o poder metafísico das palavras escritas, a busca por formas múltiplas de leituras do ser e do mundo adquire maior respaldo. A comunicação que se dá no ato de ler pode dialogar com linguagens escritas, desenhadas, esculpidas, pintadas, representadas através de performances corporais e com outras formas de expressões culturais humanas. A linguagem quadrinística é uma delas.

Uma das máximas do autor passa pela ideia de que a leitura de mundo precede a leitura da palavra. Com os/as estudantes que acompanhamos, em quase vinte anos de magistério, escolhemos acompanhá-los/las no caminho da leitura do mundo através das narrativas

gráficas ou histórias em quadrinhos, unindo palavras e imagens no ato de leitura e reescrita do objeto histórico. Uma escolha metodológica, didática, científica e afetiva. As palavras com as quais educamos deveriam ter conexão com universo cognitivo e com as emoções de educandos/as. Freire propõe, ainda, que há necessidade de desenvolvimento de uma leitura crítica da palavra e do mundo, transformando o ato educativo em um momento de atravessamento de subjetividades e afetividades em um instrumento de formação contra-hegemônica, considerando aqui suas inspirações em máximas de Gramsci.

Quase no apagar das luzes de seu livro, o autor relata uma experiência vivida uma pequena comunidade pesqueira chamada Monte Carlo. Ali, Freire relata que através de desenhos e palavras geradoras que eram utilizados como elementos codificadores do objeto que se propunha a compartilhar com seus/suas estudantes, o ato educativo se dava de forma mais significativa para todos os envolvidos. A decodificação/desenho/representação gráfica do povoado de Monte Mário abriu o campo de percepção crítica dos educandos no estudo da história local. As imagens uniram-se a fala e a palavra escrita e assim formaram um potente recurso de veiculação e trocas de saberes (FREIRE, 2001)

Um ponto de diálogo importante entre a teoria walloniana e a teoria freireana reside no fato de que ambos os teóricos entendem que os seres humanos são indivíduos sociais, portanto o ato educativo acontece necessariamente através das trocas humanas didáticas, políticas, afetivas científicas e intersubjetivos. A escolha por uma metodologia didático afetiva traz consigo o comprometimento com esta percepção. O Ensino de História sendo veiculado através das histórias em quadrinhos nasce dessa sensibilidade e dessa preocupação científico/didática.

3. Procedimentos de pesquisa e análise e fontes documentais

Na condição de professores/as e pesquisadores/as, se faz importante que não percamos a cautela pedagógica e nem que analisemos de forma ufanista ou ingênua a utilização dos quadrinhos em sala de aula. Diante disso, deixaremos esclarecida que há necessidade de uma cuidadosa articulação entre o Projeto Político Pedagógico das escolas onde serão utilizadas essa metodologia, diálogo com a coordenação, além de um manejo consciente por parte dos/as docentes desse tipo de material didático nas aulas de História. Nossa escolha metodológica é afetiva e científica, ou seja, preocupada abrir um espaço de trocas humanas e empáticas, além comprometida com a comunicação de saberes historiográficos balizados em crivos científicos. As narrativas históricas gráficas podem gerar uma interação mais

significativa com os educandos/as, porém a acuidade didática, o zelo historiográfico e a responsabilidade dos/das docentes envolvidos/as nesse processo são de fundamental importância.

Poderíamos pensar uma dinâmica de observação comparativa seccionando as turmas em duas equipes que terão suas reações catalogadas e posteriormente analisadas. Separaríamos as turmas em dois grandes grupos (Equipe A e Equipe B), no primeiro encontro a Equipe A teria acesso a livros didáticos de uso oficial da escola e a Equipe B receberia as histórias em quadrinhos. Recomendaríamos que a equipe A fizesse uma leitura silenciosa do capítulo do livro que seria determinado de acordo com o tema, em seguida promoveríamos o encontro da Equipe B com os materiais históricos quadrinizados. Vamos incentivar o manuseio do material, uma leitura rápida e, a princípio, essencialmente imagética, a seguir vamos dar tempo para uma leitura silenciosa das HQ's, esta, ainda, ser feita em dupla, ou seja, cada dois alunos/as compartilhariam a mesma historieta.

Em um segundo encontro do mesmo conteúdo, mudaríamos a equipe que teria acesso aos quadrinhos e nos momentos finais desta aula, seria distribuído um questionário a fim de captar as impressões que cada aluno e aluna tiveram dos dois recursos didáticos utilizados. Depois de recolhidos estes questionários, iniciaremos uma conversa coletiva, a fim de ouvir dos/das estudantes, as percepções que tiveram com a utilização de cada tipo de material. Os temas históricos que abordaremos para trabalharmos esta metodologia fazem parte do recorte temático e temporal tradicionalmente explorados entre o sexto e sétimo ano. Trabalharemos com o período da Antiguidade africana; com a história dos povos originários e das mulheres no Brasil pré-colonial, entendemos que são temas relevantes e mobilizadores da consciência histórica, cidadã e subjetiva para nossos/as alunos/as.

Nosso principal nicho de pesquisa serão as alunas e alunos do Ensino Fundamental II, nessas turmas teremos mais tempo hábil para desenvolvimento da nossa proposta, uma vez que neste segmento temos a manutenção da disciplina História como obrigatória nos currículos escolares, usufruindo de três tempos semanais para cada classe. Vale ressaltar aqui que as configurações curriculares estabelecidas pela BNCC, prestes a serem implementadas no estado do Rio de Janeiro, inaugurando o Novo Ensino Médio⁵, reduzirão de forma dramática a oferta das aulas de História nas três séries deste curso.

Esperamos que através deste caminho, possamos desenvolver uma pesquisa analítica e comparativa, que nos leve a perceber de que forma os/as estudantes apreenderam o conhecimento histórico socializado de forma lúdica, didática e afetiva, além de refletirmos a

respeito da qualidade deste aprendizado por parte dos alunos e alunas. Instrumentalizando suas vozes para que expressem como foram e como se sentiram na experiência do uso deste tipo de recurso didático.

As histórias em quadrinhos com os temas históricos serão as principais fontes utilizadas nesta pesquisa. Desta maneira, nossos esforços iniciais estarão voltados no sentido de produzi-las e isso se dará no decorrer da primeira parte deste curso de doutorado. Organizar este tipo de material requer tempo, criatividade e empenho. O zelo historiográfico precisa necessariamente caminhar com as preocupações de ordem didática. Pretendemos, portanto, desenvolver materiais atraentes visualmente e que conduza os/as estudantes ao aprendizado significativo do conteúdo histórico, através de um caminho lúdico, interativo e prazeroso e afetivo.

Considerações finais

Entendemos que o conhecimento da História pode ser sintetizado e socializado de maneira mais leve, e que essa socialização pode ser ainda mais rica, de acordo com os instrumentos acessados no ato do ensino/aprendizado. Os saberes históricos veiculados através das narrativas escritas ou gráficas, abrem um espaço de percepções mais significativas das experiências dos sujeitos, em recortes temporais e espaciais determinados. A comunicação historiográfica visual pode alimentar o universo cognitivo dos/das nossos/as jovens, à medida que lança mão de uma linguagem artística e lúdica, que geralmente tem uma boa aceitação na faixa etária destes/destas estudantes. Neste sentido, as histórias em quadrinhos vão funcionar como instrumentos de decodificação histórico-didática, além uma escolha consciente e afetiva, como a presente pesquisa pretende discorrer.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “**História e Narrativa**”. In Ilmar Rohloff de Mattos (org.) **Ler e Escrever para Contar**: documentação, historiografia e formação do historiador. Acces, Rio de Janeiro, 1998.

BARCA, Izabel, MARTINS, Estevão Resende & SCHMIDT, Márcia Auxiliadora (orgs). **JörnRüsen e o Ensino de História**. Curitiba. Ed. UFPR, 2010.

BERTOLINI, João Luís da Silva; CHAVES, Edilson Aparecido; FRONZA, Marcelo & SOBANSKI, Adriane de Quadros **Ensinar e aprender História: histórias em quadrinhos e canções**: metodologia, Ensino Médio. Curitiba: Base Editorial, 2009.

BONIFÁCIO, Selma de Fátima. “**Quadrinhos e ensino de História: análises sobre o conhecimento histórico presente na ‘Nona Arte’**”. Fóruns Contemporâneos de Ensino de História, Online, 2013 – ojs.feunicamp.br

BURIN, Fátima Osmari. **As emoções e a afetividade na aprendizagem segundo Wallon**. <https://www.impare.com.br/post/as-emo%C3%A7%C3%B5es-e-a-afetividade-na-aprendizagem-segundo-wallon>.

DANTAS, H. **A afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon**. In: LATAILLE, Yves de, OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992. 117 p.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial: princípios e práticas do lendário cartunista**.

4ª edição – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2010 (1ª edição: 1989).

_____. **Narrativas Gráficas**. São Paulo. Devir, 2005.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 42. Ed. São Paulo: Cortez, 2001. 87p.

_____, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. FRONZA, Marcelo. “**Narrativas históricas gráficas como expressão da aprendizagem histórica de jovens estudantes do ensino médio: perspectivas da educação histórica**”. In Revista História Hoje, v. 4, nº 8, p. 81-103 – 2015.

GALVÃO, I. **Henri Wallon: Uma concepção Dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da Silva & RODRIGUES, Fabiana Conceição de Moura Gonçalves. “**Histórias em quadrinhos e ensino de História: olhares e práticas**”. OPSIS, Catalão, vol. 13, n. 1, pp. 66-82 – janeiro/junho. 2013.

LA TEILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias Psicogenéticas em Discussão**. 18. Ed. São Paulo: Summus, 1992. 117p.

LEITE, Eduard dos Santos & MATOS, Julia Silveira. “**Considerações sobre as práticas pedagógicas e a utilização dos quadrinhos no espaço escolar: metodologias, vivências, professores**”. In: Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS. Aedos, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p. 64-78, jul. 2015.

LUYTEN, Sonia M. Bibe. **O que é História em Quadrinhos?** 2ª edição – São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **Mas não somente assim! Leitores, autores, aulas como texto e o ensino aprendizagem de História**. Tempo (online). 2006, vol. 11, n. 21, pp 5-16.

MAHONEY, Abigail Alvarenga e ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon**. *Psicologia da educação* [online]. 2005, n.20, pp. 11-30. ISSN 1414-6975.

McCLOUD, Scott. **Desvendando os Quadrinhos: desenho, criação, animação, roteiro**. São Paulo: Editora M. Books do Brasil, 2005 (1ª edição: 1993)

MONTEIRO, Ana Maria. “**Tempo presente no ensino de história: o anacronismo em questão**”. In. Márcia Gonçalves, Helenice Rocha, Luis Reznik, Ana Maria Monteiro (org.). *Qual o valor da história hoje?* Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 191-214.

NETO, Elydio dos santos & SILVA, Marta Regina Paulo orgs. **Histórias em Quadrinhos e Práticas Educativas: os gibis estão na escola, e agora?** São Paulo: Editora Criativo, 2015.

REVEL, Jacques. “Recursos narrativos e conhecimentos históricos: **In. História e Historiografia: exercícios críticos**, 2010.

STONE, Lawrence. “**O Ressurgimento da Narrativa: reflexões sobre uma nova velha História**”. O texto utilizado aqui é uma tradução de Denise Bottmann. Sua publicação original está em *Past em Present*, nº 85, novembro de 1979, pp 3-24.

As revistas ilustradas e o carnaval carioca da Belle Époque: revistas como fontes históricas.

Reinaldo Ramos Diniz¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Maria Letícia Correa

Introdução

O texto ora apresentado faz parte da introdução do capítulo 3 da minha tese intitulada: "Os chargistas-pedagogos da civilização de Momo" sob a orientação da o Prof. Dra. Maria Letícia Correa. Neste tópico analiso, em linhas gerais, a expansão e modernização do mercado jornalístico brasileiro, nos vinte primeiros anos do século XX, focando nas revistas ilustradas como fontes históricas. Irei fazer um histórico dessas transformações efetuadas nas revistas ilustradas cariocas, *O Malho* (1902-1920) *Fon-Fon!* (1907-1920) e a *Careta* (1908-1920). Estas são importantes fontes históricas, pois em seus textos, imagens e técnicas de impressão apresentam uma estética que influenciou visões de mundo e imaginários coletivos.

No que tange a minha pesquisa, essas revistas ilustradas são fontes históricas, pois são nelas que garimpo as produções dos chargistas e caricaturistas no que se refere a figura de Momo associada ao carnaval carioca da Bella Époque.

A charge e a caricatura são vistas como importantes *ferramentas sociais* de construção de uma visão crítica e bem humorada do mundo pelo traço do artista. A importância dos *chargistas/caricaturistas pedagogos da civilização de Momo* não se restringe à sua produção imagética, ao seu público leitor, consumidor das imagens do carnaval carioca, mas também à possibilidade que nos dá de resgatar e reconstruir os fios que teceram essa história do carnaval carioca. Eram os *turunas* e *quixotes*², em suas diferentes formas de agir, ao mesmo tempo (Velloso, 1996). Para estes foliões-literatos, participar ativamente dos festejos momescos não era somente pelo divertimento e prazer, para expressar a sua arte, mas divulgação de forma lúdica, humorada e inteligível, de um carnaval com viés romântico e "civilizado". Este projeto europeizante foi feito de forma pedagógica, na qual as charges e caricaturas foram as imagens

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2020, projeto: "Os chargistas-pedagogos da civilização de Momo", sob orientação da Dr.^a Maria Letícia Correa.

² Para Monica Velloso "A figura do *turuna* e do malandro remete ao universo da boemia, do humor, da irreverência e também da marginalidade (...). Já o termo *quixote* é diretamente inspirado no personagem clássico de Cervantes. Estamos diante de outro universo de valores. Altruísmo, sacrifício, combatividade, idealismo e, sobretudo, algo que escapole ao chamado senso comum. O *quixote* é o sonhador, aquele que antevê realidades apenas esboçadas." (Velloso, 1996:11-12).

amalgamadoras, entre meados do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX, desta nova/velha cultura nacional: o carnaval.

Entre estes *chargistas/caricaturistas pedagogos da civilização de Momo*, citamos Raul Pederneiras, Kalixto, e J. Carlos. Esses artistas gráficos eram verdadeiros *flâneur*³ que, além de serem exímios escritores, dramaturgos, professores, dançarinos, capoeiristas, delegados, trocadilhistas, pedagogos de momo, cronistas visuais que conseguiram transpor para seus traços a vertigem da alma encantadora das ruas e as transformações da cidade carioca em sua cotidianidade material e espiritual. Nas revistas ilustradas como *Kosmos, Careta, Fon-Fon!, O Malho, D. Quixote* vemos atuação de alguns desses e podemos apreciar essa maestria desse trabalho etnográfico e pedagógico. Em contato direto com esse cotidiano, saboreando os cheiros e os gostos, sentindo as paixões candentes da folia e da boemia tornam-se, também, etnólogos, ao fazerem análises e críticas bem-humoradas das situações vivenciadas; assumem o papel de pedagogos e cúmplices demiurgos de uma nova realidade que estava sendo urdida na sociedade carioca. As suas obras eram publicadas em diversas revistas ilustradas.

As revistas ilustradas como objetos de estudos históricos

Em seu livro *a História da imprensa no Brasil*, Nelson Werneck Sodré apresenta a história da ascensão da chamada grande imprensa. O autor faz uma série de relações entre essas mudanças com as transformações na vida econômica, social e política da como: a expansão da agroindústria cafeeira, a abolição da escravidão e a proclamação da República. Durante esse período, os pequenos jornais de estrutura simples começaram a ser substituídos por empresas jornalísticas de cunho capitalista com estrutura complexa, dotadas de equipamentos gráficos sofisticados, onde novos processos de impressão foram introduzidos transformando as antigas tipografias em uma indústria gráfica (Sodré, 1996).

A crescente indústria gráfica começou a se complexificar, o jornalismo brasileiro de fins do século XIX e início do XX muda de padrão e segue os modelos estrangeiros, aprimorando a impressão das charges, caricatura, fotos, tanto nos jornais, mas, principalmente nas Revistas Ilustradas. Conforme Maria de Lourdes Eleutério

“Nesse período de transformações, a imprensa conheceu múltiplos processos de inovação tecnológica que permitiram o uso de ilustração diversificada – charge, caricatura, fotografia –, assim como aumento das tiragens, melhor qualidade de impressão, menor custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação de massa. No campo gráfico, as transformações foram intensas e impactantes. Como um

³ A figura do flâneur, representa a arte de andar pela ruas, de maneira errante, investigando o espaço urbano, os hábitos da vida cotidiana das cidades modernizadas. Esta categoria foi criada por Charles Baudelaire e analisada, também, por Walter Benjamin.

movimento orquestrado, os setores de suporte daquela atividade conheceram avanços, surgindo rapidamente um mercado consumidor, enquanto se estimulava a produção interna do papel, matéria-prima fundamental para desenvolvimento do ramo.” (Eleutério, 2012:84)

Além da formação de profissionais qualificados para o trabalho gráfico além de construir uma rede de divulgação e venda dos periódicos e dos semanários hebdomadária. Essa modernização teve a utilização de novas tecnologias de impressão como linotipos, sistema fotomecânico e impressão em cores, que aperfeiçoaram e dinamizou a utilização de ilustrações como as charges, caricaturas e fotografias, atingindo um número significativo de leitores e um novo nicho de mercado com informações diferenciadas. Segundo Ilka Stern Cohen

“O desdobramento do setor traduziu-se também na diferenciação entre jornais e revistas: ao primeiro, normalmente diário e vespertino, caberia a divulgação da notícia, o retrato instantâneo do momento, abrangendo desde as disputas políticas até o descarrilamento do trem de subúrbio. À revista reservava-se a especificidade de temas, a intenção de aprofundamento e a oferta de lazer tendo em vista os diferentes segmentos sociais: religiosas, esportivas, agrícolas, femininas, infantis, literárias ou acadêmicas, essas publicações atendiam a interesses diversos, não apenas como mercadorias, mas ainda como veículos de divulgação de valores, ideias e interesses. Nesse sentido, nem sempre é o caráter comercial que marca as iniciativas; ao contrário, havia toda uma linhagem de publicações destinadas à defesa de interesses específicos.” (Cohen, 2012:108-109)

Dentre as revistas semanais que tinham maior circulação na cidade do Rio de Janeiro destacaram-se *O Malho*, *Careta* e *Fon-Fon*. Estas eram mais populares, tratavam de assuntos variados, com materiais diversificadas; tinham grandes tiragens e a um público de perfil e classes sociais distintas. Tinha nas ilustrações a linguagem que atingia desde as camadas analfabetas da população até o restrito grupo intelectual que se identificava e se via representado pelo universo de valores simbólicos compartilhados por esses semanários. Além das charges e caricaturas tínhamos os passatempos, conselhos, piadas, reportagens fotográficas, colunas e crônicas sociais que envolviam o(a) leitor(a) (Pessoa:2022).

Porém não utilizarei as revistas ilustradas como objeto de pesquisa e sim com fontes históricas que forneceram as charges e caricaturas carnavalescas. Apesar da importância que estas tiveram como registra Ana Maria Mauad, "as revistas ilustradas nos primeiros vinte anos do século XX compuseram o catálogo de valores, emblemas, comportamentos e representações sociais, através do qual a burguesia se imaginou e se fez reconhecer [...]" (Maud, 2000:209).

Com a modernização da imprensa a partir de 1900, observa-se uma mudança na forma e conteúdo e das revistas ilustradas. A primeira revista de caráter popular e alcance mais abrangente a seguir esse nova linha editorial e utilizar de nossos equipamentos e processões gráficos foi o semanário *O Malho*. Este foi fundado em 1902, por Luiz Bartolomeu, e perdurou

até o ano de 1954. Teve entre os que escreveram em suas páginas os literatos, como Olavo Bilac, Emilio de Menezes e Bastos Tigres; e na ilustração, dentre outros talentos, contou com a contribuição de Calixto Cordeiro (K. Lixto), Raul Pederneiras e J. Carlos. Para Deisson Xenofonte e Mariana Hennes

Além dos grandes nomes que passaram por O Malho, o fator tecnologia também contribuiu para seu destaque no cenário editorial brasileiro. A qualidade dos textos associados à qualidade da reprodução das ilustrações e charges foi determinante em fazer deste periódico um dos mais populares na época, sendo a primeira publicação brasileira a substituir a pedra litográfica pela placa de zinco. (...) A revista contava com colunas que traziam partituras de marchinhas de carnaval, fotografias de pessoas ilustres, dicas de moda e passatempos diversos, sendo, no entanto, as charges e caricaturas dos diversos ilustradores que formavam o corpo editorial, consideradas o carro chefe do periódico. Dentre esses, um dos mais prolíficos foi Calixto Cordeiro, ou como costumava assinar suas produções, K. Lixto. (Hennes & Xenofonte, 2022:1365-1366)

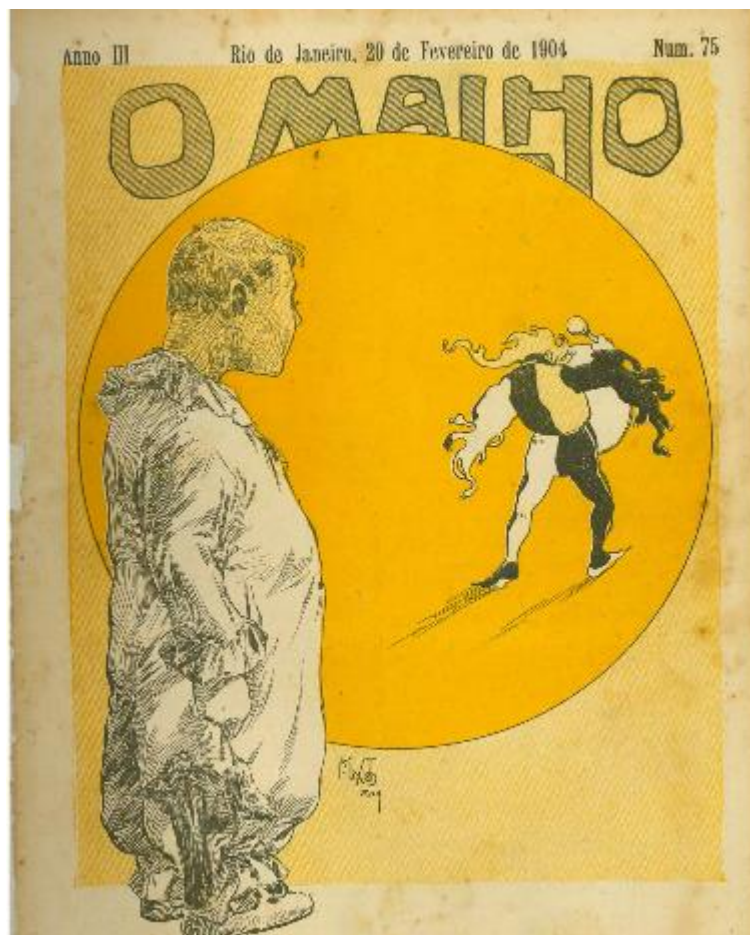


Figura 1. K. Lixto. Capa da Revista O Malho de 20-02-1904. Número 75.

Já a revista *Fon-Fon!*, que teve a sua circulação entre 1907 a 1945, foi fundada pelos simbolistas Lima Campos, Gonzaga Duque e Mário Pederneiras e os teve como diretores até 1914. Estes representavam o simbolismo e o modernismo carioca com influências da Art

Noveau. Esta revista tinha um caráter mais elitista , urbano e cosmopolita. Conforme Maria de Lourdes Eleutério

Em outro estilo, Fon-Fon (1907-1945), integrando em seu nome uma conotação francamente urbanizante, congregava os simbolistas, figurando a representação do modernismo carioca. Suas capas e páginas espelhavam a autoimagem que a elite e as classes médias em formação faziam do progresso: fotografias de modernos edifícios, a amplitude da avenida Central, flagrantes de transeuntes nas movimentadas ruas de comércio no centro da cidade, figurações do urbanismo, tudo isso impresso em papel couchê de alta gramatura, veiculando os textos entre guirlandas art nouveau. (Eleutério,2012 : 91)

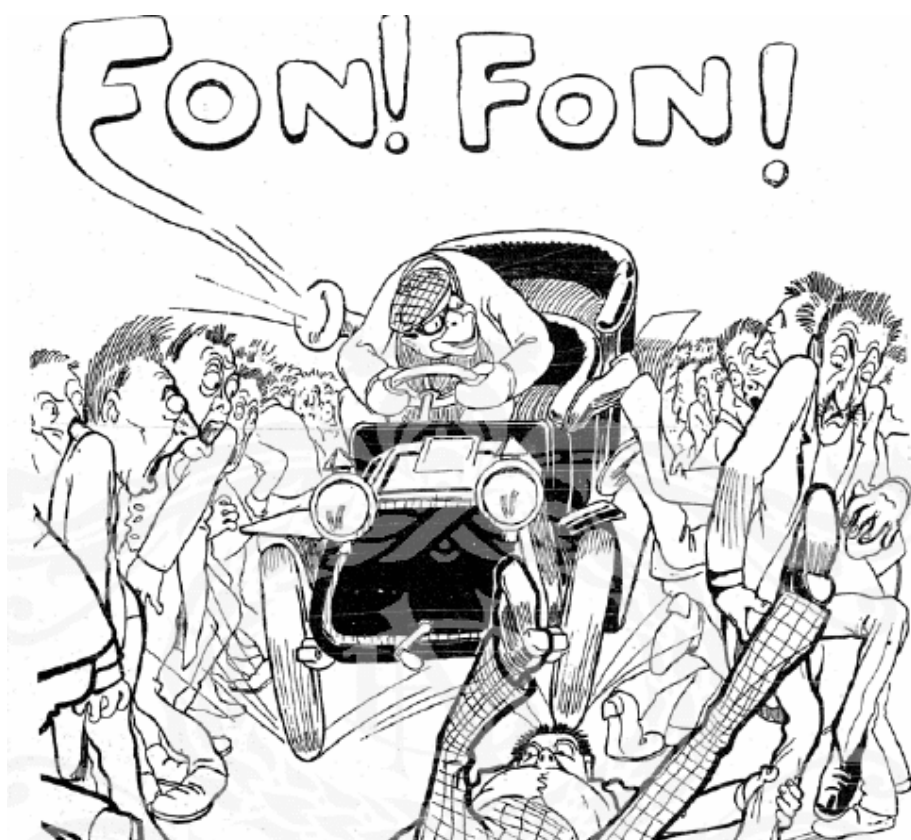


Figura 2 . Raul Pederneiras. Objetivo da Revista, Fon-Fon 13-03-1907.

A revista a *Careta*, fundada em por Jorge Schmidt em 1908, teve vida longa e prospera até 1960. Foi uma revista que exemplifica o novo modelo gráfico e de abordagem jornalística da notícia combinando esta com reflexões que atualizava e entretia o seu público variado, de caráter mais popular. Era eclética na sua diversificada de colaboradores, pela sua redação passaram uma gama imensa de literatos, poetas, romancistas, como: Lima Barreto, Emílio de Menezes, Martins Fontes, Olegário Marianno, Luiz Edmundo, os redatores Bastos Tigre e Leal de Souza e até mesmo Olavo Bilac. Além é claro do caricaturista J. Carlos que foi o diretor artístico e ilustrador exclusivo entre 1908 e 1921. Para Clara Asperti Nogueira

“Por ser eclética tanto no que tangia o amplo alcance de um público variado quanto no que representava sua diversificada teia de colaboradores, de colunas, de reclames, de conteúdo gráfico e de modelo editorial, a Careta conseguia diferenciar-se das demais publicações similares da época. Se a maioria das revistas ilustradas da ocasião se classificaria sob definições estanques de literárias, científicas ou mundanas, todas essas de cunho mais erudito e público evidentemente mais restrito, para a Careta, a melhor classificação seria como revista de variedades, pois, como se verá, é extremamente difícil e arriscado julgar uma publicação que atravessou, por mais de cinco décadas, o cenário cultural do século XX, sendo sempre tão multiforme em todos os seus aspectos e de conteúdo amplamente diversificado.” (Nogueira, 2017:68)

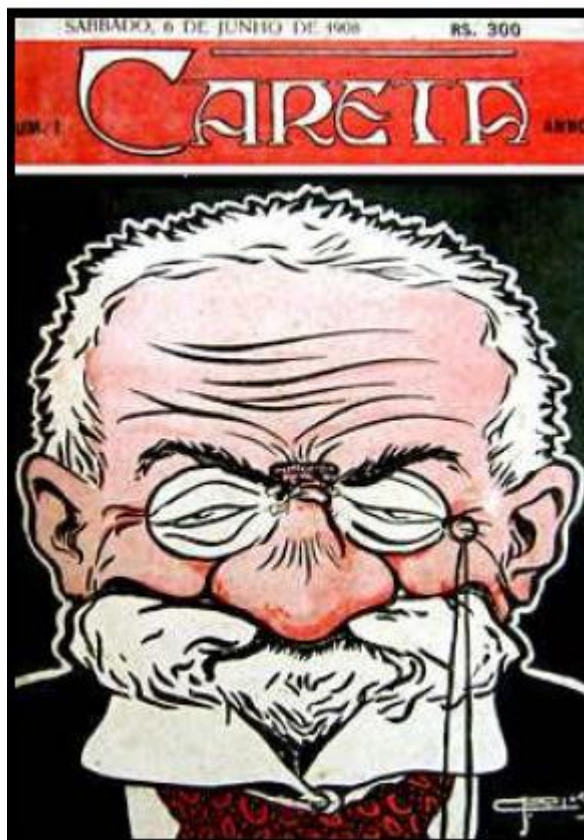


Figura 3. J. Carlos. Capa da revista Careta de 06 -06- 1908.

As charges e caricaturas carnavalescas que eram publicadas, durante o carnaval, nestas revistas, eram discursos e narrativas visuais que satirizavam figuras políticas, sociais e culturais, bem como os eventos e as situações do momento. Elas retratavam de forma exagerada e muitas vezes cômicas os personagens e os acontecimentos relevantes da sociedade carioca. Essas representações visuais humorísticas e críticas eram uma forma de comentário social, permitindo que as pessoas refletissem sobre as questões em destaque na época. As charges e caricaturas do carnaval carioca capturaram os aspectos contraditórios e as tensões da sociedade da época, expondo as desigualdades, os conflitos e as transformações sociais.

Pesquisas históricas com fontes visuais: as charges e caricaturas carnavalescas como objeto de pesquisa

Um dos trabalhos pioneiros na utilização das charges e caricaturas carnavalescas como fonte histórica primária foi a tese de Fabiana Lopes da Cunha. Neste trabalho a historiadora tratou o carnaval e o humor na cidade do Rio de Janeiro, pesquisando as charges e caricaturas nas revistas ilustradas *Fon-Fon!* e *Careta* entre 1908 e 1920. A autora utilizou as imagens principalmente como fontes e não como objetos de sua pesquisa, pois a analisou as imagens em alguns casos como ilustração ou mesmo como fornecedoras de uma visão da época. Além do mais, foram utilizadas várias crônicas e artigos dos literatos e jornalistas, que colaboravam nesses periódicos, nas duas primeiras décadas do século XX, para resgatar um dos períodos mais fascinantes e participativos da imprensa de humor e do carnaval carioca. A partir da análise de textos e imagens elaborados por grandes nomes da charge e caricatura e da literatura e do jornalismo, Cunha destaca a importância do Momo na vida profissional e cotidiana desses autores das letras, pincéis e lápis e quão importante foi a contribuição que eles tiveram nos vários sentidos do carnaval.

As revistas ilustradas pesquisadas pela autora auxiliaram na popularização e no consumo das charges e caricaturas carnavalescas, entre a população mais pobre e subalternizada.

Em sua tese ressurgem os nomes de literatos, jornalistas, chargistas e caricaturistas e de alguns músicos como Olavo Bilac, Artur Azevedo, Calixto Cordeiro, J. Carlos, Raul e Mário Pederneiras, Martins Fontes, Gonzaga Duque, Emílio de Menezes, José do Patrocínio Filho, Olegário Mariano, João do Rio, Coelho Neto, Bastos Tigre, Lima Barreto, Luiz Edmundo, Luiz Peixoto, Eduardo das Neves e Xisto Bahia, dentre outros colaboradores da *Fon-Fon!* e a *Careta*.

Estas duas revistas foram em parte responsáveis pela propagação e inserção de novas formas e sentidos de brincar e de “ver” o Carnaval carioca e em todo o país, principalmente a importação de dos modismos da França ou da Itália. Assim, ela mostrou como os chargista/caricaturistas e articulistas acabavam expressando, nas revistas ilustradas, não apenas suas opiniões, mas também aquilo que já era um consenso, porém com algumas disputas, pelas ruas da cidade e, por conta disso, tornava-se motivo para a confecção de fantasias e máscaras sobre o assunto.

A historiadora coletou e analisou cerca de 200 imagens, entre charges caricaturas e fotos, iluminando a história do carnaval carioca durante a Belle Époque. E, também, a compreensão do diversos contextos da época, tanto como o político como o da vida cotidiana

da população da cidade de São Sebastião, durante o carnaval. A tese está dividida em cinco capítulos sendo que o primeiro trata das caricaturas carnavalescas publicadas nas revistas ilustradas *Fon Fon!* e *Careta*, destacando a relação do carnaval como o humor bem como as formas de brincar o carnaval o entrudo e os préstitos das grandes sociedades; no segundo temos a carnavalização do carnaval com a representação da corte de Momo como os novos reis do carnaval e as relações entre publicidade, comportamento social e a tentativa de colocar regras na festa da carne; o terceiro apresenta os carnavais populares do Zé Povinho e um dos mais emblemático personagem destes: os Zé-Pereiras; o quarto trata dos hábitos sexuais da folia momesca, as libertinagens e o papel das mulheres na festa bem como as relações entre o carnaval e o jogo do bicho, o teatro de revistas, as casas noturnas, os espaços públicos e coletivos; o último capítulo apresenta a relação entre carnaval e a política, destacando as paródias caricaturais feitas nas revistas sobre os cordões políticos, as máscaras políticas, os préstitos políticos. Ainda nos brinda com as representações satíricas do Barão do Rio Branco, dos presidentes Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, além de mostrar como a primeira Guerra foi carnavalizada pelos caricaturistas e os préstitos carnavalescos das grandes sociedades.

A tese de Fabiana Lopes da Cunha dialoga com o objetivo geral da pesquisa realizada neste estudo histórico, que ora apresento, de desvelar os fios que teceram as identidades, subjetividades e os sentidos do carnaval carioca durante as duas primeiras décadas do século XX. Através das séries históricas das charges e caricaturas, entre 1900 e 1920, que serão apresentadas no capítulo 3, conseguirei vislumbrar as ricas tensões que estas linguagens desenhadas produziram ao abordar o carnaval, destacando a forma pedagógica que evidenciou os valores e hábitos defendidos por seus autores, nem sempre de maneira consciente e explícita.

Parti do pressuposto de que os chargistas e caricaturistas da “festa do adeus à carne” não foram meramente cronistas, mas ativos organizadores e atuantes foliões e boêmios dessa festa. Foram, também, os demiurgos, os grandes responsáveis pela transição, disputa e negociação de sentidos do carnaval carioca, do entrudo e das festas populares do século XIX, para o carnaval da “civilização de Momo”. Dessa maneira a pesquisa visa conhecer, utilizando as charges, caricaturas e literatura da época como fonte e documentos históricos, de que forma o entrudo e o carnaval popular foram mesclados ao carnaval “civilizado” e “europeu”, ou melhor, foram modificados, negociados, no imaginário da população carioca, por elementos do carnaval da “civilização” de Momo. Venho destacar o papel pedagógico da imprensa, com as suas charges nessa transposição. Conforme Eduardo Granja Coutinho, foi a imprensa, com os seus demiurgos – os cronistas/chargistas –, a grande responsável por essa transição, atuando de

forma ideológica e pedagógica, nas camadas populares e na classe dominante, na difusão, assimilação e negociação do projeto civilizatório elitista do carnaval carioca com o carnaval dito popular.

Como nos afirma

“(...) de fato, como organizadora e promotora da festa, a empresa jornalística cumpriu a função de depurar as manifestações das classes tidas ‘perigosas’ de seus traços ‘ameaçadores’ (seus signos capazes de minar o sistema simbólico dominante). Contudo, embora estivessem ao lado do ‘progresso e da civilização’, os jornalistas boêmios, identificados pela sua própria origem ao universo cultural proletário, foram também negociadores da existência possível do Carnaval dos negros, mulatos e brancos pobres numa sociedade que acabara de sair do escravismo e continuava a usar a chibata para silenciar as vozes e os sons que vinham das ruas.” (Coutinho, 2006:25)

Ainda sobre o papel da elite intelectualizada da sociedade carioca, nas duas primeiras décadas do século XX, observamos o que a socióloga Maria Clementina Pereira Cunha afirma:

“Tal perspectiva, claro, não era apenas carnavalesca: pedagógica é um termo adequado para exprimir a visão de uma parcela intelectualizada da sociedade, próxima ou dependente das elites tradicionais, mas empenhadas em projetos de transformar a nação e na atualização do país sob uma ótica liberal e progressista.” (Cunha, 2001:88).

Devido a essa particularidade, eu os designei, de *chargistas pedagogos de momo da civilização de Momo*. Esse artistas se envolvem ativamente na criação e na disseminação dessas representações visuais, criando fantasias e adereços que seguem as fantasias populares. Isso contribuiu para a criação de um senso de identidade coletiva e participação ativa no carnaval.

As charges e caricaturas do carnaval carioca das décadas de 1900 a 1920 desempenharam um papel fundamental na influência desse festejo. Elas fornecem uma forma de expressão artística que satirizava e comentava sobre a sociedade da época, moldando a identidade do carnaval como um evento de crítica social, sátira e resistência à opressão econômica, social e política do povo negro e dos imigrantes brancos subalternizados.

Revistas Ilustradas

O Malho 1902-1920

O Careta 1908-1920

Fon-Fon! 1907-1920

Bibliografia

COHEN, Ilka Stern . diversificação e segmentação dos impressos In: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tânia Regina (Orgs.). História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

COUTINHO, Eduardo Granja. **Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República.**Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CUNHA, Fabiana Lopes da. **Caricaturas carnavalescas**: carnaval e humor no Rio de Janeiro da ótica das revistas ilustradas Fon-Fon! e o Careta (1908-1921). Tese de Doutorado. São Paulo. USP /FFLCH. Mimeo. 2008.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecoss da Folia** - Uma História social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tânia Regina (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MAUAD, A. M. (2000): “Flagrantes e instantâneo: fotografia de imprensa e o jeito de ser carioca na Belle Époque”. In: LOPES, A. H. (ed.). **Entre Europa e África – a invenção do carioca**. Rio de Janeiro, Topbooks/FCRB. 2000.

PESSOA, F. M. de L. A experiência antropofágica no Modernismo caricatural (1903-1929). **Revista de História**, [S. l.], n. 181, p. 1-41, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2022.196180. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/196180>. Acesso em: 22 agosto 2023.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Modernismo no Rio de Janeiro**: turunas e quixotes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

VELLOSO, Monica Pimenta. **A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-1930)**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.

XENOFONTE, Deisson; HENNES, Mariana. Art Nouveau Boêmia: a influência de Alphonse Mucha nas ilustrações de Calixto Cordeiro. **Blucher Design Proceedings**, v. 2, n. 2, p. 1361-1372, 2015.

O casamento, a família e a condição da mulher no pensamento de Amélia de Freitas Bevilacqua

Roberta Alcântara Gomes da Silva¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa da tese de doutorado, cujo título é “Amélia de Freitas Bevilacqua: família, casamento e condição feminina no início do século XX (1902-1940)”, ainda em andamento. Com ele objetivamos refletir, como o título sugere, sobre família, casamento e condição da mulher no início do século XX, no Brasil, a partir do pensamento e da atuação de Amélia de Freitas Bevilacqua. Esses tópicos eram recorrentes nas obras da escritora, que assumia um tom crítico ao evidenciar, especialmente, a condição de submissão que era apresentada às mulheres naquele período, a falta de direitos civis básicos para as mulheres e a sua limitação aos deveres do lar e aos papéis de esposa e mãe.

Nesse sentido, é de nosso interesse investigar mais profundamente a forma como Amélia enxergava essas questões, para que possamos compreender seus posicionamentos. Faremos isso a partir da análise de seus romances, contos e artigos publicados entre os anos de 1902, quando ela lançou seu primeiro livro, e 1940, ano em que foi publicado seu último livro, bem como a revista *O Lyrio*, distribuída entre os anos de 1902 e 1904. Nos seus romances e contos, particularmente, encontramos características que são importantes para nossa análise. A maioria das histórias escritas por Amélia, se desenrolam no seio familiar e trazem a mulher como figura central. As protagonistas manifestam constantemente sua insatisfação com as posições a que são submetidas pelas personagens masculinas dessas tramas, seja como esposas ou filhas. Almejam ser independentes, desejam estudar e não querem se casar ou permanecer casadas com quem não amam. Já os homens, são retratados como figuras autoritárias que, incapazes de compreender essas mulheres, causam nelas um sentimento de profunda desilusão.

Para exemplificar, destacamos *Angústia*, romance publicado por Amélia em 1913. Essa história, ambientada na *belle époque* carioca, narra o turbulento casamento de Artur Lourenço

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “Amélia de Freitas Bevilacqua: família, casamento e condição feminina no início do século XX (1902-1940)”, sob orientação da Dr.^a Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva, bolsista: CAPES.

e Tereza. Amélia apresenta Tereza como uma jovem mulher estudada, muito determinada e orgulhosa, que não cedia às tentativas do marido em controlá-la, nem aos seus rompantes de ciúme. Em conversa com sua mãe, ela afirma que “aquele homem é um desequilibrado, ou um perverso muito grande. Não posso e nem quero, absolutamente, viver mais em sua companhia, esta agressão que ele faz contra mim é muito vil, por tudo irrompe em questões, às vezes até porque canto e toco piano” (BEVILACQUA, 1913, p.68-69). Este trecho expõe bem a insatisfação de Tereza e a crítica de Amélia diante dessa situação. Um incremento interessante nessa trama são as especulações sobre o casal, difundidas pelo seu círculo de amigos, sempre reunidos nas confeitarias da cidade do Rio de Janeiro. Tereza era vista por eles como uma mulher teimosa e cruel que tornava a vida de Artur miserável. Desconfiavam dela e de suas intenções, questionavam até mesmo a paternidade de seu filho, Marcos. Esse boato chega aos ouvidos de Artur. Torturado pela dúvida e pelos ciúmes, ele decide confrontar Tereza e a acusa de traição. Ofendida, ela confirma que a criança não era seu filho. Tendo a certeza de que todas as suas desconfianças eram verdadeiras, eles se divorciam e não mantêm contato. A narradora, porém, deixa claro que Marcos era “um retrato vivo de Artur Lourenço” (BEVILACQUA, 1913, p.176).

Salientamos que analisamos nossas fontes literárias a partir do método de crítica literária de Antonio Candido. Por essa lógica, buscamos compreender as relações dialéticas entre literatura e sociedade e a forma como uma atua sobre a outra. Para Candido, é fundamental investigar como o “externo”, ou seja, o contexto histórico, atua na constituição da estrutura da obra, se tornando, assim, “interno”. Isso não significa apenas perceber se o contexto oferece valores estéticos e materiais, como a ambientação, os costumes e ideias, mas se também está presente no que há de essencial na obra enquanto obra de arte (CANDIDO, 2006, p.14-15). Em outras palavras, devemos considerar se o contexto manifesta-se na obra literária somente ditando valores estéticos ou se também emergem nos conflitos, nas possibilidades, nas esperanças e nas denúncias apresentados nas obras. Encarando os romances de Amélia dessa forma, observamos que em *Angústia*, o contexto histórico está inserido no conteúdo para além das questões estéticas. Amélia se utiliza dos valores e costumes de sua época, contudo, a partir deles, denuncia as desigualdades no interior da família e do casamento e, em especial, as injustiças da condição feminina. Percebemos no decorrer da história a preocupação com o acesso da mulher aos estudos, o combate à sua redução aos papéis de esposa e mãe, e a crítica à falta de direitos para resguardar as mulheres dentro e fora do casamento.

De acordo com Wilton Carlos da Silva, Amélia, como literata, foi além das histórias tipicamente escritas para mulheres naquela época, não tendo reduzido “seus textos à folhetins romanescos afrancesados, com mulheres submissas e limitadas ao papel de mães e esposas, sendo, ao contrário, recorrente os temas da paixão, da angústia e da insatisfação com a realidade”(SILVA, 2004, p.144). Para Algemira Mendes, as obras de Amélia problematizam questões comuns nas tendências literárias do final do século XIX e início do século XX, fugindo da “visão determinista reservada à mulher”(MENDES, 2006, p.252) na sociedade da época, marcadamente patriarcal. A autora ainda acredita que as tramas escritas por Amélia denunciam as injustiças dessa sociedade, ao mesmo tempo em que evidenciam a sua luta pelos direitos das mulheres e, especialmente, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres (Mendes, 2006, p.253). Um exemplo disso é a não submissão das suas protagonistas, o que implica “uma tomada de consciência delas, enquanto ser subjugado” (MENDES, 2006, p.259).

A revista *O Lyrio* também revela o interesse de Amélia por essas questões e acentua sua crítica. Além de contos, crônicas e poesias, a revista publicava vários artigos escritos por mulheres, relacionados à educação e saúde feminina, à igualdade de direitos civis, ao casamento e divórcio. Analisamos *O Lyrio* e os demais artigos publicados por Amélia em periódicos a partir do método sugerido por Maria Helena Capelato. Assim, encaramos a imprensa como agente da História, posto que os periódicos não são apenas veículos de informação, mas também meios de difusão de ideias e costumes. Por esta razão, podem se tornar instrumentos de manipulação de interesses, de intervenção na vida social e de difusão de determinados valores (CAPELATO, 1988, p.21). Pesquisas que consideram as relações entre História e imprensa, portanto, devem levar em conta que os jornais e as revistas podem ser compostos não só por textos que registram sua época, mas também por silenciamentos. Por isso, devemos nos atentar não só para o conteúdo dos periódicos mas também para o que foi silenciado, o motivo para isso, além de investigar os bastidores, ou seja, os responsáveis pelos periódicos, os colaboradores mais assíduos, o título, a distribuição do conteúdo pelo periódico, entre outros aspectos. De acordo com Tânia de Luca, esses aspectos “dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores” (LUCA, 2008, p.140).

É interessante notar em *O Lyrio* a forma que a Amélia e as demais colaboradoras expressavam suas ideias mais avançadas sobre a condição feminina. Percebemos que o nome da revista e mesmo as bordas enfeitadas com desenho de lírios, estão em concordância com várias das revistas femininas, que geralmente possuíam nomes de flores ou de objetos

considerados feminino. Contudo, em seu conteúdo, diferente da maioria das revistas para mulheres que publicavam folhetins e dicas de beleza, *O Lyrio* mostrava uma reflexão mais profunda sobre a mulher, com artigos que destacam a necessidade de cercá-la de direitos civis. Até mesmo as poesias e contos publicados na revista apresentam temáticas que giram em torno da tristeza da mulher, da perda de amores e do luto. Para Mendes, a revista foi também essencial para firmar um elo entre as mulheres intelectuais da época, principalmente entre as nordestinas. Entre os anos em que circulou, a revista contou com a colaboração de escritoras como Úrsula Garcia, Francisca Isidora, Edwiges de Sá, Inês Sabino, Maria Clara da Cunha Santos, entre outras (MENDES, 2006, p.157).

Os livros de não-ficção publicados por Amélia, também são importantes para nossa análise, porque, mais uma vez, nos mostra indícios de seu posicionamentos em relação às questões que envolviam a família, o casamento e a condição da mulher. Em *Impressões*, de 1929, Amélia apresenta várias críticas literárias de obras de autores como Alberto de Oliveira, Araripe Junior e Silvio Romero. Porém, o que nos chama a atenção é o capítulo intitulado “Qual a sua opinião sobre o divórcio?”. Nele, Amélia discorre longamente sobre o tema, chegando à conclusão de que não concorda com o divórcio, mas suas explicações demonstram sua atenção à condição da mulher. Segundo ela, o divórcio poderia ser usado pelos homens como justificativa para abandonar o lar. Ao invés de procurar resolver suas diferenças e tentar compreender suas esposas, buscariam o caminho mais simples, que seria o divórcio, colocando a mulher numa situação de desamparo, uma vez que faltam-lhes direitos que as protejam. Além disso, a mulher ficaria socialmente vulnerável, porque divorciada se torna estigmatizada. Nas palavras de Amélia, “o homem, de toda forma, ficará muito bem, e a mulher se defenderá como puder”(BEVILACQUA, 1929, p.132).

Por tudo que delineamos até aqui, acreditamos ser essencial para nossa pesquisa, investigar o contexto histórico em que Amélia vivia e produzia suas obras e que era foco de suas críticas. O início do período que aqui recortamos, é marcado pela passagem à modernidade no Brasil, que introduziu uma série de transformações políticas, econômicas, sociais, ideológicas e urbanísticas, alcançando seu ápice na virada para o século XX, com a reestruturação do Estado, após a proclamação da República, em 1889. De acordo com Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho, a mudança de regime político oportunizou modernizações como o fim do trabalho escravo, a intensificação da urbanização, a introdução de novas práticas de sociabilidade inspiradas na *belle époque* francesa, a secularização do Estado e a expansão do processo de formação de uma ordem burguesa no país (2007, p.14-15). As ideias que

alicerçaram essas transformações chegavam ao país devido a um intenso processo de circulação de ideias, que acompanhou a circulação de pessoas e mercadorias, facilitadas, por sua vez, pelos avanços tecnológicos da modernidade (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2001, p.114). Essas ideias foram apropriadas e adaptadas à realidade brasileira pela intelectualidade que estava envolvida no empreendimento das transformações, principalmente os juristas e bacharéis em Direito, através de projetos de reformas modernizantes.

Contudo, uma consequência de todas essas rápidas e intensas mudanças é o surgimento de uma forte resistência política, ideológica e afetiva às mudanças, o que resultou numa leitura conservadora das ideias modernas que aqui chegavam. Entendemos, portanto, que esse período remontava a uma situação de rupturas e continuidades. Ao mesmo tempo em que houve o rompimento de algumas tradições, outras tantas mantinham sua força. Nesse sentido, os projetos de reforma assumiram um caráter moderno-conservador que visava controlar e disciplinar a sociedade brasileira em ebulição. Não coincidentemente, os reformadores direcionaram sua atenção também para dentro dos lares. Foi instaurada uma nova organização familiar inspirada no modelo ideal de família moderna, nascido no bojo da ascensão burguesa na Europa. Na família nuclear burguesa, a mulher se torna “rainha do lar”, a boa esposa e mãe que vive em função dos seus filhos e é o elo entre eles e o pai, como pontua Angela Almeida (1987, p.61). Para Neder e Cerqueira Filho, a mulher agora é “figura-chave de suporte ao homem”, que deveria ser competente, dedicada, prendada e educada. Deveria ir à escola, aprender a ler e escrever para educar seus filhos (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.15). Almeida nos lembra, no entanto, que essa família continua patriarcal. O pai só se fazia presente para exercer sua autoridade: “a mulher ‘reina’ no lar dentro do privado da casa, delibera sobre as questões imediatas dos filhos, mas é o pai quem comanda em última instância. Ou seja, no padrão ideal, ele deve comandar” (ALMEIDA, 1987, p.61).

Considerando que as reformas possuíam um caráter moderno-conservador, o discurso predominante naquela época, sobretudo no que se refere à família, ao casamento e à mulher, espelhava essa dialética ao combinar permanências culturais de concepções católicas e a medicina moderna. Configura-se, assim, instrumentos para a normatização da família, do casamento e da mulher. Houve o ressurgimento de manuais teológicos moralistas do século XVI que ensinavam como deveria ser o “casamento perfeito” e a “perfeita casada”, além de disponibilizarem normas a serem seguidas pelos casais, pela família e, especialmente, pela mulher. De acordo com Neder e Cerqueira Filho, os manuais tinham “sua reflexão quase sempre apontada contra a mulher, que é vista como fonte suprema e permanente de pecado, alvo de

aperfeiçoamento em razão de sua intrínseca imperfeição” (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.138).

Destaca-se, ainda, o papel da medicina higienista na normatização da família. Segundo Margareth Gonçalves, a produção de estudos sobre higiene médica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi consistente. Ela ressalta que grande parte desses estudos se referiam ao universo da mulher e da família, principalmente no que diz respeito à definição de papéis e comportamentos. Demonstraram ainda, grande interesse na normatização do corpo feminino. Nas palavras de Gonçalves, a mulher:

(...) aparecia como peça central das dissertações médicas; o seu domínio era o espaço da casa. Observa-se, portanto, o privilegiamento de um tipo particular de mulher: a mulher ‘boa mãe’ e ‘boa esposa’. Em contraposição, atuando em negativo, outros tipos de mulheres: a mundana, a mulher de ‘vida fácil’, a prostituta. Aqui se situavam aquelas mulheres que recusavam o desempenho do papel de esposa e mãe (GONÇALVES, 1987, p.44).

No âmbito jurídico, nesse momento, ocorriam as discussões para a aprovação do primeiro Código Civil Brasileiro. O projeto aprovado em 1916, após mais de quinze anos de intensos debates, foi redigido por Clóvis Bevilacqua, marido de Amélia. No interior desse processo, os temas relacionados ao direito de família foram alguns dos que mais provocaram polêmicas e desavenças entre os juristas envolvidos. Conforme afirmam Neder e Cerqueira Filho, haviam dois grupos com posicionamentos políticos e ideológicos divergentes. Uma minoria progressista que, inspirada no processo revolucionário francês, almejava aprovar um Código moderno, que acompanhasse os avanços da sociedade; e uma maioria conservadora, que, ligada às resistências de que falamos, buscava preservar o conteúdo tradicional e modernizar somente o texto (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.43). Assim, nas discussões sobre direito de família, enquanto a maioria conservadora ansiava em manter a indissolubilidade do casamento e a mulher, especialmente a mulher casada, sob a tutela de um homem, a minoria progressista defendia que o casamento era um contrato, que como tal, previa o distrato, ou seja, o divórcio e que a mulher deveria ter seus direitos civis garantidos. Identificamos que Clóvis fazia parte dessa minoria progressista, tendo se posicionado em defesa dessas questões, principalmente em relação aos direitos da mulher. Em seu projeto de codificação propôs, por exemplo, o princípio da capacidade de representação jurídica da mulher e a igualdade entre maridos e esposas. Essas e outras propostas não passaram pelas comissões revisoras e o Código Civil aprovado em 1916, era mais conservador do que Clóvis havia idealizado no que diz respeito ao direito de família. Dessa maneira, as mulheres permaneceram

incapazes perante a lei e sob responsabilidade do marido e o casamento permaneceu indissolúvel até 1977, quando foi aprovada a Lei do Divórcio.

Compreendendo as particularidades do período em que Amélia viveu e produziu, conseguimos perceber as raízes de suas críticas. A falta de direitos civis básicos, a limitação do acesso à educação e a redução da mulher aos papéis de esposa e mãe, entre outras situações, não eram apenas difundidas pela sociedade brasileira em transformação, como também estavam na ordem do dia do quadro político-jurídico republicano.

Outro ponto que consideramos importante para entender o pensamento e o posicionamento de Amélia é investigar a trajetória intelectual e pessoal. Nascida em Jerumenha, no Piauí, no dia 7 de agosto de 1860, filha de Teresa Carolina da Silva Freitas e de José Manuel de Freitas, Amélia escrevia desde muito jovem, sobretudo, graças ao incentivo do pai (LIRA, 2011, p.38). De acordo com José Luís Lira, seu pai era um magistrado e político de renome. Formado na Faculdade de Direito de Olinda, que logo se transferiria para Recife, José Manuel foi juiz de paz e chefe de Polícia no Piauí, desembargador e presidente das províncias do Piauí, Maranhão e Pernambuco (2011, p.38). Além disso, era colaborador de inúmeros periódicos de cunho liberal e abolicionista e frequentavam sua casa vários intelectuais e pessoas de prestígio social, fazendo com que Amélia crescesse em um ambiente intelectualmente estimulante (LIRA, 2011, p.44).

Na década de 1890, já casada com Clóvis, passou a publicar seus textos, com o incentivo do marido e de seu irmão, João Alfredo de Freitas, em jornais locais de Recife, onde residiam, e na *Revista do Brasil*, sob o pseudônimo “AFB”. Somente em 1902, como pontuamos anteriormente, Amélia publicou seu primeiro livro, *Alcione*. Inicia-se assim, uma longa jornada de inúmeras publicações de livros, contos, artigos de periódicos, traduções e palestras, até 1940, quando, com 80 anos e com as capacidades mentais se deteriorando, Amélia encerrou sua produção. Ela faleceu aos 86 anos, em 17 de novembro de 1946 (LIRA, 2011, p.39).

Um marco da sua trajetória é a sua candidatura a uma cadeira vaga na Academia Brasileira de Letras em 1930. Mesmo dona de uma ampla bibliografia, Amélia viu sua candidatura ser negada, por ser mulher. A maioria dos imortais acreditava que somente homens deveriam ser aceitos. A expressão “os brasileiros”, mencionada nos Estatutos da instituição, foi utilizada para justificar a decisão, sob o ponto de vista de que ela só admitia o gênero masculino. Diante da recusa de sua candidatura, Amélia organizou um livro chamado *A Academia Brasileira de Letras e Amélia de Freitas Bevilacqua*, que denuncia o acontecido e os “imortais

misogénistas” (BEVILACQUA, 1930, p.11) que recusaram sua candidatura, assim como reúne vários artigos que foram publicados em sua defesa, como o de seu marido, Clóvis Bevilacqua.

Em artigo publicado, primeiramente, no *Jornal do Commercio*, em junho de 1830, Clóvis classificou a decisão da instituição como preocupante, injusta e conservadora (BEVILACQUA, 1930, p.2). Para ele, essa questão levantada pela instituição foi somente um pretexto para não aceitar uma mulher, o que fez com que a decisão ferisse os sentimentos da justiça e a mentalidade contemporânea, ao desconsiderar a inteligência da mulher e tratá-la como inferior ao homem. A revolta foi tamanha que Clóvis, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, se retirou da instituição, tendo sua cadeira permanecido vaga até a sua morte, em 1944, como afirma Noemia Brandão (1989, p.16).

Pensando na reação de Clóvis Bevilacqua e no seu posicionamento mais progressista nas discussões e nas propostas do seu projeto de Código Civil, no que se refere ao direito de família, identificamos uma complementaridade entre os pensamentos de Clóvis e Amélia. As questões que envolviam família, casamento e condição da mulher eram importantes no trabalho dos dois. Assim, pontuamos que também temos como objetivo refletir sobre como a trajetória intelectual de Amélia se entrelaça com a de seu marido e até que ponto o pensamento de um pode ter inspirado o pensamento do outro. Acreditamos que as ideias de Amélia podem ter estimulado a percepção de Clóvis sobre esses temas, tendo sido, assim, fonte de inspiração para os posicionamentos assumidos por ele.

Por fim, é também de nosso interesse pensar a recepção e a repercussão das obras e do pensamento de Amélia no interior da sociedade literária e da imprensa. Análise que será realizada através de artigos, críticas literárias e notas publicadas em periódicos que encontramos sobre Amélia e seus livros. Utilizaremos como metodologia a análise de práticas de leitura de Roger Chartier. Para ele, devemos encarar a leitura como uma prática autônoma e criadora, capaz de produzir sentidos e significações para além das intenções da obra. Assim, mesmo com os condicionamentos determinados pelo autor, o texto pode ser interpretado pelos leitores de diversas formas, muito além do que seu autor pretendeu (CHARTIER, 2002, p.123). Nas palavras de Chartier, o ato de leitura “não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem os comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulá-los” (CHARTIER, 2002, p.136).

Percebendo, dessa maneira, a leitura como prática autônoma e independente do controle do autor e reconhecendo os objetivos de Amélia, entendemos que suas obras eram encaradas com superficialidade por seus críticos, principalmente pelos homens. Acreditamos que isso está

relacionado ao fato de Amélia ser mulher. Existia uma tendência a inferiorizar as obras de Amélia, ao destacar certa simplicidade em sua escrita e uma falta de profundidade nas tramas, como é o caso da crítica de Mathias Olympio em *Uma Piauihyense Notavel*. Para ele, Amélia contava suas histórias “através de um temperamento bom, sensível e delicado”(OLYMPIO, 1914, p.38) e que, apesar de retratar “quadros que observamos diariamente”, representam “amor e sentimento”(OLYMPIO, 1914, p.25). Para ele e outros críticos o que destacava Amélia era o fato de ser casada com Clóvis Bevilacqua. Diferentemente das críticas de homens, as críticas de mulheres pareciam conseguir ver mais conteúdo nos enredos de seus romances e pareciam ter mais sensibilidade em relação à trajetória sofrida das protagonistas, como podemos notar na crítica intitulada “Uma escritora” publicada no periódico *O Suburbio*, por Nazareth Menezes (1908, p.5).

Tudo que temos destrinchado até aqui nos dão indícios que o pensamento de Amélia de Freitas Bevilacqua no que diz respeito à família, ao casamento e à condição da mulher e que são expostos em seus romances, contos e artigos, a colocam em uma posição atuante na luta pelos direitos das mulheres e por uma família e sociedade mais igualitárias. Suas obras denunciam a condição de submissão que era apresentada às mulheres em uma época em que o quadro jurídico-político instituía padrões altamente normativos para elas e seus corpos, além de reduzi-las aos papéis de esposa, dona de casa e mãe e limitar seus direitos.

Referências

- ALMEIDA, Angela Mendes de (Colab.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, EDUFRRJ, 1987.
- BRANDÃO, Noemia Paes Barreto. *Clóvis Bevilacqua na intimidade*. Rio de Janeiro: edição da autora, 1989.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CHARTIER, Roger. “Textos, impressos, leituras”. In: *História Cultural: Entre práticas e representações*. 2ª Ed. Algés: DIFEL, 2002. pp.121-139.
- LIRA, José Luís. *De Clóvis para Amélia: Correspondência inédita do jurista Clóvis Bevilacqua para sua mulher, a escritora Amélia de Freitas Bevilacqua*. Sobral: UVA/USEL, 2011.
- LUCA, Tania Regina de. “História do, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. pp.111-153.
- MENDES, Algemira Macêdo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Bevilacqua na História da Literatura Brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.
- NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- _____. “Os filhos da lei”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. São Paulo, v.16, n. 45, pp.113-125, 2001.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. “Amélia Bevilacqua que era mulher de verdade: A memória construída da esposa de Clóvis Bevilacqua”. In: *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v.11, n.2, jul-dez, p.138-161, 2004

Fontes

- BEVILACQUA, Amélia de Freitas. *Angustia*. Rio de Janeiro: Typographia Besnard Frères, 1913.
- _____. *A Academia Brasileira de Letras e Amélia de Freitas Bevilacqua*. Rio de Janeiro, Besnard freres, 1930.
- _____. *Impressões*. Rio de Janeiro: Typographia Besnard Frères, 1929.
- BEVILACQUA, Clóvis. “A Academia Brasileira de Letras e o futuro dicionário”. In: *Jornal do Commercio*, ano 103, 8 jun 1930, pp.2-3.
- MENEZES, Nazareth. “Uma escritora”. In: *O Suburbio*, n.49, 1908, p.5.
- OLYMPIO, Mathias. *Uma Piauiense Notavel*. Rio de Janeiro: Typographia Besnard Frères, 1914.
- O LYRIO*, anno 1, n.1, 5 de novembro de 1902.
- _____, anno 1, n.2, 10 de dezembro de 1902.
- _____, anno 2, n.4, 1 de fevereiro de 1903.
- _____, anno 2, n.7, 5 de maio de 1903.
- _____, anno 2, n.13-14, novembro e dezembro de 1903.

“Barra Lúcifer”: história e memória do rock brasileiro dos anos 1970.

Roberto Alexandre de Jesus Martins¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Rafael Vaz da Motta Brandão
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: ““Barra Lúcifer”: história e memória do rock brasileiro dos anos 1970”, ainda em andamento. Começamos nossa abordagem a partir do objetivo de analisar o *rock* nacional dos anos setenta, problematizando, de forma crítica, o seus apagamentos e silenciamentos. Objetivando abarcar os sentidos, memórias e representações dos hábitos culturais e sociais das juventudes da década de 1970, a fim de captar a atmosfera do cenário do *rock* brasileiro desta época. Explorando os artistas e bandas de *rock*, seus mecanismos de gravação, execução, divulgação e concertos. Corroborando também, para o entendimento do papel *rock* brasileiro como elemento de transgressão comportamental e de resistência no período de vigência do AI-5 da ditadura brasileira; procurando estudar os motivos da negação, perseguição, patrulhamento e indiferença da existência de uma “cena roqueira brasileira setentista”.

Busca-se, portanto, romper com a ideia consagrada no senso comum de que houve uma espécie de hiato ou interregno; um vazio para a cultura jovem de identificação com o *rock and roll* nos “anos de chumbo” da ditadura civil-militar brasileira e a noção de que o *rock*, no Brasil, fora uma invenção decorrente dos desdobramentos do movimento *punk* internacional, vinculado ao período denominado de redemocratização.

Nada obstante, o *rock* brasileiro foi relevante nos anos 1970 como elemento transgressor, subversivo e simbólico da contracultura nacional. Mesmo que malvisto pelo conservadorismo brasileiro, perseguido e censurado pelo governo militar e patrulado pelas esquerdas nacionais. Com artistas e bandas contratados por gravadoras, lançamentos de produtos fonográficos e circuitos de shows. Sendo uma expressão musical e comportamental motivadora da construção de espaços políticos de liberdade e manifestações capazes de promover encontros em festivais de música a céu aberto e ciclos de concertos em espaços

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: ““Barra Lúcifer”: história e memória do rock brasileiro dos anos 1970”, sob orientação do Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão, bolsista: CAPES.

fechados; propiciando a criação de uma imprensa especializada com publicações alternativas e abertura de verdadeiras “trincheiras culturais” na grande mídia. Celebrando assim uma conexão com um fenômeno cultural mundial e território influente para importantes inflexões na música brasileira na década seguinte.

Existe, portanto, uma memória construtora de uma história quase naturalizada que deposita nos anos 1980 um caráter único de efervescência, através de uma anamnese capaz de unir *rock* brasileiro, redemocratização e o festival *Rock in Rio*; totalmente desvinculados do decênio anterior. Prova dessa perspectiva é que, a partir de outubro de 2021, ocorreu o festival *Rock Brasil 40 anos*, evento itinerante com shows, teatro, cinema, palestras e exposições, que percorreu algumas capitais do país até o mês de maio de 2022.

De fato, a década de 1980 foi marcada por importantes mudanças na música nacional e, em particular, do *rock* brasileiro. Contudo, ao considerarmos a memória de que o *rock* nacional estaria comemorando seus “40 anos”, estaríamos apagando da história a sua chegada no país na segunda metade dos anos 1950, quase que simultaneamente ao seu aparecimento para o mundo, suas evoluções em território nacional com a juventude transviada, o “iê-iê-iê” e a Jovem Guarda. Mas não só isso, como não considerar como “rock nacional” a existência dos Novos Baianos, ou dos mineiros do Clube da Esquina, ou do *rock* rural e do *rock* progressivo nacional, que emergiram, justamente, nos anos setenta do século XX?

No início da década de 1970, no Brasil da ditadura civil-militar; vivia-se sob a égide da “comunidade de informações”, orientado pela Doutrina de Segurança Nacional que identificava no “inimigo interno” o principal elemento de “subversão comunista” a ser combatido (FERREIRA; DELGADO 2012, pp. 13-42). Naquele momento, chegara ao poder o general Emílio Garrastazu Médici, representante da chamada “linha dura” e responsável pela escalada repressiva contra os movimentos e organizações de esquerda que lutavam contra a ditadura. Vivia-se o auge do terrorismo de Estado sob os auspícios do AI-5, em que o aparelho burocrático repressor de censura e de espionagem fazia de qualquer cidadão um inimigo em potencial da nação, podendo ser punido sem direito a *habeas corpus* (FERREIRA; DELGADO, 2012, pp.167-205).

Na segunda metade dos anos 1970, a ditadura brasileira completava uma década no poder e estava sob o comando do general Ernesto Geisel, tecnocrata e castelista, que assumira o governo experimentando a falta de popularidade legítima do regime. Sua abertura “lenta, segura e gradual” seria a política de transição pactuada para uma “democracia imaginada” (FERREIRA; DELGADO 2012, p. 262). Mas que nem por isto abandonara, naquele momento,

seu aparato burocrático e violento. O Brasil ainda vivia sob o AI-5, com os órgãos da administração da repressão em pleno funcionamento.

Nesse sentido, Geisel representava a continuidade da ditadura, combatendo a oposição com punição, cassação, mudanças legislativas e alteração de leis eleitorais e, ao mesmo tempo, tentando controlar e reagir a “linha dura”. Dessa maneira, fica claro que os militares nunca de fato pretenderam devolver o país à democracia ou, pelo menos, ao que majoritariamente se pensa como um regime democrático. O que se pretendeu foi uma liberdade vigiada e controlada, onde o “povo brasileiro” deveria permanecer “anestesiado”. E vale ressaltar e acrescentar o termo *inevitável* ao lema de abertura perpetrado por Geisel, pois juntamente com os dilemas e disputas das alas internas dos militares, a reorganização da oposição e a crise econômica a partir da crise mundial do petróleo, somava-se a pressão externa do seu principal credor, pois, a abertura no limiar de uma nova década era uma exigência do imperialismo estadunidense que outrora afiançou golpes e financiou ditaduras no Brasil e em outros países do Cone Sul.

Portanto, para quem não foi morto, desaparecido ou exilado, numa ou outra fase do mesmo decênio, havia pouco ou quase nenhum espaço para maiores manifestações, até pelo menos o final da década. Na política, “entrismo” no bipartidarismo de fachada entre Arena e MDB. Na cultura de resistência, o ciclo de festivais universitários garantindo sobrevivência da MPB censurada; com letras metafóricas, de poucas vendagens de discos e ícones elevados a inimigos de Estado. E, dentro desta visão vulgarmente simplista e generalizante de Brasil, recorda-se nossa sociedade como “sufocada” por um governo opressor, a existência de uma resistência heroica e grande parte da população desconhecendo a face real dos acontecimentos; entorpecida pela conquista do tricampeonato de futebol de 1970, o “milagre econômico” e, apesar do arrocho salarial, ainda “respirando” sob forte propaganda a convidar quem não amasse “o grande país que vai pra frente” a deixá-lo.

A partir deste cenário, a quem coube rememorar, o *rock* brasileiro foi quase que inteiramente apagado. Quando não, evoca-se um ou outro nome isoladamente. No mais, a década é lembrada como a “década da MPB”; um gênero musical específico que, logicamente, devemos reconhecer em sua importância, sem com isto alinhar-se a um certo viés nacional-popular de uma música “só nossa” amálgama sofisticada capaz de aglutinar outros estilos musicais como o próprio *rock*.

A preterição da memória construída pela “redemocratização promovendo o esquecimento da cena roqueira dos anos 1970 é em parte concebida a partir de ópticas desenvolvidas em obras comumente citadas em trabalhos acadêmicos e outras publicações.

Especificamente, dentre outros, os livros *Dias de Luta: o rock e o Brasil dos anos 80* do jornalista Ricardo Alexandre (2013) e *BRock: o rock brasileiro dos anos 80* do professor e jornalista Arthur Dapieve (1995). Este último com o destaque pela defesa do conceito e nomenclatura *BRock*, criado pelo autor: uma terminologia não usual a sua época por artistas, eventos e programas de rádio e televisão. Nesses compêndios, ambos desqualificam o passado do gênero *rock* no país e, indiretamente, elegem a MPB do final da década de 1970 como um “inimigo” a ser combatido. A mesma MPB hegemônica por construtores do saber como Marcos Napolitano (2002) e Ana Maria Bahiana (1980), reconhecida nos “anos de chumbo” como trilha sonora e campo de aproximação da política com a cultura de resistência.

Sobre a cultura *rock* da juventude brasileira, do ponto vista rememorativo, Dapieve e Alexandre, tratam de forma semelhante o passado do *rock* no país. Há sempre um tom de demérito e uma classificação de falta de originalidade para com os artistas e suas gravações, com o propósito de depositar à sua geração, a dos anos 1980, uma autenticidade e autonomia que não correspondem à realidade.

Apesar da urgência à época do seu lançamento, em 1995, e da importância do seu conteúdo sobre o sucesso do *rock* brasileiro da década de 1980, o livro do jornalista Arthur Dapieve (1995, pp. 13-18), no seu início, vale-se do tom memorialístico e, muito mais, da linguagem ácida maturada em resenhas críticas de jornais como *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Nas onze páginas de seu primeiro capítulo, o autor não enxerga a rebeldia que deseja na trajetória e formação do *rock* como estilo musical e comportamental no Brasil e preenche seu texto com frases recheadas de adjetivos que causam efeito. Todavia, não são interessantes e nem sólidos para documentar uma fase embrionária, logo importante, desta música. Sobre a “juventude transviada” dos anos 1950, define como “pra lá de bem comportada”, que daria origem a uma “constelação de grupelhos”. Reconhecendo valores nos movimentos da Jovem Guarda e da Tropicália, constrói uma narrativa que atribui oportunismo ao primeiro e, ao segundo, um agrupamento do *rock* com MPB.

Sobre o *rock* dos anos 1970, refere-se à cantora Rita Lee por ter perdido “a chance de ser a matriarca da geração 80”. Para Os Mutantes – na sua fase final sem Rita – trata como “sufocados pelo egocentrismo dos virtuosos e congelados pelo amor a Yes, Emerson, Lake & Palmer e quejandos”. Segue seu texto com apontamentos para com as bandas setentistas: “siderados pelos Mutantes” e “o submundo dos filhos do Pink Floyd”, onde o autor só deposita autenticidade a Raul Seixas, a quem alude como “o patriarca do Brock”. Secos & Molhados e Joelho de Porco também são merecedores de reconhecimento, mas sempre mantendo um tom

anti-heroico e anedótico. Para o fim da década, cita A Cor do Som como “um subproduto dos Novos Baianos velhos de guerra” que “se tornara macumba pra turista”, com seu álbum de maior sucesso em rádio, TV e vendas. Ao conjunto mineiro 14 Bis, deposita a pecha de “rebate falso”.

Alexandre (2013, pp. 17-25) usa um tom mais sóbrio na tentativa de aprofundar sua análise, sem abarcar décadas diferentes e muitos artistas. Seu foco está mais para o final da década de 1970, como um momento de expectativa. Diferente de Dapieve, Alexandre reconhece o talento, o sucesso e o efeito que a cantora Rita Lee representou. Não deixa de citar Raul Seixas, dá muito mais importância ao grupo Vímãna do que este realmente teve, cometendo uma imprecisão ao afirmar que o músico internacional Patrick Moraz assistiu “a um show do Vímãna no Festival de Saquarema e viu no quinteto o misto de exotismo e profissionalismo que poderia desviar sua carreira do rumo mais evidente, a irrelevância”. Trata-se, contudo, de uma informação incorreta, uma vez que o grupo não tocou no evento. A todo o momento possível discorre sobre a “MPB/ Tropicália”, tendo como foco Gilberto Gil e Caetano Veloso, que apesar de desfrutarem da hegemonia alcançada naqueles idos, eram execrados pela crítica devido ao caráter alienado e acomodado que esses teriam adquirido no limiar de uma nova década.

Alexandre parece acreditar também que frases como: “o prog rock já era considerado uma piada no mundo todo” ou “gueto do rock progressivo”, tem algum efeito para desqualificar o estilo que foi influente no mundo, na primeira metade dos anos setenta. Sua análise abarca executivos de gravadoras, mercado consumidor, crítica e a visão de empresas multinacionais. Mas sobre música e músicos nos deixa a impressão de que nada de importante aconteceu e que existiam poucos conjuntos. O autor, quando reconhece algum valor, trata os músicos como profissionais que, apesar da atitude, não promoveram uma ruptura.

É necessário sinalizar que nenhum dos autores cita, por exemplo, o Clube da Esquina, exemplificando um esquecimento e silenciamento de um movimento que “juntou o rock, o jazz, a bossa, o clássico, a música regional criando uma grande síntese” (VILELA 2022, p. 19) e que, mesmo não sendo midiático, influenciou muitos outros artistas nacionais e internacionais. Também ficam de fora das análises o papel da censura federal, da opressão ao cidadão comum, da vigilância e perseguição sobre as artes e artistas, como se a falta de uma indústria cultural movimentada pelo *rock and roll* em terras brasileiras fosse uma decorrência apenas de escolhas e supressão de talento.

Sobre resistência e contestação através da cultura, os autores Alexandre Saggiorato, Leon Frederico Kaminski e Igor Fernandes Pinheiro, desconstruem essa ideia de uma década

vazia de produção autêntica e conhecida da cultura jovem brasileira. Indo além, reconhecem que, apesar de viverem sob o período de maior recrudescimento ditatorial, existira no Brasil uma parcela da juventude – não adequada ao engajamento político revolucionário da esquerda e a luta armada – que buscava na rebeldia comportamental e filosófica de uma vida alternativa, no autoconhecimento, nas viagens e através de expressões artísticas, uma forma de resistência à opressão.

Saggiorato (2008) faz um inventário de composições, discos, shows que foram censurados durante a ditadura brasileira em *Anos de chumbo: rock e repressão durante o AI-5*. Com rigor historiográfico, analisa letras de músicas, expõe depoimentos de músicos da época, compila fatos e opiniões de autores que escreveram sobre aquele momento. Sendo assim, além de denunciar as dificuldades impostas por um Estado autoritário, registra a força do *rock* produzido naquela década, a que se refere como Rock BR 70. Expondo não só os absurdos da censura imposta pelos militares no poder, mas identificando, também, a visão das esquerdas – ora de descaso, ora de vigilância – que o autor denomina como “tentativa de homogeneização cultural”. Anárquico, marginal, transgressor e visceral, o *rock* produzido no Brasil durante a vigência do AI-5, pontua o autor, incomodava pela característica comportamental exposta em letras de música, concertos e capas de discos; debatendo homossexualidade, drogas, divórcio, adaptando o discurso “paz e amor” dos hippies e pleiteando uma sociedade livre e alternativa.

Kaminski (2018), por sua vez, em *Revolução das Mochilas*, descreve e analisa a automarginalização e autoexílio dos jovens brasileiros diante da ditadura na sua fase mais violenta. Seu caminho na pesquisa é o cotidiano e não as artes, artistas e a cultura oficial, focando nos andarilhos, na artesanaria contracultural, na poesia marginal, na imprensa underground, nos espaços de sociabilidade e alterações de paisagem. O autor também enfatiza o caráter ambíguo e contraditório das viagens em busca de “territórios de liberdade”, que ao mesmo tempo em que eram mecanismos de fuga do “sufoco” de um “cotidiano repressivo” construindo canais de circulação de informações sobre a contracultura. Eram também apropriadas pelas políticas de turismo e cultura governamentais, como no caso das feiras de artesanato e festivais, bem como se valiam das estradas abertas e pavimentadas pela política nacionalista do “Brasil Grande”.

Pinheiro (2019) em *Não fale com paredes: contracultura e psicodelia no Brasil* discorre acerca de outros artistas e grupos musicais adeptos da estética do *rock*, a fim de demonstrar que a visão cristalizada e canônica de parte da historiografia que, ao fazer mau uso da memória, elege a MPB como exclusiva manifestação de oposição e de caráter contestador, do ponto de

vista musical, e deposita ao movimento tropicalista o mérito e originalidade da sua época, como matriz para os poucos artistas reconhecidos da década de 1970, limitados a Raul Seixas, Rita Lee e Secos & Molhados. Com isso, são apresentadas as trajetórias das bandas Spectrum, A Bolha, Módulo 1000 e do cantor Serguei e a diversidade do que se determina juventude em uma mesma classe social. O autor defende a complexidade das multiplicidades, sempre pontuando que não se deve entendê-las transpondo conceitos comuns nas sociedades dos EUA e Europa para o Brasil. Logo, são múltiplas juventudes, múltiplas expressões musicais, múltiplas formas de se realizar a contracultura, aqui, chamada de “desbunde”.

Destarte, para compreender a existência do *rock* brasileiro na década de 1970 sob a concepção da conexão entre música popular e historiografia, o conceito principal mobilizado é centrado na noção de *memória*, presente em autores como Pierre Bourdieu (FERREIRA; AMADO 2006.), Fernando Catroga (2001), Michael Pollak (1989) e Tzvetan Todorov (2002). Buscamos, para tanto, um exercício que se encontra no terreno da história cultural, em um horizonte onde perpassam elementos da história política, além de interfaces com a história social.

O recurso da *anamnese* é necessário como filtro e alicerce teórico em virtude do que acreditamos ser uma memória construída, perceptível em publicações produzidas em décadas anteriores e em tom testemunhal, por jornalistas, com a finalidade de abordar o *rock* brasileiro como sendo um produto de uma cultura da década de 1980. Seria ele, portanto, herdeiro direto do *punk rock*, *post punk* e *new wave* estrangeiros e que, por sua vez, acabavam por promover a ideia de um “deserto” no decênio anterior, além da construção de uma lembrança desenraizada dentro da cultura brasileira.

Em Fernando Catroga vemos algumas importantes definições de *memória* (proto-memória, memória e metamemória), analisando as diversas interações no exercício de recordar como: a ideia de alteridade, a construção seletiva do passado, os monumentos e ritos de recordação e crise. Ao afirmar que “escolher é também esquecer, silenciar e excluir”, Catroga trata dos esquecimentos deliberados que fazemos a fim de construir uma memória que faça sentido, com começo, meio e fim (CATROGA 2001, p.26). Determinando um resultado almejado, organizado e calculado, como se as vivências individuais e coletivas fossem sempre tributárias de uma missão previamente constituída. Esta noção de história com um fim lógico de causa e efeito traçado por um fio condutor, com desfecho previsível, que ao mesmo tempo tem o caráter de descontinuidade, é o mesmo que nos alerta e acrescenta Bourdieu:

(...) não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento

biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes - ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.(...) (FERREIRA; AMADO 2006, p.190)

Catroga (2001) confirma a possibilidade dos esquecimentos dentro da construção da narrativa de uma anamnese, mas Bourdieu ressalta a importância de se preservar a contextualização e as relações sociais e temporais do indivíduo, o que também pode ser adequado para entendermos um acontecimento ou uma coletividade.

Pollak (1992) ao tratar da valorização da memória individual e coletiva, destaca “os acontecimentos vividos por tabela”. Ou seja, personagens, eventos, situações e lugares marcantes, que passam a ser associados como vivências próprias de um determinado tempo e espaço, que não necessariamente tenham sido realizadas, mas sim incorporadas e herdadas.

Todorov (2002), por sua vez, ao analisar os cuidados com uso da memória, adverte que esta não deve ser banalizada, muito menos sacralizada, mas sim esterilizada. O autor afirma que:

Corremos o risco de atribuir o grau superlativo, simplesmente, às ações que nos dizem respeito mais diretamente (...) a singularidade de cada evento é, por si só, uma evidência e não precisa ser reivindicada. (...) A memória do passado é necessária para afirmar a própria identidade, tanto a do indivíduo quanto a do grupo. Um e outro também são definidos, claro, por sua vontade no presente e seus projetos futuros; mas eles não podem passar sem aquela primeira memória. (TODOROV 2002, p. 195-199, tradução nossa).

Ao que Pollak vem acrescentar, ao afirmar que “a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK 1992, p. 201).

Assim sendo, a memória, embora uma categoria construída individualmente, tem compromissos com a coletividade e mesmo podendo sofrer mudanças. Quando acessada em períodos diferentes, não é passível de drásticas alterações e variações de balizamentos, eventos ou abrir mão de questões imutáveis, que de forma direta ou não, levam aos acontecimentos. Portanto, como afirma Todorov, considerar e sacralizar um evento como único nos impede de percebê-lo como resultante de um comportamento não aleatório de um indivíduo ou comunidade, correndo o risco sempre de perdermos a nossa identidade por representações que parecem inéditas, novas e sem precedentes.

Com isso, é necessário desconstruir a ideia de que a década de 1970 equivale, na história do *rock* brasileiro, a uma espécie de lacuna. Esta perspectiva faz-se necessária pela própria

essência do *rock and roll*, tanto como comportamento e, principalmente, como gênero musical que, ao contrário da história, evolui num *continuum* de geração para geração, como herança que gera novidades na busca de uma imortalidade vinculada à juventude. Nessa direção, desconsiderar a produção musical deste gênero musical durante a década de 1970 no Brasil é, no mínimo, uma abstração; objetivando priorizar um determinado projeto de poder alinhado a uma determinada narrativa histórica. Ou delimitá-la a raros artistas de sucesso, é um lapso a confundir produção cultural com sucesso comercial; duas categorias que podem e devem funcionar em conjunto, mas não são sinônimas, muito menos dependentes e também não são determinantes.

O *rock* brasileiro nos anos 1970 existiu em estilos diversos (subgêneros), fundamental para a contracultura nacional do mesmo período; sendo também um elemento subversivo, de contestação à ditadura civil-militar e à hipocrisia moral, através das letras, capas de discos, modos de vestir e se comportar dos artistas e seus adeptos.

Sendo assim, como preconiza a existência de uma cena, um movimento ou qualquer outro termo análogo para definir um “momento” específico de efervescência cultural, houve no Brasil dos 1970: produção, divulgação, análise e, principalmente, coletividades que se associassem ao desfrute do *rock and roll* como música e comportamento. Contrapondo também a ideia, por vezes propagada, que a contracultura não foi experimentada no Brasil. Quando muito, identificada exclusivamente “as dunas do barato”; espaço surgido em função da construção de um píer na Praia de Ipanema (1971-1975) ou vivenciada tardiamente, em virtude da ditadura, na década seguinte.

Podemos, por exemplo, enumerar, pelo menos, sete simbólicos festivais de *rock* que aconteceram na década de 1970, em território brasileiro: Festival de Verão de Guarapari (ES), em 1971; Feira de Música Experimental (PE), em 1972; Dia da Criação (RJ), também em 1972; 1ª Colher De Chá (PR), em 1973; Festival de Águas Claras (SP) e Hollywood Rock (RJ), em 1975 e Som, Sol e Surf – Saquarema (RJ), em 1976. Sem contar outros que foram invadidos, cancelados e censurados pela “máquina repressiva” do Estado brasileiro, a exemplo do Festival de Primavera, em novembro de 1969, no Parque do Ibirapuera e o Festival de Rock de Camboriú (SC), o Camburock, em 1977. Além de mais de uma centena de discos lançados no formato *long play* ou compacto de artistas e conjuntos de *rock*, somados aqueles que existiram, ensaiaram, fizeram concertos, mas não deixaram nenhum registro fonográfico, caracterizando uma vasta produção roqueira durante os anos 1970.

Havia, portanto, uma (contra) cultura – e não um ou outro artista destacando-se isoladamente – com divulgação e cobertura de uma mídia própria, inclusive, com inserções dentro de alguns dos grandes meios de comunicação, como imprensa especializada. São os casos de publicações como as revistas *Geração Pop*, a *Pop*, mensalmente publicada de 1972 a 1979; a *Rolling Stone* versão brasileira, que circulou de 1972 a 1973 e o jornal *O Pasquim*, semanário independente que contava com nomes de peso como Tarso de Castro, Millôr Fernandes, Jaguar, Ziraldo, Paulo Francis, Sérgio Cabral, Sérgio Porto, com destaque para a coluna *Underground*, de Luiz Carlos Maciel. Também não podemos nos esquecer das “trincheiras” na grande imprensa, como a coluna *Geleia Geral*, de Torquato Neto, no jornal *Última Hora*; Big Boy e Nelson Motta, no jornal *O Globo*; Tárík de Souza e sua coluna *Supersônicas e Cultura Popular*, no *Jornal do Brasil*, e Ezequiel Neves no *Jornal da Tarde*, além da eloquente *Toque*, na *Rolling Stone* nacional. Houve também nas rádios, basicamente as AMs: *Rádio Tamoio* e *Rádio Mundial*, destacando a segunda que contava com o vanguardista DJ e locutor, Big Boy. E, em uma escala de alcance menor: *Federal AM* e *Rádio Jornal do Brasil AM*. Até alcançar a televisão com programas como: *Papo Firme*, com o Nelson Motta e depois com o Big Boy, na TV Globo (1969-1973); *Click*, na TV Tupi (1972); *Opção*, na TV Gazeta (1971-1972); *Hello Crazy People*, com Big Boy na TV Globo (1972); *Sábado Som*, com o Nelson Motta na TV Globo (1974-1975). (BAHIANA 2006, pp. 78-200). Diante disso, os silenciamentos e apagamentos do *rock* brasileiro da década de 1970, do ponto de vista cultural e de projetos coletivos de transformação social das juventudes, estão relacionados à busca pela legitimação e associação do *rock* dos anos 80 ao fim da ditadura civil-militar e ao processo de redemocratização do país. Logo, a problematização em torno da memória de se abordar o *rock* nacional como trunfo vinculado ao período da transição democrática; sendo este período caracterizado como um “início” sem raízes no passado, soa como parte integrante de uma construção memorialística ao redor de um projeto de disputa de poder futurista. Mas vale ressaltar, respeitando-se as particularidades analíticas sobre rememoração contidas nas obras de cada um, que autores como: Bourdieu, Catroga, Pollak e Todorov, são consoantes quanto à memória ser um patrimônio individual, mas, sobretudo, um fenômeno coletivo e social mutável e flutuante, que obrigatoriamente possui marcos invariáveis a fim de conservar sua validade.

Desta maneira, é em Catroga, para citar um deles, que encontramos a precisão acerca da construção da memória coletiva ao reconhecer que “cada presente construa sua memória histórica, não só em função da onticidade do que ocorreu, mas também das necessidades das lutas do presente” (CATROGA 2001, p. 22). Porém, o autor também conclui que “é no passado

onde se busca a legitimação de entidades coletivas” (CATROGA 2001, p. 29). Haja vista, “criar o novo ou sonhar com um futuro de esperança será impossível se se acreditar que cada momento é uma história (individual ou coletiva) ou seu grau zero absoluto” (CATROGA 2001, p. 53).

Em suma, através da memória construída pela redemocratização definiu-se o progresso histórico do *rock* brasileiro como uma dança advinda do cinema, depois trilha sonora para uma determinada juventude transviada, a seguir transformado em programa de televisão produzindo ídolos para vender produtos e que depois desapareceu por falta de recursos e talento. Mais ainda, sob este ponto vista, sua retomada só acontece, coincidentemente, quando no cenário internacional a simplicidade do *punk rock* – entendido como forte influência aqui – recupera sua “essência” musical dos subgêneros: *progressive* e *art rock*. Pontuando que, como no cenário brasileiro “não havia” *rock* progressivo nem superbandas, surgira uma geração de mesma matriz (*punk*) para combater o ostracismo da MPB. O problema é que essa reminiscência oitentista, além de não factual, projetou um imaginário para gerações mais jovens de que o *rock* brasileiro é um fenômeno histórico de uma determinada década. Com o agravante de que em decorrência de alinhamentos a certos discursos por parte alguns artistas, recentemente, este mesmo *rock*, na visão de alguns, passou a ser vinculado a uma direita reacionária. Por conta disto, faz-se necessário revisitar este debate, acreditando que enaltecer uma única geração como “original”, leva ao esquecimento e silenciamento das dificuldades que a geração anterior suportou. Acaba-se por minimizar a perseguição e violência que se tornaram cotidianas numa vida sob um regime autoritário. Cria-se uma versão insustentável, pois, recordar é também não esquecer o que ficou esquecido.

Referências

- ALEXANDRE, Ricardo, 1974. *Dias de luta: o rock e o Brasil dos anos de 80*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.
- BAHIANA, Ana Maria. *Almanaque anos 70*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- _____. *Nada Será Como Antes: MPB nos anos 70*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 167-182.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CAMARGO, Aspásia. As Dimensões da Crise. In: CAMARGO, Aspásia & DINIZ, Eli. *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice, 1989, pp. 20-56.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, Lisboa: DIFEL, 1990.
- DAPIEVE, Arthur. *Brock: o rock brasileiro dos anos 80*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1995.
- DINIZ, Sheyla Castro. *Clube da Esquina: mineiridade, romantismo e resistência cultural nos anos 1960*. Belo

Horizonte: UFMG, 2017.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GINZBURG, Carlo. Matar um mandarim chinês. As implicações morais da distância. In: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 199-218.

KAMINSKI, Leon Frederico. *A revolução das mochilas: contracultura e viagens no Brasil ditatorial*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, 2018.

MOTTA, Nelson. *Noites Tropicais*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva LTDA. 2000.

NAPOLITANO, Marcos. *História & música – história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 120p. (Coleção História &... Reflexões, 2).

PINHEIRO, Igor Fernandes. *Não fale com paredes: contracultura e psicodelia no Brasil*. Lexington: KDP, 2019.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, vol. 5, nº 10, 1992, pp. 200-212.

POMIAN, Krzysztof (dir.). *Enciclopédia Einaudi: tempo/temporalidade*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993, vol. 29.

SAGGIORATO, Alexandre. *Anos de chumbo: rock e repressão durante o AI-5*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, 2008.

TODOROV, Tzvetan. “Los usos de la memória”. In: *Memoria del mal, tentación del bien. Indagación sobre el siglo XX*. Barcelona: Ediciones Península, 2002, pp. 191-211.

VILELA, I. Apresentação. *Revista USP*, [S. l.], n. 87, p. 6-12, 2010. DOI:10. 11606/issn.2316-9036.v0i87p6-12. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13826>>. Acesso em: 26 out. 2022.

A expansão das instituições particulares no controle do ensino no Brasil e a construção do conhecimento: reflexões sobre produção de saberes, ascensão da extrema-direita e o caso da Cogna Educação (2007-2020)

Rosane de Oliveira e Silva¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Rafael Brandão

Introdução: Produção do conhecimento: do que seja conhecimento humano, das novas tecnologias e ideologias

Sendo o conhecimento humano produzido e transmitido através da oralidade por longo tempo, parte deste se perdeu por diferentes motivos; entretanto, há milhares de anos a academia se institucionalizou como espaço da produção do saber, do que seja conhecimento humano, das novas tecnologias e ideologias.

“produz-se conhecimento desde os primórdios da história da humanidade, pois a evolução humana permitiu organizar e agrupar o saber, estruturar o processo de perpetuação ao longo das gerações, organizando, criando métodos, modelos, regras, normas e sistematizando-o. E a academia, pelas faculdades, universidades e instituições de ensino superior (IES), elaborou todo o sistema científico conhecido na atualidade.” (THEÓPHILO, 1998, p. 10)

Nesse contexto, o saber científico floresceu a partir da premência em produzir novos saberes, assim como em sistematizar e registrar o conhecimento adquirido. Questões e respostas se entrelaçam nessa busca pelo saber, e o sistema criado e universalmente aceito pelos meios de conhecimento são as instituições de educação superior e as academias científicas.

Ora, todo conhecimento, seja popular, seja científico, visa à formação de sujeitos que pertencem a grupos sociais em comunidades ou na sociedade humana propriamente. A difusão desse saber se dá por meio da ciência, nas Instituições de Ensino Superior, nas escolas e através dos professores, em suas pesquisas e em seu labor pedagógico diário.

Toda pesquisa desvela o movimento que reside nos fenômenos, assim como estes são reproduzidos e transformados. Assim que a pesquisa começa a avançar, põe-se em curso o processo de conhecimento, revelando o que existe de universal naquilo que é particular. É dessa maneira que o pensamento científico evolui.

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “O avanço das instituições particulares na condução do ensino fundamental, médio e superior: o caso do grupo Cogna (ex-Kroton) e o controle da educação brasileira (2007-2020), sob orientação do Dr. Rafael Brandão.

O conhecimento pode transformar rumos e vidas, contribuindo para a construção de tempos melhores, o que explica porque os mal intencionados, detentores do poder, sonham o conhecimento às classes mais carentes e intelectualmente subordinadas.

A ascensão da extrema-direita no Brasil

As contradições da classe burguesa e da classe trabalhadora se demonstram nas correlações de força, as quais ocorrem em três momentos, sendo que o primeiro momento ocorre na estruturação econômica da sociedade (DIAS et al., 1996, p. 13). Diante dessa perspectiva, em 1776, na Inglaterra, Adam Smith publicou a obra “A riqueza das nações”, lançando os fundamentos do capitalismo liberal, ocasionando grandes transformações nas relações sociais e no entendimento humano, com o racionalismo liberal.

Essa fase de grande expansão do liberalismo, com a presença da “mão invisível” do mercado e o “laissez faire”, teve seu fim nos anos 1920/1930, quando o capitalismo vigente se vê em face de uma profunda recessão econômica, abalado pela 1ª Guerra Mundial e pelo início da 2ª Grande Guerra. Desemprego, inflação e empresas falidas foram consequências desta recessão (FERREIRA, 2009).

Nesse contexto, procurou-se a intervenção estatal através do receituário forjado pelo economista Keynes, cujas ideias deram lastro para a criação de acordos e instituições internacionais, assim como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Keynes, então, passa a ser um dos fundadores do planejamento estatal, do Estado do Bem-Estar Social e do Estado Intervencionista, visando às soluções aos problemas de mercado (THIENGO, 2018).

A partir daí, o desenvolvimento da tecnologia, da ciência e da inovação engajou-se a uma prática de renovação e fomento da competitividade entre empresas, universidades e laboratórios. Apareceram, assim, as universidades de pesquisa americanas, com uma estrutura totalmente nova no ensino superior nos Estados Unidos da América (EUA).

Entretanto, durante o início dos anos 1970, o capitalismo entra em outra etapa de crise. É sabido que as crises do capitalismo são um processo recorrente, levando os intelectuais vinculados ao capital a buscarem saídas, com vistas à intensificação da exploração do trabalho e alteração do processo de produção favorável ao patronato, ampliando os lucros dos empresários.

Principiada em 1973, essa gravíssima crise do capitalismo fez com que as classes dominantes internacionais propusessem caminhos novos de enfrentamentos. Dessa maneira,

uma doutrina estrutural diversa começa a ser gestada – o neoliberalismo-, através da qual o Estado de Bem-Estar Social passa a se “demonizado”, analisado como o causador das sérias questões sociais.

Fizemos aqui, rapidamente, uma explanação do neoliberalismo, já que ele tem pertinência com a ausência da democracia e o florescimento dos pensamentos de direita e de retrocesso. Como também já foi afirmado, a correlação de forças nas lutas emancipatórias entre as classes se dá em três momentos (na estruturação econômica da sociedade, no campo político e no campo militar), sendo dado que o neoliberalismo é um reflexo da estruturação econômica da sociedade. É um projeto liberal-burguês que mantém sua hegemonia na estruturação capitalista até os dias de hoje, devendo a classe trabalhadora organizar formas justas de resistência às determinações político-ideológicas das classes dominantes.

A hegemonia do projeto neoliberal não se efetivou rapidamente, pois se procuravam soluções keynesianas para as crises econômicas. Contudo, com este programa hegemônico, as Forças Armadas chilenas, em 1973, com o General Pinochet, derrubaram à força o governo socialista de Salvador Allende; na Inglaterra, em 1979, Thatcher se elegeu, colocando em prática o projeto neoliberal em um país de capitalismo avançado; Reagan foi eleito, em 1980, nos Estados Unidos; Kohl também se elege na Alemanha, em 1982; na Dinamarca, em 1983, Schluter é eleito com uma coalizão de direita; e em quase todas as regiões do norte da Europa Ocidental se elegeram representantes conservadores de direita, com exceção da Áustria e da Suécia (ANDERSON, 1995, p. 11).

O receituário neoliberal reza a cartilha do conservadorismo, sendo a mais intransigente de todas as vertentes capitalistas do pós-guerra, incentivando o neoliberalismo político, a ascensão das direitas e das elites, que, como se dá em nosso objeto de pesquisa, se interessam e exploram a educação.

Olavo de Carvalho e a ascensão das direitas no Brasil

Abordar a ascensão das direitas em nosso país é forçosamente citar Olavo de Carvalho, uma vez que este alinhavou trajetórias e estratégias, visando organizar suas posições, notadamente no que diz respeito ao site Mídia Sem Máscaras (MSM), propondo uma guerra cultural e denúncias de uma influência doutrinária gramscista (CALIL, 2021, p. 69).

Olavo de Carvalho começa a ter destaque nacional em fins dos anos 1990, tendo possivelmente iniciado sua mobilização em 1985, com a queda do regime militar, já visualizando uma rede de instrumentos como ofensiva fascista.

Em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro, sua influência político-ideológica parecia não ser tão significativa, mas sua obra mantinha uma grande repercussão. Era filósofo sem graduação, portador de temperamento ofensivo, além de astrólogo e místico. Mostrando-se intelectual, projetou para si um papel burlesco e enigmático. Bolsonaro e Olavo de Carvalho constantemente demonstravam menosprezo pela mídia que os

rejeitasse e pelo universo acadêmico, tendo sido o último o “guru do bolsonarismo” (CALIL, 2021, p. 74).

O olavismo seria a filosofia do bolsonarismo, na busca da hegemonia, da força (bruta) e do consenso. Não é nada forçoso observar que o bolsonarismo se revela enquanto movimento de extrema-direita, traçado pelo autoritarismo e discriminação, sob as bênçãos do neoliberalismo. Além dos ideais olavistas, o Presidente da República ligou-se também às Fake News (notícias falsas que se difundem rapidamente e apelam diretamente para o emocional do receptor, sobretudo em época de eleições).

Elegendo-se Bolsonaro, em 2018, houve choque entre olavistas, ultraliberais e militares (CALIL, 2021, p. 75). A influência de Olavo de Carvalho no governo era muito significativa, havendo, inclusive, indicado o Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, professor emérito da escola de elite do Exército e da Universidade Federal de Juiz de Fora. Isso demonstrou sua força dentro do governo, distanciando-se da “doutrinação de índole cientificista”, contrária às direitas (EL PAÍS, 2018).

As construções discursivas de Carvalho, fundamentadas na linguagem, se revelam diferentes, utilizando ideias reformuladas e com influências renovadas. Faz-se necessário entender a preparação deste discurso, com novos atores sociopolíticos, metamorfoseando a imagem das já citadas direitas radicais, o que vem a ser, de certa forma, motivo de orgulho.

Nessa perspectiva, ocorre uma transformação de paradigma, incentivando-se as concepções de conservadorismo, fazendo surgir vários grupos entrosados por pensamentos não tão semelhantes, todavia com um mesmo ideal -o de revelar a construção bem preparada de uma direita organizada, com um espaço já reservado.

Sempre com vistas a atingir a pequena e a média burguesia, Olavo de Carvalho ocupou espaços de importante circulação, preparando seus próprios Aparelhos Privados de Hegemonia (APH). É uma das práticas do fascismo uma perspectiva de retorno ao passado, apresentando-se também projetos para o presente.

Carvalho, em 1998, lançou a obra “O Imbecil Coletivo”, a qual obteve uma ótima repercussão. Ele começa, então, a constituir uma rede de de aparelhos (APH), à procura de

recursos a fim de se desenvolver. Em 2002, criou o Mídia Sem Máscaras (MSM), apostando em uma postura fascista em plena redemocratização, estando em curso a primeira gestão Lula da Silva. O MSM se define como um “observatório de imprensa“, que se desenvolveu junto ao Instituto Brasileiro de Humanidades, contando com o apoio da Associação Comercial do Estado de São Paulo, sob a égide de Afif Domingos.

A Associação acima citada tem como integrantes uma grande massa da pequena burguesia, que se uniram, buscando uma organização da direita. Bolsonaro, também procurando instrumentos para alicerçar sua ideologia, esteve nos EUA em 2017, tentando aproximar-se da extrema-direita norte-americana. Sabe-se que os extremistas de direita dos EUA se unem, entre outros pontos, a favor da supremacia branca, antissemitismo, nacionalismo exacerbado e intolerância política.

Afirma-se que um movimento é fascista quando seus sustentáculos são um conjunto de propostas ideológicas reacionárias, uma base social da pequena burguesia e a formação militante de uma tropa. Este governo se fundamenta ainda em duas teorias conspiratórias, a teoria da hegemonia esquerdista no mundo e a teoria do globalismo, na qual uma elite global controlaria o mundo (CALIL, 2021, p. 72).

Toda essa cuidadosa construção da extrema-direita por Olavo de Carvalho é bem explicada por Lucas Patschiki (2012), em sua dissertação:

“O fascismo é compreendido aqui como um fenômeno surgido com o imperialismo, cuja função política e social primária é a de reorganizar o bloco no poder de maneira brutal durante a crise aberta, para a manutenção e reprodução da sociedade de classes -o que denota seu caráter de organização, visando à luta contra a classe trabalhadora e, de maneira geral, negando qualquer avanço democratizante. Isso não significa que qualquer crise faça emergir a alternativa fascista (...), mas, adiantemos, é pela perspectiva de ruptura que os movimentos fascistas contemporâneos se organizam, seja através de partidos formais parlamentares, como a Frente Nacional Francesa, seja através de associações da sociedade civil, como no caso do MSM.” (PATSHIKI, 2012, p. 17)

O negacionismo da pandemia e suas táticas no governo brasileiro

As posturas mais radicais de Bolsonaro, servindo-se do momento desesperador da disseminação da Covid-19 para fazer prosperar seu programa de fascistização, ampliaram o negacionismo científico, aperfeiçoaram sua ligação com a base fascista, fomentaram mobilizações entre seus simpatizantes e aprimoraram seus laços com a grande burguesia de nosso país.

Nesse contexto, deu-se uma evolução nas reformas ultraliberais, com grave repercussão, tais quais a desregulamentação das relações trabalhistas e das medidas de proteção ambiental, assim como o desmonte da proteção social. De modo implacável, a pandemia e seu intensificado número de óbitos se tornaram condicionantes para o avanço do processo de fascistização desse governo, gerando mortes, desespero e crise socioeconômica.

A partir da minimização da pandemia, banalização das medidas de contenção e isolamento social, e desapareço pela morte, uma grande parte da população também rejeitou os cuidados necessários, o que levou nosso país a ocupar o segundo lugar no nível do maior número de mortos em escala mundial.

Em meio a esse caos, nosso Presidente da República estava mais interessado com a Economia, atribuindo aos defensores da vida a séria crise econômico-social, quer dizer, ao longo dos momentos de agonia da pandemia, a falta de estratégia foi a estratégia desse governo. Vale ressaltar que o negacionismo é uma política de extermínio, com tipificação de crime contra a humanidade.

A educação superior no Brasil, seus grandes empresários e a bolsa de valores como mediadora: o caso da Cogna Educação

Para justificar seu menosprezo à produção do conhecimento e à ciência, servindo-se do conservadorismo cultural como um método para valorizar mais ainda os militares e suas carreiras, o governo vê um inimigo invisível nos partidos de esquerda, nas ONGs, nas escolas e universidades, nos movimentos sociais, nas mídias e em tudo o que diga respeito à arte (MARTINS FILHO, 2020), à cultura e à soberania popular.

O que se verifica é a agonia da democracia no Brasil, quer no que se refere às pessoas, quer no que se refere aos mercados, isto é, à liberdade econômica. Mesmo assim, os movimentos sociais e as lutas sindicais, rechaçados pelas lideranças políticas conservadoras, ainda são uma opção no conflito permanente pela sobrevivência das camadas mais carentes dos países periféricos, como o Brasil.

Inclinando-nos para o tema específico da Educação, pertinente ao Estado, de acordo com a Constituição Federal de 1988, nota-se facilmente que os verdadeiros objetivos das Organizações Marinho, da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e outras redes residem essencialmente no lucro.

Tudo é reduzido, então, à falsa ideia de cidadania e sua consequente cooperação. Nesse cenário, a democracia imporia uma “concentração” de forças – onde não existe luta de classes –, em uma extensa rede de colaboração.

Em nosso país, o financiamento dos cursos de graduação em instituições de ensino superior privadas fomentou a formação de grandes agrupamentos empresariais do setor, notadamente a partir dos anos 1980. Sucede-se, pois, a mercantilização do Ensino Superior brasileiro, quando a Educação passa a agregar valor de mercadoria no mercado global, porém, ela é verdadeiramente um bem público a ser assegurado pelo Estado.

Como já foi aqui afirmado, o receituário neoliberal fortalece a ascensão das direitas e das elites, as quais, em nosso caso específico, importam-se e especulam a educação. Os reflexos de um governo ultraliberal na economia e conservador nos avanços sociais resultam, via de regra, em uma educação cada vez mais minimalista e deficiente, conforme já foi denunciado amplamente por Leher (1999).

O embrião do Grupo Kroton –atual Cogna Educação- desponta em 1966, em Belo Horizonte (MG), através do Curso Pré-Vestibular Pitágoras – instituição de ensino preparatório para o chamado Vestibular de então-, sendo seus fundadores Walfrido dos Mares Guia, Marcos Mares Guia, Evando Neiva, João Lucas Mazoni Andrade e Júlio Cabizuca.

Walfrido Silvino dos Mares Guia Neto, nascido em 1942, graduou-se em Engenharia Química pela UFMG, elegeu-se Vice-Governador de Minas Gerais (1995/1999), assim como Deputado Federal pelo mesmo estado, entre 1999 e 2011. Foi ainda Secretário de Educação de Minas Gerais, entre 1991 e 1994. Na primeira gestão Lula da Silva, criou e estruturou o Ministério do Turismo, em 2003; em 2006, no segundo mandato do Presidente Lula, ocupou o cargo de Ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI). Com a criação do FIES, Walfrido se vê em envolvimento de denúncias de favorecimento do Kroton Educacional por este programa governamental (MARES GUIA, Blog, 2018).

Marcos Luiz dos Mares Guia (1935/2002), médico por formação, foi professor emérito de Ciências Biológicas (UFMG) e, juntamente com seu irmão, Walfrido dos Mares Guia, foi um dos fundadores do Curso Pré-Vestibular Pitágoras. Tornou-se um dos idealizadores da FAPEMIG, instituição de pesquisa científica, fundada em 1986. Antes de falecer, em 2002, aos 67 anos de idade, ocupou cargos de importância, como o de membro da Academia Brasileira de Ciências (1970), além de Presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico (CNPq), entre 1991 e 1993 (CENTRO DE MEMÓRIA, CNPq, 2019).

Evando José Neiva, outro fundador do Pitágoras, obteve também relevância no meio acadêmico e empresarial. Engenheiro elétrico pela UFMG, foi Diretor de Ensino e Superintendente Geral do Pitágoras, É membro da ACMinas (Associação Comercial e Empresarial de Minas), Conselheiro-Presidente da Conspiração Mineira pela Educação, Diretor Executivo de Educação da FUNDAMIG, havendo ocupado ainda o cargo de presidente do Grupo Kroton Educacional (PORTAL DO KROTON, 2018). Nos dias atuais, seu perfil e o dos outros fundadores do Grupo já não são mais encontrados no Portal da Cogna Educação.

Reconhece-se aqui uma nítida ligação entre Estado, educação e poder, e esse entrelaçar entre educação e política, ou educação e poder, nos reporta às concepções de Gramsci sobre a sociedade civil e a Teoria do Estado Ampliado, manifestando sua articulação com a luta pela obtenção da hegemonia e pela conquista dos espaços de poder no aparelho do Estado ou sociedade política (SEMERARO, 1999).

Após uma longa trajetória de sucesso, ocorre em 2007 a abertura de capital do Pitágoras na Bovespa e, a partir da fusão com a Anhanguera em 2014, o Grupo Kroton se torna a maior empresa educacional do mundo, em valor de mercado ou em número de alunos, até 2019.

Em princípio de 2019, a instituição teve queda de no lucro líquido de 47,4% a menos que no mesmo período (primeiro trimestre de 2018). No segundo semestre, o lucro líquido continuou caindo, no nível de 44,2%. O CEO da Cogna Educação, Rodrigo Galindo, decide, portanto, mudar o nome da empresa e dividi-la em quatro braços, fortalecendo-se como prestadora de serviços de tecnologia para escolas e faculdades, além de seus vários cursos. Denomina-se, assim, Cogna Educação, identificando-se na Bolsa de Valores como COGN3 e COGNY.

Em 2019, então, o Grupo Kroton se tornou a Cogna Educação, “fatiado” em quatro marcas, a saber: 1) KROTON - a antiga marca passa a se ocupar só do ensino superior; 2) SABER – marca que se dirige aos serviços de educação para o ensino básico, tais como cursos de línguas (B2C) e disputa de licitações no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do Ministério da Educação. Essa disputa pelo PNLD parece ter íntima ligação com o controle do agronegócio, além da campanha das “mães do agronegócio”, na campanha ultradireitista “De Olho No Material Escolar”, o que será apresentado mais adiante em nossa pesquisa; 3) SOMOS – é uma marca de ensino básico que se ocupa da prestação de serviços de gestão para escolas (B2B), assim como também da produção de material didático para alunos. Seu nome foi mudado para VASTA/SOMOS, em uma indicação de que poderá ser apenas

VASTA, futuramente; 4) PLATOS – presta serviços de gestão para o ensino superior, usando o modelo acadêmico Kroton Learning System, o “secret sauce” do Grupo.

Observamos o foco mercadológico da nova marca educacional, já que seu Conselho Administrativo é formado por dois administradores, que, obviamente, nada entendem de viés educacional. As atividades e programas sociais da Cogna Educação geram um impacto de mais de R\$ 431,1 milhões à sociedade, o que revela a repercussão que este grupo educacional cria em nossa economia. São frações do capital que estão nas mãos dos empresários, de uma parcela da burguesia, os quais buscam formas de lucro para seus campos de ação capitalistas.

A Cogna Educação ocupa a nona posição entre as maiores empresas de educação do mundo, enquanto em primeiro lugar nesse ranking se encontra a TAL Education Group (companhia chinesa), liderando nos últimos anos uma sucessão de aquisições.

Vale ressaltar que o sistema EAD, também presente nas universidades públicas, é de interesse do empresariado, em seus oligopólios, com vistas ao crescimento de seus mercados. É um fenômeno já presente na totalidade de nossa sociedade capitalista contemporânea, e dele se serve principalmente a educação privada, descompromissada com um ensino de qualidade. Com uso de novas tecnologias, utilizam esse sistema lucrativo, sob um véu de “progresso técnico”, pouco importando às frações burguesas que operam nesse setor as questões socioculturais do público engajado no referido sistema.

Largamente utilizada durante a pandemia da Covid 19, o ensino EAD trouxe grandes lucros para os empresários das instituições educacionais particulares, tentando, com isso, provar que o ensino exclusivamente presencial já não se insere mais em nossa educação, visando, acima de tudo, ao lucro.

Considerações finais

No campo da Educação, dominantes e dominados, oprimidos e opressores fazem parte das relações sociais concretas, em que se encontram relações de interesses contrários. Desde os anos 1990, com a implantação completa do projeto neoliberal no Brasil, houve um quadro de reformas na Educação que objetivaram levar as escolas e universidades a uma adequação às finalidades econômicas e político-ideológicas, dentro do aparelho ideológico do Estado, do projeto da burguesia mundial inclinada para a periferia do capitalismo.

Após o Golpe de 2016, com a consequente eleição de Bolsonaro em 2018, não haveria campo melhor para prosperar as redes, visando à ascensão das direitas (são sempre várias redes, por isso se usa no plural) no Brasil, com destaque para o “Mídia Sem Máscaras”, o

conservadorismo, o desprezo à produção de conhecimento, a intolerância política, a discriminação em várias esferas. Naquele governo de negação do conhecimento, a Educação vinha sendo um de seus maiores alvos, pois é por meio dela que se transmite a ideologia dominante.

Com o atual governo Lula da Silva, espera-se ver educadores e educadoras progressistas em sua tarefa de desocultar as verdades, no campo minado de ideologias da Educação, do qual tanto se serve o Grupo Cogna Educação.

Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BERGAMO, Geraldo Antonio; BERNARDES, Marisa Rezende. Produção de conhecimento. Scielo Brasil. Revisão & Síntese. *Educ. Soc.* v. 27, n. 94, jan./abr. 2006.
- CALIL, Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. *ARGUM*. Vitória, v. 13, n. 2, p. 64-82, maio/ago. 2021.
- CARVALHO, Saulo R.; CAVALCANTE, Rafael G.; GASPARELLO, Rayane R. S. A produção de conhecimento científico na educação: apontamentos necessários. *Revista Espacios*. v. 40, n. 31, p. 20, 2019.
- CENTRO DE MEMÓRIA, CNPq, 2019.
- CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena; NASCIMENTO, Glória Cristina Cornélio do. *A produção do conhecimento na construção do saber sociocultural e científico*. Educação Pública. CECIERJ. ISSN: 1984 – 6290. Junho de 2018.
- DIAS et al. *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.
- EL PAÍS. *Abraham Weintraub, um segundo “olavete” no MEC para gerir a “terra arrasada”*. São Paulo, 1996.
- ÉPOCA NEGÓCIOS. “*Maior grupo de educação do país, Kroton vira Cognae se divide em quatro*”. Época Negócios, 07 de outubro de 2019. Disponível em <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/10/maior-grupo-de-educacao-do-pais-Kroton-vira-Cogna-e-se-divide-em-quatro.html>. Acesso em 15/10/21.
- FERREIRA, S. *A universidade do século XXI: concepções, finalidades e contradições*. Tese (Doutorado em Educação), 305f. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.
- LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Rio de Janeiro: *Revista Outubro*, edição 3, p. 19-30, 1999.
- _____. *Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.
- MARES GUIA, Blog, 2018.
- MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2020.
- MAURIEL, Ana Paula Ornellas et al. (Org.). *Crise, Ultraneoliberalismo e Desestruturação de direitos*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.
- PATSCHIKI, Lucas. *Os leitores de nossa burguesia: o Mídia Sem Máscaras em atuação partidária (2002-2011)*. Dissertação de Mestrado em História, 2012.

PORTAL DO KROTON, 2018.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

THEÓPHILO, Carlos Renato. Algumas reflexões sobre pesquisas empíricas em Contabilidade. *Caderno de Estudos*, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 9-15, set/dez. 1998.

THIENGO, Lara Carlete. *Universidades de classe mundial e o consenso pela excelência: tendências globais e locais*. Orientador: Prof. Dr. Lucídio Bianchetti, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018.

Ditadura militar na Baixada Fluminense - locais de memória como referenciais para a territorialidade, identidade e consciência histórica

Samuel Henriques¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Daniel Pinha

Introdução

Art. 12. À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei. (BRASIL, 1990)

O artigo 12 da Constituição Federal de 1988 deixa bem clara em seu texto a finalidade das terras privadas. Determina que as mesmas devem ser usadas para o bem de todos. Assim, a própria constituição afirma que a terra é muito mais do que uma espaço a ser ocupado ou utilizado para fins comerciais. Ao apontar para o uso social da terra, o texto constitucional possibilita diferentes significados e abordagens, ampliando a ideia de terra para outras categorias como território e seus desdobramentos.

O objetivo deste artigo é justamente trabalhar com o conceito de território, lançando uma questão e tentando criar possibilidades para responder a mesma: como trabalhar o conceito de território em sala de aula, usando ferramentas conceituais como Ensino de História, Memória, Territorialidade e Locais de Memória?

A metodologia utilizada para responder a esse questionamento, será usado um estudo de caso. A região escolhida foi Nova Iguaçu e o recorte histórico, os movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970.

O conceito de território e territorialidade

“O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência” (SANTOS, 1996: 13)

A discussão dos conceitos tem como referências os estudos de HAESBAERT (2004) e SANTOS (1996). Pesquisadores com vasta experiência e produção acadêmica sobre os conceitos abordados.

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto “Ditadura militar na Baixada Fluminense – embates entre historiografia, Ensino de História e conflitos de memória”, sob orientação do Dr. Daniel Pinha.

Como se pode perceber na citação acima, Milton Santos afirma que o território usado é o chão mais a identidade. Assim, uso do território é a terra carregada de significados, de história e sua relação da população local, ou seja, a presença do homem dá sentido à terra, ampliando sua funcionalidade para além do espaço físico. Haesbaert analisa a construção do conceito de território a partir da vertente materialista/idealista, que se definem através das relações sociais de produção. Segundo o pesquisador, a vertente materialista é predominante. Afirma que, para alguns, território é, antes de tudo um lugar onde os membros de uma determinada sociedade encontram permanentes condições e os meios naturais para sua existência, e que os meios naturais podem criar condições tanto para a territorialização, quanto para a desterritorialização. Essa última pode ocorrer devido aos fenômenos naturais, como vulcanismos e terremotos que transformam a organização de muitos territórios. Já a perspectiva idealista tem relação com a visão apresentada por Milton Santos. Construída com base no conceito de cultura, essa perspectiva de território afirma que o espaço vai além do valor material, está revestido também de valores éticos, espirituais, simbólicos e afetivos, e que há uma sequência de significados: o cultural, político e, o espaço econômico. Afirma, assim como Milton Santos, que o território é um construtor de identidades, o mais eficaz de todos. Podemos observar que a base da análise apresentada é a terra, a base natural. Assim, não se pode analisar sob apenas uma perspectiva. Não existe território intocado, mas também nem tudo se dá pela ação do homem. Entretanto, é a presença do homem que permite a categorização de território.

Ambos também falam sobre o conceito de desterritorialização, associando o fenômeno, na maioria dos casos ao dinheiro e à dinâmica do capitalismo e da globalização. Segundo Milton Santos o conteúdo do território mudou radicalmente com a globalização. Os conteúdos demográfico, econômico, fiscal, financeiro e político se tornaram maleáveis pelo sistema capitalista. O território muda rapidamente para atender à dinâmica do capitalismo. Assim, o império da individualidade, do tempo, da competitividade imposto pelo sistema capitalista dificulta a manutenção do conceito de território como lugar de identidade coletiva. Segundo Haesbaert (2004: 68), na sociedade contemporânea, com toda a sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de exclusão, ou melhor, precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização.

Analisando por uma perspectiva marxista, a tendência histórica do capitalismo é destruir e absorver modos não capitalistas de produção, criando espaços novos para a utilização de capital. “Onde o dinheiro não é a comunidade, ele dissolve a comunidade” (HARVEY, 1998:

58). Ao penetrar no território, o capitalismo se apropria de algumas de suas categorias e cria outras, conforme sua necessidade. A comunidade dá lugar à individualidade e a noção de pertencimento se amplia, principalmente com a globalização, criando a comunidade global e enfraquecendo as identidades locais e suas particularidades. A ideia de cidadão global contribui para a falta de identificação com o território. Como resgatar essa identificação? Como o professor de história pode trabalhar esses valores em suas aulas? Para tentar responder a esses questionamentos usaremos ferramentas conceituais como Memória, Ensino de História e Locais de Memória.

Uma breve conceituação de memória trabalhada em conjunto com Ensino de História e a História Local

Os diferentes modos de “lembrar” correspondem a uma grande disputa de opiniões no campo dos estudos sobre a memória. Maurice Halbwachs (2004), ao opor história e memória, leva-nos a compreender que a primeira diz respeito apenas ao passado (morto) e a segunda reflete um presente (vivo). Essa polaridade faz com que Pierre Nora apresente “os lugares de memória” como possibilidade (inter) mediada entre a história e a memória. Esse enfoque parte do pressuposto de que o passado não está dado, mas, ao contrário, deve ser continuamente construído e apresentado. (DODEBEI, 2015: 24)

A memória é muito complexa, pois aponta para diferentes interpretações sobre determinado fato. Isso porque é carregada de significados e sentidos incorporados por aquele que narra. Além disso, se não for alimentada, pode ser esquecida. Segundo Halbwachs, o que mantém a memória viva é o compartilhamento, ou seja, a memória coletiva colabora para que a própria memória se mantenha viva. Ainda assim ela pode perder força e se apagar ao longo das gerações. Para Vera Dodebei, não basta lembrar em conjunto para que a memória de uma sociedade se mantenha viva, é necessário lançar mão de instrumentos que possam contribuir para a manutenção dessa memória. Registros, traços, lugares, materializações rituais, textos e gravação, são exemplos de instrumentos capazes de colaborar para a manutenção da mesma. “A memória cultural (social) pertence, evidentemente, ao registro da memória, no sentido em que ela tem a capacidade de dar continuidade à transmissão no seio de um grupo” (DODEBEI, 2015: 62). Assim, as diferentes formas de registros tornam-se “lugares de memória”. O passado morto, como nos apresenta Halbwachs, ressurgem na memória daqueles que os acessa, possibilitando diferentes interpretações sobre o fato ou contexto histórico ali representado.

Essa conexão entre passado e presente é um dos grandes desafios que os professores de história encontram em suas aulas: tornar a história palpável, tátil e acessível aos alunos. Dar

sentido aos acontecimentos e inserir os alunos no contexto como partícipes dessa história. A utilização dos monumentos e signos, é uma importante ferramenta pedagógica, pois colabora para a materialização daquilo que está sendo abordado em sala, possibilitando trabalhar com aluno como um sujeito histórico.

“São necessárias duas pessoas para aprender as lições da história ou de qualquer outra coisa: uma para dar a informação e a outra para ouvir”
(HOBBSAWM, 1998: 39)

Usando como referência o Ensino de História, podemos ir um pouco além do que nos apresenta Hobsbawm, quando afirma que é necessário que essa informação venha carregada de sentidos e seja compreendida e assimilada pelo interlocutor. A melhor forma de dar sentido à história é mostrando sua proximidade com aquele que está recebendo a informação. Não basta falar sobre a Revolução Francesa e as transformações que a mesma proporcionou, é necessário mostrar como aquele fato tem influência na vida das pessoas, assim, facilita a assimilação dos conceitos, pois ouvinte cria uma identificação, compreendendo-se como um sujeito histórico. Colabora para esse tipo perspectiva, a abordagem com base na História Social. A História Social é resultado do movimento conduzido pela Escola dos Annales na primeira metade do século XX. Marcada pelo movimento socialista, é inspirada na tradição marxista, sob a influência de outras disciplinas como a antropologia e a sociologia, a história ressurgiu a partir de diferentes abordagens. Segundo Hebe Castro (1997), no Brasil a História Social nasce na década de 1960 marcada pela história econômica e social dos Annales, dividida em três áreas, a História Social da Família, a História Social do Trabalho e a História Social do Brasil colonial e da escravidão. Usaremos a História Social do Trabalho como uma categoria que possa colaborar com o Ensino de História, no intuito de responder ao questionamento apresentado anteriormente. Pensando que a História Social surge, justamente, segundo (BRAUDEL, 1994), para oferecer respostas através da análise social, usaremos a História Social do Trabalho como categoria que possa colaborar com a temática escolhida.

Já a História Local tem contribuído de forma significativa para o ensino-aprendizagem de História. Através da perspectiva de um olhar regionalizado, partindo do micro para o macro, os conteúdos ministrados pelos professores puderam ganhar mais significado, possibilitando maior inteligibilidade por parte do educando. Ao usar como referências elementos do cotidiano da comunidade na qual a escola está inserida, o professor, mediador do conhecimento, aproxima a perspectiva histórica à realidade. Com isso, noções como identidade, protagonismo e cidadania ganham potencial de desenvolvimento, através da troca de informações e utilização de fontes que fazem parte do cotidiano do próprio aluno. Com a ampliação da categoria de

fontes, uma fotografia de família, um relógio antigo, um recorte de jornal ou mesmo um ferro de passar roupas antigo, pode servir como ponto de partida para a construção conceitual de História.

A partir da História Local pode-se chegar a níveis mais complexos de elaboração e contextualização de referenciais historiográficos, possibilitando ao educando perceber que estudar história é muito mais que apreender um conteúdo, lembrando que o conteúdo é um meio, não um fim por si só, do que uma matéria escolar. Através dessa perspectiva, a História pode deixar de ser grafite e tinta, ganhando vida, e contribuindo para formar consciências e, conseqüentemente, seres humanos mais comprometidos com a defesa da democracia e dos direitos humanos – meta mais ampla do ensino de história na escola conforme a legislação curricular vigente. A consciência histórica traz a importância do jovem em se posicionar diante dos fatos e agir enquanto ser social, objeto principal do debate em torno da elaboração do produto, que reúne esses conceitos básicos no campo da história.

Assim, o estudo de casos busca responder às questões que permeiam esse artigo, como o professor pode mobilizar o conhecimento de maneira a gerar valor histórico no território e resgatar a identidade coletiva no aluno, passando a se enxergar como um sujeito histórico.

Para melhor exemplificar, faremos um estudo de casos, tendo como cenário a cidade de Nova Iguaçu e como recorte e sujeito histórico o período da Ditadura Militar no Brasil e o bispado de Dom Adriano Hipólito e sua influência sobre os movimentos sociais em Nova Iguaçu.

Dom Adriano Hipólito e a luta por Direitos Humanos, através dos movimentos sociais em Nova Iguaçu

Nova Iguaçu no início do século XX era considerada a cidade perfumada. A citricultura, com predominância para o cultivo da laranja, era a atividade econômica que imperava na região. Entretanto, a partir da década de 1920 o acirramento da concorrência internacional e a crise pós Primeira Guerra Mundial colaboraram para a queda nas exportações. Aos poucos, as extensas plantações deram lugar a um vasto território improdutivo, transformado em loteamentos, ofertados a preços baixos.

Após a Segunda Guerra Mundial a abertura política e o fim do Estado Novo possibilitam a expansão das propostas de transformação social para a superação do estado de subdesenvolvimento. As propostas voltam-se para os grandes centros urbanos. No estado do Rio de Janeiro houve grande crescimento do Grande Rio aumentando a procura e o valor dos

imóveis localizados no centro da cidade. Por conta dessa situação, a população mais carente desloca-se para as periferias, como Nova Iguaçu. Segundo Percival Tavares da Silva (1994)

“De 145.649 habitantes em 1950, a população aumenta para 359.364, em 1960, e 727.140 em 1970, fazendo de Nova Iguaçu a cidade de mais rápido crescimento entre as maiores do país. Em 1950, 46,60% da população ainda reside em áreas rurais, mas em 1980 essa cifra baixa para 0,29%”

O aumento populacional sem planejamento urbano gerou, em Nova Iguaçu mais demandas por serviços sociais que deveriam ser garantidos pelo Estado. Saneamento básico, transporte público e pavimentação das estradas estão entre as reivindicações da população iguaçuana. Buscando reivindicar esses serviços urbanos, alguns moradores de Nova Iguaçu formaram, ainda na década de 1950 as primeiras associações de bairro, ampliadas posteriormente para Associações e Centros Pró-melhoramentos de Bairro. Em 1960 ocorre um Congresso dos Centros Pró-melhoramentos de Nova Iguaçu que acabou sendo incorporado pelo MAB, tornando-se o Primeiro Congresso do Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu. A situação vivida pela população de Nova Iguaçu reflete um contexto de organização de movimentos sociais pressionando o poder público, em busca por melhores condições de vida como creches, postos de saúde, áreas de lazer, transporte públicos e legalização da posse da terra. Segundo (TANAKA, 2006: 94) “As manifestações populares, inicialmente de caráter de reivindicações imediatas, expressando uma revolta popular diante dos graves problemas urbanos, passaram a ser canalizadas em grupos cada vez mais organizados e articulados entre si: os movimentos sociais urbanos”. Esses seriam resultado de um maior nível de organização e coesão de formas de manifestação populares coletivas que buscavam ter suas pautas de reivindicação atendidas no meio urbano.

Na década de 1960, com o golpe político-militar de 1964, os movimentos sociais foram acusados de subversivos e acabaram sendo desmobilizados. Com a repressão aos movimentos sociais a população iguaçuana perde representatividade. É nesse contexto que Dom Adriano Hipólito assume como bispo diocesano de Nova Iguaçu. Sensibilizado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), Concílios de Medellín, 1968 e Concílio de Puebla, 1979 que teriam influência marxista, orientando a Igreja para trabalhar mais próxima ao povo, não só trazendo a palavra da salvação, mas com uma atuação mais efetiva na formação de lideranças capazes de reivindicar seus direitos. Influenciado também pela Teologia da Libertação², Dom

² A Teologia da Libertação fala em três mediações principais, a saber: a mediação socio analítica que olha para o lado do mundo do oprimido; a mediação hermenêutica que olha para o lado do mundo de Deus, procurando ver qual é o plano divino em relação ao pobre e a mediação prática que, por sua vez, olha para o lado da ação e tenta descobrir as linhas operativas para superar a opressão de acordo com o plano de Deus (BOFF, 2001).

Adriano modificou o perfil da Igreja na cidade. Antes elitista, a Igreja atuação da Igreja passa por uma transformação sob sua liderança. A partir da década de 1970 a atuação da Igreja sobre os movimentos sociais torna-se mais efetiva com a restauração do MAB, como uma instituição organizada com registro e CNPJ e a expansão das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) com intuito de atuar junto à população mais carente. Além da fundação do CENFOR (Centro de Formação de Líderes), da Casa de oração Frei Jordão Mai e do seminário Paulo VI. Locais de referência na formação de lideranças leigas e religiosas, e de debates sobre Direitos Humanos. “Os movimentos católicos de base, pastoral e CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, se tornaram espaços destacados na atuação da Igreja, e espaços de iniciativas fundamentais nas lutas populares” (TANAKA, 2006: 96)

“Na década de 1970 esta forma de crescimento urbano pela expansão da cidade com a abertura de precários loteamentos populares, para abrigar a população pobre que busca trabalho na metrópole passa a ser vista no sentido negativo, em função dos crescentes problemas urbanos. [aumento do trânsito, dos congestionamentos e insuficiência do transporte público em promover o saneamento básico, infraestrutura e serviços urbanos para toda a cidade]. (TANAKA, 2006: 55)

Depois da decretação do AI-5, a atuação de Dom Adriano Hypólito na defesa dos Direitos Humanos em plena Guerra Fria, com acirramento dos movimentos de guerrilha e maior polarização política na sociedade passou a ser vista como subversiva. O bispo era acusado de comunista e sua diocese foi atacada em momentos distintos por grupos de extrema esquerda. Em 1976 Dom Adriano foi sequestrado, torturado, pintado de vermelho e largado nu em Duque de Caxias. Seu carro foi explodido nas proximidades da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no bairro da Glória, Rio de Janeiro. Em 1979 a Igreja de Santo Antônio da Prata foi pichada com frases acusando o bispo de comunista e o sacrário da Catedral de Santo Antônio da Jacutinga explodido.

Esse breve histórico da cidade de Nova Iguaçu é importante referencial para que o professor possa mobilizar o conhecimento. Trabalhando com o contexto da Ditadura Militar, o professor pode usar tanto a base documental, muitos documentos da época foram digitalizados e estão arquivados no arquivo digital do CEDIM (Centro de Documentação e Imagem da UFRRJ). Além disso há locais que ainda hoje servem como referência para os professores como locais de memória.

Adjetivar um conjunto de traços do passado como *patrimônio histórico* é mais do que lhes dar uma qualidade, é produzi-los como algo distinto daquilo para o qual um dia foram produzidos e criados. Da mesma forma que um conjunto de documentos só poderá se transformar em fonte histórica pelo trabalho do historiador, igualmente os objetos que aprendemos a ver como patrimônio

histórico só ganharam essa qualidade a partir de uma operação envolvendo diferentes esferas de produção de saberes e poderes. (GUIMARÃES, 2008: 100-101)

Trabalhar com os alunos esses locais de memória é mobilizar o conhecimento de forma concreta. Mostrar que o prédio situado na sua rua foi um importante pólo de formação de lideranças que lutaram não somente contra a Ditadura Militar, mas por Direitos Humanos, por melhorias sociais para a comunidade. Perceber que vizinhos foram perseguidos, que participaram de manifestações, estiveram em congressos invadidos por força da repressão e que muitas conquistas só foram possíveis com muita luta. Que há um arquivo contendo cartas e fotos é introduzir o aluno na história, é resgatar o sentimento de pertencimento através da identificação com a terra a que pertencem. Esse sentido, essa consciência histórica colabora para o resgate da territorialidade. Essa identificação gera valor e impulsiona o jovem para a luta por mais melhorias.

Dom Adriano e Direitos Humanos: Memória e Resistência em Nova Iguaçu

Para que a resposta seja mais didática, podemos apresentar como sugestão trabalhar esses locais de memória de forma virtual. Para isso a construção de um mapa virtual está entre as propostas de reconhecimento dos locais de memória e a consequente associação à ideia de território.

Como seria esse produto?

O produto tem como uma de suas referências o conceito de “locais de memória”, tendo em vista que a proposta é trabalhar um mapa virtual de locais ligados a memória de Dom Adriano e sua atuação como liderança comunitária na cidade de Nova Iguaçu. Assmann (2011), ao analisar as formas de transformação da memória cultural, afirma que “grande é a força da memória que reside no interior dos locais” . Para a autora, os locais também podem ser utilizados como objetos de memória. O vínculo entre proximidade e distância confere uma aura a esses locais, pois a zona de contato torna a memória algo palpável, concreto. Em suas pesquisas sobre os “locais de memória”, Assmann destaca um tipo de memória que se pretende utilizar como suporte para a proposta pedagógica a ser apresentada, são os “locais traumáticos”.

Enquanto o local de recordação se estabiliza por meio da história que se conta sobre ele (sendo que, de sua parte, o local sustém e confere veracidade à narrativa), o local traumático se vê assinalado pela impossibilidade de se narrar a história. A narração da história está bloqueada pela pressão psicológica do indivíduo ou pelos tabus sociais da comunidade. Expressões como o pecado, vergonha, coação, poder do destino, sombras são palavras tabus, conceitos velados que não se manifestam, mas afastam o que não pode

ser dito, encerrando tal coisa em sua própria condição inacessível. (ASSMAN, 2011: 317)

A proposta é trabalhar alguns locais que são traumáticos por terem sido lugares onde muitos perseguidos políticos tiveram que se esconder da Ditadura, como a Casa de Oração Frei Jordão Mai, localizada no bairro da Posse, Nova Iguaçu.

Os locais de memória podem ser subjetivos, como a lembrança. Sobre esse conceito Beatriz Sarlo (2007), em seu trabalho “Tempo passado”, afirma que a lembrança é algo incontornável, constantemente presente em nossas vidas. A lembrança é capaz de trazer o passado para o presente, podendo ressignificá-lo, oferecendo variações de interpretações. Só é possível eliminar a lembrança quando se eliminam os sujeitos e fontes que a carregam. Mesmo quando há um genocídio, como foi o caso da bomba de Hiroshima, a memória sobrevive em meio aos escombros. Por isso incontornável e involuntária. Mesmo a memória que não quer ser lembrada pode surgir, basta um local de memória para que isso possa acontecer. Por isso há, em alguns governos, políticas de “apagamento da memória”. Mas, apesar disso, ainda restam memórias individuais – os testemunhos – capazes de manter algumas lembranças e reconstruir a memória.

O Local de Memória pode ser trabalhado a partir da exibição de imagens sobre o local e associação do mesmo à imagem de Dom Adriano e sua importância enquanto figura de resistência à violação dos Direitos Humanos. Lembrando que resistência não significa necessariamente a opção pela luta armada como tática de enfrentamento ao regime, mas a forma como a violação é enfrentada. No caso de Dom Adriano, através de textos em jornais, criação de espaços para formação de lideranças comunitárias e eclesiais e reuniões que visavam conscientizar a população mais carente sobre a necessidade de exigir melhores condições de vida.

A perspectiva do Ensino de História é trabalhada a partir da didatização de documentos e dos Locais de Memória. Há produção acadêmica acerca da figura de Dom Adriano e as formas como lidou com as violações dos Direitos Humanos. A proposta é tornar esse material mais conhecido e acessível no meio escolar, tornar o ensino sobre a Ditadura Militar mais próximo da realidade dos alunos de Nova Iguaçu e mostrar a importância de elementos da sociedade iguaçuana, tendo como referência Dom Adriano, na luta contra as violações dos Direitos Humanos. Pretende-se, com isso, inverter a lógica de uma história mais geral, aproximando-a da história cotidiana. Isso pode contribuir para a formação de consciência histórica, território e compreensão de conceitos fundamentais para a sociedade, como Ditadura, Democracia e

Direitos Humanos. Além da visibilidade da luta dos movimentos sociais em prol das melhorias para a população mais carente e garantias para a proteção à vida e à liberdade, contra a violação dos Direitos Humanos.

A defesa dos Direitos Humanos e o reconhecimento da importância dos movimentos sociais e construção da identidade coletiva, relacionada à significação do território para além do chão, são os pontos principais para este aplicativo, permeando todos os pontos de “parada” no tour virtual. Desde a casa de Dom Adriano até a Catedral Santo Antônio de Jacutinga, há referências a violações e resistência, relacionadas a luta em prol dos Direitos Humanos. Lembrando que a defesa dos Direitos Humanos tem relação com várias outras questões que não se traduzem em violência direta. Quando há necessidade de questionar a falta de saneamento básico para uma comunidade, organização de passeatas a favor da melhoria do transporte público e proteção à perseguidos políticos, ali está a busca pelo respeito à dignidade humana. Como podemos ver, trabalhar esses conceitos é ponto fundamental para a formação de gerações mais conscientes e capazes de construir um olhar crítico sobre as demandas da sociedade, atuando de forma incisiva na transformação da mesma em prol da construção coletiva e da justiça social.

A confecção do aplicativo tem como plataforma a ferramenta digital StoryMap. Plataforma de fácil manuseio e configuração, que oferece algumas alternativas como a construção de um mapa virtual, postagem de arquivos em formato de PDF ou imagens, dinamizando a proposta e criando links com informações e sites importantes como o próprio arquivo de imagens digitais do CEDIM. Para acessar o aplicativo o usuário poderá clicar no link apresentado pelo professor em sala ou através de divulgação em redes sociais.

O mapa virtual deve ser utilizado como estratégia para fomentar o debate acerca dos acontecimentos da época e evocar as batalhas de memória, não para apontar qual memória deve ser privilegiada, mas para a compreensão da importância desse jogo da memória para o estímulo ao senso crítico e o respeito à diferentes visões. A construção do mapa busca estimular a compreensão da História como algo dinâmico e vivo, que se reinventa a partir das reelaborações, como defendido por Reinhart Koselleck (2006). Pretende-se apresentar conceitos que levem à reflexão do aluno, para que sejam capazes de dialogar com suas narrativas, a fim de tornar o debate mais rico e fundamentado. A intenção aqui não é uniformizar a memória, mas trabalhar com esse conceito de forma mais concreta e próxima da realidade dos alunos, colaborando para o resgate de sua territorialidade, através da escolha dos locais de memória relacionados com o período em que Dom Adriano Hypólito esteve como bispo da

Diocese de Nova Iguaçu e sua atuação na criação de espaços de formação de lideranças religiosas e de movimentos sociais na cidade. Ao acessar esse mapa, os alunos poderão refletir e debater sobre as diferentes memórias relacionadas ao tema, mobilizando conceitos como os já citados aqui, além de trabalharem com os Direitos Humanos, democracia, ditadura e protagonismo histórico.

O aplicativo tem como proposta a interatividade e poderá ser atualizado, tendo a possibilidade de ampliar os arquivos oferecidos, inclusive com novos links e fontes primárias digitalizadas. Os locais de memória foram selecionados devido à sua importância histórica, associado à possibilidade de acesso às fontes e disponibilidade de acesso. Muitos dos documentos e informações serão retirados do Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu e do acervo digital do Repositório Institucional IM-UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

O produto poderá ser utilizado por professores de diferentes segmentos, como Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação Superior. Não estando restrito às aulas de História, também podendo ser utilizado nas aulas de Geografia, Sociologia, Antropologia, Filosofia entre outras.

O aplicativo aproxima as distâncias, tendo em vista que determinados locais estão na periferia de Nova Iguaçu, dificultando a visita em apenas uma saída pedagógica. Sua utilização como ferramenta pedagógica para professores e estudantes pode contribuir de forma significativa para a popularização dos espaços de memória em Nova Iguaçu, e para a manutenção da identidade enquanto objeto de resistência.

Espera-se, com este produto, estimular a criação de outros materiais, colaborando para a utilização de novas ferramentas digitais que possam permitir maior acesso aos espaços de memória, contribuindo para reflexões e debates sobre o processo democrático, em tempos de disputas políticas de memória, enraizadas na sociedade brasileira atual.

Bibliografia:

ASSMAN, Aleida. Espaços da Recordação: formas e transformação da memória cultural. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011. Introdução, p.15-27 e Capítulo 5 da Segunda Parte – “Locais”.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais. A longa duração”. In *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CASTRO, Hebe de. História Social. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- DODEBEI, Vera. “Memoração e patrimonialização em três tempos: mito, razão e interação digital” In : *Memória e novos patrimônios*. Marseille : Open Edition Press, 2015.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, Memória, Patrimônio. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. *Universidade e lugares de memória*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- HAESBAERT, Rogerio. *O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOBBSBAWN. E. *Sobre História*, de Eric Hobsbawm. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo / razão e emoção*, capítulo 2 "O Espaço: sistemas de objeto, sistemas de ação" e capítulo 3 "O espaço geográfico, um híbrido". São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, Percival Tavares. “Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairro em Nova Iguaçu (MAB) – 1974 / 1992. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, 1994, mimeo.
- NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, 1993.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: v.2, n.3, 1989.
- SARLO, Beatriz. “Tempo passado”, “Crítica do testemunho: sujeito e experiência” e “A retórica testemunhal” In *Tempo passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- TANAKA, Giselle. *Periferia: conceito, práticas e discursos, práticas sociais e processos urbanos na metrópole*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FAU/USP, 2006.
- ZIBECHI, Raúl. *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

Revolta de Aragarças: Insurgência, exílio e as campanhas financeiras nacionais.

Sandro Gomes dos Santos¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Sydenham Lourenço Neto

Introdução

Este texto faz parte do projeto de pesquisa de doutorado cujo título é OS REVOLTOSOS DE ARAGARÇAS E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES AO GOVERNO DE CASTELO BRANCO (1959 – 1967), ainda em andamento. Trinta e oito anos se passaram desde a decadência da Ditadura no Brasil e os assuntos que perpassam esse momento histórico ainda causam inquietações e grandes discussões em quase todos os círculos da sociedade brasileira.

Com o intuito de compreender as relações entre os golpistas da Revolta de Aragarças² com a deflagração do Golpe de 1964 e a instalação do Governo de Humberto de Alencar Castelo Branco é que “nasceu” a proposta desta pesquisa de doutorado. O artigo específico em questão, intitulado a “Revolta de Aragarças: Insurgência, exílio e as campanhas financeiras nacionais”, é um fragmento do primeiro capítulo que tem por objetivo servir de base para o desdobramento dos temas indicados no título do artigo.

O primeiro sequestro aéreo na história da humanidade e a fracassada pretensão de bombardear os palácios Laranjeiras e Catete, no Rio de Janeiro são objetos mais amplos deste estudo. Após a derrocada, os insurgentes de Aragarças fugiram do país e se autoexilaram nos vizinhos latino-americanos de onde passaram a se organizar e a almejar novos e diversos espaços de poder.

A partir de autores já consagrados pela historiografia e até mesmo de escritos de memórias dos oficiais que participaram dos eventos, bem como de fontes documentais das Forças Armadas e dos próprios militares, analisarei a trajetória destes revoltosos, desde o evento em 1959, perpassando as diversas campanhas financeiras que auxiliaram na garantia à

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “Os revoltosos de Aragarças e as suas contribuições ao Governo de Castelo Branco (1959-1967), sob orientação do Dr. Sydenham Lourenço Neto e coorientação do Dr. Gelsom Rozentino de Almeida.

² O evento ocorrido em Aragarças, interior de Goiás, foi o tema de minha monografia do curso de História – Licenciatura, intitulada “*A Revolta de Aragarças: Muito Além do Primeiro Sequestro Aéreo da História*”, concluída no primeiro semestre de 2016 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

manutenção de suas famílias até a anistia concedida pelo Governo Juscelino Kubitschek que garantiu o retorno ao Brasil em 1961.

Como o título induz, irei singelamente desenvolver o processo de insurgência de fato, o período de exílio destes participantes na América Latina e as campanhas financeiras que buscou auxiliar e confortar os seus familiares durante as suas ausências. Buscar caminhos para compreender as ações destes líderes durante o este ínterim, em consonância com os interesses do regime também faz parte das intenções futuras deste trabalho.

Revolta de Aragarças

A anistia ampla e irrestrita concedida pelo governo federal aos insubordinados e aos insurgentes do episódio ocorrido em 1956 na base de Jacareacanga³ não foi suficiente para criar um clima de empatia entre os militares e o *presidente bossa nova*. Pelo contrário, a atmosfera de insatisfação e de conspiração só fazia aumentar no seio militar. Dando origem a Revolta de Aragarças que durou aproximadamente de 36 (trinta e seis) horas e entrou para a história como o primeiro sequestro aéreo na história da humanidade.

Encabeçados pelo tenente-coronel aviador Haroldo Veloso, e pelo tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier - ambos da Aeronáutica - inicialmente fruto de um grupo militar que se intitulou Movimento de Recuperação Nacional e tinha como objetivo limar os movimentos comunistas internacionais encabeçados por Leonel Brizola e fazer com que Jânio Quadros não se afastasse do pleito nacional, teve a participação de oficiais do Exército e até de civis, o que demonstra um caráter mais amplo do que a insurreição de Jacareacanga.

Por outro lado, ainda em novembro, os conspiradores foram informados dos planos de uma outra rebelião de orientação esquerdista liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que irromperia em 15 de dezembro de 1959 em vários pontos do país, inclusive em Belém, onde haveria um levante dos sindicatos. O objetivo de Brizola, de acordo com as informações, seria impedir a realização das eleições presidenciais. (LAMARÃO 2010, p.1)

Os revoltosos tinham a pretensão de bombardear os palácios Laranjeiras e do Catete, no Rio, e ocupar também as bases de Santarém e Jacareacanga, no Pará, mas como sabemos, o bombardeio aos palácios e a ocupação das bases não ocorreram de fato, mantendo o movimento de forma restrita a base de Aragarças, em Goiás e seus líderes, após o término da revolta, fugiram nos aviões para o Paraguai, Bolívia e Argentina, e só retornaram ao Brasil no

³ A Revolta de Jacareacanga ocorreu em fevereiro de 1956. Durou 19 (dezenove) dias, sendo o resultado do descontentamento de uma parcela expressiva das Forças Armadas. Essa parcela das Forças Armadas correspondia aos antigetulistas, que acreditavam que o governo de Juscelino era uma continuidade do Vargasismo tão combatido por eles.

governo Jânio Quadros após o Congresso garantir a anistia ao grupo, como veremos em detalhes.

“*Govêrno desmente rumôres de sublevação de militares*”⁴. Com esta frase de impacto em sua matéria de capa, o periódico *Tribuna da Imprensa*⁵ foi distribuído aos postos de venda de todo o Rio de Janeiro, naquela tarde de quinta-feira, no dia 3 de dezembro de 1959. Em entrevista, o ministro da Aeronáutica, o então Brigadeiro Melo, afirmou que não havia fundamento os rumores de sublevação militar e em suas palavras, “*Tudo não passa de um boato malévolo*” e dirigiu-se ao Catete, onde teria “conferencia com o Sr. Kubitschek”.

Na mesma edição, o chefe de operações da Panair do Brasil declarou que o avião comercial “*Constellation*”, que deveria chegar às 6 horas da manhã em Belém, cessou toda a comunicação com a terra, estando desaparecido até o momento daquele exemplar. Em outra coluna, fontes ligadas ao Conselho de Segurança Nacional informaram que, oito ou nove aeronaves teriam decolado de Minas Gerais para participar do movimento, e que o destino até aquele momento ainda era ignorado. Nestes breves trechos do boletim, as notícias publicadas como “furos de reportagem” pelo jornal de Carlos Lacerda nos fazem perceber as contradições existentes nestes supostos fatos.

Ainda meio sonolento, o Deputado Bento Gonçalves⁶, então presidente da FPN - Frente Parlamentar Nacionalista, atendeu um telefonema inesperado às 04h30m da madrugada de 3 de dezembro de 1959. Do outro lado da linha, Carlos Lacerda, seu opositor, o convocava a um encontro urgente no seu apartamento na Praia do Flamengo. Especulando que o assunto o qual o tirou da cama fosse um possível apoio à candidatura do Marechal Lott, se deslocou com destreza.

⁴ *Tribuna da Imprensa*. 03/12/1959. p. 1.

⁵ Em 1946 foi criada no *Correio da Manhã*, por Carlos Lacerda a seção intitulada “Na tribuna da imprensa”, visando, segundo seu próprio depoimento, fazer uma “crônica da Constituinte” que fosse ao mesmo tempo uma “reportagem sobre a vida nacional”. Com o afastamento de seu criador, em consequência da publicação de um artigo em que atacava a família Soares Sampaio, ligada por laços de amizade a Paulo Bittencourt, proprietário do jornal. Conservando o direito de usar o título de sua coluna — “*Tribuna da imprensa*” — da maneira que melhor lhe conviesse, decidiu lançar um novo jornal com esse nome. Assim, em 27 de dezembro de 1949, fundou a *Tribuna da Imprensa*, que, representando as principais propostas da UDN, viria a fazer oposição à forças políticas vinculadas ao getulismo.

⁶ Bento Gonçalves Filho nasceu em Matosinhos (MG) no dia 21 de março de 1912, filho do comerciante e fazendeiro Bento Gonçalves e de Catarina Jorge Gonçalves. Participou das revoluções de 1930 e 1932. Industrial, foi fundador de empresas nos setores de construção civil, bebidas, cerâmica, balas e beneficiamento de mármore, tornando-se, em 1941, diretor da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Engajou-se na fundação do Partido Republicano (1945) em MG, tornou-se o vice-prefeito de Belo Horizonte. Foi o deputado mais votado do PR em Minas (1955) e participou da criação e tornou-se presidente da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), grupo interpartidário cuja plataforma nacionalista condenava a penetração do capital estrangeiro no país e a remessa de lucros para o exterior e defendia o monopólio estatal do petróleo.

Ao chegar a seu destino, foi surpreendido pela informação de que os momentos que antecederam a ligação foram de extrema inquietude para o seu oponente. Lacerda, sua esposa D. Leticia e seu filho Sérgio, haviam sido acordados naquela alvorada por insistentes toques em sua campainha. Ao atender a porta, se deparou com um manifesto⁷ subversivo, que horas antes, havia sido escrito pelo advogado e membro da rebelião, Luís Mendes de Moraes Neto.

O documento declarava que a força e a corrupção governavam o Brasil. Responsabilizava também o governo pelo uso indevido dos fundos públicos, pela precária situação da agricultura, pelo alto custo de vida e pela miséria econômica da população. Aproveitando-se dessa situação crítica, os comunistas se teriam infiltrado em todos os setores da vida pública, visando “implantar o seu regime de escravização do ser humano”. O fato de Jânio Quadros ter retirado sua candidatura era interpretado como uma clara indicação de “que a única via para o reerguimento nacional e a libertação do país do grupo que atualmente o domina é a revolução”. Datado de 3 de dezembro de 1959 e firmado pelo “Comando Revolucionário”, o manifesto terminava dando vivas ao Brasil e à “revolução”. (LAMARÃO 2010, p1)

Lacerda entrou em contato com o Brigadeiro Eduardo Gomes, que era seu vizinho, e constatou que este também havia recebido o mesmo documento na porta de seu apartamento. Entrando em contato com a Base Aérea do Galeão, receberam a notícia de que não havia nenhum golpe declarado até aquele momento, porém “oficiais sob o comando do Capitão Próspero Punaro Barata Neto haviam levantado voo em três aviões de transporte C-47, de n.ºs. 2060, 2020 e 2075”⁸ sem autorização do comando e com rumo a base de Aragarças. Este grupo liderado pelo Barata é considerado a primeira frente da rebelião.

Instruído por Carlos Lacerda, o líder parlamentar Bento Gonçalves se encaminhou para a residência do Marechal Lott, então Ministro da Guerra, a fim de relatar os fatos que o tiraram de sua casa, antes do sol se levantar. Lott interrompeu seus exercícios matinais e entrou em contato imediatamente com o seu Gabinete, que negou qualquer possibilidade de um motim no seio da instituição militar.

Além do grupo comandado pelo Capitão Barata Neto, havia ainda mais duas frentes que compunham a missão rebelde. Os rebelados de Belo Horizonte, tomaram um bimotor Beechcraft da empresa Samitra do Brasil. O objetivo inicial dos rebelados era bombardear os palácios Laranjeiras e do Catete, sedes do governo estadual e federal, respectivamente, o que levaria a um ataque sem precedentes na história militar brasileira.

Durante os preparativos em pleno seio das Forças Armadas, foi negociado pelo vice-almirante Sílvio Heck de que amplos setores da Marinha adeririam à revolta, com a condição

⁷ Documento publicado na página 4 do Jornal do Brasil de 4 de dezembro de 1959.

⁸ Reportagem da Equipe. Revolução Levantou Voo. Derradeira missão rebelde do “Constellation” teve final imprevisto: fuga para Buenos Aires. O Cruzeiro, 19/12/1959, p.12.

de que a etapa destruição dos prédios históricos fosse suspensa. Por este motivo, o ataque foi deixado de lado, evitando a destruição das instalações. Como sabemos, o apoio da Marinha não chegou, desestabilizando o planejamento do grupo do Burnier.

A primeira confirmação só foi possível por volta das seis e meia, tendo sido descoberto pela equipe do Ministro, que contou ao Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ao mesmo tempo em que o Ministério foi convocado em caráter de urgência para discutir a rebelião, os periódicos vespertinos já emitiam as primeiras notícias, ainda que muitas delas fossem equivocadas.

Telegramas de Belo Horizonte informavam que cinco oficiais da FAB, no aeroporto local, haviam fugido num ‘Beechcraft’ da firma ‘Samitra do Brasil’, depois de inutilmente tentarem se apoderar de três ‘Douglas’ da Real Aerovias’ que estava com as baterias descarregadas.⁹”

Por volta das 10 horas daquela manhã, a empresa Panair do Brasil comunicou a Imprensa que o voo Rio-Belém, com 38 (trinta e oito) passageiros e 8 (oito) tripulantes, que deveria chegar por volta das 6h no aeroporto de Belém, não alcançou o seu destino e que a última comunicação se deu quando este passava pela região de Imperatriz, no Maranhão, indicando então a terceira frente da revolta.

Entre os passageiros, estava o então presidente do Banco da Amazônia e Senador da República, o Sr. Remy Archer; a Sr^a Jaíssa Lott, viúva do Tenente Aviador Lott, primo do Ministro Lott, que havia falecido dias antes de num desastre aéreo, além de políticos, jornalistas, militares não identificados, senhores, crianças e mais oito tripulantes. Este fato foi considerado, portanto, o primeiro sequestro aéreo da história da humanidade.

Agora com a verdade verdadeira estudada, mostrada e levantada sobre os acontecimentos do Aeroporto e do sequestro, não deve ser negado que Aragarças é uma cidade histórica e como tal deve ser considerada pelas autoridades, não sei ao certo se Municipal, Estadual ou Federal, mas não se pode negar essa qualidade. AQUI HOVE O PRIMEIRO SEQUESTRO AÉREO DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE. Isso é inegável (MIGUEZ, 2008, p.112).

Ainda dentre os sequestrados, podemos destacar a jornalista Leyla Castello, do, O Globo, além é claro do corpo da Sr^a Regina Coeli Farry, que veio a falecer em 1 de dezembro, no Hospital dos Servidores do Estado, no Distrito Federal e que estava sendo trasladado para ser enterrado em Belém, junto da família e seus entes queridos.

De acordo com Leyla Castello, em entrevista exclusiva para a revista O Cruzeiro, o voo saiu do aeroporto Santos Dumont às 23:45 da quarta-feira, dia 2, para uma viagem de menos

⁹ Reportagem da Equipe. Revolução Levantou Voo. Derradeira missão rebelde do “Constellation” teve final imprevisto: fuga para Buenos Aires. O Cruzeiro, 19/12/1959, p.14.

sete horas. A jovem adormeceu como a maioria dos passageiros, tendo acordado apenas às 6h da manhã do dia seguinte para tomar um café com pão doce, quando notaram que o avião demorava a chegar ao destino.

Ao questionar a demora, a jornalista e sua amiga foram informadas pela aeromoça e pelo comissário que era um simples atraso. Com sete horas e meia de viagem, surgiu uma cidadezinha pela janela e momentos depois avisaram que desceriam em Barreiras, na Bahia devido a problemas técnicos no aeroporto paraense. Depois de muito tempo parado já em solo, com um “calor horroroso”, finalmente desceram e indo de encontro a caminhões da FAB que estavam ali próximos, e que visualizaram placas com a verdadeira localização, “Aragarças – Goiás”.

Quando já se procediam as buscas sobre a selva amazônica, o Governo recebeu comunicado de que o aparelho estava a salvo, com todos os passageiros, em Aragarças. A aterrissagem tinha sido, realmente, “forçada”: A bordo do aparelho, oficiais passageiros, sob o comando do Major Teixeira Pinto, haviam tomado o controle do vôo com a tripulação dominada por armas. Posteriormente, soube-se que esses oficiais emitiram mensagens pelo rádio de bordo, dando a posição às torres, como se a viagem estivesse correndo dentro dos planos de vôo traçados pela companhia¹⁰.

Ao pousarem, os passageiros perceberam que não apenas o aeroporto havia sido ocupado pelos revolucionários, mas a cidade também era controlada pelo grupo. Um sargento tomou as identidades de todos e um oficial obrigou o jornalista Evaristo Cardoso a ler o manifesto dos revoltosos para todos. Uma hora depois, os passageiros foram levados de carro para o Grande Hotel. Foram organizados e separados entre homens e mulheres, sendo proibidos de saírem do local.

No Rio de Janeiro, o governo passou o restante do dia verificando se havia mais focos de subversão militar, além da registrada em Aragarças, mas felizmente para este, não foram confirmados novos casos. Os rebelados estavam sozinhos e a resposta à Revolta, por meio das tropas legalistas se daria no dia seguinte ao início do movimento.

Quando amanheceu, conforme estampado na primeira página do Jornal do Brasil, os paraquedistas do Exército Brasileiro desceram as escadas dos aviões de transporte em Aragarças e tiveram uma grande surpresa, pois, horas antes, os rebeldes já haviam levantado vôo depois de conquistarem mais um avião, um Beechraft do Correio Aéreo Militar, que

¹⁰ Reportagem da Equipe. Revolução Levantou Vôo. Derradeira missão rebelde do “Constellation” teve final imprevisto: fuga para Buenos Aires. O Cruzeiro, 19/12/1959, p. 14.

aterrissou em Belém de forma desavisada, em viagem normal, tendo os seus pilotos¹¹ sido presos por não aderirem ao movimento.

Ao chegarem à Aragarças, os paraquedistas aferiram que os membros haviam deixado para trás, alguns aviões de menor tecnologia e autonomia de voo e os “reféns do Constellation”, com exceção do Senador Remy Archer, que havia sido levado sequestrado como garantia, ou possível moeda de troca numa futura negociação.

No Rio, já eram conhecidos os nomes dos militares implicados. Coronel Luis Mendes da Silva, Tenente Coronel Mendes de Moraes, Capitão Tarciso de Carvalho Nunes Ferreira, Tenente Coronel João Paulo Moreira Burnier, Tenente Coronel Médico Luiz Charles, Tenente Coronel Geraldo Labarth Lebre, Tenente Coronel Haroldo Coimbra Veloso, Major Éber Teixeira Pinto, Capitão Gersed Nerval Barbosa, Capitão Próspero Punaro Barata Netto, Capitão Washington Amud Mascarenhas, Capitão Hebert Bom de Andrade Figueira e Capitão Roberto Leosinger. Civi haviam-se ligado aos rebeldes¹².

No final daquela sexta-feira, 4 de dezembro de 1959, chegou a Capital Federal, a notícia de que o “Constellation” e seus passageiros haviam pousado no aeroporto de Ezeiza, Buenos Aires. Os rebeldes obtiveram asilo político na Argentina e a tripulação, bem como o refém foram autorizados a retornarem para o Brasil. Ainda em Aragarças, foi noticiada “a prisão do Capitão Roberto Leosinger e quatro civis, com a descida do C-47 nº 2060¹³”.

O movimento de recuperação nacional

De acordo com Argolo, em Salvador, após a transferência a castigo de Alberto Fortunato em dezembro de 1955, este se agregou a um grupo de descontentes, regando a insatisfação contra o ministro da Guerra e contra o governo. “O nosso grupo era numeroso e entrosado. Incluía oficiais das três Forças e, da PM e da Policia Civil; em pouco tempo, dispúnhamos de capacidade operacional para, se necessário, centralizar a revolução em Salvador” (ARGOLO 1996, p.71).

Na capital, o Movimento de Recuperação Nacional, desejava “derrubar o governo atual, por meio de levante militar das três Forças Armadas, a fim de estabelecer um governo de exceção, de duração limitada (não superior a dois anos) destinado à consecução dos objetivos

¹¹ O Tenente Castelo Branco e o Tenente Edison Freitas Coutinho eram os pilotos do avião Beechraft do Correio Aéreo Militar que não aderiram ao movimento e foram presos em Aragarças, sendo encaminhados para o mesmo hotel dos demais sequestrados.

¹² Reportagem da Equipe. Revolução Levantou Voo. Derradeira missão rebelde do “Constellation” teve final imprevisto: fuga para Buenos Aires. O Cruzeiro, 19/12/1959, p.18.

¹³ Ibidem, p.18.

fixados”¹⁴, além de produzir uma série de instruções com a finalidade clara de unificar seus propósitos e suas ações, aumentando a possibilidade de sucesso.

Ainda neste momento, o MRN visava a necessidade de preparar o levante tanto no Rio, como nas capitais dos Estados e no interior, respeitando os procedimentos e as condições já planejadas. Levando em conta a necessidade de neutralizar os setores governistas e paralisar a máquina do Estado, explorando o fator surpresa e recorrendo, se necessário, ao sequestro de chefes, à luta interna e até a sabotagem, a fim de concluírem seus objetivos.

Infelizmente não temos, diante de nossas fontes limitadas, como ligar o Movimento de Recuperação Nacional, orgânico na Capital Federal, com os focos conspiradores, como o Grupo de Salvador ou de João Pessoa que foram citados pelo Argolo em seu livro, por exemplo. Diante do exposto, podemos afirmar que a organização política e social destes grupos, se assemelham com os ideais objetivados no Golpe Civil-militar de 1964 e que seus componentes e os seus ideais serviram para “moldar” este evento tão singular em nossa história recente.

Em meio a este turbilhão ideológico político-social, os revoltosos de Aragarças acreditavam que sua rebelião era a melhor forma de resolver os problemas de sua pátria, a qual eles ansiavam em proteger daquilo que eles acreditavam ser um possível “levante comunista”, identificado na figura pública de Brizola, e de um certo “continuísmo corrupto” representado pela candidatura do Ministro Lott a presidência da República.

Campanha de auxílio ao pessoal do Movimento de Aragarças

No Brasil, concomitante a explosão do movimento, existiu uma articulação de cunho nacional¹⁵, onde oficiais das três forças, além de civis simpáticos aos objetivos que motivaram nossos revoltosos, realizaram uma campanha financeira para auxiliar além destes diretamente, as famílias que estavam no Brasil. Este grupo passou a se denominar “Comissão da Campanha de Auxílio ao Pessoal do Movimento de Aragarças”.

¹⁴ Estas informações encontram-se no Documento nº 18 do Movimento de Recuperação Nacional, de 31 de março de 1956. Os exemplares, “secretos” e “controlados”, restrito aos companheiros do grupo, conforme descrito no mesmo documento se encontra entre a documentação gentilmente doada pela família do Coronel Luis Mendes da Silva, participante da Revolução de 1930 e da Revolta de Aragarças, para o Arquivo Histórico do Exército – AHEx, no Rio de Janeiro. Cópia destes documentos estão disponíveis nos anexos da tese.

¹⁵ No Boletim de nº 6, que consta no ANEXO XII da tese - Comissão da Campanha de Auxílio ao Pessoal do Movimento de Aragarças fica evidente a menção de contribuições de diversas partes do país, tais como do Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza, trazendo um caráter nacional ao movimento.

As contribuições eram arrecadadas mensalmente por este grupo e repassadas para a Dona Inah Araujo Mendes da Silva¹⁶, esposa do coronel Luis Mendes, que se encarregava de fazer a divisão da parte que cabia aos oficiais, que por sua vez remetiam, em contrapartida os recibos devidamente assinados por todos que se beneficiavam da renda. Essa arrecadação foi de extrema importância para as famílias que a utilizaram para pagamentos de títulos, mudanças, viagens, mensalidades de clubes e até para a própria subsistência.

Nos três primeiros meses de arrecadação, temos o montante de Cr\$ 1.515.504,00 (um milhão, quinhentos e quinze mil e quinhentos e quatro cruzeiros)¹⁷, estimando uma média de Cr\$ 505.168,00 (quinhentos e cinco mil, cento e sessenta e oito cruzeiros) por mês. Naquele mesmo período, o salário mínimo da época era de Cr\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos cruzeiros)¹⁸, logo temos uma arrecadação aproximada de 52 (cinquenta e dois) salários por mês.

Os valores arrecadados são impressionantes e demonstram a relevância do movimento diante da participação de todos os setores das forças armadas, e até de civis que “acreditavam” na importância deste para o futuro do país. Este nível de articulação política e econômica, tendo atingido abrangência nacional em tão pouco tempo, mesmo com a tecnologia limitada da época, nos faz acreditar que este grupo já estava constituído e disponha de certa estabilidade, tendo as suas bases provavelmente nas agitações do Movimento de Recuperação Nacional.

Bibliografia

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. *Não comprar gato por lebre – para um reexame da relação entre nacionalismo e antiimperialismo nos anos JK*. Lutas Sociais, n. 15/16. São Paulo, NEILS, 2006.

ARGOLO, José Amaral, Kátia Ribeiro, Luiz Alberto M. Fortunato. *A Direita Explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1996.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *Manifesto Dos Mineiros*. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BRASIL. Arquivo Nacional. Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo. *Fundo Luis Mendes da Silva*: catálogo de documentos sonoros, Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012. 9 p. Disponível em

¹⁶ O Anexo M da tese, refere-se a carta de agradecimento do coronel Luis Mendes para a Comissão da Campanha de Auxílio ao Pessoal do Movimento de Aragarças, onde indica o recebimento do recurso e aproveita para dirimir algumas informações equivocadas quanto as quantias repassadas diretamente pelo pessoal do Exército.

¹⁷ O Anexo N da tese evidencia o valor arrecadado a partir do Boletim de nº 1, da prestação de contas da Comissão da Campanha de Auxílio ao Pessoal do Movimento de Aragarças e foi encaminhado para os beneficiados para que acompanhassem a movimentação financeira.

¹⁸ O valor utilizado aqui como base do salário mínimo se refere ao período de Outubro de 1960, estando disponível no link <http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm>

<https://www.arquivonacional.gov.br/images/...ao.../Lus-Mendes-da-Silva-final-9-nov.pdf> Acessado em 10 de janeiro de 2019.

BRASIL. Código Penal Militar. *Decreto-Lei Nº 1.001, De 21 De Outubro De 1969. 1969.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1001.htm Acessado em 10 de outubro de 2019.

CARLONI, Karla G. *Embates internos: militares X militares no governo JK.* In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. XXVI Simpósio Nacional de História - Anpuh 50 anos, 2011.

CARLONI, Karla G. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras. 2º Volume.* Edições O Cruzeiro. 1965.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho.* 15ª Edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, José Murilo. “*Vargas e os militares: Aprendiz de Feiticeiro*”. In.: Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

COHEN, Marleine. *JK.* 1ª. Ed. São Paulo: Globo, 2006.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.* 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DREIFUSS, RA., and DULCI, OS. *As forças armadas e a política.* In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. Sociedade política no Brasil pós-61 [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 132-181. ISBN: 978-85-99662-63-2.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 436p

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios.* Cultura Vozes. Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000,

FIGUEIREDO, N.M.A. *Método e metodologia na pesquisa científica.* 2a ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo.* In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2010

LAMARÃO, Sérgio. *Carta Brandi.* Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LAMARÃO, Sérgio. *Movimento do 11 De Novembro.* Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LAMARÃO, Sérgio. *República do Galeão.* Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LAMARÃO, Sérgio. *Revolta de Aragarças.* Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LAMARÃO, Sérgio. *Revolta de Jacareacanga.* Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

LEMOS, Renato. *Ditadura, anistia e transição política no Brasil, 1964-1979.* Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEMOS, Renato; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.). *Empresariado e ditadura no Brasil.* Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

LEMOS, Renato. *Poder Judiciário e poder militar (1964-1969).* In: Celso Castro; Vitor Izecksohn; Hendrik Kraay. (Org.). *Nova história militar brasileira.* Rio de Janeiro: Editora FGV; Bom Texto, 2004, v. , p. 409-438.

LIMA, João Ferreira de. *Jacareacanga: asas da verdade.* Belém, PA: Grafimorte, 1999.

LIMA, Rui Moreira. *Senta a pua!* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1980.

MIGUEZ, José Mario Guedes. *O Primeiro sequestro aéreo da história da humanidade.* 2ª ed. Goiânia: Editora Kelps. 2008.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 8ª edição ver. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

NETO, Lira. *Castello: A marcha para a ditadura*. Capa comum. Companhia das Letras. 1ª Edição. 2019. 464p

ROLLEMBERG, Denise. *Historiadores franceses na zona cinzenta: lembranças da guerra*. In _____ *Resistência: memória da ocupação na França e na Itália*. São Paulo: Alameda, 2016

SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmar Yoshihara. *Imprensa e Política no Brasil: Considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica*. *Revista Histórica da Reflexão*, v.4, n. 8 – UFGD – Dourados. Jul./Dez. 2010.

STARLING, Heloisa. *Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. 2ª Ed. Petrópolis. Vozes. 1986.

ZICMAN, Renée Barata. *História através da imprensa – algumas considerações metodológicas*. *Projeto História*. São Paulo, n. 4, jun. 1985.

Estado, ocupação e fronteiras: breves apontamentos sobre a questão territorial argentina

Sérgio Barreto Azevedo S. Júnior¹
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Eduardo Scheidt
Bolsista CAPES

Introdução

O presente trabalho, apresentado ao XI Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, possui como objetivo articular as leituras e estudos desenvolvidos ao longo do primeiro período letivo ao objeto de pesquisa a ser investigado pelo mestrando na dissertação, além de também ter sido apresentado como trabalho final de disciplina eletiva acerca sobre concepções de Estado.

O mesmo, então, se estrutura em duas partes: a primeira, como uma breve abordagem sobre a História Social, a fim de introduzir o debate e lançar luz sobre algumas questões teóricas referentes a Estado e poder; a segunda parte, busca ilustrar a trajetória histórica da compreensão do Estado argentino, desde a Campanha do Deserto e a importância estratégica da Patagônia às relações do país com o Chile, perpassando sobre a atual questão do mapa “bicontinental”.

O atual ano de 2023, onde é comemorado o bicentenário das relações diplomáticas entre Argentina e Brasil, mostra-se oportuno para apresentar algumas questões históricas pertinentes ao território argentino e dialogar com outros temas paralelos inseridos no objeto de dissertação, como aspectos navais e militares, diplomacia e política externa.

História Social, Estado, poder

José D’Assunção Barros (2005), ao dissertar sobre o sentido da História Social dentro da ciência histórica e ilustrar as diversas modalidades que a compõe, afirma que uma “abordagem ou uma prática historiográfica não pode ser rigorosamente enquadrada dentro de um único campo, e a partir disso o autor demonstra a importância de uma certa habilidade interdisciplinar do historiador:

a História Social mostra-se ao historiador contemporâneo como um campo aberto a inúmeras possibilidades. Um de seus traços centrais, certamente, continuará para o futuro a referir-se ao intenso diálogo com todas as Ciências Sociais, o que tem

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “O processo de modernização da Marinha do Brasil, a atuação de Rio Branco e as relações com a Argentina (1904-1912)”, sob orientação do Dr. Eduardo Scheidt, bolsista: CAPES.

permitido precisamente essa maior amplitude de objetos e o tratamento de uma maior variedade de tipos de fontes a partir de metodologias que a História pôde apreender de diversificados campos do saber como a Sociologia, a Antropologia, a Linguística, a Semiótica (D'ASSUNÇÃO, 2005, p. 22).

O conceito de “poder” expõe ampla discussão e novas interpretações a partir da perspectiva do “realismo”, onde o sociólogo francês Raymond Aron (2002) posiciona-se como principal expoente. Ao influenciar as diversas ciências, desde a própria História e a Geografia até à disciplina das Relações Internacionais, o “realismo” busca compreender a política internacional a partir da natureza humana, referenciando-se em autores da Ciência Política, como Thomas Hobbes, John Locke e Nicolau Maquiavel. De acordo com Ludolf Waldmann Júnior (2018), a obra de Aron identifica três distintas configurações do sistema internacional em tempos de paz: a “hegemonia” (quando um Estado supera e domina os demais), o “império” (quando o poder de um Estado retira a autonomia dos demais e os engloba em sua unidade) e o “equilíbrio” (quando os Estados estão em posições semelhantes).

Max Weber (1997 apud GUIBERNAU, p. 39), por sua vez, define “Estado” como “uma comunidade humana que, de maneira bem-sucedida, pretende o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um dado território”. Tal definição weberiana está, intrinsecamente, ligada a poder, seja o poder dentro de um Estado, seja entre Estados.

O autor alemão, que compreende como fundamental a existência de um Estado independente para a livre expressão da “nacionalidade”, atribui aos intelectuais a tarefa de difusão da “ideia nacional”, sendo, no caso de Argentina e Brasil no alvorecer do século XX, os chanceleres Estanislao Zeballos (1906-1908) e Rio Branco (1902-1912) respectivamente, como exemplos desses “difusores”.

A necessidade de um território para a construção de um Estado-nação autônomo, como é exposto por Max Weber, também é abordado por Benedict Anderson (2008), que observa o mapa (junto ao censo e o museu) como uma das formas de “racionalizar o espaço político” dos Estados a partir do século XIX.

A questão territorial argentina

O território argentino, principal objeto a ser tratado neste trabalho, possui seu desenvolvimento histórico influenciado por três vias principais que podem ser analisadas: os conflitos territoriais entre o país e o Chile, sobretudo devido às questões de delimitações de limites; a problemática das “fronteiras internas” do país, desde sua própria conceituação até às contendas delas derivadas; e por último, já no século XXI, ao imbróglio do “mapa

bicontinental”, aprovado em 2020 pelo Congresso argentino, reacendendo o histórico de rivalidade com o Chile e aumentando a plataforma marítima argentina.

Argentina e Chile possuem a terceira maior fronteira terrestre do mundo (sendo superada apenas pelas fronteiras de Canadá-EUA e Rússia-Cazaquistão) e ao longo da história da consolidação desses Estados, não foram poucas as vezes que ambos quase chegaram ao conflito bélico de fato. No século XX, os governos militares de ambos os países reacenderam uma antiga questão acerca de limites e travaram disputa por três ilhas localizadas na entrada leste do Canal do Beagle (Picton, Nueva e Lennox), sendo a tensão perpetuada até a década de 1980, e apenas solucionada a partir de mediação do Papa João Paulo II.

O historiador Gabriel Passetti, docente da Universidade Federal Fluminense, ressalta que a instabilidade política dos processos de independência junto aos “avanços e retrocessos nas negociações ao longo do século XIX” colaboraram para a má definição das fronteiras:

Quando se tornaram independentes, havia distinções muito pouco claras, do Império Espanhol, entre o Vice-Reino do Rio da Prata e a Capitania do Chile. Logo na década de 1820, o Chile estabeleceu, em sua Constituição, que seu território abarcava do deserto do Atacama até o Cabo Horn, do Pacífico aos Andes (PASSETTI, 2018, p. 141).

Tal instabilidade política na América do Sul, provocada pela Guerra do Paraguai e pelos imbróglis entre os dois países pela Patagônia, força o Chile, ainda no contexto da Guerra do Pacífico (1879 – 1883), a adotar “medidas urgentes para evitar a adesão da Argentina à aliança com Peru e Bolívia” (PASSETTI, 2018, p. 141). Com isso, o Chile passa a renunciar a Patagônia em favor da Argentina, que já se encontrava na região por causa da Campanha do Deserto.

O acordo entre ambos, no entanto, mostra-se menos maleável que o previsto: o Estreito de Magalhães, que era assegurado ao Chile, torna-se também o foco de uma nova contenda, pois a Argentina passa a reivindicar as supracitadas ilhas próximas ao Canal de Beagle, como expõe Passetti:

Apesar da assinatura deste tratado, as dificuldades para a delimitação da linha fronteiriça nos Andes levaram a um Protocolo negociado, em 1893, em que se reafirmava o princípio dos altos picos dos Andes e o chamado “princípio bioceânico”: o Chile não possuiria territórios no Atlântico, nem a Argentina no Pacífico (PASSETTI, 2018, p. 142).

O historiador e cientista político Moniz Bandeira recorda que no auge da animosidade entre os dois países, em 1891, o governo de Buenos Aires, na figura do chanceler Estanislao Zeballos, propôs colaboração com Washington em troca de territórios chilenos. O acordo,

porém, não foi adiante devido ao desentendimento entre ambos sobre as exportações de couro da Argentina (BANDEIRA, 2010 p. 59).

Os Pactos de Maio, de 1902, colocaram uma trégua na relação problemática entre Santiago e Buenos Aires. Tal tratado, que preconizou um acordo de equivalência naval entre eles, também obrigara que ambos os países reconhecessem e acatassem os laudos de arbitragem do Reino Unido (PASSETTI, 2018, p. 142).

Para melhor compreender o espaço político argentino ao longo do século XIX, faz-se necessário conhecer a divisão entre unitários e federalistas, como pontua o historiador Bruno Aranha:

Os projetos dissidentes se agruparam em duas diferentes facções, com duas distintas propostas: a dos unitários, que advogavam pela centralização do poder em Buenos Aires e a dos federalistas, que conferiam maior autonomia às províncias. Em meio a esses conflitos, a identidade nacional foi sendo forjada e a fronteira não deixou de ser uma preocupação para ambos os lados, ainda que ela fosse reivindicada por cada um dos dois grupos no sentido de avançar sobre o respectivo projeto político inimigo (ARANHA, 2020, p. 57).

Os federalistas aglutinavam-se em torno da figura de Juan Manuel Rosas, governador de Buenos Aires, e responsável por instaurar uma ditadura, em 1829. Os unitários, por sua vez, representavam setores da elite de Buenos Aires, fortemente influenciados pelo romantismo francês e inglês. Domingo Faustino Sarmiento e Juan Batista Alberdi, ambos escritores, posicionavam-se como dois dos grandes representantes da oposição a Rosas apesar de não serem formalmente ligados ao Partido Unitário.

Sarmiento publica em 1845, durante exílio no Chile devido a ditadura rosista, o livro *“Facundo – Civilización y Barbarie – Vida de Juan Facundo Quiroga”*, considerada obra fundadora da literatura argentina, e que apresenta, a partir da vida e trajetória do caudilho Facundo, aspectos do caráter nacional do país, além de ilustrar a dicotomia entre “civilização e barbárie”.

Bruno Aranha explicita que em *Facundo*, ainda de que maneira indireta, havia a existência de “uma dinâmica de ‘fronteira móvel’ existente durante o governo rosista. Uma mobilidade dotada de avanços e recuos conforme ocorriam tratados e alianças com as nações indígenas” (ARANHA, 2020, p. 59).

Acerca das questões fronteiriças entre “civilização” (o governo “legal”, Buenos Aires) e “barbárie” (indígenas), a historiadora Ana Carollina Pompeu (2011) assinala que as fronteiras correspondiam à zona que separava a “sociedade formada a partir da colonização espanhola da indígena”, enquanto a “fronteira interna” passa a ser designada a essa mesma região, agora correspondente à jurisdição do novo país recém-independente. Tal distinção, aparentemente

pormenorizada, é fundamental para entender, por exemplo, a dinâmica dos “malónes”, os roubos cometidos por indígenas de animais nas propriedades visando o consumo e a venda: tamanha era a importância dessa questão que Rosas, pessoalmente, teve de negociar junto ao próprio cacique mapuche Calfucurá para viabilizar o fim dos saques em regiões próximas a Buenos Aires (ARANHA, 2020, p. 60).

Juan Bautista Alberdi, seguindo a lógica positivista-evolucionista de Sarmiento, publica em 1853, a obra “*Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*”, fundamental para a Constituição da Argentina já unificada. O livro, assim como o “*Facundo*”, de Sarmiento, realça o papel do homem branco como “civilizador” e responsável por ocupar o “deserto”.

Ambos os escritores fazem parte da chamada “geração de 1837”, primeiro movimento intelectual argentino que se empenhava em conceber um projeto de nação pouco após a independência do país:

Alcançar a civilização europeia seria o objetivo principal traçado pela constituição. Era legítimo terminar a “conquista” do continente iniciada pelos europeus no século XVI, já que seus descendentes partilhavam (ou almejavam partilhar) seus referentes. Deveria ser objetivo do governo, abandonar o elemento americano, indígena; povoando o país de imigrantes europeus, construindo ferrovias, indústrias, canais navegáveis, tudo que aproximasse a República da civilização (POMPEU, 2011, p. 7).

É pertinente observar a preocupação argentina em ocupar seu território e em levar a “civilização” aos “desertos inóspitos” ao longo de quase todo o século XIX, onde os intelectuais da “geração de 1837”, como Sarmiento e Alberdi, tinham preocupações semelhantes aos intelectuais da “geração de 1880”, como o próprio Estanislao Zeballos. Esse último, inclusive, fora encarregado por Julio Roca, estadista argentino responsável pela Campanha do Deserto, a produzir uma obra (“*La conquista de quince mil léguas*”) a fim de justificar “cientificamente” a expansão.

Benedict Anderson (2008), como já supracitado, disserta a importância do mapa para a questão nacional e como o mesmo exerce capacidade de legitimação aos Estados e suas reivindicações, e isso pode ser aplicado a uma questão contemporânea argentina, e que possui relação direta com seu território.

Ao adentrar no século XX, pode-se observar a Argentina com seu território “parcialmente” definido: na Campanha do Deserto, iniciada em 1878 e terminada em 1885, é concretizada o projeto das elites de Buenos Aires de dominar o “deserto” da região da Patagônica. A configuração territorial do país, desde a década de 1870, havia sido também

reformulada com a incorporação das províncias de Misiones e Formosa ao seu território após a Guerra do Paraguai (BANDEIRA, 2010 p. 125).

O modelo americano de ocupação do território e busca por expandir as suas fronteiras exerceu forte influência no pensamento das classes dirigentes do país, como o próprio Sarmiento (ARANHA, 2020, p. 60). O autor de “Facundo”, inspirado na “marcha para o oeste”, observa em seu país a possibilidade da “marcha para o sul”, e com isso demarca o Rio Colorado como o máximo limite da fronteira sul da Argentina (embora a ocupação tenha, de fato, avançado mais e ocupando a extremidade mais meridional da América – a Terra do Fogo).

É importante observar também que a estratégia argentina de ocupar as terras mais ao sul portava-se como forma de desprender-se de sua condição de nação comprimida entre dois grandes Estados (Chile e Brasil), como demonstra Moniz Bandeira:

Na verdade, o que a Argentina sempre temeu e evitou foi cair em uma situação que a deixasse política e militarmente comprimida entre o Chile e o Brasil, tendo de lutar em duas frentes, o que a levaria inevitavelmente à derrota e ao desmembramento (BANDEIRA, 2010, p. 59).

Por não ser, de fato, um território argentino oficialmente reconhecido pelas autoridades internacionais, o presente trabalho não se debruça na questão das Ilhas Malvinas, no entanto, cabe esclarecer que a jurisdição do Atlântico Sul do país ainda se apresenta deveras estratégica para a Argentina, e tal condição é ilustrada pelo mapa “bicontinental”.

A primeira estação científica permanente na Antártica se dá no ano de 1904, onde treze estações desenvolviam atividades ininterruptas (COLACRAI, 2013). Juan Domingo Perón, presidente argentino, em 1951, junto às suas políticas nacionalistas e campanhas de nacionalização – como a criação da *Aerolíneas Argentinas* e aumento de investimentos na *YPF*, petrolífera estatal – cria o Instituto Antártico Argentino, instituição que em seu próprio emblema sinaliza os interesses do país em fazer da Antártica parte de seu território.

A formalização da reivindicação do país ao território antártico, no entanto, ocorre apenas do ano de 1957, através do decreto 2191:

El Territorio Nacional de la Tierra del Fuego, Antártida y Islas del Atlántico Sur comprende: la parte oriental de la Isla Grande y demás Islas del Archipiélago de Tierra del Fuego y Islas de los Estados y Año Nuevo, conforme a los límites fijados por el tratado del 23 de julio de 1881, las Islas Malvinas, las Islas Georgias del Sur, las Islas Sandwich del Sur y el Sector Antártico Argentino comprendido entre los meridianos 25° Oeste y 74° Oeste y el paralelo 60° Sur (ARGENTINA, 1957).

Em 2010, a partir da lei 26.651, a Argentina institui a obrigatoriedade do uso do “mapa bicontinental” nos vários níveis educacionais do país, como também em todas as “dependências públicas nacionais e provinciais” (LOIS, 2012). Com isso, o “extremo sul” do país,

historicamente identificada à região da Terra do Fogo, passa a se tornar o território antártico – e a “região central”, identificada com as cidades de Córdoba e Santa Fé, passam a fazer parte do norte.

Em setembro de 2020, o Congresso argentino divulga que o pleito histórico do país, referente ao aumento de sua plataforma marítima, fora aprovado pela ONU. Tal determinação, como esperado, desperta no Chile preocupações que são prontamente respondidas:

o recente decreto de Sebastián Piñera, presidente do Chile, que atualizou a Carta Náutica nº 8, despertou a reação dos argentinos. A atualização apresenta claramente as delimitações da Plataforma Continental chilena que avança sobre o limite estabelecido pelo Tratado de 1984 e inclui parte da extensão da Plataforma Continental argentina, que foi reconhecida pela Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU em 2016 e delimitada pelo país em março de 2020. Esses dois pontos fundamentam a reclamação do Ministério das Relações Exteriores argentino, endossada pelo Senado (SILVA JÚNIOR, 2020).

Conclusão

O trabalho, portanto, procurou apresentar de que forma, a partir da história social, seria possível conceber questões relacionadas ao Estado e o conceito de poder, tendo como objeto principal o desenvolvimento histórico territorial da Argentina e como as dinâmicas internas e externa o caracterizam como Estado-nação. O estudo da história do território do país vizinho mostra-se como campo fértil para investigações mais aprofundadas sobre o direito internacional (sobretudo pela questão de limites), relações de alteridade e povos originários e diplomacia – aproximando-se à linha de pesquisa Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais e à área de concentração de História Social do Território.

Referências

- ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARANHA, Bruno. Entre Sertões e Desiertos: viajantes brasileiros e argentinos na fronteira (1882-1905). 2020. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- ARGENTINA. Decreto Ley 2191/1957 (1957). Territorio Nacional de la Tierra del Fuego, Antártida y Islas del Atlántico Sur. Legislación Nacional, 1957.
- ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BARROS, José D’Assunção. História Social: seus significados e caminhos. LPH-Revista de História da UFOP, n. 14-15, pp. 235-256, 2005.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- COLACRAI, M. La Política Antártica Argentina y su compromiso con el Tratado Antártico. Boletín del Centro Naval, nº 836, mai./ago., 2013, pp. 267-276.

FEBVRE, Lucien. Combates pela história. Lisboa: Presença, 1985.

LOIS, Carla. “La pátria es una y indivisible. In: TerraBrasilis. 1 | 2012.

PASSETTI, Gabriel. A construção de uma crise: usos da história por intelectuais argentinos na contestação aos tratados com o Chile nas décadas de 1960 e 1970. In: Diálogos. Maringá: v.22, nº 1, pp. 139-156, 2018.

POMPEU, Ana Carolina Gutierrez. A Campanha do Deserto e os desafios da civilização: o problema do índio na Patagônia e a configuração do Estado-Nação. São Paulo, 2011.

WALDMANN JÚNIOR, Ludolf. Tecnologia e política: a modernização naval na Argentina e Brasil, 1900-1930. Tese de Doutorado – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2018.

Tensões, Convergências e Confluências: Movimento Negro, Cultura e Política na década de 1970

Stephanie Santana¹
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Izabel Pimentel

Introdução

Esse texto decorre da dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito deste programa de pós-graduação cujo o título é “*Saying loud!* Movimento Negro, Cultura e Política na ditadura civil-militar” e que se dedica a analisar a atuação do movimento negro contemporâneo, especificamente no eixo Rio-São Paulo. Este texto é parte do terceiro capítulo da dissertação e tem como foco as tensões, influências e convergências entre os diversos grupos que formam o movimento, mas especialmente o Movimento Negro Unificado e Movimento Black Rio, duas frentes de atuação importante na década de 1970.

Para tal, utilizaremos a abordagem de história oral, com entrevistas realizadas para esta dissertações e realizadas anteriormente por outros pesquisadores do tema. Dessa forma, buscamos através do discurso e das memórias dos militantes, acessar momentos importantes desse movimento tão importante para história do país.

Um Movimento em Movimento

Um movimento social é feito por pessoas, com pessoas, para pessoas. Só essa característica já seria o suficiente para determiná-lo como não estático. Todavia, se tal característica não basta, podemos ser mais literais e nos agarramos ao seu nome que já exhibe sua falta de vocação para estar parado. E cada movimento se movimenta de acordo com as pessoas que os compõe, o contexto que está inserido, os parceiros que busca fazer, os adversários que busca combater e os objetivos que quer alcançar. No caso do movimento negro na década de 1970, alia-se a isso o fato de todo o movimento está experimentando uma nova fase de atuação.

O movimento de negro na década de 1970, era em 1970, novo. Novo porque traz uma geração que não atuava antes da ditadura e já se forma em contexto de repressão, mas

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2021, projeto: “Movimento Black Rio e Movimento Negro Unificado: Cultura e Política na década de 1970”, sob orientação da Dr.^a Izabel Pimentel.

principalmente novo porque buscou novos objetivos, novos aliados e novas formas de atuação. Mas ao mesmo tempo, mesmo que fosse novo, ele precisou superar problemas antigos que se colocaram contra a sua organização e desenvolvimento. Essas divergências e tensões acrescentam camadas na análise do Movimento Negro que é plural e diverso como um movimento social deve ser.

A fim de começarmos esse tópico sem perdermos o fio da meada, iniciamos a discussão falando da relação do movimento negro com a esquerdas e das esquerdas com a questão racial no Brasil que iniciamos no fim do tópico anterior e é um dos pontos que são específicos dessa geração que vai atuar na fundação do MNU e na década de 1970. Podemos iniciar nossa reflexão através de duas colocações de Rafael Pinto. A primeira foi dada em depoimento ao Museu da Pessoa em São Paulo: “Não pensem vocês que foi “mamão com açúcar” pautar o racismo na esquerda. Não foi, não, obviamente.”²

E a segunda é um pouco mais longa e foi dada em depoimento para a construção desta dissertação:

Se articula na clandestinidade pela esquerda então essa aliança (movimento negro e esquerda) que nós estamos fazendo é isso, nós fizemos essa opção que eu chamo essa opção pela esquerda e foi fundamental se nós não fizéssemos isso nós não conseguíamos nos organizar na época como nós nos organizamos no movimento estudantil porque a leitura da luta de classes e do combate ao racismo nos anos 1930 é uma leitura dicotômica. Porque a leitura dos anos trinta da militância negra ela luta de classe é uma coisa e luta racial é outra. Nos anos setenta nós dissemos não. A luta é combinada.³

Numa primeira análise esses depoimentos podem parecer, em certa instância, contraditórios. Pois se a opção de se organizar pela esquerda é tão essencial para a luta antirracista que grande parte desses militantes desenvolveu, principalmente em São Paulo, quais são os pontos de tensão que se estabelecem entre esses dois momentos explicitados nos depoimentos acima? Onde eles se encontram e em quem ponto tomam caminhos diferentes? São algumas das questões que vamos tentar responder agora.

Se a década de 1970 é importante para o movimento negro e para os movimentos sociais como um todo no Brasil é também um período de grandes transformações para o campo das esquerdas. Na segunda metade dessa década, praticamente todas as organizações que defendiam a luta armada já haviam sido derrotadas e as esquerdas se reorganizavam para enfrentar a luta

²PINTO FILHO. Osvaldo Rafael. Rafael Pinto. Depoimento (maio, 2022). Entrevistadores Lucas Torigoe e Luis Ludmer. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa parte do projeto Cotidianos Invisíveis da Ditadura.

³ Rafael Pinto é bancário e foi um dos fundadores do Movimento Negro Unificado. Rafael atua pelo Movimento Negro desde os anos 60, tendo atuado também por grupos de esquerda de resistência à ditadura. In: PINTO FILHO. Osvaldo Rafael. Rafael Pinto. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

urbana contra a ditadura ao mesmo tempo que os movimentos identitários, como movimento das mulheres, movimento homossexual, hoje LGBTQIA+ e o próprio movimento negro, ganhavam força.

Todas essas pautas que emergem no período encontram uma esquerda focada em derrotar o governo autoritário e não necessariamente disponível para ampliar suas frentes de atuação. No caso da questão racial no Brasil é possível identificar dois problemas: o primeiro dele é o mito da democracia racial e de valorização da mestiçagem como identidade nacional. Neste caso, o mito da democracia racial, apresentado no primeiro capítulo, teoricamente comprovado pela mestiçagem, seria uma característica específica da nação brasileira apoiada pelas esquerdas nacionalistas:

Nesse contexto, o mito da democracia racial, no caso brasileiro, ou as teorias da importância da mestiçagem, nos demais países da América Latina ganham prioridade no pensamento desses membros da esquerda local, que importam conceitos da teoria crítica europeia. Fazendo assim com que, o arquétipo do mestiço acabe sendo recorrido pela esquerda como uma categoria de afirmação de uma singularidade nacional, que legitima um projeto nacional e de contraposição ao imperialismo⁴

Essa questão de afirmar a mestiçagem e até mesmo símbolos e práticas culturais da negritude como expoentes da identidade nacional é vista na reação que o Black Rio despertou na esquerda do Rio de Janeiro. O próprio artigo escrito por Lena Frias no Jornal do Brasil, apresentando o Movimento Black Rio para o grande público, já traz várias noções de autenticidade e até mesmo de defesa do que seria uma cultura nacional bem explícita. Claro que o texto de Lena, em alguns momentos, reconhece parte da importância de mobilização que o Black Rio tem. "Mas, de forma geral, o texto ecoa um discurso de esquerda e um viés nacionalista, que considerava inautênticas e alienantes manifestações que tivessem um cunho "internacionalista" e "mercantilizado".⁵

A partir do final dos anos de 1950 até o golpe de 1964, acadêmicos de esquerda do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) desenvolveram um discurso de "autenticidade" versus "alienação" que estabeleceu o modelo para apreciar a produção cultural contemporânea. Suas teorias de uma autêntica cultura brasileira inspiravam-se em críticas de culturas e mentalidades colonizadas nos escritos de intelectuais contemporâneos de esquerda (como Frantz Fanon, Octave Mannoni, Jean-Paul Sartre e Georges Balandier), bem como de anteriores (especialmente Hegel e o jovem Marx). Tal como interpretado pelo ISEB, muito da cultura brasileira era "alienada".⁶

⁴SILVA, D. F. G. D. Vozes Afro Latinas – A omissão da esquerda e a insurgência do movimento negro. **pragMATIZES - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**, Niterói, v. 2, n. 3, setembro 2012, p. 11.

⁵OLIVEIRA, LUCIANA XAVIER DE. **A cena musical da Black Rio: estilos e mediações nos bailes soul dos anos 1970**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2018. v. 1. p. 161

⁶ALBERTO, Paulina. Quando o Rio era Black: Soul Music no Brasil dos anos 70. *História: Questões & Debates*, v. 63, n. 2, 2015. p. 63.

Essa suposta alienação da cultura brasileira referia-se à uma posição por uma posição de inferioridade imprimida no brasileiro como resultado do imperialismo que aprisionava o país em uma posição periférica numa ordem mundial neocolonial levando o país a importar culturas, hábitos e costumes dos países que ocupavam as primeiras posições nesse sistema. Nestes casos, estaríamos nos alienando da nossa própria cultura para importar uma cultura exterior que consideramos melhor e mais interessante que a nossa. No caso do Black Rio, as críticas referiam-se à importação de símbolos da cultura norte-americana. Sendo assim, nessa concepção, só seriam autenticamente brasileiros - e ser autenticamente brasileiro é condição necessária para ser considerado culturalmente relevante - os produtos culturais que emergiram das condições sócio-históricas e culturais do Brasil e não os que são cópias daqueles produzidos pela metrópole, que era a forma que eles percebiam o *soul*.

E essas condições sócio-históricas e culturais estavam intimamente relacionadas com o mito da democracia racial e a alcunha de país miscigenado que era resultado do mesmo. A matéria de Lena Frias não foi a única que trouxe todos esses ideais sobre o Black Rio. O próprio *Jornal do Brasil*, além da matéria de Frias, publicou outras no mesmo tom de crítica. Como o mito da democracia fazia parte do senso comum, essa concepção foi adotada tanto pela esquerda como pela direita, que apesar de estarem em posições politicamente opostas, dividiam o mesmo ideal de brasilidade mestiça:

Causou um impacto, tanto à direita, quanto à esquerda. Aí foi interessante porque se levantou o establishment branco. Você via críticas no jornal Movimento. O Movimento chegou a publicar uma matéria idiota, dizendo que o soul era a pior forma de música negra. O soul é lindo! É claro que há um montão de bobagens, mas o melhor do soul é uma coisa maravilhosa. Ray Charles é soul, Aretha Franklin, aquela música que vem da igreja e que, todas as vezes que vou lá, me faz chorar... E a direita achava que era uma parte da conspiração comunista, enquanto os comunistas rejeitavam como uma expressão do imperialismo americano.⁷

As duras críticas ao movimento Black Rio não se limitaram ao *Jornal do Brasil* ou a grandes meios de comunicação como a Globo e o *Jornal do Brasil*. A imprensa alternativa também esboçou reação aos fenômenos dos bailes. Além do jornal *Movimento*, mencionado na entrevista acima reproduzida, o jornal *O Pasquim*, importante instrumento de resistência ao governo ditatorial, publicou duas matérias com críticas ferrenhas ao Black Rio. A primeira delas se chama “Carta Aberta ao Black-Rio (Não segue selo para resposta)” de autoria de Roberto Moura, publicada em 09 de setembro de 1977. E o autor não poupa críticas ao que ele chama

⁷MEDEIROS, Carlos Alberto. Carlos Alberto Medeiros (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 50min), p. 22.

de "bobagens que infestaram o subúrbio"⁸ e de "uma insidiosa campanha publicitária neocolonialista"⁹

O segundo artigo é de autoria do Aldir Blanc e se chama "Safari", publicada em 11 de agosto de 1977. No artigo, usando a mesma metodologia antropológica de Lena Frias com uma comparação de tom bastante questionável, ele fala de uma visita que fez a um baile black comparando com a África, se refere aos frequentadores do baile como uma tribo que tem um vocabulário próprio e idolatram os empresários brancos chamados por ele de líder e termina comparando o Black-Rio com uma seita.¹⁰

Por trás destas críticas, está o mesmo argumento: o movimento Black-Rio não é bom porque não é autêntico, não é "nacional". E se não é autêntico não é bom. E não é autêntico, nem bom, porque não foi forjado em consonância com a ideia de brasilidade que esses grupos compartilhavam. Mas será que era só isso?

Se na imprensa alternativa, no jornal *O Pasquim*, por exemplo, o Black-Rio foi tão intensamente criticado, também na imprensa alternativa, na primeira edição do jornal *Sinba*, foram levantadas importantes questões sobre a natureza dessas críticas: Por que apenas as manifestações culturais negras são as únicas que devem ser "autênticas?" Será que uma reação tão inflamada por parte da imprensa foi realmente causada pela defesa de uma cultura autenticamente brasileira?

⁸MOURA, Roberto. Carta Aberta ao Black Rio. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 09 de setembro de 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

⁹Ibidem

¹⁰BLANC, Aldir. Safari. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

RACISMO,

ideologia orgânica do colonialismo

A HISTÓRIA tradicional, europocêntrica, pretende caracterizar o racismo como um fenômeno atemporal que, através de todos os tempos, tem vitimado os chamados povos de cor. Senghor corrige esse erro lembrando que o racismo — etnocentrismo carregado de reais ou imaginárias diferenças raciais — não tem mais do que quatro séculos de vida, nascido da expansão européia e dos seus «descobrimientos». A noção de raça — imprecisa e inoperacional — é, portanto, um conceito moderno. O racismo, como teoria, é fruto da ciência européia a serviço de um mecanismo de dominação militar, política e sócio-econômica sobre os povos das Américas, África e Ásia quando a Europa através da expansão, primeiro, e da revolução industrial depois implantava o sistema capitalista. O racismo, amparado por ideologias de dominação como as teorias antropológicas do evolucionismo e funcionalismo, dava cobertura ideológica de legitimação à dominação sobre o vasto mundo colonial.

A eliminação do racismo — a forma mais descarada de etnocentrismo — não pode ser tarefa da ciência contemporânea por mais crítica que procure se apresentar em relação às concepções ideológicas europocêntricas marcantes dos séculos XVI ao atual. Essa eliminação é uma tarefa cultural dirigida pelas vítimas do racismo, quer essas vítimas sejam os colonizados e neo-colonizados da África, Ásia e Américas ou minorias oprimidas de qualquer outra parte do mundo. Em qualquer caso, o racismo deve ser combatido, não só nas suas instâncias jurídico-política e econômica mas igualmente na instância ideológica através do que modernamente se tem chamado de descolonização cultural — termo que ser eliminado, substituído ou reformulado todos os aparelhos ideológicos reprodutores não só do racismo como de todas as outras ideologias de dominação. Como exemplos desses aparelhos podemos citar o sistema de ensino e comunicação social. Pressupõe-se, evidentemente, que a descolonização cultural só se realiza completamente após a descolonização política, social e econômica.

Se o racismo é a ideologia privilegiada de dominação dos tempos modernos produzida a partir da expansão européia e elaborada como teoria com pretensão científica pelo capitalismo na sua fase colonial, devemos salientar contudo que no mecanismo de dominação através da História houve sempre um componente ideológico, cultural que procurava legitimar essa dominação traduzida em ter-

mos militares, políticos e econômicos. Chamaremos a esse mecanismo de dominação ideológica de etnocentrismo. Alguns exemplos históricos far-nos-ão compreender que todos os povos, nas mais diversas épocas, foram vítimas e algozes do etnocentrismo.

a) Etnocentrismo: ideologia de organização social.

«A natureza dos homens é idêntica; são os costumes que os separam» — Confúcio, 551-478 a.C.

«As diferenças que notamos nos costumes e instituições dos povos dependem do modo como cada um deles prevê a sua subsistência». — Ibn Khaldun, precursor africano da Sociologia, (1332-1406). Toda a organização social, qualquer que seja o nível de complexidade das suas instituições políticas e econômicas, pressupõe uma estrutura ideológica, um conjunto de valores filosóficos e culturais, em suma, uma cosmovisão. Dentre esses valores culturais destacamos, para melhor compreensão do que pretendemos expor a língua e a religião como fatores diferenciadores dessa sociedade em relação a outra. Esses fatores, entre outros, permitem a essa sociedade ter consciência da sua personalidade própria: possibilitam-lhe um forte coeficiente de coesão e consenso social. Como as sociedades não existem isoladas, o contato entre elas permite a cada uma tomar consciência da sua identidade, das suas diferenças em relação às sociedades vizinhas. Embora o contato — amistoso ou em diversos graus de litígio — leve à permuta de certos valores culturais, o certo é que cada sociedade tende a preservar certos valores que considera básicos e somente seus. Mals ainda: que considere esses valores como, além de diferentes, superiores mesmo aos de seus vizinhos, pois isso ajudaria a legitimar a sua preservação. Se esse contato transbordava para um litígio que chegasse à dominação de uma sociedade pela outra, a História nos revela que a sociedade dominante acentua a tendência de considerar os seus valores superiores aos da sociedade dominada e, até, a pretender impô-los a esta. Chamamos a este fenômeno de etnocentrismo. Estudemos aqui a exposição deste conceito porque pensamos nele residir a fundamentação, a pré-história do racismo. Acontece porém que, até o século XVI da nossa era, a pigmentação da pele não era fator relevante de diferenciação — de superioridade ou inferioridade — cultural.

POR QUE O BLACK-RIO INCOMODA?

O Julgamento

De repente todas as atenções voltaram-se para um fato que segundo alguns, preocupou até às altas esferas. Que acontecimento tão importante poderia estar causando tamanha celeuma dentro da sociedade brasileira?

Alvo de críticas e debates em todos os veículos de comunicação, e da nossa intelectualidade (como o escritor Gilberto Freyre que fez uma denúncia leviana e facilonas, alertando a Nação para uma possível influência de negros norte-americanos no movimento Black Rio, tentando fazer com que a música negra — principalmente o samba — se transforme em música de protesto), mas dentro de todas as críticas havia um ponto comum, falavam da alienação de uma certa parte da nossa juventude.

O objeto causador de tanta discussão era o movimento musical do Soul, que aqui no Rio recebeu a denominação de Black Rio.

O que é o Black Rio

Para alguns, mais uma forma de modismo importado dos negros norte-americanos... Para outros, representa os interesses comerciais

das gravadoras para um grande mercado consumidor fechado, até então, que é a juventude negra... Ou como a posição de uma revista carioca, "Um caráter de discriminação que ficaria bem num país com problemas raciais" !!! ??? ... Estaria esta revista se referindo ao Brasil?

A discriminação evidente

Em recente programa de uma emissora de televisão do Rio de Janeiro, um dos considerados "papas" do Movimento, perdeu uma grande oportunidade de melhorar a imagem do movimento Black Rio, ao fugir constantemente ao debate ou saindo com respostas evasivas, diante de perguntas tais como: estaria o movimento Black Rio escondendo alguma facção política? O movimento Black Rio é racista? O movimento por ele liderado, não estaria sendo uma forma de alienação dos jovens negros...

Caberia então perguntar: não seria a tentativa de se colocar o movimento Black Rio como racista, alienante, político, modismo caricaturado, etc... mais uma, da já comprovada discriminação da sociedade brasileira a toda e qualquer manifestação de negros, evidenciada pelo conceito de superioridade racial surgido na época da escravidão?

Alienação x Alienação

Diz-se que o movimento Black Rio é fator de alienação por não ter nenhuma relação com a cultura do negro brasileiro. Gostaríamos de saber a opinião dos contestadores do movimento Black Rio quanto ao rock, surf, baile, "enlatados", e mesmo orquestras sinfônicas, hipismo e a encurruada de Kung Fu que recebemos pelo cinema...???

Essas pessoas se esquecem que os festivais de rock e surf quando são realizados, ali comparecem dezenas de milhares de pessoas seja onde for ou a qualquer preço e nunca ouvimos nenhuma alusão depreciativa a respeito. Será que o rock e surf já são brasileiros? Talvez eles justifiquem que sendo o Brasil um "país em desenvolvimento" é lógico que sofra este tipo de influências externas, principalmente estando em plena era das Comunicações???

Mas fica claro que a única justificativa para essa contradição não é outra que não o fato de o rock, surf, hipismo, baile, etc... serem formas de lazer e entretenimento das elites dominantes, enquanto o Soul é a forma de entretenimento do negro que se encontra nas camadas mais baixas da sociedade. Vê-se portanto que o problema não é simplesmente de alienação, mas na verdade, o que se procura encobrir é um profundo problema de relações raciais no Brasil. Ou não?

Figura 1 Primeira edição do jornal SINBA produzido pela Sociedade de Intercâmbio Brasil África. Fonte: Acervo pessoal Amauri Mendes Pereira

Por que o Black-Rio incomoda? Ora, em primeiro lugar o racismo estampado nas páginas de *O Pasquim*, nas matérias supracitadas, deixa pouco espaço para dúvidas. Afinal, há de se duvidar que uma ida a um show de rock na Zona Sul do Rio seria comparado a um safari. Em segundo lugar, o mito da democracia racial prestando seu papel alienante na sociedade brasileira como um todo. Quando não promovendo a manutenção do racismo, colocando a luta antirracista numa posição de acessório quando comparada à luta de classes.

Como vimos nos capítulos anteriores, organizações da esquerda foram de extrema importância para a formação do Movimento Negro Unificado, para que ele tivesse as características de formação que ele teve. Lutas essas que vão unir as pautas de enfrentamento do racismo como o fim do mito da democracia racial, combate à violência racial, por exemplo, e com as pautas defendidas pela esquerda como enfrentamento da ditadura, luta pela anistia e pelo fim da luta de classes.

Isso se dá, pois os militantes negros que tiveram contato com essas organizações se apropriaram de um conhecimento compartilhado dentro dessas organizações. Ali eles conhecem teóricos da esquerda, tem contato com a teoria, mas não tem suas pautas levadas em consideração como podemos ver nesse depoimento de Milton Barbosa militante fundador do Movimento Negro Unificado:

Em 1973 eu entrei na USP, em economia e tive contato com o pessoal do grupo de esquerda. Na época era o pessoal da Liga Operária. Eram Trotskistas então começamos a fazer discussão... Como eu e Rafael eramos muito amigos, nós começamos a discutir juntos e entre 1974 e 1976 nós participamos da Liga Operária. Nós éramos muito jovens e foi muito importante esses dois anos de experiência na Liga Operária. Nós aprendemos muito! Estudamos Marx, Lênin, Trotsky... Depois começamos a ter contato, estudar também, os africanos... Depois na Liga Operária a gente começou a ver que a gente colocava a questão do negro, mas eles não davam muita importância aí saímos fora.¹¹

Mais uma vez nas palavras de Rafael Pinto:

Nós fomos pros sindicatos aos partidos, fizemos uma opção, entendeu? Para a construção do PT, tranquilo, por quê? Porque a esquerda tradicional existente no Brasil formado pelos partidos comunistas, nos negavam. É, não pensa você que foidoce no movimento estudantil fazer a luta que nós fizemos. Havia uma crítica das próprias correntes do movimento estudantil que refletiam, entendeu? Sobre o posicionamento dos comunistas, entendeu? Da negação a organização independente do movimento negro, lógico. Lógico que existia. Obviamente posteriormente há uma crítica, há uma autocrítica em relação a isso.¹²

O mito democracia racial era uma ideologia tão enraizada na sociedade brasileira que afetava inclusive os aliados do movimento negro, como a esquerda. No caso das mulheres negras, esse desafio era ainda maior, pois suas vidas eram atravessadas por relações desiguais de gênero, não só na sociedade como um todo, mas também dentro do movimento negro.

Nesse sentido, é impossível falar da intersecção entre raça e gênero no movimento negro brasileiro sem falar de Lélia Gonzalez. Unindo sua produção acadêmica, ativismo no MNU e vida política, tendo sido candidata a deputada primeiro pelo Partido dos Trabalhadores e depois

¹¹ Milton Barbosa em entrevista ao documentário EnitiLànà - Aquele que abre o caminho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X8OGJc6BJuA&t=443s>

¹² PINTO FILHO. Op. Cit.

pelo Partido Democrático Trabalhista, Lélia dedicou a maior parte da sua vida à militância em favor das mulheres negras, inclusive dentro do MNU.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constituiu como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E amudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva.¹³

É a partir da militância dentro do Movimento Negro Unificado, vendo e experimentando as diferentes formas de opressão às mulheres negras não só nos espaços externos, mas nos espaços internos da organização, que Lélia passou a atuar mais marcadamente contra o preconceito específico contra mulheres negras. Vilma Homero, jornalista e militante do movimento negro carioca comenta:

Vilma Homero: Olha, dentro do MNU essa discussão começou eu acho que até por intermédio de Lélia, a questão de gênero que ela começou muito a escrever sobre isso, né? E isso gerava tal uma discussão e aí a gente falava sobre o machismo que também vinha dos meninos (militantes do MNU). E outros grupos também que a gente tinha contato, né? As mulheres começaram... porque também, independente de qualquer coisa, o movimento feminista estava começando na época, estava se tornando forte então essa questão extrapolava o movimento negro e ao mesmo tempo surgia também no movimento negro a Lélia discutia muito a questão de gênero, né? De raça e gênero e aí assim a gente também viu surgir algumas mulheres queriam que a questão feminina, a questão feminista fosse tratada de uma em separado da questão negra e aí algumas... a discussão semeava e aí se formaram alguns grupos de mulheres. Além do MNU vários grupos do movimento negro.

Stephanie: Mas no caso fora ou eram pequenos grupos de dentro do Movimento Negro Unificado?

Vilma Homero: Não, as meninas do Movimento Negro Unificado que quiseram e tal foram formando grupos até com mulheres de outros grupos. Eu não me lembro se foi assim que surgiu o Crioula. Enfim, mas foi não especificamente que nasceu dentro do MNU, mas como uma coisa que estava nascendo entre os grupos.¹⁴

A partir daí surge então para Lélia e para outras mulheres do movimento negro contemporâneo a necessidade de se organizar em grupos de mulheres negras para que suas que as problemáticas específicas experimentadas pela interseccionalidade entre raça e gênero fossem ouvidas já que muitas vezes nos espaços mistos isso não acontecia. Vera Mara Teixeira, militante gaúcha que vem para o Rio com a família e é importantíssima para a organização do Movimento Negro Unificado no Rio de Janeiro compartilha suas memórias:

¹³GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1987, p. 224.

¹⁴HOMERO. Vilma. Vilma Homero. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

Aqueles “negos” de cabeça dura que eu te falei?! Que batia de frente com eles em assembleia várias vezes? Várias vezes mesmo! A gente, mulher, tinha que subir na cadeira para eles ouvirem a gente porque eles não ouviam! Achavam que... Sempre as propostas deles eram mais valiosas que as nossas, entendeu? Era assim... Vergonhosamente machista! E eu ficava p da vida! Subia nas tamancas e eles me odiavam! A palavra deles tinha que ser a final.¹⁵

É a partir de situações como a relatada acima que, dentro do movimento negro que vai ter origem na década de 1970 e vai se estender na década de 1980, questões de interseccionalidade, ou seja, a intersecção entre raça e gênero, vão começar a ganhar espaço nos escritos de Lélia e no discurso das militantes do movimento negro. Sobre interseccionalidade:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente.¹⁶

Ainda que o termo interseccionalidade tenha sido criado em 1989 por Kimberly Crenshaw e amplamente difundido a partir dos anos 2000, ele enquanto significado já vinha sendo debatido por mulheres negras brasileiras desde a década de 1970, tendo como resultado, por exemplo o Movimento de Mulheres Negras na década de 1980. Isso é resultado da atuação e produção acadêmica não só de Lélia Gonzales, mas de outras ativistas e escritoras como Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, entre outras, que precisaram se organizar numa dupla militância contra o racismo e contra o sexismo¹⁷.

As relações com a esquerda e as tensões provocadas pelas relações de gênero foram parte importante da fundação de um novo movimento negro no eixo Rio-São Paulo apresentadas neste texto, são importantes para reconhecer as camadas que compõe esse movimento e de maneira nenhuma resume todas as nuances que ele teve e ainda tem. As relações internas do movimento negro na década de 1970 foram indiscutivelmente afetadas pelo contexto político onde estavam inseridos. A ditadura se colocou com um grande antagonista do movimento político de mobilização negra ao potencializar o mito da democracia racial integrando à sua ideologia. Com isso, os militantes negros nessa década, especialmente os que vieram de uma breve relação com os grupos de esquerda, tiveram o protesto social e o

¹⁵TEXEIRA, Vera Mara. Vera Mara Teixeira. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida para esta dissertação.

¹⁶COLLINS, Patricia Hill e BILGE, Sirma. Interseccionalidade [recurso eletrônico]. trad. Rane Souza. São Paulo :Boitempo, 2020, pg. 17.

¹⁷RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane G. Ativismo feminista negro no Brasil: Do Movimento de Mulheres Negras ao feminismo interseccional. Revista Brasileira de Ciência Política 34, E238917, 2021, pp.1-54.

enfrentamento da violência policial, que aumentou com as blitz nas favelas e interferências nos bailes blacks, priorizavam e demandavam de todos os grupos que sua atuação fosse focada na definição que eles tinham de política.

Esse foco na via política inaugura uma fase de atuação do movimento negro, mas impediu também uma maior interação e alcance do movimento provocada por rusgas internas. Como resultado, um dos maiores fenômenos de mobilização racial negra no Rio de Janeiro, o Movimento Black Rio, acabou não tendo seu potencial reconhecido pela militância organizada no Estado. Claro que não nos referimos à existência dos bailes, isso era de conhecimento público no período, mas o potencial de expansão da sua prática política não foi aproveitado por esses militantes.

A geração de 1970 e todas suas nuances deram origem ao movimento negro contemporâneo que é formado pelas mais diferentes frentes de atuação. Além disso, foi responsável por defender pautas que, não só seguiram para as gerações que os seguiram como em alguns casos viraram leis, como a Lei nº10.639 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", em vários âmbitos contribuindo para o combate ao racismo no Brasil.

Referências:

ALBERTO, Paulina. Quando o Rio era Black: Soul Music no Brasil dos anos 70. *História: Questões & Debates*, v. 63, n. 2, 2015.

BLANC, Aldir. Safari. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

COLLINS, Patricia Hill e BILGE, Sirma. Interseccionalidade [recurso eletrônico]. trad. Rane Souza. São Paulo :Boitempo, 2020

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1987.

HOMERO. Vilma. Vilma Homero. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Carlos Alberto Medeiros (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 50min).

MOURA, Roberto. Carta Aberta ao Black Rio. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 09 de setembro de 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

OLIVEIRA, LUCIANA XAVIER DE. *A cena musical da Black Rio: estilos e mediações nos bailes soul dos anos 1970*. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2018.

PINTO FILHO. Osvaldo Rafael. Rafael Pinto. Depoimento (maio, 2022). Entrevistadores Lucas Torigoe e LuisLudmer. Entre vista concedida ao Museu da Pessoa parte do projeto Cotidianos Invisíveis da Ditadura.

PINTO FILHO. Osvaldo Rafael. Rafael Pinto. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane G. Ativismo feminista negro no Brasil: Do Movimento de Mulheres Negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência Política* 34, E238917, 2021.

SILVA, D. F. G. D. Vozes Afro Latinas – A omissão da esquerda e a insurgência do movimento negro. pragMATIZES - *Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, Niterói, v. 2, n. 3, setembro 2012.

TEXEIRA. Vera Mara. Vera Mara Teixeira. Depoimento [maio, 2023]. Entrevistadora. Stephanie Santana. Programa de Pós-Graduação em História Social. Entrevista concedida de forma remota para esta dissertação.

Ilha de Paquetá: Um “oásis” na Baía de Guanabara

Tamyres Pereira Campos Araujo¹
Mestre em História Social pelo PPGHS/UERJ
Orientador: Catia Antônia da Silva

Introdução

Localizada na Baía de Guanabara a Ilha de Paquetá pertence à vigésima primeira região administrativa (XXI-RA) das trinta e três que constituem a cidade do Rio de Janeiro. Conhecida em razão das características de recanto sereno, bucólico e pitoresco, Paquetá desperta nos visitantes e moradores a sensação de estar numa cidade interiorana. A ilha tornou-se ao longo do tempo, uma espécie de paraíso onde o tempo parecia correr mais lento, desassemelhado daquele vivenciado pelos bairros situados no continente. Tanto para os que a visitam quanto para aqueles outros que a desfrutam cotidianamente, Paquetá, a despeito de sua localização geográfica, e fazendo parte do complexo de bairros que compõem a cidade do Rio de Janeiro, destoa dos demais pela peculiaridade de ser insular. Tal fato sempre lhe conferiu destaque inusitado. Entretanto, Paquetá, a maneira dos demais bairros, apresenta a par de suas idiossincrasias, problemas de ordem social, urbana e ambiental com o crescimento da população insular e a deterioração gradativa do meio ambiente resultado ao aumento da população no bairro, donde resulta que, a localização geográfica de Paquetá, embora a resguarde, não a isentou dos problemas ligados à capital no que diz respeito à dinâmica urbana, social e do meio ambiente.

A ilha de Paquetá já possuía a chancela de local de descanso e veraneio em desde meados do século XIX. A esse respeito Coaracy (1965) traz que, “[...]São citadas famílias americanas, francesas e alemãs. Essas famílias ali tinham suas chácaras, passando temporadas no verão, em busca de lugares fora da capital” (COARACY (1965), apud FAGERLANDE, 2018, p.293). Recanto comum aos antigos residentes da capital federal e cidades adjacentes, espécie de refúgio para todos aqueles que apreciavam seu aspecto bucólico e interiorano. Estância de repouso e local ideal para se estabelecer e furtar-se ao fervor da capital desde o distante século XIX até os dias atuais. As belezas naturais de Paquetá lhe conferiram um caráter romantizado, bucólico, onde os problemas de ordem estrutural presentes nos outros bairros

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2020, projeto: “Ilha de Paquetá – ‘Um Oásis na Baía de Guanabara’”, sob orientação da Dr.^a Catia Antônia da Silva.

cariocas na ilha não existissem. Entretanto, ao observador de olhar acurado os problemas urbanos, sociais e ambientais já estão presentes e bastante perceptíveis em Paquetá, embora em menor escala, se comparado àqueles presentes na capital, não podendo ser ignorados sob pena de tornarem-se de difícil solução no espaço limitado da ilha.

Nesse sentido, é preciso considerar que as dinâmicas sociais e urbanas, e a ocupação socioespacial implementadas na capital com o passar do tempo também ocorreram nesse recanto antes tranquilo e conservado por décadas distante da vida buliçosa da cidade do Rio de Janeiro. A utopia de uma vida sem alterações perceptíveis comumente atribuída à Paquetá, mostrar-se-á diversa a esse observador atento, a partir das mudanças, tanto no aspecto urbano, com o melhoramento de ruas e elementos concernentes à administração pública, quanto no aspecto social resultado do aumento contínuo da população permanente e a intermitente.

Assim, seria forçoso admitir que mudanças semelhantes atingiriam o bairro insular, sendo este afetado também por essa mesma dinâmica. Paquetá passou a refletir aspectos que vigem na capital, pois, ao mesmo tempo em que apresenta praias bonitas, recantos bucólicos, aspectos exteriores de tranquilidade, carrega consigo; poluição ambiental, especulação imobiliária entre outros problemas sociais, reforçados pelo surgimento de áreas periféricas onde, “[...] os atuais moradores, que chegam com hábitos diferentes: Som alto, falar alto, são aos maus modos imputados a esses vizinhos indesejáveis” (LEITÃO, 2013, p. 95), começa a ocupar metade dos oito morros e outros locais para moradia existentes na ilha.

Algumas dissensões antes não anotadas e perceptíveis entre moradores estão sendo materializadas em Paquetá, sendo o episódio mais relevante o corte da árvore baobá (Baobá João Gordo) ocorrido em 2020, tema abordado no capítulo três, considerado crime ambiental, cuja motivação aventou-se ser de cunho religioso, uma vez que a árvore baobá liga-se, tradicionalmente, a religiões de matrizes africana. Com o aumento de seitas neopentecostais na ilha, essas igrejas estariam na base desse conflito emulado pela demarcação de territórios dentro da ilha. A notícia veiculada em diversos órgãos de comunicação, chamou a atenção sobre a convivência até então pacífica em Paquetá em virtude de não ser comum relatos de conflitos políticos, sociais ou religiosos entre os seus moradores.

Protegida que foi pela posição geográfica, Paquetá sempre esteve algo resguardada dos contratemplos existentes nos demais bairros da capital, independente da zona administrativa em que estejam, apresentam percalços no que concerne ao trânsito, insegurança, violência, entre outros fatores que a capital carioca apresenta fatores esses inerentes a uma cidade cosmopolita.

Nesse sentido, necessário se faz, uma abordagem histórica sobre a concepção do espaço insular, dividido em sesmarias desde a sua ocupação, doações efetuadas por Estácio de Sá respectivamente a Inácio de Bulhões e a Fernão Valdez e em períodos posteriores, onde os proprietários de terras e comércios diversos, materializados a partir da exploração do espaço de Paquetá e recursos naturais da ilha, atestam o papel de relevo da ilha, porque, diferente de hoje, onde Paquetá é um distrito residencial por excelência, já ocorreram na ilha outras atividades referentes ao comércio e indústria. Segundo Coaracy, “[...] Em Paquetá já foram exercidas com manifesta eficiência atividades produtoras, tanto agrícolas como industriais. Aqui houve fazenda, houve hortas, floresceram fábricas diversas[...]” (1965, p.18-19). Ainda em relação a relevância de Paquetá no passado, temos em Leitão (2013, p.32) que; “A ocupação humana e econômica de Paquetá consolidou-se principalmente com base na exploração da indústria de cal”. Portanto, Paquetá não era apenas um recanto aprazível para moradores e visitantes, mas desempenhava papel de relevo para a economia da então capital federal e adjacências, fornecendo cal, elemento necessário e imprescindível nas construções de alvenarias desde o final do século XVI (LEITÃO, 2013, p.32).

Vale ressaltar que Paquetá também teve participação e importância no cenário da história da cidade do Rio de Janeiro, sendo palco, embora involuntário, do desenrolar da chamada Revolta da Armada eclodida em 1893 durante o governo do Marechal Floriano Peixoto, no âmbito da Baía de Guanabara. Segundo Dantas (1997) apud Leitão (2013, p.39); “Paquetá foi ocupada desde as primeiras horas da revolta e foi a última a ser recuperada pelas forças do Governo de Floriano [...]”. Paquetá foi utilizada pelos revoltosos que a mantiveram durante todo período em que durou a revolta. Os registros desses fatos em solo paquetaense são o Mausoléu da Marinha e o cemitério da ilha. Desses breves informes que serão retomados em local próprio nessa pesquisa, percebemos a importância da ilha e as mudanças que ocorreram com o passar do tempo sobre o papel que o bairro desempenhou para a cidade do Rio de Janeiro.

Os aspectos que estão hoje provocando a reestruturação do modo de vida dos ilhéus faz parte das mudanças que ocorrem no seio da organização social com o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, cujos reflexos atingem a ilha mesmo que de forma menos contundente como ocorre nos bairros do continente. A ocupação de espaços pertencentes a pescadores tradicionais da ilha, tema abordado no capítulo dois dessa dissertação, comerciantes, migrantes e moradores antigos da ilha, são o resultado desses reflexos da dinâmica social e urbana inerente a qualquer grande centro urbano. Espaços foram expandidos ou retraídos conforme a população

foi acrescida de novos indivíduos causando uma aceleração na ocupação do espaço insular e ao mesmo tempo a sua degradação e especulação imobiliária.

Novas demandas surgidas, trazidas por esses novos indivíduos que ocupam Paquetá, em boa medida, geram problemas e conflitos de interesses e disputas por esses espaços aparentemente desocupados, para a exploração da ilha em seus diversos aspectos. A importância de Paquetá nessa busca por segurança e tranquilidade perdidas na capital carioca, está causando um inchaço desmedido no bairro, sendo o turismo a mola propulsora para essa ocupação mais acelerada. Paquetá sempre foi um local atrativo para turistas; contudo, a partir de 2007, quando o incentivo à redescoberta do turismo na ilha foi implementado, Paquetá tornou-se alvo dessa atenção histórica; “Pela beleza natural, pelo pitoresco da paisagem, pela salubridade do clima, pela amenidade das condições de vida por todos os múltiplos encantos que a exornam[...]” (COARACY, 1965, p.105). Dessa forma, tem-se uma nova onda de apropriação do espaço da ilha com reflexos e consequências na estrutura social, urbana e ambiental ilha de Paquetá foi deflagrado desde então, cujas consequências precisam ser avaliadas e controladas sob pena de ocorrer um aumento populacional de difícil solução.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é o de analisar se a chegada de novos moradores teve influência na forma de organização, ressignificação, uso e ocupação socioespacial do bairro de Paquetá, tendo em vista os contrastes que a nova configuração social e territorial foi impactada a partir da adição a população da ilha desses indivíduos. Se o processo de mudança fomenta disputas e conflitos entre os habitantes contumazes e os novéis residentes do bairro de Paquetá. A ocupação de áreas historicamente pertencentes aos antigos moradores e os novos territórios surgidos no bairro com a chegada dos novos indivíduos acabou por carrear uma série de demandas que ocorriam apenas na capital e região metropolitana, começaram a ser reproduzidas, entre elas, o estabelecimento de igrejas neopentecostais na ilha, trouxeram conflitos, embora em escala menor, para a ilha, além de problemas estruturais, sociais e urbanos da capital fluminense. A percepção referente às mudanças, e possíveis soluções para o processo de ocupação crescente de moradores da capital e adjacências, na ilha será de suma importância para a compreensão centrada e objetiva e análise do objeto dessa pesquisa, quando for efetuada a abordagem dos indivíduos no processo das entrevistas *in loco*.

Em razão de ser um fator de destaque para a compreensão sobre o impacto do incentivo ao turismo em Paquetá, o recorte temporal escolhido para essa pesquisa foi o período compreendido entre o ano de 2007 até 2019. A escolha justifica-se por ser o período em que se iniciaram as mudanças relevantes no que concerne à intensificação de medidas voltadas ao

fomento de atividades turísticas na ilha a partir do Decreto Municipal 27543, de janeiro de 2007, que criou o Polo Turístico da Ilha de Paquetá. O incentivo ao turismo sem um estudo prévio do impacto que o aumento de turistas e de futuros moradores no espaço da ilha, pode ter contribuído para a emergência de conflitos resultantes do aumento da população de Paquetá. Tais observações puderam ser percebidas durante a abordagem para a coleta de dados que serão vistos no capítulo quatro dessa dissertação.

A metodologia para a obtenção dos dados, segundo Lakatos e Marconi (2002), implica no levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas (Lakatos e Marconi, 2003, p. 174). Para a aquisição dos dados dessa pesquisa e procedimentos metodológicos segundo preconiza Lakatos e Marconi (2003); foi efetuada pesquisa bibliográfica, bases teóricas e pesquisa de campo. A abordagem adotada para essa pesquisa foi a de caráter qualitativo, por ser mais adequada ao que esta se propôs; percepção de aspectos sociais, emocionais e culturais que puderam ser percebidos quando das entrevistas e exploração do ambiente para melhor descrever e explicar o tema pesquisado.

A obtenção dos dados ocorreu a partir de depoimentos dos entrevistados. Um questionário foi elaborado no feitiço aberto e semiaberto para a coleta das informações, onde os entrevistados tiveram liberdade de acrescentar sua percepção particular sobre o assunto da pesquisa, além das perguntas apresentadas. No decorrer da pesquisa de campo foram colocadas novas questões sobre o que pensavam os entrevistados sobre o tema abordado de forma livre.

Antes da coleta dos dados, foram efetuadas visitas preliminares ao local da pesquisa, com o fito de obter informações adicionais sobre o local e observar os futuros participantes no cotidiano da ilha. Essas observações, *in loco*, visaram montar a estratégia de abordagem dos entrevistados. A partir dessas observações, foi possível compreender o *modus vivendi* dos moradores da ilha no seu cotidiano, escolher o melhor dia e horário para as abordagens. As entrevistas foram gravadas com autorização dos participantes.

As entrevistas foram efetuadas em locais previamente agendados: Colônia de Pescadores, Morena (Associação de Moradores), Comércio, Pousadas e residência de moradores. As perguntas contidas no questionário foram elaboradas de forma que os entrevistados possam expressar suas impressões sobre o tema em análise, sempre dando ênfase as transformações ocorridas na Ilha de Paquetá a partir de 2007 ano da implantação do Polo Turístico de Paquetá. O local escolhido para o início da pesquisa. foi Colônia dos Pescadores, por ser este o ponto tradicional e emblemático de Paquetá, local onde vivem diversas famílias

vindas de diferentes regiões do Rio de Janeiro e histórias singulares ligadas a Paquetá. Toda pesquisa se deu no âmbito da ilha

Em virtude da complexidade e especificidade presentes nos diferentes grupos sociais que residem e frequentam a Ilha de Paquetá, a metodologia aplicada iniciou pela análise bibliográfica, pesquisa de campo e estudo de caso. Esse trabalho visou à construção de modelo comparativo entre os agentes que ora se apropriam do espaço paquetaense e sobre os diferentes territórios existentes dentro daquele.

A discussão desta temática mostra-se relevante, em razão do surgimento de conflitos sociais e religiosos no espaço da Ilha de Paquetá e que contrasta com a sua característica muito difundida de ser Paquetá lugar tranquilo e com ocorrências de atritos reduzidas. O preconceito de cunho religioso ligado a depredação do baobá africano denominado João Gordo em 2020, torna evidente uma tensão crescente da ilha e essa ligada ao fator religião, onde aquelas de matriz africanas são hostilizadas por seitas/religiões neopentecostais, com agravante de esse fator estar relacionado à discriminação social, regional e de classe social em termos mais amplos. A necessária análise desse fato na sociedade e os problemas daí advindos estão, positivamente, relacionados a privilégios históricos ligados a questões socioeconômicas, socioculturais no Brasil, no caso aqui tratado, especificamente na cidade do Rio de Janeiro e os reflexos dos atritos que são comuns no continente sendo transportados para o bairro de Paquetá. O tema será abordado, observado e analisado no corpus dos dados colhidos durante a pesquisa por ser atual e está em curso atualmente.

Referências:

COARACY, Vivaldo. **Paquetá - Imagens de ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora (Coleção Rio 4 séculos, v. 4). 2a ed. revista e aumentada, 1965.

LAKATOS, Eva Maria. Marcone, Mariana de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LEITÃO, Wilma M. **Cotidiano e história conflito social de um bairro carioca**. Tese de doutorado da UFRJ/IFCS. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. 2003.

LEITÃO, Wilma M. **Sob um céu de flamboyants: cotidiano e história social na Ilha de Paquetá**. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

LEITÃO, Wilma M. **Rivalidade cultivada, conflito e unidade social num bairro carioca**. *Comum*. Rio de Janeiro, v.9, n°22, p.173-197, janeiro/junho 2004.

SANTOS, M. **O retorno do Território**. In OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun-2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994, 190 p.

_____. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, Edusp. 2014.

Sítios consultados:

<https://www.bn.gov.br/noticia/2015/06/rio-450-anos-bairros-rio-paqueta> <https://diariodorio.com/historia-da-ilha-de-paqueta/>

<https://ilhadepaqueta.com.br/paqueta-e-a-cidade-do-rio-de-janeiro/>

https://www.wikiwand.com/pt/Ilha_de_Paqueta

<http://www.gda.com/>

<https://www.g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/01/policia-investiga-corte><https://www.g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/01/policia-investiga-corte-de-arvore-de-origem-africana-sem-autorizacao-em-paqueta.ghtml> <http://www.ilhadepaqueta.com.br/>

<http://www.riodeboasnoticias.com.br/conquistas/nasce-o-primeiro-broto-de-baoba-corta-do-em-paqueta/>

http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5148142/4145881/ListadeBairroseAPs_Mapa.pdf

<https://periodicos.uff.br/geographia/index>

<https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=13932>

O uso dos jornais como documentos históricos

Tânia dos Santos Tavares¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: “Mídia e Violência Urbana: uma análise das páginas policiais do jornal O São Gonçalo.”, ainda em andamento. Começamos nossa abordagem a partir de uma breve contextualização do uso do jornal impresso como fonte de pesquisa e a metodologia utilizada envolvendo bibliografia.

Para tanto, estão sendo feitas leituras e análises das matérias veiculadas pela editoria de polícia do jornal *O São Gonçalo*, que desde 1931 é o principal jornal em circulação da cidade. A escolha desse periódico se relaciona com o corte temporal, de 1998, ano que esta empresa jornalística passou a pertencer à Fundação Universo, e passou enfatizar as matérias de segurança pública, até 2019, quando o mesmo deixou de circular em sua forma física.

Além da realização de entrevistas com editores, chefes de fotografia e repórteres do jornal, para compreender como é o processo de produção jornalística e também da construção da notícia da editoria de polícia, considerando os conceitos e valores-notícia do jornalismo sensacionalista.

O primeiro capítulo trará uma breve contextualização sobre a relação da História da Imprensa em busca de uma melhor compreensão do que se refere o “alargamento do campo de preocupação dos historiadores” com a “renovação temática” relacionada à fontes, antes ausentes no campo da história como “o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filme, os jovens e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano”, considerados duvidosos, e que hoje são temas de monografias e teses acadêmicas. Esses foram pressupostos que marcaram a “passagem de um paradigma em que a análise macroeconômica era primordial para uma História que focaliza os sistemas culturais” (DE LUCA, 2015).

Ressalta-se que esses estudos foram essenciais para a renovação do conceito de fontes históricas iniciado com a Escola de Annales, a partir de 1930 e que ganhou força com a terceira

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2021, projeto: “Mídia e Violência Urbana: uma análise das páginas policiais do jornal O São Gonçalo”, sob orientação do Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes.

geração dos *Annales* nas décadas finais do século XX. Dessa forma, o conceito de fontes foi ampliado e fez com que o uso dos textos dos jornais e periódicos se tornassem objeto de pesquisa confiáveis para todo o trabalho que utiliza este tipo de fonte.

A ampliação do campo metodológico refletiu-se nas novas pesquisas, na qual foi possível a valorização dos sistemas culturais, que antes era possível somente por meio da análise macroeconômica. No entanto, foi produzida somente a partir da década de 1930, conforme aponta Le Goff (1990) “intervenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho (...)”. Na segunda etapa apresentamos um breve histórico do jornal *O São Gonçalo* traçando sua história com o panorama do início da industrialização e urbanização do município de São Gonçalo a partir da primeira metade do século XX.

Historicamente, os periódicos² têm desempenhado um papel central no estudo da história, o que tem levado os historiadores a praticar a história não apenas da imprensa, mas por meio da imprensa (DE LUCA, 2008). Através dos periódicos podemos construir e reconstruir a história, desvendar o social, o político, o econômico e os agentes participantes dentro de um período pré-determinado.

No entanto, o uso da imprensa como fonte histórica tem sido utilizado a partir de tempos recentes. Pois até o século XIX a tradição historiográfica impunha certos limites para um documento ser considerado uma fonte. Desse modo, era considerada imparcial e com pouca credibilidade.

Tânia Regina (2005) argumenta que “os jornais pareciam poucos adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados no influxo de interesses, compromissos e paixões.” Esse movimento trouxe novas possibilidades de interpretação e releitura para o conhecimento histórico. Dessa forma, distanciou o trabalho do historiador metódico que se baseava em paradigmas do conhecimento e acontecimentos políticos e econômicos dos grupos dominantes.

Assim, os documentos produzidos pela imprensa abriram um amplo campo de estudo para os historiadores, permitindo-lhes compreender as características do passado e do presente da história da humanidade. Sendo assim, Maria Helena Capelato (1988) também ressalta a

² Em 1998 a WAN-IFRA – Associação Mundial de Jornais e Editores de Notícias adota a definição da UNESCO para jornais diários com o objetivo de padronizar e facilitar comparações internacionais. De acordo com essa definição, usada pelo World Press Trends (publicação da Associação que reúne dados sobre a imprensa em todo o mundo), jornais diários são aqueles publicados no mínimo quatro dias por semana. Jornais não diários são aqueles publicados 3 dias ou menos. <https://www.anj.org.br>. Consultado: 07/03/2023.

importância da imprensa como fonte de pesquisa ao afirmar ser a imprensa “manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado”, pois “possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos”.

A autora (CAPELATO, 1988) lembra que “o periódico, antes considerado fonte e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época”, e que “passou a ser concebida como espaço de representação do real”. Diante disso, os jornais os historiadores têm descoberto novas possibilidades "proporcionadas pelos jornais". Esses deixaram de ser "apenas um recipiente de informações" sobre eventos políticos e econômicos de grupos governantes, mas um complemento indispensável de fontes de informação para historiografia que sugeriu ao historiador diferentes “perspectivas de pesquisa” e ampliação de seu campo de estudo.

Ressalta-se que as publicações de “cunho estreitamente cultural” ocupam espaço de importância no estudo das sociedades. Os jornais tornam-se, assim, agentes da história, representando não apenas os elementos subjetivos, mas sendo utilizados para abordagens, além dos eixos políticos e econômicos.

Para De Luca (2005) “uma relação estreita entre a diversificação das temáticas historiográficas e a escolha dos periódicos como fonte de pesquisa”. Como tal, seu conteúdo, portanto, não representará a origem de nenhum evento social de uma determinada sociedade, mas sim na forma estrutural da notícia, tendo em vista que a mídia antes de ser um objeto de informação, ela é uma indústria, ou seja, seu conteúdo é baseado no que vende mais, atendendo aos interesses do grupo dominante ao qual está inserida, como explica (CAPELATO, 1988).

Logo nas primeiras linhas de seu livro “*A História da Imprensa no Brasil (1966)*”³, Nelson Werneck Sodré já destacava que “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista”. No Brasil, a imprensa surgiu a partir da primeira metade do século XIX, quando a coroa portuguesa foge das tropas de Napoleão Bonaparte e se transfere para o Brasil, fazendo-o se tornar sede do império português.

Atendendo à necessidade da divulgação de documentos do Estado, ficou estabelecido a “impressão régia, onde se imprimiam exclusivamente toda a legislação e papeis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real serviço”⁴. Enquanto a corte portuguesa tivera aquartelada no Brasil, durante o período de ocupação da Península Ibérica pelas tropas

³ http://objdigital.bn.br. Objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or404270/or/40470.pdf. Civilização Brasileira. Exemplar 6671. P.1. Consultado: 10/03/2023.

⁴ Idem, p.2.

de Napoleão Bonaparte, foi providenciada a instalação de prelos e tipografias em solo brasileiro.

Esse fator ensejou a circulação do primeiro jornal em língua portuguesa na América – a *Gazeta do Rio de Janeiro*, editada pelo Frei Tibúrcio José da Rocha. Precedendo esse oficialista, que sofre as penas da censura estatal, Hipólito da Costa lançara em Londres e enviara clandestinamente para o Brasil o jornal *Correio Braziliense*. Esse meio de comunicação é considerado o mais antigo periódico brasileiro, em razão da sua natureza independente e do seu caráter noticioso (MELO, 2003b, apud OLIVEIRA, 2011)⁵.

Segundo Scherer (2013), embora existam registros de autores brasileiros sobre a imprensa antes de 1808, essa data se tornou um referencial para quem estuda a história da imprensa no Brasil.⁶ É sabido que alguns periódicos já circulavam pelo Rio de Janeiro, como a *Gazeta de Lisboa*, desde meados do século XVIII. E isso contribuiu para o surgimento da imprensa local, oferecendo voz para as diferentes camadas sociais que queriam ser ouvidas, consolidadas.

Apesar do grande número de analfabetos no país nessa época, o monopólio da informação ficou “por parte do restrito círculo de letrados existente durante todo período imperial”⁷. Segundo Sodré (1999), uma estrutura que “repousa no latifúndio e que não admite resistência”.

A introdução das artes gráficas no Brasil contribuiu para o surgimento do grande número de periódicos, os quais eram avidamente consumidos pela população. Entre eles, destaca-se a pioneira *Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Patriota*, *Jornal Literário*, *Político*, *Mercantil*, &c, e o *Baiano* A Idade d’Ouro do Brasil.

Esses títulos preparam uma incipiente opinião pública, que tem nos anos de 1820 a 1822 seu amadurecimento.”⁸ Assim, como é amplamente discutível, pois se sabe da “interferência dos governantes” e de grupos dominantes “de modo mais ou menos direto” na história da imprensa brasileira.⁹

Então, é possível compreender a resistência ao uso de textos jornalísticos como fontes de pesquisa pela historiografia brasileira, por um bom tempo. Durante o fim do século XIX e início do século XX, as fontes possuíam um caráter objetivo, incontestável e oficial. Eram

⁵ <https://repositorio.furg.br>, p.132. Consultado: 27/05/2023.

<http://intercom.org.br>, p. 3. Consultado: 10/05/2023.

⁷ Idem, p.4.

⁸ <http://intercom.org.br>, Acesso em 30 de mar. 2023. Consultado: 10/05/2023.

⁹ Idem, p.4

consideradas um documento que resgatava os feitos gloriosos dos grandes heróis e das falas das camadas dominantes. Período esse, em que as falas e o cotidiano da classe mais pobres eram ignoradas para o resgate de uma época.

A mudança na forma de perceber o texto jornalístico como objeto de estudo confiável ocorreu, a partir dos questionamentos disseminados pelo movimento da Escola de Annales¹⁰, cuja a atividade começou em 1929, e, que posteriormente ficou conhecido como Nova História¹¹. Uma nova proposta contrapôs ao positivismo histórico, permitindo o desenvolvimento de novos métodos e expansão do conceito de documento.

Embora houvesse “crítica a essa concepção”, De Luca (2005) relata que “não implicou o reconhecimento imediato das potencialidades da imprensa”. Pois apesar do deslocamento para uma nova forma de fazer história, a terceira geração de Annales, não abandonou as “questões de ordens estrutural perceptíveis na longa duração”, mas propunha novos temas, “novos objetos, problemas e abordagens”.(DE LUCA, 2005).

Dessa forma, a historiografia tradicional ampliou seu campo de atuação e passou a contar com os “aportes analíticos provenientes de outras Ciências Humanas como a Sociologia, a Psicanálise, a Antropologia, a Linguística e a Semiótica” (DE LUCA, 2005). Esse fato provocou o processo de alargamento das temáticas e a valorização de outras fontes, além dos documentos escritos. Contribuições metodológicas para o ofício do historiador como explicam os autores Jacques Le Goff e Pierre Nora (1978).

A obra coletiva e diversificada, pretende, no entanto, ilustrar e promover um novo tipo de história. A novidade parece-nos estar ligada a três processos, como: “novos problemas colocam em causa a própria história; novas abordagens modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; novos objetos, enfim, aparecem no campo epistemológico da história” (LE GOFF; NORA, 1978)¹²

Era preciso caminhar na direção de descortinar a face desses atores envolvidos na produção desses impressos (quem) e com que propósito. E, por último, perceber de que forma aquelas materialidades circulavam no mundo social, quem delas se apropriavam e que mudanças produziam naqueles que tinham contato com aquelas formas de comunicação¹³.

¹⁰A Escola dos Annales (1929-1989), cujos líderes Lucien Febvre e Marc Bloc, pertencentes a primeira geração de Annales, são os principais articuladores da Nova História que buscaram a renovação teórico-metodológica da história. Os Annales se opunham ‘à história tradicional porque esta, enfatizava a história acontecimental e simplesmente narravam os acontecimentos de guerra, políticos e dos grandes líderes. O movimento de Annales, propunha uma história voltada para o cotidiano e atividades humanas sob a influências das ciências sociais com outras ciências.

¹¹ <https://www.revista.ueg.br>. Consultado: 27/05/2023.

¹² <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view>. consultado: 10/05/2023.

¹³ <https://www.revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br>. ALCEU - v. 10 - n.20 - p. 26 - jan./jun. 2010. Consultado: 01/06/2023.

Assim, a historiografia antes engessada aos acontecimentos políticos e econômicos ditados pelos grupos dominantes se serviu de novas perspectivas contemporâneas que garantiu credibilidade científica para a história. Esse movimento evidenciou novos problemas ao trabalho do historiador e a valorização de outras fontes.

Nesse sentido, o “que incluíam o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, o corpo as festas, os filmes, os jovens, e as crianças, as mulheres, aspectos do cotidiano, enfim uma miríade de questões antes ausentes do território da História,” elementos esses que contribuíram para variadas análises do fazer histórico. De acordo com a formulação do historiador Michel Certeau (2005 apud DE LUCA, 2005)¹⁴: “O historiado não é mais um homem capaz de construir um império. Nem visa mais o paraíso de uma história global. Ela chega a circular em torno das racionalizações conquistadas. Ele trabalha nas margens. Sob esse aspecto, ele se torna um erradio”.

De Luca (2005) ressalta, que paralelo ao movimento “causado pela História Nova,” o marxismo passou por uma profunda renovação. Os estudos de Raymond Williams, Perry Anderson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e, sobretudo E. P. Thompson, reunidos em torno de *New Left Review*, apontaram para uma nova concepção ao reconhecer a “importância dos elementos culturais, não mais encarados como reflexo da realidade mais profundas, o que era comum em leituras reducionistas(...)” (DE LUCA, 2005).

Esse alargamento do campo a metodológico ficou evidentes nas novas pesquisas, em que ocorre a valorização dos sistemas culturais. Isso era possível somente através da análise macroeconômica e foi apenas uma etapa do que se viria a se produzir, a partir da década de 1930. E que Le Goff (1990), enfatiza que a: “Intervenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da própria posição da sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção.” (LE GOFF, 1990)

Para Jacque Le Goff (1990), a história cultural abriu espaço para pesquisa, ampliando a noção de documento. Isso permitiu aos historiadores obter novas perspectivas e interpretações do passado, afastando-se de metodologias baseadas na autenticidade de documentos estes como verdades únicas.

¹⁴<https://edisdisciplinas.usp.br/mod/resource/view>. consultado: 10/05/2023.

Mas Jacques Le Goff não é o único de sua geração a compartilhar dessa discussão. Pierre Nora também chama atenção de tomar a memória como um fato histórico em si e aponta para oposição entre memória e história. Pois para esse autor “tudo o que hoje é chamado de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo o que é chamando de clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história”¹⁵ (LE GOFF, 1990).

Essas contestações levaram a uma relação de percepção entre o texto de um jornal e a história, além de trazer para discussão historiográfica uma ampliação e uma nova percepção de métodos para o trabalho do historiador. Dessa forma, “os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (LUCA, 2005).

Segundo De Luca (2005), a partir da década de 1970 a imprensa passa a ser utilizada como fonte. O autor ressalta que o “estatuto da imprensa sofreu um deslocamento fundamental.” As narrativas dos periódicos passaram a oferecer outra “perspectiva metodológica” sobre o estudo do passado, e “ao lado da História a imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto de pesquisa histórica” (DE LUCA, 2005).¹⁶

Nesse sentido, conforme citado anteriormente, a Escola dos Annales, promoveu novas significações de documento histórico e de crítica documental. A noção de objetos, problemas e abordagem foi ampliada com a contribuição de outras ciências como a sociologia, antropologia, arqueologia, economia, psicanálise, entre outras, possibilitando o conceito de fontes históricas. A interdisciplinaridade contribuiu para o reconhecimento da imprensa como um importante documento de estudo de uma época. Assim, compete ao historiador “recorrer a outras fontes de informação,” não se limitando a textos de “autores isolados.” Ou seja, é preciso ter senso crítico e estar aberto aos variados “procedimentos metodológicos” e “técnicas de pesquisa que deem conta de tantas possibilidades (DE LUCA, 2015).

Peter Burke (2005, p.7) também salienta que foi com a renovação da história cultural, “redescoberta nos anos de 1970” que se observa uma ampliação no conceito de fonte e novos procedimentos metodológicos, os quais possibilitaram a imprensa encontrar seu espaço no âmbito da academia. A renovação das abordagens políticas e culturais atribuiu um novo valor à imprensa escrita, na medida em que ela avança.

¹⁵ <https://revistaspuccsp.br/revph/article/view>. Consultado: 01/06/2023.

¹⁶ <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view>. Consultado: 10/05/2023.

Em 1980, as historiadoras Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado em sua dissertação de 1974, a qual mais tarde foram fundidas em livro *O Bravo Matutino* de 1980, também afirmaram que a imprensa é um manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, o que possibilitou ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. Dessa forma, outras abordagens metodológicas surgiram para a escolha do jornal como fonte de pesquisa.

Diante disso, Capelato e Prado (1980, apud DE LUCA, 2005) afirmam que:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquela perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.

Maria Helena Capelato (1988) também argumenta que os discursos jornalísticos permitem ao historiador uma melhor compreensão do passado e “passou a ser concebida como espaço de representação do real”¹⁷. Através do confronto das falas e das ideias que, “permitem ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos(...)” (CAPELATO, 1988).

Embora nas últimas décadas a renovação das abordagens políticas e culturais tenha redimensionado a importância da imprensa, fazendo com que os textos dos impressos periódicos sirvam de referências para a construção e reconstrução do passado, é necessário o olhar atento do pesquisador para as publicações midiáticas. Ou seja, ao selecionar o texto jornalístico com fonte de pesquisa, o historiador deve considerar que sua fonte não contém toda verdade sobre determinado acontecimento. Pois a produção da notícia está sujeita a fatores diversos como político, culturais e ideológicos, que interfere na intencionalidade da publicação.

Sendo assim, é necessário prudência aos procedimentos demandados pelos jornais, visto que estes se revestem de uma “complexidade desanimadora” e de “influências ocultas”. Pois é sabido que a imprensa faz parte da indústria cultural e de uma cadeia de produção (DE LUCA apud GLÉNISSON 2005). Dessa forma, entende-se que são mercadorias de informações vendáveis, as quais sofrem influências de pessoas e instituições em todo seu processo de produção e como tal é manipulável à medida que ela se comercializa. Ou seja, o fazer jornalístico se submete às imposições econômicas e ao lucro que o produto (jornal) trará.

Nesse aspecto, deve-se ter o cuidado com o uso “instrumental e ingênuo do periódico” para que a imprensa não passasse de “meros receptáculos de informações,”. Tampouco “como

¹⁷CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

uma “instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos” (LUCA, 2005).

Diante disso, percebe-se que embora o conteúdo jornalístico tenha contribuído cada vez mais nos trabalhos acadêmicos, deve-se considerar que o jornalista e o historiador são dois profissionais distintos. Mesmo que se dizendo “testemunha ocular da história¹⁸”, os jornalistas:

Não conseguem assegurar a historicidade de um determinado fato apenas por noticiá-lo. Afinal, o que hoje surge nas manchetes como um assunto importante pode não ter significado algum para as gerações posteriores. Da mesma forma, um acontecimento que passou despercebido ou foi minimizado pelos jornais talvez seja considerado fundamental para compreender um futuro próximo.¹⁹

Apesar dessa argumentação, a notícia perde sua atualidade no decorrer do dia, e já no fim da noite o jornal se transforma em apenas um papel velho para “embrulhar peixe”²⁰. Já para o historiador, o sentido do que já foi publicado em um periódico se transforma também em um documento histórico, ou seja, em um registro cristalizado no tempo e passível de ser analisado a partir de um método historiográfico.²¹ Nas observações de Marialva Barbosa as “temporalidades” desses dois profissionais”, são representadas pelo jornalista (que escreve a no momento em que o fato aconteceu) e o historiador (aquele que lê a matéria no futuro).

Na verdade, o que aproxima o ofício do jornalista ao trabalho do historiador é o olhar com que se deve focar os fatos. Não se procura a verdade dos fatos, mas tão somente interpretar, para, a partir de uma interpretação – na qual não se nega a subjetividade de quem a realiza – tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador (BARBOSA, 1998).

Observa-se que tanto o jornalista, quanto o historiador realizam interpretações, cada um no seu momento. Barbosa (2010) chama a atenção para o uso exacerbado” dessas novas fontes, que geram “reflexões em torno da utilização desse material e dos limites a que estariam sujeitos os historiadores ao utilizar esse universo descritivo como materialidade do passado”.

Assim o processo de produção de conteúdo para imprensa ocorre, “a partir de um olhar particular. Isto é, daquele que foi chamado periodista, editor, redator, repórter e, por último, de maneira indiferenciada, jornalista, que os fatos foram agrupados. Produzindo uma espécie de

¹⁸ Este slogan foi criado para o Repórter Esso em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, em substituição à frase anterior, “o primeiro a dar as últimas”. A alteração serviu para enfatizar a principal característica do programa: buscar a confirmação da notícia antes de divulgá-la.

¹⁹ <https://www.seer.ufrgs.br/aedos/article>.

Consultado: 11/05/2023.

²⁰ Idem, p.43

²¹ Idem

atestado do que aconteceu naquele presente que a passagem do tempo transforma em passado” (BARBOSA, 2010).

São aspectos tornam a profissão do historiador específica, permitindo-lhe utilizar outros tipos de documentos e novas abordagens políticas, socioeconômicas e culturais, que respondem as inquietações desse profissional e transformam os jornais em agentes históricos.

Diante dessa perspectiva, cabe ao pesquisador questionar seu objeto de estudo de modo a compreender a que público ele é direcionado? Qual foi o processo de produção desse veículo? Qual o discurso político e ideológico editorial desse veículo? De onde veio o dinheiro para sua confecção e para o pagamento de funcionários? Qual sua periodicidade? São questionamentos que trazem à tona a identidade do objeto investigado, tornando o trabalho do historiador possível diante de novos modelos de abordagens sobre o discurso do passado. Todos esses questionamentos sobre as características de um periódico o torna único e necessário como fonte histórica e seus textos devem ser mantidos em posição de destaque.

Referências

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

DE LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Atualizada. Rio de Janeiro: Mauad. 1999.

A Escola Industrial de Macapá no contexto da implantação do capitalismo industrial no ex-Território Federal do Amapá

Tatiana Pantoja Oliveira-Araújo¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Joana Bahia

Introdução

Neste texto, procuramos apresentar alguns resultados iniciais de pesquisa da nossa Tese de Doutorado, que está em formulação. Relaciona a criação do Território Federal do Amapá com a sua inserção dentro da economia mundial, a partir da exploração mineral, e com os projetos de Estado, executado pelo governo que veio a administrar o Território. Discute a criação da Escola Industrial nestes cenários e sua precípua função na formação dos futuros trabalhadores do Amapá, correlacionado com as representações em torno de educação, saúde e trabalho. Analisa as formas de ingresso, o currículo ministrado, o cotidiano escolar e seu controle, as oficinas instaladas. As fontes analisadas são pertencentes ao arquivo da escola, como Relatório de Atividades do ano de 1956 dos diretores, Horários Escolares, Listas de Matrículas, Controle de Frequência, Controle de Matrícula, Movimento das Oficinas. Foram ainda realizadas duas entrevistas de História Oral de ex-alunos da escola, optando por não identificá-lo no momento.

1 Breve contextualização da criação do ex-Território Federal do Amapá

Em 1904 aconteceu a incorporação do Acre ao Brasil sob o inédito dispositivo jurídico de Território Federal. Trinta e nove anos se passaram até que esse dispositivo voltasse a ser usado na política brasileira, agora não mais para incorporar glebas estrangeiras e sim fazer uma redivisão do País por meio do Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, criando os Territórios Federais do Amapá, de Roraima, de Guaporé, de Ponta-Porã; de Iguazu (PORTO, 1999).

Existem várias análises em torno das motivações para o surgimento do Território Federal do Amapá (TFA). Há autores, como Santos (2006), que afirmam corresponder às intencionalidades do Estado de conjugar a expansão burocrática e militar sobre esta região e a

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2022, projeto: “Na corda bamba do Poder: as relações entre Estado e Igreja Católica no Ex-Território Federal do Amapá (1948-1964)”, sob orientação da Dr.^a Joana D’Arc do Valle Bahia e coorientação da Dr.^a Branda Caranzas.

exploração econômica das jazidas de manganês encontradas na região. Para outros, como Porto (1999), as justificativas giravam em torno das ideias de nacionalização, integração e segurança nacional, tendo como pano de fundo a implantação do capitalismo, conectado ao contexto da Segunda Guerra Mundial.

Deve-se também atentar para a vigência do Estado Novo a nível nacional, que qualificava o cidadão à sua vinculação particular ao processo produtivo (REIS, 1988). Analisando por esse prisma, Silva (2011) afirmou que “a identidade nacional passava a ser a identidade territorial, sem a qual não seria possível a construção do Estado Nacional (...) a partir da redivisão territorial e da implantação de uma política intervencionista e centralizadora do Governo Federal, na região”.

Com grande potencial de exploração econômica manganésífera nas terras do então nascente torrão amapaense, logo o Governo do Território Federal do Amapá (GTFA), sob a autoridade do então primeiro governador, Capitão Janary Gentil Nunes fez tratativas para escolher a empresa a qual seria concedido tal direito, junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), elegendo a ICOMI S. A, empresa nacional associada à americana Bethlehem Steel, que detinha 49% de suas ações (DRUMOND; PEREIRA, 2007).

O nacionalismo econômico era uma característica do período. As empresas que quisessem explorar as riquezas naturais e minerais do Brasil tinham que ser brasileiras, podendo até se associar ao capital internacional, desde que fosse resguardado de que não teriam a maioria das ações.

Estimulou-se, portanto, a exploração mineral como a mola propulsora do desenvolvimento econômico do TFA. Para o capital industrial internacionalizado se instalar na região, foi preciso a montagem de toda uma estrutura para a extração de manganês, desde aquisição de maquinários, construção de estradas e de ferrovias para transporte de materiais e de minerais, construção de um porto para escoamento da produção, entre outras demandas. Especialmente, era preciso contratar mão-de-obra capaz de executar todo esse trabalho. No início, quando a exigência da força física suplantara conhecimentos de competências técnicas, não havia grandes entraves para a essa contratação.

Nesse ínterim, conforme se avança na estruturação do parque explorador, a ICOMI S. A passou a se preocupar com as formas de exercer o controle sobre o trabalhador. Conforme NUNES (2018), essa empresa passou também a construir duas vilas operárias, uma em Serra do Navio, núcleo de onde se extraía o manganês, e em Santana, núcleo receptor do mineral, onde se concluía a fase de beneficiamento e de escoamento por via fluvial para o mercado

externo. Constituíam-se em vilas operárias nas quais a empresa cedia aos seus contratados habitação para facilitar o acesso ao trabalho, com a exigência de que seguissem as normas e regulamentos sociais da empregadora, numa tentativa de controle e ao mesmo tempo disciplinarização dos trabalhadores. No entanto, a empresa fazia questão de que prevalecesse o senso de hierarquia, com áreas residenciais e clubes diferenciados por tres setores, sendo o Staff, destinado para os funcionários mais qualificados e os que assumiam postos de comando, a Vila Intermediária, para que os técnicos, e Vila Primária, para os que desempenhavam funções mais braçais, sem exigência de qualificação. Pessoas solteiras não ganhavam casa e sim espaço em alojamentos específicos.

Paz (2011, p. 127) avaliou que o controle exercido pela ICOMI extrapolava a caracterização de vila operária, transformando-se em *company towns*, pois tinham intencionalidades que iam além de ajuste e normatização de trabalhadores locais não-especializados aos padrões de produtividade e aos ritmos de trabalho da indústria moderna capitalista, "buscando inculcar-lhes ideais 'adequados' de comportamento, alimentação, lazer, direitos e obrigações baseados em um modelo de família estável". O controle da empresa não limitava-se às relações trabalhistas, passando para um controle social, em que a vigilância atingia até a vida íntima do indivíduo e de seus lares, traçando papéis a serem desempenhados para toda a família, sob risco de expulsão do lugar e demissão. Assim, a empresa conjugava com o Estado no projeto de transformar o caboclo amazônico em operário disciplinado e de conduta moral, para, deste modo, cumprir a importante função de preservar a integridade das fronteiras, garantindo a soberania nacional sobre elas.

Desta feita, Estado colocava-se como o organizador desse processo e tentava fazer sua parte no projeto formulado para a integração nacional. Por meio das ações do governador Janary Nunes, também empreendeu várias obras de saneamento, urbanização, construção de prédios públicos e de escolas, cumprindo o lema de "Sanear, Educar e Povoar".

Ocorreu um aumento populacional com centenas de imigrantes se deslocando para a região procurando emprego e novas oportunidades de vida. Havia empregos no setor mineralógico e na construção civil. Macapá virou um canteiro de obras e modernizava-se (LOBATO, 2013).

2 A Escola Industrial de Macapá: a esperança de novos dias

Como já mencionado, foram lançadas bases que guiariam o Amapá rumo ao desenvolvimento. Anteriormente, nessa parte da região amazônica, prevalecia o extrativismo

vegetal, uma prática ditada pelas normas da natureza. Com a criação do TFA era chegado o tempo da exploração racional, com bases industriais, onde o homem transforma a natureza para gerar grandes lucros. Claro que esses lucros eram abocanhados pelo Capital internacional, visto que o minério extraído era destinado à exportação.

Para que tais intentos fossem plenamente atingidos, tanto o grande Capital, por meio da ICOMI, quanto o GTFA, que estava facilitando sua implantação, sentiram a necessidade de que houvesse mudanças dos aspectos socioculturais da comunidade da Amazônia. Intelectuais da área econômica, como Fiani (2011), tem enfatizado que o ambiente institucional é fator determinante para o alcance do desenvolvimento, pois atua para que sejam combinados capital, força de trabalho, recursos naturais e conhecimentos tecnológicos, de modo que haja cooperação com poucos conflitos, sendo preciso para isso que:

“(...) os indivíduos dessa sociedade se relacionem uns com os outros, promulguem leis, desenvolvam normas, obedeçam às convenções etc., para que estes recursos resultem em bens e serviços que determinarão o padrão de vida que será possível alcançar. Esse relacionamento é mediado pelo ambiente institucional de que cada sociedade dispõe.” (FIANI, 2011, p. 7).

Nesse aspecto, as organizações desempenham grande influência para a criação de leis e de normas, além de seu papel em convencer e converter à obediência a elas. A educação foi escolhida como um dos baluartes de sustentação de todo esse projeto de desenvolvimento, na qualidade de um instrumento de nacionalização. A colonização da região seria feita “por homens com corpos saudáveis e mentes educadas, enfim, habilitados à promoção da riqueza pessoal e nacional.” (LOBATO, 2009, p. 89).

O GTFA empreendeu a criação de vários grupos escolares de Ensino Primário e as reformas dos já existentes, pelos municípios da região. Na capital Macapá, fundou as seguintes escolas de Ensino Secundário: Escola Normal de Macapá, o Colégio Amapaense, Colégio Comercial do Amapá, Escola Industrial de Macapá e a Escola Doméstica de Macapá. Além disso, foi criada a Escola de Iniciação Agrícola, no município de Amapá. Segundo Lobato (2009), havia uma hierarquização que refletia as desigualdades sociais, pois o Ensino Primário voltava-se para a formação do cidadão-trabalhador e o Ensino Secundário era frequentado pelos filhos da burocracia e voltava-se para formação de uma *intelligentsia* brasileira, com enfoque na preparação para o ensino superior, que deveria ser cursado fora do Território (LOBATO, 2009).

Como uma terceira via, havia o ensino profissional. Devido a necessidade de formação técnica de mão-de-obra que atendesse às exigências descortinadas pelo nascente empreendimento manganêsífero e pelas demandas por produtos manufaturados, a Escola

Industrial de Macapá teve um grande destaque nos planos de ação do GTFA.² Segundo Silva e Bastos (2022, p. 5), ocorreu um interesse devido às "possibilidades de ocupação imediata e ganho financeiro diferenciado dos alunos egressos das escolas profissionais [o que] concorreram para um rápido crescimento desta modalidade de ensino local."

Conforme os Históricos de criação da referida Instituição, arquivados no acervo escola da mesa, sua criação aconteceu em 01 de dezembro de 1949, sob denominação de Escola Profissional Getúlio Vargas, a instituição escolar teve sua nomenclatura modificada para Escola Industrial de Macapá exatamente após um mês, pelo Decreto n. 101/GAB, funcionando como internato e semi-internato. Em 24 de julho de 1964, foi renomeada como Ginásio Industrial de Macapá, sendo o nome alterado para Ginásio de Macapá, cerca de um ano depois.³ Mais do que mudanças de denominação, a partir de 1965 houve uma modificação substancial da escola, pois o curso de internato fora extinto e o educandário passou a atender apenas em externato orientado para o trabalho, em um outro contexto histórico e com outra proposta pedagógica. Por isso, esse estudo concentra suas análises no período de 1949 a 1964, ao qual dedicou-se ao internato e semi-internato, como Escola Industrial de Macapá, pelas suas correlações com as Reformas Capanema e com a adoção do modelo de escolanovista.

A Escola Industrial de Macapá (EIM), tinha seu público alvo exclusivamente masculino. As formas de ingresso cumpriam dois requisitos: estar na faixa dos 12 aos 15 anos de idade e ser aprovado nos testes de admissão, conforme a legislação educacional vigente à época. A duração do curso era de 4 anos, ao término do qual o estudante era diplomado em Artes Industriais.

Embora a pesquisa ainda esteja em processamento, podemos apresentar alguns resultados iniciais. No Acervo Escolar da Escola Antonio Cordeiro Pontes, sucessora atual da EIM. Selecionamos alguns dos documentos coletados para análise e alcance dos objetivos propostos neste artigo, como os Relatórios de Atividades da Escola Industrial de Macapá, que eram produzidos pelos diretores em exercício ao final de cada ano letivo para prestar conta de

² Outra instituição que funcionava nesse mesmo regime de internato e semi-internato era Escola Doméstica de Macapá, uma escola feminina criada em 1951, para meninas e moças a fim de receberem instrução escolar e habilidades em prendas domésticas, colocada sob a tutela de uma ordem religiosa feminina, que foi estudada em minha dissertação de mestrado. Ver: OLIVEIRA, Tatiana P. Público/confessional, cultura escolar e formação de habitus: a Escola Doméstica de Macapá/AP (1951-1964). 2016. 203 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá. 2016.

³ A escola ainda teve mais três alterações em sua designação: Ginásio de Macapá, Escola Integrada de Macapá e, a designação atual como Escola Antonio Cordeiro Pontes, cujo nome homenageia um ex-aluno da Escola Integrada, que também foi um de seus professores, além de ter exercido cargos políticos.

suas ações, avaliar a corpo docente e outros funcionários e apresentar dados estatísticos e de produção, à Divisão de Educação e ao governador do TFA.

Destaca-se em especial o *Relatório de Atividades da Escola Industrial de 1956*, que foi produzido em 12 de novembro de 1956 pelo diretor José Ubirajara Lopes de Souza, pelo seu discurso e por trazer em anexo vários documentos sobre a cultura escolar da EIM, como a Relação de alunos matriculados. O curso ministrado na escola era o Industrial básico, sendo escalonado em 4 séries, com turmas únicas para cada uma. Para a formação da turma de 1ª Série, foram prestados os testes de admissão, chamados no documento de "exames vestibulares de 2ª época", nos quais dos 53 alunos inscritos, 39 foram aprovados. Ainda foram matriculados 18 alunos de outros estabelecimentos, não esclarecendo quais, e 1 aluno repetente. As turmas de 2ª e de 3ª Séries tiveram, respectivamente, 21 e 19 alunos. A turma de 4ª Série apresentou apenas 4 matriculados. Estamos em investigação para acompanhar a evolução desta última turma desde seu primeiro ano, em 1953, que torne possível explicar esse quantitativo. No total, em 1956, a EIM tinha 102 alunos matriculados

Permite averiguar as "disciplinas" ou "matérias" lecionadas, conforme chamavam os componentes curriculares à época, com os documentos dos Horários Escolares da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, com base no qual elaboramos o Quadro 1, intitulado Horário Escolar do ano letivo de 1956 para todas as Série, apresentado na próxima página. Para fins de melhor identificar a distribuição dos horários e a carga horária, cada "disciplina" apresenta uma cor específica, mantendo-se os nomes das mesmas e a divisão das horas, de acordo como apresentado nos documentos.

Quadro 1 - Horário Escolar do ano letivo de 1956 para todas as Série

DIA	HORA	1 SÉRIE	HORA	2 SÉRIE	3 SÉRIE	HORA	4 SÉRIE
SEGUNDA-FEIRA		MANHÃ		MANHÃ	MANHÃ		MANHÃ
	05:45-06:30	Ed. Física	05:45-06:30	Ed. Física	Ed. Física	05:45-06:30	Ed. Física
	07:10-08:00	-	07:10-08:00	-	Matemática	07:10-08:00	-
	08:00-08:50	Canto	08:00-09:50	Oficina	Oficina	08:10-09:00	Desenho
	09:00-09:50	Português				09:00-09:50	Desenho
	09:50-10:00	Merenda	09:50-10:10	Merenda	Merenda	09:50-10:10	Merenda
	10:10-11:00	Ciências	10:10-11:00	Oficina	Oficina	10:10-11:00	Desenho
		TARDE		TARDE	TARDE		TARDE

DIA	HORA	1 SÉRIE	HORA	2 SÉRIE	3 SÉRIE	HORA	4 SÉRIE
SEGUNDA-FEIRA		MANHÃ		MANHÃ	MANHÃ		MANHÃ
	05:45-06:30	Ed. Física	05:45-06:30	Ed. Física	Ed. Física	05:45-06:30	Ed. Física
	07:10-08:00	-	07:10-08:00	-	Matemática	07:10-08:00	-
	08:00-08:50	Canto	08:00-09:50	Oficina	Oficina	08:10-09:00	Desenho
	14:00-15:00	Oficina	14:00-14:50	Português	Desenho	14:00-14:50	Oficina
	15:00-15:15	Merenda	14:50-15:00	Merenda	Merenda	14:50-15:00	Merenda
	15:15-17:00	Oficina	15:00-16:00	Ciências	Desenho	15:10-17:00	Oficina
	16:10-17:00		Matemática	Desenho			
TERÇA-FEIRA		MANHÃ		MANHÃ	MANHÃ		MANHÃ
	05:45-06:30	Horta-jardim	05:45-06:30	Horta-jardim	Horta-jardim	05:45-06:30	Horta-jardim
	07:10-08:00	-	07:10-08:00	Geografia	Matemática	07:10-08:00	História
	08:00-08:50	Geografia	08:00-09:50	Oficina	Oficina	08:10-09:00	Português
	09:00-09:50	Português				09:00-09:50	Ciências
	09:50-10:00	Merenda	09:50-10:10	Merenda	Merenda	09:50-10:10	Merenda
	10:10-11:00	Canto	10:10-11:00	Oficina	Oficina	10:10-11:00	-
		TARDE		TARDE	TARDE		TARDE
	14:00-15:00	Oficina	14:00-14:50	Desenho	Português	14:00-14:50	Oficina
	15:00-15:15	Merenda	14:50-15:00	Merenda	Merenda	14:50-15:00	Merenda
	15:15-17:00	Oficina	15:00-16:00	Desenho	Ciências	15:10-17:00	Oficina
16:10-17:00			Desenho	-			
QUARTA-FEIRA		MANHÃ		MANHÃ	MANHÃ		MANHÃ
	05:45-06:30	Ed. Física	05:45-06:30	Ed. Física	Ed. Física	05:45-06:30	Ed. Física
	07:10-08:00	-	07:10-08:00	Religião	Matemática	07:10-08:00	História
	08:00-08:50	Religião	08:00-09:50	Oficina	Oficina	08:10-09:00	Português
	09:00-09:50	Português				09:00-09:50	Ciências
	09:50-10:00	Merenda	09:50-10:10	Merenda	Merenda	09:50-10:10	Merenda
	10:10-11:00	Ciências	10:10-11:00	Oficina	Oficina	10:10-11:00	-
		TARDE		TARDE	TARDE		TARDE
	14:00-15:00	Oficina	14:00-14:50	Ciências	Desenho	14:00-14:50	Oficina
	15:00-15:15	Merenda	14:50-15:00	Merenda	Merenda	14:50-15:00	Merenda

DIA	HORA	1 SÉRIE	HORA	2 SÉRIE	3 SÉRIE	HORA	4 SÉRIE
SEGUNDA-FEIRA		MANHÃ		MANHÃ	MANHÃ		MANHÃ
	05:45-06:30	Ed. Física	05:45-06:30	Ed. Física	Ed. Física	05:45-06:30	Ed. Física
	07:10-08:00	-	07:10-08:00	-	Matemática	07:10-08:00	-
	08:00-08:50	Canto	08:00-09:50	Oficina	Oficina	08:10-09:00	Desenho
	15:15-17:00	Oficina	15:00-16:00	Português	Desenho	15:10-17:00	Oficina
			16:10-17:00	Matemática	Desenho		
QUINTA-FEIRA		MANHÃ		MANHÃ	MANHÃ		MANHÃ
	05:45-06:30	Horta-jardim	05:45-06:30	Horta-jardim	Horta-jardim	05:45-06:30	Horta-jardim
	07:10-08:00	-	07:10-08:00	Geografia	História	07:10-08:00	Matemática
	08:00-08:50	Geografia	08:00-09:50	Oficina	Oficina	08:10-09:00	Canto
	09:00-09:50	Desenho				09:00-09:50	Ciências
	09:50-10:00	Merenda	09:50-10:10	Merenda	Merenda	09:50-10:10	Merenda
	10:10-11:00	Desenho	10:10-11:00	Oficina	Oficina	10:10-11:00	Tecnologia
		TARDE		TARDE	TARDE		TARDE
	14:00-15:00	Oficina	14:00-14:50	Desenho	Português	14:00-14:50	Oficina
	15:00-15:15	Merenda	14:50-15:00	Merenda	Merenda	14:50-15:00	Merenda
	15:15-17:00	Oficina	15:00-16:00	Desenho	Religião	15:10-17:00	Oficina
			16:10-17:00	Desenho	Ciências		
SEXTA-FEIRA		MANHÃ		MANHÃ	MANHÃ		MANHÃ
	05:45-06:30	Ed. Física	05:45-06:30	Ed. Física	Ed. Física	05:45-06:30	Ed. Física
	07:10-08:00	-	07:10-08:00	-	História	07:10-08:00	Matemática
	08:00-08:50	Matemática	08:00-09:50	Oficina	Oficina	08:10-09:00	Português
	09:00-09:50	Desenho				09:00-09:50	-
	09:50-10:00	Merenda	09:50-10:10	Merenda	Merenda	09:50-10:10	Merenda
	10:10-11:00	Desenho	10:10-11:00	Oficina	Oficina	10:10-11:00	-
		TARDE		TARDE	TARDE		TARDE
	14:00-15:00	Oficina	14:00-14:50	Matemática	Português	14:00-14:50	Oficina
	15:00-15:15	Merenda	14:50-15:00	Merenda	Merenda	14:50-15:00	Merenda
	15:15-17:00	Oficina	15:00-16:00	Português	Ciências	15:10-17:00	Oficina
			16:10-17:00	Ciências	-		

DIA	HORA	1 SÉRIE	HORA	2 SÉRIE	3 SÉRIE	HORA	4 SÉRIE
SEGUNDA-FEIRA		MANHÃ		MANHÃ	MANHÃ		MANHÃ
	05:45-06:30	Ed. Física	05:45-06:30	Ed. Física	Ed. Física	05:45-06:30	Ed. Física
	07:10-08:00	-	07:10-08:00	-	Matemática	07:10-08:00	-
	08:00-08:50	Canto	08:00-09:50	Oficina	Oficina	08:10-09:00	Desenho
SÁBADO		MANHÃ		MANHÃ	MANHÃ		MANHÃ
	05:45-06:30	Horta-jardim	05:45-06:30	Horta-jardim	Horta-jardim	05:45-06:30	Horta-jardim
	07:10-08:00	-	07:10-08:00	-	Canto	07:10-08:00	Matemática
	08:00-08:50	-	08:00-09:50	-	Tecnologia	08:10-09:00	Religião
	09:00-09:50	-		-		09:00-09:50	Desenho
	09:50-10:00	Merenda	09:50-10:10	Merenda	Merenda	09:50-10:10	Merenda
	10:10-11:00	Tr. Manuais	10:10-11:00	Tecnologia	Oficina	10:10-11:00	Desenho
		TARDE		TARDE	TARDE		TARDE
	14:00-15:00	-	14:00-14:50	Canto	-	14:00-14:50	-
	15:00-15:15	Merenda	14:50-15:00	Merenda	Merenda	14:50-15:00	Merenda
	15:15-17:00	-	15:00-16:00	-	-	15:10-17:00	-
		-	16:10-17:00	-	-		-

Fonte: elaborado pela autora, com base nos *Horários Escolares para 1956 -1a, 2a, 3a e 4a Séries* (AMAPÁ/EIM, 1956)

Pode-se verificar que a EIM preenchia o tempo do aluno durante todo o dia, com aulas nos turnos da manhã e da tarde, de segunda-feira a sábado. O dia começava cedo, as 5:45h da manhã, ora com Educação Física, ora com atividade na "Horta-jardim" até as 6:30h. Havia, então, um intervalo de 40 minutos. Como funcionava principalmente em regime de internato, os alunos faziam refeições na escola, que não aparecem marcadas nos Horários Escolares, à exceção da merenda. Os dois ex-alunos entrevistados foram enfáticos em frisar que eram servidas as três refeições do dia, além da merenda. Pode-se inferir que o tempo livre de intervalo era dedicado ao banho e ao café da manhã, pois devido ao clima quente e úmido do Amapá, seria muito comum a sudorese após a prática esportiva, e também para se limpar após ter que mexer em terra nos cultivos e manutenção da horta. Os alunos da turma da 1a Série tiveram um tempo livre extra, até as 8:00h da manhã.

As aulas seguiam até as 11:00h, com pausa para merenda, cuja duração era variável consoante ao dia da semana e a série, podendo ser de 10, 15 ou 20 minutos. conforme o dia da semana era. A partir daí, o tempo seria dedicado ao almoço e descanso. Na parte da tarde, a partir das 14:00h, tinham mais três ou quatro módulos-aula até as 17:00h, com mais um intervalo para merenda. Pode-se observar que a EIM funcionava com três horários escolares. Havia um específico para a turma de 1ª Série e outro para a turma de 4ª Série. Apenas as turmas de 2ª e de 3ª Séries tinham o tempo das aulas sincronizadas.

As aulas aconteciam de segunda-feira a sábado. Neste último dia da semana letiva, os alunos tinham que frequentar algumas "disciplinas," mas elas não preenchiam todo o dia, especialmente para as turmas de 1ª e 2ª Séries, que tinham apenas três módulos-aula, desfrutando de maior tempo livre. Por sua vez, as turmas de 3ª e 4ª Série tinham uma ocupada manhã, restando apenas o período vespertino de tempo livre. Não há registro do que os alunos se ocupavam nesses espaços de relativa liberdade, o que somente com o avanço da pesquisa e execução de mais entrevistas a autora poderá vislumbrar, em análises futuras.

Em relação a duração do módulo-aula, calculou-se que, na somatória das horas de cada "disciplina" por semana e seu resultado transformado em minutos, cada módulo-aula tinha o decurso aproximado de 50 minutos. Educação Física e "Horta-jardim," configuram evidente exceção, com tempo máximo de 45 minutos. Dessa forma, podemos então verificar quantitativo de módulo-aula por semana dispensado a cada "disciplina," no Quadro 2 - Relação das "disciplinas" por série e sua carga horária semanal.

Quadro 2 - Relação das "disciplinas" por série e sua carga horária semanal

"DISCIPLINAS"		CARGA HORÁRIA SEMANAL			
		TURMA DE 1ª SÉRIE	TURMA DE 2ª SÉRIE	TURMA DE 3ª SÉRIE	TURMA DE 4ª SÉRIE
CULTURA GERAL	Português	3	3	3	3
	Matemática	1	3	3	3
	Geografia	2	2	-	-
	História do Brasil	-	-	2	2

	Ciências Físicas e Naturais	2	3	3	3
	Religião	1	1	1	1
	Canto Orfeônico	1	1	1	1
	Educação Física	3	3	3	3
	Horta-jardim	3	3	3	3
CULTURA TÉCNICA	Desenho técnico	4	6	6	5
	Trabalhos Manuais	1	-	-	-
	Tecnologia	-	1	2	1
	Prática de Oficina Subdivida em: <ul style="list-style-type: none"> ● Artes de metal ● Marcenaria ● Artes em couro 	15	15	16	14

No *Relatório de Atividades da Escola Industrial de 1956* (AMAPÁ/EIM, 1956), as "disciplinas" foram classificadas em dois grupos. Compondo o grupo da Cultura Geral foram alocadas: Português, Matemática, Geografia, História do Brasil e Ciências Físicas e Naturais. Confrontando as informações com o Quadro 1, evidencia-se que faltaram ser arroladas neste grupo, Educação Física, Religião e Canto Orfeônico e "Horta-Jardim," pairando dúvida se esta última era uma "matéria" ou apenas uma atividade escolar prática.

Já Cultura Técnica era "grupo de disciplinas fundamentais de ensino Industrial," segundo o diretor José Ubirajara (AMAPÁ/EIM, 1956, p. 23) e era formado por: Desenho Técnico, Tecnologia e Prática de Oficina, sendo estas duas últimas subdivididas em: Artes em Metal, Marcenaria e Artes em Couro. O diretor planejava ainda implantar um curso de alfaiataria.

Ressalta-se que a turma de 1ª Série tinha uma "matéria" denominada de Trabalhos Manuais, que, deduzimos fazer parte do grupo de Cultura Técnica, justamente colocada no lugar de Tecnologia para a turma de 1ª Série, que somente passava a ter essa "disciplina" quando progredisse para a 2ª Série, no ano vindouro de 1957. Conforme os dois alunos egressos entrevistados, os alunos passavam dois meses fazendo rodízio em cada oficina até decidir-se pela qual tinha mais habilidade. Em 1956, conforme o documento Movimento das Oficinas, foi elaborado o Quadro 3 - Número de Matriculados por Série.

QUADRO 3 - Número de Matriculados por Série

TECNOLOGIA E PRÁTICA DE OFICINA	TURMA DE 1ª SÉRIE	TURMA DE 2ª SÉRIE	TURMA DE 3ª SÉRIE	TURMA DE 4ª SÉRIE	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS NAS OFICINAS
Artes de Couro	13	5	7	1	26
Artes de Metal	22	8	5	1	36
Marcenaria	23	8	7	2	40
TOTAL					102

Examinando o Quadro 2 sobre a distribuição de carga horária semanal entre as "disciplinas", corrobora-se com o que fora afirmado pelo diretor José Ubirajara de que realmente a parte da Cultura Técnica o que a EIM tinha de mais fundamental em seu currículo. Fica claro o quanto a escola voltava-se para seus objetivos de formar mao-de-obra qualificada, que se empregariam como sapateiros, serralheiros e metalúrgicos. Enobrecido ao mencionar que a EIM já diplomou mais de 40 alunos, o diretor assim se refere ao papel da instituição escolar:

(...) contribuindo dêsse (sic) modo para que o povo desta terra se prepare para enfrentar a luta pela vida, e levando assim o seu nível moral e formam-se homens , forjam-se caracteres pelo conhecimento das letras e dos princípios essenciais das ciências; pelo conhecimento das letras e dos princípios essenciais das ciências; pelo manêjo (sic) das ferramentas e das máquinas; pela transformação das matérias-primas , pela consciência da própria utilidade no consêrto (sic) das nossas relações internas e com o estrangeiro. O que representa a Escola Industrial de Macapá, casa de educação e de trabalho , todos compreendem. É como as suas congêneres dos demais Estados uma das fundações em que se deposita uma parcela das fagueiras esperanças para um Amapá maior e melhor." (AMAPÁ/EIM, 1956, p. 23)

Observa-se nitidamente a associação que se faz entre a educação, a preparação para o mercado de trabalho, ampliado pela presença da ICOMI e a elevação moral do trabalhador. Compartilhava-se da ideia de formar um homem novo que, segundo Lobato (2009), seria

alguém disciplinado e engajado ao trabalho produtivo, num grande esforço de se tentar transformar o homem regional, revigorando-o para que ajudasse no desenvolvimento. O discurso do diretor da EIM, demonstra que isso estava ocorrendo na prática e, assim, como agente do governo, estava contribuindo satisfatoriamente com o projeto do GTFA. Vale ressaltar que a adesão ao de modelo de ciencia não significa uma educação plenamente leiga, pois o Ensino Religiosos estava presente no currículo e a influência do catolicismo se fará sentir de muitas maneiras, que serão demonstradas na nossa Tese de Doutorado.

Notadamente, essas representações eram divulgadas a nível nacional. A atuação da Associação Brasileira de Educação teve grande influência na ideia de que a educação deveria ser baseada nos três pilares: saúde, moral e trabalho. Havia articulação entre esses vértices, de modo que a "concepção de higiene era utilizada de modo a designar medidas de construção de um 'meio social' favorável ao desenvolvimento físico, intelectual e moral dos indivíduos" (CARVALHO, 1998, p. 146).

Assim, a escola promoveria uma "educação cívica, amplamente forjada por rituais de constituição de corpos saudáveis e de mentes e corações disciplinados," com métodos de racionalização do trabalho escolar tal qual o modelo de uma fábrica (CARVALHO, 1998, p. 150-151). Volta-se ao lema do GTFA: "Sanear, Educar e Povoar". A EIM estava reverberando com o contexto nacional e local.

Palavras finais

Procurou demonstrar neste texto o estágio inicial de pesquisa, na análise da documentação da Escola Integrada de Macapá. Conscientes de que é a historiadora que escolhe e seleciona suas fontes, essa documentação tem revelado seu grande potencial para as indagações e problemáticas que nos levam à investigação científica.

Referências

- AMAPÁ. Escola Industrial de Macapá. **Relatório de Atividades**. Macapá, 1956.
- CARVALHO, Marta Maria das Chagas de. Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.
- DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de A. Póvoas. **O Amapá nos tempos do manganês**: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000). Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- FIANI, Ronaldo. **Cooperação e conflito**: instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na fronteira da modernização**: a política educacional no Amapá. Belém: Paka-Tatu, 2009.

_____. A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964). 2013. 239 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02102013-131130/pt-br.php>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

NUNES, Elke Daniela Rocha. **O controle social exercido pela ICOMI como estratégia de usos e ação sobre o território no Amapá, de 1960-1975**. Macapá: UNIFAP, 2018.

PAZ, Adalberto. **Os mineiros da Floresta**: modernização, sociabilidade e a formação do caboclo-operário no início da mineração industrial amazônica. Belém: Paka-Tatu, 2014.

PORTO, Jadson Luís R. Os territórios federais e a sua evolução no Brasil. **Presença online**: revista de educação, cultura e meio ambiente/UFRO, v. 3, n. 15, p. 46-52, mar. 1999. Disponível em: <http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/presenca15completa.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2014.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá**: da autonomia territorial ao fim do janarismo (1943-1970). Belém: Grafimorte, 2006.

SILVA, Joel M da; BASTOS, Argemiro M. História da Educação Profissional no Amapá. In: **Research, Society and Development**, v. 11, n. 10, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/32761/27736/368113>. Acesso em: 04 de jun. 2023.

SILVA, Maura Leal da. Integração, nacionalização e povoamento nas margens do território nacional. In: AMARAL, Alexandre *et al.* (Org.). Do lado de cá: fragmentos de História do Amapá. Belém: Açai, 2011, p. 95-113.

Movimento Indígena no Rio de Janeiro e a visibilidade dos indígenas em contexto urbano

Thais Elisa Silva da Silveira¹
Doutoranda em História Social no PPGHS/ UERJ
Orientadora: Márcia de Almeida Gonçalves

Introdução

Este trabalho faz parte da minha pesquisa de doutorado, que visa entender as atividades pedagógicas que indígenas realizam em escolas da educação básica na região metropolitana do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XXI. O objetivo principal é compreender suas intenções pedagógicas e como mobilizam o passado em suas atividades. No decorrer da pesquisa, observamos que a visitação de indígenas nas escolas têm um forte comprometimento político com as pautas do movimento indígena, seja nacional quanto regional, e os sujeitos promovem as atividades em geral têm alguma ligação com alguma organização indígena da região como a Aldeia Maracanã, entre 2006 a 2013, ou as associações que surgiram a partir dela. Sendo assim, este artigo é o resultado parcial do que está sendo desenvolvido no primeiro capítulo da tese, que tematiza sobre o movimento indígena, com foco na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Movimento indígena no Rio de Janeiro

Em 1992, o Rio de Janeiro foi sede da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, evento que ficou mais conhecido como Eco-92 ou Rio-92. A conferência, também chamada de Cúpula da Terra, surgiu da preocupação com a degradação do meio ambiente que o modelo de desenvolvimento econômico adotado por diversas nações gerava. Houve a participação de 175 países e a presença de 102 chefes de Estado. Diversos temas foram tratados no evento, como desmatamento, poluição, desertificação, guerra, desarmamento, fome, crescimento populacional, racismo, crianças, mulheres, povos indígenas, entre outros. Entre os resultados da Conferência foi a criação da Agenda 21, um documento que faz recomendações sobre desenvolvimento sustentável. Paralelamente ao evento, ocorreu também o Fórum Global 92, organizado por entidades da Sociedade Civil, que também produziu um documento chamado “Carta da Terra”. (GADOTTI, 2008)

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2020, projeto: “Projetos educativos indígenas para amansar o juruá”, sob orientação da Dr.^a Márcia Gonçalves.

O país sediou o evento preocupado em distanciar-se da imagem negativa criada durante a ditadura no trato do meio ambiente. Tentava-se mostrar uma imagem para o exterior que a nova república brasileira era pautava em um novo modelo de desenvolvimento, mais sustentável, democrático e que tinha preocupação com os povos indígenas. Uma das tendas montadas para o evento estava a Aldeia Kari-Oka, espaço destinado para os debates sobre os povos indígenas de todo mundo (REGIANI e MEDEIROS, 2021). Entre os resultados finais dos debates destacam-se a Declaração da Aldeia Kari-Oka e Carta da Terra dos Povos Indígenas onde expressaram o seu posicionamento político e ecológico.

A Aldeia Kari-Oka deixou sementes no Rio de Janeiro. O evento atraiu indígenas da região, que passaram a refletir sobre suas identidades na cidade, conhecer e se inspirar com a luta do movimento indígena nacional. Namara Gurupy Guajajara, uma indígena nascida em 1966 no Rio de Janeiro, citou a importância da Eco 92 para o seu autoreconhecimento. Seu pai nasceu na Aldeia Ipucu no Maranhão e migrou para o Rio de Janeiro. Apenas com 9 anos de idade teve a possibilidade de conhecer a aldeia de origem de sua família. Mas, de acordo com seu relato:

Quando surgiu a ECO92 e eu participei, conheci o Marcos Terena, o comitê intertribal, numa conferência mundial dos povos indígenas, e acho que ali foi o momento que me reconheci, me identifiquei e comecei a me entender como pessoa, como indígena e ver as lutas e para que vim! E comecei a participar dos encontros indígenas, pela terra, pela sobrevivência, pela falta de compreensão, pela divisão que existe dentro da sociedade nacional. Pelo preconceito. (GUAJAJARA apud. PACHAMAMA, 2018, p. 48)

José Urutau Guajajara, uma importante liderança do movimento indígena do Rio de Janeiro, como veremos mais a frente, também afirmou que a Eco 92 trouxe impacto para sua vida e atuação na cidade:

Eu fui convidado a participar de um grande encontro que teve chamado Eco-92. Aconteceu aqui no Rio de Janeiro no Aterro do Flamengo. Vieram indígenas do mundo inteiro. Então vinte anos depois de ter participado daquele encontro –nesse intervalo de vinte anos aconteceu muita coisa no movimento indígena– nós passamos a entender o movimento indígena no centro urbano, do Rio de Janeiro por exemplo.²

De acordo com entrevista dada a Lucas Larson, José Urutau Guajajara saiu da Aldeia de Lagoa Comprida, próxima da cidade de Jenipapo dos Vieiras, no Maranhão, para o município de Barra do Corda, também no Maranhão, e posteriormente, no início da década de 1990 para o Rio de Janeiro, onde tinha parentes, para trabalhar e estudar. Em Fazenda Botafogo

² <https://rioonwatch.org.br/?p=28435#prettyPhoto>, acesso em 26/08/23.

criou o CSAC (Centro de Artes e Cultura), onde era oferecido diversos projetos educacionais, artísticos e culturais. Como as questões indígenas foram ganhando maior destaque, mudou o nome para CESAC (Centro de Etnoconhecimento Sócio Ambiental Cauré). (SANTOS, 2016).

Inicialmente as atividades aconteciam na sede da associação de moradores do bairro ou na casa de integrantes do grupo, até que passaram a ocupar uma subestação de energia do metrô abandonada no bairro de Tomás Coelho, onde eram realizadas atividades voltadas para indígenas e não indígenas (SANTOS, 2016). De acordo com José Guajajara, este novo espaço:

em Tomás Coelho nós já vamos para vinte anos mais ou menos aqui, nessa organização que é uma organização indígena. Mas cedemos para outros grupos que são grupos de rua, grupos de circo. Espaço de multiuso. Também [o usamos] para nos juntar porque é um espaço muito grande. Sempre é um espaço para receber parentes, indígenas do Brasil inteiro, indígenas que vem de passagem e não têm onde ficar, não têm como pagar por estadia. (GUAJAJARA, apud. LARSON, 2017)

O CESAC foi um local que serviu de referência para indígenas, onde realizavam atividades, reuniões, acolhimento, além de ter contato com grupos de outros movimentos sociais. Um outro local que também se transformou em referência para indígenas na cidade do Rio de Janeiro foi o Museu do Índio, situado no bairro de Botafogo. No início deste século, o museu contava com a presença de Carlos Tukano, outro indígena que veio a se destacar como uma importante liderança na região. Lá trabalhou por anos com mediador de visitas. Tukano contou que:

como eu estava no Museu do Índio, então eu recebia muitos indígenas também, entendeu? A gente conversava e aí formamos um grupo que conheciam. Quer dizer, aqui na cidade do Rio, as pessoas vinham pra evento ou mesmo pra visitar algumas pessoas conhecidas deles, as vezes pra venda de artesanatos, e não tinha nenhuma referência, nenhuma pra conduzir. Nós temos aqui a Casa do Índio, que não é do índio, tem o Museu do Índio, que não é do Índio. Ele não recebe ninguém pra poder ficar morando. Nós temos a Comissão Pró-Índio da Uerj, que também não é nossa, é uma coisa técnica de ensino deles. (CARLOS TUKANO, 2022)

Entre os temas que apareciam nestes encontros estava a necessidade de um espaço adequado e de referência dos indígenas no Rio de Janeiro, que servisse de acolhimento, reforço de identidades e especialmente para a promoção de atividades educativas. O prédio do antigo Museu do Índio, localizado na zona norte do Rio de Janeiro, ao lado do estádio do Maracanã foi o local escolhido para tal. Em 2004, José Guajajara já teria tentado ocupar o prédio sem sucesso (SANTOS, 2016, p. 22). O espaço encontrava-se abandonado, sendo utilizado por dependentes químicos e como dormitório para pessoas em situação de rua. Marize Guarani relatou que por volta de setembro de 2006, o grupo começou a articular novamente a ocupação. A maior preocupação era sobre como se manter dentro do prédio. Eles organizaram a vinda de

mais indígenas, guarani da aldeia de Parati Mirim e pataxó do sul da Bahia e conseguiram o auxílio de sindicatos e de movimentos sociais. No dia 26 de outubro, eles fizeram o Primeiro Encontro do Movimento Tamoio, um dos nomes dado ao grupo em seus primórdios, no campus Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que fica localizado do outro lado do estádio do Maracanã.

Ao fim do Seminário, eles ocuparam o prédio. Apesar de uma inicial resistência dos seguranças que vigiavam o Laboratório de Sementes, que ficava localizado no terreno atrás do museu. Manter a ocupação foi realmente um desafio, pois não havia estrutura alguma dentro do prédio, inclusive sem água e luz, mas ao longo do tempo foram conseguindo doações e organizar o espaço. Daniele Ferreira da Costa (2011) fez uma pesquisa etnográfica durante a primeira ocupação, que por um tempo ficou conhecida como Instituto Tamoio dos Povos Originários e posteriormente como Aldeia Maracanã, com o objetivo de entender o funcionamento de uma casa de reza que existia lá. De acordo com a autora, antes de 2008, a maioria das atividades se concentravam no prédio. Havia uma pequena cozinha em um dos cômodos e pequenas barracas em outras divisões. No final de 2008, a estrutura do teto deu sinais de apodrecimento, o que fez com que os moradores resolvessem construir casas ao redor do prédio, no total de oito, feitas de barro e telha de amianto e uma oca na frente do terreno (COSTA, 2011, p. 6, 7). De 2006 a 2013, período da primeira ocupação, o número de indígenas e etnias variou muito. Mas podemos citar a presença de guajajara, guarani, pataxó, tukano, apurinã, krikati entre outras durante o momento da ocupação.

O espaço não serviu apenas de moradia, sendo desenvolvidas diversas atividades voltadas para os próprios indígenas, quanto para não indígenas. De acordo com Costa (2011, p. 7), a casa de reza era central na ocupação porque concentrava a maior parte das atividades que atraíam pessoas externas. No entanto, outras atividades foram desenvolvidas no espaço, de cunho político e educativo.

Para legitimar a ocupação do antigo museu, os indígenas mobilizaram uma memória que os ligavam ao prédio. Não há consenso entre pesquisadores sobre todos os pontos que envolvem a história do casarão, mas é fato que desde o Império ele tem uma relação com as populações indígenas. Segundo Barreto (2014), o terreno onde hoje fica o antigo museu pertencia ao Príncipe Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gotha (Duque de Saxe), que o doou ao Império do Brasil para a criação de um centro de estudo das culturas indígenas. O prédio teria sido construído em 1862, a mando do próprio Duque de Saxe. Já Vinícius Santos (2016) afirmou que o terreno foi doado ao Império em 1965 pelo Duque de Saxe que, sendo naturalista,

tinha o interesse de abrigar um órgão de pesquisa sobre culturas nativas. De acordo com Barreto (2014), posteriormente foi doado ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), sendo transformado em Museu do Índio entre 1962 e 1977, aos cuidados do Marechal Cândido Rondon e de Darcy Ribeiro. Santos (2016) já afirmou que é possível que o terreno tenha sido incorporado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1909 e que o prédio teria sido inaugurado em 1910 para abrigar o SPILNT (que depois se tornou SPI) até 1962 e teria sido sede do Museu do Índio entre 1953 a 1977.

O museu foi transferido para o bairro de Botafogo e na década de 1980 o prédio foi cedido a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), ficando abandonado pelo poder público, até a ocupação dos indígenas em 2006 (BARRETO, 2014). Santos (2016) apontou que em um prédio anexo funcionava um Laboratório de Sementes ligados a Secretaria de Defesa Agropecuária, fato valorizado pelos ocupantes.

A ocupação do antigo museu do índio em 2006 e a luta por torná-lo um patrimônio dos povos indígenas podem ser entendidas como uma territorialização no espaço urbano. Grande parte daqueles ocupantes ou seus antepassados viveram um processo de desterritorialização, pois passaram pela experiência da diáspora indígena. A desterritorialização a que nos referimos se encaixa em uma perspectiva analítica que Rogério Haesbaert (2006) chamou de desterritorialização de “baixo”, no qual ela é entendida como a exclusão ao acesso à terra. De acordo com o autor, no caso dos indígenas, este processo também possui uma carga simbólica cultural que deve ser considerada, já que o território para eles não é apenas um espaço de reprodução física e material, mas também carregado de referências simbólicas importantes para a manutenção de suas identidades. (HAESBAERT, 2006, p. 68)

A desterritorialização é uma marca na vida de muitos integrantes da Aldeia Maracanã. Indiara, uma anciã nascida em uma aldeia kaiapó entre Mato Grosso e Belém do Pará, afirmou em relato publicado por Aline Rochedo Pachamama (2018) que foi “pega no laço” e que passou por vários lugares até chegar ao Rio de Janeiro (PACHAMAMA, 2018, p. 87). A trajetória da família de Potira Krikati, também possui a marca da desterritorialização:

Aconteceu uma história, que eu não gosto de falar porque é muito triste. Invadiram nossa terra e assassinaram o meu povo. Na época, minha vó falou que eram fazendeiros (...). Queimaram a aldeia. Meus avós que contavam a história. (...) Saber a história da minha mãe é muito duro; ela não gosta de voltar ao local porque meus avós foram mortos. Quem se salvou foi só minha avó e minha mãe porque meu pai tirou ela de lá. E aí ela primeiro foi morar em outra área bem escondida, bem longe da cidade. (KRIKATI, apud PACHAMAMA 2018, p. 100/101)

De acordo com Potira, os sobreviventes conseguiram formar outra aldeia. No entanto, alguns assassinatos fizeram com que a avó tirasse todos de lá. Posteriormente foi para São Luiz

e para o Rio de Janeiro, onde recomeçou a vida como doméstica (PACHAMAMA, 2018, p,101).

No caso dos integrantes da Aldeia Maracanã, a partir da identidade mais genérica do grupo (a identidade indígena, de se considerarem descendentes dos povos originários), da mobilização de uma memória do prédio que o liga aos povos indígenas e da sua efetiva ocupação, eles transformaram o museu abandonado em um território indígena. Nele, conseguiam não só recriar e reafirmar suas identidades étnicas, assim como a identidade indígena mais genérica, em especial a de indígenas em contexto urbano. Utilizaram o espaço como um lugar estratégico de reafirmação étnica, de luta e resistência.

A existência deste espaço indígena na cidade do Rio de Janeiro e as atividades desenvolvidas nele atraíram outros indígenas que encontraram um ambiente seguro e acolhedor para retomar, reforçar e recriar suas identidades como observou a pesquisadora Daneile Costa, a partir do trabalho de campo desenvolvido na Aldeia Maracanã no período da primeira ocupação:

A ocupação atraiu muitos índios que já estavam estabelecidos no Rio de Janeiro, mas que não possuíam uma rede sólida de comunicação. Estes índios dispersos visitavam o espaço nos dias dos eventos ou mesmo fora deles. Lá, eles atualizavam-se dos acontecimentos (...). Outros aparecem apenas para tomar um café com beiju e conversar. A ocupação abriu também uma oportunidade para novos grupos realizarem atividades relacionadas às suas etnias de origem, para as quais teriam de se deslocar até a região correspondente. Muitos já perderam o contato com os parentes, mas a maioria mantém um intercâmbio com suas etnias. Em certas ocasiões, o espaço funcionava como uma aldeia na metrópole. (COSTA, 2011)

Com convivência proporcionada pela ocupação, a troca de experiências com pessoas de outras etnias que ali estavam, criaram uma compreensão do que era ser um indígena em contexto urbano, criando critérios próprios de identificação, emergindo e enfatizando alguns elementos culturais, diminuindo outros. Evidentemente, este processo não se deu sem conflitos, contradições e disputas. As atividades culturais e educativas promovidas dentro das aldeias, como a contação de histórias ajudavam no processo de auto-afirmação, para além de educar os visitantes. (COSTA, 2011).

Movimentos de retomada étnica ganharam força naquele espaço, como o movimento de Ressurgência Puri. Os Puri habitavam regiões no Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e foram declarados extintos no final do século XIX. No entanto, após passarem pela guerras justas aos índios bravos, pela tentativa de aldeamentos, a mistura com outros povos, os puri se dispersaram, evitaram falar de suas origens, garantindo assim a sobrevivência de seus descendentes. No entanto, apesar de violentados, misturados, dispersados e silenciados, as

memórias desta origem ancestral se manteve presente em pequenos grupos, no Vale do Paraíba Fluminense e em Araponga/ MG, assim como foram repassadas em pequenos fragmentos a alguns descendentes dos puri, cujas famílias já haviam rompido com este passado, ou seja, famílias que passaram pelo processo de etnocídio. Destes fragmentos, algumas pessoas iniciaram uma reconstrução do seu passado a partir de outras histórias, outros paradigmas. O movimento de Ressurgência Puri surgiu de pessoas que se rebelaram contra o etnocídio e a partir de redes descentralizadas vêm recriando e ressignificando suas identidades.

De acordo com Melissa Ramos (2017), a Aldeia Maracanã foi um grande marco para o reencontro dos Puri, especialmente os que estavam em contexto urbano. De acordo com a autora, durante o período da primeira ocupação, um homem descendente de indígenas chegou a Aldeia Maracanã sem saber sua etnia de origem, assim como diversos outros que passavam por lá. Investigando o seu passado familiar, descobriu sua ancestralidade puri, no entanto, os indígenas da ocupação desconheciam a etnia. Sendo assim, o puri foi a cidade de Araponga/MG, onde havia remanescentes autodeclarados puri. Nesta viagem iniciou sua busca pelo conhecimento de elementos culturais do povo. Em 2010, apresentou a música “Ho Bugre”, na língua puri, que aprendeu na cidade mineira para os demais integrantes da Aldeia Maracanã. Por valorizarem as línguas originárias dos povos indígenas, a etnia puri passou a ser reconhecida pelos ocupantes. A visibilidade e as atividades promovidas pelos puri, encorajaram outros descendentes que passavam pela ocupação a se autoafirmarem (RAMOS, 2017).

De acordo com Miguel Alberto Bartolomé (2006), o conceito de etnogêneses foi criado para explicar o processo histórico de configuração de coletividades étnicas anteriormente entendidas como sociedades estáticas. As etnogêneses seriam um “processo de construção de uma identificação compartilhada, com base em uma tradição cultural preexistente ou construída que possa sustentar a ação coletiva” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 43). De acordo com o autor, apesar da quase inexistência de um discurso de etnicidade entre acadêmicos e políticos, ela nunca esteve completamente apagada entre as populações regionais. Este apagamento se relaciona com a ação dos Estados Nacionais na América Latina, que visavam a homogeneização da população, em geral traduzida pelo “mito da miscigenação” (BARTOLOMÉ, 2006).

No caso do Brasil, os estudos desses processos se iniciam a partir dos indígenas do nordeste, anteriormente negligenciados por serem considerados “índios misturados”. De acordo com João Pacheco de Oliveira, análises a partir do evolucionismo cultural norte-americano, do estruturalismo francês ou do indigenismo francês, não davam conta do fenômeno do crescimento de etnias, pois os paradigmas sobre os quais se sustentam permitiria apenas uma

etnologia das perdas. Ao se voltar a metáfora de Levi Strauss, de que o antropólogo seria o astrônomo das ciências sociais, por ter como objeto sociedades muito afastadas do observador, entendeu que os indígenas do nordeste, pelo contrário, não estariam distanciados e apresentariam apenas resquícios de uma cultura original. Estes indígenas se tornaram objetos de pesquisa a partir de demandas de terra e assistência levada aos órgãos indigenistas na segunda metade do século XX (OLIVEIRA, 1997).

Bartolomé afirmou que, exceto nos países de áreas amazônicas, onde seria mais difícil compreender os nativos como um “nós”, eles passaram a ser entendidos dentro da ideia de conquistados/assimilados. Analisando exemplos pela América Latina, observou que a Revolução Boliviana de 1952 decretou que aymara e quíchuas deveriam ser chamados de sindicalistas andinos. Em 1970, no Peru, impôs-se a referência de campesinos aos indígenas. Ainda de acordo com o autor, a atual visibilidade étnica, provém, entre outros elementos, “de uma mudança ideológica por parte das populações indígenas e cuja consequência foi a reformulação da ‘cegueira ontológica’ construída pelas ideologias nacionalistas estatais” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 45). No Rio de Janeiro, apesar da presença e constante migração de indígenas para a região, essas populações foram invisibilizadas e assimiladas por um violento projeto de integração etnocida. No entanto, a Aldeia Maracanã permitiu a grupos como a Ressurgência Puri e posteriormente a Restauração Tupinambá do Rio de Janeiro “ressusgir”.

A Aldeia Maracanã, favoreceu processos de retomada entre muitos apoiadores e visitantes interessados por suas raízes indígenas, assim como aproximar os muitos indígenas que estavam isolados pela cidade, como explica Potira Krikati: “alguns ficavam perdidos no Rio de Janeiro e que achavam que não tinham lugar para ficar, que não tem. Agora já tem essa referência. Os povos já têm essa referência. Eles não ficam mais perdidos, eles se acham.” (KRIKATI, 2013)

Em relação as atividades educativas e culturais promovidas na aldeia, como a contação de histórias, ajudaram no autoreconhecimento de alguns indígenas. O número de visitantes que participavam das atividades contagiava os moradores, aumentando a autoestima. A autoafirmação passou a ser interessante para eles, inclusive financeiramente, com a possibilidade de venda de artesanatos (COSTA, 2011, p. 28). Costa (2011) compreendeu que a partir das iniciativas culturais, foi se construindo um lugar político de luta por direitos e que a ocupação ganhou maior relevância política quando se iniciou as ameaças de despejo. No contexto das obras para dois grandes eventos realizados na cidade do Rio de Janeiro, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, o prédio do Antigo Museu do Índio, localizado ao

lado do estádio do Maracanã, passou a ser alvo dos projetos de reformas da área, que previa inicialmente a expulsão dos indígenas da ocupação e derrubada do prédio para a construção de um estacionamento. Com muita luta, que envolveu negociações com o governo, ações judiciais, busca de apoio de outros movimentos sociais, instituições, pessoas influentes, uso das redes sociais para divulgar os problemas que enfrentavam, intensificação de atividades na aldeia e fora delas, e por fim, a resistência à desocupação conseguiram que não demolissem o prédio.

Dentro da aldeia, os desentendimentos no que se refere às formas de resistência e à opção pela negociação ou não com o governo gerou uma cisão entre o grupo. Um grupo optou pela negociação com o governo, para a transformação do antigo museu em um Centro de Referências das Culturas indígenas, e posteriormente formaram a Associação Indígena Aldeia Maracanã (AIAM). O outro grupo estava ligado a movimentos como dos anarco-punks e desejava um modelo de autogestão sem a interferência do Estado e a criação de uma universidade indígena. De acordo com Vinícius Santos (2016), a participação dos movimentos sociais desta origem cresceu com os ataques do Estado durante o processo de despejo e geraram conflitos dentro da aldeia. No entanto, após a expulsão do prédio, a aliança destes movimentos sociais com este segundo grupo liderado por José Urutau Guajajara se estreitaram e as novas tentativas de ocupação e atividades de luta deste grupo de indígenas, que passou a ser conhecido com o nome Aldeia Res(x)iste, foram feitas com o apoio destes movimentos.

Apesar de conseguirem manter o casarão de pé, os indígenas foram expulsos de forma truculenta no dia 22 de março de 2013. O grupo que aceitou as negociações com o governo foi transferido temporariamente para Jacarepaguá e posteriormente alguns deles foram contemplados pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida” do governo federal, indo morar em um condomínio no bairro do Estácio. Este conjunto habitacional possui um prédio destinado apenas aos indígenas, passando a ser conhecido como “Aldeia Vertical”. Nas negociações com o governo no contexto remoção, estes indígenas também articularam a criação de um conselho indígena no Estado. O Conselho Estadual dos Direitos Indígenas (CEDIND) foi criado em 2015. Através da AIAM passaram a promover atividades pela cidade, entre a mais conhecida, a feira indígena no Parque Lage, onde vendem artesanato, ervas e outros produtos medicinais, promovem palestras, oficinas, e apresentações culturais.

No final de 2013, o grupo de José Urutau Guajajara, com o apoio de grupos de esquerda libertários e anarquistas tentou retomar o prédio, mas foram expulsos novamente. Em 2017, aproveitando-se da crise financeira do Estado do Rio de Janeiro e a prisão do ex-governador, quando a vigilância e interesse pelo espaço pelo casarão diminuíram, este grupo ocupou

novamente o espaço (SANTOS, 2019). Atualmente, para além de moradia, o espaço da Aldeia Marakanã³ vem cumprido o projeto de criação de uma universidade indígena.

Outras organizações indígenas formais ou não foram criadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, e em geral se relacionam com a Aldeia Maracanã. O Instituto dos Saberes dos Povos Originários Aldeia Jacutinga, por exemplo, foi criado em 2013 na cidade de Duque de Caxias, com intuito de ser um polo de referência dos indígenas na Baixada Fluminense. Podemos citar também os grupos Sementes da Terra e o Mães da Maré.

Considerações Finais

Inspirados pelo movimento indígena nacional, diversos indígenas que estavam dispersos na região metropolitana do Rio de Janeiro passaram a se reunir e lutarem juntos por direitos, especialmente pela saída da invisibilidade e o reconhecimento. A Aldeia Maracanã, criada por eles, possibilitou entre outras coisas, a visibilidade dos indígenas em contexto urbano no país, especialmente após as cenas que rodaram o mundo inteiro da desocupação, no contexto das obras para os grandes eventos.

Referências:

- ALBUQUERQUE, M. A. S. Indígenas na cidade do Rio de Janeiro. **Caderno do Desenvolvimento Fluminense**, n. 7, 2015, p. 149-168.
- BARRETO, M. R. **Vultos na Névoa**: do discurso histórico do preconceito à resistência do índio urbano no cenário fluminense. Rio de Janeiro, Unirio, 2014. Dissertação (Mestrado em Memória Social). UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.
- COSTA, D. F. **Quando os índios vêm para a cidade**: magia e narrativa no Instituto Tamoio dos Povos Originários. Rio de Janeiro, PucRio, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2011
- GADOTTI, M. Agenda 21 e a Carta da Terra. **Revista Verde Grande**, vol. 1, n. 4, 2008, pp. 128-136
- HAESBAERT, R. Concepções de Território para entender a desterritorialização. In: SANTOS e BECKER (orgs). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p.43-70
- OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados?” Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Conferência Museu Nacional, UFRJ, **Mana**, 1997
- PACHAMAMA, A. **Guerreiras**: mulheres indígenas na cidade, mulheres indígenas na aldeia. Rio de Janeiro: Pachamama, 2018.
- REGGIANI e MEDEIROS. “Juruna quer vender um pele de onça”: discursos sobre sustentabilidade e a representação do indígena como naturalmente ecologista na Rio 92. **Acervo**, vol. 34, n 2, 2021, pp 1-25.
- SANTOS, V. P. A resistência da Aldeia Maracanã: um ponto de oxidação pela “Revolução Ferrugem. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2016.
- _____. Aldeia Maracanã: militância política de protagonismo indígena na cidade do Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 16, ago. 2019, pp. 115-134.

³ O grupo passou a adotar o nome Aldeia Marakanã, com K.

Fontes:

OLIVEIRA, M. V. [abril de 2016]. Entrevistadora: Thais Silveira. Duque de Caxias, RJ, 04 de abril de 2016.

TUKANO, C. [maio de 2022]. Entrevistadora: Thais Silveira. Duque de Caxias, RJ, 31 de maio de 2022.

Dos cantões da Suíça à serra de Macaé: imigração, trabalho e pertencimento na imigração suíça e alemã à Serra Fluminense no século XIX

Vinner Stutz de Oliveira¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Marcelo Ayres Camurça Lima

Introdução

Neste ensaio irei abordar o distrito do Sana, na serra do município de Macaé, estado do Rio de Janeiro. Uma localidade que tem como início os cantões suíços e alemães, com a vinda dos imigrantes de tais países em fins da década de 1810 e durante a primeira metade da década de 1820, principalmente. Com caminhos que perpassam os países europeus até a chegada ao Brasil, instalando-se em Nova Friburgo, também na província do Rio de Janeiro, uma colônia de imigrantes planejada para suprir o abastecimento das fazendas de café de Cantagalo e região, e também auxiliar na subsistência, no transporte, e demais serviços carentes de trabalhadores. Com uma propaganda de melhoria de vida, onde são convencidos de que teriam fazendas próprias com terras que dessem todo tipo de cultura – com maior olhar para o café, primeiramente suíços, com esperança de saírem da miséria de uma Europa pós-Napoleão, vão para Nova Friburgo, em uma complicada viagem, e ali descobrem que seriam peças de uma engrenagem onde somente são coadjuvantes com uma cidade cheia de problemas e terras não tão produtivas (NICOULIN, 1995).

Ocorre assim uma debandada dos colonos, saindo para outras regiões do país, ou mesmo voltando para suas terras. Assim chegam os alemães, como forma de ficarem nas lacunas da colônia suíça de Nova Friburgo em 1824, e esses acabam participando da mesma debandada. O primeiro local onde alguns que saem de Nova Friburgo vão para dentro do Brasil é a serra de Macaé, que tem um clima parecido com Nova Friburgo, mas com melhores condições de plantio. Assim, primeiramente suíços e, depois, alemães foram se apropriando daquela região, com o aval do Governo Imperial, expulsando os habitantes dos quilombos existentes às margens do Rio Sana (nomeado assim após a chegada dos colonos) e separando os lotes que cabiam a cada um dos colonos.²

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “Relatos sobre o processo de instalação da Igreja Presbiteriana do Sana: da imigração suíça e alemã para a serra fluminense até as primeiras experiências protestantes na região”, sob orientação do Dr. Marcelo Camurça.

² ARQUIVO MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. Alemães Pioneiros em Nova Friburgo. Nova Friburgo/RJ: Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, s/d

A maioria desses lotes consistiam de pequenas propriedades rurais (com poucas fazendas de grande porte), com uma agricultura familiar, tendo como base o plantio de culturas tropicais, com maior relevância para o café, como nas terras de Cantagalo. A grande diferença entre Cantagalo e o Sana estava no fato de este ser dividido em lotes nos moldes de Nova Friburgo – ou seja, uma agricultura familiar – com sítios, chácaras e pequenas propriedades, enquanto em Cantagalo tínhamos os latifúndios cafeeiros de nobres plantadores de café, fazendas as quais Nova Friburgo abastecia com seus produtos (HECHT, 2009). O Sana não teve essa forte ligação com Nova Friburgo no âmbito econômico, o que permitiu que suas famílias tivessem certa independência podendo criar suas casas e sítios sem grande interferência de Nova Friburgo ou mesmo de Macaé, município em que o Sana era – e ainda é – distrito.

Essa independência fez com que o Sana permanecesse a uma relativa distância das vilas próximas, mantendo, mesmo, um isolamento desses locais, produzindo sua própria cultura e seus próprios laços familiares, econômicos e religiosos. Apesar dessa autonomia, em um sentido religioso, o Sana não se manteve tão isolado de Nova Friburgo, tendo boa parte de suas famílias protestantes continuado a se entender como comungantes da Igreja Luterana da vila (mais tarde, cidade). Porém, embora durante um tempo se percebessem como luteranos ligados a essa igreja, foram cada vez mais adotando o culto doméstico e familiar e se isolando em suas próprias terras. O Sana se fecha em si, as famílias se resguardam nesse local realizando seus trabalhos em suas lavouras familiares de café e adotando formas religiosas que foram se moldando com os saberes domésticos, vindos da época em que participavam dos cultos protestantes organizados, e suas convicções próprias, além do contato com as outras famílias próximas, que também tinham seu culto doméstico e familiar, com seus princípios e crenças pessoais.

Essa comunidade isolada que adotou o culto doméstico e familiar ao invés do protestantismo institucionalizado dos cultos na cidade de Nova Friburgo, aos poucos foi misturando as diferentes formas religiosas, ritos, costumes dentro de seus lotes com os demais indivíduos da região que não eram imigrantes e que foram fazendo parte da comunidade do Sana, com o passar do tempo, tendo em vista a instalação de novos habitantes pela valorização do café na serra de Macaé.

A comunidade, apesar de estar isolada das vilas próximas, entrelaça esses ritos religiosos das famílias daquele ambiente rural, através das trocas culturais feitas nos contatos entre essas famílias neste espaço onde as fronteiras se cruzam, inclusive da própria cultura

dominante católica presente na dinâmica espacial do interior do Rio de Janeiro, com as culturas protestantes e espíritas das famílias provenientes dos colonos.

Este contato entre a cultura dominante e a cultura dos que se inserem neste espaço tem como resultado uma mistura entre os ritos, uma nova forma religiosa, portanto, um hibridismo cultural e religioso. Essa forma híbrida de culto irá entrar em choque com o protestantismo institucionalizado, que se fará na comunidade ainda na primeira década do século XX. Sendo assim, abordaremos este tema, o Sana da comunidade religiosa híbrida em um choque cultural de diversas fronteiras migratórias, tendo uma cultura dominante se sobrepondo a cultura dominada desses lavradores, sejam colonos suíços e alemães ou famílias de libertos e luso-brasileiros que se mudam para a região, através das leituras de Pierre Bourdieu.

Com Bourdieu, iremos abordar o poder exercido primeiramente pela classe cafeeira de Cantagalo ligada ao próprio governo de D. João VI e, depois, ao governo imperial de D. Pedro I, que absorve essas colônias dentro da lógica de abastecimento das fazendas de café, localizando esses imigrantes na vila de Nova Friburgo, planejada para que eles trabalhassem perto dessas fazendas em seus lotes. Com isso, obedecendo ao poder simbólico desses agentes dominantes, que estruturam a nova cultura aos colonos dominados, fazendo-os pertencerem a uma nova dinâmica social, com isso tendo um novo habitus e estando dentro de um novo espaço. Esses mesmos irão se mostrar descontentes com a posição social e econômica em Nova Friburgo e, alguns dentre esses, pedirão ao Pedro I a permissão para habitar em terras próximas, sendo que este permite, desde que acabem com um quilombo existente naquela localidade para, assim, criarem seus lotes de cultura do café (que apesar de isolados, ainda estarão encaixados dentro da dinâmica cafeeira da Serra Fluminense, que era ditada pelos latifúndios em Cantagalo).

Permanecendo em Bourdieu, em um segundo momento, trataremos sobre a comunidade do Sana no início do Século XX dentro do movimento do protestantismo híbrido, onde os contatos entre diferentes culturas se materializam em um culto público com ritos mesclados pelas trocas entre as pessoas daquele novo espaço social, criando uma nova religiosidade. Famílias relegadas ao isolamento que juntam suas formas religiosas, a maioria de religiões tidas como inferiores pelo poder simbólico atuante neste início de Brasil República, e que participam dos mesmos habitus, e que depois veem sua nova forma religiosa tentando ser apagada devido ao protestantismo institucionalizado agora estar fazendo este papel de impor o seu poder simbólico dominante na chegada dos missionários (presbiterianos e batistas) a localidade, criando templos que forçariam essa população a reestruturar suas práticas religiosas, relegando-

os ao habitus tradicional destas instituições religiosas dentro do campo protestante (BOURDIEU, 1989).

A formação do território e a cultura dos colonos na dinâmica cafeeira da Serra Fluminense

Em 1818, D. João VI firma com o negociante Niklaus Gachet um contrato para a vinda de aproximadamente 100 famílias, cerca de 700 a 800 pessoas, que se encaminhariam a um lugar onde seria construída uma cidade justamente para esse fim, em Morro Queimado, serra de Cantagalo, na província do Rio de Janeiro⁴⁰, tomada como um bom local para a vinda da migração pelo fato de ser Cantagalo uma recente localidade, formada, inicialmente, como uma rota alternativa clandestina para obtenção e forja do ouro pelos homens do traficante Mão de Luva. Havendo o governo português desmanchado esse sistema ilegal, as pessoas que se mantiveram naquelas terras começaram um lugar pioneiro de plantações de café, que estava obtendo bons resultados iniciais de exportação.

Depois da chegada da Família Real, dada a necessidade de novos produtos e de utilização do interior do país de modo mais produtivo, foi um dos locais que emergiu com possível potencial econômico, precisando, por esse motivo, de uma segunda leva de trabalhadores, não somente para o plantio de café em outros locais naquela região, mas principalmente para uma agricultura de subsistência que garantiria a manutenção dos cafeicultores das localidades próximas, quando pequenas fazendas abasteceriam a alimentação e o transporte das fazendas maiores de café. A instalação dos suíços supriria essa demanda. Além do mais, mesmo sendo um pedaço do “paraíso terrestre brasileiro”⁴⁴ (algo que foi atestado nas correspondências do próprio Gachet para os futuros colonos na Suíça), Morro Queimado contava com um clima provavelmente parecido com as condições climáticas da Suíça, o que poderia agradar aos colonos.

Os colonos foram então enganados pela elite cafeeira junto do governo de D. João VI e do seu contratante Gachet. Uma vila foi planejada e criada para que fossem colocados em seus lotes e não trabalhassem com o café (como prometido). Não iriam prosperar, mas sim iriam fazer parte de uma engrenagem, abastecendo as grandes fazendas. No momento da chegada à vila, claramente se percebia a alegria pela nova terra e a esperança da nova vida, que foi regada a festas de boas-vindas, a explicações de como iriam desmatar os lotes reservados para plantio e criação de animais, além das promessas de terminarem as obras da vila, que atrasaram, e não foram nunca terminadas pelo governo joanino, nem mesmo pelo posterior governo imperial,

mas sim por determinações do poder local. Junto disso, percebemos simplesmente a exploração destes imigrantes pelas classes cafeeiras. Deveriam servir estas classes, e assim fizeram durante alguns meses, quando a maior parte da população percebe sua posição. Quando já estavam criando as culturas, não só da agricultura, mas da religiosidade católica portuguesa, do contato direto com os luso-brasileiros e escravos, não só nas fazendas, mas também na própria vila (que não era exclusiva dos colonos, apesar de ter sido planejada para estes), aprendendo suas línguas, com seus filhos na escola de línguas da vila, ocorre a debandada da cidade.

A insatisfação com sua posição neste novo campo, com a condição de simples dominados que deveriam obedecer ao seu status de peça de abastecimento, vem com a saída em massa para outras regiões do país. Sendo a primeira destas regiões a serra de Macaé, com a criação do Sana, dando a ilusão de que estariam fazendo algo independente, o seu próprio café do seu próprio jeito, com suas terras isoladas. Mas na verdade, estavam ainda sendo ditados pelas grandes fazendas, que diziam para onde o café iria, quais portos iriam utilizar, com quem poderiam trabalhar. O habitus diferenciado do antigo habitus suíço ou alemão de pobres agricultores, mas ainda nesta mesma condição de dominados, agora como pobres agricultores aprendendo a cultura rural brasileira – o que ficará mais claro com o início dos cultos públicos híbridos no Sana, demonstrando como eram dominados, como tinham seu habitus próprio de lavradores isolados, imposto pela classe dominante dos grandes cafeicultores, e como obedeciam a sua posição de pequenos agricultores neste campo social da dinâmica cafeeira da Serra Fluminense (BOURDIEU, 1989).

Algo que ainda não foi comentado, mas está presente em toda esta discussão, e será necessário para entendermos o hibridismo religioso no Sana, é o fato de que existiam elementos protestantes dentre os colonos suíços e alemães em Nova Friburgo. Apesar do primeiro contrato, o de Gachet, dos suíços, ter sido claro quanto a não inserção de protestantes, alguns elementos calvinistas vieram. Os alemães, vindos para Nova Friburgo como forma de preencher a lacuna deixada pela debandada, tinha um contrato que permitia a vinda de imigrantes luteranos, inclusive com o próprio líder da colônia sendo um reverendo luterano. Porém, esta debandada também ocorre com os alemães, que vão fazer parte da comunidade do Sana, assim como os suíços. Então dentre os moradores do Sana, encontravam-se muitos protestantes, que assim como os católicos, isolaram-se de seus ritos religiosos institucionais, não participando mais dos cultos em Nova Friburgo, relegando-se aos cultos domésticos e familiares na sua caminhada do século XIX no Sana.

Criada, então, na década de 1820 por colonos suíços e alemães insatisfeitos com as terras onde habitavam em Nova Friburgo, o Sana acabou por se tornar um local isolado. Porém, ainda assim existia um motivo que atendia os interesses da classe dominante sobre essa comunidade de dominados. As terras em Nova Friburgo não eram boas, principalmente por estarem dentro de uma dinâmica cafeeira, onde os barões de café do Cantagalo precisavam de sítios que abastecessem essas fazendas de alimentos, e também que transportassem o café aos portos. A colônia chega ao Brasil com essa proposta do governo de D. João VI. Ela estava incluída dentro de um plano de dominação e incorporação a essa dinâmica.

Mesmo que tenham se negado a continuarem nestas terras, o governo, agora imperial, decide que as terras onde está localizado o Sana poderiam ser de bom grado. Tanto para acabar e afugentar quilombos que se encontravam nestas terras (GOMES, 2015), mas também para fazerem parte de um plano de produzir café em pequenas comunidades naquela região, que estava sendo feito, para escoar a produção, junto do açúcar, ao porto de Macaé.

Por mais que o deslocamento no espaço tenha sido com a proposta de encaixar esta comunidade insatisfeita em uma dinâmica econômica em pauta na Serra Fluminense, a religião se isolava e manifestava uma mistura que acontecia pela indiferença das classes dominantes da região com a cultura desta comunidade isolada, que cumpria seu papel, porém não se comunicava com outras localidades da serra. Esta nova identidade surge pelas trocas culturais dentro deste espaço social e simbólico, construído a mando do governo como complemento a classe dominante cafeeira de Cantagalo, que cria um novo habitus ligado aos agentes daquela comunidade – as suas formas religiosas misturadas (BOURDIEU, 1989). Uma comunidade que tem uma nova identidade religiosa, moldada pela vontade dominante, com traduções dos ritos que ocorriam nos contatos entre famílias na parte comercial do Sana, que servia como seu espaço liminar (BHABHA, 1998).

Essa religiosidade particular me parece se tornar pública e híbrida partindo de um movimento de sinergia (HANNERZ, 1997), onde o culto individual e doméstico, com suas crenças únicas e íntimas, mistura-se às crenças únicas e íntimas de cada um da família que participa deles. Sendo assim, no consenso da comunidade dos que se diziam protestantes em fazerem um culto público, essa união de crenças individuais toma corpo como uma congregação com um rito único, fruto das misturas dessas crenças individuais e íntimas. Porém, não somente acredito, por uma tentativa de reavivar suas raízes, que eles passam a tentar os cultos públicos, mas principalmente pelo início de um contato com outras culturas de regiões rurais próximas ao Sana, em Nova Friburgo, que contavam com trabalhos públicos protestantes e católicos.

O meio e o contato entre culturas na serra de Macaé e de Nova Friburgo de fins do XIX e início do século XX têm um importante papel de troca com as religiões e práticas religiosas que existiam nas localidades dessa região. O Sana estava em ebulição populacional pela cultura do café, tornando essa troca mais dinâmica e frequente com o escoamento do café saindo do Sana e passando pelo Frade e chegando a Glicério, onde havia a estação de trem que levava o café ao porto de Macaé.

Além da parte protestante dos imigrantes suíços e alemães que faziam parte do culto híbrido doméstico e familiar que depois se torna um culto público, também é bom relatar a presença dos católicos entre os imigrantes que fundam a comunidade do Sana. Dentre aqueles que recebem os primeiros lotes e passam a viver na comunidade dita isolada, estão também elementos católicos que se isolam de suas comunidades religiosas em Nova Friburgo de igual forma ao que fizeram os protestantes. Algo que já vinha acontecendo nos templos católico e protestante enquanto não havia ocorrido a debandada dos colonos. É muito provável que as duas partes, que estavam isoladas de suas comunidades institucionalizadas, haviam se comunicado, realizando trocas culturais e religiosas que influenciaram na religiosidade híbrida que o Sana apresentou quando inicia o culto público.

Algo que também vale ressaltar são os traços amistosos que pareciam ter os católicos e protestantes no Sana, mesmo após o início do protestantismo institucionalizado, pois não vemos queixas dos protestantes contra as práticas católicas no local. Mesmo que as igrejas católicas do Sana tenham se instalado em momentos posteriores, é normal que existam queixas nesse período, mas mesmo nas atas não se encontram reclamações, críticas ou ataques, sejam relatos físicos ou verbais de ambas as partes, aos católicos, sejam locais ou ao catolicismo brasileiro. Sendo que esses tipos de queixas são encontrados sobre os elementos espíritas, sejam aqueles que ainda querem continuar na comunidade protestante, ou as práticas espíritas fora do ambiente protestante.

O Espiritismo kardecista havia chegado ao Brasil havia pouco tempo, durante a década de 1860 na cidade do Rio de Janeiro com imigrantes da França que passaram a realizar suas reuniões, de início somente com os próprios membros daquela comunidade de colonos que estariam começando uma vida nova no centro urbano carioca. Mas em um rápido movimento, ainda durante a década de 1860, passam a participar dessas reuniões alguns membros brasileiros, que aos poucos passam a realizar, a propagar e a impulsionar a nova forma religiosa através das traduções de Allan Kardec feitas nesses anos. No sentido da inserção e da rápida locomoção para outros locais dentro dos centros urbanos, e depois ao interior do país, o

espiritismo no Brasil tem uma dinâmica parecida com a inserção do protestantismo – não contando aqui as experiências coloniais nas tentativas francesas e holandeses de conquistar um pedaço do Brasil, mas na vinda dos imigrantes protestantes e depois das missões protestantes. Talvez a grande diferença nesse sentido esteja na questão da novidade do Espiritismo, visto que era fruto de experiências bem recentes na França durante o próprio século XIX, e agora estava chegando ao Brasil e construindo uma sólida comunidade nas primeiras décadas de instalação (LEWGOY, 2008).

Vemos algumas comunidades espíritas, frutos da imigração francesa, passarem a migrar para o interior do Estado do Rio de Janeiro (na época, ainda Província), tanto nas zonas urbanas, como na cidade de Nova Friburgo, como nas zonas rurais, existindo relatos de comunidades francesas surgindo na zona rural de Nova Friburgo. Provavelmente essas comunidades tiveram contato e influenciaram os ritos no Sana. Olhando os relatos das atas da igreja presbiteriana do Sana, nós vemos uma possível relevância sendo dada aos elementos espíritas pelos irmãos Monteiro, mas esse contato e essa inserção na cultura religiosa do Sana vieram a partir do toque entre diferentes fronteiras culturais na região.

A mistura das práticas espíritas com o protestantismo passou a ser algo condenado pelos membros das igrejas, ao passar dos cultos híbridos para o protestantismo institucionalizado, mas ainda vemos relatos nas atas do culto híbrido, que não parece ter deixado de existir assim que as igrejas batista e presbiteriana passam a ter maior vigilância sobre esses atos. Os relatos sobre essas questões não estão presentes apenas nos atos dos irmãos Monteiro, que foram os líderes da comunidade protestante híbrida assim que ela começa a se tornar pública e atuante, como também de outros membros nos Livros de Atas de Número 1 e de Número 2 da Igreja Presbiteriana do Sana, que é fundada em 1909, quando Thomas Porter, missionário presbiteriano estadunidense, é convidado para “demonstrar o culto protestante verdadeiro” para os membros da comunidade, e que escreve as primeiras páginas do primeiro livro de atas, fazendo até mesmo um histórico da mistura entre espíritas e protestantes no Sana, e como ele deveria ser exterminado do meio protestante. Esses devem ser os exemplos mais fortes dessa continuidade dos cultos híbridos da primeira experiência, mas não temos relatos se ainda se reuniam ou se foram se dispersando e mantendo seus cultos domésticos e familiares como era antes de toda vontade de torná-lo público.

Assim, podemos dizer que no Sana tínhamos práticas protestantes e católicas por parte daqueles que começaram a comunidade, e também teríamos, muito provavelmente a presença de escravos – e dos seus descendentes – e das práticas religiosas dos cultos africanos. Por mais

que os elementos espíritas contidos principalmente nos cultos híbridos, sejam as tentativas primárias, sejam sob a supervisão dos irmãos Monteiro, tenham sido em grande medida elementos que eram ligados ao espiritismo kardecista, creio que boa parte do que seria o contato do culto protestante e católico doméstico e familiar com elementos espíritas tenham acontecido antes com os ritos dos escravos que habitavam aquelas fazendas de café. Assim como em Nova Friburgo, assim como nas fazendas de Cantagalo, os sítios de agricultura familiar do Sana também irão conter a presença de escravos com os seus ritos, com seus cultos, que entraram em contato com as gerações de protestantes e católicos que irão se manter em isolamento.

Além dos escravos que faziam parte de toda dinâmica rural da serra macaense, friburguense e cantagalense, vimos no primeiro capítulo que existiam quilombos dentro do Sana que foram derrubados para a construção das outras comunidades, mas que ainda mantinham pessoas naquelas regiões; e não somente os quilombos do Sana, mas os demais quilombos na serra macaense, sendo o principal deles o quilombo de Carukango, que ficava na Serra do Deitado, entre Macaé e Conceição de Macabu (GOMES, 2015). Eles provavelmente exerciam sua influência dentro da dinâmica populacional enquanto existiram e deixaram suas marcas culturais e religiosas mesmo depois de serem extintos. Com o passar do tempo, os costumes se misturavam entre os que residiam na mesma localidade e, sem alguma "autoridade" religiosa que tivesse interferido na comunidade do Sana, tornou-se a forma religiosa particular daquela localidade uma religião híbrida que inseria os elementos africanos. Esses elementos ritualísticos foram taxados, mais adiante, como feitiçaria e curandeirismo pelas atas da Igreja Presbiteriana do Sana, como partes das atas introdutórias em que Thomas Porter fala da influência da feitiçaria naquela comunidade, mas que eram comuns entre as famílias, como demonstram os primeiros cultos públicos híbridos daquela comunidade.

Mas falando sobre o Thomas Porter e a chegada do protestantismo institucionalizado, farei um breve histórico da chegada dos missionários protestantes e a criação das igrejas ligadas a denominações protestantes, que iriam por culminar no fim do protestantismo híbrido. Um dos membros desta comunidade protestante híbrida do Sana faz uma viagem a Barra Alegre, um lugarejo dentro da Serra Fluminense que possuía uma igreja presbiteriana. Nesta viagem, entende que os ritos feitos no Sana estavam equivocados e faz um convite para que um presbítero auxilie os membros da comunidade do Sana. Este fica um tempo no Sana, mas aconselha que convidem um missionário para que continue a frente daquele trabalho. Nisto, ocorre uma cisão, alguns membros da comunidade híbrida optam por continuar no rito que eles fundaram (junto dos citados irmãos Monteiro), outros preferem adotar a nova visão dos

presbiterianos. Porém no ano seguinte, em 1908, missionários batistas chegam ao Sana e passam a trabalhar junto com os irmãos Monteiro, que não terminam com os ritos híbridos em um primeiro momento, mas depois de um tempo acabam aceitando o discurso batista e fazem parte deste protestantismo institucionalizado. A Igreja Batista do Sana é fundada em 1908 e a Igreja Presbiteriana do Sana (apesar de terem missionários que chegaram primeiro) é fundada em 1909.

Dentro da comunidade do Sana após a instalação das igrejas institucionalizadas, estas passaram a assumir um papel de instituição dominante dentro daquela localidade. Assumiu um papel de identidade verdadeira (o protestantismo “puro” e “real”) e jogou para a periferia as culturas religiosas que não se encaixavam dentro dos seus conceitos. Então aqueles ritos espíritas e afro-brasileiros, por mais que estivessem enraizados e hibridizados dentro da comunidade, passaram a ter as suas práticas perseguidas. Os agentes que não estavam dentro da identidade protestante verdadeira deveria ser excluído e terem suas práticas perseguidas, criando assim uma nova dinâmica nas trocas culturais e no espaço social e simbólico. Existia neste momento no Sana o habitus da religião dominante, que pertencia aos membros da Igreja Presbiteriana e da Igreja Batista, e o habitus de quem não poderia se encaixar neste grupo, os praticantes do espiritismo e da feitiçaria (BHABHA, 1998; BOURDIEU, 1989).

E assim, toda a dinâmica hierárquica e de organização das igrejas presbiteriana e batista no Sana acompanhava a comunidade, e isso significa que também era influenciada pelos fatores econômicos e políticos, com a valorização do café na serra de Macaé acompanhando a movimentação da economia cafeeira no Brasil nos anos 1910 e 1920 e o seu declínio e estagnação nas décadas de 1930 em diante, e os fatores geográficos/ambientais, que moldarão a comunidade e, conseqüentemente a igreja, como também o meio será moldado pela igreja e a comunidade.

Conclusão

O Sana foi um local fundado através da inserção espacial de uma colônia que havia chegado ao Brasil para ser colocada como uma peça na engrenagem da dinâmica cafeeira de Cantagalo e que sai em busca de outra terra em um local próximo dentro da Serra Fluminense. Essa colônia foi usada pelos interesses dominantes e passa a ter uma cultura moldada pela cultura das elites e influenciada pelo chão onde está sendo inserida. Apesar de negarem fazer parte da dinâmica cafeeira como lotes de abastecimento, permanecem numa posição de subalternos dentro deste campo da economia do café, criando um novo território com sua

comunidade, dotando-a de uma identidade feita a partir do hibridismo da inserção de outras culturas dominadas naquela localidade, e tendo novos habitus que foram lapidados através dessa sua posição na dinâmica cafeeira estando num local isolado e de difícil acesso. As interações verticalizadas foram responsáveis por forçar a criação dessa comunidade, fundar esse território e controlou suas formas culturais e religiosas.

Referências bibliográficas

- AMANTINO, Márcia; RODRIGUES, Cláudia e Outros (Org.). *Povoamento, e escravidão na antiga Macaé (séculos XVII ao XIX)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.
- BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- GOMES, Flavio dos Santos. *Mocambos e Quilombos*. Uma História do Campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claroenigma, 2015.
- HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos. Palavras da Antropologia transnacional. *Revista Mana*. vol. 3, n. 1, 1997.
- HECHT, Joseph. *A Imigração Suíça no Brasil: 1819-1823*. Missão Primícia, 2009.
- LEWGOY, Bernardo. A Transnacionalização do Espiritismo Kardecista Brasileiro: Uma discussão inicial. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 28, 1, 84-104, 2008.
- MARRETTO, Rodrigo Marins. O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1873). Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, p. 483, 2019.
- NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1995.

Fontes

LIVRO DE ATAS DE NÚMERO 1 E DE NÚMERO 2 DA IGREJA PRESBITERIANA DO SANA, Macaé/RJ.

Subúrbios em Revista: análise da produção do espaço suburbano carioca através de práticas socioespaciais descritos e ilustrados em revistas (1902-1922)

Vitor de Almeida¹
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientador: Mauro Amoroso

Introdução

O historiador é um filho de seu tempo. Inquieto com as questões que se desenrolam diante de seus olhos, a conjuntura lhe oferece oportunidades de traçar paralelos com o tempo já vivido, permitindo identificar semelhanças, rupturas e continuidades. As transformações urbanas permitem ampliadas análises e pesquisas sobre as imposições políticas de sucessivos governos que modelaram a cidade para torná-la menos colonial em sua arquitetura. Diante da perspectiva imaterial, repensar o corpo de pedra da então capital federal não poderia ser um ato isolado de moldar as mentes e almas de seus habitantes, que passariam a viver sob regência da modernidade da chamada *belle époque*.

Devemos observar, nas palavras de Mônica Pimenta Velloso (2010), uma associação entre tempo e história no que diz respeito ao *moderno*. Neste sentido, verifica-se que o *moderno* é “transitório por natureza; é aquilo que existe no presente. O moderno do ano passado seguramente não é o moderno deste ano. (...) A cada época são criados novos valores, eventos e dominações.” (VELLOSO, 2010; p. 11). Dessa forma, é importante percebermos o que Velloso alerta sobre a necessidade de ser observado o par antigo/moderno, já que o moderno necessita do antigo para se construir. É assim que o que se entende como *moderno*, em tempos de globalização, “tornou-se parâmetro de referências, moldando pensamentos e juízos de valores sobre arte e ciência, vida política, social e econômica”. Neste contexto, “quem conduz o par é o moderno, [cabendo] aos indivíduos, às sociedades e às épocas o trabalho de defini-lo perante o passado” (VELLOSO, 2010; pp. 11-12).

Entendermos as diretrizes de transformações e impactos proporcionados no espaço e nos costumes nos leva a observar a fluidez de uma nova cultura e suas relações sociais e com o espaço urbano. É assim que nos referimos às transformações das *práticas socioespaciais* que passariam a ocupar o novo momento da cidade. Marcelo Lopes de Souza (2013) afirma que

¹ Discente do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “Subúrbios ilustrados: as representações sociais dos subúrbios cariocas e seus moradores nas revistas ilustradas (1902-1922)”, sob orientação do Dr. Mauro Amoroso.

“qualquer transformação social relevante, independente de seu conteúdo ético-político, é impensável à revelia do espaço” (SOUZA, 2013; p. 237). Da mesma forma, o geógrafo nos mostra que todas as práticas especiais são sociais, “em que a espacialidade (...) é um componente nítido e destacado da *forma de organização*, do *meio de expressão* e/ou dos *objetivos a serem alcançados*.” (SOUZA, 2013; p. 241, grifo do autor). Portanto, não há transformação espacial sem impacto nas práticas sociais, assim como tais ações não dialoguem com o espaço ao qual estão submetidas.

Colocadas em evidência os principais pontos conceituais, passamos ao desenrolar das análises que aguçarão o aprofundamento de nosso caminhar na pesquisa proposta, tendo a oportunidade de articular não apenas conceitos junto às fontes, mas também dar luz à algumas ideias surgidas nos questionamentos promovidos pelas reflexões acerca de estudos prévios e no observar das páginas das revistas ilustradas.

Revistas ilustradas como vitrine do seu tempo

É importante levarmos em consideração o papel da revista como fonte nesse processo de análise. Tais publicações expressavam a velocidade das transformações que o momento pretendia impor, o que Evelyn Morgan Monteiro (2008) destaca o termo “passar em revista”, tendo, assim, a revista uma “linguagem ágil e em movimento”, condensando “o aspecto veloz, ágil, de fácil acesso, de bem de consumo” sendo o “espelho do seu tempo”. Seus registros vão além do texto, diferenciando-as dos jornais, já que seus elementos extratextuais (“cada vinheta, reclame, anúncio, capa ilustração ou charge”) nos permitem “perceber o perfil de seus leitores, seus anunciantes [e], portanto, daqueles que financiam o periódico e a proposta de seus publicitários. (MONTEIRO, 2008; pp. 20-21).

Desta forma, com uma variedade de informações e comunicados, as revistas dinamizavam diferentes elementos que poderiam ser apreciados pelo público. Traduziam em sua produção não apenas as publicações em si; emergiam como produtos das diversas técnicas e tecnologias empregadas para sua confecção, que passavam pela fotografia, pela parte gráfica, pelo material do produto, as artes estampadas nas páginas etc. É o que mostra Ana Luiza Martins (2003), quando chama atenção para tais fontes serem “armadilhas documentais”:

“Todos os seus componentes, aparentemente corriqueiros – formato, papel, letra, ilustração, tiragem – sugerem indagações que pronunciam a carga de historicidade presente [nas revistas] (...) Em geral matizavam a realidade, veiculando imagens conciliadoras de diferenças, atenuando contradições, destilando padrões de comportamento, conformando o público leitor às demandas convenientes à maior circulação e ao consumo daquele impresso.

Ou seja: expressavam o comprometimento apriorístico com aquilo que o leitor queria ler e ‘ouvir’” (MARTINS, 2003; pp. 60-61).

A revista, como instrumento que carrega em seu próprio nome a dinâmica da conjuntura, traduzia a circularidade de novos tipos de realidades e posicionamentos em uma sociedade em transição. Desta forma, entendemos que as revistas ilustradas tinham, entre seus objetivos implícitos e explícitos, o objetivo de tornar familiar um mundo que se transformava rapidamente.

Nossas percepções a respeito das representações que são expressas nas revistas se amparam em Stuart Hall (2016), que afirma ser a a representação “a conexão entre conceitos e linguagem que permite nos referirmos ao mundo ‘real’ dos objetos, sujeitos ou acontecimentos, ou ao mundo imaginário de objetos, sujeitos e acontecimentos fictícios”. Ao que chama de *sistema de representação*, Hall apresenta dois processos que organizam as análises: mentais e de linguagem. O primeiro consiste no *mapa conceitual* que carregamos em nossos pensamentos, o que nos permite nos referenciar dentro e fora de nossa mente. Tais conceitos individuais possuem, para nós, diferentes maneiras de organização dentro de sistemas classificatórios, o que minimamente nos permite interagir com as mesmas pessoas e grupos que compartilham nossa cultura; o segundo permite a construção de significados para a cultura através dos *signos*, mediante o uso da linguagem (“qualquer som, palavra, imagem ou objeto que funcionem como signos, que sejam capazes de carregar e expressar sentido e que estejam organizados com outros em um sistema”). É desta forma que a linguagem “se apresenta como o segundo sistema de representação envolvido no processo global de construção de sentido”, possibilitando traduzir nossos conceitos em imagens, sons, palavras, nos permitindo “expressar sentido e comunicar pensamentos a outras pessoas”. Portanto,

“No cerne do processo de significação na cultura surgem, então, dois ‘sistemas de representação’ relacionados. O primeiro nos permite dar sentido ao mundo por meio da construção de um conjunto de correspondências, ou de uma cadeia de equivalências, entre as coisas - pessoas, objetos, acontecimentos, ideias abstratas etc. - e o nosso sistema de conceitos, os nossos mapas conceituais. O segundo depende da construção de um conjunto de correspondências entre esse nosso mapa conceitual e um conjunto de signos, dispostos ou organizados em diversas linguagens, que indicam ou representam aqueles conceitos. A relação entre ‘coisas’, conceitos e signos se situa, assim, no cerne da produção de linguagem, fazendo do processo que liga esses três elementos o que chamamos de ‘representação’”. (HALL, 2016; pp. 34-38)

As formas de representação através das práticas socioespaciais impressas em revistas ilustradas e que circularam na cidade ao levantar as transformações sociais urbanas pelos quais

passavam a então capital federal, traz um viés a ser incorporado na escrita da História do Rio de Janeiro. Como fontes de difusão de uma novo modo de vida, resultado de avanços técnicos e tecnológicos e propaganda de novos hábitos, podemos caracterizar as revistas como a materialização de um discurso da modernidade, ao que percebemos o discurso a partir da afirmação de Michel Foucault (1999):

“Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1999; pp. 8-9)

Sendo assim, diante destas observações sobre o uso das revistas como fontes, nos preparamos para seguir adiante nas análises das fontes selecionadas para compor o presente trabalho. É importante deixar claro que ao longo da pesquisa a qual este presente artigo faz parte serão aprofundados não apenas os conceitos expostos nesta primeira parte, como também serão expostas outras questões relativas ao tema. Portanto, o que temos aqui é um ensaio acerca do que será desenvolvido de forma mais detalhada com o avançar das análises pertinentes à pesquisa.

Subúrbios em revista: um espaço em construção na modernidade

Na coluna “*Sciencia Fácil – correspondência do Dr. Sabetudo*” da revista **O Tico-Tico**, de 27 de janeiro de 1909, a dúvida da menina Maria Rita Monteiro da Silva sobre o que significa “subúrbios” é sanada em uma breve afirmação: “Subúrbios são as vilas que ficam nos arredores da cidade”². Alguns anos depois, em 1916, a mesma coluna explica:

“*Bairro* é qualquer subdivisão da cidade, como freguesia, paróquia ou distrito. Arrabalde ou subúrbios são nomes que se dão aos bairros que ficam nos arredores da cidade. Aqui no Rio de Janeiro faz-se distinção que é exclusivamente de hábito nosso. Essa distinção consiste em reservar o nome de *subúrbio* aos arrabaldes servidos pelas estradas de ferro. Mas, de fato, subúrbio e arrabalde têm a mesma significação. A palavra arrabalde vem de ‘arredores’; subúrbio significa *sub-urbs*, cidade secundária ou parte menos importante de uma cidade. A palavra *urbs* significa cidade. Daí se formam as palavras *urbano* (aplicada ao que diz respeito à cidade), *urbanidade* maneira polída, peculiar à gente das cidades, geralmente mais educada do que a dos campos”³ (grifos da revista)

As observações dadas no semanário infantil nos colocam em contato com vestígios das observações centrais que pretendemos dar ao objeto: identificar nas revistas ilustradas como os

² **O Tico Tico**, 27 de janeiro de 1909, p. 7.

³ **O Tico Tico**, 29 de março de 1916, p. 24.

subúrbios do Rio de Janeiro eram representados no período. Como dito na seção anterior, as revistas eram importantes indicadores de circulação de novos costumes e parâmetro culturais em uma sociedade em constante transformação. É oportuno, portanto, verificarmos através de suas explanações como essas áreas da cidade eram moldadas e práticas modernas se davam nelas.

Os dados do período não nos desaparam, quando trazemos constatações à cena para perceber que a cidade mudava em um ritmo acelerado e sua população dirigia-se aos subúrbios. Em termos demográficos, estamos falando de uma população suburbana que, segundo o censo de 1906⁴, representava 22,9% da população total da cidade, sendo 185.687 habitantes suburbanos de um total de 811.443 habitantes da cidade. Em termos comparativos, ao levantarmos o censo de 1912, podemos verificar que, neste ano, a população suburbana carioca é de 223.059 habitantes, representando 22,85% do total de 975.818 habitantes da cidade, mantendo-se estável em relação ao crescimento demográfico municipal, mas crescendo em si cerca de 20%⁵.

A capital chega ao ano de 1920 com 1.157.873 habitantes, segundo o censo demográfico do ano⁶. Entre 1906 e 1920, esse número representou um salto de 42,7% em sua população total, enquanto as zonas suburbanas - que no censo de 1920 eram formadas pelas freguesias de Inhaúma, Irajá, Guaratiba, Santa Cruz, Campo Grande e Ilhas (do Governador e Paquetá) - somavam 380.160 habitantes. Tais dados mostram que nestes catorze anos que separam as duas pesquisas censitárias, os subúrbios cariocas eram residências de quase 33% da população da cidade e sua população cresceu em 104%.

Mesmo que a afirmação do Dr. Sabetudo tenha destacado que os subúrbios seriam uma “cidade secundária” ou “uma parte menos importante de uma cidade”, em 1908, anos antes da afirmação feita na revista infantil, verificamos D. Picolino, cronista da revista **Fon Fon**, exclamando: “*Le suburbe s’éveille!*”. Traduzido para o português, a expressão “o subúrbio acorda!” dá a ideia da chegada de novas práticas ao local e uma resposta do espaço suburbano às transformações orquestradas pela modernização que varria a cidade. O artigo intitulado *Subúrbios Smarts*⁷ carrega em sua descrição um exemplo de como as influências das transformações urbanas e sociais chegavam aos subúrbios da capital. Começando pelo título, ao adjetivar os subúrbios daquele momento como *smarts* nos levam a desdobrar uma prática

⁴ Recenseamento do Distrito Federal (1906); IBGE (site).

⁵ População da cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal) de 1906 a 1912; IBGE (site).

⁶ Recenseamento de 1920; IBGE (site).

⁷ **Fon Fon**, ano II, nº 9, 6 de junho de 1908, p. 14.

que se instalava na cidade. O *smartismo*, segundo Rosane Feijão (2009), “não era exclusividade do sexo masculino, embora na maior parte das vezes fosse aplicado ao comportamento e à aparência dos cavalheiros que davam atenção especial à moda”. Ser *smart* carregava um conjunto de representações que estavam alinhadas, portanto, às novas tendências que se estabeleciam no cotidiano do Rio de Janeiro no início do século XX. Não estavam apenas relacionada ao indivíduo, mas referia-se à “um grupo de pessoas” e também o uso de expressões, “geralmente estrangeiras, eram consideradas *smarts*, assim como certos ambientes – five-o-clock teas, garden-parties – onde os hábitos da burguesia europeia, considerada civilizada e moderna, eram cultivados e cultuados” (FEIJÃO, 2009; p. 3).

O artigo destacado aponta para uma mudança de localidade dos clubes e cassinos das regiões mais afamadas em direção aos subúrbios. Ele afirma que: “Pelo que leio, a vida, a animação, o *souci de smartismo*⁸ está se transportando para os subúrbios”. Ao carregar a frase com os termos relativos à “vida” e a “animação”, traz os significados expressos na linguagem de que a movimentação das práticas socioespaciais de uma distinta classe social estavam adentrando os subúrbios. O texto em si traz diversas expressões *smarts* para falar dos espaços que perdiam lugar na preferência dessa sociedade que desfrutava desses locais para o lazer.

Ao serem noticiadas pelo articulista, o encerramento das atividades do Colomy Club foi descrito como “um espanto!”; sobre o Club dos Diários, destacou-se ser um “club chic por excelência, o *rendez vous*⁹ da sociedade mais *hupée*¹⁰, o maravilhoso club, cujas festas eram um deslumbramento!”; ao citar o Cassino Fluminense, “com seu suntuoso salão de baile e suas dependências” e que foi “comprado pelo Governo... para instalar a Ministério da Agricultura”, o autor nos dita:

“Realmente, o local presta-se, já pelas suas dimensões, já pelos seus antecedentes, pois tal ministério ficará muito bem onde brilharam *les grosses légumes* de nossa roda financeira. E é assim que tudo evolui para... pior. Os futuros candidatos a empregos na nova secretaria verão a estátua da *Lavoura*...sem braços, no mesmo amplo salão onde se admirava os torneados braços e as níveas espáduas das nossas representantes da *high life*”

Chama atenção do articulista como o bairro do Méier se tornou um ponto de junção dessa nova vida moderna, quando mostra que “o Méier agita-se de um modo espantoso”, contando a localidade com práticas sociais e culturais que antes não aconteciam no local e passam a tomar conta da realidade: “*Curso*, concurso de beleza, bailes, tem havido de tudo e

⁸ “Preocupação de *smartismo*”, em tradução livre.

⁹ A expressão significa “local de encontro”, em tradução e interpretação livre.

¹⁰ “Com crista”, em tradução livre, o que nos remete a uma “sociedade distinta”, “destacada”.

com geral aceitação. (...) E está o Méier, o sossegado e modesto recanto à beira da Central plantado, devorado da ambição do luxo e da vida ruidosa”. Tal movimentação mudou os hábitos até mesmo de Xavier Pinheiro, jornalista local, dono criado de *O Subúrbio*, cujo comentário de Picolino aponta que “o Xavier Pinheiro, a alma dos subúrbios, o redator-chefe do *Subúrbio*, está se tornando o Figueiredo Pimentel daqueles lados. Criou o *Binóculo*, já foi visto ensaiando-se para usar o monóculo, mandou fazer um *smocking*, e está *assuburbiado* de preocupações elegantes”.

No ano anterior, a mesma revista já fazia suas comparações entre os subúrbios e outros lugares que eram vistos como específicos da alta sociedade. Em 1907, na edição de 27 de julho, a revista trazia um artigo intitulado “*Subúrbio*”, no qual comparava com Botafogo bairros suburbanos que “já têm o seu jornal”. E diz:

“Decididamente, aquelas regiões precisam ser descobertas. De onde em onde, um fasto qualquer vem evidenciar a vida intensa que há por lá. Ainda há pouco não fomos surpreendidos com a notícia de um *wagon* de trem suburbano em que não se podia fumar? Era uma novidade, mais que isso – um paradoxo, pois que nos paquetes, nos grandes palácios, o que há são lugares destinados a se fumar. Entretanto, o subúrbio faz o contrário, isto é, um lugar para não se fumar. (...) Com jornal, incêncios, carros para damas delicadas, não é de admirar que amanhã tenham os subúrbios também a sua praia de Botafogo, com *gentlemen, snobs, smarts* (...)”¹¹

Ambos os textos da revista **Fon Fon** destacam elementos de práticas socioespaciais da modernidade que se expandiam da cidade rumo aos subúrbios. Por exemplo, quando se equipara Xavier Pinheiro a Figueiredo Pimentel, um importante romancista e jornalista, eleva o patamar do primeiro nome próximo aos de outro já com certo status junto à sociedade. Haja visto que Xavier Pinheiro criou, como mostra o texto, uma coluna – o *Binóculo* – para contar sobre as novidades de uma sociedade burguesa emergente também nos subúrbios. E também quando se faz um paralelo entre os subúrbios e Botafogo, este sendo um exemplo por onde transita a parcela *smart* da população carioca.

Os trejeitos também adentram os subúrbios nos detalhes, como naquele descrito pela revista **Careta** em relação à descrição do caráter pessoal na medida em que o homem segura o charuto. Em uma listagem que enumera seis modos de segurar um charuto, indicando uma leitura de personalidade ao portador do fumo, no quinto ponto descreve:

“Timidez e incontentabilidade indicam a mão n. 5. É minucioso no traje; nada o satisfaz completamente e em toda a parte o preocupa onde deve sacudir a cinza do charuto, operação que ele faz com o dedo mínimo. Palestra pouco e

¹¹ **Fon Fon**, 27 de janeiro de 1907, p. 4.

vulgar. As senhoras o apreciam. Próprio para brilhar nos subúrbios”¹²

Os subúrbios, sendo uma cidade de segunda categoria, como já foi visto na observação do período, nos leva à percepção de ser um espaço em transição. Discutir o que se entende por subúrbio sob a ótica do tempo presente requer um amplo debate bibliográfico atravessado por uma interdisciplinaridade que envolve observações históricas, geográficas e sociológicas. Indicado nas fontes, vimos que as práticas *smarts* adentravam o espaço em vias de transformação, assim como indicam outros relatos do período sobre aso que podemos entender por serem camadas de tempo no espaço na medida das práticas que conviviam ali. É o caso do relato pinçado na revista **Careta**, de 17 de agosto de 1912, o qual Felisberta Madureira relata, em carta para a revista, algumas preocupações relativos à política. Entretanto, deixa para nós uma descrição de sua vida nos subúrbios da capital logo no início:

“Há mais de 20 anos, mergulhada na merencória paz dos subúrbios, só perturbada de quando em quando pelos silvos das desastradas locomotivas do Dr. Frontin, crio minhas galinhas das velhas, das crioulas, das nacionais pois como boa patriota sou incapaz de permitir a entrada no meu quintal das raças estranhas que hoje fazem tanto furor e chegam atrair para os donos as bençãos do céu e os favores do governo; faço doces e balas que mando vender às estações pelos meus moleques Anastácio e Pancrácio, dois diabos que não há dia que não deem desfalques nas contas e mais nada”¹³.

Outro caso interessante de ser observado é uma atividade impressa na revista **O Tico Tico**, edição de 10 de julho de 1907¹⁴. Na descrição do concurso 161 (Imagem 1), podemos ler: “Passou um automóvel pelos subúrbios e matou alguns bichos que estavam pastando na rua. Cortou-os em uma porção de pedaços. Os nossos leitores hão de se dar o trabalho de juntar os pedaços para ver que bichos eram”

¹² **Careta**, 25 de junho de 1910, p. 26.

¹³ **Careta**, 17 de agosto de 1912, p. 45.

¹⁴ **O Tico Tico**, 10 de julho de 1907, p. 45

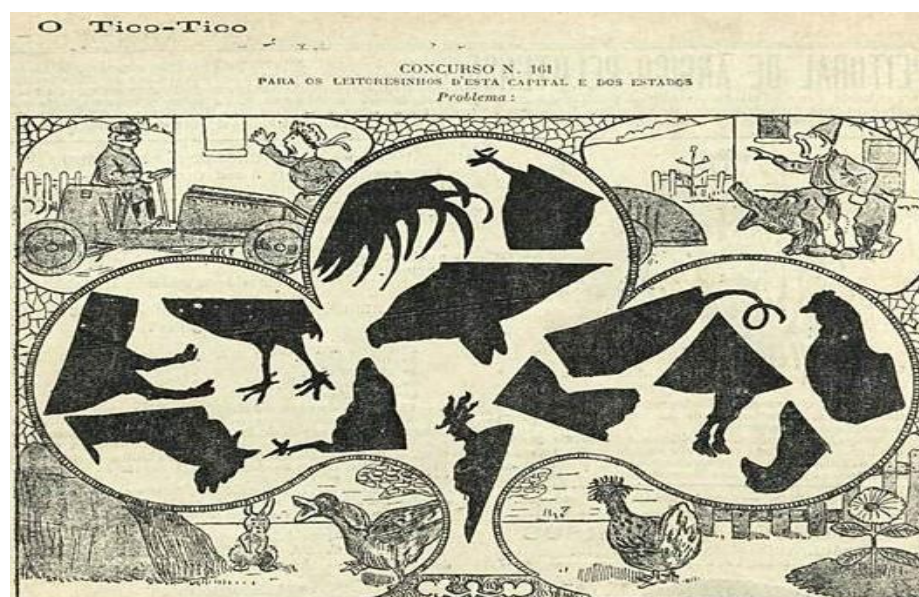


Imagem 1: “Concurso n. 161 – Para os leitoresinhos desta cidade e dos estados”.

Fonte: **O Tico Tico**, 10 de julho de 1907, p. 45. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional

A despeito da descrição trágica e um tanto quanto mórbida, observamos o automóvel como elemento da modernidade e que, sem atentar para o local em que decidiu transitar, atropelou alguns animais domésticos. Os subúrbios surgem na ilustração do concurso como um espaço ainda com uma vida rural, mais uma vez. E sobre a sua realidade *smart*, a revista **O Malho** não deixou de tecer sua costumeira crítica em relação às deficiências dos subúrbios, mesmo com o smartismo adentrando tal espaço. É o que vemos na ilustração sob título “*O traje não faz o monge*” (Imagem 2), cujo subtítulo diz que “às festas que se realizam nos subúrbios não falta a nota *chic* dos bairros aristocráticos do Rio de Janeiro”: A descrição do diálogo segue:

“Ele: - V. Ex. tem coragem de andar na moda, toda *smart*, por estes lugares solitários, cheios de cisco, buracos e água podre?

Ela: - É para ver se chamo a atenção do prefeito, mas nem assim...

O outro: - É a tal coisa: por fora muita farofa, por dentro mulambo só...”¹⁵

¹⁵ **O Malho**, 24 de abril de 1909, p. 48.



Imagem 2: “O traje não faz o monge”. Fonte: **O Malho**, 24 de abril de 1909, p. 48. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

A imagem da “*zona suburbana*” com corpo de mulher, sob os padrões de beleza da época, com uma vestimenta que remete à uma classe social distinta e característica de uma emergente burguesia urbana do período e sem mostrar sua face, nos apresenta uma observação crítica sobre a produção do espaço suburbano: a exterioridade aparentava uma beleza, representada pelas feições corporais e vestimentas, mas toda essa exibição *chic* era para chamar a atenção do prefeito ao que interessava, que eram os problemas de estrutura locais.

Por fim, é válido percebermos as chamadas para o “*progresso*” que se dava nos títulos das seções impressas das revistas. Diante das transições da cidade e, conseqüentemente, de seus subúrbios, vemos uma nota em **O Malho**¹⁶ sobre a escassez de trabalhadores nas lavouras suburbanas em detrimento de atividades culturais, como a criação da Escola de Dançarinas:

¹⁶ **O Malho**, 15 de fevereiro de 1913, p. 43.



Imagem 3: “A lavoura nos subúrbios”.

Fonte: **O Malho**, 15 de fevereiro de 1913, p. 43. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

No avançar da década de 1910, o “progresso” e os “melhoramentos” se apresentam em alguns informativos. Fica expressado na imagem 3 que o pequeno produtor rural que então passava a ser prejudicado pela falta de trabalhadores para atividade, o que evidencia a transição das atividades rurais para a ampliação dos postos de atividades urbanas que chegavam os subúrbios em decorrência da urbanização. Notas como as da coluna “*Vida ultra chic*”, da revista **Fon Fon**, que, em 1919, descrevia as práticas diárias da população “chic” da cidade, e mostrava que “o sábado tornou-se literalmente burguês. É o dia da elegância dos subúrbios longínquos, de Cascadura para cima”¹⁷; ou como a chamada de **O Malho** para os “*Melhoramentos Suburbanos*”, na “inauguração do abastecimento d’água na estação Engenheiro Trindade – subúrbios do Rio de Janeiro”, mostrando “um aspecto popular da festa inaugural, em frente ao local em que se acham os chefes políticos da zona”¹⁸ (Imagem 4).

¹⁷ **Fon Fon**, 12 de julho de 1919, p. 30.

¹⁸ **O Malho**, 27 de janeiro de 1917, p. 30.



Imagem 4: “Melhoramentos suburbanos”.

Fonte: **O Malho**, 27 de janeiro de 1917, p.30. Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional.

Neste contexto de construção de um espaço urbano nos subúrbios é que trazemos para os encaminhamentos uma propaganda de venda de terrenos publicada na revista **Fon Fon**. Em 22 de outubro de 1922 temos um anúncio sobre a “descoberta” dos subúrbios pela população como um local habitável:

“A população do Rio compreendendo, afinal, que não é somente o centro da cidade sua parte habitável, procura já deslocar-se para os arrabaldes e subúrbios, muito mais saudáveis e amenos, às vezes, que o centro, estendendo assim as construções para bairros onde começam a avultar as lindas casas e belas ruas”¹⁹

Não seria apenas um anúncio que tornaria encerrada as investigações sobre o processo de produção espacial suburbano carioca da *belle époque*, mas o que foi aqui exposto nos oferece um indício de que ao menos partes das zonas suburbanas estariam sendo moldadas sob reflexos da modernidade que se impunha sobre a cidade.

Considerações finais

Diante dos avanços dos preceitos de uma modernidade industrial, as cidades e o modo de vida urbano foram os principais meios onde circularam e se cruzaram modos de vida que

¹⁹ **Fon Fon**, 21 de outubro de 1922, p. 76.

resultaram de uma emergente cultura burguesa industrial com forte influência dos principais centros econômicos europeus. Uma das consequências dessa influência é a ampliação do público leitor e apreciador de imagens, o que acarretou a consequente expansão de periódicos, entre eles as revistas ilustradas, surgidas como produtos culturais também dos avanços tecnológicos da imprensa e registros de imagem através da fotografia. Como dito por Maria de las Nieves Agesta, “a promoção da cultura escrita se voltava definitivamente como mecanismo e signo de modernização social e cultural” (AGESTA, 2019; p. 51).

Como veículos não apenas de difusão da moda e modernidades que afluíam para a cidade do Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XX, mas também de observação de práticas socioespaciais que podem ser identificadas nos textos e imagens que expõem expressões *smarts*, modos de se vestir, se comportar, de lazer e gestos, podemos observar as revistas ilustradas como discurso materializado no princípio de condução da tradição pela modernidade visto no início do texto, princípio esse que guia os rumos do tempo sobre o espaço. É neste sentido que podemos identificar nestas páginas revisteiras indicadores que permitem observar a expansão urbana que se dirigia aos subúrbios através da remodelação das práticas sociais que deixaram áreas da cidade de conhecido convívio de uma emergente burguesia e passaram a ocorrer ou até mesmo surgir em bairros suburbanos ora vistos com potencial desenvolvimento espacial em consonância com a modernização em curso, ora como territórios de expressiva transição e destacados problemas estruturais e sociais, o que nos remete ao convívio entre diferentes níveis sociais, culturais e econômicos e abre margem para aprofundarmos até mesmo mais um debate sobre a categoria subúrbio na cidade do Rio de Janeiro.

Com o passar dos anos dentro das duas primeiras décadas do século XX, podemos verificar nas fontes que por ora foram destacadas, através das coberturas destas revistas sobre acontecimentos que se davam nos distantes bairros suburbanos – inauguração de lojas, obras públicas, visitas de autoridades etc. -, ou até mesmo nas ilustrações críticas e humoradas, a emergência que ganha os subúrbios nas páginas e colunas não apenas dos jornais, mas também destes produtos propagandísticos da *belle époque* e as demais nuances da modernidade, que eram as revistas ilustradas.

Fontes

Censos (IBGE)

Recenseamento do Distrito Federal (1906)

População da cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal) de 1906 a 1912
Recenseamento do Districto Federal (1920)

Revistas (Hemeroteca Digital)

Careta

Fon Fon

O Malho

O Tico-Tico

Referências bibliográficas

AGESTA, Maria de las Nieves. El lector imaginado. Lecturas y lectores em la prensa ilustrada de Bahía Blanca (Argentina, 1902-1927). *HistoReLo*. Revista de História Regional y Local. Nº 22, vol. 11, jul.-dez. De 2019, pp. 17-60.

FEIJÃO, Rosane. Smartismo: elegância masculina e modernidade no início do século XX no Rio de Janeiro. *XXXII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. Curitiba, PR. 4 a 7 de setembro de 2009.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo. Ed: Loyola, 1999.

HALL, Stuart. *Da Diáspora*. identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

_____. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio/ Apicuri, 2016.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*. São Paulo, v. 22, n. 1, pp. 59-79, 2003.

MONTEIRO, Evelyn Morgan. *A Revista: modernismo e identidade fluminense (1919-1923)*. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura, PUC-Rio, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *História & Modernismo*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.

O Crepúsculo do Idílico: O papel das navegações no esmaecimento das imagens idealizadas durante a Primeira Modernidade

Wallace de Oliveira Machado¹
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Orientadora: Célia Cristina da Silva Tavares
Bolsista CAPES

Introdução

Este trabalho é fruto da pesquisa em desenvolvimento que visa compreender a transição do pensamento medieval para a modernidade com base na visão sobre as Índias e como que os elementos idílicos e maravilhosos são decompostos ou ganham uma nova roupagem nos relatos de viajantes na primeira modernidade. Serão usadas duas fontes: o manuscrito do diário de Cristóvão Colombo, copiado em 1552 pelo frade Bartolomé de Las Casas e o livro *Oh Preste João das Índias* do Padre português Francisco Álvares impresso em 1540. Os textos se conectam pelas ideias de Índias apresentadas e o contato com a literatura do período. O oriente foi assumido pela literatura como as terras das maravilhas ou o território das possibilidades. Essa relação inicial entre o “europeu”² e as terras além do horizonte conhecido se deram inicialmente por meio do imaginário.

Neste trabalho é usado o binômio a priori/ a posteriori com relação ao contato para pensar o território³, por meio da inserção do processo dialógico entre o mundo ocidental conhecido e o mundo oriental desconhecido. É preciso dividir em duas partes essa concepção de território: o momento da idealização “a priori” ao contato, que uma vez que não se expande o horizonte conhecido o processo de imaginação preenche as lacunas com o exótico e o excepcional; e o momento colonizado “a posteriori”, que na expansão do horizonte conhecido o território transcende os elementos idealizados por meio das relações empíricas, fazendo assim prevalecer as relações de apropriação do território.

A passagem de um polo do binômio para o outro se deu no eixo das grandes navegações do século XV-XVI, na medida em que o homem ibérico/europeu expande o horizonte

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano 2023, projeto: “Visões das Índias: A desconstrução do imaginário europeu na perspectiva de Cristóvão Colombo e Francisco Álvares no início da Primeira Modernidade”, sob orientação da Dr.^a Célia Tavares, bolsista: CAPES.

² Uso a palavra europeu no sentido de cristandade ocidental, na ausência de um conceito melhor.

³ Utilizo essas categorias de a priori e a posteriori pensando originalmente na conceituação de território feita do Rogério Haesbaert na noção idealista/ materialista em HAESBAERT, Rogério, **O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

conhecido. Esse processo resulta em rupturas e continuidades com as imagens idílicas. Faz-se necessário pensar como que esse processo de assimilação se deu, no diálogo entre o imaginado “observado com a mente” e o experimentado “observado com os sentidos”, resultando na materialidade do território.

As narrativas de viagem e a priori.

O oriente é o território fecundo para habitar as excentricidades e maravilhas imaginadas. A separação espacial e o véu do desconhecido permitem manter viva as relações mitológicas, sejam elas maravilhosas ou monstruosas. Dessa forma, os relatos de viagem são fontes que acabam nos informando mais sobre a mentalidade daquele que descreve do que daquele que é propriamente descrito⁴.

O século XIII foi marcado por um intenso trânsito para o oriente, peregrinações religiosas levando o cristianismo para as terras nunca antes desbravadas. Esse processo de expansão foi uma continuidade do século anterior marcado pelas cruzadas, dessa vez com o cunho proselitista de um peregrino de não um soldado⁵.

Para compreender a mentalidade da época é preciso circunscrever um conceito chave que é a ideia do maravilhoso. Ele aparece como um contrapeso do cotidiano, uma ruptura da normalidade. A literatura do período embebeu-se dessa influência criando os polos de contraposição com a realidade, como o país de cocanha, uma terra de fartura alhures (nenhures) em oposição à fome da realidade⁶. Segundo Jacques Le Goff o maravilhoso seria oriundo do verbo *Miror*, *mirari* relativo a observar. Isto é, uma visão que encantaria o observador tendo uma dose de sobrenatural que não se consegue diluir ou assimilar, apenas aceitar. Ele dividiu o conceito de maravilhoso em três: o *mirabilis*, o maravilhoso pré-cristão mitológico; o *magicus*, voltado para o mistério da magia; o *miraculosus*, que seria o milagre da religião⁷.

Sérgio Buarque afirmou esse elemento maravilhoso seria uma expressão de uma força divina juvenil, características de um tempo em que a humanidade ainda não existia⁸. No mesmo texto ele afirma que os lugares que mantêm essas características estão além da esfera da

⁴ GREENBLATT, Stephen, **Possessões Maravilhosas**, São Paulo: Edusp, 1996, p. 18–20.

⁵ KAPPLER, Claude, **Monstros, demônios e encantamentos no fim da idade média**, São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 53–56.

⁶ LE GOFF, Jacques, 8. Cocanha, in: **Heróis e Maravilhas da Idade Média**, Petrópolis: Vozes, 2020, p. 103-109.

⁷ LE GOFF, Jacques, **O Imaginário Medieval**, Lisboa: Estampa, 1994.

⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque, **Visão do Paraíso**, São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 304.

observação, são os rincões do mundo que estão à distância como o oriente, mais especificamente nas Índias⁹.

As Viagens de Jean de Mandeville foi um livro ovacionado e posto em paralelo com Marco Polo, Cristóvão Colombo e outros viajantes até o século XVII¹⁰. Colombo, como o grande descobridor do Novo Mundo tinha em sua base três autores: Marco Polo (1254-1323), Jean Mandeville (1356) e Pierre D'Ailly (1351-1420)¹¹, essas leituras influenciaram a sua visão. Segundo Todorov ele saiu na busca de algo que sabia que iria encontrar e usou o que encontrou como validação de suas ideias iniciais¹².

Ao observar “As viagens de Jean de Mandeville” vemos que a narrativa iniciava com uma peregrinação para a Terra Santa. O oriente estaria nas cercanias marginais além desse centro o que possibilitou a apresentação da noção antipodal do mundo, visto que as relações entre ocidente e oriente possuem um nexos direto diametralmente oposto. Ele aponta uma visão relativizada a medida que afirma que o polo ocidental e oriental são opostos entre si e um sempre é o oposto do outro, criando possibilidades de haver monstros no oriente já que no ocidente não há¹³, assim como maravilhas.

As viagens são consideradas importantes para pensar essas imagens sobre o oriente assim como é importante para pensar a visão do europeu,

Para o indivíduo, a viagem é uma busca com várias dimensões: busca de conhecimento sobre o mundo, sobre si mesmo; busca da verdadeira identidade ou a busca de uma verdade superior.¹⁴

O livro *As viagens* do veneziano Marco Polo foi uma das obras mais importantes sobre o oriente no século XIV, indo até a corte do Grande Cã, líder dos tártaros. Ele narrou eventos e peculiaridades de forma direta. Marco Polo para compor seu relato se baseou nas coisas que viu assim como nas coisas que ouviu. Em sua jornada como comerciante descreveu muitas imagens que foram assumidas como referência. Ao falar dos mercadores das Índias, por exemplo, descreveu uma grande ilha que ficava muito ao oriente, cheia de pessoas brancas, de boas maneiras e bonitas. Essa ilha ele chamou de *Zipagu*¹⁵, onde a população nunca foi dominada e mantinha um certo isolamento e por isso possuíam uma grande quantidade de ouro

⁹ *Ibid.*, p. 300.

¹⁰ GREENBLATT, *Possessões Maravilhosas*, São Paulo: Edusp, 1996, p. 51.

¹¹ *Ibid.*, p. 45; TODOROV, Tzvetan, *A Conquista da América*, São Paulo: Martins Fontes, 2019, p. 44.

¹² TODOROV, *A Conquista da América*, São Paulo: Martins Fontes, 2019, p. 23.

¹³ GREENBLATT, *Possessões Maravilhosas*, São Paulo: Edusp, 1996, p. 65–70.

¹⁴ KAPPLER, *Monstros, demônios e encantamentos no fim da idade média*, São Paulo: Martins Fontes, 1993p. 6.

¹⁵ Japão.

e outras riquezas. Ele afirma que não viu pois não esteve lá, mas, acreditava pois ouviu de alguém que depunha fé¹⁶.

Polo narrou um confronto entre Gêngis Khan e o mitológico rei Preste João por causa de um pedido de casamento e isso nos dá um feito notório. Gêngis Khan antes da guerra chamou seus astrônomos, entre eles cristãos e muçulmanos, para fazerem uma consulta sobre o possível resultado da guerra.

Os cristãos pediram um caniço, quebraram-no ao meio e afastaram uma parte da outra: uma puseram no lado de Gêngis, e a outra no lado de Preste João. E escreveram o nome de Preste João no caniço do seu lado e o de Gêngis no outro, e disseram: “O caniço que se puser sobre o outro será o vencedor.” Gêngis disse que queria ver aquilo, e que mostrassem o mais breve possível. Os cristãos pegaram o saltério e leram certos versos, salmos e seus **encantamentos**: então, o caniço onde estava o nome de subiu no outro, o que foi visto por todos os que ali estavam. Quando Gêngis viu aquilo, ficou muito alegre, pois viu que os cristãos diziam a verdade. Os astrólogos muçulmanos nada souberam dizer dessas coisas.¹⁷

Duas coisas podem ser retiradas desse trecho: a primeira é um evento que tem uma conotação maravilhosa no sentido de *magicus*, um feito que foge da normalidade que em um sentido ou outro possui um contato com o sobrenatural. Neste exemplo não há uma relação com presença demoníaca, algo que segundo Le Goff¹⁸ poderia ser conotado em uma ideia de magia branca, o uso do elemento religioso para uma premunição. A segunda é a própria existência do Preste João e como ele e a ideia de oriente foram apresentados por Marco Polo.

Seguindo pelo mesmo fio o personagem Preste João é outro ícone da literatura medieval, tendo sua origem nos cavaleiros cruzados do século XII. Segundo Charles Boxer o apelo literário de Mandeville e das cartas de Preste João eram maiores e tinha mais circulação do que as narrativas de viagem de Marco Polo¹⁹. A primeira representação literária do Preste João foi escrita em uma crônica pelo Bispo Otto Fresing, durante a segunda cruzada, entre 1143-1146, sobre o contato com um rei cristão no oriente²⁰. As cartas de um rei cristão oriental começam a circular na Europa no século XII e ganham um forte apelo religioso.

O contato com o Preste João poderia abrir uma segunda frente de combate em pleno século XII²¹, já que os territórios limítrofes como a região do Levante e a península ibérica

¹⁶ POLO, **As viagens**, São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 135–136.

¹⁷ *Ibid.*, p. 48.

¹⁸ LE GOFF, **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Estampa, 1994

¹⁹ BOXER, Charles, **O Império Colonial Português (1415-1825)**, Lisboa: Edições 70, 1969, p. 40.

²⁰ PENEGASSI, Rubens, Naturalização do trato político e conservação das conquistas, v. 23, n. História Unisinos, p. 27–37, 2019, p. 32.

²¹ COSTA, Ricardo da, Por uma geografia mitológica: a lenda medieval de Preste João, sua permanência transferência e Morte, **História** 9, n. EDUFES, p. 53–64, , p. 54.

possuíam uma forte hostilidade entre os credos. Para perceber esse pensamento do período basta observamos a apresentação da Carta do Preste João que circulava na Europa, principalmente no Sacro Império Romano Germânico:

o Preste João, cujo poder e riqueza são maiores que os de todos os reis deste mundo, dispõe-se a, comandando um imenso exército, combater os inimigos da cruz, e a viajar até o Santo Sepulcro, para aí glorificar o nome de Cristo.²²

O objetivo cruzadístico se faz presente no século XII, cativando os leitores e facilitando a sua difusão, não apenas as cartas que sofreram processo de interferência externa até o século XIII²³, mas, também, como a literatura se apegou a esse personagem.

O mito do Preste João, a existência de um Paraíso terreal assim como outras relações maravilhosas são elementos comumente associados com os relatos de viajantes do século XIV. As narrativas de viagem com menos traços na realidade passam a ser mais comuns no XIV, graças à diminuição da porosidade entre oriente e ocidente, após a conversão do Grande Khan ao islã, o desmoronamento do império tártaro e o advento da peste negra, minarem as rotas de viagens²⁴. Porém, essas narrativas de viagem verídicas ou não, com lastro na realidade ou não, serão o arcabouço dos navegantes e viajantes do século XV e XVI, influenciando na observação assim como auxiliando na estrutura de dominação colonialista,

Em face ao desconhecido, os europeus usavam estruturas intelectuais e organizacionais convencionais, maldados durante séculos de contatos indiretos com outras culturas, e que essas estruturas impediam em grande parte uma percepção clara da radical alteridade das terras e dos povos americanos.²⁵

A Transição *a priori* – *a posteriori* no relato de viajante

1. Diário de Cristóvão Colombo, 1492.

A missão de Colombo com o objetivo de encontrar o caminho das Índias pelo ocidente foi em 1492 e no primeiro fólio apresenta o objetivo da viagem: o contato a pedido da fé com o Grão Cã (Grande Khan). A missão tem os moldes de Marco Polo, buscando aproximar comercialmente os mundos. Ele se baseia muito em Polo, em um contato com os nativos verificou a possibilidade mercadológica da exploração do algodão, que apenas esse comércio com os reinos espanhóis já seria vantajoso, um motivo para o contato. Porém, ele afirmava que não deveria se ater naquele lugar pois o seu foco era outro “Salvo a las grandes ciudad del Gran

²² RAMOS, Manuel, **Ensaio da Mitologia Cristã**, Lisboa: Assírio & Alvim, 1997, p. 53.

²³ *Ibid.*, p. 56–57.

²⁴ LOPES, Paulo, Os livros de viagens medievais, **Medievalista**, n. 2, 2006, p. 5.

²⁵ GREENBLATT, **Possessões Maravilhosas**, São Paulo: Edusp, 1996. p. 78.

Can que se descubriran sin duda y otras muictas de otros senores que auran em dicta servir a VA”²⁶.

O encontro do Grande Khan e a relação com o comércio é muito presente no diário de Colombo, porque a busca por cidades e territórios presentes nesses relatos acaba fazendo um processo associativo em que a sua cosmovisão interferia diretamente naquilo que ele compreendia. Colombo não falava o idioma dos nativos, porém, usa a leitura de sinais como validador daquilo que ele pensa. Colombo, em mais de um momento, evocava nomes de cidades que constavam nas Viagens de Marco Polo como Cathai/Catai ²⁷ e a província de Guinsay/Guisay²⁸.

Ao longo do relato da viagem uma localidade é buscada com mais afinco sendo mais vezes grafada, a ilha de Cipango, uma possível referência *Zipagu* de Marco Polo. Todas as vezes que a palavra apareceu estava concatenada ao ouro e ao comércio. Cipango acaba aparecendo como um escopo a ser atingido, com base nos sinais.

Que creo que si es assi como por seny a q me hizieron todos los índios destas islas y aquellos que llevo y em los navios porque por lengua no los entendo es la isla de Cipango de que se inventan cosas maravillosas y em las esferas que yo vi y e las pinturas de mapa mundos es ella en esta comarca.²⁹

A descoberta de ouro não apenas daria substância a sua viagem como seria o arcabouço para a sua missão religiosa em reconquistar a Terra Santa³⁰. Colombo foi além de Marco Polo quando transcende o comerciante em nome do peregrino religioso. Quando evocou a imagem dos reis católicos contra os mulçumanos, que em 1492 derrubaram a cidade de Granada, e identificava assim a sua missão como continuidade.

Porém, Colombo não encontrou ouro em sua jornada, muito menos as grandes cidades do Grão Cã, apenas algumas pequenas peças com os nativos. Pelo contrário, se contentou com uma população que aceitava trocas irrisórias. Em alguns momentos, aquilo que via era um

²⁶ COLOMBO, Cristobal, *Esta é a primeira viagem e as derrotas e caminhos que fez o Almirante Don Cristóvão Colombo quando descobriu as índias, posto sumariamente [se não] o prologo que fez aos Reis que a mão começa desta maneira*, p. 39.

²⁷ *Ibid.*, p. 32; POLO, *As viagens*, São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 92–93.

²⁸ COLOMBO, *Esta é a primeira viagem e as derrotas e caminhos que fez o Almirante Don Cristóvão Colombo quando descobriu as índias, posto sumariamente [se não] o prologo que fez aos Reis que a mão começa desta maneira*, p. 27; POLO, *As viagens*, São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 126.

²⁹ COLOMBO, *Esta é a primeira viagem e as derrotas e caminhos que fez o Almirante Don Cristóvão Colombo quando descobriu as índias, posto sumariamente [se não] o prologo que fez aos Reis que a mão começa desta maneira*, p. 28–29.

³⁰ GREENBLATT, *Possessões Maravilhosas*, São Paulo: Edusp, 1996. p. 96.

completo oposto daquilo que buscava, “Mas me parecia q hera gente muy pobre de todo; ellos andan todos desnudos como su madre los pario”³¹.

Todavia, isso não se constitui como impeditivo de continuar a buscar e a interpretar os sinais, fazendo as terras de Catay e Cipango sempre em um horizonte próximo com uma possibilidade de encontro. À medida que não alcançou esses marcos idealizados completou o seu relato com algo que atrairia os olhos de outra forma. O “maravilhamento” se faz pela relação com a natureza, assim como pela possibilidade de conversão dos nativos, que são dois elementos que se reincidem ao longo da narrativa.

A relação da primeira viagem possui um problema estrutural, a cópia aceita pela historiografia feita por Frei Bartolomé de Las Casas pode, ou não, ter a influência deste na composição da imagem da missão. Em outras palavras, Colombo em sua raiz estava entre o mercador e o peregrino, porém até que ponto a imparcialidade do frei copista pode ser confirmada e aceita? Será que esses aspectos religiosos se exacerbaram na prática ou apenas no enfoque dado? Essas perguntas não possuem inicialmente uma resposta, não conhecemos a imagem do verdadeiro Colombo, porém, com aquilo que é aceito, observamos que há uma transição, rompimentos e continuidades, com as imagens idealizadas.

Durante seu relato a ideia de maravilhoso permanece viva no que tange à natureza. Durante o contato com os nativos Colombo compreendeu que uma das ilhas seria habitada por homens de um olho só com cabeça de cachorro³², referência aos cinocéfalos presentes em Marco Polo na ilha de *Agama* “Andaman”³³, porém, Colombo afirmou não acreditar naquilo que lhe tinha sido dito. Colombo enxergava aquilo que via segundo a lente daquilo que sabia, usou seu universo conhecido não apenas como parâmetro, mas como elemento solvente da realidade.

2. O relato de Francisco Álvares, 1518-1526.

O mito do Preste João e a navegação portuguesa no século XV estavam ligados não apenas pela busca do ouro ou pelo comércio das especiarias, mas também, pela missão cruzadística que se faz presente contra o islã. Durante o século XIV a localização do mítico rei

³¹ COLOMBO, Esta é a primeira viagem e as derrotas e caminhos que fez o Almirante Don Cristóvão Colombo quando descobriu as índias, posto sumariamente [se não] o prologo que fez aos Reis que a mão começa desta maneira, p. 15.

³² Na nota lateral da cópia, Las Casas pontua que Colombo não os entendia, deixando retoricamente o questionamento da interpretação colombina.

³³ POLO, *As viagens*, São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 146; KAPPLER, *Monstros, demônios e encantamentos no fim da idade média*, São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 209.

cruzado passou a ser circunscrita ao território da África, sendo a primeira representação cartográfica feita pelo genovês Angelino Dulcert por meio das especulações sobre o nascente do Nilo na região da Etiópia³⁴. A terra dos “caras queimadas” durante o século XIV passou a ser anexada ao mito do Preste João o que catalisou a iniciativa de contato, confirmando as especulações da existência de um rei cristão na Etiópia³⁵.

Portugal em seu movimento atlântico, usou como argumento a busca desse rei mítico no século XV. Durante a transição do reinado de D. João II para D. Manuel a busca pelo Preste João se manteve, mas não mais na região da Guiné, na exploração da rota do ouro, mas sim, na região das Índias na rota das especiarias³⁶.

Portugal enviou missões para a região das Índias do Preste João com o objetivo de aproximar a cristandade do oriente e a do ocidente e por sua vez fortificar as barreiras contra o islamismo garantindo a hegemonia no comércio das especiarias. Em 1515 foi enviada a primeira embaixada portuguesa que obteve sucesso, ficando nove anos em terras etíopes de 1518 até 1527, cujo fruto foi o livro do padre Álvares.

O principal foco dessa embaixada era conectar os cristianismos e isso foi exposto em um confronto entre o embaixador e os emissários do *Negus* etíope, pois a corte os confundiu com um grupo de mercadores,

Respondeulhe ho Embaixador que non vinham pera fer mercadores, mas que vinhã pera ferver a Deos e a hos Reys, ajuntar christãa com Chriftãa. [...] Primeiramente diffemos que ho frade foy dizer a ho embaixador que compafe e vendesse que lhe davam pera iffo licença: e que difto fe efpantava muito ho embaixador, porque ele nem feu pay, nem may, nem avos nam compravam nem vendiam, nem tinham tal officio: e que outro tanto era dos fidalgos e peffoas que com effe vinham nunca tiveram tal costume.³⁷

Diferente de Colombo, a embaixada encontrou riquezas nas mãos dos grandes senhores a serviço do *Negus*, porém, também encontrou pobreza e simplicidade ao longo do caminho. Em uma passagem pelas terras de Dangote, na cidade de Aagao, a comitiva portuguesa viu o estrago feito por uma nuvem de gafanhotos, tendo uma cidade arrasada pela miséria. O padre perguntou porque o povo não resistia e combatia esses animais e lhe foi respondido que “não possuem mais forças”³⁸. Essa descrição monta uma oposição direta à representação das terras

³⁴ COSTA, Por uma geografia mitológica: a lenda medieval de Preste João, sua permanência transferência e Morte, *História* 9, n. EDUFES, p. 60.

³⁵ RAMOS, *O Destino Etíope do Preste João: A Etiópia nas Representações Cosmográficas europeias*, Lisboa: Cosmos, 1999, p. 240–243.

³⁶ BOXER, *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969, p. 43.

³⁷ ALVARES, Francisco, *Oh Preste Johan das Indias: A verdadeira informação das terras de Preste Johan.*, Lisboa: Imprensa de Luis Rodrigues, 1540, p. 62.

³⁸ *Ibid.*, p. 23.

do Preste João como o território de abundância, como era apresentado em suas cartas no século XIII.

Ao longo da viagem da embaixada uma série de atritos entre a imagem idealizada e a real ficam evidentes para os leitores do livro, assim como a disparidade entre o que era esperado e o encontrado pelo o Padre Álvares. Embora ele tenha evitado fazer juízos de valor sobre aquilo que observava, em alguns momentos ele pede para leitor não estranhar aquilo que lerá, principalmente quando tange uma pauta moral que se distanciava muito do ocidente, como por exemplo ao relatar os casos de desrespeito ao matrimônio naquelas terras³⁹.

O ponto de principal atrito apresentado está na diferença entre as práticas religiosas, na crítica do cristianismo etíope em relação ao cristianismo ocidental. O padre Álvares encontrou não um cristianismo nestoriano, como se pensava existir no reino do Preste João, mas um cristianismo judaizante. Relata a manutenção dos ritos judaicos como a alimentação *kosher*, respeito ao sábado, circuncisão e possibilidade de divórcio mantido pela cultura.

O líder religioso, o *Abima*, falou com o padre sobre o atrito entre a população que mantinha esses ritos e a tentativa do patriarca do Cairo em reformá-los. Porém, essa tentativa de reforma teve percalços graças à adequação popular aos velhos hábitos, tal como a facilidade de conversão dos *Franges*, brancos estrangeiros, em adaptar-se aos ritos judaizantes⁴⁰.

O maior caso de heresia apresentado pelo padre foi a reincidência do batismo por causa do alto número de apostasia. Na Etiópia a conversão para o judaísmo e islamismo e a reconversão para o cristianismo era muito fluída na proporção que ela era encarada como uma região de fronteira muito tênue entre os credos abraâmicos, o que faz a reincidência do batismo uma prática rotineira para o retorno ao cristianismo. O padre Francisco Álvares em um dos únicos momentos divergiu abertamente das autoridades etíopes,

Qui crediderit e Batizatus fuerit falvus erit, qui vero nom crediderit condem nobitur. E pero has que te tornavam mouros ou judeus, e depois per tuas livres votades conheçiam teus erros e demandavam mifericordia ho Abima hos a folveria com peniteçias faudaveis a fuas almas fe poder pera iffõ tinha, fenam foffem ao papa de Roma em que fam todos hos poderes. E hos que fe nam arrendia, que hos podeffem tomar e queimalos que afi fe ufa ba França e igreja de Roma.⁴¹

Francisco Álvares apresentava uma visão mais prática, em referência ao Colombo, algo comum entre os lusitanos⁴², descrevendo aquilo que vê, como vê, sem fazer muitas alusões

³⁹ *Ibid.*, p. 15.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 88.

⁴¹ *Ibid.*, p. 85.

⁴² HOLANDA, **Visão do Paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ficcionais. Entretanto, a origem de sua missão tem como base um arcabouço literário sobre o Preste João que cativou D. Manuel. O estreitamento da aliança entre os cristianismos etíope e português tinha o intento do combate ao “outro”, infiel, muçulmano, regatando a narrativa cruzadística e se consolidaria na criação de um bispado português nas terras do Preste João. Porém, esse desdobramento não ocorreu como o planejado dado que a corte de D. João III, sucessor de D. Manuel, assumiu outra postura.

Conclusão

O processo de assimilação feito pelo homem europeu moderno é semelhante a uma enzima que atua na digestão de algo que foi deglutido, ela corrói aquilo para ser absorvido e enriquecer nutritivamente o corpo⁴³. Com base na analogia apresentada por Greenblatt podemos dizer que o contato e o processo de assimilação são movimentos antropofágicos entre a ideia e a realidade, e o ato de deglutir, digerir e, às vezes, ruminar é a forma de se criar essa realidade. A realidade seria assumida como um processo, fruto da idealização e do contato, envolvendo rupturas e continuidades.

Ambos os casos a idealização embora compondo a visão de alguma maneira será uma forma de deglutir o universo observado, onde encontraremos aquilo que permanece ou rompe. Colombo não encontrou *Cipango* ou o ouro que desejava para formar a sua cruzada, porém isso não o desmotivou, visto que outras buscas entraram para suprir esse objetivo, como a ideia da busca do paraíso terreal. No que compete a Francisco Álvares, a missão de criação de laços entre o cristianismo etíope e o ocidental contra o islã foi deixada de lado, na medida em que não se aceitou a aproximação com um cristianismo judaizante nas vésperas da criação do tribunal do Santo Ofício português e a missão que sucedeu foi uma missão jesuítica de caráter catequético.

Em ambas as viagens tornou-se notório a estrutura ideal como valor de impulso das viagens, assim como o contato desmontou a estrutura ideal de alguma forma. Podemos entender a realidade, na questão do território, não como uma coisa objetiva, mas sim, o fruto da relação empírica com a idealizada. O produto final, das Índias de Álvares e Colombo, foi composto de rompimentos e continuidades criando aquilo que seria capaz de ser assimilado.

Colombo assimilou uma gente que está acima dos negros e abaixo dos brancos, em sua ideia ótima para ser cristã ao passo que dócil e sem malícia, assim como boa para o trabalho

⁴³ GREENBLATT, *Possessões Maravilhosas*, São Paulo: Edusp, 1996. p. 20.

por não ser dotado de ganância ou tecnologia. Álvares não expressou, mas, aquilo que ele descreveu rompeu com a mística do mitológico Preste João, e com isso, sobra apenas uma grei de cristãos que antes de serem aliados precisam ser corrigidos, principalmente, nos tempos da reforma e da perseguição inquisitorial. Nos dois casos o produto da observação versus a idealização é uma realidade colonial, pois aquilo que se assimila se absorve para fortalecer o corpo.

Fontes

ALVARES, Francisco. **Oh Preste Johan das Índias: A verdadeira informação das terras de Preste Johan**. Lisboa: Imprensa de Luis Rodrigues, 1540.

COLOMBO, Cristobal. Esta é a primeira viagem e as derrotas e caminhos que fez o Almirante Don Cristóvão Colombo quando descobriu as índias, posto sumariamente [se não] o prologo que fez aos Reis que a mão começa desta maneira.

Bibliografia

BOXER, Charles. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969.

COSTA, Ricardo da. Por uma geografia mitológica: a lenda medieval de Preste João, sua permanência transferência e Morte. *História* 9, n. EDUFES, p. 53–64, .

GREENBLATT, Stephen. *Possessões Maravilhosas*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 1996.

HAESBAERT, Rogerio. *O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da idade média*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LE GOFF, Jacques. 8. Cocanha. *In: Heróis e Maravilhas da Idade Média*. Petrópolis: Vozes, 2020, p. 103–109.

_____. *O Imaginário Medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.

LOPES, Paulo. Os livros de viagens medievais. *Medievalista*, n. 2, 2006.

PENEGASSI, Rubens. Naturalização do trato político e conservação das conquistas. v. 23, n. *História Unisinos*, p. 27–37, 2019.

POLO, Marco. *As viagens*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RAMOS, Manuel. *Ensaio da Mitologia Cristã*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1997.

_____. *O Destino Etíope do Preste João: A Etiópia nas Representações Cosmográficas europeias*. Lisboa: Cosmos, 1999.

TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

_____. *A Viagem e seu relato*. *Revista de Letras*, v. 46, n. 1, 2006.

Imigração Portuguesa na Hospedaria de Imigrantes da Ilhas das Flores: o decreto nº 16.761 e a presença portuguesa na década de 1920.

Wanderson Silva Bonifácio Junior¹
Mestrando em história social PPGHS/UERJ-FFP
Orientador: Luís Reznik
Bolsista CAPES

Introdução

O Brasil da segunda metade do século XIX estava passando por uma série de mudanças sociais. Após a promulgação da lei do ventre livre, responsável por colocar uma “data” longínqua para o fim da escravidão, as elites políticas discutiram projetos para a substituição do modelo escravista. Dentre os diversos projetos debatidos, a mão de obra europeia foi escolhida para substituir a mão de obra escrava em detrimento do uso dos ex-escravos e os trabalhadores nacionais livres. Para além da questão da mão de obra, as questões do vazio demográfico e racial também estavam relacionadas com a decisão de atrair imigrantes europeus.

Apesar da vontade brasileira de atrair imigrantes, o Rio de Janeiro, capital do país naquele momento, não tinha boas condições sanitárias, a cidade convivía com surtos endêmicos de doenças como a febre amarela. Muitos imigrantes ficavam doentes, segundo médicos do período, elas eram doenças mais letais para imigrantes do que brasileiros (CHALHOUB, 1996). Portanto, para atrair os imigrantes era preciso proteger esses estrangeiros da capital suja e doente, para que a nação se tornasse um destino viável para a chegada de europeus. Desta forma o Império criou em 1883 uma Hospedaria de imigrantes que funcionava em uma lógica de quarentena inversa. O imigrante ficaria hospedado em uma ilha paradisíaca para aclimação se protegendo da Capital suja e doente (REZNIK; COSTA, 2019).

Para além desta lógica de quarentena reversa, a Ilha das flores tinha os papéis de recepcionar os imigrantes, controlar, fazer a triagem e encaminhar os imigrantes recém-chegados para o destino de interesse de ambos os agentes que participavam deste processo (REZNIK, L.; FERNANDES, 2014).

A criação de uma Hospedaria de imigrantes oficial materializou a entrada de cabeça do Estado brasileiro no circuito internacional de atração de mão de obra europeia. Política que foi

¹ Discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, ingresso no ano de 2021, projeto: “Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro e a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, na Década de 1920”, sob orientação do Dr. Luís Reznik, bolsista: CAPES.

exitosa, já que a nação conseguiu se tornar um destino atrativo para o recebimento de números expressivos de imigrantes (REZNIK, L.; FERNANDES, 2016).

Os relatórios ministeriais, o movimento migratório internacional e o decreto nº16.761

Os relatórios ministeriais da agricultura era um material apresentado ao presidente da república acerca dos resultados de diferentes temas estratégicos. Um desses temas era o da imigração, cujo relatório estava nas prestações de contas do Serviço de Povoamento. Este órgão era responsável pelos trabalhos referentes aos serviços de imigração e colonização promovidos ou auxiliados pelo governo federal (COSTA,2015, p.84). Era comum encontrar nestes relatórios as políticas migratórias do país, reflexões sobre a entrada e saída de imigrantes no Brasil de acordo com os projetos do país, análises do movimento migratório internacional, estatísticas sobre a entrada de imigrantes no Porto do Rio de Janeiro, em outros portos, a produção nos núcleos coloniais, dados mais específicos, como profissão dos estrangeiros, “indesejáveis”, etc.

Em um desses relatórios encontramos o decreto nº16.761 de 31 de dezembro de 1924 foi crucial para entendermos a presença portuguesa na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. É importante salientar que as políticas migratórias brasileiras não eram formuladas isoladas do movimento imigratório internacional. Na verdade, é o contrário. Os personagens responsáveis por pensarem as políticas públicas relacionadas a atração de braços estrangeiros para a nação estavam atentas com as políticas migratórias aplicadas em outros países. Os Estados Unidos era a nação que inspirava as tendências para as políticas migratórias no continente.

Durante a década de 1920 os Estados Unidos implementaram a *Immigration act of 1917* e o *Immigration act of 1924*. Duas políticas voltadas para a restrição da imigração, principalmente a imigração de pessoas consideradas de “cor” para a organização societária americana.

A lei de imigração de 1917 impôs como condição uma série de medidas restritivas, como teste de alfabetização para maiores de 16 anos, que deveriam demonstrar alguma habilidade básica de compreensão; aumento da taxa a ser paga no momento de chegada e a exclusão de qualquer pessoa da área geográfica definida como “*Asiatic Barred Zone*”², que barrava a imigração asiática. As exceções foram os japoneses e filipinos. Essas duas

² A China não estava incluída na *Asiatic Barred Zone*, todavia a imigração chinesa não era bem vista. Logo sofria restrições, mesmo não estando inclusa nos atos.

nacionalidades ficaram de fora da restrição por causa das suas relações diplomáticas com os Estados Unidos. o Japão estava em bons termos com os americanos, pelo fato de desde 1907 o próprio Estado japonês já restringia a emigração para os Estados Unidos graças a um acordo entre as nações. Os filipinos não foram barrados, haja vista que era uma colônia americana, portanto, sob um ponto de vista formal, legalista, eles eram considerados parte da nação, portadores de direitos e um deles era o de poderem viajar livremente pelos Estados Unidos³.

A Primeira Guerra Mundial deixou como herança um nacionalismo avesso a imigração na sociedade americana. Por conseguinte, o congresso americano estipulou em 1921 cotas numéricas para a imigração, medida que colocava fim ao tempo da imigração livre oriunda da Europa, estipulando uma cota de 350 mil imigrantes anuais (NGAI, 2008).

O Ato de imigração de 1924 aprofundou essas medidas restritivas, diminuindo a cota para 150 mil imigrantes por ano. Cerca de quinze por cento da média que o país recebia antes da Primeira Guerra Mundial. As cotas eram estipuladas de acordo com a proporção da importância numérica que a nacionalidade correspondia na sociedade americana. Além disso, a lei de imigração de 1924 incluiu a proibição da entrada de qualquer estrangeiro que estava excluído por virtude de raça ou nacionalidade de ser elegível para ser cidadão americano. Como as leis de nacionalização de 1790, quanto as de 1870 excluía pessoas asiáticas desta possibilidade, qualquer asiático, incluindo os japoneses que gozavam de boas relações diplomáticas com o governo americano.

As políticas restritivas de imigração – inspiradas na americana – tornou-se uma tendência pelo continente americano, inclusive no Brasil. Desta forma, em 31 de dezembro de 1924, sob influência de ideias eugenistas, foi criado o decreto nº16.761, que só viria a vigorar em outubro de 1925⁴. Tal medida obrigava todos os imigrantes de 2º e 3º classe que entrassem no Brasil via Porto do Rio de Janeiro a se hospedarem na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores com o objetivo de passarem por uma inspeção no Departamento Nacional de Saúde

³Office of Historian. <https://history.state.gov/milestones/1921-1936/immigration-act>. Consultado em 18/09/2023. 10 jul. 2022.

⁴ As medidas restritivas adotadas pelo Estados Unidos serviram de inspiração para outras nações, inclusive o Brasil. Contudo, isto não significa que as medidas restritivas brasileiras foram iguais as americanas, neste período, período a política imigratória colocou uma prática uma restrição em massa a imigração, estabelecendo cotas de entrada de imigrantes, de acordo com alguns critérios, principalmente critérios raciais, de caráter eugenistas. No Brasil, a mudança legislativa também carrega uma influência eugenista, seguindo as tendências das políticas de imigração do período. Porém, ela não adotou a política de cotas americana na década de 20, assim como não restringiu em massa a entrada de imigrantes. Para saber mais Cf. KOIFMAN, F. *Política imigratória no primeiro governo Vargas (1930-1945)*. In: REZNIK, L. (Org.). *HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL*. 1º ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2020, v. 1, p. 160.

Pública e identificados pela polícia do Distrito Federal. Além disso, foi revigorada o decreto n. 4.247 que fazia uma seleção social, física e econômica do imigrante:

Art. 1º É lícito ao Poder Executivo impedir a entrada no território nacional:

1º, de todo estrangeiro nas condições do art. 2º desta lei;

2º, de todo estrangeiro mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de molestia incurável ou de molestia contagiosa grave;

3º, de toda estrangeira, que procure o paiz para entregar-se á prostituição;

4º, de todo estrangeiro de mais de 60 annos.

Parapho unico. Os estrangeiros a que se referem os ns. 2 e 4 terão livre entrada no paiz salvo os portadores de molestia contagiosa grave:

a) si provarem que teem renda para custear a propria subsistencia;

b) si tiverem parentes ou pessoas que por tal se responsabilizem, mediante termo de fiança assignado, perante a autoridade policial.

Art. 2º Poderá ser expulso do território nacional, dentro de cinco annos, a contar de sua entrada no paiz, o estrangeiro a respeito de quem se provar:

1º, que foi expulso de outro paiz;

2º, que a policia de outro paiz o tem como elemento pernicioso á ordem publica;

3º, que, dentro do prazo acima referido, provocou actos de violencia para, por meio de factos criminosos, impôr qualquer seita religiosa ou politica;

4º, que, pela sua conducta, se considera nocivo á ordem publica ou á segurança nacional;

5º, que se evadiu de outro paiz por ter sido condemnado por crime de homicidio, furto, roubo, bancarrota, falsidade, contrabando, estellionato, moeda falsa ou lenocinio;

6º, que foi condemnado por juiz brasileiro, pelos mesmos crimes.⁵

O objetivo dessas restrições era fazer uma seleção mais refinada dos imigrantes, repelindo os “indesejáveis”. Nesta categoria estavam inclusas pessoas portadoras de deficiência físicas e mentais; pessoas com antecedentes criminais, incluindo agitação política no campo da esquerda, mulheres com o objetivo de se prostituir; mendigos e idosos que não tinham garantia de ser manter economicamente.

Precisamos ter em mente que o decreto de 1924 vai restringir em algum ponto a imigração sob uma influência eugenista. Em alguns relatórios, os ministros vão enfatizar a diminuição de entrada no Brasil em geral por conta das restrições, todavia as restrições não foram em massa, assim como não foi seguida à risca no que concerne à entrada na Ilha das Flores.

Imigração portuguesa na Ilha das Flores

Na tabela 1, apresentamos o registro da imigração, em particular pelo Porto do Rio de Janeiro, de algumas nacionalidades que foram importantes para a formação sociocultural

⁵ Câmara dos deputados <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html>. Consultado em 18/09/2023.

brasileira⁶ no recorte temporal da década de 1920. Possuímos nessas nacionalidades somadas cerca de 255.092 imigrantes de 441.906, são números substanciais, se colocarmos em porcentagem, o resultado é aproximadamente 58% de toda a imigração do período.

Tabela 1- Movimento do Porto do Rio de Janeiro 1920-1929

PORTO		ALEMÃES		ESPAÑHÓIS		PORTUGUESES	
ANO	Total	Total	%	Total	%	Total	%
1920	40.508	2.991	7%	1.852	4%	22.277	55%
1921	29.385	5.515	19%	1.439	5%	11.542	40%
1922	34.831	3.512	10%	1.595	4%	18.786	54%
1923	39.276	4.413	11%	1.645	4%	20.154	51%
1924	40.711	12.997	31%	1.595	4%	14.196	35%
1925	29.372	2.350	8%	1.314	4%	13.049	44%
1926	67.163	4.020	6%	3.158	5%	22.334	33%
1927	34.163	1.552	4%	1.499	4%	17.496	51%
1928	82.061	4.228	5%	4.436	5%	33.882	41%
1929	44.498	1.401	3%	1.771	4%	20.935	47%
TOTAL	441.968	42.987	10%	20.304	4%	194.651	44%

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura. 1920-1929

O Porto do Rio de Janeiro foi a principal porta de entrada para a imigração portuguesa no país. Este fenômeno tem origens seculares, mas destaca-se a vocação dos portugueses a se deslocarem para o Rio de Janeiro no período da chegada da família real. Com a vinda da corte para o Brasil, ocorreu uma transformação no universo cultural da Capital com a abertura dos portos e a criação de novos atrativos, começou a dar aspectos cosmopolitas ao Centro do Rio de Janeiro (MENEZES, 2021, p.69). Soma-se isto ao fato de brasileiros e portugueses tinham alguma similaridade cultural e laços nos dois lados do atlântico devido a um longo período de colonização portuguesa em terras tupiniquins. Essas condições fizeram com que houvesse mais facilidade de adaptação em novo território, formando uma comunidade portuguesa forte.

⁶ A ausência de algumas nacionalidades não significa a diminuição da importância delas para a nossa identidade multicultural, como os italianos, árabes, austríacos, russos, etc. A nossa escolha se justifica pela limitação dos dados, poderíamos trabalhar com essas nacionalidades na tabela 1, todavia como nosso foco são os dados desses imigrantes na ilha das flores, não poderíamos continuar a compará-los nas tabelas seguintes quando adentrarmos no fluxo migratório português na Ilha das flores.

Observando as estatísticas da tabela 1 notamos que em geral a entrada de imigrantes no Porto do Rio de Janeiro foi estável, podemos afirmar que o saldo foi médio. Ela não estava tão baixa quanto no período pós 1914, assim como não estava perto do seu período de auge, no período de 1910-1914. As exceções são os anos de 1926 e 1928, sendo que 1926 é um ano de aberrações estatísticas.

No ano de 1926 há um incremento substancial de nacionalidades que até então eram pouco numerosas na década, como os japoneses, romenos e lituanos, que tiveram saltos exponenciais neste ano. Essas nações somadas foram responsáveis por pouco mais de 32% das entradas de imigrantes no Porto do Rio de Janeiro, números bastantes expressivos.

O ano de 1928 é a fase com o maior número de entradas de imigrantes, porém não avistamos tantas excepcionalidades estatísticas, talvez o único grupo étnico que tenha um salto são os japoneses, já que novamente no ano de 1927 adentraram 15 japoneses. Enquanto que em 1928, foi o pico da década com 11.169 imigrantes japoneses. Desta forma, 1926 e 1928 foram responsáveis por pouco mais de 90% da entrada de toda a década para este grupo étnico. Por outro lado, esse período mais volumoso, é decorrência do aumento de várias nacionalidades. Portugueses, espanhóis, alemães e árabes foram grupos étnicos-nacionais que registraram bons números.

Acerca da imigração portuguesa, elas tiveram bons números, um volume parecido com o final do século XIX, mas nunca voltou a repetir os números do período dos últimos anos anteriores a guerra. As condições que existiam nos 1910-1914, que eram uma vantagem salarial de duas, três e até quatro vezes maior do que as mesmas profissões pagavam em Lisboa (LEITE,2004), amparadas por um sistema financeiro internacional e cambial estáveis, já não existiam mais. Em Portugal, a estabilidade da economia foi um fator primordial para a segurança política da Primeira República, porém isto não aconteceu, foram tempos de aumento do custo de vida, golpes de estado ao mesmo tempo em que problemas que motivaram a emigração no século XIX ainda permaneciam, como a pobreza nos campos, a pressão demográfica e fuga do serviço militar obrigatória, elementos que agiam como fatores de repulsão.

Se o clima em Portugal não gerava muita animação para a população mais pobre, a existência de redes sociais formais e informais no Brasil abria uma esperança de ascensão econômica para o postulante a imigrante em um país portador de uma cultura emigratória. A existência de uma comunidade portuguesa estabelecida tornava o Brasil uma oportunidade para os imigrantes com mais vocação para os negócios (LEITE, 2003).

Tabela 2- Proporção entre entrada no Porto do Rio e entrada na Ilha das Flores

PORTO		ALEMÃES			ESPAÑHÓIS			PORTUGUESES		
Ano	Total	Porto	HIIF	HIIF/P	Porto	HIIF	HIIF/P	Porto	HIIF	HIIF/P
1920	40.508	2.991	1.907	64%	1.852	12	0,50%	22.277	29	0,10%
1921	29.305	5.515	4.308	78%	1.439	6	0,40%	11.542	5	0,04%
1922	34.831	3.512	1.864	53%	1.595	15	0,90%	18.786	0	0%
1923	39.276	4.413	1.930	44%	1.645	26	1,50%	20.154	0	0%
1924	40.711	12.997	8.474	65%	1.595	113	7%	14.196	27	0,20%
1925	29.372	2.350	817	35%	1.314	0	0%	13.049	4.490	34%
1926	67.163	4.228	-	-	3.158	-	-	22.334	-	-
1927	34.163	1.552	1.015	65%	1.499	1221	81%	17.496	16.333	93%
1928	82.061	4028	778	19 %	4.436	908	20%	33.882	17.575	52%
1929	40.681	1.401	501	36%	1.771	1439	81%	20.935	14.519	69%
	438.071	42.987	21.594	55%	20.304	3740	22%	194.651	52978	27%

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura e Livros de Registro da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores

Na tabela 2 comparamos os números de imigrantes na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores com os números de entradas no Porto do Rio de Janeiro. Ao observarmos os números podemos notar que apesar das diferenças de volume, o fluxo migratório português assemelha-se bastante ao espanhol em proporção, os primeiros anos, são anos de entradas baixíssimas na Ilha das Flores. Após o decreto nº 16.761 de 31 de dezembro de 1924, que entrou em vigor em outubro de 1925, imigrantes passageiros de segunda e terceira classe foram obrigados a visitar a Ilha das Flores para passar por inspeção sanitária e documental. Como consequência desta ação, a entrada de portugueses na Ilha elevou-se imediatamente após a vigência da lei. Houve uma entrada massiva de portugueses no final do ano de 1925. Os números foram significativos se compararmos com os anos anteriores. O caso dos espanhóis, não há entrada na Ilha, é possível que o contingente seja esse, devido ao volume da entrada no Porto do Rio de Janeiro ter sido baixo ao mesmo tempo em que o decreto vigorou somente ao final do ano.

Acerca dos alemães na primeira metade da década, notamos que se trata do oposto ao que aconteceu com os portugueses e espanhóis, é um período de grande entrada de alemães

tanto no Porto do Rio de Janeiro, quanto na Hospedaria da Ilha das Flores. Inclusive, a década de 20 é um pico da imigração alemã para o Brasil. Há pouquíssima bibliografia que explique detalhadamente o fenômeno, mas Ramos da Cruz (2018) especula que apesar de Brasil e Alemanha terem guerreado em lados opostos na Primeira Guerra Mundial gerando tensões na comunidade alemã no Brasil, esta década foi responsável por 30% de toda a entrada de alemães no país desde 1824. Algumas justificativas esboçadas pela autora reside nos fatores de repulsão da Alemanha pós-guerra, dizimada economicamente e socialmente pelo Tratado de Versalhes, somados a existência a uma necessidade de braços estrangeiros, por parte do Brasil que recebeu pouquíssimos imigrantes durante a guerra. Concomitante a necessidade de ambos os lados, a imigração alemã era antiga, havia algumas colônias alemãs bem estabelecidas e incorporadas ao seu meio social, facilitando a escolha dos imigrantes alemães.

Sobre os anos seguintes, infelizmente não possuímos os dados dos livros de registro de registro da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores em 1926, mas acreditamos que neste ano teve imigração portuguesa também por causa da mudança legislativa. Em relação aos anos posteriores, a imigração portuguesa se fez presente na Ilha das Flores, chegando a ter no ano de 1927 aproximadamente 93% dos imigrantes portugueses que adentraram no Porto do Rio de Janeiro ingressando na Ilha das Flores. Esse ano foi proporcionalmente o maior número de entradas de portugueses na Ilha. Podemos especular que nos primeiros anos do ato nº16.761, a legislação foi seguida com rigor. Com o passar dos anos, foi se afrouxando no que concerne na obrigatoriedade de imigrantes que vieram de 2º e 3º classe passarem pela Hospedaria da Ilha das Flores por certa formalidade, 93% não são todos os imigrantes, mas é possível que tenha sido todos os imigrantes de segunda e terceira classe, já que o Porto do Rio de Janeiro recebeu neste ano 11.573 imigrantes de primeira classe. Lamentamos bastante o fato de não termos os livros de 1926, assim como não há nos relatórios ministeriais nenhuma informação sobre a entrada de imigrantes na hospedaria, só podemos nos limitar a conjecturar.

Se nos anos de 1926-1927 imaginamos que a lei tenha funcionado no seu rigor para a imigração portuguesa, nos anos seguintes, pensamos que os deveres do decreto para os imigrantes tenham sido relativizados. Os números de entrada de imigrantes portugueses na ilha das flores flutuaram. No ano de pico de entrada de portugueses no Porto, em 1928, apenas 52% segue para a Ilha das Flores. Enquanto que em 1929, a proporção de entrada na ilha aumenta para 69%.

Sobre a presença portuguesa na Ilha das Flores na década de 1920, deduzimos que a explicação geral para o movimento da imigração portuguesa entre Porto do Rio de Janeiro e

Brasil, sejam explicados por dois momentos. O primeiro momento de 1920 até outubro de 1925, período em que a presença portuguesa é praticamente nula. Acreditamos que a presença de cadeias migratórias nos ajudam na tentativa de compreender o período. Pelo fato de o processo de imigração portuguesa em massa remontar a segunda metade do século XIX, a imigração portuguesa gerou uma comunidade forte, bem estabelecida, que garantia ao postulante a imigrante, obter informações concretas sobre as condições de trabalho que viria a encontrar, ter um local para morar, alguém para se responsabilizar por sua estadia, para lhe empregar e recepcionar (MENEZES,2021, p.60). No século XIX, mesmo os imigrantes lusitanos sendo maioria no Rio de Janeiro, os portugueses não entravam em massa na Hospedaria da Ilha das Flores, o grupo étnico com os maiores números na Hospedaria eram os italianos e as cadeias migratórias já se constituíam como resposta para a baixa adesão dos portugueses a Ilha das Flores (REZNIK; FERNANDES; COSTA, 2019).

Na década de 20, defendemos que esse processo se agudizou. Entre 1920-1925, a presença de uma comunidade portuguesa antiga e bem estabelecida fez com que não houvesse mais necessidade dos imigrantes portugueses usufruísem das principais funções da Hospedaria. Que era recepcionar, direcionar e transportar o imigrante para o posto de trabalho ou destino preferido, já que a comunidade poderia oferecer o mesmo.

De 1925-1929, argumentamos que o quadro continuou o mesmo, as cadeias migratórias continuavam auxiliando os novos imigrantes. Porém, a mudança na legislação fez com que se incrementasse portugueses ingressos na Ilha das Flores por mera formalidade, isto é, fazer exames médicos e a conferição de documentos.

Em relação aos alemães, apesar de carecer de um estudo mais aprofundado, há uma adesão maior a Ilha das Flores, talvez pela imigração alemã ser marcadamente voltada para os núcleos coloniais, por causa disso a Hospedaria os recepcionava e os transportava gratuitamente para a região de interesse. Como enfatiza Ramos da Cruz (2008), a imigração alemã vai encontrar núcleos coloniais estabelecidos em diferentes regiões do Brasil, principalmente na região Sul do país. Sobre os espanhóis, igualmente não iremos desenvolver, não é objetivo do nosso trabalho, mas acreditamos que tenha sido um processo similar, havia também uma comunidade espanhola antiga no Rio de Janeiro, não tão numerosa quanto a portuguesa, até porque o Brasil nunca foi o destino principal desta comunidade. Logo, nos primeiros anos as cadeias migratórias recepcionavam os imigrantes e partir da mudança legislativa os números de espanhóis na Ilha aumentou (PINHEIRO; PEREIRA, 2018).

Considerações Finais

Portanto, podemos notar no decorrer do presente trabalho que a imigração portuguesa na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores na década de 1920 tem uma relação indissociável com o decreto nº 16.761. Inspirada nas políticas migratórias americanas, o Brasil adotou medidas influenciadas pelo pensamento eugênico, aumentando a fiscalização com a entrada de imigrantes, procurando barrar a entrada dos indesejáveis, categoria que incluía questões de ordem física, financeiros e sociais.

As medidas restritivas entraram em vigor, mas elas não se concretizaram em uma política de restrição de entrada de estrangeiros em massa, os números de imigrantes não chegaram na casa das centenas. Por outro lado, em relação a obrigação de imigrantes de 2º e 3º classe que chegavam no Rio de Janeiro se hospedarem no Rio de Janeiro foi seguida. Não em sua concretude, não foram todos os imigrantes portugueses que foram obrigados a passar pela Hospedaria, mas os números após o decreto subiram exponencialmente. As entradas eram apenas por questão burocrática, fazer exames médicos e conferência de documentos, muitos saíam na mesma data que foram registradas a sua entrada.

Logo, o decreto nº 16.761 é uma chave para entender a imigração portuguesa na década 1920. Antes dessa legislação a imigração portuguesa na Hospedaria foi praticamente nula, provavelmente explicado pela agudização da recepção dos imigrantes portugueses pelas cadeias migratórias no Porto do Rio de Janeiro que tornava dispensável o uso da Hospedaria. No entanto, a partir de outubro de 1925, a Ilha das Flores voltou a receber uma massiva presença portuguesa, que possivelmente tinham as cadeias migratórias a sua disposição para substituir a recepção da hospedaria, mas devido a medida compulsória, foram obrigados a passarem pela Ilha das Flores por mera formalidade.

Referências

- COSTA, J. C. O. *Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas imigratórias (1883 – 1907)*. 2015. 104f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.
- CRUZ, M. L. R. *A peculiaridade da década de 1920 para a imigração alemã*, (relatório de pesquisa não publicado), Acervo: Ilha das Flores, 2018
- KOIFMAN, F. *Política imigratória no primeiro governo Vargas (1930-1945)*. In: REZNIK, Luís. (Org.). *História da imigração no Brasil*. 1aed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2020, v. 1, p. 157-204.
- LEITE, J. C. *A emigração como vínculo transatlântico: Portugal e Brasil, 1850– 2002*. (Texto não publicado). 2003.
- _____. *Mitos e realidades da emigração portuguesa (1851- 1973)*. In *Actas das V Jornadas de História Local*. Fafe: Câmara Municipal de Fafe. 2004.

MENEZES, L. M. *Portugueses no Rio de Janeiro. Negócios, trajetórias e cenografias urbanas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Ayran Eireli, 2021. v. 1. 336p.

NGAI, M. *A estranha carreira do imigrante ilegal: restrições à imigração e política de deportação nos Estados Unidos, 1921-1965*. Tempo [online]. 2008, v. 13, n. 25 [Acessado 14 Julho 2022], pp. 5-36. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042008000200002>>.

77042008000200002. Epub 17 Out 2008. ISSN 1980-542X. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042008000200002>.

PINHEIRO, E. S.; PEREIRA, A. *Relatório de pesquisa da imigração espanhola* (relatório de pesquisa não publicado), Acervo: Ilha das Flores.

REZNIK, Luís; COSTA, J. C. O. *Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 26, n.1, p. 15-32, jan.-mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v26n1/0104-5970-hcsm-26-01-0015.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2020.

REZNIK, L.; FERNANDES, R. A. N.; COSTA, J. C. O. *Se o Rio é lusitano, por que a Ilha das Flores não o é? A recepção de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro (1883-1892)*. Revista Portuguesa de História, v. 50, p. 89-108, 2019.

REZNIK, L.; FERNANDES R. A. N.; *Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores*, In: História (São Paulo) v.33, n.1, p. 234-253, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/12.pdf>>. Acesso em: 09 de nov. de 2020.

_____. *Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores*. Navegar, vol. 2, nº 3, Jul.-Dez. 2016, pp. 77-107.

Fontes

Livros de Registros:

Livro de registro nº 109, 19/01/1920 à 02/10/1922, Arquivo Nacional, AN 003-95.

Livro de registro nº 110, 27/10/1922 à 17/07/1924, Arquivo Nacional, AN 069-94.

Livro de registro nº 111, 17/07/1924 à 31/12/1925, Arquivo Nacional, AN 061-94.

Livro de registro nº 112, 03/01/1928 à 30/03/1929, Arquivo Nacional, AN 061-94.

Livro de registro nº 113 02/01/1928 à 08/09/1929, Arquivo Nacional, AN 060-94.

Livro de registro nº 114, 03/01/1928 à 31/12/1929, Arquivo Nacional, AN 060-94.

Livro de registro nº 115, 02/01/1928 à 25/04/1930, Arquivo Nacional, AN 070-94.

Livro de registro nº 116, 01/07/1929 à 31/01/1931, Arquivo Nacional, AN 063-94.

Livro de registro nº 117, 16/09/1929 à 05/09/1932, Arquivo Nacional, AN 065-94.

Livro de registro nº 118, 05/04/1929 à 22/06/1931, Arquivo Nacional, AN 062-94.

Livro de registro nº 120, 04/01/1930 à 10/02/1933, Arquivo Nacional, HIF.0.0120.

Livro de registro nº 121, 27/04/1930 à 03/09/1932, Arquivo Nacional, AN 062-94.

Relatórios ministeriais:

Almeida, M. C. P. A. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

_____. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

_____. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

_____. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

Castro, G. L. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

_____. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

_____. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

_____. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

LOPES. I. S. “Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Papelaria e Typographya Villas Boas, 1921.



50

ANOS

1973 | 2023

FACULDADE DE
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES
UERJ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Faculdade de Formação de Professores

Rua Dr. Francisco Portela, 1470 – Patronato

CEP: 24435-005 – São Gonçalo – RJ

Telefones: (21) 3705-2227 – (21) 3705-4631 – (21) 3705-4691

E-mail: ffp.uerj@gmail.com